



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



# **DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

**ATAS DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS  
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**RELATÓRIO FINAL APRESENTADO**

---

**ANO LXIII - SUP. "C" AO Nº 04 – QUINTA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 2008 – BRASÍLIA-DF**

---

# **MESA DO CONGRESSO NACIONAL**

## **Presidente**

*Senador* **GARIBALDI ALVES FILHO** – PMDB – RN

## **1º Vice-Presidente**

*Deputado* **NARCIO RODRIGUES** – PSDB – MG

## **2º Vice-Presidente**

*Senador* **ALVARO DIAS** – PSDB – PR

## **1º Secretário**

*Deputado* **OSMAR SERRAGLIO** – PMDB – PR

## **2º Secretário**

*Senador* **GERSON CAMATA** – PMDB – ES

## **3º Secretário**

*Deputado* **WALDEMIR MOKA** – PMDB – MS

## **4º Secretário**

*Senador* **MAGNO MALTA** – PR – ES

# CONGRESSO NACIONAL

## SUMÁRIO

---

### – ATAS DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

|                                                                                                            |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 23ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 17, 18 e 23-10-07 ..                | 004 |
| 24ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 24/10/2007 .....                    | 046 |
| 2ª Reunião Conjunta de Audiência Pública da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 30/10/2007 ..... | 058 |
| 3ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 30-10-07 .....                  | 081 |
| 25ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 31-10-07 .....                      | 082 |
| Termo de Reunião nº 03 da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, convocada para 6-11-07 .....                    | 085 |
| 4ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 6-11-07 .....                   | 085 |
| 26ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 7-11-07 .....                       | 113 |
| 6ª Reunião de Audiência Pública da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 13-11-07 ..               | 113 |
| 5ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 20-11-07 .....                  | 119 |

|                                                                                                 |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 27ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 21-11-07 .....           | 135 |
| 6ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 27 e 28-11-07 ....   | 169 |
| 7ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 4, 5 e 6-12-07 ....  | 208 |
| 8ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 11, 12 e 13-12-07 .. | 300 |
| 9ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 18-12-07 .....       | 398 |
| Termo de Reunião nº 04 da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, convocada para 19-12-07 .....        | 412 |
| 1ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 12 e 13-2-08 .....   | 413 |
| Termo de Reunião nº 01 da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, convocada para 21-2-08 .....         | 451 |
| 2ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 21-2-08 .....        | 452 |

---

**Ata da Vigésima Terceira Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 17, 18 e 23 de outubro de 2007.**

Aos dezessete, dezoito e vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, foi realizada reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 29. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Claudio Cajado, Daniel Almeida, Edinho Bez, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Giacobbo, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Humberto Souto, José Pimentel, Manoel Junior, Márcio Reinaldo Moreira, Nelson Meurer, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Regis de Oliveira, Roberto Rocha, Rose de Freitas, Vanderlei Macris, Vignatti, Walter Pinheiro, Wellington Roberto e Zé Gerardo; – **Senadores titulares:** Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Jayme Campos, João Ribeiro, José Maranhão, Leomar Quintanilha e Sérgio Zambiasi; – **Deputados suplentes:** Alex Canziani, Asdrúbal Bentes, Carlos Alberto Leréia, Carlos Melles, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Eduardo Valverde, Geraldo Resende, Gorete Pereira, João Carlos Bacelar, João Leão, João Magalhães, Luiz Carreira, Miguel Corrêa Jr., Pedro Chaves, Ricardo Barros, Silvio Lopes e Zé Geraldo; – **Senadores suplentes:** Flexa Ribeiro e Francisco Dornelles. Foi registrada a presença do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Gilmar Machado. Foi registrada a ausência dos membros: – **Deputados titulares:** Gervásio Silva, Ivan Valente e Mussa Demes; e – **Senadores titulares:** Cristovam Buarque, Efraim Moraes e Sérgio Guerra. **ABERTURA:** às quinze horas e cinco minutos do dia dezessete de outubro e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou iniciados os trabalhos. O Deputado Eduardo Sciarra fez uso da palavra para registrar que no dia dezesseis de outubro de dois mil e sete, foi convocada a Segunda Reunião Extraordinária, que foi suspensa por uma hora, o que ocorreu às quinze horas e um minuto. Continuando, informou que ao retornar ao recinto do plenário, às dezesseis horas, os trabalhos já haviam sido encerrados. O Presidente esclareceu que a suspensão se deu por até uma hora e, havendo sido atingido o *quorum* para deliberação, foi dado prosseguimento à reunião. O Deputado Cláudio Cajado apresentou sugestão ao Relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2008-2011. A

seguir, o Presidente informou que o *quorum* regimental para deliberação havia sido atingido. **EXPEDIENTE:** Conforme solicitação do Deputado Regis de Oliveira apresentada na 11ª Reunião Ordinária, realizada em 27/6/2007, o Presidente colocou em votação a dispensa da leitura dos expedientes, que foi **aprovada** por unanimidade. Determinou ao Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião e à Secretaria da Comissão que enviasse aos membros e às Lideranças Partidárias através do correio eletrônico. **ORDEM DO DIA:** o Deputado João Leão apresentou os seguintes Requerimentos: a) Requerimento de inversão de pauta solicitando apreciar inicialmente o item 2 da Pauta nº 29. Não houve debate. Em votação o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. b) Requerimento de inclusão na pauta para apreciação do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 33/2007-CN, de autoria do Deputado João Leão. Não houve debate. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **PAUTA Nº 29. 02 – Relatório Preliminar apresentado com emendas**, sobre o Projeto de Lei nº 31/2007-CN, que “Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011”. Foram apresentadas 67 emendas. Relator: Deputado Vignatti. Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar do Projeto de Lei de Plano Plurianual 2008/2011 nos termos apresentados, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente. Foi apresentada Errata ao Relatório Preliminar. O Relator apresentou resumo do Relatório. A seguir, o Presidente declarou *inadmitidas* as emendas de nºs 2, 3, 14 a 17, 22 a 27, 30, 31, 39, 40, 42 a 45, 55, 57 e 59, sugeridas pelo relator. Os debates e o prazo para apresentação de destaques foram iniciados. Discutiram a matéria os Deputados Luiz Carreira, Eduardo Valverde, Rafael Guerra, Manoel Júnior e Eduardo Sciarra. O Deputado Cláudio Cajado apresentou sugestão ao Relator. Reportando-se aos debatedores, o Relator respondeu aos questionamentos efetuados e atendeu à sugestão do Deputado Cláudio Cajado na forma de Adendo ao Relatório. A seguir, o Presidente encerrou a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Em votação, o Relatório Preliminar com a Errata e o Adendo foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressaltados os destaques. O Presidente passou à apreciação do item seguinte, para aguardar o prazo de análise dos destaques pelo Relator. **01 – Relatório da Receita** apresentado ao **Projeto de Lei nº 30/2007-**

CN, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008.” Relator da Receita: Senador Francisco Dornelles. Foram apresentadas 25 emendas, sendo 13 à Receita e 12 à Renúncia de Receitas. Voto: pela aprovação do projeto de lei orçamentária para o exercício financeiro de 2008, no que concerne às estimativas de receitas, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas. Foi apresentada Errata ao Relatório. O Relator fez a apresentação dos pontos mais relevantes do Relatório. Os debates e o prazo para apresentação de destaques foram iniciados. Discutiram a matéria os Deputados Luiz Carreira, Pedro Novais, Eduardo Valverde e Rose de Freitas. O Relator respondeu aos questionamentos efetuados. A seguir, foi encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Em votação, o Relatório de Receita com a Errata foram **aprovados** por unanimidade na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques. – Requerimento para inclusão na pauta do Requerimento nº 18/2007-CMO, de autoria do Deputado Giovanni Queiroz. O autor fez a apresentação do Requerimento. Não houve debate. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação do destaque apresentado ao Relatório da Receita. Destaque 1, do Deputado Eduardo Sciarra, à emenda 3320.0005, do Deputado Paulo Bornhausen. O autor fez a apresentação e o voto do relator foi pela rejeição. Em votação, o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados, contra os votos dos Deputados Eduardo Sciarra e Cláudio Cajado e abstenção do Deputado Luiz Carreira. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme estabelece o § 1º do art. 43 do Regimento Comum. A seguir, o Deputado Ricardo Barros apresentou requerimento para inclusão na pauta dos Relatórios apresentados aos Projetos de Lei nºs 26, 27, 29, 17, 28 e 32/2007-CN. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Apreciação dos Destaques ao Relatório Preliminar apresentado ao Projeto de Lei do Plano Plurianual para 2008-2011.** Foram apresentados 10 destaques. O Deputado Ricardo Barros apresentou proposta para votação em bloco dos destaques, que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Vanderlei Macris solicitou cópia da lista dos destaques com o voto do relator. Tendo em vista que a solicitação seria providenciada, o Presidente passou à apreciação das matérias em extrapauta. Às dezesseis horas e vinte e

quatro minutos, o Deputado Pedro Novais assumiu a direção dos trabalhos, tendo em vista o estabelecido no *caput do art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*. EXTRAPAUTA: Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 33/2007-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 311.228.961,00, (trezentos e onze milhões, duzentos e vinte e oito mil, novecentos e sessenta e um reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. Relator: Senador José Maranhão. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável, nos termos do Projeto. Tendo em vista a necessidade de relatar a matéria, o Presidente transferiu a condução dos trabalhos ao Deputado Pedro Novais, nos termos dispostos no *caput do art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*. O relator fez a apresentação do Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às dezesseis horas e trinta e quatro minutos, o Presidente reassumiu a condução dos trabalhos, e informou que havia sido distribuída cópia dos destaques apresentados ao Relatório Preliminar do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2008-2011. O Deputado Ricardo Barros propôs a votação dos destaques em bloco, que foi **aprovado** por unanimidade na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação dos destaques. 1 a 3 apresentados à emenda 41, do Deputado Zé Gerardo, sendo: 1, do Deputado Zé Gerardo, 2, do Deputado Wellington Roberto, e 3, do Deputado Fábio Ramalho. Destaque 4, do Deputado João Leão. O relator deu voto pela aprovação parcial. Em votação em bloco, os destaques de nºs 1 a 4 foram **aprovados** por unanimidade, nos termos da redação lida pelo Relator na reunião. Destaques 5 a 7, do Senador Leomar Quintanilha, às emendas 49, 61 e 62, respectivamente, do Senador Romero Jucá, e 8 a 10, da Deputada Rose de Freitas, às emendas 11, 12 e 37, da mesma autora. O relator deu voto pela rejeição. Em votação em bloco, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal conforme estabelece o § 1º do art. 43 do Regimento Comum. A seguir, o Deputado Ricardo Barros solicitou que a reunião fosse suspensa quando iniciasse a ordem do dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e que fosse reiniciada após a sua finalização. Pauta nº 24. **02 – Requerimento nº 18/2007 – CMO.** Requer, com fundamento no art. 71, VII, da Constituição Federal, combinado com o art. 24, incisos IX, X e XI do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que,

ouvido o Plenário desta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, seja solicitado ao Tribunal de Contas da União as seguintes informações: 1) Custo médio unitário, por m<sup>2</sup>, das obras de construção, com recursos da União, de prédios públicos, anualmente, nos últimos cinco anos; 2) Custo médio unitário, por km, das obras realizadas com recursos da União, nas rodovias federais, anualmente, nos últimos cinco anos, abrangendo, separadamente, os projetos/atividades da subfunção 782 – Transporte Rodoviário; 3) Custo médio unitário adotado como padrão pelo Tribunal de Contas da União para obras de construção de Prédios públicos e para os projetos/atividades das obras realizadas nas rodovias federais”. Autor: Deputado Giovanni Queiroz. O autor fez a apresentação do Requerimento. O Presidente e o Deputado João Leão apresentaram sugestão ao Requerimento e foi acolhida pelo autor. O Requerimento foi **retirado** de pauta e será reapresentado com nova redação. Em virtude do início da ordem do dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, os trabalhos foram suspensos e convocada a continuação para o dia dezoito de outubro, após a realização da Reunião de Audiência Pública, convocada para as 10 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Às treze horas e vinte e seis minutos do dia dezoito do mesmo mês, o Presidente deu continuidade à reunião. Em seguida, comunicou que tendo em vista a entrega do Relatório Preliminar ao Projeto de Lei Orçamentária para 2008 pelo Relator-Geral naquela data, será solicitada ao Presidente do Senado Federal modificação nos seguintes prazos: apresentação de emendas ao Relatório Preliminar ao PLOA/2008: de 19 a 23 de outubro; e prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Plano Plurianual 2008-2011: de 19 a 30 de outubro. Tendo em vista o início da ordem do dia no Plenário da Câmara dos Deputados naquele momento, o Presidente anunciou a interrupção dos trabalhos. O Deputado Cláudio Cajado propôs a continuação para o dia vinte e três de outubro, às onze horas, e foi atendido pelo Presidente. Os trabalhos foram suspensos, às treze horas e trinta e dois minutos. Às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e três do mesmo mês, o Presidente deu continuidade aos trabalhos, informando que a reunião havia sido iniciada no dia 17 de outubro, para apreciação das matérias da Pauta 29, que já foram aprovadas. No decorrer da reunião, houve aprovação dos seguintes Requerimentos de inclusão na pauta: Requerimento do Deputado Giovanni Queiroz, solicitando a apreciação do Requerimento nº 18/2007, de sua autoria, e o Requerimento de autoria do Deputado Ricardo Barros, solicitando a apreciação dos Relatórios aos Projetos de Lei nºs 17,

26, 27, 28, 29 e 32/2007-CN. Em seguida, deu prosseguimento à apreciação das matérias incluídas na extrapauta. Extrapauta 1. **Requerimento nº 18/2007–CMO**, que “Requer, com fundamento no art. 71, VII, da Constituição Federal, combinado com o art. 24, incisos IX, X e XI do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, seja solicitado ao Tribunal de Contas da União as seguintes informações: Custos médios com intervalo de confiança de 95%: 1.1 do m<sup>2</sup>, das obras de construção de prédios públicos, com recursos da união, anualmente, nos últimos três anos; do km, das obras realizadas com recursos da União, nas rodovias federais, anualmente, nos últimos três anos, abrangendo, separadamente, os projetos/atividades da subfunção 782 – Transporte Rodoviário;Custo médio unitário ou critério similar adotado como padrão de referência pelo Tribunal de Contas da União para as obras especificadas nos subitens 1.1 e 1.2. Adicionalmente, se possível, informar tipo de solo, relevo e os custos apurados em cada uma das obras que serviram de embasamento para a informação”. Autor: Deputado Giovanni Queiroz. O relator apresentou o Requerimento. Não houve debate. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade, com abstenção do Deputado Eduardo Valverde, na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, no Senado Federal. O Deputado Eduardo Sciarra solicitou prorrogação no prazo de apresentação de emendas ao Relatório Preliminar ao Projeto de Lei Orçamentária para 2008 para o dia 26 de outubro. Tendo em vista que o prazo estipulado no cronograma era até o dia vinte e três do mesmo mês, o Relator-Geral propôs que o encerramento fosse no dia vinte e quatro. Discutiram o assunto a Deputada Rose de Freitas, e os Deputados Humberto Souto e Ricardo Barros. O Deputado Wellington Roberto propôs a suspensão dos trabalhos para obter entendimentos com o Relator-Geral. O Presidente propôs a seguinte alteração no cronograma de tramitação da Matéria Orçamentária: prazo para apresentação de emendas ao Relatório Preliminar: de 19 a 24/10/2007; votação do Relatório Preliminar com emendas: 30/10/2007; apresentação de emendas ao Projeto de Lei: de 31/10 a 8/11/2007; publicação e distribuição dos avulsos das emendas: até 13/11/2007. Havendo consenso do Plenário, o Presidente informou que iria solicitar ao Presidente interino do Senado Federal a alteração dos prazos. O Relator-Geral solicitou a entrega do Relatório das Atividades pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas para que fosse incluído na pauta. Na qualidade de Coordenador do Comitê, o Deputado Zé Gerardo informou que o entregaria no final da tarde da-



quela data. O Deputado Ricardo Barros teceu considerações sobre o Anexo de Metas da Lei de Diretrizes Orçamentária para 2008. EXTRAPAUTA 2. Relatório ao **Projeto de Lei nº 17/2007-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito especial no valor global de R\$ 4.050.000,00 (quatro milhões e cinquenta mil reais), para os fins que especifica.” Relator: Senador Sérgio Guerra. Foram apresentadas 4 emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. Ausente o relator, o Deputado Humberto Souto foi designado relator *ad hoc*. Em conformidade com o estabelecido no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1/2006-CN, o Presidente declarou inadmitidas as emendas 2 e 3 sugeridas pelo relator. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA 3. Relatório ao **Projeto de Lei nº 26/2007-CN**, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 93.067.091,00 (noventa e três milhões, sessenta e sete mil e noventa e um reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.” Relator: Deputado Edinho Bez. Foram apresentadas 7 emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. O relator apresentou o Voto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA 4. Relatório ao **Projeto de Lei nº 27/2007-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R\$ 63.000.000,00 (sessenta e três milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.” Relator: Deputado Manoel Júnior. Foram apresentadas 3 emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. O relator apresentou o Voto. Em conformidade com o estabelecido no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1/2006-CN, o Presidente declarou *inadmitidas* as emendas 1 a 3 sugeridas pelo relator. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A Deputada Rose de Freitas apresentou Requerimento de inversão de pauta para apreciar o Relatório ao Projeto de Lei nº 29/2007-CN, sendo seguida pelo Deputado Carlos Alberto Leréia. O Presidente deu continuidade à apreciação das matérias das extrapautas. Às doze horas e trinta e seis minutos, o Presidente transferiu a condução dos trabalhos ao Deputado Manoel Júnior, conforme estabelecido no *caput* do art. 14 da Resolução nº 1/2006-CN,

para relatar a matéria seguinte. EXTRAPAUTA 5. Relatório ao **Projeto de Lei nº 28/2007-CN**, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e da Cultura, crédito suplementar no valor global de R\$ 233.907.232,00 (duzentos e trinta e três milhões, novecentos e sete mil, duzentos e trinta e dois reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências.” Relator: Senador José Maranhão. Foram apresentadas 19 emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. O relator apresentou o Relatório. Em conformidade com o estabelecido no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1/2006-CN, o Presidente em exercício declarou *inadmitidas* as emendas 4, 5, 6, 13 e 14, sugeridas pelo relator. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às doze horas e quarenta e dois minutos, o Presidente reassumiu a condução dos trabalhos. EXTRAPAUTA 6. Relatório ao **Projeto de Lei nº 29/2007-CN**, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 306.714.388,00 (trezentos e seis milhões, setecentos e quatorze mil, trezentos e oitenta e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências.” Relator: Deputado Geraldo Resende. Foram apresentadas 5 emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. O relator apresentou o voto. Em conformidade com o estabelecido no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1/2006-CN, o Presidente declarou *inadmitidas* as emendas 2, 4 e 5, sugeridas pelo relator. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA 7/2007. Relatório ao **Projeto de Lei nº 32/2007-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 8.445.000,00 (oito milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. Relator: Deputado Pedro Novais. Foram apresentadas 2 emendas. Voto: Favorável nos termos do Projeto. Ausente o relator, o Deputado Pedro Chaves foi designado relator *ad hoc* e apresentou o Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. – **Requerimento de inclusão na pauta** para apreciação Projeto de Lei nº 35/2007-CN, de autoria do Deputado Pedro Chaves. Não houve debate.

Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. – **Requerimento de inclusão na pauta** para apreciação das Sugestões concernentes às competências autônomas do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI, conforme conclusões apresentadas através da Nota Técnica Conjunta nº 7/2007, COFF/CD e CONORF/SF, de autoria do Deputado Eduardo Valverde. Não houve debate. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA 9. Relatório ao **Projeto de Lei nº 35/2007-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$ 2.350.000,00 (dois milhões, trezentos e cinquenta mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”. Relator: Deputado Pedro Chaves. Não foram apresentadas emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. O relator apresentou o Voto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA 8. Apreciação das **Sugestões concernentes às competências autônomas do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI**, conforme conclusões apresentadas através da Nota Técnica Conjunta nº 7/2007, COFF/CD e CONORF/SF. Autor: Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves. Coordenador: Deputado Eduardo Valverde. O Coordenador apresentou o sumário do Relatório. O Presidente e a Deputada Rose de Freitas discutiram a matéria. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. – **Requerimento de inclusão na pauta**, de autoria da Deputada Rose de Freitas, para apreciação do Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas. O Deputado José Pimentel, Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2008, ao ler o *art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN*, sugeriu a supressão do *item 34* do Relatório apresentado. O Deputado Edinho Bez questionou à Presidência quanto a quem poderia propôr alteração da referida Resolução. O Presidente respondeu que era facultado aos parlamentares no âmbito do Congresso Nacional. O Deputado Wellington Roberto solicitou vista do Relatório e o Presidente deu o prazo de vinte e quatro horas, às treze horas e dez minutos. A seguir, o Presidente respondeu à **Questão de Ordem** apresentada pelo Deputado Vanderlei Macris, na Décima Quarta Reunião Ordinária, realizada em oito

de agosto de dois mil e sete, quanto ao cumprimento do *art. 128 da Resolução nº 1/2006-CN*, na Segunda reformulação do Relatório ao Projeto de Lei nº 3/2007-CN. O Presidente **indeferiu** a questão de ordem, caracterizando-a como intempestiva, tendo em vista que a Matéria a qual se referia havia sido votada em 10 de julho de dois mil e sete. **ENCERRAMENTO:** Antes de encerrar, informou da realização da reunião ordinária a ser realizada no dia vinte e quatro de outubro, às quatorze horas e trinta minutos, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Às treze horas e treze minutos, os trabalhos foram encerrados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador José Maranhão. Presidente.**

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Há número regimental para a abertura dos trabalhos. Declaro iniciada a 23ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 29.

Expediente.

Conforme solicitação do Deputado Regis de Oliveira, apresentada na 11ª reunião ordinária, realizada em 27 de junho de 2007, coloco em votação a dispensa de leitura dos expedientes. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Como a Secretaria acaba de me informar que ainda não há número para deliberação, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – Sr. Presidente, no dia de ontem, a sessão foi suspensa às 15h, para ser reiniciada às 16h. V.Exa. reiniciou a sessão às 15h25min. Eu sei...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Eu queria esclarecer a V.Exa. que a intenção da Presidência foi declarar a suspensão de até 1 hora. Por isso, na expectativa de que teríamos restabelecido o *quorum*, eu reabri a sessão antes de completar 1 hora, porque poderia fazê-lo dentro do termo de 1 hora.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – Sr. Presidente, não foi isso. Eu até fiz questão de esclarecer que retornaríamos às 16h, e não a qualquer momento, porque se não fosse assim não poderíamos estar aqui presentes, sem saber o horário em que vai ser restabelecido o *quorum*. Não é possível...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Tudo é uma questão de semântica. V.Exa. talvez não



tenha entendido que eu disse até às 16h, que poderíamos recomeçar até às 16h.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – Está bem, Sr. Presidente. Nós podíamos ter pedido o encerramento da reunião naquele momento, tendo em vista a falta de *quorum*. Não o fizemos, porque queríamos trabalhar. Da próxima vez, nós vamos deixar claro que deve ser definido um horário, ou então não se deve deixar suspensa a sessão, porque nós não podemos ficar aqui por uma hora esperando, sem saber se vai haver *quorum* dali a 10 minutos ou 5 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Eu tenho certeza de que V.Exa. considera esta Comissão o órgão mais importante do Congresso Nacional. Então, ficar aqui esperando o restabelecimento do *quorum* para todos nós não pode ser uma coisa hierarquicamente inferior a outra reunião.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – Mas nós suspendemos a reunião com a aquiescência dos que estavam aqui presentes e que poderiam ter pedido o encerramento da reunião, Sr. Presidente. É isso que eu quero ponderar.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Sem dúvida nenhuma, é a prerrogativa que V.Exa. tem. Poderia ter usado mas não usou.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – Usaremos na próxima.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Tem V.Exa. a palavra, Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, eu gostaria de ouvir da Mesa se vamos aguardar o *quorum* para deliberar, ou se V.Exa. abriria para discussão ou sugestões, como é o caso deste Parlamentar que tem sugestão para oferecer ao Relator, enquanto não se atinge o *quorum* para deliberação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – A sessão já foi aberta, e V.Exa., se quiser, poderá utilizar o tempo para debate, discussão e etc., embora não possamos deliberar, por falta de *quorum*.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Então, aproveito esta oportunidade para iniciar o processo de discussão. V.Exa. começará a sessão pela discussão e votação do PPA, ou há outra matéria precedente?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Nós vamos seguir a pauta da reunião, salvo se houver pedido de inversão de pauta aprovado pelo Plenário.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Então, seria a Pauta nº 29? Se for pedir para inverter a pauta, eu não posso agora começar a discutir o projeto do PPA, que seria a minha intenção. A minha iniciativa

foi de tentarmos ganhar tempo na discussão do PPA, enquanto não há *quorum* para deliberação.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – V.Exa. pode falar, Deputado Claudio Cajado, que o povo está ansioso para ouvi-lo.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Eu não diria o povo, porque aqui estão os representantes dele. Mas se V.Exa. deseja ouvir-me, eu posso, com a permissão do Presidente, expor minhas ponderações.

Tenho algumas ponderações a fazer em relação ao PPA, quando for discutido, o que já antecipo ao nobre Relator, Deputado Vignatti. Aliás, quero parabenizar o Relator pela atenção para com os Parlamentares e pela gentileza. V.Exa. tem um perfil de *gentleman*. Aliás, V.Exa. tem um porte de diplomata. Não estivesse aqui no Parlamento, teria com certeza sido aproveitado pelo Itamaraty, dada a sua gentileza e urbanidade no trato com os colegas.

Lendo o seu relatório, fiz algumas observações, mas queria fazer uma sugestão a V.Exa., e peço a anuência do Plenário, como adendo ao relatório. No Item 2.3.19, o Relator abre a possibilidade de considerar algumas emendas prioritárias. Entre as emendas que o Relator pode considerar prioritárias, em número de 6, eu sugeriria mais uma. Sugiro que tenha também como emenda prioritária as regiões metropolitanas e as regiões nas Áreas de Proteção Ambiental – APAs, o que vem ao encontro do que está exposto nos 6 itens, mas não está explicitado.

Então, o adendo era apenas para que pudesse explicitar essas sugestões, algumas delas contidas no Anexo de Metas da LDO. É importante neste momento em que vivenciamos uma preocupação ambiental muito grande termos as Áreas de Proteção Ambiental direcionadas em emendas prioritariamente aceitas. Isso porque hoje precisamos que essas áreas sejam contempladas com recursos para serem preservadas.

Ora, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, se nós não colocarmos a prioridade para as APAs, em especial as regiões metropolitanas, nós não estaremos fazendo uma política de direcionamento de recursos públicos para áreas estratégicas dentro da Federação. E eu explico isso: as regiões metropolitanas não foram contempladas como as capitais no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. As capitais estão muito bem aquinhoadas. Já as regiões metropolitanas estão bem menos aquinhoadas. As Áreas de Proteção Ambiental não tiveram prioridade nem no PAC, nem na LDO, que considerássemos minimamente aceitáveis. Daí por que esse adendo vai no viés de que V.Exa. possa, se forem apresentadas as emendas, acatá-las de forma mais prioritária.

Então, peço o apoio dos colegas para que o Deputado Vignatti absorva como adendo ao seu relatório preliminar essa minha sugestão. Deixarei para o momento da discussão propriamente do PPA o detalhamento de outras observações.

Muito obrigado, Relator e membros do Parlamento.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, logicamente nós estamos aguardando número de Parlamentares para votação.

Eu quero fazer um comentário sobre a pauta. O Deputado Eduardo Valverde tem um requerimento, o primeiro item da pauta, que a meu ver já vai ficar prejudicado, porque S.Exa. propõe que membros do Comitê de Avaliação de Obras Irregulares acompanhem os encontros regionais. Esses encontros já se deram. Em consequência, logicamente, fica prejudicado.

Mas, o segundo requerimento é de minha autoria. Estou pedindo que o Tribunal de Contas nos ajude e nos informe o custo médio unitário, por metro quadrado, de obras, sejam elas rodoviárias ou de construção civil. Eu queria ver a possibilidade de votarmos essa matéria hoje, senão também vai ficar prejudicada, porque temos alguns dados que são discordantes. Nos preços constantes do Orçamento, se fizermos os cálculos por metro quadrado ou por quilômetro, vamos ver que há algumas distorções grotescas. Vamos então buscar junto ao Tribunal de Contas da União valores médios dos últimos 5 anos, para permitir que possamos avaliar melhor os valores das obras públicas.

Gostaria de saber da possibilidade de votarmos esse requerimento e de os companheiros não pedirem verificação, porque o assunto é de interesse de todos, que tenhamos pelo menos um parecer do Tribunal de Contas sobre o custo de obras públicas, principalmente as principais deste País.

Sr. Presidente, é o apelo que eu faço aos companheiros para não pedirem verificação, pelo menos para votarmos esses requerimentos iniciais.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Pela ordem de inscrição, com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, meus caros pares, o Comitê de Avaliação de Obras Irregulares tem se reunido e encontrado alguma dificuldade, porque não temos Regimento Interno ainda, com nova redação. Há uma proposta de V.Exa. que está para ser analisada pelo Plenário, e o Comitê elaborou uma nota técnica para com isso poder se conduzir, até a aprovação do Regimento Interno.

O Comitê está propondo elaborar uma cartilha de informações às bancadas e aos Relatores e Subrelatores, para informar-lhes quais são as obras que têm

irregularidades, quais são as inacabadas, e as razões de cada uma delas, também para que as bancadas, quando discutirem as emendas, observem aquelas inacabadas por falta de recursos, para não deixá-las nessa condição, bem como aquelas que têm irregularidades, para que a própria bancada, junto aos órgãos responsáveis pelo saneamento, tome providências para sanear e tirar essa obra da condição de irregularidade, a fim de que ela possa receber recursos e dar vazão àquilo que a sociedade espera. Só que o Comitê está na situação de aguardar a aprovação do Regimento Interno.

Eu peço a V.Exa. que submeta ao Plenário a nota técnica que foi elaborada pelo Comitê, para nos conduzirmos por ela, até que o Regimento Interno seja aprovado.

O Comitê foi criado para atuar durante o ano todo e deixar de fazer aquele trabalho que fazia anteriormente, de tão-somente observar os relatórios do Tribunal de Contas, sem muito poder decisório, sem capacidade avaliativa. É o que foi sugerido na Resolução nº 01, que permitiu a criação do Comitê. Mas, para tanto, em face do contexto deste ano e de o Comitê só ter sido instalado no final do primeiro semestre, restou-nos pouco tempo para tomar algumas iniciativas.

A primeira delas foi elaborar essa nota técnica, que eu pediria fosse apreciada na próxima reunião plenária desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Atingido o *quorum*, passamos ao expediente.

Conforme solicitação do Deputado Regis de Oliveira, apresentada na 11ª reunião ordinária, realizada em 27 de junho, coloco em votação a dispensa da leitura do expediente.

Como vota a representação na Câmara dos Deputados? (*Pausa.*)

Aprovada na Câmara dos Deputados.

Passa-se à representação do Senado Federal.

Como votam os Srs. Senadores? (*Pausa.*)

Aprovada no Senado.

Determino ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas desta reunião.

## EXPEDIENTE

### CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

**1)** Ofício nº 386, de 25 de setembro, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, solicitando autorização para apresentação de cinco emendas de apropriação.

**2)** Ofício nº 77, de 13 de setembro, da Bancada do Espírito Santo, agradecendo o

empenho para atendimento do Ofício 064/BANCES/2007 para alteração de modalidade de aplicação.

**3)** Ofício nº 416, de 25 de setembro, do Departamento de Finanças, em cumprimento ao disposto no *art. 20, caput e parágrafo 2º*, da LDO/2008.

**4)** Ofício nº 475, de 25 de setembro, da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, solicitando gestões para que não sejam reduzidas dotações orçamentárias previstas ao Ministério da Defesa, Órgão 52000 e suas respectivas Unidades Orçamentárias.

**5)** Ofício nº 476, de 25 de setembro, da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, solicitando autorização para apresentação de emenda com vistas à apropriação para o Programa 0629 – Tecnologia de Uso Naval, Ação 1421 – Construção do Protótipo de Reator Nuclear, da Unidade Orçamentária 52131 – Comando da Marinha, Órgão 52000 – Ministério da Defesa.

**6)** Ofício nº 702, de 27 de setembro, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, informando da necessidade de se recompor o orçamento das Forças Armadas.

**7)** Ofício nº 357, de 26 de setembro, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, solicitando apresentação de emendas de apropriação, uma para cada Comando Militar e outra para o MRE.

**8)** Ofício nº 356, de 26 de setembro, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, informando da necessidade de se recompor o orçamento das Forças Armadas.

**9)** Ofício nº 194, de 25 de setembro, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Câmara dos Deputados, solicitando apresentar emendas de apropriação ao PLOA, dentro da subárea temática Ministério da Defesa, para o Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR.

**10)** Ofício nº 142, de 26 de setembro, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, solicitando apresentar quatro emendas de apropriação e quatro de remanejamento para as subáreas temáticas dos Ministérios das Comunicações, da Ciência e Tecnologia e da Defesa.

**11)** Ofício nº 395, de 3 de outubro, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Câmara dos Deputados, solicitando que não sejam reduzidas as dotações previstas no PLOA 2008 e PPA 2008-2011, destinadas ao Ministério da Defesa.

**12)** Ofício nº 289, de 2 de outubro, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, da Câmara dos Deputados, solicitando que não sejam reduzidas as dotações previstas no PLOA 2008 e PPA 2008-2011, destinadas ao Ministério da Defesa.

**13)** Ofício nº 329, de 3 de outubro, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, do Senado Federal, solicitando autorização para apresentação de emenda de apropriação para o programa de Segurança da Navegação Aquaviária, do Ministério da Defesa.

**14)** Ofício nº 848, de 9 de outubro, da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, da Câmara dos Deputados, solicitando autorização para apresentação de emendas.

**15)** Ofício nº 417, de 3 de outubro, do Presidente da Comissão Permanente de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, solicitando autorização para apresentação de emenda de apropriação para o programa Recursos do Mar, do Ministério da Defesa.

– Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão:

– Deferidas:

**1)** Ofício nº 232, de 3 de agosto do gabinete do Senador Romeu Tuma.

**2)** Ofício nº 361, de 18 de setembro do gabinete do Senador Cristovam Buarque.

**3)** Ofício nº 165, de 4 de setembro do Deputado Ricardo Barros.

– Indeferidas:

**1)** Ofício nº 357, de 22 de agosto do Senador Leomar Quintanilha.

**2)** Memorando nº 80, de 4 de setembro do Deputado Manoel Junior.

– Expedientes solicitando alteração na MODALIDADE DE APLICAÇÃO em emendas parlamentares encaminhados às Consultorias de Orçamento, para análise, e posterior encaminhamento à Secretaria com o respectivo parecer:

**1)** Ofício nº 136, de 31 de agosto do Deputado Tatico.

**2)** Ofício nº 209, de 12 de setembro do Senador Gerson Camata.

**3)** Ofício nº 75, de 13 de setembro do Coordenador da Bancada do Espírito Santo, Senador Gerson Camata.

**4)** Ofício nº 126, de 11 de setembro do Deputado Armando Abílio.

**5)** Ofício nº 63, de 14 de setembro do Coordenador da Bancada do Pernambuco, Deputado Carlos Eduardo Cadoca.

**6)** Ofício nº 11, de 19 de setembro do Coordenador da Bancada de Rondônia, Deputado Eduardo Valverde.

**7)** Ofício nº 81, de 19 de setembro do Deputado Fernando Ferro.

**8)** Ofício s/nº, de 30 de agosto do Ex-Deputado Barbosa Neto.

**9)** Ofício nº 9-350, de 11 de setembro do Senador Cristovam Buarque.

**10)** Ofício nº 273, de 11 de setembro, do Deputado Aracely de Paula.

**11)** Ofício s/nº, de 16 de julho, do ex-Deputado Pastor Francisco Olímpio.

**12)** Ofício nº 338, de 25 de setembro, do Deputado Mendes Ribeiro Filho.

**13)** Ofício nº 373, de 25 de setembro, do Senador Tião Viana.

**14)** Ofício nº 236, de 20 de setembro, do Deputado Maurício Rands.

**15)** Ofício nº 360, de 25 de setembro, do Deputado Waldemir Moka.

**16)** Ofício nº 69, de 19 de setembro, do Deputado Marco Maia.

**17)** Ofício nº 535, de 25 de setembro, da Senadora Ideli Salvatti.

**18)** Ofícios nºs 204 e 205, de 24 de setembro, do Senador Sérgio Guerra.

**19)** Ofício nº 668, de 20 de setembro, do Senador Marconi Perillo.

**20)** Ofício nº 452, de 26 de setembro, do Deputado Nelson Trad.

**21)** Ofício nº 229, de 25 de setembro, do Deputado Gilmar Machado.

**22)** Ofício nº 100, de 19 de setembro, do Deputado Silas Câmara.

**23)** Ofício nº 146, de 3 de outubro, do Deputado Daniel Almeida.

**24)** Ofício nº 144, de 2 de outubro, do Deputado Antonio Cruz.

**25)** Ofício nº 197, de 3 de outubro, do Deputado João Matos.

**26)** Ofício nº 145, de 2 de outubro, do Deputado Sandro Matos.

**27)** Ofício nº 114, de 3 de outubro, do Deputado Geraldo Resende.

**28)** Ofício nº 146, de 3 de outubro, do Deputado Daniel Almeida.

**29)** Ofício nº 149, de 5 de outubro, do Deputado Manato.

**30)** Ofício nº 39, de 10 de outubro, do Deputado Mendes Ribeiro Filho, Coordenador da Bancada do Rio Grande do Sul.

**31)** Ofício nº 444, de 8 de outubro, do Deputado Eunício de Oliveira.

**32)** Ofícios nºs 116, 117 e 119, de 9 de outubro, do Deputado Geraldo Resende.

**33)** Ofício nº 95, de 10 de outubro, do Deputado Fernando Ferro.

**34)** Ofício nº 418, de 9 de outubro, do Senador Augusto Botelho.

**35)** Ofício nº 509, de 10 de outubro, do Deputado Vital Rego Filho.

**36)** Ofício nº 158, de 11 de outubro, do Deputado Daniel Almeida.

**37)** Expediente, de 16 de outubro, da ex-Deputada Suely Campos.

– Expediente encaminhado pelo Presidente do Senado Federal informando abertura do prazo para interposição de recurso a Projetos de Decretos Legislativos:

**1)** Ofício nº 370 de 10 de setembro, ao PDL 6/2007-CN.

**2)** Ofício nº 374 de 11 de setembro, aos PDLs 7 e 8/2007-CN.

– Expediente encaminhado pelo Presidente do Senado Federal informando o término do prazo para interposição de recurso a Projetos de Decretos Legislativos:

**1)** Ofício nº 382 de 18 de setembro, ao PDL 6/2007-CN.

**2)** Ofício nº 392 de 19 de setembro, aos PDLs 7 e 8/2007-CN.

– Expediente encaminhado pelo Presidente do Senado Federal informando o envio de autógrafos de Decretos Legislativos:

**1)** Ofício nº 398, de 24 de setembro, Decreto Legislativo nº 235/2007.

**2)** Ofício nº 402, de 25 de setembro, Decreto Legislativo nº 236/2007.

**3)** Ofício nº 404, de 25 de setembro, Decreto Legislativo nº 237/2007.



**II) Correspondência Externa Recebida:**

**1)** Ofício nº 10, de 20 de agosto do Ministério da Integração Nacional, solicitando atenção à Programas deste Ministério no processo de adequação do PLOA para 2008, por meio de emendas parlamentares.

**2)** Ofício nº 90, de 12 de setembro, do Ministério do Turismo, solicitando autorização para alteração de modalidade de aplicação de emenda.

**3)** Ofício nº 634, de 20 de setembro, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, quanto à participação no Seminário Brasil-Europa “Cidadania, Competitividade e Desburocratização”.

**4)** Ofício nº 94, do Ministério da Integração Nacional, encaminhando informações sobre as providências tomadas para sanar as irregularidades apontadas em obras sob a responsabilidade desta pasta, conforme *art. 102 § 7º da LDO/2008*.

**5)** Ofício nº 25, de 25 de setembro, do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região – Pernambuco, solicita atenção ao pleito encaminhado ao Relator Setorial, Deputado Carlos Eduardo Cadoca, relativo à inclusão, no orçamento do exercício vindouro, de verba para construção do Fórum Trabalhista desta Capital.

**6)** Ofício nº 410, de 9 de outubro, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando atualização das Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária para 2008.

**7)** Ofícios nºs 702 e 738, de 19 e 27 de setembro, respectivamente, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, solicitando alteração de modalidade de aplicação.

**8)** Ofício nº 702, de 19 de setembro, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, solicitando alteração de modalidade de aplicação.

**9)** Aviso nº 1.374-GP/TCU, de 11 de setembro, acusando o recebimento do Ofício Pres. Nº 309/2007-CMO de 5/9/2007, solicitando esclarecimentos quanto à vigência do contrato celebrado entre o Incra/DF e a ALS Engenharia e Construções LTDA.

**10)** Aviso nº 1.375-GP/TCU, de 11 de setembro, acusando o recebimento do Ofício Pres. Nº 274/2007-CMO de 23/8/2007, solicitando verificação do cumprimento das disposições do Termo de Acordo e Compromisso

celebrado entre o IBAMA e o DNIT faça parte das verificações contidas nos levantamentos periódicos das obras de construção, adequação ou restauração de trechos rodoviários na BR-319, no Estado do Amazonas trecho Manaus– Divisa AM/RO.

**11)** Ofício nº 11, de 3 de outubro, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, encaminhando proposta de emenda ao texto do Anexo V do Projeto de Lei nº 30/2007-CN.

**12)** Ofício nº 428, do Secretário Adjunto da Cultura, do Estado de São Paulo, encaminhado pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia, solicitando apoio para emenda aditiva ao orçamento do Fundo Nacional de Cultura.

**13)** Ofício nº 124, de 4 de outubro, do Ministério do Turismo, solicitando alteração de modalidade de aplicação.

**14)** Ofício nº 1.266, de outubro, do Ministério da Saúde, encaminhando informações prestadas pela secretaria Executiva, conforme solicitação contida no Ofício nº 189 de 14 de agosto desta Comissão.

**15)** Ofício nº 13, de 4 de outubro, do Ministério do Trabalho e Emprego, solicitando alocação de emendas no OGU 2008 para projetos de qualificação de trabalhadores e de intermediação de mão-de-obra.

**16)** Ofício nº 278, de 2 de outubro, do Ministério Público do Estado do Paraná, solicitando informações sobre que tipos de verbas foram direcionadas, mediante convênio ao Município de Santa Teresa do Oeste, no período de 2001 a 2003.

**17)** Ofício nº 490, de 4 de outubro, do Ministério do Trabalho e Emprego, solicitando correção de metas físicas do Projeto de Lei Orçamentária da União para o exercício de 2008.

**18)** Ofício nº 197, de 9 de outubro, do Ministério dos Transportes, solicitando junto às Relatorias correções indispensáveis incluindo no PLOA 2008 e PPA 2008-2011 programação do DNIT.

– Esta Presidência encaminhou correspondência aos remetentes dos expedientes acima citados, **17 e 18**, solicitando que as demandas daquelas pastas por alteração no Projeto de Lei nº 30/2007-CN ( PLOA para 2008), sejam encaminhadas a esta Comissão através de ofício do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme preconiza o disposto no *art. 28, Parágrafo único da Resolução nº 01/2006-CN*.



**19)** Mensagem enviada por fax, em 11 de outubro, do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DNIT, encaminhando cópia do Ofício 2.861, referente à Audiência Pública para discussão dos Estudos Ambientais, EIA/RIMA, da pavimentação da rodovia BR-158/MT.

**20)** Ofício nº 190, de 5 de outubro, da Câmara Municipal de Barcarena/PA, informando recebimento do Comunicado que informa a liberação de Recursos do Orçamento da União destinados ao Município.

**21)** Aviso nº 1.647-GP/TCU, de 10 de outubro, encaminhando informações em resposta ao Ofício Pres. Nº 309/2007-CMO, de 5/9/2007.

**22)** Ofício nº 99, de 8 de outubro, do Deputado Estadual do Estado da Paraíba, Jeová Campos, encaminhando sugestões de emendas ao PLOA 2008.

– Relatórios de Gestão Fiscal, referentes ao 2º quadrimestre de 2007, em observância ao disposto no art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 125 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007, encaminhados pelos seguintes órgãos:

Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes regiões: 1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 8ª, 9ª, 11ª, 12ª, 13ª, 20ª, 21ª, 24ª.

Tribunais Regionais Eleitorais dos seguintes estados: Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Roraima, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins.

Tribunal Superior Eleitoral.

Tribunal de Contas da União.

Supremo Tribunal Federal

– Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

– Superior Tribunal de Justiça

– Expedientes encaminhados à Comissão em resposta ao Convite para participar dos Seminários Regionais para Discussão da Proposta Orçamentária para 2008 e do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2008-2011:

**1)** Expediente, de 26 de setembro do Governo do Estado de São Paulo.

**2)** Expediente enviado via fax, em 20 de setembro, do Ministério da Saúde.

**3)** Expediente enviado via fax, em 20 de setembro, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, e Comércio Exterior.

**4)** Expediente enviado por e-mail, de 20 de setembro, do Presidente da FIEMA/Maranhão.

**5)** Telegrama enviado em 18 de setembro, do Prefeito Municipal de Campo Grande/MS.

**6)** Telegrama enviado em 20 de setembro, do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

**7)** Ofício nº 14, de 26 de agosto, do Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

**8)** Telegrama enviado em 25 de setembro, do Governador do Estado de Goiás.

**9)** Ofício 3057, de 02 de outubro, do Gabinete do Governador do Estado da Bahia.

**10)** Telegrama enviado em 28 de setembro, do Deputado Paulo Henrique Lustosa.

**11)** Telegrama enviado em 28 de setembro, do Ministro da Defesa, Nelson Jobim.

**12)** Telegrama enviado em 26 de setembro, do Deputado Marcelo Nilo.

**13)** Ofício 149, de 2 de outubro, da Liderança do Governo no Congresso.

**14)** Telegrama enviado em 1º de outubro, do Deputado Robinson Faria.

**15)** Expediente nº 343, enviado via fax, em 3 de outubro, do Ministério das Relações Exteriores.

**16)** Expediente enviado via fax, em 19 de setembro, do Governo do Estado de Minas.

**17)** Ofício nº 322, de 18 de setembro, enviado via fax, do Gabinete da Presidência do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.

**18)** Ofício nº 2.004, de 28 de setembro, do Gabinete do Governador do Estado de Sergipe.

**19)** Ofício nº 946, de 27 de setembro, do Gabinete Presidência da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

**20)** Telegrama enviado em 19 de setembro, do Deputado Jorge Picciani.

**21)** Telegrama enviado em 1º de outubro, do Ministro de Estado da Justiça.

**22)** Expediente enviado via fax, em 8 de outubro, do Gabinete do Ministro do Ministério da Ciência e Tecnologia.

**23)** Ofício nº 715, de 5 de outubro, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

**24)** Telegrama enviado em 8 de outubro, do Ministro de Estado das Comunicações.

**25)** Telegrama enviado em 8 de outubro, do Presidente Superior Tribunal de Justiça.

**26)** Telegrama enviado em 11 de outubro, do Prefeito de Goiânia.

**27)** Telegrama enviado em 5 de outubro, do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.

– Precatórios encaminhados em atendimento ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008 a serem incluídos na Proposta Orçamentária para 2008, dos seguintes órgãos:

– Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

– Expedientes encaminhados em atendimento ao disposto no art. 20 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008, projetos de grande vulto, constantes da Proposta Orçamentária para 2008:

- Conselho da Justiça Federal;
- Tribunal Superior do Trabalho;
- Ministério da Saúde.
- Ministério da Integração Nacional.
- Ministério Público da União.
- Ministério dos Transportes.
- Senado Federal
- Ministério de Minas e Energia
- Secretaria Especial de Portos da Presidência da República
- Ministério da Ciência e Tecnologia
- Ministério da Fazenda
- Supremo Tribunal Federal
- Ministério da Defesa.
- Ministério do Meio Ambiente
- Ministério de Minas e Energia
- Ministério do Desenvolvimento Agrário.

– Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

– Tribunal Superior Eleitoral

– Ministério dos Transportes

– Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

– Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodrigues:

– Avisos Seses de 5 de setembro:

Aviso nº 1.292/2007 (Acórdão nº 1.809/2007): Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiro de Russas/CE – 2ª etapa.

Aviso nº 1.299/2007 (Acórdão nº 1.812/2007): Adequação de Trecho Rodoviário

– Governador Valadares – Belo Horizonte – na BR-381 – no Estado de Minas Gerais.

Aviso nº 1.300/2007 (Acórdão nº 1.813/2007): Construção de Trechos Rodoviário – Boca do Acre – Divisa AM/AC – na BR-317 – no Estado de Amazonas.

Aviso nº 1.301/2007 (Acórdão nº 1.830/2007): Irrigação de lotes na área do reassentamento, com 20.599ha, na Usina de Itaparica, no Estado da Bahia.

Aviso nº 1.302/2007 (Acórdão nº 1.832/2007): Construção do Sistema Adutor do Itapecuru (Italuís II), no Estado do Maranhão.

Aviso nº 1.308/2007 (Acórdão nº 1.818/2007): Construção de Trecho Rodoviário – Porto Camargo – Cruzeiro do Oeste – BR-487, no Estado do Paraná.

Aviso nº 1.309/2007 (Acórdão nº 1.819/2007): Construção do Contorno e Pátio Ferroviário de Tutóia – no Município de Araraquara – no Estado de São Paulo.

Aviso nº 1.310/2007 (Acórdão nº 1.824/2007): Restauração de Rodovias Federais no Estado de Minas Gerais.

Aviso nº 1.312/2007 (Acórdão nº 1.797/2007): Pedidos de Reexame interpostos contra o Acórdão nº 1.097/2006-Plenário.

Aviso nº 1.314/2007 (Acórdão nº 1.801/2007): Modernização e Adequação do sistema de produção da Refinaria de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro.

Aviso nº 1.316/2007 (Acórdão nº 1.814/2007): Ampliação dos Molhes e Dragagem de Aprofundamento do Canal de Acesso no Porto do Rio Grande no Estado do Rio Grande do Sul.

Aviso nº 1.321/2007 (Acórdão nº 1.829/2007): Assegurar o atendimento crescente de demanda de energia elétrica para os Estados da Região Nordeste – Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

Aviso nº 1.322/2007 (Acórdão nº 1.828/2007): Implantação da Usina Hidrelétrica Batalha e Sistema de Transmissão Associado.

Aviso nº 1.341/2007 (Acórdão nº 1.846/2007): Pedido de reexame, interposto pelos denunciante/recorrentes, em face do Acórdão nº 722/2007-TCU-Plenário, de 25/4/2007.

– Avisos Seses de 12 de setembro:

Aviso nº 1.345/2007 (Acórdão nº 1.875/2007): construção de anel rodoviário na BR-364 (Rio Branco).

Aviso nº 1.347/2007 (Acórdão nº 1.868/2007): obras de Restauração de Rodovias Federais no Estado de Rondônia.

Aviso nº 1.351/2007 (Acórdão nº 1.883/2007): Implantação do Complexo Hidrelétrico São Bernardo para a Geração de energia elétrica na Região Sul.

Aviso nº 1.352/2007 (Acórdão nº 1.884/2007): Substituição de grupo de Geradores de Vapor da Usina de Angra I no Estado do Rio de Janeiro.

Aviso nº 1.365/2007 (Acórdão nº 1.885/2007): Obras de Expansão do Sistema de Transmissão Associado à UHE de Tucuruí, no Estado do Maranhão.

Aviso nº 1.370/2007 (Acórdão nº 1.871/2007): obras de segurança e sinalização náutica da Hidrovia do Corredor Oeste – Norte do Rio Madeira – Trecho Porto Velho/Foz do Rio Madeira.

Aviso nº 1.373/2007 (Acórdão nº 1.874/2007): Construção de Trechos Rodoviários na BR-470, trecho Barracão – Lagoa Vermelha – Nova Prata.

Aviso nº 1.378/2007 (Acórdão nº 1.896/2007): Obras de dragagem dos berços 100 a 103 e da retroárea dos berços 100 e 101 do Porto do Itaqui/MA.

Aviso nº 1.381/2007 (Acórdão nº 1.893/2007): Obras de construção da ponte sobre o rio Itacutu, na BR-401, no Estado de Roraima.

Aviso nº 1.382/2007 (Acórdão nº 1.894/2007): Obras de recuperação dos berços 101 e 102, e construção da retroárea dos berços 100 e 101 do Porto do Itaqui/MA.

Aviso nº 1.383/2007 (Acórdão nº 1.895/2007): Obras de Construção do Berço 100, Alargamento do Cais Sul e Ampliação do Porto do Itaqui – Estado do Maranhão.

– Avisos Seses de 19 de setembro:

Aviso nº 1.390/2007 (Acórdão nº 1.936/2007): obras de Restauração de Rodovias Federais em Rondônia.

Aviso nº 1.391/2007 (Acórdão nº 1.937/2007): obras realizadas na BR-272/PR.

Aviso nº 1.409/2007 (Acórdão nº 1.933/2007): projetos relacionados com a pro-

moção do tema Inclusão Digital, no período de 2004 a 2006.

Aviso nº 1.410/2007 (Acórdão nº 1.948/2007): Implantação do Projeto Beira-Rio, no Município de Porto Velho/RO.

Aviso nº 1.431/2007 (Acórdão nº 1.949/2007): Apoio à Implantação do trecho Lapa-Pirajá do Sistema de Trens Urbanos de Salvador/BA.

– Avisos Seses de 24 de setembro:

– Aviso nº 1.424/2007 (Acórdão nº 1.953/2007): levantamento de auditoria realizados com o objetivo de verificar a correta aplicação de recursos federais em obras públicas e prestar informações ao Congresso Nacional para subsidiar a aprovação e o acompanhamento da Lei Orçamentária Anual para 2008.

– Avisos Seses de 3 de outubro:

– Aviso nº 1.484/2007 (Acórdão nº 2.071/2007): obras rodoviárias emergenciais na BR-163/PR, trecho Cândido Rondon até o entroncamento com a BR-272.

– Avisos Seses de 10 de outubro:

– Aviso nº 1.491/2007 (Acórdão nº 2.128/2007): obras implementadas nas BR-364/AC e BR-317/AC.

– Aviso nº 1.507/2007 (Acórdão nº 2.145/2007): obras de Reurbanização do Vale do Córrego Cascavel no Município de Goiânia/GO.

– Avisos/Seses do Tribunal de Contas da União encaminhados à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para autuação e posterior encaminhamento à Comissão na forma de AVN (Aviso do Congresso Nacional):

– Aviso nº 1.330/2007, de 5 de setembro (Acórdão nº 1.827/2007): Relatório de Gestão Fiscal pelos Poderes e órgãos federais relacionados no art. 20 da citada norma complementar, correspondentes ao 1º quadrimestre do exercício de 2007.

– Aviso nº 1.446/2007, de 26 de setembro (Acórdão nº 2.011/2007): construção de trechos rodoviários no Corredor Oeste-Norte, em especial, à construção do anel viário de Ji-Paraná/RO.

– Aviso nº 1.450/2007, de 26 de setembro (Acórdão nº 2.010/2007): obras de construção das eclusas de Tucuruí, no Rio Tocantins, estado do Pará.

**Myrna Lopes Pereira**, Secretária de Comissão.

Informo que a lista com os expedientes foi encaminhada pelo correio eletrônico aos membros e lideranças partidárias nesta data.

Ordem do Dia.

Pauta nº 29, de 2007.

Item 1. Relatório da Receita...

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– O Deputado João Leão tem a palavra, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, *“requeiro a V.Exa., nos termos regimentais, inversão da Pauta nº 29 desta reunião, no sentido de que o Item nº 2, Relatório Preliminar com emendas do PL, PPA 2008/2011, seja apreciado em primeiro lugar, e o Item nº 1, relatório da receita, do PLN nº 30/2007, seja a segunda matéria para apreciação. Sala das Comissões, 17/10/2007. Deputado João Leão.”*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Peço a V.Exa. que encaminhe à Mesa seu requerimento.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – E requeiro também, Sr. Presidente, a inclusão de matéria na Ordem do Dia. *“Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do relatório apresentado ao PLN nº 33/2007 na Ordem do Dia da 23ª reunião desta Comissão, realizada em 17/10/2007. Sala das sessões. Deputado João Leão.”*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Em discussão o requerimento apresentado pelo Deputado João Leão, que acabou de ser lido pelo autor. *(Pausa.)*

Em votação.

Como vota a bancada de Deputados nesta Comissão? *(Pausa.)*

Aprovado na representação da Câmara.

Passa-se à votação na representação do Senado.

Como vota a representação de Senadores? *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

O requerimento está aprovado.

Segundo requerimento de autoria do Deputado João Leão:

*“Requeiro, nos termos do art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do relatório apresentado ao PLN nº 33/2007 na Ordem do Dia da 23ª reunião, por esta Comissão, realizada em 17/10/2007.*

*Deputado João Leão.”*

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Votação na representação da Câmara Federal.

Como votam os Srs. Deputados? *(Pausa.)*

O requerimento foi aprovado por unanimidade.

Passa-se à votação no Senado.

Como votam os Srs. Senadores? *(Pausa.)*

Aprovado no Senado da República.

Vamos votar o Item nº 2, em face da decisão do Plenário de inversão de pauta.

Pauta nº 29/2007, Item nº 2:

Relatório Preliminar apresentado, com emendas, sobre o Projeto de Lei nº 31/2007-CN, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008/2011.

Foram apresentadas 67 emendas ao relatório preliminar apresentado.

O Relator é o Deputado Vignatti.

Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2008/2011, nos termos apresentados, com alterações decorrentes das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente.

Foi apresentada errata ao relatório.

Com a palavra o Relator, para leitura do seu relatório e da errata.

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – Sr. Presidente, Senador José Maranhão, Srs. Deputados, Srs. Senadores, se houver concordância, peço a compreensão de V.Exas., tendo em vista que o relatório preliminar foi entregue na quinta-feira, e a errata anteriormente, para que eu faça um resumo desse relatório preliminar, não a leitura na íntegra.

Relatório.

O Presidente da República, em atendimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição, enviou ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 116, de 2007, o projeto de lei do Plano Plurianual para o período 2008 até 2011 – PPA 2008-2011.

Designado Relator do projeto, coube-me a honrosa tarefa de propor parecer preliminar sobre a apreciação do projeto de lei, previsto no art. 102 da Resolução nº 1, da Comissão de Orçamento.

O próximo PPA tem 3 grandes eixos: crescimento econômico, agenda social e educação de qualidade. Cada eixo é destacado, com o plano de desenvolvimento econômico, o plano de desenvolvimento da educação e a agenda essencial da estratégia, para proporcionar uma educação de qualidade. Na agenda social, além de medidas na área de educação, a transferência é condicionada às áreas sociais das ações complementares, fortalecimento da cidadania, dos direitos humanos, da cultura e da segurança pública.

O Plano é organizado em 306 programas, em sua maioria associados a 10 objetivos de Governo, que, por sua vez, são subdivididos em uma série de objetivos setoriais.



Os objetivos anunciados pelo Governo são os seguintes:

Promover a inclusão social e a redução das desigualdades;

promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda no Brasil;

propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade;

fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia, e a cidadania, com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos;

implementar uma infra-estrutura eficiente e integradora do território nacional;

reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do território nacional;

fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana;

eleva a competitividade sistêmica da economia, com inovação tecnológica;

promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos;

promover o acesso com qualidade à seguridade social, sob a perspectiva da universalidade e da equidade, assegurando-se o seu caráter democrático e a descentralização.

Das emendas ao relatório preliminar.

Com amparo no parágrafo único do art. 102 da Resolução nº 1, de 2006, foram apresentadas 67 emendas ao presente relatório.

Desse total, nosso parecer é pela aprovação de 3 emendas, aprovação parcial de 14 emendas, pela prejudicialidade de 2 emendas, pela rejeição de 25 emendas e pela inadmissibilidade de 23 emendas, na forma do relatório anexo, distribuído a todos os Parlamentares.

Os pareceres pela inadmissibilidade amparam-se nas normas da resolução, que vedam emenda de Relator.

Assim, o texto ora abordado reflete o relatório apresentado com as alterações decorrentes dos pareceres sugeridos.

Voto.

Em face do exposto, somos pela aprovação do parecer preliminar do projeto de lei do Plano Plurianual 2008/2011 na forma apresentada, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente, conforme descrito no item 1.8 e conforme errata em anexo.

Como a errata também foi distribuída, destaco uma questão importante com relação à saúde, levantada ontem pelo Deputado Rafael Guerra. Onde se lia “os dispêndios da saúde são de 148 bilhões”, passa-se a ler: “217 bilhões”. Correção no PPA nos próximos 4 anos.

As demais erratas foram entregues a todos os Parlamentares.

Sr. Presidente, é esse o relatório resumido, com a concordância dos Srs. Deputados e Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Em discussão o relatório que acaba de ser lido pelo autor, Deputado Vignatti.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA** – Sr. Presidente, há alguém inscrito? Se não, eu me inscrevo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente parabeno o Deputado Vignatti pelo relatório. Realmente teve muita paciência e a competência necessária para realizar as audiências e discutir em detalhe.

Levantarei apenas uma questão, a título de esclarecimento.

O item 1.6.5, na pág. 13, diz:

“Os dispêndios previstos na área de saúde para o período 2008-2011 são de 148 bilhões de reais. O setor representa 39,3% dos investimentos na área social, e possui como metas prioritárias aumentar o número de Equipes de Saúde da Família (atingir 14.502)...”

V.Exa. tem disponível o incremento dessa meta tanto para as equipes de saúde quanto para as equipes de saúde bucal? Se não, paciência.

Quando são colocados itens referentes ao aumento de meta, que saibamos de quanto para quanto se está aumentando, a fim de termos uma visão real do incremento a ser considerado na proposta.

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – A primeira questão levantada mencionava uma das erratas, referente ao valor. A errata contém até mesmo um incremento significativo em relação àquilo que foi mencionado no primeiro momento: em vez de 148 bilhões de reais, o valor passa a ser de 217 bilhões de reais.

O incremento diferencial nessas áreas não está no relatório preliminar, mas posso providenciar para V.Exa. o incremento diferenciado no atendimento da questão das unidades do PSF e da saúde bucal, entre o valor que está e aquilo que será acrescido.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA** – Agradeço a V.Exa.

Tinha interesse específico nessas equipes, até para fazer um confronto com o Estado, a fim de saber como evoluiu a situação. Apesar de o valor desses recursos já ter aumentado significativamente, não é especificamente para essas 2 áreas. Engloba a área de saúde como um conjunto.

Então gostaria que essas metas fossem enviadas, sem nenhum comprometimento do teor do relatório.

Mais uma vez, parabênzo V.Exa. pelo trabalho.

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, Sr. Relator, cumprimento o Deputado Vignatti e o Deputado Pimentel por levarem à sociedade o Orçamento e o Plano Plurianual, duas peças orçamentárias desconhecidas, mas de vital importância para o cidadão, e por terem realizado reuniões em vários Estados, inclusive em Rondônia, Porto Velho. É óbvio que ainda há muito o que caminhar. Essas 2 peças, muitas vezes, não interferem na decisão daquilo que está sendo discutido. Mas a aproximação conseguida com essas reuniões permite um apoderamento. Talvez não tenhamos aqui uma peça ideal, mas, com certeza, ela será muito melhor, porque a contribuição da sociedade permitirá o aperfeiçoamento desses 2 instrumentos de gestão pública.

Com relação ao que foi apresentado pelo Relator dentro do Plano Plurianual, quais são as obras estruturantes necessárias para alavancar a economia brasileira?

Temos, hoje, o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento – o PAC, que é um programa do Governo, mas o PPA busca compreender o que quer esse PAC e dá uma dimensão de plurianualidade a esse programa. De tal forma que o PAC deixa de ser um instrumento tão-somente de Governo para integrar um planejamento de Estado, de obrigatoriedade de execução até mesmo para o Governo que vai suceder o atual, após 2010. Nesse sentido, entendo como correto o teor do relatório apresentado, por estar compreendendo este fenômeno econômico de incorporação do plano de investimento como uma ação de Estado e não mais como obra de um Governo.

São essas considerações que eu faço. Quero cumprimentar o Relator da LOAS pelo cumprimento da Emenda nº 29. Isso permitirá que, ao se regulamentar a Emenda nº 29 nesta Casa, daqui há poucos meses, tenha ela o abrigo orçamentário necessário.

Então, são essas considerações que faço a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o nobre Deputado Rafael Guerra.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Sr. Presidente, é apenas para registrar e cumprimentar o Relator. Tenho em mãos aqui a errata, que S.Exa. está apresentando, que corrige o cálculo que estava sendo feito em relação ao financiamento da saúde nos próximos 4 anos. Quero cumprimentar o nobre Relator, que atendeu a nossa ponderação de maneira equilibrada e tranqüila. Hoje, temos a possibilidade de estar votando em plenário a regulamentação da Projeto de Emenda à Constituição nº 29. Como esse é um relatório preliminar, caso haja alguma alteração fica para o relatório definitivo.

Quero cumprimentar e agradecer ao nobre Relator, em nome da área da saúde.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Eduardo Sciarra. *(Pausa.)*

Com a palavra o nobre Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, antes de começar essa discussão do PPA, fiz uma sugestão ao Relator para que pudesse, na forma de adendo, absorver minha sugestão. Para minha satisfação, o Relator disse que irá aceitar, pediu informações à Consultoria, e não há óbices.

Em relação ao mérito do relatório como um todo, acho que não há muito o que crescer. Faço algumas observações em relação ao aumento do projeto, de grande vulto: era de 10 milhões e o Relator passou para 20 milhões. A autorização para a atualização dos valores do PPA passa a constar do texto. Há possibilidade de haver emendas tanto de bancada estadual, em número de 5, quanto de Comissões, também em número de 5, e de membros do Congresso Nacional, no valor de 10 emendas. Pode também existir a possibilidade de emendas em relação à despesa, na ação orçamentária. Constarão no Plano, em programação específica. Essa é uma boa iniciativa de V.Exa., Deputado Vignatti. No mais, reitero a observação que fiz anteriormente, pedindo para incluir nas emendas prioritárias as regiões metropolitanas e as Áreas de Proteção Ambiental.

Nesse sentido, como o Relator absorveu essa minha sugestão, eu não tenho mais o que comentar do relatório e acho que deveríamos seguir adiante na discussão e votação, ainda, nesta tarde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – O nobre Relator da matéria, Deputado Vignatti, indicou para a inadmissibilidade as seguintes emendas constantes do relatório: Emendas nºs 2, 3, 14, 17, 22, 27, 30, 31, 39, 40, 42 a 45, 55, 57 e 59.

Declaro inadmitidas as emendas.

O relatório e a errata estão em discussão.

Está aberto o prazo para a apresentação de destaques.

Com a palavra o nobre Deputado Manoel Junior, pela ordem de inscrição.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Sr. Presidente, Sr. Relator do PPA, nobre Deputado Vignatti, minha intervenção é apenas para parabenizar V.Exa. e dizer aqui aos membros desta Comissão que o trabalho feito não só por V.Exa., mas também pelo nobre Deputado José Pimentel, de peregrinação pelas várias regiões deste País, auscultando e sendo sensível aos reclamos da população, é para merecer não só a nossa atenção, mas a atenção deste Parlamento, Senado Federal e Câmara dos Deputados juntos, e principalmente do povo brasileiro. Acompanhei V.Exa. em algumas audiências públicas e vi que V.Exa. demonstrou profundo conhecimento do projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo. E também habilidade na relação não só com os Parlamentares da base do Governo, mas também com aqueles que fazem oposição ao Governo Federal.

Quero apenas fazer esse registro porque é importante na tarde de hoje. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o nobre Deputado Eduardo Sciarra.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – Sr. Presidente, quero cumprimentar o nobre Relator, Deputado Vignatti, pelo trabalho, pela disposição de atender a todos os ilustres Parlamentares. A forma como V.Exa. conduziu os trabalhos contribuiu bastante para este bom clima.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Continua facultada a palavra.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, não sei se estou inscrito, pela ordem, para falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Deputado Giovanni Queiroz, pela ordem de inscrição, tem a palavra V.Exa.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, é sobre o requerimento de inclusão de matérias na Ordem do Dia. Reportei-me, há pouco tempo, sobre o que diz respeito a incluir na Ordem do Dia um requerimento da minha autoria, buscando junto ao Tribunal de Contas da União...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Quero pedir aos colegas e às galerias para fazerem silêncio, porque há um orador com a palavra.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, é sobre um requerimento de inclusão de matéria na Ordem do Dia. O requerimento foi encaminhado há mais de 30 dias e não foi votado. Estamos solicitando do Tribunal de Contas da União informações sobre os preços médios praticados em construções de rodovias, sejam federais ou estaduais, até porque o Relator não pôde acatar no seu relatório, o que eu entendo perfeitamente. É razoável a sua observação, mas queremos essas informações para que possamos avaliar os preços de obras públicas no Orçamento Geral da União.

Então é este o nosso requerimento, pedindo o apoio de todos os Srs. Parlamentares, porque é de interesse de todos nós termos esses custos avaliados pelo Tribunal de Contas e repassados a esta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Vignatti.

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – Sr. Presidente, eu quero acatar a sugestão levantada pelo Deputado Claudio Cajado, que considera, dentre os objetivos gerais, as Regiões de Proteção Ambiental, as APAs, as regiões metropolitanas, dentro dos critérios de prioridade, como foi com a questão das Unidades Federativas da Nação, como foi também com a questão da Amazônica. Quero acatar, então, isso para incluir no relatório preliminar a sugestão levantada pelo Deputado Claudio Cajado.

No mais, quero agradecer as referências feitas pelos Deputados. E gostaria que neste momento pudessemos votar o relatório preliminar, ressalvados os destaques, para análise posterior, e, no mesmo período, poderemos votar o relatório de Receita, bem produzido, do nosso Senador Francisco Dornelles. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Encerrada a discussão.

O relatório, com as alterações decorrentes da errata e adendo, está em votação na representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Como vota a representação da Câmara dos Deputados?

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – V.Exa. – tenho a impressão que não percebi direito – não ressaltou os destaques. Está em votação, ressalvados os destaques?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Claro.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Mas V.Exa. não disse.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Porque V.Exa. pediu a palavra antes que eu concluísse a oração. *(Risos.)* Eu vou repetir: o relatório, com as alterações decorrentes da errata e adendo, está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Realmente houve um erro de redação aqui no *script* da minha querida Secretária.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Obrigado, Sr. Presidente. *(Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Mas ela colocou aqui, providente como é: “*Em votação na representação do Senado Federal. Os Srs. Senadores que o aprovam..., ressaltados os destaques*”.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – É, no Senado Federal!

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– É. Houve uma falha aqui. V.Exa. tem razão.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Não. É apenas para colaborar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– V.Exa. tem razão.

Então, ressaltados os destaques. Como vota a representação na Câmara dos Deputados? *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Votação na representação do Senado Federal.

Como vota a representação no Senado Federal, ressaltados os destaques? *(Pausa.)*

Aprovado, por unanimidade no Senado Federal.

Com a palavra o Deputado Vignatti.

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – Sr. Presidente, peço licença por, no máximo, 10 minutos. É o tempo que eu preciso para depois votarmos, com certeza, o relatório de Receita do Senador Francisco Dornelles. É para analisar os destaques e construir o entendimento com quem os apresentou. Em seguida, retornaremos.

*(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, já que V.Exa. vai dar os 10 ou 15 minutos ao Relator, vamos votar o meu requerimento de inclusão em pauta, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Sr. Presidente, vamos votar o relatório de receita.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Ordem do Dia.

Item nº 1 da Pauta nº 29, que foi objeto de inversão a pedido do Deputado João Leão.

### Item 1.

Relatório da Receita apresentado ao Projeto de Lei nº 30/2007, do Congresso Nacional, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 2008.

Relator da Receita, Senador Francisco Dornelles.

Foram apresentadas 25 emendas, sendo 13 à Receita e 12 à renúncia de Receita.

Voto pela aprovação do Projeto de Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2008, no que concerne às estimativas de Receitas, nos temas apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas.

Foi apresentada errata ao relatório.

Com a palavra o Relator da matéria, para apresentação do relatório e da errata.

**O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES**

– Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, é uma honra muito grande estar aqui.

Quero, inicialmente, fazer um agradecimento aos meus companheiros da Subcomissão de Emendas, que foram da maior importância. Refiro-me aos Senadores Cristovam Buarque, João Vicente, aos Deputados Abelardo Camarinha, Devanir Ribeiro, João Carlos Bacelar, Luiz Carreira, Marcos Medrado, Pedro Novais e Vanderlei Macris.

Eu queria dizer, Sr. Presidente, que no presente relatório para 2008 as receitas primárias foram reestimadas para 6,96, tendo sido aumentadas em 13.8 bilhões. Em decorrência dessas receitas, as transferências aos Estados e municípios aumentaram 4.3. O relatório já foi amplamente distribuído, todos já puderam examinar todos os dados apresentados.

Foram apresentadas 25 emendas, sendo que 8 emendas de acréscimo foram consideradas prejudicadas, em face das reestimativas; 1 emenda de acréscimo foi aprovada; as emendas de redução de receita, que objetivavam eliminar a arrecadação, foram rejeitadas em virtude de a prorrogação estar em andamento. *(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)*

E as emendas de renúncia...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Eu quero chamar a atenção dos membros da Comissão e das galerias no sentido de fazer silêncio. Há um orador que está proferindo um relatório, o relatório da Receita, que é uma das peças mais importantes da Lei Orçamentária. Portanto, eu peço silêncio, para que todos possam ouvir o relatório proferido pelo Senador Francisco Dornelles.

**O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES**

– As emendas de renúncia foram rejeitadas e recomendadas ao Sr. Relator-Geral que assegure uma



dotação sob forma de reserva, como despesa obrigatória, para atender à situação de projetos de iniciativa parlamentar.

Sr. Presidente, nesses termos, eu proponho a aprovação do relatório, com as modificações aqui feitas.

É o que eu tenho a falar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Srs. Parlamentares, a Resolução nº 1 estabelece no art. 25...

Perdão, ainda há um orador inscrito.

Com a palavra o Deputado Luiz Carreira.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria, inicialmente, parabenizar os integrantes do Comitê de Receita – e aqui também quero destacar o trabalho feito pelos assessores da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

**O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES**

– Faço minhas as palavras de V.Exa., Deputado.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA** – Muito obrigado, Senador.

Os integrantes do Comitê de Receita realizaram um trabalho realmente criterioso, com a competência que lhes é própria, como sempre têm feito nesta Comissão, auxiliando, assim, o Senador Dornelles, que, pela experiência como Ministro da Fazenda, conhece muito bem esse *métier* e as questões de natureza orçamentária e financeira, podendo conduzir com a necessária competência que lhe é peculiar a formação desse relatório que assume nova feição a partir da Resolução nº 1. Essa resolução imprimiu mais importância à preparação da receita por intermédio das delegações nela estabelecidas.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, podemos ter hoje um relatório que reflete melhor, com mais transparência e com mais realidade, a projeção de receitas, que é mais compatível com a própria projeção dos últimos anos. Inclusive, isso foi objeto de questionamento nosso, incluído numa nota do Senador Dornelles, mostrando a evolução dos exercícios 2004, 2005 e 2006, quando ficou comprovado que esta Comissão tem acertado mais do que o Governo ao enviar seu projeto de lei. Normalmente, as receitas são subestimadas pelo Governo para, depois, serem aqui corrigidas, como tem sido feito. Tivemos exemplos bem claros em relação aos exercícios de 2004, 2005 e 2006, quando esta Comissão corrigiu estimativas de receitas feitas pelo Governo.

Portanto, mais uma vez, quero deixar claro que não aceitaremos, e responderemos à altura, caso o Governo venha com o mesmo discurso de anos anteriores de que o Congresso tem reestimado a maior

receita e que, para isso, terá de praticar contingenciamento. Essa receita hoje projetada no relatório do Senador Dornelles reflete, diria, muito mais a realidade do que o que poderá ser efetivado em termos de arrecadação em 2008.

Portanto, parabenizo o Senador Dornelles, os integrantes da equipe e, sobretudo, os Coordenadores e Assessores da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que realizaram exemplar trabalho, detalhado, criterioso e que, por isso mesmo, reflete, a meu ver bem próximo da realidade, a receita projetada que se encontra nesse relatório, incorporando, inclusive, as alterações previstas para até então.

Parabéns, Senador Dornelles, pela condução dos trabalhos!

Sr. Presidente, reitero que esta Comissão tem corrigido, e muito, as estimativas de receitas que são enviadas originalmente do projeto de lei pelo Executivo, apesar de, em geral, haver discordância quando da divulgação dos números. Mas, desta vez, fica mais claro ainda que estamos muito mais próximos de acertar, como fizemos em outros momentos anteriores quando esta Comissão reestimou a receita.

Parabéns, Senador Dornelles!

**O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES**

– Agradeço a V.Exa. as referências feitas ao relatório, Deputado Luiz Carreira.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Continua facultada a palavra.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, acompanhei o relatório do Senador Francisco Dornelles e, como não poderia deixar de ser, o trabalho de S.Exa. é impecável. Por isso, peço aos companheiros de bancada da Câmara dos Deputados que votem a favor do seu relatório.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, de igual forma, cumprimento o Relator, mas há um aspecto importante no relatório de Receita em que o Relator coloca, de maneira muito precisa, a importância da CPMF, fruto de um debate recente na Câmara dos Deputados e que deve ser remetida agora para o Senado com um aumento de 2%, enquanto outros tributos caem.

Isso nos dá a dimensão da importância da CPMF no tocante à segurança na sua arrecadação, por ser um dos tributos cuja sonegação fiscal é quase impossível.

É um tributo de fácil administração, de difícil sonegação e que tem uma finalidade muito sensível, que é a área social. Inclusive, o relatório preliminar do Plano Plurianual, a ser aprovado, coloca a importância dessa fonte de recurso para o cumprimento da Emenda nº 29. Se há outras fontes de receita com diminuição, em face de diversos problemas de gestão tributária, isso não ocorre em relação à CPMF, tanto que o relatório de V.Exa. aponta um acréscimo de 2%. Isso garante, de fato, na execução da despesa prevista no PPA e na lei orçamentária anual, o cumprimento da Emenda nº 29. Tem de ser garantida uma fonte de receita para poder haver uma despesa, da qual não se pode abdicar, dado ser constitucionalmente garantida, que é o dispêndio com saúde.

É nesse sentido que gostaria de fazer essa observação, pois a CPMF foi fruto de intenso debate nesta Casa e, certamente, será remetida ao Senado Federal, que, espero, tenha a mesma sensibilidade que teve a Câmara para aprová-la tal como o projeto que resultou de nossa discussão.

**O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES**

– Sr. Presidente, posso responder ao Deputado Eduardo Valverde?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES**

– Quero concordar plenamente com as observações de V.Exa. Aliás, fui chamado à atenção para o problema de que essa reestimativa de 13 bilhões aumentará o Fundo de Participação de Estados e Municípios em 4,3 bilhões, o que será um grande reforço.

Quanto à observação de V.Exa. em relação à CPMF, o aumento das operações de intermediação financeira e a grande quantidade de contas que estão sendo abertas promoveram, e promoverão, esse aumento de arrecadação. Ainda estamos esperando o relatório do 4º bimestre, e, acredito que, com base nesse relatório, possamos ainda fazer alguns ajustes na área.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Continua em discussão.

Não havendo mais oradores inscritos, passo à votação.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Tem V.Exa. a palavra.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, quero apenas fazer uma pergunta ao nobre e distinto Relator referente à revisão da receita. Queria saber se V.Exa. pediu uma ou duas revisões, porque o

cenário da economia nacional tem sofrido mutações. Conheço o relatório de V.Exa., tive oportunidade de lê-lo no exíguo tempo da minha volta, mas gostaria de saber qual é seu cálculo, se uma ou duas revisões. E, dependendo da resposta, como havia conversado com o Assessor sobre alguns detalhes dessa revisão, gostaria de discutir no tempo certo, não agora.

**O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES**

– Prezada Deputada Rose de Freitas, é sempre uma honra enorme poder responder a questionamento de V.Exa. Temos estado juntos desde a Assembléia Constituinte, sempre trabalhando com as mesmas idéias e os mesmos pensamentos.

Vamos receber uma nova avaliação bimestral da Receita Federal dos meses de setembro e outubro, e, no meu entender, creio que teremos um grande aumento de arrecadação nesse período e seremos obrigados a fazer uma nova revisão de receita.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Seria apenas uma revisão?

**O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES**

– Seria mais uma revisão.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Mais uma revisão. Os Parlamentares têm manifestado o desejo de participar dessa segunda revisão, inclusive, com propostas.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Mais uma revisão para o dia 10 de dezembro.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Obrigada.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Sr. Presidente, apesar da agilidade de V.Exa. e da Comissão, estamos na Ordem do Dia.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Vamos votar, Sr. Presidente. O PMDB encaminha para a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Se V.Exas. pararem de falar, eu poderei iniciar a votação.

A discussão está encerrada por exaustão dos oradores, assim como o prazo para apresentação de destaques.

*O relatório com as alterações decorrentes da errata apresentada está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.*

Como vota a representação na Câmara dos Deputados?

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Passa-se à votação no Senado.

Como votam os Srs. Senadores?

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria está aprovada.

Há sobre a mesa o seguinte requerimento:

“Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do Requerimento nº 18/2007 na Ordem do Dia da 23ª reunião ordinária desta Comissão, realizada em 17/10/2007.

Sala das reuniões, 17-10-07.”

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, sou autor do requerimento. Explico mais uma vez aos companheiros do Plenário que ele diz respeito a um requerimento apresentado há mais tempo. Solicitamos ao Tribunal de Contas da União que nos forneça os preços praticados nos últimos 5 anos em obras de construção civil e obras rodoviárias, inclusive para melhor orientar-nos em relação ao procedimento já na análise do Orçamento Geral da União.

É esse o requerimento que quero colocar na pauta de hoje.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)– Continua facultada a palavra sobre o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo mais oradores, em votação na apresentação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passa-se à votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade o requerimento.

Em discussão o Destaque nº 00001, de autoria do Deputado Eduardo Sciarra. Solicita destaque para a emenda de autoria do Deputado Paulo Bornhausen. É a Emenda nº 33200005.

Em discussão.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – Para encaminhar, Sr. Presidente.

Sr. Relator, eu destaquei a emenda do Deputado Paulo Bornhausen e gostaria de ter destacado a minha, que tem o mesmo teor. Porém, a minha é considerada prejudicada e a do Deputado Paulo Bornhausen foi rejeitada. Então, como não posso destacar a emenda prejudicada, destaquei a emenda rejeitada. Por quê?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – A errata corrigiu?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – Então pode ser a emenda do Deputado Paulo Bornhausen mesmo.

Por que fizemos isso? O nosso partido, Democratas, está questionando no Supremo Tribunal Federal a utilização da CPMF como receita condicionada. O nobre Relator diz que, caso ela não seja prorrogada, o Orçamento terá de ser reformulado. Apresentamos essa questão porque para nós é muito importante. O Democratas está questionando a possibilidade de utilização de recursos como receita condicionada. Entendemos que não deveria haver esse condicionamento. Teriam de prever o Orçamento com aqueles recursos que são hoje fruto de uma certeza e não de uma possibilidade – não sabemos se irá acontecer; acreditamos até que não.

Por isso, estamos apresentando esse destaque, quanto à utilização dos recursos da CPMF como receita.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Está em discussão o requerimento.

Com a palavra o Relator.

**O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES** – Meu caro Deputado Sciarra, o problema da CPMF é bastante polêmico. Participei hoje de uma reunião. Conheço a posição do partido de V.Exa., contrária à aprovação da CPMF. Entretanto, já estando a CPMF no Orçamento, eu a coloquei como receita condicionada. Caso não seja aprovada a CPMF, realmente vamos ter um problema muito grande na administração do Orçamento, principalmente na área social.

Foi por esse motivo que rejeitei a emenda do Deputado Paulo Bornhausen, que queria que eu ignorasse a receita da CPMF. Ficou condicionada.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Em votação o destaque apresentado pelo Deputado Sciarra, com a manifestação contrária do Relator.

Como vota a representação da Câmara dos Deputados?

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, nós votaremos “sim”, com o Relator. O PP vota “sim”.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA** – Vou me abster de votar, exatamente por questão de lógica, pois integrei o comitê de receitas. Sempre segui a orientação do meu partido. Mas, no caso específico, não poderia dar o meu voto, acompanhando o partido nessa questão.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – Sr. Presidente, registro o meu voto “não”, sabendo que a maioria é pelo “sim”.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – O Governo vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO** – Sr. Presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores também acompanha o Relator.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, o PDT vota com o Relator.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, o PMDB vota com o Relator.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Sr. Presidente, o Bloco PSB/PDT vota com o Relator.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, o PSDB vota com o Relator.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Sr. Presidente, o PR vota com o Relator.

**O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO** – O PV vota com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Como vota a representação na Câmara Federal, após encaminhamento da votação pelas Lideranças?

Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado na representação da Câmara Federal, com o voto contrário do Deputado Sciarra e a abstenção apresentada pelo Deputado Luiz Carreira.

Agora, passa-se à votação no Senado da República.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Tenho de ser solidário com o meu partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Como vota a representação no Senado Federal?

**O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA** – O PMDB vota com o Relator, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – O PMDB vota com o Relator.

Como votam os Srs. Senadores?

Aqueles que forem a favor permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade no Senado da República.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, pela ordem.

Parabenizo o Senador Dornelles pelo belíssimo relatório que fez, juntamente com a equipe do comitê de receitas, o Deputado Carreira e todos os outros Parlamentares. Realmente o meu partido, PP, sente-se honrado de ter um Parlamentar da categoria do Senador Dornelles.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Senador Dornelles.

**O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES** – Sr. Presidente, faço menção também ao grande trabalho feito pelos técnicos da Câmara e do Senado. Realmente são pessoas do mais alto gabarito. A eles eu

devo muito, em relação a esse relatório, bem como aos membros da Comissão, cujos nomes já mencionei.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Esta Presidência registra o seu reconhecimento ao trabalho feito pelo Senador Francisco Dornelles na elaboração do seu substancial relatório. Reconhecemos também o trabalho do corpo técnico da Comissão de Orçamento, dos Srs. Consultores que trabalharam sob o comando do Senador Dornelles na elaboração desse relatório.

Requerimento de inclusão de matéria da Ordem do Dia:

“Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão dos Projetos nºs 26, 27, 29, 17, 28 e 32 na Ordem do Dia da 23ª reunião ordinária desta Comissão, realizada em 17/10/2007.”

Assina o Deputado Ricardo Barros.

O autor declinou do direito de fazer sua manifestação oral. Por isso, submetemos a matéria à votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

O Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

O Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O requerimento foi aprovado por unanimidade. Voltamos à discussão do relatório preliminar.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Antes de ser feita a leitura, gostaria de receber cópia do parecer sobre os destaques.

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – Sr. Presidente, foram apresentados 10 destaques.

Parecer sobre os destaques.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, estou acatando os Destaques nºs 1, 2, 3 e 4, subscritos...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Pois não.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Gostaria de ter em mãos uma cópia do parecer do Relator



sobre os destaques. Há disponibilidade nesse sentido? (*Pausa.*)

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Pois não.

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – Posso fazer a leitura e a apresentação dos destaques?

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, vamos submeter a votos os destaques apresentados pelo Relator. É natural que tenhamos conhecimento deles, antes mesmo de o relatório ser formalizado pelo Relator.

Portanto, gostaria que fosse distribuída cópia do relatório dos destaques apresentados, para que possamos tomar conhecimento deles e nos posicionar sobre cada um. Não tenho idéia de quais destaques foram apresentados, não sei se os colegas da Comissão os conhecem. É importante que tenhamos conhecimento do assunto para nos posicionarmos, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– V.Exa. tem razão. A Presidência já mandou tirar cópias para distribuir aos integrantes da Comissão os destaques que foram solicitados.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Enquanto não chegam as cópias, podemos começar a discussão.

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – Sr. Presidente,

os destaques apresentados são...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais)

– Apreciação, extrapauta, do Projeto de Lei nº 33/2007-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$311.228.961,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Relator: Senador José Maranhão.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável, nos termos do projeto.

O Relator está com a palavra para apresentação do relatório.

**O SR. SENADOR JOSÉ MARANHÃO** – “Parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO sobre o Projeto de Lei nº 33/2007-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$311.228.961,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

## 1 – Relatório

### 1.1 – Histórico

O Presidente da República, mediante a Mensagem nº 130, de 2007-CN (nº 681/2007, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 33, de 2007-CN (PLN 33/07), que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$311.228.961,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

As unidades orçamentárias beneficiadas com a suplementação e os correspondentes valores da suplementação, dos cancelamentos e os excessos de arrecadação indicados pelo Poder Executivo constam do seguinte Quadro 1:

#### Quadro 1

##### PLN 33/07

#### Suplementação e Origens dos Recursos de Contrapartida

Ministério da Justiça

Administração Direta: 1.768.065.

Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL: 5.320.612.

Ministério da Defesa

Comando da Aeronáutica: 160.000.000.

Comando do Exército: 20.279.191.

Fundo Aeronáutico: 123.861.093.

Total da suplementação: 311.228.961.

Excesso de arrecadação de recursos ordinários do Tesouro, recursos próprios não financeiros: 311.228.961.

Total da suplementação e dos recursos, o mesmo valor: 311.228.961.

A Exposição de Motivos nº 00207/2007-MP, de 6 de setembro de 2007, que acompanha o projeto de lei, indica as seguintes destinações da suplementação, de acordo com as informações prestadas pelos órgãos interessados:

#### Ministério da Justiça

No Ministério da Justiça, o crédito permitirá o atendimento de despesas de manutenção do órgão, no âmbito da Administração Direta, e, no FUNAPOL, a concessão de auxílio-financeiro aos alunos da Polícia Federal durante os cursos de formação policial, ministrados pela Academia Nacional de Polícia.

#### Ministério da Defesa

No âmbito do Ministério da Defesa, a suplementação incluída no PLN em exame tem por objetivo: a) no

Comando da Aeronáutica – possibilitar o atendimento de despesas relacionadas ao treinamento de formação de pilotos, à manutenção operacional da Força Aérea Brasileira – FAB, ao transporte de autoridades, ao apoio de missões brasileiras no exterior e ao cumprimento da missão constitucional de vigilância do espaço aéreo; b) no Comando do Exército, o crédito destina-se a viabilizar a conclusão do processo de aquisição de bens e serviços inerentes às aeronaves Cougar; e no Fundo de Aeronáutica, o crédito possibilitará o atendimento de despesas com a manutenção, implementação, revitalização e modernização de equipamentos e de serviços responsáveis pelo Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB, de forma a garantir a fluidez e a segurança do tráfego aéreo.

Informa a EM nº 00207/2007-MP que o projeto de lei em comento decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos e viabilizar-se-á à conta de recursos oriundos do excesso de arrecadação de recursos ordinários, o que estaria em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

A propósito do que dispõe o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 (LDO/2007) -, esclarece a EM nº 00207/2007-MP que as alterações decorrentes da abertura do crédito em análise não afetarão a obtenção de meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista tratar-se de suplementação de despesas primárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias.

Por último, informa a EM nº 00207 /2007-MP que o excesso de arrecadação de receitas utilizado parcialmente no presente crédito encontra-se demonstrado em quadro anexo, em atendimento ao disposto no art. 63, § 11, da LDO/2007.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao PLN 33/07.

## 1.2 – Análise

Preliminarmente, informe-se que o quadro em anexo apresenta os dados relativos à execução orçamentária recente das programações envolvidas no presente PL.

O projeto de lei em análise mostra-se coerente com o que dispõe a Lei nº 4.320, de 1964, que explicita serem os créditos suplementares destinados ao reforço de dotações (art. 41, I). Mostra-se também adequado ao disposto no art. 43, § 1º, I e III, da Lei nº 4.320, de 1964, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.439, de 2006 – LDO/2007 -, que autoriza sejam considerados como excesso de arrecadação os recursos dis-

ponibilizados em razão das modificações das fontes de recursos efetuadas por portaria do Secretário de Orçamento Federal (art. 62, III, da LDO/2007).

Da mesma forma, não se verifica qualquer desvio da proposição em exame em relação aos parâmetros e critérios estabelecidos no art. 63 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 (Lei nº 11.439/2006).

Por último, importa considerar que o crédito atende solicitações dos próprios órgãos envolvidos, com base na avaliação da insuficiência de dotações na lei orçamentária vigente para a execução de ações fundamentais ao exercício de suas missões institucionais. Por isso, forçoso é concluir-se pelo caráter meritório do PLN 33/07, vez que ele visa adequar o orçamento das unidades orçamentárias envolvidas, possibilitando condições para o regular desenvolvimento de suas atividades ao longo do corrente exercício.

## 2 – Voto

Em razão de todo o exposto, o nosso voto é no sentido da aprovação do Projeto de Lei nº 33, de 2007-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, 17 de outubro de 2007. – Assina o Senador José Maranhão, Relator.”

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais) – Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir inversão de pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais) – Retorno a Presidência ao seu titular de direito e de fato, Senador José Maranhão. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – O Deputado Vanderlei Macris levantou uma questão de ordem que foi deferida por esta Presidência.

Por isso, consulto o autor da questão de ordem se mantém o seu ponto de vista. Há informação da Relatoria de que S.Exa. pode ter desistido da questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, fui devidamente informado pelo Relator sobre o encaminhamento que está sendo dado para

esta questão específica. Evidentemente, em função desse esclarecimento, quero abrir mão da proposta que fiz para que possamos dar seguimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Agradeço a V.Exa. o entendimento, mas gostaria de informar que já distribuímos cópias de todos os pedidos de destaque aos membros da Comissão.

Destaque nº 0001, de autoria do Deputado Zé Gerardo, à Emenda nº 00041, do próprio autor do pedido de destaque.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Sr. Presidente, essa emenda foi atendida parcialmente. Peço ao nobre Relator que a atenda na sua totalidade, para que possamos contribuir com o nobre Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – Sr. Presidente, se me permitir, os Destaques nºs 1, 2, 3 e 4 tratam do mesmo assunto. Assumi esses 4 destaques, dos Deputados João Leão, Wellington Roberto, Rose de Freitas, Zé Gerardo e outros, e os traduzi, num acordo, numa única emenda, que apresentarei. Então, acato parcialmente esses 4, em bloco, por considerar a melhor forma de acatar. Já existe, inclusive, uma redação pronta, um parecer feito pela assessoria técnica.

**O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, eu quero pedir a votação em bloco dos destaques referidos pelo Relator.

**O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – O Senador Leomar Quintanilha tem a palavra.

**O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA** – Sr. Relator, não sei se entendi bem. V.Exa. estaria rejeitando os demais destaques, além daqueles que mencionou? Os Destaques de nºs 49, 61 e 62, de autoria do Senador Romero Jucá, têm o mesmo objeto. Seriam consideradas obras de grande vulto aquelas que fossem de valor igual ou superior a 30 milhões. Isso contribuiria, inclusive, para diminuir o número de emendas a respeito do assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – Esse é um destaque meritório. Quero dizer que, de certa forma, este Relator tem a maior simpatia pelo levantado pelo Senador Romero Jucá, que já foi Relator do Orçamento nesta Casa.

Tendo em vista que a alteração neste PPA passa de 10,5 milhões para 20 milhões, e de 50 milhões, para as questões discricionárias, para efeito de fiscalização

do TCU e outros acompanhamentos, e de 100 milhões para as questões das estatais brasileiras – alterando dessa forma, a alteração dos 10 milhões poderia até ser meritória nesse processo, mas, tendo em vista o acordo construído entre os vários Líderes nesta Comissão para ficar nos 20 milhões, não acatamos o destaque, que de certa forma é meritório, mas, tendo o entendimento construído, que o entendimento muitas vezes é maior do que a vontade nossa em todo este processo, nós estamos mantemos os 20 milhões.

Por isso, não atendemos à emenda do nobre Senador Romero Jucá.

Sr. Presidente, peço licença para a leitura das sugestões que faço em substituição aos 4 destaques que, conforme mencionei, atendi parcialmente.

Os destaques passam a ter a seguinte redação:

“2.2.5. Fica dispensada, nos Anexos a que se refere o item 2.42.1, da discriminação:

I – das atividades e das operações especiais cujo valor total para o período do Plano seja inferior a 75 milhões de reais;

II – dos projetos cujo custo total estimado seja inferior a 20 milhões de reais;

III – das ações orçamentárias cujo cronograma completo da execução esteja limitado a um exercício financeiro.

O disposto nesse item não se aplica às programações derivadas de emenda ao projeto de lei do Plano Plurianual que tenham como objeto as ações constantes do anexo de metas e prioridades da LDO 2008.”

É importante estar claro por que estamos atendendo a essa reivindicação. A LDO de 2008 tratava de 10,5 milhões; o PPA trata de 20 milhões. Então, vamos dar um tratamento diferenciado, tendo em vista que o anexo de metas ainda era 10,5 milhões no processo discricionário. Dessa forma, estaremos atendendo aos destaques anteriormente mencionados.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Sr. Relator, V.Exa. está substituindo ou está acrescentando a seu relatório?

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – Estou acrescentando no 2.2.5.1. Acrescentando essa questão no relatório preliminar do PPA.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Parabéns.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Maranhão) – Conforme já foi esclarecido pelos autores e pelo Relator, há 4 destaques sobre a mesma matéria.

Consulto o plenário se podemos votar em bloco os 4 destaques.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – O PMDB encaminha em bloco.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Maranhão) – Em votação na representação da Câmara Federal. Como vota a representação da Câmara Federal? *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade a votação em bloco. Em votação no Senado da República.

Como votam os Srs. Senadores? *(Pausa.)*

**O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES** – Voto favorável, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Maranhão) – Aprovada por unanimidade na representação do Senado a votação em bloco – agora com o prestígio da presença do grande Senador de Sergipe.

Aprovada a votação em bloco, nós vamos colocar os 4 destaques: 001, 002, 003 e 004, nos termos lidos pelos Relator:

“1.2.5.1. O disposto nesse item não se aplica às programações derivadas de emenda ao projeto de lei do Plano Plurianual que tenham como objeto as ações constantes do anexo de metas e prioridades da LDO 2008.”

Como vota a representação da Câmara dos Deputados os destaques com parecer favorável do Relator? *(Pausa.)*

Aprovados na representação da Câmara.

Como vota a representação do Senado Federal os destaques com parecer favorável do Relator?

Aprovados na representação do Senado.

A matéria foi aprovada por unanimidade.

Em votação ao demais destaques, Destaques de nºs 5 a 10, com parecer contrário.

Como vota a representação na Câmara Federal?

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Sr. Presidente, o PMDB vota com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – O destaque com parecer contrário do Relator foi acatado pela Câmara Federal. E, como o parecer e a decisão foram contrários na Câmara, não vai ao Senado.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa está com a palavra.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, gostaria de propor, uma vez que já terminamos a votação do relatório sobre a receita do PPA, que a sessão fosse suspensa depois da Ordem do Dia. Na hora em que se iniciar a Ordem do Dia...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Quero só lembrar a V.Exa. que a Ordem do Dia ainda não começou.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sim, mas quando se iniciar a Ordem do Dia, gostaria de que suspendêssemos a reunião para continuarmos a votação dos créditos. Enquanto isso, peço inversão de pauta para que o PL nº 29 seja votado agora.

Com a palavra a Deputada Rose de Freitas

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, no curso da votação, V.Exa. disse que não encaminharia ao Senado; em seguida, teria de ter votado o relatório, porque não há mais inscrição para falar, tendo em vista que o *quorum* está caindo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Quero só lembrar a V.Exa. que o relatório já foi votado e aprovado.

Pauta 24, de 2007.

Item nº 2.

Requerimento nº 18, de 2007 – CMO, que “requer, com fundamento no art. 71, VII, da Constituição Federal, combinado com o art. 24, incisos IX, X, XI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização, sejam solicitadas ao Tribunal de Contas da União as seguintes informações:

1 – custo médio unitário por metro quadrado das obras de construção, com recursos da União, de prédios públicos, anualmente, nos últimos 5 anos;

2 – custo médio unitário, por quilômetro, das obras realizadas com recursos da União, nas rodovias federais, anualmente, nos últimos 5 anos, abrangendo, separadamente, os projetos/atividades de Subfunção 782 – transporte rodoviário;

3 – custo médio unitário adotado como padrão pelo Tribunal de Contas da União para as obras de construção de prédios públicos e para os projetos/atividades das obras realizadas nas rodovias federais”.

O autor, Deputado Giovanni Queiroz, está com a palavra para apresentar seu requerimento.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, o objetivo é apenas que possamos ter na Casa um parâmetro para avaliar os custos propostos para construção de rodovias e prédios públicos. É mais uma informação que o Tribunal de Contas pode prestar a nós todos, para que possamos melhor contribuir na elaboração do Orçamento da União de 2008. É extremamente importante, tendo em vista que podemos,



observando a proposta orçamentária, ver alguns valores exorbitantes que não se justificam em relação a preços anteriormente praticados.

Por isso, essa é a nossa proposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Sr. Presidente, acho meritória a iniciativa de V.Exa. É importante que esta Comissão tenha em mãos dados referenciais para que cada membro da Comissão proceda a sua própria avaliação em relação a obras que se desenvolvem em todo o Brasil.

Apenas a título de colaboração, eu me permitiria sugerir que, no Item 3 de seu requerimento – “custo médio unitário adotado como padrão pelo Tribunal de Contas da União para as obras de construção de prédios públicos e para os projetos/atividades das obras realizadas nas rodovias federais”, seria importante que V.Exa. levasse em consideração que o custo unitário dessas obras pode variar de região para região e de projeto para projeto. Um valor que em obra determinada pode parecer razoável, em outra, mais complexa ou sofisticada, em região diferente, pode não ser o adequado. Se me permite, V.Exa. poderia explicitar melhor o assunto...

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Ao invés de custo médio, o valor máximo e o mínimo praticados.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– ...porque o custo médio não vai significar nada. Se o Tribunal de Contas der o custo médio no Brasil inteiro, não vai dar para fazer avaliação alguma.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Eu só tenho de concordar com V.Exa: os preços mínimo e máximo praticados nos últimos 5 anos para obras nas diferentes regiões do Brasil. Seria mais ou menos nesses termos.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Agora, se V.Exa. dissesse aqui o custo por metro quadrado ou o que seja, em cada obra, teríamos uma noção mais precisa disso.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Por região?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– O custo médio pode nos levar a um erro de avaliação. Porque o que é razoável numa obra pode não ser razoável em outra; depende do grau de sofisticação ou de simplicidade de cada obra.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Logicamente, estamos colocando o preço...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Minha intenção é colaborar com V.Exa.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, pela ordem, para ajudá-lo em seu raciocínio.

Numa obra rodoviária, o custo médio pode ser totalmente diferente de outra e, isso é lógico, depende da distância, da escavação do solo. Por exemplo, na Bahia, foi feita uma estrada, que é a linha verde, onde foram obrigados a colocar estacas na lama para segurar a obra, porque o terreno era pantanoso.

Então, custo médio é um negócio muito difícil. O ideal...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador João Maranhão)

– Ainda sobre esse assunto, uma rodovia terá o seu valor elevado devido, por exemplo, às obras de arte, como viadutos e pontes. Então, acho que neste requerimento poderia constar que o Tribunal deveria informar, obra por obra, o custo médio.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, obra por obra seria difícil. Mas, acatando a sugestão de V.Exa. sobre o Item 3, quero pedir informações sobre o valor mediano ou a média por região. Quero ter um parâmetro qualquer, porque não temos parâmetro nenhum para avaliarmos custos de obras públicas, a não ser quando discutimos, anos atrás, a média de construção de uma rodovia.

Por exemplo, neste Orçamento, temos apenas 2 opções para as rodovias: construção ou conservação. Na conservação, temos preços praticados, em média, de 200 mil reais por quilômetro. Ora, conservação e restauração são situações diferentes. Restauração tem um custo, logicamente, de 200 mil reais. Acho que esse é o preço. Retira-se todo o asfalto, recompõe-se o leito estradal, faz-se a compactação e coloca-se de novo. Agora, a conservação custa de 3 a 4 mil dólares por quilômetro/ano, o que é outra situação.

De forma que, também no texto da proposta orçamentária, já vem com distorção gritante. No caso de construção, fala-se em construção, mas não se fala em duplicação ou adequação. Nesse caso, há outro erro, porque a adequação é bem mais cara do que a construção da rodovia simples. A proposta orçamentária já traz um erro. Quero que haja pelo menos um preço para que, por intermédio do Tribunal de Contas, possamos fazer as derivações diversas. A Transamazônica e a Cuiabá/Santarém têm características diferentes, porque o transporte de material adequado para construção do leito estradal fica, às vezes, a uma distância de 150 quilômetros. Logicamente que isso encarece e muito a obra. Ou obras de arte em outros lugares, ou túneis, ou elevados. Sei que tudo encarece a obra.

Gostaria de saber o preço médio praticado nas rodovias praticado até hoje, para termos uma noção mínima. Acrescentando, quero saber o custo por região, conforme sugeri V.Exa. Só acrescentando esse dado

por região, conforme sugeriu V.Exa., nós já poderemos melhorar esses valores.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Quero colaborar com V.Exa, mas continuo achando que mesmo a informação por região vai comportar muitas distorções.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Obra por obra é difícil.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Obra por obra, não, porque, dessa forma, V.Exa. terá uma informação exata para cada obra.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Co-loque obra por obra, todas as obras.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Está em votação o requerimento, com a modificação do Item 3. Aliás, são os 3 itens.

“Custo médio unitário, por metro quadrado, das obras de construção com recursos da União (...)”. Então, seriam todos os 3 itens e que o Tribunal especificasse obra por obra.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Perfeito. É a sugestão de V.Exa., e eu a acato.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Lamento dizer que acabamos de receber a informação da Secretária da Mesa do Senado, Dra. Cláudia Lyra, de que já começou a votação, e agora este sinal está piscando, mostrando que também começou a votação na Câmara dos Deputados.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Vamos só concluir a votação dessa matéria já discutida, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Acho que o requerimento de V.Exa. é ponto pacífico nesta Comissão.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Eu poderia até fazer uma sugestão, Sr. Presidente. Sugiro que esse requerimento seja discutido com a assessoria da Casa. Digo isso porque trabalhei na elaboração do relatório da LDO e sei que temos um custo médio por obra, tanto na área de construção quanto na de restauração, em todas as obras de construção civil.

Agora, acho esse requerimento do Deputado Giovanni Queiroz excepcional. Ele só precisava ser burilado, como disse V.Exa., e seria muito importante a Comissão tomar conhecimento disso.

Então, sugiro que o Deputado Giovanni Queiroz retire esse requerimento e dê a ele uma nova redação.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Acolhida a sugestão, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Atendendo ao pedido do autor, o requerimento será

retirado da Ordem do Dia, para que S.Exa. possa apresentá-lo com nova redação.

Srs. Parlamentares, conforme já disse, recebemos aviso tanto da Mesa do Senado como da Mesa da Câmara de que já se iniciou o processo de votação. Se V.Exas. concordarem, podemos suspender a reunião e reiniciá-la amanhã, às 11 horas. Mas há um problema: amanhã recebermos na Comissão o Ministro do Planejamento, ocasião em que S.Exa. apresentará seu relatório. Sugiro que após a leitura do relatório do Ministro continuemos esta reunião. *(Pausa.)*

Sus penderemos a reunião agora para dar continuidade a ela amanhã, após a realização de reunião extraordinária em que será apresentado o relatório do Ministro do Planejamento.

Está suspensa a reunião.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Está reaberta a 23ª reunião ordinária desta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, suspensão ontem, dia 17.

A pauta da reunião é a de número 29. Naturalmente, entrarão como aditivos à Pauta nº 29 os requerimentos cuja inclusão foi solicitada e aprovada ontem.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Pela ordem, Sr. Presidente. V.Exa. teria uma cópia da pauta para distribuir para os Deputados? É a mesma de ontem?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – É a mesma de ontem, apenas com a adição de requerimentos extrapauta aprovados ontem.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – É a mesma de terça-feira. Todos os projetos estão ali na bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Antes de começarmos a apreciar a pauta, quero informar aos Parlamentares que o Relator-Geral desta Comissão, Deputado José Pimentel, antecipou em um dia a entrega do seu relatório. Assim, ganhamos um dia em termos de calendário para apresentação das emendas.

O relatório está sendo publicado e vai ser distribuído aos Parlamentares. O prazo para apresentação de emendas ao relatório preliminar do Deputado José Pimentel passa a ser de 19 a 23, ou seja, amanhã, sexta-feira – não conta sábado e domingo –, segunda-feira e terça-feira, quando encerrará o prazo. V.Exas. vão receber cópia da publicação, para terem ciência.

Igualmente, o relatório relativo ao PPA também foi antecipado, e o prazo de apresentação de emendas começa a contar no dia 19 e vai até o dia 30 deste mês.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – O prazo é 19 a 30 para o PPA e 19 a 23 para o relatório preliminar.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Sr. Presidente, só para esclarecer: o prazo para apresentação de emendas ao relatório final do PPA é do dia 19 ao dia 30 e ao relatório preliminar da LOA é de 19 a 23?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Lamentavelmente para os interesses desta Comissão, já começou a Ordem do Dia na Câmara Federal, e a sessão é deliberativa. Por isso, não podemos prosseguir com esta reunião. Vou suspendê-la novamente e, se os presentes concordarem, convocar sua abertura para o dia de hoje, após o encerramento das reuniões da Câmara e do Senado, porque pode ocorrer a mesma coisa no Senado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, pela ordem. Vou fazer um apelo a V.Exa. Ontem, ficamos votando até 1 hora da manhã na sessão da Câmara dos Deputados. Hoje, por compromissos da bancada, às 9 horas da manhã já estávamos aqui. E ainda estamos até agora, 13h30min. Pessoalmente, não almocei, e acho que grande parte dos que estão aqui também não. Se V.Exa. remarcar a reunião para depois da sessão, não dará tempo de retornarmos. Poderíamos realizar a reunião em torno de 16 ou 17 horas, o que não é conveniente, na minha opinião, ou na terça-feira pela manhã. V.Exa. suspende esta reunião e marca sua reabertura para terça-feira, às 10h ou 11h.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Eu queria esclarecer ao Deputado Claudio Cajado que marcar uma reunião para amanhã, sexta-feira, será inútil, os Parlamentares já terão se deslocado a suas bases, pois a atividade parlamentar vai até a quinta-feira, porque a sessão da sexta-feira não é deliberativa.

Não sei se seria de bom grado prorrogarmos esta sessão para a próxima segunda-feira ou mesmo para terça-feira.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Terça-feira pela manhã, às 10 horas.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Onze horas?

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Regimentalmente, pode prorrogar?

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Terça-feira pela manhã é melhor.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Então o PMDB está de acordo.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Sr. Presidente, regimentalmente, pode prorrogar?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Não há nenhum dispositivo que impeça a prorrogação desta sessão.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Por acordo, eu acho que pode.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Então, fica marcada a continuação desta sessão para terça-feira, às 11h.

Está suspensa a presente reunião.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Havendo número regimental, declaro reiniciada a 23ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 29.

Informo que esta reunião começou no dia 17, quarta-feira, para apreciação das matérias da Pauta nº 29, que já foram aprovadas. No entanto, foram aprovados os seguintes requerimentos de inclusão na pauta:

Requerimento do Deputado Giovanni Queiroz, solicitando a apreciação do Requerimento nº 18/2007, de sua autoria, e requerimento de autoria do Deputado Ricardo Barros, solicitando a apreciação dos relatórios aos Projetos de Lei nºs 17, 26, 27, 28, 29 e 32, de 2007, CN.

Portanto, esta reunião está destinada à apreciação dessas matérias, que foram incluídas na pauta. Para apreciação de outras matérias que não sejam essas elencadas, há necessidade de apresentação de requerimento para inclusão na pauta.

Informo ainda que foi convocada reunião ordinária para amanhã, quarta-feira, dia 24 de outubro, às 14h30min, para apreciação das demais matérias que constam da Pauta nº 30.

Ordem do Dia.

Extrapauta 1, de 2007. Conforme sugestão desta Presidência e do Deputado João Leão, o Deputado Giovanni Queiroz apresentou novo texto ao Requerimento nº 18, de 2007, CMO.

Requerimento nº 18, de 2007, CMO:

“Requer, com fundamento no art. 71, inciso VII, da Constituição Federal, combinado com o art. 24, incisos IX, X e XI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sejam

solicitadas ao Tribunal de Contas da União as seguintes informações:

*Custos médios com intervalo de confiança de 95%:*

1.1 – do metro quadrado das obras de construção de prédios públicos, com recursos da União, anualmente, nos últimos 3 anos; do quilômetro das obras realizadas com concurso da União, nas rodovias federais, anualmente, nos últimos 3 anos, abrangendo, separadamente, os projetos/atividades da Subfunção 782 – Transporte Rodoviário; custo médio unitário ou critério similar adotado como padrão de referência pelo Tribunal de Contas da União para as obras especificadas nos subitens 1.1 e 1.2. Adicionalmente, se possível, informar tipo de solo, relevo e os custos apurados em cada uma das obras que sirvam de embasamento para a informação”.

Autor: Deputado Giovanni Queiroz.

O autor do requerimento está com a palavra para fazer a apresentação.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – Sr. Presidente, Senador José Maranhão, está havendo uma dúvida. Quero alertar logo, porque pode acontecer alguma confusão com relação a isso. Temos no calendário distribuído um prazo para apresentação de emendas até dia 24, de 22 a 24. Muitos estão dizendo que o prazo se encerra hoje. Sei que muita gente, assim como eu, recebeu isso. Aliás, recebi pela Internet a informação de que o prazo seria até amanhã.

Para que não tenhamos nenhum questionamento depois – não é o meu caso, pois vou apresentar as minhas emendas hoje –, é interessante pacificar esse entendimento. Eu conversei com o Deputado José Pimentel, nosso nobre Relator, sobre a possibilidade de já definirmos isso, porque vai haver problema na votação do relatório preliminar, porque dia 27 será sábado. Se o prazo vencer dia 24, amanhã, nós só poderemos votar na terça-feira, dia 30. Eu sugiro que acertemos isso, para não criar uma confusão na sequência.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Vou decidir logo a questão apresentada, ou pelo menos encaminhar a questão, prestando uma informação que esta Presidência faz questão de prestar, porque é verdadeira. Aqui nada foi modificado sem o conhecimento prévio deste Plenário. Na última sessão, nós

esclarecemos essa questão reiteradamente e mandamos aviso para todos os Parlamentares que integram a Comissão, sem exceção.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Quero esclarecer a V.Exa. que foi enviado um comunicado por *e-mail*, hoje, para todos os integrantes da Comissão, dando ciência do prazo.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado José Pimentel.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, essas ponderações que estão sendo feitas têm por objetivo evitar qualquer tumulto na tramitação.

Entregamos o relatório no dia 18. O prazo são 3 dias úteis. Portanto, regimentalmente ele se encerra hoje. Foi feito na sessão de quinta-feira o comunicado de que seria hoje, e foi feito por *e-mail*, V.Exa. tem razão, mas o espelho está como se fosse até o dia 24.

A nossa preocupação diz respeito à votação do relatório preliminar, para em seguida abrir-se o prazo para a apresentação de emendas. A apresentação de emendas está fixada a partir do dia 28 de outubro. Se fizéssemos um acordo político de votar o relatório preliminar na quinta-feira, que é dia 25, teríamos condições de elastecer o prazo até amanhã, ao meio-dia; na parte da tarde, o Relator apresentaria o seu voto, a sua complementação, com o compromisso de que abriríamos mão do prazo entre o voto complementar e a votação dia 25, quinta-feira.

Sei que a Mirna tem a obrigação regimental de nos orientar, por isso pergunto se seria possível fazer uma composição sobre isso. As emendas estão chegando. Temos hoje até o término da Ordem do Dia para apresentá-las. A Ordem do Dia vai se estender pela noite. O nosso Presidente sempre tem nos dito que o acordo é a melhor forma da condução, desde que não fira o Regimento.

Portanto, Sr. Presidente, temos que acordar esses prazos, para ter uma tramitação melhor, ouvindo as nossas lideranças, os nossos pares.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – A ponderação de V.Exa. é interessante. Agora, veja bem, se prorrogarmos até o dia 25, teremos um prazo que não corresponde a 24 horas, apenas a 12 horas.

Então, sugiro que V.Exa. aceite o prazo para o dia 26.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Será numa sexta-feira. Teríamos condição de fazer...



**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Se a Comissão concordar...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Eu tenho

agenda. Para mim não há problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Se todos concordarem... Porque estamos realizando um trabalho que exige toda a concentração dos companheiros, é um trabalho excepcional.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra a Deputada Rose de Freitas.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr.

Presidente, tivemos uma reunião no PMDB, em que apresentamos as dificuldades que se tem para apresentar um relatório numa quinta-feira. Eu costumo ficar aqui até sexta-feira, chego normalmente na segunda-feira, mas a maioria dos Parlamentares não faz esse calendário, pelas dificuldades que têm, alguns até de chegar ao Congresso.

O Relator Pimentel apresentou, na quinta-feira, o seu relatório, foi de conhecimento dos Parlamentares, alguns na parte da tarde, e o prazo se encerraria hoje para as emendas.

Considero isso humanamente impossível pela prática da Casa. Isso excluiria praticamente uns 80% dos Parlamentares, que normalmente, quando viajam, não perguntam aos seus gabinetes qual foi a mensagem que chegou por *e-mail*. Quem vai para as bases normalmente não costuma fazer esse tipo de consulta. Tenho certeza de que, neste momento em que estou falando com V.Exa., mais da metade da Casa, significativamente, não sabe desse prazo. E V.Exa. pode dizer que têm de consultar o *e-mail*. Eu não sei se é uma prática usual a pessoa no Maranhão, na Paraíba, no Rio de Janeiro, ficar consultando *e-mail*. Até a secretária, a assessora pode procurar o Parlamentar na base, em local onde o seu telefone não funciona.

O Líder do PMDB, Henrique Eduardo Alves, já manifestou a insatisfação com esse prazo, e deve tê-lo feito oficialmente ao Relator.

Quero fazer ver a V.Exa. que a Casa tem que participar desse processo. E não estou falando do PMDB, mas de todos os partidos que precisam conhecer esse relatório. Eu, por exemplo, na sexta-feira, levei o relatório para estudá-lo no meu Estado. E daí não vou ligar para a bancada inteira do PMDB e dizer que o relatório é assim, é assado. Por isso é preciso abrir prazo para que os Parlamentares façam suas emendas e possam discutir esse relatório preliminar, porque o prazo é exíguo, é pequeno, e alguns privilegiados irão apresentar suas emendas, outros não. Se há tentativa de exclusão dos Parlamentares, que eu não acredito

que V.Exa. tenha feito, vai prejudicar a discussão política e até administrativa desse processo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) –

Darei uma informação à Deputada Rose de Freitas.

Esta Presidência tem primado por atingir 2 objetivos. O primeiro é cumprir estritamente o Regimento, que é a Resolução nº 1. Há várias restrições em relação à Resolução nº 1, mas foi o Congresso Nacional que aprovou essa resolução, e somente o Congresso Nacional tem atribuições para revogá-la ou modificá-la.

No entanto, no âmbito dos nossos entendimentos com as Lideranças, com as bancadas, temos procurado flexibilizar a aplicação dos dispositivos da resolução.

Essas decisões não são feitas, como V.Exa. disse, para beneficiar nenhum privilegiado. Entendemos que é da obrigação do Congresso Nacional conhecer os prazos, sobretudo da Comissão. Agora, essa matéria não foi jogada aqui à revelia da Comissão. A própria Comissão acedeu, na última reunião, à antecipação desses prazos, já que o Relator entregou com antecipação, o que é bom para o resultado da Comissão. E como S.Exa. entregou com antecedência de 1 dia, nós antecipamos o prazo de 1 dia, para, outra vez, cumprir o que está na resolução: 3 dias após a apresentação do relatório.

Nós podemos negociar. Mas é preciso, Deputada Rose de Freitas, analisar isso com racionalidade. V.Exa. está avançando aí numa conclusão que não foi resultado da intenção de ninguém aqui, nem do Presidente, e eu digo nem do Relator, que é um companheiro correto, de facilitar o trabalho de uns e dificultar o trabalho de outros. Nós fazemos questão de que as nossas decisões sejam tomadas às claras, absolutamente às claras, para não merecer esse tipo de injustiça que V.Exa., talvez até sem querer, está cometendo por uma incontinência verbal. Repito outra vez: a intenção deste Plenário não foi facilitar o trabalho de uns e dificultar o de outros, como V.Exa. deixou transparecer na sua fala. Não existe isso, absolutamente.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr.

Presidente, V.Exa. me permite? Eu quero dizer a V.Exa. que não cometi nenhuma incontinência verbal, nem coloquei em suspeição os atos de V.Exa. Eu acho que todos são iguais nesta Casa, mesmo os que momentaneamente ocupam cargos de destaque e poder de mando em determinada hora. Veja V.Exa. Em 20 anos nesta Casa e no quinto mandato de Deputada Federal, nunca vi apresentar um relatório quinta-feira colocando emenda até terça-feira, porque eu sou uma Parlamentar de segunda-feira a sexta-feira. Então eu não teria nenhuma dificuldade em fazer. Advogo aqui o interesse da Casa. Não tenho aqui que tecer nenhum comentário sobre o mérito do comportamento do Deputado José

Pimentel, que reputo um Parlamentar de excelente qualidade, muito sério e trabalhador.

Agora, a prática desta Casa não é essa. Senão, vejamos: as votações seriam sucedidas de calendário de terça-feira, quarta-feira e quinta-feira. E não é assim que acontece. Não quero ser mais realista que o rei. Mas os Parlamentares não têm conhecimento, e muitos a quem eu disse que tinham que fazer emenda até hoje disseram: “Nossa, mas é hoje!” Se é problema, defeito do seu procedimento, eu não vou discutir. Eu só quero que a Casa não seja absolutamente prejudicada. E não é por V.Exa., porque V.Exa. cumpre o que está na resolução, e eu também. Estou elaborando minhas emendas. Agora, não acho justo que a Casa possa desconhecer esse processo, até porque muitos torcem para que não haja emenda aos Relatores.

Portanto, se V.Exa. se sentiu em alguma hora constrangido, V.Exa. sabe, na prática, não no plenário, mas nas salas comuns das nossas reuniões, do apreço que eu tenho pela sua diligência na Presidência.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Obrigado, Deputada Rose de Freitas. Apenas acrescentaria que dificilmente nós vamos conseguir que todos os Parlamentares, inclusive da própria Comissão, tenham a mesma assiduidade, tenham a mesma vigilância e a mesma atenção. V.Exa., por exemplo, é uma exímia lutadora da Comissão de Orçamento, porque já tem muita experiência, não é a primeira vez que V.Exa. está aqui, e gosta da matéria Orçamento. Outros aqui fazem o mesmo que V.Exa. Mas nem todos têm essa mesma vigilância.

É evidente que, se nós flexibilizássemos a aplicação dos dispositivos da resolução, dando um prazo de 20 dias, ainda haveria Parlamentares alegando que não tinham conhecimento da matéria. Porque há Parlamentares que não se interessam pela matéria, e há Parlamentares que têm interesse, como V.Exa. e os Deputados Wellington Roberto, Claudio Cajado, Humberto Souto, que é um exímio conhecedor da matéria orçamentária. Então, é evidente que aí a questão do conhecimento de todos não se resolverá dentro dos prazos, por mais longos que eles sejam. É evidente que estamos aqui para acolher os prazos. Agora, vamos trabalhar de forma a que a questão substancial não seja prejudicada, qual seja, a de entregar o Orçamento pronto, concluído e acabado, dentro do prazo que a Constituição nos determina.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Pois não. Com a palavra o nobre Deputado Humberto Souto.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Sr. Presidente, sem nenhuma procuração para defender a Deputada Rose de Freitas, eu tenho impressão de que a sua preocupação é que, se nós começarmos um prazo no meio da semana e terminarmos terça-feira, os Deputados geralmente viajando quinta-feira, sexta-feira, sábado, domingo e segunda-feira, serão surpreendidos e não poderão apresentar suas emendas. Então, acho que não foi nada mais do que isso. É uma ponderação apenas para que esse prazo possa ser estendido mais 1, 2 ou 3 dias, e acho que isso não vai prejudicar. V.Exa., com sua inteligência, homem experiente que é, sabe que neste momento, para votarmos o Orçamento, a conciliação sempre é o melhor caminho.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Wellington Roberto.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Sr. Presidente, quero sugerir a V.Exa. que possamos sentar com o nobre Relator, Deputado José Pimentel. Que suspendêssemos a reunião, transferindo-a para as 15h, para realmente dirimir algumas dúvidas não só no caso de prazo, mas também outras dúvidas que o comitê de admissibilidade de emendas está tendo nesse momento. Então, pediria a V.Exa., se possível, que submetesse isso ao plenário.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Só quero, nesta oportunidade, Sr. Presidente, registrar a presença nesta Comissão da Prefeita Andréia Xavier, que está ali ao fundo, minha digníssima esposa, acompanhada dos Vereadores Jair Felismino e Raimundo Santana. Aliás, já li o livro do Deputado Ricardo Barros *De olho no dinheiro do Orçamento*. Então, espero que esse livro contribua para que o meu Município, a querida cidade de Dias d'Ávila, possa ser contemplada com os recursos da União. Quero fazer esse registro e agradecer a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Vamos suspender a reunião e nos reunir agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Quero, sem prejuízo dos nossos trabalhos, saudar aqui a Prefeita Andréia Xavier, esposa do nosso companheiro Claudio Cajado, e dos Srs. Vereadores. Seja bem-vinda, Prefeita, e desejo todo o êxito do mundo na sua administração.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, como há aqui um impasse sobre o andamento dos trabalhos, primeiro, quero apenas esclarecer que a mudança do prazo de hoje para amanhã da resolução seria importante porque foi distribuído um calendário, e é esse calendário o que os Deputados estão utilizando, com essa expectativa. Quando chegarem hoje à tarde a Brasília é que vão descobrir que o prazo já se esgotou. Então, eu acho que é salutar transferirmos para o dia 24, para amanhã, o prazo de apresentação de emendas ao relatório preliminar.

Agora, Sr. Presidente, quanto à questão do impasse que existe aqui, eu sugeriria – e o Deputado Wellington Roberto fez uma sugestão de suspender até às 15h – suspendermos a reunião, irmos à sala de reuniões e, dirimidas as dúvidas com o Relator-Geral, retornarmos. Às 15h, vamos chegar aqui em cima da Ordem do Dia e, de novo, ficar impedidos de votar por causa da Ordem do Dia. Acho que nós estamos em condições de decidir isso. Vamos à sala de reuniões e, terminada a reunião, retornamos para a votação dos créditos.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Quero fazer aqui uma contraproposta aos companheiros: que decidíssemos aqui e agora, para não haver problema de *quorum*, porque, se nós transferirmos a continuação desta reunião para a tarde, corremos o risco de o plenário entrar em votação, e suspendermos a reunião, como já fizemos várias vezes. Então, quero dar a seguinte sugestão para conciliar os interesses aqui em jogo: o prazo para apresentação de emendas seria o dia 24 de outubro. Quanto aos outros prazos, dia 30 de outubro seria a votação em plenário. Do dia 31 de outubro ao dia 8 de novembro, apresentação de emendas já ao relatório. Dia 4 de novembro, publicação e distribuição de avulsos, porque os prazos são intercalados, encadeados. V.Exas. concordam com esse prazo?

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Esses prazos, Sr. Presidente, são os que estão na Resolução nº 1, não é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Eram os prazos originais.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Obrigatórios.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Nós os restabeleceríamos.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Nós não temos como transigir disso. A não ser que haja uma votação em Plenário, mudando. Não é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– É. Certo, em sentido contrário. Certo? Então, vamos prosseguir a reunião.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Positivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– O Deputado Eduardo Sciarra tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – Eu havia proposto exatamente essas datas, Sr. Presidente. Então, não tenho nenhum óbice com relação a isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Vamos votar.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado José Pimentel.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, então ficamos: até 24 de outubro, apresentação de emendas ao relatório preliminar. Em seguida, apresentarei no dia 25, quinta-feira, a nossa análise sobre as emendas, contra o prazo 26 e segunda-feira, que é 29. No dia 30, estamos prontos para votar o relatório preliminar na Comissão. E dia 31 inicia-se o prazo para apresentação de emendas individuais, de bancada e de Comissão ao Orçamento de 2008.

Nós também, Sr. Presidente, tivemos a cautela, no relatório preliminar, de sugerir que o parecer apresentado pela Comissão de Admissibilidade de Emendas fosse exatamente o disciplinamento de acolhimento de emendas. Eu sei que o Comitê de Emendas já se reuniu, já elaborou as suas diretrizes, já colheu as assinaturas regimentais, mas me parece que ainda não foi protocolado. Eu pediria ao Comitê de Emendas que protocolasse o parecer já aprovado, para facilitar e também para dar divulgação, porque ela é parte integrante do nosso relatório preliminar.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Está presente no plenário o Deputado Zé Gerardo, a quem eu peço que faça o encaminhamento do parecer do Comitê de Emendas à Secretaria da Comissão.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Sr. Presidente, nós estamos finalizando o parecer. Ainda está faltando – lógico que a gente quer fazer esse parecer de forma bem democrática – a assinatura e a participação de alguns Senadores, e nós precisamos debater e discutir. Mas, logo mais à tarde, nós nos reuniremos. E logo que ele estiver pronto, nós encaminharemos a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Eu apenas insisto, Deputado Zé Gerardo, com a necessidade de se ter um prazo. V.Exa. está convindo com isso e estabelecendo o prazo de hoje à tarde. É isso?

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Sr. Presidente, o Senador de Tocantins estava com problema de saúde, estava em São Paulo. Ele participou da reunião em que se aprovou o parecer, e houve algumas modificações. Nós não queremos jamais fazer a reunião sem a presença dele. Ele está chegando hoje à tarde. Na chegada do Senador João Ribeiro, nós nos reuniremos e, o mais brevemente possível, hoje ainda, se possível, eu encaminho a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Obrigado a V.Exa. pelas informações.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, houve a solicitação de suspensão da reunião. Eu consulto ao Presidente e aos colegas se não seria o caso, Sr. Presidente, de V.Exa. chamar o Relator à Mesa e fazermos aqui o debate sobre a questão do Anexo de Metas da LDO, porque é essa a questão que está sendo demandada pelo Plenário. Então, talvez não haja nem a necessidade de nos deslocarmos até a sala de reuniões. Podíamos fazer aqui mesmo, porque a LDO e as emendas foram aprovadas. Não há nenhum problema em discutirmos aqui como o Relator-Geral pretende tratar essa questão.

Então, sugiro a V.Exa. que chame o Relator-Geral à Mesa para fazermos esse debate, como querem alguns Parlamentares, antes de iniciar a apreciação dos créditos.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Vou logo decidir o requerimento do Deputado Giovanni Queiroz, que está aqui presente. Trata-se de algo muito simples, um pedido de informação ao Tribunal de Contas da União. Em seguida, V.Exa. conversará com o Relator sobre a sugestão que acabou de oferecer.

Está em discussão o requerimento do Deputado Giovanni Queiroz.

Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz, autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, eu já disse uma vez e repito: o objetivo é unicamente trazer informações mais detalhadas acerca do custo de obras públicas para a Casa.

Ao requerimento, acrescentei um número, por sugestão de V.Exa., e um último item, para que, adicionalmente, se possível, fosse informado o tipo de solo, relevo e os custos apurados em cada uma das obras. Vale ressaltar que o que se modificou bem foram os custos médios com intervalo de confiança de 95%. Ou seja, esse custo médio seria por amostragem. Não se justifica e não faz sentido buscar todas as obras de

construções de obras públicas ou de rodovias. Mas, por amostragem, alcança-se o intervalo de confiança, ou seja, o custo médio. O intervalo de confiança é de 95%, e o que estiver acima ou abaixo desse custo médio, o que muito bem sabe fazer o Tribunal de Contas da União, poderiam ser obras especiais, aquelas que tenham mais aterros, ou mais túneis, o que implica um custo maior, como V.Exa. bem aqui abordou.

Agora, precisamos de um padrão mínimo para nos orientar.

Sr. Presidente, há 4 anos, quando saí da Casa, o custo médio de pavimentação de uma rodovia era de 600 a 700 mil reais o quilômetro. Hoje, esse custo é de 1,8 milhão de reais. Quanto à conservação, o quilômetro tinha um custo médio de 3 mil dólares, 6 mil reais. Hoje, esse custo está em 200 mil reais. Fico meio zonzinho. Afinal, sair de 6 mil para 200 mil é algo um tanto discrepante, foge ao bom senso, não é verdade?

Então, quero ter a oportunidade de melhor avaliar os custos de obras públicas. É só isso, e com o interesse de ajudar a todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – É altamente meritório o esforço de V.Exa. no sentido de esclarecer parâmetros que, à primeira vista, parecem discrepantes dos outros, mas me preocupa a questão que está por trás disso tudo: nem toda obra é igual.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Lógico que não.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – É evidente que, da forma como V.Exa. redigiu o requerimento, esse aspecto inclusive vai ser esclarecido. Portanto, eu louvo a iniciativa de V.Exa.

Não havendo mais quem queira discutir, submeto o requerimento à apreciação do Plenário.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Como votam os Srs. Deputados? *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados, com uma abstenção do Deputado Eduardo Valverde.

Passa-se à votação no Senado da República.

Como vota a representação do Senado Federal? *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal, por unanimidade.

O requerimento será remetido a S.Exa., o Presidente do Tribunal de Contas da União.

Extrapauta nº 2, de 2007.

Projeto de Lei nº 17, de 2007-CN, que “*Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministério do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito especial no valor global de R\$4.050.000,00 (quatro milhões e cinqüenta mil reais), para os fins que especifica*”.

Relator: Senador Sérgio Guerra.



Foram apresentadas 4 emendas.

Voto: favorável, nos termos do projeto.

Concedo a palavra ao Relator. *(Pausa.)* Como S.Exa. não está presente, designo o Deputado Humberto Souto para relatar a matéria.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, permite-me V.Exa. fazer uma proposta?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Deputada Rose de Freitas, lembro a V.Exa. que o Relator está com a palavra, para proferir parecer à matéria.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, desculpe-me, não havia reparado. Hoje estou meio desatenta.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. pode ficar tranqüila, ruminando suas idéias com os demais companheiros, porque, depois de ouvirmos o Relator, V.Exa. terá a palavra. E, dessa forma, V.Exa. terá mais tempo para discutir a questão.

Com a palavra o Relator, Deputado Humberto Souto.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Lei nº 17, de 2007, que abre ao Orçamento Fiscal, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito especial no valor de 4 milhões e 50 mil reais.

Propõe o Relator, em razão de todo o exposto, a aprovação do Projeto de Lei nº 17, de 2007, conforme texto enviado a este Congresso.

É o parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Exposto o parecer, informo aos presentes que, em conformidade com o estabelecido no § 2º, do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006-CN, declaro inadmitidas as Emendas de nºs 2 e 3, sugeridas pelo autor.

O relatório continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

Em votação.

Como vota a representação da Câmara Federal nesta Comissão? *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Como vota a representação do Senado da República nesta Comissão? *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade também no Senado da República.

Extrapauta nº 3, de 2007.

Projeto de Lei nº 26, de 2007-CN, que “*Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$93.067,091,00 (noventa e três milhões, sessenta e sete mil e noventa e um reais),*

*para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.*

Relator: Deputado Edinho Bez.

Foram apresentadas 7 emendas.

Voto: favorável, nos termos do projeto.

O relatório está em discussão.

Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** – Sr. Presidente, nobres colegas Parlamentares, no exame do projeto, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo não contraria os dispositivos constitucionais e preceitos legais pertinentes. Com efeito, encontram-se satisfeitas as disposições constitucionais do art. 167, Inciso VI, que veda a transposição e o remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização legislativa.

Sob a ótica legal, encontram-se plenamente atendidas as disposições do art. 73 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que assim prescreve.

Da mesma forma, há conformação no projeto com a disposição constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício 2007 (LDO 2007), Lei nº 11.439 de 2006, quanto às prescrições no §§ 7º e 11º do art. 73.

Com relação às emendas apresentadas, em que pese os nobres propósitos pela lei consignados, propomos sua rejeição tendo em vista que o acatamento dos pleitos ensejaria a redução das dotações contempladas pelo projeto de lei, com evidentes prejuízos para programações.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Peço aos Parlamentares que façam silêncio para que possamos ouvir devidamente o relatório.

Continua com a palavra o Deputado Edinho Bez.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ressalta-se que as programações contidas no crédito no âmbito do MDS, por possuírem caráter continuado, não podem sofrer solução de continuidade.

Em face do exposto, somos pela aprovação do PL nº 26, de 2007, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

É o relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Continua em discussão o parecer. *(Pausa.)*

Não havendo mais oradores, passa-se à votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Como votam os Srs. Deputados? *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Em votação o projeto no Senado Federal.

Como votam os Srs. Senadores? (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Apresentei requerimento para inclusão de pauta do PLN nº 35. Gostaria, que, se fosse possível, V.Exa. submetesse a matéria à apreciação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Ao final da pauta regular, vou submeter à discussão do Plenário o requerimento de V.Exa. e de outros Parlamentares.

Extrapauta nº 4, de 2007:

Projeto de Lei nº 27/2007-CN, que “*Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R\$ 63.000.000,00 (sessenta e três milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*”.

Relator: Deputado Manoel Júnior.

Foram apresentadas 3 emendas.

Voto: favorável, nos termos do Projeto.”

Passo a palavra ao Relator para fazer a apresentação do Relatório.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JÚNIOR** – Sr. Presidente, analisando o projeto em questão, verificamos que as fontes apontadas apresentam-se viáveis e que a proposição não fere dispositivos relativos à alocação de recursos, especialmente no que refere à Lei nº 11.439, de 29 de novembro de 2006 (LDO 2007), a Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007 (LOA/2007).

Ressaltamos ainda que o seu detalhamento segue os princípios da boa técnica orçamentária.

Com relação às emendas, verifica-se que solicitam o reforço de dotação constante da programação do Ministério do Turismo (Unidade Orçamentária nº 54.101), sendo que esta não consta do Projeto de Lei nº 27, de 2007.

Cumpra salientar que a Resolução nº 1 de 2006-CN, que dispõe sobre a tramitação de matérias de competência da União na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização veda a apresentação de emendas a projeto de lei de crédito adicional, quando essas contemplam unidades orçamentárias que não sejam beneficiárias do crédito.

“Art. 109 As emendas não serão admitidas quando contemplarem programação em unidade orçamentária não beneficiária do crédito.”

Diante do exposto, recomendamos que o Presidente declare a inadmissibilidade das Emendas nºs 1, 2 e 3 e votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 27, de 2007-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

É o nosso voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Continua facultada a palavra para a discussão do parecer.

Com a palavra a Deputada Rose de Freitas.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, eu havia me inscrito para falar, mas vou retirar o meu pedido.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Não havendo mais oradores, passa-se à votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Como votam os Srs. Deputados? (Pausa.)

Aprovado, por unanimidade, na representação da Câmara Federal.

Em votação na representação do Senado da República.

Como votam os Srs. Senadores? (Pausa.)

Aprovado no Senado da República.

Em conformidade com o estabelecido no §2º do art. 146 da Resolução nº 1, 2006-CN, declaro inadmitidas as Emendas de nºs 1 a 3, sugeridas pelo Relator.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra a Deputada Rose de Freitas.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, estamos com certa dificuldade de prosseguir no exame dessa pauta. Assim, quero propor ao Plenário uma inversão de pauta, para que votássemos o Item 6, o Projeto de Lei nº 29, e, em seguida, entendendo que estamos com uma série de conflitos, V.Exa. suspenderia os trabalhos, para que fizéssemos uma reunião para discutir; depois, voltaríamos ao plenário.

Por que proponho a inversão de pauta? Porque o Ministério do Desenvolvimento Social precisa da aprovação desse projeto. Então, atendendo ao Deputado Gilmar Machado, faríamos a inversão, votaríamos o Projeto de Lei nº 29, V.Exa. suspenderia a sessão, e votaríamos os outros créditos mais tarde. É necessário que conversemos entre nós para vermos a urgência, porque o prazo para convocar a bancada a fim de elaborar emendas é até amanhã. Precisamos, então, discutir os procedimentos que vamos adotar, porque há uma série de reuniões de bancadas agora, inclusive a nossa.

É a proposta que faço: inversão de pauta, votação do Projeto de Lei nº 29 e continuação da votação mais tarde.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Eu não entendi bem qual é o requerimento de V.Exa.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Requerimento de inversão de pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Peço a V.Exa. que remeta à Mesa o requerimento de inversão de pauta. E, enquanto V.Exa. formula o requerimento, vamos passar ao Item nº 5 extrapauta.

**(Não Identificado)** – Sr. Presidente, pela ordem. Quero manifestar o meu apoio ao pleito da Deputada Rose de inversão de pauta, para passarmos ao Item nº 6.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. pode apresentar o requerimento.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Humberto Souto.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Sr. Presidente, se continuarmos a votação, ficará prejudicada a proposta da Deputada Rose de Freitas. Então, primeiro, o requerimento de S.Exa. deve ser submetido ao Plenário – e a Deputada entregaria a V.Exa. o requerimento posteriormente, porque há uma tendência de se suspender a reunião. Poderíamos, para facilitar o trabalho, votar o Projeto de Lei nº 29.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – A questão é elementar: pedi à Deputada Rose de Freitas que apresente formalmente o requerimento, mas não posso parar a votação até lá. No momento em que S.Exa. apresentar o requerimento, ele será submetido ao Plenário, assim como vários outros que aqui serão votados. Enquanto isso, vamos votando a pauta.

**O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO** – Sr. Presidente, eu apoio, vamos votando, vamos votar os Projetos de Lei nºs 28, 29, 30, 31. Vamos votar todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Extrapauta nº 5, de 2007.

Projeto de Lei nº 28, de 2007-CN, que “*Abre aos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e da Cultura, crédito suplementar no valor global de R\$233.907.232,00 (duzentos e trinta e três milhões, novecentos e sete mil, duzentos e trinta e dois reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente e dá outras providências*”.

Em conformidade com o estabelecido no §2º do art. 46 da Resolução nº 1, de 2000-CN, declaro inadmitidas as emendas nºs 4, 5, 6, 13, 14, sugeridas pelo Relator.

Como sou o Relator da matéria, passo a Presidência dos trabalhos ao Deputado Manoel Júnior. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Manoel Júnior) – Tem a palavra o Relator, Senador José Maranhão, para tratar do Projeto de Lei nº 28, de 2007-CN.

**O SR. SENADOR JOSÉ MARANHÃO** – Relatário.

O Presidente da República, por meio da Mensagem nº 112, de 2007, com o nº 622, de 2007, na origem, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 28, de 2007-CN, que “*Abre ao Orçamento Fiscal e da Seguridade da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e da Cultura, crédito suplementar no valor global de R\$ 233.907.232,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*”.

Voto.

Indica o projeto de lei as fontes de recursos necessárias à abertura do crédito suplementar, atendendo ao disposto no art. 167, inciso V, da Constituição, e do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964.

Este também atende à Lei nº 10.933 de 2004, Plano Plurianual 2004/2007, pois suplementa ações constantes da Lei Orçamentária e, portanto, já consideradas no PPA, e a Lei nº 11.439, de 2006 (LDO 2006), em especial quanto à não-efetuação de meta de resultado primário, art. 63, § 4º, e demonstração dos saldos das fontes de recursos utilizadas nas suplementações, art. 63, §§ 11 e 12.

Assim, considera-se que o projeto em análise encontra-se em conformidade com as normas que regulam a matéria.

Ao presente projeto de crédito especial foram apresentadas 19 emendas.

As Emendas nºs 4, 5, 6, 13 e 14 devem ser inadmitidas tendo em vista que pretendem suplementar dotações de unidades orçamentárias não beneficiárias do crédito, o que contraria o art. 109, inciso I, da Resolução nº 1 de 2006-CN. As demais emendas estão em condições de serem acatadas, por atenderem plenamente a legislação vigente.

Contudo, não obstante o mérito dos pleitos nelas contidos, é preciso lembrar que, caso aprovadas total ou parcialmente, os cancelamentos correspondentes importarão em prejuízos para execução das respectivas unidades orçamentárias.

Por essa razão, opinamos pela rejeição das Emendas nºs 1, 3, 7, 12 e 15 a 19, apresentadas ao presente projeto de lei.

Em conformidade com o disposto no art. 70, inciso III, alínea “a” da Resolução nº 1 de 2006-CN, as emendas apresentadas passam a compor o Anexo I, com parecer pela rejeição, salvo quanto àquelas que devem ser inadmitidas, as quais compõem o Anexo

II, em atendimento ao disposto na alínea do mencionado inciso.

Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 28, de 2007-CN, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão Mista de Orçamento, em 23 de outubro de 2007.

É o parecer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Manoel Junior)

– Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Repasso a Presidência dos trabalhos ao Senador José Maranhão. (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Extrapauta nº 6, de 2007.

*Projeto de Lei nº 29, de 2007-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$306.714.388,00 (trezentos e seis milhões, setecentos e quatorze mil, trezentos e oitenta e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências”.*

Relator: Deputado Geraldo Resende.

Foram apresentadas 5 emendas.

Voto: favorável, nos termos do projeto.

Com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** – Passarei direto ao voto, Sr. Presidente.

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua conformidade com o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2007– LDO/2007 (Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006).

No tocante à admissão de emendas a crédito adicional, o art. 109, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, determina:

“Art. 109. As emendas não serão admitidas quando:

I – contemplarem programação em unidade orçamentária não beneficiária do crédito;

.....  
IV – ocasionarem aumento no valor original do projeto, ressalvado o disposto no art. 144, I.”

A Emenda nº 2 não oferece fonte de cancelamento compensatório para o acréscimo de despesa que propõe. Portanto, essa emenda proporciona acréscimo no valor original do projeto de lei e deve ser inadmitida, por ferir a Resolução nº 1, de 2006-CN.

As Emendas nºs 4 e 5 apresentam suplementação de recursos para dotação na Unidade Orçamentária nº 55.901 – Fundo Nacional de Assistência Social. No entanto, o projeto de lei contempla recursos apenas nas Unidades Orçamentárias nºs 38.201 (FUNDA-CENTRO), 38.901 (Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT) e 55.101 (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome). Portanto, a citada emenda deve ser inadmitida por ferir a Resolução nº 1, de 2006-CN.

Como uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero, o Governo Federal criou, em julho de 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Trata-se de instrumento de política pública que visa atingir 2 objetivos fundamentais para o combate à fome: de um lado, apoiar a comercialização agropecuária dos agricultores familiares, estimulando a produção de alimentos; de outro, facilitar o acesso a esses alimentos pelas famílias em situação de insegurança alimentar. A compra de produtos para formação de estoques estratégicos contribui para o alcance desses objetivos.

O PAA é voltado para os agricultores familiares enquadrados no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, bem como aquicultores, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas, indígenas, membros de comunidades remanescentes de quilombos e agricultores assentados. Atualmente, o limite de aquisições é de R\$3.500,00, por agricultor familiar/ano, exceto o Programa de Incentivo ao Consumo e à Produção do Leite, cujo teto é semestral.

O orçamento de 2006 para operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA destinou um total de R\$391.490.162,00. Em 2007, o orçamento disponibilizado para o Programa atingiu um total de R\$265.774.625,00. Diante disso, foi preciso fazer um ajuste com relação às demandas apresentadas, para atendimento no primeiro momento e imprimir esforços para obter este crédito suplementar, que possibilitasse, pelo menos, uma equiparação ao atendimento efetuado em 2006.

Tendo em vista a importância desse programa para o desenvolvimento da agricultura familiar, para a melhoria da distribuição de renda e para o combate



à fome no País, bem como o sucesso da sua implementação, entendemos não ser adequado cancelar dotações do PAA para atender às Emendas nº 00001 e 00003, apesar de reconhecer que a ação de Promoção da Inclusiva Produtiva, no âmbito do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, é uma política ativa de notória relevância.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 29, de 2007-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Esclareço aos presentes que, de acordo com o estabelecido no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006-CN, declaro inadmitidas as Emendas nºs 2, 4 e 5, sugeridas pelo Relator.

Em discussão o relatório.

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Em votação na representação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

**APROVADO.**

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

**APROVADO.**

Extrapauta nº 7/2007.

Projeto de Lei nº 32/2007-CN, que “*Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$8.445.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*”.

*Relator: Deputado Pedro Novais, que não está presente.*

Nomeio como Relator *ad hoc* o Deputado Pedro Chaves, do PMDB.

O parecer apresenta voto favorável, nos termos do projeto.

Com a palavra o Relator *ad hoc* Deputado Pedro Chaves.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES** – Sr. Presidente, irei direto ao voto.

*Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual 2004/2007 (Lei nº 10.933, de 11-08-2004) e a sua conformidade com as disposições da Lei de Dire-*

*trizes Orçamentárias para o exercício de 2007 (Lei nº 11.439, de 29-12-2006.)*

Com relação às emendas apresentadas, percebe-se que a sua eventual aprovação prejudicaria a intenção original contida no crédito suplementar sob análise.

Assim, não obstante o mérito das emendas apresentadas à proposição, não antevejo condições de atendê-las sem prejuízo das programações, objeto de suplementações na proposta original.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 32, de 2007-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição das Emendas de nºs 1 e 2 a ele apresentadas.

Este é o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Está em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo oradores inscritos, passa-se à votação representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Passa-se à votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o provam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

A matéria foi aprovada por unanimidade nas representações da Câmara e do Senado.

Encontra-se sobre a mesa requerimento de inclusão de matéria na Ordem do Dia no seguinte teor:

*“Sr. Presidente, requeiro nos termos do art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do relatório apresentado ao PLN nº 35/2007 na Ordem do Dia da 23ª Reunião Ordinária desta Comissão, realizada em 23/10/2007”.*

O requerimento é assinado pelo Deputado Pedro Chaves.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na câmara dos deputados por unanimidade.

Passa-se à votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

O requerimento será incluído hoje na pauta de hoje como extrapauta.

Requerimento de inclusão de matéria na Ordem do Dia, no seguinte teor:

*“Sr. Presidente, requeiro nos termos do art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão das sugestões encaminhadas pelo Comitê de Obras Irregulares quanto ao funcionamento desse Comitê na Ordem do Dia da 23ª Reunião Ordinária desta Comissão, realizada em 23/10/2007.”*

O requerimento é assinado pelo Deputado Eduardo Valverde.

Em discussão.

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade na câmara dos deputados.

Passa-se à representação do Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade no senado.

Extrapauta nº 9/2007.

Projeto de Lei nº 35/2007-CN, que “*Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$2.350.000,00 (dois milhões, trezentos e cinquenta mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.*”

*Relator: Deputado Pedro Chaves.*

Não foram apresentadas emendas.

Voto favorável, nos termos do projeto.

Com a palavra o Deputado Pedro Chaves, Relator.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES** – Sr. Presidente, também vamos direto ao voto.

A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, por objetivar o reforço de dotação já constante da Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 11.451, de 07/02/2007) e ser formulada de acordo com o que determina o art. 63 da Lei nº 11.439, de 29/12/2006, LDO/2007.

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais ou legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 35, de 2007-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação na representação da Câmara Federal.

O Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram *(Pausa.)*

Aprovada na câmara federal.

Passa-se à representação do Senado.

Os. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação do senado.

Extrapauta nº 8/2007.

Apreciação das sugestões concernentes às competências autônomas do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI, conforme conclusões apresentadas através da Nota Técnica Conjunta nº 07/2007-COFF/CD e CONORF/SF.

Autor: Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI.

Coordenador: Deputado Eduardo Valverde.

O Deputado Eduardo Valverde, Coordenador do Comitê, está com a palavra para apresentação das sugestões.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, meus ilustres pares, de acordo com a Resolução nº 01, foram criados alguns comitês. Em especial, no tocante ao Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, para que haja operacionalidade é necessário criarmos alguns procedimentos, visando a ordenar o trabalho da Comissão.

Como a discussão do Regimento Interno levará certo tempo, foi elaborada nota técnica para tentar, ao longo desse período de trabalho do Comitê, ter algum balizamento que permita ao Comitê condição de exercer seu papel, buscando dialogar com cada Sub-Relator e cada bancada, apontando as obras com indícios de irregularidades, para que as bancadas e os Sub-Relatores possam se pautar nessas informações, a fim de, ao alocarem os recursos, fazê-lo de acordo com o estabelecido pela LDO. É o tempo também de instar o gestor a acelerar a resolução do problema, para que a obra não fique eternamente na condição de irregular. Assim também com relação às obras inadequadas, para que as bancadas possam nelas alocar recursos. Muitas vezes, as obras permanecem inacabadas por falta de aporte de recursos, podendo considerar também que o fato de estar inacabada pode ser uma

irregularidade. Desse modo, que as bancadas tratem disso e acelerem a resolução.

Para tanto, o Comitê precisa ter procedimento interno de funcionamento. Em face disso, apresentamos esta nota técnica, para a qual esperamos apoio por parte de nossos pares.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – No relatório V.Exa. realça a necessidade de aprovarmos com urgência o projeto de decreto legislativo que permite a esta Comissão trabalhar com mais eficiência, mais presteza e mais transparência a questão do acompanhamento da execução orçamentária, bem como a sua efetiva fiscalização. É este argumento que faço questão de repisar aqui, por ser importante: o Congresso Nacional, por meio desta Comissão, é responsável pela fiscalização e aprovação ou não das contas públicas nos 3 planos de governo: União, Estados e municípios. Não se justifica que esta Comissão não tenha instrumentos adequados para tornar mais efetiva a fiscalização, que é fundamental. Porque, se porventura escapar à análise do Tribunal de Contas da União – que o faz com muita eficiência e isenção, diga-se de passagem, mas ninguém é infalível – algum aspecto de grave irregularidade, e a Comissão aprovar este parecer, estará dando um endosso no escuro a tudo o que acontecer. Então é importante que essa Comissão desça em profundidade à análise contábil, legal e análise dos fatos administrativos referente às contas públicas nos 3 planos de governo.

De forma que é louvável a sugestão que V.Exa. agora no seu relatório apresenta, e faço questão de registrar isso, porque essa Comissão, desde a sua instalação, tomou a si a tarefa, que não é fácil, de exercer os poderes que lhe são conferidos pela Constituição, com a ajuda técnica do Tribunal de Contas, mas sem renúncias às nossas responsabilidades.

É isso que tenho dito sempre, ao lado disso, reconhecendo a eficiência e, sobretudo, a lisura com que o Tribunal de Contas tem procedido à análise das contas públicas.

A matéria continua em discussão.

Com a palavra a nobre Deputada Rose de Freitas.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, serei breve. Primeiro quero parabenizar o Deputado Valverde pelo relatório e dizer que ele veio de encontro das proposições que tramitam nesta Casa há muito tempo. O Comitê de Avaliação de Obras Irregulares tem sido um comitê esvaziado, mas consegui uma discussão pertinente, um relatório hábil, também pertinente ao momento que atravessamos e que se fazia necessário há muito tempo.

Quero parabenizar o Deputado, sobretudo porque ele não transferiu responsabilidades que são desta Casa, por certo seria uma tentativa, mas não dele, de transferir responsabilidade a exemplo do decreto que tramita nesta Casa, que tira exatamente do Poder Legislativo a responsabilidade de apreciar, porque o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar do Poder Legislativo, e o Poder Legislativo tem até se omitido em relação as suas funções de apreciar esses relatórios em profundidade.

Então, V.Exa. o faz tão bem e com tal consciência de que esse momento é importante, que o Poder Legislativo, sobretudo, se organize melhor na proposição do seu relatório. Parabéns a V.Exa. e nós do PMDB apoiamos integralmente o relatório ora exposto.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Continua em discussão a matéria.

Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovada.

Sobre a mesa o seguinte requerimento:

“Requeiro, na forma regimental, a inclusão do relatório de atividades do Comitê de Admissibilidade previsto no art. 1º, da Resolução nº 01.

Sala das reuniões. Deputada Rose de Freitas”.

Em discussão.

Com a palavra a autora.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Apenas para justificar que, em face das premissas de datas colocadas aqui, se faz necessária essa votação com urgência, para que o relatório do PPA possa ser votada no final, obedecendo todas as etapas que se dispôs na Resolução nº 01.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado José Pimentel.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, quero parabenizar os membros do Comitê de Admissibilidade de Emendas pelo conteúdo e qualidade do relatório, ao disciplinar, tanto o alcance das emendas individuais quanto das emendas coletivas, em especial as de bancadas, e dando uma interpretação às emendas de Comissão para que efetivamente possam atender aos pleitos nacionais.

Portanto, quero aqui saudar e parabenizar todos os membros do Comitê.

No entanto, no item 34 do parecer, o último item, tem uma inclusão que não está prevista na Resolução nº 01. O que diz o item 34?

“Item 34 – O Comitê de que trata o art. 25 da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional, examinará a admissibilidade das emendas aos relatórios preliminares dos respectivos projetos previstos no mesmo dispositivo”.

O art. 25, Sr. Presidente, diz o seguinte:

“Art. 25 – Ao Comitê de Admissibilidade de Emendas compete propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas, inclusive as de Relator, aos projetos de lei orçamentária anual e do plano plurianual.

Parágrafo único. Os relatórios das matérias de que trata o caput não poderão ser votados pela CMO sem votação prévia do relatório do Comitê, salvo deliberação em contrário do Plenário da Comissão”.

Portanto, esta matéria extrapola a Resolução nº 01. Proponho, Sr. Presidente, a sua supressão, por ser anti-regimental.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. tem razão: a matéria não extrapola apenas; ela revoga um dispositivo da Resolução, explicitamente. E só quem pode fazê-lo é o Congresso Nacional, mediante a apresentação formal de modificação à Resolução nº 01.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** – Sr. Presidente, ainda sobre este assunto, a iniciativa para alterar a Resolução pode ser individual, de um Parlamentar ou de um membro da Comissão, ou deve ser da Comissão? Quem poderá tomar a iniciativa de propor a alteração da Resolução nº 1?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Eu não entendi bem o questionamento de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** – Dando continuidade ao raciocínio do Deputado José Pimentel, para alterar a Resolução nº 1, por exemplo, quanto ao número de emendas – já que não tem mais “emendas guarda-chuva” -, estamos pensando em alterar o número de 20 para 30. Que tipo de iniciativa individual ou da Comissão terá de ser tomada para alterar a Resolução junto ao Congresso? É por meio da apresentação de um requerimento a esta Comissão? É iniciativa individual? Qual é a iniciativa?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Qualquer Parlamentar pode propor a alteração da

Resolução nº 01, desde que o faça via Congresso Nacional.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Sr. Presidente, regimentalmente, eu posso pedir vista do relatório?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Embora essa figura do pedido de vistas não esteja definida na Resolução, eu acho que é salutar, até porque começam a aparecer, aqui e agora, nesta discussão, algumas discrepâncias que precisam ser analisadas em profundidade, para evitar futuras reclamações.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Eu vou conceder vista a V.Exa., para examinar, pelo prazo improrrogável, já que é poder discricionário da Presidência, de 24 horas.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Está ótimo.

(Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Srs. Parlamentares, a respeito da questão de ordem levantada aqui pelo Deputado Vanderlei Macris, sobre a possibilidade de modificação de uma decisão desta Comissão, lamentavelmente, em que pesem a consideração e o respeito que tenho pelo Deputado Vanderlei Macris, devo considerá-la intempestiva. S.Exa. levantou a questão de ordem após decorridos mais de 30 dias da decisão da Comissão.

O PLN nº 03/2007-CN foi discutido e aprovado em sessão da CMO no dia 10 de julho de 2007, momento em que a questão de ordem deveria ter sido apresentada. Não obstante, somente fora apresentada quase 1 mês após a aprovação da proposição, que se deu por unanimidade.

Portanto, é razoável entender que a questão de ordem seja apresentada no curso dos trabalhos, quando é possível operarem-se as necessárias alterações na condução dos trabalhos. Uma vez a matéria sob apreciação tenha sido aprovada ou rejeitada, portanto já havendo exaurido a sua competência regimental, não faz mais sentido qualquer questionamento, em face da condução dos trabalhos.

Nós temos ampla jurisprudência na Casa sobre essa questão, em várias outras decisões que já foram tomadas. Por essa razão, nós, de plano, rejeitamos a questão de ordem formulada pelo Deputado Vanderlei Macris.

Era a comunicação que tinha a fazer.

Eu quero agradecer aos membros desta Comissão, aos companheiros aqui presentes, pela produtividade e lembrar-lhes que amanhã, dia 24 de outubro,



quarta-feira, às 14h30min, haverá reunião ordinária neste mesmo plenário.

Está encerrada a presente reunião.

**Ata da Vigésima Quarta Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 24 de outubro de 2007.**

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, foi realizada reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 30. Foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Claudio Cajado, Daniel Almeida, Edinho Bez, Eduardo Sciarra, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Giacobbo, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Humberto Souto, José Pimentel, Manoel Junior, Nelson Meurer, Paulo Pimenta, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Regis de Oliveira, Vanderlei Macris, Wellington Roberto e Zé Gerardo; – **Senadores titulares:** Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Jayme Campos, João Ribeiro, José Maranhão e Leomar Quintanilha; – **Deputados suplentes:** Alex Canziani, Carlos Alberto Leréia, Duarte Nogueira, Geraldo Resende, Gorete Pereira, João Carlos Bacelar, João Magalhães, Lael Varella, Luiz Carreira, Marcelo Castro, Miguel Corrêa Jr., Silvio Lopes e Zé Geraldo; – **Senador suplente:** Flexa Ribeiro. Foi registrada a ausência dos membros: – **Deputados titulares:** Eduardo Gomes, Ivan Valente, Márcio Reinaldo Moreira, Mussa Demes, Paulo Rubem Santiago, Rafael Guerra, Roberto Rocha, Rose de Freitas, Vignatti e Walter Pinheiro; e – **Senadores titulares:** Cristovam Buarque, Efraim Morais, Sérgio Guerra e Sérgio Zambiasi. **ABERTURA:** às quinze horas e vinte e seis minutos, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou iniciados os trabalhos. O Deputado Vanderlei Macris solicitou o encerramento da reunião, tendo em vista a extrapolação do prazo para início dos trabalhos, conforme dispõe o *art. 29 do Regimento Comum*. Em seguida, o Presidente leu o disposto no referido artigo. O Deputado Regis de Oliveira discutiu o assunto. A seguir, o Presidente anunciou a apreciação das Atas das seguintes Reuniões: 4ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 30 de agosto de 2007; 18ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de setembro de 2007; 9ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de setembro de 2007; 20ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de setembro de 2007; 21ª Reunião Ordinária, realizada em 3 de outubro de 2007; 22ª Reunião Ordinária, realiza-

da em 10 de outubro de 2007; 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 16 de outubro de 2007; 5ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 18 de outubro de 2007. Nesse momento, o Deputado Vanderlei Macris solicitou a leitura da Ata da 23ª Reunião Ordinária, pois apresentaria considerações na resposta à sua Questão de Ordem apresentada em 8 de agosto de 2007. O Deputado Pedro Novais discutiu o assunto. Ao iniciar a apresentação de Questão de Ordem, o Deputado Vanderlei Macris foi instruído pela Presidência de que estava em processo de votação das Atas. O Presidente informou que as notas taquigráficas da 23ª Reunião Ordinária ainda não tinha sido enviadas à Comissão. Havendo concordância do Plenário, o Presidente propôs a dispensa da leitura das Atas por terem sido distribuídas antecipadamente. Não havendo discussão e conforme o estabelecido na *alínea “f” do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão*, foram colocadas em votação, que foram **aprovadas** por unanimidade. **EXPEDIENTE:** conforme solicitação do Deputado Regis de Oliveira apresentada na 11ª Reunião Ordinária, realizada em 27/6/2007, o Presidente colocou em votação a dispensa da leitura dos expedientes, que foi **aprovada** por unanimidade. Em seguida, determinou ao Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião e à Secretaria que enviasse aos membros e às Lideranças Partidárias através do correio eletrônico. **ORDEM DO DIA:** PAUTA 30. **Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas.** Coordenador: Deputado Zé Gerardo. O Presidente explicou que o Deputado Wellington Roberto havia pedido *vista*, que foi concedido pelo Presidente, por vinte e quatro horas, e solicitou a supressão do *item 34* do Relatório. O Coordenador acolheu a solicitação. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade, com a supressão do item 34, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A seguir, o Deputado Vanderlei Macris apresentou **Questão de Ordem**, quanto à resposta dada pela Presidência da Comissão, na 23ª Reunião Ordinária, realizada em vinte e três de outubro de 2007, com relação ao Projeto de Lei nº 3/2007-CN. Solicitou, ainda, a transcrição na íntegra na Ata da reunião e foi atendido pelo Presidente: “*Senhor Presidente, Questão de Ordem! Lastimavelmente, sinto-me na obrigação de voltar e insistir em assunto aqui tratado nesta Comissão Mista. Na última Reunião desta Comissão, em continuação da 23ª Reunião Ordinária de 17 de outubro de 2007, Vossa Excelência concedeu resposta à Questão de Ordem por mim formulada ainda em 08 de agosto de 2007, declarando intempestiva a solicitação. Na Reunião Extraordinária desta Comissão, no*

dia 16 de outubro, transcorridos mais de dois meses, Senhor Presidente, ainda não tínhamos resposta à referida Questão de Ordem, ocasião em que insistimos junto à Mesa da Comissão acerca dos questionamentos formulados e pendentes de esclarecimentos. Naquele momento, questionamos, literalmente, “em que momento pretende Vossa Excelência responder a essa Questão de Ordem formulada no último dia 08 de agosto de 2007?” Devo aqui dizer, Senhor Presidente, que Vossa Excelência foi, para dizer o mínimo, descortês ao dar resposta à Questão de Ordem, não só na minha ausência, como igualmente na ausência de outro membro da Bancada do PSDB, mesmo depois da Mesa desta Comissão ter sido questionada acerca do momento em que seria dada a resposta e ainda que a própria Presidência tenha concedido tratamento evasivo ao assunto por mais de dois meses! No momento em que Vossa Excelência dava resposta à minha Questão de Ordem, encontrava-se em Reunião de Vice-Líderes da Bancada do PSDB, cuja pauta continha em um de seus itens exatamente as ações a serem tomadas pelo Partido acerca do descumprimento do processo legislativo quando da votação e aprovação por esta Comissão Mista do PLN nº 03, de 2007. Cheguei a me dirigir a esta Comissão para me manifestar sobre a resposta dada por Vossa Excelência, mas aqui chegando a Reunião havia acabado de ser encerrada. Dirigindo-me à Mesa, solicitei a cópia do documento de resposta à minha Questão de Ordem, sendo fornecida cópia de uma Nota Informativa, isso mesmo, Senhoras e Senhores Membros da Comissão, uma Nota Informativa encaminhada a Vossa Excelência, na condição de Presidente desta Comissão Mista, sem constar no referido documento a sua origem ou a sua autoria, com o agravante de que a última folha do tal documento teve, no feitiço da cópia, ceifado os argumentos finais de seu teor e possivelmente o seu signatário. Senhor Presidente, não queremos aqui eivar de atos obscuros as Reuniões desta Comissão Mista, que vem a ser a mais importante Comissão do Congresso Nacional. A motivação de minha Questão de Ordem teve preponderantemente foro processual, já que a própria “Nota Informativa” que ofereceu subsídios a Vossa Excelência afirma que “o prazo de dois dias úteis após a distribuição do Relatório ou Substitutivo pode ser dispensado desde que haja aprovação de requerimento neste sentido aprovado por maioria absoluta de seus membros”, em total consonância com o que argüimos em nossa Questão de Ordem e em total acordo com o que prescreve o art. 128 da Resolução nº. 01, de 2006, do Congresso Nacional. Tanto que a “Nota Informativa” afirma: “não se registrou naquela Sessão da CMO realizada no dia 10 de julho do

corrente ano requerimento no sentido de dispensar o prazo, nem tampouco, qualquer questão de ordem neste sentido”. Vou me ater então ao fato de não ter havido Questão de Ordem naquele momento. Claro que não houve, Senhor Presidente! A votação se deu em seguida aos “festejos” da aprovação do projeto de LDO para 2008, acompanhados dos incômodos ruídos e conversas paralelas tão facilmente observados aqui nesta Comissão. Ou seja, “sem condições ideais para a devida discussão e o necessário esclarecimento regimental”. Quero assumir aqui, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros desta Comissão, que a Bancada do PSDB não participou, corroborou ou aquiesceu sobre a alteração do Parecer dado anteriormente ao PLN nº 03, de 2007. Não houve, portanto, qualquer prévio Acordo de Lideranças para que houvesse a votação do Segundo Parecer Reformulado, do Relator José Pimentel (que vem a ser também o Relator da proposta de Lei Orçamentária Anual para 2008), e apresentado no mesmo dia da sua votação. Senhor Presidente, quero então acrescentar ao mérito processual de minha Questão de Ordem que a segunda Reformulação do Parecer, sob justificativa e provocação de Ofício nº. 294/2007-MP, do Ministro do Planejamento, solicitando a “devida atualização” do Anexo VII da LOA 2007, contempla programações detalhadas no PPI. A referida alteração, Senhoras e Senhores Membros da Comissão, alcança o montante de R\$ 1,465 bilhões. Isso mesmo, R\$ 1,465 bilhões! Não tenho como não repetir os argumentos originalmente apresentados naquela Questão de Ordem do dia 08 de agosto: “que parlamentar, que Membro desta Comissão Mista e deste Congresso Nacional não gostaria de ver contemplado no âmbito do PPI/PAC projetos do interesse de seus respectivos Estados e de cunho nacional? Como lidar com a “sobreposição” dos interesses do Ministério do Planejamento e do Poder Executivo sobre o papel apreciador do Poder Legislativo acerca de tão importante matéria?” Senhor Presidente! Vossa Excelência considerou intempestiva a minha Questão de Ordem. Acerca do argumento de que havia transcorrido mais de 30 dias da aprovação da Proposição, em 10 de julho, quero aqui lembrar e esclarecer às Senhoras e Senhores Membros desta Comissão e também ao Senhor Presidente que a Questão de Ordem foi apresentada na primeira Reunião realizada por esta Comissão Mista após a sua aprovação, em 08 de agosto, tendo neste interstício ocorrido inclusive o Recesso Parlamentar. Para novamente repetir argumentos da “Nota Informativa” que subsidiaram a decisão de Vossa Excelência, Senhor Presidente, “é razoável entender que a questão de ordem seja apresentada no curso dos trabalhos quando é possível

*operar-se as necessárias alterações na condução dos trabalhos”, exatamente ao contrário da realidade em que fora efetivamente votada e aprovada, “sem condições ideais para a devida discussão e o necessário esclarecimento regimental” de maneira tempestiva. Por último, gostaria de registrar que não consideramos esta “Nota Informativa” resposta formal desta Comissão Mista à minha Questão de Ordem. De outra forma, não consta no sítio da Câmara dos Deputados, em Arquivo Sonoro da Reunião do dia 23 de outubro de 2007, os termos que Vossa Excelência deu como resposta. Ou seja, tememos que nem em notas taquigráficas saibamos exatamente o que nos foi dado como resposta, já que o áudio disponibilizado termina antes da resposta dada oralmente por Vossa Excelência. Diante de todo este árduo exposto, Senhor Presidente, o que temos a formular como Questão de Ordem é que: já que não tive a oportunidade de estar aqui presente quando da sua resposta oral à minha Questão de Ordem; já que o documento a mim fornecido pela Assessoria de Vossa Excelência não é documento formal desta Comissão Mista; e já que não tenho sequer condições de acesso ao que foi aqui tratado oralmente por Vossa Excelência no término da Reunião de ontem; Solicitamos que me seja fornecido a resposta em documento formal desta Presidência e que, por direito, seja concedido, em respeito ao bom funcionamento dos trabalhos nesta Comissão e também da boa relação pessoal e da Bancada do PSDB que temos com a Mesa e com Vossa Excelência, prazo para eventual contestação à decisão de Vossa Excelência. Era o que tínhamos a questionar, Senhor Presidente. Deputado Vanderlei Macris”. PAUTA 30/2007. O Presidente explicou que o item havia sido aprovado na 23ª Reunião, realizada em 23 de outubro de 2007.*

**2 – Aviso nº 7/2007-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 130, de 2007 – Plenário – TCU, atinente à Auditoria no Contorno Ferroviário de Jaraguá do Sul/SC e Guarimir – TC-003.655/2003-0.” Relator: Deputado Manoel Júnior. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela exclusão do Anexo VI da Lei nº 11.451/2007 (LOA/2007) o Subtítulo construção de contornos Ferroviários – no Estado de Santa Catarina no Estado de Santa Catarina (UO 39.252), nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. O relator apresentou o Relatório. Iniciado o debate, o Deputado Cláudio Cajado solicitou esclarecimentos do relator e foi atendido. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Senador Antônio Carlos Valadares teceu considerações enaltecedoras sobre o Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de

Emendas. **3 – Aviso nº 14/2007 – CMO**, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 815, de 2007 -TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram relativos ao Levantamento de Auditoria no Convênio nº 197/2000, avençado entre o Município de Poço Verde/SE e o Ministério da Integração Nacional, para implantação de barragens – (TC 009.429/2005-2)”. Relator: Deputado Cláudio Cajado. Não foram apresentadas emendas. Voto: Pela exclusão do Anexo VI da Lei nº 11.451/2007 (LOA/2007) o subtítulo Recursos para retomada de execução de Obras e Serviços – Construção da Barragem Poço Verde-SE, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. O relator leu o Voto constante do Relatório. Iniciado o debate, o Senador Antônio Carlos Valadares discutiu o assunto. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **4 – Ofício nº 24/2006-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 20, parágrafo 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do processo de prestação de contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), alusivo ao exercício de 2006.” Relator: Deputado Carlos Eduardo Cadoca. Voto: pelo arquivamento da matéria. Ausente o relator, o Deputado Manoel Júnior foi designado relator *ad hoc*, que apresentou o Voto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **5 -Aviso nº 23/2007-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 2º trimestre do exercício de 2007”. Relator: Senador Jayme Campos. Voto: pelo conhecimento do Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 2º trimestre do exercício de 2007, e, pelo convite ao Procurador-Geral do Tribunal de Contas da União e aos Ministros Ubiratan Aguiar e Valmir Campelo, Relatores dos Acórdãos nº. 639/Plenário e nº. 1188/Plenário, que tratam, respectivamente, de auditoria na Secretaria de Patrimônio da União e auditoria em Obras Inacabadas. O Deputado Claudio Cajado solicitou que os Requerimentos nºs 17, 19, 20 e 21/CMO fossem declarados prejudicados tendo em vista o encerramento do prazo para realização dos Seminários Regionais para discussão do PLOA/2008 e PPA/2008-2011. A seguir, o Presidente declarou os Requerimentos **prejudicados**. **10 – Requerimento nº 22/2007-CMO**, que “Requer o envio para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania do Projeto de Decreto Legislativo nº 1/2007 e de seu substitutivo, para que aquela



Comissão dê parecer quanto aos aspectos constitucional, legal, jurídica e de técnica legislativa, especialmente no tocante aos artigos 4º, 6º, 12, 15, 16, e 22”. Autor: Deputado Humberto Souto. O autor iniciou a apresentação do Requerimento. Nesse momento, o Presidente interrompeu a apresentação e informou que a ordem do dia no Plenário da Câmara dos Deputados havia iniciado. **ENCERRAMENTO:** antes de encerrar, convocou as reuniões a serem realizadas nas seguintes datas: dia trinta de outubro, às dez horas, reunião conjunta de audiência pública, com a presença do Presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal; às quatorze horas e trinta minutos, reunião extraordinária, para votação do Relatório Preliminar da Proposta Orçamentária para 2008; e dia trinta e um de outubro, às quatorze horas e trinta minutos, reunião ordinária. As reuniões serão realizadas no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Às dezesseis horas e vinte e sete minutos, os trabalhos foram encerrados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador José Maranhão. Presidente.**

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Declaro aberta a 24ª reunião ordinária, em 24 de outubro de 2007, às 13h30min, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 30/2007.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, nos termos regimentais, já se passou meia hora do prazo de abertura da reunião. Portanto, solicito a V.Exa. que dê por encerrada a reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Mas há número legal para que a reunião seja aberta.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sim, mas o prazo de meia hora tem que ser obedecido. A reunião estava marcada para as 14h30min, e já são 15h30min.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – São 15h27min pelo horário da Casa.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – O prazo é de 30 minutos, se não estou enganado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Pediria a V.Exa. que lesse comigo o art. 28, do Regimento Comum.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Qual é o artigo, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Não é o art. 28, é o art. 29.

*O art. 29 diz o seguinte:*

“ À hora do início da sessão, o Presidente e os demais membros da Mesa ocuparão os respectivos lugares; havendo número regimental, será anunciada a abertura dos trabalhos.

§ 1º – *Não havendo número, o Presidente aguardará, pelo prazo máximo de 30 (trinta) minutos, a complementação do quorum; decorrido o prazo, e persistindo a falta de número, a sessão não se realizará”.*

No nosso caso, o número foi restabelecido.

**O SR. DEPUTADO REGIS DE OLIVEIRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Tem V.Exa a palavra.

**O SR. DEPUTADO REGIS DE OLIVEIRA** – Sr. Presidente, peço seja concedida inversão de pauta para que seja acelerada a votação do relatório de atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas.

Informo que foi marcado reunião com as bancadas amanhã, às 9 horas, e à tarde, das 13h às 15h com o Presidente de Comissão.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, questão de ordem.

O *quorum* regimental foi atingido, às 15h15min, portanto, 30 minutos após o prazo previsto no Regimento Interno. Essa é a razão pela qual solicitei que V.Exa. declarasse a não realização da sessão. Estando ausente um Senador, às 15h15min, portanto, não havia *quorum* regimental. Os 30 minutos já haviam passado. Estava, conforme disse o artigo, persistindo a ausência de *quorum*, às 15h15min, repito.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Peço à Secretaria que verifique a presença de Senadores e Deputados para ver se o *quorum* foi atingido.

Há *quorum*, Sr. Deputado. O Regimento é muito claro:

“Não havendo número, o Presidente aguardará, pelo prazo máximo de 30 (trinta) minutos, a complementação do quorum; decorrido o prazo, e persistindo a falta de número, a sessão não se realizará.”

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, gostaria de salientar que, nos 30 minutos que se sucederam ao horário marcado, o livro deveria ser fechado, porque não existia *quorum* suficiente. Nesse momento, V.Exa. deveria ter declarado a sessão encerrada. Essa é a posição regimental que imagino de bom alvitre deva V.Exa., como Presidente e juiz desta Comissão, tomar. Agora, no prazo de 15h15min, não



havia *quorum*. Portanto, às 14h30min, deveria ter sido fechado o livro por ausência de *quorum*.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Não tenho elementos para informar, porque as assinaturas não são precedidas do lançamento da hora de assinatura. Eu não posso prever se realmente às 15 horas não havia *quorum*. Mas se V.Exa. me assegurar que fez essa verificação no livro de presença...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – É evidente. Eu estou aqui desde as 14 horas.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Sim, mas eu quero perguntar a V.Exa. se fez a verificação no livro de presença.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Não.

Havia a falta de um Senador. Essa foi a verificação que fiz na assessoria às 15h15min. Quando V.Exa. entrou no plenário, atingiu-se o *quorum* suficiente para o reinício da sessão.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – V.Exa. leu, com bastante clareza, o dispositivo que regulamenta a presença e o início dos trabalhos de acordo com o Regimento Comum do Congresso Nacional. Está bem claro que o *quorum* não foi alcançado na meia hora e V.Exa, em seguida, como diz o texto, aguardou a composição do *quorum*. Como o *quorum* foi alcançado, Sr. Presidente, sugiro a V.Exa. que rejeite a questão de ordem. E o Deputado Vanderlei Macris terá a possibilidade de recorrer à Comissão e ao plenário dessa decisão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Quero informar a V.Exa. e ao Plenário, inclusive ao Deputado Vanderlei Macris, que não tenho interesse algum em realizar essa reunião sem a ocorrência do *quorum* necessário. Minha dúvida é quanto à leitura do parágrafo 1º, que diz:

“Não havendo número, o Presidente aguardará, pelo prazo máximo de 30 (tinta) minutos, a complementação do *quorum*; decorrido o prazo e persistindo a falta de número, a sessão não se realizará”.

Então, consulto a V.Exa. e ao Plenário se, decorridos os 30 minutos, não se havia estabelecido o *quorum*. É essa a pergunta que faço.

Se V.Exa. e o Plenário me confirmarem a existência de um elemento de verificação de que, decorridos os 30 minutos, não havia *quorum*, encerro a sessão.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr.

Presidente, gostaria de manter minha questão de ordem.

Às 14h30min, não havia o *quorum* necessário. Havia ausência de número regimental de Senadores na Comissão Mista para que a sessão pudesse ser aberta. Essa é a declaração que faço. A decisão é de V.Exa.

A partir de hoje, gostaria de solicitar a V.Exa., após aguardado o prazo de 30 minutos definidos no Regimento Interno sem que tenha sido atingido *quorum*, que encerrasse a reunião. Farei essa questão de ordem em todas as reuniões em que não tiver sido alcançado *quorum*.

Então, faço essa questão de ordem a V.Exa. para que fique bem claro aos colegas desta Comissão que, no momento em que decorrerem os 30 minutos, sem que tenha sido atingido o *quorum*, solicitarei a V.Exa. o encerramento da reunião.

Essa é a minha questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com essa iniciativa, V.Exa, sem dúvida, colabora com o bom rendimento dos trabalhos. O ideal, para a grande maioria que está presente, que deseja trabalhar e produzir, é a realização da reunião. Claro que tenho sempre o cuidado de só abrir a reunião quando o *quorum* mínimo está completo.

Repito o que já afirmei. Eu não tenho certeza porque na lista de presença esse dado não é lançado, se decorridos os 30 minutos o *quorum* não tinha sido restabelecido. Na hora em que abri a sessão, o *quorum* estava restabelecido. Essa era a informação que queria dar a V.Exa..

Apreciação das atas.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas por terem sido distribuídas antecipadamente.

Não havendo discussão e conforme o estabelecido na alínea “f” do art. 8º do Regimento Interno da Comissão, coloco em votação as atas das seguintes reuniões: 4ª reunião de audiência pública, realizada em 30 de agosto de 2007; 18ª reunião ordinária, realizada em 5 de setembro de 2007; 19ª reunião ordinária, realizada em 19 de setembro de 2007; 20ª reunião ordinária, realizada em 26 de setembro de 2007; 21ª reunião ordinária, realizada em 3 de outubro de 2007; 22ª reunião ordinária, realizada em 10 de outubro de 2007; 2ª reunião extraordinária, realizada em 16 de outubro de 2007; 5ª reunião de audiência pública, realizada em 18 de outubro de 2007.

Passamos à votação na representação da Câmara Federal.

Como votam os Srs. Deputados?

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, gostaria de saber em que momento V.Exa. fará a leitura da ata da reunião de ontem, pois gostaria de tomar conhecimento da mesma.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – A informação da Secretaria é que ainda não pôde lavrar a ata, porque os dados taquigráficos para elaboração chegaram até a Secretaria.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Estou perguntando isso, Sr. Presidente, e gostaria de pedir a compreensão dos colegas da Comissão, porque fiz uma questão de ordem a V.Exa. há algum tempo e ontem ela foi lida. Eu quero saber, e gostaria de informações sobre em que circunstâncias essa questão de ordem foi colocada na ata, até porque tenho um comentário a fazer sobre a resposta que V.Exa. deu à minha questão de ordem. Portanto, gostaria de tomar conhecimento em que circunstância V.Exa. indeferiu meu pedido de questão de ordem. Tive acesso extra-oficial à resposta de V.Exa., e não foi compreensível a resposta que V.Exa. deu. Então, é muito importante que tivesse conhecimento em que momento da ata V.Exa. apresentou indeferimento à minha questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Eu posso informar a V.Exa. que a decisão do Presidente à questão de ordem levantada por V.Exa. foi feita publicamente na sessão e faz parte dessa decisão a nota técnica que a acompanha. Como a ata ainda não foi redigida, V.Exa., através do arquivo sonoro da Câmara Federal, poderá acessar e ter em detalhes a decisão referente a essa matéria.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, tive o cuidado de buscar o arquivo sonoro desta decisão de V.Exa. e não tive acesso a isso. Não constam as razões pelas quais o requerimento de minha autoria em questão de ordem foi indeferido por V.Exa. Eu tive acesso, por parte da secretária, muito gentilmente, a um documento que não é a íntegra da resposta de V.Exa. Por isso, preciso oficialmente, até para saber que decisão tomarei em relação à resposta que V.Exa. der.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. precisa apanhar nos arquivos, pegar a cópia da nota técnica. Eu li apenas uma parte da nota técnica, não tinha obrigação nenhuma de ler toda a nota técnica, mas disse que a nota técnica integraria o meu voto.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Muito bem, eu gostaria de ler um documento, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Pela ordem tem a palavra o Deputado Pedro Novais.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, pelo que estou entendendo, o nobre Deputado está querendo uma correção na ata da última reunião, que ainda não está em discussão. É isso que ele quer. Então, este assunto virá à baila no momento da discussão da ata da última reunião. Aí é que decidiremos. Sugiro, portanto, que V.Exa. continue a reunião e aproveemos as atas.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. tem toda razão. Por uma questão de liberalidade, estou permitindo que o Deputado se manifeste, mas evidentemente não é oportuno agora o levantamento da questão de ordem, porque a matéria não está em discussão neste momento.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Eu quero levantar uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. tem a palavra. Agora, é evidente que V.Exa. tem que levantar uma questão de ordem pertinente.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – V.Exa. haverá de julgar se é pertinente ou não minha questão de ordem. Lamentavelmente, Sr. Presidente, sinto-me na obrigação de voltar a insistir em assunto tratado nesta Comissão, porque na última reunião, em continuação à 23ª reunião ordinária, de 17 de outubro de 2007, V.Exa. concedeu resposta a questão de ordem por mim formulada ainda em 8 de agosto de 2007, declarando intempestiva a solicitação. Na reunião extraordinária desta Comissão, no dia 16 de outubro, transcorreram-se mais de 2 meses, e ainda não tínhamos uma resposta à referida questão de ordem, ocasião em que insistimos junto à Mesa da Comissão acerca dos questionamentos formulados e pendentes de esclarecimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. vai me permitir lembrar que esta matéria no momento não está em discussão. V.Exa. está interrompendo o andamento da reunião. Peço a V.Exa. que aguarde eu receber a questão de ordem, desde que V.Exa. a formule no tempo certo.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Eu gostaria então de encaminhar formalmente a V.Exa., por escrito, essa questão de ordem. Eu tenho 5 minutos regimentais para poder me manifestar.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Peço a V.Exa. que o faça no momento apropriado.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Eu o farei no momento apropriado, mas quero só que V.Exa. saiba que tenho uma divergência em relação à decisão de V.Exa..

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Nós vamos prosseguir com a apreciação das atas, porque a matéria já está em andamento e V.Exa. está trazendo assunto que não está em discussão nem em votação agora.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr.

Presidente, eu só quero apresentar por escrito minha questão de ordem. V.Exa. me deu a palavra e estou apresentando a V.Exa..

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Então, o processo de votação não pode ser interrompido.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Exatamente, o processo de votação não pode ser interrompido, e V.Exa. está trazendo um assunto que não está em discussão agora.

Na representação da Câmara dos Deputados, como votam os Srs. Deputados? *(Pausa.)*

Aprovado na da Câmara dos Deputados.

Na representação do Senado Federal, como votam os Srs. Senadores? *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Expediente.

Conforme solicitação do Deputado Regis de Oliveira, apresentada na 11ª reunião ordinária, realizada em 27 de junho de 2007, coloco em votação a dispensa de leitura dos expedientes.

Na representação da Câmara dos Deputados, os Srs. Deputados que aprovam a dispensa da leitura permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Na representação do Senado Federal, os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Determino ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas desta reunião.

Informo que a lista com os expedientes foi encaminhada pelo correio eletrônico aos membros e lideranças partidárias nesta data.

Pauta nº 30/2007. Apreciação do relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas.

Com a palavra o Deputado Zé Geraldo, Coordenador do Comitê, para apresentação do relatório.

A matéria está em discussão.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** – Sr. Presi-

dente, a matéria já foi lida por este plenário e foi pedido vista pelo Deputado Wellington Roberto, a quem solicito relatar o referido pedido.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Wellington Roberto.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** –

Sr. Presidente, agradeço a sua atenção, até porque pedi

vista do relatório de atividades do nosso Comitê para poder apresentar, neste momento, solicitação de retirada ou supressão do Item 34, que diz o seguinte:

*“O Comitê, de que trata o art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, examinará a admissibilidade das emendas aos relatórios preliminares dos respectivos projetos previstos no mesmo dispositivo”.*

Foi por esse motivo, Sr. Presidente, que pedi vista, na sessão de ontem, e, de forma muito cordial, V.Exa. me atendeu. Assim, estou apresentando essa solicitação de retirada suprimindo o Item 34 do relatório de atividades do Comitê de Emendas. Era apenas isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)  
– V.Exa. será atendido.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Sr. Presidente, após essa apreciação, gostaria que V.Exa. submetesse à votação o relatório de atividades do Comitê de Emendas.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)  
– O relatório está em votação por não haver mais oradores interessados em debater a matéria.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** – A Coordenação do Comitê de Emendas aceita a retirada do Item 34.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)  
– Por decisão do Deputado Zé Geraldo, está feita a supressão do Item 34 do relatório.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, posso continuar minha questão de ordem?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)  
– V.Exa. pode aguardar o encerramento desse processo de votação?

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados, suprimido o Item 34.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação do Senado da República.

V.Exa. tem a palavra para sua questão de ordem.

**DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, gostaria de pedir a compreensão dos colegas, pois não desejo criar qualquer tipo de dificuldade para o andamento normal desse trabalho. Estou-me fixan-

do, em nome da bancada do meu partido, no PLN nº 3, que foi aprovado, na minha opinião, de maneira equivocada quando inclui parcela bastante grande de recursos para o PPI numa matéria estranha, diferente, que não poderia ter sido votada.

Sr. Presidente, em nome da bancada do PSDB, vou apresentar destaque no plenário do Congresso Nacional para essa parte do PNL nº 3, que não concordamos tenha sido, de maneira atribulada, aprovada por esta Comissão.

Tenho levantado essa questão de ordem desde o início e cinge-se apenas a esse caso, ou seja, ao PLN nº 3, cuja apreciação consideramos equivocada.

Concluindo, Sr. Presidente, para não tomar mais o tempo de V.Exa. e dos colegas, encaminho a V.Exa., por escrito, mais essa questão de ordem e faço a leitura apenas da parte final:

“Diante de todo o exposto, Sr. Presidente, o que temos a formular em questão de ordem é que, já que não tive oportunidade de estar presente quando da sua resposta oral à minha questão de ordem, já que o documento a mim fornecido pela Assessoria de V.Exa. não é o documento formal desta Comissão Mista e já que não tenho sequer condições de acesso ao que foi aqui tratado oralmente por V.Exa., no término da reunião de ontem, solicito que me seja fornecida resposta ao documento formal desta Presidência e que, por direito, seja concedido, em respeito ao bom funcionamento dos nossos trabalhos nesta Comissão e também à boa relação pessoal da bancada do PSDB com a Mesa e com V.Exa., prazo para eventual contestação à decisão de V.Exa. É um direito regimental deste Parlamentar e da bancada do PSDB”.

Essa é apenas a razão pela qual a apresentamos.

Sr. Presidente, comunico antecipadamente que amanhã teremos problema em relação a isso. Estarei apresentando destaque ao PLN nº 3 no plenário do Congresso Nacional para votação em separado.

Essa é a questão de ordem. Solicito a V.Exa. que faça constar em ata a íntegra da mesma.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– A questão de ordem de V.Exa. será registrada na ata dos trabalhos.

Pauta nº 30/2007.

Item 2.

Aviso 07/2007-CMO, que “*Encaminha ao Congresso Nacional, para conhecimento, cópia do Acórdão*

*nº 130, de 2007, Plenário TCU, atinente à Auditoria do Contorno Ferroviário de Jaraguá do Sul, Santa Catarina, e Guaramirim. (TC-003.655/2003-00”.*

Relator Deputado Manoel Junior.

Não foram apresentadas emendas.

O Relator votou pela exclusão do Anexo VI, da Lei nº 11.451/2007, LOA-2007, do subtítulo “Construção de contornos ferroviários no Estado de Santa Catarina, no Estado de Santa Catarina” (UO-39.252), nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

Concedo a palavra ao Relator para proferir seu voto.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Do voto. As obras referentes à construção do contorno ferroviário das cidades de Jaraguá do Sul e Guaramirim, em Santa Catarina, estão no Anexo VI, da Lei nº 11.451/07, LOA-2007, em face de irregularidades graves constatadas nos Contornos nºs 45/2002 e 272/2007. Todavia, esses contratos foram anulados, bem como o Convênio 435529-SIAF, celebrado com a União, para a realização do empreendimento e extinto desde 31/12/2006. Nessas circunstâncias, não há mais óbice para a retomada das obras. No que tange à condição apontada pelo TCU, trata-se de recomendação direcionada aos Poderes Executivo e Legislativo para que atentem ao dispositivo do art. 167, § 1º, da Constituição Federal.

Tal preocupação refere-se a regras de elaboração das leis orçamentárias, bem como visa à manutenção da compatibilidade entre os instrumentos de planejamento exigida pela Carta política. Sua inobservância implica crime de responsabilidade. Contudo, isso não impede a exclusão do empreendimento do Anexo VI, da Lei nº 11.451/07, pois se refere à exigência constitucional para qualquer instrumento plurianual.

Como há necessidade de se começar tudo de novo, em face da anulação dos contratos e extinção do convênio, a alocação de recursos deve ser feita observando os princípios e regras estabelecidos para a elaboração de instrumentos de planejamento governamental.

Diante disso, voto no sentido de que a Comissão:

a) tome conhecimento do Aviso 7/2007-CN e das peças que o acompanham;

b) exclua do Anexo VI, da Lei nº 11.451/07, LOA-2007, com fulcro no art. 104, da Lei nº 11.439/06, LDO-2007, o título “Construção de contornos ferroviários no Estado de Santa Catarina, UO-39252, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo.”

Esse o voto, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– O relatório continua em discussão.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, pelo que percebi, o Tribunal de Contas da União entendeu que este projeto poderá receber alocação de recursos federais desde que o empreendimento esteja devidamente previsto no PPA, conforme determina o art. 167, § 1º, da Constituição Federal. Não vi no PPA a previsão para essa obra. O próprio TCU deixa claro que poderá ser excluída, desde que haja previsão no PPA. Mas não há previsão do PPA.

Indago ao Relator, o nobre Deputado Manoel Junior, o que faremos em relação a essa questão.

É o esclarecimento que faço, antes de continuarmos o debate dessa questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Manoel Junior, para responder ao Deputado Claudio Cajado sobre a indagação do seu relatório.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Na verdade, Sr. Presidente e nobre Sr. Deputado Claudio Cajado, o TCU já dispõe sobre o tema. Na segunda parte do meu voto, Sr. Presidente, digo o seguinte: “No que tange à condição apontada pelo TCU, trata-se da recomendação direcionada aos Poderes Executivo e Legislativo – efetivamente tratando da matéria levantada por V.Exa., para que atentem ao dispositivo do art. 167, § 1º, da Constituição Federal.

Tal preocupação refere-se às regras de elaboração das leis orçamentárias, bem como visa à manutenção da compatibilidade entre os instrumentos de planejamento exigida pela Carta política, e sua observância implica em crime de responsabilidade.”

Ou seja, efetivamente, se não consta no PPA – e a obra estava com indício de irregularidade –, o aviso é justamente não só dando conhecimento, mas pedindo para que o subtítulo seja retirado da LDO, da peça orçamentária de 2007.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Ou seja, estamos aqui votando a retirada dos recursos orçamentários para a continuidade da obra. A obra ficará parada, é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação a matéria na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade.

**O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)  
– Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, antes de fazer um pedido a V.Exa., gostaria de enaltecer o Comitê de Admissibilidade de Emendas pelo relatório bem elaborado, bem construído, inclusive admitindo alguma flexibilização em relação à Resolução nº 1.

Como achei muito interessante o que aqui foi redigido, e tendo em vista o conhecimento imediato, pelos coordenadores das bancadas, das decisões aqui proferidas pela Comissão, gostaria que V.Exa. providenciasse o mais breve possível o encaminhamento, aos coordenadores, desse relatório que aprovamos hoje, à tarde, nesta Comissão.

Parabenizo V.Exa. pela prioridade que deu a essa matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)  
– V.Exa. será atendido, nobre Senador.

Pauta 30/07.

Item 3.

Aviso nº 14/2007-CMO, que “*Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 815, de 2007-TCU – Plenário –, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentaram relativos ao Levantamento de Auditoria no Convênio nº 197/2000, avençado entre o Município de Poço Verde, Sergipe, e o Ministério da Integração Nacional, para implantação de barragens (TC 009.429/2005-2).*”

Relator, Deputado Claudio Cajado.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: Pela exclusão do Anexo VI, da Lei nº 11.451/2007 – LOA/2007.

O subtítulo “Recursos para retomada de execução de Obras e Serviços – Construção da Barragem Poço Verde, Sergipe”, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

O Relator está com a palavra, para fazer a apresentação.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, trata-se de parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o Aviso nº 14, de 2007, do Congresso Nacional, que “*Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 815, de 2007, do Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos relatório e voto que*

*o fundamentaram relativos a Auditoria no Convênio nº 197/2000, avençado entre o Município de Poço Verde e o Ministério da Integração Nacional, para implantação de barragens.”*

Como o relatório já foi distribuído, Sr. Presidente, peço permissão para ir direto à leitura do voto.

As obras em comento estão inseridas no Anexo VI da Lei nº 11.451/07, em razão de irregularidades graves apontadas no Convênio nº 416836 e no Contrato nº 349/2001. Este último, celebrado entre o município e a Construtora Gautama Ltda., foi rescindido unilateralmente, com fulcro no art. 78, inciso XII, da Lei nº 8.666.

Assim, os indícios de irregularidades, revelados pela Operação Navalha, nos contratos firmados com a referida empresa não devem influir na decisão a ser tomada pela Comissão.

Quanto ao Convênio, o TCU afirma que as correções necessárias foram promovidas, por meio do sétimo termo aditivo. Por conseguinte, não há impedimentos para a liberação dos recursos federais destinados à obra.

Diante disso, (*ininteligível*) no sentido de que esta Comissão:

1 – tome conhecimento do Aviso nº 14, de 2007-CN, e das peças que o acompanham; e

2 – exclua do Anexo VI da Lei nº 11.451/07, com fulcro no art. 104 da Lei nº 11.439/06, o subtítulo Recursos para Retomada de Execução de Obras e Serviços – Construção da Barragem Poço Verde, Sergipe, nos termos do projeto de decreto legislativo que ora apresento.

É o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Em discussão o relatório.

Com a palavra o Senador, representante de Sergipe.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**– Sr. Presidente, para uma breve explicação.

Em se tratando de Sergipe, esta obra teve início há muitos anos. Entretanto, o Tribunal de Contas da União identificou várias irregularidades e mandou rescindir o contrato. O Ministério da Integração providenciou essa medida, e hoje a responsabilidade da construção dessa barragem no Município de Poço Verde, e mais de perto do povoado de São José, está sendo transferida pelo Município ao Estado. Quer dizer, em vez de o município realizar diretamente a obra, onde já estão depositados mais de 4 milhões de reais, caberá ao Governo de Sergipe, que realizará um convênio que já está sendo providenciado com o Ministério da

Integração, a execução total dessa obra apresentando indícios de irregularidades graves.

A situação, então, está normalizada com o parecer do nobre Relator.

Agradeço a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)  
– Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Na Câmara dos Deputados, como votam os Srs. Deputados? (*Pausa.*)

Aprovada.

No Senado Federal, como votam os Srs. Senadores?

Aprovada.

A matéria está, conseqüentemente, aprovada por unanimidade.

Pauta nº 30/2007.

Item 4.

Ofício nº 24/2006 CN, que “*Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 20, § 4º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do processo de prestação de contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO –, alusivo ao exercício de 2006*”.

Relator, Deputado Carlos Eduardo Cadoca.

Voto pelo arquivamento da matéria.

O Deputado Carlos Eduardo Cadoca não se encontrando presente, peço ao Deputado Manoel Junior para proceder à leitura do relatório.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Sr. Presidente, vamos direto ao voto.

“*O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, instituído pelo art. 159, inciso I, alínea “c”, Constituição Federal de 1988, e regulamentado pela Lei nº 7.287, de 1989, com alterações através das Leis nºs 9.126, de 1995, e 10.177, de 2001, é administrado pelo Banco da Amazônia S.A. e tem como objetivo principal promover o desenvolvimento da Região Norte em suas bases sustentáveis, mediante a execução de programas específicos de financiamento aos setores produtivos, em observância aos planos estaduais de aplicação de recursos e às orientações definidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional – BNDR – do Ministério da Integração Nacional.*

*No exercício de 2006, segundo consta do relatório das atividades anexadas às demonstrações contábeis, foram contratados recursos superiores a 986,2 milhões com ênfase às atividades de menor porte. Na tabela que foi distribuída, efetivamente, os Srs. Parlamentares poderão observar as demonstrações das operações contratadas por Estado e por porte de atividade. Nessa tabela vemos que a maioria das ações contratadas*

concentram-se nas empresas de mini e micro porte, aproximadamente, 90%.

*Em termos de valor, há maior dispersão dos empréstimos, sendo que a parcela aproximada de 37,1% deve-se a empresas de grande porte, e 62,8, às mini e micro empresas de médio e pequeno porte.*

*No que tange à distribuição por Unidade da Federação, constata-se que as contratações de 2006, em volumes de operações, concentram-se no Estado do Pará, em aproximadamente 51,8% do total. Quanto ao volume contratado, o Estado do Pará também foi o maior beneficiário, embora com participação menos expressiva de aproximadamente 37%. Em ambos os critérios, o Estado menos beneficiado foi o Amapá, com 0,6% de empréstimos, tanto na quantidade quanto no volume.*

*Na Tabela 2, que se segue, são demonstrados os empréstimos por parte e setor contratado no exercício de 2006. Nessa tabela, podemos perceber que 94,8% dos empréstimos rurais destinam-se à mini e micro produtores, representando, contudo, 52,3% do total dos valores dessa modalidade em 2006. No que tange ao setor industrial, ao contrário, vemos que a maior parte dos volumes de empréstimos encontra-se nas empresas de grande porte: 60,2% dos recursos, sendo 8,6% da soma desse setor.*

*No que concerne à inadimplência, informa o Banco da Amazônia, nas notas explicativas, que a provisão para a operação de crédito foi constituída de acordo com o crédito definido no art. 3 da Portaria Ministerial MFMI nº 11/05, que consiste no total das parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 30 dias, equivalente ao percentual de risco assumido pelo Fundo. Portanto, foram baixadas parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 360 dias no valor de 1,6 bilhão.*

*Na Tabela 3, que se segue, são demonstradas operações em situação normal e vencidas num total de carteira de crédito. Na Tabela 3, acima, notamos que o total de 6,1 bilhões em carteira acham-se vencidas, tão– somente, operações no valor de 236,6 milhões, representando 3,9% do total.*

São de risco integral do Fundo 107,6 milhões, representando 45,5% dos valores vencidos, restando a parcela de 129 milhões, 54,5%, como risco compartilhado com o Banco da Amazônia.

Nos empréstimos industriais, as operações vencidas representam 3,4% do volume total desse setor. Operações vencidas, 44,2 milhões; operações totais, 1,2 bilhão.

Já no setor rural, o montante de operações vencidas representam, aproximadamente, 4%.

Por fim, convém destacar que o Tribunal de Contas da União, no âmbito de suas atribuições constitucionais e legais, deverá apreciar a prestação de contas do FNO, bem assim analisar as providências tomadas em decorrência de fiscalizações anteriores, a fim de avaliar, mais detalhadamente, as gestões de recursos administrativos.

Diante do exposto, tendo em vista que a prestação de contas do FNO deverá ser avaliada pelo Tribunal de Contas da União e, ainda, que não restem novas providências a serem tomadas no momento, voto no sentido de que essa Comissão tome conhecimento da matéria sob apreço e determine seu encaminhamento ao Arquivo, porém devendo retornar para análise deste Parlamento, caso o TCU encontre alguma regularidade”.

Esse foi o parecer do Deputado Carlos Eduardo Cadoca.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Obrigado.

A matéria está em discussão.

Não havendo oradores, está encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Na representação da Câmara dos Deputados, como votam os Srs. Deputados?

Os que aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa)

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Passa-se à votação no Senado.

Os Senadores que aprovam a matéria, permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado no Senado.

Pauta 30/07.

Item 5.

Aviso nº 23/2007 – CN que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 2º trimestre do exercício de 2007”.

Relator: Senador Jaime Campos.

Voto: pelo conhecimento do Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 2º trimestre do exercício de 2007, e pelo convite ao Procurador-Geral do Tribunal de Contas da União e aos Ministros Ubiratan Aguiar e Valmir Campelo, Relatores dos Acórdãos n.º 639/Plenário e n.º 1.188/Plenário, que tratam, respectivamente, de auditoria na Secretaria de Patrimônio da União e auditoria em obras inacabadas.

O Sr. Relator está com a palavra.

**O SR. SENADOR JAYME CAMPOS** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, antes de ler



meu voto, eu gostaria de tecer alguns comentários acerca do Aviso n.º 23.

Sr. Presidente, o Tribunal de Contas da União realizou trabalho que merece meu elogio e, acredito, O de todos os membros desta Comissão. Por meio de auditorias, identificou 400 obras inconclusas vinculadas a diversos Ministérios – Saúde, Educação, Integração Nacional, Cidade e Turismo, Comunicação, Ciência e Tecnologia e Departamento Nacional de Infra-Estrutura do Transporte – orçadas em cerca de 3,5 bilhões de reais.

Dessas 400 obras, 130 são empreendimentos executados diretamente pela União; as outras 270 são executadas por Estados e municípios, mediante a transferência de recursos federais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Senadores, dos 3,5 bilhões de reais orçados para a execução dessas obras, já foram gastos 1 bilhão de reais. Vejam bem: estou falando de 1 bilhão de reais. É muito dinheiro para ser desperdiçado. Quem paga a conta é o pobre do contribuinte, que tem seu minguado salário subtraído pela excessiva carga tributária imposta pelo Governo.

Diversos são os problemas que levaram a tais paralisações. Um deles, que particularmente acho gravíssimo, é o fluxo orçamentário e financeiro. A União autoriza o início dos trabalhos e, depois, quando chega a fatura para pagar a sua execução ou a medição, alega que não tem dinheiro.

E aí começam os problemas. A obra é paralisada por falta de recursos e as intempéries encarregam-se de desgastar o que já foi feito.

Nesta Comissão, por meio da nova resolução, já fizemos nossa parte. O § 2º do art. 47 reza que os projetos constantes da lei orçamentária anual, oriundos de aprovação de emendas de bancadas estaduais, uma vez iniciados, deverão ser anualmente objeto de emendas apresentadas pela mesma bancada estadual, até a sua conclusão.

Portanto, Sr. Presidente, cabe ao Executivo fazer sua parte. A nossa, como disse, já o fizemos.

Dessa forma, vou ler o meu voto.

“O presente relatório traz importantes assuntos dentro das decisões analisadas e os resultados apresentados pelo Tribunal de Contas da União trazem decisões importantes sobre obras inacabadas e sobre o patrimônio da União.

Em recente entrevista, o Procurador-Geral do Tribunal de Contas da União disse ao *Correio Braziliense*, de 10 de setembro próximo passado: “Foi declarado um substancial aumento dos julgamentos por irregularidade de contas, fato que merece conhecimento e estudo do Congresso Nacional”.

Diante do exposto, votamos, inicialmente, pelo conhecimento do Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, relativo ao 2º trimestre de 2007.

Isso posto, votamos também pelo convite ao Procurador-Geral do Tribunal de Contas da União e aos Ministros Ubiratan Aguiar e Valmir Campelo, Relatores dos Acórdãos nºs 639/Plenário e nº 1.188/Plenário, que tratam, respectivamente, de auditoria da Secretaria de Patrimônio da União e de auditoria de obras inacabadas.”

É o meu voto.

Espero que possamos fazer com que o Poder Executivo cumpra, com certeza, a nova normativa desta Comissão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– A matéria está em discussão.

Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Na representação da Câmara Federal, como votam os Srs. Deputados? (*Pausa.*)

Aprovada na Câmara dos Deputados.

Na representação do Senado da República, como votam os Srs. Senadores?

Aqueles que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada no Senado da República.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)  
– Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, os Requerimentos nºs 17, 19, 20 e 21, referentes aos itens nºs 6, 7, 8 e 9, dizem respeito a matérias preclusas. Já houve seminários promovidos pelos Relatores da PLOA e do PPA. Aliás, lamento que não ter participado deles. Eu, por exemplo, faço parte do Comitê de Obras Irregulares, e seria de fundamental importância ter tido a oportunidade de, juntamente com os Relatores Deputados José Pimentel e Vignatti, participar dessas discussões e chamar a atenção da sociedade para a necessidade da fiscalização. Precisamos também chamar os órgãos executores dessas obras à responsabilidade, para que a sociedade como um todo, inclusive com a participação dos segmentos organizados e da mídia, possa debater essas questões que estão sendo discutidas apenas nesta Comissão de Orçamento.

Então, lamento muito que esses requerimentos não tenham sido votados em tempo hábil. Espero que esse prejuízo seja amenizado com o trabalho redobrado desta Comissão.



**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Conforme requereu o Deputado Claudio Cajado, esta Presidência considera prejudicados os Requerimentos nºs 17, 19, 20 e 21, referentes aos Itens nºs 6, 7, 8 e 9 da pauta.

Pauta 30/2007.

Item 10.

Requerimento nº 22, de 2007 – CN, que “*Requer o envio para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania do Projeto de Decreto Legislativo nº 1/2007 e de seu substitutivo, para que aquela Comissão dê parecer quanto aos aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, especialmente no tocante aos arts. 4º, 6º, 12, 15, 16 e 22*”.

Autor: Deputado Humberto Souto.

O autor está com a palavra para fazer a apresentação do requerimento.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, tive o cuidado de examinar acuradamente esse projeto de decreto legislativo que cria uma série de obrigações e de subordinações ao Tribunal de Contas da União. Várias dúvidas, então, surgiram.

Eu poderia dizer aos meus colegas que o Tribunal de Contas da União, Corte onde fui Ministro 10 anos, representando esta Casa e procurando honrar a tradição secular daquele órgão, sempre teve a preocupação de não permitir interferência política em suas decisões.

Dado o alto conceito de que desfruta no País, qualquer decisão que o Tribunal de Contas exara provoca sempre uma aura de credibilidade no conjunto da sociedade. Por essa razão, repito, o Tribunal sempre teve muito cuidado para não permitir que Oposição ou Governo dele se aproveitassem para fazer palanque eleitoral. Essa sempre foi uma preocupação do Tribunal de Contas da União.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. vai me permitir interrompê-lo, Deputado Humberto Souto, mas a luz de aviso já está informando que começou a votação no plenário da Câmara Federal. Portanto, pelo Regimento, esta reunião terá de ser encerrada.

Antes da fazê-lo, comunico aos presentes que terça-feira próxima, dia 30 de outubro, às 10h, teremos uma reunião de audiência pública com a presença do Presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal; e, às 14h30min, reunião extraordinária para apreciação do Relatório Preliminar da Proposta Orçamentária para 2008; e no dia 31 de outubro, quarta-feira, às 14h30min, vamos realizar reunião ordinária,

conforme o Regimento desta Comissão, para apreciação das demais matérias.

Está encerrada a presente reunião.

**Ata da Segunda Reunião Conjunta de Audiência Pública, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 30 de outubro de 2007, pelas Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional; de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; de desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; de Assuntos Econômicos do Senado Federal; e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e de Fiscalização e Controle do Senado Federal.**

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia trinta de outubro do ano de dois mil e sete, reuniram-se as seguintes Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO/CN); de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados (CDEIC/CD); de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD); de Assuntos Econômicos, do Senado Federal (CAE/SF); e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA/SF), no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, e realizar o debate sobre o tema: *avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços* – 1º semestre de 2007, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Foi registrado o comparecimento dos seguintes parlamentares: – **Deputados:** Antônio Andrade, titular da CDEIC/CD, Antonio Palocci, suplente da CDEIC/CD e titular da CFT/CD, Armando Monteiro, suplente da CDEIC/CD e titular da CFT/CD, Asdrúbal Bentes, suplente da CMO/CN, Cláudio Cajado, titular da CMO/CN e suplente da CFFC/CD, Colbert Martins, suplente da CFT/CD, Daniel Almeida, titular da CMO/CN, Duarte Nogueira, suplente da CMO/CN e suplente da CFFC/CD, Edinho Bez, titular da CMO/CN, Fábio Ramalho, titular da CMO/CN e titular na CFT/CD, Félix Mendonça, titular da CFT/CD, Fernando Coruja, titular da CFT/CD, João Dado, Suplente da CFFC/CD e titular da CFT/CD, João Leão, suplente da CMO/CN, João Magalhães, suplente da CMO/CN, José Pimentel, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Júlio Cesar, ti-

tular da CFT/CD, Luiz Carreira, suplente da CMO/CN, Manato, titular da CFFC/CD, Marcelo Castro, suplente da CMO/CN, Nelson Meurer, titular da CMO/CN, Paulo Rubem Santiago, titular da CMO/CN, Pedro Fernandes, titular da CMO/CN e titular da CFFC/CD, Renato Molling, titular da CDEIC/CD e suplente da CFT/CD, Rodrigo de Castro, titular da CDEIC/CD e suplente da CFT/CD, Vanderlei Macris, titular da CMO/CN, Vignatti, titular da CMO/CN, Virgílio Guimarães, titular da CFT/CD, Wellington Roberto, titular da CMO/CN e Zé Gerardo, titular da CMO/CN; – **Senadores:** Flexa Ribeiro, suplente da CMO/CN, titular da CAE/SF e suplente da CMA/SF, Francisco Dornelles, suplente da CMO/CN e titular da CAE/SF, Jonas Pinheiro, suplente da CMO/CN, suplente da CAE/SF e titular da CMA/SF e José Maranhão, titular da CMO/CN.. Compareceu, ainda, os Deputados Dr. Ubiali, Gilmar Machado, Olavo Calheiros e Wilson Santiago parlamentares não integrantes das Comissões participantes. **ABERTURA:** A reunião foi iniciada sob a direção do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Senador José Maranhão, que convidou as seguintes autoridades para tomarem assento à mesa: Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil; Dr. Mário Mesquita, Diretor de Política Econômica e Dr. Alexandre Antonio Tombini, Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro. Em seguida, o Presidente informou que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, o palestrante disporia de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser interrompido. Conforme o estipulado no § 5º do mesmo artigo do referido Regimento, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Em seguida, o Presidente em exercício anunciou a abertura da lista de inscrição para o debate. De posse da palavra, o Dr. Henrique Meirelles fez apresentação em *datashow* sobre o tema em referência. Às onze horas o Presidente passou a condução dos trabalhos ao Deputado Virgílio Guimarães, Presidente da Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. Antes anunciou a presença do Deputado José Pimentel, Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2008 e do Senador Francisco Dornelles, Relator da Receita da Proposta Orçamentária para 2008. O debate foi iniciado. Interpelaram o expositor os Deputados Júlio César, Dr. Ubiali e Duarte Nogueira. Às onze horas e doze minutos o Deputado Virgílio Guimarães assumiu a direção da reunião. O palestrante respondeu os questionamentos efetuados pelo grupo

de interpeladores. Participaram do segundo bloco de interpeladores os Deputados Renato Molling, João Dado e Marcelo Castro. O palestrante respondeu os questionamentos efetuados. Do terceiro bloco de debatedores participaram os Deputados Daniel Almeida, Armando Monteiro e João Leão. Às doze horas e sete minutos o Presidente em exercício encerrou a lista de inscrição para o debate. O palestrante respondeu os questionamentos dos terceiro bloco. Foi assegurada réplica aos Deputados Daniel Almeida e Armando Monteiro. O quarto bloco de debatedores foi composto pelos Deputados Paulo Rubem Santiago, Fernando Coruja e Antônio Palocci. Em seguida o palestrante respondeu os questionamentos. **ENCERRAMENTO:** o Presidente em exercício agradeceu a presença do Dr. Henrique Meirelles e, às treze horas e onze minutos, encerrou os trabalhos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador José Maranhão. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.**

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Declaro iniciada a 2ª reunião conjunta de audiência pública de 2007, com a participação das seguintes Comissões: da Câmara dos Deputados, Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; do Senado Federal, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; do Congresso Nacional, Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O tema a ser debatido será a avaliação do cumprimento dos objetivos e das metas das políticas monetárias creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços referentes ao 1º semestre de 2007, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Nosso convidado é o Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil. Anuncio também a presença do Diretor de Política Monetária, Dr. Mário Torós; do Diretor de Política Econômica, Dr. Mário Mesquita, e do Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro, Dr. Alexandre Antonio Tombini.

Convido os Srs. Presidentes das Comissões a compor a Mesa: o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, Deputado Virgílio Guimarães; o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, Deputado Wellington Fagundes; o 1º Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Deputado Márcio Reinaldo Moreira. O Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Senador Aloizio Mercadante, justificou sua ausência, tendo em vista a realização de reunião ordinária no mesmo horário desta audiência pública. Convido também a fazer parte da Mesa o Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, Senador Leomar Quintanilha, e o Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

De acordo com o estabelecido no § 2º do art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de 20 minutos para fazer sua exposição, não podendo ser aparteado no curso da manifestação.

Conforme estipulado no § 5º do art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo tempo.

A lista de inscrições para o debate está aberta. Os Parlamentares interessados poderão proceder às inscrições.

Com a palavra o Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Henrique Meirelles.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** – Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo convite e pela deferência. Enfatizo minha grande honra e satisfação de estar novamente nesta Casa para prestar contas das atividades do Banco Central do Brasil e de toda uma ação de governo na área de políticas monetárias e cambiais.

O Banco Central tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico do País, a fim de consolidar o crescimento com melhor distribuição de renda e inclusão social.

No entanto, a experiência brasileira e a experiência internacional mostram cabalmente que não é possível estabelecer as bases para o crescimento econômico em um ambiente de instabilidade econômica ou de preços. Isto é, inflação baixa e controlada e estabilidade econômica são fundamentais para o crescimento.

É importante que isso seja cada vez mais enfatizado, porque, pela experiência internacional, os Bancos Centrais têm por finalidade, sim, promover o crescimento econômico. Mas a maneira de conseguir a promoção do crescimento econômico sustentado é por intermédio, em primeiro lugar, da estabilidade de preços, da estabilidade econômica. E a experiência brasileira, como a da maior parte dos países, confirma isso.

Antes de me voltar para a política monetária, acho importante tecer alguns comentários a respeito do cenário internacional e suas repercussões sobre a economia brasileira. Os mercados financeiros internacionais têm experimentado, como está sendo acompanhado por todos, uma relativa alta volatilidade desde junho do ano passado. A origem do problema é delimitada e está relacionado às dificuldades e ao aumento da inadimplência no setor imobiliário americano.

Os desdobramentos e as consequências desse problema, no entanto, são mais abrangentes e incertos. Não são tão delimitados quanto a sua origem. Em primeiro lugar, porque, tendo como base esses empréstimos imobiliários, feitos freqüentemente para tomadores de crédito inadequado e/ou nível de renda relativamente baixo, muitos sem renda comprovada inclusive, conjuntos de operação de crédito imobiliário foram agrupados e comercializados no mercado de capitais norte-americano.

Esses pacotes ou cestas de financiamentos de empréstimos foram vendidos a bancos, fundos, investidores e instituições financeiras em geral por todo o globo. Isto é, apesar de a origem estar nos Estados Unidos, temos instituições financeiras e fundos na Europa e na Ásia que têm aplicações nesse mercado. Assim sendo, a inadimplência no mercado imobiliário americano pode ter impactos geograficamente disseminados.

Em segundo lugar, a inadimplência nos Estados Unidos ainda está em tendência de elevação. De fato, há muitos analistas que esperam que essa inadimplência venha a se elevar ainda substancialmente nos próximos trimestres, em virtude do aumento esperado das taxas de juros de hipoteca.

Isso significa que muitos contratos de hipoteca nos Estados Unidos foram feitos com taxa prefixada durante um tempo, 2 anos, por exemplo, e depois passariam a ser flutuantes, de acordo com o mercado e os *spreads* mais elevados. O que se espera é que, de acordo com esses contratos, muitas dessas prestações imobiliárias subam depois do segundo ano do contrato, o que começará a ocorrer fortemente a partir do ano de 2008. Sendo assim, a inadimplência nos



Estados Unidos ainda está em tendência de elevação, como eu disse.

Cabe notar também que o aumento da percepção de risco quanto a essa exposição das instituições financeiras ao setor imobiliário norte-americano, acarretou dificuldades aos mercados interbancários dos Estados Unidos e da Europa. Essas dificuldades são caracterizadas por aquilo que, no Brasil, se chama de empoçamento de liquidez, e que persiste, isto é, não é que muitas vezes não haja liquidez no mercado. Há, mas como as instituições não sabem quais têm problema, as que têm liquidez recusam-se a emprestar às que podem estar com problemas de liquidez, portanto, existe o chamado empoçamento de liquidez.

Hoje ocorre alguma coisa, mas de forma menor, menos intensa do que houve em agosto, por exemplo. É importante, no entanto, mencionar que durante todo esse período o mercado interbancário no Brasil teve liquidez normal, bem como os mercados financeiros em geral no Brasil. Portanto, os mercados brasileiros têm funcionado com a mais absoluta normalidade durante todo o período, sem que tenha sido necessária qualquer tipo de intervenção por parte do Banco Central.

Voltando aos efeitos da crise imobiliária, nos Estados Unidos e na Europa foi necessária a intervenção dos bancos centrais, principalmente o *Federal Reserve* norte-americano, que teve de fato de fazer injeções importantes de liquidez nos mercados. Apesar disso, a expectativa é de que a economia mundial venha a se desacelerar um pouco no ano de 2008.

O FMI, por exemplo, diminuiu a sua expectativa de crescimento. Portanto, a chamada crise imobiliária e o aperto de crédito nas economias chamadas industrializadas engendraram um viés negativo e uma maior incerteza quanto às perspectivas de crescimento da economia mundial em 2008, apesar de que existe ainda uma expectativa de crescimento da economia mundial. Desacelerou-se, no entanto, o crescimento esperado, mais ainda há uma expectativa de crescimento.

Nesse estágio, no entanto, avalio que o aumento da turbulência financeira internacional ocorreu no momento em que o Brasil está muito melhor preparado para isso. Em função de diversas iniciativas do Governo e do Banco Central ou parte dele, alcançamos um grau mais adequado de proteção contra choques.

O Banco Central, seguindo a tradição de adotar ações normativas de caráter preventivo e prudencial, introduziu, por exemplo, no início de junho, medidas que limitaram a exposição dos bancos brasileiros a flutuações da taxa de câmbio.

Isso foi muito importante, porque fez com que diminuísse a exposição do sistema financeiro brasileiro e, quando a crise ocorreu, o referido sistema não re-

verberou nem agudizou a crise, como aconteceu nos Estados Unidos, visando cobrir posições dos próprios bancos.

Mais importante, a crise aconteceu quando nossa economia dispõe de um nível de reservas internacionais de cerca de 160 bilhões de dólares, mais consistente com seus compromissos e seu grau de integração na economia global.

Além disso, o Governo virtualmente eliminou o endividamento doméstico indexado à taxa de câmbio. Com isso rompeu-se o ciclo entre depreciação cambial e dívida pública, que, em passado não muito distante, freqüentemente colocava em risco nossa economia que eventualmente ficava em situação difícil, isto é, no momento em que havia uma depreciação do câmbio, na medida em que boa parte da dívida pública era indexada ao câmbio, isso fazia com que a dívida pública subisse só porque o dólar subiu. Isso gerava uma preocupação com a dívida pública e já havia uma preocupação com o dólar: uma coisa alimentava a outra.

Agora inverteu-se o processo. Atualmente, se há uma crise internacional e o real se deprecia, isto é, o dólar sobe, a razão dívida/produto se reduz. Por quê? Porque a posição está invertida e o Governo tem uma posição credora em moeda externa, por isso, alivia o impacto fiscal.

Dessa forma, o custo de carregamento das reservas não deve ser analisado como se a tendência cambial observada nos últimos meses fosse perdurar eternamente. Afinal, se sabemos algo sobre o câmbio flutuante é que neste regime a taxa de câmbio de fato pode exibir grande variação ao longo do tempo, haja vista o dólar contra o euro. No início da existência do euro, ele começou a se desvalorizar e o dólar foi ficando mais forte. Chegamos a ter a cotação de 0,86 centavos de dólar para 1 euro. Depois, o euro começou a subir, chegou a 1,36 dólar, voltou para 1,20, um pouco abaixo, agora já está 1,43. É um ciclo, estamos em uma fase de desvalorização do dólar no mundo inteiro.

Portanto, o custo de carregamento das reservas não deve ser analisado como se essa tendência fosse perdurar. Segundo, cabe enfatizar que embora os custos de carregar as reservas caiam sobre o Banco Central, indiretamente sobre o Tesouro, portanto, sobre o setor público, os benefícios se espalham por toda a sociedade.

A onda de investimentos estrangeiros no mercado acionário brasileiro, por exemplo, o qual vem se tornando cada vez mais importante como forma de financiamento das nossas empresas, não seria possível em ambiente de instabilidade e vulnerabilidade a choques. Da mesma forma, a situação do crédito, o



aumento do poder de compra do trabalhador, o aumento da demanda, o aumento do consumo etc.

Poucas agências de avaliação de risco, outrora céticas em relação ao Brasil, teriam mantido uma avaliação positiva em ambiente de crise externa, como está acontecendo agora, sem a proteção oferecida pelas reservas. O resultado é uma economia menos volátil, na qual brasileiros e estrangeiros se sentem mais seguros para investir.

Vamos fazer agora uma exposição rápida dos demonstrativos financeiros do Banco Central. Gostaria de mencionar que distribuímos aos Srs. Parlamentares uma demonstração completa, todos os números, não só os do Banco Central, mas da inflação, crédito, política cambial etc.

Vamos passar aos resultados contábeis do Banco Central no primeiro semestre de 2007. Podemos verificar que o Banco Central apresentou um resultado líquido negativo de 1 bilhão e 85 milhões de reais, resultado esse que são as operações próprias do Banco Central líquidas das variações cambiais e dos *swaps*. Isto é, sem o custo das variações cambiais e *swaps* relacionados diretamente às reservas e à política cambial. Portanto, as operações líquidas próprias do Banco Central, independentes dos *swaps* e reservas, deram um resultado negativo de 1 bilhão de reais. Esse resultado oscila muito – já houve resultados positivos de 12 bilhões, 8 bilhões, 1 bilhão. É um resultado que oscila em função da estrutura monetária.

Por ser o responsável pelo carregamento do seu ativo, dos recursos que compõem as reservas internacionais e pelos *swaps* cambiais, a apreciação do real frente às moedas estrangeiras gera resultado negativo para o Banco Central. Em contrapartida, o Tesouro Nacional obtém benefícios por ser o detentor do passivo cambial, da dívida, representada pela dívida externa pública. No momento em que o dólar cai, a dívida externa do Tesouro cai em reais, portanto, o Tesouro tem resultado positivo e a reserva, que está no Banco Central e é a contrapartida, também cai. Por isso, o Banco Central tem resultado negativo, que é o custo da variação cambial e do *swap*.

Esse custo para o Banco Central foi de 29 bilhões de reais. Conseqüentemente, eis o resultado do Banco Central: resultado de operações de mercado aberto, 10 bilhões; operações de moeda estrangeira, 19 bilhões, exatamente ao que estou me referindo; *swaps*, 4 bilhões, como eu disse; operações com o Governo Federal, 13 bilhões – é basicamente o custo da Conta Única, remuneração dos depósitos do Tesouro Nacional no Banco Central; despesas do Banco, 3 bilhões de reais. Portanto, o resultado do período foi de 30. Tiran-

do os 29, que é o custo da variação cambial e *swaps*, temos, portanto, resultado líquido de 1 bilhão.

A parcela do resultado referente à variação cambial, portanto, deve ser avaliada no contexto da política do Governo de redução da exposição do setor público aos movimentos da taxa de câmbio. Essa política implica, entre outras ações, acumulação de ativos atrelados à moeda estrangeira no balanço do BC, enquanto o Tesouro tem o passivo. Por que temos essa estrutura? Porque é assim que manda a lei. Em outros países não é assim. Muitas vezes, o passivo e o ativo estão no mesmo balanço. Estamos até estudando formas, talvez venhamos em algum momento a apresentar a esta Casa algumas propostas a fim de unificar isso para não termos essa distorção de ficarmos com o custo de um lado e a receita do outro, o custo no balanço do Banco Central e a receita no balanço do Tesouro. Mas isso vamos discutir em outra oportunidade, quando tivermos um projeto completo para apresentar.

Nesses termos, de acordo com a legislação aplicada, o resultado no período do primeiro semestre de 2007 será coberto pelo Tesouro Nacional até o décimo dia útil de janeiro de 2008 por meio de entrega de títulos públicos federais ao Banco Central.

O balanço patrimonial e as notas explicativas estão disponíveis na página do Banco Central na Internet.

Aqui temos mais demonstrações, exatamente para aqueles que queiram se aprofundar no assunto que está no material sobre como se chega a essas contas.

Prosseguindo, os fundamentos macroeconômicos brasileiros melhoraram constante e consideravelmente nos últimos anos, contribuindo para a redução progressiva na percepção de risco macroeconômico associado ao País. Especificamente a trajetória descendente de inflação, a desinflação, o excepcional desempenho do balanço de pagamentos, que foi poupado numa parcela sob a forma de reservas internacionais, e a manutenção do superávit primário do setor público em níveis adequados. Tudo isso reforçou a resistência da economia brasileira a choques.

Apesar das perspectivas mais negativas da economia mundial em 2008, há razões para continuar confiando na expansão da economia brasileira. Diversos fatores estão contribuindo para o crescimento da nossa economia, especialmente a expansão da massa salarial real em conjunto com a recuperação dos investimentos – isso é muito importante –, continuidade da trajetória ascendente do crédito e os efeitos em curso da significativa flexibilização da política monetária implementada desde janeiro de 2005.

Esse conjunto de fatores sugere que a demanda doméstica deverá permanecer como elemento propulsor do crescimento nos próximos trimestres. Assim sendo, o crescimento da economia brasileira deve mostrar resistência face a uma possível desaceleração da economia global.

A ação preventiva não se restringe à política de acumulação de reservas, se estende também, e de forma fundamental, à política monetária. No caso brasileiro as metas para a inflação e os respectivos intervalos de tolerância são fixados pelo Conselho Monetário Nacional. Enquanto que ao Banco Central do Brasil, por intermédio do COPOM, compete definir e implementar a estratégia de política monetária com o objetivo de cumprir as metas fixadas. Dentro desse arcabouço, o COPOM adota estratégia que procura evitar uma trajetória de inflação volátil, isto é, inflações que sobem muito, depois o Banco Central tem de tomar providências, caem muito, gerando aquele padrão de arrancadas e freadas na economia brasileira que foi tão negativo no passado.

Tal abordagem e estratégia, isso é muito importante, leva em conta as defasagens dos mecanismos de transmissão de política monetária. E tem se mostrado a mais indicada para lidar com a incerteza inerente ao processo de reformulação de política monetária.

Cabe ressaltar que a preferência revelada dos bancos centrais no mundo todo tem sido por estratégias gradualistas, nas quais ajustes da política monetária são conduzidos de forma incremental. Existem diversas razões para essa opção. Primeiro, os choques que recaem sobre a economia tendem a ter certa persistência, ainda mais quando existem mecanismos formais ou informais de indexação à inflação passada. Em termos gerais, o próprio conjunto de informações examinadas pelos banqueiros centrais muda de forma bastante gradual, o que introduz certa persistência nas variáveis de política. E, adicionalmente, há de se considerar que os banqueiros centrais tomam decisões sob incerteza a respeito não só da conjuntura econômica, mas também quanto aos parâmetros de seus modelos.

Diante disso, a atitude mais prudente é, de fato, ajustar as variáveis de política de forma mais gradual do que seria o caso na presença de completa certeza sobre a economia e os parâmetros.

Movimentos consistentes são mais previsíveis, e portanto facilitam a coordenação das expectativas dos mercados, empresas e famílias, contribuindo para uma evolução menos volátil da atividade econômica. Portanto, crescimento sustentado.

Finalmente, cabe notar que em um ambiente de incerteza o gradualismo minimiza as chances de que a

política monetária tenha que sofrer reversões abruptas de curso. De uma forma objetiva, que o Banco Central em alguns momentos tenha que subir fortemente os juros para corrigir um curso que possa gerar um resultado negativo.

Sobre essa estratégia, as ações da política monetária devem ser voltadas para o futuro. Portanto, devem ter caráter preventivo. Nenhum banco central moderno toma decisões voltadas para afetar a inflação corrente. Essa é uma das coisas mais importantes hoje em dia que é necessário entender na ação dos bancos centrais. Os bancos centrais modernos, portanto, não tomam decisões voltadas para influenciar a inflação corrente ou do mês passado, que já passou, ou mesmo a atual. A inflação corrente resulta, entre outros fatores, de decisões da política monetária tomadas há vários trimestres. Dessa maneira, o mérito das decisões tomadas atualmente deverá ser avaliado no segundo semestre de 2008 e em 2009, quando essas decisões terão efeito pleno sobre a economia. Julgar decisões de política monetária pelo ritmo da inflação contemporânea induz inevitavelmente a substanciais erros de avaliação. Diversos países, inclusive o Brasil, já pagaram preço elevado por isso.

Finalizando, é evidente que, estando inserido no contexto econômico e financeiro internacional, o Brasil não está totalmente imune ao que se passa com seus principais parceiros externos. Mas a economia conta hoje com melhores fundamentos para lidar com conjunturas internacionais adversas, essencialmente: menor endividamento externo, mais sólida posição financeira do Estado e maior flexibilidade cambial.

Quero também mencionar, nos termos da lei, os resultados fiscais e os possíveis efeitos da política monetária sobre o desempenho fiscal no País. Gostaria de mencionar que o Banco Central do Brasil, fazendo a sua política monetária, influencia a atividade econômica e as taxas de juro de longo prazo. Mas é muito importante mencionar que o impacto direto das taxas de juros de curto prazo nas contas públicas é apenas parte do efeito macroeconômico da política monetária. A política monetária tem impactos fiscais indiretos, por meio dos seus efeitos sobre as expectativas, a inflação, a taxa de câmbio e o crescimento econômico de longo prazo.

Uma maneira de se avaliarem os efeitos fiscais da política macroeconômica e monetária é por meio da trajetória da dívida líquida do setor público em relação ao produto. Em 2002, a dívida líquida do setor público era 56% em relação ao produto; 52,4% em 2003; 47% em 2004; 46,5% em 2005; 44,9% em 2006; 43,5% em setembro de 2007. Se olharmos os resultados, veremos essa queda de 44,9% em 2006 para 43,5% do produto

em setembro de 2007. Esse 1,4% de queda da dívida pública teve como consequência, primeiro, que o superávit primário gerou uma queda da dívida de 3,5%. Os juros nominais, aumento de 4,6%. É importante dizer que os juros nominais, como componente, também estão caindo, gerando uma necessidade líquida de financiamento do setor público de 1,1%. Depreciação cambial, 0,8%, como já mencionei. Crescimento do produto, por outro lado, diminuindo a dívida em 3,5%. Ajuste, 0,1%. Portanto, como resultado líquido, a dívida caiu 1,4%. Este é o resultado da política econômica: a dívida pública está caindo.

O déficit nominal do setor público consolidado também está caindo. Já esteve a quase 8% do produto. Hoje está ao redor de 2% do produto, com uma tendência cadente do Produto Interno Bruto. Portanto, essa é uma avaliação da evolução da dívida pública como resultado da aplicação da política monetária e cambial.

Gostaria de encerrar dizendo que é muito importante enfatizar que bancos centrais hoje têm uma ação preventiva, e não reativa. Segundo, gostaria de dizer que a inflação do Brasil tem uma trajetória cadente. Temos uma inflação não só na meta, mas que tem uma expectativa, por parte dos agentes econômicos, de continuar na meta nos próximos anos. Temos uma dívida pública cadente. Temos reservas internacionais acima de 160 bilhões de dólares. O País está crescendo a uma taxa que o Banco Central prevê, este ano, de 4,7%. Já criou até setembro 1,6 milhão de empregos. Portanto, o Brasil tem uma trajetória de crescimento sustentável. Isso é que é importante para o País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Antes de iniciar o debate, passando a palavra aos oradores inscritos para suas interpelações, quero registrar a presença do Deputado Virgílio Guimarães, titular da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, que deverá continuar no exercício da Presidência desta reunião, já que vou ter que me retirar para um compromisso na Comissão de Constituição e Justiça, e até como homenagem à Câmara dos Deputados.

Quero registrar a presença honrosa do nosso Relator-Geral, Deputado José Pimentel, do Relator da Receita, Senador Francisco Dornelles, e de todos os integrantes da Comissão na Câmara e no Senado.

Com muito prazer registro a presença do Deputado Armando Monteiro, Presidente da Confederação Nacional da Indústria, que nos honra muito. S.Exa. está aqui não somente como Deputado Federal, mas sobretudo como Presidente de um órgão muito importante para a vida econômica e social do País.

Com a palavra o Deputado Fábio Ramalho. (*Pausa.*) Lamentavelmente, desistiu.

Em seguida, o Deputado Júlio Cesar.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Banco Central, Srs. diretores, acompanhei atentamente a fala de V.Exa. sobre as reservas de 160 bilhões de dólares, a diminuição da dívida externa e a estabilidade da economia do País para enfrentar as crises mundiais. Mas me preocupo muito com o desequilíbrio que está acontecendo entre o percentual de crescimento das importações, que é bem maior, e o das exportações, que é menor, embora tenhamos ainda um saldo expressivo.

O que V.Exa. tem a dizer em relação às exportações, que estão diminuindo, e às importações, que estão aumentando?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Deputado Antonio Palocci, V.Exa. levantou a mão? (*Pausa.*)

Deputado Dr. Ubiali.

**O SR. DEPUTADO DR. UBIALI** – Sr. Presidente, como Deputado e não-entendido em economia nem na linguagem geralmente usada para explicações, apesar de terem sido bastante claras, quero fazer a V.Exa. algumas perguntas que me são feitas normalmente a respeito da política do Banco Central.

Primeiro, V.Exa. disse que temos uma reserva de 160 bilhões de dólares. Há uma preocupação das pessoas de que essa reserva esteja sendo feita em cima de endividamento, da nossa dívida interna, de que o Tesouro estaria emitindo títulos para produzir dinheiro para fazer essa troca pelo dólar. Portanto, o fato de se ter uma reserva tão alta, na verdade, estaria provocando um endividamento maior do Estado, uma vez que se compra e depois se empresta esse dinheiro a juros de 3%, sei lá quanto, e paga-se a taxa SELIC na aplicação dos papéis públicos. Gostaria de entender se isso é verdade ou não.

Pareceu-me que V.Exa. disse que a dívida interna está diminuindo. No entanto, temos informações de que, para rodar essa dívida interna, o Brasil está gastando 120 bilhões de dólares por ano. Isso não seria muito para o Brasil?

São essas as perguntas. Se V.Exa. pudesse me explicar melhor, eu gostaria de entender isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Vamos fazer um grupo de 3 perguntas? Depois o Ministro responde.

Tem V.Exa. a palavra, Deputado Duarte Nogueira.

**O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA** – Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles,

acompanhei atentamente o pronunciamento de V.Exa. e o destaque dado à manutenção dos fundamentos da política econômica, carregados pelo Governo Lula ainda ao receber o Governo do Presidente Fernando Henrique.

No entanto, ao fazer o comentário da melhoria das reservas cambiais, de mais de 160 bilhões de dólares, V.Exa. também faz referência a que, se por um lado isso representa um tipo de ônus para a economia brasileira, por outro lado, pela apreciação do real, há um benefício na outra ponta.

No entanto, registramos que na última reunião do COPOM a decisão foi pela manutenção, e não mais pela redução na curva da taxa de juros SELIC. Pergunto a V.Exa. se esse tipo de comportamento é uma prudência do Banco Central em relação à política monetária em vigor ou é reflexo também de uma prudência devido a esse abalo temporário em função da crise imobiliária americana? Ou, de fato, a atual política econômica esgotou sua capacidade de produzir resultados, tendo em vista que há uma luz amarela sinalizando a redução do superávit primário e, ao mesmo tempo, uma revoada de dólares? Não sei se isso ocorre por natureza de transferência dos lucros das empresas multinacionais, que recentemente aconteceu, obtendo obviamente a isenção de Imposto de Renda, conforme a lei hoje permite. Conforme aqui exposto, isso pode ser afirmado ou comentado como um esgotamento, portanto, do avanço na redução das taxas de juros e de fato vamos continuar tendo altíssimas taxas em relação àquelas operadas por outras nações no resto do planeta?

Era isso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Combinamos um grupo de cada 3 Deputados. Então, o Ministro responde e, no próximo bloco, terão a palavra os Deputados Félix Mendonça, Renato Molling e João Dado. *(Pausa.)*

Retira? Então, fica o Deputado Marcelo Castro, na seqüência.

Tem a palavra o Sr. Ministro Henrique Meirelles.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Vamos, em primeiro lugar, à pergunta do Deputado Júlio Cesar sobre a questão do crescimento das importações.

Em primeiro lugar, Deputado, as importações de fato estão crescendo em percentuais maiores do que as exportações, mas como estão crescendo de uma base menor, apesar de percentualmente maior, não necessariamente, nos últimos 2 anos, principalmente, isso tem-se refletido num volume financeiro maior, tanto que o saldo comercial, durante os últimos 2 anos,

tem oscilado em cerca de 45 bilhões de dólares. Quer dizer, em volume financeiro, as exportações têm crescido de forma mais ou menos similar às importações. Como as importações são menores, então, percentualmente é maior.

Se olharmos a projeção, vamos ver isso com clareza. Em amarelo, o crescimento das exportações e, em azul, o crescimento das importações. Vamos ver que o diferencial tem-se mantido relativamente estável.

Se olharmos agora a preocupação que se manifesta muitas vezes quanto ao crescimento das exportações serem exclusivamente resultado do aumento de preço de *commodities*, em quantidade – manufaturados em vermelho claro e exportações totais em vermelho escuro –, veremos ver que os manufaturados, na realidade, estão crescendo, em totais, de uma forma parecida com o valor total de quantidades exportadas, em alguns momentos, até superior. Se olharmos a participação das exportações brasileiras nas exportações mundiais, vamos ver que elas têm uma tendência ainda crescente.

Portanto, aquilo que eu estava mencionando a V.Exa.: o saldo da balança comercial, em 2006, por exemplo, foi estável em relação a 2005. Tinha subido muito em relação a 2004. Em 2007 também está mantendo certa estabilidade até o momento, o que significa, mais uma vez, apesar de o crescimento das importações ter um percentual maior, que o valor financeiro é estável e o saldo de conta corrente, que é o resultado líquido das contas todas do País, está positivo. Então, é um dado da maior importância, que devemos levar em consideração.

Esses 7,8 bilhões de dólares é uma projeção do Banco Central, mas, na realidade, os números efetivos até agora têm mostrado também certa estabilidade, apesar de que uma certa queda no saldo de conta corrente é absolutamente natural, algo que se pode esperar.

Em resumo, se voltarmos ao saldo comercial, vamos ver que ele continua sólido, e as exportações, em amarelo, continuam com tendência de crescimento, bem como as importações. Seria um processo natural, Deputado, que houvesse esse fenômeno. Se os percentuais de ambas fossem iguais nessa altura, teríamos uma abertura cada vez maior em valor financeiro no saldo comercial, o que demandaria custos importantes para o Governo Federal, a fim de tentar acomodar essa situação.

Vamos agora passar à pergunta do Deputado Dr. Ubiali sobre a questão das reservas e da dívida interna. Eu vou passar rapidamente aqui à análise dessa situação.



Deputado, é muito importante mencionarmos que, quando o Brasil acumula reservas ou toma outras medidas que fazem com que o País fique mais sólido, isso diminui a percepção de risco, diminui o Risco-País. No que diminui esse risco, diminui o custo de carregamento não só de toda a dívida brasileira interna e externa, como também da dívida do setor privado.

Hoje em dia, empresas brasileiras conseguem emitir dívidas no mercado internacional, por exemplo, a custo muito menor do que sempre fizeram, ou mesmo captam nas bolsas recursos que antes não eram disponíveis, ou emitem debêntures, recursos que antes não estavam disponíveis. Em resumo, existe um benefício generalizado na economia muito superior ao custo especificamente do carregamento das reservas. Então, o que acontece? No momento em que o Tesouro Nacional capta recursos no mercado interno ou no momento em que o próprio Banco Central emite operações compromissadas no mercado interno – e o Banco Central compra reservas com isso –, o que acontece na realidade? Não há dúvida de que há transferência de uma dívida líquida externa para o aumento da dívida interna. A dívida líquida global do País não se modifica, porque nos endividamos de um lado mas aumentamos reserva de outro, e a dívida líquida fica igual.

Agora, em relação ao custo de captação interno, ele é maior, é verdade. Esse é o custo de carregamento de reservas de qualquer país, ou é o custo direto ou é o custo de oportunidade. Mas o ganho se dá não só sobre essa parcela, mas sobre a parcela geral. Por exemplo, a reserva é de cerca de 160 bilhões de dólares. A dívida do Governo como um todo é mais de 1 trilhão de dólares. Então o benefício é sobre a dívida como um todo.

No final, não há como analisarmos um fator desligado dos demais. O resultado abrange toda a política econômica, não só do carregamento de reservas. Não há como segregar. Temos o resultado do carregamento de reservas, o resultado da política monetária bem-sucedida, da desinflação, com inflação na meta, com queda de risco, com superávit primário. Com tudo isso junto, veremos que a dívida interna, como percentagem do Produto Interno Bruto, está caindo sistematicamente, o que significa que o País está, como resultado da política como um todo, repito, desendividando-se em termos líquidos. Não podemos nos fixar apenas em um desses parâmetros.

Respondo agora à pergunta do Deputado Duarte Nogueira em relação à manutenção da SELIC na última reunião. Basicamente, o Deputado pergunta, em termos sumários, se essa seria uma atitude de prudência do Banco Central porque se esgotou a possibilidade de

política econômica não só de continuar a flexibilização da política monetária, mas também para uma série de outras ações de política econômica, seja por questões internas, seja por questões externas.

Deputado, um dos pontos que mencionei na apresentação inicial foi a questão da defasagem da política monetária. Uma decisão tomada hoje só terá efeito vários meses à frente, no segundo semestre de 2008, talvez até, dependendo da situação, em 2009. Temos cortado juros desde setembro de 2005, e a economia está crescendo. São vários fatores em andamento.

Os Bancos Centrais, muitas vezes, têm que levar em conta, como mencionei, não só que há uma defasagem, mas também que há uma defasagem do comportamento de outros fatores econômicos, além de uma incerteza sobre esses fatores e sobre os próprios modelos de projeção.

Temos que trabalhar com esse nível de conhecimento. Não podemos trabalhar como se estivesse tudo matematicamente definido e soubéssemos precisamente o que acontecerá daqui a 9 meses. Por isso é que se diz que o Banco Central, por definição, tem que ter um pouco de prudência, qualquer Banco Central do mundo. Um Banco Central não pode tomar atitudes abruptas ou impensadas, não é verdade?

Eu gosto de usar o exemplo daquelas casas mais antigas, onde, muitas vezes, quando se abre a torneira da água quente no banheiro, demora um certo tempo para a água quente sair da caixa e chegar ao chuveiro. Muitas vezes estamos abrindo a água quente e vemos que a água está um pouco fria ainda, mas sabemos que tem mais água quente no cano. Então, às vezes, é prudente darmos uma olhada, esperar um pouco para ver quanto de água quente de fato já tem e quanto de água fria já entrou, se tivermos aberto a torneira de água fria também. Temos de ver o processo. A experiência diz que, de vez em quando, os Bancos Centrais devem tomar atitudes de prudência. Certamente não é um esgotamento do processo de normalização, de crescimento e de expansão da atividade produtiva da economia brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Como não houve manifestação de réplica, vamos ao segundo bloco.

Com a palavra o Deputado Renato Molling.

**O SR. DEPUTADO RENATO MOLLING** – Gostaria de cumprimentar o Presidente Henrique Meirelles, a sua equipe e os Srs. Deputados. Sou da região do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul. Os setores intensivos de mão-de-obra, como o coureiro-calçadista, o moveleiro e o têxtil, que exportaram muito nos anos 80, época em que começou o crescimento das exportações do nosso País, hoje estão atravessando

seriíssimos problemas, principalmente em função do câmbio. E como são setores que empregam muito, a carga tributária fica muito pesada em cima deles.

Se analisarmos a isenção das aplicações financeiras do capital estrangeiro nos últimos anos, veremos que a tributação que, na média, era sempre de 12 bilhões, 15 bilhões e chegava a 20 bilhões de dólares, hoje passa dos 150 bilhões de dólares, segundo dados que temos.

Esse dinheiro é aplicado hoje tanto em papéis do Tesouro como em renda fixa ou em ações, mas amanhã pode sair. Com esses dólares todos que há no País isso não faz com que o dólar se desvalorize mais? Não seria o momento de se repensar essa política? Porque com os juros altos, mais a isenção desses tributos, é muito bom investir no nosso País, porque não há risco nenhum. Com isso, acredito que venham mais dólares para o País. E o câmbio sufoca hoje esses setores que não conseguem elevar o preço de seus produtos em dólares lá fora, porque sofrem uma concorrência muito desigual da China. Outros setores que conseguem majorar seus preços até conseguem sobreviver. Contudo, a exportação dos setores que citei está em perigo. O mercado interno até está aquecido, o que possibilita que esses setores ainda sobrevivam. Mas se a exportação passar mais algum tempo com o câmbio atual, com certeza esses setores vão quebrar, depois de levarem anos e anos para conquistar o mercado externo. O produto brasileiro é o melhor do mundo, mas não consegue competir.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Tem a palavra o Sr. Deputado João Dado, do PDT de São Paulo.

**O SR. DEPUTADO JOÃO DADO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, o Banco Central possui a competência legal de regular o crédito no País. Temos hoje no Brasil liquidez maior do que no passado, fruto, inclusive, da política do próprio Banco Central. A Taxa SELIC vem caindo progressivamente nos últimos anos. A pergunta que faço a V.Exa. é a seguinte: o que o Banco Central poderia fazer, objetivamente, ou por meio de aumento do depósito compulsório – nem sei se ainda existe essa prática –, para determinar ao mercado bancário a redução das taxas cobradas do cliente, pessoa física ou jurídica, notadamente no cheque especial, o crédito a que mais se recorre no País?

Por que a pergunta? Porque vemos o aumento das taxas de juros aplicadas no cheque especial e em dívidas outras de forma geral e, em contraposição, redução da Taxa SELIC. Poderia o Banco Central adotar política mais agressiva para o controle dos juros co-

brados, ou seja, do *spread* cobrado pelas instituições bancárias?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Tem a palavra o Sr. Deputado Marcelo Castro, último interpelante deste bloco.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** – Sr. Presidente da Comissão, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Presidente do Banco Central, Srs. Diretores, quando eu era criança ainda vi meu pai lendo um livrinho do Carlos Lacerda cujo título era *Um dia na vida do brasileiro*. Digo de passagem que meu pai não era lacerdista, era juscelinista.

Naquele livro havia críticas e imagens que mostravam um brasileiro usando uma pasta americana. Uma das críticas que se fazia era que o juro mensal do Brasil correspondia ao juro anual nos Estados Unidos. Cinquenta anos depois, exatamente ontem, consultei meu saldo no Banco do Brasil, banco oficial, e verifiquei que a taxa de juros do Cheque Ouro é de 7,52% ao mês ou 138,71% ao ano. Parece-me que a taxa de juros americana está em 4,75%, com tendência de queda. As bolsas estão aumentando em função dessa queda prevista nos juros dos Estados Unidos.

Antigamente, havia pessoas mal vistas pela sociedade, os agiotas, os quais, segundo a formação católica, seriam pecadores. Aliás, conheço pessoas, amigos meus, que se atralham com o juro do cheque especial e recorreram a um agiota para pagar o Banco Brasil, pagando juros de 2% ao mês, muito mais barato do que cobra o banco.

Passados 50 anos de história sobre de juros altos no Brasil, pergunto o seguinte: isso é inelutável? Isso está certo? Se eu viver mais 50 anos, a situação será a mesma, ou há perspectiva de melhorar no futuro?

**O SR. DEPUTADO DR. UBIALI** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Pois não.

**O SR. DEPUTADO DR. UBIALI** – Sr. Presidente, se for permitido, gostaria de acrescentar uma pergunta às do Deputado João Dado.

Temos visto que os bancos têm tido rendimentos, em média, de 25% a 30% ao ano. Esses rendimentos não são muito altos? Eles não acabam encarecendo o produto, uma vez que o banco, teoricamente, seria um provedor de recursos para a indústria e para o comércio?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Muito obrigado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

**O SR. DEPUTADO DR. UBIALI** – É que a lucratividade dos bancos tem sido em torno de 30%, pelos demonstrativos que fizeram. Isso não seria uma forma de pressionar o custo da produção brasileira para o comércio e a indústria?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Tem a palavra o Sr. Ministro, para responder às perguntas relativas a este bloco.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** – Iniciarei respondendo à pergunta do Sr. Deputado Renato Molling.

Basicamente, S.Exa. pergunta até que ponto a isenção do Imposto de Renda na remessa dos juros para os investidores estrangeiros no Brasil não seria a grande responsável pela trajetória cambial, na medida em que possa atrair um fluxo muito grande de recursos.

Em primeiro lugar, gostaria de informar um dado pontual, no sentido de que a isenção do Imposto de Renda na remessa se dá apenas para investidores em títulos públicos, títulos emitidos pelo Tesouro. Ela não se aplica a títulos emitidos pelo setor privado, títulos de dívida do setor privado. Em segundo lugar, devo dizer que se olharmos a projeção, veremos em amarelo o fluxo comercial e em vermelho o fluxo financeiro. Notaremos então, Deputado, que o que tem de fato influenciado de forma importante o fluxo financeiro no Brasil, pelo menos até setembro de 2007, é o fluxo comercial, os saldos comerciais, e o investimento estrangeiro direito. Aí não cabe a questão do Imposto de Renda, porque o investimento estrangeiro direito vem, produz resultados, paga Imposto de Renda e tem procedimento normal.

Dito isto, devo acrescentar que de fato existe isenção do Imposto de Renda na remessa de juros para os aplicadores em títulos federais. Isso evidentemente não é da área do Banco Central. O que posso fazer a respeito disso é levar a recomendação de S.Exa. para as autoridades fazendárias. Apenas registro que o que influencia fortemente os fluxos cambiais no Brasil hoje são os fluxos comerciais e o investimento estrangeiro direito na produção. Mas vamos certamente levar a recomendação de S.Exa.

A pergunta do Deputado João Dado é: na medida em que o Banco Central regula crédito, o que pode fazer para baixar as taxas de juros dos bancos, aquelas cobradas especificamente pelos bancos, na medida em que a Taxa SELIC está baixando, mas os bancos ainda cobram taxas bem superiores.

Gostaria de começar com base em fatos. Nós no Banco Central temos que trabalhar sempre com números. Se analisarmos a projeção, veremos em azul a taxa cobrada de pessoas físicas, o *spread*, e como ele tem evoluído de 2003 até agora, 2007. Verificamos

que a taxa subiu um pouco em 2003 para num patamar bastante elevado, depois veio caindo. Estabilizou-se um pouco em 2005 e 2006 e, depois, continuou a cair. Então, temos uma trajetória de queda da taxa média real de juros. Em vermelho, vemos a taxa de juros de pessoa jurídica. Digo isso apenas para termos uma base de que a taxa está caindo. Mas para os padrões internacionais ainda é muito alta. Não há dúvida.

No exterior, trabalhei com taxas de juros. V.Exa. citou os Estados Unidos. Cheguei a dirigir uma instituição financeira naquele país e sei que as taxas lá são muito mais baixas.

Então, não há dúvida de que há muito trabalho a ser feito no sentido de que as taxas de juros no Brasil devam continuar a cair. E há várias razões para isso. Há razões de ordem relacionada à instabilidade da economia e ao reduzido volume de crédito. Tudo isso está mudando muito. Veja que os volumes de crédito no Brasil estão crescendo bastante. Por exemplo, o crédito consignado, cujas taxas são menores, está crescendo; o crédito livre de pessoa física está crescendo, enfim, em geral, o volume de crédito está crescendo bastante no Brasil para pessoas físicas e jurídicas.

O crédito livre e o crédito total como percentagem no produto, por exemplo, estão crescendo muito. Está havendo, portanto, uma queda de taxa.

Mostra a experiência internacional que o melhor caminho para isso é promovermos maior competição, maior transparência e a adoção de uma série de medidas, como as que já foram ou estão sendo adotadas nesse sentido. Como exemplo dessas medidas, cito a portabilidade do cadastro positivo, pois é importante que o cliente tenha capacidade de negociar com os bancos. Hoje, o fato de o cliente pertencer a apenas um banco durante 20 anos lhe dá um crédito histórico muito bom e todas as condições de ser um grande cliente. E, se amanhã, ele procurar outro banco, terá de começar como se tivesse atingido a maioria ontem, porque não terá esse histórico de crédito com aquele outro banco.

Em outros países, o histórico é propriedade da pessoa, não do banco. Imigrantes brasileiros têm muito essa experiência quando chegam a outro país e começam a tomar crédito para criar um histórico e ter condições de negociar.

Então, esse projeto está no Congresso, e é muito importante que seja aprovado, com as mudanças, se for o caso, feitas por V.Exas. É importante que o consumidor adquira a propriedade do seu cadastro. Com o cadastro na mão, ele vai a qualquer banco negociar a taxa mais barata.

Outra coisa muito importante é a conta-salário, que já está sendo implementada e, até o final de 2008,

deverá estar em todo o setor bancário, para todos os funcionários do setor privado. Os funcionários do setor público têm uma conta bastante parecida com a conta-salário, que já oferece muitos benefícios e está em processo de negociação.

O que quero dizer é que isso vai dar muito mais capacidade de negociação, porque, no momento em que o funcionário recebe sua conta em determinado banco, poderá dar uma ordem de transferência eletrônica automática, sem atraso e sem cobrança de tarifa alguma, para o banco que quiser.

Em resumo, não vou me alongar, mas existe, de fato, uma série de medidas que podem ser tomadas. E está sendo realizado pelo Banco Central e pelo Conselho Monetário Nacional – sim, porque todas essas medidas normativas são do Conselho Monetário Nacional – trabalho que visa dar maior transparência a todo o setor. No caso de tarifa bancária, por exemplo, queremos explicitar que tarifa é essa e como se pode compará-la com a de outros bancos etc., para que, com as informações publicadas na página do Banco Central, seja facilmente verificado pelo cliente quem está cobrando o quê. A obrigatoriedade é reportar o custo real para dar maior capacidade ao cliente.

A partir daí, o Supremo Tribunal Federal decidiu que o comportamento abusivo de qualquer instituição financeira deve ser tratado na esfera do Judiciário, na disputa individual. O Banco Central fez um convênio recente com a Secretaria de Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça, na órbita da Secretaria de Direito Econômico, em que estamos canalizando todas as reclamações para os PROCONs. Com esse convênio, os PROCONs nos fornecem um relatório com os produtos e instituições que estão sendo objeto de maior reclamação, para que o Banco Central possa detectar se existe algum comportamento sistematicamente abusivo por parte de alguma instituição, no sentido de não seguir as normas.

Evidentemente existem situações majorais, questões compulsórias e de ordem tributária, mas o mais importante é que estamos indo na direção correta e temos de persistir. Algumas ações são do âmbito do Congresso, algumas são do âmbito do Conselho Monetário Nacional, mas estamos caminhando e trabalhando duramente nessa direção.

Perguntou o Deputado Marcelo Castro se existe expectativa de melhorar, se temos chance, ou se estamos condenados a viver nesse clima de juros altos etc. A minha resposta é sim. Existe essa expectativa. Nesse processo de maior transparência etc., é importante mencionar que o consumidor também não só vai negociar entre bancos, mas vai saber escolher o melhor produto. Por exemplo, sabe-se que o produto

mais caro, porque a instituição tem de deixar uma linha de liquidez pronta – em qualquer lugar do mundo é caro e, no Brasil, é muito mais caro, infelizmente –, é o cheque especial. É um produto caro que o consumidor deve ser aconselhado a não usar, a não ser em último caso. O consumidor que sabe que vai precisar dele durante o mês, em tese, deveria ter condições de ir a uma instituição, fazer um pequeno contrato e sacar um empréstimo a ser pago em prestações, para não usar o cheque especial.

O cheque especial representa apenas 1,6% do crédito total, mas é um preço muito alto. Quem usa o cheque especial paga muito caro. Idealmente, o cliente que precisar usar o cheque especial deve sacar imediatamente um outro tipo de empréstimo e liquidar essa dívida. Tudo isso faz parte de processo resultante da transparência. Por isso estou falando em cadastro positivo, novas estruturas de publicação de custos e tarifas nas páginas do Banco Central etc.

Não quero me alongar muito porque é um tema muito extenso. Quero apenas acrescentar que há um diretor do BC liderando um grupo de trabalho sobre esse assunto, com o envolvimento da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara, do Ministério Público Federal e do Ministério da Fazenda, além de outras áreas do Governo, e teremos toda a satisfação em receber os Deputados para debater com maior profundidade esse que é um assunto abrangente e que demanda um tempo maior para ser discutido em detalhes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Não havendo nenhuma réplica, passamos ao último bloco.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** – Sr. Presidente, ainda não foi abordada a lucratividade dos bancos e seus reflexos na economia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Acrescento, então, a seguinte pergunta: há nesse estudo a hipótese de extinção do cheque especial?

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** – A pergunta é se haveria a possibilidade de extinção do cheque especial. Em tese, há. No entanto, isso representaria um certo desserviço ao consumidor, porque, de vez em quando, o cheque especial é útil no caso de alguém que tenha uma despesa inesperada e não tenha tempo de ir ao banco negociar uma linha de crédito, e o cliente gosta da idéia de poder usar o cheque especial. Se proibir, muitos de seus eleitores poderão ficar zangados com V.Exa. Mas, de qualquer maneira, o uso desse instrumento de crédito deve ser desestimulado, porque custa caro para o cliente.

Quanto à questão do lucro dos bancos, evidentemente, com a normalização da economia brasileira,



existe um momento de lucratividade geral das empresas no Brasil. E, pela primeira vez, Deputado, em muitos anos, não vou nem me arriscar a dizer quantos, mas são muitos, o lucro das maiores empresas brasileiras cotadas em bolsas de valores está superando em percentual e em valor os lucros dos bancos.

De fato, os bancos estão obtendo bons resultados, mas, por outro lado, as empresas estão obtendo muito mais. Hoje, as indústrias de mineração, por exemplo, estão tendo resultados melhores que os bancos. Por quê? Porque a economia vai muito bem.

Os ganhos de massa salarial também estão muito fortes. A massa salarial está crescendo em percentual acima da inflação. Em resumo, todo o País vai bem. É importante mencionar que os lucros dos bancos estão menores, relativamente às grandes empresas, comparado com o que era no passado.

A maneira de assegurar melhor serviço ao consumidor e lucros adequados, justos, não excessivos, nem insuficientes, é a competição com transparência. E esse é o caminho normativo que estamos seguindo no Conselho Monetário Nacional, no Ministério da Justiça e nas discussões com o Congresso Nacional e com o Ministério Público.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Concedo a palavra ao Deputado Daniel Almeida, do PCdoB, da Bahia.

**O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA** – Sr. Presidente, nobre Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, esta discussão é muito importante, e devemos aproveitar a oportunidade.

Todos nós – mesmo os que, como eu, não são economistas – acompanhamos os movimentos macroeconômicos no País e sempre escutamos os empresários se referirem ao câmbio e à taxa de juros. Também ouvimos trabalhadores se referirem à taxa de câmbio, aos juros, aos impactos no desenvolvimento, no crescimento, na geração de emprego e na distribuição de rendas.

Nos últimos dias, li um artigo do ex-Diretor do Banco Central Carlos Thadeu de Freitas e, ontem ou hoje, um artigo do economista Delfim Netto, que abordou o câmbio, a política em curso e o risco de se ter isso como lei natural. Aliás, disse o ex-Deputado que isso não é uma lei natural, mas uma opção política que se faz nessa direção. Muitos analistas levantam dados que indicam que essa opção política já não produz os efeitos que se anuncia ou se espera.

Analisamos a trajetória de outros países emergentes que buscam ajustes e caminhos e cujos resultados são diferentes dos nossos. Essa política de elevadas taxas de juros e de câmbio, com a supervalorização do real, como verificamos hoje, tem impactos. Os núme-

ros apresentados aqui são positivos. Todas as análises indicam que há um momento favorável na economia internacional e que o Brasil está ficando com poucas possibilidades de aproveitá-lo melhor. Este é um debate da nossa conjuntura econômica neste momento. E os dados apresentados informam isso.

O Banco Central teve um prejuízo de 30 bilhões. Esse dinheiro está indo para algum lugar. É evidente que alguns estão ganhando com isso. Pergunto, então: quem está ganhando com isso? Para onde esse dinheiro está sendo transferido?

Os bancos privados estão tendo grandes lucros, e a economia está contida porque não há nada que possa dar o retorno que a aplicação no mercado financeiro tem dado. Isso é evidente.

Trouxe-nos o Presidente do Banco Central a figura do chuveiro aberto, do aquecimento da água que desce pelo chuveiro. Será que não estamos correndo o risco de não tomar banho porque a água está acabando ou não vai esquentar? Será que efetivamente a dosagem está adequada?

Precisamos dar continuidade a este debate. A sociedade brasileira tem discutido o assunto e possui a percepção exata de que alguns ganham muito com a opção adotada pela área econômica do Governo e que outros deixam de participar, de se beneficiar tanto quanto poderia ser possível neste momento.

Aproveito a oportunidade para solicitar ao Presidente do Banco Central que fale a respeito do assunto, sobre o qual ainda hoje muitos economistas se manifestaram.

Outra indagação, Sr. Presidente, é a respeito da concentração bancária. Acabamos de acompanhar, ou ainda está em curso, a fusão ou a aquisição do antigo Banco Real, o ABN, pelo Santander, que, com isso, se torna o segundo em ativos no Brasil. Há um movimento do Banco do Brasil para não perder espaço. Mas há muito pouco para ocupar. Boa parte do sistema financeiro público que estava sob o controle dos Estados foi liquidada. Que impacto terá uma presença maior de instituições internacionais no sistema financeiro brasileiro? O que isso pode provocar no crédito, um elemento importante no Brasil hoje?

Gostaria de ouvir do Presidente do Banco Central um pouco mais a respeito dessas questões.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Muito obrigado.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, indago sobre se há mais algum Parlamentar que deseje se inscrever. *(Pausa.)*

Então, na sequência, teremos o Deputado Armando Monteiro e, depois o Deputado Fernando Co-

ruja. Faremos um bloco com os últimos Parlamentares inscritos.

Com a palavra o Deputado Armando Monteiro.

**O SR. DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO** –

Presidente Henrique Meirelles, ouvi atentamente a sua exposição. Não há dúvida alguma de que a política monetária e a política cambial cumpriram importante papel nesse processo. Em razão de algumas características do ciclo de crescimento da economia internacional, eu diria que até mesmo os rigores da política monetária e da política cambial de alguma forma foram absolvidos por conta do momento que vive a economia internacional e do qual o Brasil tem se beneficiado também.

O que quero fundamentalmente indagar a V.Exa., Presidente Meirelles, é se está satisfeito com a política fiscal. Porque a gestão macroeconômica é produto do equilíbrio das políticas cambial, monetária e fiscal. Evidentemente, a política fiscal não é da competência, da alçada do Presidente do Banco Central. No entanto, a política monetária atua sobre ambiente em que a política fiscal é um componente fundamental.

Vivemos hoje política fiscal expansionista, cuja marca é o crescimento permanente do gasto corrente numa trajetória que não me parece sustentável. A minha aflição, meu caro Presidente, está nesse espaço que o câmbio deu à política monetária, ajudando a que houvesse um relativo abrandamento. Será que o câmbio continuará nesse processo daqui para a frente? Como imaginar isso com a política fiscal expansionista que temos? Quer dizer, será que podemos continuar flexibilizando a política monetária com essa política fiscal?

São as perguntas que eu gostaria de deixar ao Presidente Henrique Meirelles, acrescentando uma outra questão. O Banco Central do Brasil não cumpre verdadeiramente o papel de ser um órgão de defesa da concorrência no sistema financeiro ou de claramente coibir certos abusos presentes no sistema. Talvez nem devesse efetivamente exercer esse papel, na medida em que tem de cuidar fundamentalmente da saúde do sistema e, muitas vezes, essas questões são conflitantes.

Gostaria de indagar ao Presidente Meirelles se o Brasil precisa criar uma estrutura própria para poder fazer essa ação, se temos de instrumentalizar o CADE, se precisamos criar uma outra estrutura, uma espécie de estrutura reguladora do sistema financeiro, porque efetivamente o Banco Central não vem cumprindo esse papel. O Banco Central tem sido tímido nesse processo que vem resultando em práticas de caráter mais oligopolista ou onde o sistema financeiro se vale de uma circunstância para poder, dado o nível de concentração do sistema, introduzir essa rigidez

que está presente hoje no sistema e que se traduz até nessa questão dos *spreads* muito elevados que temos no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Com a palavra o Deputado João Leão.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Eu nem precisava falar porque o nobre Presidente da Federação das Indústrias já fez a pergunta que eu tinha a fazer.

Só quero acrescentar o seguinte, caro Ministro: quando V.Exa. vai chamar a ajuda dos universitários? Quando digo universitário, refiro-me à Polícia Federal, porque os juros no Brasil hoje são um crime. Onde está a Lei da Usura? Qual é o limite dela? Que padrão tem o Banco Central de taxa de juros máximo? Afinal, esse padrão existe ou não? Será que é preciso criar uma agência reguladora, como disse o nobre Presidente da Federação, Deputado Armando Monteiro? Se for preciso, vamos votar nesta Casa um projeto de agência para regular os bancos. Acredito, porém, que essa Agência é o Banco Central.

Agora, não temos aquela taxa limite. Vemos uma série de financeiras neste País querendo acabar com o cheque especial, como disse o nobre Deputado Virgílio Guimarães. Vamos acabar com essa que é verdadeira farra, falando um português claro, Ministro.

Endosso suas palavras, meu nobre Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Antes de fazer suas considerações finais, o Ministro, com a sua costumeira boa vontade, vai responder, na forma convencional, mantidos os limites, aos 3 últimos inscritos – Deputados Paulo Rubem Santiago, Fernando Coruja e Antonio Palocci. Dessa forma, ninguém fica prejudicado. As inscrições, porém, estão encerradas.

Com a palavra o Ministro Henrique Meirelles.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** – Começo respondendo as perguntas do Deputado Daniel Almeida sobre o câmbio ser ou não ser uma opção política. Não. O câmbio não é uma opção política. O câmbio é resultado da sua livre flutuação, que, por sua vez, é resultado das diversas forças que atuam na economia.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Como opção política, ele já foi usado não só no Brasil, mas também em outros países. Temos um vizinho que adotou inclusive um câmbio fixo na lei, definido politicamente por seu Congresso Nacional. Esse país teve um desastre econômico de grande magnitude, e o próprio Brasil, que controlou administrativamente o câmbio, também teve um desastre econômico de grande magnitude.

Portanto, hoje, a opção da grande maioria dos países é ter um câmbio flutuante, e um câmbio flutuante que reage em razão das questões de mercado.

Se olharmos o resultado da taxa de câmbio no Brasil, por exemplo, desde janeiro de 1988, veremos que ela tem oscilado muito. O resultado mostrado é o de que não existe nenhum artificialismo ou opção política no câmbio. Na medida em que haja maior ingresso de recursos no País, o câmbio se move numa direção e, na medida em que reforça a confiança, o Risco Brasil melhora e os investimentos no País aumentam. Isso tem determinada influência sobre o câmbio. Se existe uma deterioração de confiança, como tivemos em 2002, quando houve insegurança em relação ao real, há fuga de dólares, como ocorreu em 1998 – e quantos debates houve no Congresso Nacional sobre a fuga de dólares do Brasil! Na realidade, a preocupação era outra, queriam segurar o dólar aqui, e o que aconteceu foi que num certo momento o dólar chegou a R\$3,96.

Em relação aos resultados do Banco Central, já mencionamos que o Banco adquire reservas, tem um custo disso; o custo da apreciação do real impacta o Banco Central, e uma boa parte do benefício da apreciação do real impacta positivamente o Tesouro, na medida em que a dívida externa é em dólares. Portanto, isso faz parte da contabilidade pública.

O importante é que a acumulação de reservas – posso afirmar – não visa baixar o dólar, mas reforçar o País. Então não há essa correlação que possa estar na cabeça de alguns. Não existe isso. A acumulação de reservas reforça o País, e o Banco Central está comprando dólar no mercado, e não vendendo. No passado, quando o Banco Central queria baixar o dólar, vendia essa moeda. Não é o caso.

Ainda em relação à atividade econômica, Deputado, diz V.Exa. que a economia está contida, porque nada compensa o rendimento dos juros. Isso é o passado. Tenho a grande satisfação de informar a V.Exa. que a situação atual da economia brasileira é outra. Por exemplo, no segundo trimestre de 2007, em comparação com o segundo trimestre de 2006, o investimento real cresceu quase 14%. O setor da economia brasileira que mais cresce hoje é o investimento, o que mostra que está sendo um bom negócio investir. Aquele período do passado em que o investimento não existia porque estavam todos aplicando em juros já passou.

O mesmo ocorre em relação a outros dados da economia, como a produção industrial, por exemplo. Veja V.Exa. o que está projetado de 2001 a 2007: a produção industrial está crescendo mais de 6% de um mês sobre o mesmo mês do ano passado. No passado, quando o juro prendia a atividade, a venda no varejo caía. Hoje, a venda no varejo está crescendo a

taxas que oscilam de 9% a até 14% ao ano, ou seja, não está contida. O salário real, a massa salarial está crescendo a mais de 5% ao ano, o que mostra uma economia em franca expansão. O pessoal ocupado está crescendo a mais de 3%, o rendimento médio está crescendo, e a massa salarial está crescendo. Se olharmos, vamos ver que a massa salarial está crescendo de forma constante, enquanto a taxa de desemprego está caindo. Em resumo, a economia está em franca expansão, não está contida.

Em relação à defesa da concentração bancária, no caso, esse é um assunto que está sendo analisado por mais de uma autoridade reguladora. O Banco Central vai examinar isso com a maior seriedade, e a Diretoria de Normas tem a responsabilidade de analisar os impactos na concentração bancária por qualquer movimento. Os documentos ainda não foram apresentados, porque essa fusão foi anunciada em Amsterdã, na Europa. Foi um movimento feito em termos globais, e ainda não há uma definição precisa de como pretendem fazer isso no Brasil. Quando definirem apresentarão ao Banco Central do Brasil todos os dados, e aí o Banco Central vai analisar com todo o rigor a concentração bancária, e teremos a satisfação de apresentar no fórum adequado aqui na Câmara os resultados desses estudos pelas áreas especializadas.

Quanto à pergunta do Deputado Armando Monteiro em relação à política fiscal, temos mais de um componente nessa política. Temos a solvência pública, a questão monetária e também o papel do Estado na economia, que talvez seja objeto de maior discussão hoje em dia – o papel do Estado, o tamanho do Estado etc. Em relação à política monetária especificamente, em determinados horizontes de planejamento mais curto, existem momentos em que a política fiscal é expansionista; em outros, pode vir a ser contracionista, da mesma forma que a política monetária.

Temos observado nas nossas atas que estamos num momento em que claramente a política monetária é expansionista, o Banco Central vem baixando os juros há 2 anos, então a política monetária é expansionista, e, nos últimos meses, registramos também um avanço da política fiscal na mesma linha expansionista. Não sabemos ainda como esses fatores vão se combinar lá na frente. Por outro lado, temos diversos outros fatores na economia, seja a importação, seja o dólar, seja o aumento de investimentos etc., que não são objetos dessa discussão e dessa pergunta. O importante, no entanto, é o seguinte: para o Banco Central nós temos de trabalhar com um dado fundamental: a hipótese de superávit primário. A longo prazo, isso é fundamental do ponto de vista do Banco Central – não estou dizendo do ponto de vista de outras discussões da sociedade.

Então, temos uma hipótese de trabalho de que o superávit primário será cumprido, da mesma maneira que tínhamos essa hipótese em 2003, 2004, 2005, 2006, e o superávit primário foi cumprido.

Então, estamos trabalhando com essa hipótese, e essa é a hipótese relevante do ponto de vista do planejamento político monetário de longo prazo. A curto prazo, sim, é preciso ver se é expansionista ou não, e aí o Banco Central tem de olhar isso do ponto de vista global: política monetária, política fiscal, preço do petróleo, dólar, preço administrado, investimento, e o Banco Central faz a sua análise global e toma a sua decisão. Em resumo, o Banco Central não pode nem deve, Sr. Deputado, condicionar a sua política a outros eventos macroeconômicos. Os bancos centrais de outros países que fazem isso têm problemas. O Banco Central tem de analisar todos os fatores, tomar a sua decisão e entregar a inflação na meta. Essa é exatamente a função do Banco Central do Brasil, que a tem cumprido até agora, e esperamos que continue a fazê-lo com sucesso.

Em relação à sua pergunta a respeito do câmbio de um lado inverso ao da expansão fiscal, é aquilo que eu mencionei, Deputado: há diversos fatores, e todos esses fatores são analisados pelo COPOM, existem modelos macroeconômicos, que, com relativo grau de incerteza, procuram calcular isso. Mas, no final, o COPOM faz a sua análise qualitativa, junta todos esses fatores – mencionei apenas alguns –, faz a projeção de inflação e toma a decisão.

V.Exa. pode ficar tranquilo, porque essa política de inflação na meta vai continuar...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** – A política fiscal, como disse, do ponto de vista do Banco Central, é importante e integra o superávit primário.

Quanto ao problema da defesa de concorrência, vou mencionar esse assunto em que, como todos os demais, cabe um certo nível de tranquilidade. Vou responder juntamente com as perguntas do Deputado João Leão.

Em primeiro lugar, manifesto que respeito a avaliação de V.Exa., mas entendo que não só nesta gestão, mas também nas anteriores, o Banco Central tem feito um grande trabalho de defesa da concorrência no sistema financeiro.

Se analisarmos os índices de concentração do Sistema Financeiro Brasileiro comparado com outros sistemas financeiros – e podemos mandar isso para V.Exa. –, veremos que os índices brasileiros são compatíveis. Temos uma projeção em que há uma compa-

ração do Brasil com um grupo muito grande de países e o índice de concentração bancário em relação aos 10 maiores bancos. Os nossos estão bastante aceitáveis, e o Brasil está até bem colocado no *ranking*, no sentido de ser menos concentrado do que países como o Canadá, a Inglaterra e a Alemanha, sem falar em países como Cuba, cuja concentração é de 100%.

Dito isso, não há dúvida de que precisamos melhorar muito a concorrência dos bancos do Brasil. Concordamos com isso. Não há dúvida que muito trabalho tem de ser feito, que as taxas de juros têm muito espaço para cair, a fim de aumentar a concorrência – e já mencionei uma série de medidas nesse sentido. Não há dúvida de que o aspecto normativo também é muito importante. Em nenhum momento quero deixar a impressão de que acho que as taxas de juros estão razoáveis ou que não precisamos continuar a trabalhar para baixá-las. Da mesma forma, temos muito trabalho pela frente para haver mais transparência e competição.

O importante é adotarmos as medidas adequadas e corretas para isso. Conforme já mencionei numa pergunta anterior, existe um grande elenco de medidas em andamento já tomadas ou a serem tomadas a esse respeito.

Gostaria de mencionar algo importante em relação à sua pergunta específica sobre CADE/Banco Central.

V.Exa. tem razão num ponto: existe um papel para o CADE. E esse assunto é debatido há muito tempo. A primeira medida que tomei quando assumi o Banco Central foi exatamente nesse sentido, fizemos um CADE consubstanciado num projeto de lei de iniciativa do Executivo, normatizando as funções do CADE, dando condições de aparelharmos o CADE para cumprir essa função. A proposta está em tramitação nesta Casa. Concordo em que há um lugar para o CADE. Portanto, dou todo apoio ao andamento desse projeto para que possamos ter o CADE cumprindo sua função dentro do processo. E V.Exa. tem absoluta razão: a função não é só do Banco Central. O Banco Central tem a sua função, o órgão de defesa da concorrência do CADE tem outra função, a Justiça também tem outra função.

E, aí, entro na pergunta do Deputado João Leão: “Mas e a Lei da Usura? A Polícia Federal deveria ir atrás dos bancos que estão cobrando taxas muito caras”. Essa é uma questão legislativa. O tabelamento da taxa de juros se dá por meio de projeto do Legislativo. As taxas de juros não são tabeladas no Brasil. Vivemos em sistema de livre mercado, de livre iniciativa, definido pelo Congresso Nacional.



Outra coisa: decisão recente do Supremo Tribunal Federal, em acórdão do Ministro Eros Grau, define com clareza que a solução de conflito de possível abuso da lei de defesa do consumidor é da esfera do Judiciário. Portanto, se alguém acha que há comportamento abusivo de um banco, segundo determinação do Supremo Tribunal Federal, deverá ir ao PROCON ou mesmo ao PRODECON, ou até entrar direto com ação na Justiça.

O Banco Central tem um sistema de trabalho, um convênio com os PROCONs visando exatamente dar-lhe condições de exercer seu papel. O papel do Banco Central é fiscalizar se as instituições estão aplicando as normas do Conselho Monetário Nacional. Para violações específicas no caso de cada consumidor, existe o Judiciário e o CADE, que vai depender de aprovação dessa lei.

Em resumo, estamos caminhando no sentido de um aparato normativo moderno. E posso finalizar dizendo que esse projeto tem apoio total do Banco Central do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Obrigado, Ministro.

**O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA** – Sr. Presidente, tenho direito a réplica?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – O Regimento garante.

**O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA** – É apenas para um comentário. Falei do câmbio como fruto de uma política e não como opção política, como já se fez. Mas o câmbio reflete uma política relacionada a juros etc. Foi a análise que quis fazer: o câmbio está inserido nesse contexto. Não tive a pretensão de sugerir que voltássemos a mecanismos adotados no passado, cujos resultados todos conhecemos.

Como comentário e sugestão, deixo a indicação – e devo fazê-lo por meio de requerimento – de realização de audiência pública com o objetivo de discutir concentração bancária, especialmente o aumento do papel das instituições financeiras internacionais, notadamente a fusão ou aquisição do Santander.

Sr. Ministro Henrique Meirelles, quanto ao que afirmei, continua sendo minha convicção: a política adotada pelo Banco Central é um elemento que contém o crescimento econômico. É uma sensação que toda a população percebe. Existe crescimento, há números muito positivos, mas fica uma certa sensação de que esses números existem a despeito da política de contenção, de barreiras que a política adotada pelo Banco Central impõe à economia brasileira. É uma sensação que não é só minha, mas de um conjunto da sociedade brasileira. Muitos números indicam essa direção. Acho que devemos continuar tratando desse

assunto, inclusive olhando para algumas coisas que acontecem em outros cantos do mundo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Muito obrigado, Deputado Daniel Almeida.

**O SR. DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO** – Meu nobre Presidente Deputado Virgílio Guimarães, peço apenas 30 segundos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – O Regimento garante a réplica. O Ministro teve a liberalidade de conceder um adicional. Espero que os 2 replicantes tenham em conta de que já estamos em certa prorrogação.

Com a palavra o Deputado Armando Monteiro e, na sequência, o Deputado João Leão.

**O SR. DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO** – Presidente Henrique Meirelles, primeiro, quero agradecer a V.Exa. as considerações.

Disse V.Exa. que, para o Banco Central, o importante é a manutenção do superávit primário. É a instituição que, em última instância, assegura a trajetória cadente da relação dívida/PIB etc.

Não sei se o Presidente percebeu que, nos últimos anos, a manutenção do superávit foi, quase sempre, produto da elevação da carga tributária, também medida em relação ao PIB.

Pergunto: se o gasto corrente continua a crescer mais do que o crescimento do produto, e já não há, reconhecidamente, espaço para a elevação da carga tributária nos próximos anos, se nós não colocarmos freio nessa política expansionista, que deriva, inclusive, a meu ver, de uma visão de Estado equivocada... Quer dizer, está se passando a idéia de que resgatar o papel do Estado significa, necessariamente, gastar mais. A meu ver, deveria ser gastar melhor. O que o Estado brasileiro precisa é de eficiência, de melhor padrão de gestão etc. Eu quis sublinhar essa preocupação com o gasto corrente porque não sei se o superávit será sustentável, se a carga tributária poderá, pelo menos, estabilizar-se nos próximos anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Com a palavra o nobre Deputado João Leão. S.Exa. dispõe de 30 segundos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Está havendo transmissão de pensamento com o meu nobre Presidente.

Destaco, Sr. Ministro, em 30 segundos, a questão do limite. A pessoa precisa ter limite legal, limite moral.

Outro dia, eu estava em uma reunião, em uma cidade do interior da Bahia, e um sujeito me disse: “Aqui está um grande jurista da nossa região”. Pensei que ele fosse advogado. Perguntei onde trabalhava, onde advogava. Ele respondeu: “Não, ele não é jurista.

*Ele empresta dinheiro a juros". A pessoa deixou até de ser agiota. Agora é jurista. (Risos.) Disse: "Ele tem uma factoring".*

Então, quanto aos limites, realmente estão extrapolando, meu caro Ministro. O Banco Central deveria dar uma... O Banco Central tem condições de ir até esses limites. V.Exa. e toda a sua Diretoria sabem como agir nesse caso. Não precisa buscar a ajuda dos universitários. Basta dar um apertozinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Muito obrigado, nobre Deputado. Vou usar a economia processual com o Ministro. S.Exa. vai responder as 3 réplicas, mas junto com as 3 seguintes.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Rubem Santiago.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** – Nobre Deputado Virgílio Guimarães, Srs. Deputados, prezado Presidente do Banco Central, farei algumas observações. Algumas opiniões serão expressas de forma absolutamente impessoal.

Desde 2003 temos acessado e analisado, com muita frequência, os relatórios apresentados pelo Banco Central. Concluímos, há cerca de 1 mês, uma avaliação comparativa dos relatórios da Secretaria do Tesouro Nacional, desde 2002. Já apresentamos, em parte, essa avaliação ao Ministro Paulo Bernardo, que esteve aqui há 2 semanas, falando sobre os projetos de lei do PPA e da Lei Orçamentária Anual para 2008.

Mais uma vez, registro o caráter impessoal da nossa observação. Estou convencido, Sr. Presidente, da total inutilidade da exigência contida na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à realização dessas audiências, quanto à avaliação das políticas monetária, creditícia, cambial, do impacto fiscal dessas políticas.

Na verdade, não há avaliação. São apresentadas as medidas da oscilação de um conjunto de variáveis. A avaliação deveria ser feita após a presença do Presidente do Banco Central. Até porque nós temos conflitos jurídicos que ainda não foram sanados. Vou dar um exemplo. O Presidente do Banco Central está aqui em função de uma exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, que é uma lei complementar de 2000. Essa lei complementar, entre outras normas, estabelece um conjunto de limites de gastos para as 3 esferas do Poder Público. Mas o art. 9º, § 2º, excetua do limite de gastos aqueles efetuados com os serviços da dívida, nos planos da União Federal, dos Estados ou dos municípios.

Refiro-me à inutilidade dessas audiências porque acima da Lei de Responsabilidade Fiscal está a Constituição Federal, que assegura, no art. 1º, parágrafo único, determinado papel aos integrantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Quanto a essas questões que envolvem as políticas econômica, macroeconômica, especialmente os aspectos da política monetária, creditícia, cambial e o impacto fiscal da execução dessas políticas, já disse na reunião anterior, na presença do Ministro Paulo Bernardo, que o Congresso Nacional não vale absolutamente nada – nem Deputado nem Senador –, porque a mesma Constituição que nos assegura a representação e o exercício do poder em nome da sociedade veda-nos, no art. 166, § 3º, inciso II, alínea *b*, a autoridade para que possamos avaliar e eventualmente alterar a divisão dos recursos do Tesouro, seja para investimento, seja para gastos correntes, seja para pagamento ou amortização da dívida pública, já que não podemos fazer diferença de estratificação entre o que seja despesas de pessoal, despesas de investimento, despesas de custeio e despesas de capital. É exatamente por isso que, na execução da matéria orçamentária, cada uma dessas despesas está enquadrada num grupo de natureza específica, sem qualquer ordem constitucional de estratificação.

Em segundo lugar, o que se apresenta nas audiências do Banco Central e nas audiências da avaliação do Tesouro Nacional são medidas. A avaliação deveria ser feita *a posteriori*. É evidente que, na esfera própria da autoridade monetária – repito: da política cambial, da política creditícia, do impacto fiscal da política monetária –, há variáveis intrínsecas ao exercício dessas políticas. Mas não há em nenhum compêndio de economia nenhuma teoria, nenhuma tese acadêmica, nenhuma resolução dos órgãos financeiros multilaterais que diga que a política econômica responde a si própria, independentemente do conjunto das políticas governamentais.

Pergunto ao Presidente do Banco Central que literatura, que teses acadêmicas, que resoluções dos órgãos internacionais afirmam, justificam e defendem que o papel primário do Tesouro Nacional é financiar a acumulação privada na esfera financeira. Desconheço alguma tese acadêmica, algum autor que justifique isso e que seja considerado autoridade acadêmica mundial sobre esse aspecto.

Vou, na prática, entrar nas demais considerações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – V.Exa. tinha um total de 3 minutos, Deputado Paulo Rubem Santiago. Seu tempo já se esgotou.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** – Tenho em mão os relatórios da execução orçamentária do Ministério da Fazenda, para me cingir apenas a esse aspecto. Vou me limitar a 2 programas.

Às vezes, quando se fala do impacto fiscal, das políticas monetária, creditícia e cambial, sempre os

aspectos negativos são justificados, em relação a um conjunto de outros fatores.

Em 2005, para o Programa Desenvolvimento da Educação Infantil, o Orçamento de 2005 aprovado pelo Congresso previu R\$16.629.600,00. Só foram executados, ao longo daquele exercício, R\$2.580.000,00, certamente como consequência das restrições fiscais, do contingenciamento e das metas do superávit primário.

Vou para outra esfera.

Para o Programa Desenvolvimento do Ensino Médio foram previstos na lei R\$300.692.927,00. Só foram executados R\$196.000.000,00.

Em 2006, para o Programa Educação na Primeira Infância, foram previstos R\$27.900.000,00. Só foram executados R\$1.700.000,00.

Para o Programa Desenvolvimento do Ensino Médio, foram previstos R\$ 107.000.000,00. Só foram executados R\$39.000.000,00.

Em 2007, para o Programa Desenvolvimento do Ensino Médio – dados de outubro do SIAFI – foram previstos R\$162.870.000,00. Só foram executados R\$21.547.000,00.

Para o Programa Educação na Primeira Infância, foram aprovados na lei orçamentária, com os créditos consequentes...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Deputado Paulo Rubem Santiago...

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** – Vou concluir, Sr. Presidente. São tão poucas as possibilidades de se discutir a política macroeconômica! Dos 12 meses do ano, não nos resta 1 mês; das 4 semanas do mês, não nos restam 3; dos 7 dias da semana, só nos resta 1. Então, peço tolerância a V.Exa..

Então, dos R\$132.000.000,00 previstos para o Programa Educação na Primeira Infância, só foram executados R\$261.000,00.

O que concluímos, em relação aos relatórios do Tesouro Nacional? Em 2002, o percentual de títulos cujo prazo de vencimento atingiria 12 meses – de agosto de 2002 a agosto de 2003 -, chegou a 250,41 bilhões; saltou, em 2003, para 393,23 bilhões; e chegou, em 2007, a 902,75 bilhões, nos 3 primeiros anos de vencimento desse estoque.

Concluo, repetindo o que disse ao Ministro Paulo Bernardo, que são reconhecidas as oscilações positivas em relação a um conjunto de variáveis, mas estamos insistindo no erro de submeter ao Tesouro Nacional o papel de uma incubadora de financiamento na acumulação do patrimônio privado. Está errado.

Vou dar um exemplo: qual é a expectativa de aplicação de recursos do PPA em todo o conjunto de ações do Governo Federal de 2008/2011? Estão dis-

ponível na página do Ministério do Planejamento: 396 bilhões. Imaginemos todo o PPA, de 2008 a 2011, com todos os investimentos e ações somando 396 bilhões. Só o principal do estoque de títulos da dívida pública imobiliária federal interna, no mercado, que vence de agosto de 2007 a agosto de 2008, chega a 405 bilhões, ou seja, muito além dos 4 anos do PPA.

E mais: todo o PAC da área de infra-estrutura e logística para 2008 tem assinalados 9,6 bilhões para 2008. Isso é 15 vezes menos do que se assinala no Orçamento apenas para serviço da dívida pública: 152 bilhões.

Concluo dizendo, portanto, que temos questões primárias, não do superávit e da gestão das contas, mas de natureza conceitual. Nós continuamos tratando o Tesouro Nacional, em primeiro lugar, como a fonte de financiamento da acumulação de quem já tem um excedente no País.

Não trato como dogma a gestão da dívida pública. Não tenho nenhum preconceito com banco, nem com cheque especial. Aliás, nem o cheque fuleiro eu uso mais, quanto mais o cheque especial. Nem um nem outro, até para seguir o conselho que o Presidente do Banco Central compartilha aqui de que não se deve cometer o caminho do pecado caindo na conta do cheque especial.

Mas esses números aqui têm diversos impactos. Vamos votar a Emenda n.º 29, da saúde. Só os serviços da dívida levam 11,45% dos recursos do Tesouro. Todos os gastos federais para 2008 – saúde, educação, ciência e tecnologia, Bolsa Família e outras despesas discricionárias – vão ter 122 bilhões. E o impacto disso, entre outras razões, está aqui: mapa da violência nos Municípios brasileiros. Os homicídios de jovens de 14 a 24 anos cresceram 30% a mais do que o crescimento vegetativo da população brasileira.

Esse é o impacto fiscal que temos que avaliar independente da presença do Presidente do Banco Central, da autoridade monetária. A avaliação deveria ser uma atitude do Congresso após a explanação do Presidente do Banco Central. Sai a equipe do Banco Central e fica o Congresso, legitimado pelo art. 1º, parágrafo único da Constituição Federal, para avaliar. Senão ficamos digerindo medidas de variáveis, e isso não é avaliação.

Então, queria expor essa preocupação, porque acho que estamos chegando em uma situação em que, mais uma vez, uma pequena parcela da população, que vive do excedente e aplica no endividamento do Estado, tem o Tesouro a seu favor, em desfavor da produção industrial, em desfavor do aumento da participação da população nas categorias econômicas mais favorecidas do nosso País.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – A Mesa esclarece que foi bastante tolerante com V.Exa., que usou 9 minutos, quando o tempo normal é 3. Como ninguém excedeu nada, deu um total de excesso de 6 minutos para o conjunto. Está razoável.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Coruja.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA** – Vou usar só 2 minutos para compensar, Sr. Presidente.

Saúdo a nossa Mesa e quero, de imediato, fazer algumas perguntas objetivas ao Presidente do Banco Central.

Quero saber do Presidente Meirelles: na opinião de V.Exa., se não for aprovada a CPMF, qual é o impacto na taxa de juros? Qual o impacto sobre a dívida pública, tendo em vista que está embutida também nos custos e títulos, e sobre os empregos no Brasil?

Apresentei um projeto para que os votos dos membros do COPOM sejam divulgados em público. Qual a opinião de V.Exa. sobre isso? Gostaria também de saber qual o motivo que levou à troca dos 3 membros do COPOM. O Presidente não ficou contente com a queda de juros da última sessão? Pretende ter mais controle sobre o COPOM? Pretende mudar a política de juros do País? Por que a troca?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) – Obrigado, Deputado, pela concisão.

Concedo a palavra ao último inscrito, o Deputado Antonio Palocci.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO PALOCCI** – Vou ser breve, Sr. Presidente. Eu queria cumprimentar o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles; o Dr. Mário Mesquita; o Dr. Alexandre Tombini; os diretores aqui presentes, Altamir, Silveira, e todos os da equipe que têm prestado excelentes serviços ao País.

Quero fazer 3 observações e 3 perguntas ao Presidente Henrique Meirelles. A primeira é a seguinte: depois de um período em que, no mundo, mudou um pouco a forma de movimentar mercadorias e de se financiar – os países emergentes financiaram países desenvolvidos durante um longo período, mudando um pouco a mão dos fluxos de capital – os grandes países emergentes começaram a instituir fundos soberanos. Esse é um fenômeno relativamente novo. Parece-me que Singapura tem uma experiência um pouco mais longa, mas fundos soberanos volumosos me parece que têm surgido mais recentemente com a decisão da China e de outros países.

Eu queria saber a sua opinião sobre os riscos que possam estar embutidos nessas iniciativas. Se V.Exa. tem alguma preocupação com essa questão ou não e se enxerga nos organismos multilaterais alguma preocupação sobre essa questão. Vimos na semana

passada o G7 um pouco nervoso com o assunto. Eu queria saber a opinião de V.Exa.

A segunda pergunta que quero lhe fazer é a seguinte: de forma muito positiva o crédito no Brasil está-se ampliando em termos de tamanho e tempo. Isso é muito bom, porque um dos grandes problemas do nosso crescimento era o tamanho diminuto do nosso crédito. E o crescimento da proporção do crédito em relação ao produto é muito salutar para o País. Mas em alguns casos o crescimento do tempo do crédito – e nem estou incluindo aqui imobiliário, que é normal que seja longo, mas alguns outros produtos de bens duráveis – está ganhando expansão. O Banco Central tem alguma preocupação sobre se os bancos têm olhado adequadamente o lado do passivo e do ativo desses créditos? Esses créditos de longo prazo estão assentados em depósitos de longo prazo também ou não? Em suma: o Banco Central está tranquilo com essa evolução? A fiscalização, as suas observações têm mostrado um bom equilíbrio ou o Banco Central tem alguma preocupação sobre isso?

E agora tenho aqui mais uma opinião do que uma pergunta, porque a resposta já foi dada, que é a questão que está sendo debatida aqui e em várias Comissões desta Casa, relativa as tarifas e os juros bancários. Penso que esse tema é importante e que tendemos a ir para o lado errado, que é o do controle de tarifas e de taxas de juros. Acho que esse é o lado errado. E digo isso porque nossa experiência no Brasil, por umas 17 vezes, já mostrou que controle de preços resulta em aumento de preço a longo prazo. Por quê? No caso de produtos, porque gera a falta deles, e no caso de serviços, pela questão dos tetos estabelecidos. Não sei se o Deputado João Leão está aqui, mas S.Exa. insiste em que o Banco Central coloque limites. Eu insisto em que o Banco Central não fale nisso, porque me parece que, se ele coloca um limite muito elástico, vai prejudicar fortemente o consumidor; se ele coloca um limite muito restrito, ele também vai prejudicar o consumidor, porque ele vai eliminar a concorrência dos pequenos e médios bancos, vai aumentar a concentração bancária e, portanto, vai reduzir a concorrência bancária e não aumentá-la.

Acho que o Brasil já nos ensinou e nesse aspecto temos a aprender com a nossa história. O Governo definir limites de preços historicamente provocou aumento de preços. Não vi nenhum exemplo, nem dentro nem fora do Brasil, em que o controle de preços exercido pelo Governo tenha reduzido o preço em médio prazo. Reduz, sim, num curtíssimo prazo, de forma maravilhosa, fantástica, impressionante. Mas no médio prazo sempre vem aumento de preços. Mas é muito interessante e importante o debate da concor-



rência bancária. E a minha pergunta me parece que já foi respondida pelo Presidente Meirelles, que é a respeito do Projeto de Lei nº 334. Minha pergunta é se o Banco Central tem uma posição definitiva sobre esse modelo que está aqui, porque ele já está no plenário para ser votado. Acho que é uma decisão importante a Câmara votar esse projeto que diz respeito à concorrência bancária. Ele muda um pouco o sistema atual, ele passa o principal do dia-a-dia da concorrência para o CADE e não mais para o Banco Central, que atua nos casos de risco sistêmico. Minha pergunta simples e direta é se o Banco Central está consolidado nessa posição e se o Governo, o Ministério da Fazenda, tem uma posição consolidada, definitiva, porque acho que já passou a hora de ter uma votação sobre esta questão, que mexe no ponto fundamental que é a concorrência bancária.

Muito obrigado, Sr. Presidente e meus cumprimentos à equipe do Banco Central aqui presente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Muito obrigado.

Com a palavra o Ministro Meirelles, para as respostas finais.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** – Obrigado, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, em relação à tréplica do Deputado Armando Monteiro...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Vai responder junto às réplicas e às 3 últimas arguições.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** – É isso ou não?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Correto, pode comentar as réplicas do Deputado Armando Monteiro, isso está incluso.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** – O.k. em relação à questão fiscal, portanto, Deputado, temos que trabalhar com uma hipótese. Entendo exatamente a sua preocupação, no sentido de que se houver um aumento de (*ininteligível*) e não houver sustentação do aumento da arrecadação, certamente teremos uma questão de comprometimento do superávit primário. A nossa hipótese de trabalho no Banco Central é que o superávit primário será mantido. Isso será cumprido e, portanto, essas contas vão se equilibrar, seja por uma mudança na trajetória, no ritmo de evolução das despesas, seja por uma manutenção da trajetória da arrecadação tributária.

Em resumo, o Banco Central tem de trabalhar com a hipótese de trabalho e é essa a nossa hipótese de trabalho. O superávit primário será mantido, mas a sociedade tem de discutir esse tipo de coisa. Se olharmos outros países, como Alemanha, e os países asiáticos, veremos que essa é uma discussão da maior impor-

tância. É a política econômica na verdadeira acepção do termo, ou seja, como a sociedade quer alocar seus recursos, em última análise.

Em relação ao que disse o Deputado João Leão, de fato S.Exa. coloca com muita ênfase o fato de que deve haver um limite. O Deputado Palocci disse com muita clareza que não deve haver limite.

A pergunta, portanto, é dirigida ao Banco Central e eu diria que, independente de qualquer coisa, o Banco Central do Brasil não tem poder normativo. Portanto, não compete a ele fixar normas legais. Ele emite circulares com as quais regulamenta resoluções do Conselho Monetário Nacional ou leis emanadas do Congresso.

Cabe perfeitamente a esta Casa essa discussão sobre a tentativa de um tabelamento de juros – e a outros órgãos normativos. Essa é a resposta objetiva.

A experiência mundial diz sim, e demonstra isso, que a competição é a melhor maneira de conseguirmos taxas mais baixas. De fato, experiências de tabelamento de preços de mercadorias e, entre elas, juros, têm mostrado que isso gera, em última análise, aumento de preços, diminuição de eficiência e falta de disponibilidade de produtos. Mas, de qualquer maneira, é importante mencionar que os Congressistas têm todo o direito e a prerrogativa de discutir o assunto e propor qualquer tipo de decisão que julguem adequada.

Acho que há um trabalho grande, de novo, repito. Estamos fazendo e vamos continuar a fazer, para aumentar a competição, a transparência e a capacidade de negociação por parte dos clientes, visando a que os juros possam ser a cada dia mais baixos no Brasil, assim como as tarifas.

Em relação à pergunta do Deputado Paulo Rubem Santiago sobre a literatura que justifique o papel do Tesouro Nacional de financiar a dívida pública, em última análise, se entendi bem, a questão é saber se o Tesouro deve pagar a dívida, suas obrigações, ou direcionar os recursos para outros tipos de gastos correntes.

É uma discussão clássica. Todo devedor que um dia tomou um empréstimo questiona se deve pagar e, certamente, o Poder Público historicamente questiona isso. O Brasil já deu vários calotes, como veremos se olharmos nossa história, desde 1822. Várias vezes, o Brasil concluiu que não era boa idéia pagar a dívida pública. Até que equacionou a situação. Mas sempre achou boa idéia de tomar emprestado.

Mas a experiência não foi boa. Tivemos em passado recente no Brasil o episódio da insolvência de 1982, a moratória de 1987, o congelamento dos cruzados, cruzeiros. Congelou-se nossa moeda em 1990, todas as dívidas ficaram prorrogadas por 30 meses.

E os resultados não foram exatamente aqueles que a sociedade brasileira desejou. A década de 80 foi a chamada década perdida para o Brasil, porque o crescimento foi baixo etc.

Existe ampla literatura no mundo demonstrando evidências de que, quando o setor público não cumpre suas obrigações, os resultados são negativos, porque desorganiza a sociedade. Quem recebe o calote não são só os bancos, mas vastas parcelas dos trabalhadores, fundos de pensão, por exemplo, FGTS, fundos de pensão privados, toda a poupança nacional. A experiência mostra que isso representa impacto muito grande na sociedade, como mostrou o famoso Plano Collor. Portanto, hoje existe uma vastíssima literatura sobre o assunto. A última delas, publicada recentemente, é o livro de Alan Greenspan, que fala claramente, descreve os efeitos, inclusive no Brasil, do problema de inadiplência.

De modo que temos que trabalhar para que a taxa de juros seja a menor possível, os prêmios de risco sejam os menores possíveis. É importante a manutenção do superávit exatamente para que a dívida pública seja cadente; exatamente para que a carga de juros possa continuar caindo como percentual da dívida; exatamente para que o déficit nominal continue a cair; exatamente para que o País, os setores público e privado tenham maior capacidade de investimento. Isso sim, é absolutamente fundamental.

Agora, a pergunta do Deputado Fernando Coruja sobre o impacto da não-aprovação da CPMF.

Se o setor público deixar de ter uma fonte importante de receita, certamente isso causará impactos na despesa. É uma conta matemática da maior simplicidade. Eliminamos uma fonte importante de receita, teremos de eliminar uma fonte importante de despesas ou usos. Eliminando fontes, vamos eliminar usos, portanto, eliminar despesas importantes. Evidentemente, isso acarreta impactos grandes para a sociedade. Não podemos é nos iludir de que eliminando receita podemos continuar com despesas. Aí vamos cair exatamente naquilo que estávamos vendo, que é déficit, dívida crescente etc. Portanto, não há dúvida de que é importante a provação da matéria.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA** – A pergunta não foi sobre isso, Sr. Presidente.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** – Pois não.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA** – É sobre os juros, sobre a dívida pública e sobre os empregos.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** – Entendi sua pergunta, Deputado, mas talvez tenha pulado e ido um pouco à frente. Voltemos um pouco.

Evidentemente, vai depender de toda uma série de outros fatores. Foi isso que disse. Por exemplo, tira-se uma fonte de receitas. O que se faz com as despesas? Essa é a pergunta. Portanto, se a eliminação de um determinado tributo levar, por exemplo, a uma eliminação – vou usar o exemplo do superávit primário – a uma diminuição etc. isso vai significar que a dívida pública vai continuar a crescer e que os juros vão aumentar a longo prazo.

Não há impactos diretos: faz isso, acontece aquilo etc., porque depende de todo um conjunto de coisas dentro da sociedade. É esse o papel, inclusive, do Congresso Nacional, que está discutindo de forma abrangente, intensa.

Do ponto de vista do Banco Central, o que mencionei foi que o superávit primário precisa ser garantido para que a relação dívida pública continue a cair; para que não haja necessidade de subir os juros na frente; e entre outras coisas, para que continuem a cair os juros reais da economia a longo prazo; para que no comércio exista mais dinheiro, recursos disponíveis para investimentos do setor público e do setor privado.

Em relação ao voto do COPOM ser divulgado, não é metodologia usada na maioria dos bancos centrais. Por quê? Porque o voto no COPOM não é algo como se fosse um julgamento em um processo judicial, onde um juiz faz um pronunciamento baseado em todo um estudo; ele já entra com a opinião mais ou menos formada. Ou não, ou pode mudar.

No COPOM é feita uma discussão durante várias horas, entre vários técnicos, que debatem toda uma série de dados. Não é que exista um voto predeterminado, ou seja, cada diretor chega ao COPOM com o voto pronto, antes da reunião. Não. Inclusive, é aconselhado a não fazer isso. Ao contrário, são 2 dias de reunião em que os diretores recebem apresentações de todos os dados da economia – macroeconômicos, microeconômicos. Depois, temos uma sessão de economia internacional, depois uma de mercados e, em seguida, vemos as projeções dos modelos macroeconômicos usados pelo Banco Central. A partir daí, sim, existe a formulação das opiniões de forma direta. Concluída a reunião, o COPOM divulga a sua opinião através da ata – divulgada com muito cuidado porque no regime de metas de inflação é muito importante que as mensagens para o mercado sejam muito claras. Qual é a dificuldade desse processo? É que diversos dados poderiam ser mudados durante a reunião. Terminada a reunião, cada diretor teria que aí, sim, de redigir o seu voto, porque o voto muda durante a reunião. Então, teríamos, quem sabe, 8 atas diferentes. Não é exatamente o sistema consagrado hoje.

Houve uma grande discussão no FED sobre a divulgação de gravação depois de não sei quantos anos. Quem leu o livro de Alan Greenspan nota que aquilo foi objeto de um acidente. Inclusive, ele próprio foi contra isso, mas não tinha jeito, porque uma questão anterior tinham feito, por um problema de facilidade operacional, uma gravação, coisa que na maior parte dos bancos centrais não existe e no COPOM também não. Não existe esse fenômeno de cada diretor redigir a sua ata e publicar 8 atas, depois de uma semana. Não seria o mais eficiente.

O motivo da troca de diretores é muito simples, Deputado. São 2 diretores, na realidade, que saíram. Um deles, o Deputado – desculpe, estou elogiando o Paulo Cavalheiro, chamando-o de Deputado -, o diretor Paulo Cavalheiro, que tem 31 anos de serviços prestados ao Banco Central do Brasil. É um funcionário de carreira. Tem quase 5 anos como diretor. Ele concluiu que sua missão estava completada no Banco Central – fez um grande trabalho na área de fiscalização -, que era o momento de cumprir sua quarentena e depois buscar outras oportunidades profissionais. É absolutamente legítimo, absolutamente justo. Já houve várias mudanças no Banco Central, mais ou menos nessa linha. É uma mudança rotineira, que faz parte da evolução da carreira profissional de cada um.

O outro diretor é Paulo Vieira da Cunha, em situação diferente. Paulo Vieira da Cunha é um profissional brasileiro também de alto calibre, teve carreira no exterior, na maior parte da vida. Morava no exterior, esteve no Banco Mundial, em instituições privadas, em universidades. Quando o convidei para o Banco Central, ele estava dando aula na Universidade de Columbia, em Nova Iorque. Veio para o Brasil a nosso convite, aprovado pelo Senado, depois de indicado pelo Presidente da República. Está longe da família há quase 2 anos. A mulher e os filhos moram no exterior. E ele concluiu, depois desse tempo, que já havia cumprido sua missão e era o momento de voltar ao convívio familiar. Não é um período de duração inusitado ou muito diferente de período de outros profissionais que estiveram nessa área nos últimos anos. O período é mais ou menos compatível. No caso de Paulo Cavalheiro é até muito superior, quase 5 anos na Diretoria, 31 anos na carreira de fiscalização, número bastante elevado.

Quanto aos 3 profissionais que estão entrando, são técnicos de grande mérito profissional e acadêmico, todos profissionais de carreira do Banco Central, com trabalhos divulgados na área. Em resumo, profissionais que são inquestionáveis. Isso ficará, espero, bem

demonstrado na sabatina da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Em resumo, é um movimento técnico, rotineiro, que deixa todos muito confortáveis. Inclusive, tive a satisfação de ver ontem a manifestação do Sindicato dos Funcionários do Banco Central demonstrando sua grande satisfação pela nomeação de funcionários de carreira.

Em relação às perguntas do Deputado Antonio Palocci, no que se refere ao fundo soberano, existem hoje diversos tipos de fundo soberano.

Há o fundo chinês, que tem por finalidade o investimento estratégico. Ou seja, a China está investindo muito, por exemplo, para assegurar fontes de matéria-prima, minerais, petróleo, energia etc., principalmente na África e em outros países. Existe a preocupação também, como o Deputado mencionou, do G7, de que possa haver um movimento de tomada de controle. Grande companhias ocidentais. Mas esse é um movimento chinês.

O caso do Chile e da Rússia. O caso do Chile é algo completamente diferente. O Chile tem um fundo soberano que visa aproveitar o alto preço do cobre para gerar um saldo nominal. O saldo nominal do Chile, ano passado, no setor público, foi de 7%. Eles tomam o saldo nominal e constituem uma reserva no exterior. A finalidade dessa reserva é um funcionamento contracíclico. Ou seja, no momento em que o preço do cobre cair, e o país tiver alguma dificuldade, ele será usado como fonte de recurso do Governo, no momento do ciclo desfavorável da economia. Então, é uma finalidade específica.

O fundo russo, algo similar ao petróleo, tem finalidades, *grossa modo*, similares ao do chileno, com regras um pouco diferentes.

Existem outros fundos, como o dos Emirados, do Qatar etc., alguns até bem antigos, chamados fundos soberanos de riquezas, fundos para as gerações futuras. Esse já é outro aspecto, refere-se a países que têm muita receita de petróleo, não têm como usar isso a curto prazo, preocupam-se com décadas, gerações à frente – se o país ficar completamente dependente apenas da receita presente do petróleo – e criam o fundo para usufruto das gerações futuras daquele país e aplicam de forma diversificada nos mercados etc.

Em resumo, cada país tem razões diferentes para o fundo soberano. No caso do Brasil, isso ainda não está definido. Por quê? Houve a idéia da criação de um fundo soberano e houve a opção de divulgação disso para se evitar rumores, boatos etc. Só agora as equipes técnicas estão trabalhando. Agora, já há algumas definições muito importantes, uma delas é que isso não será parte das reservas administradas

pelo Banco Central do Brasil, que tem regras internacionais, determinadas pela Lei nº 4.595. Não haverá nenhum tipo de interação. As reservas internacionais do País continuam e continuarão sendo administradas pelo Banco Central.

O fundo soberano terá uma administração diferente, uma regra de governança própria, estruturas de captação diferenciadas etc. Existem algumas definições muito preliminares que deverão ser em papéis financeiros etc., mas que é ainda preliminar e ainda não está definido.

Em relação à questão do crédito ampliado, é uma boa pergunta também. O tempo disso está crescendo de fato. Eu posso lhe adiantar, Deputado, que o prazo médio hoje da carteira de créditos dos bancos brasileiros é de 339 dias; veículos, 575 dias; crédito pessoal, um pouco maior: 444. No caso do crédito total e mesmo nos créditos novos, esse prazo ainda está compatível com os prazos possíveis de captação do Sistema Financeiro Brasileiro. Ainda estamos longe daquilo que está acontecendo nos Estados Unidos. A preocupação do Deputado deve estar fundamentada na crise americana atual, que foi exatamente esse problema. Mas o que houve lá? Eles emitiram títulos do mercado imobiliário de 30 anos, 20 anos, títulos de créditos muito arriscados, botaram esses créditos em companhias de propósito específicos e estas emitiram *commercial papers* com prazo curto, 1, 2 ano. Então, no momento em que houve aperto de liquidez, ocorreu claramente o problema. No Brasil não, porque estão nos próprios bancos, que têm muito mais fontes de liquidez do que essas companhias de propósito específico, acesso a uma série de outras formas de depósitos à vista, prazos etc.

Mas o Deputado tem razão, isso é algo que certamente a área de fiscalização do Banco Central está e estará monitorando nos próximos anos, para se assegurar que ativos e passivos estejam compatíveis.

Em relação à observação sobre controle de preços, já respondi. Sobre o Projeto nº 344, digo que sim, Deputado, a posição do Banco Central é consolidada. Este projeto representa de fato do nosso ponto de vista, a posição do Governo a respeito.

Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Agradeço ao Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, o comparecimento e a todos os outros técnicos e dirigentes do Banco Central, às Sras. e aos Srs. Deputados.

Declaro encerrada a presente reunião.

**Ata da Terceira Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada para 30 de outubro de 2007.**

Às quinze horas do dia trinta do mês de outubro do ano de dois mil e sete, foi convocada a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 31. Foi registrado o comparecimento dos membros:

– **Deputados titulares:** Claudio Cajado, Daniel Almeida, Edinho Bez, Eduardo Sciarra, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Humberto Souto, José Pimentel, Márcio Reinaldo Moreira, Nelson Meurer, Paulo Pimenta, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Regis de Oliveira, Vanderlei Macris e Vignatti;

– **Senadores titulares:** Augusto Botelho, José Maranhão e Sérgio Zambiasi; – **Deputados suplentes:** Alex Canziani, Asdrúbal Bentes, Carlos Alberto Leréia, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Geraldo Resende, João Magalhães, Lael Varella, Luiz Carreira, Pedro Chaves e Zé Geraldo. Não houve registro de Senadores suplentes. Foi registrada a ausência dos membros titulares:

– **Deputados:** Eduardo Gomes, Giacobbo, Ivan Valente, Manoel Junior, Mussa Demes, Paulo Rubem Santiago, Rafael Guerra, Roberto Rocha, Rose de Freitas, Walter Pinheiro, Wellington Roberto e Zé Gerardo; – **Senadores:** Antônio Carlos Valadares, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Efraim Moraes, Jayme Campos, João Ribeiro, Leomar Quintanilha e Sérgio Guerra.

**ABERTURA:** havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou iniciados os trabalhos. **ENCERRAMENTO:** tendo em vista a falta de *quorum* para deliberação na representação do Senado Federal, às quinze horas e um minuto, o Presidente encerrou os trabalhos. Antes, informou da realização de reunião ordinária no dia seguinte, trinta e um de outubro, às quatorze horas e trinta minutos, no plenário 1 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador José Maranhão. Presidente.**

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Maranhão) – Havendo número regimental para a abertura dos trabalhos, declaro iniciada a 3ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 31/2007.



Não há número para deliberação na representação do Senado Federal.

Antes de encerrar esta reunião, informo que está convocada reunião ordinária para amanhã, dia 31 de outubro, quarta-feira, às 14h30min.

A reunião está encerrada.

**Ata da Vigésima Quinta Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada para 31 de outubro de 2007.**

Às quinze horas e seis minutos do dia trinta e um do mês de outubro do ano de dois mil e sete, foi convocada a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 32. Foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Claudio Cajado, Daniel Almeida, Edinho Bez, Eduardo Sciarra, Fábio Ramalho, Giacobbo, José Pimentel, Manoel Junior, Márcio Reinaldo Moreira, Nelson Meurer, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Regis de Oliveira, Vanderlei Macris, Vignatti, Walter Pinheiro; – **Senadores titulares:** Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, José Maranhão e Sérgio Zambiasi; – **Deputados suplentes:** Alex Canziani, Devanir Ribeiro, Duarte Nogueira, Eduardo Valverde, Fernando Ferro, Geraldo Resende, João Carlos Baccelar, Lael Varella, Luiz Carreira, Miguel Corrêa Jr., Pedro Chaves e Ricardo Barros – **Senadores suplentes:** Francisco Dornelles e Sibá Machado. Registrou-se o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, os Deputados Gilmar Machado e Maria Lúcia Cardoso. Foi registrada a ausência dos membros titulares: – **Deputados:** Eduardo Gomes, Eunício Oliveira, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Humberto Souto, Ivan Valente, Mussa Demes, Paulo Pimenta, Rafael Guerra, Roberto Rocha, Rose de Freitas, Wellington Roberto e Zé Gerardo; – **Senadores:** Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Efraim Morais, Jayme Campos, João Ribeiro, Leomar Quintanilha e Sérgio Guerra. **ABERTURA:** havendo número regimental conforme estabelecido no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente declarou iniciados os trabalhos. Em seguida, o Deputado Vanderlei Macris apresentou Questão de Ordem solicitando o encerramento da reunião, tendo em vista que às quinze horas não havia *quorum* para deliberação na representação do Senado Federal, de acordo com o art. 29 § 1º do Regimento Comum. O Deputado Gilmar Machado solicitou ao Deputado Vanderlei Macris que houvesse acordo para votação do Relatório Preliminar ao Projeto de Lei Orçamentária para 2008. Em segui-

da, o Deputado Ricardo Barros teceu comentários a respeito da importância da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional, no processo orçamentário. **ENCERRAMENTO:** O Presidente acatou a Questão de Ordem e convocou reunião extraordinária para o dia seguinte, às quinze horas e trinta minutos, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador José Maranhão. Presidente.**

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Declaro abertos os trabalhos da vigésima quinta reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Há número regimental para abertura dos trabalhos.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, às 13 horas, este Deputado constatou a ausência de *quorum*, por parte dos Senadores, necessário para a continuidade desta sessão. Sendo assim, peço a V.Exa., com base no Regimento, que declare encerrada a reunião.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra V.Exa., pela ordem.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr. Presidente, quero fazer um apelo ao Deputado Vanderlei Macris. Com o Relator, Deputado José Pimentel, chegamos a um bom entendimento sobre a construção do relatório preliminar do Orçamento. Estamos numa fase importante, e, para abrirmos o prazo para começar a apresentar as emendas, precisamos votar o relatório preliminar.

Apelo a V.Exa., Deputado Vanderlei Macris – sei do cuidado que está tendo, sei que tem razão no que está dizendo – e aos companheiros do DEM no sentido de que possamos construir um entendimento no dia de hoje, já que o Relator, Deputado José Pimentel, conversou com todos os partidos, todas as bancadas. Estamos tentando chegar a um entendimento para votarmos o melhor relatório preliminar possível, a fim de cumprirmos o nosso papel de votar o Orçamento dentro do prazo.

Entendo a ponderação de V.Exa., mas apelo mais uma vez ao seu espírito de compreensão, ao seu espírito público, no sentido de que nos ajude nessa construção, para que possamos ainda hoje votar o relatório preliminar do Orçamento e assim abrir o prazo para a apresentação das nossas emendas, tanto as individuais, quanto as de bancada, já que o relatório foi fruto de entendimento, da busca de acordo com a Oposição e também com o Governo.

Esse é o apelo que faço.

Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Sr. Deputado Ricardo Barros.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, gostaria de fazer alguns esclarecimentos no que diz respeito à Resolução nº 1, de 2006. Percebo sempre uma movimentação, a mesma daqueles que resistiam à aprovação da resolução, só que agora eles estão pretendendo alterá-la.

Quero fazer justiça ao nosso Presidente José Maranhão, que tem mantido sempre a linha clara de que é a resolução, a regra que está em vigor e deve ser cumprida, sem prejuízo de idéias divergentes, até porque a resolução foi aprovada com mais de 800 emendas apresentadas e mais de 240 emendas aprovadas de diversos Parlamentares. A resolução só vem ajudar no sentido de dar mais transparência e permitir a participação de todos os Parlamentares e da sociedade no Orçamento. Cada Parlamentar poderá participar, mesmo não sendo membro da Comissão de Orçamento, por intermédio de sua bancada federal. As bancadas têm 25% dos recursos da reavaliação da receita para poder alocar, são recursos de remanejamento por meio das Comissões. Todas as Comissões terão de dar parecer de remanejamento em cada verba de cada Ministério, terão de dar parecer também as bancadas estaduais, nas verbas destinadas a cada Estado, de modo que todos os Parlamentares da Casa participem do Orçamento.

Portanto, fico à disposição dos companheiros para qualquer esclarecimento. Acho até, Presidente, que seria adequado fazermos um debate sobre a resolução, num determinado momento, porque de fato há questões que precisam ser resolvidas, na medida em que foram criadas novas Comissões e também a Secretaria dos Portos. E isso não estava previsto, porque não havia na votação da resolução. Mas não nas questões de princípio, em que temos trabalhado de maneira determinada para dar transparência ao Orçamento. As emendas coletivas e de bancada têm de ter interesse estadual, do conjunto do Estado, precisam

ser obras estruturantes. Por isso que não podem mais fazer as emendas rachadinhas.

Há uma série de questões que poderemos debater. Gostaria que esse debate fosse feito amplamente aqui, e não por um pequeno grupo que quer fazer alteração na resolução de forma unilateral, porque não vai conseguir. Levei 3 anos para aprovar alteração nessa resolução. Teve de ser aprovada na Mesa da Câmara dos Deputados e depois na Mesa do Senado Federal. O processo de alteração é muito complexo.

Fico à disposição dos companheiros para que possamos, com bastante clareza, discutir possíveis alterações. Ficaremos à disposição eu e o Deputado José Carlos Aleluia, que foi o Relator desta resolução no plenário e fez alterações significativas, entre elas o rodízio total dos membros da Comissão. Foi algo incluído pelo Relator José Carlos Aleluia, assim como a redução do número de membros da Comissão. Já o final das rachadinhas é da nossa intenção e de outros Parlamentares. Gostaríamos que esse debate pudesse prosperar enquanto aguardamos o *quorum* para continuarmos a aprovação das matérias.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)  
– Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, peço a palavra para poder explicar um pouco quais são as razões dessa minha questão de ordem, em que solicito a V.Exa. que dê por encerrados os nossos trabalhos, em virtude da ausência de *quorum*. O Deputado Gilmar fez um apelo, eu gostaria de agradecer muito a S.Exa., no sentido de que relevesmos a questão.

Quero explicar apenas qual é a posição do PSDB. No final do ano passado, quando estávamos votando a Lei de Diretrizes Orçamentárias, naquele momento de euforia da Comissão, já no final de uma reunião, quando os Deputados já não estavam presentes na sala, houve a votação do PLN nº 3, por meio de um substitutivo. O PLN nº 3 originalmente falava apenas de programações para recursos do Poder Judiciário, e o Relator, num substitutivo, acrescentou um plano de ações do PPI, com o qual nós, do PSDB, não concordamos.

Levantei uma questão de ordem, Sr. Presidente, na primeira reunião. No dia 8 de agosto, na primeira reunião desta Comissão, este Deputado, em nome da bancada do PSDB, levantou uma questão de ordem, apresentando as mesmas questões e pedindo que tivéssemos um tratamento diferente daquela decisão tomada no último momento daquela reunião do primeiro

semestre, na votação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Ocorre, Sr. Presidente, que venho apresentando questões de ordem, não só esta do dia 8, mas 2 outras seguidas, porque o PSDB não concorda com um ponto. Quando for para o Congresso Nacional deliberar a respeito desses projetos de leis, apresentaremos um pedido de destaque a esse plano de ações do PPI, que veio de carona em um projeto de lei de aplicação de recursos do Poder Judiciário.

Essa a questão. A base do Governo deveria ter procurado o PSDB para discutir essa proposta, que é simples: é só um acordo no sentido de que retiremos esse plano de ações do PPI desse PLN, que originalmente destinava recursos para o Poder Judiciário, e que o Governo remeta um novo PLN ao Congresso Nacional, a fim de que este Parlamento mantenha suas atribuições de fiscalização, de conhecimento e, mais do que isso, de entendimento desse plano de metas estabelecido no PPI. Com certeza, consideraremos nossa questão de ordem satisfeita. Ocorre que ninguém dá bola para essa questão, ninguém leva em conta as questões apresentadas pelo PSDB.

Sr. Presidente, inclusive, teremos dificuldades no plenário Senado quando apresentarmos um destaque e pedirmos verificação de votação desse destaque, a fim de retirar do PLN esse plano de ações do PPI. Essa é uma questão de fundo.

Não estou pedindo verificação de *quorum* apenas porque tomei a decisão pessoal de fazê-lo. Não é isso. Trata-se de uma questão política, e o Governo não dá bola, o Governo não conversa, o Governo nem sequer leva em conta essas questões de ordem que levantamos nesta Comissão de Orçamento. Isso é para chamar a atenção da Comissão ou do próprio Governo no sentido de que possamos chegar a um entendimento.

Nobre Deputado que me fez o apelo, respeito seu pedido, mas mantenho meu pedido de verificação de *quorum*. E espero que a partir de hoje o Governo preste atenção e procure a bancada do PSDB para resolvermos essa questão de fundo. Não aceitamos que um plano de ações do PPI entre de carona em um projeto de recursos do Poder Judiciário.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Deputado Vanderlei Macris, V.Exa. me permite um aparte?

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Pois não, Deputado Gilmar Machado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Informo aos presentes que, mantido o pedido de encerramento da reunião formulado pelo Deputado

Vanderlei Macris, que é regimental, não temos como continuar realizando a reunião.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr. Presidente, o Deputado levantou uma questão, e gostaria de responder. Acho que podemos fazer esse entendimento aqui.

O Deputado Vanderlei Macris apresenta a questão do PLN nº 3.

A sessão do Congresso, na próxima terça-feira, será presidida pelo Deputado Narcio Rodrigues, do PSDB, 1º Vice-Presidente da Casa e agora o Presidente da Congresso.

Quanto à colocação ou não do PLN nº 3 em pauta, discutiremos com o Presidente do Congresso, Deputado Narcio Rodrigues. Estamos abertos a um entendimento sobre a votação desse PLN – como V.Exa. está dizendo – na sessão de terça-feira, que será presidida por um Deputado do PSDB, hoje Presidente do Congresso Nacional, Deputado Narcio Rodrigues. Se o problema é esse, podemos resolvê-lo dessa forma. Logicamente que a Liderança do PSDB e V.Exa. estarão presentes nesse entendimento, para resolvermos essa questão, já que quem está convocando reunião do Congresso e tem poder de colocar e retirar matéria é o Deputado Narcio Rodrigues. Estamos abertos a essa negociação.

Por isso apelo a V.Exa. no sentido de que possamos darmos sequência, já que nos comprometemos a equacionar o problema levantado por V.Exa.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Deputado Gilmar Machado, agradeço a V.Exa., mas manterei minha posição.

Acho que esta Comissão está sujeita a uma convocação extraordinária, se for o caso. Sairemos daqui prontos para debater, discutir a proposta de parecer preliminar do Orçamento e o PPA. Enfim, estamos abertos a discutir tudo. Se for o caso, Deputado, nós, da bancada do PSDB, vamos conversar com meu Líder para chegarmos a um entendimento e convocarmos reunião para amanhã, terça-feira. Não temos nenhuma dificuldade em relação a isso.

Agora, precisamos entender que esta Casa é uma casa política, de negociação. Existem demandas dos partidos políticos, a base do Governo está absolutamente majoritária, e a única hora que nós, da Oposição, temos para poder discutir e debater questões de interesse da bancada é nessas horas.

Portanto, peço a compreensão de V.Exas. Vou manter minha decisão, Sr. Presidente. Eu e o restante da Liderança do PSDB estamos abertos a entendimentos.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Pela ordem, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Por uma questão de cortesia e de interpretação elástica do Regimento, estamos mantendo a reunião, mas, na verdade, como o Deputado Macris mantém o pedido de encerramento da sessão, não tenho como continuar. Evidentemente S.Exa. utilizou dispositivo do Regimento que manda que, uma vez exauridos os 30 minutos de prorrogação, e nós começamos esta reunião efetivamente às 15h06, S.Exa. está inteiramente respaldado no fator tempo e no Regimento para pedir o encerramento da sessão. De forma que....

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Questão de ordem, Sr. Presidente.

Apenas uma consulta ao Deputado Vanderlei Macris.

Deputado Vanderlei Macris, V.Exa. concorda com a convocação de uma sessão para amanhã, às 10h?

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que mantenha a decisão. Estou aberto, Deputado. O Regimento fala em 24 horas, mas estamos abertos a discutir a partir de uma negociação e de um entendimento que o Governo abra com a Oposição para discutir essa questão específica do PLN nº 3. Este é o fato.

Mantenho minha posição e peço a compreensão dos Deputados para esta questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Enquanto estamos reunidos aqui, convoco outra reunião extraordinária para amanhã, às 15h30min.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Sr. Presidente, antes de V.Exa. encerrar esta reunião, tenho algo a dizer em relação à proposta feita pelo Deputado Vanderlei Macris. V.Exa. me permite, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Está encerrada a presente reunião.

### **Primeira Sessão Legislativa Ordinária Quinquagésima Terceira Legislatura**

#### **TERMO DE REUNIÃO Nº 3, DE 2007**

Deixou de ser realizada, em virtude da inexistência de número regimental para abertura dos trabalhos, a Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada para ter início às quatorze horas e trinta minutos do dia seis de novembro do ano de dois mil e sete, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, conforme disposto no *caput do art. 134, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*. Foi registrada presença dos membros: – **Deputados titulares:** Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Humberto Souto, José Pimentel, Nelson Meurer, Pedro Fernandes, Pedro Novais e Vanderlei Macris; **Senadores titulares:** João Ribeiro

e Sérgio Zambiasi; **Deputados Suplentes:** Alex Canziani, Geraldo Resende, Luiz Carreira, Ricardo Barros e Zé Geraldo. Foi registrada a ausência dos membros:

– **Deputados titulares:** Claudio Cajado, Daniel Almeida, Edinho Bez, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Giacobbo, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Ivan Valente, Manoel Junior, Márcio Reinaldo Moreira, Mussa Demes, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Rafael Guerra, Regis de Oliveira, Roberto Rocha, Rose de Freitas, Vignatti, Walter Pinheiro, Wellington Roberto e Zé Gerardo; – **Senadores Titulares:** Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Efraim Moraes, Jayme Campos, José Maranhão, Leomar Quintanilha e Sérgio Guerra. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei o presente Termo, que será encaminhado para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais)

– (*Início não gravado.*) ... conseqüentemente para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Nestas condições, não pode ocorrer a reunião marcada para as 10h.

Informo, ainda, que hoje serão realizadas as seguintes reuniões: às 15h, reunião de audiência pública, com o Secretário do Tesouro Nacional; às 16h30min, reunião extraordinária, com a mesma pauta da reunião marcada para as 10h.

Está encerrada a reunião.

**Ata da Quarta Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 6 de novembro de 2007.**

Às dezesseis horas e cinquenta e seis minutos do dia seis do mês de novembro do ano de dois mil e sete, foi convocada a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes das Pautas nºs 31, 32 e 33. Foi registrado o comparecimento dos membros:

– **Deputados titulares:** Claudio Cajado, Daniel Almeida, Eduardo Sciarra, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Humberto Souto, José Pimentel, Manoel Junior, Márcio Reinaldo Moreira, Nelson Meurer, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Regis de Oliveira, Roberto Rocha, Rose de Freitas, Vanderlei Macris, Vignatti, Walter Pinheiro, Wellington Roberto e Zé Gerardo; – **Senadores titulares:** Antônio Carlos Valadares, Efraim Moraes, Jayme Campos, José Maranhão, Leomar Quintanilha e Sérgio Zambiasi; – **Deputados suplentes:** Alex Canziani, Carlos Alberto Leréia, Carlos Eduardo Cadoca, Darcísio Perondi, De-



vanir Ribeiro, Duarte Nogueira, Eduardo Valverde, Geraldo Resende, Gorete Pereira, João Leão, João Magalhães, Marcelo Castro, Marcelo Ortiz, Marcos Medrado, Miguel Corrêa Jr., Pedro Chaves e Ricardo Barros; – **Senadores suplentes:** Francisco Dornelles, Jonas Pinheiro, Wellington Salgado de Oliveira. Registrou-se a presença do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Gilmar Machado. Foi registrada a ausência dos membros titulares: – **Deputados:** Edinho Bez, Eduardo Gomes, Giacobbo, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Ivan Valente, Mussa Demes e Paulo Pimenta; – **Senadores:** Augusto Botelho, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, João Ribeiro e Sérgio Guerra. **ABERTURA:** havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou iniciados os trabalhos. O Deputado Vanderlei Macris solicitou que o Projeto de Lei nº 03/2007-CN não fosse apreciado na Sessão do Congresso Nacional convocada para o dia sete de novembro, conforme entendimento com o Deputado Walter Pinheiro que, em seguida, confirmou o acordo. Às dezessete horas e quatro minutos, o Presidente suspendeu a reunião, em virtude do início da Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Antes, convocou a continuação para o mesmo dia, às vinte horas. Às vinte horas e vinte e seis minutos, o Presidente reabriu os trabalhos. Em virtude da continuação da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, o Presidente suspendeu a reunião e convocou sua continuação para as vinte e uma horas e trinta minutos. Às vinte e uma horas e vinte e sete minutos da mesma data, o Presidente reabriu a reunião. **EXPEDIENTE:** Conforme solicitação do Deputado Regis de Oliveira apresentada na 11ª Reunião Ordinária, realizada em 27/6/2007, o Presidente colocou em votação a dispensa da leitura dos expedientes, que foi **aprovada** por unanimidade. Determinou ao Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião e à Secretaria da Comissão que enviasse aos membros e às Lideranças Partidárias através do correio eletrônico. **ORDEM DO DIA:** os Deputados Walter Pinheiro, Ricardo Barros e Eduardo Sciarra apresentaram Requerimentos de inclusão na pauta para apreciação dos Relatórios apresentados aos Projetos de Lei nºs 36, 54 e 56/2007-CN, respectivamente. Não houve debate. Em votação, os Requerimentos foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. PAUTA Nº 31. **01 – Relatório Preliminar apresentado com emendas e Erratas 1 e 2**, sobre o Projeto de Lei nº 30/2007-CN, que “Estima a receita e fixa

a despesa da União para o exercício financeiro de 2008”. Foram apresentadas 225 emendas. Relator: Deputado José Pimentel. Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar nos termos apresentados, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente. Foi apresentado Adendo ao Relatório. Relator apresentou resumo do Relatório. A seguir, o Presidente declarou *inadmitidas* as seguintes emendas sugeridas pelo Relator-Geral: 2, 8 a 14, 19, 29, 32, a 34, 38, 43, 46, 49, 50, 51, 52, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 69, 74, 77, 81, 85, 86, 87, 88, 94, 95, 96, 98, 99, 107, 108, 112, 113, 117, 119, 120 a 126, 130, 131, 133, 140, 153, 154, 156, 157, 161, 162, 167, 172, 187 a 189, 191 a 193, 200, 204, 208, 211, 213, 216, 217, 220 e 223. Os debates e o prazo para apresentação de destaques foram iniciados. Discutiram a matéria os Deputados Pedro Novais, Walter Pinheiro, Claudio Cajado, Eduardo Valverde, Paulo Rubem Santiago, Alex Canziani, Vanderlei Macris, Rose de Freitas, Humberto Souto e Devanir Ribeiro. Em seguida o Relator-Geral respondeu os questionamentos efetuados. A seguir, o Presidente encerrou a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Em votação, o Relatório Preliminar com as Erratas 1 e 2 e o Adendo foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques. A apreciação dos destaques foi adiada. O Deputado Ricardo Barros apresentou Requerimento de inversão de pauta solicitando apreciar inicialmente os Relatórios apresentados aos Projetos de Lei nºs 54, 56, 36 e 34/2007-CN. Não houve debate. Em votação o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXTRAPAUTA 1.** Apreciação do Relatório ao **Projeto de Lei nº 54/2007-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações, crédito suplementar no valor global de R\$ 22.715.795,00 (vinte e dois milhões, setecentos e quinze mil, setecentos e noventa e cinco reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. Relator: Deputado Eduardo Sciarra. Foram apresentadas 3 emendas. Voto: Favorável, nos termos do Substitutivo apresentado. Na ausência do relator, o Deputado Ricardo Barros foi designado relator *ad hoc*. Em conformidade com o estabelecido no § 2º do *art. 146 da Resolução nº 1/2006-CN*, o Presidente declarou *inadmitida* a emenda nº 2 sugerida pelo relator. O Deputado Vanderlei Macris manifestou-se favoravelmente à aprovação da matéria. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXTRAPAUTA 2.** Apreciação do Relatório apresentado

ao **Projeto de Lei nº 56/2007-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, crédito especial no valor global de R\$ 35.160.574,00 (trinta e cinco milhões, cento e sessenta mil, quinhentos e setenta e quatro reais), para os fins que especifica, e dá outras providências”. Relator: Deputado Ricardo Barros. Foi apresentada 1 emenda. Voto: favorável, nos termos do Projeto. O Relator apresentou o Relatório. Discutiu a matéria o Deputado Pedro Novais. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA 3. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 36/2007-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), para o fim que especifica”. Relator: Senador Cícero Lucena. Foram apresentadas 2 emendas. Voto: favorável, nos termos do Projeto. Na ausência do relator o Deputado Walter Pinheiro foi designado relator *ad hoc*. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. PAUTA 33. **01 – Projeto de Lei nº 34/2007-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. Relator: Deputado Pedro Novais. Não foram apresentadas emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. O Relator apresentou o relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às vinte e duas horas e quarenta e oito minutos, o Deputado Walter Pinheiro assumiu a direção dos trabalhos, conforme estabelece o *art. 14 da Resolução nº 01/2006-CN*. PAUTA 32. **01 – Aviso nº 24/2007-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 644/2007, proferido nos autos do processo nº TC 012.577/2006-5, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram relativo à Auditoria realizada nas obras de ampliação, reforma e modernização do Aeroporto Internacional de Brasília”. Relator: Senador José Maranhão. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela exclusão do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007), do subtítulo do Programa de trabalho nº 2678106311F590053, relativo às obras de Ampliação, Reforma e Modernização do Aeroporto Internacional de Brasília, Contrato 017-EG/2005/0002, no âmbito do Ministério da Defesa e no Ministério do Turismo, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. O relator apresentou o Relatório. A discussão foi ini-

ciada. O Deputado Claudio solicitou que fossem solicitadas informações adicionais ao Tribunal de Contas da União sobre a matéria e sugeriu que fosse retirada de pauta. O Deputado Eduardo Valverde, Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves – COI, sugeriu que a matéria fosse votada e, após, fosse encaminhada ao Comitê para avaliar as informações encaminhadas pelo TCU. O relator concordou com as sugestões dos Deputados Cláudio Cajado e Eduardo Valverde. O Presidente em exercício, Deputado Walter Pinheiro anunciou a retirada da matéria da pauta e informou que seriam solicitadas as informações ao Tribunal de Contas da União. Às vinte e três horas e dezoito minutos, o Presidente reassumiu a direção dos trabalhos. PAUTA 32. **02 – Aviso nº 25/2007-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1691/2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram, relativo à auditoria versando sobre a transformação de unidades geradoras de energia elétrica para viabilizar a utilização de gás natural em Manaus (AM), (TC nº 014.602/2007-7)”. Relator: Deputado Pedro Novais. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela inclusão no Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007), do subtítulo 25.752.1042.3261.0013 – transformação de unidades geradoras de energia elétrica para utilização do gás natural em Manaus (AM) no Estado do Amazonas (uo 32.273), nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. O relator apresentou o Relatório. O Deputado Eduardo Valverde discutiu o assunto. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **03 – Requerimento nº 22/2007-CMO**, que requer o envio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados – CCJC – do Projeto de Decreto Legislativo nº 1/2007 e do Substitutivo, para que dê parecer quanto aos aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, especialmente no tocante aos artigos 4º, 6º, 12, 15, 16, e 22”. Autor: Deputado Humberto Souto. A apreciação do Requerimento foi adiada. – **Apreciação dos destaques ao Relatório Preliminar**. Foram apresentados 23 destaques. Os Deputados Cláudio Cajado e Eduardo Valverde solicitaram apreciação separadamente dos destaques 6 e 1, respectivamente. A seguir, o Relator-Geral alterou o voto proferido inicialmente ao destaque 6, manifestando-se pela aprovação. O Presidente propôs a votação dos destaques em bloco, por tipo de votor do Relator-Geral, que foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **1)** Destaques com voto do Relator-Geral pela aprovação: 5, 6, 16, 20, 21

e 23. Em votação em bloco, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **2)** Destaques com voto do Relator-Geral pela rejeição: 1 a 4, 7 a 15, 17 a 19 e 22. Em votação em bloco, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art. 43 do Regimento Comum. O Relator-Geral leu a proposta de cronograma alterado do Projeto de Lei Orçamentária para 2008, a ser submetido ao Presidente do Congresso Nacional: 01. Leitura em sessão do Senado Federal: 3/9/2007; 02. Publicação e distribuição de avulsos: até 8/9/2007; 03. Realização de audiências públicas: até 8/10/2007; 04. Apresentação de emendas à receita e de renúncia de receitas ao Projeto: de 13/09 a 23/09/2007; 05. Publicação e distribuição de avulsos das emendas à receita e de renúncia de receitas: até 26/09/2007; 06. Apresentação, publicação e distribuição do Relatório da Receita: até 13/10/2007; 07. Votação do Relatório da Receita e suas emenda: até 16/10/2007; 08. Apresentação, Publicação e Distribuição do Relatório Preliminar até 21/10/2007; 09. Apresentação de emendas ao Relatório Preliminar de 19 a 24/10/2007; 10. Votação do Relatório Preliminar e suas emendas: até 6/11/2007; 11. Apresentação de emendas ao Projeto de Lei: de 7/11 a 14/11/2007; 12. Publicação e distribuição de avulsos das emendas: até 19/11/2007; 13. Apresentação, publicação, distribuição e votação dos Relatórios Setoriais; 13.1. Relatório do Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE) sobre as emendas individuais e coletivas apresentadas: – Entrega, à Secretaria da CMO, para publicação e distribuição: 19/11/2007; – Votação no Plenário da Comissão: 20/11/2007; 13.2. Entrega das definições para elaboração dos Relatórios Setoriais aos Consultores da COFF/CD e da CONORF/SF, pelos Relatores Setoriais: – Áreas Temáticas (AT) VI a X: 24/11/2007; – Áreas Temáticas (AT) I a V: 25/11/2007; 13.3. Relatórios Setoriais e Relatório do Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE) quanto às emendas de Relator: – Entrega, à Secretaria da CMO, dos Relatórios Setoriais das Áreas Temáticas (AT) VI a X 26/11/2007; – Entrega, à Secretaria da CMO, do Relatório do CAE referente às Áreas Temáticas (AT) VI a X 27/11/2007; – Entrega, à Secretaria da CMO, dos Relatórios Setoriais das Áreas Temáticas (AT) I a V: 28/11/2007; – Entrega, à Secretaria da CMO, do Relatório do CAE referente às Áreas Temáticas (AT) I a V: 29/11/2007; – Votação, no Plenário da CMO, do Relatório do CAE e dos Relatórios Setoriais das Áreas Temáticas (AT) VI a X: 03/12/2007; – Votação, no Plenário da CMO, do Relatório do CAE e dos Relatórios

Setoriais das Áreas Temáticas (AT) I a V: 4/12/2007; 14. Relatório de Reavaliação da Receita; 14.1. Entrega, à Secretaria da CMO, para publicação e distribuição: 5/12/2007; 14.2. Votação no Plenário da CMO: 7/12/2007; 15. Apresentação, publicação, distribuição e votação do Relatório Final do Relator-Geral: 15.1. Entrega de Documento e Relatórios, à Secretaria da CMO, para publicação e distribuição – Documento elaborado pelas Bancadas Estaduais, contendo suas definições quanto à destinação dos recursos de que trata o art. 57 da Resolução nº 1/2006-CN:10/12/2007; – Relatório Final do Relator-Geral: 13/12/2007; – Relatório do CAE sobre as emendas apresentadas pelo Relator-Geral: 14/12/2007; – Relatório do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades graves (COI) 14/12/2007; 15.2. Votação do Relatório Final no Plenário da CMO: 17/12/2007; 16. Encaminhamento do Parecer da CMO à Mesa do CN até: 19/12/2007; 17. Votação do Parecer da CMO no Plenário do CN: até 21/12/2007; 18. Implantação das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração de Autógrafos até 22/12/2007. (\*) Parágrafo 2º, art. 166 da Constituição Federal. **ENCERRAMENTO:** tendo em vista o esvaziamento do plenário, à meia noite e quatro minutos, o Presidente encerrou os trabalhos. Antes, informou da realização de reunião ordinária no dia trinta e um de outubro, às quatorze horas e trinta minutos, no plenário 1 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador José Maranhão, Presidente.**

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, mantivemos entendimento com o Líder do PT, Deputado Walter Pinheiro, na reunião que realizamos, para que a proposta de aprovação do PLN nº 3, de 2007, da qual o PSDB vem reclamando, não seja votada pelo Plenário do Congresso Nacional devido à questão de ordem que levantamos, tendo 7 em vista as dificuldades e a ausência de amparo regimental na votação daquela proposta no dia em que foi votada nesta Comissão no final do semestre.

Tivemos oportunidade de levantar várias questões de ordem sobre o assunto. Não concordamos com a forma pela qual foi encaminhada a votação do



PLN nº 03 cujo objetivo era alterar índices do Anexo 5, que trata de recursos para o Poder Judiciário e para áreas do Ministério da Educação e Cultura, tendo sido acrescentado um plano de ação do Plano Piloto de Investimentos – PPI, no último momento, na undécima hora da reunião da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Conforme conversamos, gostaria de explicitar o compromisso da Oposição e do Governo de não votarmos esse projeto na sessão do Congresso Nacional, convocada para amanhã, até que o Governo, levando a proposta da Oposição, do PSDB, possa dar uma resposta apoiando a proposta de um destaque feito pelo PSDB na sessão do Congresso Nacional, retirando esse adendo feito pelo Relator ao PLN nº 03, incluindo toda essa lista de 1 bilhão e 400 milhões de reais de recursos para o PPI.

Se isso acontecer, não haverá nenhuma dificuldade. Sem discutir o mérito dessa questão, a proposta é que o Governo remeta novo PLN a esta Casa com esses recursos apresentados de 1 bilhão e 400 milhões para vários Ministérios na proposta do PLN nº3.

Gostaria que o Deputado Walter Pinheiro reproduzisse nosso entendimento nessas circunstância para não votarmos o PLN nº 03 amanhã na sessão do Congresso Nacional.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Walter Pinheiro.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Sr. Presidente, reafirmo que foi objeto de conversa a tentativa de buscar acordo para esta reunião, a fim de apreciarmos o relatório preliminar apresentado pelo Deputado José Pimentel. A tentativa de negociação foi conduzida por V.Exa.

Foram feitas várias propostas pelo Deputado Vanderlei Macris para que modificássemos o conteúdo do PLN nº 03. A proposta final apresentada pelo Deputado – eu lhe disse que ainda não havia acordo de nossa parte – era a de retirada, por destaque, de parte expressiva do anexo e o conseqüente envio do assunto, por parte do Governo, em outra mensagem modificando a primeira. Foi apresentada pelos Deputados José Pimentel e Ricardo Barros, na mesma reunião, a possibilidade de o destaque ser, na prática, de transferência concomitantemente para outro PLN, o que não foi aceito pelo Deputado Vanderlei Macris. Portanto, o que levei ao Governo foi a negociação da troca, ou seja, da retirada desses anexos, para que nós pudéssemos apreciar dessa forma esse conteúdo em outro PLN. O compromisso que assumi com o Deputado Vanderlei e com V.Exa. e que reafirmo aqui

neste plenário é que, como nós não temos ainda negociação firmada com o Governo em relação a isso, que na sessão do Congresso de amanhã, portanto, para viabilizar a votação do relatório preliminar, até na hora da votação do Congresso amanhã, se não houver resposta para este acordo, nós não apreciaremos o PLN nº 03 no plenário. Portanto, nós vamos tentar construir esse acordo até amanhã, às 19h. Se porventura não houver acordo, nós não apreciaremos o PLN nº 03, para que nós possamos apreciar o relatório preliminar. Obviamente, se não conseguirmos acordo, depois da reunião do Congresso, voltaremos a sentar para ver qual é a medida e a possibilidade de acordo em torno do PLN nº 03.

Assim, desde já aqui fica garantida a nossa parte a não apreciação, se acordo não construirmos até amanhã à noite, obviamente, do PLN nº 03 na sessão do Congresso, que está convocada para o dia de amanhã pelo Presidente em exercício, Deputado Narcio Rodrigues.

É essa a proposta de acordo, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – De nossa parte – até salientando que em relação aos demais PLNs que estão na pauta do Congresso -, não há óbice nenhum por parte do PSDB. Portanto, aqui fica o acordo confirmado e nós aguardaremos a continuidade da sessão.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Em virtude de ter iniciado a Ordem do Dia nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado da República, suspendo a presente reunião até às 20h. Portanto, às 20h reiniciaremos esta sessão para votar a matéria objeto de entendimento entre as Lideranças, há poucos minutos, na sala de reunião das Lideranças desta Comissão.

Está suspensa a presente reunião.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 31, 32 e 33, de 2007. Em virtude de continuar reunida a Câmara e em votação, no período Ordem do Dia, suspendo a presente sessão e convoco a sua continuação para as 21h30min de hoje.

Está suspensa a sessão. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Declaro reiniciada a 4ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e



Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas, nºs 31, 32 e 33, de 2007.

Expediente. Conforme solicitação do Deputado Regis de Oliveira, apresentada na 11ª reunião ordinária, realizada em 27 de junho de 2007, coloco em votação a dispensa da leitura dos expedientes.

Na representação da Câmara dos Deputados, os Srs. Deputados que aprovam a dispensa da leitura permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Na representação do Senado Federal, os Srs. Senadores que aprovam a dispensa da leitura permaneçam como se encontram.

Aprovada no Senado.

Determino ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas desta reunião. Informo que a lista com os expedientes foi encaminhada pelo correio eletrônico aos membros e lideranças partidárias nesta data.

Passa-se à Ordem do Dia.

Há os seguintes requerimentos sobre a mesa:

“Sr. Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos regimentais, a inclusão do relatório referente ao Projeto de Lei nº 56, do Congresso Nacional, na Ordem do Dia da CMO.

Nesses termos, peço deferimento.

Deputados Eduardo Sciarra e Ricardo Barros.”

“Sr. Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos regimentais, a inclusão do relatório referente ao Projeto de Lei nº 54, do Congresso Nacional, da Ordem do Dia da CMO.

Nesses termos, peço deferimento.

Deputado Ricardo Barros.”

“Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do PLN nº 036/2007-CN, PLN nº 054/2007-CN e PLN nº 056/2007-CN.

Sala das reuniões, 6 do novembro de 2007. – Deputado Walter Pinheiro.”

Vamos submeter à votação os 3 requerimentos que acabei de citar englobadamente.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Tenho notícia de 2 desses PLNs que estão sendo submetidos a votos. Um deles eu não tenho, Sr. Presidente. Gosta-

ria de ter esclarecimentos sobre qual assunto e qual o objeto da deliberação que vamos dar a esse PLN.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Peço a V.Exa. que nomeie qual é o requerimento

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Requerimento nº 3, referente ao PLN nº 036, Sr. Presidente. Tenho conhecimento, repito, dos PLNs nºs 54 e 56.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Para economia processual, vamos votar em primeiro lugar o requerimento que pede a inclusão do Projeto de Lei nº 54, do Congresso Nacional, e do Projeto de Lei nº 56, também do Congresso Nacional, na Ordem do Dia desta Comissão Mista.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com a aprovação dos requerimentos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação dos requerimentos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados também na representação do Senado Federal.

Projeto de Lei nº 036/2007-CN. Conforme informação do autor do requerimento de inclusão nesta pauta e o relatório apresentado, trata-se de projeto de lei que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de 60 milhões de reais para o fim que especifica.

Esse crédito se refere à aquisição de *scanner*, aparelho de raio X e outros equipamentos para o exercício da atividade fiscalizadora nos aeroportos nacionais.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, já tomei conhecimento da íntegra do requerimento. Estou de pleno acordo que seja votado.

O meu voto é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com a aprovação dos requerimentos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação dos requerimentos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados também na representação do Senado Federal.

Ordem do Dia.

Pauta nº 31, de 2007.

Item 1.

Apresentação, discussão e votação do relatório preliminar apresentado com emendas sobre o Projeto de Lei nº 30/2007-CN, que estima receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008.

Relator -Geral: Deputado José Pimentel.

Foram apresentadas 225 emendas.

Voto pela aprovação do relatório preliminar nos termos apresentados com alterações decorrentes das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente.

Foram apresentadas duas erratas e um adendo ao relatório.

Com a palavra o Relator para a apresentação de relatório das erratas e do adendo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, este é o primeiro parecer preliminar que esta Comissão enfrenta no que diz respeito ao Orçamento da União após a Resolução nº 1.

Esse parecer preliminar foi bastante facilitado, porque a Resolução nº 1 constituiu um comitê de receitas, e o Relator do comitê de receitas já apresentou o seu parecer, e esta Comissão aprovou em data anterior.

Da mesma forma, o parecer sobre a admissibilidade de emendas apresentadas pelos membros daquela Comissão e também já aprovado.

Portanto, esses dois relatórios preliminares facilitou, e muito, a tramitação e a elaboração do parecer preliminar.

Ao Relator-Geral, em linhas gerais, coube definir o valor das emendas individuais na peça orçamentária. Tinha vindo 6 milhões de reais repetindo os valores no Orçamento anterior.

Após um conjunto de reuniões, os líderes desta Comissão, com apoio da Liderança do Governo e da Oposição, está fixando esse valor em 8 milhões de reais. O Relator-Geral está reformulando o seu parecer conforme relatório preliminar, Adendo nº 1, já distribuído.

No quis respeito às emendas coletivas, travamos um debate sobre o relatório, o anexo de metas, que foi acolhido por acordo pelo Relator-Geral do PPA. Esse relatório preliminar que tratou do acordo do acolhimento das emendas individuais e das emendas coletivas também foi aprovado nesta Comissão em data anterior por unanimidade.

O Relator-Geral acolhe as proposições do Relator do PPA no que diz respeito a esse item na sua globalidade. A fixação em 25% dos valores apresentados no PPA resultou no montante de recursos de 534 milhões de reais.

Por acordo das lideranças desta Comissão, acompanhando a posição do Líder de Governo e da Lide-

rança da Oposição, foi firmada a seguinte composição: as emendas individuais apresentadas àquele relatório, acolhido pelo Relator do PPA, receberá 5%, que representarão 26 milhões e 700 mil reais; as emendas de bancada apresentadas e acolhidas pelo Relator do PPA receberão 240 milhões e 300 mil reais; para atender as bancadas que por algum motivo deixaram de apresentar emendas e as 27 bancadas que têm assento no Congresso Nacional, está sendo reservada a quantia de 267 milhões de reais, que serão distribuídos proporcionalmente a 1,27 avos desse montante.

Portanto, o acordo político de procedimentos apresentados pelas lideranças desta Comissão estão retratados no Adendo nº 1.

Com amparo no parágrafo único do art. 102 da Resolução nº 1, de 2006, foram apresentadas 225 emendas ao presente relatório preliminar.

Sr. Relator, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, desse total, nosso parecer é pela aprovação total ou parcial de 62 emendas – essas emendas, na sua ampla maioria, dizem respeito às emendas individuais, que fixamos em 8 milhões de reais; pela prejudicialidade de 8 emendas; pela rejeição de 78 emendas, e pela admissibilidade de 79 emendas, na forma dos demonstrativos apensados a este relatório.

Sr. Presidente, como este relatório foi apresentado à Comissão no dia 18 de outubro e durante esse período foi objeto de leitura, de reflexão, de debates entre as bancadas, entre as lideranças, entre os vários setores, quero dar como lido todo o conteúdo do nosso parecer preliminar.

Voto.

Em face do exposto, somos pela aprovação do relatório preliminar na forma ora apresentada, com as alterações decorrentes das propostas de parecer pela aprovação e pela aprovação parcial desses itens.

Portanto, Sr. Presidente, são o nosso parecer e o nosso voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Em conformidade com o estabelecido no § 2º do art. 146 da Resolução nº 01/2006-CN, declaro inadmitidas as seguintes Emendas sugeridas pelo Relator: 2, 8 a 14, 19, 29, 32 a 34, 38, 43, 46, 49, 50, 51, 52, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 69, 74, 77, 81, 85, 86, 87, 88, 94, 95, 96, 98, 99, 107, 108, 112, 113, 117, 119, 120 a 126, 130, 131, 133, 140, 153, 154, 156, 157, 161, 162, 167, 172, 187 a 189, 191 a 193, 200, 204, 208, 211, 213, 216, 217, 220 e 223.

O relatório, as erratas e o adendo estão em discussão. *(Pausa.)*

Está aberto o prazo para apresentação de destaques. *(Pausa.)*

Não havendo destaques, a discussão...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, já apresentamos alguns destaques.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, os destaques são apresentados durante o período da discussão. Vamos discutir. Enquanto houver discussão, haverá prazo para destaque.

Peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Pedro Novais para discutir o seu destaque.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Não o destaque, Sr. Presidente, discutirei o parecer preliminar.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Pode prosseguir, Deputado.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Discutirei o parecer preliminar.

Sr. Relator, não entendi quando V.Exa. afirmou que as bancadas que não tiverem apresentado emendas ao PPA e à LDO serão contempladas com percentual.

Ora, se não há emenda, como será feita essa contemplação, digamos assim, se a Resolução nº 1 proíbe emenda de Relator? Qual será o caminho? Como será feita essa alocação de recursos a emendas que não houve?

É a primeira pergunta que faço a V.Exa.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Sugiro ao Deputado Ricardo Barros, como a indagação foi feita ao Relator, que entre, evidentemente, na discussão, mas não para responder. A resposta será dada pelo Relator.

Concedo a palavra ao Deputado Walter Pinheiro.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – O Relator responderá no final.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – O Relator responderá de uma vez só, no final, às indagações que lhe forem feitas.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, como já bem acentuou o Deputado José Pimentel, é importante frisar essa experiência do primeiro relatório preliminar nessa fase da Resolução nº 1. Creio também que este momento é de aprendizado. Apesar de a Comissão ser composta de Parlamentares com vasta experiência, Deputado Marcelo Castro, com longos anos de batalha, de prática, e não só de mandato, também é composta de Parlamentares que estão tendo oportunidade de participar pela primeira vez deste debate.

A Comissão demonstrou claramente que deseja extrair, de certa forma, o que o Relator colocou como proeza: a possibilidade de ajustar as propostas da LDO

e do PPA, consagrando e acatando as emendas apresentadas no seu relatório final, o que, conseqüentemente, foi necessário para a construção de um grande acordo, o qual nos levará, sem dúvida, ao cumprimento desse prazo exíguo, que é votar o Orçamento até o dia 19 de dezembro.

Os papéis do Relator do PPA, do Relator-Geral e até do Relator da LDO, Deputado João Leão, foram decisivos para construirmos um caminho de entendimento, um caminho de atendimento e um caminho, inclusive, de solução de aparente problema levantado pelas bancadas, que é o atendimento principalmente aos pequenos municípios, à medida que a emenda individual aumenta de valor, de certa forma, contemplados também com a absorção dos 500 milhões advindos do Anexo de Metas.

Portanto, parabênzo o Relator José Pimentel, o Presidente da Comissão, que segue uma linha correta de ampliar os espaços de transparência e de métodos cada vez mais crescentes de maior controle e aplicação dos recursos da União.

Nesse sentido, Sr. Presidente, creio que temos plenas e totais condições de apreciar esse relatório preliminar nesta noite. A partir exatamente da sua publicação, já permitirmos um prazo para que as bancadas e determinados Parlamentares apresentem suas emendas.

Sr. Presidente, somos plenamente favoráveis ao relatório apresentado pelo Deputado José Pimentel.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Relator, Srs. Líderes do Governo, participei das conversas no intuito de superar as adversidades existentes principalmente em relação ao Anexo de Metas da LDO.

Nesse sentido, eu gostaria de saber do Relator como ficarão os Deputados que, dentro do acordo firmado de não apresentarem emendas individuais, foram excluídos do Anexo de Metas. Foi anunciado na reunião que se faria uma apresentação de emendas nas bancadas.

Então, pelo que entendi, os Deputados têm de se reunir novamente com suas bancadas e incluir individualmente. Ou incluiriam coletivamente essa emenda que não foi contemplada individualmente, como ocorreu em alguns casos no Anexo de Metas?

Não sei se o Deputado Pedro Novais fez essa mesma indagação. Eu fiquei na dúvida. Mas, enfim, gostaria de saber como será isso para que fique claro.

Também, apresento o Destaque nº 0006 aqui, Sr. Presidente, para que não possamos permitir que a destinação de recursos a entidades privadas seja

oferecida quando o Deputado tenha ali parentes até o terceiro grau. Então, eu apresentei essa emenda, que não foi acatada. Entrei com o seu destaque para que não possamos permitir que haja essa possibilidade. Tivemos, no passado, inúmeros escândalos por conta desse tipo de possibilidade. Então, eu pediria que o nobre Relator pudesse ver com atenção esse Destaque nº 0006 que apresento.

Faço questão de ler a emenda que foi apresentada e não foi aceita. Ela visa impedir *“a destinação de recursos a entidades privadas em que membros de quaisquer dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios ou respectivos cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral, por afinidade ou por terceiro grau, sejam ou tenham sido, nos últimos 5 anos, proprietários, controladores, diretores ou empregados.”*

Então, Deputado José Pimentel, eu pediria que V.Exa. desse uma atenção muito objetiva porque não possamos deixar no Orçamento a possibilidade de haver escândalos como aconteceram no passado. Tenho certeza e convicção de que o Relator, o nobre Deputado José Pimentel, diligente e precavido como é, irá, sem dúvida nenhuma, fechar essas portas que, às vezes, ficam entreabertas, dando a possibilidade de passarem determinadas situações indesejáveis.

Bom. Sr. Presidente, de outra forma, gostaria de deixar claro que o nobre Relator fez o possível no intuito de poder atender às bancadas, de atender as Sras. e Srs. Deputados, às Sras. e Srs. Senadores. Eu sei o quanto é duro essa função de V.Exa., nobre Deputado José Pimentel, de atender as bancadas, os Parlamentares individualmente, os Estados, as representações dos Estados com os Senadores e principalmente aos Poderes constituídos nas diversas áreas temáticas. V.Exa. terá a colaboração dos Relatores Setoriais e do Comitê de Emenda que eu integro aqui, do qual o Deputado Zé Gerardo é o coordenador, mas sei que é uma tarefa hercúlea. Estamos aqui dando o primeiro passo, ainda bem que com o entendimento feito, com o aval do Presidente, Senador José Maranhão, que eu acho que fica mais fácil.

Eu tenho tido esta visão: há, por parte dos nobres Relatores, tanto do Orçamento, quanto do PPA, o nobre Deputado Vignatti, o interesse, a intenção de poder transigir e fazer um relatório que seja uma referência, pelo menos, se não da unanimidade, da maioria ou da grande maioria. Por isso, quero dizer que os Democratas concordam e faremos, no desenrolar da discussão do Orçamento, sugestões, alterações que julgarmos pertinentes e necessárias, unicamente com o intuito de colaborar e ajudar. Esta é a premissa que quero aqui pontuar, porque estamos na Oposição, mas

temos que construir o melhor para o País. A Lei Orçamentária Anual é a mais importante lei que o Congresso Nacional vota, ou seja, que as 2 Casas, Câmara dos Deputados e Senado Federal votam. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o nobre Deputado Eduardo Valverde, que vai mostrar que é capaz de ser mais conciso...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Eu vou ser...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– ... do que o concisíssimo nobre Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Eu vou ser conciso, porque sei sobre a ansiedade do nobre Deputado João Leão, meu caro amigo.

Mas eu fiz um Destaque nº 01, Sr. Presidente, no tocante à rejeição da Emenda nº 201, que foi apresentada pela Comissão de Seguridade Social e Família, que trata do aumento da contribuição da União para plano de saúde dos servidores públicos federais. O atual valor que está sendo hoje orçamentado é insuficiente para atender toda uma demanda existente, e como há uma posição do Governo Federal de estender o plano de seguridade social para todos os servidores federais, com o valor hoje que está sendo orçado, sabemos que ele será insuficiente para cumprir a meta de universalizar o acesso ao plano de saúde a todos os servidores federais. Por esta razão é que foi feito esse adendo. A emenda foi rejeitada, mas é uma emenda que foi debatida de maneira exaustiva na Comissão de Seguridade Social e Família.

Por essa razão, eu peço ao ilustre Relator que possa considerar essa reivindicação, essa demanda dos servidores federais do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o nobre Deputado Paulo Rubem Santiago.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO**

– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, quero, em primeiro lugar, parabenizar a iniciativa da Comissão Mista de Orçamento que, na pessoa do Relator, nobre Deputado José Pimentel, assumiu o compromisso e fez com que a norma da Resolução nº 01 pudesse ser posta em prática com a realização das audiências que percorreram diversas Unidades da Federação. Esse é um primeiro passo que, em nosso entender, deveria motivar, de parte dos membros desta Comissão, o patrocínio de uma emenda constitucional que, a partir daí, definitivamente, inserisse na Constituição deste País o compromisso de que a matéria orçamentária, a partir de agora e sempre, independente da boa vontade do compromisso do nobre Relator, da Mesa Diretora da Comissão, passará a ser debatida em au-



diências públicas nos Estados e particularmente com a contribuição de setores da sociedade, empresas, cooperativas, entidades de pesquisa, universidades que muitas vezes não têm o privilégio de participar de um debate, de uma audiência pública acerca da elaboração do Orçamento.

Então, quero louvar o nobre Relator, Deputado José Pimentel, pelo seu compromisso e pelo esforço que foi feito para percorrer o País. Que isso possa servir de subsídio à elaboração de uma proposta de emenda constitucional para que possamos mudar, a partir daí, o capítulo orçamentário na Constituição Federal da República.

Em segundo lugar, gostaria, se possível, de ouvir do nobre Relator, em que pese o anúncio antecipado do meu voto a favor do relatório, quais são as razões pelas quais alguns programas essenciais na área de proteção social, na área dos direitos humanos, tiveram dotações orçamentárias reduzidas em relação ao Orçamento de 2007. Alguns programas, inclusive no relatório, nos informam de uma situação bastante precária de execução orçamentária. Vou citar aqui 3 deles: atendimento sócio-educativo do adolescente em conflito com a lei – uma execução de menos de 10% até a presente data dos recursos que foram previstos na Lei Orçamentária do ano de 2007; Programa Direitos Humanos, Direitos de Todos – também, uma execução de menos de 10%, programa importante, particularmente naqueles Estados, como Pernambuco, onde o índice de violência contra as mulheres é um dos maiores do País; Programa Combate à Violência contra a Mulher – estavam autorizados para o Orçamento de 2007 recursos cuja execução orçamentária não chegou até agora sequer a 10% dos seus valores.

Por fim, Sr. Presidente, sei que os Deputados estão ansiosos para que se vote o relatório, mas nós estamos discutindo aqui questões que têm repercussão na vida de cada cidadão brasileiro, independente da sua origem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Quero lembrar ao orador que o seu prazo já encerrou.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** – Sr. Presidente, pediria aos colegas, Sras. e Srs. Congressistas, membros da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que colaborassem com um pouco de silêncio, porque senão temos que falar mais alto para sermos ouvidos. Presumo que todo Parlamentar que se inscreve aqui merece ser respeitado. Sou um daqueles Parlamentares que ouço atentamente a intervenção de todos os Srs. Congressistas e procuro não contribuir com o barulho. Temos tão pouco tempo para discutir um Orçamento que vai

intervir na vida de quase 190 milhões de brasileiros e eu não sei porque tanta pressa, se as questões estão publicadas aqui. Quem não quer ler que não o faça. Registre sua presença e volte para o seu gabinete ou vá para casa.

Perdoem-me aqueles que discordam da minha intervenção, mas se é publicado isso aqui tudo, esse calhamaço de papel com todos esses números, cada um trata isso de acordo com a sua disponibilidade e com o seu interesse. Então, isso que está sendo publicado aqui é o motivo da nossa responsabilidade, porque nós já sabemos que boa parte do que é aprovado na Lei Orçamentária não é executado a contento. E não é problema deste ou daquele Governo, mas uma praxe que o Poder Executivo tem, porque o Congresso Nacional que não faz leis de reformas políticas e é legislado pelo TSE; o Congresso Nacional que abre mão das suas prerrogativas e não pode alterar a composição orçamentária, muitas vezes, é refém da sua própria morosidade, incapacidade ou da sua própria comodidade.

Então, quero concluir, apenas lembrando 3 programas: Estrutura da Rede de Proteção Social Básica Especial, que tem 94% menos recursos para 2008 do que foi autorizado para 2007; Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Exploração Sexual; Promoção da Inclusão Produtiva, 52,7%, menos recursos do que o que foi previsto na Lei Orçamentária de 2007.

Evidentemente, essas atribuições podem ter sido incorporadas em outros programas, mas, já que foi publicado, é prerrogativa nossa dialogar com o Relator, embora, antecipadamente, eu elogie a iniciativa da condução das audiências, da construção do relatório e anuncio o meu voto favorável. Mas esses aspectos nos preocupam, porque quem está aqui desfavorecido não são exportadores, moveleiros, fabricantes de calçados.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Colaborando com as intenções de V.Exa., eu quero informar que V.Exa. já excedeu o tempo de inscrição. V.Exa. está defendendo aqui a rapidez da votação da matéria.

Com a palavra, o próximo orador inscrito, Deputado Alex Canziani.

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Serei rápido, até para poder colaborar com todos os colegas aqui presentes.

Só para levantar uma questão, Sr. Relator, Deputado José Pimentel, que não é do meu Estado, mas se refere ao Centro-Oeste: a questão da irrigação – e falo isso em nome do Deputado Jovair Arantes, o nosso Líder, que tanto trabalho teve nesta Casa. O Ato das

Disposições Constitucionais Transitórias que prevê 20% para a Região do Centro-Oeste, e aqui nós estamos vendo que está com 5,6%.

Então, eu queria fazer um apelo a V.Exa. – e aí eu apelo não só em nome do Deputado Jovair Arantes, mas em nome de todo o Centro-Oeste – para que esse o recurso possa chegar àquilo que prevê a Constituição Federal, ou seja, 20% dos recursos para atender a irrigação no Centro-Oeste.

Era somente isso, Sr. Presidente. E, em tempo, quero parabenizar o Relator e todos os Deputados presentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr.

Presidente, tenho a impressão de que os trabalhos desta Comissão começaram a ter um viés positivo, na medida em que restabelecemos o diálogo interno, capaz de garantir também à Oposição oportunidade de expressar a sua opinião e poder ser respeitada naquilo que pensa nesta Casa.

Nós começamos de maneira tortuosa os trabalhos desta Comissão, quando questionamos a votação do PLN nº 3, que foi questionado por este Deputado, pedindo o retorno do trâmite do Projeto de Lei nº 3 a esta Comissão Mista para debatermos uma inclusão desnecessária, equivocada, anti-regimental e que, me parece, seguiu a contento o entendimento da Oposição com o Governo, capaz de preservar esse diálogo na direção de que o destaque a ser apresentado pelo PSDB no plenário do Congresso Nacional terá a possibilidade de um entendimento, de um acordo capaz de permitir ao Governo a remessa a esta Casa de um novo PLN, com as metas, com as ações do PPI que foram incluídas no PLN nº 3.

Assim, Sr. Presidente, quero dizer que, em relação ao relatório preliminar, temos aqui, de parte da bancada do PSDB, alguns destaques apresentados. Por exemplo, temos os Destaques nºs 4, 3 e o 2, que tratam claramente de uma situação que vem, ao longo de anos, precisando de uma intervenção desta Comissão na direção da solução. Trata-se dos ajustes de valores necessários, que hoje prevê, pela Lei Kandir, 3 bilhões e 900 milhões de reais, para a mudança de patamar que queremos, garantindo não só a atualização desses valores, porque os Estados que precisam ser ressarcidos no valor de recurso da Lei Kandir não estão a contento recebendo os recursos do Governo.

Então, essas emendas, esses destaques, possibilitam aos Relatores Setoriais da Fazenda, do Desenvolvimento e do Turismo acrescer recursos à Lei Kandir capazes de fazer jus aos direitos dos Estados que recebem esses recursos. Já não é o reajuste desses

valores que são necessários, mas, além disso, acertar isso no relatório final e setorial para, no relatório final, já nos relatórios setoriais.

Então, essas Emendas, Sr. Presidente, a que me referi de nºs 2, 3 e 4, referem-se à Lei Kandir, para os quais pedimos a atenção e aprovação dos nobres pares.

Uma outra emenda que estamos apresentando, um outro destaque, melhor dizendo, Sr. Presidente, fala de uma correção na distorção verificada na Proposta Orçamentária quanto à utilização de fontes de receitas condicionadas ao financiamento de despesas relativas à programação de pessoal e benefícios previdenciário dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e também do Ministério Público, em volume de 51,7 bilhões de reais, que representam 36% de toda a dotação destinada a pessoal. Essa utilização, Sr. Presidente, Srs. Deputados, decorre do veto apostado à LDO quanto à proibição de utilização de receitas condicionadas às despesas obrigatórias. Dessa forma, para concluir, a presente emenda pretende restabelecer essa vontade do Congresso Nacional em não permitir a insegurança de se financiar despesas obrigatórias com receitas de que não há certeza de sua instituição, com o é o caso da CPMF e da DRU.

Uma última emenda, Sr. Presidente, para concluir, é a de nº 5, também do PSDB, que estabelece o ajuste do gasto *per capita* por Estado no âmbito do SUS para o Relator Setorial da Saúde. Também esse destaque garante os ajustes de *per capita* que teremos pela frente do ponto de vista de repasse de recursos na área da saúde. Se nós tivermos, já no Relatório Setorial, esses ajustes acertados, teremos condição de uma avaliação mais correta da distribuição dos Estados dos *per capita* na área da saúde.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esses são os destaques apresentados pelo PSDB, para os quais eu gostaria do apoio desta Comissão.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra a Deputada Rose de Freitas.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr.

Presidente, vou procurar ser sucinta.

Apresentei 2 destaques relativos às Emendas nºs 0068 e 0067, que são objeto dos Destaques nºs 19 e 18. Eu queria dizer, Sr. Relator... Eu gostaria que o Sr. Relator ouvisse, porque senão eu vou ter de explicar novamente. A minha bancada do PMDB fez, por intermédio do seu Líder, e eu a assinei, a emenda relativa ao reforço, que objetiva – e pedi, inclusive, apresentação de uma emenda de Relator – reforço de dotação de orçamento na área de saúde, tanto na área de sa-

neamento básico, haja vista a relevância do assunto, que tem sido tratado hoje no País, e para melhorar a qualidade de vida da população brasileira.

Sem sombra de dúvida, não podemos mais deixar de tratar a questão de saneamento básico, principalmente num país que tem 80% dos seus municípios pequenos e carentes de infra-estrutura. Então, a Emenda nº 00068 tem essa proposta com o destaque que eu disse a V.Exa.

Também quero pedir a V.Exa., como emenda de Relator, ressaltando as palavras do orador que me antecedeu, que as dotações do Ministério da Saúde, por meio da suplementação de dotações, visem diminuir essa diferença do gasto *per capita* por Estado.

Entendemos que, no âmbito do SUS, é preciso reforçar as dotações que envolvam eixos de ação, como áreas indígenas, municípios com doenças endêmicas, doença de Chagas, municípios com alta incidência de malária, áreas rurais, apoio ao controle de água para consumo humano e apoio à reciclagem de material.

Sugiro a V.Exa., Sr. Relator, que olhe com carinho esses dois destaques, para que possa atender ao pleito da bancada do PMDB como um todo.

Agradeço a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o eminente Deputado Humberto Souto.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, aproveito apenas para lamentar que não tenhamos aprovado na LDO uma emenda que propus para tornar o Orçamento impositivo. Como V.Exa. e os Srs. Congressistas sabem, é muito comum transformar-se a liberação das emendas individuais em processo de barganha política, e isso desmoraliza completamente o Congresso, a Comissão, e acaba por desmoralizar também os Srs. Parlamentares. A forma de livrar o Governo e os Parlamentares disso e valorizar a Comissão seria o Orçamento obrigatório e não facultativo, como é o nosso.

Aproveito a ocasião para louvar a inteligência do Relator por ter criado essa oportunidade para atender em parte as reivindicações dos Srs. Parlamentares. Acho que foi um gesto inteligente a esta altura se não votarmos esse parecer, não votaremos o Orçamento este ano.

Então, tenho a impressão de que não há o que fazer a não ser votar o que está proposto, e o que está proposto em decorrência da própria história e honestidade do Sr. Relator é a maneira mais transparente e fácil de fazermos com que possamos chegar até o fim do ano com o Orçamento aprovado.

Por essa razão, Sr. Presidente, não vou me alongar nos meus debates nem na minha participação

para solicitar aos colegas que votemos a matéria, já que está colocada para ser votada e não termos outra solução, outro recurso, neste momento, a não ser votarmos para permitir que, ao votarmos o Orçamento, possamos exercer com maior eficácia a nossa função de Parlamentares e de membros desta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Devanir Ribeiro.

**O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO** – Sr. Presidente, primeiro parabeno V.Exa. por ter conduzido todo esse processo na Comissão sem arredar pé do que aprovamos, a Resolução nº 1, um compromisso nosso, e o Relator por ter conseguido, com muito sacrifício e algumas vezes com dor no coração, chegar a um bom termo.

Nós todos gostaríamos de fazer uma reforma, mas não fazemos. Já falaram de Orçamento impositivo, de compromissos, porque nas democracias modernas o Parlamento é quem faz o Orçamento, o Governo dá a receita e temos a responsabilidade não de ficar apresentando emenda justificando que temos de levar para a cidade pequena, para média ou para a grande, e nesse imbróglio todo as cidades grandes não precisam de Deputados ou de Senadores e ficamos aqui com a desculpa, tentando tapar o sol com a peneira, e não resolvemos o problema. Isso está na Resolução nº 1, e é importante. Quando apresentamos uma emenda estruturante, temos de nos lembrar que, até o término da obra, temos de garantir que ela não pare. Podem mudar o Presidente da República, o Presidente da Casa e os membros da Casa, mas o Parlamento tem um compromisso com aquela obra, que é estruturante.

Eu gostaria de um dia poder discutir não emendas, mas o Orçamento em si, com a responsabilidade que temos, porque hoje não queremos nem ser co-responsáveis: apresentamos nossas emendas e corremos para a base, para fazer discursos. Sabemos, como disse o Deputado Paulo Rubem Santiago, que uma coisa é o que aprovamos aqui, outra é o que se executa. Deveríamos ter o compromisso também de fiscalizar, mas como não temos o compromisso de executar o Orçamento nem de confeccioná-lo, muitas vezes fazemos o discurso e lavamos as mãos.

Parabeno o Presidente e o Relator pelo que foi possível fazer. Hoje à tarde obtivemos um grande avanço. Espero que agora não percamos tanto tempo, porque se trata de preliminar. Até à aprovação das emendas, podemos ainda ajustar algumas coisas. Tenho certeza de que o Relator está disponível para entrarmos em um acordo e aprovarmos nosso Orçamento até a data prevista, dia 19 de dezembro, porque ninguém é

de ferro! Não adianta fazermos discurso. Tenho família e chegarão o Natal e o Ano-Novo. Não se trata da base, mas de mim mesmo: quero descansar também.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – A discussão está encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques.

Vamos votar o relatório com as alterações decorrentes das erratas.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, protesto. V.Exa. não pode encerrar a votação sem ouvirmos a palavra do Relator. Depois V.Exa. poderá encerrar.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Sem problema, V.Exa. tem razão, não precisa alterar-se.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Muito obrigado. É a emoção, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. sabe que pode haver falhas, mas não há má-fé.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Certamente, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, no que diz respeito aos destaques, logo após a votação do mérito vamos tratar um a um, com toda a atenção, com todo o carinho.

O Deputado Pedro Novais levantou uma questão muito objetiva sobre o procedimento do Relator-Geral para acolher o acordo que está no adendo já lido, apresentado e distribuído.

O inciso III do art. 144 diz o seguinte:

*“Os Relatores somente poderão apresentar emendas à programação da despesa com a finalidade de: (...)”*

III – atender às especificações dos Pareceres Preliminares.”

Esse é o primeiro item que a Resolução nº 1 autoriza, caso o Plenário da Comissão o permita, na aprovação do Parecer Preliminar, combinado com o art. 56 da mesma resolução, que diz o seguinte:

*“A Reserva de Recursos será composta dos eventuais recursos provenientes da reestimativa das receitas, da Reserva de Contingência e outros definidos no Parecer Preliminar, deduzidos os recursos para atendimento de emendas individuais, de despesas obrigatórias e de outras despesas definidas naquele Parecer.”*

Portanto, é com base no art. 144, inciso III, combinado com o art. 56, que solicito a esta Comissão Mista que aprove o Parecer Preliminar e, com isso,

permita ao Relator-Geral fazer esses ajustes, fruto do acordo de Líderes da Situação, da Oposição e de todos os partidos.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, peço a palavra para contestar o Relator.

Não é verdade que a resolução dê esta autorização para se fazer emenda de Relator, mesmo porque o Parecer Preliminar, em seu art. 26, diz o seguinte:

*“As Relatorias somente farão emendas de Relator, nos termos do art. 144 da Resolução nº 1/2006-CN, com a finalidade de:*

*26.1. corrigir erros, omissões e inadequações de ordem constitucional (...)”*

Este não é o caso. O caso das bancadas que se negaram a apresentar emendas não é caso de erro, omissão ou inadequação de ordem constitucional.

Quanto ao problema de haver acordo, Sr. Presidente, eu farei qualquer acordo, o PMDB fará qualquer acordo, mas não passará por cima da Resolução nº 1.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, sem querer discordar do nosso Deputado Pedro Novais, no entanto, eu pediria que S.Exa. lesse o item 27.1. O que dispõe este item?

*“27.1. Não se aplica o disposto no item 27 às iniciativas do Relator-Geral para:*

*27.1.1. possibilitar o reajuste do salário-mínimo acima do previsto no PLOA/2008;*

*(...)*

*27.1.5. alocar recursos em Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação das Exportações, por meio de constituição de Reserva para Auxílio Financeiro aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios para o Fomento das Exportações, de natureza financeira;*

*(...)*

*27.1.6. alocar recursos nas programações atendidas prioritariamente no Parecer ao Projeto de Lei nº 31/2007-CN (PLPPA 2008-2011) (...)”*

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Relator, eu não o estou localizando.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – É do Adendo nº 1, já distribuído e lido.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – É exatamente com o que está escrito que eu não concordo, e peço à Comissão que me apóie. Eu não posso concordar com esse poder discricionário e extraordinário atribuído ao Relator-Geral.



**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Vou terminar de ler, Deputado Pedro Novais, o Adendo nº 1, para que não paire qualquer dúvida.

“27.1.6 alocar recursos nas programações atendidas prioritariamente no parecer do Projeto de Lei nº 31/2007 (PLPPA 2008-2011), nos termos da segunda parte do item 2.3.19, letra “d”, do respectivo Parecer Preliminar, aprovado na Reunião de 17/10/2007 da CMO, no valor total de R\$ 534 milhões de reais, com a seguinte destinação:

27.1.6.1. R\$ 26.700 mil (vinte e seis milhões e setecentos mil reais) para inclusão de ações oriundas de emendas individuais atendidas no PLPPA 2008-2011, dividido igualmente entre os autores;

27.1.6.2. R\$ 240.300 mil (duzentos e quarenta milhões e trezentos mil reais), divididos igualmente entre as bancadas estaduais, para inclusão de ações oriundas de emendas por elas apresentadas e atendidas no PLPPA 2008– 2011;

27.1.6.3. R\$ 267.000 mil (duzentos e sessenta e sete milhões de reais), distribuídos na proporção de 1/27 (um vinte e sete avos) por bancada estadual, para inclusão de ações ou atendimento de emendas indicadas pelas respectivas bancadas, constantes ou não do Parecer do PLPPA 2008-2011 referido no item 27.1.6, atendidos os arts. 46 e 47 da Resolução nº 1/2006-CN.”

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Mas, Sr. Relator, se não foram apresentadas e nem indicadas emendas, como V.Exa. vai atribuir recurso a essas bancadas?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – As bancadas vão indicá-las, é isso o que nós estamos dizendo.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Como?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – As bancadas estaduais vão indicar as emendas.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Mas isso não é possível, Sr. Presidente. Depois de transcorrido o prazo, como é que nós vamos admitir que as bancadas apresentem emendas ou indiquem emendas? Absolutamente não concordo. Não concordo, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – O primeiro registro, que não se trata de emenda ao PPA. Trata-se de emenda de bancada ao Orçamento Geral da União. O prazo ainda vai ser aberto. Em seguida, as bancadas irão discuti-las e apresentá-las. E sobre essas emendas é que o Relator Geral irá trabalhar. O Relator-Geral jamais trabalhará, se não houver previamente as emendas individuais e coletivas, como prevê a Resolução nº 1. Portanto, ainda serão apresentadas.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – E no caso das emendas do PPA, como ficamos? Se não existiram emendas no PPA, como ficamos?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Nós estamos declarando estar redigido que as emendas são as apresentadas pelas bancadas, portanto o item 27.1.6.3 não trata do PPA, mas de emendas de bancada apresentadas, nos termos regimentais, pelas bancadas ao Orçamento Geral da União.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, eu não me conformo com esse artifício que está sendo empregado para corrigir erros que nós que estamos assiduamente na Comissão não cometemos. Quero lavar o meu protesto especialmente em relação em relação ao PPA.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, pela ordem, somente para uma explicação.

O que o Relator quis, meu nobre e querido Deputado Pedro Novais, foi fazer justiça. O objetivo do Relator foi atender aquelas bancadas que não foram atendidas. Oito bancadas não apresentaram emendas.

A maneira da redação é legal. O que o nobre Relator diz? “27.1.6.3. R\$ 267.000 mil (duzentos e sessenta e sete milhões de reais), distribuídos na proporção de 1/27 (um vinte e sete avos)...” – ou seja, S.Exa. vai atender de maneira legal e equitativa a todas as bancadas – “... por bancada estadual, para inclusão de ações ou atendimento de emendas indicadas pelas respectivas bancadas... – o Relator está correto -, “... constantes ou não do Parecer do PLPPA 2008-2011 (...)” Eu acho que o nobre Relator está dentro da legalidade.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, para encerrar o assunto, afirmo que já ressalvei a minha responsabilidade. Protesto e votarei contra este item.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Continua com a palavra o Relator, se assim o desejar.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, dou-me por satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Encerrada a discussão e o prazo de apresentação de destaques, nós vamos submeter à votação o relatório com as alterações decorrentes das erratas e do adendo, ressalvados os destaques.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Como votam os Srs. Deputados? (Pausa.)

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado da República.

Como votam os Srs. Senadores? (Pausa.)

Aprovado no Senado da República.

O Relator está pedindo um prazo, e nós o concedemos, para analisar os pedidos de destaque e oferecer o seu parecer e o seu relatório.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, esse prazo seria por 20 minutos, que para mim é suficiente. Se porventura V.Exa. e os nossos pares concordarem, nesse intervalo de tempo poderiam ser votados os PLNs cuja inclusão na Ordem do Dia está aprovada. Nesse tempo, daremos os nossos pareceres, para que possamos ainda hoje publicar o parecer conclusivo e aprovado; a partir de amanhã, se aprovado nesta Comissão, iniciaremos o prazo de apresentação das emendas de bancada, de Comissão e individuais, como forma de agilizar o processo.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES** – O PSDB concorda, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Esta Presidência, durante o prazo solicitado pelo Relator para apresentar o seu relatório aos pedidos de destaque, vai continuar votando as matérias que se encontram sobre a mesa.

Leio requerimento do Deputado Ricardo Barros:

“Venho requerer a inversão de pauta para os Créditos 54, 56, 36 e 34, que nesta mesma ordem serão apresentados a discussão e votação.”

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Como votam os Srs. Deputados? *(Pausa.)*

Aprovado na representação da Câmara dos Deputados.

Em votação na representação do Senado da República.

Como votam os Srs. Senadores? *(Pausa.)*

Aprovado na representação do Senado da República.

Extrapauta nº 01/2007.

Apreciação do Projeto de Lei nº 54/2007-CN, que *“abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações, crédito suplementar no valor global de R\$ 22.715.795,00 (vinte e dois milhões, setecentos e quinze mil, setecentos e noventa e cinco reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”*. Relator: Deputado Eduardo Sciarra.

Foram apresentadas 3 emendas. Voto favorável, nos termos do substitutivo apresentado.

O Relator está com a palavra, para apresentação do relatório. Não estando presente o relator, nomeio o Deputado Ricardo Barros para fazer a leitura do relatório.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Voto do Relator, Deputado Eduardo Sciarra.

“O exame da proposição quanto à sua compatibilidade com o Plano Plurianual mostra que esta se ajusta ao estabelecido pelo Plano.

Quanto à conformidade com as disposições da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, LDO, os acréscimos às programações pretendidas por este crédito suplementar não contrariam as vedações expressas em tal Lei.

Verificou-se, também, que a proposição não fere quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos, dentre elas a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 2000, e que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios de boa técnica orçamentária.

Diante do que aqui foi relatado, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 54, de 2007, na forma do substitutivo em anexo, assim como pela aprovação da Emenda nº 1, pela rejeição da Emenda nº 3 e pela inadmissibilidade da Emenda nº 2.

Sala da Comissão, novembro de 2007. – Deputado Eduardo Sciarra, Relator.”

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Em conformidade com o estabelecido no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1/2006-CN, declaro inadmitida a Emenda nº 2, sugerida pelo Relator.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não há oradores.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Para encaminhar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Vanderlei Macris.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, gostaria apenas para fazer uma referência a esse projeto. Ele pode ser aprovado sob condição. Ele trata do cancelamento de emenda de bancada no Estado de origem. A exposição de motivos que justifica o crédito não apresenta nenhuma informação sobre o assunto, basicamente. Nós devemos ter o mesmo zelo no processo de alteração orçamentária, quando da aprovação do próprio Orçamento, para a qual é exigido anuência maior, da maioria da bancada.

Essas eram as referências que gostaríamos de fazer. Que isso não sirva de precedente.

Nosso voto é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Continua em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não há mais oradores. Está encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Como vota a representação da Câmara Federal?

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação da Câmara dos Deputados.

Passa-se à votação no Senado.

Como vota a representação do Senado? *(Pausa.)*

Permaneçam como se encontram os Senadores que aprovam a matéria. *(Pausa.)*

Aprovado na representação do Senado.

Extrapauta n.º 02/2007. Apreciação do Projeto de Lei n.º 56/2007-CN, que “*abre, ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 35.160.574,00 (trinta e cinco milhões, cento e sessenta mil, quinhentos e setenta e quatro reais), para os fins que especifica, e dá outras providências*”. Relator: Deputado Ricardo Barros.

Foi apresentada uma emenda. Voto favorável nos termos do projeto.

O Relator está com a palavra, para apresentação do relatório.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais, os preceitos legais e pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as expressões da LDO e da Lei Orçamentária. Ressalva seja feita, no entanto, quanto ao atendimento do disposto no art. 63, § 11, da LDO, de 2007.

No demonstrativo de excesso de arrecadação, requerido pelo dispositivo aludido, quando da abertura de crédito por conta de excesso de arrecadação, o Poder Executivo peca pela falta de transparência ao consignar a existência do saldo positivo relativo à fonte 00, recursos ordinários, no valor de 6,7 bilhões. O demonstrativo estabelece que esse provém de outras modificações orçamentárias efetivadas, sem fornecer qualquer detalhamento acerca da natureza dessas modificações.

Não obstante o mérito da relevância da proposição, optamos pela rejeição da Emenda n.º 1, com vistas a evitar a descaracterização do projeto proposto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei n.º 56, de 2007, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Deputado Ricardo Barros, Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – O relatório está em discussão.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, foi distribuído o relatório do Deputado Ricardo Barros, mas não o projeto de lei. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, tendo recebido agora o projeto de lei e examinado o plano de trabalho, nada tenho a opor à aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Continua em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo mais oradores, passa-se à votação.

Na representação da Câmara dos Deputados, como votam os Srs. Deputados? *(Pausa.)*

Aqueles que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Em seguida, votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado da República.

Extrapauta n.º 03/2007. Relatório apresentado ao Projeto de Lei n.º 36/2007-CN, que “*abre, ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), para os fins que especifica*”. Relator: Senador Cícero Lucena.

Não estando presente S.Exa., passo a palavra, para fazer a leitura do relatório, ao Deputado Walter Pinheiro.

Foram apresentadas 2 emendas.

Voto favorável nos termos do projeto.

O Relator está com a palavra, para fazer a apresentação do relatório.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Sr. Presidente, trata-se de parecer acerca do Projeto de Lei n.º 36/2007-CN, com relatório apresentado, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre o Projeto de Lei n.º 36/2007-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de 60 milhões para o fim que especifica. (Autor: Poder Executivo.)

Relatório – O Presidente da República, mediante Mensagem n.º 140/2007-CN, n.º 738/2007 na origem, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei n.º 36/2007-CN, PLN 36/2007, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de 60 milhões para o fim que especifica.

Segundo a Exposição de Motivos n.º 00230/2007-MP, de 1.º de outubro de 2007, formalizada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que

instrui a proposição, os recursos solicitados serão utilizados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil para aquisição e instalação de *scanners* para fiscalização e inspeção de cargas em terminais portuários, ferroviários, rodoviários e aeroportos, com o objetivo de aumentar a efetividade da ação fiscalizadora.

A propósito do que determina o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007, LDO 2007, o Poder Executivo esclarece que a abertura do presente crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que o valor proposto refere-se à suplementação de despesas primárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias e que o art. 1º, § 4º, do Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, condiciona a execução das despesas, objeto dos créditos abertos e reabertos, aos limites estabelecidos no referido decreto.

A exposição de motivos ainda destaca que o presente crédito não implica alteração do Plano Plurianual, PPA 2004/2007, aprovado pela Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, uma vez que a execução não ultrapassa o exercício vigente. No prazo regimental, foram apresentadas 2 emendas ao projeto de lei.

Passa-se à análise, Sr. Presidente.

O projeto de lei em análise mostra-se coerente com o que dispõe o art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições no art. 167, inciso V, da Constituição. Ademais, evidencia-se meritório o PL 36/2007, pois os equipamentos serão utilizados em substituição à conferência física de mercadorias permitindo uma inspeção mais rápida e inibindo tentativas de fraudes ou ocultação de mercadorias.

Com relação aos recursos necessários à abertura do crédito, verifica-se que decorrem de excesso de arrecadação de recursos da Fonte 132, juros de mora da receita administrativa pela SRF/MF, demonstrado no quadro anexo à exposição de motivos, em atendimento ao disposto no art. 63, § 11, da Lei nº 11.439, de 2006.

No que tange às Emendas apresentadas nºs 001 e 002, somos pela rejeição, pois o atendimento das mesmas descaracterizaria a intenção do Poder Executivo.

Voto – Em razão de todo o exposto, nosso voto é no sentido da aprovação do Projeto de Lei nº 36/2007, conforme texto enviado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo. (Sala da Comissão, 6 de novembro de 2007, Senador José Maranhão, Presidente desta Comissão.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Em discussão o relatório.

Não havendo oradores, passa-se à votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação da Câmara.

Passa-se à votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade.

Pauta 33, de 2007, 01, Projeto de Lei nº 34/2007-CN, que “*abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de 6 milhões de reais, para reforço de dotações constantes da lei orçamentária vigente*”. (Relator: Deputado Pedro Novais.)

Não foram apresentadas emendas.

Voto favorável, nos termos do projeto.

Com a palavra o Relator, para apresentação do seu relatório.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, do exame da proposição, verificamos que essa iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais ou legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PL nº 34/2007-CN, na forma da proposição oriunda do Poder Executivo.

É o relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Parabéns ao Deputado Pedro Novais pelo espírito de concisão!

Em discussão o relatório.

Não havendo oradores, passa-se à votação.

Na representação da Câmara Federal, os Deputados que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Em seguida, vamos à representação do Senado da República.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara Federal e no Senado por unanimidade. *(Pausa.)*

Como Relator da próxima matéria, que é o Aviso nº 24/2007-CN, passo a Presidência ao Deputado Walter Pinheiro, para que possa fazer a leitura do relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Walter Pinheiro)

– Concedo a palavra ao Senador José Maranhão para leitura do relatório. *(Pausa.)*

Aviso nº 24/2007-CN, que “*encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 644/2007, pro-*



*ferido nos autos do processo do TC-0112577/2006-5-TCU/Plenário, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam relativos à auditoria realizada nas obras de ampliação, reforma e modernização do Aeroporto Internacional de Brasília*”. (Relator: Senador José Maranhão.)

Não foram apresentadas emendas.

Portanto, concedo a palavra ao nobre Relator, para que proceda à apresentação do seu relatório.

**O SR. SENADOR JOSÉ MARANHÃO** – Parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o Aviso nº 24/2007-CN, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 644/2007, proferido nos autos do Processo TC-012577/2006-5-TCU/Plenário, bem como os respectivos relatório e voto que o fundamentam relativos à auditoria realizada nas obras de ampliação, reforma e modernização do Aeroporto Internacional de Brasília.

Relatório – Cuida -se, nesta oportunidade, da apreciação do Aviso nº 24/2007-CN, que encaminha o Acórdão nº 644/2007, proferido nos autos do Processo nº TC 012.577/2006-5, TCU, Plenário, bem como os respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, relativos à Auditoria realizada nas obras de ampliação, reforma e modernização do Aeroporto Internacional de Brasília.

A presente obra encontra-se inserida no Anexo de Obras com Indícios de Irregularidades Graves, da Lei nº 11.451/07, LOA/2007. As obras de ampliação, reforma e modernização do Aeroporto Internacional de Brasília, que ainda não foram

licitadas, abrangerão os terminais de passageiros Satélites Sul e Norte, a central de utilidades, o viaduto de embarque/desembarque e o pátio de aeronaves sul, e objetivam aumentar a capacidade operacional do aeroporto, facilitando o fluxo dos passageiros e conferindo conforto e segurança aos usuários.

A INFRAERO, mediante o Convite nº 001/DAAG/SEDE/2005, contratou a empresa Themag Engenharia e Gerenciamento Ltda. para prestar serviços de engenharia para “complementação do projeto básico” da referida obra, Contrato nº 017-EG/2005/0002. Segundo a estatal, para a construção do Satélite Sul serão aproveitados os projetos básicos já existentes, com as alterações pertinentes, que serviram para a construção do Satélite Norte.

Entretanto, quanto ao orçamento do projeto básico elaborado pela empresa, que indicou os custos estimados para a execução das obras e serviços que compõem o empreendimento, a equipe de auditoria apontou a existência de irregularidades que justificaram a audiência da Diretora de Engenharia, do Gerente de Projetos e do servidor da INFRAERO que estaria

acompanhando a execução do contrato, a saber: sobrepreço no orçamento base em 29 itens – analisados 32% do valor total do empreendimento – sobrepreço no demonstrativo de custos das pontes de embarque e sistemas operacionais, percentuais incorretos de taxas de encargos sociais incidente sobre mão-de-obra direta, inclusão de itens indevidos na composição do cálculo do BDI, incidência indevida do BDI sobre equipamentos e compra de mobiliário com indicação de marca e conjuntamente com obras e serviços.

De fato, apesar de, segundo informações do Tribunal de Contas da União, a empresa Themag Engenharia e Gerenciamento Ltda. não ter apresentado à equipe de auditoria o detalhamento de custos de todos os serviços orçados, impedindo a análise dos preços unitários de alguns serviços, o sobrepreço de alguns itens do projeto básico é evidente, quando comparados aos preços referenciais utilizados pela equipe de auditoria, calculados com base no SINAPI e no SICRO.

Os itens citados no Relatório do Tribunal de Contas nº 012.577/2006-5 referem-se a serviços comuns, encontrados em diversos tipos de obras, não apenas aeroportuárias, aos quais se aplicam os preços referenciais do SINAPI e do SICRO utilizados pela equipe de auditoria. A alegada especificidade da obra não justifica

utilizados pela equipe de auditoria. A alegada especificidade da obra não justifica a

grande diferença de preços assinalada nos autos, pois se tratam, repito, de serviços aplicáveis a diversos tipos de empreendimento.

Quanto a serviços/equipamentos típicos de uma obra aeroportuária, menciono o item “Ponte móvel completa com sistema operacional em 400 Hz”, cotado pela Infraero em R\$ 2.642.428,90 a unidade, ao passo que a equipe de auditoria apurou o valor de R\$ 705.000,00 para o mesmo item, tendo como referência a Concorrência Internacional nº 020/DADL/SEDE/97, realizada com o objetivo de adquirir 16 pontes de embarque para os aeroportos de Brasília, Porto Alegre e Natal.

O Tribunal de Contas da União, acolhendo o voto do Excelentíssimo Senhor Ministro Raimundo Carreiro, no âmbito do Acórdão nº 644/2007-TCU, acolhe a posição de que a obra possa continuar contanto que as determinações daquele Órgão de Controle sejam implementadas – item 9.5 do Acórdão: 9.4. determinar à Infraero que:

9.4.1. encaminhe à Secretaria de Obras do TCU, imediatamente após a sua publicação, o edital completo do certame licitatório referente às obras de ampliação, reforma e modernização do Aeroporto Internacional de Brasília, acompanhados do orçamento básico definitivo

e das composições de preços unitários que o fundamentaram e da minuta do contrato;

9.4.2. tome todas as precauções necessárias para que o orçamento detalhado da obra, previsto no art. 7º, § 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, não contenha sobrepreços em relação aos preços médios de mercado, conforme indícios verificados no orçamento preliminar;

9.4.3. limite os preços constantes do orçamento básico definitivo à mediana do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, SINAPI, no caso de serviços relativos a edificações, ou aos preços do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias, SICRO, no caso de serviços de pavimentação, terraplenagem ou drenagem, salvo justificativa técnica devidamente fundamentada;

9.4.4. na elaboração de orçamentos de serviços e equipamentos típicos de aeroportos, para os quais não exista referência de preços nos sistemas usualmente adotados, SICRO e SINAPI, ou para os quais não seja possível ajustar as composições de preços dos sistemas usualmente adotados às peculiaridades das obras aeroportuárias, que sejam guardados registros das cotações de preços de insumos efetuadas e justificadas as composições adotadas, com elementos suficientes que permitam o controle da motivação dos atos que fundamentaram os preços unitários dos insumos e dos serviços que integram o orçamento, devendo, ainda, o orçamento identificar os responsáveis por sua elaboração e aprovação;

9.4.5. exclua dos seus orçamentos parcelas relativas ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica, IRPJ, e Contribuição Social sobre Lucro Líquido, CSLL, IRPJ e Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL, bem como faça constar em seus editais orientação aos licitantes de que tais tributos não deverão ser incluídos nos Benefícios e Despesas Indiretas – BDI;

9.4.6. Promova, no orçamento básico definitivo, o detalhamento dos custos abaixo especificados:

9.4.6.1. Administração Local;

9.4.6.2. Canteiro de Obras;

9.4.6.3. Mobilização e Desmobilização de Equipamento e Pessoal;

9.4.6.4. Operação e Manutenção de Canteiro de Obras;

9.4.7. adote no orçamento do projeto básico, para os equipamentos previstos para serem incorporados ao empreendimento, taxa de BDI distinta da utilizada para obras civis, devidamente demonstrada sua composição, da mesma forma que deve ser devidamente demonstrada a taxa de BDI adotada para as obras civis;

9.4.8. justifique os percentuais de encargos sociais adotados no orçamento do projeto básico aprovado;

9.4.9. realize licitações distintas para execução de obras civis/serviços de engenharia e para aquisição do mobiliário a ser incorporado ao empreendimento;

9.4.10. exclua do orçamento do projeto básico a incidência de BDI de 35% sobre o mobiliário previsto para ser incorporado ao empreendimento;

9.4.11. observe o Acórdão nº 1.292/2003-TCU-Plenário, limitando a indicação de marca aos casos em que justificativas técnicas, devidamente fundamentadas e formalizadas, demonstrem que a alternativa adotada é a mais vantajosa e a única que atende às necessidades da Administração, ressaltando que a indicação de marca é permitida como parâmetro de qualidade para facilitar a descrição do objeto a ser licitado, desde que seguida por expressões do tipo: “ou equivalente”, “ou similar”, “ou de melhor qualidade”;

9.4.12. elabore estudo detalhado e conclusivo sobre quais itens do presente objeto necessitam de ser licitados conjuntamente por questões de ordem técnica e/ou econômica, considerando a legislação vigente e as deliberações deste Tribunal, de modo que venha a realizar a adjudicação por itens ou a adoção de procedimentos licitatórios distintos para os itens que demonstrarem ser técnica e economicamente viáveis, em conformidade com a Súmula nº 247 deste Tribunal;

9.4.13. adote os procedimentos necessários à anulação do “Termo de Aceitação Definitiva” dos serviços;

9.4.14. adote providências para que as correções do projeto básico determinadas no item 9.4. deste Acórdão sejam realizadas, com sua supervisão, pela empresa Themag Engenharia e Gerenciamento Ltda., sem ônus para a INFRAERO, tendo em vista que visa a corrigir a execução defeituosa do contrato 017-EG/2005/2002;

9.4.15. avalie, de acordo com os termos do contrato mencionado no item anterior, a possibilidade de aplicar sanção à empresa contratada (Themag Engenharia e Gerenciamento Ltda.), tendo em vista a comprovada execução defeituosa desse mesmo contrato;

9.4.16. informe ao Tribunal as providências adotadas, no prazo de 60 (sessenta) dias;”

É o Relatório.

## II – Voto

Em face de todo o exposto, com o fim de preservar o Erário, tanto pela cautela necessária ao acompanhamento da obra, como pela premência da execução de obras no setor de infraestrutura aeroportuária, o nosso voto é no sentido de:

a) que o Congresso Nacional tome ciência do feito, em especial o Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves, por quando da Elaboração do Orçamento de 2008, e

b) que esta Comissão aprove a proposta de Decreto Legislativo que ora submetemos à consideração desta Comissão.

É o voto à matéria, cujo relatório acabamos de ler.

À margem, gostaria de lembrar a importância do acompanhamento da execução orçamentária dos órgãos da União, dos Estados e dos Municípios. Esse é um bom exemplo de que uma obra pública pode, muitas vezes, na sua execução, apresentar distorções e erros de toda natureza, que, com a devida vigilância do Tribunal de Contas da União e desta Comissão, podem ser corrigidos e penalizados os responsáveis por esses deslizamentos, quando for o caso.

Tenho dito reiteradamente que esta Comissão não pode abrir mão não só da sua prerrogativa de órgão constitucionalmente responsável pela execução e pela fiscalização da execução orçamentária, mas sobretudo pela sua obrigação de cumprir os preceitos constitucionais afetos à sua autoridade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Walter Pinheiro) – Apresentado o relatório pelo nobre Relator, abriremos a discussão.

Em discussão a matéria.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Relator, ouvi atentamente o relatório apresentado pelo Senador José Maranhão e apelaria para que não votássemos essa matéria hoje.

O relatório do TCU apresentado é de sessão datada de 18 de abril deste ano e há situações que não ficaram de todo esclarecidas. Por exemplo: o Tribunal, apesar de considerar grave o rol de itens apresentado para que a INFRAERO se imponha à empresa Themag Engenharia e Gerenciamento Ltda., no Item 9.5, no final do relatório, deixa claro que, apesar de graves, esses itens não impedem a alocação de recursos no programa de trabalho, haja vista a possibilidade de saneamento dessas irregularidades em razão das medidas corretivas determinadas à INFRAERO.

No Item 9.4.16., o Tribunal assevera que as providências deverão ser adotadas no prazo de 60 dias. Ora, Sr. Presidente, Sr. Relator, alguns itens são graves; inclusive o Tribunal determina à INFRAERO que aplique uma sanção à empresa contratada por descumprimento das normas técnicas e do cumprimento da execução defeituosa do contrato, item 9.4.15.

Em assim sendo, sugeriria ao relator que oficiássemos o Tribunal de Contas da União, já que o prazo asseverado no item 9.4.16 foi de 60 dias, e a sessão se deu no dia 18 de abril – e já estamos no mês de novembro. Passado todo esse período, seria conveniente que nós tivéssemos as informações desses 15 itens impostos à INFRAERO.

Faço um apelo ao Senador José Maranhão para que oficiássemos o TCU, no sentido de que nos informe se a INFRAERO cumpriu ou não as determinações e se corrigiu os erros técnicos e o descumprimento do contrato que estava sendo objeto daquela análise no mês de abril.

Com isso, entendo que sanaríamos essa dúvida, que pelo menos eu exponho nesse momento, e poderíamos voltar, num segundo momento, a essa matéria para deliberação.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Eu quero apoiar o Deputado Claudio Cajado e ponderar ao nosso Presidente, José Maranhão, que se retire de pauta a referida matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Walter Pinheiro) – Há oradores inscritos, mas antes de lhes passar a palavra, quero fazer uma ponderação. O Deputado Claudio Cajado apresentou uma proposta de retirada da matéria com a conseqüente remessa...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, uma posição contrária.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Walter Pinheiro) – Deixe-me só fazer o encaminhamento. Se o Plenário acatar essa retirada, nós teríamos que...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Veja bem, aqui, na verdade, foi uma posição do TCU de inspeção feita. A sessão que aprovou esse relatório do TCU foi realizada em abril. Evidentemente, o TCU



deu à INFRAERO várias orientações. A obra continuou, desde que fossem observadas aquelas recomendações. O Comitê de Obras Irregulares vai se debruçar sobre essa matéria. Certamente, deve ter um outro relatório do TCU, previsto para o dia 30 de novembro, apresentando um novo posicionamento. Nada impede que aprovemos essa matéria, pois se trata de fato já passado. Isso não influenciará em nada a questão do Orçamento, porque essa posição do TCU e a posição do Comitê de Obras Irregulares vão subsidiar os sub-relatores e o relatório geral ainda será produzido. Obviamente, vai analisar essa situação, podendo ou não recomendar ao Relator Geral e aos sub-relatores a sua continuidade ou não. Essa competência é da Comissão Mista de Orçamento. Nada impede que venhamos a aprovar este relatório. O Comitê analisará essa situação posteriormente ao relatório feito pelo TCU. Deve haver, por parte do TCU, um novo relatório até o dia 30 de novembro, e o Comitê orientará as bancadas. Nada impede que aprovemos esta matéria, o que não atrapalhará em nada. Ao contrário, o que tinha que atrapalhar já atrapalhou. Agora, é tentar acertar aquilo que estava errado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Walter Pinheiro)

– Com a palavra o nobre Relator.

**O SR. SENADOR JOSÉ MARANHÃO** – Na realidade, nós estamos aqui diante de uma questão processual interessante. Esta Comissão tem um Comitê para avaliação das obras com graves irregularidades. No nosso relatório, estamos utilizando a prática anterior à instituição desses Comitês. Acho que a prática também é uma boa escola. Gostaria até de comunicar a V.Exas. que, doravante, antes de distribuir aos membros integrantes da Comissão matérias nessa mesma situação, com aviso de obras em graves irregularidades, farei a distribuição prévia ao Comitê, para que o mesmo, administrativamente, peça as informações ao Tribunal de Contas da União. Tenho impressão que o prazo oferecido pelo Tribunal de Contas já decorreu e o órgão deve ter essas informações em mãos.

Entendo prudentes as cautelas que o Deputado Cajado está apresentando com relação às nossas responsabilidades nessas matérias, que são muito grandes.

Então, como Relator, concordo. Se aprovada a minha sugestão, no sentido de sustar a apreciação pelo Plenário desta matéria, vamos remetê-la ao Comitê de Obras com Graves Irregularidades, e, só depois das informações que certamente serão obtidas pelo Comitê, reapresentaremos em outra reunião, esse relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Walter Pinheiro) – A sugestão do nobre Relator acata a proposta apresentada pelo Deputado Claudio Cajado, portan-

to, de retirada de pauta neste momento do Aviso nº 24/2007, com o devido envio para o Comitê de Obras com Graves Irregularidades e a tomada de providências no sentido de solicitação de informação junto ao Tribunal de Contas da União.

Há alguma discordância em relação a esse encaminhamento, por parte de algum membro desta Comissão? Todos os partidos estão de acordo? *(Pausa.)*

Fica retirado da pauta o Item 24/2007, associado às devidas providências já sugeridas inclusive pelo nobre Relator, no que diz respeito ao encaminhamento da matéria.

Passo a Presidência ao nobre Senador José Maranhão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Aviso nº 25/20007, que *“encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 1691/2007, TCU, Plenário, bem como dos respectivos relatório e voto, que o fundamentaram, relativo à auditoria, versando sobre a transformação de unidades geradoras de energia elétrica, para viabilizar a utilização de gás natural em Manaus-AM, TC nº 014602/2007– 7”*. Relator Deputado Pedro Novais.

Não foram apresentadas emendas. Votos pela inclusão no Anexo 6, da Lei nº 11.451/07 – LOA 2007, do subtítulo 25.752, 1.042, 3.261-0013, transformação de unidades geradoras de energia elétrica para utilização de gás natural em Manaus-AM, no Estado do Amazonas, UO 32.273, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

Com a palavra o Relator, para apresentação do relatório.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, voto:

As obras em exame não constam do Anexo 6, da Lei 11.451/07, LOA 2007. Contudo, as informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas dão notícias de irregularidades graves que impedem seu prosseguimento com recursos da União.

Diante disso, voto no sentido de que esta Comissão:

**a** – tome conhecimento do Aviso nº 25, de 2007-CN e das peças que o acompanham;

**b** – inclua no Anexo 6, da Lei 11.451/07, LOA-2007, com fulcro no art. 104, da Lei nº 11.439/06, LDO/2007, os Subtítulos 25.752; 1.042, 3.261; 0013, transformação de unidade geradora de energia elétrica para utilização do gás natural em Manaus-AM, no Estado do Amazonas. Unidade Orçamentária 32.273, nos termos do projeto de decreto legislativo. Deputado Pedro Novais, Relator.



Projeto de decreto legislativo inclui no Anexo 6, da Lei 11.451, LOA/2007, o Subtítulo 25.752, 1.042, 3.261, 0013, transformação de unidade geradora de energia elétrica para utilização do gás natural em Manaus-AM, no Estado do Amazonas, Unidade Orçamentária 32.273.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – fica incluído no anexo 6, da Lei 11.451/07, LOAS 2007, Subtítulo 25.752, 1.042, 3.261, 0013, transformação de unidade geradora de energia elétrica para utilização do gás natural em Manaus-AM, no Estado do Amazonas, Unidade Orçamentária 32.273.

Art. 2º – O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico– financeiro da execução das obras mencionadas no art. 1º deste decreto legislativo, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º – Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

15 de outubro de 2007. Pedro Novais, Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, no mesmo diapasão que já foi discutido aqui, como o julgamento do TCU foi em agosto, e a irregularidade apontada foi a falta de planilha que acompanhasse a licitação, possivelmente essa irregularidade já deve ter sido superada. Peço a V.Exa. a retirada de pauta, para que o Comitê de Obras verificasse junto ao empreendedor, a ELETRONORTE, e junto ao TCU, se essa situação apontada irregular já foi superada. Pelo que vejo do relatório, trata-se da falta de uma planilha e da exigibilidade do processo licitatório.

Pediria, por esta razão, a retirada de pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Continua em discussão o relatório.

Não havendo mais oradores, está encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara Federal.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

A matéria foi aprovada por unanimidade na apresentação das 2 Casas do Congresso.

Item 3, da Pauta, 32/07.

Requerimento 22/20007, CMO, que “*requer o envio do Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2007, e*

*de seu substitutivo para a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania*”.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, vejo que o Relator do Orçamento, o nobre Deputado José Pimentel se encontra em plenário; já são 23h25. Se pudéssemos agilizar a votação dos destaques, para que ocorressem antes das 24h, poderíamos publicá-los ainda hoje, e os prazos correriam a partir de amanhã. Se tal não acontecer até às 24h, só poderemos publicá-los a partir de amanhã e, conseqüentemente, os prazos só terão início na quinta-feira. Sendo dias corridos, vencerão justamente no feriado, salvo engano, o que poderá nos trazer o transtorno de termos na segunda-feira o último dia de prazo para as emendas.

Estou errado? Se estiver, gostaria de que a Mesa me informasse quando iniciará o prazo, a partir da publicação, se não votarmos os destaques até meia-noite de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Vamos publicar em meios eletrônicos a matéria já aprovada, e o prazo começará a contar a partir da publicação, que deverá ocorrer a partir de amanhã.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Se o correio eletrônico for direcionado ainda hoje aos gabinetes, a partir da zero hora, já estaremos no dia de amanhã. Então, os prazos só se iniciarão no dia seguinte, ou seja, na quinta-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Peço à Secretaria que providencie a distribuição do relatório aos membros da Comissão, para que prossigamos a votação dos destaques.

Passo a palavra ao Relator para adicionar algum argumento ou fato a seu relatório, se assim julgar necessário.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, por se tratar de acordo de procedimento, pediria a V.Exa. e ao Plenário que votássemos em globo o parecer, que considera 23 destaques ao parecer preliminar.

Desses 23 destaques, nosso voto é pela aprovação dos Destaques de nºs 5, 16, 20, 21 e 23 e pela rejeição dos Destaques de nºs 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19 e 22.

É esse o parecer, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Pelo Regimento Interno da Casa, destaque não tem

discussão, só para o autor do destaque e para o Relator. Se V.Exa. apresentou algum destaque, logicamente terá direito à palavra.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – O Destaque de nº 6.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Claudio Cajado para falar sobre os destaques de sua autoria.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, gostaria de ouvir do Relator seus argumentos para não acatar o Destaque nº 6, de minha autoria, que tem por fim coibir que sejam apresentadas emendas ao Orçamento que destinem recursos a entidades privadas em que membros dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou respectivos cônjuges, companheiros, parentes em linha reta ou colaterais por afinidade até o terceiro grau sejam ou tenham sido, nos últimos 5 anos, proprietários, controladores, diretores ou empregados dessas entidades privadas.

O destaque visa impedir que o Parlamentar, por exemplo, distribua recursos para uma associação ou entidade a que sua esposa ou seu filho pertençam.

Então, eu queria ouvir a resposta de V.Exa. e me resguardar para a tréplica.

**O DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, a rejeição do destaque se dá porque o Decreto nº 6.170, de 2007, disciplina esta matéria, e a LDO também disciplinou o mesmo tema, e nós acolhemos. Havia uma outra emenda, idêntica a esta, de nº 44, de autoria do Senador Valdir Raupp, e nós a acolhemos parcialmente, estendendo a medida para os cônjuges e companheiros dos membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União, do Tribunal de Contas da União e servidores públicos vinculados ao órgão ou à entidade concedente. Portanto, cônjuges, companheiras e companheiros, nesta situação, têm impedimento.

O que V.Exa. solicitava era a extensão do parentesco até o terceiro grau. Como o decreto e a LDO limitaram a vedação a cônjuges e companheiros de membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nós acolhemos parcialmente as Emendas de nº 44, 92, 147, 163, 195 e 206, no parecer preliminar, no que diz respeito à incorporação do Ministério Público da União, do Tribunal de Contas da União e servidores públicos vinculados ao órgão ou à entidade concedente, e deixando de estender o parentesco até o terceiro grau, porque a LDO limitou a vedação a cônjuges e companheiros.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Mas, Deputado José Pimentel, o que abunda não prejudi-

ca. Se um decreto limita o parentesco a menos, nós podemos estendê-lo até o terceiro grau. Eu acho que a vedação relativa a parentes e companheiros que mantêm um vínculo marital, até nos Municípios, que V.Exa. excluiu, é uma regra que visa moralizar.

Então, eu pediria que se votasse o meu destaque separadamente e não em globo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Para um esclarecimento ao Deputado Claudio Cajado, cito o art. 138, § 2º, da Resolução nº 1/2006, que estabelece:

“Art. 138 .....

.....

§ 2º Não será aceita solicitação para votação em separado de destaque após a aprovação de requerimento para votação em globo dos destaques”.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Desculpe-me, Sr. Presidente, mas não foi votado o requerimento para votação *in totum*, em globo. Não foi votado. Por isso que eu já estou me posicionando contrariamente à votação em globo.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Não foi votado, e eu também quero que seja votado em separado o meu destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. quer destacar, quer que seja votado em separado o seu destaque?

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – O Relator não aceitou o meu destaque. Eu poderia concordar com a votação *in totum*, em globo, de todos os destaques, se S.Exa. tivesse acatado o meu destaque. Tendo em vista que S.Exa. não acatou o meu destaque, eu quero que o Plenário delibere sobre essa minha tese, que eu acho que é moralizadora para o Congresso Nacional, para o Orçamento, e vai além do que estipulou a LDO.

Qual é o problema? Se a LDO estabeleceu a vedação até o segundo grau de parentesco, nós queremos estabelecer até o terceiro grau.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Só por economia processual, nobre Deputado, eu gostaria que V.Exa. citasse o número dos destaques que quer que sejam votados separadamente.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Número 6.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Sr. Presidente, o PPS gostaria de informar que também acompanha a proposição do Deputado Claudio Cajado, porque acha que é moralizadora e que não há prejuízo nenhum em aprová-la.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Tudo bem.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, eu peço que seja votado em separado o meu Destaque nº 47.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Sr. Presidente, só para contribuir.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Eu pediria a V.Exa. que respeitasse o orador que está com a palavra.

Com a palavra o Deputado Pedro Novais.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, peço que seja votado em separado o meu Destaque nº 47, que também tem fim moralizador. Ele visa a determinar que o Relator-Geral avalie as despesas com pessoal e encargos constantes da proposta orçamentária, em especial no tocante às operações de gasto com pessoal, proposta no anexo...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Eu acho que V.Exa. está incorrendo num equívoco. Não existe esse Destaque nº 47. Não seria a Emenda nº 47?

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Emenda nº 47. Desculpe-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Qual é o número do destaque?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – É o Destaque nº 20.

Sr. Presidente, só para ajudar, informo que foi aprovado na sua totalidade o Destaque nº 20, que autoriza...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– V.Exa. será atendido.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Muito obrigado. Então, desculpe-me, Sr. Deputado José Pimentel, porque eu li o nº 47.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– V.Exa. está apresentando destaque certamente com a intenção de aprovar a Emenda nº 47. Pois ela está entre as aprovadas.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, eu estou pedindo desculpas pelo seguinte, só para me justificar: os 2 destaques estão na mesma página. O primeiro tem o nº 47, e o segundo tem o nº 197.

A Emenda nº 197, Sr. Deputado José Pimentel.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – A Emenda nº 197 é resultante do Destaque nº 21, também aprovado.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Foi aprovado?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Também.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Sr. Deputado Pedro Novais, a esta hora, todos nós estamos cansados, e a pressa sempre foi inimiga da perfeição. V.Exa. realmente está vigilante. E é bom.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – O Deputado Pedro Novais não está satisfeito nem tendo os seus destaques aprovados. Imagine nós, que não temos nada aprovado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, eu não vou polemizar com o Relator, meu ilustre amigo e companheiro. E eu sei que é difícil aprovar uma proposta orçamentária que contemple todas as diversidades. Agora, a não-aprovação da emenda deixará o próprio Governo em situação complicada. É intenção do próprio Ministério do Planejamento – e, na mesa de negociações com os servidores federais, tem sido abordada a questão – a extensão do plano de saúde para todos. Mas o valor pago atualmente, por beneficiário, é de R\$42,00, insuficiente para o cumprimento do acordo.

Então, o não-acolhimento da matéria, embora eu saiba que há impacto orçamentário, deixará um termo acordado em mesa de negociação com os servidores federais descumprido.

Trata-se do Destaque nº 1.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Pergunto a V.Exa. qual é o número do destaque.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – É o Destaque nº 1, o primeiro destaque. Inclusive, há uma resolução normativa...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– É o Destaque nº 1?

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – É o Destaque nº 1.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– V.Exa. requer a votação em separado?

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – É o Destaque nº 1; Emenda nº 201.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, deixe-me ver se é possível fazermos um acordo de procedimentos para concluir esta votação.

Quanto ao Destaque nº 6, de autoria do Deputado Claudio Cajado, que amplia as vedações do art. 39, §5º, da LDO/2008, o Relator-Geral está reformulando o seu voto para aprová-lo na sua totalidade, como forma de fecharmos o acordo de procedimentos.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Agradeço, Sr. Presidente! Terá o meu voto, agora, para a votação em globo.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, eu gostaria que estendesse isso aos Municípios também.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – No que diz respeito ao Destaque nº 1, do nobre Deputado Eduardo Valverde, nós estamos rejeitando, por insuficiência de recursos. Com um dado: o Orçamento da União está elevando de 118 bilhões para 130 bilhões de reais os recursos da União a serem investidos no pagamento do pessoal da ativa, de aposentados e pensionistas. Parte desses recursos poderá ser destinada para essa finalidade, desde que a comissão de negociação assim encaminhe.

E mais: o grande esforço desta Comissão é no sentido de atender à reivindicação de atualização da tabela de serviços de saúde de média e alta complexidades. O menor valor, relativo ao Estado do Amapá, é de 82 reais/ano; e o maior, relativo ao Estado de Mato Grosso do Sul, é de 132 reais/ano. No caso concreto dos servidores públicos, a União investe, hoje, 42 reais/mês.

Portanto, o que nós estamos discutindo, em face da escassez de recursos, é o tratamento que melhor vai atender a sociedade brasileira, beneficiária do Sistema Único de Saúde, fazendo com que o Estado do Amapá, que hoje recebe 82 reais por ano, e os demais Estados, obtenham benefício maior.

No caso da GEAP, temos de tratar dessa matéria junto ao Ministério do Planejamento, dentro dos 12 bilhões a mais incorporados ao Orçamento de 2008 para atender a política de pessoal.

Por isso, eu pediria ao Deputado Eduardo Valverde — e sei que a reivindicação é justa, mas para que cumpríssemos o acordo de procedimentos — que acolhesse a proposta de votação em globo dos destaques, como forma de encerrar este processo hoje, de permitir a publicação do relatório. Em seguida, trataremos, junto à Mesa e ao Ministério do Planejamento — e este Relator se compromete a ajudar —, dessa matéria.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, faltam 18 minutos. Eu requeiro votação em globo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Eu gostaria de informar a V.Exa. que não há mais nenhum requerimento para votação em separado, de forma que, em razão disso, estamos propondo a votação em globo dos destaques.

Os destaques apontados pelo Relator para aprovação são os de nº 5, 6, 16, 20, 21 e 23. Os que foram indicados pelo Relator para rejeição são os de nº 1 a 4, 7 a 15, 17 a 19 e 22.

Consulto o Plenário sobre a votação em globo das emendas, por tipo de voto.

Pela aprovação dos Destaques nº 5, 6, 16, 20, 21 e 23, como vota a representação da Câmara dos Deputados?

Os Srs. Deputados que os aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Pela aprovação dos destaques que já foram li-dos anteriormente, como vota a representação do Senado?

Os Srs. Senadores que os aprovam em globo, por espécie, queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Passaremos agora à votação da indicação de rejeição dos Destaques nº 1 a 4, 7 a 15, 17 a 19 e 22.

Como vota a representação da Câmara dos Deputados?

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passemos à votação no Senado Federal.

Como votam os Srs. Senadores?

Os Srs. Senadores que aprovam a indicação do Relator, pela rejeição dos destaques, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, estou recebendo, neste momento, informação sobre os prazos para a apresentação das emendas. Eu pediria a V.Exa. que, a partir de amanhã, desse ampla divulgação, nos meios de comunicação da Casa, para que os Deputados coordenadores de bancadas sejam avisados, no intuito de terem esses prazos bem claramente definidos, para que não haja, amanhã, uma confusão em termos de datas. Até porque o prazo para a apresentação de emendas encerra-se no dia 14, e o dia 15 é feriado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, vamos encerrar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Eu peço ao Deputado Claudio Cajado que aguarde um pouco, porque estamos em processo de votação.

Com a palavra o Sr. Relator, Deputado José Pimentel.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Pela ordem, com a palavra o Deputado Humberto Souto.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V.Exa., tão logo



termine esta votação, que dê continuidade à apreciação do Requerimento nº 22, que foi suspensa em decorrência do requerimento do Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, o Relator-Geral quer agradecer a todos os Líderes desta Comissão, a cada Deputada, a cada Deputado, a cada Senadora, a cada Senador; aos assessores da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional; aos consultores da Câmara e do Senado, e registrar que, com este acordo político firmado por todos nós, foi possível concluir esta votação.

Sr. Presidente, nós queremos ainda hoje publicar a redação final, ou seja, o resultado final do que aqui foi votado. A Consultoria está trabalhando nisso. Eu acredito que dentro de 10 minutos nós teremos a redação conclusiva, para fins de publicação nos meios eletrônicos de comunicação do Congresso Nacional.

É essa a posição do Relator, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – O relatório está aprovado, com as respectivas emendas aceitas ou indicadas para rejeição.

Portanto, eu quero felicitar todos os companheiros pela forma inteligente e expedita, pelo esforço sobretudo que todos fizeram no sentido de que mais esta peça do Orçamento fosse aprovada em tempo hábil, para garantir a aprovação do Orçamento Geral da União até o dia 19 de dezembro.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tendo em vista a aprovação do parecer preliminar; tendo em vista a aprovação dos critérios de admissibilidade das emendas individuais e coletivas por parte da Comissão específica, e aprovadas nesta Comissão, eu proponho aos nossos pares que reordenemos os prazos, para que, até o final desta Legislatura, votemos o relatório final.

Os prazos que o Relator-Geral está apresentando, após ouvir a Consultoria da Comissão Mista de Orçamento, são rigorosamente regimentais. E, se nós cumprirmos todos esses prazos aqui fixados, vamos, no dia 19 de dezembro, numa quarta-feira, votar no plenário do Congresso Nacional o relatório final, que espero seja aprovado por unanimidade nesta Comissão.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Seria no dia 21. No dia 19, será votado no plenário da Comissão.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Exatamente. No dia 21.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – No dia 21, no plenário do Congresso Nacional.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Portanto, o nosso recesso inicia-se no dia 22 de dezembro. Nós aprovaríamos o relatório final no penúltimo dia.

Amigo Claudio Cajado, deixe-me assim chamá-lo, eu pedira a V.Exa. que aquiescesse mais uma vez, como sempre tem feito, para que nós pudéssemos hoje aprovar este calendário, o que permitiria, já amanhã, a abertura do prazo para recebimento das emendas, tanto individuais quanto coletivas. Nós teríamos um prazo mais adequado, sem prejuízo de qualquer ajuste que tenha de ser feito posteriormente. Em nome desse procedimento acordado que está sendo feito aqui, eu pediria mais uma vez a sua contribuição, a sua colaboração, para podermos aprová-lo.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, se estiver ao alcance deste modesto Parlamentar, representante do pobre Estado da Bahia, V.Exa. terá toda a atenção necessária, até porque é uma pretensão benéfica para o País. Então, da nossa parte, achamos que o calendário está perfeito; e, se pudermos cumpri-lo, será uma grande vitória.

Mas hoje avancemos para que amanhã continuemos avançando também.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Relator, para a leitura de uma sugestão de calendário.

Naturalmente, nós estamos apresentando essa sugestão porque queremos ouvir a opinião dos companheiros. Até por uma questão de ética, não poderíamos divulgá-lo antes da edição por parte do Presidente do Congresso Nacional.

Eu peço ao Relator que faça a leitura, para que tenhamos o mínimo de conhecimento prévio sobre a matéria.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, hoje, 6 de outubro de 2007, aprovamos o parecer preliminar, por acordo.

Os demais itens do cronograma são os seguintes:

“11. Apresentação de emendas ao Projeto de Lei ..... de 7/11 a 14/11/2007;

12. Publicação e distribuição de avulsos das emendas”...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Uma correção: é 6 de novembro. Aí está errado: registraram 6 de outubro.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Dia 7 é amanhã.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – No item *Votação do Relatório Preliminar e suas emendas*, registrou-se 6 de outubro.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Mas é 6 de novembro, é claro. Estou corrigindo. Exatamente. Foi um pequeno equívoco cometido na hora da digitação.

Prossigo na leitura:

“11. Apresentação de emendas ao Projeto de Lei ..... de 07/11 a 14/11/2007;

12. Publicação e distribuição de avulsos das emendas ..... até 19/11/2007;

13. Apresentação, publicação, distribuição e votação dos Relatórios Setoriais;

13.1 Relatório do Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE) sobre as emendas individuais e coletivas apresentadas: – Entrega, à Secretaria da CMO, para publicação e distribuição ..... 19/11/2007; – Votação no Plenário da Comissão ..... 20/11/2007;

13.2 Entrega das definições para elaboração dos Relatórios Setoriais aos Consultores da COFF/CD e da CONORF/SF, pelos Relatores Setoriais: – Áreas Temáticas VI a X ..... 24/11/2007; – Áreas Temáticas I a V ..... 25/11;

13.3 Relatórios Setoriais e Relatório do Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas quanto às emendas de Relator: – Entrega, à Secretaria da CMO, dos Relatórios Setoriais das Áreas Temáticas VI a X ..... 26/11/2007; – Entrega, à Secretaria da CMO, do Relatório da CAE referente às Áreas Temáticas VI a X ..... 27/11/2007; – Entrega, à Secretaria da CMO, dos Relatórios Setoriais das Áreas Temáticas I a V ..... 28/11/2007; – Entrega, à Secretaria da CMO, do Relatório da CAE referente às Áreas Temáticas I a V ..... 29/11/2007; – Votação, no Plenário da CMO, do Relatório da CAE e dos Relatórios Setoriais das Áreas Temáticas VI a X ..... 03/12/2007; – Votação, no Plenário da CMO, do Relatório da CAE e dos Relatórios Setoriais das Áreas Temáticas I a V ..... 04/12/2007”.

Esclareço que CAE é a Comissão de Admissibilidade de Emendas.

Prossigo na leitura:

“14. Relatório de Reavaliação da Receita

14.1 Entrega, à Secretaria da CMO, para publicação e distribuição ..... 05/12/2007

14.2 Votação no Plenário da CMO ..... 07/12;

15. Apresentação, publicação, distribuição e votação do Relatório Final do Relator-Geral

15.1 Entrega de Documento e Relatórios, à Secretaria da CMO, para publicação e distribuição

*Documento elaborado pelas Bancadas Estaduais, contendo suas definições quanto à destinação dos recursos de que trata o art. 57 da Resolução nº 1/2006-CN ..... 10/12/2007*

*Relatório Final do Relator-Geral ..... 13/12/2007*

*Relatório da CAE sobre as emendas apresentadas pelo Relator-Geral ..... 14/12/2007*

*Relatório do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades graves ..... 14/12/2007;*

15.2 Votação do Relatório Final no Plenário da CMO ..... 17/12/2007

16. Encaminhamento do Parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional até 19/12/2007

17. Votação do Parecer da CMO no Plenário do Congresso Nacional até 21/12/2007

18. Implantação das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração de Autógrafos até 22/12/2007”.

Sr. Presidente, é este o calendário proposto.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Sr. Presidente, pela ordem.

Ainda tem matéria a ser votada. Eu acho que já terminamos a votação do relatório. V.Exa. começou a ler o Requerimento nº 22. Vamos terminar, para irmos embora.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Pela ordem, com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, eu pergunto ao Relator e a V.Exa. se o prazo para a apresentação de emendas poderia ser estendido até o dia 16.

Vou dar uma justificativa: o Comitê de Avaliação de Obras com Indícios de Irregularidades vai buscar instrumentalizar os coordenadores de bancada e os Relatores-Setoriais com um relatório preliminar sobre obras irregulares e inacabadas. Pela própria LDO, as obras inacabadas devem ter, automaticamente, aporte de recursos orçamentários. Uma obra não pode ficar inacabada o tempo todo. As bancadas têm de tomar conhecimento de qual obra está inacabada no seu

Estado para discutir a possibilidade de aporte de recursos orçamentários.

Vamos ter dificuldade, Relator, de fazer esse relatório preliminar de obras inacabadas para apresentar na data fixada. Como o dia 15 é feriado, e não vai haver movimento nesta Casa, indago se seria possível prorrogar o prazo até o dia 16...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Não, é em novembro, agora.

E as bancadas teriam um prazo maior para discutir internamente essa situação polêmica.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Eu sei que a vontade de todos é a de obter um prazo maior. Acontece que, em face dos nossos acordos de procedimentos, desde o dia 18 de outubro até hoje estamos votando o parecer preliminar. Qualquer alteração nesse prazo pode impedir a votação, nesta Legislatura, do Orçamento da União.

Portanto, nobre Deputado Eduardo Valverde, a partir de agora teremos de trabalhar. Inclusive, este Relator vai ficar aqui no sábado e no domingo para dar conta dos trabalhos. Se nós prorrogarmos esse prazo do dia 14 para o dia 16, somente no dia 21 publicaríamos e distribuiríamos os avulsos das emendas. Deve haver em torno de 6 mil emendas a serem analisadas.

Eu peço a V.Exa. que, com este Relator-Geral, passe aqui alguns finais de semana, para que possamos cumprir rigorosamente esse prazo.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu requeiro a V.Exa. que dê continuidade à discussão da matéria que se iniciou antes da leitura do relatório pelo Sr. Relator-Geral.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Eu estou entendendo a solicitação de V.Exa., mas há uma matéria em discussão, que é este calendário.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Sr. Presidente, nós já votamos! Não há mais matéria. Qual é a matéria que está em discussão, Sr. Presidente?

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V.Exa. que proceda à verificação de *quorum*.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Sr. Deputado, está evidente a inexistência de *quorum*. Não se trata apenas da inexistência de *quorum*, que está muito reduzido, mas porque já é 0h2min.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, antes disso, eu quero já publicar o parecer. Já tem como publicar o parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – O Relator comunica que está rubricando o parecer para a distribuição aos presentes.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Portanto, 2 minutos são suficientes para que eu possa rubricar e distribuir na pasta da Comissão.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Sr. Presidente, vamos continuar a votar as matérias constantes da pauta.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Sr. Presidente, nós não temos mais *quorum* para deliberar. A matéria já foi deliberada, e eu apresentei essa questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Eu já declarei encerrada a sessão. Estamos aguardando apenas, extra-oficialmente, a rubrica, pelo Relator, do relatório, para distribuí-lo entre os companheiros aqui presentes. Aos que quiserem recebê-lo peço que esperem mais 5 minutos, para o Relator concluir a rubrica da matéria.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Sr. Presidente, vamos continuar a votação das matérias.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, apenas como observação, porque V.Exa. já a declarou encerrada, afirmo que havia *quorum* para a manutenção da sessão. O *quorum* é de um sexto dos Parlamentares. Não havia *quorum*, eventualmente, para deliberação, embora a Comissão tenha 30 Deputados...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Eu quero comunicar a V.Exa. que o acordo feito foi para votar o PPA e as suas emendas.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – O relatório preliminar.

Esse foi o acordo feito.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Não, Sr. Presidente. V.Exa. está equivocado. Nós votamos alguns PL.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, há *quorum* para deliberar. V.Exa. já declarou encerrada a sessão, mas há *quorum* até para deliberar.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Não declarou encerrada, não! Sr. Presidente, V.Exa. declarou encerrada a sessão?

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Pela ordem, Sr. Presidente. Só houve pedido de verificação de *quorum* depois da votação.



**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Já declarei encerrada a sessão. Agora, eu não posso deixar de ouvir os colegas que estão falando.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Mas havia *quorum* para manter a sessão e havia *quorum* para deliberar.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Está mais do que evidente que não tem maioria.

**Ata da Vigésima Sexta Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada para 7 de novembro de 2007.**

Às quinze horas e um minuto do dia sete de novembro do ano de dois mil e sete, foi convocada a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes das Pautas nºs 32 e 33. Foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Claudio Cajado, Eduardo Sciarra, Eunício Oliveira, Giacombo, Humberto Souto, Nelson Meurer, Pedro Fernandes, Regis de Oliveira e Vanderlei Macris; – **Senadores titulares:** Jayme Campos e José Maranhão; – **Deputados suplentes:** Geraldo Resende, Pedro Chaves e Ricardo Barros; – **Senador suplente:** Flexa Ribeiro. Foi registrada a ausência dos membros titulares: – **Deputados:** Daniel Almeida, Edinho Bez, Eduardo Gomes, Fábio Ramalho, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Ivan Valente, José Pimentel, Manoel Junior, Márcio Reinaldo Moreira, Mussa Demes, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Novais, Rafael Guerra, Roberto Rocha, Rose de Freitas, Vignatti, Walter Pinheiro, Wellington Roberto e Zé Gerardo; – **Senadores:** Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Efraim Morais, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Sérgio Guerra e Sérgio Zambiasi. **ABERTURA:** havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou iniciados os trabalhos. **ENCERRAMENTO:** tendo em vista a falta de *quorum* para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, às quinze horas e dois minutos o Presidente encerrou os trabalhos. Antes, convocou reunião ordinária para o dia 21 de novembro às 14h30min no plenário 2 da Câmara dos Deputados e cancelou as reuniões extraordinárias marcadas anteriormente para o dia 7 de novembro às 16h30 e 19h30 e para o dia 8 de novembro, às 10, 13 e 15 horas. Para constar, eu,

Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador José Maranhão. Presidente.**

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Há número regimental para abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 26ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 32 e 33.

Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberar nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, encerro a presente sessão e convoco outra reunião ordinária para o dia 21 de novembro, quarta-feira, às 14h30min, neste plenário.

A reunião está encerrada.

**Ata da Sexta Reunião de Audiência Pública da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 13 de novembro de 2007.**

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia treze do mês de novembro do ano de dois mil e sete, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Senador José Maranhão. A reunião foi convocada para ouvir o Secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, acerca da *avaliação do cumprimento das metas fiscais referente ao 2º quadrimestre de 2007, conforme disposto no art. 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal*. Foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Claudio Cajado, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Gonzaga Patriota, José Pimentel, Pedro Fernandes, Regis de Oliveira, Vanderlei Macris e Wellington Roberto; – **Senadores titulares:** Antônio Carlos Valadares e José Maranhão; – **Deputados suplentes:** Alex Canziani, Carlos Alberto Leréia, Duarte Nogueira, Geraldo Resende, Gorete Pereira, Marcelo Castro e Pedro Chaves. Foi registrada a presença do Deputado Gilmar Machado parlamentar não integrante da Comissão. **ABERTURA:** o Presidente declarou iniciada a reunião e solicitou ao Secretário que tomasse assento à Mesa. Em seguida, esclareceu que de acordo com o estabelecido no *art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, o palestrante disporia de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteado. Conforme o estipulado no *art. 256, § 5º, do Regimento Interno da*



*Câmara dos Deputados*, o Presidente comunicou que os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. O Presidente anunciou a abertura da lista de inscrições para o debate. Após, a palavra foi transferida ao palestrante, que discorreu sobre o tema em apreço, fazendo uso de projetor de multimídia. Encerrada a apresentação às quatorze horas e cinquenta e oito minutos. Os debates foram iniciados. O Deputado Claudio Cajado interpelou o palestrante. Às quinze horas e quatro minutos o Deputado Devanir Ribeiro assumiu a direção dos trabalhos, conforme estabelece o *art. 14º da Resolução nº 01, de 2006-CN*. Em seguida o Secretário do Tesouro Nacional os questionamentos do parlamentar. Foi assegurada a réplica ao Deputado Claudio Cajado. O palestrante respondeu. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais oradores inscritos, o Presidente em exercício agradeceu a presença do Secretário do Tesouro Nacional e declarou encerrada a reunião. Os trabalhos foram finalizados às quinze horas e vinte e dois minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata.

**Senador JOSÉ MARANHÃO. Presidente.**

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 6ª reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvirmos o Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Sr. Arno Augustin, que irá discorrer acerca da avaliação do cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre de 2007, conforme disposto no art. 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de 20 minutos para fazer sua exposição, não podendo ser apartado.

Conforme o estipulado no art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultada a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

A lista de inscrições para o debate está aberta.

Com a palavra o Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Arno Augustin.

**O SR. ARNO AUGUSTIN** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar cumprimento os membros da Comissão Mista de Orçamento.

Estamos aqui com a missão de apresentar, nos termos da legislação, o relatório sobre avaliação e cumprimento de metas do segundo quadrimestre, ou seja, o período até agosto deste ano.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

A primeira planilha apresenta os resultados previstos no Decreto nº 6.173, a partir das diretrizes da LDO, que significam uma meta de setor público consolidado de 95,9 bilhões, dos quais 71,1 bilhões do Governo Federal, sendo 53 bilhões do Governo central e 18,1 das estatais federais.

A próxima planilha apresenta as metas de receita, despesa, resultado primário e os valores realizados. Por ela nós podemos perceber que, mais uma vez, as metas foram cumpridas, ou seja, tivemos um resultado primário do Governo central de 52,514 bilhões contra uma meta de 43,674 bilhões. O resultado primário do Governo Federal, incluindo as estatais, foi de 62,53 bilhões contra uma meta de 54,182 bilhões.

Se fôssemos considerar a autorização dada na LDO de abatimento do PPI, ou seja, os valores que podem ser abatidos da meta nos termos da LDO e que foram, no período até agosto, de 2,974 bilhões, a meta seria de 51,955 bilhões, e foram atingidos 62,53 bilhões.

Portanto, por qualquer um dos critérios, estamos atingindo, e com uma folga importante, a meta.

A próxima planilha apresenta essas mesmas ponderações. A meta do Governo central, de 43,7 bilhões, contra o executado de 52,5 bilhões. A meta das estatais, 10,5 bilhões, não foi totalmente cumprida, mas não há problema, porque o cumprimento pode ser conjunto, ou seja, Governo central e estatais, de 9,5 bilhões, que leva ao resultado de 62,1 bilhões contra 54,2 bilhões de meta.

Passando para a próxima planilha, apenas para ilustrar, de modo que V.Exas. tenham comparação em relação a outros anos. A *performance* no período de janeiro a agosto é usual, ou seja, tradicionalmente se consegue atingir parcela importante da meta anual já nesse período. Por exemplo: em 2004, o percentual de cumprimento da meta anual até agosto foi de 91%; 95%, em 2005; 87,2%, em 2006, e 87,3%, em 2007. Ou seja, resultados muito semelhantes deste ano com os de 2006.

A próxima planilha apresenta o resultado até agosto como proporção do PIB no acumulado de 12

meses. Por esta planilha, também verificamos que até agosto de 2007 tivemos resultado primário do Governo central de 2,20 semelhante ao do ano anterior nesse período, de 2,42 – um pouco inferior, mas dentro de certa proporção.

Do setor público, incluindo os governos regionais e as estatais, 4,12, portanto, acima do 4,01 no período de 2006.

A próxima planilha apresenta o resultado até agosto no acumulado do ano, ou seja, aquilo que ocorreu em 2007, de janeiro a agosto, comparado de janeiro a agosto dos outros anos. Por esse critério também vemos similitude: 3,18%, em 2007, contra 3,28%, em 2006.

O resultado primário do setor público nesse período foi de 5,31, em 2007, contra 5,05, em 2006, e 5,67, em 2005. Portanto, resultados semelhantes.

Na próxima planilha, embora esteja apresentando os resultados até agosto – porque assim determina a legislação, o quadrimestral -, como já saiu o resultado de setembro, apresento os indicadores até setembro.

Até setembro de 2007, tivemos 2,22% do PIB no acumulado de 12 meses, muito semelhante a 2006, que foi 2,28%. Em 2007, no acumulado de 12 meses do setor público, 4,05% contra 3,85% de 2006. Percebe-se aqui que, de agosto para setembro, se mantém mais ou menos similitude entre 2006 e 2007.

O próximo é o resultado acumulado no ano, de janeiro até setembro. Resultado primário de 2,86% do PIB contra 2,91% em 2006. O setor público, 4,90%, em 2007, contra 4,74%, em 2006.

Esses números mostram constância e tranquilidade importantes – embora obviamente sempre tenhamos de trabalhar para manutenção das metas – de que as metas poderão ser alcançadas até o final do ano, assim como ocorreu nos anos anteriores.

A próxima planilha se refere às nossas projeções sobre a dívida líquida do setor público e informações sobre a evolução da nossa dívida pública. Trabalhando com o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com resultado primário previsto de 3,80% do PIB e com PPI de 0,45%, temos algumas projeções importantes.

Em setembro de 2007, a nossa relação dívida/PIB foi de 43,5%. Como se pode ver por este gráfico, há tendência de queda, e a projeção para os próximos anos é de queda importante. Este é o cenário que o Governo apresentou no projeto da LDO e também é o cenário de mercado. Ambas autorias de cenário apresentam relação dívida/PIB em 2010 entre 35,9%, aproximadamente 36% e 37,5%. São valores semelhantes.

O importante aqui é a tendência declinante da relação dívida/PIB. Ou seja, o Brasil, com o atual sistema de resultados primários e com a melhoria importante no

conjunto dos fundamentos do País, vem caminhando para uma relação dívida/PIB cada vez mais declinante, o que entendemos ser muito importante.

A próxima planilha se refere às principais variações no quadrimestre.

O nosso estoque de dívida pública mobiliária interna em 30 de abril de 2007 era de 1 trilhão 161 bilhões; em 31 de agosto, esse valor é de 1 trilhão e 200 bilhões. A variação nominal no período foi de 38,8 bilhões, ou seja, 3,3%.

Essa variação é decorrente das emissões, resgates, colocações diretas de títulos e dos juros nominais apropriados no período.

A próxima planilha mostra a evolução da dívida pública externa. O nosso estoque em 30 de abril de 2007 era de 134 bilhões; em 31 de agosto de 2007, de 123 bilhões. Isso significa a manutenção da tendência de diminuição da dívida externa brasileira tanto em função da política de recompra de títulos, quanto em função de pagamentos, de não emissão no mesmo patamar em que vão vencendo, e, evidentemente, da variação cambial. Portanto, a dívida externa teve variação nominal de menos 8,39%, ou seja, 11 bilhões menos no período.

A próxima planilha apresenta a dívida pública federal total, ou seja, externa e interna, emitida pelo Tesouro, em mercado. O estoque variou de 1.295 para 1.323, ou seja, variação nominal de 27 bilhões ou 2,13%, no período. Esse indicador é a soma das dívidas externa e interna, portanto tem variação menor que a dívida interna, já que a externa teve redução.

A próxima planilha é o nosso resultado do gerenciamento da dívida, questão importante que tem mantido o País em condições melhores do ponto de vista de risco, de um perfil melhor de sua dívida pública. Essa é uma evolução que vem ocorrendo ao longo do período.

Temos um plano anual de financiamento que, para 2007, prevê, por exemplo, prazo médio da nossa dívida pública interna entre 32 e 36 meses. Em setembro deste ano, já atingimos 36,1, ou seja, já superamos inclusive a banda superior da meta em termos de prazo, o que é positivo.

Percentual vincendo de dívida em 12 meses: estamos com 33,2% e o nosso plano anual de financiamento estabelece banda de 29 a 33. Estamos já quase dentro da meta, ou seja, a redução vem ocorrendo. Já tivemos percentuais vencendo bem maiores do que os atuais e essa tendência vai se expressar até o fim do ano e atingiremos a meta sem sombra de dúvida.

Participação dos estoques de diferentes tipos de indexadores.

Dívida prefixada. Há esforço no sentido de aumentar a participação de dívida prefixada para diminuir a dívida em SELIC.

Em setembro, estamos com 36,8, praticamente, dentro das bandas previstas para o final do ano: de 37 a 43. Em índice de preços, já estamos dentro das metas entre 23 e 27 para o final do ano. Então, já atingimos em setembro o que está previsto para o final do ano.

A redução da dívida em SELIC está ocorrendo. Ela está em 34,2, quando a meta estabelece entre 29 e 36.

A dívida em câmbio e TR também estão dentro do programado.

A dívida pública vem evoluindo positivamente. Ela está nos indicadores dentro das bandas do plano de financiamento. Por exemplo, o prazo médio da banda prevista é de 37 a 42. Estamos com 39,1. Para o percentual vincendo em 12 meses, estamos com 30,9, portanto dentro da meta para o final do ano de 27 a 31. A dívida prefixada em 34,4, ou seja, dentro da banda de 33 a 39.

Em índices de preço 23,9, portanto, entre 20 e 24, que é o previsto. Em SELIC 31,2, ou seja, entre 26 e 32. A dívida cambial, 8,9 já abaixo da banda inferior. Ou seja, a evolução e a redução da dívida cambial vêm em cenário bastante positivo.

Esses números mostram que os fundamentos tanto da economia brasileira quanto fiscais estão mantidos de forma que não só se cumpriram as metas previstas para o segundo quadrimestre como as expectativas são muito positivas para o cumprimento das metas do ano. Isso tem uma importância grande, particularmente em momentos de turbulência como o que vivemos hoje no mercado internacional.

O País vem se portando de forma muito positiva e diferente de outros momentos da sua história. Dessa forma, uma turbulência grande de países importantes, desenvolvidos, teve efeito muito pequeno no Brasil. Temos reservas muito significativas, e os fundamentos fiscais são positivos. O País está crescendo. Isso tudo resultou na turbulência internacional que vivemos durante o período. Ainda estamos percebendo que ela não teve impacto importante nem na rolagem da nossa dívida nem em nenhum dos fundamentos do País.

Portanto, hoje, a condição de o Brasil vencer momentos difíceis é bem melhor.

Sr. Presidente, essa a minha apresentação. Estou à disposição para algum esclarecimento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Consulto a Secretaria sobre a relação da lista de inscrição. (Pausa.)

Está inscrito o Sr. Deputado Claudio Cajado. Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, cumprimento V.Exa., o Dr. Arno e os demais membros desta Comissão.

Faço 3 indagações ao Secretário do Tesouro Nacional. A primeira, em relação ao aumento da dívida pública interna. Tenho dados que indicam que só no segundo semestre a parcela correspondente à dívida pública mobiliária interna aumentou 38,83 bilhões de reais. Isso significa o que o Governo pretende arrecadar com a CPMF no próximo ano.

Sabemos que o superávit primário está sendo uma meta para o controle da inflação. Sabemos também que o Governo zerou a dívida com os credores internacionais, com o FMI em especial. Mas a dívida interna continua numa escalada de crescimento, salvo melhor juízo.

O controle da inflação é necessário. O superávit primário de igual forma. Será que o aumento da dívida interna, principalmente em detrimento dos baixos índices de investimento, é uma política única, possível?

A segunda pergunta diz respeito à carga tributária atual do País. As condições macroeconômicas brasileiras são positivas diante do que estamos vendo no cenário internacional. Costumo ler, não sou economista, sou bacharel em Direito, muitos economistas. Todos dizem que o momento é propício para se reduzir a elevada carga tributária nacional. Todavia, não estamos percebendo, diante dos expressivos resultados sucessivos de recorde de arrecadação, nenhuma sinalização do Governo de diminuir a brutal carga tributária que incide na economia brasileira, em especial nos segmentos produtivos do empresariado nacional.

Sabemos que aqui e acolá tem-se feito política setorial de desoneração tributária. Mas essas políticas são fruto de pressão. Por exemplo, a pressão dos ruralistas. Mas na política de governo, não temos visto essa sinalização.

Se os cenários são positivos – o Dr. Arno acabou de expor sobre a diminuição da dívida/PIB –, por que não se promove a redução da carga tributária?

Com relação à meta do resultado nominal não atingida faria a seguinte pergunta: tendo em vista o não-cumprimento das metas nos últimos anos, a meta para o resultado nominal estabelecida na LDO, um déficit de 30,8 milhões, mostra-se factível? Em caso afirmativo, como o Governo pretende atingi-la?

Por que o Governo não promove essa política? Porque, segundo os economistas, cujos artigos tenho oportunidade de ler, seria esse o melhor momento para se atingir a redução da carga tributária.



Então, ressaltaria essa questão do resultado nominal não atingido.

Com relação ao aumento expressivo da dívida pública, do mês de abril para cá, houve variação de 3,34% que representa o bolo de arrecadação que a CPMF poderá gerar no próximo ano, se aprovada por este Congresso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Devanir Ribeiro) – Consulto a Secretaria da Mesa se há mais inscritos. (Pausa.) Não.

Então, passo a palavra ao Sr. Secretário do Tesouro para as respostas.

**O SR. ARNO AUGUSTIN** – Essas questões são importantes e estão presentes nos debates da sociedade brasileira.

A dívida pública interna tem um comportamento decorrente do conjunto de variáveis que a influencia, em especial a curva de juros. Do ponto de vista da análise, o que entendemos mais adequado é justamente a relação dívida/PIB, que vem caindo, conforme pude mostrar.

Nossa relação dívida/PIB, que no Brasil é de 43,5 em setembro, já foi bem superior. As projeções são no sentido de que continue a cair. Conforme expus, nesse período, houve variação de 38,8% da dívida interna, redução de 11,3% na dívida externa. Portanto, um resultado em termos de variação total de 27 bilhões.

No nosso entendimento, é uma evolução que atende ao objetivo de continuarmos a ter uma relação dívida/PIB menor. Tanto é que as projeções assim apontam.

Não concordo com o Deputado quando se referiu a baixos níveis de investimento. Com o primário obtido, esse resultado foi alcançado também num período em que o investimento do Governo Federal, em relação ao mesmo período do ano passado, cresceu 28%. Ou seja, estamos assistindo a um crescimento do investimento público no Brasil. Esse fator é importante. Ele é ainda menos do que seria o desejável. Ainda está em processo de aproximação do ideal, mas houve sim crescimento do investimento. Isso está sendo feito com a manutenção dos resultados primários dentro da meta.

Na minha opinião, o Brasil está andando para o lado certo, ou seja, está aumentando o investimento e mantendo a consistência fiscal. A relação dívida/PIB está caindo.

Refiro-me, agora, ao resultado nominal. Até agosto, por exemplo, mês que estamos analisando, houve o menor resultado negativo nominal da história recente do País: 2,08%. Essa redução importante do resultado nominal é a contrapartida de uma curva de juros, que lentamente foi diminuindo, de primários cumpridos,

em relação às metas. Portanto, o resultado nominal, que na LDO é uma estimativa, e não uma meta, vem ocorrendo. De tal forma que possamos, inclusive, tê-lo como algo não fora do cenário, e, em 2010 ou 2011, o Brasil não ter déficit nominal. Então, estamos trabalhando com um cenário de resultado nominal, de déficit nominal cada vez menor. É muito importante para no futuro o País passar a trabalhar não com a necessidade de gestão de dívida pública, com algum nível de pressão decorrente de resultado nominal não positivo. É uma evolução. Acho que estamos andando bem nesse sentido.

A carga tributária brasileira precisa ser qualificada. Por exemplo, nos primeiros meses, de janeiro a setembro de 2007, houve uma variação da receita de 2% em relação ao PIB nominal. No ano passado, até setembro de 2006, em relação a 2005, esse indicador era de 4,5%. Portanto, o ritmo de crescimento da receita tem diminuído, ou seja, houve algum momento de maior crescimento, mas mais recentemente isso está se adequando a patamares mais próximos do PIB nominal.

Evidentemente que contribui para isso um conjunto de desonerações feitas e programadas. Este Governo já desonerou algo em torno de 30 bilhões de reais, num conjunto de setores importantes.

De qualquer forma, é preciso dizer – e aí vem a qualificação da receita – que os aumentos que vêm ocorrendo não decorrem de alíquotas maiores. Pelo contrário. Até há desonerações. Eles decorrem de fatores saudáveis economicamente, de modo particular o crescimento econômico. Por exemplo, a arrecadação de um conjunto de tributos, particularmente da Previdência e do Imposto de Renda, é influenciada por forte crescimento da massa salarial no País, que cresceu 10% no período.

Portanto, é um conjunto de elementos saudáveis que decorrem também de aumento de eficiência de arrecadação. A Super-Receita (unificação da Previdência com a antiga Receita Federal) também significa uma evolução. Há um conjunto de elementos, mas, particularmente, o mais relevante é o próprio crescimento econômico, que puxa a arrecadação para cima. É bem diferente de uma carga tributária que eventualmente cresça em função de aumento de alíquotas.

A discussão sobre esse assunto – a forma de termos a melhor equação tributária, entendida não apenas como a carga, mas quais são os melhores tributos – é sempre presente, mas está dentro da política do Governo, que vem fazendo desonerações importantes.

O importante é que o Brasil está com fundamentos cada vez melhores. Eles precisam ser mantidos. Não podemos, ao mesmo tempo, dizer que é preciso atingir



o resultado nominal e reduzir a arrecadação, porque os 2 objetivos não são consistentes entre si. Não podemos dizer que queremos aumentar o investimento, diminuir a arrecadação e ter um resultado nominal.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – E se reduzir o custeio? Também é paralelamente. Dentro do custeio, põe para investimento e reduz a carga.

**O SR. ARNO AUGUSTIN** – O Deputado tem razão quanto a uma parte do custeio, mas a maior parte dele, por exemplo, decorre de áreas importantes, como são os casos da educação, que tem aumento importante, e da saúde, que vem cumprindo o previsto na legislação, inclusive com projeção de aumentos importantes para o ano que vem.

Na minha visão, não se pode falar em objetivos que podem ser conflitantes. A equação trabalhada ao longo de muito tempo, no Brasil, está construindo um país com investimentos mais corretos, um perfil de despesa melhor, com maior investimento. O conjunto de despesas de custeio de saúde, educação e os gastos sociais e previdenciários é o item que tem crescido. O custeio *stricto sensu*, administrativo, ou seja, o que é necessário para gerir a máquina, vem diminuindo. Fizemos a análise e chegamos a essa conclusão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Devanir Ribeiro) – Não havendo mais oradores inscritos, vamos para o encerramento desta audiência.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, só me permita uma tréplica. É regimental. É para enriquecer o debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Devanir Ribeiro) – Deputado Claudio, V.Exa. disse que não é o homem dos números, mas um bacharel em Direito e ainda Deputado. Por isso não pode ver um microfone que quer travar um debate. Então, a réplica pode ter a tréplica, mas o debate é salutar. Agora, não sei do horário que o Secretário do Tesouro dispõe.

**O SR. ARNO AUGUSTIN** – Sem problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Devanir Ribeiro) – O Governo quer reduzir a zero a carga tributária, mas desde que somemos com nossos Estados. Diminuir o ICMS seria bom.

Vamos ao debate.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Claro. Dr. Arno, vemos o aumento no Imposto de Renda acima da meta, em 29,1%. O senhor acabou de dizer que foi o aumento da economia, da atividade econômica. O País tem crescido, é verdade, mas o aumento do Imposto de Renda deve-se também ao crescimento da formalidade dos trabalhadores. Se está acima da meta a ser alcançada, há um ambiente favorável para diminuirmos, sim, a carga tributária.

O senhor diz que os investimentos aumentaram, mas quando examinamos o Plano-Piloto de Investimentos – PPI, verificamos que da meta de 2 bilhões e 979 milhões foi realizado apenas 2 bilhões e 227 milhões. Quando o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, por quem tenho grande admiração, esteve aqui, disse que até o mês passado só foi executado 9% dos recursos previstos no PPA. O próprio PAC tem tido um empacamento enorme, que, talvez, não dependa apenas do Governo, mas por exemplo das questões ambientais, que são um entrave claro nesse processo. Entendemos isso.

O fato é que às vezes analisamos os números e vemos claramente que o custeio tem aumentado não apenas nas áreas de educação, saúde e setores sociais, o que ninguém aqui é contra. Pelo contrário. Fui Relator da temática da saúde, e conseguimos aumentar significativamente os recursos para essa área, tirando apenas a dotação orçamentária que era do Ministério do Desenvolvimento Social, com o Bolsa-Família.

O Bolsa-Família tinha 2 bilhões e 300 milhões de reais alocados no orçamento da saúde. Como Relator, transferi esses recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e sobraram mais 2 bilhões e 300 milhões de reais para a saúde.

Isso ocorreu há 2 dois. No entanto, estamos presenciando, este ano, o caos que está sendo a saúde no País. Por isso o ambiente é favorável para a votação da regulamentação da Emenda nº 29. Quanto ao Projeto de Lei Complementar nº 1, de 2003, passando esse feriado, deveremos ter uma posição do Plenário da Casa.

Então, Dr. Arno, quando analisamos os números, vemos que conflitam um pouco com o que V.Sa. expôs.

Acho que o ambiente é favorável. Concorro com os economistas que dizem que o momento é adequado para se reduzir a carga tributária, que no Brasil é elevadíssima. Quem paga imposto neste País, quem não faz caixa 2, sabe o quanto ela é elevada.

Temos visto efetivamente que esse dinheiro poderia ser reinvestido na produção com a desoneração geral, e não setorial, como tem sido feito em algumas áreas.

Apesar da intenção ser a elevação dos investimentos, na prática não tem ocorrido. O PPI, com os dados aqui demonstrados no segundo quadrimestre de 2007, demonstra isso. De igual forma, quando vemos que o Imposto de Renda aumentou quase 30% na sua meta, podemos dizer que não foi só pelo crescimento do País e pela formalidade dos empregos, mas acima de tudo porque poderíamos, sim, promover uma desoneração geral da economia, talvez reduzindo, em alguns pon-

tos percentuais, a carga que os setores produtivos do País têm pago ao longo da sua história, o que, é claro, não é culpa apenas deste Governo. O Governo de Fernando Henrique Cardoso também elevou a carga tributária. Fez mais: blindou a arrecadação do Tesouro Federal porque não compartilhou as receitas com Estados e Municípios por meio do processo de criação das contribuições.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Devanir Ribeiro) – Com a palavra, para a tréplica, o Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Arno Augustin.

**O SR. ARNO AUGUSTIN** – Quero reiterar que a evolução da arrecadação tem um perfil positivo. Primeiro, ela não decorre de nenhum aumento de alíquota, mas da melhoria de fiscalização, de economia, de crescimento do emprego, ou seja, de todos os fatores positivos de maior formalização para o País.

O fato de o Imposto de Renda ser um dos indicadores de melhor desempenho é também positivo, porque é um imposto direto e mais justo, por ser distribuído com Estados e Municípios.

Quero chamar a atenção para o fato de que metade desse crescimento refere-se aos Estados e Municípios. Diga-se de passagem, essa sempre foi questão federativa importante no Brasil, uma reivindicação de Estados e Municípios no sentido de que a União não priorizasse os tributos não-compartilhados, mas passasse a ter um desempenho nos tributos compartilhados com Estados e Municípios, que são, aliás, os que vêm crescendo.

O IPI é também distribuído e vem tendo um desempenho positivo. Isso tem a ver, evidentemente, com o crescimento da economia e com a melhor fiscalização, com questões judiciais ganhas, etc.

O segundo elemento é o gasto de custeio. Em relação ao PIB, o gasto de custeio de saúde, educação, previdência e assistência social caiu de 1,59, em 2002, para 1,52, em 2006. O que cresceu foi o custo das áreas de educação, saúde, assistência social e previdência.

Essa é uma opção do País. Não se pode falar genericamente em custeio. Se se quer ampliar alguma discussão sobre o custeio, tem-se de definir que gasto de custeio deve ser diminuído. Não se pode ser a favor de diminuição de custeio e, ao mesmo tempo, dizer que a saúde e a educação precisam de mais recursos, sem dizer qual custeio deve ser reduzido. O custeio que não é das áreas de saúde, educação, assistência social e previdência vem diminuindo.

Essa é uma questão que achamos importante, é um debate a ser feito.

Quanto aos investimentos, é verdadeiro e normal que haja um período entre o objetivo de médio e longo

prazos. É um objetivo importante para o Brasil melhorar a qualidade das despesas, o planejamento – que hoje se concretiza com o PAC – e o pagamento. Estamos no período em que um conjunto de obras novas, de investimentos novos (boa parte deles feitos em parceria com Estados e Municípios) estão em prazo de maturação. Mesmo estando em prazo de maturação, há um crescimento do investimento total, como referi, de 28% este ano em relação a 2006.

Portanto, as coisas estão indo para o lado de maior investimento. As metas de resultado primário, com esse avanço positivo do investimento, estão sendo cumpridas. Ou seja, estamos construindo uma equação em que os fundamentos fiscais estão preservados, o crescimento está ocorrendo e os investimentos estão aumentando. Além disso, está-se dando soluções para questões importantes do País.

O Deputado se referiu à definição, pela Câmara dos Deputados – agora a proposta está no Senado –, de valores importantes para a área de saúde na regulamentação da Emenda nº 29. Sem dúvida, isso é um avanço para o País, mas obviamente que essa melhoria de gasto numa área fundamental tem de ter uma fonte, senão a equação fiscal estaria sendo desarrumada.

Enxergamos e respeitamos a opinião diferenciada. Entendemos que a questão da carga tributária precisa ser ponderada. Penso que a qualidade da carga, hoje, é melhor. Além do mais, o Governo vem fazendo desonerações, talvez não na velocidade que todos gostariam, mas dentro do possível. É um caminho que vai continuar, vai produzir resultados importantes para o Brasil.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Devanir Ribeiro) – Não havendo mais oradores inscritos, agradeço pelo comparecimento ao Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Arno Augustin, e aos Srs. Parlamentares.

Está encerrada a presente reunião.

**Ata da Quinta Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 20 de novembro de 2007.**

Às quatorze horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte do mês de novembro do ano de dois mil e sete, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes das Pautas nºs 34 e 35. Foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Claudio Cajado, Edinho Bez, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Euní-

cio Oliveira, Fábio Ramalho, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, José Pimentel, Manoel Junior, Márcio Reinaldo Moreira, Nelson Meurer, Paulo Pimenta, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Regis de Oliveira, Roberto Rocha, Rose de Freitas, Vanderlei Macris, Walter Pinheiro, Wellington Roberto e Zé Gerardo; – **Senadores titulares:** Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Jayme Campos, João Ribeiro, José Maranhão e Leomar Quintanilha; – **Deputados suplentes:** Alex Canziani, Carlos Alberto Leréia, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Duarte Nogueira, Eduardo Valverde, Geraldo Resende, Gorete Pereira, João Carlos Bacelar, João Magalhães, Lael Varella, Luiz Carreira, Marcelo Castro, Miguel Corrêa Jr., Pedro Chaves, Ricardo Barros e Silvio Lopes; – **Senadores suplentes:** Francisco Dornelles e Sibá Machado. Registrou-se a presença do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Gilmar Machado. Foi registrada a ausência dos membros titulares: – **Deputados:** Daniel Almeida, Giacobbo, Humberto Souto, Ivan Valente, Mussa Demes, Paulo Rubem Santiago, Rafael Guerra e Vignatti; – **Senadores:** Cristovam Buarque, Efraim Morais, Sérgio Guerra e Sérgio Zambiasi. **ABERTURA:** havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou iniciados os trabalhos. O Deputado Walter Pinheiro informou que aquela data era o prazo final para apreciação dos Projetos de Lei de créditos adicionais no Plenário da Comissão, conforme dispõe o *art. 106 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*. A seguir, o Presidente anunciou a apreciação das Atas das seguintes reuniões: 23ª Reunião Ordinária, realizada em 17, 18 e 23 de outubro de 2007, 24ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de outubro de 2007, 2ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada em 30 de outubro de 2007, 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 30 de outubro de 2007, 25ª Reunião Ordinária, realizada em 31 de outubro de 2007, 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 6 de novembro de 2007, 26ª Reunião Ordinária, realizada em 7 de novembro de 2007 e 6ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 13 de novembro de 2007. Havendo concordância do Plenário, o Presidente propôs a dispensa da leitura das Atas por terem sido distribuídas antecipadamente. Não havendo discussão e conforme o estabelecido na *alínea “f” do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão*, as Atas foram colocadas em votação, que foram **aprovadas** por unanimidade. **EXPEDIENTE:** conforme solicitação do Deputado Regis de Oliveira apresentada na 11ª Reunião Ordinária, realizada em 27/6/2007, o Presidente colocou em votação a dispensa da leitura dos expedientes, que foi **aprovada** por unanimidade. De-

terminou ao Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião e à Secretaria da Comissão que enviasse aos membros e às Lideranças Partidárias através do correio eletrônico. **ORDEM DO DIA:** O Deputado Eduardo Sciarra solicitou a inclusão na pauta da Errata ao Projeto de Lei nº 54/2007-CN. PAUTA 34. Às quinze horas e sete minutos, o Presidente transferiu a condução dos trabalhos ao Senador Augusto Botelho, conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução nº 1/2006-CN*. **1) – Projeto de Lei nº 53/2007-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R\$ 10.018.100,00 (dez milhões, dezoito mil e cem reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. Relator: Senador José Maranhão. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável, nos termos do Projeto. O relator apresentou o voto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **2) – Projeto de Lei nº 61/2007-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos Deputados, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito especial no valor global de R\$ 70.798.615,00 (setenta milhões, setecentos e noventa e oito mil, seiscentos e quinze reais), para os fins que especifica, e dá outras providências. Relator: Senador José Maranhão. Foram apresentadas 2 emendas. Voto: Favorável, nos termos do Projeto. O relator apresentou o Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às quinze horas e vinte e cinco minutos, o Presidente reassumiu a direção dos trabalhos. O Deputado Miguel Corrêa Júnior solicitou a inclusão do Relatório ao Projeto de Lei nº 38/2007-CN na pauta da reunião. O Deputado Walter Pinheiro apresentou requerimento para inclusão na pauta para apreciação dos Relatórios aos seguintes Projetos de Lei: 37, 40 a 42, 44, 47, 49, 50 e 59/2007-CN. O Deputado Vanderlei Macris solicitou o prazo de vinte e quatro horas para análise dos Relatórios, conforme dispõe o *art. 128 da Resolução nº 1/2006-CN*. Os Deputados Gilmar Machado, Giovanni Queiroz e José Pimentel discutiram o assunto. O Senador Antônio Carlos Valadares solicitou a apreciação do Relatório ao Projeto de Lei nº 48/2007-CN. **3) – Aviso nº 26/2007-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1543/2007, proferido nos autos do processo nº TC 009.994/2007-4, TCU (Plenário), bem como dos res-



pectivos Relatório e Voto que o fundamentaram relativo à Auditoria realizada nas obras de Implantação, Aparelhagem e Adequação de Unidades de Saúde do Sistema Único de Saúde – SUS, do Hospital Geral de Fortaleza/CE. Relator: Deputado Eduardo Valverde. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela exclusão do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007), com fulcro no art. 104 da Lei nº 11.439/06 9 LDO/2007), o subtítulo Implantação, Aparelhamento e Adequação de unidades de saúde do SUS – Adequação do Hospital Geral de Fortaleza – CE (UO 36.901), nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Em virtude da ausência do relator, o Deputado Walter Pinheiro apresentou o voto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **4) – Aviso nº 28/2007-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1617, de 2007 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram relativo a Levantamento de Auditoria realizado nas obras de “Construção de Trecho Rodoviário – Diamantino – Sapezal – Comodoro – na BR-364 – no Estado de Mato Grosso”, (TC nº 012.540/2007-3). Relator: Deputado Regis de Oliveira. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela exclusão do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007), com fulcro no art. 104 da Lei nº 11.439/06 9 LDO/2007), o subtítulo 26.782.0236.1424.0051 – Construção de Trecho Rodoviário – Diamantino – Sapezal – Comodoro – na BR-364 – no Estado de Mato Grosso (UO 39.252), nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Nesse momento, o Deputado Ricardo Barros apresentou a sugestão referente aos Relatórios cujos relatores estivessem ausentes que tivessem sua apreciação adiada para o final da pauta e solicitou que o Requerimento de autoria do Deputado Eduardo Sciarra fosse apreciado. Em virtude da ausência do relator, o Deputado Ricardo Barros apresentou o voto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **5) – Aviso nº 30/2007-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1762, de 2007 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram relativo a Levantamento de Auditoria realizado na Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas – Agetop, com o intuito de verificar a regularidade da execução das obras do Complexo Prisional de Goiânia/GO, integrado pela Casa de Prisão Provisória, pelo Hospital de Custódia e pelo Presídio Regional, (TC nº 010.547/2007-5)”. Relator: Senador Augusto Botelho. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela exclusão do Anexo VI

da Lei nº 11.451/2007 (LOA/2007) o Subtítulo do Programa de Trabalho nº 14.421.0661.11TW.0001, relativo às obras Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais – Nacional – Construção da Casa de Custódia de Goiânia (Casa de Custódia de Goiânia (Casa de Prisão Provisória. Construção do Presídio Regional de Goiânia), nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. O relator apresentou o voto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **6) – Aviso nº 33/2007-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2010, de 2007 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram relativo ao Levantamento de Auditoria realizada nas obras de Construção das eclusas de Tucuruí, no Rio Tocantins, Estado do Pará – (TC 009.362/2007-8)”. Relator: Deputado Walter Pinheiro. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela exclusão do Anexo VI da Lei nº 11.451/2007 (LOA/2007) com fulcro no art. 104 da lei nº 11.439/06 9LDO/2007, o Subtítulo 26.784.0237.5750.0015 – Construção das Eclusas de Tucuruí – no Rio Tocantins – no Estado do Pará – no Estado do Pará (UO 39252), no termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. O relator apresentou o voto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **7)– Aviso nº 32/2007-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1827, de 2007 -TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram, relativo ao Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2007 – (TC 015.711/2007-6)”. **Mensagem nº 81/2007-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 125 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a abril de 2007”. (Presidência da República). **Ofício nº 16/2007-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 125 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006 – LDO 2007, e no inciso I do art. 5º da Lei 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de maio de 2006 a abril de 2007”. **Ofício nº 17/2007-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 125 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006 – LDO 2007, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao período de maio de 2006 a abril de 2007”. **Ofício nº 18/2007-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 125 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, os demonstrativos que compõem o Relatório de Gestão Fiscal do



Ministério Público da União, referente ao período de maio de 2006 a abril de 2007”. **Ofício nº 19/2007-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 125 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, os demonstrativos que compõem o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao 1º Quadrimestre do exercício de 2007”. **Ofício nº 20/2007-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, referente ao 1º Quadrimestre de 2007”. **Aviso nº 20/2007-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional em atendimento ao art. 125 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000, o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2007”. **Ofício nº 21/2007-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de maio/2006 a abril/2007”. **Ofício nº 22/2007-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Primeiro Quadrimestre de 2007.” **Ofício nº 23/2007-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 04 de maio de 2000 e art. 125 da Lei nº 11.439/LDO 2007, o Relatório de Gestão Fiscal, 3º Quadrimestre de 2006 e 1º Quadrimestre de 2007, desta Justiça Militar da União”. Relator: Senador Wellington Salgado. Voto: pelo arquivamento das matérias. Em virtude da ausência do relator, o Senador Cícero Lucena apresentou o voto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **8) – Requerimento nº 22/2007– CMO**, que requer o envio para à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados – CCJC – do Projeto de Decreto Legislativo nº 1/2007 e de seu Substitutivo, para que a Comissão dê parecer quanto aos aspectos constitucional, legal, jurídica e de técnica legislativa, especialmente no tocante aos artigos 4º, 6º, 12, 15, 16, e 22”. Autor: Deputado Humberto Souto. Nesse momento, o Presidente anunciou o início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados. O Deputado Gilmar Machado propôs que a reunião fosse suspensa e que continuasse no dia seguinte. O Presidente propôs que a continuação fosse marcada para após o encerramento da Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Se-

nado Federal naquela data. O Deputado Vanderlei Macris informou que havia acordo para apreciação dos Relatórios aos Projetos de Lei nºs 41, 47 e 58/2007-CN, ao tempo em que se manifestou favorável à continuação da reunião após a Ordem do Dia. Os Deputados Eduardo Sciarra e Giovanni Queiroz manifestaram-se favoráveis. Os trabalhos foram suspensos, às dezesseis horas e treze minutos, e convocada a continuação para após a Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às vinte horas e dezenove minutos do mesmo dia, o Deputado Pedro Novais, no exercício da Presidência conforme estabelece o *art. 14º da Resolução nº 1, de 2006-CN*, reiniciou os trabalhos. **ENCERRAMENTO:** em virtude da inexistência de *quorum* no recinto do plenário, o Presidente em exercício encerrou os trabalhos. Antes, informou a realização de reunião ordinária convocada para o dia vinte e um de novembro, às quatorze horas e trinta minutos, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador José Maranhão. Presidente.**

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Havendo número regimental para a abertura dos trabalhos, declaro iniciada a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas 34 e 35, de 2007.

Concedo a palavra ao Deputado Walter Pinheiro.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Sr. Presidente, gostaria de fazer um alerta. Trata-se de uma preocupação que temos sobre o prazo que se encerra hoje. Quero, portanto, fazer um apelo aos diversos partidos – está ao meu lado o Deputado Eduardo Sciarra, do DEM.

Minha preocupação se deve ao fato de que hoje é o último para a apreciação desses PLNs que abrem crédito suplementar. Isso gerou uma outra demanda – e é esse o apelo que eu queria fazer aos partidos –, relativo à própria experiência de enfrentar, pela primeira vez, a Resolução nº 1, de 2006.

Aliás, nobre Senador Jayme Campos, eu estava brincando com o Presidente e quero fazer uma homenagem a V.Exa., porque o Presidente dizia que V.Exa. é pontualíssimo. Na hora da abertura dos trabalhos V.Exa. está sempre aqui garantindo o *quorum* e o funcionamento da Comissão.

Mas, como eu dizia, nesse novo ambiente da Resolução nº 1, de 2006, algumas bancadas, fruto até da primeira experiência, cometeram pequenos deslizes.

A Comissão trabalhou muito, não só no final de semana, como também no dia de ontem – e aí eu me refiro tanto aos Parlamentares quanto aos funcionários desta Casa e desta Comissão –, a fim de preparar uma espécie de primeira listagem detectando os erros.

O Relator-Geral, Deputado José Pimentel, fez um trabalho apurado, delicado e detalhado, indicando os problemas e apontando as soluções. A idéia é que essa preliminar do relatório, feita pelo Deputado José Pimentel, seja distribuída às bancadas – acho que até o final do dia de hoje as bancadas já terão isso –, e elas devolvam o trabalho, por meio dos coordenadores, já com a correção e a sugestão apresentada pelo Relator-Geral e pelos consultores, o que facilitaria e muito o trabalho da Comissão para o dia de hoje.

Sr. Presidente, eram essas as considerações que gostaria de fazer. Devolvo a palavra a V.Exa., para que possamos adentrar a pauta e começar a apreciação dos PLNs.

Senador Botelho, muito me anima a sua presença aqui.

Sr. Presidente, podemos continuar a reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)  
– Apreciação das atas.

Havendo concordância do plenário, proponho a dispensa da leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente.

Não havendo discussão e conforme o estabelecido na alínea f do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, coloco em votação as atas das seguintes reuniões: 23ª Reunião Ordinária, realizada em 17, 18 e 23 de outubro de 2007; 24ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de outubro de 2007; 2ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada em 30 de outubro de 2007; 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 30 de outubro de 2007; 25ª Reunião Ordinária, realizada em 31 de outubro de 2007; 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 6 de novembro de 2007; 26ª Reunião Ordinária, realizada em 7 de novembro de 2007; 6ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 13 de novembro de 2007.

Passa-se à votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam as atas permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam as atas permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Passa-se ao Expediente.

Conforme solicitação do Deputado Regis de Oliveira, apresentada na 11ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de junho de 2007, submeto à votação a dispensa da leitura dos expedientes.

Votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a dispensa da leitura permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na Câmara.

Passa-se à votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Determino ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas desta reunião.

## EXPEDIENTE

Conforme solicitação do Deputado Regis de Oliveira apresentada na 11ª Reunião Ordinária, em 27/6/2007, o Presidente colocou em votação a dispensa da leitura dos expedientes, que foi **aprovada** por unanimidade. Determinou ao Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião e à Secretaria da CMO que enviasse aos membros e às Lideranças Partidárias através do correio eletrônico.

I – Correspondência Recebida Interna:

**1)** Ofício nº 665, de 7 de novembro, do Coordenador da Bancada do Goiás, Deputado Jovair Arantes, solicitando a alocação de 20% à irrigação nacional para a Região Centro-Oeste, em cumprimento ao Art. 42, da Emenda Constitucional nº 43/2004.

**2)** Ofício nº 70/553, de 7 de novembro, do Deputado Jaime Martins, solicitando aprovação de emendas ao PPA 2008-2011.

**3)** Ofício nº 442, de 8 de novembro, do Deputado João Magalhães, solicitando substituição de valores de emenda apresentada ao PPA 2008-2011.

**4)** Ofício nº 241, de 8 de novembro, do Deputado Regis de Oliveira, solicitando retificação de emenda apresentado ao PPA 2008-2011.

**5)** Ofício nº 291, de 12 de novembro, da Deputada Rose de Freitas, solicitando autorizar a retificação da emenda nº 3.

**6)** Ofício nº 484, de 14 de novembro, do Deputado Geraldo Resende, aguarda a alocação de 20% de recursos para irrigação da Região Centro-Oeste, como prevê a Constituição Federal.

**7)** Ofício nº 700, de 14 de novembro, do Deputado Jovair antes, Coordenador da Bancada do Goiás, registrando a posição da Bancada quanto à tramitação da peça orçamentária no quesito irrigação.

**8)** Expediente da Bancada da Paraíba, de 13 de novembro, solicita aportar recursos de emenda apresentada “Expansão do Ensino Superior – Campus de Santa Rita” para o programa 1073 – Brasil Universitário, para expansão de três campus localizados nos municípios de Santa Rita, Pedras de Fogo e Guarabira.

**9)** Ofício nº 130, de 13 de novembro, do Deputado Rodrigo Rollenberg, solicitando alteração em emenda da Bancada do Distrito Federal ao PL Nº 31/2007 (PLPPA 2008-2011), referente a inclusão da ação “Implantação da Rede de Pesquisa sobre o Cerrado”, do Ministério da Ciência e Tecnologia.

**10)** Ofício nº 353, de 13 de novembro, do Deputado Virgílio Guimarães, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, solicitando alteração de emenda da Comissão apresentada ao PPA 2008-2011.

**11)** Expediente, de 8 de novembro, do Senador José Sarney, solicitando apoio à aprovação das emendas apresentadas ao PLN 31/2007-CN.

**12)** Ofício nº 66, de 12 de novembro, do Deputado Ciro Nogueira, solicitando autorização do texto completa da emenda “Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica” – Construção da Barragem de Santa Cruz dos Milagres com Sistema Adutor – no Estado do Piauí.

**13)** Ofício nº 1.019, de 8 de novembro, do Deputado Carlos Abicalil, Coordenador da Bancada do Mato Grosso, solicitando apresentação de emenda de Relator, “Projeto de Irrigação Baixada Cuiabana, GND 4 – mod. Aplicação 33 – Estado do Mato Grosso”.

**14)** Ofício nº 254, de 13 de novembro, do Deputado Giovanni Queiroz, encaminhando cópia das considerações sobre os custos unitários

constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2008, apresentadas ao Relator-Geral.

**15)** Ofício nº 3.407, de 8 de novembro, do Deputado Osmar Serraglio, Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando cópia da Indicação 1317/2007, de autoria da Deputada Perpétua Almeida.

– Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão:

– Indeferidas:

**1)** Ofício nº 207, de 30 de outubro, do Deputado Ricardo Barros justificando ausência no dia 30 de outubro.

– Expedientes solicitando alteração na MODALIDADE DE APLICAÇÃO em emendas parlamentares encaminhados às Consultorias de Orçamento, para análise, e posterior encaminhamento à Secretaria com o respectivo parecer:

**1)** Ofício nº 81, de 6 de outubro, da Bancada do Rio de Janeiro.

**2)** Ofício nº 335, de 6 de novembro, da Bancada de São Paulo.

**3)** Ofício nº 11, de 6 de novembro, da Bancada do Paraná.

**4)** Ofício nº 39, de 7 de novembro, da Deputada Luiza Erundina.

**5)** Ofício nº 105, de 7 de novembro, da Bancada do Espírito Santo.

**6)** Ofício nº 171, de 7 de novembro, do Deputado José Rocha.

**7)** Ofício nº 69, de 7 de novembro, do Deputado Raul Jungmann.

**8)** Ofício nº 11-186, de 1º de outubro, do Senador Cristovam Buarque.

**9)** Ofício s/nº, de 7 de novembro, do Deputado Coronel Alves.

**10)** Ofício nº 205, de 24 de setembro, do Senador Sérgio Guerra.

**11)** Ofício nº 83, de 7 de novembro, da Bancada do Rio de Janeiro.

**12)** Ofício nº 131, de 31 de outubro, do Deputado Sandes Júnior.

**13)** Ofício nº 203, de 7 de novembro, do Deputado Edmar Moreira.

**14)** Ofício nº 204, de 7 de novembro, do Deputado Manato.

**15)** Ofício, de 8 de novembro, da Bancada da Paraíba.

**16)** Ofícios nºs 204 e 206, de 8 de novembro, do Deputado Virgílio Guimarães.

**17)** Ofício nº 207, de 7 de novembro, do Deputado Assis do Couto.

**18)** Ofício nº 345, de 8 de novembro, do Deputado Ademir Camilo.

**19)** Ofício nº 59, de 12 de novembro, da Bancada do Rio Grande do Sul.

**20)** Ofício, de 13 de novembro, do Deputado César Silvestre.

**21)** Ofício nº 27, de 13 de novembro, da Bancada de Roraima.

**22)** Ofício nº 236, de 20 de setembro, do Deputado Maurício Rands.

**23)** Ofício nº 11-455, de 13 de novembro, do Senador Cristovam Buarque.

**24)** Ofício nº 393, de 14 de novembro, da Bancada do Maranhão.

Expedientes solicitando providências para ajustes em emendas apresentadas ao PLN 30/2007-CN (PLOA para 2008):

**1)** Ofício nº 65, de 16 de novembro, do Deputado Augusto Farias.

**2)** Expediente s/nº, de 16 de novembro, do Deputado Efraim Filho.

**3)** Expediente s/nº, de 16 de novembro, do Senador Efraim Morais.

**4)** Ofício nº 209, de 16 de novembro, do Deputado Pepe Vargas.

**5)** Ofício nº 43, de 19 de novembro, do Deputado Carlos Sampaio.

**6)** Ofício nº 582, de 19 de novembro, do Deputado Fernando Coelho Filho.

**7)** Ofício nº 139, de 19 de novembro, do Deputado Henrique Afonso.

**8)** Ofício nº 102, de 19 de novembro, do Deputado Luciano Castro.

**9)** Ofício nº 214, de 19 de novembro, do Deputado Márcio Junqueira.

**10)** Ofício nº 150, de 19 de novembro, do Deputado Dr. Rosinha.

**11)** Ofício nº 491, de 19 de novembro, do Deputado Tarcísio Zimmermann.

– Expediente encaminhado pelo Presidente do Senado Federal informando abertura do prazo para interposição de recurso a Projetos de Decreto Legislativo:

**1)** Ofício nº 488, de 7 de novembro, aos PDLs 9 e 10 de 2007-CN.

## II) Correspondência Externa Recebida:

**1)** Ofício nº 128, de 24 de outubro, da Governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, solicita empenho na aprovação da sugestão

de Emenda ao PLPPA 2008-2011, que trata do Programa Pró-Rio Uruguai e Aquífero Guarani.

**2)** Ofício nº 318, de 18 de outubro, do Governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, solicita empenho na aprovação da sugestão de Emenda ao PLPPA 2008-2011, que trata do Programa Pró-Rio Uruguai e Aquífero Guarani.

**3)** Aviso nº 1.814, de 9 de novembro, do Ministério da Saúde, encaminhando diretrizes e prioridades da área da saúde para o ano de 2008, bem como para o período do PPA 2008-2011.

**4)** Ofício nº 1.966, de 14 de novembro, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, solicitando inclusão da ação “Construção de Edifício–Sede da Justiça Federal em Macaé – RJ”.

– Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodrigues:

### – Avisos Seses de 7 de novembro:

**1)** Aviso nº 1.635/2007 (Acórdão nº 2.336/2007): Embargos de declaração opostos pela Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras.

**2)** Aviso nº 1.636/2007 (Acórdão nº 2.346/2007): obras de restauração rodoviária no Estado de Rondônia.

**3)** Aviso nº 1.646/2007 (Acórdão nº 2.354/2007): Relatório de Acompanhamento, realizado pela Secretaria de Macroavaliação Governamental – Semag, dos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF referentes ao 3º trimestre de 2006.

**4)** Aviso nº 1.649/2007 (Acórdão nº 2.342/2007): Perímetro de Irrigação Tabuleiro de Russas/CE – 2ª Etapa.

**5)** Aviso nº 1.655/2007 (Acórdão nº 2.350/2007): obras de Adequação da Infra-Estrutura do Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP.

MYRNA LOPES PEREIRA

Secretária de Comissão

Informo aos Parlamentares que a lista com os expedientes foi encaminhada pelo correio eletrônico aos membros e Lideranças partidárias, nesta data.

Passa-se à Ordem do Dia.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Sciarra.



**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, votamos na reunião passada e também no Congresso Nacional o PLN nº 54/07, que ficou com erros materiais que gostaríamos de submeter à apreciação desta Comissão, com as alterações que fizemos, em face dos erros contidos no relatório, erros esses relativos a funcional programática, GND, ações corrigidas por meio de requerimento encaminhado à Presidência.

Isto posto, gostaria que o Sr. Presidente submetesse à apreciação do Plenário essas alterações, fruto da apreciação do PLN nº 54/07.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Deputado Eduardo Sciarra, peço a V.Exa. que encaminhe o requerimento ora suscitado à Mesa para ser submetido à votação.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – Sr. Presidente, o requerimento já foi encaminhado e encontra-se com a Secretaria desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Passa-se à apreciação da Pauta nº 34, de 2007.

Item 1.

Projeto de Lei nº 53/2007-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R\$10.018.100,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Considerando que sou Relator da matéria, convido o Senador Augusto Botelho para assumir a Presidência, enquanto faço a leitura do parecer.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES** – Sr. Presidente, poderia V.Exa., por gentileza, solicitar à Secretaria a distribuição da pauta e dos avisos aos integrantes da Comissão?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – O pedido de V.Exa. será atendido.

Passo a Presidência ao Senador Augusto Botelho.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Augusto Botelho) – Tem a palavra o Senador José Maranhão.

**O SR. SENADOR JOSÉ MARANHÃO** – Passo a ler o parecer.

Parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre Projeto de Lei nº 53, de 2007-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R\$10.018.100,00, para

reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Autor: Poder Executivo.

Relatório.

Pela análise da matéria, verifica-se que o projeto de lei em apreciação está em conformidade com a legislação vigente, em especial com o que dispõe a Lei nº 11.439/2006 (LDO-2007) e a Resolução nº 1, de 2006-CN.

A análise permite concluir que não há reparos a fazer, tanto no que concerne à suplementação quanto ao financiamento, uma vez que o projeto atende ao disposto na legislação.

A viabilização do crédito mediante a conta de excesso de arrecadação de Recursos Ordinários está em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição Federal.

Sob o aspecto formal e de mérito, o projeto está elaborado em conformidade com a boa técnica legislativa.

Emendas.

Ao projeto de lei em análise não foram apresentadas emendas.

Voto.

Em razão de todo o exposto, o nosso voto é no sentido da aprovação do Projeto de Lei nº 53/2007, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Assinado pelo Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Augusto Botelho) – Concluída a leitura do relatório, submeto-a à discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação da matéria.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. e Sras. Deputados que forem favoráveis à aprovação da matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. e Sras. Senadores que forem favoráveis à aprovação da matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade no Senado Federal.

Passa-se à apreciação do Item 2 da Pauta nº 34.

Projeto de Lei nº 61 de 2007-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos

Deputados, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União crédito especial no valor global de R\$70.798.615,00, para os fins que especifica, e das outras providências”.

Relator: Senador José Maranhão.

Foram apresentadas 2 emendas.

Voto: Favorável, nos termos do projeto.

Tem a palavra o Sr. Relator, Senador José Maranhão, para apresentação do Relatório.

**O SR. SENADOR JOSÉ MARANHÃO** – Passo a ler o relatório.

Relatório.

Dispõe sobre o Projeto de Lei nº 61, de 2007-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos Deputados, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União crédito especial no valor de R\$70.798.615,00 para os fins que especifica, e dá outras providências.

Origem : Poder Executivo.

Com base no art. 165 da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à deliberação do Congresso Nacional o texto do Projeto de Lei nº 61, de 2007-CN, que abre o Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos Deputados, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito especial no valor global de R\$70.798.615,00, para os fins que especifica, e dá outras providências, conforme a seguir demonstrado:

Câmara dos Deputados: 460 mil reais. Justiça Federal: 10 milhões, 316 mil reais. Justiça Eleitoral: 9 milhões, 379 mil, 311 reais. Justiça do Trabalho: 2 milhões, 43 mil, 304 reais. Ministério Público da União: 48 milhões e 600 mil. Total: 70 milhões 798 mil, 615 reais.

Segundo a Exposição de Motivos 00271/2007/MP, que acompanha o PL, os recursos permitirão:

**a)** na Câmara dos Deputados, o pagamento das contas de contribuições devidas ao Parlamento Latino-Americano, referente ao exercício de 2007, e à União Interparlamentar, relativas aos exercícios de 2006 e 2007;

**b)** na Justiça Federal, a aquisição de edifício-sede da Justiça Federal em Assis, no Estado de São Paulo; a conclusão da obra de construção da Justiça Federal em Itabaiana, no Estado de Sergipe, e do edifício-sede da Justiça Federal em Imperatriz, no Estado do Maranhão; a aquisição de terreno e o início da construção do edifício-sede da Seção Judiciária em Fortaleza, no Estado do Ceará; o paisagismo e a pavimentação das áreas externas do edifício-sede da Justiça Federal em Caxias, no Estado do Maranhão; a aquisição

do edifício-sede da Justiça Federal em Ponta Porã, no Estado do Mato Grosso do Sul, e a aquisição de imóvel contíguo à Seção Judiciária do Maranhão, em São Luís, no Estado do Maranhão.

**c)** na Justiça Eleitoral, a aquisição de imóvel para cartório eleitoral no Município de Rio Largo, no Estado de Alagoas; a construção e a ampliação de cartórios eleitorais nos Municípios de Itapipoca e Limoeiro do Norte, no Estado do Ceará; a construção de cartório eleitoral de Uruaçu, no Estado de Goiás; a construção do Anexo do Tribunal Regional Eleitoral e m Cuiabá e de cartórios eleitorais nos Municípios de Diamantino, Rondonópolis, Várzea Grande, Lucas do Rio Verde, Sorriso, Barra do Garças e Campo Verde, no Estado do Mato Grosso; a conclusão da construção de cartório eleitoral no Município de Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul; a construção de cartórios eleitorais nos Municípios de Ingá e Taperoá, no Estado da Paraíba; a construção de cartórios eleitorais no Município de Pitanga, Dois Vizinhos, Lapa, Capanema, Ivaiporã e São Mateus do Sul, no Estado do Paraná; a construção de cartório eleitoral no Município de Igarassu, no Estado de Pernambuco; a construção de cartórios eleitorais nos Municípios de Caicó e Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte; a construção de cartório eleitoral no Município de São José e a aquisição de imóveis para cartórios eleitorais nos Municípios de Ituporanga, Cunha Porã, Balneário Piçarras, no Estado de Santa Catarina; a construção do Anexo I da sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, no Município de Aracaju; e a ampliação de cartórios eleitorais nos Municípios de Oiapoque, Tartarugalzinho e Laranjal do Jari, no Estado do Amapá; e

**d)** na Justiça do Trabalho, a construção de edifício-sede do Fórum Trabalhista de Passos, no Estado de Minas Gerais; a ampliação do estacionamento do Complexo do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região, no Município de Aracaju, no Estado de Sergipe; e a construção dos edifícios-sede da Vara do Trabalho no Município de Sinop e da Justiça do Trabalho no Município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

No âmbito do Ministério Público da União, o crédito possibilitará a aquisição, a reforma e a adaptação do edifício-sede da Procuradoria da República em São

Paulo; a instalação e adequação do edifício-sede da Procuradoria da República em Goiânia, no Estado de Goiás, e da Justiça Militar em Brasília, no Distrito Federal; e aquisição do Anexo ao edifício-sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região, no Município de Teresina, no Estado do Piauí, e de imóvel para abrigar o Ofício de Santarém, no Estado do Pará.

O crédito viabilizar-se-á à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação de Recursos de Convênios e de anulação parcial de dotações orçamentárias.

Segundo os órgãos, os remanejamentos propostos não trarão prejuízo à execução da programação.

A exposição de motivos esclarece, ainda, a propósito do que dispõe o art. 63, § 14, da LDO-2007, que as alterações decorrentes da abertura do crédito especial não afetam a obtenção da meta de resultados primários fixada para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R\$69.498.615,00 referem-se a remanejamento entre despesas primárias para priorização da nova programação; e

b) R\$1.300.000,00 referem-se a atendimento de despesas primárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias, as quais serão consideradas no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quinto bimestre de 2007.

Adicionalmente, demonstra-se, conforme dispõe o art. 63, § 11, da Lei nº 11.439, de 2006, o excesso de arrecadação de Recursos de Convênios, parcialmente apropriado neste crédito.

No prazo regimental foram apresentadas 2 emendas a este crédito especial, conforme consta do Anexo I. As emendas 00001 e 00002 estão em condições de serem acatadas por atenderem plenamente a legislação vigente. Contudo, não obstante o mérito dos pleitos nelas contidos, deve-se lembrar que, caso aprovadas total ou parcialmente, os cancelamentos correspondentes importarão em prejuízo para a execução das respectivas unidades orçamentárias. Por essa razão, opinamos pela rejeição, no mérito, das emendas nºs 00001 e 00002 apresentadas ao presente projeto de lei.

Voto.

Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 61, de 2007-CN, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

É o parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Augusto Botelho) – Está em discussão o voto do Relator e Presidente José Maranhão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

O parecer está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto, por unanimidade.

Devolvo a presidência ao Senador José Maranhão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Pauta 34/07.

**O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Senador Antônio Carlos Valadares com a palavra.

**O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, o PLN 48/07 foi encaminhado à Comissão. O disquete que faltava já foi entregue. Então, todos os requisitos legais foram obedecidos para a aceitação em caráter extraordinário dessa matéria na sessão de hoje.

Agradeço a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Informo a V.Exa. que, lamentavelmente, o seu parecer não chegou à Comissão. Mas V.Exa. ainda tem tempo para entregá-lo. Se assim ocorrer vamos incluí-lo na pauta.

**O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, o parecer foi entregue por um funcionário do meu gabinete. A Secretaria informou que o parecer tinha que vir acompanhado de um disquete; não poderia ser enviada cópia por *e-mail*. O disquete foi providenciado e já foi entregue. Peço que seja verificado de novo.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Nós vamos fazer uma pesquisa e, se encontrarmos o parecer, com todo o gosto, diligenciaremos para que seja atendido o requerimento de V.Exa para incluí-lo na extrapauta.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA JR.** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Miguel Corrêa Jr.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA JR.** – Sr. Presidente, encaminhei requerimento a V.Exa. de inclusão em pauta do Projeto de Lei 38/07, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União crédito em favor do INSS.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Peço a V.Exa. que encaminhe o requerimento.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Sr. Pre-

sidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Deputado Walter Pinheiro com a palavra.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Sr. Pre-

sidente, gostaria de apresentar a V.Exa. requerimento de inclusão de matéria na Ordem do Dia, ao tempo em que solicito a V.Exa. que, em face de ser este o último dia para a apreciação dessas matérias, priorizemos a votação desses PLNs na reunião de hoje. Poderíamos transferir a apreciação dos demais itens da pauta para o dia de amanhã. Os PLNs são os seguintes: 37, 40, 42, 44, 47, 50, 59, 41 e 49.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– O requerimento de V.Exa. será apresentado na ordem devida, após concluída a apreciação das matérias da pauta.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr.

Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Há

uma proposta de apreciação do PLN 48/07, feita pelo Senador Antônio Carlos Valadares, mas não há parecer ainda, como disse V.Exa. Então, é importante que se deixe clara a necessidade de se aprovar requerimento extrapauta por esta Comissão, antes da apreciação, ainda que o parecer seja apresentado. Esse é um primeiro ponto.

Em segundo lugar, o Deputado Walter Pinheiro, que me antecedeu, falou sobre a necessidade de inclusão de uma série de projetos na pauta de amanhã. Ao que me consta, há a necessidade ainda da apresentação de parecer e publicação, no prazo de 24 horas, para que possamos incluí-los na pauta de amanhã.

Eram apenas esses os questionamentos que gostaria de trazer a V.Exa, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr.

Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Esclareço ao Deputado Vanderlei Macris que o requerimento apresentado pelo Deputado Walter Pinheiro deverá ser discutido e votado após esgotada a matéria constante da pauta normal. Por ocasião dessa discussão, V.Exa. poderá fazer as objeções que considerar necessárias e aplicáveis ao caso.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Que-

ro, se me permite Presidente, lembrar que não há acordo de nossa parte. O art. 128 prevê o prazo de 2 dias

úteis, no caso de proposições. Esse prazo pode ser dispensado apenas por deliberação da maioria absoluta dos membros da Comissão. Só queria lembrar que, por parte do PSDB, não há acordo nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Quero só esclarecer a V.Exa. que esse argumento é um argumento ponderável, porque apoiado no Regimento. Mas por ora houve apenas a apresentação de um requerimento. Não podemos de plano recusar a apresentação de qualquer requerimento.

Tem a palavra o Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Que-

ria fazer um apelo, mais uma vez, ao Deputado Vanderlei Macris.

Conforme a Resolução nº 1, de 2006, estabelece, se não votarmos essas matérias na Comissão, teremos de apreciá-las direto no plenário. É muito melhor discutirmos esses projetos na Comissão e chegar ao plenário com a matéria já discutida. Caso contrário, essas matérias serão deliberadas diretamente no plenário, e perderemos a oportunidade de fazer o debate no lugar correto, aqui.

O apelo que faço ao Deputado Vanderlei Macris é no sentido de que discutamos as matérias aqui, porque a Comissão é o melhor espaço para essa discussão. Se isso ocorrer facilitará, e muito, o nosso trabalho, como facilitou na última reunião do Congresso. Todas as matérias discutidas lá foram anteriormente votadas na Comissão. O trabalho, com isso, ficou facilitado, já que esta é a Comissão que deve posicionar-se sobre as matérias.

Faço esse apelo agora ao Deputado Vanderlei Macris e o farei novamente no momento adequado, quando estivermos apreciando o requerimento.

**O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, gostaria de fazer um adendo ao

requerimento de solicitação de inclusão em pauta, para que seja incluído o PL 48/07, que se encontra na mesa dos trabalhos desta Comissão. Gostaria que V.Exa. acrescentasse entre as matérias a serem colocadas em pauta extraordinariamente o PL 48/07.

Agradeço a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Peço a V.Exa. para reduzir a termo o seu requerimento.

**O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES** – Eu o farei neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Obrigado.



**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, quero aproveitar a presença do Relator-Geral, Deputado José Pimentel, para dizer que envie o ofício ao Presidente e um documento a S.Exa. no qual ressalto os custos de obras públicas, a título de contribuição, tendo em vista que, por várias vezes, tivemos nesta Comissão a oportunidade de corrigir valores superdimensionados para essas obras. No texto que veio do Executivo, as obras de um rodoanel chegam a 40 mil reais o quilômetro. Nem se fosse um elevado contínuo de 4 pistas custaria tanto.

Quero ressaltar isso, Sr. Presidente, porque não há como aprovarmos um Orçamento amanhã com esses valores colocados para metro de asfaltamento de rodovias, para conservação de rodovias, duplicação de rodovias, construção de rodoanel. No caso de ferrovia, por exemplo, o próprio Presidente da Ferrovia Norte-Sul dizia que o preço médio é de 3 milhões de reais o quilômetro. Aqui há ferrovia com preço de 4 milhões e meio, 4 milhões e 700 mil. E há contornos ferroviários que chegam a 10 milhões de reais o quilômetro. Isso está no GND4 – investimento. Se fosse o caso de aumentar o preço da obra em função de desapropriações, teria que vir como inversão financeira, e não veio. Estou falando de investimento propriamente dito. Por isso me chamaram a atenção esses valores exorbitantes.

Entendo que cabe ao Relator-Geral fazer a correção dessas distorções. Alertei S.Exa. por meio de ofício. Espero que nós, desta Comissão, possamos dar uma contribuição efetiva ao País ampliando as metas e não só reduzindo o valor das obras. Esse é o objetivo. Vamos ampliar as metas e adequá-las àquele valor, sem retirar dinheiro de nenhum Estado. Vamos ampliar as metas a serem atingidas. Essa é a contribuição que passo aos senhores.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado José Pimentel.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, os Relatores-Setoriais analisarão em cada grupo temático as propostas orçamentárias e, em seguida, o Relator-Geral as analisará. Então as traremos ao plenário, na hora oportuna. Nesse momento responderemos ao requerimento, com as matérias ali ventiladas.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Pauta nº 34/2007.

Item 3.

Aviso nº 26/2007-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1543/2007, pro-

ferido nos autos do processo nº TC 009.994/2007-4, TCU, (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram relativo à Auditoria realizada nas obras de Implantação, Aparelhagem e Adequação de Unidades de Saúde do Sistema Único de Saúde – SUS, do Hospital Geral de Fortaleza, Ceará”.

Relator: Deputado Eduardo Valverde.

Não estando S.Exa. presente, designo o Deputado Walter Pinheiro para fazer a leitura do parecer. Não foram apresentadas emendas. O voto é pela exclusão do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007), com fulcro no art. 104 da Lei nº 11.439/06 (LDO/2007), o subtítulo Implantação, Aparelhamento e Adequação de unidades de saúde do SUS – Adequação do Hospital Geral de Fortaleza/CE (UO 36.901), nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado.

O Relator está com a palavra, para apresentação do parecer.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Sr. Presidente, vou ler o voto do Relator.

“Conforme informado pela Corte de Contas, os indícios de irregularidades que impediam a continuidade das obras com recursos da União foram descaracterizados com a emissão do Acórdão nº 1680/2007 (2ª Câmara). No trecho a seguir, extraído do voto condutor dessa decisão, consta o seguinte acerca da revisão para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato:

14. No caso em tela, a revisão foi requerida pelo Consórcio Palma-Fujita, por meio da petição às fls. 148/149, do Anexo 1, em que demonstra o aumento excessivo de determinados insumos, em virtude da forte elevação de preços ocorrida no período de junho/2002 a abril/2004.

Há também, Sr. Presidente, os itens 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22, que trazem exatamente a substância que alimentou o voto da Corte.

Diante disso, Sr. Presidente, voto no sentido de que esta Comissão:

tome conhecimento do Aviso nº 26, de 2007, e das peças que o acompanham;

exclua do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007), com fulcro no art. 104 da Lei nº 11.439, de 2006 (LDO/2007), o subtítulo Implantação, Aparelhamento e Adequação de Unidades de Saúde do SUS, Adequação do Hospital Geral de Fortaleza/CE, nos termos do projeto de decreto legislativo.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2007.  
É o parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Em discussão o parecer.

Não havendo oradores inscritos, passa-se à votação.

Na representação da Câmara dos Deputados.

Como votam os Srs. Deputados? *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Na representação do Senado Federal.

Como votam os Srs. Senadores? *(Pausa.)*

Aprovado no Senado da República.

A matéria está aprovada por unanimidade dos presentes.

Pauta nº 34, de 2007.

Item 4.

Aviso nº 28/2007-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1.617, de 2007 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentaram relativo a levantamento de Auditoria realizado nas obras de “Construção de Trecho Rodoviário Diamantino/Sapezal/Comodoro, na BR-364, no Estado de Mato Grosso” (TC nº 012.540/2007-3).

Relator: Deputado Regis de Oliveira.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela exclusão do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007), com fulcro no art. 104 da Lei nº 11.439/06 9 (LDO/2007), o subtítulo 26.782.0236.1424.0051 – construção de Trecho Rodoviário Diamantino/Sapezal/Comodoro, na BR-364, no Estado de Mato Grosso (UO 39.252), nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado.

O Relator está com a palavra para apresentação do parecer.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Sr. Deputado Ricardo Barros.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, temos uma retificação para votar e faltam 15 minutos para começar a Ordem do Dia.

Sugiro que os Relatores das matérias que não estão presentes fiquem para o final da pauta, uma vez que eles, regimentalmente, deveriam estar aqui, ou então que V.Exa. siga a ordem, mas com dos Relatores presentes. Queremos votar nosso requerimento de inclusão na pauta da errata do PL nº 54.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa., que é um regimentalista conhecido, aliás, o pai da Resolução nº 001, segundo entendimento geral no Congresso Nacional, sabe perfeitamente que se o Plenário decidir fazer inversão de pauta, não há por que não acatar. Normalmente, quando o autor do parecer não está presente, nomeia-se um Relator *ad hoc* e prossegue-se a votação. Não há empecilho nenhum.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Há requerimento sobre a mesa. Gostaria que V.Exa. colocasse à apreciação do Plenário o requerimento do Deputado Eduardo Sciarra.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Como essa matéria já foi anunciada, nomeio V.Exa. Relator *ad-hoc* para fazer a leitura do parecer.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sim, Sr. Presidente.

O voto do Deputado Regis de Oliveira é o seguinte:

“As obras em comento estão inseridas no Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007), em razão de irregularidades graves apontadas no empreendimento, exceto para os contratos firmados até 10/12/2004.

Quanto ao subtítulo, o Tribunal de Contas da União considerou, em vista das providências formais que estão sendo implementadas pelo DNIT/MT, do monitoramento que já vem sendo conduzido pela Unidade Técnica, no tocante à regularização fundiária da faixa de domínio da BR-364, entre os KM 675,90 e 1131,10, e ainda da importância socioeconômica da rodovia para o Estado, razoável dar continuidade ao empreendimento. Por conseguinte, deliberou que não mais subsistem os impedimentos para a liberação de recursos federais destinados à obra em questão.

Diante disso, voto no sentido de que esta Comissão:

tome conhecimento do Aviso nº 28, de 2007-CN, e das peças que o acompanham; exclua do Anexo VI da Lei nº 11.451/07, o subtítulo Construção de Trecho Rodoviário Diamantino/Sapezal/Comodoro, na BR-364, no Estado de Mato Grosso (UO 39.252), nos termos do projeto de decreto legislativo”.

É o parecer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Está em discussão o parecer. Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Na representação da Câmara Federal.

Como votam os Srs. Deputados? *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Na representação do Senado Federal.

Como votam os Srs. Senadores? *(Pausa.)*

Aprovado na representação do Senado da República.

Pauta nº 34/2007.

Item 5.

Aviso nº 30/2007, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1.762, de 2007/TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentaram relativo a Levantamento de Auditoria realizado na Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas – AGETOP, com intuito de verificar a regularidade da execução das obras do Complexo Prisional de Goiânia/GO, integrado pela Casa de Prisão Provisória, pelo Hospital de Custódia e pelo Presídio Regional (TC nº 010.547/2007-5)”.

Relator: Senador Augusto Botelho.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: Pela exclusão do Anexo VI da Lei nº 11.451/2007 (LOA/2007) o Subtítulo do Programa de Trabalho nº 14.421.0661.11TW.0001, relativo às obras Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais – Nacional, Construção da Casa de Custódia de Goiânia (Casa de Custódia de Goiânia. Casa de Prisão Provisória. Construção do Presídio Regional de Goiânia).

Com a palavra o Sr. Relator para fazer a leitura do seu parecer.

**O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, como o relatório já é de conhecimento de todos, vou direito ao voto.

Voto.

Em face de todo o exposto, o nosso voto é no sentido de que o Congresso Nacional tome ciência do feito e delibere no sentido de excluir a obra do Anexo de Obras com Indícios de Irregularidades Graves da Lei Orçamentária de 2007, nos termos do decreto legislativo em anexo.

Fica excluído do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007) o Subtítulo do Programa de Trabalho nº 14.421.0661.11TW.0001, relativo às obras de Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais – Nacional Construção da Casa de Custódia de Goiânia (Casa de Prisão Provisória. Construção do Presídio Regional de Goiânia), no âmbito do Ministério do Fundo Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça.

Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

É o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Em discussão.

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

**O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, gostaria de saber do Relator

quais os Estados que têm obras irregulares e que não podem entrar no Orçamento.

**O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO** – Aqui é relativo a obras somente de Goiás, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Passa-se à votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado da República e na Câmara dos Deputados por unanimidade.

Pauta nº 34/2007.

Item 6.

Aviso nº 33/2007-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2.010, de 2007 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentaram relativo ao Levantamento de Auditoria realizada nas obras de Construção das eclusas de Tucuruí, no Rio Tocantins, Estado do Pará (TC 009.362/2007-8)”.

Relator: Deputado Walter Pinheiro.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela exclusão do Anexo VI da Lei nº 11.451/2007 (LOA/2007) com fulcro no art. 104 da Lei nº 11.439/06 (LDO/2007), o Subtítulo 26.784.0237.5750.0015 – construção das eclusas de Tucuruí, no Rio Tocantins, no Estado do Pará (UO 39252), nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado.

Com a palavra o Relator, Sr. Deputado Walter Pinheiro, para leitura de seu parecer.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Sr. Presidente, vou fazer a leitura do voto ao Aviso nº 33, de 2007.

As obras em comento estão inseridas no Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007) em razão de irregularidades graves apontadas no Convênio 455173 e no Contrato 049/2001.

Quanto ao subtítulo em questão, o Tribunal de Contas da União comunicou a esta Comissão que não foram constatados indícios de irregularidades graves nos contratos relativos às obras em análise no presente exercício; bem assim que o Convênio nº 455173 e o Contrato nº 49/2001 extinguiram-se por decurso de prazo e as irregularidades neles constatadas foram tratadas nos TCs 004.911/2003-6 e 006.436/2005-3. Por conseguinte, a Corte de Contas deliberou que não há mais óbices à liberação de recursos federais destinados à obra em tela.

Diante disso, voto no sentido de que esta Comissão:

tome conhecimento do Aviso nº 33, de 2007-CN, e das peças que o acompanham;

exclua do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007), com fulcro no art. 104 da Lei nº 11.439/06 (LDO/2007), o subtítulo 26.784.0237.5750.0015 – construção das eclusas de Tucuruí, no Rio Tocantins, no Estado do Pará (UO 39252), nos termos do projeto de decreto legislativo.

Sala da Comissão, em 20 de novembro de 2007, Dia da Consciência Negra.

É o parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Em discussão.

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado da República e na Câmara dos Deputados por unanimidade.

Pauta nº 34/2007.

Item 7.

Aviso nº 32/2007-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1.827, de 2007 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentaram, relativo ao Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2007 – (TC 015.711/2007-6)”.

Mensagem nº 81/2007-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a abril de 2007”. (Presidência da República)

Ofício nº 16/2007-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, LDO 2007, e no inciso I do art. 5º da Lei 10.028, de 19 de outubro de 2000, Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de maio de 2006 a abril de 2007”.

Ofício nº 17/2007-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, LDO 2007, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao período de maio de 2006 a abril de 2007”.

Ofício nº 18/2007-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, os demonstrativos que compõem o Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público da União, referente ao período de maio de 2006 a abril de 2007”.

Ofício nº 19/2007-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, os demonstrativos que compõem o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao primeiro quadrimestre do exercício de 2007”.

Ofício nº 20/2007-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, referente ao primeiro quadrimestre de 2007”.

Aviso nº 20/2007-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao art. 125 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000, o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal de Contas da União, referente ao primeiro quadrimestre do exercício de 2007”.

Ofício nº 21/2007-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de maio/2006 a abril/2007”.

Ofício nº 22/2007-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao primeiro quadrimestre de 2007”.

Ofício nº 23/2007-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 57 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 4 de maio de 2000, e art. 125 da Lei nº 11.439/LDO 2007, o Relatório de Gestão Fiscal do terceiro quadrimestre de 2006 e primeiro quadrimestre de 2007, desta Justiça Militar da União”.

Relator: Senador Wellington Salgado.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

Como o Relator não se encontra, designo o Senador Cícero Lucena para fazer a leitura do parecer.

**O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA** – Sr. Presidente, tendo em vista a distribuição do parecer do Senador Wellington Salgado, que tenho como função ser o Relator *ad-hoc*, vamos direto ao voto.

“Voto do Relator

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 2º, III, da Resolução nº 1/2006, exami-



nar e emitir parecer sobre as matérias e os documentos pertinentes ao acompanhamento e à fiscalização da execução orçamentária e financeira e da gestão fiscal de que tratam os arts. 70 a 72 e 166, § 1º, inciso II, da Constituição Federal.

O Relatório de Gestão Fiscal, instituído pelo art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal, deve ser elaborado e publicado a cada quadrimestre pelos titulares dos Poderes e Órgãos da Administração Pública. Constitui-se em documento fundamental para transparência das contas públicas, na medida em que permite ao Congresso Nacional, aos órgãos de fiscalização e a toda a sociedade o acompanhamento do cumprimento, pelos gestores públicos, dos limites legais de despesas com pessoal, operação de crédito e concessão de garantia, entre outras.

No caso em apreciação, a análise provida pelo Tribunal de Contas da União culminou no Acórdão nº 1.827/2007 – TCU, e no respectivo voto, no qual se consideram atendidas as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim, com base nessa conclusão e, principalmente, levando em conta a análise por nós efetuada, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do conteúdo do Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2007 e demais documentos que compõem o processo, e, uma vez que não há providências a tomar, determine o seu arquivamento”.

Esse o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Em discussão.

Não havendo oradores inscritos, passa-se à votação.

Na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade.

Na representação do Senado da República.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade também no Senado da República.

Comunico aos presentes que, infelizmente, já iniciou o processo de votação na Câmara dos Deputados, e, pelo Regimento, vamos ter que encerrar a reunião.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr. Presidente não poderíamos reiniciar esta reunião amanhã?

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Amanhã já temos sessão ordinária, não é, Sr. Presidente?

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Mas também não podemos mais discutir a matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Consulto V.Exa. se convém à sua bancada o reinício da reunião para após o encerramento da votação na Câmara dos Deputados hoje.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Isso nos interessa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Sem hora preestabelecida, já que não temos certeza da hora que vai encerrar a matéria na Câmara dos Deputados.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Perfeitamente. Mas queria primeiro ponderar com o Deputado Vanderlei Macris, porque se não houver acordo com S.Exa. não vai adiantar vir aqui. Se S.Exa. não aceitar a votação das matérias já entregues, não há muito sentido. Vamos gastar nosso tempo aqui, e V.Exa. não faria isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Devolvo a sugestão de V.Exa. ao Deputado Vanderlei Macris, que está na ala reservada à assessoria, mas com toda a vigilância e assessoria eficiente da Liderança do seu partido.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Daqui temos uma visão mais ampla das discussões da Comissão.

Sr. Presidente, não há nenhuma má vontade na aprovação das propostas inclusive das trazidas pelo Deputado Walter Pinheiro. A única questão é que queremos tomar conhecimento dos pareceres. Não há ainda nenhum parecer apresentado. Tivemos dificuldade antes no PLN 3, exatamente por conta do final de reunião, final de sessão, final do prazo. Temos a possibilidade de boas caronas nesses pareceres.

Neste momento, temos interesse em aceitar o debate e a votação de 3 propostas que estão hoje em tramitação: PLN 41, que trata de pessoal; PLN 47, que também trata de pessoal, e PLBN 58, que trata de pessoal. Nessas 3 propostas não há dificuldade nossa em discutir e, conhecendo os pareceres, votar. Fora isso, não há possibilidade de entendimento exatamente porque queremos tomar conhecimento dos pareceres e ter a oportunidade de obedecer o prazo regimental. Caso contrário, não há possibilidade de entendimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Não entendi bem a argumentação de V.Exa., mas

parece-me que não concorda com o reinício desta reunião para após o encerramento das votações na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, porque a votação em cada uma das Casas interrompe as reuniões da Comissão Mista de Orçamento.

Deputado Vanderlei Macris, V.Exa. concorda ou não com essa sugestão?

Naturalmente a decisão tem de ser consensual.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, a bancada do PSDB apenas quer tomar conhecimento dos pareceres. Se eles forem apresentados, vamos avaliá-los 1 a 1 e nos posicionar. Os 3 casos que citei são PLNs que tratam de pagamento de pessoal. Evidentemente que não temos dificuldades em avaliá-los com rapidez. Por exemplo, o PLN nº42...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Entendo os escrúpulos de V.Exa. Esta Presidência quer que as matérias sejam apreciadas com toda transparência possível.

A Secretaria está me informando que os pedidos de inclusão em pauta apresentados se referem a pareceres que já estão no poder dela. Eu não sei se estão aqui. Não sei se ...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Eu gostaria, então, que V.Exa. me passasse os pareceres. Vamos tomar conhecimento deles, e, na reabertura da reunião, vamos nos posicionar.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Então, V.Exa. concorda em que a reunião seja reiniciada após a votação na Câmara e no Senado?

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sem problema algum. Mas nós nos reservamos o direito de nos posicionar em relação a cada um deles.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – O direito de V.Exa. é legítimo.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – Sr. Presidente, quero me manifestar em nome do Democratas. Parece-me que alguns desses projetos têm acordo. Sugiro, no retorno dos trabalhos, votarmos os projetos acordados. Acho que é isso que vamos conseguir fazer hoje.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, só queria registrar que não posso sair daqui...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – É verdade. Mas eu vim para frente só para olhar mais de perto para V.Exa. porque de lá eu já via no seu semblante ...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Espero que V.Exa. não se arvore de dono do dom da obliquidade.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Não, Sr. Presidente, é que o tempo vai passando e exige que usemos óculos. Como S.Exa. não comprou óculos, resolveu encurtar a distância.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Eu vim para frente a fim de vê-lo mais de perto, porque S.Exa. já tem o semblante de futuro Presidente do Senado. Quis cumprimentá-lo pelo novo feito, se Deus quiser.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Está suspensa a presente reunião que deverá continuar após a votação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Está suspensa a presente reunião.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais) – Declaro reiniciada a 5ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 34 e 35/2007.

Antes de encerrar, informo que amanhã, dia 21 de novembro, às 14h30min, haverá reunião ordinária neste plenário.

É evidente a falta de *quorum* para reinício dos trabalhos.

A reunião está encerrada.

**Ata da Vigésima Sétima Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 21 e 23 de novembro de 2007.**

Aos vinte e um e vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, foi convocada a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes das Pautas nºs 34 e 35. Foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Claudio Cajado, Daniel Almeida, Edinho Bez, Eduardo Sciarra, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Giacobbo, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Humberto Souto, José Pimentel, Manoel Junior, Nelson Meurer, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Regis de Oliveira, Roberto Rocha, Vanderlei Macris, Vignatti, Walter Pinheiro, Wellington Roberto e Zé Gerardo; – **Senadores titulares:** Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Jayme Campos, João Ribeiro, José Maranhão, Leomar Quintanilha e Sérgio Zambiasi – **Deputados suplentes:** Alex Canziani, Carlos Alberto Leréia, Carlos Eduardo Cadoca, Darcísio Peron

di, Duarte Nogueira, Eduardo Valverde, Geraldo Resende, Gorete Pereira, João Carlos Bacelar, João Leão, João Magalhães, Lael Varella, Marcelo Castro, Pedro Chaves e Silvio Lopes; – **Senador suplente:** Francisco Dornelles, Jonas Pinheiro e Sibá Machado. Foi registrada a ausência dos membros titulares: – **Deputados:** Eduardo Gomes, Ivan Valente, Márcio Reinaldo Moreira, Mussa Demes, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago e Rose De Freitas; – **Senadores:** Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Efraim Morais e Sérgio Guerra. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e um de novembro, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente, Senador José Maranhão, declarou iniciados os trabalhos. **EXPEDIENTE:** conforme solicitação do Deputado Regis de Oliveira apresentada na 11ª Reunião Ordinária, realizada em 27/6/2007, o Presidente colocou em votação a dispensa da leitura dos expedientes, que foi aprovada por unanimidade. Determinou ao Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião e à Secretaria da Comissão que enviasse aos membros e às Lideranças Partidárias através do correio eletrônico. **ORDEM DO DIA:** Pauta 34. **8) – Requerimento nº 22/2007– CMO**, que requer o envio para a Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados do Projeto de Decreto Legislativo nº 1/2007 e de seu Substitutivo para que aquela Comissão dê parecer quanto aos aspectos constitucional, legal, jurídica e de técnica legislativa, especialmente no tocante aos artigos 4º, 6º, 12, 15, 16, e 22. Autor: Deputado Humberto Souto. Em virtude da ausência do autor, a apreciação do Requerimento foi adiada. Pauta 35. **1) Relatório do Comitê de Avaliação da Receita, apresentado ao Projeto de Lei nº 31/2007-CN, que “Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011”.** Coordenador do Comitê de avaliação da Receita: Senador Francisco Dornelles. O Coordenador apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Walter Pinheiro informou que estava convocada Sessão do Congresso Nacional para o dia seguinte, com o fim de apreciar os Projetos de Lei cujo prazo para apreciação na Comissão se encerrou no dia vinte daquele mês, conforme estabelece o *art. 106 da Resolução nº 01/2006-CN*. Em seguida, o Senador Jonas Pinheiro entregou ao Presidente expediente a respeito da previsão de recursos destinados à irrigação na Região Centro-Oeste. O Relator-Geral da Proposta Orçamen-

tária para 2008, Deputado José Pimentel, teceu comentários sobre os pleitos das Bancadas da Região Centro-Oeste sobre irrigação na Região. A seguir, o Deputado Claudio Cajado, membro do Comitê de Admissibilidade de Emendas, esclareceu que havia muitas emendas com irregularidades e que o Comitê estava aguardando relatório da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados sobre as referidas emendas, para encaminhar à Comissão. O Deputado Zé Gerardo, Coordenador do Comitê, informou que havia encaminhado ofícios aos Coordenadores de Bancadas e Presidentes de Comissão solicitando a correção das emendas com erros, cujo prazo venceria no dia seguinte, às doze horas. Por esse motivo, o Comitê não havia apresentado o Relatório às emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2008, não tendo cumprido, portanto, o prazo para votação estipulado pelo cronograma, que era o dia vinte de novembro. O Deputado Walter Pinheiro sugeriu que a reunião fosse suspensa e retornasse às dezoito horas do dia seguinte, com a apreciação do Relatório do Comitê e no dia vinte e sete de novembro fosse apreciado o Relatório Final no Plenário da Comissão. A seguir, o Presidente leu o disposto no *art. 20 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*. O Deputado José Pimentel informou que se o Relatório for apreciado no dia vinte e sete daquele mês, haveria possibilidade do Projeto de Lei Orçamentária para 2008 não ser votado dentro da Sessão Legislativa Ordinária, ao tempo em que sugeriu agilidade sem prejuízo das normas regimentais. Discutiram, ainda, os Deputados Zé Gerardo e Cláudio Cajado. O Deputado Walter Pinheiro apresentou encaminhamento no sentido de que os trabalhos fossem suspensos e que no dia vinte e três daquele mês fosse apreciado o referido Relatório. Discutiram a proposta os Deputados Alex Canziani, Wellington Roberto, Carlos Alberto Leréia e Manoel Júnior. O Presidente propôs a dispensa do prazo regimental de dois dias úteis para distribuição Relatório. Houve manifestação favorável do Plenário e ficou acordado que o Relatório seria entregue, na Secretaria da Comissão, no dia vinte e três de novembro, às onze horas. Às dezessete horas e um minuto, os trabalhos foram suspensos e convocada a continuação para o dia vinte e três de novembro, às quatorze horas. Às quinze horas e dois minutos do dia vinte e três do mesmo mês, o Presidente reiniciou os trabalhos e prestou os seguintes esclarecimentos: na reunião realizada no dia 21 de novembro, houve consenso do Plenário para que a continuação da reunião se desse naquela data, com a inclusão dos Relatórios do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, referentes ao Projeto de Lei do Plano Plurianual para



2008-2011 e do Projeto de Lei Orçamentária para 2008. O Relatório do CAE referente ao PLPPA 2008-2011 se manifesta sobre todas as emendas apresentadas ao Projeto e o Relatório referente ao PLOA/2008 refere-se exclusivamente às emendas coletivas (de bancada e comissão). É prerrogativa da Presidência o deferimento ou não sobre os pedidos de alteração das emendas apresentadas às matérias em tramitação na CMO. Informou, ainda, que foi solicitado às Consultorias de Orçamento das duas Casas análise sobre as solicitações de alteração de emendas aos Projetos de Lei do PPA e do PLOA para 2008. Com base nessa análise, o Presidente anunciou a seguinte decisão sobre as duas matérias, manifestando-se sobre os pedidos de retificação de emendas: **Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2008-2011 (PLPPA/2008-2011) – Desfavorável:** 7116.0001 – Bancada da Paraíba; 3520.0004 – Deputado Eunício Oliveira; 2396.0003 – Deputada Janete Rocha Pietá; 3578.0001 – Deputado Rodrigo Maia; 1301.0008 – Deputada Rose de Freitas. – **Prejudicados:** 7128.0001 – Bancada do Tocantins; 7117.0005 – Bancada do Paraná; 5033.0001 – Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei Orçamentária/2008 (PLOA/2008).** – Expedientes referentes às seguintes emendas: – **Desfavorável:** 7103.0008 – Bancada de Alagoas; 7114.0020 – Bancada de Minas Gerais; 7123.0002 – Bancada de Rondônia; 7123.0018 – Bancada de Rondônia; 7126.0005 – Bancada de Santa Catarina; 7126.0009 – Bancada de Santa Catarina; 7105.0012 – Bancada do Amapá; 7107.0017 – Bancada do Ceará; 7112.0009 – Bancada do Mato Grosso; 7113.0015 – Bancada do Mato Grosso do Sul; 7119.0005 – Bancada do Piauí; 7119.0010 – Bancada do Piauí; 7119.0011 – Bancada do Piauí; 7119.0017 – Bancada do Piauí; 7120.0021 – Bancada do Rio de Janeiro; 7122.0007 – Bancada do Rio Grande do Sul; 7122.0016 – Bancada do Rio Grande do Sul; 7122.0017 – Bancada do Rio Grande do Sul; 7122.0019 – Bancada do Rio Grande do Sul; 5012.0001 – Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados; 5012.0005 – Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados; 5003.0004 – Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados; 5022.0004 – Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. – **Prejudicados:** 6003.0006 – Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania do Senado Federal; 5018.0001 – Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados; 6011.0006 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal. A seguir, o Presidente

informou que havia Requerimento de autoria do Deputado Carlos Alberto Leréia solicitando a inclusão do Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas referente ao exame da admissibilidade das emendas apresentadas ao Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2008-2011. Não houve debate. Em votação, o Requerimento de inclusão da matéria foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXTRAPAUTA:** apreciação do Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas sobre o exame de admissibilidade das emendas apresentadas ao Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2008-2011. O Deputado Carlos Alberto Leréia apresentou o Relatório e a Errata. Não houve debate. Em votação, o Relatório com o Adendo referentes ao exame da admissibilidade das emendas apresentadas ao Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2008-2011 foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Requerimento de autoria do Deputado Carlos Alberto Leréia solicitando a inclusão do Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas referente ao exame da admissibilidade das emendas coletivas (de bancada e comissão) apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2008. Em votação, o Requerimento de inclusão da matéria foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXTRAPAUTA:** apreciação do Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas sobre o exame de admissibilidade das emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2008. O Deputado Carlos Alberto Leréia apresentou os pontos mais relevantes do Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório do CAE referente ao exame da admissibilidade das emendas coletivas (de bancada e comissão) apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2008 foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Presidente anunciou que, tendo em vista o disposto no Relatório, na aplicação das normas da Resolução nº 1/2006-CN, o CAE sugeriu que fosse considerada viável a interpretação de que as subáreas temáticas sejam idealizadas tendo em mente situações de enquadramento *típico*, tomando como pressuposto que toda atividade temática do governo federal esteja concentrada nos órgãos apontados e que admitiria os enquadramentos *atípicos*, que devem ser analisados separadamente. Por apresentarem conflito aparente de atribuições, o Presidente anunciou a votação das seguintes emendas: 1) Comissão: Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CD. Emenda (nº): **50030002**; Órgão/UO: Ministério da Defesa/Sec da Comissão p/Rec do Mar;



Ação/subtítulo: Missão Antártica – Nacional. Em votação, a emenda foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2) Comissão: Minas e Energia – CD; Emenda (nº): **50180001**; Órgão: Ministério da Defesa / Comando da Marinha; Ação/subtítulo: Construção do Protótipo de Reator Nuclear – Nacional. Em votação, a emenda foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 3) Comissão: Serviços de Infra-estrutura – SF; Emenda (nº): **60010001**; Órgão/UO: Ministério do Turismo / Ministério do Turismo; Ação/subtítulo: Participação da União na Implantação do PRODETUR Nacional – Nacional. Em votação, a emenda foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 4) Comissão: Serviços de Infra-estrutura – SF; Emenda (nº): **60010003**; Órgão/UO: Ministério do Turismo / Ministério do Turismo; Ação/subtítulo: Apoio a Projetos de Infra-estrutura Turística – Nacional. Em votação, a emenda foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 5) Comissão: Assuntos Sociais – SF; Emenda (nº): **60060002**; Órgão/UO: Ministério do Trabalho e Emprego/ Ministério do Trabalho e Emprego; Ação/subtítulo: Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária por meio da Atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário – Nacional. Em votação, a emenda foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 6) Comissão: Assuntos Sociais – SF; Emenda (nº): **60060003**; Emenda (nº): Órgão/UO: Ministério do Trabalho e Emprego/ Ministério do Trabalho e Emprego; Ação/subtítulo: Fiscalização para Erradicação do Trabalho Infantil – Nacional. Em votação, a emenda foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 7) Comissão: Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CD; Emenda (nº): **50150004**; Emenda (nº): Órgão/UO: Ministério do Turismo / Ministério do Turismo; Ação/subtítulo: Promoção de Eventos para Divulgação do Turismo Interno – Nacional. Em votação, a emenda foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Presidente informou que as votações haviam sido solicitadas pelo Comitê de Admissibilidade de emendas. O Deputado Walter Pinheiro informou que caberia contestação às decisões do Presidente sobre as emendas, conforme dispõe a *Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*. Usaram da palavra para enaltecer a finalização de mais uma etapa na apreciação dos Projetos de Lei Orçamentária para 2008 e do Plano Plurianual para 2008-2011, os Deputados Wilson Santiago, Edinho Bez, Carlos Alberto

Leréia, José Pimentel e João Leão. **ENCERRAMENTO**: antes de encerrar, o Presidente convocou as seguintes reuniões: no dia vinte e sete de novembro, às quatorze horas e trinta minutos, reunião extraordinária; e no dia vinte e oito de novembro, às quatorze horas e trinta minutos, reunião ordinária. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador José Maranhão. Presidente.**

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 27ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 34 e 35, de 2007.

Expediente.

Conforme solicitação do Deputado Regis de Oliveira, apresentada na 11ª reunião ordinária, realizada em 27 de junho de 2007, coloco em votação a dispensa da leitura dos expedientes.

Na representação da Câmara dos Deputados, os Srs. Deputados que aprovam a dispensa de leitura permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Na representação do Senado da República, os Srs. Senadores que aprovam a dispensa de leitura permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Determino ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas desta reunião.

## EXPEDIENTE

### Correspondência Interna Recebida:

Expedientes solicitando retificação de emendas apresentadas ao PLN 31/2007-CN (PPA 2008-2011):

**1)** Ofício nº 121, de 19 de novembro, da Deputada Elcione Barbalho.

**2)** Ofício nº 136, de 20 de novembro, da Bancada do Mato Grosso do Sul.

**3)** Ofício nº 262, de 20 de novembro, do Deputado Paulo Rocha.

**4)** Ofício nº 63, de 20 de novembro, do Deputado Mendes Ribeiro – Bancada do Rio Grande do Sul.

**5)** Ofício nº 70, de 20 de novembro, do Senador Leomar Quintanilha.

**6)** Ofício nº 516, de 20 de novembro, do Deputado André Vargas.

7) Ofício nº 93, de 20 de novembro, do Deputado Cândido Vaccarezza.

8) Ofício nº 99, de 20 de novembro, do Deputado Ilderlei Cordeiro.

9) Ofício nº 350, de 20 de novembro, da Deputada Janete Rocha Pietá.

10) Ofício nº 330, de 20 de novembro, do Deputado Jorge Khoury.

11) Ofício nº 664, de 20 de novembro, do Senador José Maranhão.

12) Ofício nº 98, de 20 de novembro, do Deputado José Pimentel.

13) Ofício nº 57, de 20 de novembro, do Deputado Luiz Carreira.

14) Ofício nº 43, de 20 de novembro, da Deputada Luiza Erundina de Souza.

15) Ofício nº 339, de 20 de novembro, do Deputado Nelson Marquizezeli.

16) Ofício nº 473, de 20 de novembro, do Deputado Carlos Melles.

17) Ofício nº 38, de 20 de novembro, do Deputado Eduardo da Fonte.

18) Ofício nº 57, de 20 de novembro, da Bancada de Alagoas.

19) Ofício nº 708, de 20 de novembro, da Bancada de Goiás.

20) Ofício nº 1.036, de 20 de novembro, da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional/CD.

21) Ofício nº 68, de 20 de novembro, do Deputado Ciro Nogueira.

22) Ofício nº 458, de 20 de novembro, do Deputado Eunício Oliveira.

23) Ofício nº 86, de 20 de novembro, do Deputado Henrique Eduardo Alves.

24) Ofício nº 106, de 20 de novembro, do Deputado Walter Pinheiro.

25) Ofício nº 30, de 20 de novembro, da Bancada do Paraná.

26) Ofício nº 375, de 20 de novembro, do Deputado Valtenir Luiz Pereira.

Expedientes solicitando retificação de emendas apresentadas ao PLN 30/2007-CN (PLOA 2008):

1) Ofício nº 89, de 20 de novembro, da Bancada do Ceará.

2) Ofício nº 134, de 20 de novembro, da Bancada do Distrito Federal.

3) Ofício nº 1.028, de 20 de novembro, da Bancada do Mato Grosso.

4) Ofício nº 135, de 20 de novembro, da Bancada do Mato Grosso do Sul.

5) Ofícios nºs 214, 215 e 216, de 20 de novembro, da Bancada de Minas Gerais.

6) Ofício nº 247, de 20 de novembro, da Bancada da Paraíba.

7) Ofício nº 62, de 20 de novembro, da Bancada do Rio Grande do Sul.

8) Ofício nº 731, de 20 de novembro, da Bancada de Rondônia.

## II) Correspondência Externa Recebida:

1) Ofício nº 516, de 8 de outubro, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, agradecendo o convite para participar dos Seminários Regionais para discussão da Proposta Orçamentária para 2008.

MYRNA LOPES PEREIRA

Secretária de Comissão

Informo que a lista de expedientes foi encaminhada pelo Correio Eletrônico aos membros e lideranças partidárias desta Casa.

Ordem do Dia.

Pauta nº 34/2007.

Em continuação o item 8.

8) Requerimento nº 22/2007 – CMO, que “*Requer o envio para a CCJC do Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2007 e de seu substitutivo, para que aquela Comissão dê parecer quanto aos aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, especialmente no tocante aos artigos 4º, 6º, 12, 15, 16 e 22*”.

Autor: Deputado Humberto Souto.

Com a palavra o Deputado Humberto Souto para apresentação do requerimento. (Pausa.)

Ausente do plenário o autor do requerimento.

Pauta nº 35/2007.

1) Relatório do Comitê de Avaliação da Receita, apresentado ao Projeto de Lei nº 31/2007-CN, que “*dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008/2011*”.

Coordenador do Comitê de Avaliação da Receita: Senador Francisco Dornelles.

Com a palavra o Deputado Vignatti para apresentação do relatório ao Projeto de Lei nº 31, de 2007.

Farei uma retificação. A Secretaria equivocou-se em relação ao nome do Relator. Em vez de mencionar o nome do Senador Francisco Dornelles, mencionou o do Deputado Vignatti.

Peço desculpas ao Deputado Vignatti e passo a palavra ao Senador Francisco Dornelles para proferir o voto.

**O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES**

– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o projeto já foi amplamente discutido, de acordo com as linhas

gerais, preenchendo todos os requisitos. Houve grande entendimento. Nesse sentido, solicito a aprovação do relatório.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo oradores, encerra-se a discussão.

Passa-se à votação.

Na representação da Câmara dos Deputados, os Srs. Deputados que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara Federal.

Na representação do Senado da República, os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório por unanimidade na representação da Câmara dos Deputados e do Senado da República. *(Pausa.)*

Encerrada a pauta da reunião, faculto a palavra aos Deputados e Senadores presentes.

Com a palavra o Deputado Walter Pinheiro.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Sr. Presidente, em cumprimento à Resolução nº 1, no dia de ontem não foi possível apreciarmos diversas matérias, inclusive as relatadas por V.Exa., Deputado Claudio Cajado, que já foram entregues à Secretaria desta Comissão. Há em torno de 24 PLNs, que poderiam ser apreciados na sessão do Congresso Nacional.

O Presidente Narcio Rodrigues tinha intenção de convocar sessão extraordinária do Congresso Nacional para hoje, mas, em virtude, principalmente, da não entrega de alguns relatórios e acatando o pleito feito por V.Exa., Deputado Vanderlei Macris, de que seria necessária a distribuição, solicitei ao Presidente que fizesse a convocação do Congresso Nacional para amanhã e não para hoje. Por isso, tomamos as devidas providências para que os relatórios fossem distribuídos e publicados. E assim o fez a nossa eficiente Comissão. Portanto, já está disponível a publicação com os relatórios.

Também solicitamos aos Deputados e Senadores que porventura ainda não entregaram os relatórios que assim o façam, para que possamos completar a lista dos PLNs que devem ser apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional no dia de amanhã.

Lembro aos nobres pares desta Comissão que a intenção é, na sessão do Congresso Nacional, não apreciarmos absolutamente nada que diga respeito a alterações ou a algo parecido, quanto à Resolução nº 1.

Dissemos ao Presidente do Congresso Nacional que quaisquer alterações seriam muito mais bem-vin-

das se fossem feitas, Deputado Pedro Novais, depois da avaliação do cumprimento da Resolução nº 1, por parte desta Comissão. Dessa forma, só após apreciarmos o Orçamento deste ano é que poderemos fazer uma avaliação fidedigna dos efeitos positivos e até dos negativos, apontados por alguns, quanto à Resolução nº 1.

Então, a sessão do Congresso Nacional de amanhã destinar-se-á exclusivamente à apreciação dos PLNs que não conseguimos apreciar na sessão de ontem. Portanto, cumprindo a resolução, não é mais possível apreciá-los na sessão de hoje.

Conversamos com o Relator do PPA, Deputado Vignatti, e com a Consultoria. A idéia é, no dia de hoje, concluirmos os trabalhos, principalmente quanto à avaliação, ao problema das emendas.

Foi feito todo um trabalho pelo Comitê de Emendas – diga-se de passagem, um trabalho sobejamente bem feito, Deputado Claudio Cajado. Foi possível apontar erros, distorções ou até incongruências. Optou-se por comunicar a cada bancada, a cada Deputado, a cada Senador, para que possam fazer as correções.

O Relator Geral do PPA está trabalhando em conjunto com a Consultoria para fazer a emissão desse relatório. A idéia é que na sessão da Comissão do dia 27 tenhamos a oportunidade de apreciar o relatório do PPA, do Deputado Vignatti. Veremos, então, a possibilidade de, na semana seguinte, apreciá-lo na sessão do Congresso Nacional – portanto, por volta do dia 4 ou do dia 5 de dezembro. Até porque, em cumprimento à Resolução nº 1, teremos de apreciar o relatório do PPA no Congresso Nacional... Ou melhor, só será possível o processo de apreciação para deliberação do relatório do Orçamento Geral da União – a nossa LOA 2008 – se conseguirmos votar o PPA. Portanto, se esse procedimento não for seguido, não teremos como apreciar a Lei Orçamentária Anual.

Sr. Presidente, propomos a convocação do Congresso Nacional para o dia de amanhã e para a quinta-feira da semana que vem, a fim de que, havendo possibilidade de apreciar na Comissão, no dia 27, o relatório do PPA, do Deputado Vignatti, tenhamos tempo suficiente para levá-lo à apreciação do Plenário da Casa. Nesse meio tempo os nossos Relatores Setoriais já estarão trabalhando. Temos solicitado às bancadas e às Comissões que se dirijam – numa legítima pressão ou acompanhamento – aos nossos Relatores Setoriais, que têm, este ano, uma camisa estreitamente apertada, do ponto de vista orçamentário, para atender uma demanda enormemente larga – perdoem-me a redundância.

Façamos um esforço para entregar o relatório no dia 27 e, se possível, votá-lo no Congresso Nacional até

o dia 4 ou 5 de dezembro, a fim de podermos caminhar com o relatório do Deputado José Pimentel.

Confiamos em Deus e contamos com o apoio dos nobres Parlamentares para que até o dia 21 seja votado o Orçamento Geral da União.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever também.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

**O SR. SENADOR JONAS PINHEIRO** – Sr. Presidente, abordarei um assunto que já discuti com V.Exa.

Srs. Deputados e Srs. Senadores, o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias prevê que União aplicará 20% dos recursos destinados à irrigação na Região Centro-Oeste.

Sr. Presidente, o Tribunal de Contas da União já está analisando a não-aplicação desse recurso, inclusive já encaminhou para esta Comissão a reclamação nesse sentido. Essa reclamação veio a esta Comissão, que encaminhou à Comissão de Agricultura e de Reforma Agrária do Senado Federal, onde fui destacado como Relator da matéria. O Tribunal propôs, e a Comissão da Agricultura acatou, que essa não-conformidade aplicada ao Orçamento anual fosse recomendada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, fosse encaminhada ao Presidente do Congresso Nacional, ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e ao Relator-Geral do Orçamento de 2007, para verificação na LOA 2007, a fim de tomar as providências necessárias.

Essa a conclusão da Comissão de Agricultura do Senado Federal: entendeu justa a reclamação do Tribunal de Contas da União.

Por isso, Sr. Presidente, passo a V.Exa. essa decisão do Tribunal e da Comissão de Agricultura do Senado Federal para que tome as providências necessárias em relação ao atendimento à Região Centro-Oeste: 20% de todo o recurso destinado à irrigação no País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – A respeito do assunto que o Senador Jonas Pinheiro está dizendo, quero informar a V.Exas. que já estamos – o Relator-Geral, Deputado José Pimentel, e eu – fazendo gestão no Ministério do Planejamento no sentido de encontrar solução prática para atender a esse mandamento constitucional.

Continua facultada a palavra.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vanderlei Macris.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, Senador José Maranhão, Srs. Deputados,

Srs. Senadores, primeiramente, ressalto e cumprimento o Deputado Walter Pinheiro pela vigilância permanente no andamento dos trabalhos desta Comissão, sejam projetos de lei, seja PPA, seja Orçamento. Tenho certeza, Sr. Presidente, de que o Governo e a Oposição poderão se dar muito bem nesta Comissão, desde que tenhamos a possibilidade de uma discussão aberta e transparente em relação aos questionamentos e às demandas das oposições, principalmente da minha bancada do PSDB.

Deputado Walter Pinheiro, como V.Exa. comentou, temos necessidade de que o Congresso Nacional se reúna amanhã. Constatamos o número de 20 proposições (PLNs) prontas, com parecer, para serem apreciadas.

Em nossas anotações consta a ausência de parecer em outros PLNs: 45 e 46, Relatores Deputados Roberto Rocha e Romeu Tuma, respectivamente; 60, Relator Deputado Claudio Cajado; 63, Relator Deputado Efraim Morais, e 64, Relator Deputado Humberto Souto.

É evidente que esses projetos demandam a presença de parecer até o momento da reunião do Congresso Nacional, e gostaríamos de poder avaliá-los com muito cuidado. Já avaliamos os demais e temos, diria, quase que 90% de concordância com o mérito de cada um deles.

Sr. Presidente, é importante ressaltar que há 2 PLNs, o 48 e o 55, sobre os quais temos alguns questionamentos, alguns óbices, algumas demandas e informações a fazer, porque se tratam de emendas parlamentares.

Então, a fim de que o Congresso Nacional possa se reunir amanhã e votar com tranqüilidade, ainda há pendência de parecer dessas proposituras e alguns óbices em relação à 48 e à 55.

Tenho certeza de que, de hoje para amanhã, vamos superar as dificuldades e realizar a reunião do Congresso Nacional com tranqüilidade.

Quanto ao projeto de alteração da LOA, o PLN nº 65, fruto de entendimento anterior, cujo Relator é o Deputado Francisco Dornelles, estamos apresentando emenda para regulamentar a proposição das questões levantadas.

Eram essas as observações que gostaria de fazer, Sr. Presidente. Agradeço-lhe pela oportunidade de manifestar-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Sr. Deputado José Pimentel.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, inicialmente, registro a eficiência das Consultorias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal na condução e na assessoria a



este Relator-Geral, que permitiu, já na segunda-feira, apresentar uma análise minuciosa das 9.707 emendas individuais e de bancadas apresentadas.

O Relator-Geral, com essas consultorias, teve o cuidado de analisar todas as emendas coletivas, sejam elas de bancada, sejam de Comissão, e apresentar uma série de orientações para resolver as questões das emendas genéricas, no sentido de que fossem adaptadas para a região metropolitana, a RIDE.

Deveríamos, Sr. Presidente José Maranhão, ontem, ter apresentado nesta Comissão o parecer de admissibilidade.

Os integrantes do Comitê de Admissibilidade argumentaram que, por conta da admissibilidade do Plano Plurianual, estavam sobrecarregados.

No entanto, precisávamos, nossos Líderes, de ter um diálogo com os membros desse Comitê para que agilizassem os trabalhos, a fim de não prejudicar a tramitação da peça orçamentária.

Ontem, a Relatoria com o Sr. Presidente e os 10 Relatores-Setoriais fizemos a distribuição dos recursos para o atendimento das emendas individuais e das coletivas no que diz respeito à cada parte dos temas. Os Relatores-Setoriais necessitam do parecer do Comitê de Admissibilidade para que possam trabalhar com plenitude.

Fizemos também um acordo de procedimentos com os 10 Relatores-Setoriais no sentido de que apresentem, na terça-feira próxima, os pareceres conclusivos para que possamos dar continuidade e, no dia 5 de dezembro, realizar a votação em plenário. No entanto, a posição dos Relatores-Setoriais depende do parecer de admissibilidade.

Sei do empenho dos nossos membros do Comitê de Admissibilidade, mas estamos precisando que aquele parecer seja liberado. Até porque, na segunda-feira, volto a registrar, tivemos todo o empenho do Comitê de Admissibilidade sobre essas emendas, houve todo o empenho do Relator-Geral, apresentamos uma série de sugestões. Ontem, o Comitê de Admissibilidade conversou com os Relatores-Setoriais e o andamento evoluiu bastante.

O nosso pedido é que possamos chegar a bom termo e apresentar a esta Comissão Mista a posição do Comitê de Admissibilidade para, a partir daí, facilitar o trabalho dos 10 Relatores-Setoriais e deste Relator-Geral.

Registro também que a bancada da Região Centro-Oeste tem feito uma cobrança justa, legítima e constitucional sobre a aplicação dos recursos hídricos.

O nosso Presidente, Senador José Maranhão, tem solicitado a este Relator, em especial, que ajude a encontrar uma saída constitucional para atender à

Região Centro-Oeste. S.Exa., o Relator-Setorial e o Relator-Geral solicitaram audiência com o Ministro Paulo Bernardo. Estamos, com a Consultoria, desenvolvendo uma série de estudos para construir essa alternativa e cumprir as determinações do Tribunal de Contas da União e o mandamento constitucional.

Portanto, quero, a pedido de V.Exa., Sr. Presidente, deixar claro à bancada da Região Centro-Oeste que temos a obrigação constitucional de resolver esse problema. Vamos encontrar uma saída que permita efetivamente atender o que determina a Constituição Federal.

Era o que este Relator-Geral teria a adiantar.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, apenas para uma informação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Peço a V.Exa. que aguarde, pois o Presidente está com a palavra.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Pois não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Quero informar ao nobre Deputado Vanderlei Macris que os projetos de lei a que se referiu já foram remetidos ao Congresso Nacional, onde S.Exa., evidentemente, poderá manifestar suas objeções. Com relação aos 2 últimos, venceram os prazos ontem e não foram apreciados, razão por que foram remetidos ao Congresso Nacional sem parecer.

Com a palavra o nobre Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, gostaria apenas de passar uma informação à Comissão. O Comitê de Emendas, do qual faço parte, está aguardando o parecer técnico do processamento das análises feitas nas quase 300 emendas irregulares. Tivemos árduo trabalho na segunda-feira e na terça-feira. Concluídos os nossos trabalhos, nós os remetemos à assessoria técnica da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que está elaborando a organização do parecer.

Há informações, está aqui o coordenador do Comitê, nobre Deputado Zé Gerardo, pode melhor abalizar a questão, de que às 15h o parecer estará pronto. Se isso se confirmar, iremos fazer uma análise final, submetê-la ao Relator-Geral e, depois, enviá-lo à Presidência desta Comissão para submetê-lo à votação do Plenário. Portanto, estamos empenhados em agilizar a apresentação do parecer, porém estamos esbarrando em uma quantidade elevada de erros, em função, principalmente, da apresentação das emendas com base na nova Resolução nº 01. Ou seja, há um processo de aprendizado das bancadas na confecção da

elaboração das suas emendas. Por que aprendizado? Porque as bancadas estaduais tiveram dificuldade em seguir o que estava contido na nova resolução como disposto regulatório, bem assim no Relatório de Atividades entregue ao Plenário da Comissão por meio do Comitê de Avaliação de Emendas. Portanto, essas 2 peças serviram de base para que as bancadas apresentassem suas emendas. Contudo, mesmo depois de informados como deveriam proceder, houve erros que estamos tentando consertar no intuito de não prejudicar as bancadas estaduais. De igual forma, houve erros na apresentação das emendas de Comissão. Mas estamos fazendo o possível para tentar, diante da Égide da República, da norma da Resolução nº 01 e das normas da Constituição Federal, atender no que pudermos. Claro que esse relatório será apresentado ao Relator-Geral, nobre Deputado José Pimentel, e submetido à votação do Plenário da Comissão. Isso só dependerá do momento em que a parte técnica da assessoria do Orçamento apresentar todas as análises feitas pelo Comitê de Emendas. Esperamos que S.Exas. consigam concluí-lo às 15h, conforme foi dito pelo assessor da Comissão. Feito isso, vamos reunir o Comitê de Emendas, com a coordenação do nobre Deputado Zé Gerardo, e fazer novas análises, uma espécie de pente-fino. Se concluírem o relatório, será hoje. Estamos aguardando. Não depende de nós, mas do pessoal da assessoria técnica desta Comissão, a quem não quero crucificar, porque tem trabalhado até de madrugada para aprontar os relatórios. Então, estamos aguardando apenas o envio dessa análise, feita na segunda-feira ou ontem, para o Comitê de Emendas, a fim de que possamos concluir o trabalho.

Essa a informação que gostaria de prestar. Não quero que pensem que o Comitê não está trabalhando ou que está postergando as suas funções. Pelo contrário. Atuamos de forma célere. Não tenho procuração do Coordenador do Comitê, nobre Deputado Zé Gerardo, mas sou membro dele. Inclusive estou em Brasília desde sábado e no domingo estive no Congresso Nacional para trabalhar. Na segunda-feira de manhã, às 9h, já estávamos prontos, mas a nossa análise só chegou na segunda-feira à tarde. Concluimos o nosso trabalho na madrugada de terça-feira.

Posso assegurar-lhes que não há nenhum tipo de atraso ou falta de vontade do Comitê em agilizar o que estiver ao nosso alcance.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra, pela ordem, o nobre Deputado Wellington Roberto.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Sr. Presidente, ratifico as palavras do nobre Deputado Claudio Cajado.

O querido Relator, nobre Deputado José Pimentel, cujo trabalho estamos acompanhando durante todo esse período, esteve ontem por 2 vezes na Consultoria e presenciou o Comitê da Admissibilidade de Emendas trabalhar tanto a LOA como o PPA.

Estamos aguardando decisão da Consultoria, que está sobrecarregada de trabalho, sobre uma resolução que deixou muitas dúvidas em relação às mudanças dentro desta Comissão e também, nobre Deputado Claudio Cajado, no que diz respeito às emendas de Comissão, às individuais, às de bancadas que estão causando um grande problema, por falta de informação.

Então, peço ao nobre Relator, Deputado José Pimentel, que entenda a posição do Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas. Não estamos deixando de atender a sua solicitação, nem a do Presidente, Senador José Maranhão, nem as solicitações de toda esta Comissão Mista. O nosso Coordenador, Deputado Zé Gerardo, está cobrando de forma ativa esse trabalho.

Estamos à disposição desta Comissão, mas aguardando a decisão da Consultoria que está, repito, sobrecarregada de trabalho, diante de uma situação da qual temos conhecimento, a Resolução nº 01.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO**

– Sr. Presidente, como Coordenador do Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas, agradeço aos consultores o trabalho. Eles têm adentrado madrugadas conosco para construir, apesar de, na realidade, não podermos atender à ânsia de cada bancada de não terem suas emendas inadmitidas. Temos de ter a responsabilidade de admiti-las, mas também dar chance às bancadas para que possam construir com base na realidade de uma resolução nova. Há Deputados em primeiro mandato. O nosso Comitê inteiro pensou nisso porque sabemos quanto custa a um Deputado Federal ter uma emenda de bancada para seu Estado e perdê-la simplesmente por um erro de uma palavra, por uma atecnia que, na realidade, não venha a realizar o êxito.

Por esse zelo, temos estado com os consultores dia a dia. Estive toda a semana passada aqui. Só fui na quinta-feira ao Estado do Ceará, e na sexta-feira já estava de volta. Estive com eles, acompanhando o trabalho de cada um, fechando o anexo de metas, depois o PPA.

Agora, com certeza, Deputado José Pimentel, com a sua ajuda, vamos fechar, se Deus quiser, o Orçamento da União, para que o País possa ter um orçamento de qualidade. V.Exa. é um grande Parlamentar e tem boas intenções para ajudar o povo brasileiro. Tenho certeza de que vamos construir juntos, o Comitê de

Emendas, sua Relatoria e a Assessoria, que inclusive tem feito o máximo possível para se dividir. Temos de ter essa compreensão, pois quando os consultores não estão com V.Exa., estão conosco.

Hoje, concluímos o PPA com a assessoria e já o encaminhamos para as bancadas. Estamos recebendo todas as bancadas para finalizar as atecnias e as dificuldades, assim como os presidentes de Comissão, para que possamos, o mais breve possível, votar o Orçamento.

Mandamos, hoje, os ofícios das bancadas e das Comissões. Estamos esperando concluir os relatórios setoriais até o final desta noite. Vamos passá-los ao Relator-Geral, para que S.Exa. possa encaminhá-los aos Relatores-Setoriais, e termos o Orçamento votado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Continua facultada a palavra. *(Pausa.)*

Com a palavra o Sr. Deputado José Pimentel.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, sou testemunha da dedicação dos membros do Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas nesse processo. Sou testemunha também da dedicação das Consultorias, que trabalharam no feriado, dia 15, nos dias 16, 17 (sábado), 18 (domingo) e amanheceram o dia 19 com todas as emendas analisadas e as pendências identificadas.

Trabalhamos todo o dia 19 e fui um daqueles que saíram daqui 23h30, quase meia-noite. A todas as emendas com pendências foram apresentadas sugestões para serem corrigidas, exatamente para ajudar os coordenadores de bancada a assim fazerem.

Tivemos esse retorno. O problema todo é que temos um calendário muito, muito apertado. Esperava, hoje, concluir o parecer de admissibilidade, para nesta reunião apreciá-lo. Não foi possível. O que o nosso Presidente tem cobrado sempre deste Relator é a observância rigorosamente do calendário, para que se vote em 2007 o Orçamento de 2008. Cada dia que atrasamos vai dificultando esse processo. Os Relatores-Setoriais deveriam apresentar nos dias 24 e 25 os seus pareceres. Por conta da questão da admissibilidade, adiamos para o dia 27, terça-feira, e todos os Relatores-Setoriais estão declarando que, enquanto o Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas não liberar o relatório, o trabalho deles fica difícil. Sei que já estamos trabalhando em ritmo bastante adiantado. O meu pedido é de que concluamos esse processo hoje, para que amanhã possamos votar nesta Casa o relatório de admissibilidade e, a partir daí, dar tranquilidade e segurança aos Relatores-Setoriais, de modo a efetivamente votarmos em 2007 o Orçamento de 2008.

Registro que o Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas, o Relator-Geral e a Consultoria trabalham com a tese de aproveitar ao máximo as emendas coletivas. Quanto às emendas individuais, os Relatores-Setoriais poderão, lá na frente, ajudar-nos a sanar qualquer pendência que houver. Portanto, peço aos nobres companheiros membros do Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas que amanhecemos o dia de amanhã com esse relatório pronto, para que possamos, Sr. Presidente, realizar nova reunião na Comissão Mista de Orçamento para tratar desta matéria, sob pena de não votarmos em 2007 o Orçamento de 2008.

Sou um daqueles que não querem assumir o ônus, que não será apenas desta Comissão, mas do Congresso Nacional. O meu papel, Sr. Presidente, é vigiar para que efetivamente possamos votar em 2007. Sou sincero. O fato de termos ficado do dia 18 de outubro até o dia 6 de novembro obstruindo os trabalhos da Comissão para votar o parecer preliminar do Relator-Geral é que está causando tudo isso. Quem fez obstrução tem nome, é membro desta Casa. Obstrução é constitucional e regimental. No entanto, o prazo está sendo estrangulado por conta da obstrução havida de 18 de outubro a 6 de novembro. Agora, precisamos agilizar esse processo para que efetivamente possamos votar o Orçamento em 2007. No ritmo que está indo, não vamos votar neste ano. Deixo isso muito claro, Sr. Presidente, sob pena de amanhã responsabilizarem o Relator-Geral por isso. Registro que não será em face das ações da Comissão e do Relator-Geral.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Registro o meu reconhecimento ao trabalho efetivo e expedito do Relator-Geral da Comissão e dos Relatores-Setoriais, que se têm empenhado de forma constante no sentido de cumprir os prazos estabelecidos para, ao final, conseguirmos aprovar o Orçamento Geral da União no corrente ano de 2007.

Evidentemente, o sucesso dessa tarefa já está um pouco prejudicado pelo fato a que o Deputado José Pimentel se referiu, ou seja, o processo de obstrução que retardou as decisões.

Há o esforço, que reconheço, da grande maioria dos integrantes desta Comissão no sentido de recuperar o tempo perdido em função da obstrução. Não queremos condenar como algo negativo a obstrução, já que se trata, em qualquer Parlamento, de recurso normal, regulamentar.

É preciso ressaltar que se o Orçamento não for votado dentro do prazo constitucional, o Poder mais prejudicado será exatamente o Legislativo.

É bom lembrar que a imprensa nacional já está dizendo que no Executivo estão exultantes, felizes,

porque vão pagar com maior retardo a liberação das emendas parlamentares. Essa a realidade.

Fui Deputado Federal na época do Governo Fernando Henrique Cardoso e notava em várias oportunidades, em vários orçamentos, e não só em 1, a euforia do Executivo quando o Legislativo, por falta de entendimento, retardava o processo de elaboração do Orçamento. Claro que não estou querendo dizer que isso seja um vezo do Executivo, mas num Orçamento meramente autorizativo, como o nosso, evidentemente o maior prejuízo do retardamento da sua aprovação recai exatamente sobre a cabeça do Legislativo e de seus integrantes.

Continua facultada a palavra.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Sr. Presidente, eu só queria acrescentar uma contribuição ao que disse o Deputado Pimentel. A parte do PPA já foi toda concluída pelo Comitê de Emendas, mas, se as bancadas não se dirigirem até nós, se elas não vierem até o Comitê de Emendas – já mandamos ofício às bancadas e estamos telefonando constantemente para todas elas –, ficará impossível o nosso trabalho, e inadmitir essas emendas será irresponsabilidade do Comitê. Não podemos atropelar os fatos.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Deputado Zé Gerardo, o senhor me permite uma pergunta?

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Pois não.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Para as bancadas, o Comitê de Emendas já enviou as indicações do OGU.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Já. Do PPA está tudo resolvido, está tudo o.k.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Os equívocos e os problemas de redação a partir da resolução também?

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Também. Agora nós estamos apenas esperando que as bancadas se manifestem. Estamos atendendo uma a uma. Não é fácil obter retorno das bancadas. E demos apenas 24 horas de prazo, para tentar acelerar o processo. Nós não podemos sozinhos tomar a iniciativa pelas bancadas.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Se me permite, Sr. Presidente, o Comitê de Emendas poderia fixar um prazo para as bancadas.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Vinte e quatro horas.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Isso. Senão as bancadas relaxam e nos prejudicam.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – O prazo está fixado, mas muitas bancadas não...

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Amanhã, até o meio-dia, é o prazo máximo para as bancadas

comparecerem ao Comitê de Emendas e se manifestarem sobre essa aprovação. Se elas não vierem, teremos de admitir ou não.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – O Comitê está disponível, mas não pode fazer o papel das bancadas estaduais.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – É por isso que eu não quero me comprometer com o Deputado José Pimentel a entregar isso hoje à noite. Amanhã, ao meio-dia, é que termina o prazo regimental.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Deputado Zé Gerardo, permita-me um aparte.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Eu gostaria apenas de dizer que não adianta pressionarmos além do limite aceitável, porque a bancada que se julgar insatisfeita pode vir aqui obstruir os trabalhos. De que adianta nós colocarmos em votação e depois termos problema? Nós demos prazo de 24 horas...

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA** – E podem recorrer depois, aqui no plenário.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Correto. Mas nós tentamos no Comitê de Emendas ser o menos incisivos possível. Essa coisa de que o poder está com o Comitê de Emendas... Queremos ser o mais democratas e o mais participativos possível.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Democrata aqui, só você.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Democrata suprapartidariamente falando.

**O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Quero lembrar ao Senador Antônio Carlos Valadares que o próximo orador inscrito é o Deputado Pedro Novais.

Tem a palavra o Deputado Pedro Novais.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, peço especial atenção a V.Exa. e ao Deputado José Pimentel.

Todos conhecemos a interpretação que tem sido dada à Resolução nº 1. A Consultoria pode ser solicitada a qualquer momento a dar-nos informações sobre a interpretação de todos os seus dispositivos. Mas há também outra resolução, ou uma nota técnica, não importa que nome tenha, dispondo sobre a interpretação da Resolução nº 1. Pois bem.

De acordo com todas as interpretações, o Parlamentar ou a bancada não poderiam apresentar emendas genéricas, isto é, emendas que correspondessem a mais de uma obra, nem emendas às rubricas dos Ministérios que vieram no Orçamento. A bancada não



pode suplementar uma rubrica que veio na proposta orçamentária do Ministério. É essa a orientação.

Ontem estive no Comitê de Emendas para saber se havia alguma pendência com relação às emendas do Maranhão, e foi-me dito que as pendências eram sanáveis. Deram-me um formulário, que eu já mandei preencher – realmente as emendas eram sanáveis – e já mandei entregar. Mas um fato me causou espécie. Mais tarde eu encontrei o Deputado Devanir, que apelou para que eu não atrapalhasse os acordos ou que eu ajudasse a propiciar um acordo. Eu disse ao Deputado que faço qualquer acordo de procedimento, mas não de interpretação, porque eu também sei interpretar lei. Já existe a interpretação da lei, e eu não vou transigir nisso.

Estou fazendo a advertência a V.Exa. porque esta questão chegará a V.Exa., para que inadmita as emendas que por acaso tenham infringido as normas de interpretação que nós adotamos e aquelas que estão no documento expedido pela Comissão. Há hoje um movimento – V.Exa. tomou conhecimento disso informalmente – para tentar mudar essa interpretação. Ora, se isso acontecer – todos se basearam nessa norma –, teremos de reabrir o prazo para apresentação de emendas.

E vou mais longe, Sr. Presidente. Hoje um Deputado me procurou para conversar. A Comissão de Infra-Estrutura de Transportes do Senado fez uma emenda para infra-estrutura de turismo. Esse Deputado argumentou que a Comissão tinha atribuição para apresentar aquela emenda de infra-estrutura de turismo porque era Comissão de Infra-Estrutura. Ora, ele quer que eu aceite isso. E o pior, Sr. Presidente, é que o Comitê de Emendas está dizendo que o culpado sou eu, que eu é que estou atrapalhando os trabalhos.

Quero ressaltar as minhas responsabilidades. Farei aqui todas as advertências possíveis sobre as irregularidades que surgirem, e não aceito a pecha de estar atrapalhando nada. É esse o fato que eu queria levar ao conhecimento de V.Exas.

E mais, Sr. Presidente. Um assessor da Ministra do Turismo me procurou – felizmente ele não me encontrou, apenas deixou recado. Queria que eu ajudasse na mudança dessa interpretação para a área de turismo, tanto para que o turismo fosse incorporado pela Comissão de Infra-Estrutura como para que as emendas de bancada pudessem atingir mais de 1 Município na área de turismo, o que já foi decidido que não é possível. Se não pusermos um ponto final neste assunto, não aprovaremos o Orçamento antes do dia 31 de dezembro.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Agradecendo ao Deputado Pedro Novais as obser-

vações que acaba de fazer, informo ao Plenário que esta Presidência cumprirá o Regimento Interno da Comissão, Resolução nº 1.

Com relação às mudanças de procedimento já aprovadas pelo Plenário da Comissão, sugeridas pelo Comitê da Admissibilidade de Emendas, devo dizer que vamos cumpri-las. Mas isso precisa ter um limite, e o limite é o próprio Regimento – a Resolução nº 1 – e o acordo de procedimentos feito no Comitê da Admissibilidade de Emendas. Não podemos fazer do casuísmo uma lei. Qualquer um que se sinta prejudicado dirija-se ao Comitê de Emendas – acredito que isso não será aceito –, que ele novamente modifica um procedimento que já foi adotado e aprovado, como exceção à resolução ou como suavização das normas da resolução.

Devo dizer, com toda a sinceridade, que, ao assumir a Presidência da Comissão de Orçamento, eu não conhecia bem a Resolução nº 1. A impressão que eu tinha era de que a resolução tinha sido elaborada corretamente, de maneira a atender ao processo de elaboração do Orçamento e não aos casuísmos. Acreditei que ela fosse uma norma geral para orientar a elaboração do Orçamento com clareza e eficiência. Lamentavelmente, depois deste período no exercício da Presidência, sou obrigado a reconhecer que a resolução tem inúmeras imperfeições. Mas não podemos descumpri-la só porque ela pode parecer a um, a outro ou a todos uma norma injusta, incorreta. Quem pode resolver as imperfeições da resolução é o Plenário do Congresso Nacional. Essa decisão é do Congresso Nacional. Nenhum órgão da Comissão de Orçamento, nem mesmo a própria Comissão, tem atribuições para modificá-la.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Mas o Plenário pode.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– O Plenário da Congresso pode.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– O Plenário do Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Sim. O Congresso Nacional pode modificá-la. Acontece que essas deficiências foram levantadas depois que o jogo já tinha começado. Nós já estamos na fase final, na reta final do processo de aprovação do Orçamento. Não podemos modificar essas regras agora de forma eficiente e eficaz. Teremos de ser razoáveis. Se 1, 2, 3 ou 10 podem alegar prejuízo, todos poderiam fazê-lo. O que estamos fazendo é cumprir a regra, e ela tem sido flexibilizada. Cito como exemplo aquele acordo da lavra do próprio Comitê da Admissibilidade de Emendas. Esse relatório sugeriu várias modificações, e elas estão sendo acolhidas. Acho razoável que elas

sejam acolhidas. Afinal de contas, elas foram aprovadas pelo Plenário da Comissão. Além disso, não teremos regra nenhuma, disciplinamento nenhum, e a situação fica ruim para todo mundo, inclusive para a imagem da Comissão de Orçamento. É o que eu acho.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Sr. Presidente, eu queria usar a palavra para contribuir com o Deputado Pedro Novais.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Eu gostaria de passar a palavra ao próximo inscrito, que é o Senador Antônio Carlos Valadares.

**O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria apenas registrar 2 fatos que nos preocupam seriamente e atingem, sem dúvida alguma, as decisões tomadas nesta Comissão.

Primeiro. A imprensa tem mostrado de forma contundente pretensos excessos de gastos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público na construção de obras suntuosas. Ora, os Poderes gastam o dinheiro da sociedade em razão daquilo que nós aprovamos. Se é assim, nós deveríamos nesta Comissão estabelecer futuramente determinados limites, determinadas regras a serem obedecidas. É preciso ter mais cuidado na contratação dessas obras. Poderíamos estabelecer determinadas regras. O que é um prédio suntuoso? Não há nenhuma regra para esse critério. Os recursos simplesmente são aprovados pela Comissão e depois liberados. Mas eles não caem do céu. O dinheiro vem da sociedade. Quando sai na imprensa a notícia de que determinado Poder está gastando em excesso, notadamente em obras de luxo, todos somos atingidos, não só o Poder em questão.

Tenho certeza absoluta de que quem estudar direitinho esse caso verificará que o assunto tem, sim, a ver com a Comissão de Orçamento. Ora, se somos nós quem aprova essas obras, nós também deveríamos estudar formas de estabelecer regras e limites, normas que valeriam para o Judiciário, para o Ministério Público, para o Tribunal de Contas, para o próprio Poder Legislativo, para o Poder Executivo etc.

O outro ponto que me preocupa é que o *Correio Braziliense* noticiou que estaria sendo proposto um novo projeto para a restauração das chamadas emendas genéricas. Ora, se já aumentamos as emendas individuais para um valor adequado, razoável, de 8 milhões de reais, não tem sentido voltarmos a uma velha prática tão condenada pelos próprios Parlamentares desta Casa, prática essa que redundou no cometimento de irregularidades, de atos de corrupção lesivos ao Poder Público.

Sr. Presidente, feitos os 2 registros, peço a esta Comissão que futuramente dê atenção aos 2 assun-

tos: o restabelecimento das chamadas “rachadinhas”, o que não pode voltar a acontecer no âmbito desta Comissão; e a fixação de regras transparentes para a alocação de recursos que se destinem a obras, a fim de evitarmos gastos exorbitantes com o dinheiro do contribuinte para a construção de prédios suntuosos, tão condenados pela sociedade brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Zé Gerardo.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Sr. Presidente, pedi a palavra apenas para contribuir com a ponderação do nosso amigo de partido o Deputado Pedro Novais, que tanto nos ensina e há muito tempo integra esta Comissão, onde sempre que pude contribui com todas as bancadas, em especial com a do PMDB. Ele sabe da dificuldade que temos com a interpretação dessa resolução. Ele mesmo sente isso, apesar do tempo que tem de Comissão de Orçamento.

Fizemos junto com os técnicos um relatório de atividades que queremos cumprir rigorosamente, e queremos cumprir também a resolução. O que houve foi uma discussão de outra bancada sobre o Ministério do Turismo. Todos os integrantes do Comitê de Emendas foram contra a mudança, assim como são terminantemente contra qualquer coisa que vá de encontro à resolução ou ao relatório de atividades.

Quero tranquilizar o Plenário. Nós estaremos lá, ajudando. Por isso, Deputado José Pimentel, não podemos ter pressa. Estamos tratando da coisa pública e temos de ter a responsabilidade de admitir o que a resolução e o relatório de atividades permitem seja admitido. Vamos dar tanto ao Deputado Vignatti quanto ao Deputado José Pimentel condições de construir tanto para o PPA quanto para o Orçamento relatórios que atendam ao interesse do povo brasileiro.

No mais, agradeço ao Deputado Pedro Novais a contribuição e o alerta. O Comitê não deixará passar nada do que não conste na resolução ou no relatório de atividades, aprovado por esta Casa, por estes pares, em votação que seguiu a interpretação dos técnicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Walter Pinheiro.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Sr. Presidente, eu ouvi atentamente o Deputado Pedro Novais. Não me recordo se S.Exa. já estava no plenário quando eu disse que o próprio Presidente da Comissão criada para estudar mudanças na Resolução nº 1, Deputado Narcio Rodrigues, informou que eles chegaram à conclusão de que é inviável qualquer modificação no curso da apreciação do Orçamento ou do PPA. E o nobre Relator me lembra de uma questão importante: se fizermos a mudança, criaremos um problema, porque todas as bancadas entregaram suas emendas no

prazo previsto, então não há mais como fazer mudanças. Isso criaria uma confusão enorme.

Então acho que está sepultada essa possibilidade de alteração na resolução ainda para o Orçamento deste ano. Se há incongruências, se há problemas, vamos enxergá-las no curso das votações, tanto do PPA quanto do Orçamento. E para o ano fazemos as devidas correções, ou adequações.

Mas eu queria fazer uma proposta ao Comitê de Emendas. Nosso calendário prevê que na próxima terça-feira, dia 27, já tenhamos na Secretaria da CMO relatórios das áreas temáticas. Aqui nós especificamos as áreas.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – (*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Dia 26. Nós temos 10 áreas.

Faço um apelo ao Comitê de Emendas e ao nobre Presidente da Comissão. Se deixarmos para apreciar o relatório do Comitê sobre a inadmissibilidade dessas emendas na próxima terça-feira, jogaremos para a outra semana essa questão das temáticas, e isso significará a impossibilidade de cumprirmos o calendário.

Minha proposta concreta é a seguinte. Se amanhã, ao meio-dia, encerra-se o prazo das bancadas, a Relatoria terá de trabalhar de forma intensa. A correção poderia ser feita entre o meio-dia e as 16h ou 17h. Nós suspenderíamos os trabalhos desta reunião de hoje – não a encerraríamos -, convocaríamos reunião da Comissão para amanhã, às 18h ou 19h, e apreciaríamos esse relatório ainda na noite da quinta-feira, a partir das 18h. O prazo para os relatórios das áreas temáticas seria mantido na próxima terça-feira.

E tenho outra preocupação, que eu gostaria de dividir com o Comitê de Emendas. Terça-feira é o dia em que vamos tentar apreciar o relatório do nobre companheiro Vignatti, o relatório do PPA.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – (*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Ele é seu xará, Deputado. Não é Cajado mas também é madeira, é Vignatti.

Então, na próxima terça-feira...

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – (*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Dia 27, para podermos, no dia 4, apreciar a matéria no plenário da Casa, do Congresso. Os dias 4 e 5 ficariam reservados para isso. Faço este apelo para que consigamos cumprir o calendário. Sei que o esforço será enorme. Nós apreciaríamos amanhã, entre as 18h e as 19h, o relatório do Comitê de Emendas. Se algum Deputados quiser ir embora nesse dia, basta adiar seu

vôo. Se só aprovarmos o relatório do Comitê de Emendas na terça, só teremos condições de trabalhar com o PPA na quarta-feira e na quinta-feira, e, consequentemente, os relatórios setoriais ficariam adiados para a quarta-feira da semana seguinte, o que embolaria completamente o meio de campo, porque no dia 11 teríamos de votar no plenário o PPA e de tentar votar na Comissão o relatório do OGU, o que, naturalmente, não é possível. Eliminaríamos a possibilidade de no dia 21 apreciar o relatório no plenário do Congresso. E lembro aos nobres Deputados que só teremos a oportunidade de votar o OGU se o PPA for votado. Do contrário, em cumprimento à resolução, não poderemos votar absolutamente nada da LOA.

Reitero o meu apelo. Suspenderíamos a reunião de hoje e já deixaríamos convocada a sua continuação para amanhã, às 18h. O Comitê de Emendas trabalharia nesse ínterim, e nós apreciaríamos o relatório do Comitê na noite de quinta-feira, mantendo o calendário a partir da terça-feira da semana que vem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Continua facultada a palavra. (*Pausa.*)

Pois não, Deputado Pedro Novais.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, ainda tenho dúvida se o relatório do Comitê de Emendas deve ser apreciado pela Comissão. Parece-me que ele é absorvido, no todo ou em parte, pelo Relator-Geral.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Eu vou ler o dispositivo que trata dessa matéria, para tentarmos uma tocata a 4 mãos:

“Art. 20. Os relatórios elaborados pelos comitês permanentes serão aprovados pela maioria absoluta dos seus membros, cabendo aos coordenadores o voto de desempate.

*Parágrafo único. Os relatórios mencionados no caput serão encaminhados para conhecimento e deliberação da CMO.”*

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Obrigado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, eu conversei há pouco com o Deputado Zé Gerardo. Nós faremos o que estiver ao nosso alcance. Nossa preocupação é que as bancadas podem não nos entregar as suas correções. E, uma vez entregues, é preciso ainda que a assessoria técnica proceda à elaboração do parecer.

Não sei se falo em nome do Coordenador do Comitê, o Deputado Zé Gerardo, que é quem tem a última palavra sobre isso. Sugiro que a solução de deixarmos suspensa esta reunião até amanhã seja aceita. O problema é que pode acontecer de amanhã o relatório não estar pronto. O Relator está presente, acompanhando diligentemente o trabalho do Comitê de Emendas, fazendo uma análise minuciosa das emendas. Estaremos sempre prontos a acelerar os trabalhos, mas não adianta querermos andar a 200 por hora se o carro só alcança os 100.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Zé Gerardo.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Sr. Presidente, o relatório do Comitê de Emendas ao PPA não tem de ser votado em plenário?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Sim, tem.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Pois bem, esse relatório está pronto. O relatório do PPA está pronto para ser votado.

Eu gostaria de dizer ao Deputado Walter Pinheiro que ele conta com toda a compreensão dos membros do Comitê de Emendas, mas não será fácil atender à sua sugestão. Há bancadas que voltam 3 ou até 4 vezes ao Comitê. Todos os membros do Comitê participam das discussões. O Deputado Pedro Novais já adiantou as suas preocupações, e isso nos ajuda. Com algumas bancadas nós também já adiantamos os entendimentos, antes mesmo do envio do ofício. Mas não podemos num passe de mágica analisar com responsabilidade mil, 2 mil, 3 mil emendas. Temos de analisá-las individualmente antes de votá-las.

Da nossa parte, posso dizer que estaremos aqui trabalhando, mas sabemos das dificuldades que enfrentará a própria Consultoria para construir um relatório como esse em cima da hora, a ser entregue praticamente ao meio-dia, para ser votado às 18h. Vamos tentar, mas não podemos nos comprometer a seguir esse cronograma. As bancadas que não se manifestarem até o meio-dia terão as emendas inadmitidas. As bancadas que fizerem as correções terão suas emendas admitidas de acordo com a lei e a ordem, como manda a resolução. É o que tenho a dizer, para resguardar os membros do Comitê.

Estou sempre nesta Comissão, faltei poucas vezes. Sempre contribuí para o bom andamento dos nossos trabalhos, para que pudéssemos votar o Orçamento no prazo. Tenham certeza de que sou uma das pessoas que querem que o Orçamento seja construído e votado este ano. Isso é muito importante para o País.

Os membros do Comitê de Emendas farão todo o possível, virando a noite se necessário, telefonan-

do para as bancadas. Mas sabemos que o trabalho delas também não é fácil, porque é preciso reunir os Deputados para alterar o texto. Nós já sugerimos que os coordenadores possam tomar algumas decisões sozinho, mas eles querem ouvir toda a bancada.

Não posso, portanto, assumir em nome dos membros do Comitê um compromisso que pode significar ou ajuda ou embaraço à construção do Orçamento da União.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com base no que disseram os Deputados Claudio Cajado e Zé Gerardo, Coordenador do Comitê de Emendas, verifiquei que vamos trabalhar sem prazo. Pode acontecer de nem todas as bancadas apresentarem seus pedidos até amanhã às 12h, e o Comitê estará isento de apreciar as reclamações que não chegarem às suas mãos até essa hora. Não podemos trabalhar sem prazo. O Comitê não pode postergar o prazo que ele mesmo estabeleceu. Se o limite é o meio-dia de amanhã, quem não se manifestar até esse horário perde a oportunidade. Em Direito, prazo é fundamental. Todo prazo é preclusivo. Porque 1 se atrasa pára toda a Comissão de Orçamento?

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Não foi isso o que eu disse, Sr. Presidente, eu apenas apontei as dificuldades.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Então peço a V.Exa. que seja mais claro.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Eu disse que a bancada que não entregasse seus pedidos até amanhã ao meio-dia teria suas emendas inadmitidas. O problema é a grande demanda que chega na última hora. Afinal, é assim que se trabalha nesta Casa, tudo na última hora. Eu não posso assumir o compromisso de entregar o resultado em apenas 3 horas.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Permita-me interrompê-lo. V.Exa. então vai cumprir o prazo para a recepção das reclamações, até o meio-dia.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Apenas V.Exa. entende que o prazo para a Comissão decidir sobre essas questões...

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – É pequeno.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Pode ir além?

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Pode ir além.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Mas não há prazo?

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Sim, há um prazo. Em 1 dia nós resolvemos tudo. Não posso é me



comprometer a analisar em 3 horas 3 mil emendas. Isso é inviável.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – E V.Exa. espera concluir essa apreciação até quando?

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Até sexta-feira concluímos tudo, no mesmo horário. Se recebermos os pedidos até o meio-dia da quinta-feira, no meio-dia da sexta-feira entregaremos nosso trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – A minha preocupação continua sendo a mesma: o prazo para a votação do Orçamento.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado José Pimentel.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, o primeiro registro que eu tenho a fazer é que nem a Resolução nº 1 nem o parecer preliminar aprovado prevê essa possibilidade. Estamos tratando de uma liberalidade do Comitê da Admissibilidade de Emendas. O Regimento prevê prazo para que o Comitê apresente a sua posição. Na segunda-feira, às 23h, a Consultoria apresentou os problemas e as alternativas para resolvê-los. Ontem deveríamos ter votado essa matéria. Hoje já estamos extrapolando o prazo. Por liberalidade, por acordo político, estamos decidindo que amanhã, até o meio-dia, as bancadas podem entregar o que elas não têm o direito regimental de fazer.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Relator, nós estamos aguardando a assessoria apresentar o relatório.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Calma, eu ouvi o senhor até o fim.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Há um orador na tribuna.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Estamos diante de um caso de liberalidade, e não podemos deixar que a tramitação do Orçamento, que tem de ser aprovado em 2007, seja prejudicada porque uma bancada pode deixar de cumprir um prazo que já é concessão. Sim, estamos fazendo uma concessão, para aproveitar ao máximo as emendas. Não há previsão para esse prazo nem na Resolução nº 1 nem no parecer preliminar.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Sr. Presidente, o Comitê não pode botar para fora um Parlamentar que queira discutir um problema de emenda de bancada.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Não estou pedindo isso, muito pelo contrário.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Nobre Relator, a sugestão foi dada pela Consultoria

e levada ao conhecimento do Comitê de Emendas, mas nós recebemos alguns ofícios. Os Parlamentares querem discutir com os integrantes do Comitê.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – E legítimo.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Não podemos passar com um trator em deles.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Não estou pedindo isso.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Essa apreciação leva tempo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – O que estou dizendo é que nós precisamos atender às bancadas num prazo que não prejudique a votação.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Ninguém está querendo prejudicar a votação, Deputado José Pimentel.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – A votação na terça-feira prejudica. Se votarmos na terça-feira, Sr. Presidente, não haverá Orçamento em 2008 ano. Serrei muito franco. Vou deixar de trabalhar as 16 ou 17 horas que estou trabalhando, porque tenho convicção de que não há mais prazo regimental para votarmos a matéria este ano.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Todos nós estamos trabalhando 16 horas por dia.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Eu sei.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Estamos trabalhando muito, às vezes sábado e domingo.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Deputado José Pimentel, V.Exa. esteve no Comitê segunda-feira e viu todos os seus integrantes trabalhando.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Eu estou com a palavra. Depois V.Exas...

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – E vou dizer mais. Ainda havia alguns relatórios incompletos.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Fiz questão de ouvir todas as manifestações, sem exceção.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Há um orador na tribuna. V.Exas. poderão apartear quando o orador consentir.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Quero registrar que eu acompanho de perto essas questões todas. Só saí da Comissão na segunda-feira, dia 19 – fui o último a sair, saí com a Consultoria -, depois de apresentar alternativa para resolver cada problema. Nós vamos ouvir a todos, mas não podemos subordinar o interesse da sociedade brasileira, do Congresso Nacional, a um ou outro que eventualmente tenha dificuldade de resolver seus problemas.

E mais, no dia 13 houve um conjunto de tentativas de adiamento da votação do Orçamento em 2007. Os

Presidentes das 2 Casas, Câmara e Senado, é que não aceitaram a manobra. Todas as bancadas cumpriram o prazo do dia 14 e apresentaram a totalidade das suas emendas. Todas as Comissões Permanentes também. Nós precisamos agora imprimir agilidade nesse processo, sem prejudicar o conteúdo das matérias, a fim de que possamos cumprir o calendário estabelecido. E não conseguiremos cumpri-lo se deixarmos o prazo até o dia 27. Seria melhor suspender os trabalhos e retomá-los em março de 2008.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Eu quero falar, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – E mais: a rigor, nós deveríamos ter votado ontem o parecer. Estamos fazendo uma série de concessões para tentar aproveitar ao máximo as contribuições, mas precisamos evoluir.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Não podemos aceitar isso.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Minha sugestão, Sr. Presidente, é que fixemos o prazo: 12h de amanhã. E nós faríamos a reunião da Comissão às 18h, suspendendo os trabalhos hoje.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Primeiro, Sr. Presidente, não aceito terrorismo, de quem quer que seja.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Ninguém pode aceitar, nenhum de nós.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sou Parlamentar como qualquer outro.

Quero deixar uma coisa bem clara. No que depender da minha pessoa ou do meu partido, o Democratas, podem marcar reunião para sábado e domingo, para quando quiserem. Votaremos de acordo com a nossa consciência. Se tivermos de obstruir, se o partido assim orientar, vamos obstruir. Se tivermos de votar o Orçamento este ano, vamos votá-lo, mas só se o partido quiser – não falo por mim mesmo, pertencço ao Democratas. Se o partido quiser deixar a votação para o próximo ano, seguirei essa orientação.

Temos de distinguir 2 situações. A primeira delas é o interesse legítimo de qualquer Parlamentar de defender o seu Estado. Desculpe-me o Deputado José Pimentel, mas não se trata de uma liberalidade do Comitê de Emendas. Eu sugeri, como membro do Comitê, ao Deputado Zé Gerardo que ele encaminhasse um ofício ao Presidente da Comissão, o Senador José Maranhão, pedindo a prorrogação do prazo, porque não

teríamos tempo de fazer essa votação até o dia 20. Orientei o Deputado Zé Gerardo porque eu sabia que isso era humanamente impossível, e impossível não por causa do nosso trabalho. A assessoria não está dando conta do trabalho. Ontem ficamos trabalhando até às 22h. Estamos fazendo o que aqui, Deputado Zé Gerardo, se o Comitê ainda não deu o parecer? Era para terem dado o parecer ontem, porque nós analisamos emenda por emenda, cada uma delas, com a assessoria técnica do Orçamento. Mas é preciso fazer um relatório. Estamos até hoje, Deputado Walter Pinheiro, esperando um relatório da assessoria técnica. Se o relatório ainda não foi enviado – aqui está a Secretária da Comissão, a D. Myrna, que pode atestar o que estou dizendo -, como é que nós vamos deliberar sobre ele? Que açodamento é esse? Não aporei minha assinatura em algo em que eu não tenha confiança.

Outro ponto. Concordo que nós temos de acelerar os trabalhos assinalando prazos, mas, se a bancada de um Estado qualquer da Federação não conseguiu ainda chegar a uma posição para salvar a emenda da bancada, nós não podemos simplesmente colocar uma faca no pescoço dela. Sou contra.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – O que foi dito ontem pelo nobre Relator foi que S.Exa. estava à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Quero lembrar ao Deputado Wellington Roberto que há um orador na tribuna.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Se nós tivermos de dar mais um tempo às bancadas, para que apresentem a sua justificativa, vamos aguardar, Sr. Presidente.

*Deputado José Pimentel, V.Exa. deseja votar o Orçamento, e eu sou testemunha da sua diligência. V.Exa. tem sido um Relator extremamente diligente. Muito. Toda hora que eu estou na Comissão, na Assessoria, lá em cima, V.Exa. está lá, estudando e tentando agilizar o seu relatório.*

Mas não podemos, diante da vontade de votar este ano... Essa é a minha vontade, e o Presidente está autorizado, em meu nome e acho que no dos que desejam votar este ano, a marcar reunião nos dias de sábado e domingo. Estaremos aqui presentes, Sr. Presidente, para votar este ano. Agora, não podemos, de forma açodada, prejudicar as bancadas, porque aí, tenha a certeza, Relator – estou nesta Comissão há muitos anos -, V.Exa. está sendo Relator este ano, mas posso lhe assegurar que, se não houver consenso, não se vota nada. E a vontade de V.Exa. apenas não vai fazer o relatório ser aprovado.

Então nós temos que construir esse entendimento. E é isto o que tentamos fazer no Comitê de Emendas: construir o entendimento.

O Deputado Zé Gerardo acabou de dizer: há bancadas que já foram 3 vezes, e não conseguiram aprontar as justificativas para corrigir suas emendas. Ou seja, é uma resolução...

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Mas dentro do prazo de 24 horas que foi dado, mas dentro do prazo de 24 horas. Até porque, nobre Deputado Walter Pinheiro, as soluções que foram dadas pela Consultoria às vezes não são aceitas pela bancada.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Então, para concluir, eu vou depois fazer um aparte aos Deputados Wellington Roberto e Zé Gerardo. Eu quero dizer o seguinte: nós temos toda a boa vontade, Relator, Presidente José Maranhão...

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Sr. Presidente, uma questão...

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Eu não concluí ainda, Sr. Presidente. Eu gostaria que V.Exa. ouvisse também, para poder saber o posicionamento deste Parlamentar e do Comitê. Então, é importante que possamos construir esse amplo entendimento. Então, quando o Deputado Walter Pinheiro sugeriu que deixássemos em aberto esta sessão até amanhã, eu, de imediato, concordei. E até sugeri isso ao coordenador Zé Gerardo, que pudéssemos concordar. E, se os assessores da Comissão de Orçamento não aprontassem o relatório, que serve de base para que a nossa análise seja feita, e o parecer apresentado, o próprio Relator, que está lá todo dia, veria que foi humanamente impossível para nós apresentar o relatório para ser votado. Essa foi a minha aquiescência, e eu manifestei de imediato ao nobre Deputado Zé Gerardo.

S.Exa., precavido, queria um pouco mais de prazo. Mas, da minha parte, eu acho que nós poderíamos deixar esta reunião em aberto, com sugere o Deputado Walter Pinheiro, e amanhã, se nós não tivermos concluído o relatório, por um motivo alheio à nossa vontade, paciência, fica para terça-feira. Mas nós estamos dispostos a ficar aqui o tempo necessário para aprontar. Agora, o que eu não acho conveniente é assinalar um prazo fatal, como nós fizemos, sem chance e oportunidade de as bancadas não perderem a emenda, ou seja, aproveitarem a emenda.

Aliás, o princípio estabelecido por V.Exa. é de que nós deveríamos, na margem do possível, aproveitar as emendas da bancada, porque assim é que vamos construir a votação do Orçamento aqui. Então, esta é a nossa intenção, Sr. Presidente, tenha certeza disso. E não vamos exigir da Assessoria o que eles não possam dar.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Sr. Presidente, peço a palavra, só para construir.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Pois não. Eu vou...

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – O nobre Deputado Claudio Cajado...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o nobre Deputado Alex Canziani.

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** – Sr. Presidente, eu cedo para o nosso Coordenador e depois eu falo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Zé Gerardo.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Em seguida, Sr. Presidente, eu peço a palavra pela ordem.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Sr. Presidente, só para contribuir com as palavras do nobre Deputado José Pimentel, eu acho que a Assessoria fez 2 trabalhos: fez um trabalho juntamente com o Deputado José Pimentel, que não a anuência do Comitê de Emendas. Se o Comitê de Emendas não existe, o Deputado Pimentel relata o relatório da forma que foi. Eu quero dizer também que toda a vida nós construímos aqui, ficamos aqui, Deputado Pimentel, muitas vezes, até o dia 30 de janeiro para votar o Orçamento. E não é dessa vez que nós vamos atrasar 1 dia e não poder ficar de novo até o dia 30 de janeiro.

Eu passei muito Natal aqui para elaborar um Orçamento que garantisse qualidade de vida para o nosso povo. Queimei muita pestana, Deputado Pimentel. Como disse o Deputado Claudio Cajado, nós estamos aqui há muitos anos, tentando contribuir. E nós não estamos, em nenhum momento, tentando atrapalhar a votação. Apenas V.Exa. estabeleceu um calendário muito apertado para que pudéssemos ter o PPA e o Orçamento sendo votados na mesma hora. Nós analisamos ontem diversas emendas do PPA. Elaboramos e já entregamos o relatório do PPA. Tivemos a responsabilidade de analisar uma a uma. E, na realidade, vamos ter a responsabilidade de analisar uma a uma.

Agora, a Assessoria já tem um relatório nosso. Analisamos as emendas uma a uma, estamos recebendo das bancadas aquelas atecnias e vamos votar o mais rapidamente possível. Mas não vamos aceitar, Deputado Pimentel, em nenhum momento, que V.Exa. não aceite. Este Plenário tem que votar. Não é V.Exa., porque V.Exa. tem contribuído, tem construído, mas nós, pares da Comissão, temos que resolver isso, não é só V.Exa. que tem que resolver. Nós, todos os pares da Comissão, temos que resolver de comum acordo: as Lideranças de bancada, as Lideranças de todos os partidos aqui. Toda a vida nós fizemos isso: constru-

ímos com acordo e construímos o que era o melhor para este País.

Nós estamos pedindo apenas 1 dia, Deputado Pimentel. Nós estamos querendo prorrogar esta reunião para sexta-feira à tarde, para que possamos votar. E V.Exa. radicalmente diz que não aceita. Não podemos construir e votar coisa errada para, depois, o nosso nome, a Comissão que trabalha hoje para o nosso Brasil e o nosso Presidente ter a responsabilidade de seguir a resolução e de seguir, acima de tudo, o que é, na realidade, o Orçamento que V.Exa. quer fazer, porque eu lhe conheço, sei do seu caráter e da sua dedicação.

Mas tenha um pouco de cautela, porque aqui construímos cada um com acordo, com trabalho e dedicação. Não adianta dizer que até agora não recebemos um só relatório concluído da Comissão. Talvez o relatório que V.Exa. fez à parte do Comitê de Emendas esteja pronto. Mas nós temos a responsabilidade de fazer o nosso, o relatório de que eu sou Coordenador, o relatório que tem Senadores, que tem também Deputados Federais. Queremos unidade, para que na realidade seja o melhor relatório para todo o Brasil.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Sr. Presidente, eu peço a palavra para uma questão de ordem.

Quero ponderar, se V.Exa. me permitir aqui, porque nós estamos com a Ordem do Dia. Há votação nominal, nós vamos ter que...

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Está em processo de votação nominal.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Está em processo de votação. E eu quero dizer o seguinte. Fiz uma proposta, Sr. Presidente, ao Comitê de Emendas, apelei ao Comitê de Emendas para que fizéssemos isso. O Comitê de Emendas está nos respondendo aqui que termina o seu trabalho amanhã. Se o prazo é até amanhã ao meio-dia, então, a última proposta que eu faço aqui antes de nos dirigirmos ao plenário para votar é que, nesse caso, nós suspendamos esta reunião e convoquemos uma nova reunião para sexta-feira pela manhã.

O Comitê de Emendas, por exemplo, e mais a Consultoria concluiriam o relatório e a análise das emendas até a noite de quinta-feira, e na sexta-feira pela manhã nós teríamos condições de apreciar essa matéria aqui, resolvendo de uma vez por todas, para cumprir o calendário no dia 27.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Quero dar uma sugestão aqui. O que eu noto claramente é que há divergência das Consultorias. Se não há no sentido material, há no sentido operacional, porque as emendas já tinham sido analisadas pela Con-

sultoria, que está trabalhando junto ao Relator Geral. Então, se essas mesmas emendas vão ter que ser reexaminadas pelo Comitê de Avaliação de Emendas, é claro que está havendo uma divergência. Eu sugiro que as 2 Consultorias trabalhem em conjunto, porque, daí a pouco, o Comitê de Avaliação de Emendas faz uma avaliação, a Consultoria do Relator Geral faz outra avaliação, e nós não vamos sair do impasse.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – E isso não pode existir.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Sr. Presidente, está havendo algum equívoco. Não é dessa forma. A mesma Consultoria do nobre Relator participa do Comitê de Emendas. E nós recebemos a...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – E porque V.Exas. não aceitam essa avaliação?

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Está aceito. Nós já aceitamos, Sr. Presidente. Agora, as bancadas têm que vir, para resolver os problemas que forem analisados pela Consultoria em conjunto.

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** – Sr. Presidente, nós tivemos bancadas em que praticamente todas as emendas foram inadmitidas. O que nós estamos fazendo?

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Todas as emendas. Eu dou o exemplo da bancada do Ceará.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Eu gostaria que V.Exas. me ajudassem na dúvida que está surgindo. Então, por que nós vamos ter que reexaminar o que já foi examinado? Essa é uma pergunta. Outra pergunta: são as reclamações que ainda entraram? Há uma pergunta que gostaria de fazer: quais as bancadas que ainda não se habilitaram com suas reclamações?

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Sr. Presidente, da parte das bancadas do relatório do nobre Deputado Pimentel, nenhuma. A partir de agora, vamos receber bancada por bancada, respondendo a cada item. Entende?

O prazo é amanhã até às 12 horas. Como vamos receber todas as reclamações das bancadas, analisar e entregá-las?

*Não é o relatório, Sr. Presidente, a atecnia das emendas que foram apresentadas, porque está pronto. Se quiséssemos votar e não admitir, poderíamos colocar e não admitir nada. Mas demos a chance de, em 24 horas, as bancadas entregarem. O prazo acaba amanhã, ao meio-dia. E não vamos ter a responsabilidade de até amanhã ao meio-dia analisar uma a uma. Aí teremos de analisar. Se vier alguma atecnia, vamos inadmitir. Isso é rápido. Na realidade, a possibilidade de*



votar isso até 14 horas de sexta-feira, quando vence o nosso prazo de 24 horas...

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA**

– Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Ainda continuo com a seguinte dúvida.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA**

– Sr. Presidente, quero colaborar com uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com licença, ainda estou falando. Um de cada vez, vamos nos entender melhor.

Gostaria de esclarecer a minha dúvida. Se o trabalho que está na mão do Relator Geral, Deputado Pimentel, já está feito, o que falta fazer? É esse número que eu gostaria de conhecer, para saber por que V.Exa. se preocupa com um prazo maior, mais elástico. *(Pausa.)* V.Exa. ainda não tem certeza de quantos são.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Setenta por cento da bancada erraram as contas.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Não me refiro aos que erraram, mas aos que não se habilitaram para a reclamação. Porque os que já se habilitaram com o Relator...

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** – Sr. Presidente, existe uma questão do parecer técnico, dos técnicos...

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Pedro Novais.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, 70% das bancadas, como disse o Deputado Zé Gerardo, são 7 vezes 7 igual a 49, vão 4; 7 vezes 2 igual a 14; mais 4, 18. São quantos por cento? São 70%, são 19. Dá para atender em 4 horas aos Coordenadores. Ocorre que o Comitê de Emendas, parece-me, não está ouvindo os Coordenadores, mas cada Parlamentar individualmente. Aí, não dá.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Pelo contrário, Sr. Presidente, pelo contrário.

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** – Sr. Presidente, quero deixar primeiro o trabalho, e aqui quero parabenizar o Deputado Zé Gerardo pelo trabalho que tem realizado. Nós, que participamos do Comitê, ficamos até tarde, temos tido a paciência de receber os Coordenadores e, às vezes, até algum Deputado que deseja falar a respeito de alguma emenda.

Mas, Sr. Presidente, o Comitê foi criado exatamente para analisar a admissibilidade ou não. Com todo o respeito que temos pelos técnicos, que realizam seu

trabalho com grande competência, cabe ao Comitê, examinando a idéia e a sugestão da Comissão Técnica, analisar ou não a admissibilidade dessas emendas.

É por isso que o Deputado Zé Gerardo pede, e com razão, que tenhamos esse prazo.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Alex, V.Exa. me concede um aparte?

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** – Pois não.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Vou exemplificar, para que todos entendam. O Deputado Pedro Novais fez uma ponderação, mas não está no Comitê. Não quero falar mal de V.Exa., não, porque o admiro muito, Deputado Pedro Novais. Mas só conhece o problema quem o está vivendo. Por exemplo, é fácil falar com o Coordenador, que são apenas 19, mas ele fez uma transigência, porque, na verdade, tínhamos de ouvir a bancada. Eram os três quintos da bancada que tinham de assinar essas modificações.

Para agilizar o procedimento, para agilizar, o Comitê achou por bem ouvir apenas o Coordenador. Estou errado ou estou certo, D. Myrna, Secretária? Veja bem, Sr. Presidente, para agilizar! Mas o Coordenador terá de se entender com sua bancada. Como ele foi eleito pela bancada para representá-la e como queríamos agilizar o procedimento, fizemos com que o Relator fizesse por escrito aquelas alterações. E vou exemplificar. Por exemplo, está proibida a “rachadinha”, mas algumas bancadas colocaram emendas genéricas, colocaram emendas “rachadinhas”! E o que fez o Comitê de Emendas? Determinou que é preciso identificar uma obra e o local, porque, se não, essa emenda será inadmitida. O Coordenador terá de conversar, pelo menos, com alguns de sua bancada, porque se tiver de definir o local, imaginem a confusão que será.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, Senador José Maranhão, pediria a atenção de V.Exa., para que entendesse as dificuldades que o Comitê está enfrentando. Vou dar um exemplo, para que V.Exa. se situe.

Por exemplo, há bancadas que fizeram emendas genéricas de “rachadinha”. O Comitê orientou ao Coordenador da bancada que indicasse a obra... *(Pausa.)*

Não desejo falar mais.

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** – Sr. Presidente, só para terminar, pois concedi um aparte ao Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Sr. Presidente, no art. 25, só o Comitê de Emendas pode admitir ou não as emendas.

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** – Era isso o que eu estava dizendo, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Então, o nobre Deputado Relator não tinha o direito de admitir ou não. Na realidade, S.Exa. quis contribuir conosco, então examinou com seus técnicos, ajudou-nos passando isso para nós, e chamamos as bancadas do PPA, que já foi resolvido, e estamos chamando as bancadas do Orçamento.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Deputado Zé Gerardo, V.Exa. me concede um aparte?

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Pois não.

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** – Na verdade, eu que estou com a palavra e concedo o aparte a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Obrigado, Deputado Alex Canziani.

O Presidente, Senador José Maranhão, fez uma pergunta ao Plenário sobre a divergência que estava existindo ou que poderia existir entre os Consultores do Relator Geral e os Consultores do Comitê de Emendas.

Não há divergência alguma.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Mas isso já foi respondido.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Eu sei. Na verdade, só estou querendo repetir, para concluir minha fala.

Não há divergência alguma. Não há nenhum Consultor desses, que está inserido no contexto da peça orçamentária que está sendo apreciada este ano, que não tenha amanhecido o dia trabalhando. Passaram o final de semana todo trabalhando, amanheceram o dia de ontem e de anteontem.

E o que acho interessante é o seguinte. Sem discutir o trabalho do nobre Relator José Pimentel, que tem demonstrado competência de forma vigilante, também tem visto o trabalho do Comitê de admissibilidade de emendas, quero só dizer a todos e, com uma situação muito especial, ao Deputado José Pimentel, que não podemos aceitar uma decisão que foi gerada na segunda-feira, às 15 horas, com soluções. V.Exa. esteve na sala onde os integrantes do Comitê trabalhavam e disse: “Olha, já há soluções que podem ser analisadas pelo Comitê”. Mas nós tínhamos de receber não apenas o Coordenador da bancada, como também os integrantes da bancada de cada Estado. Cada um tem seus interesses, nas suas cidades, nos seus Estados. É isso o que estou cobrando neste momento, um prazo para que esse Comitê possa apreciar aquilo que resta do PPA, que é pouca coisa, e a partir de agora, quando terminar esta reunião da Comissão de Orça-

mento e votarmos no plenário, começamos a apreciar as emendas da LOA.

É uma solução que temos que dar rapidamente, mas temos de ter prazo, Walter Pinheiro. Não podemos atropelar um Deputado Federal, uma Deputada, um Senador, uma Senadora, que vem bater na porta e diz: “Olha, quero entrar para discutir determinada emenda!”

Complementando as palavras do nobre Deputado Cajado e retificando as palavras do nosso querido Pedro Novais, que, mesmo sem participar do Comitê de Emendas, tem larga experiência dentro desta Comissão, quero dizer que é difícil V.Exa. ou qualquer integrante da bancada do Maranhão chegar ao Comitê de Emendas, pedir para discutir um problema do seu Estado, e os colegas ou as colegas, porque há uma Deputada lá dentro, que é a Rose de Freitas, não o receberem.

É isso, Sr. Presidente, o que desejo ponderar. Peço a compreensão do nobre Relator José Pimentel e de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** – Sr. Presidente, só para encerrar minha fala, vou dizer aquilo que vários Deputados já disseram. Estamos com uma nova resolução. Houve dificuldade por parte das bancadas na formalização das emendas; vários erros de conceito foram postos. Não é possível que o Coordenador da bancada, na hora, determine que se faça isso ou aquilo, porque S.Exa. necessariamente vai ter que ouvir a bancada. Às vezes, vai ter que mudar. Deputado Walter Pinheiro, não basta o Coordenador, com seu livre arbítrio, corrigir a emenda. S.Exa. vai ter que consultar algumas pessoas, senão vai haver problema, com certeza, com suas bancadas.

Não é intransigência. O Comitê tem se dedicado, e vamos conseguir, com esse prazo a mais, viabilizar e terminar o trabalho.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA** – Deputado, um aparte, por favor.

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** – Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA** – Sr. Presidente, gostaria apenas de colaborar. Estava na sala onde temos nos reunido e, há pouco, encontrava-se o Senador colega de V.Exa., Sibá Machado, do Acre. No Estado, apenas uma emenda de bancada está correta. S.Exa. estava com sua assessoria e a da Comissão. Sibá Machado é Coordenador da bancada do Acre. Com exceção de uma emenda de rodovia correta, S.Exa. vai ter que consertar todas as demais. Estou dando esse testemunho, para ver se posso colaborar. Ontem, trabalhamos tanto, que analisamos uma emenda do Deputado José Pimentel e outra de V.Exa.,

Sr. Presidente, também do PPA. Temos trabalhado muito, coordenados pelo Deputado Zé Gerardo.

O prazo pedido é pertinente, sim, até porque, na questão do Orçamento, se não houver consenso, se houver atrito com as bancadas, V.Exas. sabem que não votaremos.

Está havendo problemas, e precisamos do prazo, sim, para analisar as emendas.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** – Agradeço o aparte de V.Exa., Deputado Carlos Alberto Leréia.

Sr. Presidente, outro detalhe são as emendas de Comissão, outro problema sério com o qual estamos nos defrontando.

Deixo registrado o interesse e o empenho de todos, para admitir ou não as emendas, mas não podemos cercear o direito das bancadas de apresentar emendas corretas ao Orçamento da União.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Concedo a palavra ao Deputado Manoel Junior.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. membros do Comitê de Emendas, sabemos que a dificuldade encontrada desde o primeiro semestre é, com certeza, a questão do tempo, das exigências da Resolução nº 1. Isso tem acometido todos os que fazem parte desta Comissão.

Como Relator Setorial da Área 4, estou aguardando o parecer do Comitê de Emendas para começar o trabalho, até porque só iremos começar o trabalho a partir do relatório concluído do Comitê de Emendas. Tenho certeza de que o volume de emendas de bancada e de comissões apresentadas levaram ao Comitê de Admissibilidade de Emendas um trabalho extraordinário.

Porém, Deputado Zé Gerardo e membros do comitê, faço um apelo em nome dos Relatores setoriais. Iremos começar o trabalho, e nosso prazo é muito mais exíguo do que o que V.Exas. tiveram. Só teremos até terça-feira para apresentar nossos relatórios. Não interessa a ninguém, Deputado José Pimentel, nem a V.Exa., nem ao Presidente, nem aos membros desta Comissão, nem mesmo à Consultoria, muito menos ao povo brasileiro, que o Orçamento seja aprovado em 2008, já que ele começaria a vigor a partir de primeiro de janeiro do ano subsequente ao ano em foco.

Minha palavra, Deputado Zé Gerardo, é que V.Exa. possa se somar a todos aqueles que fazem a Consultoria do Senado e da Câmara, no sentido de realizarmos um mutirão, para que possamos cumprir esses prazos, efetivamente importantes. Estão sobre os ombros do Relator Geral e do Presidente da Comissão os prazos

que temos que cumprir, principalmente para cumprirmos o nosso trabalho, o nosso dever de Parlamentares membros desta Comissão.

Era essa a nossa palavra de apelo e de apoio ao trabalho do Comitê.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Diante dessas sugestões, que foram inúmeras, às vezes convergentes, às vezes divergentes, esta Presidência entende que um prazo até a próxima sexta-feira, às 11 horas, seria razoável. Mas eu quero ouvir o Coordenador do Comitê de Admissibilidade.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Desde o começo, Sr. Presidente, construí essa unidade. E não estaríamos discutindo tanto aqui, já poderíamos estar no Comitê de Emendas trabalhando como fizemos e com os assessores. Então, consulto nossos pares, mas acho que quase todos estão favoráveis, e estamos à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Gostaria de levantar um ponto aqui que é importante. O Coordenador do Comitê de Admissibilidade vai entregar, conforme acabou de afirmar, às 11 horas de sexta-feira. Teria de haver um interstício entre a entrega na Secretaria e a realização da reunião para discutir a aprovação da matéria.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA** – Sr. Presidente, e hoje nós vamos trabalhar também durante o jogo Brasil e Uruguai.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Era preciso que houvesse um acordo consensual para que essa votação se desse sem questionamentos, o que eu acho difícil, porque V.Exas. sabem perfeitamente que o PSDB está procrastinando de modo geral, está questionando...

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Sr. Presidente, nós vamos voltar para o prazo anterior, aí fica difícil. A gente entrega como V.Exa. propôs. Eu sei que tem que...

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Sessão 11h.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Mas eu não vou me comprometer a entregar no dia de amanhã, em 3 horas. Eu não vou, porque fica difícil. Aí nós estamos voltando para a mesma questão. Estou aqui à disposição. Depois da publicação, quanto tempo é?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Eu consulto V.Exa., em termos de cooperação. V.Exa. não poderia entregar à noite na quinta-feira, amanhã?

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Eu não me comprometo, não, Sr. Presidente. Mas no momento em que V.Exa. propôs, eu me comprometo. Eu vou a noite inteira hoje e, com certeza, amanhã.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA**

– Nós vamos deixar de ver o jogo do Brasil hoje.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Eu nunca vi jogo do Brasil, não. Eu estou aqui é para trabalhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Como é que a Comissão vota sobre uma matéria que está pendente? Não há como. *(Pausa.)*

Dois dias de interstício. Mas há uma possibilidade, se a Comissão dispensar o interstício por maioria absoluta, a metade mais um.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Então eu sugiro votarmos aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Eu acho que, se...

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Nós, do PMDB, não faremos nenhum impedimento. Esse é um acordo de procedimento, e nós estamos abertos a todos os acordos de procedimento. Só não transigimos na interpretação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Então, eu peço o pronunciamento das demais bancadas.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – A Liderança PSB, PDT, PCdoB e PMN também não faz nenhuma objeção.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– O PR, também para contribuir, concorda.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Deputado Carlos Alberto, por favor, V.Exa. faz alguma objeção a essa matéria, à dispensa do interstício?

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA**

– Concordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– V.Exa. concorda com a dispensa do interstício. Obrigado a V.Exa.

Deputado Rafael Guerra? *(Pausa.)*

Também concorda.

PT?

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – O PT concorda, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Sr. Presidente, V.Exa. esqueceu deste companheiro paraibano.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Não esqueci, ainda, porque não encerrei o assunto.

Deputado Wellington Roberto?

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Para contribuir, concordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Então, sexta-feira, às 11h.

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** – O PTB concorda também, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Está suspensa a presente reunião, que deverá continuar na sexta-feira, às 14h.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Declaro reabertos os trabalhos da Reunião nº 32-A, de 2007, continuação da 27ª Reunião Ordinária, em 23 de novembro de 2007.

Declaro reiniciada a 27ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 34 e 35, de 2007.

Da Pauta nº 34 faltou apenas a apreciação do item 8. E a Pauta nº 35 já teve a sua apreciação esgotada.

Srs. Senadores e Srs. Deputados, cumpre-me prestar os seguintes esclarecimentos.

Na reunião realizada no dia 21 de novembro, houve consenso do Plenário para que a sua continuação se desse nesta data, com a inclusão dos relatórios do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, referentes ao Projeto de Lei do Plano Plurianual para 2008-2011 e ao Projeto de Lei Orçamentária para 2008.

O relatório do CAE referente ao PLPPA, de 2008-2011 se manifesta sobre todas as emendas apresentadas ao projeto, e o relatório referente ao PLOA/2008 refere-se exclusivamente às emendas coletivas (de bancada e Comissão).

É prerrogativa desta Presidência o deferimento ou não dos pedidos de alteração das emendas apresentadas às matérias em tramitação na CMO.

Isto posto, solicitei às Consultorias de Orçamento das duas Casas análise sobre as solicitações de alteração de emendas dos projetos de lei do PPA e da LOA/2008.

Com base nessa análise, anuncio a seguinte decisão sobre as duas matérias, manifestando-me em relação aos pedidos de retificação de emendas:

– Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2008-2011 (PLPPA/2008-2011)

Desfavorável: 7116.0001 – bancada da Paraíba. E reconheço que esta emenda, da minha autoria, estava errada. Portanto, a justiça, para ser boa, começa em casa.

**O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA** – Sr. Presidente, peço a V.Exa., se possível, suspender a leitura e só citar os destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Mas a leitura é necessária.

Prossigo a leitura sobre os pedidos de retificação de emendas ao PLPPA/2008-2011.



Decisão desfavorável: 3520.0004 – Deputado Eunício Oliveira; 2396.0003 – Deputada Janete Rocha Pietá; 3578.0001 – Deputado Rodrigo Maia; 1301.0008 – Deputada Rose de Freitas.

Prejudicados: 7128.0001 – bancada do Tocantins; 7117.0005 – bancada do Paraná; 5033.0001 – Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados.

Projeto de Lei Orçamentária/2008

Expedientes referentes às seguintes emendas:

Desfavorável: 7103.0008 – bancada de Alagoas; 7114.0020 – bancada de Minas Gerais; 7123.0002 – bancada de Rondônia; 7123.0018 – bancada de Rondônia; 7126.0005 – bancada de Santa Catarina; 7126.0009 ... – bancada de Santa Catarina; 7105.0012 – bancada do Amapá; 7107.0017 – bancada do Ceará; 7112.0009 – bancada de Mato Grosso; 7113.0015 – bancada de Mato Grosso do Sul; 7119.0005 – bancada do Piauí; 7119.0010 – bancada do Piauí; 7119.0011 – bancada do Piauí; 7119.0017 – bancada do Piauí; 7120.0021 – bancada do Rio de Janeiro; 7122.0007 – bancada do Rio Grande do Sul; 7122.0016 – bancada do Rio Grande do Sul; 7122.0017 – bancada do Rio Grande do Sul; 7122.0019 – bancada do Rio Grande do Sul; 5012.0001 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados; 5012.0005 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados; 5003.0004 – Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados; 5022.0004 – Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados.

Prejudicados: 6003.0006 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania do Senado Federal; 5018.0001 – Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados; 6011.0006 Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal.

**O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA** – Sr. Presidente, já procuramos entre todos os que foram distribuídos para nós, mas não encontramos nada aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Nós vamos fazer a distribuição, e V.Exa. receberá um exemplar.

Emendas apresentadas ao PLOA/2008 passíveis de inadmissão após a apresentação do relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas, em decorrência da rejeição dos pedidos de alteração de dados das emendas apresentadas à CMO.

– Emenda nº 7103.0008, pela seguintes razão: fere o art. 47, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006 – entre aspas: *“vedada a designação genérica de programação que possa contemplar obras distintas ou possa resultar, na execução, em transferências*

*voluntárias, convênios ou similares para mais de um ente federativo”*.

Essa é a razão da inadmissibilidade da emenda citada.

– Emenda nº 7126.0005, da bancada de Santa Catarina, pela seguinte razão: fere o art. 47, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006, que diz: *“vedada a designação genérica de programação que possa contemplar obras distintas ou possa resultar, na execução, em transferências voluntárias, convênios ou similares para mais de um ente federativo”*.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Nós vamos anunciar a decisão e, em seguida, facultaremos a palavra a V.Exa., se assim desejar.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** – Só o número da emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – O número da emenda é 7126.0005.

– Emenda nº 7107.0017...

**O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO** – Sr. Presidente, desculpe-me, estava atendendo a uma ligação – aliás, não deveria atender, mas era uma emergência – e me parece que V.Exa. leu algo relacionado a Tocantins. Gostaria de saber se há alguma inadmissibilidade em relação a uma emenda do Tocantins.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Eu apenas indeferi o pedido de mudança na emenda.

Quanto à inadmissibilidade, seria prerrogativa do Comitê de Admissibilidade de Emendas.

**O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO** – Mas o que significa indeferir? Indeferir não é inadmitir? (Pausa.)

Sr. Presidente, o colega me explicou aqui. Já entendi.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Quanto à Emenda 7107.0017, da bancada do Ceará, o empreendimento se refere a obra de competência típica do Estado. Não é competência comum da União, achando-se em conflito com o art. 25, VI, da LDO/2008.

– Emenda 7113.0015, da bancada de Mato Grosso do Sul – Estrada Vicinal Estadual (art. 25, LDO/2005): fere o art. 47, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006: *“vedada a designação genérica de programação que possa contemplar obras distintas ou possa resultar, na execução, em transferências voluntárias, convênios ou similares para mais de um ente federativo”*.

– Emenda 7117.0016, da bancada do Paraná – Estrada Vicinal Estadual (art. 25, LDO/2008): fere o art. 47, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006, que reza: *“vedada a designação genérica de programação que possa contemplar obras distintas ou possa resultar, na*

*execução, em transferências voluntárias, convênios ou similares para mais de um ente federativo”.*

– Emenda 7119.0005, da bancada do Piauí – Estrada Vicinal: os motivos são os mesmos da emenda anterior.

– Emenda 7119.0010, da bancada do Piauí – Estrada Vicinal Estadual (art. 25, LDO/2008): mesmo motivo da emenda anterior.

– Emenda 7119.0011, da bancada do Piauí – Estrada Vicinal: com as mesmas características da emenda anterior.

– Emenda 7120.0021, da bancada do Rio de Janeiro – Estrada Vicinal: repete-se aqui a falha da emenda anterior.

– Emenda 7122.0016, da bancada do Rio Grande do Sul – várias ações que deveriam ser objeto de ações distintas: fere o art. 47, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006-CN: *“vedada a designação genérica de programação que possa contemplar obras distintas ou possa resultar, na execução, em transferências voluntárias, convênios ou similares para mais de um ente federativo”*. Aqui, são obras distintas na mesma emenda.

– Emenda 7122.0017, da bancada do Rio Grande do Sul – Estrada Vicinal Estadual: pela mesma razão: a emenda fere o art. 47, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006, já citada.

– Emenda 5012.0005, da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania: a programação indicada para cancelamento é incompatível com a despesa solicitada.

Emendas apresentadas ao PLOA/2008 passíveis de inadmissão após a apresentação do relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas, em decorrência da rejeição dos pedidos de alteração de dados de emendas apresentadas, conforme já foi explicado.

Emendas apresentadas ao PLPPA/2008-2011 passíveis de emendas após apresentação do relatório do Comitê de Admissibilidade:

– Emenda 3520.0004, do Deputado Eunício Oliveira. Razão do não-acolhimento: nova ação. Competência não é da União, nem exclusiva nem comum.

– Emenda 2396.0003, da Deputada Janete Rocha Pietá: nova ação; mesma situação – título genérico referindo-se a diversas obras, que devem ser propostas de modo específico. Fere o art. 41, inciso III, da Resolução nº 1, de 2006-CN.

– Emenda 3578.0001, do Deputado Rodrigo Maia: nova ação – programa de arrendamento residencial não é executado por intermédio de ação orçamentária da União.

Passo a palavra ao Deputado Carlos Alberto Lereia, que fará a leitura dos relatórios do Comitê de

Admissibilidade de Emendas, dada a impossibilidade de o coordenador, Deputado Zé Gerardo, fazê-lo, conforme ofício recebido do Parlamentar.

#### **O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA**

– Sr. Presidente, antes de fazer a leitura do relatório, em nome do Comitê de Admissibilidade de Emendas, sugiro a V.Exa. que suspenda os trabalhos, por 15 ou 20 minutos, para fazermos uma reunião com o Relator e os membros aqui presentes do Comitê de Admissibilidade de Emendas.

Vimos, de acordo com a leitura de V.Exa., que as emendas que avaliamos como possíveis de admissibilidade, após as mudanças feitas, foram rejeitadas. Em 15 ou 20 podemos chegar a um entendimento, para que eu possa fazer a leitura do relatório. Fizemos um trabalho até a madrugada; em muitas emendas as bancadas fizeram as correções que entendemos necessárias, com a Assessoria também acompanhando. E o que percebemos é que V.Exa., Sr. Presidente, já as considerou inadmitidas antes mesmo de avaliar o trabalho que fizemos.

Portanto, solicito a suspensão dos trabalhos por 15 ou 20 minutos.

Muito obrigado.

#### **O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Quero dizer a V.Exa. que não foi antes de analisar o trabalho. Nós analisamos o trabalho e sopesamos as razões que o Comitê apresentou em quase todas as emendas. Apenas algumas não tinham a menor sustentabilidade, razão da opinião que V.Exa. acabou de ouvir.

#### **O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA**

– Passo à leitura do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2008-2011:

##### **“I. Considerações Iniciais**

1. O Comitê de Admissibilidade de Emendas, constituído nos termos do art. 18, IV, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, apresenta a seguir o exame de admissibilidade das emendas coletivas e individuais apresentadas ao PL nº 31/2007, do Congresso Nacional, Plano Plurianual para o Quadriênio 2008-2011 – PPA 2008-2011. Observamos que as emendas de Relator, caso existentes, serão analisadas após a apresentação do Relatório.

2. Conforme art. 25 da mesma Resolução, cabe ao referido Comitê propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas, inclusive as de Relator, aos projetos de lei orçamentária anual, de diretrizes orçamentárias e do plano plurianual. Os relatórios de admissibilidade

devem ser votados pela Comissão Mista de Orçamento antes da apreciação do mérito das respectivas matérias, salvo deliberação em contrário do Plenário da CMO.

3. O exame de admissibilidade de emendas ao PPA corresponde ao exame preliminar, anterior ao de mérito, que verifica a compatibilidade da proposição com as normas constitucionais, legais e regimentais, nos termos do art. 146 da Resolução nº 1/2006-CN. Esse dispositivo determina que a emenda à proposição em tramitação na Comissão Mista de Orçamento que contrariar norma constitucional, legal ou regimental, será inadmitida, caso aprovada na CMO a proposta do Comitê de Admissibilidade (arts.15, XI, e 25 da Resolução).

II. Admissibilidade em Face da CF e da Lei Complementar

4. O exame de compatibilidade com o texto constitucional significa que a proposição não fere dispositivos ali presentes. Se ausente disposição expressa proibitiva, a proposição mostra-se compatível, em princípio.

5. A compatibilidade da iniciativa da emenda com relação ao texto constitucional há de se verificar, em especial, se a ação proposta encontra-se no rol de competências materiais privativas ou comuns da União com os demais Entes da Federação. Ademais, devem ser observadas a vedação a transferências voluntárias da União para outros Entes.

6. A discordância da emenda ao PPA com os planos e programas nacionais, regionais e setoriais não ocasiona inadmissibilidade, pois são esses que devem ser elaborados em consonância com o PPA, art. 166, §4º, da Constituição.

7. Também não se consideram inadmissíveis emendas ao PPA que dependam de legislação posterior, como é o caso de lei que venha a criar fundos. Depreende-se, do exame dos artigos 16 e 17 da LRF, que tanto a lei orçamentária quanto a lei do Plano Plurianual têm função preordenadora quanto à ação planejada de despesas futuras. Assim, se são as leis e atos normativos que devem ser compatíveis com o orçamento e o PPA, não há como se inferir pela inadmissibilidade de emendas que dependam da lei ainda não vigente.

8. As emendas ao Plano Plurianual devem ser compatíveis com a legislação complementar, especialmente a Lei nº 4.320/64 e a LRF.

III. Admissibilidade em Face das Normas Regimentais

9. As emendas ao PPA submetem-se ao disposto na Resolução nº 1, de 2006. A Resolução nº 1/2006-CN apresenta-se sucinta em termos de normatização da apresentação de emendas parlamentares ao PPA, resumindo-se a dispor, em seu art. 100, que 'aplica-se, no que couber, às emendas às ações orçamentárias do plano plurianual, as disposições relativas às emendas à despesa do projeto de lei orçamentária anual'.

10. A nova Resolução prevê a apresentação de até 5 emendas de bancada estadual, 5 emendas de Comissão e 10 emendas individuais ao projeto de lei do plano plurianual.

11. *Deve-se verificar, preliminarmente, a compatibilidade da ação proposta com as competências de cada Comissão ou Bancada Estadual, nos termos daquela Resolução.*

12. *A emenda à ação do PPA deve estar filiada a um determinado programa, que deverá constar do projeto de lei ou ser incluído por outra emenda. Somente deve ser considerada inadmitida a emenda quando inexistente no Plano o programa indicado na ação, ou quando a ação da emenda não puder ser incluída em outro programa.*

13. *A ação proposta pela emenda não pode contemplar múltiplas ações que devem ser objeto de ações distintas, nos termos da LDO e da Resolução. Essa regra vale tanto para análise das emendas ao orçamento quanto para o PPA, lembrando que, nesse último caso, a programação pode estar adensada ao nível de ação orçamentária, um nível maior do que o subtítulo orçamentário. Cumpre ressaltar também a especificidade do PPA quanto à necessidade de discriminar particularmente os Projetos de Grande Vulto (conforme aprovado no Parecer Preliminar do PPA). O PPA exige discriminação em ação específica de todos os Projetos de Grande Vulto.*

14. O PPA e o Anexo de Metas da LDO, de forma diferente do orçamento, são estruturados ao nível de ações orçamentárias – e não de subtítulo. Conforme a LDO (art. 6º, VI), o subtítulo é o menor nível de categoria de programação que consta da lei orçamentária. O subtítulo é utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação, quando esta tem caráter genérico. É o caso de ações do tipo infra-estrutura turística ou ur-

ba e outras ações de caráter genérico cuja especificação espacial (nome do Estado ou Município) é encontrada no subtítulo.

15. As emendas ao PPA que indiquem recursos para ações com natureza de subtítulo, típico de emenda ao projeto de lei orçamentária, somente poderiam ser acolhidas, em princípio: na forma englobada, ao nível de ação de caráter genérico (nacional ou regional); ou no título genérico “Somatório das ações detalhadas no Orçamento/Relatório Anual de Avaliação”, previsto no Parecer Preliminar do PPA.

16. Ressaltamos que o Parecer Preliminar aprovado dispensa a especificação de projetos de pequeno vulto (custo total inferior a vinte milhões). Conforme item 2.2.5 do referido Parecer, fica dispensada a discriminação no Plano:

I – das atividades e das operações especiais cujo valor total para o período do Plano seja inferior a setenta e cinco milhões de reais;

II – dos projetos cujo custo total estimado seja inferior a vinte milhões de reais;

III – das ações orçamentárias cujo cronograma completo de execução esteja limitado a um exercício financeiro’.

17. As ações orçamentárias que se enquadrarem no item 2.2.5 comporão, de forma agregada, ao título ‘Somatório das ações detalhadas no Orçamento/Relatório Anual de Avaliação’, constante de cada programa do Plano.

18. O item 2.2.5.1 do Parecer Preliminar, no entanto, determinou a obrigatoriedade da inclusão no PPA, independente dos parâmetros mencionados no item 2.2.5 do mesmo Parecer, das programações derivadas de emendas ao projeto de lei do Plano Plurianual que tenham como objeto as ações constantes do Anexo de Metas e Prioridades da LDO-2008. Dentre as ações constantes do Anexo de Metas e Prioridades da LDO-2008, encontram-se algumas ‘ações’ com natureza de subtítulos orçamentários.

19. Na análise de admissibilidade das emendas apresentadas, encontramos várias emendas propondo ‘ações’ com natureza de subtítulo que poderiam vir a ser inadmitidas por esse motivo – nível de detalhamento inadequado. Todavia, em face da exceção no Parecer Preliminar, que absorveu todas as

ações constantes do Anexo de Metas e Prioridades da LDO-2008, com natureza de ação ou subtítulos, não consideramos razoável dar tratamento diferente às demais emendas. Consideramos as mesmas, portanto, como admissíveis, caso observem as demais normas legais e regimentais.

20. Deve-se salientar ainda que, para se admitir no PPA eventuais ‘ações’ com natureza de subtítulos, essas devem observar estritamente as normas aprovadas pela Comissão Mista de Orçamento relativas à necessidade de contemplarem, no caso de emenda de Banca, uma única obra ou empreendimento, não podendo resultar, na execução, em transferências voluntárias para mais de um ente federativo ou entidade privada, em atendimento ao art. 47, II, da Resolução, bem assim do Relatório de Atividades do Comitê, aprovado pela CMO (itens 20 a 27).

#### IV. Critérios Utilizados

21. Na análise preliminar da admissibilidade das emendas apresentadas ao PPA 2008-2011 verificamos a existência de um grande número de emendas que, da forma como foram apresentadas pelos Autores, não poderiam ser admitidas por contrariarem dispositivos específicos da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

22. Deve-se considerar, no entanto, o fato de que a nova Resolução que comanda o processo de apreciação do plano plurianual e da lei orçamentária determinou procedimentos inovadores em relação à prática da apresentação de emendas no âmbito do Congresso Nacional, sendo que a absorção dessas novas diretrizes nem sempre se dá de forma imediata no conjunto dos autores.

23. Sendo assim, este Comitê empreendeu um grande esforço no sentido de sugerir aos Autores adequações que promovessem o saneamento de aspectos das emendas que necessitavam de ajustes, buscando torná-las adequadas ao que dispõe a Resolução, adotado o seguinte processo:

I – Expedição de Ofício do Comitê ao Autor da emenda, indicando os pontos conflitantes da emenda que levariam à sua inadmissibilidade, dando-se prazo para a análise dos pedidos;

II – Encaminhamento dos pedidos de adequação da emenda dos Autores direta-



mente ao Presidente da Comissão Mista de Orçamento;

III – Exame da admissibilidade da emenda, levando-se em conta os ajustes propostos.

Ressaltamos que a análise dos pedidos de alteração de elementos da emenda, apresentada perante a Comissão Mista de Orçamento, é da competência exclusiva de seu Presidente. Tendo em vista, no entanto, o prazo exíguo que o Relator do PPA teve para a apresentação de seu Relatório, que depende do exame prévio de admissibilidade, este Comitê diligenciou, mediante entendimento com o Presidente da Comissão Mista de Orçamento e com o Relator do PPA, no sentido de analisar preliminarmente a admissibilidade das emendas, considerando a viabilidade das mudanças propostas.

*No caso de serem identificados, pelo Presidente da Comissão, obstáculos às adequações propostas pelos Autores, devem-se considerar prejudicados o pleito e o respectivo parecer deste Comitê.*

*24. O critério básico utilizado pelo Comitê para análise da admissibilidade foi o definido na Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e no Relatório de Atividades aprovado pela CMO. Dessa forma, considerando-se os Ofícios apresentados pelo Autor, não foram admitidas as emendas que não especificavam projeto ou a obra, conflitavam com o disposto na LDO ou referiam-se a ações extra-orçamentárias.*

*25. Diante do exposto, apresentamos, no Anexo I, a relação final das proposições com parecer pela inadmissibilidade por parte deste Comitê, as quais submetemos à deliberação da Comissão Mista de Orçamento. As demais emendas são consideradas admitidas pelo Comitê.*

Aqui citamos uma emenda da bancada de Rondônia, de nº 71230005 – Programa: Serviços Urbanos de Água e Esgoto; outra, de autoria do Senador Gilvam Borges, de nº 22610003; e uma de autoria do Senador Jayme Campos, de nº 23760003.

*“Adendo ao Relatório do Comitê de Admissibilidade*

*I – Considerações Sobre Emendas*

*1. Dos pedidos de alterações de emendas que foram examinados pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas, alguns não se referiam*

*a alterações necessárias para compatibilização da emenda com a Resolução nº 01, de 2006. Entretanto, foram observadas se as alterações solicitadas, caso aprovadas pelo Presidente da Comissão, implicariam a inadmissibilidade das emendas. Não foi verificadas em nenhum destes pedidos alterações que implicassem a inadmissibilidade das emendas.*

*2. Além disso, o comitê examinou a alteração solicitada pela Deputada Rose de Freitas, por meio do ofício nº 296/GAB/2007, na emenda nº 13010008, alterando a localidade beneficiada de Cachoeiro de Itapemirim para Linhares. O Comitê não verificou nenhuma impossibilidade ao atendimento do pleito da Deputada, recomendando que o mesmo seja acolhido”.*

Este é o Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas, relativo às emendas apresentadas ao PPA 2008-2011, Sr. Presidente.

Apresento o outro em seguida? *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Houve aqui um pequeno lapso por parte da Secretaria. Na verdade, nós tínhamos de votar, antes, um requerimento para incluir o relatório na pauta dos trabalhos desta reunião.

De qualquer forma, consulto os presentes sobre se estão de acordo com a inclusão do relatório que acabou de ser lido na pauta da presente reunião.

Como vota a representação da Câmara dos Deputados?

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Como vota a representação do Senado Federal?

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Feita a leitura do relatório, vamos passar à sua discussão. *(Pausa.)*

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação do relatório e do seu adendo.

Como vota a representação da Câmara dos Deputados?

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados por unanimidade.

Como vota a representação do Senado Federal?

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados por unanimidade. *(Pausa.)*

Sobre a mesa requerimento para a inclusão na pauta do Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas referente ao exame da admissibilidade das emendas coletivas (de bancada e de Comissão) apresentadas ao PLOA de 2008.

Autor, membro do Comitê: Deputado Carlos Alberto Leréia.

S.Exa. está com a palavra para a apresentação do requerimento.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA**

– Sr. Presidente, peço que seja incluído o relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Vamos ouvir a manifestação do Plenário da Comissão. *(Pausa.)*

Não havendo mais oradores, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Como vota a representação da Câmara dos Deputados?

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Como vota a representação do Senado Federal?

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Extrapauta nº 1/2007

Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas sobre o exame de admissibilidade das emendas coletivas (bancadas e de Comissão) apresentadas ao PLOA 2008.

Membro do Comitê: Deputado Carlos Alberto Leréia.

S.Exa. está com a palavra para a apresentação do seu requerimento.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA**

– Sr. Presidente, eu peço que seja incluído também este relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– O requerimento já foi aprovado. V.Exa. passará a ler o relatório.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA**

– Passo a ler o Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas: “2. Conforme art. 25 da Resolução nº 1, de 2006”... *(Pausa.)*

Sr. Presidente, a Assessoria sugere que é importante fazer a leitura completa, ilustre Deputado João Leão. Há muitas questões em separado aqui. É sexta-feira. V.Exa. já almoçou, eu ainda não. Por isso, não tem problema.

Passo a ler o seguinte:

“12. Orientação e Critérios Adotados

*Não consideramos inadmissíveis as emendas que apresentaram, na sua justificção, omissões ou erros quanto ao custo total do empreendimento e outros elementos. Também não consideramos inadmitidas as emendas com problemas relativos ao valores solicitados, cancelamentos indicados – inclusive emendas de remanejamento –, classificação do identificador de resultado primário e outras questões semelhantes, que, serão melhor instruídas e processadas pelos respectivos Relatores durante o trabalho de apreciação do mérito. Os Relatores poderão, nessa hipótese, ajustar ou rejeitar a emenda.*

13. Não foram apreciadas nesse momento, quanto à sua admissibilidade, as emendas de Relator – porque ainda não apresentadas – e as emendas individuais. Essa tarefa será feita em uma segunda etapa.

14. Deve-se verificar, preliminarmente, no exame das emendas de Comissão, a compatibilidade da ação proposta com as competências de cada Comissão ou bancada estadual, nos termos daquela Resolução.

15. A Comissão somente poderá apresentar emenda ao orçamento, de acordo com a sua competência regimental, nos quantitativos definidos no anexo da Resolução.

16. O anexo da Resolução delimita áreas e subáreas temáticas que podem ser objeto de emenda pelas Comissões.

17. A idéia das áreas e subáreas temáticas teve como objetivo criar paralelismo e correlação entre as competências dos órgãos da administração pública e a competência regimental das Comissões. Por conseguinte, quanto mais abrangente o papel da Comissão, maior o número de emendas que a mesma pode apresentar.

18. As subáreas correspondem aos órgãos da Administração Pública Federal cuja atividade tem relação direta e típica com a competência regimental da Comissão.

19. Logo após a entrada em vigor da Resolução, no entanto, verificou-se que a previsão das subáreas apresentava um grande rol de lacunas e distorções conhecidas com relação ao exercício das competências regimentais das Comissões.

20. Este Comitê está propondo à CMO que, na aplicação das disposições contidas na Resolução, seja considerada viável a in-

interpretação de que as subáreas temáticas foram idealizadas, tendo em mente situações de enquadramento típico, tomando como pressuposto que toda atividade temática do Governo Federal estivesse concentrada nos órgãos apontados. Portanto, a aplicação da Resolução não afastaria enquadramentos atípicos porventura existentes, que devem ser examinados e aprovados caso a caso.

21. *Sabe-se que, no âmbito da Administração Pública Federal, não existe uma divisão perfeita e estável de atribuições quanto à execução das políticas públicas. Os programas do PPA, por exemplo, são executados por vários órgãos.*

22. *A própria Resolução, no §2º do art. 26, permite a atualização do anexo por intermédio do parecer preliminar, na hipótese das alterações decorrentes de mudanças na estrutura de órgãos do Poder Executivo.*

23. *A enumeração dos órgãos orçamentários, (subáreas temáticas), portanto, não deveria excluir situações atípicas reconhecidas, quando os programas de governo ou determinadas políticas públicas sejam de responsabilidade de diversos órgãos executores.*

24. *Não acreditamos que haja qualquer prejuízo aos fins e propósitos da Resolução, se forem admitidas as iniciativas de Comissão que direcionem recursos para programa ou ação localizada em órgão orçamentário diverso daquele que consta do anexo da referida norma, desde que seja demonstrada a compatibilidade da emenda com a competência regimental da Comissão.*

25 – *Entre as emendas apresentadas, são os seguintes os casos que merecem atenção por conterem conflito aparente de atribuições:*

*Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.*

*Emenda nº: 50030002.*

*Órgão: Ministério da Defesa/Secretaria da Comissão.*

*Subtítulo: Missão Antártica Nacional.*

*Comissão de Minas e Energia.*

*Emenda nº 50180001.*

*Órgão: Ministério da Defesa/Comando da Marinha.*

*Comissão de Serviços de Infra-estrutura do Senado Federal.*

*Órgão: Ministério do Turismo.*

*Comissão de Serviços de Infra-estrutura do Senado Federal.*

*Emenda nº: 60010003.*

*Órgão: Ministério do Turismo.*

*Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.*

*Emenda nº 60060002.*

*Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego.*

*Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.*

*Emenda nº: 60060003.*

*Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego.*

*Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados.*

*(...)*

32. Tendo em vista, no entanto, o prazo exíguo que o Relator do Orçamento tem para a apresentação de seu Relatório, que depende do exame prévio de admissibilidade, este Comitê diligenciou, mediante entendimento com o Presidente da Comissão Mista de Orçamento e com o referido Relator, no sentido de analisar preliminarmente a admissibilidade das emendas coletivas, considerando a viabilidade das mudanças propostas.

33. No caso de ser identificado, pelo Presidente da Comissão, obstáculo às adequações propostas pelos autores, deve-se considerar prejudicado o pleito, sendo a emenda considerada inadmitida.

34. O critério básico utilizado pelo Comitê para análise da admissibilidade

foi o definido na Resolução nº 1, de 2006-CN, e no Relatório de Atividades

aprovado pela Comissão Mista de Orçamento. .

35. Dessa forma, considerando-se os Ofícios apresentados pelo autor com

os respectivos ajustes, foram admitidas as emendas que: especificavam projeto ou a obra; corrigiam modalidade de aplicação, unidade executora ou grupo natureza de despesa; ou procuravam sanear outro conflito com a citada Resolução.

36. Algumas emendas estão propondo a implantação de rodovias estaduais e vicinais. Existe uma polêmica, inclusive no âmbito do Poder Executivo, acerca da competência da União na realização de ações desse tipo. O fato é que alguns Ministérios contemplam, no

seu programa de trabalho, tais iniciativas. Na dúvida, este Comitê resolveu, então, não considerar tais emendas como inadmitidas.

Voto.

37. Diante do exposto, estamos propondo que, dentre as emendas de bancada estadual e de Comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, apresentadas ao PLOA 2008, sejam consideradas inadmissíveis apenas aquelas que constam do anexo II ao presente Relatório.

38. As demais emendas coletivas devem ser consideradas admitidas, desde que observados os ajustes encaminhados pelos autores. No caso de ser identificado pelo Presidente da Comissão obstáculo regimental às adequações propostas pelos autores, deve-se considerar prejudicado o pleito, sendo a emenda considerada inadmitida.

39. Propomos ainda que seja votado, em separado, cada um dos casos de conflito aparente de atribuições da Comissão com a subárea temática constante da Resolução, conforme consta do Relatório, no item 25.

Constam do relatório, a partir de agora, apenas a relação de emendas. Não é preciso discriminar cada uma delas.”

Este é, portanto, o relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Em discussão o relatório.

Não havendo oradores, passa-se à votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade na representação da Câmara dos Deputados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade no Senado Federal.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA**

– Sr. Presidente, sobre essas emendas que constam do meu relatório o Comitê está pedindo para fazer a votação em separado.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Quero fazer uma retificação.

Comunico aos presentes que há um pedido de destaque para que algumas emendas sejam votadas em separada ao relatório.

Aprovado o relatório com destaque para a Emenda nº 50030002.

Em discussão a emenda.

Não havendo oradores, passa-se à votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação da Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada no Senado Federal.

Emenda nº 50180001.

Em discussão.

Não havendo oradores, passa-se à votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na Câmara dos Deputados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade no Senado Federal.

Emenda nº 60010001.

Em discussão.

Não havendo oradores, passa-se à votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na representação da Câmara dos Deputados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na representação do Senado Federal.

Emenda nº 60010003.

Em discussão.

Não havendo oradores, passa-se à votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada, por unanimidade.

Passa-se à votação na representação do Senado Federal.



Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada, por unanimidade, na representação do Senado Federal.

Discussão e votação da Emenda nº 60060002.

Em discussão.

Não havendo oradores, passa-se à votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na representação da Câmara dos Deputados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na representação do Senado Federal, por unanimidade.

Discussão e votação da Emenda nº 600060003

Em discussão.

Não havendo oradores para discutir a matéria, passa-se à votação.

Em votação a emenda na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade.

Ainda há uma emenda que a Mesa vai submeter à discussão e votação dos Srs. Parlamentares.

Em discussão a Emenda nº 50150004.

Não havendo oradores inscritos para discutir a matéria, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação da emenda na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade.

Passa-se à votação da emenda no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada no Senado Federal por unanimidade.

Esta Presidência esclarece que a decisão de submeter ao Plenário a apreciação das emendas em separado deveu-se a um pedido do Comitê, no item 39 do relatório, que reza o seguinte: *“Pedido do Comitê para votação em separado de cada um dos casos de conflito aparente de atribuições da Comissão com a*

*subárea temática constante da resolução, conforme consta do relatório, Item nº 25”.*

Esta Presidência pretende deixar bem claro aos pares presentes, antes de encerrar a presente reunião, que os relatórios aprovados na sessão de hoje e no Comitê de Admissibilidade de Emendas devem ser ajustados às decisões tomadas por esta Presidência quanto aos pedidos de alterações de emendas lidos no começo da reunião.

Com a palavra o Deputado Walter Pinheiro.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de alguns esclarecimentos por parte de V.Exa, tendo em vista o fato de que diversas bancadas tiveram suas emendas inadmitidas e que não cabe destaque. Mas o parecer de V.Exa. é no sentido de que houve conflito, colisão com a Resolução nº 1.

Então, eu queria ponderar também, à luz da própria Resolução nº 1, de acordo com o art. 148 da nossa resolução, que essa decisão ainda tem um estágio de recurso para as devidas bancadas pleitearem a adoção ou o acatamento de suas emendas.

Estou levantando essa questão, Sr. Presidente, porque recebi de diversos coordenadores de bancadas algumas preocupações. E até nos chamou atenção o fato de as bancadas do Rio Grande do Sul e do Piauí terem aí 3 emendas. Portanto, seria importante que pudéssemos disponibilizar, regimental e legalmente, condições para que essas bancadas viabilizem a recuperação ou pelo menos o acatamento de suas emendas.

Diz o art. 148 que *“o membro da CMO poderá apresentar ao Presidente...”* – portanto, até porque também confere ao Presidente esta decisão. Portanto, quero registrar que V.Exa. não fez nada nem arbitrário, nem tampouco violando as regras e os regulamentos. Nossa resolução diz que *“cada membro poderá apresentar ao Presidente, com apoio de 10% (dez por cento) dos membros da respectiva Casas na CMO, contestação relativa à estimativa de receita, à fixação da despesa, à admissibilidade de emenda ou a dispositivo do texto relativo aos projetos de lei orçamentária anual e seus créditos adicionais, de lei de diretrizes orçamentárias e de lei do plano plurianual e suas revisões”.*

Diz ainda o § 1º do referido artigo que *“a contestação deverá ser apresentada por escrito até o final da discussão, que será apreciada preliminarmente à votação da matéria a qual se refere”.*

Portanto, alerta aos nobres pares desta Comissão que, lastreadas no art. 148, as bancadas podem e devem fazer isso. A interpretação em relação a esse “até ao final da discussão” se refere à primeira etapa de

discussão da matéria. Portanto, não discutimos ainda a matéria. A primeira etapa da discussão dessa matéria dar-se-á exatamente no momento de apreciação dos relatórios setoriais. Portanto, nesta hora e até esse momento, ou seja, o do encerramento da discussão dessa fase, os interessados terão que apresentar esse requerimento ou essa solicitação por escrito.

Diz ainda o § 2º que “a contestação versará exclusivamente sobre o descumprimento de normas constitucionais, legais ou regimentais pertinentes à matéria questionada, devendo ser indicados os dispositivos infringidos, apresentada a fundamentação circunstanciada e sugeridas medidas saneadoras”. Portanto, cabe às medidas saneadoras para que, volto a frisar, as emendas sejam recuperadas ou adotadas, abraçadas, acolhidas ou como queiramos.

Portanto, faço esse alerta até para preservar e para comunicar a V.Exa. que um dos pleitos feitos por bancadas e por Parlamentares era que se não houvesse essa condição eles não permitiriam. Então, estavam querendo, falando numa linguagem regimental, derrubar a sessão e não permitir a votação. É nesta fase que é permitido esse tipo de recurso. Portanto, não há nenhuma decisão final. Lembro-me até que V.Exa. chegou a frisar que não estava inadmitindo, mas que estava cumprindo, por exemplo, o que rege nossa resolução e apresentando o que seria o entendimento ou a interpretação por parte do Presidente em relação a essas matéria, na medida em que, se houver discordância, caberá contestação, para que o Plenário da Casa possa deliberar acerca dessa contestação, portando desse pleito.

Era o que gostaria de aditar nessa tarde de aprovação do relatório do Comitê de Emenda, o relatório da admissibilidade das emendas, tanto ao PPA, como às emendas apresentadas ao PLOA 2008.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. E mais uma vez saliento a importância e o papel que tem desempenhado o Comitê, particularmente o trabalho diuturno desenvolvido pelos nossos 2 Relatores, o Relator do PPA, Deputado Vignatti, e o Relator do Orçamento, Deputado José Pimentel, e V.Exa., que tem sido diligente e eficaz na condução desse processo, e obviamente, o trabalho que foi desenvolvido por todos da Consultoria da Comissão Mista de Orçamento. De quarta-feira para cá, solicitamos uma certa agilidade para que pudéssemos hoje, sexta-feira, apreciar o relatório.

Quero inclusive fazer um apelo veemente à Consultoria. Sei que daqui até o dia 22 de dezembro teremos árdua jornada, mas apelo para a Consultoria no sentido de continuar nos prestando essa enorme contribuição, assim como os servidores desta Comissão

e todos que têm batalhado enormemente para viabilização das condições para a apreciação da matéria até o dia 21, que é um prazo razoável, a fim de que todos nós tenhamos direito ao recesso Parlamentar neste ano.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Wilson Santiago,

**O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO** – Sr. Presidente, senhores membros da Comissão, de fato, a observação do Deputado Walter Pinheiro é de grande valia. Mesmo o Presidente se antecipando e informando que o posicionamento regimental final virá posteriormente, é importante que se discuta este assunto para diminuir a tensão de alguns. Na verdade, neste pouco tempo em que estou aqui, recebi 4 ligações, todas elas nesse sentido – do Piauí, do Rio Grande do Sul, Deputado Mendes Ribeiro Filho. Todos estão preocupados com esse relatório do Comitê de Admissibilidade.

O prazo será até o dia 4, regimentalmente, como bem frisou o Deputado Walter Pinheiro. Por isso, é necessário tomar conhecimento de tudo isso, chamar a atenção dos Estados, das bancadas que estão com alguns problemas de redação das emendas. A assessoria técnica justificou as razões por que essas emendas não estavam enquadradas no que determina a Resolução nº 1.

Também cumprimento V.Exa. pela segurança ao alertar, preliminarmente, a própria Comissão e aqueles que estão nos ouvindo, para o fato de que esta decisão de hoje não é final. As bancadas ainda terão um prazo para adequar aquilo que determina a resolução às necessidades das próprias emendas.

Agradeço a V.Exa. e aos demais pela atenção.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra V.Exa., por cessão do Deputado José Pimentel, que tinha pedido antes de V.Exa. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** – Obrigado pela aquiescência. Não passarei de um minuto.

Primeiro, quero parabenizá-lo, em nome de toda a Comissão, e aos Relatores-Setoriais, em especial, o Relator José Pimentel, pela forma transparente e democrática com que vem trabalhando e atendendo às reivindicações dos nossos Parlamentares.

Quero deixar registrada, e soube agora que teremos o tempo, a Emenda nº 7.126-005. trata-se do projeto Serra Mar, que é uma das prioridades de Santa Catarina. Obviamente que atende ao turismo, ligando Lages, São Joaquim, Bom jardim, Lauro Müller, Orleans, e depois, na segunda etapa, Pedras Grandes, Tubarão, Laguna, Farol.

De acordo com o art. 148 da resolução sobre a LOA, contestarei a emenda inadmissível. Conto com a colaboração dos meus colegas Deputados, uma vez que foi considerada desfavorável.

Era esse registro.

Parabenizo especialmente os Deputados que estão aqui numa sexta-feira, numa demonstração de que todos estamos voltados para aprovar o melhor possível, ainda em dezembro, se Deus quiser.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA**

– Sr. Presidente, quero apenas fazer um registro, com a permissão de V.Exa. Em nome do Coordenador do Comitê de Admissibilidade, Deputado Zé Gerardo, que está sendo submetido a um exame, por isso não está presente, quero cumprimentar de maneira muito especial a Assessoria, que nesses dias trabalhou muito. Nossos assessores deixaram até de ver o jogo do Brasil contra o Uruguai no Morumbi. Mas não perderam nada, porque o jogo não foi bom. Os funcionários trabalharam muito nesses dias e nós também, os membros do Comitê. Cumprimento também nossos pares por terem aprovado os 2 relatórios.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o nosso Relator, Deputado José Pimentel.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, quero começar registrando a maneira diligente como nosso Presidente, o Senador José Maranhão, tem conduzido os trabalhos desta Comissão e permitido a todos nós cumprir os prazos previamente deliberados, quase sempre por unanimidade, nesta Comissão e ratificados pelo Congresso Nacional.

Quero registrar o trabalho do Comitê de Admissibilidade de Emendas, o empenho e a dedicação de seus membros, extrapolando muitas vezes o tempo normal de trabalho nesta Casa, para que, nesta sexta-feira, pudéssemos estar aqui votando este relatório. Por isso, quero saudar os Deputados Zé Gerardo, Alex Canziani, Carlos Alberto Leréia, que está fazendo a apresentação do parecer já aprovado, Fábio Ramalho, Claudio Cajado, Rose de Freitas, Wellington Roberto, Cícero Lucena, João Ribeiro e Wellington Salgado de Oliveira, pelo trabalho que fizeram durante esse período para que, nesta sexta-feira, pudéssemos estar votando.

Quero também ressaltar o trabalho dos consultores e, em nome do Consultor Wagner Primo Figueiredo Júnior, que é o Diretor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, quero saudar todos os consultores da Câmara. Em nome de Fábio Gondim, Consultor Geral de Orçamentos Fiscalização e Controle do Senado Federal,

também saúdo os demais consultores daquela Casa. Acima de tudo, quero cumprimentar a Sra. Secretária Myrna Lopes Pereira, que, juntamente com os funcionários da Casa, trabalhou para permitir que pudéssemos estar hoje votando.

Do dia 15 para cá, as consultorias e os funcionários da Casa vinculados a esse setor têm trabalhado ininterruptamente, inclusive fazendo rodízios de dia e de noite, para que pudéssemos hoje estar com o PPA pronto e com o parecer de admissibilidade votado.

Ao Relator, como coordenador desse conjunto de atores sociais que trabalham em torno do Orçamento da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional, quero fazer justiça, registrando ainda o trabalho diligente com que V.Exa., Sr. Presidente, conduziu os nossos trabalhos.

É o que tenho a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Finalmente, depois desse desfile de manifestações generosas, mas legítimas e verdadeiras, quero dizer que esta Presidência se sente muito honrada por ter podido trabalhar com companheiros Parlamentares do gabarito de José Pimentel, de Vignatti, que não está aqui presente, e os demais companheiros que integram o Comitê de Admissibilidade de Emendas e demais comitês, Relatores-Setoriais, enfim, todos os companheiros que integram esta Comissão de Orçamento. Graças a Deus, são todos homens de bem, Parlamentares conscientes de suas responsabilidades, que tomaram a si esse desafio, que até hoje tem sido cumprido, de fazer tudo com absoluta transparência, não apenas para o público interno, para os integrantes da Comissão, mas sobretudo para o público externo. Não tomamos uma só decisão nesta Comissão que não fosse pública. Até mesmo as reuniões do Comitê de Emendas e de outros comitês, no gabinete dos Líderes, todas elas foram realizadas a portas abertas e com a presença da imprensa.

É essa transparência, sem dúvida nenhuma, que nos está garantindo a necessária credibilidade. Esse trabalho, por mais eficiente tecnicamente que fosse, por mais competente que fosse, jamais poderia valer para a sociedade se ela não estivesse vendo e testemunhando a forma transparente, clara e honesta com que a Comissão de Orçamento do Congresso Nacional está elaborando o Orçamento para 2008.

Quero também registrar o meu agradecimento profundo aos consultores e aos demais funcionários que se empenharam até o presente, desde o primeiro dia de reuniões desta Comissão, nesse esforço para cumprir os prazos regimentais de elaboração do nosso Orçamento.



À Sra Myrna, um agradecimento muito especial. Já a conheço desde a época em que fui Deputado Federal e passei aqui pela Comissão de Orçamento. Uma vez – vou fazer questão de dizer isso publicamente, neste momento – tive uma discussão um tanto áspera com a Sra. Myrna. Quando assumi esta Comissão, alguém me perguntou se eu chamaria para Secretário da Comissão outro funcionário. Eu disse que não, porque essa funcionária que está aí eu já conheço e sei que é uma autêntica guardiã da lisura, da transparência e da ética em tudo o que faz. Ela não tem papas na língua; o estilo dela é o estilo direto, um pouco parecido com o meu. Só que eu coloco um pouco de anestésico, às vezes, porque é necessário. Mas a Myrna não tem anestésico, o sim é sim e o não é não. Tenho absoluta confiança no trabalho que ela faz, porque a conheço de perto. Seu currículo como funcionária pública é um hino de louvor aos servidores públicos não só desta Casa, mas de todo o País.

Tornou-se lugar comum referir-se de forma, às vezes, até pejorativa, ao burocrata, ao tecnocrata. Mas, ai deste País, se não fosse a dedicação desses funcionários aos mistérios que lhe são confiados; ai deste País se não tivéssemos tecnocratas, burocratas, como esses que temos a serviço da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional.

Então, pela Sra. Myrna, quero louvar, cumprimentar e agradecer o trabalho de todos os servidores, dos consultores, dos burocratas, como se chamam, pelo que fizeram em favor da elaboração deste Orçamento. Certamente, sem a dedicação deste quadro excelente de pessoal, não teríamos chegado ao resultado que chegamos hoje.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Trinta segundos, Sr. Presidente, para colaborar com suas palavras. A nossa assessoria é nota 10.

Estou como Relator, nomeado que fui pela Presidência do Congresso Nacional, da Resolução nº 1. A Resolução nº 1 tem alguns problemas e necessita de algumas modificações para a próxima gestão.

V.Exa. falou algo muito acertado. Temos, nesta Comissão, funcionários excepcionais. Se a Resolução nº 1 dispusesse que os funcionários desta Comissão não pudessem participar dela no ano subsequente, seria um absurdo, certo, Sr. Presidente? Na verdade, perderíamos todas as cabeças excepcionais, todas a cultura, toda a experiência que tem esse grupo. A Dra. Myrna comanda esta Comissão há 15 anos; desde que estou aqui, há o comando dela; é uma tradição.

Agora esta Comissão tirou todas as cabeças do Parlamento do lado de cá. Então, no próximo exercício, vamos ter uma Comissão totalmente nova.

Meu nobre e querido Deputado Walter Pinheiro, estou querendo fazer uma modificação para que os Deputados que forem titulares neste ano não possam participar da Comissão no ano subsequente, mas os que forem suplentes possam ser titulares. Temos que fazer a modificação de alguns aspectos, porque não podemos perder as cabeças que fizeram uma confecção tão bem quanto V.Exa., como Presidente desta Comissão. Já pensou, perdermos o Senador José Maranhão, pessoa ilibada, que conduziu esta Comissão muito bem! Perder essas cabeças, as experiências? Está errado.

É isso que precisamos discutir aqui, e queremos contar com a sua orientação e sua colaboração na confecção deste relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Eu concordo com V.Exa. em quase tudo, menos com a necessidade desse modesto Parlamentar ocupar outra vez a Presidência, até porque penso que o Congresso Nacional é um celeiro de valores. É bom que haja rotatividade nas posições.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Não, mas eu não quero que V.Exa. continue como Presidente, porque o presidente no próximo exercício será um Deputado. Mas quero que V.Exa. continue aqui a nos ajudar, trazendo a sua experiência, a sua segurança, a sua seriedade, a sua honestidade, a sua maneira de ser, a sua maneira de agir, para que possamos ter uma grande Comissão no ano vindouro também, com uma série de novatos participando da nossa Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Obrigado pela generosidade de V.Exa.

Antes de encerrar, convoco as seguintes reuniões a serem realizadas na próxima semana para apreciação do Plano Plurianual para o período de 2008/2011: dia 27 de novembro, terça-feira, às 14h30min, reunião extraordinária; dia 28 de novembro, quarta-feira, às 14:30, reunião ordinária.

Está encerrada a presente reunião.

**Ata da Sexta Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 27 e 28 de novembro de 2007.**

Aos vinte e sete e vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 36. Foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Claudio Cajado, Daniel Almeida, Edinho Bez, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eunício



Oliveira, Fábio Ramalho, Giacobbo, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Humberto Souto, José Pimentel, Manoel Junior, Márcio Reinaldo Moreira, Nelson Meurer, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Regis de Oliveira, Roberto Rocha, Rose de Freitas, Vanderlei Macris, Vignatti, Walter Pinheiro, Wellington Roberto e Zé Gerardo; – **Senadores titulares:** Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Efraim Morais, Jayme Campos, João Ribeiro, José Maranhão, Leomar Quintanilha e Sérgio Zambiasi; – **Deputados suplentes:** Alex Canziani, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Duarte Nogueira, Eduardo Valverde, Fernando Ferro, Geraldo Resende, Gorete Pereira, João Carlos Bacelar, João Leão, João Magalhães, Luiz Carreira, Marcelo Castro, Miguel Corrêa Jr., Pedro Chaves, Ricardo Barros e Zé Geraldo; – **Senadores suplentes:** Alex Canziani, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Duarte Nogueira, Eduardo Valverde, Fernando Ferro, Geraldo Resende, Gorete Pereira, João Carlos Bacelar, João Leão, João Magalhães, Luiz Carreira, Marcelo Castro, Miguel Corrêa Jr., Pedro Chaves, Ricardo Barros e Zé Geraldo. Registrou-se a presença do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Gilmar Machado. Foi registrada a ausência dos membros titulares: – **Deputados:** Ivan Valente e Mussa Demeas; – **Senadores:** Cristovam Buarque e Sérgio Guerra. **ABERTURA:** havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou iniciados os trabalhos. Apreciação da Ata da 5ª Reunião Ordinária, realizada em 20 de novembro de 2007. Havendo concordância do Plenário, o Presidente propôs a dispensa da leitura da Ata por ter sido distribuída antecipadamente. Não havendo discussão e conforme o estabelecido na *alínea “f” do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão*, a Ata foi colocada em votação, que foi **aprovada** por unanimidade. **EXPEDIENTE:** conforme solicitação do Deputado Regis de Oliveira apresentada na 11ª Reunião Ordinária, realizada em 27/6/2007, o Presidente colocou em votação a dispensa da leitura dos expedientes, que foi **aprovada** por unanimidade. Determinou ao Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião e à Secretaria da Comissão que enviasse aos membros e às Lideranças Partidárias através do correio eletrônico. **ORDEM DO DIA:** O Deputado Walter Pinheiro informou que havia Contestações sobre emendas inadmitidas do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2008-2011. Pauta nº 36. **1) – Projeto de Lei nº 31/2007-CN**, que “Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008/2011. Relator: Deputado

Vignatti. Foram apresentadas 4.209 emendas. Voto: Favorável, nos termos do Substitutivo apresentado. Fazendo uso da palavra, o relator propôs que fosse feita apresentação resumida do Relatório e o Plenário assentiu. A seguir, a discussão e o prazo para apresentação de destaques foram iniciados. Discutiram a matéria os Deputados Eduardo Valverde, Eduardo Sciarra, Daniel Almeida, Luiz Carreira, o Senador João Ribeiro, Deputados Vanderlei Macris e Walter Pinheiro. Às dezesseis horas e um minuto, o Deputado José Pimentel assumiu a direção dos trabalhos. Continuando o debate, discutiram o assunto os Deputados Giovanni Queiroz, Júlio César, Wellington Roberto, Marcelo Castro, Rose de Freitas, Zé Gerardo, Pedro Chaves, Manoel Júnior, Cláudio Cajado, Alex Canziani, Aelton Freitas e Duarte Nogueira. Nesse momento, o Presidente reassumiu a condução dos trabalhos e informou que a ordem do dia no plenário da Câmara dos Deputados havia sido iniciada. O Deputado Walter Pinheiro informou que havia Recurso contra a decisão do Presidente sobre a inadmissibilidade de emendas ao Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2008-2011. O Presidente solicitou que o Recurso fosse encaminhado à Mesa. Às dezessete horas e dois minutos, os trabalhos foram suspensos e convocada a continuação para após a Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às vinte horas e cinquenta e três minutos da mesma data, os trabalhos foram reiniciados. O Deputado Pedro Novais solicitou o encerramento do debate. A seguir, o Presidente encerrou a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Às vinte horas e cinquenta e seis minutos, a reunião foi suspensa e convocada a continuação para o dia seguinte, às dez horas. Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e oito do mesmo mês, os trabalhos foram reiniciados. O Presidente deu prosseguimento à apreciação da Pauta nº 36. **1) – Projeto de Lei nº 31/2007-CN**, que “Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011. Relator: Deputado Vignatti. Foram apresentadas 4.209 emendas. Voto: favorável, nos termos do Substitutivo apresentado. **Recurso nº 1/2007-CMO**, de autoria do Deputado Eduardo Sciarra, apresentado contra a decisão do Presidente relativa ao Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2008-2011, nos termos do *art. 15, parágrafo único, da Resolução nº 1/2006-CN*, contra o indeferimento do pedido de alteração da emenda 35780001, do Deputado Rodrigo Maia. O autor apresentou o Recurso. Não houve debate. Em votação, o Recurso foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Contestações relativas ao Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2008-2011, apre-

sentadas nos termos do *art. 148, parágrafo único, da Resolução nº 1/2006-CN*: **Contestação nº 1/2007-CMO**, de autoria do Deputado Pedro Novais, pelo descumprimento de normas constitucionais do art. 14 do texto da lei constante do Substitutivo do Relatório ao Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2008-2011. Autor: Deputado Pedro Novais. Em virtude da ausência do autor, a Contestação foi **prejudicada**. **Contestação nº 2/2007-CMO**, de autoria do Deputado Duarte Nogueira, pela relação de programações orçamentárias originárias de emendas ao PLPPA/2008-2011, passíveis de atendimento com base nos itens 27.1.6.1 e 27.1.6.2, do Parecer Preliminar ao Projeto de Lei Orçamentária para 2008. **Prejudicado** pela ausência do autor. O Deputado Vanderlei Macris solicitou a inversão da pauta para que o Recurso não fosse prejudicado. O Presidente informou que era matéria vencida. A seguir, o Presidente informou que havia duas Erratas ao Relatório do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2008-2011. O relator apresentou as Erratas. Não houve debate. O Presidente anunciou a votação do Relatório com as duas Erratas, que foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Após a votação, o Deputado Vanderlei Macris registrou o voto contrário do PSDB. O relator informou que o relatório com o voto aos destaques ainda não havia sido concluído. O Deputado Marcelo Castro informou que havia apresentado Contestação referente ao Projeto de Lei Orçamentária para 2008. O Presidente informou que a matéria seria apreciada naquela tarde e, em seguida, suspendeu os trabalhos, às onze horas e cinco minutos, e marcou a continuação para as quatorze horas da mesma data. Às quatorze horas e quinze minutos da mesma data, no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Deputado Ricardo Barros informou que a lista com o voto aos destaques ainda não estava disponível. Em seguida, interrompeu os trabalhos e marcou a continuação para as vinte horas daquela data. Às vinte e uma horas e vinte e seis minutos do mesmo dia, a reunião foi reiniciada. O Deputado Marcelo Castro solicitou que fosse apreciada a Contestação nº 2/2007-CMO, de sua autoria, referente à inadmissibilidade das emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2008. O Presidente informou que passaria à apreciação da matéria após a votação do Relatório e dos destaques apresentados ao Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2008-2011. Em virtude de não ter sido apresentada antes da votação do Relatório ao PLPPA/2008-2011, conforme estabelece o *art. 148 § 1º da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*,

o Presidente, excepcionalmente, submeteu a solicitação para apreciação da Contestação nº 3/2007-CMO, de autoria da Deputada Rose de Freitas, que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Contestação nº 3/2007-CMO**, de autoria da Deputada Rose de Freitas, sobre a decisão da alteração da emenda 13010008. A autora apresentou a Contestação. O Deputado Wellington Roberto manifestou-se favoravelmente. Em votação, a **Contestação nº 3/2007-CMO** foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Wellington Roberto solicitou a votação em globo dos destaques, por tipo de voto do relator setorial. Apresentaram solicitações para votação dos destaques separadamente dos solicitados para votação em bloco, por tipo de voto do relator: Deputado Manoel Junior, destaques 138 e 289, autorizado pelo Coordenador da Bancada Estadual da Paraíba, conforme estabelece o *art. 138 § 2º da Resolução nº 01/2006-CN*; Deputado Vanderlei Macris, destaques 14 e 16; Deputado Wellington Roberto, destaque 234; Deputado Humberto Souto, destaques 350, 351 e 352. O Deputado Geraldo Resende esclareceu que não apresentou destaques às emendas da Bancada do Mato Grosso do Sul e que de acordo com o *art. 132 da Resolução nº 01/2006-CN*, faria os pleitos no Plenário do Congresso Nacional. Em seguida, o Deputado Gilmar Machado informou que, conforme acordo firmado, seriam aprovados apenas parcialmente os destaques do Deputado Vanderlei Macris. O Relator da matéria, Deputado Vignatti, declarou acatados os destaques 406, 104, 138, 289, 234 e comunicou que o pedido do Deputado Geraldo Resende, Coordenador da Bancada do Mato Grosso do Sul, seria apreciado somente no Plenário do Congresso Nacional. O Deputado Eduardo Valverde solicitou votação separadamente dos destaques 494, 495, 496, 500 e 501. – Apreciação dos destaques. O Presidente solicitou autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator, que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Relator da matéria informou a alteração do voto proferido aos destaques 289, 350, 351, 352 e 406 de “rejeitados” para “aprovados parcialmente”. **1) Destaques com voto do relator pela aprovação parcial:** 1 a 5, 7, 9, 12, 17, 20 a 22, 24, 27, 28, 32, 33, 37 a 40, 42, 56, 77, 78, 80 a 82, 84, 86, 88, 89, 97 a 105, 107, 115, 117, 119, 121, 123, 127, 130 a 132, 138 a 140, 145 a 155, 160, 164, 167, 168, 170, 171, 173, 174, 180, 182, 184 a 190, 197, 199, 204, 205, 208, 209, 218, 232, 234, 242, 243, 250 a 255, 260, 262, 266 a 268, 271, 274, 275, 277, 279, 284 a 289,

291, 293, 294, 296, 299, 301 a 304, 308, 309, 311 a 314, 319, 321, 325 a 327, 332 a 336, 338, 339, 342 a 346, 349 a 352, 356, 359, 372, 376 a 379, 384, 387, 390, 393, 400, 404 a 407, 426, 430, 436 a 438, 441 a 445, 447, 448, 450, 452, 454 a 457, 462, 474, 476 a 487, 497, 502 e 503. Em votação em globo, os destaques com voto pela aprovação parcial foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Giovanni Queiroz questionou o voto dado pelo relator ao destaque 453 e foi esclarecido pelo Relator que constava erro material, pois por ser supressivo, não poderia ter voto pela rejeição e sim voto pela aprovação. Em votação, o voto pela aprovação ao destaque 453 foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **2) Destaques com voto do relator pela aprovação:** 55, 94 a 96, 106, 295 e 381. Em votação em bloco, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **3) Destaques com voto do relator pela rejeição:** 10, 11, 13, 15, 18, 19, 23, 25, 26, 29 a 31, 34 a 36, 41, 43, 44 a 54, 57 a 76, 79, 83, 85, 87, 90 a 93, 108 a 114, 116, 118, 120, 122, 124 a 126, 128, 129, 133, a 137, 141 a 144, 156 a 159, 161 a 163, 165, 166, 172, 175 a 179, 181, 183, 191 a 196, 198, 200 a 203, 206, 207, 210 a 217, 219 a 231, 233, 235 a 241, 244 a 249, 256 a 259, 261, 263 a 265, 269, 270, 272, 273, 276, 278, 280 a 283, 292, 297, 298, 300, 305 a 307, 310, 315 a 318, 320, 322 a 324, 328 a 331, 337, 340, 341, 347, 348, 353 a 355, 357, 358, 360 a 371, 373 a 375, 380, 385, 386, 388, 389, 391, 392, 394 a 399, 401 a 403, 408 a 420, 422 a 425, 427 a 429, 431 a 435, 439, 440, 446, 449, 451, 458 a 461, 463 a 466, 469 a 473, 475, 488 a 490, 492, 493, 498 e 499. Em votação em globo, ressalvados os destaques solicitados para votação separadamente, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art. 43 do Regimento Comum. – Apreciação dos destaques solicitados para votação separadamente: destaque 14, de autoria do Deputado Vanderlei Macris, com voto do relator pela aprovação parcial. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Destaque 16, de autoria do Deputado Vanderlei Macris, com voto do relator pela aprovação parcial. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Destaque 491, de autoria do Deputado Vanderlei Macris com voto do relator pela aprovação parcial. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas represen-

tações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Destaques 494, 495, 496, 500 e 501, de autoria do Deputado Eduardo Valverde. O autor fez a apresentação. O Relator deu voto pela aprovação parcial. Em votação, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **4) Destaques com voto do Relator pela prejudicialidade:** 6, 8, 169, 290, 382, 383, 421, 424, 467 e 468, por confrontarem a *Resolução nº 01/2006-CN*. O Presidente declarou os destaques **prejudicados**. Os Deputados Manoel Júnior, Rose de Freitas, Ricardo Barros, Alex Canzianni e Humberto Souto e o Senador Leomar Quintanilha teceram comentários enaltecendo sobre a gestão do Deputado Vignatti na relatoria da Matéria, que, em resposta, teceu as considerações finais ao Relatório. O relator informou que o valor mínimo de atendimento aos destaques foi de vinte milhões de reais. Às vinte e duas horas e quarenta e seis minutos, o Senador Augusto Botelho assumiu a direção dos trabalhos, conforme *caput do art. 14 da Resolução nº 01/2006-CN*. A seguir, o Presidente em exercício informou que foram apresentadas Contestações nos termos do art. 148, *parágrafo único, da Resolução nº 1/2006-CN*, ao Projeto de Lei Orçamentária para 2008. **Contestação nº 1/2007-CMO**, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, ao Parecer de inadmissibilidade da emenda nº 71220016. O autor apresentou a Contestação. A Presidência da Comissão deu **deferimento**. Em votação, a Contestação foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Contestação nº 2/2007-CMO**, de autoria do Deputado Marcelo Castro, ao Parecer pela Inadmissibilidade das emendas nºs 71030008, 71260005, 71130015, 71170016, 71190005, 71190010, 71190011, 71200021 e 71220017. O autor apresentou a Contestação. A Presidência da Comissão deu **deferimento**. Em votação a Contestação foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Foram apresentados Recursos nos termos do art. 15, *parágrafo único, da Resolução nº 1/2006-CN*, apresentado ao Projeto de Lei Orçamentária para 2008. **Recurso nº 1/2007-CMO**, de autoria do Deputado Regis de Oliveira, contra o indeferimento do pedido de alteração da emenda nº 50120005. O Recurso foi **prejudicado** pela ausência do autor. **ENCERRAMENTO:** o Presidente em exercício convocou reuniões a serem realizadas no dia 4 de dezembro, às dez e às quatorze horas e trinta minutos, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, e informou que a Secretaria da CMO encaminharia convocações para reuniões a serem realizadas na semana de 3 a 7 de dezembro. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Se-



cretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador José Maranhão. Presidente.**

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Sexta reunião extraordinária, em 27/11/2007.

Abertura.

Há número regimental para abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 6ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 36/2007.

Apreciação da ata.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata, por ter sido distribuída antecipadamente.

Não havendo discussão e conforme o estabelecido na alínea “f” do artigo 8º do Regulamento Interno da Comissão, coloco em votação a ata da 5ª reunião extraordinária, realizada em 20 de novembro de 2007.

Votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na Câmara dos Deputados.

Passa-se ao Senado Federal.

Os Srs. Senadores que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na representação das 2 Casas do Congresso por unanimidade.

Expediente.

Conforme solicitação do Deputado Regis de Oliveira, apresentada na 11ª reunião ordinária, realizada em 27 de junho de 2007, coloco em votação a dispensa de leitura dos expedientes.

Na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade.

Passa-se à votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade.

Determino ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas desta reunião.

Informo que a lista com os expedientes foi encaminhada por correio eletrônico aos membros das Lideranças partidárias nesta data.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)  
– Com a palavra o Deputado Walter Pinheiro.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – No final da sessão da sexta-feira próxima passada, fiz uma ponderação acerca das emendas inadmitidas, em decorrência da correta análise feita pela Consultoria associada à posição assumida por V.Exa., no que diz respeito à interpretação da Resolução nº 1 e seus desdobramentos.

Ponderei a V.Exa. naquele momento quais seriam os passos seguintes para, diria, em grau de recurso, as bancadas terem oportunidade de restabelecer suas emendas com base no art. 148 da Resolução nº 1.

Nesse sentido, quero fazer em forma de recurso a V.Exa., não como questão de ordem, mas tentando dialogar com V.Exa., a partir da realidade posta, de uma situação vivenciada, e partindo do princípio que o objeto central da Resolução nº 1 é impedir que uma obra possa ter interrupção e mais ainda, a Resolução nº 1 procura, de forma contundente e responsável, fazer com que a alocação de recursos possa ser precedida de enorme cautela, para que a obra possa ter continuidade. Portanto, se a preocupação é essa, imaginem o fato de termos uma obra em curso, diferentemente de uma obra nova, e repito que a resolução solicita que tomemos todos os cuidados para que o aporte de recursos garanta a finalização desse empreendimento ou dessa obra, quanto mais numa obra em curso, cuja apresentação de novos recursos, se suspensa ou inviabilizada, colocará esse empreendimento em total suspensão ou possibilidade de execução, o que seria uma condenação prévia ao descumprimento à resolução e de imediato à não execução dessa obra.

Nesse sentido, Sr. Presidente, quero citar as situações das emendas. Vou recorrer a um outro recurso, que é um recurso visual, porque a idade já vai obrigando.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)  
– Estou acompanhando com muita atenção a sua proposta e quero sugerir que V.Exa. a faça depois da votação da matéria na Ordem do Dia, certo?

*(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)*

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Aguardamos a votação do relatório do PPA e, na seqüência, e V.Exa. aprecia esse recurso. O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)  
– Ordem do Dia.

Pauta nº 36/2007.

Item 1.



Projeto de Lei nº 31/2007-CN, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008/2011.

Relator, Deputado Vignatti.

Foram apresentadas 4.209 emendas. Voto favorável nos termos do substitutivo apresentado.

O Relator está com a palavra para a apresentação do relatório.

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – Sr. Presidente, Senador José Maranhão, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores presentes, quero pedir autorização ao Presidente e ao Plenário, se for possível também.

Está ruim o som. Vou me dirigir ao outro microfone.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Peço ao controlador de som que regule o microfone do Relator, que ora apresenta microfonia e ora não tem som.

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – Srs. Deputados, quero pedir autorização, se for possível, tendo em vista que o relatório é conhecido de todos, já tendo sido apresentado e publicado, fazer um resumo, sem a necessidade de lê-lo todo. Se houver concordância por parte de todos, assim vamos proceder.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Não havendo objeções do Plenário, esta Presidência concorda com a sugestão levantada por V.Exa. de resumir a leitura do relatório, focando os pontos fundamentais.

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – Sr. Presidente, primeiro quero dizer que trabalhamos da forma mais democrática possível na construção deste relatório. Tentamos ouvir todos os Deputados e Senadores, as suas reivindicações, as suas sugestões, o ponto de vista das bancadas e os interesses de cada Estado. Adaptamos inclusive, do ponto de vista do atendimento aos Srs. Deputados e Senadores, muitas vezes, o recurso que foi disponibilizado em atendimento das bancadas e distribuído de forma proporcional entre as 5 emendas, com anuência do coordenador da bancada, atendendo mais emendas que pudessem ser de interesse da bancada.

Construímos também, ao longo desse período, o atendimento a uma questão que parecia uma anomalia para Comissão do Orçamento, porque, pela primeira vez, havia um Anexo de Metas construído, porque assim a resolução também o permitiu, com emendas de Deputados, Senadores e de bancadas.

Atendemos o Anexo de Metas no relatório principal, discriminando situação por situação no Anexo de Metas e todas as emendas atendidas, avaliado e construído pelo Comitê de Emendas desta Casa, dando toda autonomia para que o comitê pudesse inclu-

sive avaliar toda a questão do Anexo de Metas sobre o procedimento.

Atendemos também todas as questões orientadas pelo Comitê de Emendas no que se refere à admissibilidade ou não das emendas. Tentamos fazer o máximo possível e ainda estamos dispostos, se alguma emenda foi inadmitida pelo comitê, se houver alguma correção a fazer até o final da votação desse relatório, a fazer as correções devidas. Queremos garantir, de fato, que nenhuma bancada, naquilo que apresentou do ponto de vista da emenda, possa ter algum tipo de problema de admissibilidade.

Apareceram alguns problemas ainda remanescentes, tendo em vista o Anexo de Metas, a apresentação das emendas que têm caráter separado, porque o constante do Anexo de Metas estão sendo atendido exatamente como foi apresentados e já combinado com algumas bancadas como, por exemplo, a do Piauí, que deve fazer destaque para recompor os recursos no atendimento das possíveis distorções que existam no valor atendido pelas devidas bancadas.

Para o PPA, mandado para cá pelo Presidente Lula, tivemos oportunidade de fazer 9 audiências públicas no Brasil inteiro e de construir várias sugestões, as quais as bancadas, muitas vezes, transcreveram como emenda de bancada ao PPA. Muitas vezes, Deputados e Senadores, acataram sugestões que vieram da sociedade de seus Estados nessas audiências, como ocorreu inclusive no Estado da Paraíba, que transcreveu de forma numérica e também de forma textual para o relatório do PPA.

Estamos pedindo inclusive que a Consultoria da Casa consiga fazer esse cruzamento todo para conhecê-las exatamente. Conhecemos todas que foram levantadas, porque acompanhamos junto com o nosso Relator Geral do Orçamento, José Pimentel, o debate em todos os Estados, num trabalho de relatoria conjunta nesse processo todo.

Também acatamos no nosso relatório um trabalho minucioso, de grande habilidade, do Senador Francisco Dornelles, nosso Relator do Comitê de Receita, que fez um trabalho que, com certeza, é um dos mais precisos no levantamento da realidade da receita e da projeção de receita, numa projeção real da receita atual para os próximos 4 anos.

Foi isso o que pudemos acolher de emendas de Deputados e Senadores, de bancada e de Comissões.

Dividimos da seguinte forma: 50% para atendimento de emendas de bancadas do recurso, distribuído por aquele critério que não fui eu que fiz, mas que esta Casa fez na Comissão de Orçamento, que é o estabelecido e atende a bancada a de cada Estado,

pelo tamanho e pela população; 25% para atendimento de emendas de Comissões e 25% para atendimento de emendas individuais. Dessa forma, foi possível atender uma emenda de cada Senador e de cada um dos 360 Deputados que apresentaram emendas nesta Comissão.

*(O Presidente faz soar as campainhas.)*

Ainda estamos abertos ao atendimento de outras reivindicações que possam existir por parte dos Deputados e Senadores desta Comissão até o final deste debate a fim de fazer as devidas correções, tendo em vista que o destaque só pode ser apresentado por Deputados e Senadores membros desta Comissão.

O cenário também desenhado na questão do PPA, Sr. Presidente, já explícito e apresentado, trabalha com 3 grandes eixos: a política social, a política de desenvolvimento da educação no Brasil e a política do crescimento e da aceleração do crescimento econômico, porque veio toda a construção do PAC, pela primeira vez, de forma organizada do ponto de vista da política de gerenciamento por parte do Governo Federal, com 10 grandes finalidades descritas no PPA de forma correta.

No que se refere ao cenário macroeconômico, o PPA desenha também, já conhecido por todos, um cenário extremamente favorável...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Eu peço silêncio aos presentes para podermos ouvir devidamente o relatório que está fazendo o Deputado Vignatti sobre o PPA.

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – Nesse cenário macroeconômico, o relatório desenha uma construção muito positiva para os próximos 4 anos no Brasil, com crescimento continuado, com fortalecimento das políticas públicas nacionais e com redução gradativa da taxa SELIC nacional e com controle inflacionário também. Dessa forma, nós descrevemos, como tive oportunidade, os investimentos que vão acontecer no setor privado e no setor público nesses 4 anos no Brasil. São investimento que, com certeza, vão colaborar muito mais com um crescimento maior inclusive do previsto se continuar do jeito que está sendo construída toda a aplicação dos recursos federais e da organização da economia nacional.

Do ponto de vista, Srs. Senadores, Srs. Deputados aqui presentes, de criação de programas, nós acatamos e construímos junto com a Consultoria as sugestões da construção de 2 programas no PPA. Um, é transformar o PPA, que é o Programa com a Pequena Agricultura brasileira, que atinge e pode contribuir com 4,5 milhões de contratos no Brasil da agricultura

familiar na aquisição de alimentos, de um programa orçamentário para um programa finalístico. O outro é um programa de mobilidade urbana, tendo em vista as sugestões que vieram de vários Estados, como, por exemplo, do Paraná, do Rio Grande do Sul, na questão do transporte urbano articulado, que é o transporte coletivo feito por metrô ou por trem urbano. A criação desse programa foi derivada do processo de emendas e também do processo de articulação das várias bancadas, que, necessariamente, precisava criar um programa desses no PPA para garantir a oportunidade de acolher as várias emendas, inclusive uma delas bem destacada pela bancada gaúcha, através do seu coordenador, aqui presente, que é o TRANSURB de Porto Alegre.

Nesse sentido, Sr. Presidente, nós apresentamos o nosso relatório com as erratas identificadas a partir do Comitê de Emendas, que estão distribuídas de forma textual a todos no dia de hoje, com a contribuição do próprio Governo quando da discriminação das funções programáticas do Ministério da Educação e também dos Anexos 1 e 2, pela aprovação parcial de todas as emendas.

Dessa forma, Sr. Presidente, eu concluo a minha apresentação resumida desse relatório sem necessariamente lê-lo, no que tive a concordância por parte do Plenário na tarde de hoje.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero reconhecer o trabalho do Consultor Fidelis, que teve a responsabilidade de coordenar pela primeira vez um projeto dessa envergadura, e de toda a Consultoria. A Consultoria trabalhou todos os finais de semana, inclusive nos finais de semana dos feriados de finados e do dia 15.

Registro ainda que precisamos trabalhar de forma conjunta; nós precisamos criar um outro sistema de informática nesta Casa. Nossos programas de informática atrapalharam e estão atrapalhando os relatórios, porque não comporta os dados e informações. Nós precisamos fazer o cruzamento desse sistema todo, renová-lo e construir um programa único. O relatório do PPA foi feito a partir de um juntado 3 programas e isso demorou demais, impedindo, muitas vezes, a oportunidade de melhorar o atendimento do que a Consultoria, os Deputados e este Relator gostaria de fazer.

Agradeço também, Sr. Presidente, a V.Exa. pelo belo trabalho que fez na condução desse processo e na colaboração com este Relator e a todas as bancadas e Deputados que ajudaram a construir de fato um entendimento para a elaboração dessa importante peça do PPA, que, sem dúvida nenhuma, é uma das melhores da história do Brasil, o qual pode desenharmos um dos melhores orçamentos dos próximos 4 anos neste País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Agradeço ao Deputado Vignatti as referências à minha pessoa e aos demais companheiros da Comissão de Orçamento. Devo dizer que tudo, esse resultado positivo, a forma rápida e expedita com que trabalhamos, só foi possível graças à cooperação das bancadas aqui representadas...

**O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO** – Sr.

Presidente, sem querer interromper, nós não estamos ouvindo muito bem aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– ...e ao trabalho e apoio técnico que nós tivemos da Consultoria e dos demais funcionários que trabalham na Comissão de Orçamento.

**O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO** – Sr.

Presidente, não queria interromper V.Exa. não, muito pelo contrário, só queria ajudá-lo. Quando V.Exa. estava falando, aqui ninguém estava ouvindo. Aqui parece Calcutá; é uma feira, é complicado; um falando ao telefone, outro falando aqui. Ninguém está ouvindo uma coisa tão importante, que é o PPA. O Relator fez uma bela exposição, mas nós não estamos ouvindo. Aqui está complicado, Sr. Presidente, desculpe-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Eu quero, mais uma vez, renovar o apelo insistente que venho fazendo não só nesta, mas em todas as reuniões, no sentido de se guardar o silêncio quando houver um orador na tribuna. Até porque o orador não quer falar para as paredes; quer falar para as pessoas presentes aqui. Então, eu quero renovar esse apelo a todos os companheiros aqui presentes.

Está em discussão o relatório.

Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr.

Presidente, eu quero cumprimentar... Tenho uma dúvida. O prazo de destaque é após o final do debate. Tem muita gente inscrita? Porque eu quero...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– V.Exa. pode, no curso dos debates, apresentar o seu pedido de destaque.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Pois

é, vou fazê-lo, embora entenda que o Relatório apresentado pelo Deputado Vignatti seja uma peça econômica e uma peça jurídica. Quero cumprimentá-lo pelo trabalho que teve, até porque eu participei de algumas audiências públicas, especialmente no Estado de Rondônia, e vi a retidão levada a esse debate.

A minha preocupação, porque não sei se tem muita gente inscrita, porque tenho destaque a fazer, é terminar de falar e acabar o prazo para a apresentação. Mas eu quero ressaltar alguns pontos importantes do PPA.

Um deles, que é importante para um país que precisa crescer, é que aponta um crescimento sustentável. É importante que o Estado brasileiro aponte um percentual de crescimento que, pelo que está aqui, é o superior dos últimos 20 anos. É importante esse fator positivo de otimismo, e a economia brasileira vem respondendo a esse otimismo sustentabilizando esse crescimento, principalmente no tocante ao aumento do consumo médio das famílias brasileiras. Diferente do que era no passado, quando o setor exportador era o setor predominante da renda nacional, hoje, quem está mobilizando, quem está motivando esse desenvolvimento em bases sustentáveis é o consumo das famílias; é o chamado mercado consumidor de massa, coisa que nós perseguimos durante muito tempo. Durante o movimento sindical, se procurou isso durante muito tempo, dialogando com todos os Governos do passado, mas, só agora há uma resposta positiva por parte do Presidente Lula, que, ajustando a economia brasileira, fez com que esse consumo crescesse e se sustentasse ao longo do tempo.

Esse movimento de consumo, Sr. Presidente, se dá através de dois fatores importantes, também apontados no PPA. Um é o aumento do investimento, que vem crescendo a uma média superior à média dos últimos 20 anos. A outra é a redução da taxa de juros. Chegaria, no final de 2011, que é o último ano do PPA, talvez à taxa de juros mais baixa que o País teve desde o golpe militar de 1964; a uma taxa pequena de juros. Em face dessa taxa pequena de juros, ocorrem 2 fenômenos, que são o aumento da renda e o aumento do emprego e, como consequência disso tudo, o aumento no investimento.

É preciso pontuar algumas ações importantes, como o investimento na compra da produção familiar, visando fortalecer a agricultura familiar e, ao mesmo tempo, a segurança alimentar de boa parte... Na verdade, é o fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, o PPA, e o apoio ao desenvolvimento urbano de municípios de médio e de pequeno porte.

Então, são ações que reputo da mais alta significância em face dessa necessidade que tem o Estado brasileiro de garantir a permanência da família produtora, da família camponesa no campo, a partir do momento em que ela passa a ter uma renda maior pela sua produção.

Outro aspecto que quero destacar é o que tem os olhos voltados para a Região Norte. A Câmara Federal acabou de realizar na semana passada o I Simpósio Nacional da Amazônia. Foi unânime, nas mesas que foram realizadas na Câmara Federal, a necessidade de sustentabilizar o desenvolvimento da Amazônia no

aspecto do equilíbrio ambiental e social, e várias ações, Sr. Presidente, nobre Relator, contempla o seu PPA.

Só quero ressaltar, e vai ser fruto de uma emenda que será destaque de redação, que, para que esse equilíbrio ambiental e social na Amazônia possa ser preservado, uma instituição muito importante, que tem praticamente mais de 20, são as escolas de família agrícola. Durante muito tempo, essas escolas vêm perseguindo junto ao orçamento público a necessidade de ter uma rubrica própria. Vários Parlamentares, inclusive eu, apresentaram, como emenda ao PPA, a possibilidade de criação de um programa que permita às escolas de famílias agrícolas receberem emendas diretamente, ou de bancada ou individual.

Algumas dessas emendas foram acolhidas parcialmente. No entanto, no relatório, não sei se por erro de quem o digitou, se redirecionou essas emendas para o PRONERA. Uma emenda que eu apresentei coloca como um programa excepcional não existente, porque o PRONERA visa contemplar uma finalidade, e as escolas de famílias agrícolas não são atingidas pela finalidade do PRONERA. Eu gostaria que o Relator analisasse esse destaque que será feito para permitir a sustentabilidade das escolas de famílias agrícolas.

Uma outra se refere aos servidores federais no acesso ao plano de saúde. É uma emenda também apresentada à Lei Orçamentária e feita ao PPA para ampliar os recursos para os planos de saúde do servidor público através dos planos autogestionários. Os planos autogestionários são aqueles em que o próprio servidor público gerencia o plano. Ele tem um custo, um impacto pequeno no orçamento público; tem um alcance social imenso, porque facilita o acesso à saúde conveniada através de convênios feitos com os próprios planos de saúde autogestionários, pelos próprios servidores. Então, eu gostaria também que o Relator pudesse compreender essa necessidade, que foi expressa nessa emenda, e a analisasse.

Concluindo, Sr. Presidente, das 5 emendas da bancada de Rondônia, 3 foram acolhidas, e uma é sobre o Gasoduto Urucu-Porto Velho. Nós reputamos que o gasoduto tem a função fundamental de dar segurança energética a toda a Região Norte do Brasil, porque lá será construída a segunda hidrelétrica do País, que é a hidrelétrica do Madeira. No entanto, a persistência das usinas térmicas será necessária para garantir o abastecimento energético quando o regime hidrológico do Rio Madeira deixar de atender com segurança o sistema nacional.

O início e a conclusão do Gasoduto Urucu-Porto Velho... Compreendendo a dificuldade para fechar a equação entre a PETROBRAS e a ELETROBRÁS, mas a bancada de Rondônia disponibilizou essa emenda

de bancada para que o Estado brasileiro, em função do interesse que tem a Amazônia de garantir não só a preservação ambiental como também a segurança e a qualidade de vida do povo amazônida, a conclusão desse gasoduto é muito importante para aquilo que no simpósio aqui feito foi debatido. Essa emenda foi acolhida parcialmente e eu gostaria que, nesse parcialmente, pudesse ser revista nossa posição.

Concluo, Sr. Presidente, verdadeiramente pontuando que este PPA, dos aprovados durante os 8 anos do Governo passado, que de maneira crítica vem tentando polarizar com o Governo do Presidente Lula, principalmente criando uma falsa comparação, creio até que esse desafio pode ser enfrentado por nós, que estamos sustentado esse Governo, colocar no papel e comprar os 2 Governos. Certamente, a população brasileira reconhecerá, como vem reconhecendo, que este Governo é muito superior tanto no aspecto macroeconômico quanto no aspecto social. O Governo do Presidente Lula é consistentemente superior ao dos 8 anos dos tucanos, neoliberais ou qualquer coisa que o valha.

Por essa razão, Sr. Presidente, cumprimento tanto V.Exa. como o Relator pelo caráter técnico e político da apresentação deste projeto de lei.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Em continuação, com a palavra o Deputado Eduardo Sciarra.

A pedido do orador, S.Exa. permuta com o Deputado Daniel Almeida.

**O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA** – Sr. Presidente, nobre Relator, inicialmente cumprimento V.Exa. pelo trabalho que desenvolveu na elaboração do PPA, especialmente a iniciativa desta Comissão e o esforço do Relator, que ouviu as opiniões e contribuições produzidas nas diversas audiências públicas que se realizaram em todas as regiões do nosso País, inclusive lá no meu Estado, a Bahia. S.Exa. teve a oportunidade de contemplar parcela daquelas sugestões que surgiram nas audiências públicas. Portanto, Sr. Relator, cumprimento V.Exa., Deputado Vignatti, pelo trabalho.

Considero que essa experiência deve ser aprimorada para a LDO e o Orçamento dos anos seguintes, já que só daqui a 4 anos haverá oportunidade de se elaborar o PPA, essa peça estruturante, que define as ações para o próximo quadriênio.

Sr. Presidente, o Relator acatou emendas apresentadas pela bancada da Bahia, que fez emendas nas mais diversas áreas, mas eu queria ressaltar os aspectos estruturantes de algumas delas. Uma das demandas mais sentidas e debatidas no nosso Estado é a construção da Ferrovia Leste/Oeste. Esse é um pleito de tantos anos e, finalmente, a Bahia tem a perspectiva



de ver essa obra realizada. Isso é, sem dúvida alguma, o principal e grande instrumento de desenvolvimento para o nosso Estado, especialmente para a região oeste da Bahia, que tem uma capacidade extraordinária de produção de grãos, e também terá benefício a mineração que está se desenvolvendo na região de Caetité, Brumado, toda aquela província mineral que recentemente foi descoberta no nosso Estado.

Sr. Presidente, quero ainda me referir ao acatamento de emendas que dizem respeito à infra-estrutura hídrica. Para quem é nordestino, para quem vive no semi-árido, é fundamental cuidar de oferecer água para o consumo humano, para animais e para a atividade produtiva. Sabemos que a terra do semi-árido é fértil, boa para produzir e o grande limitador é exatamente a falta de água. Então, ficamos satisfeitos em verificar, por exemplo, a previsão para a construção da adutora do rio São Francisco ligando o Município de Muquém do São Francisco a Wanderley; a barragem de Gasparino, no Município de Nordeste; obras do Brejo da Barra, essa muito bem tratada pelo Deputado Leão, já há bastante tempo nesta Casa; a barragem de Careta, no Município de Macururé e Chorroxo.

Quero destacar ainda, Sr. Presidente, a inclusão da emenda que prevê a construção do Parque Esportivo de Pituáçu.

A Bahia é completamente desprovida de infra-estrutura na área esportiva. Acabamos de verificar a tragédia que aconteceu no estádio da Fonte Nova no último domingo, quando 7 torcedores do Bahia perderam a vida, o que demonstra a precária situação de funcionamento do querido estádio. O grande desafio é dotar condições à Bahia, como a outros Estados da Federação, para abrigar jogos da Copa do Mundo, além de outras praças esportivas.

Então, louvamos a previsão para construir esse parque esportivo em Pituáçu um grande parque capaz de abrigar as diversas atividades esportivas, inclusive um estádio para abrigar jogos da Copa do Mundo, já que o entendimento que todos temos é o de que o Fonte Nova não terá condições de ser requalificado. Provavelmente, ele terá que ser demolido e outra praça esportiva terá que ser construída ali.

O Relator contemplou essa demanda. No entanto, nobre Relator, consideramos os valores destinados para essas ações muito pequenos. Podemos, naturalmente, ao discutir o Orçamento, verificar a ampliação desses valores, mas eles são absolutamente insuficientes.

Temos que fazer um esforço no sentido de ampliá-los nas ações vinculadas à infra-estrutura hídrica. O Nordeste precisa de um investimento forte, permanente e bem planejado para dar conta de uma infra-

estrutura hídrica capaz de produzir o desenvolvimento que todos desejamos.

Solicito ao Relator, e seguramente destaques serão feitos em relação a essas emendas, que amplie esses valores a fim de dar segurança, convicção e certeza de que essas ações e esses projetos serão viabilizados. É para valer, e não apenas para constar no nosso PPA.

Outra ponderação que faço, nobre Relator, diz respeito a uma ação que considero muito importante e que, infelizmente, não foi feita emenda ao PPA e dificilmente poderemos contemplar, mas eu conversava aqui com o Deputado Walter Pinheiro, que é Líder do Governo nesta Comissão, que tem brilhado e procurado atender a todas as demandas e que é parceiro, conhece bem a realidade da Bahia, é baiano como eu e comprometido com o semi-árido, como todos os baianos, sobre a construção de uma adutora do São Francisco da barragem do Sobradinho a Campo Alegre de Lourdes.

Essa adutora é muito importante, porque vai atender a cerca de 60 comunidades em 3 Municípios: Pilão Arcado, Remanso e Campo Alegre de Lourdes. E mais: numa região de seca, de grande dificuldade de geração de emprego, essa adutora vai garantir condições para se instalar uma fábrica de fertilizante, de potássio – não é isso, Deputado Walter Pinheiro? – que, segundo as previsões, pode gerar, Sr. Presidente, 1.200 empregos diretos nessa região do norte da Bahia, na divisa com o Piauí, onde as opções de emprego e renda são muito escassa. Isso é algo extraordinário. Consumir ali 40 ou 50 milhões para atender a 61 comunidades e gerar 1.200 empregos consideramos ser uma ação absolutamente prioritária e urgente para um Estado com tantas carências, como é a Bahia.

Portanto, quero aqui fazer essas considerações e apelar naturalmente para a sensibilidade e para a criatividade e empenho do Deputado Walter Pinheiro no sentido de viabilizar condições para a realização da adutora de Campo Alegre de Lourdes para atender àquela comunidade, já que é um compromisso do Governador da Bahia, que esteve recentemente na região e assumiu o compromisso de dar prioridade à construção dessa adutora. O Ministro da Integração Nacional, que também é baiano e comprometido com nosso Estado e com a região, Geddel Vieira Lima, já anunciou a prioridade para a construção dessa obra, e nós aqui, na Comissão de Orçamento, temos o dever de criar as condições para a sua realização, já que é uma grande expectativa do povo do norte da Bahia, especialmente dos 3 Municípios aqui citados, Pilão Arcado, Remanso e Campo Alegre de Lourdes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Eduardo Sciarra.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, inicialmente, cumprimento o Deputado Vignatti pelo trabalho realizado e pela forma sempre gentil com que tem atendido os Parlamentares.

Gostaríamos de, pela importância para o Estado do Paraná das ações constantes das emendas de nossa autoria, tentar sensibilizar nosso Relator. Vamos apresentar destaques a respeito, com propostas importantes para o Estado do Paraná, como o projeto do metrô de Curitiba, a construção da infra-estrutura portuária em Paranaguá, tão necessária para o escoamento da produção da safra do Estado, e também para, entre outras coisas, a ligação ferroviária Ipiranga/Guarapuava. Essas são emendas de fundamental importância para o desenvolvimento do Estado do Paraná, e destacaremos essas emendas que foram apresentadas e rejeitadas pelo nobre Deputado.

Desta forma, queremos também ressaltar que a inclusão da construção do aeroporto regional do oeste do Paraná, em Cascavel. Essa é uma obra muito importante para toda aquela região, foi incluída pelo nobre Relator, mas solicitamos um pouco mais de recursos, pois essa obra tem uma finalidade que não é só de desenvolvimento econômico e regional; ela é importante no que diz respeito à segurança nacional por ser aquela uma área de fronteira. Portanto, há a necessidade de construção de uma base aérea em Cascavel, que servirá também para o seu aeroporto regional.

Peço a atenção do nobre Relator para atender a essas demandas inseridas nesses destaques.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Luiz Carreira.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, parabênizo o Deputado Vignatti pelo excelente trabalho realizado como Relator do PPA. S.Exa concluiu seu relatório de forma tranqüila e segura na medida em que possibilitou o entendimento entre as diversas bancadas e os Parlamentares, na busca do melhor para o País, evidentemente para a melhoria das condições de vida de todos os brasileiros.

O PPA contou com o investimento pessoal do Relator, que ampliou a discussão para que todos pudessem participar; sobretudo, S.Exa. buscou o entendimento com seus colegas, o que contribuiu para o resultado satisfatório que permitirá mais tranqüilidade ao Governo nos próximos 4 anos em função do planejamento orçamentário adequado.

Dado o cuidado do Relator com questões das bancadas, vou mencionar algumas ações. No caso da Bahia, num trabalho coordenado pelo Deputado Walter Pinheiro, na condição de coordenador da bancada, e que contou com a participação do Daniel, que está aqui ao lado, discutiram-se os projetos prioritários para o Estado. A maior parte dos projetos está contemplada.

A construção da BR-235 obteve a manifestação uníssona de todos os Deputados da bancada. O trecho que liga Minas ao litoral da Bahia, trecho Caravelas/Alcobaça, que passa por uma zona de produção de papel e celulose, no extremo sul do Estado, cuja região é extremamente importante para a Bahia, foi contemplado.

A duplicação da BR-324, cuja capacidade de tráfego está completamente esgotada, foi contemplada com recursos do PPA. Também a construção de mais um trecho na BR-020, divisa da Bahia com Piauí. Na BR-030, um trecho da via que liga o Aeroporto de Campinas; na BR-235, mais um trecho. E a Ferrovia Bahia Oeste, destacada pelo Deputado Daniel, a qual hoje é prioridade do Governador Jaques Wagner, também foi contemplada pelo Relator.

Além dessas obras, cito o complexo de Pituacu; a ampliação do Aeroporto de Barreiras; a continuidade da construção da Barragem de Gasparino; a implantação da primeira etapa do Projeto de Irrigação Mocambo, com 16.250 hectares, em Santa Maria da Vitória; os trechos rodoviários em Montalvânia, na divisa da Bahia; e a Barragem do Careta, entre os Municípios de Macururé e Chorrochó.

Destaco, especialmente, a construção de adutora do Rio São Francisco, entre Muquém do São Francisco e Wanderley. Porque nessas 2 cidades do Estado não há alternativa adequada para o abastecimento de água. Portanto, essa adutora mereceu do Relator tratamento especial muito mais pela importância de se levar essa água do São Francisco a uma região que não conta com qualquer outra alternativa de suprimento de abastecimento de água de boa qualidade, o que é necessário para a população daquela região.

A nossa emenda foi acatada parcialmente. Contudo, encaminho destaque em que peço a recomposição desses valores para os 2 primeiros anos, sobretudo para o primeiro ano, haja vista que o projeto do Executivo, que já está pronto, encontra-se nas mãos do Governo do Estado. Trata-se de obra urgente, tendo em vista o sofrimento bárbaro da população às voltas com falta d'água, o que tem criado grandes dificuldades para a população daqueles 2 municípios.

Para o Orçamento de 2008, acredito, o Deputado José Pimentel irá contemplar essa obra, para

que se resolva problema de grande significado para o desenvolvimento daquela região e, de resto, para todo o nosso Estado.

Peço, portanto, ao Relator que dedique atenção especial à nossa solicitação. Porque, concentrando os nossos esforços nesse quesito, o Estado poderá fazer esse sistema de água que beneficiará região tão importante no nosso Estado.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador João Maranhão)

– Antes de anunciar o próximo orador, peço aos presentes o mínimo de silêncio para que os oradores possam ser ouvidos com atenção.

Com a palavra o Senador João Ribeiro.

**O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO** – Sr. Presidente, meu caro Relator, Deputado Vignatti, primeiramente, quero cumprimentar V.Exa. pelo relatório que apresenta a esta Comissão. Gostaria, até para ser sucinto, de dizer que estou fazendo destaque das emendas acatadas pelo Relator.

No entanto, há um problema com a emenda da BR-153, a da ponte sobre o Rio Araguaia. O Deputado Giovanni Queiroz, que está às voltas com o mesmo problema, estava tratando disso comigo agora há pouco.

O Relator destinou recursos que serão distribuídos nos próximos anos, mas para o ano que vem está a zero. Se não forem destinados logo os recursos ....

**O SR. PRESIDENTE** (Senador João Maranhão)

– É do Anexo de Metas da LDO?

**O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO** – Da LDO e do PPA.

A bancada do Tocantins fez emenda para essa fonte porque o Tocantins está trabalhando com licitação. Se não tivermos recursos no PPA e na LDO para atender, ainda este ano, a essa emenda de bancada, haverá dificuldades, apesar de S.Exa. ter atendido para os próximos anos.

Então, solicito a S.Exa. que atenda com algum recurso, pelo menos recursos para projetos.

Deixo este apelo a S.Exa. E não me refiro a essa emenda apenas, mas também a outras que foram atendidas, mas que para o próximo ano estão a zero. Que S.Exa. destine pelo menos 1 milhão para o atendimento de projetos. Se houver necessidade de remanejamento, faremos.

Tenho certeza de que o Presidente, que é tocaninense, assina comigo. S.Exa. é o meu ilustre convidado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador João Maranhão)

– Quero informar ao Senador João Ribeiro que o Relator está anotando todos os questionamentos para depois responder – depois do último orador.

**O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO** – Apresento o destaque, Sr. Relator, para que V.Exa. possa corrigir essa distorção. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador João Maranhão)  
– Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Senadores, gostaria de cumprimentar o Relator Vignatti pela Ihanza como encaminhou a formatação do relatório, em atendimento a demandas originadas de conversas e negociações por parte da Oposição, principalmente da bancada do PSDB.

Especialmente ao Sr. Relator quero dizer que o atendimento a uma dessas emendas, em particular a emenda individual, solicitada por mim, para destinação de recursos para a área de infra-estrutura aeroportuária, viabiliza mais recursos para a Emenda 0001.

Segundo, temos aqui uma questão para a qual chamo a atenção do Sr. Relator.

Trata-se de destaque que apresentamos para a área da saúde na região metropolitana de Campinas, no Estado de São Paulo, fruto de projeto da UNICAMP. Esse projeto estabelece plano de ação integrado entre 19 municípios na região metropolitana de Campinas e é capaz de garantir a articulação e a condução de uma política de saúde no âmbito do SUS. Esse destaque, que estamos apresentamos, é o de nº 0009, para o qual pedimos a atenção do Relator.

Do ponto de vista da bancada, temos algumas preocupações, Sr. Relator. Num dos movimentos do Plano Plurianual de Investimentos consta o Programa de Aceleração do Crescimento, que é uma inovação. Essa inovação não tivemos nos PPAs anteriores.

É importante que se diga que alguns destaques apresentados de nossa parte demandam a preocupação do Relator, que, imaginamos, poderá atendê-los.

O primeiro é o Destaque 00013, que, na verdade, mostra que a LDO é que determina as metas e prioridades da Administração. O PAC e o PPI, Sr. Relator, deveriam estar embutidos na LDO, e não o contrário. Essa emenda, ao suprimir essa possibilidade, garante que a LDO, efetivamente, determine as metas e as prioridades da Administração, e não o PAC e o PPI, conforme relatório de V.Exa.

O segundo é o Destaque 0001, Emenda 2366, que prevê o remanejamento tratado na LDO ano a ano. Isso, na verdade, precisa ser fruto de negociação permanente na LDO, e não autorizado para remanejamento nos 30% de dotação do PAC. É importante mantermos no Legislativo a possibilidade de negociação ano a ano, o que não está sendo possível com essa proposta de remanejamento autorizado em 30% das dotações do



PAC. Portanto, esse é outro destaque que está sendo apresentado em nome da bancada do PSDB.

No que se refere à alteração da contrapartida por órgão, a LOA e, na verdade, a LDO precisam ser o caminho de autorização. Deveria ser mantida a autorização para a alteração dos limites mínimos de contrapartida por titular de órgão da Administração. Já que essa autorização extrapola determinações constitucionais e que a matéria deve ser efetuada por meio de envio da LDO e da LOA, sugerimos que essa alteração seja feita de maneira diferenciada. Razão pela qual apresentamos o Destaque 00015.

Quanto à autorização de empenho inserida no Destaque 00016, o Presidente da República, na argumentação de veto da MP 387, mostrou que o empenho também recebe normas da LDO e da Lei de Responsabilidade Fiscal, que só não autorizam a limitação de empenho em transferências constitucionais.

Esse dispositivo, Sr. Presidente, nobre Relator, deveriam constar de uma lei complementar. E o próprio Presidente da República argumenta isso no veto da Medida Provisória nº 387. Portanto, a posição da bancada do PSDB é na direção de que seja apreciado esse destaque, porque ele evita essa alternativa apresentada, na nossa maneira de ver, de forma equivocada da parte do Sr. Relator.

Existe também o relatório quadrimestral, que é o Destaque 00017. S.Exa. o Sr. Relator atendeu a uma emenda do Líder da nossa bancada, Deputado Antonio Carlos Pannunzio. Também apresentamos uma emenda. Nós propusemos bimestralmente, e o atendimento foi na forma de um relatório quadrimestral com ações e metas consolidadas.

Na verdade, a rejeição a emenda de minha autoria, pessoal (Emenda 2.366), também deveria ser revista; deveria ser atendida parcialmente porque tem o mesmo objeto da emenda anterior aceita por V.Exa.

Então, Sr. Relator, eram essas as considerações que gostaríamos de fazer, levando em conta outros destaques que apresentamos, que espero possam ser atendidos por V.Exa. no decorrer dos debates, na discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Tenho absoluta segurança e certeza de que a manutenção desses entendimentos, como foi feito até agora, seja o sucesso da aprovação da lei do Plano Plurianual de Investimentos. Vamos trilhar o bom caminho. Esta é a proposta, razão pela qual encerro aqui a minha manifestação, Sr. Presidente, esperando a consideração do Relator com relação aos destaques que apresentamos.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Sr. Presidente, pela ordem. Para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão )

– Quero avisar o Deputado Wellington Roberto que, se é para discutir, S.Exa. antes precisa se inscrever. Se é pela ordem, não há problema.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– É só para relatar os destaques que acabei de apresentar nesta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– V.Exa. tem tempo para apresentar o destaque; não é problema.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Tudo bem. Vou aguardar, mas antes queria me inscrever.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Pois não.

Com a palavra o Deputado Walter Pinheiro.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Sr. Pre-

sidente, creio que o esforço empreendido pelo Deputado Vignatti, obviamente que respaldado diligentemente por V.Exa., como Presidente desta Comissão, foi um esforço que acho que todos os Srs. Parlamentares podem, de certa forma, testemunhar pela qualidade do trabalho e, eu diria, até pela postura, pela conduta do nobre Relator Vignatti, uma figura sempre disposta a ouvir, uma figura permanentemente atenta aos apelos e às demandas das bancadas, aos interesses legítimos individuais dos Srs. e Sras. Parlamentares nesta Comissão.

Então, Sr. Presidente, nesse aspecto, tivemos, apesar de algumas situações atípicas, tranquilidade para tratar essa matéria na Comissão de Orçamento. Quero parabenizar a condução de V.Exa., bem como o trabalho desenvolvido pelo Deputado Vignatti, pela consultoria, pela assessoria, de um modo geral.

Sr. Presidente, quero citar aqui algumas questões que são importantes frisar no PPA. Primeiro, esse conjunto de emendas que a bancada do meu Estado optou como sendo emendas prioritárias, mas que nós consideramos como estruturantes.

A BR-235 é importante rodovia de integração; sai do Piauí, passa pela Bahia e vai até o Estado de Sergipe, corredor de escoamento de produção agrícola. É uma demanda importantíssima essa rodovia, Deputado Vignatti. Ela atravessa alguns municípios baianos que não têm sequer condição de tráfego, mesmo com o uso de cascalho. Imagine: estou falando de acesso às cidades. No caso, a cidade é Uaua, na região de Juazeiro, na Bahia. E essa estrada é importante para o desenvolvimento econômico de toda aquela região. É reivindicação de 3 bancadas: Piauí, Bahia e Sergipe. Assim como a BR-135 é importante elo de ligação que sai de uma região de Minas Gerais e cruza o Oeste da Bahia, a BR-030. E, combinado com ela, temos a



busca da resolução no que diz respeito à ponte entre Carian e Malhada, obra que já está em fase de conclusão mas que precisa ter resolvido o problema das suas cabeceiras. Do contrário, a ponte sobre o Rio São Francisco que liga a cidade de Malhada à cidade de Carian vai virar um bonito portal de cidade mas não uma boa ponte.

Sobre a BR-020 é importante dizer que atende a uma região agora há pouco reclamada pelo Deputado Daniel Almeida, no que diz respeito à adutora. Refiro-me à região de Campo Alegre, Remanso, Pilão Arcado, obra essa que de público quero dizer que assumo o compromisso do pleito feito pelo Deputado Daniel Almeida. Aliás, também já havia aberto uma série de tratativas com o Ministério do Planejamento, buscando aportar recursos na dotação orçamentária nacional, do Ministério da Integração Nacional, para atender esse empreendimento, assunto que na tarde de ontem tive a oportunidade de discutir com o Presidente da CERBE, na Bahia, que é a empresa encarregada de elaborar o projeto, uma empresa estadual. Então a BR-020 é de suma importância. A bancada a priorizou no PPA, na LDO, e espero que sejamos contemplados nessas questões do Orçamento da União, que está sob o comando do companheiro José Pimentel.

Mas há outros pontos importantes, como a questão do complexo esportivo de Pituáçu localizado na cidade de Salvador. Agora, mais do que nunca, urge a consolidação desse complexo, para retirar os problemas hoje em torno do Fonte Nova, agora conhecido nacionalmente pela repercussão da tragédia ocorrida no último domingo, que todos lamentamos. Portanto, o complexo de Pituáçu é importante para desafogar o Estado, ao mesmo tempo em que propicia recursos para que se construa um novo estádio na cidade de Salvador, não só preparando a Bahia para a Copa do Mundo de 2014, mas também para oferecermos à cidade de Salvador uma praça esportiva em condições de atender a seu povo sem risco de mais acidentes, como lamentavelmente assistimos no último domingo.

O caso do trem metropolitano, que é a volta do trem de Alagoinhas a Salvador, lembro a possibilidade de integrar esse trem ao metrô de Salvador, que lamentavelmente tem um projeto errado. Apesar de o Governo Federal estar aportando recursos, o projeto está errado. O metrô foi para um lado que não deveria ir. Mesmo assim, o Governo Lula manteve os recursos para não largar mais uma obra inacabada na cidade de Salvador. O trem metropolitano, que estamos propondo, corrige esse erro porque liga o metrô ao trem suburbano, e, portanto, permite que a população de baixa renda tenha acesso ao metrô, assim como também devolve o trem de passageiros ao vetor impor-

tante de deslocamento de pessoal para o Estado da Bahia, fundamental para o desenvolvimento da região da Calçada, a Cidade Baixa, que seria impulsionando com a chegada desse trem. E ele impulsiona também o subúrbio ferroviário.

Por último, queria citar importante obra que colocamos no PPA e também na LDO, que é a construção de uma ferrovia, que, na realidade, é uma ferrovia nacional. Apesar de cortar, no seu maior trecho, a Bahia, ela é uma ferrovia nacional; aliás, internacional, porque o seu projeto original prevê a ligação do Atlântico ao Pacífico. Portanto, liga o Brasil, atravessa a América Latina e chega até o Oceano Pacífico. Essa ferrovia, que estamos chamando de Ferrovia Oeste, é de suma importância para o escoamento da soja, do minério de ferro, para o desenvolvimento das regiões de Caetité, Jequié, Brumado, da região oeste da Bahia, da rica região de Barreiras, mas também para estabelecermos uma relação de escoamento de produção e transporte de pessoal.

A Bahia apresentou essas emendas, e quero aqui fazer um apelo ao Relator, no sentido de que acate os destaques, fazendo essas correções, agregadas às barragens, às adutoras. É o caso da barragem de Gasparino, do abastecimento de água na região de Coronel João Sá, da barragem de Barroca do Faleiro, na região de Senhor do Bonfim, e da adutora do Muquém, no oeste da Bahia. É para permitir que a gente, de uma vez por todas, resolva o problema de abastecimento de água nessas importantes regiões do nosso Estado.

Eram essas as ponderações que gostaria de fazer. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Pimentel) – Obrigado Deputado Walter Pinheiro.

Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

**O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO** – Sr. Presidente, Deputado Vignatti, Relator, meus destaques são os de nºs 39, 42, 40, 41. Os de nºs 56 e 57 são do Deputado Alex Canziani. Trata-se da criação de 2 campi da Universidade do Amazonas – porque leva quase 10 dias para se chegar de barco. E, quanto aos meus, um é de para um hospital. Lá em Roraima só temos um hospital geral, perto da parte mais rica da cidade, mais urbanizada. Temos um projeto e há uma necessidade no Estado de se construir um hospital mais próximo das populações mais necessitadas. Gostaria de ressaltar bem essa emenda do hospital, a de nº 39.

E também para a BR-401 e a BR-210. A BR-401 liga São João do Baliza ao Pará. Essa estrada precisa ser construída; o caminho ainda é de barro. É uma região que produz muita banana, mas onde se

perde muito produto agrícola por causa do transporte precário.

A outra é a estrada que sai do entroncamento da BR-410 e vai na direção da Guiana, em direção à cidade de Normandia, que é uma cidade muito antiga do meu Estado. A estrada nunca foi asfaltada.

Esses são os destaques mais importantes que faço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Pimentel)

– Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, Sr. Relator, temos aqui uma pequena dificuldade. A BR-316 é a rodovia que liga Belém ao resto do País, é a Belém-Brasília. Ela começa na BR-153, depois passa para a BR-316. Essa rodovia já está sendo duplicada há uns 10 anos. No entanto, o trecho duplicado é de apenas 80 quilômetros, até Castanhal. O que queremos? Queremos continuar a duplicação até o entroncamento de Salinópolis. Seriam mais 70 quilômetros, se tanto. Só que no PPA para 2008 o Relator colocou zero real. Zero! Então temos uma emenda para o Orçamento e S.Exa. não vai deixar que continue a duplicação dessa rodovia, que é extremamente importante. É um gargalo extraordinário.

Então, estamos destacando. E pedimos a S.Exa. que não só coloque, mas também remaneje de outro programa, de outro projeto, parte dos recursos já alocados, para esse projeto, que entendemos ser mais importante porque já está em andamento e, portanto, tem prioridade.

Sr. Relator, V.Exa. se esqueceu de Belém do Pará só porque fica longe? Aquilo está cheio de barbaridade! Se V.Exa. for conhecer a BR-316 vai gostar. Vamos duplicá-la!

Essa é a primeira questão.

Sr. Relator, Deputado Vignatti, a ponte sobre o Rio Araguaia, na BR-153, tem uma emenda minha e uma emenda do Senador João Ribeiro. V.Exa. acolheu, mas destinou zero também para o ano que vem. Apresentamos destaque para que V.Exa. alocue recursos para o projeto ambiental, fundação, sondagens etc.

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – Deputado Giovanni Queiroz, essas emendas estão no Anexo de Metas também da LDO?

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Eu acredito que sim. Mesmo que não estivessem, uma vez que não foram acolhidas pelo Executivo, no Anexo de Metas da LDO...

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – No Anexo de Metas da LDO ficou zero para 2008, tendo em vista o acordo construído, que será resolvido ao final, no Orçamento, de forma diferenciada.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Então se atenderá, mesmo não estando no PPA?

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – Isso. E repetidas no PPA.

Trabalhamos os recursos para os anos subsequentes. No Orçamento 2008, o Relator Pimentel resolverá esses casos na hora da aprovação e da construção do Orçamento.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Então, o Deputado Pimentel será pai-de-todos e consertará esses desencontros? É isso? Tudo bem. Ficamos com o Pimentel.

Agora, peço que não encerremos a discussão. Caso contrário, será encerrado o prazo de emendas. E estamos ainda apresentando destaques.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Pimentel)

– Há uma lista grande.

Com a palavra a Deputada Rose de Freitas.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que transfira minha inscrição, porque 2 Deputados passaram mal e estou aguardando os seus destaques para relatar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Pimentel)

– V.Exa. pode repassar para o Item 17.

Com a palavra a Deputado Zé Gerardo.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Sr. Presidente, uma vez que estou defendendo o destaque do nosso Líder Henrique Eduardo Alves, que ainda está em andamento, peço a V.Exa. que postergue meu nome para o final, porque o pessoal ainda está na fila e não deu entrada ao destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Pimentel)

– V.Exa. o repassa para o Item 16.

Com a palavra o Deputado Júlio Cesar.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR** – Sr. Relator, peço a V.Exa. atenção para o acordo feito com a bancada do Piauí.

Apresentamos a Emenda nº 12460010, a qual era para ser de bancada, mas, por um equívoco, não foi mencionada nem na Errata.

Peço a V.Exa. que inclua essa emenda, de autoria do Deputado Eduardo Sciarra, uma vez que não sou membro desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Pimentel)

– Está resolvido.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR** – A segunda emenda, Sr. Presidente, trata da inclusão no PPA de um trecho de 27 quilômetros, que vai do Piauí, na Barragem de Boa Esperança, minha cidade, ao entroncamento da BR-220, que parte de São João dos Patos, no Maranhão, à cidade de Floriano, no Piauí. Faltam

apenas 21 quilômetros para interligar a BR-135. Passam pelo Piauí e adentram no Maranhão.

O segundo destaque é assinado pelo Deputado Marcelo Castro, do Piauí.

Muito obrigado pela atenção dispensada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Pimentel)

– Com a palavra o Deputado Wellington Roberto.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Sr. Presidente, serei muito rápido na minha intervenção.

Está havendo algumas distorções em relação à nossa querida Paraíba. Por esse motivo é que apresento os Destaques nºs 00105, 00104, 00103, 00102, 00101, 00100, 00099, 00098, 00097, 00096, 00095, 00094.

Nobre Relator Vignatti, peço a V.Exa. que olhe com bons olhos – e sei que os tem – esses destaques apresentados e os acate, porque a Paraíba ficou aquém. Se analisar de forma mais profunda, V.Exa. constatará que a Paraíba, realmente, está sofrendo uma distorção.

Era só isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Pimentel)

– Com a palavra o Deputado Marcelo Castro.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** – Sr. Presidente, Sr. Relator do PPA, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, parabenizo o Relator Vignatti pela sua correção, pelo seu desprendimento, pela sua dedicação e pelo trabalho realizado na relatoria do PPA.

Nobre Relator, peço a V.Exa. atenção especial para o Destaque nº 38, que trata da Barragem da Atalaia, aprovada na LDO, de grande importância para o Piauí, porque tem como finalidade, além da perenização, a regularização do leito do Rio Gurguéia, principal rio do Estado do ponto de vista da agricultura.

Apresentei um destaque como emenda individual. Acordamos que ela seria contemplada, 1 entre as 10 emendas apresentadas por mim, mas não veio com o valor acertado, porque estava também na LDO; ou seja, ela deveria ajudar a fortalecer o recurso, mas dificultou.

Nobre Relator, já conversei com V.Exa. sobre essa questão, mas faço oficialmente esta observação.

Peço a V.Exa. também atenção ao Destaque nº 37, que trata da construção da BR-235, no Estado do Piauí, de grande importância. Essa via vem da Bahia, atravessa o Estado do Piauí, entra no Maranhão e vai por aí afora.

Esse destaque fez parte de um acordo que fizemos em nome da bancada do Piauí. Pelo mesmo motivo, por estar na LDO, não recebeu a quantidade de recurso acertado.

Peço também a V.Exa., Sr. Relator, atenção para a famosa BR-020 (Fortaleza-Brasília), idealizada por Juscelino Kubitschek, estrada de grande interesse não só para o Piauí, meu Estado, mas para todo o Nordeste brasileiro. Cinquenta anos depois, lutamos ainda pela construção dessa estrada, a qual está concluída no Estado do Ceará, parcialmente no Estado do Piauí, faltando apenas uma pequena parte, ainda inexistente, no Estado da Bahia. A bancada da Bahia apresentou essa mesma emenda, a fim de ser construído o trecho de Barreiras até a divisa do Piauí.

Se conseguíssemos concluir essa estrada nos próximos 3, 4 anos do Presidente Lula, realizaríamos o sonho idealizado por Juscelino Kubitschek.

Tenho outras emendas importantes, mas não tomarei o tempo dos senhores Deputados e Senadores, porque elas não fizeram parte do acordo com V.Exa.

A BR-020 não faz parte do acordo que fizemos com V.Exa. Como a emenda é de 50 milhões para os 3 anos do PPA, e V.Exa. aprovou apenas 25 milhões, peço a V.Exa. que complete, porque trata-se de recursos necessários para a conclusão dessa importante BR.

Agradeço a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Pimentel) –

Concedo a palavra à Sra. Deputada Rose de Freitas.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Relator, o Senador Gilvam Borges e a Deputada Fátima Pelaes dividiram emenda que trata da revitalização e urbanização do Canal do Beírol. Chamo a atenção de V.Exa. para essa emenda, tão importante.

A Deputada Fátima Pelaes, a qual foi operada, e o Senador Gilvam Borges pediram que V.Exa. olhasse com carinho para essa emenda, que a aprovasse. Ela foi rejeitada. Mas o fato é que se trata de um projeto extremamente importante para o Estado do Amapá. Falo do Destaque nº 00145.

Sr. Relator, ainda complementando o relatório da Deputada Fátima Pelaes, S.Exa. menciona que o Canal de Beírol, com uma extensão de 3 quilômetros, é responsável pela macrodrenagem de uma área urbana de 5 quilômetros quadrados, na cidade de Macapá, inclusive pela drenagem de vários bairros: Jardim Equatorial, Muca, Beírol, Buritizal, Santa Rita. Pretende-se atender a uma população de 42 mil habitantes. A Deputada não consegue entender por que essa emenda, tão importante, não foi aprovada, tendo em vista que ela atende a todos os requisitos para sua aprovação.

Portanto, Sr. Relator, peço a V.Exa. atenção para o Destaque nº 00145, da Deputada Fátima Pelaes e do Senador Gilvam Borges.

Sr. Relator, o Estado do Espírito Santo tem sido prejudicado ao longo dos anos. Estou no quinto mandato como Deputada Federal e nunca vi tratamento

igual a esse dado ao Estado do Espírito Santo, Sr. Relator. O Estado do Espírito Santo, que tem cerca de 3 milhões de habitantes, não consegue construir um hospital infantil; não tem um ginásio à sua altura; e o tráfico de drogas é crescente. E, quando pedimos a construção de uma vila olímpica para atender uma população de 400 mil habitantes, é a maior dificuldade aprovar as emendas da bancada do Espírito Santo. Já chorei por isso antes; todos os anos eu choro por isso aqui e mostro a realidade do aumento da violência no Estado.

Sr. Presidente, Deputado José Pimentel, a V.Exa., que fala tanto em mortalidade infantil, vou dizer que um hospital infantil atende a população de 3 milhões de habitantes do Estado do Espírito Santo e atende a população do sul da Bahia. Todo mundo sai do sul da Bahia para ser atendido no único hospital infantil da região, em Vitória.

Essa é a razão pela qual trago o apelo do nosso Governador, da nossa bancada. Foram aprovadas parcialmente as nossas emendas, mas, pelo amor de Deus, não adianta destinar 1 milhão de reais para a construção de um hospital; nós vamos ficar 20 anos construindo o hospital. As crianças que poderiam sobreviver, com certeza, morrerão na fase inicial da vida.

Além do hospital infantil, estou defendendo a destinação de recursos para a Vila Olímpica de Vila Velha e para a segurança pública.

V.Exa. quer que eu leia o número das emendas? (pausa) Todas? Vou ler: Hospital Infantil de Vitória – Emenda nº 1301.0003; segurança pública – Emenda nº 1301.0005.

O Governo Federal aprovou a criação de uma Escola Técnica Federal em Cariacica, Município com 350 mil habitantes. Disse antes ao Deputado José Pimentel, na presidência neste momento, que, no Estado do Espírito Santo, nós passamos 30 anos com uma única Escola Técnica Federal. Num Estado que tem petróleo, que tem minério, que tem agricultura avançada, as Escolas Agrotécnicas estão todas paradas, sem recursos, sem nada.

Portanto, nós estamos pedindo a complementação dos recursos federais. Depois de amanhã, o Presidente Lula estará no Espírito Santo e vai falar sobre a Escola Técnica Federal de Cariacica. E foi, inclusive, para atender a um pedido do Prof. Eliezer que nós complementamos, na proposta do Orçamento, a verba para a escola de Cariacica, para que ela não atenda apenas 100 alunos.

Também gostaria de dizer a V.Exa. que, tarde da noite, de madrugada, eu me equivoquei duas vezes, Sr. Relator. Na primeira, quando inscrevi a BR-482. Na verdade, é a BR-484. É uma rodovia pela qual lutamos

há 30 anos, o Senador Gerson Camata e eu, aqui no Congresso Nacional. Essa BR-484 liga 14 municípios da região serrana.

Na segunda vez, havia solicitado recursos para Linhares e escrevi Cachoeiro de Itapemirim. Peço a retificação e a otimização dos recursos.

Solicito ainda verba para a construção de uma Escola Agrotécnica na região que abrange os Municípios de Santa Maria do Jetibá – o segundo maior produtor de ovos do País –, Domingos Martins, Santa Leopoldina, São Roque do Canaã e Santa Teresa.

Cito o número das emendas: 1301.0008; 1301.0007; 1301.0006; 1301.0005; 1301.0004; 1301.0003; 1301.0002; e 1301.0001.

Eu estou aguardando para defender os destaques de autoria do Senador Francisco Dornelles e do Deputado Henrique Eduardo Alves, que estão na fila. Peço que me inscreva novamente, Mirna, para que eu possa apresentar esses destaques.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Pimentel) – Com a palavra o Deputado Zé Gerardo, do nosso Ceará.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Relator, estou defendendo a Emenda nº 3122.0006, do Deputado Aníbal Gomes, que pede a construção, a reforma e a ampliação do hospital de Itapipoca, Estado do Ceará. Esse hospital é de grande valia, pois atende a população daquela região que engloba as praias e vai até Jericoacoara. É uma obra em andamento e deve ser atendida por essa emenda ao Destaque nº 172. Na realidade, nobre Relator, o destaque não foi atendido em nenhum momento. Peço que inclua, pelo menos, nos anos subseqüentes, para que aquela região do Estado do Ceará seja beneficiada.

Sr. Presidente, eu vou citar cada destaque. Vou ser rápido para passarmos à votação final. Os Destaques nº 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92 são de minha autoria.

Peço especial atenção à emenda da infra-estrutura urbana da Região Metropolitana de Fortaleza, para melhorar a qualidade de vida daquele povo que se assenta ao longo do Rio Maranguapinho, dos riachos, em áreas degradadas, em favelas que precisam ser urbanizadas.

A segunda emenda é a de infra-estrutura urbana para o Município de Caucaia. É uma emenda de interesse da minha terra, onde nasci, que veio no Anexo de Metas da LDO. Peço não só ao Relator do PPA, mas também ao Relator da Lei Orçamentária Anual, o grande amigo José Pimentel, para que analise essa emenda com bons olhos. Essa emenda atende também



a Vila Mosquito, a Vila Nova, os Bairros Potira II, Ciro Gomes e Patrícia Gomes, enfim, os grandes conjuntos habitacionais que cercam Caucaia e precisam de urbanização. Precisamos ter condições de levar a infra-estrutura urbana e a qualidade de vida para aquele povo, com calçamento e saneamento básico.

Nobre Relator, parablenho V.Exa. pela presteza no atendimento, mas ainda é muito pouco, principalmente em relação a essa emenda para Caucaia. Vemos as dificuldades do povo pobre e humilde de Caucaia e precisamos atendê-los com a totalidade do que foi previsto na LDO e no PPA.

Peço também que nos atenda em relação aos Destaques nº 80, 79, 78, 77. Eu apresentei cerca de 16 destaques ao nobre Relator e peço que os atenda.

Sei que o lençol é curto, nobre Relator. V.Exa. tem feito muito, mas peço especial atenção para as emendas que citei, da Região Metropolitana de Fortaleza, e para as emendas da área de segurança pública do Estado do Ceará (do Programa Ronda do Quarteirão), da transposição dos canais, pois precisamos levar água aos pontos mais distantes, hoje abastecidos com carros-pipa, porque não há água para beber.

Peço ainda que me inscreva novamente, Mirna, para que eu possa defender as emendas do Líder do PMDB, Deputado Henrique Eduardo Alves.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Pedro Chaves.

Peço aos presentes que guardem silêncio para que os oradores possam ser ouvidos.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES** – Sr. Relator, apresentei os Destaques nº 243 e 245, que se referem a 2 emendas que apresentei. Uma diz respeito à continuidade da implantação da Avenida Leste-Oeste, em Goiânia, Goiás. A obra dessa avenida foi iniciada há alguns anos, e já foram executados mais de 70% da obra. Portanto, é muito importante a liberação do restante dos recursos para sua conclusão. Como o próprio nome diz, a Avenida Leste-Oeste liga uma parte muito habitada da capital goiana (Jardim Curitiba I, II, III, IV) às demais regiões da cidade. Ela é de fundamental importância para a Capital. V.Exa. atendeu parcialmente a essa emenda e eu gostaria que ela fosse atendida em sua totalidade.

A outra emenda é referente à duplicação da BR-020, no trecho que compreende a cidade de Planaltina, Distrito Federal, até a cidade de Formosa, divisa de Goiás com o Distrito Federal. Essa duplicação já foi iniciada e existem recursos previstos no orçamento deste ano para essa obra. Portanto, ela está em fase de execução e queremos que seja concluída até 2009, conforme convênio celebrado entre o Ministério dos Transportes e o Governo do Distrito Federal. Mas

para que isso aconteça faz-se necessário o atendimento, por parte de V.Exa., da totalidade da emenda que apresentamos ao PPA.

São esses os pleitos que faço. Gostaria de parabenizar o Relator pelo trabalho tão importante referente ao Plano Plurianual. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Manoel Júnior.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JÚNIOR** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão, Sr. Relator, Deputado Vignatti, queria inicialmente parabenizar o jovem e brilhante Parlamentar por Santa Catarina pela dedicação e forma correta, transparente e lúcida como participou não só das audiências públicas, como também do encaminhamento às bancadas dessa peça importante para o planejamento do País nos próximos 4 anos.

Gostaria, Sr. Relator, de fazer algumas intervenções. Primeiro, com relação a uma emenda extremamente importante, apresentada pela bancada da Paraíba, com vistas à expansão do campus da Universidade Federal da Paraíba. Essa emenda, dentre as 5 emendas de bancada, foi uma sugestão do Senador José Maranhão e de todos os 15 Parlamentares da bancada paraibana. Infelizmente, o título da emenda saiu com defeito de forma. Refiro-me à Emenda nº 71160001, para expansão do campus da Universidade Federal de Santa Rita.

Estamos destacando-a, com a assinatura do coordenador da bancada, Deputado Wellington Roberto, até porque a intenção era a mesma, Sr. Relator. Temos uma emenda apresentada pelo Senador José Maranhão, emenda individual ao PPA, que trata da mesma matéria, ou seja, a expansão do campus da Universidade Federal de Campina Grande: Extensão do ensino superior – UFCG (Universidade Federal de Campina Grande). Pela emenda de bancada, a intenção é a mesma: expansão do ensino superior – UFPB. Obviamente, na hora de digitar, e no apagar das luzes, digamos assim: “Campos de Santa Rita”. Mas não existe, Sr. Relator, Campos de Santa Rita na Paraíba.

Enfim, nós destacamos esta emenda, até para que a área metropolitana e a área de atuação da Universidade Federal de João Pessoa não fiquem prejudicadas, digamos, por esse defeito de nomenclatura dessa emenda.

Destacamos também, Sr. Relator, das emendas de minha autoria, dentre as 10 emendas, 3 emendas que foram rejeitadas. Uma emenda é extremamente importante, que é a emenda do Aeroporto Internacional e Regional de Cargas, na divisa entre Paraíba e Pernambuco. Esta emenda está respaldada em várias sugestões feitas na audiência pública que ocorreu na Paraíba, relativa àquela região, com participação de

Parlamentares de Pernambuco e de pessoas que vieram de outros Estados. Na verdade, justifica-se, até porque Pernambuco e Paraíba sofrem de uma onda sísmica de desenvolvimento, que parte do Porto de Suape, que agora absorve investimentos do Governo Lula. Refiro-me à nossa refinaria, como também à chegada da Transnordestina, à renovação e reformulação do Aeroporto Internacional de Recife, à implantação e instalação de diversas empresas importantes que estão chegando aos Estados de Pernambuco e da Paraíba.

Efetivamente, Deputado Giovanni Queiroz, esses Estados precisam da logística de transporte, que é inapropriada nessas 2 Unidades da Federação.

Para se ter uma idéia, o Aeroporto Internacional de João Pessoa, Castro Pinto, não conta com um terminal de cargas. Nosso terminal é praticamente inexistente. Como também o Aeroporto Internacional de Recife, o dos Guararapes, não conta com infra-estrutura adequada para aportar, para recepcionar essa onda de desenvolvimento estratégico.

Eu me refiro ao Destaque nº 123. O Destaque nº 124 foi rejeitado por uma questão também de nomenclatura. Fala dos CEFETs. Na verdade, não é no plural; deve ser, sim, CEFET.

Em relação aos outros destaques, Sr. Relator, eu gostaria apenas de pedir um olhar mais apurado de V.Exa. no tocante ao Destaque nº 130, de minha autoria; ao Destaque nº 131, também de nossa autoria; e ao Destaque nº 132.

Se V.Exa. tiver como observar de forma mais precisa o Destaque nº 130, trata-se da Vila Olímpica de João Pessoa, um desejo antigo, também apresentado na audiência pública da Paraíba, que já consta da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Efetivamente, João Pessoa deve, quem sabe, num futuro próximo, sediar eventos internacionais.

Esse é o interesse do nosso Estado, da nossa cidade, da nossa população. Essa Vila Olímpica, posta no Destaque de nº 130, vem justamente suprir essa necessidade do Município, diante dos investimentos do Governo Federal para os próximos anos, para dotar a nossa cidade e o nosso Estado de uma infra-estrutura capaz de sediar uma das passagens das Olimpíadas, se porventura um dia elas forem realizadas no Brasil.

Então, Sr. Relator, Sr. Presidente, quero parabenizar também a assessoria, a consultoria, tanto a do Senado como a da Câmara. Porque esses cidadãos são abnegados, são figuras que dedicam seu tempo e conhecimento ao bem do País. O trabalho de V.Exa. foi, digamos, burilado, lapidado, graças ao esmero e à determinação desses abnegados servidores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meu cumprimento especial ao querido Relator, Deputado Vignatti.

Eu vou ombrear com os que manifestaram a alegria de contar com S.Exa. nesse relatório. Porque, como Membro do Comitê de Emendas, eu tive a oportunidade de estar mais próximo de S.Exa. E pude acompanhar o trabalho hercúleo que S.Exa. desenvolveu na elaboração do relatório.

Dada a forma como S.Exa. conduziu o processo de seu relatório, a confecção do mesmo, o atendimento às bancadas, o atendimento aos Parlamentares, Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados, eu acho que haveremos de ter uma votação sem muitas dificuldades. Até porque eu, como a maioria dos que estão presentes nesta Comissão – com certeza isso será ratificado no plenário do Congresso –, vi que S.Exa. não tem muita margem para poder estender, não apenas pela quantidade de emendas, mas, acima de tudo, pelos valores das mesmas. Daí por que eu quero dizer que o relatório que S.Exa. fez, se não conseguiu satisfazer todas as propostas, pelo menos o fez com relação à grande maioria.

Espero que nós possamos dar esse importante instrumento de políticas públicas para o Governo, a fim de que possa promover a execução do seu projeto de desenvolvimento, possa executá-lo, e, acima de tudo, possa fazê-lo de forma célere. Sabemos que os entraves são grandes. Mas projetos como esses, de médio e longo prazo, de prazo quadrienal, dão os instrumentos necessários, as ferramentas indispensáveis, para que o Governo possa assumir compromisso mínimo no combate às diferenças inter-regionais e, principalmente, no fortalecimento do conceito de federalismo.

Aqui, Deputado Vignatti, com as emendas, com as sugestões que foram acrescentadas ao projeto original, principalmente do ponto de vista da representatividade de cada Parlamentar, concebe-se um plano que não será apenas do Governo Lula, mas de todo o País. Concebe-se um Plano Plurianual que não será apenas deste Governo, mas deste e de outros Governos. Cada Parlamentar teve a oportunidade de expressar, nas suas emendas, o sentimento de igualdade dos Estados e das Regiões, diante das diferenças que se sobressaem na peça original. Nós aqui estamos para votar algo que julgamos seja o melhor para o País, para a Nação brasileira. E esperamos que não haja vetos. Esperamos que o PPA que nós iremos votar seja objeto de execução, sem nenhum tipo de restrição da parte de um pensamento monocrático do Poder Executivo. Nós podemos dizer, Sr. Presidente, que fazemos e

praticamos a verdadeira democracia. Porque as bancadas e os Parlamentares, que se fazem representar através do voto, podem, de forma individual e também em conjunto, decidir melhor do que os técnicos e burocratas do Governo.

Então eu aqui não faço um juízo de valor para a ou b. Mas, muitas vezes, percebo que não levam em consideração as diferentes Regiões neste continente que é o Brasil.

Por isso, eu queria pedir ao querido e nobre Relator, Deputado Vignatti, que pudesse atender a este humilde Parlamentar da Bahia, da Bahia sofrida, pertencente à região nordestina. Este mesmo apelo farei perante o Senador Leomar Quintanilha, com quem já tive oportunidade de conversar, para ver se podemos melhorar as nossas emendas, em especial 2 emendas, querido Relator, Deputado Vignatti.

Eu pediria a V.Exa. que tivesse atenção, até porque eu entrei com um destaque. Trata-se da Emenda nº 21, que prevê a construção de adutora no Município de Iuiú, que é uma obra que o Governo tem obrigação de fazer. Porque não se pode, em absoluto, fazer a transposição das águas do São Francisco e deixar de lado os Municípios ribeirinhos, cujas localidades estão a 4, 5 ou 6 quilômetros de distância, mas não têm sequer água para beber. Como é que se vai transpor água a enormes distâncias sem atender quem está pertinho do rio, mas que ainda não tem água nas suas casas, para dar de beber aos animais e à família?

Então, eu pediria que V.Exa., Relator, anotasse: trata-se do Destaque nº 21.

Sr. Relator, faço também um segundo destaque. E lembro que apresentei a V.Exa. somente 2 destaques, e gostaria de ser contemplado. São os Destaques nºs 21, de que eu acabei de falar, que trata da inclusão do Município de Iuiú, e 22, que é sobre a construção de contorno ferroviário no Município de Dias D'Ávila. Como não poderia ser diferente, esse município é governado pela Prefeita Andréia Cajado Sampaio, minha querida esposa. E eu espero que sejamos atendidos, apesar de não ser muito do desejo dela, diante de todas as dificuldades que está tendo à frente da gestão municipal, como de resto ocorre com a maioria dos Prefeitos brasileiros. Mas eu tenho certeza de que essa perspectiva de iniciar a construção daquele Anel Ferroviário irá incentivá-la, assim como o povo de Dias D'Ávila, que tanto precisa tirar a linha do trem do centro da cidade, a exemplo do que está acontecendo na rica cidade de Camaçari e também em Simões Filho. Portanto, queria também estender esse benefício a Dias D'Ávila.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Eu queria lembrar que o orador já excedeu em 2 minutos o tempo que lhe foi reservado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Presidente, para concluir apenas. V.Exa., com toda a diligência e gentileza que lhe é peculiar, me alerta. E eu concluirei em 2 minutos.

Os outros destaques, querido Relator, Deputado Vignatti, foram aprovados parcialmente. Portanto, peço a V.Exa. que recomponha o valor original. Trata-se dos Destaques nºs 319 e 318, que foram aprovados parcialmente. Isso, além dos destaques cujas emendas não foram aprovadas, foram rejeitadas, que, repito, são os Destaques nºs 21 e 22.

Eu pediria que V.Exa. também atendesse a este humilde Parlamentar, que, com certeza, continuará a fazer elogios a V.Exa. pelo trabalho e, principalmente, pela dedicação ao relatório.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)  
– Com a palavra o Deputado Alex Canziani.

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** – Sr. Senador José Maranhão, nosso ilustre Presidente; Deputado Vignatti, nosso digno Relator. Eu quero primeiramente fazer um agradecimento a V.Exa. Nas reuniões setoriais que foram feitas em todo o País, não foi prevista... Até em deferência, por V.Exa. ser do Estado de Santa Catarina, a reunião da Região do Sul foi no seu Estado. V.Exa., ao atender a um pleito não só nosso, mas de vários outros Deputados do nosso Estado, do Paraná, esteve lá, numa reunião da FIEP/PR, em que tivemos oportunidade de conversar com o Governo do Estado, com várias lideranças políticas, empresariais e comunitárias, sobre projetos a respeito do PPA. E V.Exa. demonstrou o carinho que tem pela Federação como um todo, o carinho que tem pelo nosso Estado do Paraná e o respeito que tem pelos Parlamentares do nosso Estado.

Então, primeiramente, nossa gratidão, Deputado Vignatti, pela sua gentileza de ter ido ao Estado do Paraná para conversar com as lideranças locais.

Queria falar da importância desse trabalho que está sendo realizado. Sem dúvida alguma, o Plano Plurianual é que vai delimitar aquilo que o Governo fará nos próximos 4 anos. E, a despeito de todas as necessidades que o País tem, a despeito de todas as demandas que os Deputados e Senadores apresentaram, V.Exa. procurou, com muita competência, com muita honradez e, acima de tudo, com muito empenho, auxiliar em tudo que podia para que nós pudéssemos atender a nossas demandas.

Quero, então, agradecer pelo acolhimento parcial que V.Exa. nos deu, Deputado Vignatti.

Eu gostaria de fazer 3 destaques. Peço a V.Exa. que os veja com muito carinho.

O primeiro é com relação ao campus da Universidade Tecnológica Federal do Paraná em Londrina. Trata-se da Emenda nº 3680001. O campus em Londrina é novo, e a universidade está fazendo um belo trabalho, vários cursos já estão sendo oferecidos. Essa emenda para ampliação e aparelhamento seria de grande importância, Deputado Vignatti.

Chamo a atenção de V.Exa. para outra emenda, a qual V.Exa. já acolheu parcialmente, a Emenda nº 3680003. Refere-se à construção do contorno ferroviário na cidade de Apucarana. V.Exa. a atendeu parcialmente, mas precisamos de um valor maior, para que possamos solucionar a questão da linha férrea dentro desse município. Essa é uma questão importante para o norte do Paraná. Com essa ação, V.Exa. não atende somente a cidade de Apucarana, mas o norte do Paraná como um todo.

A outra questão, Sr. Relator e demais pares, trata da área em que mais atuamos aqui em Brasília, com muito orgulho e satisfação: a educação profissional. Sem dúvida alguma, o Governo Lula tem dado uma contribuição muito grande para o fortalecimento e para a criação de novas escolas profissionalizantes.

Ainda este ano, o Governo anunciou a criação de 159 escolas técnicas no País, mas o Estado do Paraná tem uma demanda de novas escolas e de novas oportunidades, para que possamos capacitar a nossa mão-de-obra e a nossa juventude.

Uma emenda que apresentamos, Sr. Relator, e que lamentavelmente não foi atendida – está aqui o Deputado Daniel Almeida, também um grande lutador pela educação profissional no País, muito especialmente na Bahia -, diz respeito à instalação de 2 escolas no Estado do Paraná. A Emenda nº 3680007 refere-se aos Municípios de Ivaiporã e Araucária, 2 regiões importantes do Estado do Paraná. Em Araucária, a PETROBRAS está investindo mais de 2 bilhões de reais, e há uma carência muito grande na capacitação e na formação de mão-de-obra. A cidade de Ivaiporã, localizada numa região importante no Estado do Paraná, no Vale do Ivaí, não está sendo atendida pelas novas escolas que o Governo está viabilizando.

Portanto, Sr. Relator, peço a V.Exa. que olhe com carinho as emendas e dê atendimento especial a este Parlamentar, que o admira e espera poder ver atendidas essas demandas do Estado do Paraná.

Parabéns a V.Exa., ao Senador José Maranhão e a todos os Deputados e Senadores pela importante aprovação deste Plano Plurianual.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Aelton Freitas.

**O SR. DEPUTADO AELTON FREITAS** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Srs. Senadores,

uso a palavra para falar do destaque sobre o Programa Luz para Todos, destaque de autoria do nobre Senador Augusto Botelho, de Roraima, que tem o objetivo de contemplar 8 mil ligações naquele Estado. Até agora, contudo, foram executadas menos de 1.800 ligações. Por isso estamos pedindo que seja atendido o Destaque nº 42.

Em segundo lugar, a Emenda nº 20180004, de nossa autoria, aprovada parcialmente, foi contemplada com 23 milhões de reais. Apresentamos o Destaque nº 232 para retirar da Emenda de Bancada nº 71140003 o valor de mais 30 milhões de reais e acrescentá-lo à emenda de nossa autoria, que passa, assim, para o valor de 53 milhões de reais.

Argumentamos, Sr. Presidente, que a BR-154, no Triângulo Mineiro, que liga a cidade de Ituiutaba ao Baixo Vale do Rio Grande, é de grande importância para aquela região, porque liga o Vale do Rio Grande ao Vale do Rio Paranaíba.

Contando com a sua atenção, desde já agradecemos.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Duarte Nogueira.

**O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA** – Estimados Presidente José Maranhão e Relator Vignatti, a quem peço atenção para o que vou expor, Sras. e Srs. Parlamentares, na pág. 11 do relatório do PPA que ora está sendo analisado, consta que, após intensa discussão da matéria com as lideranças do Governo e de partidos nesta Comissão, essa Relatoria contou com o apoio e a intervenção decisiva dos Deputados Zé Gerardo, Rose de Freitas e Wellington Roberto, que participaram como membros do Comitê de Admissibilidade de Emendas. S.Exas. elaboraram relação que contém as programações orçamentárias originárias de emendas do projeto do PPA 2008/2011, passíveis de preliminar ao projeto da Lei Orçamentária 2008.

Aos Deputados mencionados manifesto, de público, nossos agradecimentos, pelo excelente e minucioso trabalho realizado, o que está disposto no texto do Deputado Vignatti.

Sr. Presidente, peço a atenção do Relator, Deputado Vignatti. No Anexo I da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, nas prioridades e metas que contêm os programas, ações e produtos, no Programa 1216 e na Ação Atenção Especializada em Saúde, a Ação 8305, fruto de emenda de bancada do Estado de São Paulo, a Emenda nº 71250001 não consta, não faz parte desse relatório nas ações orçamentárias originárias de emendas de bancadas. Ela não consta quanto ao código do programa e ao código da ação, aspecto que deveria, regimentalmente, conforme o manual e a forma de tramitação da LDO e do PPA, constar, Sr. Re-



lador. Refiro-me ao código do programa e ao da ação da emenda aprovada.

Tomei a iniciativa, inclusive, de conversar com uma das Relatorias, a Deputada Rose de Freitas, que concordou com a observação e nos questionou se poderia ser feita uma emenda ainda nesse período da tramitação. Parece-me que não.

Sr. Presidente, estou apresentando, regimentalmente, pedido de contestação, e o faço publicamente, porque tenho certeza de que, se esse equívoco puder ser corrigido – quero crer que será –, estaremos fazendo não só a regularização de algo que deveria constar no relatório, e não consta, bem como justiça para com o processo de debate democrático com que essas emendas foram apresentadas, acolhidas e aprovadas. Não se trata de defender uma emenda de natureza individual, mas, sim, uma emenda de bancada, de um Estado.

Peço que considere o que acabo de expor, Deputado Vignatti. Isso não consta, até então, do relatório que V.Exa. apresentou.

Vou encerrar minhas palavras, Sr. Presidente, Sr. Relator, a quem entregarei pessoalmente estas observações e os documentos que trago em mão. Vou registrar, antes do encerramento da discussão, o pedido de contestação, por escrito, com os argumentos e as informações que ora apresentei.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa., ao Relator, aos Sub-Relatores e aos Srs. Parlamentares.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Comunico aos meus pares que vamos ter de suspender esta reunião, porquanto já se iniciou o processo de votação na Câmara Federal.

Além disso, por outras vias que não a eletrônica, estou sendo informado de que no Senado também foi iniciado o processo de votação.

Vamos suspender esta reunião. Voltaremos a nos reunir após o encerramento da votação na Câmara e no Senado.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Sr. Presidente, fiz uma ponderação a V.Exa. no início desta sessão, tendo em vista que vamos suspender os trabalhos para dar sequência ainda na noite de hoje por conta da Ordem do Dia na Câmara e no Senado. Apresento o recurso a V.Exa., portanto, ainda embasado em artigo regimental, que deve ser feito pelas bancadas. Indago se eu não poderia formular esse recurso agora, para que V.Exa. tivesse inclusive esse tempo entre a suspensão da sessão e a sua reabertura para

amadurecer a idéia e nos responder posteriormente. Refiro-me aos dois blocos de emendas inadmitidas na sessão anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Entendi, Deputado. O objetivo de V.Exa. é legítimo. Todavia, a sessão não pode prosseguir em função do próprio Regimento.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Vou fazer outra sugestão a V.Exa.: encaminhe sua consulta, que vejo está escrita, e a Mesa se adiantará na análise técnica das providências a serem tomadas.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Certo. Pode ser feito isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

**O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES** – Meus cumprimentos, Sr. Relator, pelo relatório. Peço a atenção de V.Exa. para os Destaques nºs 253, 254, 255, 259 e 260, relacionados ao porto do Rio de Janeiro e ao transporte ferroviário naquele Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Está suspensa a presente reunião, que continuará após o encerramento da Ordem do Dia no Senado da República e na Câmara Federal.

*(A reunião é suspensa.)*

*(O início da reunião não foi gravado.)*

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, peço a atenção de V.Exa. para o Destaque nº 441, do qual lhe fornecerei cópia neste momento.

Já discutimos suficientemente a matéria. Solicito a V.Exa. que encerremos a discussão e passemos à votação, se não for possível na reunião de hoje, na próxima que V.Exa. convocará.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Não havendo mais oradores, declaro encerradas a discussão do relatório e a apresentação de destaques para votação em separado.

Suspendo a presente reunião e convoco os Srs. Parlamentares para a sua continuação amanhã, às 10h, neste plenário.

Está suspensa a reunião.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Declaro reiniciada a 6ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 36, de 2007.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, ontem V.Exa. encerrou a discussão do relatório do PPA. Vamos, portanto, a partir deste momento, iniciar o processo de votação, salvo engano...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Se V.Exa. tiver um pouquinho de paciência, vai ver que estou indo mais ou menos pelo caminho que V.Exa. defende.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sim, Sr. Presidente, mas quero apenas ter respondida a questão, que ainda vou apresentar.

Estamos caminhando para votar o PPA e, contudo, há inúmeros recursos apresentados no caso de indeferimento de emendas.

Pergunto, então: V.Exa. submeterá esses recursos à deliberação do Plenário antes ou depois da votação do PPA?

É a questão de ordem que levanto.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Se V.Exa. tivesse esperado 30 segundos, teria visto que estou com os recursos e contestações em mão, e o caminho será exatamente esse.

Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2008 a 2011 – peço ao Deputado Claudio Cajado um pouco de atenção ao assunto.

Recursos apresentados nos termos do art. 15, parágrafo único, da Resolução nº 1, de 2006-CN.

Recurso nº 01, de autoria do Deputado Eduardo Sciarra. Objeto do recurso: Emenda 35780001, do Deputado Rodrigo Maia.

O autor está com a palavra para apresentação do recurso.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, estamos contestando, por meio desse recurso, a não-admissibilidade da emenda que trata do Projeto de Lei do Plano Plurianual. E justificamos nosso entendimento pela admissibilidade, porque houve, quando da análise na Comissão, uma mudança no recurso para provisão de moradia à população de baixa renda por meio do Programa de Arrendamento Residencial – PAR.

Ocorre que foi identificada uma impossibilidade material de implementação, e justificamos, observando que a autoria e o objeto, ou seja, o financiamento de habitações para populações de baixa renda foram integralmente preservados. Dessa forma, não ficou caracterizada a reabertura de novo prazo para emendamento. Estamos pedindo ao Plenário desta Comissão, com base nesses esclarecimentos, que reforme

a decisão da Presidência, declarando admissível a Emenda nº 35780001 apresentada ao PLN 31, de 2007, pelo Presidente do nosso partido, Deputado Rodrigo Maia.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Continua em discussão o recurso. *(Pausa.)*

Não havendo oradores, encerrada a discussão. Passa-se à votação.

Em votação na representação da Câmara Federal.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, apenas uma informação: a votação está sendo feita em relação ao recurso?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Ao recurso.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Como vota a representação na Câmara Federal?

Os Srs. Deputados que aprovam o recurso permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados, por unanimidade.

Passa-se à votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que aprovam o recurso permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado da República, também por unanimidade.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado João Leão.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Há um acordo entre Líderes agora no sentido de que podemos passar diretamente para a votação do PPA, ressalvados os destaques. Aprovaríamos a matéria, ressalvaríamos os destaques e discutiríamos os destaques na parte da tarde.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Não são destaques que estamos votando, mas recurso.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Esse foi o objeto da minha a questão de ordem, o recurso obrigatoriamente, porque a Assessoria não identificou se pode ser posterior ou se tem de ser obrigatoriamente anterior à votação do PPA. Foi essa a questão de ordem que formulei. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – O entendimento é o de que a votação do relatório deva ocorrer após a votação do recurso, uma vez que o recurso pode alterar o relatório.

Contestações apresentadas nos termos do art. 148, parágrafo único, da Resolução 01, de 2006.

Contestação nº 01, de 2007-CMO, de autoria do Deputado Pedro Novais. Objeto da contestação: art. 14 do texto da lei constante do substitutivo.

O autor está com a palavra para apresentação da contestação. *(Pausa.)*

Por ausência do autor da contestação, a matéria está prejudicada.

Contestação nº 02, de autoria do Deputado Duarte Nogueira. Objeto da contestação: programações orçamentárias originárias de emenda ao Plano Plurianual 2008/2011.

O autor está com a palavra para apresentação da contestação. *(Pausa.)*

Ausente S.Exa., a matéria está prejudicada.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, gostaria de pedir, se for possível, a inversão dessa pauta, para que possamos votar em seguida, a fim de que não tenhamos prejuízo em relação à proposta do Deputado Duarte Nogueira. Se for possível, peço essa inversão, para votarmos outros itens antes deste.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Consulto o Deputado Vanderlei Macris sobre se S.Exa. está se referindo a outras matérias, porque as que foram anunciadas sem a presença do autor já estão prejudicadas. É uma decisão tomada.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, eu não poderia, em nome do autor, defender essa matéria?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Não, a matéria já está prejudicada, é matéria vencida.

Ontem foi feita a leitura do relatório. Faltou, porém, a apresentação das erratas. Como há 2 erratas, passo a palavra ao Deputado Vignatti, para fazer a leitura dessas peças do seu relatório.

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

“1 – Realocação de Ação.

Realocação da programação da Ação 114-G – Dragagem para Adequação da Navegabilidade em Porto Marítimo do Programa 0639 – Segurança da Navegação Aquaviária para o Programa 1.470 – Gestão de política portuária, do (Ofício nº 475/MP de 21 de novembro de 2007).

2 – Correção de Título de Ação.

Onde se lê 7172 – Construção de Trecho Rodoviário – divisa PI/MA, divisa MA/TO, na BR-253 – no Estado do Maranhão, leia-se: 7172 – Construção de Trecho Rodoviário

– divisa PI/MA, divisa MA/TO – na BR-235, no Estado do Maranhão”.

Essa foi uma correção feita pelos Deputados, e gostaria que fosse considerada parte deste relatório.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, juntamente com a Consultoria, trabalhamos até a madrugada para analisar os 480 destaques apresentados. Atendemos todos aqueles Deputados e Senadores com quem tivemos a oportunidade de conversar ontem à noite ou que fizeram suas reivindicações anteriormente. Agora, há ainda um conjunto de membros da Comissão com quem não tivemos a oportunidade de conversar.

Peço para votarmos o relatório, ressaltando os destaques, porque há uma situação, inclusive levantada pelo PSDB, relativa aos destaques apresentados por esse partido, que precisamos negociar porque é uma questão mais polêmica, digamos, do ponto de vista do atendimento. Assim, vamos ter de discutir uma posição, para ver se conseguimos buscar entendimento em relação a esse destaque do PSDB.

Vou empreender o maior esforço possível para contemplar, de certa forma, o entendimento sobre essa reivindicação do PSDB, que trata do remanejamento de recursos, os 30%.

Ontem, tendo em vista a exigüidade do tempo, não tive oportunidade de agradecer a todos os Deputados e Senadores a deferência feita, o que faço neste momento.

Tentamos atender da melhor forma possível todos e vamos continuar fazendo da mesma forma. Vamos tentar votar à tarde o relatório, com os destaques já negociados.

Agora, ressaltados os destaques, gostaria de pedir a compreensão de V.Exas. para podermos votar de fato o relatório. E todos reconheceram o trabalho feito de forma conjunta na tarde de ontem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Continua em discussão a errata apresentada pelo Relator. *(Pausa.)*

Não havendo oradores, passa-se à votação.

Em votação na representação da Câmara Federal.

Como votam os Srs. Deputados? *(Pausa.)*

Aprovada na representação da Câmara Federal, por unanimidade.

Passa-se à votação no Senado da República.

Como votam os Srs. Senadores? *(Pausa.)*

Aprovada na representação do Senado da República, também por unanimidade.

Pela ordem, com a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, gostaria de registrar a posição contrária do PSDB, até porque temos razoável número de destaques que serão parte da negociação que vamos fazer com o Relator a partir de agora, uma vez que foram ressaltados os destaques.

Evidentemente, os destaques que apresentamos visam a uma apreciação mais aprofundada do relatório.

Então, o fato de termos esses destaques – e não sabemos ainda o desfecho da negociação que vamos fazer – nos leva a registrar a posição contrária da bancada do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador João Maranhão) – V.Exa. deveria ter manifestado a sua ressalva antes da votação, mas, como estava concentrado numa atividade mais importante, deixou passar a oportunidade. Todavia, determino à Secretaria que registre a ressalva de V.Exa.

Apresentação dos destaques.

Quero comunicar aos presentes que o Relator do PPA acaba de pedir, não tendo concluído a análise dos destaques, a suspensão desta reunião, que deverá continuar às 14 horas.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, antes de V.Exa. suspender a reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador João Maranhão) – Pois não.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** – Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V.Exa. compreensão para com a minha contestação, que está sobre a mesa desde ontem.

A Resolução nº 1 criou uma situação nova. Anteriormente, órgãos como o Ministério do Turismo, a CODEVASF, a SUDENE, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Agricultura faziam projetos integrados. Por exemplo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário fazia um assentamento. Nesse assentamento, ele fazia o poço tubular, a urbanização, a casa e as estradas. O mesmo ocorria, e ocorre, com a CODEVASF, que tem 50 anos de existência.

Como a Resolução nº 1 não permite mais emendas genéricas dentro de um complexo de obras para desenvolver uma região, fomos obrigados a especificar a obra que seria realizada. Em razão disso, o Piauí teve 3 emendas de bancada inadmitidas. Minha contestação é no sentido que de o Plenário aprove esse pleito não só do Piauí mas de mais, se não me falha a memória, 8 ou 9 Estados brasileiros. Em nada, essa medida prejudicaria a aplicação da Resolução nº 1. A minha emenda já foi aprovada na LDO e no PPA.

Portanto, submeto-a à votação dos nobres colegas.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador João Maranhão) – Quero comunicar a V.Exa. que a matéria a que V.Exa. está se referindo será votada na reunião da tarde.

A reunião será suspensa até as 14 horas.

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – Sr. Presidente, só para encaminhar.

Os Deputados e Senadores desta Comissão que já conversaram comigo resolveram suas questões. Quero, então, pedir aos que ainda não conversaram e que apresentaram destaques que entrem na fila.

Vou atender os Deputados Giovanni Queiroz e Vanderlei Macris e, após, os demais. O Deputado Cláudio Cajado já foi atendido; o Deputado João Leão será atendido.

Gostaria de selecionar as prioridades juntamente com o Parlamentar interessado. Porque – e esse é um dos grandes problemas que temos – não posso selecionar aquilo que não conheço, mas que é prioritário para o Deputado.

Muito obrigado, Presidente. Agora, vou me dirigir ao atendimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador João Maranhão) – Está suspensa a reunião até as 14h.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Barros) – Declaro reiniciada a 6ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 36, de 2007.

Tendo em vista não dispormos da lista com o voto do Relator aos destaques apresentados ao Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2008 a 2011, suspendo a reunião e convoco sua continuação para as 20h de hoje.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Continuação da 6ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em 28 de novembro de 2007, às 10h.

Declaro reiniciada a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 36/2007.

Ordem do Dia, Pauta nº 36/2007.

Item 1: Projeto de Lei nº 31/2007-CN, que dispõe sobre o plano plurianual para o quadriênio de 2008/2011. Relator: Deputado Vignatti.

Foram apresentadas 4.209 emendas.

O voto favorável, nos termos do substitutivo apresentado.



O Relator está com a palavra, para a apresentação do relatório.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** – Sr. Presidente, eu apresentei uma contestação sobre várias emendas que foram inadmitidas por esta Comissão, e pedi a assinatura dos membros desta Comissão, que na sua ampla maioria, todos os que estavam presentes aqui ontem assinaram. E já me entendi com os Líderes e com o Plenário para que haja a admissibilidade dessas emendas, para não prejudicar alguns Estados, dentre eles o Estado do Piauí, que teve, das suas 15 emendas, 3 inadmitidas, o que seria um prejuízo irreparável. Então, sendo assim, gostaria de pedir a V.Exa. que submeta à apreciação do Plenário a contestação que fiz.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Atendido o pedido do Deputado Marcelo Castro. Naturalmente, o Senador Zambiasi e o Deputado Mendes Ribeiro Filho têm a mesma proposição, e a Mesa desde já defere o pedido e vai submetê-lo à apreciação do Plenário.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** – Sr. Presidente, Mato Grosso do Sul também tem uma emenda com o mesmo problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Agora nós vamos iniciar a votação pela parte do relatório referente aos destaques, e em seguida votaremos as contestações apresentadas por V.Exas., que dizem respeito ao Orçamento. Naturalmente, num grau de prioridade, vamos votar logo o PPA, que é o que está em discussão.

Quero comunicar aos Parlamentares que se encontra sobre a mesa um requerimento de contestação de autoria da Deputada Rose de Freitas. Esse requerimento não foi recebido na Secretaria, mas a Deputada alega, e é verdade, que o fez por intermédio do Deputado Walter Pinheiro, que por uma falha, um lapso, não fez a entrega à Secretaria, de maneira que, sem que esta exceção possa constituir-se numa regra, possa transformar-se em regra, quero consultar o Plenário sobre se concorda em apreciar a contestação apresentada pela Deputada Rose de Freitas, já que o § 1º do art. 148 da Resolução nº 01/06-CN diz o seguinte: *“A contestação deverá ser apresentada por escrito, até o final da discussão, e será apreciada preliminarmente à votação da matéria à qual se refere”*. A contestação dela é ao PPA; por isso, tem de ser decidida antes do PPA, se o Plenário entender que devo recebê-la e submeter à apreciação dos Srs. Parlamentares.

Então, quero submeter à apreciação dos Srs. Parlamentares o requerimento de contestação da Deputada Rose de Freitas.

Peço a manifestação da representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que concordam com a aprovação da matéria queiram permanecer como se encontram.

APROVADA na representação da Câmara dos Deputados.

Em seguida, submeto à votação da representação do Senado da República.

Como votam os Srs. Senadores?

APROVADA na representação do Senado da República.

Vamos agora à questão de mérito proposta pela Deputada Rose de Freitas: *“Propõe contestação à decisão sobre a alteração da Emenda nº 13010008 ao Projeto de Lei nº 31/2007-CN – PPA/2008/2011”*.

É o requerimento da Deputada Rose de Freitas, que, se o desejar, poderá fazer a defesa oral de sua proposição.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, vou agradecer o apoio de todos e só dizer que se trata de um erro meu mesmo, que foi cometido na hora de escrever um nome. É uma solicitação ao Governador, não é uma área minha, eleitoral, não é minha área de atuação, não sou a Parlamentar da região. O Governador havia pedido a aprovação dessa emenda para o Município de Linhares; eu estava com um requerimento de Cachoeiro, e troquei: escrevi Cachoeiro. Pedi a correção apenas do nome. A emenda, quero ressaltar, tinha sido aprovada pelo Relator. Apenas quero corrigir, porque a falha foi realmente minha, por esquecimento.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Eu posso comprovar isso, Sr. Presidente, porque eu estava junto da Deputada Rose de Freitas.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Que se registre o testemunho do Deputado Wellington Roberto sobre o que acabou de afirmar a Deputada Rose de Freitas.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – E bastaria a palavra da Deputada Rose de Freitas, e nós já votaremos todos favoravelmente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Está em votação a proposta da Deputada Rose de Freitas pela representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADA por unanimidade pela representação da Câmara dos Deputados.

Está em votação a proposta pela representação do Senado da República.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADA também por unanimidade também pelo Senado da República.

Vamos agora passar a palavra ao Relator do PPA, que vai prestar alguns esclarecimentos a respeito do seu relatório sobre destaques, já que houve algumas modificações nesse relatório, nessa separata que foi distribuída ao Plenário da Comissão.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Pela ordem, o Deputado Wellington Roberto.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Após as explicações do nobre Relator Vignatti, sugiro que se votem em bloco os destaques para dar mais agilidade a esta Comissão, e para que possamos ir para casa mais cedo, até porque há muito a fazer nos Estados amanhã, como também aqui no Congresso Nacional.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Pela ordem, tem a palavra o Deputado Manoel Junior.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Sr. Presidente, oportunamente voltarei a me pronunciar, mas, antecipadamente, já que houve um requerimento verbal do Deputado Wellington Roberto de votação em bloco, Sr. Relator Deputado Vignatti, eu gostaria de pedir a V.Exa. e ao Presidente que se votem em separado os Destaques nºs 138 e 229. São questões já discutidas com o Relator e com a assessoria, e acordadas. Obviamente, vamos submetê-las ao Plenário para referendá-las.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Peço ao Deputado Manoel Junior que repita o número.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Sr. Presidente, nºs 138 e 289. O Destaque nº 138 é referente a um erro no texto, no título da emenda que vamos defender, já discutida com o Relator Vignatti e a assessoria. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Concedo a palavra ao Deputado Macris, para uma questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, a questão que levantamos é fruto exata-

mente dessa proposta feita pelo colega da Comissão de que haja votação em bloco dos destaques apresentados. Existe uma proposta, fruto de uma ampla negociação feita entre Governo e Oposição, da qual participaram V.Exa., o Relator da matéria, os partidos de oposição e as Lideranças do Governo no Congresso Nacional, o que levou...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Peço silêncio. Há um orador na tribuna.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – ...o

que levou ao seguinte entendimento: existe uma proposta, no projeto, de remanejamento de 30% das dotações do PAC. Essa proposta de remanejamento é de caráter geral. E o entendimento, o acordo que foi feito é de que esses 30% sejam aplicados a cada um dos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento. Essa proposta, Sr. Presidente, como parte desse acordo, seria parcialmente atendida, portanto – na emenda que apresentamos –, pelo Relator Vignatti num novo texto, para o qual peço a atenção de V.Exa. e dos colegas da Comissão. E nós gostaríamos, antes mesmo da votação em separado, que requeremos neste momento, desse Destaque de nº 00014, de conhecer preliminarmente o texto que foi preparado pelo Relator, a fim de que possamos cumprir o acordo estabelecido com o PSDB nessa proposta que apresentamos.

Outra questão é o Destaque nº 0016, que trata da autorização de empenho. Nesse caso também, uma emenda de nossa autoria, como parte desse entendimento, deve ser acatada pelo Relator, conforme o acordo realizado, a fim de que a autorização de empenho seja retirada da proposta original do PPA. Portanto, peço também que o Destaque nº 0016, levando em conta o acordo firmado aqui nesta Comissão, seja votado separadamente.

Então, esta é a questão que apresentamos, Sr. Presidente: a votação desses 2 destaques separadamente, e não em bloco, como foi proposto pelo colega.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** – Sr.

Presidente, por um esquecimento deste Parlamentar, deixamos de apresentar os destaques da bancada do Mato Grosso do Sul, além de alguns destaques de Parlamentares do meu Estado a emendas individuais ao PPA 2008/2011. Já entrei em entendimentos com o Relator, e já, também, cumprindo o art. 132 da Resolução nº 01/06-CN, coletamos as 60 assinaturas, o mínimo para que pudéssemos apresentar o requerimento. Então, eu gostaria de registrar, para que conste

na ata, que nós estamos sanando toda essa situação, e vamos levar os destaques ao Plenário, no dia da discussão, para que o Relator possa acatá-los e para que Mato Grosso do Sul não seja penalizado em relação às emendas ofertadas ao PPA 2008/2011.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, nós queremos aqui reafirmar o acordo, o entendimento que foi firmado com a Oposição. Nós realmente vamos acatar parcialmente o texto que vai ser apresentado pelo Relator Vignatti, para que possamos de fato ter no projeto os 30% do PAC. Então, queremos aqui, pela Liderança do Governo, dizer que reafirmamos o que acertado: votar no texto apresentado pelo Relator agora, com atendimento parcial do destaque apresentado pelo Deputado Macris, o que nós consideramos que é um bom entendimento, para que possamos continuar avançando aqui nos projetos, que poderão ser remanejados, mas, evidentemente, com a participação desta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra, pela ordem, o Deputado Wellington Roberto.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Sr. Presidente, eu apresentei um destaque para a colega Deputada Tonha Magalhães, e houve um lapso da Consultoria, que não o entendeu. Não é um acréscimo de valor, mas só um remanejamento dos anos de 2009, 2010 e 2011, tirando-se um pouco desses 3 anos para o ano de 2008. Entreguei aos consultores e eles não entenderam que seria um pedido de remanejamento. Por isso, como sugeri a votação em bloco, peço que se vote em separado esse destaque que apresentei para a colega Tonha Magalhães.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Peço a V.Exa. que diga o número, para que a Secretaria anote.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Está um pouco ilegível aqui, Sr. Presidente, porque é uma cópia. Mas o destaque é de minha autoria.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Sr.

Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Sr.

Presidente, eu requeiro que sejam votados em separado os Destaques nºs 350, 351 e 352. Muito obrigado.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)  
– Tem V.Exa. a palavra.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, o Deputado Vitor Penido, que se encontra aqui no plenário, apresentou uma emenda que constou do relatório inicial. É uma ação 7H08, aprovada no Anexo da LDO. Nesse relatório inicial ela constou. Esse relatório mostrou as ações originárias de emendas a serem atendidas com base no Item 2716.1, o que não constou, posteriormente, no rol das aprovadas no relatório da PPA. Essa emenda ao PPA é a de número 24890001, Sr. Relator, e o autor está pedindo um posicionamento a esse respeito, e a correção, para incluí-la, porque ela constava no relatório inicial e depois não mais constou.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)  
– Eu gostaria de saber da Deputada Rose de Freitas se foi feito o pedido de destaque, porque, se não foi feito, isso está sem solução.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Foi um erro que aconteceu. O Relator pode explicar.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Sr. Presidente, tenho a impressão de que nesse caso não se poderia fazer pedido de destaque, porque o que houve foi apenas que a emenda desapareceu.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Exatamente.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Tenho a impressão que é um fato *sui generis* e tem de ser examinado de outra forma.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)  
– Com a palavra o Relator, para prestar os esclarecimentos.

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – Primeiro, Srs. Deputados, vou pronunciar-me sobre todos os assuntos aqui pautados. Todos eles estão dentro do acordo construído no dia de hoje. Nenhum deles está fora do acordo.

Sobre essa situação, estou acatando a solicitação por adendo, porque houve uma falha e ficou fora do relatório, do Anexo de Metas, uma emenda que estava aprovada, apresentada ao PPA.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)  
– Muito bem, Sr. Relator. Parabéns.

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – Foi a única forma de atender ao Deputado: por adendo. Então, estou atendendo a ele por adendo. O adendo sobre essa questão está aqui. Vou pedir à assessoria que distribua cópias aos Srs. Deputados, e vou atender o pedido por adendo, conforme acordo feito hoje à tarde com o nobre Parlamentar e com a Consultoria do Orçamento.

Sobre a questão, Presidente, levantada por Humberto Souto, quero dizer que estou, já de antemão, acatando os destaques aqui levantados por Humberto Souto. Ele apresentou esses destaques, mas hoje acabamos não entabulando um processo de negociação; dessa forma, ele terminou não sendo priorizado, não sendo contemplado no relatório. Então, os 3 destaques apontados eu vou atendê-los parcialmente, os do Deputado Humberto Souto.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Muito obrigado, Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – Sobre a questão da Universidade Federal da Paraíba, também vou fazer a correção, da seguinte forma: “*expansão do ensino superior no Estado da Paraíba*”. Isso resolve também o problema da Paraíba.

Sobre a questão das correções, dos destaques, primeiro temos o Destaque nº 146 – para os senhores acompanharem -, do Deputado Júlio Cesar. Pelo entendimento sobre esse destaque, leia-se R\$ 60 milhões, em vez de R\$ 50 milhões.

No Destaque nº 406, aprovado parcialmente, leia-se R\$ 21 milhões.

No Destaque nº 104, o valor leia-se R\$ 62.987.847,00.

No Destaque nº 497, onde está “Senadora Lúcia Vânia”, o autor é Eduardo Valverde.

Feitas essas correções, também dessa forma, considerando a correção da Paraíba, acato os Destaques nºs 138 e 229, que corrigem um problema da bancada da Paraíba nesse sentido, como foi pedido aqui pelo Relator setorial da educação, o Deputado Manoel Junior.

Sobre a questão do Deputado Geraldo Resende, do Mato Grosso do Sul...

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Os números são 138 e 289, Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – Corrigindo, nºs 138 e 289.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Agradeço a V.Exa., e ao mesmo tempo já peço ao Presidente que se vote em bloco, diante das explicações do Relator.

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – Há mais 2 situações: a reivindicação do Deputado Geraldo Resende, Mato Grosso do Sul, que nós vamos atender na votação do Plenário, do Senado e da Câmara, do Congresso Nacional, tendo em vista que do Mato Grosso do Sul a maioria das emendas eram do Anexo de Metas, e vamos fazer essa correção, já assinada por todos os Deputados; da mesma forma, a do Deputado Fabinho, que ontem não pôde estar presente e não destacou as suas emendas, vamos atender também no Plenário, e

peço que todos colaborem com a assinatura daquilo que o Deputado Fabinho levanta.

Sobre o entendimento feito com as várias Lideranças recentemente, com a anuência do Presidente da Comissão, entendimento esse que o Deputado Macris, Líder do PSDB, levantou, junto com o Deputado Eduardo Sciarra, que negociou essa questão, eu peço que o Deputado faça o destaque, como já o fez aqui, para voto em separado, até que chegue a um consenso sobre a redação, a não ser que já exista o consenso e eu já possa fazer a leitura aqui do artigo. Se não há consenso sobre a redação, eu tenho uma proposta de redação, já feita aqui.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Relator, se me permite, eu acabei de receber agora o texto fruto desse entendimento que fizemos, e, do ponto de vista do PSDB, Sr. Presidente, está exatamente dentro da proposta, do entendimento, do acordo que nós fizemos.

Portanto, tenho, em nome da bancada do PSDB, posição favorável à aprovação desse texto, que gostaria que V.Exa. fizesse a leitura no momento oportuno, quando da votação da proposta.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Sr. Presidente, o mesmo para o Democratas, já que atende exatamente àquilo que acordamos em reunião prévia.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Nobre Relator, sobre os Destaques para Votação em Separado nºs 2, 3 e 4, da colega Tonha Magalhães, não é acréscimo de valores, é um remanejamento que pedi que fosse feito.

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – Sr. Presidente, acato, porque só há a mudança para 2008. Está acatado esse destaque, Deputado, sem problema algum.

Vou passar à leitura, a pedido.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, meu caro Relator, vou pedir algo, por dever de consciência, porque conhecemos a dificuldade porque passa a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca para implementar no Brasil uma política nacional para o setor pesqueiro, tanto para a pesca artesanal, quanto para a aquicultura.

Vários Deputados desta Comissão apresentaram emendas e destaques ao que foi orientado pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca.

Peço a V.Exa. que considere a votação em separado dos Destaques nºs. 495, 494, 496, 501 e 500.



**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Peço a V.Exa. que repita o número claramente, para a Secretaria anotar.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, Destaques nºs. 495, 494, 496, 501 e 500, de diversas autorias, voltados ao incremento da política de pesca e aquicultura no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Concedo a palavra ao Deputado Vignatti, para prestar alguns esclarecimentos.

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – Sr. Presidente, atendo parcialmente os levantamentos feitos pelo Deputado Eduardo Valverde aos destaques apresentados.

Vou passar à leitura do texto acordado. Pode ser, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. continua com a palavra.

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – Sr. Presidente, lê-se, no art. 12: *“O Poder Executivo fica autorizado a suplementar a dotação orçamentária consignada para atendimento das ações relativas ao PAC, mediante o remanejamento de até 30% do montante da dotação alocada no Programa de Aceleração do Crescimento, na Lei Orçamentária anual”*. Passa-se a lê-lo da seguinte forma: *“O Poder Executivo fica autorizado a suplementar, por decreto, a dotação consignada nas ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC -, integrante da Lei Orçamentária Anual, devidamente identificada no SIAFI, até o limite de 30% de cada ação, mediante o cancelamento de até 30% de cada ação orçamentária integrante do PAC, exceto outros critérios que foram fixados pela Lei Orçamentária anual”*.

Sr. Presidente, essa é a redação acordada e mencionada recentemente pelos 2 Líderes.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. está pedindo a palavra?

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, lê-se: *“... de 30% de cada ação, mediante o cancelamento de até 30%.”* Talvez V.Exa. não tenha percebido, mas passou: *“mediante o cancelamento de até 30%”*.

Agradeço a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – Sr. Presidente, a próxima alteração, atendendo ao destaque de redação do nobre Relator Geral do Orçamento, Deputado José Pimentel, para fazer as correções necessárias na Lei Orçamentária, tendo em vista que o trâmite do Orçamento e do PPA, no prazo de apresentação das emendas, não teve o mesmo período, exceto 2008. É importante ressaltar isso à justa redação, decorrente

da aprovação parcial do Destaque nº 170, de autoria do Deputado José Pimentel. Inclua-se no § 5º, do art. 17: *“O Poder Executivo fica autorizado a incorporar a alteração que trata o Inciso III, do art. 16, desta lei, decorrente da aprovação da Lei Orçamentária para 2008, podendo ainda incluir os demais elementos necessários da atualização do Plano Plurianual. Inclua-se o art. 26, remunerados os demais. Fica revogado o Inciso I, do art. 3º, do art. 20, da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007. Esta lei entre em vigor na data de sua publicação”*.

O Deputado José Pimentel, se necessário, pode esclarecer determinadas emendas feitas por algumas bancadas, que seriam rejeitadas por não estarem contempladas no PPA. Estamos acolhendo essas emendas. Senão, teríamos que aguardar a votação o PPA e ler todas as questões dos relatórios setoriais. Portanto, com exceção para 2008, nessa situação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Concedo a palavra ao Deputado José Pimentel.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a LDO havia fixado que as obras de grande vulto seriam superiores a 10 milhões e 500 mil reais. O parecer do PPA está determinando que seja, no mínimo, acima de 20 milhões de reais. Com isso, todas aquelas emendas apresentadas, com o valor superior a 10 milhões e 500 mil reais, como não sendo de grande vulto, teriam que ser rejeitadas pelo Relator Setorial ou pelo Relator Geral, caso não fossem fixadas em 20 milhões de reais.

Portanto, o objetivo desse destaque é permitir que todas as emendas, até 20 milhões de reais, sejam acolhidas pelos Relatores setoriais e confirmadas pelo Relator Geral, sem qualquer prejuízo posterior, como agravante. Se porventura, aprovássemos, poderia o ordenador de despesas do Executivo também rejeitar a sua implementação, sob a argumentação de que havia discrepância entre os valores da LDO e do PPA, para resguardar que o Tribunal de Contas viesse a rejeitar ou apresentar qualquer sugestão posterior.

Esse é o objetivo do destaque.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Concedo a palavra ao Deputado Wellington Roberto.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Sr. Presidente, indago ao nobre Relator, Deputado Vignatti, se S.Exa. leu a correção do Destaque nº 00104, de minha autoria. O valor passou do solicitado. É uma correção em cima desse destaque.

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – Nobre Deputado, está feita a correção desse destaque.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Obrigado.

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – Cumprimentando o que os Deputados Vanderlei Macris e Eduardo Sciarra apresentaram do art. 15, que apresenta uma alteração. Onde diz “*modifica essa alteração*”, leia-se, no art. 15, da seguinte forma: “*Os órgãos centrais de planejamento e orçamento federal processarão o cadastramento dos empreendimentos do PAC e o monitoramento das execuções fiscais, orçamentárias e financeiras de cada empreendimento respectivo, contratos e convênios*”. Confere?

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – E suprimir o art. 14, conforme o acordo construído.

**(Não identificado)** – Sr. Presidente, o termo “*a autorização de empenho*”, de que trata o artigo anterior, foi suprimido do texto.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Continua facultada a palavra.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

**O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO** – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para agradecer ao nobre Relator pela nobreza do ato de acatar a emenda de construção de um hospital na região mais pobre da capital de meu Estado. Também com relação ao Luz para Todos, programa que não avançou em meu Estado; havia o plano de 8.000 ligações até o próximo ano. Foram feitas menos de 1.800, mas há necessidade de, além dessas 8 mil, mais 3 a 4 mil para satisfazer todo o Estado.

V.Exa. acatou a proposição. Nesse sentido, gostaria de lhe agradecer, em nome dos agricultores familiares do meu Estado.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Pedro Novais.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, pelo que estou observando, parece que não existe muito questionamento sobre os destaques. Então, sugiro a V.Exa. que passemos à votação. Não é que eu esteja muito apressado, mas já são 22h02min.

Quanto a mim próprio, a não ser que tenha lido errado, estou satisfeito com o atendimento que me concedeu meu amigo, Deputado Vignatti.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Vamos proceder à votação dos destaques, sem fazer a leitura, porque são muitos, e a relação que V.Exas. receberam contém todos eles, salvo os que dela não constaram por alguma omissão, mas que já foram esclarecidos pelo Relator.

Votaremos a parte que diz respeito tanto aos destaques aprovados, como os parcialmente aprovados e como os rejeitados, nas 3 categorias, excluídos da votação aqueles que serão votados em separado.

Srs. Parlamentares, o art. 138, § 2º, da Resolução nº 1, 2006-CN, estabelece:

Art. 138 .....

§ 1º .....

§ 2º Não será aceita solicitação para votação em separado de destaque após aprovação de requerimento para votação em globo dos destaques.

Sendo assim, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator.

A proposta para votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator está em votação.

Em votação na Câmara dos Deputados os destaques constantes da relação distribuída ao Plenário.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados por unanimidade.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados por unanimidade.

*(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Em seguida, vamos submeter à votação a relação referente aos destaques aprovados parcialmente pelo Relator, cuja relação está aí, salvo os destaques, que passarei a ler agora, que não constam da relação, mas que, conforme já decidido, comporão a relação dos aprovados parcialmente.

O Relator muda o voto dos Destaques nºs 289, 350, 351, 352 e 406, que haviam sido rejeitados, e os aprova parcialmente.

Em votação na Câmara dos Deputados a relação de destaques aprovados parcialmente, com o aditivo apresentado pelo Relator.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação no Senado Federal.

Em seguida, passa-se à votação na representação do Senado da República.

Como votam os Srs. Senadores?

Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados por unanimidade também na representação do Senado da República.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Pela ordem, com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Deputado Vignatti, pode ter sido um erro de redação, de interpretação. Há um destaque supressivo com relação àquela construção do prédio do Conselho de Justiça, quando foi acatado o corte de 50%, e aqui está pela rejeição. Acordamos que seria feito o corte. É um prédio de 60 milhões de reais para o Conselho, Sr. Presidente. Calcule se o Conselho de Justiça Federal precisa de prédio de 60 milhões de reais.

Sugeri o corte, que foi acatado, e não está aqui. Está pela rejeição aqui, Deputado Vignatti. É o Destaque nº 453.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra, o Deputado Vignatti, para um esclarecimento.

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – O entendimento do Deputado Giovanni Queiroz é correto. Eu estava consultando para ver o que aconteceu, porque o seu entendimento foi construído na tarde de hoje, juntamente ao Deputado. Devido à necessidade dessa correção, eu quero retificar, se possível, pela aprovação, como sugeriu o Deputado, porque ele é supressivo e não pela rejeição. Não é isso, Deputado Giovanni Queiroz? Ele é supressivo e não pela rejeição.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Supressivo. Exato.

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – Então, vou fazer a correção desse erro.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – V.Exa. opinou pela rejeição, Deputado Vignatti.

*(Apartes paralelos fora do microfone. Inaudíveis)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Uma explicação sobre a solicitação do Deputado Giovanni Queiroz: houve falha na digitação e a sua emenda, por equívoco, aparece na relação dos projetos pela rejeição. Nesse caso, vamos submeter a voto, depois das explicações oferecidas pelo Deputado Giovanni Queiroz e pelo próprio Relator do PPA, o Destaque nº 453, que é supressivo.

Vamos fazer a votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o destaque do Deputado Giovanni Queiroz, conforme acabou de explicar o próprio Relator, queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em seguida, na representação do Senado da República.

Os Srs. Senadores que aprovam o destaque do Deputado Giovanni Queiroz queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Em seguida, vamos à votação da relação de destaques pela rejeição, ressalvado o destaque que acabamos de aprovar, que equivocadamente se encontrava na relação de rejeição, e os destaques com pedidos para serem votados em separado.

Votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que aprovam a relação de rejeição com a ressalva dos destaques em separado queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação da Câmara dos Deputados.

Como os destaques são pela rejeição, a matéria não vai à votação no Senado. Encerra-se na Câmara dos Deputados.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. tem a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Temos um destaque supressivo de número 491, pela rejeição. É sobre a questão do empenho. E eu queria saber se ele está nessa relação, uma vez que, pelo entendimento que fizemos, esse destaque não pode ser rejeitado, ele tem que ser aprovado de maneira integral e não parcialmente. Gostaria de prestar esse esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Creio que essa matéria, fruto de entendimento, já foi excluída da relação do Relator.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Vamos agora passar à votação em separado.

Destaque nº 14.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam ...

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – Uma correção aqui, Sr. Presidente. Este é o parecer que li anteriormente, sobre o entendimento inicial daquela questão. Por isso, o destaque agora é votado já com o entendimento lido aqui no início pelo Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente esse destaque deve ser rejeitado parcialmente com o texto que foi lido?

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – Ele é pela aprovação parcial.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Pela aprovação parcial, exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Vamos à votação do Destaque nº 14, na forma proposta pelo Relator em entendimento havido com a bancada representada pelo Deputado Vanderlei Macris.

Passa-se à votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a matéria como proposta pelo Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação da Câmara dos Deputados.

Passa-se à votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria na forma proposta pelo Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação do Senado Federal.

Vamos agora ao Destaque nº 16, da mesma forma, objeto de entendimento e esclarecimentos prestados pelo Relator do PPA.

Votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a matéria na forma proposta pelo Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação da Câmara dos Deputados.

Passa-se à votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação do Senado da República.

Quero consultar o Deputado Vanderlei Macris sobre o Destaque nº 491. Foi objeto também de acordo.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Esse destaque, Sr. Presidente, tem o mesmo objeto e muda o número porque foi feito novamente, em função do substitutivo e não mais da proposta original.

Não sei se a Mesa vai considerar prejudicado esse destaque, mas ele pode ser aprovado também, conforme o entendimento que tivemos.

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – Estou aprovando parcialmente, dentro do acordo já estabelecido e lido

aqui. Então, atendo parcialmente. Não precisa prejudicá-lo, não, Deputado Vanderlei Macris.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Estou de acordo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Vamos ao Destaque nº 491, que, conforme o acordo celebrado com a representação da bancada de oposição e o Relator do PPA, deverá ser aprovado parcialmente na forma proposta.

Vamos fazer a votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a matéria, conforme explicado pelo Relator, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação da Câmara dos Deputados.

Passa-se à votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria na forma proposta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Agora vamos ao Destaque nº 494, de autoria do Deputado Eduardo Valverde.

Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde para falar sobre o assunto.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Como já tinha comentado, boa parte dos Deputados apresentou emendas para a Secretaria da Pesca, a pedido do Ministro, visando fortalecer no Brasil uma política de agricultura e pesca.

Fiz o destaque a pedido de diversos Deputados que conversaram com o Ministro da Pesca. Em face dessa conversa, os Deputados apresentaram as emendas.

Como defensor da pesca, solicito ao Relator que acolha o destaque, porque só assim a Secretaria de Pesca terá condições de dar continuidade ao trabalho de envolver a pesca no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. tem 5 destaques: nºs 494, 495, 496, 500 e 501. Consulto V.Exa. se podemos fazer votação em bloco.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – O Relator informa que mantém o voto.

Passa-se à votação...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Voto favorável.

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – O atendimento que fiz ao destaque do Deputado Eduardo Valverde é parcial. O atendimento parcial que temos feito, tendo



em vista que isso é uma questão de grande vulto, é de 20 milhões. O atendimento parcial por emenda é de 20 milhões. Então, o atendimento é parcial, não pela rejeição.

Temos que fazer essa mudança, senão rejeito o destaque do Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Esclareço que o Relator, retificando o seu voto, propõe a aprovação parcial das 5 emendas de autoria do Deputado Eduardo Valverde, que, consultado, concorda em fazer a sua votação em bloco.

Vamos iniciar a votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam os 5 destaques já referidos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação da Câmara dos Deputados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam os destaques na forma proposta pelo Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação do Senado Federal.

Igualmente declaro prejudicados os destaques constantes da separata que foi fornecida ao Plenário da Casa. Não há votação, porque já foram declarados prejudicados.

Encerramos a votação do PPA...

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** – Sr. Presidente....

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. está nervoso demais, Deputado. Tenha paciência. Encerramos a votação do PPA. Não estou dizendo que encerrei a sessão.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** – Sr. Presidente, eu pedi a palavra.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, pela ordem. Apenas para registrar que o Deputado Vignatti foi muito gentil e diligente e pôde, com seu trabalho, logicamente com a assessoria de primeira qualidade que esta Casa tem, fazer um bom relatório do PPA.

É claro que fica o Governo a dever a esta Casa. Quando vier o PPA, que traga junto as metas propostas para que não incorramos em cheques em branco a fim de que várias obras sejam edificadas neste País.

Fica o Governo devendo, porque as correções não puderam ser feitas a contento, uma vez que se desconhecem os objetivos e as metas a serem alcançadas.

Meus parabéns ao Deputado Vignatti pela forma gentil, cortês e decisiva com que enfrentou o PPA e aos nossos assessores da Casa.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Tem a palavra o Deputado Wellington Roberto pela ordem.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Sr. Presidente, cumprimento o nobre Relator Vignatti, que, de uma forma democrática e simples, soube tratar seus companheiros com muita altivez e lealdade.

Parabenizo V.Exa., Deputado Vignatti, como amigo e companheiro da Câmara dos Deputados.

Parabenizo também todos os consultores, o Wagner, o Fidelis, e todo o quadro da Consultoria da Câmara que prestou um relevante serviço ao Relator do PPA.

Parabenizo ainda o Sr. Presidente, Senador José Maranhão, a Sra. Myrna e todos os pares desta Comissão, os Senadores e as Senadoras.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, assim como fizeram meus colegas, cumprimento V.Exa., como Presidente desta Comissão, e especialmente o Deputado Vignatti.

Falo aqui como um Deputado do PSDB, de oposição. Ao longo desse processo de votação do PPA, especialmente no momento crítico do debate e da discussão do remanejamento de 30% das obras do PAC, pudemos, de maneira bastante adulta e séria, construir um entendimento entre Governo e Oposição capaz de garantir e principalmente preservar o interesse do Legislativo, desta Casa, e dar continuidade ao processo de fiscalização e acompanhamento das ações do Governo e da gestão pública.

Portanto, Deputado Vignatti, V.Exa. teve um papel importante nesse processo. Foi um papel que objetivou o entendimento, e não o confronto. Tenho certeza de que poderemos passar, de maneira adulta e conseqüente, a construir, entre Governo e Oposição, defendendo os interesses da sociedade e deste Parlamento, a possibilidade de atuarmos também no Orçamento dessa maneira.

Cumprimento V.Exa., o Sr. Relator, todos os consultores da Casa e os consultores da bancada do PSDB, pois conseguimos construir esse entendimento.

Parabéns e muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Marcelo Castro.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** – Sr.

Presidente, nobres colegas Senadores, fiz uma contestação sobre algumas emendas de vários Estados brasileiros que foram inadmitidas. Isso traria um prejuízo muito grande a esses Estados, notadamente ao Piauí que teve, entre suas 15 emendas, 3...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Permita-me dizer, Deputado Marcelo Castro, que V.Exa. terá amplo direito de palavra para defender a sua contestação, até porque ela será lida, e dar-se-á um enlace melhor entre o discurso de V.Exa. e a contestação.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** – Pois

não.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Sr. Pre-

sidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Manoel Junior.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Sr. Pre-

sidente, gostaria de cumprimentar o nobre Relator, Deputado Vignatti, pelo esmero que teve no trabalho realizado em conjunto com toda a consultoria que o apoiou. E gostaria de exaltar o belíssimo processo democrático aqui realizado, não somente entre os Deputados membros desta Comissão, mas também nas participações de todos que não a integram, principalmente nas audiências públicas. Parabéns ao nosso Relator, pela sensibilidade, ao percorrer as regiões do nosso País, de perceber as diferenças regionais e tentar, na sua peça, fazer reparações, até porque o Orçamento é justamente preconcebido não apenas para ser um instrumento do Executivo, mas principalmente para reparar as desigualdades regionais. Gostaria de agradecer a V.Exa. a forma como tratou os meus destaques, sempre atendendo ao solicitado em nossas emendas. Parabéns também ao Senador José Maranhão pela forma como tem conduzido pontualmente os trabalhos da Mesa, votando agora o PPA. Quem sabe, antes do Natal, concluamos nosso trabalho nesta Comissão e possamos votar o Orçamento de 2008.

Muito obrigado.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Sem querer arrematar e já arrematando, tenho certeza de que o Congresso Nacional, em especial esta Comissão, oferecerá este presente de Natal ao povo brasileiro: a aprovação do Orçamento do País.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra a Deputada Rose de Freitas.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr.

Presidente, tenho certeza de que o que vimos nesta Comissão foi um trabalho de equipe. Gostaria de parabenizar o Presidente por ter conduzido os trabalhos com tranqüilidade; reconhecer no Relator esta pessoa tranqüila, capaz de dialogar com todos, até para dizer “não”, “sim”, “talvez”. Evidentemente esta equipe que está aí, acompanhada dos nossos assessores, produziu este resultado. Também não podemos esquecer que contamos com a colaboração da Myrna, diuturnamente conosco, e do assessor do nosso Relator.

Sr. Presidente, temos de agradecer a esses funcionários a paciência, porque muitas vezes trouxemos nossas demandas de maneira aflitiva, procurando uma solução que não se encontrava em tempo tão exíguo.

Parabéns, Sr. Presidente, de coração pelo seu trabalho, em nome do PMDB. Deputado Vignatti, V.Exa. fez um trabalho brilhante e foi, de acordo com nossos interesses, um conciliador do nosso País nesta peça orçamentária.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

**O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA** –

Meu registro é breve, mas quero associar-me àqueles que aplaudiram o Relator Vignatti pelo belo trabalho realizado em seu relatório. Trata-se de um relatório inteligente, eficiente e que procura contemplar as aspirações das diversas bancadas e dos diversos Parlamentares. Meus cumprimentos a S.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr.

Presidente, gostaria de cumprimentar os Deputados Vignatti e José Pimentel pelas audiências externas que realizaram. Sei que é um sacrifício para o Parlamentar ter um fim de semana para estar em sua base, e eles estiveram, por vários finais de semana, fazendo audiências na sexta, na segunda e na quinta-feira. Isso foi muito importante para a visão que o Parlamentar precisa ter, na hora de atender aos destaques, às emendas, de saber o que está sendo tratado. Ele esteve no Estado, ouviu todos que participaram das audiências públicas, as lideranças, o Governador, o Secretário de Estado, a Federação da Indústria.

Portanto, é muito importante que estas audiências públicas, que são uma inovação da Resolução nº 1, multipliquem-se. Não tivemos, lamentavelmente, os debates que deveriam ter ocorrido nas Comissões Temáticas com os Relatores Setoriais para tratar do Or-

çamento de cada Ministério, para que as emendas de remanejamento tivessem uma discussão mais ampla. Apesar de ser a primeira execução desta nova resolução, esses debates não aconteceram. Mas o Deputado Vignatti está de parabéns porque S.Exa. cumpriu sua parte indo aos Estados, às regiões, não só nas audiências programadas, pois fez várias extras, inclusive no Estado do Paraná. Tenho certeza de que, por isso, seu relatório vai sendo aprovado com tranquilidade. S.Exa. sabe, em cada destaque, em cada emenda, o que está sendo aprovado, o que está favorecendo o progresso do nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Sem nenhuma referência a qualquer pessoa, essa resolução foi aprovada pelo Congresso Nacional. Se ela é boa ou má, houve falha do Congresso Nacional. Portanto, de todos nós.

Por isso estamos fazendo um esforço muito grande, Deputado, os que estão à frente da Comissão de Orçamento, para flexibilizar a aplicação da resolução, até porque, do contrário, não teríamos ido a lugar algum. Essa flexibilização foi feita graças ao espírito conciliador do Relator do PPA, do Relator-Geral assim como dos Relatores Parciais e sobretudo dos membros dos Comitês de Admissibilidade de Emenda que formularam uma inteligente equação que nos permitiu avançar e caminhar diligentemente, como estamos fazendo, apresentando resultados positivos.

A vida é assim. Como diz o sertanejo da Paraíba: “*O serviço ensina*”. O Congresso Nacional fez uma resolução munido das melhores intenções, lamentavelmente o resultado não foi o desejado. Mas aqui tivemos a habilidade, a competência e a sabedoria de construir uma equação que está nos permitindo trabalhar com a eficiência que todos reconhecem.

Com a palavra o Deputado Alex Canziani.

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** – Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar V.Exa. pela maneira como tem conduzido a nossa Comissão, muito especialmente nesta apreciação do PPA. Cumprimento também o

Deputado Vignatti que sempre esteve à disposição de todos os Parlamentares, inclusive, como disse o Deputado Ricardo Barros, indo aos Estados, até aos Estados que não estavam programados. V.Exa., com muita gentileza, participou de reuniões, ouviu a comunidade como um todo. É desta maneira que vamos construir aquilo que queremos para o País. Agradeço especialmente a sua gentileza em acatar nossas emendas.

Não posso também, Sr. Presidente, deixar de reconhecer o trabalho da assessoria desta Casa. Em nome da Dra. Myrna, nossa competente secretária,

estendo os nossos cumprimentos e agradecimentos a toda a equipe competente da consultoria que tem, sem dúvida alguma, prestado um relevante e fundamental trabalho não só para esta Comissão como também para o País.

Parabéns a todos. Continuemos neste mesmo caminho para a votação, se Deus quiser, até o final deste ano, do Orçamento de 2008.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Humberto Souto.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Sr. Presidente, gostaria de aproveitar, pedindo desculpas pelo adiantado da hora, para cumprimentar o Relator do PPA, esse jovem Deputado. Conheço as dificuldades para se chegar a um bom termo, e S.Exa. chegou. Fui Presidente desta Comissão e participei durante muitos anos desta Comissão e conheço as dificuldades de conciliar interesses e decidir honestamente os conflitos que aqui se evidenciam.

Está de parabéns, V.Exa., pelo trabalho que realizou, pela maneira paciente, tolerante e lhana com que tratou os Parlamentares e pela maneira correta, distinta, digna e honrada com que conseguiu aprovar o projeto.

Aproveito, ao mesmo tempo, para cumprimentar o Presidente da Comissão que também teve papel de grande distinção na forma isenta, mas correta e segura, como conduziu os trabalhos. S.Exa. não transigiu em momento algum com nenhuma postulação que não fosse a mais digna que honrasse esta Comissão.

Nós, que assistimos à votação e ao trabalho que vem realizando a Comissão, ao votar o PPA, não poderíamos deixar de fazer esta distinção ao nosso querido Relator pelo trabalho que desempenhou com eficácia, eficiência e inteligência.

Estendo meus cumprimentos à assessoria na pessoa da Myrna, minha secretária na Comissão muitos anos atrás e que vejo até hoje competente, capaz de efetivamente honrar seu trabalho e dignificar os funcionários da Câmara dos Deputados. Meus parabéns, Myrna, por seu trabalho e por sua dedicação aos Parlamentares e para com os trabalhos técnicos. Parabéns a todos vocês.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Vignatti, para dirigir sua saudação.

Aliás, o Deputado Vignatti, revelou-se unanimidade. Cada um de nós tem reconhecido suas qualidades, sua isenção e, sobretudo, seu espírito de grupo.

Evidentemente não há um organismo mais grupal do que o Parlamento. Individualismo é a palavra que não deveria nunca existir na vivência e no trabalho do Congresso Nacional. É importante que se tenha esse espírito de grupo e que se tenha, inclusive, a fortaleza de reconhecer quando se erra, quando se falha. A única diferença que existe entre o erro cometido por homens de má-fé e o erro dos homens de bem é que os homens de bem, quando erram, procuram corrigir seu erro; e quem age de má-fé procura esconder os próprios erros.

Nesta Comissão não houve um momento em que algum de nós, integrantes desta Comissão, não tenha cometido um deslize sequer. Houve falhas, imperfeições, o que sempre haverá, pois errar é humano.

Esse jovem Deputado deu-nos a certeza de que fez o melhor como Relator do PPA. Aliás, tal peça é novidade neste Orçamento. Esta é a primeira vez que se faz o relatório de PPA com detalhamento, zelo e com a preocupação do acerto, o que agora conseguimos realizar graças à disposição e colaboração dos integrantes da Comissão e, diria também, que de todo o Congresso Nacional e graças à forma inteligente com que o nosso Relator soube captar a intenção e a contribuição dos integrantes da Comissão.

Deputado Vignatti, estou jogando os confetes, mas fique certo que não é para lhe conquistar, absolutamente, até porque o que V.Exa. fez de bom ou de mal já está feito. Não existe mais retorno.

Estou fazendo isso, porque eu acho que as pessoas que trabalham com honestidade, com transparência, como V.Exa. trabalhou, merecem o reconhecimento de todos os Companheiros.

Estou fazendo isso também, porque vou pedir licença agora aos Companheiros para me ausentar.

Acho que não há mais nenhuma dúvida aqui.

Existem 2 contestações e 1 recurso.

Eu vou pedir ao Senador Augusto Botelho, nosso querido Companheiro, que tem sido tão freqüente nas reuniões, que assuma a Presidência, porque eu vou ter que me ausentar para uma reunião da bancada do meu Partido no Senado da República.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – CPMF.**

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Maranhão) – Pode ser.

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – Senador José Maranhão, antes de V.Exa. sair, eu também quero fazer, inicialmente, um agradecimento a V.Exa., pela condução do trabalho.

Eu acho que, quando nós trabalhamos da forma que trabalhamos, fazemos um trabalho de equipe.

Então, eu quero dividir com os Srs. Deputados e Srs. Senadores a construção desse relatório no dia de hoje. Acho que, mais do que nunca, todo o mundo colaborou nesse processo, ajudou e foi compreensivo nesse processo. Então, foi um trabalho de muita gente que ajudou, de muitos colaboradores que construíram esse processo aqui nesta Comissão.

Então, eu quero também dedicá-lo de forma direta aos membros desta Comissão e agradecer a todos.

Segundo, quero também fazer um agradecimento a toda a equipe de funcionários; à equipe de meu gabinete, por intermédio da Anahi Reis, que me assessora, que é economista nessa área; ao Mário Capp, em nome da equipe do meu Partido, que nos assessora; ao Fidelis Fantin e todos os consultores que estão aqui presentes, sem nomear todos, ressaltando o trabalho que o Fidelis Fantin teve oportunidade de fazer, ao assumir pela primeira vez a grande tarefa como consultor do PPA nesta Casa. Quero também cumprimentar a Myrna, e em seu nome saudar todos os funcionários, que tiveram a disponibilidade de viajar pelo Brasil, de acompanhar as audiências públicas, deixando aqui sua família, no final de semana. Então, à Myrna e a todos os funcionários que colaboraram nesse processo da construção das idas e vindas estendo os meus agradecimentos.

Quero fazer outra menção aqui, que acho que muitas pessoas às vezes se esquecem. Eu acho que houve, pela primeira vez, uma grande divulgação por parte da imprensa em geral, mas especialmente pela imprensa desta Casa, da TV, do rádio, do jornal e da Agência Câmara, que trabalharam e divulgaram muito. Isso colaborou, inclusive pela quantidade de emendas, para o interesse com relação ao PPA. Todo o processo do PPA, todas as audiências públicas, fato a fato, tudo isso foi extremamente divulgado por esta Casa e também pelos órgãos de imprensa do Senado Federal.

Isso colaborou de forma fantástica para a transparência desse processo. Nós não escondemos nada em nenhum momento, e fomos extremamente transparente com relação à imprensa.

Quero fazer menção também ao Comitê de Emendas, que nos ajudou muito no processo de entendimento que precisava buscar, no acolhimento das emendas, a fim de sanar as dúvidas que precisavam ser sanados nesse processo todo.

Então, por fim, Senador, quero desejar boa-noite a todos, sem mais delongas, porque nós vamos ter oportunidade de falar depois, no Congresso Nacional, com mais tempo, até para aprovar as 2 reivindicações das 2 bancadas aqui, no tocante aos recursos do Rio Grande do Sul e do Piauí, que estão aqui há tempo aguardando.



Então, queria saudar todos e agradecer a todos. Muito obrigado.

Desculpem-me se eu deixei de citar alguém. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Augusto Botelho) – Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2008. Contestações apresentadas, nos termos do art. 148, parágrafo único, Resolução nº 1 de 2006.

Contestação nº 1 de 2007, da CMO, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi.

Objeto da contestação: inadmissibilidade da Emenda nº 71220016.

Esta Presidência defere a contestação, por atender aos estabelecido no art. 148 da Resolução nº 1 de 2006, do Congresso Nacional.

O Autor está com a palavra, para apresentação da contestação.

**O SR. SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI** – Obrigado, Presidente, Senador Augusto Botelho.

É apenas uma correção, Presidente. Na realidade, nós estamos obedecendo a orientação do próprio Comitê, de inadmissibilidade. Após diálogo com os Deputados Claudio Cajado, Ricardo Barros e Vignatti, nosso companheiro que tem atendido a tantos e tem sido tão gentil, enfim, procuramos obedecer a essa orientação, para que a região metropolitana de Porto Alegre seja atendida com a extensão, a construção, a expansão e a melhoria da malha metroviária da TREN-SURB – Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre, atendendo Canoas, Porto Alegre, São Leopoldo, Novo Hamburgo, visando, inclusive, a Copa de 2014.

Precisamos realmente que o Plenário acolha essa contestação, para corrigirmos essa questão e vermos atendida a expansão da linha do metrô na região metropolitana de Porto Alegre. Esta matéria já está aprovada no PPE, e, caso ela não seja atendida pelo Plenário desta Casa, podemos ficar sem a emenda no Orçamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Augusto Botelho) – Seria necessário que o V.Exa. lesse essa primeira página da contestação, só a primeira parte.

**O SR. SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI** – Contestação ao parecer de inadmissibilidade da Emenda nº 7122.0016, nos termos do art. 148 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Apresentamos contestação, nos termos do art. 148 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, relativa à admissibilidade da Emenda nº 7122.0016, apresentada ao PLN nº 31, de 2007, Projeto de Lei Orçamentária para 2008 – PLOA 2008. A inadmissibilidade decorreu da decisão havida na reunião da Comissão de Orçamento, em 23 de novembro de 2007.

Preliminarmente, requer-se seja conhecida a presente contestação, para seu posterior provimento, em razão de a matéria aqui tratada ainda não ter sido apreciada conclusivamente por esta Comissão, não incidindo, portanto, no caso em tela, o disposto no art. 148, §§ 1º e 4º, da Resolução nº 1, de 2006.

Acolhida esta contestação, verificado encontrarem-se presentes todos os pressupostos de seu deferimento, contidos no art. 148 da Resolução, requer-se seja determinado o acolhimento da alteração solicitada pelos autores ao Presidente da Comissão, uma vez que não houve mudança do objeto, e seja declarada pela Comissão a admissibilidade da referida emenda.

Não acolhida a contestação, requer desde já o recurso previsto no parágrafo único do art. 15 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Esta é a contestação, Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Augusto Botelho) – A contestação está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, a discussão está encerrada.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada na Câmara dos Deputados.

Em discussão no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada no Senado.

O Relator deseja fazer uma rápida correção.

Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** – É sobre alguns destaques que acolhi aqui, que ficaram sem o valor. Para não deixar qualquer dúvida no atendimento dos destaques que foram feitos aqui, o valor mínimo é de 20 milhões.

**O SR. SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI** – Sr. Presidente, apenas gostaria de agradecer à Comissão a compreensão e esse gesto que teve aqui. Este Plenário está permitindo que as obras de expansão do TREN-SURB na região metropolitana de Porto Alegre tenham continuidade, de maneira que uma antiga reivindicação da capital gaúcha possa ser atendida.

Agradecemos a compreensão de todos e a solidariedade desta Casa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Augusto Botelho) – Obrigado, Sr. Senador.

Contestação nº 2, de 2007, de autoria do Deputado Marcelo Castro.

Objeto da Contestação: inadmissibilidade das Emendas nºs 7103.0008, 7126.0005, 7113.0015,

7117.0016, 7119.0005, 7119.0010, 7119.0011, 7120.0021 e 7122.0017.

A Presidência defere a contestação, por atender ao estabelecido no art. 148 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

O autor está com a palavra para apresentar a contestação.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, essa contestação foi apresentada pelo mesmo motivo da anterior. Essa é mais ampla, porque, enquanto a anterior cingiu-se apenas ao Rio Grande do Sul, esta diz respeito a todos os Estados brasileiros e a todas as emendas que foram inadmitidas pela mesma razão.

Então, apresentamos a contestação, nos termos do art. 148 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, relativa à admissibilidade das Emendas nºs 7103.0008, 7126.0005, 7113.0015, 7119.0005, 7119.0010, 7119.0011, 71200021 – a 7117.0016 está prejudicada porque já foi aprovada – e 7122.0017, apresentadas ao PLN nº 31, de 2007, Projeto de Lei Orçamentária para 2008 – PLOA 2008. A inadmissibilidade decorreu de aprovação do relatório do Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas – CAE, apreciado no dia 23 de novembro de 2007 por esta Comissão.

Preliminarmente requer-se seja conhecida a presente Contestação, para seu posterior provimento, em razão de a matéria aqui tratada, o Projeto de Lei Orçamentária para 2008, ainda não ter sido aprovada conclusivamente por esta Comissão, não incidindo, no caso em tela, o disposto no art. 148, §§ 1º e 4º, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Acolhida essa contestação, verificado encontram-se presentes nessa contestação os pressupostos de seu deferimento, contidos no art. 148 da Resolução, requer-se seja determinado o acolhimento da alteração solicitada pelos autores ao Presidente da Comissão, uma vez que não houve mudança, mas especificação do objeto, e seja declarada pela Comissão a admissibilidade da referida emenda.

Sendo assim, Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que a submeta à votação em plenário.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Augusto Botelho) – Muito obrigado, Deputado Marcelo Castro.

A contestação está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a discussão está encerrada.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada no Senado.

Está aprovada a contestação, Deputado Marcelo Castro.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Augusto Botelho) – Há mais um recurso. Um momento.

Recurso apresentado nos termos do art. 15, parágrafo único, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Recurso de autoria do Deputado Régis de Oliveira.

Objeto do Recurso: Emenda nº 50120005, da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.

O recurso está prejudicado em função da ausência do autor.

Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr. Presidente, esperei que fossem votadas as contestações primeiro, para deixar registrado o nosso agradecimento, em nome da Liderança do Governo, da Senadora Roseana Sarney e dos demais Vice-Líderes, Deputado Walter Pinheiro e Deputado João Leão, ao Relator, Deputado Vignatti, à Presidência da Comissão e a todos os Líderes da base e também da Oposição pelo apoio para que concluíssemos nesta noite a votação. Se Deus quiser, na próxima quarta-feira, na sessão do Congresso, encerraremos a votação do PPA, para que possamos nos concentrar na Lei Orçamentária. Acho que é um avanço.

Ao mesmo tempo, gostaria de cumprimentar o Deputado Ricardo Barros. A Resolução foi um esforço da Casa. Vamos aperfeiçoando, acho que é com o tempo que vamos realmente melhorando. Mas ela já nos ajudou a avançar, uma vez que estamos concluindo a votação do PPA com tempo, com folga, para podermos nos dedicar, então, à Lei Orçamentária, o que facilita muito. Gostaria, principalmente, de ressaltar a democratização, a abertura dos seminários que fizemos, no ano passado, por uma decisão da Comissão, mas neste ano, por uma norma. Considero fundamental permitir que a população tenha uma participação maior.

Deixo, portanto, a toda a assessoria técnica da Comissão e dos partidos, os nossos cumprimentos.

Vamos agora para casa com a consciência tranquila de que demos mais um passo para que possamos, de fato, antes do Natal, se Deus quiser, concluir a votação da peça orçamentária e do Plano Plurianual.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Augusto Botelho)

– Todos esperamos por isso.

Antes de encerrar a reunião, convoco reuniões extraordinárias a serem realizadas no dia 4 de dezembro, terça-feira, às 10h e às 14h30min.

Gostaria de louvar os membros da Comissão, os nossos funcionários, os servidores e todos os assessores pelo trabalho desenvolvido.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, gostaria de sugerir a V.Exa. que convocasse também uma reunião para quarta-feira, às 10h, pois se houver algum problema na terça-feira à tarde, só poderemos convocar reunião para a outra terça-feira à tarde. E não custa nada deixar convocada uma reunião para quarta-feira, às 10h.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Augusto Botelho)

– O Plenário prefere que seja na terça-feira.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Tudo bem. Mas é preciso convocar com 24 horas de antecedência. Então, temos de convocar agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Augusto Botelho)

– Gostaria de deixar claro que, na próxima semana, serão convocadas reuniões todos os dias para a votação dos relatórios setoriais. Portanto, desde já, ficam convocadas reuniões para todos os dias da próxima semana para a votação dos relatórios setoriais. Os horários serão divulgados na sexta-feira pela Secretaria.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr.

Presidente, corroborando as palavras do Deputado Gilmar Machado, quero lembrar que há anos não votávamos o PPA antes do Orçamento.

E, embora muitos estejam lamentando essa resolução, é preciso ressaltar que não há nada a lamentar. Quero ver a dificuldade que aqueles que querem modificá-la terão para convencer os demais, porque a resolução produziu efeitos excelentes. Pena que, por conta de discussão de interpretação, os comitês tenham sido nomeados de forma atrasada; pena que os Relatores Setoriais não atuaram durante todo o ano, embora estivessem nomeados. Mas tenho certeza de que, a partir do próximo ano, as pessoas terão mais clareza do poder e da facilidade que têm agora. As próprias bancadas poderão chamar o Relator Setorial e levá-lo ao seu Estado, para mostrar as obras prioritárias. E, dessa forma, os Relatores terão mais clareza em relação ao que estão aprovando nas suas decisões.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Augusto Botelho)

– No próximo ano, a Comissão será renovada 100%. Então, teremos de ter alguém para orientar.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

**Ata da Sétima Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 4, 5 e 6 de dezembro de 2007.**

Aos quatro, cinco e seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e sete, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes das Pauta nºs 36 e 37. Foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Claudio Cajado, Daniel Almeida, Edinho Bez, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Humberto Souto, José Pimentel, Manoel Junior, Márcio Reinaldo Moreira, Nelson Meurer, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Rafael Guerra, Regis de Oliveira, Roberto Rocha, Rose de Freitas, Vanderlei Macris, Vignatti, Walter Pinheiro, Wellington Roberto e Zé Gerardo; – **Senadores titulares:** Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Jayme Campos, João Ribeiro, José Maranhão, Leomar Quintanilha e Sérgio Zambiasi; – **Deputados suplentes:** Alex Canziani, Carlos Alberto Leréia, Carlos Eduardo Cadoca, Carlos Melles, Devanir Ribeiro, Duarte Nogueira, Eduardo Valverde, Geraldo Resende, Gorete Pereira, João Carlos Bacelar, João Leão, João Magalhães, Lael Varella, Luiz Carreira, Marcelo Castro, Marcos Medrado, Miguel Corrêa Jr., Pedro Chaves, Ricardo Barros e Silvio Lopes; – **Senadores suplentes:** Expedito Júnior, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Jonas Pinheiro, Lúcia Vânia e Romeu Tuma. Registrou-se a presença dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Betinho Rosado, Gilmar Machado, Hugo Leal, Jovair Arantes, Luciano Castro e Rodrigo Rollemberg; e o Senador Gilvam Borges. Foi justificada a ausência do Deputado Pedro Novais, membro titular. Foi registrada a ausência dos membros titulares: – **Deputados:** Giacobbo, Ivan Valente e Musa Demes; – **Senadores:** Cristovam Buarque, Efraim Morais e Sérgio Guerra. **ABERTURA:** às onze horas e sete minutos do dia quatro de dezembro e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente, Senador José Maranhão, declarou iniciados os trabalhos. **EXPEDIENTE:** conforme solicitação do Deputado Regis de Oliveira apresentada na 11ª Reunião Ordinária, realizada em 27/6/2007, o Presidente colocou em votação a dispensa da leitura dos expedientes, que foi **aprovada** por unanimidade. Determinou ao Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião e à



Secretaria da Comissão que enviasse aos membros e às Lideranças Partidárias através do correio eletrônico. **ORDEM DO DIA:** O Presidente apresentou requerimento para inversão de pauta, solicitando a apreciação das matérias constantes da Pauta nº 37 inicialmente. Não houve debate. Em votação, o requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. PAUTA nº 37. **Apreciação dos Relatórios Setoriais apresentados às Áreas Temáticas da Proposta Orçamentária para 2008 (PLN nº 30/2007-CN). Área Temática VII – Justiça e Defesa.** Relator Setorial: Senador Sérgio Zambiasi. O Deputado José Pimentel, na qualidade de Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2008, fez uso da palavra para informar que faria, no tempo oportuno, atendimento aos Coordenadores de Bancadas Estaduais, para evitar o grande número de destaques a serem apresentados na fase de relatoria setorial. A seguir, os pontos mais relevantes do Relatório foram apresentados assim como as Erratas 1 e 2. Encerrada a explanação, o Presidente anunciou o início da discussão e do prazo para apresentação de destaques. O Deputado Vanderlei Macris discutiu o assunto. O Presidente sugeriu que o relator setorial se manifestasse após as intervenções de todos os inscritos para o debate e o Plenário assentiu. Continuaram a discutir a matéria os Deputados Cláudio Cajado, Alex Canziani, Edinho Bez, Pedro Fernandes. O Deputado José Pimentel propôs que os destaques apresentados na fase de relatoria setorial fossem encaminhados a ele na forma de indicação, tendo em vista haver poucos recursos para atendimento nessa fase. A seguir, o relator respondeu aos questionamentos efetuados. Não havendo mais oradores inscritos, o Presidente encerrou a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Em votação, o Relatório Setorial da Área Temática VII – Justiça e Defesa, com as Erratas 1 e 2, foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques. – Apreciação dos destaques apresentados. O Presidente anunciou inicialmente que havia cinco destaques apresentados e, em seguida, retificou informando que eram sete. Destaque 1, de autoria do Deputado Pedro Fernandes. O autor apresentou o destaque e em seguida o retirou. Destaque 2, de autoria do Deputado Alex Canziani. **Retirado** pelo autor. Destaques 3 a 5, de autoria do Coordenador da Bancada de Rondônia, Deputado Eduardo Valverde. Voto do relator: pela rejeição. Ausente o autor, mas de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 138 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente anunciou a votação dos destaques em bloco, que foram **rejeitados** na re-

apresentação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal conforme estabelece o art. 43 § 1º do Regimento Comum. Destaques 6 e 7, de autoria do Deputado Eduardo Valverde. **Prejudicados** pela ausência do autor. Os trabalhos foram suspensos às doze horas e treze minutos e convocada a continuação para as vinte horas daquele dia. Às dezenove horas e quarenta minutos do mesmo dia, no exercício da Presidência conforme estabelece o caput do art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, o Deputado José Pimentel informou que os trabalhos seriam adiados para o dia seguinte, às dez horas, em virtude da continuação da ordem do dia no Plenário do Senado Federal. Em seguida, a reunião foi suspensa. Às onze horas e trinta e sete minutos do dia cinco do mesmo mês, o Presidente reabriu os trabalhos. **Área Temática IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte.** Relator Setorial: Deputado Manoel Júnior. O Deputado Eduardo Sciarra, pelo DEM, informou que havia acordo para apreciação desse Relatório Setorial, porém havia necessidade de analisar mais detalhadamente os Relatórios entregues das outras áreas temáticas, sendo seguido pelo Deputado Vanderlei Macris. A seguir, o Relator Setorial apresentou o Relatório e a Errata. Encerrada a leitura, os debates foram iniciados, bem como o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria os Deputados Cláudio Cajado, Zé Gerardo e Eduardo Sciarra, que questionou quais eram os Relatórios Setoriais que haviam sido entregues pelos respectivos relatores. O Presidente prestou o seguinte esclarecimento: **Área Temática IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte.** Distribuição: 4/12, às 9 horas e quarenta minutos; disponibilidade na Página da Comissão na Internet: 3/12, às 19 horas e trinta minutos; **Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário.** Distribuição: 5/12, às 10 horas; disponibilidade na Página da Comissão na Internet: 4/12, às 18 horas e vinte minutos. **Área Temática II – Saúde.** Distribuição: 5/12, às 10 horas; disponibilidade na Página da Comissão na Internet: 4/12, às 22 horas e quinze minutos. **Área Temática V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano.** Distribuição: 5/12, às 19 horas e vinte e seis minutos; disponibilidade na Página da Comissão na Internet: 4/12, às 18 horas e trinta minutos. A seguir, o Presidente convidou o relator da Receita do Projeto de Lei Orçamentária para 2008, Senador Francisco Dornelles, para compor a Mesa, em virtude da entrega formal do Relatório da Segunda Avaliação da Receita. De posse da palavra, o relator teceu considerações rápidas sobre o Relatório. Dando prosseguimento, o Presidente continuou o debate do Relatório Setorial da Área Te-



mática IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte. Às treze horas e dezessete minutos, o Deputado Roberto Rocha, Segundo Vice-Presidente, assumiu a direção dos trabalhos. Continuaram a debater a matéria os Deputados Vanderlei Macris, Pedro Chaves, Carlos Alberto Leréia, Betinho Rosado, Gilmar Machado, Rodrigo Rollemberg, Rose de Freitas, Eduardo Valverde, Wellington Roberto, Humberto Souto, Daniel Almeida, João Magalhães, Hugo Leal e Alex Canziani. O Deputado Giovanni Queiroz, ao discutir a matéria, questionou sobre o cronograma de votações dos Relatórios Setoriais, ao tempo em que informou que o Tribunal de Contas da União não havia se manifestado sobre o expediente encaminhado pela Presidência que solicitava informações sobre requerimento de sua autoria, aprovado pelo Plenário da Comissão. A seguir, o relator respondeu aos questionamentos efetuados pelos debatedores. Nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN*, o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas individuais, tendo em vista que já houve manifestação quanto às emendas coletivas. Em votação, a autorização foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em votação, o Relatório com a Errata foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques. Os trabalhos foram suspensos às quatorze horas e vinte minutos e convocada a continuação para as vinte horas daquele dia. Às vinte horas e cinquenta e três minutos do mesmo dia, o Presidente deu continuidade à reunião. – Apreciação dos 85 destaques da Área Temática IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte. O relator setorial prestou esclarecimentos sobre a lista dos destaques, com o respectivo voto, e informou que, por erro material, o destaque nº 38 constou na lista de destaque como aprovado, mas, o correto é constar na lista dos aprovados parcialmente. De acordo com o disposto no *art. 138 § 1º da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente solicitou autorização para votação dos destaques em bloco, por tipo de voto do relator. Em votação, a autorização foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **1) Destaques com voto do relator pela aprovação parcial:** 1 a 6, 9 a 12, 15, 16, 18, 20 a 23, 30 a 46, 49, 50, 52, 54, 55, 59 a 62, 66, 67, 70 a 76, 80, 81, 84 e 85. Em votação em bloco, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **2) Destaques com voto do relator pela rejeição:** 7, 8, 13, 14, 17, 19, 47, 48, 51,

53, 56 a 58, 63 a 65, 68 e 69. Em votação em bloco, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. **3) Destaques com voto do relator pela prejudicialidade:** 24 a 29, 77 a 79, 82 e 83. O Presidente declarou **prejudicados** estes destaques. **Área Temática V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano.** Relator Setorial: Senador Jayme Campos. O Deputado Giovanni Queiroz questionou o prazo de distribuição do Relatório. Discutiram o assunto os Deputados Zé Gerardo, Walter Pinheiro, Cláudio Cajado e Vanderlei Macris. A Deputada Rose de Freitas informou que o Relatório Setorial referente à Área Temática II – Saúde ainda não havia sido concluído. A seguir, o relator setorial apresentou o Relatório. Encerrada a leitura, o Presidente anunciou que estava iniciada a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Os debates foram iniciados. Às vinte e uma horas e cinquenta e oito minutos, o Deputado Manoel Júnior assumiu a direção dos trabalhos, conforme estabelecido no *caput do art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*. Discutiram o Relatório os Deputados Pedro Chaves, o Senador João Ribeiro, e os Deputados Zé Gerardo, Geraldo Resende, Hugo Leal, Rose de Freitas, Walter Pinheiro, Luciano Castro, João Leão, João Magalhães, Eduardo Valverde. O relator setorial respondeu aos questionamentos efetuados. Às vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos, a discussão e o prazo para apresentação de destaques foram encerrados. Nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às **emendas individuais** apresentadas a essa Área Temática, tendo em vista que já houve manifestação quanto às emendas coletivas. Em votação, a autorização foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A apreciação dos destaques foi adiada. Ao ser questionado pelo Deputado Wellington Roberto, o Presidente anunciou a apreciação do Relatório Setorial da **Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário.** Relator Setorial: Deputado Carlos Melles. O relator setorial apresentou o Relatório. Iniciados os debates, foi aberto o prazo para apresentação de destaques. Debateram a matéria os Deputados Eduardo Valverde, Eduardo Sciarra, Gilmar Machado, Ricardo Barros, João Magalhães e José Pimentel. Ao ser questionado pelo Deputado Vanderlei Macris, o Presidente informou que não haviam sido entregues outros Relatórios Setoriais das Áreas Temáticas do Projeto de Lei Orça-

mentária para 2008. O relator respondeu aos questionamentos efetuados. À zero hora e três minutos do dia seis do mesmo mês, o Presidente anunciou o encerramento da discussão e do prazo para apresentação de destaques. Nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN*, o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas individuais, tendo em vista que já houve manifestação quanto às emendas coletivas. Em votação, a autorização foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em votação, o Relatório da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques. À zero hora e doze minutos, os trabalhos foram suspensos e convocada a continuação para as dez horas daquele dia. Às onze horas do dia seis do mesmo mês, o Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado Roberto Rocha, deu continuidade à reunião. – Apreciação dos destaques da **Área Temática V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano**. O Relator leu o parecer sobre os destaques apresentados. O Senador Francisco Dornelles questionou o Relator e foi respondido. De acordo com o disposto no *art. 138 § 1º da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente em exercício solicitou autorização para votação dos destaques em bloco, por tipo de voto do relator. Em votação, a autorização foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **1) Destaques com voto do relator pela aprovação parcial:** 16, 27, 33, 43, 49 e 53. Em votação em bloco, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **2) Destaques com voto do relator pela rejeição:** 1 a 15, 17 a 23, 25, 26, 28 a 32, 34 a 41, 44 a 48, 50 a 52. Em votação em bloco, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. **3) Destaques com voto do relator pela prejudicialidade:** 24 e 42. O Presidente declarou **prejudicados** estes destaques. O Deputado Ricardo Barros sugeriu que fosse dado prosseguimento aos trabalhos. Discutiram o assunto os Deputados Zé Gerardo, Gilmar Machado, Cláudio Cajado e José Pimentel. A seguir, o Presidente anunciou a apreciação dos 24 destaques apresentados à Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário. O relator setorial apresentou voto pela rejeição de todos os destaques apresentados. O Presidente

em exercício apresentou proposta para votação dos destaques em bloco, por tipo de voto do relator que, em votação, foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em votação, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. Às onze horas e vinte e oito minutos, os trabalhos foram interrompidos e reiniciados às onze horas e cinquenta e quatro minutos do mesmo dia. Apreciação do Relatório Setorial referente à **Área Temática II – Saúde**. Relator Setorial: Deputado Rafael Guerra. O relator iniciou a leitura e foi interrompido pelo Presidente em exercício, que propôs que o prazo para apresentação de destaques fosse aberto. O Deputado Cláudio Cajado propôs que fosse apresentado resumo do Relatório, tendo em vista a sua distribuição antecipada aos membros da Comissão. A seguir, foi dado prosseguimento à leitura do Relatório. Finalizada a apresentação, foi dado início ao debate e aberto o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria os Deputados Cláudio Cajado, José Pimentel, Zé Gerardo, Pedro Chaves, Giovanni Queiroz, Rodrigo Rollemberg, Jovair Arantes, Rose de Freitas, João Leão, Humberto Souto, Eduardo Sciarra, João Magalhães, Carlos Alberto Leréia. O relator respondeu aos parlamentares. O Deputado Gilmar Machado solicitou celeridade no debate, tendo em vista que a Sessão no Plenário do Congresso Nacional estava marcada para às treze horas daquele dia. Finalizando a discussão, pronunciaram-se os Deputados Ricardo Barros, Eduardo Valverde e Manoel Júnior. O relator respondeu aos debatedores. Nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN*, o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas individuais, tendo em vista que já houve manifestação quanto às emendas coletivas. Em votação, a autorização foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em votação, o Relatório da Área Temática II – Saúde foi **aprovado** contra o voto do Deputado Ricardo Barros na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, na representação do Senado Federal, ressalvados os destaques. A seguir, o Deputado Cláudio Cajado apresentou requerimento para inclusão na pauta do Requerimento nº **25/2007-CMO**, de sua autoria. Em votação, a proposta de inclusão na pauta foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXTRAPAUTA**. Apreciação do Requerimento nº 25/2007-CMO, que solicita o en-

caminhamento ao Tribunal de Contas da União a solicitação de informações referentes aos subtítulos com indícios de irregularidades graves constantes da programação do Projeto de Lei nº 43/2007, do Congresso Nacional. Em votação, o Requerimento nº 25/2007-CMO foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às treze horas e dez minutos, os trabalhos foram suspensos. Às quinze horas e trinta e quatro minutos do mesmo dia, o Presidente deu continuidade à reunião e fez um breve histórico do que havia ocorrido naquela manhã: a) votação dos destaques apresentados às Áreas V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano e IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário; b) apresentação, início e encerramento da discussão e do prazo para apresentação de destaques referentes à Área Temática II – Saúde. A seguir, anunciou a apreciação dos 42 destaques apresentados à Área Temática II – Saúde. O relator setorial deu voto aos destaques. O Presidente apresentou proposta para votação dos destaques em bloco, por tipo de voto do relator que, em votação foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Presidente fez a leitura completa do relatório de destaques. Discutiram o assunto os Deputados Ricardo Barros e Rose de Freitas. Os Deputados Manoel Júnior e João Leão solicitaram a votação separadamente dos destaques 41 e 16, respectivamente. O Presidente respondeu que somente os autores poderiam fazer a solicitação. O relator setorial informou que não havia recursos disponíveis para atendimento de destaques além dos que constavam da lista. A seguir, informou que para viabilizar o atendimento de 8 destaques aprovados parcialmente, no valor de R\$ 70 milhões, e conforme o disposto no *art. 81, I, d, da Res. nº 1/2006-CN*, o Relator Setorial, Deputado Rafael Guerra, reduziu as dotações aprovadas nas seguintes emendas: 1) Emenda nº 6006.0001, da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal: R\$ 5 milhões da fonte 151; 2) Emenda 5021.0001, da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados: R\$ 65 milhões do GND 3 e R\$ 50 milhões do GND 4. Em votação, a redução nos valores lidos das emendas nºs 6006.0001 e 5021.0001 foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Ricardo Barros solicitou que fosse feita a transferência de 10 milhões da emenda 7117.0017 para a emenda 7117.0003. Proposta para votação dos destaques em bloco, por tipo de voto do relator, com exceção dos destaques 7 e 35, do Deputado Ricardo Barros. Em votação, a proposta foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **1) Des-**

**taques com voto do relator pela aprovação parcial:** 2, 10, 12, 14, 24, 36 e 42. Em votação em bloco, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **2) Destaques com voto do relator pela rejeição:** 1, 3, 4, 6, 8, 9, 11, 13, 15 a 22, 25 a 30, 33 e 37 a 41. Em votação em bloco, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. **3) Destaques com voto pela prejudicialidade:** 5, 23, 31, 32 e 34. Os destaques foram declarados **prejudicados**. – **Destaques solicitados para votação separadamente:** 7, do Deputado Alex Canziani e 35, do Deputado Ricardo Barros. Por acordo feito entre o Relator Setorial e o Deputado Ricardo Barros, foi **aprovada** por unanimidade a transferência de R\$ 10 milhões do destaque 7, que teve voto do relator pela aprovação parcial, para o destaque 35, que havia tido voto do relator pela rejeição. A seguir, o Deputado Cláudio Cajado sugeriu que fossem canceladas as demais reuniões convocadas para o restante da semana, o que foi acolhido pelo Presidente. **ENCERRAMENTO:** os trabalhos foram encerrados às dezesseis horas e vinte e quatro minutos do dia seis de dezembro de 2007. Antes, foi convocada reunião extraordinária a ser realizada no dia onze de dezembro, às dez horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador José Maranhão, Presidente.**

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Havendo número regimental para a abertura dos trabalhos, declaro iniciada a 7ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a qual é destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nº 36 e 37/2007.

Expediente.

Conforme solicitação do Deputado Regis de Oliveira, apresentada na 11ª reunião ordinária, realizada em 27 de junho de 2007, coloco em votação a dispensa da leitura dos expedientes.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



Aprovada no Senado Federal, por unanimidade.

Determino ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas desta reunião.

### EXPEDIENTE

Conforme solicitação do Deputado Regis de Oliveira apresentada na 11ª Reunião Ordinária, em 27/6/2007, o Presidente colocou em votação a dispensa da leitura dos expedientes, que foi **aprovada** por unanimidade. Determinou ao Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião e à Secretaria da CMO que enviasse aos membros e às Lideranças Partidárias através do correio eletrônico.

Correspondência Interna Recebida:

1) Ofício nº 405, de 28 de novembro, do Presidente do Senado Federal, Interino, Senador Tião Viana, solicitando alteração e retificação de emenda da Comissão Diretora.

2) Ofício nº 19, de 28 de novembro, do Deputado Hugo Leal, Coordenador da Bancada do Rio de Janeiro, solicitando que seja desconsiderada emenda de remanejamento de despesa nº 71200003 apresentada ao PLN 30/2007-CN – LOA 2008.

3) Ofício nº 215, de 30 de novembro, do Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, indicando a Senadora Lúcia Vânia em substituição ao Senador Sérgio Guerra na relatoria da Área Temática Fazenda, Desenvolvimento e Turismo do Projeto de Lei Orçamentária para 2008.

– Expedientes solicitando alteração na MODALIDADE DE APLICAÇÃO em emendas parlamentares encaminhados às Consultorias de Orçamento, para análise, e posterior encaminhamento à Secretaria com o respectivo parecer:

1) Ofício S/nº, 12 de novembro, FRANCISCO GRAZIANO NETO.

2) Of. 639/07 – GDACB, 20 de novembro, Deputado ANTÔNIO CARLOS BIFFI.

3) Of.139-07/BANCADA/MS, 23 de novembro, Bancada do Mato Grosso do Sul.

4) Ofício nº 030/BANC/RR/07, 26 de novembro, Bancada de Roraima.

5) OF.109/BANCES/2007, 27 de novembro, Bancada Federal do Estado do Espírito Santo.

6) Of. nº 145/07-GG, 28 de novembro, YEDA CRUSIUS.

7) OF. Nº 43/2007, 28 de novembro, Bancada do Paraná.

8) OF. Nº 154/2007 – GDJL, 28 de novembro, Deputado JOÃO LEÃO.

9) OFÍCIO Nº 219 – GAB 286-CD, 29 de novembro, Deputado CARLOS SANTANA.

Expedientes solicitando retificação de emendas apresentadas ao PLN 31/2007-CN (PPA 2008-2011):

1) OF/A/PSB/477/07, 28/11/2007, Deputado MÁRCIO FRANÇA.

Expedientes solicitando retificação de emendas apresentadas ao PLN 30/2007-CN (PLOA 2008):

1) Of. 032/07Bancada do Amazonas,21/11/2007,Bancada do Amazonas.

2) Ofício nº 48/2007,21/11/2007,Bancada do Rio Grande do Norte.

3) Ofício nº 740/2007 – CD,21/11/2007,Bancada de Rondônia.

4)Of./GSFA/1277/07,22/11/2007,Senador Flávio Arns.

5) Of.00692-07/GAB/MM,22/11/2007,Senador Magno Malta.

6) Ofício GAB NP n.123/2007,22/11/2007,Deputado Nilson Pinto.

7) Of.n. 122/2007,21/11/2007,Deputado André de Paula.

8) OF/GSLQUI N. 465/2007,21/11/2007,Senador Leomar Quintanilha.

9) Expedientes s/n. (3 expedientes),22/11/2007,Deputado César Silvestri.

10) Ofício s/nº ,26/11/2007,Deputada ALICE PORTUGAL.

11) OFÍCIO CD. 044/07,26/11/2007,Deputado CHICO D'ANGELO.

12) Ofício nº 241/2007,19/11/2007,Deputado DJALMA BERGER.

13) Ofício nº 277 / 2007,22/11/2007,Deputada JUSMARI OLIVEIRA.

14) Ofício n.º 279 / 2007,26/11/2007,Deputada JUSMARI OLIVEIRA.

15) OF.GAB/PRP 509/2007,26/11/2007,Deputado PROFESSOR RUY PAULETTI.

16) Of. Emendas Gab. Dep. SA/11/2007,26/11/2007,Deputada SOLANGE AMARAL.

17) Ofício nº 02134/2007,23/11/2007,Senador EDUARDO SUPLICY.

18) Expediente s/nº ,23/11/2007,Deputado MIGUEL MARTINI.



19) OF GAB Nº 103/2007, 26/11/2007, Deputado ILDERLEI CORDEIRO.

20) Of. nº 151/2007/GDJC, 26/11/2007, Deputada JANETE CAPIBERIBE.

21) Ofício 144/ 2007, 26/11/2007, Deputado JOSÉ MENTOR.

22) OF.348/ 254/2007, 26/11/2007, Deputado LINDOMAR GARÇON.

23) Ofício nº 080E/07, 26/11/2007, Deputado MAURÍCIO TRINDADE.

24) Ofício nº 788/2007/M.H., 27/11/2007, Deputado MÁRIO HERINGER.

25) Ofício nº 289/2007, 27/11/2007, Deputada JUSMARI OLIVEIRA.

26) Ofício nº 128/2007, 23/11/2007, Deputado MARCELO ITAGIBA.

27) Of. GSHF 237/2007, 26/11/2007, Senador HERÁCLITO FORTES.

28) Ofício nº 154/2007/GAB/RM, 26/11/2007, Deputado ROBERTO MAGALHÃES.

29) Ofício nº 096/2007, 27/11/2007, Deputado CÂNDIDO VACCAREZZA.

30) OF. 1323/2007, 27/11/2007, Deputado DOMINGOS DUTRA.

31) Ofício SF/GSJN nº 592/2008, 27/11/2007, Senador JOSÉ NERY.

32) Of. n. 182/2007, 26/11/2007, Deputada ANTÔNIA MAGALHÃES DA CRUZ.

33) Ofício nº 378-537/2007, 27/11/2007, BANCADA DE SÃO PAULO.

34) Ofício BFP 039/2007, 26/11/2007, BANCADA DO PARANÁ.

35) OFÍCIO – GAB 582/2007, 27/11/2007, Deputado DUARTE NOGUEIRA.

36) Ofício nº 049/2007, 21/11/2007, BANCADA DO RIO GRANDE DO NORTE.

37) Ofício Nº 296/2007 – GDFM, 27/11/2007, Deputado FELIPE MAIA.

38) OFÍCIO Nº 83/2007/GAB. 735/FM, 27/11/2007, Deputado FERNANDO MELO.

39) PF/GB/395/2007, 28/11/2007, Deputado GERMANO BONOW.

40) OF. Nº 128/2007, 27/11/2007, Deputado HENRIQUE FONTANA.

41) Ofício nº 110 – CH-GDJB/DF, 27/11/2007, Deputado JAIR BOLSONARO.

42) OF.GAB.DEP.JTM. Nº 074/2007, 27/11/2007, Deputado JORGE TADEU MUDALEN.

43) Ofício nº 318/2007 – GDJL, 27/11/2007, Deputado JURANDY LOUREIRO.

44) Ofício nº 0156/07, 27/11/2007, Deputado LEONARDO PICCIANI.

45) OF. 348/GAB 254/2007, 26/11/2007, Deputado LINDOMAR GARÇON.

46) Of. n. 84/2007/CD, 27/11/2007, Deputada LUCIANA GENRO.

47) Ofício Gab nº 0127/2007, 27/11/2007, Deputado MENDONÇA PRADO.

48) Ofício GNP 046/2007, 27/11/2007, Deputado NELSON PELLEGRINO.

49) Ofício nº 089/2007, 22/11/2007, Deputado OSMAR JÚNIOR.

50) OF Nº 121 GAB 229/07, 27/11/2007, Deputado PAULO RUBEM SANTIAGO.

51) OFDPF Nº 121/2007, 26/11/2007, Deputado PEDRO FERNANDES.

52) Ofício nº 412/2007, 27/11/2007, Deputado RUBENS OTONI.

53) Ofício nº 210 e 211/07 – GAB 429, 26/11/2007, Deputado SARAIVA FELIPE.

54) Of. Gab. In 131 e 132/07, 27/11/2007, Deputado SÉGIO MORAES ( 2 Ofícios).

55) Ofício nº 383/2007 – GP/CD/DF, 26/11/2007, Deputado VALTENIR LUIZ PEREIRA.

56) Ofício nº 1473/07 – GAB, 27/11/2007, Deputado WILLIAM WOO.

57) OF/GAB/0035/2007, 27/11/2007, Deputado Deley.

58) Of. 105/2007 – GAB 282, 27/11/2007, Deputado Edson Santos.

59) OFÍCIO Nº 742/2007 – CD, 28/11/2007, Deputado Eduardo Valverde.

60) Ofício nº 204/07, 27/11/2007, Deputado Filipe Pereira.

61) Ofício 144/2007, 26/11/2007, José Mentor.

62) OFÍCIO Nº 491/JD/2007, 27/11/2007, Deputado Júlio Delgado.

63) Of. nº. 270/GAB, 28/11/2007, Deputado Regis de Oliveira.

64) Ofício VP nº 284/2007, 28/11/2007, Senador Valter Pereira.

65) Of. 189/07 – GDV, 28/11/2007, Deputado Vicentinho.

66) OF.GSAVC Nº 214/2007B/0035/2007, 28/11/2007, Senador ANTONIO CARLOS VALADARES.

67) OFÍCIO Nº 215 – GAB 286-CD, 28/11/2007, Deputado CARLOS SANTANA.

68) Of.040/2007, 28/11/2007, Deputado JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI.

69) Ofício nº 973/2007, 27/11/2007, Deputado JOSÉ CARLOS MACHADO.

70) OF.284/07/Gab.L.B., 28/11/2007, Deputado LUIZ BASSUMA.

71) OF. 23 e 24/07, 27/11/2007, Deputado RENILDO CALHEIROS.

72) Ofício nº 212/07 – GAB 429, 28/11/2007, Deputado SARAIVA FELIPE.

73) Ofício nº 108/2007, 28/11/2007, Deputado ALBANO FRANCO.

74) Ofício nº 134/2007, 28/11/2007, Senador ALMEIDA LIMA.

75) Ofício 828/2007, 28/11/2007, Deputado ANTÔNIO ROBERTO.

76) Ofício nº 18/2007, 28/11/2007, BANCADA DO RIO DE JANEIRO.

77) Ofício nº 053 – GDFF, 28/11/2007, BANCADA DO RIO GRANDE DO NORTE.

78) Ofício nº 098/2007/GDCVóí, 28/11/2007, Deputado CÂNDIDO VACCA-REZZA.

79) OF. nº 232/07, 28/11/2007, COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL/CD.

80) OFÍCIO CD/Nº 197/07, 28/11/2007, Deputado DAVI ALVES SILVA JÚNIOR.

81) OF. 1340/2007, 28/11/2007, Deputado DOMINGOS DUTRA.

82) Ofício Nº 495/2007, 28/11/2007, Deputado GERALDO RESENDE.

83) OF. GAB.DEP.JTM. Nº 080/2007, 27/11/2007, Deputado JORGE TADEU MUDALEN.

84) OFÍCIO Nº 387/2007 – GSKAAB, 27/11/2007, Senadora KÁTIA ABREU.

85) Ofício GDLV 140/2007, 28/11/2007, Deputado LÉO VIVAS.

86) OF.I 044/2007 – GAB/LAC – ENM, 27/11/2007, Deputado LUIZ COUTO.

87) Ofício nº 0128/2007, 28/11/2007, Deputado MENDONÇA PRADO.

88) Ofício nº 226/2007, 26/11/2007, Deputado PAULO MALUF.

89) OF GDVF-062-2007, 28/11/2007, Deputado VALADARES FILHO.

90) Ofício nº 229/2007 – CBMG, 28/11/2007, BANCADA DE MINAS GERAIS.

91) Ofício nº 031/07, 27/11/2007, Deputado FERNANDO LOPES.

92) Ofício n/ 105/2007/Gab. SC, 27/11/2007, Deputado SÍLVIO COSTA.

93) Of. IA Nº 144/2007 – CDCE, 28/11/2007, BANCADA DO CEARÁ.

94) Ofício s/nº, 29/11/2007, BANCADA DA PARAÍBA.

95) Ofício nº 055/2007, 29/11/2007, BANCADA DO RIO GRANDE DO NORTE.

96) Ofício nº 380-537/2007, 28/11/2007, BANCADA DE SÃO PAULO.

97) Ofício nº 619/2007-GAB/672, 26/11/2007, Deputado ANGELO VANHONI.

98) OFÍCIO Nº 220 – GAB 286 – CD, 29/11/2007, Deputado CARLOS SANTANA.

99) OF. Nº. 81/07 – DCM, 29/11/2007, Deputado COLBERT MARTINS.

100) Ofício nº 974/2007, 29/11/2007, Deputado JOSÉ CARLOS MACHADO.

101) OF. Nº 707/07-GSJMAR, 29/11/2007, Senador JOSÉ MARANHÃO.

102) OF. 286 E 287/07/Gab.L.B., 29/11/2007, Deputado LUIZ BASSUMA.

103) OF.GSMM nº 102/2007, 27/11/2007, Senador MARCO MACIEL.

104) Expediente s/nº, 29/11/2007, Deputado MIGUEL MARTINI.

105) Ofício 622/2007 M.M. – CD, 21/11/2007, Deputado MILTON MONTI.

106) Ofícios nºs 213 e 214/07 – GAB 429, 29/11/2007, Deputado SARAIVA FELIPE.

– Expediente encaminhado pelo 1º Vice-Presidente do Senado Federal informando da abertura do prazo para interposição de recurso a Projetos de Decreto Legislativo:

Ofício nº 527, de 27 de novembro, Projetos de Decreto Legislativo nºs 12, 13, 14 e 15 de 2007-CN.

#### II) Correspondência Externa Recebida:

**1)** Aviso nº 1.889/2007 – GP/TCU, de 21 de novembro, encaminhando cópia do Acórdão 3.424/2007.

**2)** Ofício 482, de 26 de novembro, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando Nota Técnica nº 125/DEAFI/SOF/MP, de 22 de novembro, da Secretaria de Orçamento Federal.

**3)** Ofício nº 237, de 13 de novembro, da Câmara Municipal de Barcarena/PA, informando o recebimento do comunicado de liberação de Recursos do Orçamento da União ao município.

**4)** Aviso nº 1.980/2007 – GP/TCU, de 30 de novembro, encaminhando a atualização das informações remetidas ao Congresso Nacional em setembro/2007, relativas às obras com indícios de irregularidades graves, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 102,

da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007 – LDO/2008.

5) Ofício nº 592, de 30 de novembro, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, solicitando que sejam feitos ajustes em programação do Ministério do Esporte relativa ao Projeto de Lei Orçamentária para 2008.

6) Ofício nº 127, do Ministério da Integração Nacional, encaminhando a identificação dos subtítulos correspondentes aos contratos relativos às obras sob responsabilidades deste Ministério, fiscalizadas pelo TCU.

– Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodrigues:

– Avisos Seses de 21 de novembro:

1) Aviso nº 1.677/2007 (Acórdão 2.460/2007): obras e serviços relativos à construção da Barragem de Oiticica, no Município de Jurucutu, no Estado do Rio Grande do Norte.

2) Aviso nº 1.683/2007 (Acórdão 2.446/2007): Embargos de Declaração opostos pela empresa Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras contra o Acórdão nº 748/2007 – Plenário.

3) Aviso nº 1.685/2007 (Acórdão 2.462/2007): obras de pavimentação da Rodovia BR-163/MT, na travessia urbana do Município de Lucas do Rio Verde, trecho: divisa MS/MT – divisa MT/PA, segmento: km 712,00 – km 715,20.

4) Aviso nº 1.686/2007 (Acórdão 2.461/2007): obras de expansão do sistema de transmissão no Estado do Pará associado à UHE Tucuruí.

5) Aviso nº 1.695/2007 (Acórdão 2.450/2007): Embargos de Declaração opostos pelo Consórcio Novavia contra o Acórdão 1.704-Plenário, de 22/08/2007.

6) Aviso nº 1.702/2007 (Acórdão 2.469/2007): obras de construção do Edifício-Sede do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

7) Aviso nº 1.703/2007 (Acórdão 2.451/2007): irregularidades em licitações destinadas à aquisição de unidades móveis de saúde.

8) Aviso nº 1.769/2007 (Acórdão 2.468/2007): obras de restauração da Rodovia BR-174/RR, que interliga as cidades de Manaus e Boa Vista à Venezuela.

– Avisos Seses de 28 de novembro:

1) Aviso nº 1.773/2007 (Acórdão 2.530/2007): obras de melhoramento e pavimentação da BR-319, Manaus/Humaitá – Subtrecho Km 606 ao 640.

2) Aviso nº 1.829/2007 (Acórdão 2.527/2007): Embargos de Declaração opostos pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT – contra o Acórdão nº 2.383/2007 – Plenário.

3) Aviso nº 1.833/2007 (Acórdão 2.526/2007): obras de ampliação e reforma do Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro.

4) Aviso nº 1.836/2007 (Acórdão 2.533/2007): obras de construção de trechos rodoviários no corredor Mercosul/BR 282 – SC – Florianópolis – Divisa com a Argentina.

5) Aviso nº 1.842/2007 (Acórdão 2.531/2007): obras de implantação do trecho Lapa-Pirajá do Sistema de Trens Urbanos de Salvador.

6) Aviso nº 1.844/2007 (Acórdão 2.567/2007): Programa de Reaparelhamento da Marinha Brasileira.

7) *Aviso nº 1.856/2007 (Acórdão 2.542/2007): transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Salangô/MA.*

Brasília, 4 de novembro de 2007. – **Myrna Lopes Pereira**, Secretária de Comissão.

Informo que a lista com os expedientes foi encaminhada pelo correio eletrônico aos membros da Comissão e às lideranças partidárias nesta data.

O item nº 1 da Pauta nº 36, Projeto de Lei nº 31/2007-CN, já foi aprovado.

Proponho aos presentes a inversão da pauta, já que o primeiro relatório que vamos votar, por acordo, é o relativo à área de segurança e foi elaborado pelo Relator Senador Sérgio Zambiasi e está na Pauta nº 37. O Relator já se encontra presente.

Nós estamos propondo a inversão da pauta.

Indago ao Plenário se concorda com a proposta.

Em votação na Câmara dos Deputados a proposta da Mesa de inverter a pauta.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal a proposta de inversão da pauta.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada no Senado Federal.

Passa-se à Pauta nº 37.

Apresentação, discussão e votação dos relatórios setoriais apresentados às áreas temáticas da Proposta Orçamentária para 2008 (PLN nº 30/2007-CN), que estima a receita a fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008.

Relatório setorial da Área Temática VII – Justiça e Defesa, elaborado pelo Relator, Senador Sérgio Zambiasi.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi, para fazer a leitura do seu relatório.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, enquanto o Relator Setorial chamado por V.Exa. termina de fazer seus últimos apontamentos, quero, se for possível, fazer um pequeno esclarecimento à Comissão.

Todos os nossos Relatores Setoriais, que são responsáveis por 10 grupos temáticos, já estão concluindo a entrega dos seus pareceres, alguns dos quais já estão sendo impressos e também estão sendo disponibilizados no sistema, a fim de agilizar a sua análise.

A nossa intenção, com o acordo da Comissão e dos Relatores Setoriais, é, até quinta-feira, se cumprirmos os prazos regimentais e fizermos o debate sobre os pontos divergentes, concluirmos os relatórios setoriais, para que o Relator Geral possa, a partir de então, receber cada uma das 27 bancadas para discutir a aplicação do valor fixo por bancada, que é da ordem de 25% do montante da primeira estimativa, conforme consta do parecer preliminar; e discutir a aplicação da segunda reestimativa, que o Relator Setorial de Reestimativa, Senador Francisco Dornelles, se compromete a apresentar hoje, o que já contribuirá e facilitará a nossa condução.

Nós queremos, em seguida, fechar o Relatório Geral, ouvindo todos os Líderes nesta Comissão, bem como o Relatores Setoriais, de maneira que possamos elaborar um parecer bastante discutido, para que seja apresentado o mínimo de destaques. É evidente que apresentar destaques é um direito dos Parlamentares, regimental e constitucional, mas queremos adotar um procedimento que possibilite a significativa diminuição dessas ocorrências e nos permita passar o Natal com nossas famílias e com o Orçamento da União aprovado no Congresso Nacional.

Eu sei que esta é a vontade de todos os membros desta Comissão. O nosso Presidente, Senador José Maranhão, tem pedido a este Relator que trabalhe com essa agenda.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço a paciência de V.Exa. e o tempo a mim concedido.

Espero que possamos elaborar uma peça orçamentária e aprová-la antes do início de 2008.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi, para fazer a leitura do seu relatório relativo à Área Temática nº 7 – Justiça e Defesa.

**O SR. SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI** – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador José Maranhão.

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, sobre a Área Temática nº 7 – Justiça e Defesa, tentarei apresentar um relatório resumido.

Antes, entretanto, agradeço a colaboração e a compreensão de todos: do pessoal da área técnica e das bancadas, que foi compreensivo; dos Estados, que encaminhou e negociou adequadamente as indicações, de maneira que conseguimos concluir no tempo adequado e previsto o nosso trabalho, a ponto de já apresentarmos, para votação, o nosso primeiro relatório.

Passo a ler o parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o Projeto de Lei nº 30, de 2007, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008, na parte referente à Área Temática nº 7 – Justiça e Defesa, que abrange os órgãos do Ministério da Justiça e do Ministério da Defesa.

Os itens nº 1.2 e 1.3 e as tabelas de nº 1 a 3 apresentam os dados gerais da proposta orçamentária para a Área Temática nº 7 – Justiça e Defesa para o exercício de 2008.

Observa-se que a proposta orçamentária em exame apresenta padrão semelhante ao dos exercícios anteriores, sendo de destacar-se que a Área Temática nº 7 caracteriza-se pela forte concentração de dotações orçamentárias em 2 programas: previdência de inativos e pensionistas da União e apoio administrativo, onde estão incluídos os gastos com o GND 1 – Pessoal e Encargos Sociais. Juntos, esses programas consomem 73,33% da proposta orçamentária setorial.

No que diz respeito a gastos com investimentos, no Ministério da Justiça, os recursos programados para esse grupo de despesa saltaram de 8,57%, em 2007, para 10,90%, em 2008. No Ministério da Defesa os valores variaram de 4,15% para 7,64% no mesmo período.

Em seguida, no Item 1.3.1, Tabela IV, examina-se o Orçamento do Ministério da Justiça, com destaque para o incremento das dotações da unidade orçamentária nº 30101, do Ministério da Justiça, Administração Central, que decorre principalmente da criação e implementação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, de nº 1.453, o PRONASCI.

O item nº 1.3.2 e a Tabela V referem-se ao Orçamento do Ministério da Defesa, com destaque para o incremento das dotações destinadas à Agência Na-



cional de Aviação Civil – ANAC, da ordem de 152%, relativamente ao Orçamento autorizado para 2007, principalmente para os gastos com pessoal e despesas correntes.

Ademais, verifica-se o incremento no Orçamento dos Comandos Militares, principalmente para os programas de preparo, emprego, reaparelhamento e educação das Forças Armadas.

A evolução do orçamento dos órgãos da área temática relativamente ao Orçamento Geral da União está demonstrada e discutida no item nº 1.4, nas tabelas VI e VII, constantes das páginas nº 7 e 8.

Finalizando o histórico, são apresentados na Tabela VIII os dados relativos às emendas apresentadas no âmbito da Área Temática nº 7, destacando-se as 107 emendas relativas às unidades orçamentárias do Ministério da Justiça e as 262 relativas às do Ministério da Defesa, de modo a totalizar 369 emendas.

Quero dar destaque especial para o PRONASCI, que foi planejado para atuar em 11 regiões metropolitanas identificadas como as áreas de mais alto índice de criminalidade do Brasil: Belém, Belo Horizonte, Brasília e Entorno, Curitiba, Maceió, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória.

O PRONASCI é fruto de um aprofundado processo de planejamento governamental, fundamentado em diagnóstico da realidade do País nas áreas de segurança pública e do sistema carcerário. De responsabilidade do Ministério da Justiça, o programa engloba 94 ações a serem desenvolvidas em conjunto com outros órgãos do Governo Federal, dos Estados e dos municípios, as quais envolvem modernização da instituições, valorização e formação de profissionais de segurança, combate à corrupção e ao crime organizado, bem como a promoção de programas locais com a participação da comunidade.

Trata-se, portanto, de programa da mais alta relevância para o País, o qual objetiva atuar na área de segurança pública e do sistema carcerário, que se configuram como as maiores preocupações atuais da sociedade brasileira.

Quanto ao Ministério da Defesa, é notório que as Forças Armadas Brasileiras enfrentam, desde longo tempo, enormes dificuldades para se manter minimamente aparelhadas para o exercício de suas missões. Este Congresso Nacional teve conhecimento da lamentável situação em que se encontram as Forças Armadas por meio dos inúmeros testemunhos dos próprios Chefes dos Comandos Militares, nas inúmeras audiências públicas e seminários promovidos pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional das 2 Casas.

Esses foram os motivos que nos levaram a decidir pelo não-cancelamento de qualquer dotação destinada às Forças Armadas na Proposta Orçamentária Anual para 2008, enviada pelo Poder Executivo.

As emendas individuais apresentadas no âmbito da Área Temática nº 7 foram integralmente aprovadas e atendidas por meio da Reserva de Recurso a que se refere o art. 56 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, no montante de 207 milhões, 595 mil reais.

Ao analisar as emendas coletivas, de bancadas e de Comissões Permanentes, foi considerado um mérito inerente a cada ação proposta, bem como as orientações contidas no parecer preliminar e, a exemplo do que ocorreu com as emendas individuais, houve a necessidade de se promover o enquadramento e ajustes nos subtítulos apresentados como atípicos, muitos dos quais foram transformados em novas ações orçamentárias em atenção às disposições da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

No que diz respeito às emendas do Relator, o planejamento do PRONASCI foi concluído no momento em que os órgãos do Poder Executivo estavam elaborando as suas propostas orçamentárias para 2008. Tratando-se de um programa de grande dimensão, envolvendo ações de enfrentamento à criminalidade, integradas com ações da área socioeconômica, dificilmente poderia, no momento de apresentação da sua proposta orçamentária para 2008, estar isento de algumas inconsistências e equívocos, perfeitamente aceitáveis.

Esta Relatoria foi informada pelas autoridades do Ministério da Justiça da ocorrência do equívoco na Proposta Orçamentária relacionada à distribuição de recursos. Nesse contexto, tratando-se de uma demanda considerada por esta Relatoria como meritória e considerando o dever que o Congresso Nacional tem de contribuir para que tão relevante programa possa se desenvolver na sua plenitude, tomamos a iniciativa de propor a Emenda nº 80070001, que envolve apenas o remanejamento de dotação dentro da mesma programação, programa e unidade orçamentária, elaborada com o objetivo de ajudar o Orçamento do PRONASCI.

Com relação a obras irregulares, já temos aqui, Sr. Presidente, a Errata nº 1, que corrige os problemas, a qual já está sendo encaminhada ao Presidente. Ela supre todas as demandas e as necessidades, de modo que damos por satisfeitas essas questões. Com a errata nós estamos corrigindo a questão inicialmente encontrada na nossa área temática.

E há ainda a Errata nº 2, cujo teor é o seguinte:

“Os demonstrativos a seguir mencionados, anexados ao Relatório Setorial, gerados com incorreção pelo Sistema de Apoio à Elaboração da Lei Orçamentária – SELOR/PRO-DASEN, ficam substituídos pelos anexos à presente errata:

Rel012 – Alterações Propostas pela Relatoria Setorial / Por Órgão/Projeto/Atividade/Operações Especiais; e Rel013 – Alterações Introduzidas pela Relatoria Setorial / Por Órgão/Unidade Orçamentária.”

Entrego ao Presidente da Comissão as erratas, devidamente assinadas.

Então, Sr. Presidente, Senador José Maranhão, diante das considerações apresentadas, esta Relatoria posiciona-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 30, de 2007, do Congresso Nacional, na parte referente aos órgãos afetos, Área Temática VII – Justiça e Defesa, com as modificações oriundas das emendas aprovadas por esta Relatoria, conforme discriminadas nos anexos.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Está iniciada a discussão, e a palavra é facultada aos oradores presentes.

A Mesa informa que está recebendo os pedidos de destaque, cujo prazo de apresentação se esgota com o encerramento da discussão que ora se inicia.

Concedo a palavra ao Deputado Vanderlei Macris, previamente inscrito.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, a proposta que nós estamos discutindo agora, com o Relatório Setorial da Área Temática 7 – Justiça e Defesa, merece, de nossa parte, da bancada do PSDB, algumas considerações.

Primeiro é preciso dizer que a Lei Orçamentária de 2007 fez uma previsão de 1 bilhão, 840 milhões autorizados para o Ministério da Defesa e até o presente momento foram empenhados 1 bilhão e 85 milhões, ou seja, 58,97%. Eu quero repetir, Sr. Presidente: de 1 bilhão, 840 milhões previstos no Orçamento, foram empenhados 1 bilhão e 85 milhões; houve apenas 58,9% de realização, de empenho dos recursos do Ministério da Defesa.

O primeiro ponto a ser abordado é o fato de isso já mostrar uma total falta de planejamento do Governo, que não é capaz de fazer investimentos nas áreas sensíveis, como é o caso do Ministério da Defesa, principalmente, Sr. Presidente, porque vivemos, no ano passado e neste ano, um completo caos no setor aéreo brasileiro, e o Governo simplesmente não consegue gastar o dinheiro autorizado por esta Comissão e pelo Parlamento brasileiro.

Isso, repito, já mostra uma falta de planejamento, uma incompetência no gasto público capaz, efetivamente, de reproduzir na Lei Orçamentária deste ano as mesmas circunstâncias que motivaram a falta de planejamento e a incompetência nos gastos do Governo na Lei Orçamentária de 2007.

Agora, veja V.Exa., Sr. Presidente, que para 2008 há a previsão de 1 bilhão, 422 milhões de reais. A proposta deste ano, Sr. Presidente, é de 22,74% a menos do que do ano passado na Lei Orçamentária.

Isso mostra, mais uma vez, Sr. Presidente, que entre o discurso e a prática não há concordância. O Governo Lula não se compromete com as questões mais importantes deste País, principalmente em relação ao Ministério da Defesa.

Eu tive a oportunidade de participar a CPI do Apagão Aéreo, onde realizamos um trabalho bastante intenso de avaliação e pudemos completar o nosso raciocínio e reforçar a convicção de que este Governo gasta mal e não gasta efetivamente onde precisa. É por isso que não há compreensão para a solução do problema aéreo brasileiro: porque o Governo traz não só dificuldade de gastos em 58% no Orçamento deste ano, mas também diminui em 22% os recursos em relação ao ano passado. Essa é uma questão, Sr. Presidente.

Outra questão que eu gostaria de abordar é a seguinte: para a Secretaria da Comissão Interministerial de Recursos do Mar, na Lei Orçamentária para 2008, 30,8 milhões de reais é a proposta apresentada. As emendas parlamentares se submeteram a um *lobby* do Ministério, que pretendia aumentar esse valor para 45,5 bilhões de reais, o que representa, mais uma vez, falta de planejamento. Foi necessário um movimento do Ministério da Defesa para que o Relator fizesse alterações nesse texto e efetivamente aumentasse o volume de gastos.

Agora, tem mais: eu gostaria, Sr. Presidente, de aproveitar e pedir esclarecimentos do Relator, porque pela resolução, na parte “b”, autorizada pelo Relatório Geral, os itens 26 a 28 do Parecer Preliminar do Relatório não permitem aos Relatórios Parciais a possibilidade de apresentar emendas, porque isso acaba se transformando numa emenda de Ministério. E isso não foi possível, alertado pelo Relator Geral.

Evidentemente, Sr. Presidente, nós precisamos desse esclarecimento, porque, caso contrário, haverá uma alteração na proposta do Relatório Preliminar feito pelo Relator Geral, que não permite alterações. Na verdade, existem no Item 7 da Resolução o 26.1 e o 26.2, que estabelecem as regras para a apresentação de emendas por parte do Relator. Isso não foi

observado, e por essa razão nós solicitamos também informação.

Quanto ao PRONASCI, principal programa do Governo Federal, o Relator apresentou uma emenda para sanar um erro de planejamento.

Essas questões precisam ser esclarecidas, até porque nós vamos votar os relatórios parciais, temáticos, a partir de agora, e é importante que todas as questões fiquem resolvidas.

Sr. Presidente, eram essas as considerações que a bancada do PSDB tinha a fazer aqui, agora, para mostrar mais uma vez a incompetência do Governo nos gastos públicos, o fato de ele não priorizar aquilo que tem que ser priorizado. Nós temos dificuldade em compreender essa alteração feita pelo Relator Setorial na área temática de Justiça e Defesa.

Era a manifestação que tínhamos a fazer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Eu sugiro ao Relator, por uma questão de economia processual, que faça as anotações relativas aos questionamentos feitos pelos oradores e, ao final da apresentação dos interpellantes, preste os esclarecimentos relativos a todos os questionamentos feitos.

Nesse sentido, o Relator já está fazendo, com a sua assessoria, as devidas anotações, e nós vamos prosseguir com o debate.

Concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nobre Senador Sérgio Zambiasi, na verdade, estamos presenciando no País uma discussão que afeta, de certo modo, a responsabilidade desta Comissão, mas não exige a do Governo no sentido de planejar políticas públicas que possam resguardar o direito do cidadão e também – e é essa a atenção que a mídia está dando no momento – os direitos mínimos da clientela carcerária do País.

Há um enorme déficit no que diz respeito à capacidade dos presídios brasileiros em absorver a enorme quantidade de presos oriundos de prisões temporárias ou em caráter de sentença condenatória.

Não estamos percebendo aqui – e peço ao nobre Relator que esclareça – quanto está sendo previsto para que o sistema carcerário brasileiro possa aumentar suas vagas. Precisamos discutir aqui os valores direcionados pelo Orçamento Geral da União para construções de novos presídios e aumento da capacidade dos atuais. Tentei aqui identificar esses valores, rapidamente, porque o relatório foi distribuído em prazo exíguo, e não consegui.

É necessário que assumamos a responsabilidade de verificar se o Governo Federal está preocupado

com essa questão ou se é apenas motivo de retórica diante de fatos como o que aconteceu recentemente no Estado do Pará, em que jovens mulheres estão cumprindo pena em regime temporário ou até por autorização de prisão preventiva junto com presos do sexo masculino.

Temos que ter a responsabilidade, como membros da Comissão de Orçamento, de estar atentos a essa questão. É uma questão grave, que não diz respeito apenas aos Estados federativos, mas também ao Governo central no sentido de poder elaborar políticas públicas que não apenas ampliem a capacidade carcerária no País e nos Estados, mas também possam promover a ampliação de presídios que, indubitavelmente, não estão dando condições para que a sociedade se sinta segura com seus delinquentes e criminosos devidamente guarnecidos nas prisões.

A outra questão que quero aqui abordar é com relação à emenda proposta pelo Relator relativa aos recursos oriundos do PRONASCI. Concordo com o Relator na sua justificativa de que essa é uma questão extremamente meritória, porém, deixa claro que o prazo de um ano não foi suficiente para que houvesse o planejamento das ações a serem desenvolvidas pelo Ministério da Justiça junto à segurança da população, em especial a população de algumas regiões brasileiras e das Capitais. Essa é uma questão grave e vejo que o Relator tentou forçar um pouco a barra para tentar dar uma solução a um problema que atinge e continuará atingindo toda a população brasileira.

Em conversa com o Relator-Geral, Deputado José Pimentel, S.Exa. me fez um apelo no sentido de que não pudéssemos... Como essa emenda está tecnicamente irregular, mas tentando fazer com que a sua justificativa prevaleça sobre a tecnicidade da Comissão, chamo a atenção do Presidente para que tenha conhecimento desse fato. É uma questão que, infelizmente, por meio dos acordos e principalmente do mérito da causa, podemos ultrapassar. Aliás, esta Comissão é feita disso. Sabemos que muitas vezes há um empecilho técnico, mas diante das circunstâncias, da importância para a população e principalmente para evitarmos que tragédias aconteçam, como no caso específico está acontecendo com a segurança pública, eu aqui faço meu registro, mas não me oporei e espero que meu partido não o faça em relação à iniciativa do Relator, Senador Sérgio Zambiasi, no que se refere aos recursos do PRONASCI, já que o planejamento, infelizmente, não foi feito a tempo, o que não exige o Governo Federal da sua responsabilidade de antever essa questão.

É sempre assim, a Comissão de Orçamento e nós, do Congresso, temos sempre que dar um jeiti-

nho para poder socorrer as instâncias burocráticas do Governo que há tempos não conseguem atingir seus objetivos, que, nesse caso, resultariam em benefício inestimável para o povo brasileiro.

Portanto, faço essas observações e espero do Relator as suas ponderações a respeito do que aqui abordei.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Alex Canziani.

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Parlamentares, primeiramente cumprimento o Relator, Senador Sérgio Zambiasi, do Rio Grande do Sul, que tem prestado um relevante serviço ao Parlamento brasileiro, com várias ações importantes e agora estando à frente dessa Relatoria Setorial.

Acompanhamos também essa questão do PRO-NASCI que S.Exa. alterou no sentido de poder adequar as próprias sugestões feitas pelo Ministério.

Sr. Relator, gostaria de referir-me a uma emenda da bancada do Paraná, a Emenda nº 7117009, que pretende construir o novo edifício sede da 7ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal. V.Exa. atendeu outros Estados com 10, 12 e até 15 milhões de reais, e o nosso Estado do Paraná, por quem V.Exa. tem o maior carinho, atendeu com apenas 7 milhões de reais.

Peço a V.Exa. que pelo menos estabeleça o mesmo valor que destinou a outros Estados, como o do Pará, bem em cima da nossa emenda: 10 milhões de reais; assim como para o Maranhão, embora o Deputado Pedro Fernandes tenha dito que é preciso dar uma melhorada nela também. Gostaria que V.Exa. pudesse pelo menos chegar aos 10 milhões de reais que V.Exa. destinou a outros Estados à bancada do Paraná – ou 20 milhões, como disse o Deputado Pedro Fernandes – para que possamos iniciar essa obra importante.

A Polícia Rodoviária Federal tem feito um belo trabalho, inclusive coibindo a ocorrência de alguns crimes. É importante que tenhamos essa estrutura para melhorar ainda mais o trabalho dessa atuante Polícia Rodoviária Federal.

Fica a V.Exa. a nossa solicitação. Parabenizo V.Exa. pela maneira como conduziu seu relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Edinho Bez.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** – Sr. Presidente, nobre amigo Relator, Senador Sérgio Zambiasi, o momento é propício para darmos ênfase ao assunto segurança pública no que tange a presídios. Vale lembrar que se desencadeou uma série de denúncias por este Brasil afora de pessoas que não deveriam estar

presas em alguns presídios locais. E ainda hoje de manhã fui surpreendido ao tomar conhecimento, pelo noticiário da *CBN*, de que em Santa Catarina tem-se constatado alguns casos de presos acorrentados por falta de espaço. Obviamente, vou ter de me inteirar melhor sobre isso.

Meus caros amigos Presidente e Relator, não sei se ainda há tempo, mas vou conversar com o Relator-Setorial e com o Relator-Geral para que analisemos novamente essa situação, porque o momento, meu caro Senador Sérgio Zambiasi, é muito oportuno para darmos uma atenção especial à situação dos presídios do Brasil.

Coincidentemente, é o momento de aprovarmos também o nosso Orçamento. Rogo aqui para que possamos aprovar o nosso Orçamento até o dia 21. E quanto ao Congresso Nacional, entendo que está na hora de fazermos menos barulho com essa situação dos presídios e partirmos para obter legislações claras, transparentes, fáceis de serem interpretadas, porque assim o momento exige.

Sr. Presidente, quis apenas fazer uma reflexão em função do momento em que estamos vivendo: é Comissão para cá, é Comissão para lá; é Polícia Rodoviária Federal – órgão que parabenizo; é Polícia Federal; é o Ministério da Justiça; são os Secretários de Segurança Estaduais e os Secretários de Justiça Estaduais. Vejo este como um momento de reflexão. Vemos a possibilidade de avançarmos mais no sentido não somente de obter e destinar recursos, mas de reunir com a representatividade da segurança pública do Brasil com o objetivo de melhorarmos, se possível, os recursos necessários.

Era esta a minha manifestação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Pedro Fernandes.

**O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES** – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, primeiramente eu gostaria de parabenizar o Senador Sérgio Zambiasi pelo seu trabalho. Gostaria de aqui registrar um apelo da bancada do Maranhão. Estamos aqui com uma emenda de reaparelhamento da nossa instituição de segurança pública. Gostaríamos que o nobre Senador a visse com mais carinho e nos apontasse a possibilidade de depois negociarmos com o querido Deputado José Pimentel, do Ceará.

Estamos em uma expansão razoável no Estado. O Maranhão está começando a ganhar novas agências do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia, mas há insegurança em todo o seu território de 330 mil quilômetros quadrados. Existiam poucas agências de banco, mas agora elas estão chegando. E é um prato feito para a bandidagem.



Queremos que chegue a agência bancária e que chegue o dinheiro para o lavrador, para os aposentados e para os investimentos, mas que isso ocorra de uma maneira mais segura.

Faço este apelo a V.Exa. como coordenador substituto da bancada do Maranhão – estou substituindo o Deputado Pedro Novais, nosso coordenador.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado José Pimentel.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Congressistas, quero começar parabenizando o Senador Sérgio Zambiasi por ter sido o primeiro Relator-Setorial a apresentar o seu parecer. Sei do esforço de S.Exa. Eu mesmo estive conversando pessoalmente com S.Exa. e com a sua consultoria pedindo para agilizar o trabalho na quarta-feira ou na quinta-feira.

Quero aqui agradecer o empenho da Consultoria e do nosso Relator-Setorial para apresentar na sexta-feira o seu parecer, o que nos permite hoje fazer este debate.

Quero também registrar que poderemos ter um conjunto de destaques. Queria ponderar junto aos nossos pares no sentido de que recebêssemos os destaques setoriais como destaque indicativo. Com isso, o Relator-Geral, no final, poderia ter um procedimento de diálogo com as bancadas, com as Comissões permanentes, para que pudéssemos atender os destaques setoriais nos limites propostos pela Resolução nº 1. É um recurso muito escasso, 55% da primeira previsão de receitas.

A segunda previsão de receitas vai ser apresentada esta semana. O Relator da área de receitas comprometeu-se a apresentar nesta data, 4 de dezembro, esses valores. E a sua aplicação, nos termos da Resolução nº 1, é linear e vai permitir, no mínimo, duplicar os valores das emendas apresentadas por cada Relator-Setorial. Vamos encontrar algumas situações em que o valor total da proposta e o valor apresentado pelo Relator-Setorial, caso seja dobrado este valor por conta da segunda reestimativa, poderá ficar acima do valor inicialmente solicitado.

Nessa situação, a intenção do Relator-Geral, ouvindo o plenário da Comissão, era de que o teto fosse o valor da proposta apresentada e essa diferença ficasse dentro da bancada daquele Estado que porventura teve essa situação, como forma de atender melhor cada bancada e cada Comissão permanente.

Portanto, Sr. Presidente, quero ponderar junto aos nossos pares no sentido de que a parte de destaques fosse acolhida como sugestão e que fosse encaaminhada como destaque indicativo ao Relator-Geral,

como peça para trabalharmos. E não teríamos, nessa primeira fase, a votação desse destaque.

É evidente que o direito regimental de cada Congressista, de cada membro desta Comissão, de cada membro desta Casa é apresentar o seu destaque. Eu faço essa ponderação tendo em vista os poucos recursos que cada Relator-Setorial recebeu e, ao mesmo tempo, para não prejudicar a reivindicação da bancada, que é legítima. E que possamos, em seguida, nas reuniões que vamos fazer, seja por obrigação regimental, ouvindo todas as bancadas, seja por um procedimento habitualmente adotado por esta Comissão. Mas o Relator-Geral tem a obrigação regimental de ouvir todas as bancadas.

A segunda reestimativa tem um critério já definido na Resolução nº 1 e reafirmado no parecer preliminar de que a aplicação é direta sobre cada emenda de apropriação. Vamos encontrar, Deputado Vanderlei Macris, uma situação em que, ao aplicar os recursos da segunda reestimativa, esse montante poderá ficar acima do montante inicialmente apresentado pela emenda de bancada, e não podemos ultrapassar esse valor, para não prejudicar aquele Estado.

Como procedimento a ser discutido com os nossos Líderes, com o nosso Presidente e com este Plenário, esses recursos, nessa situação, ficariam naquele Estado para serem aplicados em uma emenda de bancada de apropriação que a bancada viesse a sugerir.

Como forma de procedimento na parte dos destaques setoriais, caso os Parlamentares, caso os nossos membros aceitem, os nossos Relatores não acolheriam os destaques, porque eles não têm como acolher, e eles viriam para o Relator-Geral discutir com cada bancada esses procedimentos, se possível.

Evidentemente, o Regimento determina que os destaques sejam votados. Estamos destacando isso por ser o primeiro Relatório Setorial que está sendo apresentado, por ser a primeira vez em que estamos analisando um Orçamento à luz da Resolução nº 1, que tem muitas mudanças no que diz respeito ao processo anterior. No entanto, se os nossos pares acharem que devemos votar cada um dos DVS, dos destaques, não existe nenhum obstáculo por parte do Relator-Geral.

O que eu queria era muito mais uma forma de procedimento para que não rejeitássemos os destaques e permitíssemos, no diálogo com os membros das Comissões, ver uma forma que pudéssemos acolher sem trazer maiores dificuldades, sempre observando a questão regimental.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Relator, para a prestação de seus esclarecimentos aos questionamentos aqui levantados.

**O SR. SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI** – Sr. Presidente, Senador José Maranhão, nosso Relator-Geral, Deputado Pimentel, demais colegas, qu'ero iniciar por onde o Relator-Geral encerrou e deixar claro que tivemos uma reserva orçamentária muito baixa, muito pequena. Não temos recursos para atender algumas alterações. Estamos no limite. Não houve nenhuma poupança e nenhuma reserva especial neste caso.

Procuramos dar uma atenção geral, coletiva, dialogando com os setores, com as bancadas e com os Estados.

O Deputado Vanderlei Macris destacou a questão do PRONASCI. Aqui houve um equívoco que foi corrigido. É por essa razão que solicitamos a compreensão de todos, exatamente na busca da correção desse equívoco, para salvar o programa, um programa novo que foi apresentado no decorrer do ano, paralelamente ou conjuntamente com o Orçamento. Por essa razão nos esforçamos muito para que ele fosse preservado como programa no Orçamento, porque dentro dele é que está, inclusive, a resposta aos Deputados Cajado e Edinho, que têm toda essa preocupação com relação à segurança.

Aqui nós garantimos para o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI a integralidade da previsão de 1 bilhão e 400 milhões de reais, exatamente na linha que os Deputados Cajado e Edinho abordaram no sentido da preocupação com esses últimos acontecimentos. O Governo deve investir na segurança com cidadania, dando dignidade àqueles que estão em processo de recuperação, de maneira que se evitem situações constrangedoras como essas que têm sido reveladas e denunciadas nos últimos dias. Foi com essa preocupação que procuramos preservar integralmente o valor do PRONASCI. Entendemos que é um programa de extrema importância e relevância, porque vai tratar da recuperação e da construção de novos presídios.

Sei que há uma discussão muito forte, e tem que haver, inclusive, uma conscientização das próprias comunidades, porque em algumas comunidades há rejeição para construção de presídios novos. Então, é um novo momento, uma nova cultura, mas os valores estão preservados, garantidos.

A preocupação do Deputado Pedro Fernandes com a emenda de bancada foi atendida nos limites da nossa previsão orçamentária. Mas eu quero, Deputado Pedro Fernandes, garantir a generosidade do nosso Relator-Geral. S.Exa. assumiu o compromisso de duplicar os valores. O limite com que trabalhamos aqui foi exatamente porque o nosso Orçamento estava muito baixo, muito pequeno para os programas previstos na

área da Justiça e Defesa. Porém, o Relator-Geral já nos garantiu que vai duplicar os valores.

Quanto à preocupação do Deputado Alex Canziani com relação à Polícia Rodoviária Federal do Estado do Paraná, o Chefe do Departamento de Polícia Rodoviária Federal esteve comigo, esteve com a Comissão, discutiu conosco e priorizou a questão do transporte aéreo para a Polícia Rodoviária Federal, a aquisição de helicópteros para melhor atenção às rodovias federais. Ainda assim, procuramos preservar um valor significativo, negociado com a Superintendência, para o Estado do Paraná, conforme a emenda de bancada. E me tranquiliza agora, mais uma vez, o compromisso do nosso Relator-Geral de assumir a duplicação dos valores, o que garante uma base relativamente confortável em termos de Orçamento nas indicações de bancadas para atender a essa questão, que é preocupação nacional, de atenção à segurança pública.

Enfim, acredito que, a esta altura, é só pedir ao Plenário que tenha compreensão com as nossas preocupações e que possamos ver aprovado nosso Orçamento.

Com relação à emenda de Relator para evolução do Orçamento do Ministério da Defesa para investimento, em 2007 foram 2 bilhões e 500 milhões de reais. Em 2008, a previsão é de 3 bilhões e 200 milhões de reais, para corrigir e atender à demanda das Forças Armadas.

Sr. Presidente, devolvo a palavra a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Está encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques.

A Presidência informa que foram apresentados apenas 2 destaques.

O Relatório Setorial da Área Temática 7, Justiça e Defesa, com as erratas 1 e 2, está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Retificando: o Relatório Setorial da Área Temática 7, Justiça e Defesa, com as erratas 1 e 2, está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Passa-se à votação na representação do Senado da República.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação do Senado da República.

Passamos agora à votação dos destaques.

Destaque nº 00001. Destaque para alteração do voto do Relator e remanejamento. O destaque é para

aprovação de emenda da bancada do Maranhão de número 7110001, de autoria do Deputado Pedro Fernandes.

**O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES** – Sr. Presidente, faço um apelo ao Relator José Pimentel e ao Relator-Setorial, porque só são 2 emendas e fica fácil de atender. E são de autoria de 2 petebistas. Segurança pública para nós é prioridade. Estamos fazendo um apelo, porque qualquer coisa nos serve.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Quero fazer uma comunicação aos membros da Comissão. Anunciamos que havia apenas 2 destaques, segundo informação da secretária. Porém, antes do encerramento do prazo de apresentação de emendas, entraram mais 5 emendas. Na verdade, elas entraram antes do prazo de encerramento. Nesse caso, vamos apreciar as 5 emendas que não foram citadas no começo por um equívoco.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Esse é um detalhe. O que estou discutindo aqui é que os destaques efetivamente entraram no prazo. Não posso cercear o direito que os membros da Comissão têm de apresentar seus destaques. Assim, vamos ter de apreciar esses 5 destaques. Agora está encerrado, é claro.

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** – Sr. Presidente, com relação a nossa emenda, vamos retirar. Retiramos a nossa emenda, para ajudar o nosso Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Retirado pelo autor o Destaque nº 2.

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** – A outra, a Emenda nº 01, do Deputado Pedro Fernandes, fica retirada em solidariedade ao nosso petebista Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Queria esclarecer a V.Exa. que o pedido de destaque está subscrito pelo Deputado Pedro Fernandes. É S.Exa. quem tem de pedir.

**O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES** – Sr. Presidente, retiro, dentro do mesmo espírito do Deputado Alex Canziani.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Edinho Bez.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** – Sr. Presidente, apenas para tirar uma dúvida, sendo que ainda estamos recebendo sugestões, para, como diria um amigo meu, mudar de assunto: está encerrado o prazo para apresentação de destaques?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Deixe-me esclarecer a V.Exa. Parece que V.Exa. não entendeu.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** – Esclareça a todos, não só a mim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – O prazo foi encerrado na hora em que a Presidência declarou o encerramento. O que houve foi uma falha de comunicação, porque a secretária está aqui presente na mesa e seus companheiros de trabalho receberam os destaques mas não os trouxeram. Os destaques foram encaminhados à Secretaria antes do encerramento do prazo. Portanto, entraram dentro prazo, não houve prorrogação.

Por outra razão, anuncio aos presentes que quanto aos 5 destaques a que estou me referindo – Destaques nºs 3 a 7, porque os nºs 1 e 2 já foram retirados –, como o autor não está presente, estão prejudicados. *(Pausa.)*

Votado o Relatório, retirados os destaques e prejudicados outros destaques em virtude da ausência do autor, vamos suspender esta reunião...

Ainda havia os avisos do Tribunal de Contas da União, não é? *(Pausa.)*

Gostaria de fazer um comentário. Estamos numa experiência nova, a Resolução nº 1, que, aliás, tem trazido dor de cabeça para todo o mundo.

O art. 138, § 1º, da Resolução nº 1, refere-se à ausência do autor no caso dos incisos II e III, que são os casos referentes às emendas de Comissão e de bancada aqui presentes e que, equivocadamente, tínhamos considerado prejudicadas. Teremos de agora, à luz desse dispositivo, de reformular a posição anterior.

Por isso, quero ler o que diz o art. 138, §§ 1º e 2º da Resolução nº 1:

“§ 1º A ausência do autor, no caso dos incisos II e III, não prejudicará a votação do destaque apresentado.

§ 2º Os destaques a emendas de Comissão Permanente ou de Bancada Estadual somente poderão ser apresentados pelos autores previstos nos incisos II e III.”

Como esses destaques foram apresentados pelo coordenador de bancada, teremos de examiná-los e votá-los.

Vou passar os destaques ao Relator, para que S.Exa. proceda ao parecer.

**O SR. SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI** – São 3 emendas apresentadas pelo coordenador da bancada de Rondônia.

Nosso parecer é pela rejeição, encaminhando-as ao nosso querido Relator-Geral, Deputado José Pimentel, para possível análise e acolhimento, como sugestão. Assim como as 2 outras emendas anteriores que foram retiradas mas, ainda assim, por acordo, também foram encaminhadas ao Relator-Geral, Deputado José Pimentel.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que acatam a indicação de rejeição do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade na representação da Câmara dos Deputados. Não vai ao Senado, porquanto o assunto já morreu na representação da Câmara dos Deputados.

Com a palavra o Relator, Senador Sérgio Zambiasi.

**O SR. SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI** – Sr. Presidente, apenas para registrar a V.Exa. e a sua assessoria os nossos agradecimentos pelo acompanhamento de todo esse processo. Para mim, foi uma experiência muito rica, muito importante, única no âmbito do Congresso Nacional.

Registro o trabalho intenso e diuturno dos consultores João Batista Pontes, que está aqui ao meu lado, Orlando Cavalcante, do Senado, e Roberto Guimarães, da Câmara. São verdadeiros anjos da guarda, que nos permitiram chegar a este momento, quando o relatório setorial da área de Justiça e Defesa, que tem agora muita importância, é aprovado com essa tranquilidade, com o apoio coletivo da Casa e com apenas alguns questionamentos importantes, que necessitam ser esclarecidos. Mas conseguimos concluir em tempo adequado. É o primeiro relatório setorial a ser apresentado, já vencendo, portanto, essa primeira etapa.

Deixo de público meu agradecimento. E expressei a confiança do nosso Relator-Geral e do nosso Presidente nesse grupo, não apenas na minha pessoa, mas no grupo que me acompanhou durante todo esse período e nos permitiu chegar a este momento. Faço, portanto, publicamente este agradecimento, Sr. Presidente.

Muito obrigado a todos. Esperamos que os próximos relatórios tenham esse mesmo caminho.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Vou suspender esta reunião, que deverá ser reiniciada às 20h, quando presumimos que o Senado e a Câmara Federal já terão encerrado a votação da Ordem do Dia.

Convoco também uma reunião com todos os coordenadores de bancada para as 19h30min, na sala da Comissão.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Seria interessante que os coordenadores de partidos representantes das bancadas estaduais também estivessem presentes à reunião das 19h30min para discutirmos alguns aspectos de procedimento.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, queria só prestar um esclarecimento em questão de ordem, se V.Exa. me permite.

*(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Há um orador na tribuna.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, na verdade, houve entendimento entre as bancadas e V.Exa. no sentido de superarmos o interstício que deveria ser observado na votação deste relatório da área de Justiça e Defesa.

Gostaria de deixar claro que esse entendimento não é regra para a apresentação dos demais relatórios de áreas temáticas. Serão apresentados mais 9 relatórios de áreas temáticas e a bancada do PSDB tem interesse na apreciação detalhada de cada um desses relatórios. Portanto, deixo claro que o fato de termos promovido entendimento em relação a este relatório especificamente não invalida o fato de que a bancada do PSDB vai, evidentemente se levando em conta as circunstâncias de cada caso, proporcionar a possibilidade de que esse artigo do Regimento em relação ao interstício das matérias seja observado.

Era o esclarecimento que gostaríamos de fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Esta reunião será reiniciada às 20h, conforme já foi avisado.

Está suspensa a presente reunião.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Pimentel) – Declaro reiniciada a sétima reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação constante das Pautas nºs 36 e 37/2007.

*Tendo em vista a continuação da sessão no plenário do Senado Federal, suspendo esta reunião e convoco sua continuação para amanhã, dia 05 de dezembro, quarta-feira, às 10 horas, neste plenário.*

*(A reunião é suspensa.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Declaro reiniciada a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nº 36 e 37 de 2007.

Lembro a todos que a finalidade da continuidade da 7ª Reunião Extraordinária é a apreciação das Pautas nº 36 e 37. Todavia, na reunião anterior, foi deliberada a inversão da pauta, de forma que vamos apreciar agora a Pauta nº 37, em vez da Pauta 36.

Apresentação, discussão e votação dos relatórios setoriais apresentados às áreas temáticas da Proposta Orçamentária para 2008 (PLN nº 30/2007-CN), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008.

Relatório Setorial da Área Temática IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte. O Relator é o Deputado Manoel Junior, que se encontra na ante-sala do plenário.

Convido o Deputado Manoel Junior a adentrar o plenário para proceder à leitura de seu relatório e da errata.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, está sendo exigido de nós que os destaques sejam apresentados por eletrônico. Sugiro à Mesa que, se possível – acho que isso não está na resolução –, nos permita apresentá-los manuscritos. Por que eles têm que ser feitos só pelo computador? Há alguma exigência legal, alguma resolução nesse sentido?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Não há nenhuma restrição regimental ao que V.Exa. está sugerindo, ou seja, que, em vez de utilizar o meio eletrônico para apresentar o seu destaque, o Parlamentar o faça de próprio punho. Mas é preciso fazê-lo com clareza, lançando todos os dados. Pode-se até recorrer à assessoria para, se for preciso.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Perfeito. Tudo bem. Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – Sr. Presidente, nós estamos por iniciar a leitura do Relatório Setorial pelo Deputado Manoel Junior.

Quero dizer, em nome do Democratas, que nós, no caso específico deste relatório, abrimos mão do prazo regimental, em razão de um acordo que está sendo produzido; porém, reafirmamos que não temos

esse compromisso com relação aos próximos relatórios setoriais, dos quais nós vamos cobrar o cumprimento dos prazos regimentais.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. tem toda razão. Quando há acordo, ele se aplica a casos específicos. Evidentemente, não se pode incluir nele o que não foi nem sequer discutido. O acordo celebrado corresponde aos anseios de toda a Comissão, do Congresso Nacional e da sociedade em geral, porque visa à agilização do processo de elaboração do orçamento. Não queremos suprimir instâncias, até porque esse seria um fator de limitação das prerrogativas dos próprios membros da Comissão.

V.Exa. tem toda razão, e acatamos inteiramente a observação que está fazendo. Esta Presidência jamais adotaria qualquer prática que ferisse os legítimos interesses de quaisquer dos membros que integram esta Comissão, do Congresso Nacional e da sociedade em geral. A nossa preocupação em relação aos trabalhos desta Comissão é no sentido de que eles sejam sempre transparentes, absolutamente éticos. Não se vai fazer um acordo e tentar estender os seus itens a outros temas que não foram objeto da própria discussão. V.Exa. tem toda razão.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, na mesma linha do Deputado Eduardo Sciarra, reafirmo a posição que adotamos ontem na Comissão, de que a bancada do PSDB vai procurar observar o prazo do interstício em relação a todos os relatórios temáticos que forem apresentados nesta Comissão.

É evidente que estamos abertos a entendimentos, mas queremos ter tempo suficiente para que a assessoria avalie cada um dos relatórios que forem apresentados.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Finalmente encontra-se presente o Relator da Área Temática IV, que se atrasou um pouco porque estava sendo muito requisitado pela imprensa – não quero justificar o seu atraso, mas explicá-lo.

Concedo a palavra ao Deputado Manoel Junior, para fazer a leitura de seu relatório.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, bom-dia.

Inicialmente agradeço a V.Exa., Sr. Presidente; ao Deputado José Pimentel, Relator-Geral; ao Deputado Vignatti, Relator do PPA 2008/2011, a colaboração que me têm dado. Agradeço também aos membros dos co-

mitês que nos ajudaram na elaboração deste relatório; à Assessoria da Casa, à Dra. Raquel, ao Dr. Murilo, ao Dr. Marcos, ao Dr. Paulo, assessores técnicos dessa área, e ao assessor de nossa Liderança, Dr. Weibert, que também trabalhou conosco para que este relatório ficasse pronto e eu fosse o segundo Relator-Setorial a entregar o trabalho concluído.

Destaco também a participação dos membros e colegas da Comissão. Sempre que fui em busca de conselho, de orientação para exercer minha função de Relator-Setorial, já que estou cumprindo o meu primeiro mandato e me faltava experiência para tamanha responsabilidade como a de atuar nesta Comissão.

Todos os coordenadores de bancada foram extremamente sensíveis aos nossos apelos, até porque este ano foi diferente do ano passado, 2006, quando o Relator-Setorial dessa área, Deputado Paulo Rubem Santiago, teve efetivamente um aporte de recursos maior. S.Exa. dispôs de 696 milhões de reais para atender a 81 emendas, ao passo que neste ano foram acrescidas 3 emendas coletivas, totalizando 84 emendas, e os recursos alocados na distribuição para os Relatores-Setoriais foram apenas 542 milhões.

Efetivamente, o Deputado Devanir Ribeiro e outros coordenadores de bancada, como, por exemplo, o Deputado Carlos Eduardo Cadoca, estiveram conosco. Nós sempre expusemos nossa dificuldade em relação à distribuição dos recursos e mingos recursos, até porque na Área Setorial IV foram apresentadas emendas no total de 9 bilhões de reais, para 542 milhões de que dispúnhamos.

Sr. Presidente, passarei agora a ler o relatório da Área IV, começando por uma frase da Professora Maria Montessori, que cito no trabalho: *“Evitar conflitos é obra da política, construir a paz é obra de Educação.”*

#### “1 – Introdução.

Em atendimento ao disposto no art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 30, de 2007-CN, Mensagem nº 115, de 2007-CN (nº 649, na origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2008.

Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, coube a esta Relatoria a missão honrosa de analisar e relatar a proposta orçamentária da Área Temática IV, composta pelos seguintes órgãos: 24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT; 26000 – Ministério da Educação – MEC; 42000 – Ministério da Cultura – MINC; e 51000 – Ministério do Esporte – ME.

#### 2 – Análise da proposta.

2.1 – Comparativo entre os recursos dos ministérios da Área Temática IV e as Receitas Correntes do Tesouro no período 2005 – 2008.

A Tabela I, que V.Exas. podem analisar, até porque estou lendo o resumo e foi distribuído para V.Exas. o relatório global, com todas as tabelas e anexos, apresenta os valores da despesa orçamentária dos órgãos desta Área Temática, bem como a Receita Corrente do Tesouro Nacional, importante agregado de receita do orçamento federal.

A Tabela I traz os órgãos da Área Temática IV e a Receita Corrente do Tesouro.

Os números da Tabela I mostram que o total de dotações dos órgãos considerados – R\$38,1 bilhões – representa 5,3% da Receita Corrente do Tesouro Nacional estimada para 2008. Esse percentual supera os de 2005 e 2006, mas fica abaixo do de 2007.

No período, os orçamentos dos Ministérios, com exceção do Ministério do Esporte, apresentaram crescimento superior ao da Receita Corrente, com destaque para o orçamento do Ministério da Cultura – MINC, com 90,6%. Tal fato indica que o Poder Executivo tem reconhecido a relevância desses órgãos para o desenvolvimento econômico e social do País.

Já a Tabela II apresenta o detalhamento do orçamento dos órgãos sob a ótica do identificador de resultado primário. A análise dos números evidencia os distintos perfis dos Ministérios. Em um extremo, há o Ministério da Educação, no qual prevalecem as despesas obrigatórias, com 65,6% do total. No outro, o Ministério do Esporte, com 95,5% de despesas discricionárias. Por sua vez, os Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Cultura apresentam 71% e 72,4% de despesas discricionárias, respectivamente.

#### 2.2 – Ministério da Educação – MEC.

A melhora na qualidade da educação tem sido a principal diretriz do Governo Federal, haja vista que só é possível alcançar desenvolvimento econômico com distribuição de renda se a população tiver condições de atender às crescentes exigências do mercado de trabalho.

Com esse intuito, em abril de 2007 foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que consiste em um conjunto de ações estruturadas voltadas para 4 áreas de intervenção: alfabetização, educação básica, educação profissional e educação superior.

Esse plano marca nova estratégia de apoio técnico, financeiro e institucional que o Governo Federal prestará aos Estados e municípios que firmarem o compromisso Todos pela Educação. O apoio usará como

referência o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Com isso será possível identificar e acompanhar os municípios que apresentem os menores índices e atuar de forma mais efetiva para melhorar a qualidade da educação nessas localidades.

O orçamento do MEC é distribuído entre as suas 133 unidades orçamentárias, que compreendem, dentre outras, a administração direta, escolas técnicas e agrotécnicas federais, centros federais de educação tecnológica, instituições federais de ensino superior, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Considerando-se o Projeto de Lei Orçamentária para 2008 – PLOA 2008 e o autorizado para 2007, verifica-se um acréscimo de R\$3,3 bilhões no orçamento do Ministério da Educação, representando 11,8% a mais de recursos. A proposta para 2008, quando comparada com a apresentada para 2007, indica um aumento nos recursos alocados a esse órgão de R\$4,8 bilhões, ou cerca de 18,3%. Os dados iniciais de 11,8% são relativos àquilo que está sendo já executado no orçamento de 2007.

A proposta orçamentária para o Ministério da Educação inclui R\$25,8 bilhões para despesas com a função “12 – Educação”, R\$4,9 bilhões para a função “09 – Previdência Social” e R\$529 milhões para “28 – Encargos Especiais”, totalizando R\$31,2 bilhões.

A Tabela III, distribuída a V.Exas., mostra os valores do orçamento do Ministério da Educação por Grupo de Natureza da Despesa – GND para o período de 2005 a 2007. Os valores de 2005 e 2006 são os da execução da despesa, liquidados. Para 2007, são apresentados os valores da proposta orçamentária, da dotação inicial e do autorizado até 11 de outubro, enquanto para 2008, os valores da proposta orçamentária.

A despesa com o grupo “Pessoal e Encargos Sociais”, no projeto para 2008, alcança R\$15,2 bilhões, correspondentes a 48,5% do total previsto para o órgão. O grupo “Outras Despesas Correntes” – R\$13,8 bilhões – representa 44,1%, e o de “Investimentos” – R\$2,1 bilhões – 6,8% da despesa total.

Comparando-se os valores autorizados para 2007 com a proposta para 2008, nota-se um crescimento significativo na despesa do grupo “Outras Despesas Correntes” – R\$3,1 bilhões. O valor alocado para 2008, quando comparado com a despesa liquidada em 2006, representa um crescimento de R\$5,4 bilhões. Quanto aos “Investimentos”, o valor para 2008 é cerca de 4% maior do que o autorizado para 2007. No entanto, este valor, comparado com o liquidado em 2006 – R\$1 bilhão – indica um crescimento de mais de 100% nessas dotações.

Por sua vez, a Tabela IV apresenta os principais programas do Ministério da Educação e a distribuição de seus recursos por Grupo de Natureza da Despesa – GND. Destacam-se, pela ordem, “1073 – Brasil Universitário”, que representa 38,3% do total do órgão para 2008; “1061 – Brasil Escolarizado”, com 27%, “0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União”, com 15,7%; e “1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica”, com 5,4%.

Tomando-se o conjunto dos principais programas voltados para a Educação Básica – Brasil Escolarizado, Qualidade na Escola e Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos -, verifica-se que a soma dos valores alocados, R\$9,5 bilhões, representará, em 2008, 30,4% dos recursos programados. A soma dos principais programas voltados para a Educação Superior – Brasil Universitário e Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica – totaliza, Sr. Relator-Geral, cerca de R\$12,9 bilhões, ou 41,3% da despesa total do órgão.

Verifica-se que a alocação de recursos em termos percentuais para a educação básica vem crescendo. Em 2006 os recursos para programas da educação básica representaram 22% do total do MEC, enquanto que as ações do ensino superior somaram 47,2% dos recursos liquidados. Essa tendência se dá em decorrência da aprovação da Emenda Constitucional nº 53/2006, que instituiu o FUNDEB e ampliou o foco de atenção da União do ensino fundamental para toda a educação básica.

No que se refere à educação de jovens e adultos, o desafio é reduzir a taxa de analfabetismo, que tem sido de cerca de 11% nos últimos anos. Com o Programa Brasil Alfabetizado e com o Educação de Jovens e Adultos, que contam com R\$381 milhões, pretende-se aumentar o engajamento de professores das redes públicas estaduais e municipais, de modo que o quadro de alfabetizadores seja composto, em sua maioria, por esses profissionais. A prioridade será a região Nordeste, que infelizmente concentra 90% dos 1,1 mil municípios que possuem taxa de analfabetismo superior a 35%.

As principais ações do orçamento do Ministério da Educação para a Educação Básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – são apresentadas na Tabela V. Diversas ações supletivas são apoiadas pelo MEC com o intuito de assegurar o acesso e a permanência dos alunos na escola, dentre as quais se destacam: apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica, que recebeu R\$1,9 bilhão para assegurar as refeições, ao longo de 200 dias letivos, para 44 milhões de alunos de creches, pré-escolas, ensino fundamental e comunidades indígenas; distri-



bução de materiais e livros didáticos para o Ensino Fundamental, com R\$350 milhões para 51,4 milhões de unidades; distribuição de materiais e livros didáticos para o Ensino Médio, com R\$550 milhões para 43 milhões de unidades; apoio ao transporte escolar na Educação Básica, com R 401 milhões.

Por sua vez, para a complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, foram consignados R\$3,1 bilhões, distribuídos entre 9 Unidades da Federação, a saber: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí. São, na verdade, Sr. Relator-Geral, 7 Unidades da Federação do Nordeste e 2 do Norte.

Na Tabela VI estão sintetizadas as informações sobre as principais ações da subfunção 364 – Ensino Superior. A maior parte dos recursos, R\$8,7 bilhões, destina-se à manutenção das 59 Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, funcionamento de cursos de graduação. Além disso, merece destaque a alocação de R\$823,2 milhões para ações de Expansão do Ensino Superior Federal, abrangendo a ação “8282 – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI”, a criação de 67 novos campi, a implantação da Universidade Federal do Pampa, assim como ações que asseguram a continuidade da implantação das Universidades Federais do Recôncavo da Bahia e do ABC e da Grande Dourados.

A Tabela VII detalha a programação do Ministério da Educação para 2008 por grupo de unidades orçamentárias. O conjunto das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) tem recursos programados em seus orçamentos no valor de R\$ 16 bilhões, o que representa 51,3% dos recursos totais do ministério. O orçamento previsto para o FNDE, autarquia responsável pelos programas voltados para a Educação Básica, é de R\$ 9,5 bilhões, sendo a Contribuição Social do Salário Educação (cota-federal – fonte 113), uma das principais receitas dessa unidade orçamentária.

### 2.3 – Ministério da Cultura – MinC

Entre os principais objetivos do MinC para 2008 estão a ampliação do acesso dos brasileiros aos bens culturais, bem como a elevação da oferta de equipamentos necessários para a produção cultural. Além disso, pretende-se incentivar o investimento em cultura de modo a gerar oportunidades de negócio e capacitação (artística, técnica e gerencial) para trabalhadores, profissionais liberais, micro, pequenas e médias empresas no mercado cultural brasileiro.

A proposta orçamentária prevê R\$ 1,0 bilhão para o Ministério da Cultura, 49% a mais do que a proposta de 2007 do anterior. Quando comparada com o mon-

tante autorizado para 2007, o acréscimo é de 12%. Cumpre ressaltar que o orçamento do MinC tem recebido, nos últimos exercícios, considerável aporte de recursos provenientes de emendas aprovadas no Congresso Nacional. Em 2007, as emendas parlamentares agregaram R\$ 221 milhões (mais 32%) aos valores do projeto encaminhado pelo Executivo.

3 Fonte SIAFI. Valores até 11/10/2007.

O Ministério da Cultura, além da unidade orçamentária Administração Direta, compreende ainda a Fundação Casa de Rui Barbosa; Fundação Biblioteca Nacional; Fundação Cultural Palmares; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; Fundação Nacional de Artes; Agência Nacional do Cinema e Fundo Nacional de Cultura.

O Fundo Nacional de Cultura – FNC, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e o MinC (Administração Direta) constituem, nessa ordem, as unidades com maior volume de recursos. Juntas representam 74,9% do total previsto para o órgão em 2008.

A tabela a seguir mostra a distribuição dos recursos quanto à natureza da despesa. Para 2008, observa-se que 60% do total destina-se a despesas correntes, 23% a gastos com pessoal, 12% a investimentos e 5% às demais despesas. Em relação à proposta de 2007, destaca-se o crescimento de R\$ 222 milhões das despesas correntes. Os investimentos, quando comparados ao PLOA 2007 apresentam um crescimento de R\$ 25 milhões.

Para maior compreensão da área de atuação do Ministério, estão listados na próxima tabela os principais programas – estão nas tabelas que foram distribuídas a V.Exas. Constata-se que os “Programas de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais” constituem 32,4% do total, enquanto os “Programas Finalísticos” representam 67,6%.

Dentre os programas finalísticos destacam-se “Cultura Viva – Arte, Educação e Cidadania”, com R\$ 135 milhões, que tem por escopo ampliar e potencializar o acesso das comunidades excluídas ao usufruto de bens culturais e aos meios de fruição, produção e difusão das artes e do patrimônio cultural; “Brasil, Som e Imagem”, com R\$ 131 milhões, a fim de ampliar a produção, a difusão, a exibição, a preservação e o acesso às obras audiovisuais brasileiras e promover a auto-sustentabilidade da indústria audiovisual; “Livro Aberto”, com R\$ 121 milhões,

o acesso às obras audiovisuais brasileiras e promover a auto-sustentabilidade da indústria audiovisual; “Livro Aberto”, com R\$ 121 milhões, para formar leitores em diversos níveis de competência, estimular o hábito da leitura, facilitar o acesso a bibliotecas, manter o



controle bibliográfico nacional e propiciar a produção e a difusão do conhecimento científico, artístico e literário; e “Engenho das Artes”, com R\$ 71 milhões, com o intuito de aumentar a produção, a difusão e o acesso da população aos bens e serviços da cultura brasileira nas áreas de música, artes cênicas e visuais.

Por meio do IPHAN, serão realizadas obras de preservação cultural e promovidas iniciativas de capacitação e educação patrimonial. Há sob tutela do instituto quase 21 mil imóveis e 13 mil sítios arqueológicos, Senador Dornelles. Para essa finalidade, o programa Brasil Patrimônio Cultural recebeu R\$ 71 milhões.

#### Item 2.4.

Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT

É senso comum que a ciência, a tecnologia e a inovação são instrumentos fundamentais para o desenvolvimento de um País, pois propiciam crescimento econômico com geração de emprego e renda. Entre as principais linhas de atuação do MCT para 2008, merece destaque a concessão de 52.000 bolsas, entre formação, pesquisa e extensão, por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; o fomento a projetos e redes em centros de pesquisa e institutos tecnológicos, bem como expansão da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP; o aumento da geração de energia nuclear, com a retomada da construção de Angra 3; o desenvolvimento de satélite sino-brasileiro; a promoção da pesquisa e desenvolvimento de fontes de energias renováveis, com implantação de um centro de referência mundial em etanol; a implantação de Centros Vocacionais Tecnológicos focados em cadeias produtivas locais, de modo a agregar valor à produção de comunidades carentes, sobretudo da agricultura familiar.

A proposta orçamentária do Ministério da Ciência e Tecnologia para 2008 alcança R\$ 5,6 bilhões, o que representa crescimento de 8,2% em relação aos R\$ 5,1 bilhões da proposta anterior e elevação de 4%, quando comparada à dotação autorizada para o ano corrente. Ressalte-se, no entanto, que R\$ 649 milhões (11,7% do total do órgão) estão apropriados em reserva de contingência (GND 9), o que inviabiliza sua utilização, contra R\$ 785 milhões da proposta anterior e R\$ 635 milhões do orçamento autorizado para 2007 alocados no GND 9.

O Ministério da Ciência e Tecnologia compreende, além da administração direta, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; a Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN; a Agência Espacial Brasileira – AEB; as Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB; a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – NUCLEP e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.

As três principais unidades orçamentárias do MCT, em volume de recursos, são: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, com 47,5% do total, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, com 15,4%, e Administração Direta do MCT, com 14,7%, que juntas representam 77,6% dos recursos do órgão.

A tabela seguinte, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, mostra a distribuição dos recursos entre as unidades orçamentárias. Essa distribuição praticamente repete a da proposta anterior. Verifica-se que apenas as unidades Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB, e FNDCT tiveram crescimento significativo, próximo a 20%, em relação aos dois últimos exercícios.

crescimento significativo (próximo a 20%) em relação aos dois últimos exercícios.

Quanto à distribuição dos recursos por grupo de despesa, na proposta atual, foram destinados 53,9%, 17,7% e 16,5% aos grupos “Outras Despesas Correntes”, “Investimentos” e “Pessoal e Encargos Sociais”, respectivamente. Vale notar a inércia das despesas com investimentos em relação aos valores autorizados para o ano corrente, conforme apresentado na Tabela XIV.

Dentre os principais programas do MCT, em termos de volume de recursos, destacam-se: “Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE”, com 26,4% do total do órgão; “Nacional de Atividades Nucleares”, com 17,1%; “Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico”, com 13,7%; “Reserva de Contingência”, com 11,7%; e “Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação”, com 11,2%. Os Programas Finalísticos somam 75,3%, os de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais, 12,6% e os demais 12,1%. Os três maiores programas juntos acumulam 57,2% dos recursos do órgão, como pode ser visto na Tabela XV.

O Programa “Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior -PITCE”, que conta com R\$ 1.468 milhões na proposta para 2008, visa promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovações voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional; o “Nacional de Atividades Nucleares”, que dispõe de R\$ 951 milhões, tem por objetivo garantir o uso seguro e pacífico da energia nuclear, desenvolver tecnologia e atender ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para a indústria nuclear. Já

o Programa “Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico”, com R\$ 764 milhões, almeja expandir e aperfeiçoar a infra-estrutura técnico-científica, bem como apoiar pesquisas que contribuam para o desenvolvimento do País. Por sua vez, o Programa “Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação”, que recebeu R\$ 624 milhões, visa formar e capacitar pesquisadores para melhor atender às demandas de conhecimento e de serviços técnico-científicos da sociedade.

#### Fundos Setoriais do MCT

No âmbito do MCT, atualmente há quinze fundos setoriais em operação, cada um com recursos próprios e exclusivos. Eles têm por objetivo garantir a ampliação e a estabilidade do financiamento para o setor, apoiando o desenvolvimento e a consolidação de parcerias entre universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo, além de incentivar a geração de conhecimento e inovações que contribuam para a solução dos grandes problemas nacionais.

Verifica-se, na Tabela XVII, que o total de dotações consignadas aos fundos setoriais atingiu R\$ 2,2 bilhões no PLOA/2008. Esse valor supera em 27,9% o R\$ 1,7 bilhão autorizado para o ano corrente. No entanto, o crescimento em relação à proposta de 2007, que totalizava R\$ 1,9 bilhão, foi menor, ou seja, 17,7%. Se excluirmos, em 2008, os R\$ 649,2 milhões destinados à Reserva de Contingência, restará R\$ 1,6 bilhão, valor 42,6% maior do que o R\$ 1,1 bilhão autorizado até 11 de outubro de 2007.

#### 2.5 – Ministério do Esporte – ME

Assim como ocorre com o Ministério da Cultura, o orçamento desse Ministério também recebe aporte significativo de recursos quando da tramitação da proposta. Por esse motivo, é de se esperar que o montante previsto no PLOA/2008 seja menor que os valores liquidados e autorizados para anos anteriores. Além disso, cabe lembrar que nos últimos anos o Ministério recebeu volume expressivo de recursos para organização dos Jogos Pan e Parapan-Americanos realizados este ano, fato que acentua as diferenças. No caso de se comparar a proposta para 2008 (R\$ 285,3 milhões) com a anterior – reduzida dos recursos destinados aos Jogos -, constata-se um aumento de R\$ 108,1 milhões.

Como mostra a Tabela XVIII, os grupos de despesa “Outras Despesas Correntes” e “Investimentos”, com respectivamente 86,6% e 9,5% de participação sobre o total, detêm 96,1 % dos recursos destinados ao órgão para 2008. Note-se, no orçamento anterior, que a elevação dos investimentos em R\$ 410 milhões, da proposta para a dotação inicial, reflete o efeito das emendas sobre a área.

Nessa área, o foco da atuação do Governo Federal recai principalmente sobre programas que possibilitem e incentivem a prática de esportes em segmentos da população em condições de vulnerabilidade e risco social.

A Tabela XIX apresenta os montantes consignados, no PLOA 2008, aos principais programas do Ministério do Esporte, por grupo de despesa. Merecem destaque: “Vivência e Iniciação Esportiva Educacional – Segundo Tempo”, com 48,1% do total de recursos do órgão; “Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão”, com 21,1%; Inclusão Social pelo Esporte, com 8,1%; e “Esporte e Lazer na Cidade”, com 7,4%.

O programa “Segundo Tempo” visa democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, de modo a ocupar o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens. Já “Brasil Campeão” tem por escopo democratizar o acesso ao esporte de alto rendimento, com o objetivo de diminuir as disparidades de resultados entre as modalidades esportivas e melhorar o desempenho do atleta de rendimento brasileiro em competições nacionais e internacionais, como forma de promover a imagem do País no exterior. Contribuir para a inserção social por meio da fabricação de material esportivo por detentos, adolescentes em conflito com a lei e por populações em situação de vulnerabilidade social é o intuito do programa “Inclusão Social Pelo Esporte”. Por fim, o programa “Esporte e Lazer na Cidade”, direcionado às pessoas em situação de vulnerabilidade social, objetiva ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrados às demais políticas públicas, de modo a reduzir a exclusão e o risco social.

Vale destacar, Srs. Parlamentares, caros colegas, que nessa área do esporte estivemos por duas vezes recebendo a presença de ilustres atletas de alto rendimento, campeões não só do Panamericano, mas campeões em eventos internacionais e por duas vezes requerendo do Congresso Nacional a participação em 1% do esporte brasileiro.

#### 2.6 – Recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB

Conforme disposto no item 44.1 do Parecer Preliminar, esta Relatoria-Setorial deve verificar o cumprimento dos limites e das ações referentes à Educação, inclusive os relativos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB – no projeto orçamentário para 2008.

A receita de impostos para da União”...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Quero advertir ao Plenário que há um orador na tribuna, exatamente o Relator da área de Educação, que está proferindo o seu parecer.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – “A receita de impostos da União para 2008, deduzidas as transferências constitucionais e a parcela destinada à DRU, está estimada em R\$ 83,8 bilhões. Desse valor, R\$ 15,1 bilhões (18%) estão vinculados constitucionalmente à manutenção e desenvolvimento do ensino. Cabe lembrar que, além disso, os recursos arrecadados com o salário-educação constituem fonte adicional de financiamento para a educação básica pública (CF, Art. 212, § 50). Consta da proposta que, deduzidas as transferências legais a Estados e Distrito Federal, a parcela do salário-educação destinada à União alcança R\$ 3,5 bilhões.

Assim, a arrecadação prevista para 2008 vinculada à manutenção e desenvolvimento do ensino é de R\$ 18,6 bilhões. O PLOA 2008 prevê a aplicação de R\$ 21,3 bilhões nas despesas referentes à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Note-se, entretanto, que tais recursos, não podem ser aplicados em programas suplementares de alimentação e assistência à saúde, os quais devem ser atendidos por contribuições sociais e outros recursos orçamentários. Constatou-se que na programação integrante do “Quadro 10C – Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)” o Poder Executivo relacionou indevidamente as ações “20B7 Serviços de Concessão, Manutenção, Pagamento e Cessão de Auxílio Financeiro” e “OA26 Concessão de Auxílio-Financeiro”. Como ambas têm caráter suplementar de assistência, não deveriam ser incluídas, pois assim estabelece o inciso IV do art. 71 da LD.

Observe-se que mesmo após reduzir o valor correspondente às duas mencionadas ações (R\$ 90 milhões), no PLOA constam programações que superam em R\$ 2,7 bilhões o valor mínimo legalmente exigido (14,8% a mais do que aquilo que manda a lei).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2008 (LDO 2008), no art. 13, inciso XV, estabelece que a lei orçamentária discrimine em categorias de programação específicas as dotações destinadas à complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Verificou-se que para essa finalidade foram consignados R\$ 3,1 bilhões, distribuídos entre nove unidades da federação, a saber: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí. Esse

montante corresponde aos R\$ 3 bilhões fixados no inciso VII do art. 60 do ADCT, somados à atualização monetária desse valor pelo INPC, conforme estabelece o art. 31, § 50, da Lei nº 11.494/2007 que regulamentou o FUNDEB.

O valor da complementação está dividido entre três fontes de recursos: 900 -Recursos Ordinários condicionada, com R\$ 1,6 bilhão; 112 – Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, com R\$ 0,9 bilhão; e 100 – Recursos Ordinários, com R\$ 0,6 bilhão. Assim, constata-se que foi observada a regra constitucional que determina que a vinculação de recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, estabelecida no art. 212 da Constituição Federal, suportará, no máximo, 30% da complementação da União.

#### 2.8 – Obras com indícios de irregularidades

Em atenção ao disposto nos itens 45.2 e 45.3 do Parecer Preliminar, verificamos que nesta Área Temática há 2 obras com indícios de irregularidades, conforme informado em relatório do Tribunal de Contas da União. Cabe registrar, entretanto, que, até o momento de apresentação deste relatório, o Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves ainda não havia se manifestado oficialmente sobre o tema. Dessa forma, optamos por manter as dotações alocadas na proposta orçamentária. As programações correspondentes às obras mencionadas estão relacionadas na Tabela XXI. Observe-se que elas não foram objetos de emendas – isso é importante de destacar.

#### 4 – Das emendas apresentadas

À programação dos ministérios que integram a Área Temática IV, foram apresentadas 2.303 emendas, sendo 2.219 individuais e 84 coletivas.

Quero ressaltar que no ano anterior, 2007, foram apresentadas apenas 81 emendas coletivas. Este ano, portanto, houve mais 3 emendas coletivas nesta Área Temática.

Após análise inicial, algumas emendas foram transferidas para outros setores, como também algumas foram recebidas. O quadro apresentado a seguir, que V.Exas. têm no relatório distribuído, relaciona as transferências de emendas.

Das emendas coletivas, 15 foram apresentadas por Comissões Permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e 69 por bancadas estaduais.

Convém ressaltar que, conforme consta do relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas, aprovado pela CMO em 23 de novembro, a Emenda nº 7112.0008, da Bancada do Mato Grosso, foi declarada inadmitida.



Por fim, informamos que alguns Parlamentares solicitaram a retirada de emendas desta Área Temática, como está demonstrado no quadro de que dispõem V.Exas.

Quero ressaltar que, em nosso relatório preliminar, deixamos a reserva dessa emenda da bancada do Mato Grosso que foi inadmitida. Efetivamente a decisão não compete ao Relator-Setorial da Área, mas ao Plenário.

#### 4.1 – Dos recursos para o atendimento das emendas

Para atendimento das emendas individuais apresentadas no setor foram utilizados os recursos reservados para essa finalidade, conforme disposto no item 35.1 do Parecer Preliminar.

Por sua vez, para atender as emendas coletivas, esta Relatoria utilizou os recursos transferidos em conformidade com o item 36.2 do Parecer Preliminar, no montante de 542,6 milhões de reais”.

Lembro os Srs. Parlamentares que as 84 emendas apresentadas à Área Temática IV perfazem um total aproximado de 9 bilhões, e nós tivemos apenas 542,6 milhões para o atendimento dessas emendas.

“Além disso, diante da escassez de recursos, foi imprescindível efetuar cancelamentos parciais em algumas dotações consignadas a investimentos e inversões financeiras dos órgãos integrantes desta Área Temática, observadas as disposições do Parecer Preliminar”.

Peço a atenção dos nobres Parlamentares, sobretudo dos Deputados Cadoca, Devanir, José Pimentel, Sciarra e da Deputada Rose, para que esta Área Temática é extremamente sensível; ela trata da educação, do esporte, da cultura e da ciência e tecnologia. Nós tínhamos, como Relator-Setorial, a competência de proceder ao corte, nas chamadas GND-4, em até 40%. Mas não o fiz diante das necessidades desses órgãos e principalmente do País. Procedi como verem os na continuação do relatório.

Após criteriosa análise das programações das unidades orçamentárias, optamos por remanejar 277 milhões de reais. Note-se que esse valor situa-se bem abaixo do que autoriza o Parecer Preliminar.

“Os dados sobre o número e o valor das emendas coletivas e individuais propostas e aprovadas estão demonstrados na Tabela XXII, apresentada a seguir”.

A tabela está à disposição dos Srs. Parlamentares.

No MEC foram 39 emendas; no Ministério da Cultura, 7 emendas; no MCT, 22 emendas; e no Ministério dos Esportes, 16 emendas. Estão registrados os valores solicitados, o número de emendas individuais, os valores aprovados e o total.

#### “4.2 – Dos critérios de atendimento das emendas

##### 4.2.1 – Emendas individuais

As emendas individuais propostas nesta Área Temática têm por objetivo, em sua maioria, reforçar dotações que visam: fomentar a elaboração e a implantação de projetos de inclusão digital; apoiar pesquisas para o desenvolvimento social; apoiar a implantação de centros vocacionais tecnológicos; modernizar e recuperar a infra-estrutura física das instituições federais de ensino superior; apoiar entidades de ensino superior não-federais; fornecer instrumental para ensino e pesquisa às instituições federais de ensino superior; modernizar a infra-estrutura física das instituições federais de educação tecnológica; fomentar projetos de arte e cultura; instalar espaços culturais; ampliar e modernizar a infra-estrutura para o esporte recreativo e de lazer; e ampliar a infra-estrutura para o esporte educacional. Todas as emendas individuais foram atendidas integralmente.

##### 4.2.2 – Emendas coletivas

Na análise das emendas coletivas (comissões e bancadas estaduais) procuramos observar o mérito de cada proposição, bem como o atendimento das normas legais e regimentais.

No atendimento das emendas de bancada, adotamos como princípio a utilização de um critério que atendessem da forma a mais homogênea possível as bancadas, sem deixar de reconhecer as diferenças existentes entre as unidades da Federação. Assim, a distribuição dos recursos entre as emendas teve por base um critério que utilizou o inverso do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, a partir de um aporte mínimo idêntico por proposição. Além dessas diretrizes, foram realizados ajustes considerando-se as prioridades indicadas pelas bancadas e pelas comissões”.

Quero, Deputado Eduardo Sciarra, mais uma vez agradecer aos coordenadores de bancada, que foram extremamente sensíveis, priorizando as emendas por bancada para obviamente ajudar nosso relatório e a distribuição dos recursos da Área Temática IV.

Como disse anteriormente, eu poderia até ter ampliados meus cortes em até 40% para um maior atendimento, mas achei que isso não seria justo, diante das dificuldades por que passam as instituições de ensino e pesquisa e a área da cultura do País.

#### “5 – Indicações ao Relator-Geral

Esta Relatoria solicita ao Relator-Geral examinar a possibilidade de aportar mais recursos para apoiar o Centro Internacional de Física da Matéria Condensada – CIFMC (UnB-DF), programa pioneiro em pós-doutorado na área de física, tendo em vista a importância das pesquisas lá desenvolvidas. Convém apontar que



a programação orçamentária do Centro integra o Ministério da Ciência e Tecnologia.

#### 6 – Ajustes Técnicos

Cabe observar que alguns ajustes nas emendas se fizeram necessários, ou para adequá-las aos instrumentos legais, ou para corrigir inadequações técnicas. De todo modo, restou preservada a intenção manifestada pelos autores nas justificativas das emendas.

Faço um parêntese para dizer que meu trabalho começou no primeiro semestre, quando procurei os Srs. Ministros e a assessoria técnica e mandei ofícios a todas as comissões relativas à Área Temática IV.

Na maioria dos casos, contatamos os gabinetes dos Srs. Parlamentares, dos representantes das bancadas ou das comissões cujas emendas foram ajustadas, com o objetivo de informá-los do problema ou de obter informações mais detalhadas. Apenas naqueles casos nos quais a correção era uma exigência, esse procedimento não foi seguido.

Era o que tínhamos a relatar”.

Informo a V.Exas. que há uma errata relativa ao Setor IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, e Esporte. Relator-Setorial – Emendas Individuais à Despesa Aprovadas por Autor. Na página 134 do relatório, temos: “Autor: Valter Pereira; Emenda: nº 2361.0014; Unidade Orçamentária: 51101 – Ministério do Esporte; Subtítulo: Implantação e Modernização de Infra-estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer – Estado do Mato Grosso do Sul; Valor Aprovado: 200.000 reais”. Por “Valor Aprovado” leia-se: “500.000 reais” e não “200.000 reais”. Ou seja, o autor solicitou, por ofício, à Comissão e à Relatoria-Setorial, um acréscimo, dentro do volume de receita estabelecido para cada parlamentar, no valor de 300.000 reais.

Sr. Presidente, lido o relatório, agradeço mais uma vez a V.Exa., aos Relatores José Pimentel e Vignatti e, principalmente à Dra. Raquel, ao Dr. Murilo, ao Dr. Paulo, ao Dr. Marcos e ao Dr. Weberth diligentes, pontuais, precisos e extremamente éticos na feitura desta peça do Orçamento para 2008.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Está em discussão o relatório, e iniciado o prazo para apresentação de destaques.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Concedo a palavra pela ordem ao Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, no relatório do Deputado Manoel Junior foram apresentados, em bloco, os valores por Estado. Quando consultamos pela Internet, só conseguimos o

relatório consolidado dos 4 Ministérios. Peço a V.Exa. que disponibilize por Ministério, para fazermos uma análise melhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Concedo a palavra ao Relator, para prestar esclarecimentos.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Deputado Giovanni Queiroz, já pedi à Dra. Raquel e à assessoria que providenciem esse anexo.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, quero inicialmente parabenizar o Deputado Manoel Junior por seu esforço. Na reunião de Líderes, V.Exa. usou a expressão “multiplicar os pães”, referindo-se ao fato de os recursos não serem tão abundantes quanto se desejaria. No geral, o relatório de V.Exa. não merece críticas. Tenho certeza de que V.Exa. se esforçou para atender as bancadas, e para tanto realizou diversas reuniões com as bancadas estaduais no intuito de promover o equilíbrio das discussões entre os Estados da Federação. Louvo o esforço de V.Exa. e estou pronto para aprovar seu relatório.

Não há dúvida de que algumas questões devam ser consideradas, principalmente em se tratando de execução orçamentária e financeira por parte do Governo. Temos que levar em consideração que, no Orçamento de 2007, os valores empenhados alcançaram o montante de 970 milhões, que correspondiam somente a 43% da autorização, de 2,2 bilhões. A execução da Despesa, por sua vez, correspondeu a apenas a 27% da dotação autorizada. Esses são dados do SIAFI deste mês, de novembro para dezembro.

Ora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, isso demonstra que estamos votando lei morta, porque a peça orçamentária que votamos não foi executada. Estamos a menos de 30 dias de finalizarmos o Exercício de 2007, e a execução da Despesa só corresponde a 27% da dotação autorizada.

Se continuarmos presenciando esse tipo de atitude por parte do Governo Federal, Sr. Presidente, não teremos como promover o equilíbrio das políticas públicas nos Estados da Federação e nos Municípios brasileiros por completa falta de operação do Governo Federal.

Nesse caso do Ministério da Educação, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, em especial, os dados são extremamente claros. O baixo nível de execução financeira também é um dado aterrador. Até 2 de dezembro de 2007, os valo-

res pagos correspondem somente a 22% da dotação autorizada.

Não sei se o Governo deseja com isso aumentar o resultado do superávit primário, mas fazê-lo às custas da ciência e tecnologia e da educação é realmente lamentável. Países como Coréia do Sul e Argentina passaram por grandes dificuldades, e investimentos na área de educação foram o grande diferencial que os ajudaram a superá-las.

Não podemos deixar de liberar os recursos que aqui aprovamos por conta do superávit primário. Ele é importante para o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e das metas para controle da inflação; mas não podemos adotar essa postura no que diz respeito ao Ministério da Educação e tampouco aos Ministérios da Saúde e da Ciência e Tecnologia.

Chamo a atenção da Comissão no sentido de travarmos uma discussão realista, porque cada um de nós com assento nesta Comissão, que aqui chegamos por voto popular, estamos lutando, legitimamente, por nossos Estado e Municípios, que honrosamente representamos.

É frustrante chegar ao final de cada exercício sem vermos os projetos e as políticas públicas completamente implementados e executados, por falta de celeridade do Governo e, principalmente, de uma postura mais pró-ativa na execução completa do Orçamento.

Por outro lado, Sr. Presidente, quando chega o final do ano – e esse mês de novembro, com a nova Resolução nº 01, deixou isso bem claro -, há uma enxurrada de créditos suplementares, de créditos extraordinários, com anulações de dotações de um ministério para outro. Isso significa que os critérios que adotamos na Comissão de Orçamento não são seguidos completamente pelo Governo Federal, porque, quando ele suplementa, por anulação, a dotação de um ministério para outro, ele está avocando para si prerrogativa do Congresso Nacional.

Por isso, temos que implementar o orçamento impositivo, para que essas discussões – muitas das quais, senão todas, longas – que travamos aqui na Comissão de Orçamento e no Plenário do Congresso Nacional não fiquem apenas como jogo de cena e passem a ser uma imposição da prerrogativa do Congresso Nacional, de cada um dos Senadores e Senadoras e de cada um dos Deputados e Deputadas, de legislar de acordo com as disposições do princípio federativo e, principalmente, com o fim de combater as diferenças regionais e inter-regionais.

Estamos aqui para alterar, emendar e melhorar a peça orçamentária enviada pelo Executivo. Mas se nossas atitudes, se o projeto que daqui sai finalizado

com a votação no Congresso Nacional não é respeitado...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – A Presidência informa ao Deputado Claudio Cajado que já excedeu seu tempo de inscrição.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Qual é o tempo de tolerância que V.Exa. me concede, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. já teve 1 minuto de tolerância, e ainda temos 2 oradores inscritos.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, agradeço a tolerância peço só mais 1 minuto para concluir.

Neste tempo que me resta, quero firmar meu posicionamento de exigirmos do Governo Federal, do Poder Executivo, o cumprimento desta peça orçamentária que estamos votando. Recebi, há poucos instantes, a reestimativa de Receita, oriunda da lavra do Senador Francisco Dornelles. São mais 5 bilhões e 786 milhões de reais, que, tenho certeza, serão distribuídos entre os Estados, de acordo com as emendas apresentadas.

Não adianta, Sr. Presidente, ficarmos aqui nos esforçando, se o Governo não executa o Orçamento ao final de cada Exercício.

Concluindo, quero apenas deixar registrado este meu protesto e a esperança de que, em 2008, possamos ter efetivamente implementado o que aqui estamos votando.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Zé Gerardo.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Quero parabenizar o nobre Relator por seu trabalho e dedicação e pedir a S.Exa. olhe com bons olhos nossos 4 destaques. Sei que os recursos são escassos e, portanto, que não é fácil atendê-los, mas também sei da possibilidade de indicar para o Relator-Geral pedido de aumento de recursos. Nesse sentido, peço a V.Exa. que considere a possibilidade de indicar o atendimento ao Estado do Ceará, um Estado pobre que precisa do Governo Federal mais do que os outros Estados da Federação, que têm mais condições de dar uma vida melhor para seu povo.

Apresentamos o Destaque nº 005, que visa criar um cinturão digital em todo o Estado do Ceará, o que significa, entre outras coisas, informatizar as escolas até mesmo dos locais mais distantes do Estado.

Sei das dificuldades de V.Exa., mas peço que indique esse destaque ao nobre Relator Pimentel. Esperamos que S.Exa. possa nos conceder um valor maior, dadas as grandes dificuldades existentes no

Ceará. Precisamos informatizar o Estado para que as administrações sejam transparentes, para que sua população tenha acesso à Internet, para que o Ceará possa acompanhar a elaboração do Orçamento da União e saber como lutamos por atender mesmo seus municípios mais distantes

Além desse destaque, temos também outras emendas, como a que diz respeito a esporte na região metropolitana de Fortaleza, que V.Exa. atendeu, na realidade, com 11 milhões de reais. Atendeu muito bem. Mas ainda peço a V.Exa. que indique essa emenda ao Relator-Geral, para que S.Exa. nos atender com mais recursos, porque precisamos tirar as crianças da ociosidade e colocá-las nas praças de esporte. Na realidade, elas estão sem lazer. Precisamos tirá-las dessa situação e colocá-las em praças de esporte.

Em relação à região metropolitana de Fortaleza, local em que fui um dos Deputados mais votados, tenho a incumbência de defendê-las com perseverança porque sei das suas dificuldades. As pessoas de todo o Estado do Ceará hoje saem de suas regiões e vão para a região metropolitana, em Caucaia, no Maracanaú, no Euzébio, em Aquiraz, locais de chegada à Fortaleza, que não têm sequer um campo de futebol, uma quadra de esportes para as crianças. Com essa emenda vamos atender a cada Município, vamos levar, por intermédio do Governo do Estado, infra-estrutura para o esporte e o lazer.

Nosso outro destaque fala da reforma e modernização da infra-estrutura física da Universidade Federal do Ceará, que V.Exa. atendeu com 9 milhões. O ensino na universidade federal cearense é um dos melhores do País, mas ainda precisamos modernizá-la, e para tanto são necessários mais recursos. Pedimos, portanto, a V.Exa. que indique esse destaque ao Relator-Geral, para que S.Exa. nos atenda com base no acordo de liderança que fizemos.

Quero dizer a V.Exa. também que temos uma emenda que solicita recursos para o Estádio de Maracanaú, local em que recebi 7 mil votos. Quero que V.Exa. olhe essa emenda com bons olhos e a indique para o Relator-Geral. Trata-se do Destaque nº 006. Na realidade, o Estado do Ceará está eleito como mais uma opção para sediar a Copa do Mundo de 2014. Precisamos, portanto, do nosso Maracanaú. Mas a nossa Caucaia também disputará a vaga para ter um dos melhores estádios. E como o Município de Maracanaú me deu 7 mil votos, ele tem a chance de estar aqui numa emenda de bancada e fazer com que o esporte se torne cada vez mais praticado no Estado do Ceará.

Esta é a oportunidade de pedir a V.Exa. que indique ao Relator-Geral essa emenda, para que S.Exa.

nos atenda não com apenas 7 milhões, mas com muito mais. Sete milhões não dariam sequer para começarmos um estádio novo. O nobre Prefeito Roberto Pessoa passou aqui e pediu nosso apoio. Estamos ao lado dele e apoiamos sua iniciativa de realizar o sonho do povo de Maracanaú e do Estado do Ceará.

No mais, parabenizo V.Exa. e novamente peço que atenda às nossas reivindicações.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Antes de conceder a palavra ao Deputado Eduardo Sciarra, aviso que os prazos para apresentação de destaque começam com a abertura do debate.

Alguns Parlamentares entregaram pedidos de destaque na Secretaria antes do começo do prazo, o que criou certo desconforto nos que estão seguindo os termos do Regimento, ou seja, os que estão apresentando seus destaques a partir de agora.

Esclareço que esta Presidência, assim como a Secretaria, não tem o menor interesse em preterir ninguém. Agora, como os colegas já tinham apresentado os destaques, por uma questão de reverência a eles, consideraremos os já entregues. Mas de agora em diante, vamos cumprir rigorosamente o Regimento para evitar reclamação de terceiros. Somente será apresentado pedido de destaque após a abertura do prazo, feito com a leitura do parecer pelo Relator.

Era esse o esclarecimento.

Com a palavra o Deputado Eduardo Sciarra.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, inicialmente quero cumprimentar o nobre Relator-Setorial, Deputado Manoel Junior, que integra esta Casa há pouco tempo e já conquistou a confiança de todos os colegas por sua forma de se conduzir nas Comissões e nas outras atividades parlamentares. CCCCCumprimento S.Exa. pela forma como conduziu a elaboração do relatório, ressaltando que sabemos das dificuldades que o Relator enfrenta – já fui Relator-Setorial.

Quero também levar ao Deputado Manoel Junior um pleito da bancada paranaense. Estamos destacando as emendas do Estado relativas à área da sua Relatoria, mas quero fazer um destaque especial à Emenda nº 11, da bancada do Paraná, que trata da alocação de recursos para o Ministério do Esporte para implantação de um ginásio de esportes em Curitiba. A obra é muito importante para a Capital do Estado. Gostaria que o nobre Relator-Setorial, que já foi muito solícito quando encaminhamos o pleito, fizesse uma consideração especial com relação à Emenda nº 11, cujo Destaque é o de nº 045.

Também gostaria de falar a respeito da execução orçamentária e financeira do Fundo Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O FNDCT teve, em 2007, baixo nível de execução orçamentária e de execução financeira. O Deputado Claudio Cajado já se manifestou a respeito do assunto, mas no projeto de lei de 2008, o uso de reservas de contingência mantém a tendência dos anos anteriores. O problema não é do Relator-Setorial, mas do Orçamento, em todas as áreas, que chega ao Congresso Nacional impelindo o Relator-Setorial a fazer tal distribuição.

Neste momento em que estamos votando, é importante dizer que a alocação de recursos da reserva de contingências para ações finalísticas – são 25% dos recursos do FNDCT – permanece neutralizada em reservas de contingência. As ações de fomento em pesquisa têm sido prejudicadas por esse dispositivo. Então, queremos ressaltar esse aspecto e dizer que não podemos, em busca de um superávit primário além do necessário, prejudicar a pesquisa e as ações de fomento.

Quero também dizer que os investimentos acabam ficando muito aquém das despesas relativas a pessoal e de outras despesas correntes.

Por fim, Sr. Presidente, quero fazer uma solicitação inclusive para que possamos balizar nossos trabalhos ao longo desta semana e da próxima. Gostaria que V.Exa. nos dissesse as datas de entrega dos relatórios setoriais até o presente momento, porque temos uma convocação que vale até sexta-feira e queríamos nos programar, o que é necessário.

Então, cumprimento mais uma vez o Relator-Setorial, Deputado Manoel Junior, e agradeço a S.Exa., ao tempo em que peço a V.Exa., Sr. Presidente, a gentileza de nos fornecer uma posição relativa às datas oficiais de entrega dos relatórios que já chegaram à Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Atendendo à solicitação do Deputado Eduardo Sciarra, passo a informar as datas de entrada dos relatórios: Área 9, Agricultura e Desenvolvimento Agrário: distribuição em 5 de dezembro, às 10h; na Internet, 4 de dezembro, às 18h20min; errata, em 5 de dezembro, às 11h12min. Área 2, Saúde: distribuição em 5 de dezembro, às 10h; na Internet, 4 de dezembro, às 22h15min. Área 5, Planejamento e Desenvolvimento Urbano: distribuição ainda não realizada, será à tarde; na Internet, em 4 de dezembro, às 18h30min.

Em seguida, antes de anunciar o próximo orador, convido o Senador Francisco Dornelles para ocupar lugar à Mesa e formalizar a entrega de sua reavaliação de receita. *(Pausa.)*

**O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES** – Sr. Presidente, tenho o prazer de passar às mãos de V.Exa., bem como às do Relator-Geral, dentro do

prazo, o relatório de atualização da receita, segunda avaliação.

Na segunda avaliação, tivemos um acréscimo de receita bruta de 8 bilhões de reais, que em valor líquido totalizam 5 bilhões e 700.

O ponto para o qual chamo a atenção de V.Exa. é o fato de que, em decorrência do aumento do PIB e do aumento do INPC nos últimos meses, tudo indica que vai haver aumento do superávit primário e também do salário mínimo, que, de acordo com os parâmetros, deverá ser fixado não abaixo de 408 reais e 90 centavos.

Essas as considerações que passo a V.Exa.

Agradeço a honra de trabalhar sob seu comando, seguindo sua orientação. Este trabalho em grande parte decorre do intenso esforço empreendido pelos Assessores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a quem cumprimento na pessoa do Dr. Consentino.

Repito: para mim, foi uma honra muito grande estar aqui e trabalhar sob sua direção.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Creio que expressando o sentimento de todos os integrantes desta Comissão, agradeço ao Senador Francisco Dornelles o trabalho eficiente e, sobretudo, de tal maneira expedito e rápido que agora entrega a segunda avaliação de receita, nos dando a auspiciosa notícia de um número que certamente vai contribuir para que esta Comissão possa realmente atender razoavelmente às demandas de todos os Estados da Federação aqui representados. Refiro-me ao acréscimo de receita bruta de 8 bilhões de reais, e de receita líquida de 5 bilhões e 700. Os números realmente falam muito bem da economia do País e, sobretudo, da forma competente como o Governo vem administrando o setor financeiro e econômico.

Vamos continuar a ouvir os oradores. Está inscrito o Deputado Vanderlei Macris.

Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, cumprimento o Sr. Relator-Setorial, Deputado Manoel Junior, pelo desempenho na realização do trabalho e também o Senador Francisco Dornelles pela entrega da avaliação de receitas, da qual tivemos oportunidade de participar, caracterizando a possibilidade de esta Comissão, como disse V.Exa., Sr. Presidente, atender às demandas da sociedade brasileira nos Estados aqui representados.

Em relação ao relatório específico da Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte, Sr. Presidente, gostaria de fazer algumas considerações em nome da bancada do PSDB. Tivemos, ao longo desses anos



todos, um discurso governamental que definiu a educação como prioridade, afirmando que ela constitui um dos 3 pilares básicos da ação do Governo e sua prioridade estratégica no desenvolvimento propalado no PPA para o período de 2008 a 2011, que claramente aponta nessa direção. Mas é interessante ver que uma análise um pouco mais detalhada principalmente das despesas do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura, feita por grupos de despesas, aponta realmente algumas distorções para as quais eu gostaria de chamar a atenção dos nobres pares.

A dotação de pessoal foi incrementada em apenas 1,5%. Fica a pergunta: tendo o Governo definido como prioridade absoluta a educação, e havendo o incremento de 1,5%, apenas, como dotação de pessoal, será que o setor não carece efetivamente de melhoria salarial, principalmente para os professores, os comandantes do processo educacional brasileiro? Não carece também o setor da contratação de novos professores para fazer frente à prometida expansão do ensino universitário, por exemplo, como diz e quer o Presidente Lula? Vejam que o Orçamento, na área de educação, aponta em direção contrária à do discurso do Governo.

Os investimentos também apresentam apenas 4% de evolução em relação ao Orçamento de 2007 para o mesmo setor. Repito: 4%. Será que é suficiente para a ampliação da estrutura educacional a cargo do Governo Federal? É a pergunta que fica novamente.

O apoio administrativo recebe acréscimo de 30% em relação ao ano anterior. É justificável esse incremento?

Sr. Presidente, tais incoerências e distorções deixam claras perguntas a serem respondidas pelo Governo no que diz respeito à solução do problema educacional, posto como prioridade absoluta pelo Governo.

Agora, qual é a ampliação prevista para o ensino técnico profissionalizante? Esse é outro tema importante que queremos destacar. Quantos CEFETs ou Agrotécnicas estão previstos para serem criados?

Qual é a expansão prevista no Ensino Superior, com a construção de novas universidades, interiorizando o ensino universitário, como dito no discurso do Presidente?

Sr. Presidente, o Governo vem aplicando os recursos da Educação mediante créditos suplementares – essencialmente créditos extraordinários – por meio de medidas provisórias. Podem justificar-se: “*Não, mas quanto a isso, teremos créditos suplementares e extraordinários*”. E onde fica o Congresso Nacional na avaliação, detalhamento, discussão, priorização desses investimentos, principalmente na área do ensino?

É total descaso o que o Governo tem em relação ao Parlamento.

Quando os créditos vêm por medida provisória, fica clara a idéia de que o Governo não tem planejamento e atua de acordo com as necessidades e as demandas da sociedade, principalmente as dos Estados, que são atendidas sempre aquém do necessário, conforme claramente demonstrado nos pequenos números relativos a investimentos na área de educação, em particular no ensino técnico e tecnológico. Isso porque o Governo não sabe planejar – é incompetente para fazê-lo – e não consegue apresentar numa proposta orçamentária como esta qual será a política a ser desenvolvida ao longo do tempo. Então, faz um discurso lá na base; sai pelos Estados fazendo discursos, priorizando a educação; quando vem a proposta orçamentária, aparecem estes números pífios, a exemplo de 1,5% da dotação de pessoal.

Sr. Presidente, essas questões para as quais chamamos a atenção é que tiram também a possibilidade deste Parlamento atuar em relação a cada um dos créditos, porque todos vêm por medida provisória. O debate é feito *a posteriori*, porque elas entram em vigência logo no início. Portanto, o Parlamento não tem condições de se adequar; mais do que isso: de planejar ou apontar caminhos para o Governo, do ponto de vista dos investimentos.

Em 2007, por exemplo, a dotação inicial foi suplementada em quase 50%, quanto aos investimentos. Ora, se serão suplementados também neste próximo ano em 50%, isso caracteriza uma política, na área da educação, totalmente “desplanejada” – se é que eu posso chamar assim, se é que existe esta palavra. Não é possível entender que o Governo não tenha, do ponto de vista da educação, a sua grande prioridade, a possibilidade de planejar os seus investimentos. E, quando vem para cá, do ponto de vista da sua equação, absolutamente fora desse planejamento, é por medida provisória. E o Congresso Nacional não tem condições de interferir nesse planejamento.

Com esse crescimento de somente 4% para 2008, o Governo novamente vai retirar do Congresso Nacional o debate, na alocação dos investimentos do Ministério da Educação.

Também quero dizer que, no Ministério do Esporte, o valor constante do projeto do Orçamento para 2008 é de 285 milhões, o que representa uma queda de 400% em relação ao valor autorizado em 2007. É verdade que a realização dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, em 2007 mostra essa diferença. Mas a dotação do órgão sofreu abrupta queda, e isso não está explicado, e o Governo precisa mostrar que,

na área do esporte, também está criando condição de decréscimo no que diz respeito ao seu investimento.

No Ministério da Cultura, o montante da despesa de pessoal é 7% menor do que no ano anterior.

Sr. Presidente, nós gostaríamos de dizer que 2 questões fundamentais estão presentes: o Governo faz o discurso, do ponto de vista da educação, em termos de prioridade; mas, quando chega aqui à Câmara dos Deputados, ao Congresso Nacional, a peça orçamentária não reflete essa proposta do discurso feito pelo Presidente da República e pelo Governo na área da educação. E, quando o faz, apresenta por meio de medida provisória, o que nós já estamos questionando no Supremo Tribunal Federal. A bancada do PSDB já está questionando na Câmara dos Deputados, porque retira, de maneira permanente e absoluta, a possibilidade de o Congresso Nacional intervir ou interferir nesse planejamento de investimentos em todas as demais áreas.

Basta analisar, Sr. Presidente, aquilo que outros colegas meus já disseram aqui nesta Comissão. Segundo informe que obtivemos da Liderança, do ponto de vista dos investimentos do Governo do Estado, dos 38 bilhões previstos apenas 46,9% estão empenhados. E, mais do que isso, para chamar mais a atenção de V.Exas: 12,8% pagos. Imaginem V.Exas.: 38 bilhões de previsão de investimento e 12,8% apenas pagos. Isso mostra que este Governo não tem capacidade. Mais do que isso: não tem competência para administrar as obras, os projetos para o futuro, os investimentos, principalmente na área de infra-estrutura, capaz de garantir o crescimento deste País de maneira sustentada. E, quando não se faz na área da educação também, pior ainda.

Essa é a proposta da bancada do PSDB, em termos de discussão dessa questão do Orçamento. Eram essas as considerações que gostaria de apresentar, em nome da bancada do PSDB.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Deputado Pedro Chaves, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Manoel Junior, que gostaria de cumprimentar pelo trabalho feito à frente dessa Relatoria-Setorial.

Quero apresentar 2 demandas do Estado de Goiás, demandas importantes incluídas em emendas de bancada. Uma delas se refere à construção do Centro de Excelência em Goiânia, obra importante para a nossa Capital, inclusive com mais de 50% da sua parte física já executados. Nós precisaríamos, aproximadamente, de 13 milhões a 14 milhões para a conclusão dessa obra.

Nós apresentamos a emenda de bancada, mas fomos atendidos apenas em 8 milhões. Trata-se do Destaque nº 9.

Nós gostaríamos que V.Exa. apreciasse o nosso destaque e fizesse a recomposição desse valor, para que pudesse ser concluída, no decorrer do ano que vem, essa obra que, como disse anteriormente, é de importância muito grande para a nossa capital, Goiânia.

O segundo Destaque, de nº 10, refere-se à continuidade da construção do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás, referência no nosso Estado e na Região Centro-Oeste. Para a ampliação desse hospital, que se deve a uma emenda de bancada apresentada no ano passado, que permitiu à UFG dar prosseguimento à construção da parte física do hospital, foram destinados apenas 7,5 milhões. A obra custa bem mais do que isso. Não sei precisar quanto, mas é obra que custa entre 20 e 30 milhões de reais.

Nós gostaríamos que V.Exa., no atendimento aos destaques, priorizasse o Destaque nº 10.

Eram essas as 2 questões que teria a apresentar, Sr. Relator. Encerro cumprimentando-o, mais uma vez, pela Relatoria, mas reivindicando, com muita ênfase, o atendimento desses 2 destaques.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Deputado Carlos Alberto Leréia, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA** – Sr. Presidente, Sr. Relator-Setorial, Deputado Manoel Júnior, eu quero apenas reforçar o que já foi dito pelo ilustre Deputado Pedro Chaves, meu conterrâneo, de Goiás.

Eu tenho acompanhado, por ser membro do Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas, essa questão. Sei das limitações dos Relatores-Setoriais, a exemplo de V.Exa., e do esforço feito, mas eu quero reforçar o seguinte: adoro o Estado representado por V.Exa., a Paraíba, e não quero que destine mais dinheiro para Goiás do que para a Paraíba. Sendo igual o valor, já está de bom tamanho.

Nós temos 2 emendas apresentadas: uma se refere ao hospital-escola, o Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás, que precisa, de acordo com as informações dadas pelo diretor do hospital, numa reunião com o Reitor da universidade, de aproximadamente 20 milhões para entrar em funcionamento, atender e servir, para o que foi construído, como hospital-escola.

A outra emenda é relativa ao Centro de Excelência de Goiânia. Se V.Exa. destinar a mesma quantia destinada ao projeto de João Pessoa — inclusive,

depois quero conhecer –, os 15 milhões, já ficaremos satisfeitos. Mesmo assim, não atingiremos o valor destinados à Paraíba, ou seja, 44 milhões; nós estamos com 15 milhões. Se V.Exa. chegar a 35 milhões, já está de bom tamanho. Faremos uma homenagem a V.Exa. lá em Goiás.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Deputado Alex Canziani. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Betinho Rosado, tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO BETINHO ROSADO** – Sr. Presidente, Deputado Roberto Rocha, Sr. Relator, Deputado Manoel Junior, inicialmente parabeno V.Exa., que, com muita paciência, procurou distribuir os recursos, atendendo a diversas solicitações feitas através das bancadas estaduais e de emendas individuais.

Mas quero reconhecer que o interior do Rio Grande do Norte tem uma fome e uma sede de saber muito grandes, do tamanho de Goiás, da Paraíba e do Ceará. A emenda da bancada do Rio Grande do Norte, para a qual o coordenador da bancada apresentou o Destaque nº 55, objetiva levar para o interior do Estado os Centros Vocacionais Tecnológicos.

Sr. Relator, Sr. Sub-Relator, as Capitais do Nordeste brasileiro, que representam hoje mais de 70% da economia dos nossos Estados – Ceará, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte –, já crescem a taxas superiores às do crescimento do Brasil. O grande problema do Nordeste, hoje, é como alavancar o desenvolvimento da região interiorana, principalmente o semi-árido. Não tenho dúvida de que um bom caminho para se promover o crescimento, o desenvolvimento do interior de Estados como Paraíba e Rio Grande do Norte, por exemplo, é levar para lá ciência e tecnologia.

Dentre as emendas que a bancada do Rio Grande do Norte apresentou está uma para apoio a implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos em Mossoró, no Estado. Portanto, o apelo que fazemos a V.Exa. é no sentido de aumentar a dotação orçamentária para essa emenda, destacada através do Destaque nº 55, de forma que a ciência e a tecnologia possam chegar em quantidade maior ao interior do Nordeste brasileiro.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Manoel Junior, a quem quero cumprimentar, juntamente com a sua assessoria, pelo relatório apresentado, entendo que o trabalho realizado até aqui foi fundamental. Acima

de tudo, quero agradecer ao Relator por ter corrigido uma falha, quando das suas indicações ao Relator-Geral. Não se trata de falha do Relator, tampouco do Governo. Mas, apesar de não ter recebido mobilização adequada, o erro foi corrigido por S.Exa.

Refiro-me ao item que trata do atendimento ao Centro Internacional de Física da Matéria Condensada, da UnB, hoje é um dos maiores centros de pesquisa e pós-graduação em Física do Brasil, fundamental para a pesquisa neste País. Quero cumprimentá-lo, Sr. Relator, por ter corrigido esse item, além de ter-nos ajudado muito, já que essa emenda faz parte da programação do Ministério da Ciência e Tecnologia.

A segunda questão que eu gostaria que V.Exa. examinasse, em nome da Comissão de Educação e Cultura, é sobre destaque que apresentamos. Sei que V.Exa. fez o possível para atender às emendas da nossa Comissão, mas há uma emenda que consideramos fundamental, porque trata do funcionamento das instituições federais de ensino, a chamada emenda da ANDIFES, para a qual peço atenção especial. Trata-se de emenda importante, porque atende todas as instituições federais de ensino do Brasil. Peço que V.Exa. faça uma análise, já que para o transporte escolar V.Exa. nos atendeu a contento. Poderíamos tentar melhorar a emenda da ANDIFES, justamente por ela dar atendimento a todas as nossas universidades federais, tanto em custeio quanto em investimento. Para nós, seria fundamental que V.Exa. desse atenção a essa emenda. Sabemos que V.Exa. já tratou do tema, mas cremos que ela poderia ser melhorada.

Em nome da Comissão de Turismo e Desporto, solicito atenção especial para o Ministério do Esporte, que está crescendo – evidentemente, tínhamos o Pan-Americano – e vem fazendo trabalho extraordinário. E a infra-estrutura escolar, no tocante à cobertura das quadras em escolas, é importante para todos nós. Antes, infelizmente, as nossas escolas não tinham cobertura em suas quadras. As crianças corriam risco de contrair câncer de pele e, quando chovia, não havia jeito de ali permanecer. Esse programa executado pelo Ministério tem ajudado, e muito, as escolas. No final de semana, essas quadras ainda servem para a promoção de eventos da comunidade nos vários bairros, já que as escolas se localizam nos bairros. Ou seja, o destaque apresentado é no sentido da melhoria no atendimento a essa infra-estrutura escolar para cobertura de quadras.

Tivemos que fazer uma opção. Não havia outra escolha. Dentre as emendas que tínhamos, 2 foram destinadas à área do turismo; a outra, para o esporte. Ou seja, o esporte ficou prejudicado na Comissão. Não tínhamos outra alternativa, porque só tínhamos 3



emendas. Eu, pessoalmente, votei nas 2 para o turismo, porque não tive outra saída. Mas me comprometi – e estou aqui defendendo – com a melhoria para a área do esporte, já que ficou com apenas 1 emenda. Vejamos o que conseguiremos melhorar nisso para essa área.

Cumprimento V.Exa., dizendo que o Brasil está no caminho certo, pois os recursos do FUNDEB estão sendo ampliados. Está havendo melhor estruturação na escola básica e, acima de tudo, nas áreas de ciência e tecnologia e da cultura. Como melhorou a cultura! O esporte e a cultura são exemplos da melhoria da participação do povo nessa teia que está sendo criada no País, em apoio à cultura popular.

Parabéns a V.Exa. pelo trabalho realizado. Espero que nos destaques possamos melhorar tanto a emenda da ANDIFES, que contempla todas as instituições federais de ensino superior, quanto a emenda para o esporte nas escolas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha)

– Deputado Rodrigo Rollemberg.

**O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG**

– Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar a Presidência desta Comissão pela excelente condução dos trabalhos e o Relator, Deputado Manoel Junior, pelo trabalho realizado.

Sou testemunha da atenção que S.Exa. dedicou aos coordenadores de bancada. Tivemos oportunidade de conversar sobre as emendas de bancada do Distrito Federal, e testemunhei alguns dias que dedicou S.Exa. para receber os coordenadores de bancada na Comissão de Orçamento.

Temos 3 destaques apresentados pela bancada do Distrito Federal, da qual sou coordenador. São os Destaques de nºs 18, 19 e 20. O de número 18 diz respeito à construção de uma faculdade de enfermagem no Distrito Federal. Não preciso discorrer sobre a importância dessa faculdade na formação de profissionais no Distrito Federal.

Em segundo lugar, eu pediria atenção especial ao Destaque nº 19, que diz respeito à expansão da Universidade de Brasília para Ceilândia, ou seja, à construção de um *campus* da Universidade de Brasília na cidade de Ceilândia. Essa é a cidade mais importante e mais populosa do Distrito Federal. Temos lá mais de 500 mil habitantes, população maior do que a de algumas Capitais brasileiras. Esse é um sonho antigo da população daquela cidade, que começa a ser realizado a partir do início do Governo do Presidente Lula, quando, em parceria com o Governo do Distrito Federal, essa idéia passou a tomar forma.

O Governo do Distrito Federal já destinou um terreno para a construção da Universidade em Ceilândia. A UnB já está providenciando os editais de licitação. E precisamos de volume maior de recursos. Portanto, gostaria que V.Exa. analisasse com muita atenção essa solicitação da bancada do Distrito Federal.

Por último, há o Destaque nº 20, que se refere à construção da Vila Olímpica no Distrito Federal, também um projeto estratégico do Governo local, para oferecer, sobretudo nas cidades da periferia do Distrito Federal, onde faltam alternativas de cultura, esporte e lazer, equipamentos que permitam o acesso dessas comunidades a essas atividades.

Sr. Presidente, nobre Relator, embora eu não possa fazer destaque para uma outra emenda, eu queria fazer um comentário e solicitar uma atenção especial do Relator-Setorial, Deputado Manoel Junior, e do Relator-Geral, Deputado José Pimentel, a respeito das emendas da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Já é tradição desta Casa acolher emenda dedicada a bolsas do CNPq para a formação de recursos humanos para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

Recentemente, o Presidente Lula lançou, no Palácio do Planalto, o Plano Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com metas ousadas. Esse plano prevê a expansão do número de bolsas fornecidas pelo CNPq, além do aumento do valor dessas bolsas em 20%, equiparando o seu valor ao das bolsas oferecidas pela FAPESP, em São Paulo, reivindicação antiga da comunidade científica brasileira.

Portanto, ao parabenizar, mais uma vez, a Presidência desta Comissão, pela condução dos trabalhos, e, de forma muito especial, o espírito público e a atenção que dedicou a esta Casa o nobre Relator, Deputado Manoel Junior, na construção do seu relatório, peço atenção especial a esses temas que acabei de elencar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha)

– Deputada Rose de Freitas.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, é claro que gostaríamos de não ter destacado nenhuma matéria, nenhum item específico desse relatório, por ser um relatório elaborado por uma pessoa das mais responsáveis que conheço, um lutador, uma revelação política nesta Casa. Mas o Espírito Santo, Exmo. Sr. Relator, tem sido tratado nos últimos anos, pelo menos para mim, que sou Parlamentar há 20 anos nesta Casa, de maneira inaceitável.

Sei do entendimento de V.Exa. com o coordenador da nossa bancada, também recém-chegado a



esta Casa e que deixou aqui autorização para que eu defendesse os pleitos da nossa bancada.

Somos um Estado que produz petróleo, com uma cafeicultura – V.Exa. sabe – muito bem avaliada, já que é o segundo maior produtor de café do País, mas não temos em nosso Estado centros tecnológicos capazes de suprir as necessidades que temos de avançar tecnologicamente para atender as demandas locais.

A Universidade Federal conseguiu uma biblioteca – a Universidade Federal, que tem cursos de pós-graduação. Para construir um anfiteatro, a universidade demorou 12 anos. Para a biblioteca, tivemos que mendigar com pires na mão, pedindo recursos. A nossa comunidade científica usava, até há pouco tempo, galões de vinho, latas de querosene, para fazer funcionar sua área de pesquisa. Por estamos cravados na Região Sudeste, somos tratados como um Estado pequeno e que não tem necessidade de nada. Por ser pequenino, ao lado de Minas Gerais, e tão pouco importante, ao lado do Rio de Janeiro e de São Paulo, assim é tratado o Espírito Santo.

Então, vou resumir para V.Exa. que destaquei a Emenda nº 71090004, que trata da modernização da infra-estrutura de instituições federais e de educação tecnológica, área para a qual V.Exa. destinou 8 milhões de reais para o Estado do Espírito Santo. Desculpe-me, Deputado Manoel Junior, é impossível aceitar isso. Eu sei, mas não concordo em dizer que a política defendida é a do cobertor curto. Este País conseguiu arrecadação extra que atingiu, em outubro, 80 bilhões de reais. Não se pode dizer que se trata de receita acanhada. Ela pode hoje fazer justiça em diversas áreas. Então, para essa área, V.Exa. destinou 8 milhões de reais. Fiz um destaque correspondente a ela, o Destaque nº 00001.

Na Emenda nº 71090006, para implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos, V.Exa. destinou também 8 milhões de reais. Além de gostar do número 8, V.Exa. se esqueceu de olhar o Espírito Santo com o carinho, que, tenho certeza, V.Exa. elaborou todo esse relatório.

E na Emenda nº 71090007, que trata de modernização, reforma e infra-estrutura física das instituições federais do ensino superior, V.Exa. destinou 6,5 milhões de reais.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Obrigada, Deputado Wellington Roberto. S.Exa. nos apoiou aqui dizendo que esse recurso é pouco.

Estamos hoje promovendo cursos de pós-graduação, inclusive, para a comunidade do Rio de Janeiro,

para os profissionais do Rio de Janeiro, porque estamos dividindo parede e meia toda essa exploração de petróleo que – V.Exa. sabe – hoje cresceu e destacou o Espírito Santo. O Estado vai alcançar uma média de produção extraordinária para o País. Essa produção e essa aparente riqueza, que não chega às camadas que queremos, tem de ser acompanhada da produção tecnológica e profissional adequada. Fiz destaques a essas emendas. O da primeira é o 00002; o da segunda, o 00003.

A última que quero indicar a V.Exa. é a Emenda nº 71090008, que trata de esporte recreativo e lazer. Esse recurso é direcionado ao Município da Serra, um município enorme, industrial. V.Exa. acreditaria se eu dissesse que no Estado do Espírito Santo não há uma Vila Olímpica? Pois é a verdade. Mas em compensação há algo crescendo a galope no Estado do Espírito Santo: o tráfico da drogas, a violência. Os nossos jovens estão sem espaço.

Trabalho nesta Casa com a visão de que o Estado precisa ser ajudado e visto como Unidade Federativa que precisa ser amparada em suas dificuldades. O petróleo não está produzindo nenhuma riqueza para o nosso Estado. Se não fosse o saneamento financeiro realizado pelo Governador Paulo Hartung, seria difícil para ele sobreviver. Talvez a União ache que daqui a alguns anos o Estado será financeiramente independente. Mas hoje a realidade não é essa.

Portanto, a população do Município da Serra, com quase 400 mil habitantes, pleiteia a modernização e a implantação de esporte recreativo, porque o pessoal trabalha e não há área de lazer. E para esse item V.Exa. também destinou 8 milhões de reais.

Sr. Relator, peço então a V.Exa. – e o faço em nome do meu Estado e designada pelo meu coordenador de bancada – que olhe com carinho para o Estado do Espírito Santo.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Com a palavra o Deputado João Magalhães. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, quero primeiro cumprimentar o Relator-Secretorial, nosso companheiro Deputado Manoel Junior, do PSB da Paraíba, e elogiar o seu relatório, principalmente no tocante ao atendimento de diversas demandas.

A preocupação do Governo Federal é priorizar, neste orçamento, aquilo que os Governos passados deixaram de atender, como, por exemplo, o ensino profissional tecnológico. Há 12 anos, praticamente, foi desarticulada a rede de ensino profissional tecnológico no Brasil. Concepção equivocada. Apostava-se

que o mercado poderia resolver essa situação. Foram destinados recursos a entidades privadas para construção de escolas tecnológicas. Na verdade, hoje, há praticamente 80 escolas dessas vazias, sem qualquer utilidade. Só em Rondônia há 2. Isso é rompido quando o Governo do Presidente Lula resolve investir pesadamente nas escolas técnicas federais, criando mais de 147 novas escolas.

Praticamente, o jovem que conclui, hoje, o ensino fundamental, o 9º ano, já está na idade de ir para o mercado de trabalho. Se ele não tiver uma profissão, fará o ensino médio e vai se empregar em condições precárias ou terá de concluir o curso superior para se profissionalizar.

Ao investir pesadamente no ensino médio profissional, atendemos a uma demanda social, que é a inserção dessa juventude no mercado de trabalho. Há praticamente 444 mil vagas ociosas no mercado de trabalho por falta de mão-de-obra qualificada. Por que falta? Porque pensava-se no passado que a qualificação seria realizada pelo próprio mercado de trabalho, pelas empresas. Sabemos que ainda é muito difícil empresas nacionais, salvo raríssimas exceções, investirem na qualificação profissional. Então, o Estado assumiu essa responsabilidade com um aporte razoável de recursos, inclusive contradizendo cenários apontados pela Oposição, que, na verdade, deixou de fazer um papel importante. Agora, esse papel do Estado de investir pesadamente na educacional profissional é retomado com essa expansão.

Outra louvável iniciativa do Governo é ampliar créditos para o Programa REUNI, voltado à rede física das universidades federais.

A universidade pública ficou décadas em inanição, vendo a expansão muito acelerada do ensino privado de terceiro grau. E a rede física das universidades públicas estava contida. A criação de novas universidades públicas, com o estabelecimento de metas, atende a outro anseio da sociedade – e é importante que a universidade pública tenha metas -, porque, se o seu objeto é permitir que a sociedade, principalmente seus estratos mais fragilizados, tenha acesso ao conhecimento superior, tem de haver vagas nas universidades, é preciso cumprir procedimentos e objetivos dentro da universidade pública, para que ela atinja sua finalidade social de garantir acesso ao ensino de terceiro grau a segmentos da sociedade brasileira que precisam romper com aquela situação de permanecer nos estratos de baixo.

A ascensão social pela educação, o que a escola técnica federal e a universidade pública promovem, está garantido pelo Programa REUNI. E a peça orçamentária apresentada tenta atender a esses objetivos.

Ressalto, por fim, o papel importante do esporte no Brasil, não só o de alto rendimento, haja vista o desempenho do nosso País no PAN, preparando-nos para as olimpíadas no futuro, como também o esporte voltado para a inserção social. Para isso temos o Programa Segundo Tempo e diversos programas que o Ministério do Esporte vem desenvolvendo em parceria com as Prefeituras, em áreas de fragilização social, como nas favelas.

Então, para aqueles que têm visão pessimista, a peça orçamentária expressa o momento que o País atravessa hoje de crescimento econômico sustentável. Há conjunção de fatores positivos: aumento de investimento com aumento do consumo, queda de juros e inflação sob controle. Esse contexto virtuoso raramente ocorreu no Brasil. Só vivenciamos tal situação, na história recente, em 1988 e em 1994. Fora isso, o País viveu sempre naquele vôo da galinha: sobe e cai, sobe e cai. Hoje, o Brasil apresenta crescimento forte, sustentável, reunindo, como disse, 2 fatores fundamentais: aumento de investimento com aumento de consumo, aumento da renda com baixa inflação e queda dos juros.

A bancada de Rondônia, nessa área temática, não apontou nenhuma emenda estruturante. Creio que as demais bancadas, com pequenas contradições, foram bem aquinhoadas pelo ilustre Relator. Por isso eu o parabeno.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Muito obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Roberto.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minha amiga Deputada Rose de Freitas, cumprimento o nobre colega de bancada Deputado Manoel Junior, responsável pela área de educação, esporte e ciência e tecnologia, muito importante para o desenvolvimento do nosso País.

Sr. Relator, peço a V.Exa. que reconsidere, com acréscimos, dentro das reivindicações da nossa bancada, os Destaques nºs 00057 e 00058.

O primeiro destaque, Deputado Manoel Junior, refere-se à biblioteca da UFPB, pela qual V.Exa., eu e os demais integrantes de nossa bancada temos responsabilidade, a fim de que essa ação se torne realidade.

O segundo destaque se refere à compra de livros didáticos, a fim de abastecer todos os municípios da Paraíba, o nosso Estado.

Peço a V.Exa., Deputado Manoel Junior, que olhe com atenção esses 2 destaques, para que a Paraíba agradeça a V.Exa. no momento e no futuro.

Eram essas as considerações que tinha a fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha)

– Concedo a palavra ao Deputado Humberto Souto.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, cumprimento o Sr. Relator pelo belo trabalho realizado. Aliás, não é novidade, pela competência e pelo zelo com realiza seus trabalhos.

Sr. Relator, levantarei um problema relativo à Emenda nº 71140015, Destaque nº 00011, da bancada de Minas Gerais. Essa emenda se refere à UNIMONTES, universidade situada no norte de Minas Gerais.

Montes claros é a cidade-sede daquela região. Está incrustada na área mineira da SUDENE e atende o Vale do Jequitinhonha e o Vale do Mucuri, os mais pobres de Minas Gerais e nacionalmente reconhecidos.

Essa foi uma luta que tivemos na bancada, mostrando a desigualdade entre aquela região e as demais regiões de Minas, que tem 14 universidades. E consegui mostrar à bancada que essa universidade tinha que ter tratamento diferenciado, porque ela está distante 450 quilômetros de Belo Horizonte. Em direção ao Nordeste, está a mil quilômetros de Salvador. E é a única universidade que atende a Bahia, o norte de Minas, a área da SUDENE e o Jequitinhonha. Dever, hoje, 40 *campus* avançados em pequenas cidades naquela região, com um trabalho maravilhoso de desenvolvimento cultural e intelectual, prestando serviço, principalmente na área da educação, extraordinário, na formação de professores, administração escolar, pedagogia etc. E é uma universidade carente, porque o filho pobre é sempre olhado com menos atenção.

Eu entendi que esse seria o momento de ampliarmos o *campus* dessa universidade, ampliando seus cursos e o horário de cursos, para as pessoas mais pobres, com cursos noturnos. Pensei que conseguiríamos chegar a um valor de uns 30 milhões de reais nessa emenda para, efetivamente, resolver um problema naquela região. V.Exa. atendeu, segundo sua informação, com o máximo que pôde. Mas sabemos que o Relator reserva sempre algo para os mais pobres, para os que precisam mais. Gostaria de chamar a atenção de V.Exa. para essa situação. Tenho certeza de que vou contar com V.Exa., um homem do Nordeste e que conhece as dificuldades das regiões mais pobres. E essa é, efetivamente, uma região tão ou mais pobre do que a região de V.Exa.

Agora, por exemplo, estamos atravessando seca terrível, com perda de todo o gado. Há um desastre naquela região neste momento. E a universidade serve até como instrumento de ocupação de mão-de-obra. Com o seu desenvolvimento, ela não só aperfeiçoa a

mão-de-obra como ela própria é geradora de empregos na região.

Peço a V.Exa. atenção especial para essa emenda, buscando no fundo do seu coração e do seu sentimento meios para atender a essa universidade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha)

– Concedo a palavra ao Deputado Daniel Almeida.

**O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA** – Sr. Pre-

sidente, inicialmente, gostaria de cumprimentar o nobre Relator, que fez trabalho extraordinário, dedicando-se a essa tarefa, ouvindo os diversos Parlamentares e conseguiu produzir, num tempo muito curto, relatório analisando tantas emendas. Esse é um tema que suscita demanda forte por parte dos Parlamentares desta Comissão e desta Casa. E é bom que seja assim, que educação, ciência e tecnologia, cultura e esporte tenham prestígio, valor maior na nossa sociedade, sem menosprezar e sem deixar de reconhecer a necessidade de cuidarmos da infra-estrutura e da saúde. Mas esses são sempre temas nos quais todos apostam numa evolução, num avanço, mas é difícil isso se refletir no orçamento. E as emendas individuais e de bancadas puderam perceber, com maior clareza, o significado desse tema.

Eu queria ponderar, nobre Relator, em relação a 2 emendas da bancada da Bahia. Já falei com V.Exa. a respeito desse assunto. Sei da sua sensibilidade e dos limites que V.Exa. tem. Mas são 2 temas que procuramos tratar já há algum tempo na bancada. O primeiro é o problema da presença mais forte da educação pública de terceiro grau na Bahia. A Bahia ficou 60 anos com apenas uma universidade federal: a Universidade Federal da Bahia, só na Capital, Salvador. Agora, temos a Universidade do Vale do São Francisco, que a Bahia compartilha com Pernambuco; temos a Universidade do Recôncavo Baiano; e temos o desafio de instalar unidades da Universidade Federal em outras regiões, como Vitória da Conquista e Barreiras, e o desafio de construir universidade em outras regiões da Bahia: no miolo, na região de Irecê, na região da Serra Geral, na região metropolitana de Salvador. Esse é um desafio extraordinário que o Governo está decidido a enfrentar.

Então, os recursos que estão previstos na emenda de bancada, pelo Relator, atingem 6 milhões 920 mil reais para a educação de terceiro grau federal.

Sabemos que o Governo Federal não dará conta de atender toda a demanda. Há um esforço de revitalizar e de ampliar a oferta de universidades estaduais. Foi sobre esse tema que falei com V.Exa. Também há uma previsão aqui de 6 milhões 920 mil reais, valor que consideramos absolutamente insuficiente, fora da

expectativa e das necessidades que o nosso Estado demanda, um Estado grande, com território bastante extenso e população distribuída no conjunto do Estado.

O Estado da Bahia tem uma peculiaridade, talvez compatível com Minas Gerais e alguns outros Estados: somente 18% da população está na região metropolitana. A população é muito bem distribuída no Estado. Portanto, o esforço de descentralizar as unidades de ensino de terceiro grau é um esforço que a bancada procura desempenhar e que deveríamos buscar contemplar aqui.

Estou fazendo destaques para esses 2 temas. Apelo para a sensibilidade do nobre Relator-Setorial e também do Relator-Geral, que terá a tarefa final de contemplar essas emendas. Mesmo porque, nobre Relator, nos anos anteriores, a bancada da Bahia conseguiu valores bem mais expressivos em relação a esses que estão previstos aqui: 10 milhões, 12 milhões. A nossa expectativa é de que esses valores sejam aumentados no orçamento de 2008.

Nós não fizemos emenda em relação à expansão da educação profissional e tecnológica. A Bahia tem a previsão de instalar 8 CEFETs ou escolas agrotécnicas, no ano que vem, entre aquelas 150 que o Governo Federal está instalando no País inteiro. É um desafio muito grande, mas é muito pouco ainda. O Estado da Bahia também está fazendo um esforço nesse sentido.

Sou membro da Frente Parlamentar em Defesa da Educação Profissional e Tecnológica, coordenada pelo Deputado Alex Canziani. Faremos um seminário dia 10, em Salvador, para discutir o plano de expansão da educação profissional e tecnológica no Estado.

Não fizemos emenda de bancada aqui. Fica difícil mexermos nesse tema. Vamos discutir melhor com o Relator-Geral. Eu cumpri minha parte na emenda individual e coloquei lá setecentos e poucos mil reais para contribuir nessa direção, e está contemplada aqui no relatório de V.Exa. Mas queria também fazer um apelo no sentido de que, nesse debate que vamos continuar fazendo com V.Exa. e com o Relator-Geral, possamos olhar com o carinho devido, como tem sido a demanda de muitos Parlamentares, o fortalecimento da educação profissional e de terceiro grau, com mais universidades, mais faculdades públicas no Brasil. Ainda bem que estamos reconhecendo essa necessidade. Esse é um debate que não pode ser adiado.

Portanto, parabenizo V.Exa., Sr. Relator, fazendo esses apelos aqui, especialmente, em relação a esses temas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Concedo a palavra ao nobre Deputado João Magalhães.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES** – Sr. Presidente, Sr. Relator, pude observar que as emendas de bancada de Minas Gerais estão com defasagem, à exceção de uma, em relação à maioria das emendas de bancada. Por isso, apresentei os Destaques de nºs 12, 13, 14, 15, 16 e 17. Espero boa vontade da parte de V.Exa. para as recompor, pelo menos, em parte.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Deputado João Magalhães, V.Exa. poderia repetir os destaques, por favor?

**O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES** – São os Destaques nºs 12, 13, 14, 15, 16 e 17.

Obrigado, Sr. Relator. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, primeiro, gostaria de saber de V.Exa. se já há um cronograma para apresentação dos outros relatórios-setoriais; se serão amanhã ou hoje à noite.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Em seguida, será apresentado o relatório-setorial da saúde, e isso vai acontecer, provavelmente, às 15h30.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Mas não temos as 48 horas de intervalo entre a distribuição e a apreciação da matéria. Parece-me que isso não foi acordado. Muita gente não abriu mão desse prazo, até porque não deu tempo de analisarmos esse relatório ainda. Foi entregue ontem, depois das 18h. Não faz 24 horas.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, o Deputado Giovanni Queiroz tem toda a razão. Nós tínhamos feito o trato de votarmos este relatório, não o outro.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo para que nós suspendamos a reunião, encerrando a apreciação deste relatório, ressaltados os destaques, evidentemente, porque o Relator vai ter que trabalhar nos destaques agora. Já está convocada outra reunião para mais tarde, quando poderíamos concluir a votação dos destaques do Relator e, ao mesmo tempo, iniciar a leitura do Relatório Setorial da Saúde, que já foi distribuído. E que nós, nesse período, fizéssemos os entendimentos.

Estou aguardando alguns outros Líderes para que possamos fazer os entendimentos do encaminhamento que vamos dar daqui para frente.



Então, não estamos atropelando, passando por cima. Estamos pedindo que encerremos a discussão, votemos o relatório, ressaltados os destaques, porque o Relator ainda vai fazer o parecer sobre os destaques. E enquanto aguardamos a reunião de logo mais, podemos fazer os entendimentos de como vamos proceder com os demais relatórios hoje e amanhã.

Esse é o encaminhamento que eu gostaria de fazer.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Sr. Presidente, eu concordo em parte com o Deputado Gilmar Machado, mas a leitura do relatório da saúde não estava dentro do entendimento, só o da educação, do Deputado Manoel Junior. Não sei se o PMDB está aqui presente. Eu acho que devemos entender um pouco mais...

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Quanto ao PMDB, nós vamos conversar primeiro entre nós e ver como ficou o relatório para podermos conduzir o entendimento.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Pois é. É preciso conversarmos para chegarmos a um acordo.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, independentemente de qualquer palavra que tenha o sentido de conversar e chegar a acordo, não estou interessada nisso. Estou interessada em ler os relatórios. Não trabalho sem ler o relatório. Nunca fiz isso na minha casa. Leio jornal todo dia, leio relatório todo dia, leio documento todo dia. Nunca votei na Constituinte sem ler o que estava votando.

Não concordo, veementemente, que se convoque reunião nem para ler. Eu quero ler, analisar, discutir com meus companheiros. Eu componho uma bancada, que representa um Estado. Não pode ser assim, sinceramente.

Nós já colaboramos, trabalhamos, viramos noite com um time de meia dúzia trabalhando. Tem hora, Sr. Presidente, que dá vergonha olhar para o plenário desta Comissão, da vergonha. E nós vamos condescendendo, condescendendo. Não serei condescendente. Quero cumprir os prazos e ler tudo.

Ontem à noite, até apelei para o Relator-Geral. S.Exa. até se esqueceu de que tinha nos deixado esperando. Agora, vamos ler tudo, porque precisamos entender o que estamos votando.

Então, é isso que quero registrar aqui como minha posição.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, como a palavra está comigo, quero registrar que entendo que a Deputada tem absoluta razão. Não dá para votarmos uma matéria sem ter conhecimento dela. Temos que ter um tempo para análise. Não falo

nem nas 48 horas, não, não sou intransigente. Mas eu queria que V.Exa. nos desse no mínimo 24 horas, para começarmos a votar o relatório da saúde amanhã pela manhã. O da educação, esporte, ciência e tecnologia e cultura vamos votar agora, ressaltados os destaques. À noite, depois da Ordem do Dia, retornamos. Mas precisamos ter isso programado, para podermos nos organizar e não faltar com nossa obrigação. Esse é o primeiro registro.

O segundo registro é que encaminhei ao Tribunal de Contas um pedido de informações, aprovado aqui, sobre os preços praticados em obras públicas, rodovias e construção civil. Já faz 45 dias que esse pedido foi entregue. Só quero fazer o registro de que o Tribunal de Contas, em 45 dias, não atendeu a um simples pedido para informar sobre preços médio.

Ademais, Sr. Presidente, não tenho ainda como formar juízo absoluto sobre o relatório do Deputado Manoel Junior, porque não tive oportunidade de lê-lo. Essa uma deficiência minha, pois a sua assessoria é da melhor qualidade, Deputado. Com essa assessoria, formada por D. Raquel, Paulo e tantos outros, tenho certeza, V.Exa. estará muito bem, principalmente se puder atender um pouco mais o Pará em 2 emendas, as de nºs 070 e 071. Com certeza, com esse aditivo de receita que V.Exa. recebe agora, poderá atender a todos nós e diminuir essas diferenças regionais com mais objetividade.

Meus cumprimentos a V.Exa.. Falamo-nos mais tarde. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha)

– O último inscrito, Deputado Hugo Leal.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** – Sr. Presidente, Sr. Relator, para ser bastante econômico, farei minhas as palavras de todos os Parlamentares que nos antecederam sobre a gentileza e galhardia com que o Deputado Manoel Junior tem nos atendido, com o devido reparo, sempre entrando em contato com todos os coordenadores de bancada. Sou testemunha dessa sua manifestação, dessa preocupação da Comissão, em especial do Relator-Setorial.

Então, quero perfilar-me a esses todos que fizeram esse elogio ao trabalho de V.Exa., Deputado Manoel Junior. É óbvio, porém, que, por esforço e por demanda também de nossos outros colegas Parlamentares... Nós não representamos aqui apenas o interesse pessoal dos Deputados “z”, “y”, “z”. Alguns o fazem, mas eu o faço em nome da bancada do Rio de Janeiro. Tivemos uma reunião na semana passada e falei a respeito de uma das conversas que tive com V.Exa. O que ficou muito caracterizado nessa reunião da bancada do Rio de Janeiro foi que nessa Área Temática nº IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

e Esporte, haveria uma concentração específica, isso por interesse da bancada do Rio de Janeiro basicamente em esporte e ciência e tecnologia.

Houve – e isso foi manifestado por vários Parlamentares da minha bancada – um desejo para que, principalmente no que refere ao relatório de V.Exa., os recursos para o Estado do Rio de Janeiro se centrassem nisso. Abrimos mão, na bancada, de temas da área da educação e de cultura, que é também uma realidade no Estado do Rio de Janeiro, para podermos nos concentrar na parte de ciência e tecnologia.

A propósito, principalmente na implantação de infra estrutura... Aliás, as emendas são as de nº 002 e a de nº 0020 e os destaques são o de nº 0085 e o de nº 0084. As 2 são da Bancada do Estado do Rio de Janeiro. Imagino o esforço que V.Exa. fez para poder tentar contemplar de modo equânime algo que oferecia tamanha dificuldade. Não só pelo *jus espernandi*, que é o direito de espernear, mas sim para me manifestar sobre pontos específicos dessas 2 emendas, quero dizer que houve por parte dos Deputados do Rio de Janeiro exatamente esse esforço para que alocássemos mais recursos para o esporte e para ciência e tecnologia – por isso foi apresentada uma emenda, obviamente, no teor de 109 milhões.

Dos vários objetos, especificou-se que haveria possibilidade de o CVT – Centro de Valorização Tecnológica ser implementado, porque o Secretário de Ciência e Tecnologia é do Estado do Rio de Janeiro e é do mesmo partido do Ministro que hoje ocupa a Pasta de Ciência e Tecnologia do Governo Lula. Então, há a possibilidade de sua implantação.

Houve um pedido racional nesse caso do CVT, esse de 25 milhões. E V.Exa., sei que com todo o esforço, pôde alocar 6 milhões e 391 mil reais. O que desejamos nessa emenda é exatamente um pouco a mais, pelo esforço que a bancada fez em concentrar seus recursos, seu pedido na área de ciência e tecnologia.

Nesse mesmo patamar está a questão da implantação e modernização de infra-estrutura para esporte recreativo e lazer na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. E por que um valor dessa magnitude? Porque foram realizados recentemente os Jogos Pan-Americanos, e, como todos reconhecem, houve investimento em equipamentos no Rio de Janeiro na área esportiva. São equipamentos específicos, que hoje podem ser utilizados em competições internacionais. Isso imprimiu um ritmo muito maior aos esportes no Rio de Janeiro do que aquele que já existia. Esse parque esportivo construído para os Jogos Pan-Americanos permitiu a ampliação do número de escolinhas e de vários outros pólos de cultura do esporte, que não pode ser pratica-

do nesses equipamentos instalados para os Jogos do Pan porque eles são para ser utilizados em competições internacionais.

A bancada do Rio de Janeiro fez um esforço para que isso pudesse ser uma realidade. Por isso sugiro que se deixe de concentrar recursos na educação, apesar de sua importância, para concentrá-los no esporte e na ciência e tecnologia. Reitero a V.Exa., desde já contando com sua compreensão, o pedido para que possamos fazer essa adequação, pelo menos com um valor que faça jus ao Estado do Rio de Janeiro, principalmente à região metropolitana, como centro esportivo, exatamente pelo que os jogos Pan-Americanos proporcionaram àquela localidade. Vamos abrir oportunidades para outros atletas de vários bairros.

Excelência, agradeço a oportunidade desse destaque da bancada do Rio de Janeiro, o esforço feito e peço a consideração de V.Exa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Agora, sim, vamos ouvir o último orador, o Deputado Alex Canziani, que vai nos demonstrar sua capacidade de síntese, para em seguida ouvirmos o nosso Relator.

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** – Perfeito. Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar V.Exa. e agradecer-lhe por me conceder a palavra. Eu havia me inscrito anteriormente, mas estava no CBRATUR – Congresso Brasileiro de Atividade Turística. Como eu era Relator daquele painel, não pude comparecer aqui antes. Então, muito obrigado pela gentileza.

Cumprimento o Deputado Manoel Junior, nosso ilustre Relator, e o parabênz pelo trabalho. Fui Relator-Setorial no ano passado e vi as dificuldades por conta da pequena quantidade de recursos e da demanda dos Parlamentares, muitos deles amigos inclusive, a quem temos o maior interesse em atender.

Mas, abusando do companheiro e do amigo, eu apresentei alguns destaques, primeiro com a bancada do Paraná. Temos uma emenda de apoio às universidades paranaenses. O Paraná deve ser o Estado que mais gasta, mais investe recursos próprios nas universidades estaduais. Enquanto os outros Estados têm várias universidades federais, o Paraná tinha, até pouco tempo atrás, uma única, e tem uma rede de universidades estaduais. Então, seria importante se pudessemos melhorar um pouco essa questão.

Apresentamos também essa emenda do Teatro Municipal de Londrina, da reforma e modernização das instituições federais de ensino superior – o Paraná tem a Universidade Tecnológica Federal e a Universidade Federal do Paraná – e também essa do Hospital das

Clínicas. Então, a emenda é dividida entre 3 instituições, com vários *campi* espalhados pelo Estado. Se V.Exa. puder, dê uma atenção nesse sentido.

Outra é a nova instituição que não só o Paraná, mas todo o Brasil está criando, os IFETS – Instituições Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. São de grande importância. O Paraná terá 7 *campi*. Então, seria importante termos um apoio nessa implementação.

A última emenda, o último destaque que faço, pela Comissão de Educação, é sobre a modernização das redes estaduais e municipais de educação profissional e tecnológica. Essa é a maneira que o Governo Federal tem encontrado para levar às pessoas a educação profissional. Obviamente não podemos ter em todas as cidades do Brasil escolas federais, os CE-FETS, e agora os próximos IFETS, mas com o apoio que o Governo pretende dar poderemos levar aos mais variados municípios do Brasil, por meio de uma rede estadual, a educação profissional e tecnológica. Essa emenda é de grande importância.

Então, peço a V.Exa. que faça o impossível, dentro do possível, para nos atender.

Agradeço a gentileza. Muito obrigado, Presidente, pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Encerrada a discussão, passamos a palavra ao Deputado Manoel Junior.

**O SR. DEPUTADO NELSON MEURER** – Eu estava pedindo a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Pois não. Com a palavra V.Exa.

**O SR. DEPUTADO NELSON MEURER** – Sr. Presidente, Sr. Relator, neste momento, diante das circunstâncias, só temos acordo para votar o relatório da educação. Quanto ao relatório da saúde, temos de aguardar um pouco mais para votá-lo em outro horário, mesmo que possa acontecer no dia de hoje ou de amanhã, mas neste momento o Partido Progressista, de acordo com os outros partidos, não pode votar essa matéria da saúde.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Deputado Manoel Junior.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, quero agradecer as manifestações individuais de todos aqueles que elogiaram a confecção desse Relatório Setorial da Área nº IV e repassar esses cumprimentos e elogios, Daniel, para a Assessoria da Comissão, nas pessoas da Dra. Raquel, do Dr. Murilo, Dr. Marcos, Dr. Paulo e Dr. Webert, que fizeram esse relatório a muitas mãos, mas com o estrito senso da responsabilidade que têm perante esse documento que irá vigorar a partir do próximo ano, atendendo a milhões de anseios

da população brasileira, principalmente daqueles que dependem efetivamente do Poder Público.

Gostaríamos de ter feito essa divisão de forma bem melhor, se os recursos aportados para essa área, Deputado Alex Canziani, fossem efetivamente compatíveis com as demandas. Tanto é que as emendas giravam em torno de 9 bilhões, e nós tínhamos apenas 542 milhões para atendê-las.

Quero dizer também que fui econômico na EGND 4, Deputado Zé Gerardo. Poderia muito bem lançar mão até dos 40%, Deputado João Magalhães, mas entendi que seria uma perversidade também com esses Ministérios, que são importantes. Muitas vezes aplica-se um corte para atender a um lado e se descobre outro. Então, depois de muitas simulações, entendi que 25% seria o razoável, excetuando as universidades e as escolas técnicas, ou seja, resguardando essas 2 áreas.

Eu ouvi e anotei o que disseram todos aqueles que se pronunciaram para fazer destaques relativos a suas bancadas, mas gostaria mais uma vez de enfatizar que, se existiu, vamos dizer, discrepância entre uma emenda e outra foi efetivamente pela motivação da prioridade dada pelos coordenadores de bancada. Gostaria muito de ter unificado todas, mas se uma apareceu maior para um Estado e para outro menor foi justamente por conta das prioridades elencadas pelos coordenadores que auscultamos.

Iremos agora fazer um pequeno intervalo para um lanche. Estarei a tarde inteira não só analisando os destaques, mas também conversando com o Relator José Pimentel e com a Consultoria. A noite pediria a V.Exas. apoio para a aprovação dos destaques, já que o relatório que foi apresentado, salvo engano, a Presidência colocará em votação neste momento.

Quero agradecer às mulheres da Comissão, em nome da Deputado Rose de Freitas, que gentilmente já sinaliza pela aprovação do relatório, ressaltados os destaques.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Vamos votar.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Vamos votar.

**O SR. DEPUTADO BETINHO ROSADO** – Sr. Presidente, a que horas o Relator irá comunicar a aceitação e os valores aceitos nos destaques?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Na reunião da noite, na retomada da sessão, às 20h.

A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

Nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, solicita autorização do plenário

para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de emendas com relação às emendas individuais, tendo em vista que já houve manifestação quanto às emendas coletivas.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

O Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

O Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Relatório Setorial da Área Temática IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte, com as alterações da errata, está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressaltados os destaques.

O Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

O Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A sessão está suspensa. Retornaremos às 20h.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Declaro reiniciada a 7ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 36 e 37, de 2007.

Pauta nº 37, referente ao Relatório Setorial da Área Temática IV – Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte. Relator, Deputado Manoel Junior.

Em votação os destaques que já foram apresentados. Antes, porém, vamos ouvir a palavra do Sr. Relator, que quer prestar alguns esclarecimentos.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje, na sessão da manhã e na da tarde, discutimos diversos pontos levantados pelos coordenadores de bancadas, pelos membros da Comissão e por Parlamentares que trouxeram algum conteúdo ao relatório que apresentamos pela manhã.

Mais uma vez agradeço a todos a votação e a aprovação do nosso relatório. Durante a tarde de hoje a consultoria relativa à Área Temática IV envidou esforços para apurar o que tínhamos ainda de resíduo

e tentar reparar algumas distorções que porventura tenham ocorrido de bancada a bancada.

O Deputado Jovair Arantes, na reunião de Liderança, fez algumas observações pertinentes, e o Relator-Setorial se pautou justamente nessa planilha em que estabelecia uma média de emendas por bancada para proceder à análise dos destaques. A Deputada Rose de Freitas, o Deputado Devanir, enfim, todos tentaram melhorar o que já tinha sido analisado por nós.

Sr. Presidente, quero ler, por uma questão de formalidade, para conhecimento da Comissão e, principalmente, de V.Exa.

Atendimento de destaques.

Para o atendimento dos destaques, utilizamos os seguintes recursos: saldo de recursos repassados pelo Relator-Geral no valor de R\$42 milhões. Ou seja, tinha feito uma reserva para justamente atender, dentro do possível, alguma falha que pudesse ter ocorrido durante a primeira apresentação; saldos de recursos de cancelamento efetuados no próprio setor, conforme consta no item 4.1 do relatório, no valor de R\$3 milhões, nos sequenciais 003785 e 003868.

Sr. Presidente, passo a ler agora retificação ao Destaque nº 38, de autoria do Deputado Nelson Meurer. O voto está pela aprovação, quando, na verdade, é pela aprovação parcial do Destaque nº 38 e os demais.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Tem V.Exa. a palavra.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Relator, sei da acuidade de V.Exa., mas combinados votar 3 relatórios. Peço a V.Exa. que agilize, pois muitos ainda estão indormidos porque trabalharam até de madrugada.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Com certeza. O Relator-Setorial também, Deputada Rose.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Eu sei. V.Exa. poderia nos ajudar nisso, por favor.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Com certeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Apreciação dos destaques da Área Temática IV – Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte.

Lembrete aos Srs. Parlamentares.

O art. 138, § 2º, da Resolução 1, de 2006-CN, estabelece o seguinte: “Não será aceito solicitação para votação em separado de destaque após aprovação do requerimento para votação em globo dos destaques”.

Assim sendo, solicito autorização ao Plenário para proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator-Setorial.



Em votação, na Câmara dos Deputados, a proposta para votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator.

Os Srs. Deputados que aprovam a proposta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada, por unanimidade, na representação da Câmara dos Deputados.

Em votação na representação do Senado da República.

Os Srs. Senadores que aprovam a proposta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada, por unanimidade, na representação do Senado da República.

Apreciação dos destaques na Área Temática IV.

Destaques com voto do Relator-Setorial para aprovação parcial.

Esses destaques foram distribuídos em listas que se encontram com os Parlamentares presentes. Por essa razão, considero-me dispensado de fazer a leitura de cada um deles.

Relatório setorial setor IV. Pela aprovação parcial. *(Pausa.)* Na relação que V.Exas. têm em mão, está pela aprovação. É o Destaque nº 38, cujo autor é o Deputado Nelson Meurer. Esse destaque constará na lista de aprovação parcial.

Em votação, em globo, os destaques com o voto do Relator pela aprovação parcial na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Apreciação dos destaques da Área Temática IV, com voto do Relator-Setorial pela rejeição.

V.Exas. dispõem também da lista que compõe todos os destaques em que o Relator-Setorial opinou pela rejeição, pelo que me dispenso da leitura detalhada.

Em votação, em globo, o parecer do Relator pela rejeição dos destaques na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, na representação da Câmara dos Deputados, por unanimidade.

Os destaques foram rejeitados na forma proposta pelo Relator.

Aprovada a rejeição na Câmara dos Deputados, dispensa-se, pelo Regimento, a apreciação pela representação do Senado Federal.

V.Exas. receberam a relação de destaques prejudicados, atingidos pela prejudicialidade.

Declaro aos presentes, conforme relação em poder de todos, que esta matéria não vai à apreciação, porque já foi considerada prejudicada.

Encerrado, assim, o parecer da educação, fazemos questão de agradecer aos pares, a todos os que integram esta Comissão pela compreensão, pela forma objetiva, prática e rápida com que discutimos e votamos a matéria.

Agradeço também ao Relator pela sua dedicação e empenho, sobretudo pela rapidez com que concluiu esse relatório. Trata-se de um parecer complexo porque engloba áreas como educação, cultura e esporte, que, por si sós, são da maior importância, pois envolvem orçamentos significativos do Orçamento Geral da União.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Presidente, pela ordem.

Como Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, e na qualidade de coordenador da bancada de Goiás, elogio a conduta do Relator. Quando fomos à reunião de Liderança e discordamos de alguns pontos – o Relator, Deputado Manoel Júnior, de forma muito incisiva e absolutamente democrática, atendeu todos os princípios de acordos -, dissemos que nesta Casa temos de discutir os pontos de interesse do País que são muito divergentes, pois cada Estado tem sua peculiaridade. S.Exa. foi muito competente e, em pouco tempo, conseguiu sanar problemas que julgávamos de difícil solução.

Em nome das bancadas de Goiás e do PTB, parabenizo o Deputado Manoel Júnior pela presteza, competência e atendimento no que foi possível. Isso mostra que nesta Casa sempre há de imperar o acordo político, muito mais importante do que qualquer resolução.

Parabéns ao Relator pelo atendimento e pelo relatório.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Manoel Junior, por gentileza, quanto às emendas aprovadas, não entendi. Quando lá estive acertamos um valor que não está aqui colocado. Como eu não estava na votação, iniciada há 15 minutos, solicito a V.Exa. uma explicação.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Deputado Giovanni Queiroz, é com alegria que respondo a V.Exa., pontualmente. Aqueles valores, os quais V.Exa. me viu trabalhando, foram atendidos. Agora, com relação às emendas, destacadas de forma igual pelos Deputados, tive o cuidado de dividir o valor global justamente aos destaques. Apenas exemplificando, se porventura uma emenda tinha 3 destaques, e aditei à

emenda 1 milhão e 200 mil, para cada destaque foram destinados 400 mil.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Deixe-me explicar: pela bancada do Pará, a única pessoa autorizada a fazer destaque sou eu, realmente não vi outro aqui. *(Pausa.)* E também o Senador Flexa Ribeiro, que está aqui, pelo Senado. Ou seja, são 2 destaques. Mas ainda fica menor do que o valor que acordamos, Deputado.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Deputado Giovanni, na verdade, tivemos que fazer adequação, porque houve um problema: no total dos recursos que estavam reservados – peço atenção ao Deputado Fabinho –, quando V.Exa. saiu, tivemos de fazer algumas correções, mas, com certeza, as emendas do Estado do Pará receberam tratamento igualitário ao das demais bancadas. A Dra. Rachel poderá mostrar, pois está mais próximo a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – V.Exa. quer dizer que houve um corte em todas, e ninguém reclamou?

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Não. Na verdade, não houve um corte, mas um aditamento, inclusive nas emendas destacadas por V.Exa.

Deputado Giovanni Queiroz, nas 2 emendas do Pará – Emendas nºs 15 e 3 –, talvez V.Exa. desconhecesse, mas havia 2 destaques cada uma.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Exato.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – A Emenda nº 15 recebeu os Destaques nºs 71 e 81; a Emenda nº 3, os Destaques nºs 70 e 80. Uma foi atendida com 2 milhões de reais; a outra, com 1 milhão. Ou seja, como eu dispunha de 40 milhões, 45 milhões, aproximadamente, de reserva, resolvi dividi-los para tentar sanar as desigualdades das bancadas. O Estado do Pará foi contemplado, nas 2 emendas, com 3 milhões de reais. Uma ficou com 11 milhões; a outra, com 8 milhões, 747 mil e 115 reais.

Lembro, efetivamente, a V.Exa. que, de acordo com o que já foi dito pelo Relator-Geral, essas emendas, na reestimativa da receita, ficarão assim definidas: Emenda nº 3, com 22 milhões; e a Emenda nº 15, com 17 milhões, trezentos e alguns reais.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – É que havia um pouco mais naquela emenda da educação; aproximadamente 1 milhão.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Deputado Giovanni Queiroz, para V.Exa. eu queria destinar um pedaço maior,...

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Eu sei do seu coração grande.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – ... mas, infelizmente, não foi possível, diante dos números que temos para dividir.

Muito obrigado a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – É que Goiás reclama demais. Há o Deputado Pedro Chaves, além do Líder do PTB, Jovair Arantes, que também é de Goiás. Aí, V.Exa. resolveu ajudar mais esse Goiás, e também está me ajudando. Então, abro mão da discussão.

Muito obrigado a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Obrigado, Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Pauta nº 37, de 2007:

Relatório Setorial da Área Temática V – Planejamento e Desenvolvimento.

Relator-Setorial: Senador Jayme Campos.

O Relator está com a palavra para apresentação do relatório.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Peço ao Relator que ocupe a cadeira, ao meu lado direito, para proferir a leitura do relatório.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Informo aos interessados pelo fascículo com a publicação do Relatório que os mesmos estão nesta mesa da Secretaria.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, só amanhã os destaques serão lidos – ou serão lidos agora? Acontece, Sr. Presidente, que não recebi esse fascículo no tempo legal. V.Exas. receberam?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Deputado Giovanni Queiroz, o Relator fará a leitura do relatório, e então iniciaremos os debates e a abertura do prazo para apresentação de destaques.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Depois de lido o relatório?!

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Claro!

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Agora, o relatório é de que área?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Não sei.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – É a do planejamento?

Presidente, esse documento não foi distribuído há 24 horas. Não faça isso, então. Não atropelamos muito. Do tempo de 48 até abro mão, mas que tenhamos, no mínimo, 24 horas, sob pena de estarmos atropelando o processo. Isso não é regimental.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Só quero comunicar a V.Exa. que esse relatório está na Internet desde ontem.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Na Internet, depois das 22h. E mais: pela Internet não é distribuição. A distribuição somente é considerada quando feita pelos avulsos.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Reafirmo a V.Exa. o que disse anteriormente: desde ontem, a partir das 18h30min, esse relatório já está na Internet. Não estou dizendo nada mais do que isso. Apenas isso, Deputado.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Então, se a partir das 18h30min já estava na Internet...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Agora, se V.Exa. não concorda...

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não deu para entender, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Se V.Exa. não concorda em que a discussão e a votação se dêem hoje... Evidentemente, não havendo acordo, não há como, porque não decorreu o interstício de 2 dias.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Presidente, eu só quero ajudar. Ajudar, também, é fazermos a coisa bem-feita, para que não haja qualquer dificuldade amanhã. Então, sugiro a V.Exa. o seguinte:

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Só quero lembrar a V.Exa. que o Plenário tem prerrogativa para dispensar o interstício de 2 dias. Se, porém, o Plenário não concorda com isso, não haverá a dispensa. O Relator simplesmente fará a leitura, e abriremos a discussão e o prazo para a apresentação dos destaques.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Presidente, deixe-me sugerir o seguinte, para ajudar, inclusive, no tempo: faça a leitura, e, já no início da leitura, abra para os destaques. Amanhã, faça igualmente: vote os itens, ressaltados os destaques, e, depois vote os destaques. Então, encerre amanhã o prazo para destaques, até para que possamos fazer uma análise do documento.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Porque hoje à tarde, quando perguntei se havia uma programação para os relatórios setoriais seguintes, responderam-me que não havia programação. Hoje, à tarde, igualmente, quando perguntei, disseram-me que não havia nenhuma programação para hoje. Então sugiro...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Então libere para os destaques, agora, já no início da leitura.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, a sugestão de S.Exa. é no sentido de que se libere para destaques, agora, na leitura do Relator. S.Exa. concorda com a votação, hoje, do relatório. É isso?

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Deputado Giovanni Queiroz, se V.Exa...

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – E será apenas essa matéria?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não dará tempo.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Deputado Giovanni Queiroz...

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Estenda os destaques para amanhã, mas deixe-o falar. Se fizermos isso, não há problema.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Deputado Giovanni Queiroz, quero propor ao Presidente, na linha do raciocínio de V.Exa., porque o receio é não encerrar o prazo para os destaques hoje.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Isso.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – A proposta é exatamente esta: abriremos o prazo para os destaques, e retornaríamos amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Consulto o Deputado Claudio Cajado sobre se S.Exa. aceita receber essa homenagem, pelo seu aniversário natalício, aqui mesmo no plenário da Comissão. Seria uma homenagem ao guerreiro, ao lutador. *(Muito bem!)* E comemoraríamos, trabalhando. *(Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Comemora-se em trabalho.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, para mim, e acho que para qualquer um, qualquer homenagem, em qualquer lugar, é bem-vinda.

O Deputado Fábio Ramalho fez a gentileza de oferecer um jantar, convidando os colegas para um encontro às 20h30.

Como está procedido, se for em função do acordo que foi provocado, eu não teria nenhum senão a opor.

Agora, seria bom reiterarmos, porque parece que o PSDB está com uma posição, assim como o Democratas, que é a de lermos o relatório da agricultura e deixarmos os destaques para amanhã.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Isso.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Amanhã, leríamos o da saúde e, eventualmente, o do Ministério das Cidades. Seria isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Esclareço a V.Exa. que o rito processual é o seguinte. Lido o relatório, abre-se a discussão; no curso da discussão, o prazo para apresentação de destaques.

Se vamos ouvirmos a leitura do relatório, quebraremos o rito processual. Então, não faria sentido ler o relatório.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – É só não encerrar a discussão ainda hoje.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Isso, não encerrar a discussão.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Suspende-se a sessão, não se encerra a discussão; retoma-se a discussão amanhã, e continua o prazo para destaques. Não há nenhum problema.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Sr. Presidente, o apelo que faço aos nobres pares é no seguinte sentido: a idéia de lermos os 2 relatórios, agora, à noite, é no sentido de ganharmos um pouco mais de tempo para evitar a transferência de mais relatórios para a semana que vem. Então, na medida em que abrimos a discussão hoje, e não a encerramos, deixando para amanhã, acabamos não cumprindo esse objetivo. No processo de abertura, mantida a discussão, eu não teria como ler outro relatório agora à noite. O ideal é ler o relatório apresentado pelo Senador Jayme Campos. Abriríamos prazo para os destaques e encerraríamos, ainda na noite de hoje, esse prazo. Permitiríamos, assim, a leitura do segundo relatório. Assim, avançaríamos, seria diferente, e ganharíamos com isso, na realidade. Faríamos, ainda hoje à noite, a apresentação de 3 relatórios. Fecharíamos, assim, as áreas da educação, ciência e tecnologia.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Pois é, o Deputado Claudio Cajado poderia comemorar: “*Passei o meu aniversário trabalhando!*” E iríamos, mais tarde, nem que fosse apenas para a sobremesa.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Deputado, se se mantiver o prazo para destaques até amanhã, tudo bem. É que muitos que não estão aqui, no

momento, e pretendem fazer destaques. Esse é o problema, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra, o Deputado Vanderlei Macris.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Pelo que entendi, Sr. Presidente, a proposta é no sentido de que votássemos ainda hoje o parecer da área de agricultura, mas não os destaques, que ficariam para amanhã. Amanhã, cedo, iniciariamos a discussão do relatório da área de saúde. Essa foi a proposta que chegou ao PSDB, com a qual concordamos. Não sei se há caminho diferente desse que estou discutindo.

O Deputado José Pimentel é testemunha da conversa que tivemos sobre essa questão.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, pela ordem. Tenho

o maior prazer, nesta Comissão, de concordar com o Deputado que me antecedeu, por ser uma das pessoas mais sérias e trabalhadoras. Acontece, Sr. Presidente, que temos controvérsias. As controvérsias referem-se sobre a leitura do relatório da Saúde, amanhã, porque é um relatório dos mais importantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Saúde?!

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Saúde, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Mas a área de saúde não está em discussão agora, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – S.Exa. está propondo, Sr. Presidente. Se propôs no plenário, temos que concordar ou não; se concordarmos, temos que cumprir.

O acordo que fizemos foi o de votar o Planejamento. O calendário proposto é o seguinte: ler, abrir o prazo para as emendas e votar os relatórios, ressaltados os destaques. Agora, tem que haver consenso. Na pauta de amanhã, votaríamos os destaques e complementaríamos a votação do Planejamento, da Agricultura e poderes. Não está incluído nesse acordo votarmos o relatório da Saúde.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Deixe-me apreciar as sugestões. Poderíamos fazer de uma forma que conciliasse as 2 facções: os que querem permanecer reunidos para resolver o relatório da Área Temática V; e os que querem ouvir apenas a leitura do relatório e prosseguir amanhã com a discussão e a apresentação de destaques.

Sugiro o seguinte: o Relator faria a leitura do relatório; em seguida, abriríamos o prazo para discussão



e apresentação de destaques; amanhã, faríamos a votação dos destaques. Assim, ganharíamos tempo.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, seria só desta matéria?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Só desta.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Só 1? Porque hoje à tarde disseram que não teria nenhuma, e de repente surge 1. Aí, fazemos o destaque, retiramos, e tem o segundo. Aí complica, Sr. Presidente. Então vamos lá: só Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES** – Sr. Presidente, só mais uma informação: encerraria...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Feito o acordo, vamos ouvir a leitura do relatório.

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES** – Sr. Presidente, encerram hoje os destaques? Então, poderia somente ler o próximo, não custa nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Encerram os destaques hoje; e a decisão sobre os destaques, amanhã.

**O SR. SENADOR JAYME CAMPOS** – Sr. Presidente, Senador José Maranhão; Sras. e Srs. Deputados; Sras. e Srs. Senadores membros desta Comissão, antes de iniciar o meu relatório, agradeço aos Drs. Sanches e Fernando Vieira, 2 Consultores, um do Senado e um da Câmara, que me auxiliaram na elaboração deste relatório.

Eu gostaria de tecer alguns comentários, os quais anotei na elaboração.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – O Relator está com a palavra. Vamos ouvi-lo em silêncio.

**O SR. SENADOR JAYME CAMPOS** – Relatório da Área Temática V: Planejamento e Desenvolvimento Urbano, sobre o Projeto de Lei nº 30, de 2007-CN, encaminhado pela Mensagem nº 115, de 2007-CN – nº 649, na origem -, que *“Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008”*, abrangendo os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social das unidades orçamentárias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministério das Cidades.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, a primeira parte do nosso relatório focaliza aspectos gerais da proposta orçamentária do Ministério das Cidades e do Planejamento, bem como a análise da execução. Como o relatório foi disponibilizado na Internet, com tempo suficiente para a análise dessa parte, nós nos permitiremos, com a concordância do Plenário,

passar diretamente aos aspectos mais importantes do Orçamento de 2008, iniciando pelo Item 1.4.

Pergunto se estão de acordo os ilustres membros desta Comissão. Se houver concordância, passo a ler. *(Pausa.)*

Muito obrigado.

“Orçamento Nominal *versus* Orçamento Programável.

Como já observado, o valor dos recursos inteiramente livres para alocação no âmbito da Área Temática V é limitado. De acordo com os dados da Tabela 4, abaixo, dos 16.938,5 milhões de reais constantes da proposta para 2008, verifica-se que 13.674,9 milhões de reais se associam a programação orçamentária marcada por certa rigidez, seja em razão de disposições normativas, seja em função das características da própria programação, a exemplo do objeto da despesa ou da origem dos recursos que lhe permitem a execução”.

Eu peço aos ilustres membros desta Comissão um pouco de silêncio; caso contrário, vou arrebrantar a garganta aqui, e ninguém vai ouvir. Por favor.

“Assim ocorre com determinados grupos de natureza de despesa, como pessoal, juros e encargos da dívida, amortização da dívida e reserva de contingência, que, em conjunto, representam 11.215,2 milhões de reais da programação orçamentária da Área 5. Isso também se verifica noutras rubricas de despesa, a exemplo da programação custeada por operações de crédito, de 114,5 milhões de reais; contrapartidas de empréstimos e doações, 12 milhões de reais; sentenças e débitos judiciais, 65,6 milhões de reais; pagamentos a anistiados políticos, 226,7 milhões de reais; e custeio das unidades setoriais, 201,1 milhões de reais.

Além disso, cumpre salientar que expressiva parcela da programação a cargo da Área Temática está fundada em recursos originários condicionados, Fonte 900. São 10.190 milhões de reais, dos quais 8.971 milhões de reais encontram-se alocados a despesas com pessoal e encargos sociais, e os restantes 1.219 milhões de reais aos grupos “outras despesas correntes” (85,8 milhões de reais) e “investimentos” (1.133 milhões de reais).

Considerado o comprometimento de recursos da Área Temática, conforme evidenciado na Tabela 4, conclui-se que o saldo de recursos programável é de 425 milhões de reais, no MPOG, e de 2.838 milhões de reais no MCID.

Tabela 4”.

Se V.Exas. me permitirem, vou pular a análise do Comprometimento Orçamentário da Área Temática. E nossa Consultoria nos orienta, se for o caso, a pular

também o Item 2, Análise da Execução Orçamentária Recente.

“Emendas à Programação das Unidades da Área Temática.

A Área Temática recebeu 1.342 emendas. Foram 84 emendas coletivas, de bancadas estaduais e Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e 1.258 individuais, Deputados Federais e Senadores. Sua distribuição, por programa, modalidade de emenda (coletiva ou individual) e valor solicitado, está discriminada na Tabela 9, abaixo.

As emendas coletivas, no total de 84, implicaram solicitações de recursos da ordem de 9.705 milhões de reais. Foram 77 emendas de bancadas estaduais, 4 emendas de Comissões da Câmara dos Deputados e 3 emendas de Comissões do Senado Federal. Das emendas de bancadas, 67 foram de apropriação, e as 10 restantes, de remanejamento. As Comissões da Câmara dos Deputados apresentaram apenas emendas de apropriação, enquanto que as Comissões do Senado Federal, 2 de apropriação e 1 de remanejamento. As emendas coletivas de apropriação totalizaram solicitações de recursos de 9.485,4 milhões de reais, e as de remanejamento, solicitações de 220 milhões de reais.

Tanto em número de emendas coletivas apresentadas quanto em valor solicitado, os 3 programas mais visados foram: primeiro, apoio ao desenvolvimento urbano de municípios; segundo, mobilidade urbana; terceiro, serviços urbanos de água e esgoto.

No tocante às emendas individuais, as solicitações de recursos ascenderam a 1.086,3 milhões de reais. Por regra, todas as emendas foram do tipo “apropriação”, das quais 1.091 de Deputados Federais, e o restante, 167, de Senadores. Os 3 programas mais solicitados foram: primeiro, apoio ao desenvolvimento urbano de municípios; segundo, habitação de interesse social; terceiro, serviços urbanos de água e esgoto.

A Tabela 10, abaixo, discrimina, por modalidade de emenda, decisão do parecer setorial e número de emendas, tanto o valor solicitado quanto o acolhido por esta Relatoria-Setorial. Das emendas coletivas, 83 lograram aprovação, às quais se destinaram 1.252,1 milhões de reais, e uma emenda foi considerada inadmitida no curso dos trabalhos conjuntamente realizados pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, CMO, e pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas.

No que diz respeito às emendas individuais, das 1.258 originalmente apresentadas à Área Temática, 1.253 foram aprovadas, e 5, retiradas pelos respectivos autores, que as transferiram a outras áreas temáticas.

No cômputo final, o acolhimento das emendas implicou a alocação...”

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Peço aos presentes um pouco de atenção e silêncio para o Relator proferir o seu relatório, que interessa, evidentemente, a todos nós.

**O SR. SENADOR JAYME CAMPOS** – “... e a realocação de recursos da ordem de 2.336,9 milhões de reais, sendo 1.084 milhões de reais para emendas individuais e 1.252 milhões de reais para coletivas”.

Pediria ao nobre e querido Deputado Cajado que baixe um pouco o tom, porque o Relator não vai agüentar ler. Já estou começando a arrebrantar a minha garganta. Por favor, meu ilustre correligionário dos Democratas.

“A distribuição dos valores, discriminados por programa, modalidade de emenda e valor de aprovação, encontra-se na Tabela 11, abaixo. Os programas contemplados tanto com maior número de emendas quanto com maiores valores de alocação foram: primeiro, apoio ao desenvolvimento urbano de municípios; segundo, mobilidade urbana; terceiro, serviços urbanos de água e esgoto; quarto, urbanização, regularização fundiária e integração de assentamentos precários. No conjunto das emendas de todos os tipos e modalidades, esses programas responderam por alocações na ordem de 2.124,4 milhões de reais, equivalentes a 90,9% do total de recursos administrados por esta Relatoria-Setorial.

Recursos para atendimento às emendas.

A Relatoria mobilizou 2.336,9 milhões de reais para realizar os atendimentos pertinentes à Área Temática. Desses, 1.553,7 milhões de reais foram provenientes da “reserva de recursos”, propiciados com base nas normas regimentais, e 783,2 milhões de reais, derivados de remanejamentos feitos pela Relatoria-Setorial para complementar os atendimentos dados às emendas, na forma demonstrada na Tabela 12, abaixo. Dos recursos oriundos da reserva de recursos, uma parcela de 1.084,8 milhões de reais foi destinada ao atendimento das emendas individuais, restando apenas 468,9 milhões de reais para o atendimento às emendas coletivas.

Para orientar o remanejamento de recursos facultado pelas normas regimentais, esta Relatoria, observadas as restrições fixadas pelo Parecer Preliminar, adotou alguns critérios adicionais, a fim de obter maior equilíbrio e justiça nos ajustes realizados.

Em primeiro lugar, fixou, como referenciais básicos, os de não impor reduções às alocações de valor inferior a 3 milhões de reais e de não efetuar reduções superiores a 50% do valor alocado. Adicionalmente, adotou um escalonamento para a imposição

das reduções, ou seja: nas dotações de 3 a 5 milhões de reais, reduções de 10%; nas de 5 a 10 milhões de reais, reduções de 15%; nas de 10 a 20 milhões de reais, reduções de 20%; nas de 20 a 30 milhões de reais, reduções de 25%; nas de 30 a 40 milhões de reais, reduções de 30%; e nas de valores superiores a 40 milhões de reais, reduções de 35%.

No caso das dotações indicadas para viabilizar as emendas de remanejamento, a regra foi a de acolher reduções de no máximo 50% do valor alocado na fonte indicada, tomadas as fontes 100 e 900 como equivalentes.

O nosso entendimento foi o de que a imposição de reduções maiores do que essas, na programação de uma Área Temática que cuida de questões sensíveis e relevantes para a sociedade em geral, como as relativas à habitação popular, ao saneamento, ao transporte urbano e à ordenação do uso do solo, seria contrária ao interesses de todas as unidades federativas.

Critérios para as decisões sobre as emendas.

A Relatoria preocupou-se, igualmente, com o estabelecimento de critérios para decidir sobre as alocações às emendas afetadas à Área Temática, principalmente no que se refere às emendas coletivas de autoria das bancadas estaduais.

**a)** Critérios para as emendas individuais à Despesa.

Com relação às emendas individuais, a Relatoria definiu como critério básico o da diligente interpretação do intento dos autores, orientando sua assessoria no sentido de promover as correções temáticas necessária à adequação da proposição de modo a ensejar a sua posterior execução sem maiores percalços, contactando os autores sempre que isso fosse oportuno e viável. Nos casos em que apenas isso não permitisse atender ao objetivo almejado pelo autor da proposição, decidiu-se por repassá-las às áreas temáticas competentes.

As emendas individuais, de modo similar ao que tem ocorrido nos últimos anos, apresentaram grande concentração nas ações de apoio à infra-estrutura urbana (obras de pavimentação urbana, drenagem e assemelhadas), totalizando 1.081 emendas, ou seja, 86,1 do total de emendas individuais. Os 2 outros grupos mais significativos foram: habitação popular, com 91 emendas; e saneamento, com 41 emendas.

**b)** Critérios às emendas de bancada de apropriação.

Os problemas que cercam a fixação de critérios para a alocação de recursos às emendas coletivas são bastantes conhecidos, tendo sido expressos em muitos dos relatórios apreciados por esta Comissão Mista ao longo dos últimos anos. Dada a diversidade dos inte-

resses das regiões e dos segmentos econômicos de nosso País, é praticamente impossível chegar-se a um conjunto de critérios que satisfaça todos os envolvidos na disputa pelos limitados recursos orçamentários.

Não obstante, cientes da nossa responsabilidade na promoção da mais adequada locação dos recursos possíveis, esta Relatoria-Setorial optou por fazê-lo com base em critérios objetivos, que assegurassem resultados satisfatórios na distribuição dos recursos. Na falta de orientações concretas às normas regimentais, optamos pelo seguinte combinação de critérios para a alocação dos recursos definidos para atendimento das emendas de alocação (não consideradas as de remanejamento) das bancadas estaduais: 50% proporcionalmente ao número de emendas apresentadas na área temática; 50% proporcionalmente ao inverso da renda *per capita* da unidade federativa; nenhuma emenda atendida com menos de 75% do valor médio de 10,5 milhões de reais; nenhuma emenda atendida com mais de 50% de acréscimo ao valor médio de 21 milhões de reais.

Além disso, valorizamos as percepções sobre as diferenças que marcam as múltiplas realidades das diversas regiões do País, destinando cerca de 10% dos recursos disponíveis para tais ajustes. Para tanto, foram ouvidos, o quanto possível, representantes das bancadas. Não o sendo, a Relatoria efetuou as alocações mais expressivas nos empreendimentos de maior efeito estruturante ou de maior alcance social. São tais fatores que implicam ocasionais concessões na aplicação de critério, visto que não fosse para ter em conta também essa perspectiva, deixaria de haver razão para a existência das Relatorias-Setoriais.

**8. Decisões sobre as emendas.**

**a)** Emendas individuais à despesa.

Foram apreciadas 1.258 emendas individuais dos Srs. Parlamentares, das quais 1.253 foram aprovadas e 5 retiradas pelos autores. As emendas aprovadas, totalizaram o atendimento na ordem de R\$1.084,6 milhões, enquanto as retiradas sendo, 3 de Deputados, 3 do Deputado Marcos Antonio, 1 do Deputado Renildo Calheiros e 1 do Senador Valter Pereira, implicaram solicitação na ordem de R\$1,8 milhão.

Alertamos para o fato de que, a fim de poder dar acolhimento a algumas das emendas, foi necessário promover ajuste com o fito de adequá-las aos instrumentos legais ou para ajustá-las tecnicamente, sempre com o cuidado de se manter a essência de cada proposição. Essa providência objetivou assegurar igualmente a uniformidade e as padronizações de subtítulos e classificações, assim como ajustar as metas e os respectivos quantitativos aos padrões estabelecidos e aos valores alocados à cada emenda.

Sempre que possível, os gabinetes dos Parlamentares foram contatados para informá-los das providências cabíveis em cada caso ou para deles obter as informações complementares necessárias ao trabalho de análise e processamento das emendas. Em alguns casos, todavia, isso não foi possível.

Por essa razão, recomendamos aos autores das emendas individuais que verifiquem atentamente como se acham aprovadas as suas propostas, a fim de que eventuais ajustes por nós realizados, sempre com o propósito de bem atender aos objetivos retratados nas emendas, sejam revistos, observando-se a essência das proposições.

**b) Emendas de bancadas estaduais à despesa.**

Das 77 emendas coletivas de bancadas estaduais apresentadas à Área Temática, 76 foram atendidas por esta Relatoria-Setorial, restando inadmitida uma emenda. As emendas admitidas implicaram solicitações de R\$5.532,9 milhões e atendimentos de R\$1.156,5 milhão. Do valor total de atendimentos, destinaram-se R\$1.072,3 milhões a emendas de apropriação e R\$84,2 milhões às emendas de remanejamento.

A Tabela 13, constante do relatório, discrimina o número de emendas por bancada e a distribuição dos atendimentos por Unidade da Federação contemplada na programação da despesa proposta. Ou seja, na Tabela 13.

**c) Emendas de Comissões à despesa.**

Foram apresentadas 7 emendas à programação da Área Temática, sendo 4 emendas de Comissões da Câmara dos Deputados e 3 emendas do Senado Federal. Os atendimentos no âmbito desta Relatoria-Setorial montaram a R\$95,6 milhões, dos quais R\$5,6 milhões em face de emendas de apropriação e R\$20 milhões, de emendas de remanejamento.

**d) Resumo das Decisões.**

O atendimento no âmbito desta Relatoria-Setorial totalizaram, Srs. Membros desta Comissão, R\$2.336,9 milhões, na forma discriminada na Tabela 14, a seguir. As emendas de bancadas estaduais, as de comissões e as individuais, nessa ordem, lograram atendimentos médios, mais ou menos, de R\$15,2 milhões, R\$13,7 milhões e R\$0,9 milhão.

Tabela 14. Resumo dos Atendimentos na Área Temática, conforme já está disponibilizado na Internet desta Comissão, sobretudo desta Relatoria.

**9. A Programação da Área Temática e o Plano Plurianual.**

Para efeito de atendimento à determinação contida no § 3º do art. 20 da LDO/2008, reforçada pelo art. 47, III, dessa lei, bem como aos itens 2.2.3 e 2.2.5 do Parecer Preliminar ao Projeto de Lei do PPA 2008/2011, e aos itens 2.1 e 20.2 do Relatório do Comitê de Ad-

missibilidade de Emendas, esta Relatoria-Setorial deparou-se com a necessidade de promover a criação de 72 novas ações orçamentárias. Essas ações se acham discriminadas na Tabela 15, em anexo, com a devida explicitação de sua “Descrição”, “Finalidade” e “Unidade Executora”, definidos com base nos elementos contidos nas proposições e/ou na similitude da ação com as existentes no PPA vigente ou no PLN nº 30/07, do Congresso Nacional, PPA 2008 a 2011. Tais ações, inexistentes na proposta oriunda do Poder Executivo, foram criadas para abrigar os projetos, obras ou empreendimentos derivados de emendas acolhidas no Parlamento cujos valores ou características requeiram essa providência.

**10. Recomendações à Comissão Mista**

A Relatoria-Setorial, no desenvolvimento de suas atividades, defrontou-se com alguns problemas e situações que merecem devido registro perante a Comissão, para que esta, em sua condição de órgão constitucional, estabeleça as providências cabíveis. Nesse sentido, merecem destaque as seguintes recomendações:

**a)** que a Relatoria-Geral reveja, no âmbito e suas apreciações e disponibilidade de recursos, as alocações feitas às emendas coletivas, sobretudo em relação às proposições contempladas com valores menores e/ou inferiores à média das alocações, o que se deu em consequência da aplicação dos critérios definidos pela Relatoria-Setorial e da limitação dos recursos disponíveis para os atendimentos, com vista a complementar os recursos nos projetos de maior alcance social e/ou econômico;

**b)** que a Comissão, por iniciativa do Relator-Geral, não deixe de dar a devida consideração às emendas propostas ao texto da Lei Orçamentária com a finalidade de conferir estabilidade aos referenciais populacionais adotados na elaboração orçamentária, a fim de que tais não sejam modificados por ocasião da execução, frustrando o intento dos autores de proposições sujeitas a limites populacionais”.

Sr. Presidente, passo ao voto deste Relator:

“Face ao exposto, somos pela aprovação do PLN nº 30, de 2007, Congresso Nacional, na forma da Mensagem nº 115, de 2007, relativamente aos órgãos orçamentários afetos a esta Área Temática, o Ministério das Cidades e o Ministério do Planejamento e Orçamento e Gestão, com as alterações derivadas das



emendas aprovadas por esta Relatoria-Setorial, conforme demonstrativo anexo”.

Este é o relatório e o meu voto, Sr. Presidente e Srs. Membros desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Concluída a leitura do relatório, passa-se à discussão, com o prazo para apresentação de destaques, que será encerrado ao término dos debates.

Está facultada a palavra aos presentes. Há uma lista de inscrição na mesa.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o Deputado Pedro Chaves.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES** – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Relator Jayme Campos, primeiro, queremos cumprimentar V.Exa. pela forma equânime com que atendeu às demandas das bancadas, utilizando um critério justo, o que permitiu o atendimento equilibrado de todos os Estados.

Apresentamos 4 emendas na Área Temática de Desenvolvimento Urbano. Dessas, a que destina recurso para a infra-estrutura urbana na cidade de Aparecida de Goiânia foi bem atendida. E estamos apresentando 3 destaques para que sejam aumentados os recursos da Emenda nº 71.003, que trata da implantação da Avenida Leste-Oeste, em Goiânia. Essa obra, já discutida neste plenário, é muito importante para a nossa Capital. A avenida está sendo construída no leito da antiga ferrovia que corta a Capital de Goiás, ligando uma região muito populosa – a Região Curitiba 1, 2, 3, 4 – ao centro da cidade.

O outro destaque é referente à Emenda nº 71.0013, por meio da qual destinamos recursos para infra-estrutura urbana na cidade de Goiânia. Esse recurso visa também à conclusão da pavimentação de todos os bairros com ruas de terra da nossa Capital. Quase 100% das ruas de nossa Capital já são asfaltadas. E, se conseguirmos elevar o valor dessa emenda para algo em torno de R\$20 milhões, permitiremos que o Prefeito pavimente as restantes ruas de terra de Goiânia.

Então, gostaria de fazer esse apelo a V.Exa.

E o terceiro e último destaque refere-se aos recursos que destinamos à Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal – RIDE. V.Exa. atendeu com R\$14,5 milhões, e nós gostaríamos que esse valor fosse elevado para algo em torno de R\$20 milhões. A RIDE é composta de 23 municípios, e todos eles estão diretamente ligados à Capital Federal. São municípios bastante populosos, que têm uma taxa de crescimento populacional muito acima da média brasileira. Há nessa região cidades com a taxa de cres-

cimento populacional acima de 10%, como é o caso de Águas Lindas. E todo o recurso que destinarmos para os municípios que compõem a RIDE, asseguro a V.Exa., ainda serão insuficientes, devido à demanda dessas cidades do entorno do Distrito Federal.

Então, Sr. Presidente, assim que eu tiver o número dos destaques, passarei a V.Exa.

Finalizando, Sr. Relator, mais uma vez, quero cumprimentá-lo pelo excelente trabalho que V.Exa., juntamente com a Assessoria, realizou nessa área tão importante, a Área Temática nº 5.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Manoel Junior)

– Com a palavra o nobre Senador João Ribeiro.

**O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO** – Obrigado, Sr. Presidente.

Ilustre Senador Jayme Campos, representante do Estado do Mato Grosso, primeiro, quero cumprimentar V.Exa. pelo brilhante relatório que produziu e pela forma como atendeu as bancadas. Quero também agradecer a V.Exa., em meu nome e em nome da bancada de Tocantins – uma vez que sou o único da bancada aqui presente neste momento.

Mesmo contente com o atendimento de V.Exa., apresentei um destaque, na esperança de que V.Exa. ainda tenha espaço na reestimativa da receita – e a bancada do Tocantins acredita que o ilustre Senador vai atendê-la. Caso isso não seja possível, vamos compreender, mas, como disse, se houver condições de fazê-lo na estimativa da receita, ficarei ainda mais contente.

Mais uma vez, cumprimento V.Exa. pelo excelente relatório apresentado – e não estou reclamando, mas apenas pedindo a V.Exa. que, se houver espaço, atenda ainda mais o seu amigo, que é de um Estado pobre, o Tocantins, seu vizinho.

Parabéns e um abraço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Manoel Junior)

– Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde. (*Pausa*.) Ausente.

Com a palavra o Deputado Zé Gerardo.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Sr. Relator, apresento o Destaque nº 004, relativo à Região Metropolitana de Fortaleza.

Estou certo de que V.Exa., Sr. Relator, já olhou para essa região com bons olhos, inclusive falei com V.Exa. por telefone e sei que V.Exa. fez o possível. Ainda assim, peço a V.Exa. que recomende ao Relator-Geral um maior aporte de recursos. E faço esse pedido sobretudo porque a Região Metropolitana de Fortaleza, abriga os Municípios de Maracanaú, colé-

gio eleitoral que me deu substanciais quantidades de votos; Maranguape, onde também tive muitos votos e há uma população bastante pobre, e Caucaia, onde nasci e do qual fui Prefeito.

Além desses, ao atender o meu pedido, V.Exa. estará ajudando os Municípios de Eusébio, Aquiraz, Pacatuba, Pacajus e outros. São 19 os municípios que formam a Região Metropolitana de Fortaleza, instituída por lei na Assembléia Legislativa do Estado.

Quero parabenizar V.Exa. pelo relatório e, acima de tudo, pedir que indique ao nobre Relator-Geral o aporte de um valor maior, para que esses municípios possam resolver problemas de drenagem, de calçamento etc. Afinal, as pessoas que vêm de todo o Ceará e se instalam na periferia de Fortaleza também precisam de infra-estrutura urbana de qualidade. Isso é fundamental para trazer mais qualidade de vida para o nosso povo, principalmente de Caucaia, cidade que tanto amo.

**O SR. SENADOR JAYME CAMPOS** – Sr. Presidente, peço licença a V.Exa. para dizer uma palavra para o Deputado Zé Gerardo: V.Exa. está em casa, sendo seu conterrâneo o nosso Relator-Geral, Deputado José Pimentel. Então, acho que está tudo resolvido em princípio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Manoel Junior) – Com a palavra o nobre Deputado Geraldo Resende.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** – Sr. Relator, Senador Jayme Campos, primeiro quero parabenizá-lo pelo relatório. Já conhecíamos a sua competência, tendo em vista que somos de Estados vizinhos. V.Exa. conhece bem as agruras por que passa Mato Grosso do Sul.

Estivemos fazendo um levantamento das emendas de bancada e verificamos que o Mato Grosso do Sul foi o Estado que, ao lado de Alagoas, apresentou o menor número de emendas de bancada. Nós temos somente 15 emendas de apropriação, e 6 foram na Área Temática da qual V.Exa. é Relator. Fizemos uma média entre as demais bancadas, inclusive levando em conta a similitude dos Estados brasileiros em relação ao Estado de Mato Grosso do Sul. Verificamos que a média de contemplação das emendas do Estado foi de R\$12 milhões, o que está muito aquém da média dos demais Estados.

Então, faço um apelo à generosidade e ao espírito de justiça de V.Exa., que tão bem conhece o Mato Grosso do Sul, no sentido de que, na medida do possível, acate os Destaques nºs 05, 06 07, 08, 09 e o 010. E, como tenho absoluta certeza de que ainda ficaram algumas sobras de recursos, peço que V.Exa. corrija essas distorções e abrigue, nessa correção, o Estado co-irmão de Mato Grosso do Sul.

As Emendas de Bancada a que me refiro são as de nºs 7113004, 7113006, 7113007, 7113009, 71130014 e 71130016.

Obrigado, Senador.

**O SR. SENADOR JAYME CAMPOS** – Querido Deputado Geraldo Resende, nós fizemos o possível e o impossível aqui. Na verdade, sabe V.Exa., a disponibilidade de recursos foi bem aquém das reivindicações.

Todavia, como V.Exa. está dizendo que foi pouco em relação à média, ressalto que o critério que adotamos ainda ficou acima do patamar de 4,7 milhões. Então, é aquela velha história: pedir não é ofensa, não é verdade? E, às vezes, é preciso chorar um pouquinho para conseguir mais.

V.Exa. pode ter certeza de que nós vamos levar ao Relator-Geral, o querido Deputado José Pimentel, naturalmente todos os pleitos, sobretudo esses destaques que estão sendo propostos aqui, para ver se viabilizamos pelo menos mais um pouquinho em cada uma das emendas propostas por V.Exas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Manoel Junior) – Com a palavra o nobre Deputado Hugo Leal. V.Exa. disporá de até 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** – Não posso pedir um pouquinho mais, Sr. Presidente? Já que estão pedindo mais dinheiro, peço um pouco mais de tempo.

Mas, Sr. Relator, na mesma esteira dos que me antecederam, quero elogiar o trabalho de V.Exa e também fazer uma ponderação específica com relação à questão das emendas de remanejamento, cuja explicação está às folhas 16.

Especificamente no caso do Rio de Janeiro, a bancada fez 6 emendas de apropriação e uma de remanejamento. Foram 7 emendas por que o Estado do Rio de Janeiro optou nas suas emendas proporcionais. Portanto, o Estado do Rio de Janeiro optou por apresentar 7 emendas de apropriação e uma de remanejamento para essa Área Temática. V.Exa. pode observar que o Estado do Rio de Janeiro foi o que mais sonhou, vamos colocar dessa forma, o que mais pleiteou. Porque é exatamente este o elemento fundamental para o Estado do Rio de Janeiro e, principalmente, para a região metropolitana: infra-estrutura e desenvolvimento urbano.

Não foi por acaso, portanto, que a bancada do Estado do Rio de Janeiro fez uma opção e trouxe elementos estruturantes na ordem de R\$1,011 bilhões. Obviamente, nós geramos a expectativa em relação a projetos já existentes.

Mas quero dizer a V.Exa., Senador Jayme Campos, relevando neste momento, que a bancada do Estado do Rio de Janeiro foi criteriosa. Ao estabelecer

essas emendas de apropriação, tivemos o cuidado de que as emendas aprovadas ao Plano Plurianual – PPA fossem as primeiras e as prioritárias a receber recursos agora, na lei orçamentária.

Então, faço um apelo a V.Exa. Mas, antes, tenho de elogiá-lo pelo criterioso trabalho realizado na distribuição das emendas. No entanto, V.Exa. há de convir que projetos dessa natureza, estruturantes, são essenciais. Destaco as 2 linhas de metrô na Capital do Rio de Janeiro, uma ligando a Zona Sul, o Leblon, a Gávea e Copacabana, à Barra da Tijuca, tão desejada por todos os cidadãos cariocas e fluminenses; a outra liga o trecho Praça XV a Niterói e São Gonçalo, também um dos maiores desejos da população desse entorno.

O que queremos aqui, Sr. Presidente, Deputado Manoel Junior, e Sr. Relator, Senador Jayme Campos, é dirigir um apelo em prol desses itens de que constam os trens metropolitanos, Linhas 3 e 4 do Metrô, e o terminal, o Corredor T-5, que é um corredor estrutural de transporte coletivo. Apesar do esforço que V.Exa. fez para adequar as emendas nessas variáveis, pedimos que sejam revistas pelo menos essas 3 emendas, que são relativas a itens que a população do Rio de Janeiro sempre busca – e, nesse sentido, houve a manifestação unânime de todos os Deputados Federais da bancada do Rio de Janeiro, os 46 Deputados Federais. A bancada está unida na busca de recursos para o início das obras dos trens metropolitanos da extensão do Metrô da Zona Sul até à Barra da Tijuca e também da Praça XV para Niterói, São Gonçalo e até mesmo Itaboraí, onde teremos o Pólo Petroquímico em breve.

Então, Sr. Presidente, quero, mais uma vez, pedir a atenção e a gentileza do nobilíssimo Senador Jayme Campos – e sei que o Senador conhece a Capital do Rio de Janeiro e estará sensível aos destaques apresentados pela bancada do Rio de Janeiro – para a necessidade de melhoria dos recursos distribuídos ao Estado do Rio de Janeiro.

Repito, ilustre Sr. Relator, Senador Jayme Campos, que não é por acaso que o Estado do Rio de Janeiro escolheu 6 emendas de apropriação para essa área e 1 de remanejamento, com um valor obviamente que espelha não um desejo sem mensuração, mas o de estabelecer os projetos já aprovados e aguardados há muitos anos pela população do Estado do Rio de Janeiro.

Então, apelamos aos sentimentos de V.Exa. pelos critérios que V.Exa. já demonstrou, pelo equilíbrio apresentado nesta Comissão, para que o Estado do Rio de Janeiro possa, nessas 6 emendas apresentadas a essa Área Temática, ter um pouco mais do que os recursos alocados por V.Exa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. SENADOR JAYME CAMPOS** – Sr. Presidente, pela ordem, apenas por um minuto.

Respondendo ao querido Deputado Hugo Leal, do Rio de Janeiro, que fez 2 pleitos, quero dizer que, na emenda de remanejamento, conforme a Consultoria me informa, será possível atender. Entretanto, na emenda de apropriação pelo que nós tínhamos disponível, lamentavelmente, não. Portanto, quanto à emenda de remanejamento, é possível; agora, no que diz respeito à emenda de apropriação, não restou nada. Todavia, vamos conversar com o Relator-Geral, porque imagino que, se S.Exa. puder, vamos atender V.Exa.

É mais do que justa a reivindicação de V.Exa. Mas, lamentavelmente – e sabe V.Exa. -, o que foi disponibilizado é bem aquém da necessidade que teríamos para atender tudo aquilo que, certamente, é importante naquela cidade brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Manoel Junior) – Antes mesmo de convidar a nobre Deputada Rose de Freitas para fazer o uso da palavra, quero aproveitar para, nesta breve passagem pela presidência – uma vez que não estou inscrito -, para cumprimentar e parabenizar V.Exa. e também a assessoria pela diligência, rapidez e eficiência com que V.Exa. relatou uma área tão difícil, a Área Temática nº 5.

Com a palavra a nobre Deputada Rose de Freitas.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Relator, li com muita atenção o seu relatório e quero dizer a V.Exa. que, a emenda feita pela bancada do Espírito Santo relativa ao Metrô compreende um universo de 2 milhões de habitantes, repito: 2 milhões de habitantes, porque Vitória é uma ilha, Serra é uma cidade industrial, Vila Velha compreende a parte mais ampla do nosso litoral, e Cariacica, um município que tem 350 mil habitantes.

Na verdade, esse metrô é um compromisso do Sr. Presidente da República, do Prefeito de Vitória, com vistas a integrar esses municípios. Então, sei até que olhando o tamanho do Espírito Santo, que não corresponde à sua importância nacional, à sua importância econômica, é compreensível o valor que V.Exa. destinou para iniciar essa obra. No entanto, esse valor não paga nem o projeto.

Então, quero pedir a V.Exa. – e estou falando em nome da bancada do Espírito Santo – que reconsidere esse valor. Ainda há pouco recebi o telefonema de vários colegas, como o Senador Gerson Camata e outros, pedindo para que eu brigasse pela bancada do Espírito Santo.

Faço, portanto, veemente apelo a V.Exa. Sei do seu empenho, mas o valor destinado é muito aquém do necessário, e aqui se trata de uma luta pelo de-

envolvimento do nosso Estado. Nós gostaríamos profundamente que V.Exa. considerasse o destaque apresentado pela nossa bancada.

**O SR. SENADOR JAYME CAMPOS** – Minha querida e nobre Deputada Rose de Freitas, valorosa mulher capixaba, na verdade, eu gostaria imensamente de atendê-la. Sei da importância que representa essa obra para o seu Estado, sobretudo para Vitória. Conheço a Capital e sei perfeitamente dessa necessidade. Todavia os recursos disponibilizados são muito poucos. Os recursos, querida Deputada, são insuficientes.

Além do mais, no critério que nós adotamos, partindo dos valores iniciais, o maior chegava a R\$21 milhões. Ora, eu sei que é muito pouco e que não dá nem para fazer o projeto. Reconheço. Entretanto, lamentavelmente, pelo que foi disponibilizado pela Relatoria-Geral nós não temos quase nada.

Porém, tenha certeza V.Exa. de que levarei o assunto para o nosso querido Relator-Geral, para ver o que mais S.Exa. pode disponibilizar para atendermos, com o maior volume de recursos possíveis, essa obra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Manoel Junior) – Com a palavra o Deputado Walter Pinheiro.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Sr. Presidente também quero associar-me aos Parlamentares que já fizeram os devidos cumprimentos ao nosso Relator. E, aliás, é bom que se acentue aqui, Sr. Senador Jayme Campos, que V.Exa. é um dos assíduos representantes desta Comissão, diria que é o primeiro a chegar na sala de aula. Impreterivelmente, às 14h30min, V.Exa. está aqui assinando o livro de presença, garantindo o *quorum* para o funcionamento da Comissão. E sei que do Senado Federal para cá é uma grande caminhada. Mas isso é bom, faz bem, movimenta o corpo. Então, quero parabenizar V.Exa. pelo trabalho e pela dedicação.

Diria ainda que, de certa forma, outra coisa muito positiva é que V.Exa. conquistou aqui não só o respeito, como o carinho e a amizade de todos os Parlamentares desta Casa.

Faço este comentário de público, embora já o tenha feito várias vezes, por meio do Presidente desta Comissão, o Senador José Maranhão, que tem sido testemunha do empenho, da dedicação e da aplicação de V.Exa.

Nobre Relator, quero dialogar um pouco com V.Exa. – e também sei das limitações que a peça orçamentária e a Resolução nº 1 trouxeram para os Relatores, principalmente os Relatores-Setoriais. Essas limitações são uma verdadeira camisa-de-força.

Chamo a atenção de V.Exa., porém, para o seguinte: a bancada da Bahia apresentou 4 emendas

na área de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, emendas estas que julgamos muito importantes. Quero, então, fazer um apelo a V.Exa., principalmente entendendo a natureza dessas emendas. E vou começar por uma delas que é relativa à cidade de Santo Amaro, da qual acho que todos aqui já devem ter ouvido falar, pois, de certa forma, é um berço da cultura na Bahia e muito conhecida pelos baianos até pelo fato de ser a cidade natal de Caetano Veloso, que já cantou em verso e prosa as dificuldades do Rio Subaé e o seu contexto de poluição.

Agora, mais do que pela poluição do Rio Subaé, nobre Senador Jayme Campos, a cidade de Santo Amaro chama atenção por ser o segundo mais grave caso no mundo de contaminação por chumbo. Perde somente para Chernobyl, na Rússia. Essa cidade foi atacada de forma brutal por uma prática nociva. Placas de chumbo retiradas das fábricas de papel e papelão foram colocadas em vias públicas, escolas e casas.

E o objetivo dessa emenda é promover a recuperação de toda a pavimentação de Santo Amaro e até de moradias. Portanto, é uma situação muito delicada que a bancada baiana resolveu abraçar como emenda para tentar resolver.

Então, faço um apelo a V.Exa., trazendo esses dados – e, aliás, foram esses dados que motivaram a bancada a fazer uma emenda exclusivamente para atender a essa demanda da cidade. O povo de Santo Amaro tem passado por muitas dificuldades. Para V.Exa. entender melhor a situação, vou citar um último elemento. Na santa ignorância, digamos assim, diversos moradores que receberam essas placas de chumbo as colocaram como paredes em suas casas, o que gerou graves consequências. Repito: é o segundo maior caso de contaminação por radiação de chumbo no mundo, perdendo apenas para Chernobyl.

Então, a idéia do Governo do Estado é a de promover uma verdadeira reformulação. Não vai ser fácil. Peço, assim, a V.Exa. que tenha um pouquinho mais de generosidade – e sei do esforço de V.Exa., que tratou a Bahia com carinho – e, se possível, tente aproximar esse valor para podermos iniciar essa escalada.

O outro pleito que faço é em relação à Emenda nº 14, que é relativa à adequação de vias públicas e pavimentação na Região Metropolitana de Salvador. Essa também é uma emenda que, na realidade, atende a um conjunto de cidades – aliás, se o nobre Deputado Claudio Cajado estivesse aqui iria reclamar mais uma vez esses recursos, porque a sua velha cidade de Dias D'Ávila faz parte dessa região, e o nobre Deputado João Leão já está reclamando, em nome da Prefeita Moema, recursos para cidade de Lauro de Freitas, que também



faz da região metropolitana, assim como Camaçari e Candeias, da Deputada Tonha Magalhães.

Essa emenda, meu nobre Relator, foi escolhida pela bancada na perspectiva de resolvermos gravíssimo problema na Região Metropolitana de Salvador, que congrega todo o esforço industrial da Capital. Salvador é uma cidade-dormitório. Como a economia acontece nessa região, começamos a conviver com uma grande ocupação, houve uma explosão habitacional ali. E isso ocorreu porque o trabalhador vai sempre procurar morar perto da fábrica. Não tem jeito. A infra-estrutura local sempre foi um pesadelo, pois montada para a indústria. Não necessariamente se pensou do ponto de vista da moradia, da vida e da mobilidade. Então, pediria a V.Exa. que também tratasse com carinho essa emenda.

As Emendas nºs 8 e 10 – uma do Senador João Durval e a outra da bancada da Bahia – aplicam-se exclusivamente à cidade de Salvador e visam à recuperação da infra-estrutura das nossas vias de transporte.

Salvador é uma cidade muito bonita, mas é perversa com seu povo. O município não tem passeio, carece muito de acessibilidade. O baiano se locomove driblando os carros, fazendo uma verdadeira pirotecnia para superar essas deficiências.

Então, a idéia é que essas 2 emendas – já foi apor-  
tado o recurso – recebam também um valor a mais.

Salvador é uma capital muito importante, com quase 3 milhões de habitantes. As 2 emendas devem ter prioridade: a da região metropolitana – pela carência, pela necessidade de adequação das suas vias públicas e do sistema de transporte – e a da cidade de Santo Amaro, principalmente.

Muito obrigado, Senador.

**O SR. SENADOR JAYME CAMPOS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. SENADOR JAYME CAMPOS** – Inicialmente, agradeço ao Deputado Walter Pinheiro as palavras generosas e bondosas.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – V.Exa. é merecedor delas.

**O SR. SENADOR JAYME CAMPOS** – Obrigado. É muita bondade sua.

São mais do que justos os pleitos. Fui Prefeito por 3 mandatos, Governador e reconheço as necessidades, sobretudo num caso como esse. Tenha certeza, Deputado, de que pedirei ao nosso Relator-Geral que contemple mais o Estado da Bahia, sobretudo a Grande Salvador.

Penso que a Bahia foi muito bem contemplada. Pelos poucos recursos colocados à disposição, fiz o

possível para atender àquele Estado; naturalmente, respeitando sempre o critério que adotamos, com a inversão *per capita* por emenda de bancada etc. etc. Enfim, agimos de forma criteriosa. Contudo, o pleito de V.Exa. é mais do que justo. Particularmente, solicitarei ao ilustre Relator-Geral, Deputado José Pimentel, que aumentemos o montante dos recursos pleiteados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Concedo a palavra ao Deputado Wellington Roberto.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Sr. Relator, Senador Jayme Campos, inicialmente parabeno V.Exa. pelo excelente trabalho desenvolvido nessa importante área temática.

Sr. Presidente, para defender os interesses da nossa querida Paraíba, tenho em mão 2 destaques: o Destaque nº 00026 e o Destaque nº 00027. Um deles atenderá à cidade de Cajazeiras, que ensinou a Paraíba a ler; o outro possibilitará a realização de obra de extrema importância para João Pessoa, com a abertura de 10 quilômetros de canal na Capital do Estado, atendendo ao Rio Jaguaribe.

Houve um caso atípico nesta Comissão: acabei de ser nomeado para representar Roraima. O Coordenador da bancada não estava presente. Deve ter chegado um fax na Comissão autorizando-me a defender os destaques da bancada de Roraima. São eles: Destaque nº 00036, Destaque nº 00037, Destaque nº 00035 e Destaque nº 00034, da. Faço-o a pedido de um grande amigo, nosso Líder Luciano Castro, que representa aquele Estado.

Nobre Relator, peço a V.Exa. que veja com bons olhos os destaques de Roraima e da Paraíba.

Parabenizo V.Exa. e sua assessoria pelo belíssimo trabalho executado.

**O SR. SENADOR JAYME CAMPOS** – Obrigado, Deputado Wellington Roberto. Procuraremos atendê-lo, na medida do possível. Foi comunicado anteriormente, na emenda de remanejamento, que é possível atendê-lo, tendo em vista...

**(Não identificado)** – As emendas de remanejamento. Uma V.Exa. atendeu dentro do critério...

**O SR. SENADOR JAYME CAMPOS** – Sim. Foi dividida a emenda.

**(Não identificado)** – ...a outra não poderia ser atendida. V.Exa. solicitou a correção da emenda e a atendeu também dentro do critério...

**O SR. SENADOR JAYME CAMPOS** – A de apropriação foi atendida.

Deputado Wellington, fizemos o melhor, dentro do critério que adotamos. V.Exa. está com relatório em mão e sabe disso. Quanto às emendas de remaneja-

mento, comunicamos com antecedência, de acordo com a bancada.

**(Não identificado)** – Uma das emendas de remanejamento não podia ser *(ininteligível)*.

**O SR. SENADOR JAYME CAMPOS** – Exato. Essa de remanejamento não podia, e a outra foi corrigida.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Está bem, agradeço.

E no tocante a Roraima? Agora nosso Líder está presente e poderá complementar, já que tem conhecimento de causa.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO** – Sr. Presidente, usando da prerrogativa de falar como Líder, mas em especial endossando as palavras do nosso eminente Deputado Wellington, primeiramente parabenizo o Relator pela capacidade de elaborar um bom relatório, o qual, sem dúvida, de forma justa, procura atender os anseios da área do Ministério das Cidades, em especial, para todo o País.

Peço ao eminente Relator que dê atenção especial – na realidade foram apresentados 4 destaques – à questão das obras de drenagem em Boa Vista. A Capital do Estado carece efetivamente de obras de drenagem e saneamento. É uma emenda específica, que V.Exa. contemplou. Certamente, é a mais importante em termos de saúde pública.

O outro destaque apresentado, também de suma importância, trata da canalização de água, ampliando-a para outros bairros da nossa Capital.

Dos 4 destaques apresentados, esses 2 merecem atenção especial e dão maior foco à drenagem e ao saneamento.

Ficarei agradecido a V.Exa. se puder fazer alguma coisa no reexame desses destaques.

Muito obrigado.

**O SR. SENADOR JAYME CAMPOS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. SENADOR JAYME CAMPOS** – Respondendo ao brilhante e valoroso Deputado Luciano Castro, na verdade, dentro do critério que adotamos para as emendas de bancada, o Estado de Roraima recebeu um valor maior – em torno de 10.2 milhões. V.Exa. trouxe-me esse pleito. Naturalmente, ele é mais do que justo. Como eu disse a V.Exa., em relação ao recurso que foi despolarizado num primeiro instante, fizemos das tripas coração. Tanto é verdade que ele era de 468 milhões. Esse valor dividido para as 83 emendas daria em torno de 5.6 milhões. Naturalmente, fizemos alguns cortes no próprio Ministério para viabilizar mais recursos para as reivindicações das bancadas. Ou seja, houve

remanejamento, desapropriação. V.Exa. vai apresentar o destaque, e nós veremos o que é possível fazer.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO** – Compreendo as limitações de V.Exa., mas lhe peço que priorize essa questão da drenagem e do saneamento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado João Leão.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Meu caro Presidente, Senador José Maranhão; meu caro Relator, Senador Jayme Campos: meus cumprimentos.

É um prazer termos os Senador Jayme Campos aqui, na condição de Relator desta matéria que trata do Ministério das Cidades.

V.Exa., caro Senador, tem dado exemplo, na Comissão, de assiduidade, de trabalho, de companheirismo, de competência. Tem sido um conselheiro e um amigo. Todos nós, desta Comissão, temos o prazer de ser seu companheiro, de conviver com V.Exa.

Temos 4 destaques de 4 emendas que a bancada da Bahia alocou no Orçamento – 2 delas para a cidade de Salvador.

Salvador é tão importante que alocamos 2 emendas praticamente idênticas para aquela cidade: uma para melhoria das vias urbanas dos bairros periféricos e outra para conserto de calçadas, de ruas e melhoria da infra-estrutura urbana do município.

Sr. Senador, V.Exa. precisa conseguir um pouco mais de recursos para Salvador, a primeira Capital da Bahia e também do Brasil.

Há, ainda, uma emenda destinada a beneficiar a Região Metropolitana de Salvador. Tive o prazer e a honra de ser Prefeito de Lauro de Freitas. Nós reconstruímos a cidade. Ainda hoje tenho-me esforçado para que Lauro de Freitas se transforme num modelo de cidade brasileira.

Lauro de Freitas, que já foi bairro periférico de Salvador, é considerada a segunda cidade com melhor qualidade de vida do Estado. Mas precisamos continuar esse trabalho. Tenho certeza de que V.Exa. vai nos ajudar. Não só Lauro de Freitas será beneficiada, mas também Camaçari, Dias D'Ávila. Se V.Exa. alocar um pouco mais de recursos para esta última cidade, estará dando um presente ao Deputado Claudio Cajado, que faz aniversário hoje. S.Exa. foi Prefeito de Dias D'Ávila.

Meu caro Relator, temos um problema maior. Há pouco o Deputado Walter Pinheiro falava de Santo Amaro da Purificação, terra de Caetano, de Maria Bethânia, de D. Canô, uma cidade histórica da Bahia, que enfrenta um problema gravíssimo. Por azar, foi instalada ali uma usina de exploração de chumbo. Ao longo dos anos, em vez de usarem cascalho para pa-

vimentar as ruas, eles aproveitavam o resíduo do minério de chumbo que sobrava da usina. O resultado é que hoje aquela cidade tem o maior índice de doenças de pele e de doenças pulmonares do País.

Portanto, Sr. Senador, pedimos encarecidamente a V.Exa. que nos ajude a resolver esse problema da Bahia.

Obrigado.

**O SR. SENADOR JAYME CAMPOS** – Caro Deputado João Leão, como já disse ao Deputado Walter Pinheiro, os pleitos são justíssimos. Há pouco eu falava com nosso assessor que, a bem da verdade, é muito pouco o que o Governo oferece, por meio do Orçamento, para os investimentos necessários.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – O custo estimado para a resolução do problema de Santo Amaro é de cerca de 100 milhões de reais. Estamos com 12 milhões de reais na emenda. Precisamos de pelo menos 25 milhões.

**O SR. SENADOR JAYME CAMPOS** – Deputado João Leão, pode estar certo de que V.Exa. tem em mim um aliado. Vou pedir ao Relator-Geral que aumente os recursos para a Bahia. O Estado de V.Exa. vai contar com a nossa participação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado João Magalhães.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES** – Sr. Presidente, Sr. Relator, a bancada de Minas Gerais apresentou a Emenda nº 7114.0013 para o Corredor Estrutural Via das Indústrias, Betim, Minas Gerais.

A região de Betim, onde estão a fábrica da Fiat e a Refinaria Gabriel Passos, é extremamente desenvolvida. A obra é, portanto, da máxima importância, mas os recursos alocados pelo Relator são insuficientes até mesmo para o seu início. Por isso, em nome da bancada de Minas Gerais, que apresentou apenas uma emenda junto ao Ministério das Cidades, fazemos um apelo no sentido de que se aloquem recursos suficientes para que a obra possa sair do papel e ter início no próximo ano. Todos os mineiros ficarão muito agradecidos.

Obrigado.

**O SR. SENADOR JAYME CAMPOS** – Caro Deputado João Magalhães, se V.Exa. fizer um levantamento criterioso das propostas que recebemos, verá que atendemos o Estado de Minas Gerais no limite. Pode ter certeza de que fizemos um trabalho consciente e, sobretudo, responsável. Nada impede, contudo, que V.Exa. faça o pleito. Ele será levado ao Relator-Geral. No entanto, deixo claro que Minas Gerais foi atendida no limite de nossa capacidade financeira, segundo os critérios que adotamos para que pudéssemos fechar o relatório.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, Sr. Relator, a bancada de Rondônia não apresentou emendas – salvo as individuais – nesse grupo temático. Mas apresentamos destaque para recomposição de dotação.

A dotação originária, prevista no projeto de lei, para construção de rede de esgotamento sanitário em municípios da região metropolitana, era de 43 milhões. Foram retirados cerca de 3 milhões.

É interessante registrar que o Estado de Rondônia não tem esgoto sanitário, com exceção da cidade de Porto Velho, agraciada no PAC com investimentos para esgoto, e talvez mais 1 ou 2 cidades. A dotação seria a necessária para pelo menos dar início à instalação das redes de esgoto no Estado. Com a subtração de recursos, certamente alguma região ou comunidade vai continuar sem esgoto. Em relação a outra emenda similar a essa, embora de menor valor – 900 mil reais –, houve cancelamento de recursos. Peço que seja recomposto o que foi retirado do Estado de Rondônia, que já tem pouco, e mantido o valor contido na proposta orçamentária. Refiro-me aos Itens nºs 5.572 e 5.596.

Solicito que o destaque de recomposição seja acolhido.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Maranhão) – Com a palavra o Relator Jayme Campos para os esclarecimentos necessários.

**O SR. SENADOR JAYME CAMPOS** – Sr. Deputado, gostaria de explicar a

V.Exa. o critério que nós adotamos. Esses valores da dotação de 3 a 5 milhões, redução de 10%; na de 5 a 10 milhões, redução de 15%; na de 10 a 20, redução de 20% e na de 20 a 30 milhões, redução de 25%. O que ocorre? Dentro desse critério foi o que foi possível, e a emenda dele é a de recomposição. Essa recomposição eu acho quase inexecutável, não é Sanches?

Por favor, vamos colocar bem para o nosso querido Deputado aqui.

**O SR. SANCHES** – Tem o cancelamento que foi feito em Rondônia que foi para atender meta de remanejamento.

**O SR. SENADOR JAYME CAMPOS** – Ele está explicando aqui que o que foi cancelado foi para atender às emendas de remanejamento. Até porque o Senador Valdir Raupp esteve comigo, inclusive, pediu e mandou assessoria, e não foi possível. A sua assessoria

entendeu perfeitamente que era impossível atendê-lo, que, tecnicamente, era impossível.

E qualquer informação melhor, peço ao próprio Sanches que transmita ao Deputado querido; que lhe preste as informações mais precisas em relação à forma que foi feito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Maranhão)

– Está encerrada a discussão e o prazo para a apresentação de destaques.

Vamos passar à votação do relatório.

Antes, porém, vamos apreciar o seguinte requerimento.

Nos termos da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional, solicita a autorização do plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas individuais, tendo em vista que já houve manifestação contra as emendas coletivas.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Passa-se à votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria, permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovada por unanimidade.

O Relatório Setorial da Área Temática V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano, está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado na representação da Câmara dos Deputados.

Passa-se à representação do Senado.

O Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado na representação do Senado.

Conforme já foi esclarecido, os destaques serão discutidos e votados amanhã.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Maranhão)

– Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Sr. Presidente, gostaria de um esclarecimento. Foi costurado um acordo hoje, no final da tarde. Queria saber, e também para que o Plenário tome conhecimento, quais são as áreas que ainda vão ser votadas hoje e amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Maranhão)

– Área Temática nº IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário – cujo relatório será lido, cuja discussão será aberta, assim como o prazo para apresentação de destaques, devendo os destaques ser votados na sessão de amanhã.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Então, só ficou pendente a Área Temática da Agricultura?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Maranhão)

– Não. Dos que já foram distribuídos, quem vai ficar pendente é a saúde.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Não. Veja bem. Quero saber se só são esses: poderes e agricultura, que vão ser votados hoje e amanhã, e nem mais uma área.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Maranhão)

– Poderes, o Relator ainda não apresentou.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Tudo bem, Sr. Presidente. Agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Maranhão)

– Pauta nº 37/07.

Relatório Setorial da Área Temática nº IX, Agricultura e Desenvolvimento Agrário. Relator-Setorial, Deputado Carlos Melles.

O Relator está com a palavra para apresentação do relatório.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Mui-

to obrigado, Sr. Presidente, Senador e Governador José Maranhão. É um prazer muito grande está aqui novamente nessa Comissão com V.Exa. Gostaria de cumprimentar o competente Relator-Geral, Deputado José Pimentel que, certamente, fará uma peça ímpar nessa sua Relatoria-Geral.

Cumprimento os colegas Relatores-Setoriais e os Deputados presentes.

Vou fazer um breve relato da nossa área, o Relatório da Área Temática IX, Agricultura e Desenvolvimento Agrário.

“Em cumprimento ao dispositivo constitucional, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei Orçamentário de 2008 – o PL 30/07 – que estima receita fixa e despesa da União para o exercício financeiro de 2008, compreendendo o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social, o Orçamento de Investimento das empresas estatais.

Encaminhado para a apreciação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, coube-nos, por designação do seu Presidente, na forma do art. 15 da Resolução nº 1, a honrosa missão de examinar e relatar a peça orçamentária concernente a



Área Temática da Agricultura e Desenvolvimento Agrário do referido projeto de lei.

Essa área contempla as matérias relativas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e ao Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, seus órgãos, entidades e fundos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a agricultura é um instrumento fundamental para a realização do objetivo do milênio que consiste em reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população mundial que vive na pobreza extrema e passando fome. Ao fazer essa declaração, o novo presidente do Banco Mundial, Roberto Zoellick, faz uma espécie de mea-culpa. Há 25 anos que os especialistas daquela instituição, o Banco Mundial, esqueceram que a vida de 2,5 bilhões de pessoas dependem das atividades agrícolas. Essa negligência e a falta de investimentos no setor causaram uma queda espetacular de ajuda pública ao desenvolvimento agrícola.

Mas o que vem despertar tão tardiamente o Banco Mundial? Uma das razões apontadas deve ser a constatação de que a agricultura é 4 vezes mais eficaz para fazer recuar a pobreza do que os demais setores da economia. Certamente, porque a agricultura é o único fator gerador, enquanto que outros segmentos são de extração ou de transformação, ou de serviços.

O Banco Mundial esclarece, entretanto, que eles não recomendam que a agricultura seja o principal motor do desenvolvimento. Indicam, sim, que a pobreza está concentrada nas zonas rurais e que é preciso fortalecer as unidades de exploração agrícola, sobretudo as pequenas, principalmente para facilitar o acesso à terra, à água e à educação.

Aqui, Sr. Presidente, Srs. Relatores, Sr. Relator-Geral, Srs. Deputados e Srs. Senadores, eu chamo a atenção para a importância que deve ter o orçamento do Ministério da Agricultura e do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Os assentamentos dos pequenos produtores não têm, hoje, a infra-estrutura necessária para o seu negócio. Têm a terra, mas não têm a infra-estrutura – estradas, saneamento, tanques de resfriamento, no caso do leite, irrigação, enfim, é um Ministério que necessita de muitos recursos para investimento na área agrícola.

O Brasil, apesar de ter, recentemente, recebido o diploma de País de Primeiro Mundo, ainda não conseguiu livrar-se da pecha de país atrasado, devido à pobreza, à falta de instrução, à fome de uma boa parte – 19% – da sua população. Ou seja, 2 de cada 10 brasileiros, cerca de 37 milhões de pessoas, continuam totalmente à margem do mercado de consumo.

Não resta dúvida, entretanto, que o Brasil é hoje um País infinitamente melhor, mais moderno e sofis-

ticado do que há 40 anos. Em 1967, grande parte da nossa economia era tocada na base da enxada e da força bruta. Mais da metade da população morava no campo, vivendo de uma atividade agrícola de baixíssima produtividade, quase que extrativa. A expectativa de vida média não ultrapassava 60 anos. As causas de morte mais comuns eram doenças infecciosas ligadas à pobreza. Na educação, 4 em cada 10 brasileiros nos anos 60 não sabiam ler e escrever. Quase metade das crianças não tinha acesso à escola.

De uma não agrária, atrasada e fechada, o País avançou o suficiente para transformar-se numa economia moderna e relevante para o mundo. O volume de vendas ao exterior cresceu, em 40 anos, de 1,6 bilhão de dólares para o patamar de 137 bilhões de dólares. Nesse intervalo de tempo, passamos de sociedade rural para uma sociedade industrial e de serviços. Testemunhamos o desempenho excepcional de um dos setores mais importantes da nossa economia, o agronegócio. A fronteira agrícola expandiu-se e a produtividade aumentou com o emprego de alta tecnologia. Colhemos safras recordes, superamos 130 milhões de toneladas de grãos, caminhamos a passos largos para 140. A receita dos 20 principais produtos chega próxima a R\$120 bilhões. As vendas das 500 maiores empresas do agronegócio chegaram em R\$402 bilhões. O agronegócio deve futurar R\$567 bilhões em 2007. Lideramos no mundo em exportações de açúcar, café, suco de laranja e soja. Assumimos a dianteira nos segmentos de carne bovina e frango. *“Mérito dos produtores, que souberam aproveitar a oportunidade com a abertura dos mercados”*, expressou-se o ex-Ministro Pratini de Moraes.

Com a expansão do mercado interno e externo, com a incorporação ao mercado de consumo de imensa camada da população e com crescimento demográfico mundial previsto em 30% até 2020, haverá um impulso grande para o aumento da produção de alimentos, e o Brasil é a nação que tem as melhores condições para suprir essa necessidade.

O atual estágio do agronegócio é muito promissor, mas não basta a iniciativa privada fazer a lição de casa. É preciso que o Governo acabe, de uma vez por todas, com os gargalos que inibem hoje um crescimento ainda mais forte do setor.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, dentro desse contexto desafiante, vamos examinar o quadro das políticas públicas para a Agricultura e o Desenvolvimento Agrário no Brasil, que se encontra resumido na proposta apresentada pelo Governo no Orçamento da União para 2008.

Nesse aspecto, gostaria de fazer um comentário sobre o quadro das políticas públicas para a Agricultura e o Desenvolvimento Agrário no Brasil.

Na realidade, o Brasil precisa realmente de um choque no setor agropecuários, seja nos pequenos, médios ou grandes produtores, ou seja, na política agrícola mundial.

Há que se fazer uma avaliação das políticas do países desenvolvidos, em desenvolvimento e com relação ao Brasil para que se tenha uma política agrícola contextualizada no país que deverá sendo a expectativa de abastecimento alimentar do mundo.

O valor total dos créditos propostos para 2008, nesta área temática, alcança R\$10,3 bilhões, sendo R\$10,3 bilhões referentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e R\$18 milhões relativos ao Orçamento de Investimentos das empresas estatais CEASA-MG, CASEMG e CEAGESP.

A estrutura dos gastos do setor mostra um crescimento sem precedentes nas despesas primárias. Chamo a atenção para esse aspecto. No MAPA esse aumento atinge 13% e no MDA chega a 21%. Esse crescimento se reflete em praticamente todas as unidades orçamentárias que compõem a Área Temática, destacando-se o aumento de 80% nas despesas primárias da Unidade de Administração Central do MDA.

#### Análise por órgão orçamentário

Considerados os aspectos gerais da proposta orçamentária para a Área Temática IX, passaremos, a seguir, para a análise dos orçamentos dos órgãos que se encontram sob a responsabilidade desta Relatoria.

#### 3.1 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

A despesa orçamentária total fixada para o MAPA para o ano 2008 é de R\$6.380 milhões. Esses créditos abrangem todas as unidades orçamentárias e fundos que compõem a estrutura organizacional daquele Ministério, inclusive o orçamento de investimento da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP, com dispêndios de 1 milhão; da Centrais de Abastecimento de Minas Gerais – CEASA/MG, com R\$10 milhões; e da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – CASEMG, com gastos previstos da ordem de R\$7 milhões. As despesas dessas empresas estatais são provenientes de recursos de geração própria e integram este Relatório.

No Orçamento fiscal e da Seguridade Social o valor das dotações consignadas na proposta orçamentária para 2008 do MAPA atinge o montante de R\$6.362 milhões. É cerca de 9,3% superior ao valor proposto em 2007 (R\$5.971 milhões). Em relação à

proposta de 2006, representa um acréscimo de quase R\$1 bilhão.

Entretanto, esse aumento na dotação do MAPA parece, à primeira vista, bastante significativo. Quando comparado com as despesas alocadas a outros Ministérios, o valor continua sendo modesto. O orçamento do Ministério da Agricultura é mais de 3 vezes inferior à média de gastos previstos para os demais órgãos (R\$21,4 bilhões). Além disso, sua posição relativa, em termos de gastos previstos, piorou com a espetacular ascensão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, cuja proposta de gastos mais do que duplica entre 2007 e 2008, passando de R\$5,7 bilhões para R\$11,5 bilhões.

#### Despesas por unidade orçamentária

Cerca de 4 unidades orçamentárias são responsabilizadas pela execução do orçamento fiscal e da seguridade social do MAPA. Aproximadamente 68% do acréscimo de R\$410 milhões, verificado na proposta de despesa para 2008, em relação à de 2007, foi para a Administração Central do MAPA (R\$280 milhões). O FUNCAFÉ comparece com a mesma proposta de 2007. O orçamento da EMBRAPA tem uma proposta de aumento de 6,6%.

A proposta apresentada para a EMBRAPA novamente ultrapassa a casa dos 9 dígitos. Em relação ao projeto de lei anterior, representa um aumento de 6,6%. A preços correntes o orçamento proposto para a EMBRAPA mais que duplicou em 10 anos (de 1998 a 2008). Isso é de se destacar, pois o orçamento proposto para o Ministério da Agricultura, como um todo, cresceu apenas 38% no mesmo período. Os Índices de Execução Orçamentária – IEO dessa empresa, medidos pela relação entre os valores liquidados e os valores autorizados, são, relativamente, elevados (95,6%, em média).

O valor total da proposta orçamentária do FUNCAFÉ para 2008, de R\$40 milhões, é praticamente igual ao apresentado em 2007. Note-se, entretanto, que as despesas com as atividades de financiamento para custeio, investimento, colheita e pré-comercialização de café (Ação 0012 do Programa 0350 – Desenvolvimento da Economia Cafeeira) consta apenas da Unidade Orçamentária 74901 – Recursos sob supervisão do FUNCAFÉ – MAPA, do Órgão Contábil Operações Oficiais de Crédito. Para 2008 as despesas com essa ação estão fixadas em R\$2,4 bilhões. Os recursos para subsidiar essa operação especial por meio da equalização da taxa de juros dos financiamentos concedidos (Ação 0A27) estão fixados em R\$80 milhões. A equalização de preços nas operações de financiamento e de comercialização de café não conta com recursos alocados na presente proposta.

A proposta para a Unidade Orçamentária 22101 – Administração Central do MAPA atinge R\$2.414 milhões para 2008. É 13% superior à apresentada em 2007 (R\$2.134 milhões).

O crescimento das despesas totais da Administração Central do MAPA está estreitamente relacionado ao crescimento das despesas com pessoal e encargos sociais. Essas, a propósito, perfazem, no período 2001-2008, 70% das despesas totais desta Unidade Orçamentária, ou seja, em cada despesa de R\$10,00, R\$7,00 são para pagamento de pessoal e encargos.

Como já observado, os gastos com pessoal e encargos sociais crescem continuamente no período. Para 2008 a proposta é R\$130 milhões, superior à de 2007. No intervalo de 8 anos, os valores propostos para este grupo de despesa cresceram R\$1,5 bilhão a preços correntes.

O crescimento da despesa proposta no grupo Outras Despesas Correntes, entre 2008 e 2007 (R\$287 milhões), é o maior do período considerado. Esse crescimento é superior ao observado no período 2000-2007.

Chamo a atenção, também nesse item Outras Despesas Correntes, para o aumento, que é o maior considerado no período considerado, 2000 a 2007.

A responsabilidade pela execução da programação.

Embora apenas R\$3 milhões do total das dotações propostas para o Ministério da Agricultura para 2008 estejam comprometidos com uma localização específica (Sudeste), pode-se observar, pela Tabela a seguir, que cerca de R\$70 milhões da programação daquela Pasta deverão ser executados por meio de transferências a Estados ou ao Distrito Federal; R\$11 milhões aos municípios; R\$15 milhões a entidades privadas; e R\$14 milhões deverão ser transferidos ao exterior, ficando o próprio Ministério com a responsabilidade de, diretamente, executar o restante, ou seja, R\$6,2 bilhões – 98,3% do total. Ou seja, 98% da gestão orçamentária ficam a cargo do Ministério da Agricultura e do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Apesar de a proposta para 2008 ainda manter o mesmo padrão de concentração observado nos períodos anteriores, notamos uma interessante alteração nos valores destinados às transferências a municípios e a entidades privadas com crescimento de 567% e 11.420%, respectivamente, entre 2008 e 2007.

### 3.1.3 Análise das Receitas

No que tange às fontes de recursos, o Tesouro Nacional continua como o principal financiador das despesas do Ministério da Agricultura. Observamos, também, a alocação de R\$1,5 bilhão na fonte 900 (Recursos Ordinários). São recursos que ainda se

encontram pendentes de aprovação pelo Congresso Nacional (CPMF).

### A execução orçamentária

O Índice de Execução Orçamentária, medido pela relação entre o valor das despesas liquidadas e o valor das despesas autorizadas, alcançou apenas 45% até 26 de outubro de 2007 – chamo a atenção também para a execução orçamentária do Ministério da Agricultura, ou seja, menos de 50% nos 10 primeiros meses do ano -, repetindo o padrão de execução observado no exercício anterior. As despesas primárias discricionárias (outras despesas correntes e investimentos), como esperado, apresentam IEO relativamente baixos.

A mesma morosidade é observada em títulos de grande relevância para o setor agropecuário como, por exemplo, defesa animal e vegetal, pesquisa e desenvolvimento para o agronegócio, apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário, entre outros.

Mais uma vez reforço aqui que não só a morosidade, mas a importância no aspecto da defesa animal, da defesa vegetal, da pesquisa para o desenvolvimento do agronegócio e sobretudo projetos de apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário, tão necessário à infra-estrutura logística para escoamento de safra.

É interessante observar que, apesar dos baixos índices de execução verificados, os Parlamentares continuam respondendo efetivamente aos pleitos de suas bases, sempre acreditando e confiando que, no próximo exercício, suas propostas possam ser viabilizadas com mais rapidez e efetividade.

Chamo a atenção para um aspecto. Cresce a cada dia a credibilidade e a inversão das emendas individuais dos Srs. Deputados no Ministério da Agricultura. Ou seja, é uma resposta à necessidade das suas regiões, certamente, e que faz jus a esse acréscimo, contando ainda com a credibilidade da gestão do Ministro Reinhold Stephanes.

Na apreciação desta proposta observamos a preferência pela apresentação de emendas individuais contemplando benefícios para uma região ou Estado, ao invés de um município específico, bem como, a acomodação da demanda por ações na área da eletrificação rural. Tais tendências têm o efeito de reduzir o número de emendas apresentadas e de aumentar o valor médio das mesmas.

Por outro lado, esperava-se um aumento de 2,5% das emendas individuais, em razão do aumento de 25% no número permitido para emendas – 20 para 25. Entretanto, o crescimento das emendas nesta Área Temática foi mais do que proporcional ao aumento esperado. Foram apresentadas 629 emendas individuais no setor da agricultura e desenvolvimento agrário, ou seja, um aumento de 45% em relação ao ano anterior.



Mais surpreendente ainda foi o aumento no valor total das emendas. O montante de R\$336 milhões é mais do que o dobro do observado no exercício anterior e é 6 vezes o valor total das emendas individuais apresentadas em 2002. Portanto, houve aumento das emendas individuais dos Parlamentares em 6 vezes mais, comparado ao ano de 2002. Isso indica um saudável reconhecimento do Congresso Nacional à importância que pequenos investimentos no setor agropecuário podem causar nas comunidades rurais.

As ações na área do Desenvolvimento Agrário são executadas por duas unidades orçamentárias: o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -INCRA.

O valor proposto para a área, em 2008, é de R\$3.944,3 milhões, superior em 27,37% ao valor da proposta para 2007, sendo R\$1.028,0 milhão para a unidade orçamentária MDA e R\$2.916,3 milhões para o INCRA.

MDA.

De acordo com os valores encaminhados na proposta orçamentária verifica-se que houve um aumento substancial (76 %) nos recursos propostos para 2008, em relação ao Projeto de Lei Orçamentária de 2007, no Ministério de Desenvolvimento Agrário.

Os programas mais importantes, em termos de alocação de recursos, são Agricultura Familiar – PRO-NAF, com R\$264,9 milhões e Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, com R\$245,4 milhões.

Entre os novos programas destaca-se o de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar, que tem como objetivo oferecer novas possibilidades de desenvolvimento para as comunidades rurais, por meio do acesso ao conhecimento e tecnologias apropriadas. Essa ação ocorre de forma integrada entre o Governo Federal, Governos Estaduais e Prefeituras, com a participação de cooperativas e outras organizações não-governamentais. Ao programa estão destinados R\$187,7 milhões.

No que se refere ao exercício de 2007, até o mês de novembro, observa-se que a execução foi de apenas 51,06% do valor autorizado, excluindo-se os restos a pagar pagos no exercício. Ressalte-se a baixa execução do PRONAF, de apenas 39,36%. Os programas Crédito Fundiário e Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário são os que apresentaram melhor desempenho: 88,21 % e 78,0%, respectivamente.

No caso do INCRA houve um acréscimo de 16% com relação ao proposto em 2007, sendo que o Programa de Assentamento dos Trabalhadores Rurais receberá a maior parte orçamentária, aproximadamente

1 bilhão de reais, o que equivale a 33% do total destinado à unidade orçamentária.

Consta da programação, como programa novo, Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar, ao qual estão destinados R\$208 milhões.

Embora o valor total para o INCRA seja de R\$2,9 milhões, ao se excluir os valores dos programas não finalísticos, como Previdência de Inativos e Pensionistas da União, Apoio Administrativo e Cumprimento de Sentenças Judiciais, restam R\$2 milhões para serem aplicados em reforma agrária e outras ações.

O Programa Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento contará com R\$562 milhões, 19% do total, com crescimento de 136,84% em relação à proposta de 2007.

A execução do INCRA até o mês de novembro pode ser considerada positiva, porque aplicou 82% em relação ao Programa Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais. Contudo, os demais programas voltados à reforma agrária tiveram execução em torno de 50% somente.

À Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário – foram apresentadas 658 emendas, sendo 628 individuais e 30 coletivas. Houve expressivo número de emendas individuais, como já me referi anteriormente, e poucas emendas coletivas. Dessas, 19 foram de bancadas estaduais e 11 de Comissões, sendo 8 de Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e 3 de Comissões Permanentes do Senado Federal. Três emendas de Comissão da Câmara dos Deputados são emendas de remanejamento.

As propostas apresentadas somaram R\$2,8 bilhões. As emendas das bancadas estaduais somaram R\$1,3 bilhão e as emendas das Comissões totalizaram R\$1,2 bilhão. As emendas individuais somaram R\$335,7 milhões. Não foram apresentadas emendas à programação de investimento das estatais dessa Área Temática.

Considerando-se as limitações constitucionais, bem como as estabelecidas no parecer preliminar, e conhecendo as imensas dificuldades para viabilizar a execução das emendas propostas junto ao Executivo, procuramos, dentro das normas legais e orçamentárias que regem nosso trabalho, minimizar as dificuldades e incorreções técnicas eventualmente encontradas nas emendas apresentadas.

Análise de admissibilidade

A Resolução nº 01, de 2006, prevê o exame e a apreciação preliminar da admissibilidade das emendas antes do início da discussão do correspondente relatório.

Verificamos, nesse sentido, que, após os ajustes mencionados no item anterior, todas as emendas



apresentadas à esta Área Temática ficaram em conformidade com o disposto na referida resolução e com o Relatório de Atividades do Comitê já aprovado pela Comissão Mista de Orçamento. Propomos, assim, sua admissibilidade.

As emendas coletivas, por se constituírem instrumento de inegável valor para o aperfeiçoamento da ação do Estado, proporcionando o atendimento a Unidades da Federação ou a políticas públicas de caráter nacional ou regional, mereceram nossa atenção especial.

Consideramos meritórias principalmente aquelas emendas de apropriação das Comissões Permanentes destinadas a dar sustentação a ações de relevância para o setor agrícola e para o desenvolvimento agrário, geradoras de bens e serviços públicos, e que não estavam devidamente contempladas na programação encaminhada para nossa apreciação.

Consideramos, por outro lado, que as emendas de remanejamento apresentadas poderiam, em vista dos recursos oferecidos para o cancelamento, prejudicar a programação que pretendíamos atingir ao final de nosso parecer.

As emendas de bancada estadual permitem o apoio a projetos em regiões com vocação especial para o agronegócio. São pequenas somas de recursos públicos que impactam positivamente a geração de emprego e renda agrícolas.

Nos termos referidos na Introdução, para enfrentar o “desafio do milênio” é preciso fortalecer as pequenas unidades de exploração agrícola, principalmente com ações para facilitar o acesso à terra, à água e à educação. Assim, essas emendas mereceram nossa especial atenção. Pelo inegável mérito, acolhemos todas, parcialmente, distribuindo os recursos disponíveis de forma equilibrada com a dimensão da agricultura de cada Estado, com o volume da sua demanda por produtos agrícolas e com a amplitude política da prioridade atribuída ao setor agrícola pelos Srs. Parlamentares.

Consideramos, também, na referida distribuição, o princípio da redução das desigualdades inter-regionais. Para isso, utilizamos indicadores construídos com informações do IBGE sobre área utilizada com lavouras, população total residente, Produto Interno Bruto *per capita* e a participação relativa das emendas apresentadas a esta Área Temática em cada Unidade da Federação.

Pequenos ajustes decorreram de audiências com representantes da sociedade, dos órgãos e entidades que integram esta Área Temática, e, principalmente, com representantes das bancadas estaduais interes-

sadas, o que nos permitiu distribuir os recursos disponíveis de forma bem equilibrada.

As emendas individuais foram consideradas meritórias em sua totalidade.

Na fase que compete a esta Relatoria, foram efetuadas alterações na proposta no montante de R\$642 milhões. Como efetuamos remanejamentos no valor total de R\$133 milhões, que se encontra dentro do limite de R\$254 milhões, permitido pelo Item 40.1 da Parte B do parecer preliminar, o acréscimo líquido de recursos a esta Área Temática chega a R\$509.109 milhões

A alocação desse valor entre os diversos tipos de autores foi feita da seguinte forma: R\$335,7 milhões em emendas individuais; R\$164 milhões em emendas de bancadas estaduais e R\$143 milhões em emendas de Comissões. Total da Área Temática: R\$642,7 milhões.

Do valor total de R\$335 milhões das emendas individuais, está sendo acrescido à programação desta área por meio das emendas individuais, que provém de recursos ordinários do Tesouro Nacional – Fonte 100, repassados a esta Relatoria-Setorial pelo Relator-Geral.

Esta Área Temática contou com um aporte inicial, técnico e criterioso, de recursos para atender as emendas coletivas da ordem de R\$173 milhões.

Certamente iniciamos com R\$100 milhões a menos, mas teremos um bom relatório final, certamente pela competência sobretudo do Relator-Geral, Deputado José Pimentel, na área temática final de agricultura, dada a sua sensibilidade e competência.

Esse valor é menor em exatos R\$171 milhões, como disse, ao aporte inicial dos recursos verificados no exercício anterior.

Em face de demanda de recursos da ordem de R\$2,5 bilhões apresentadas à esta Área Temática por intermédio das Comissões Permanentes e das bancadas estaduais, para apresentar atendimento mínimo e razoável aos pleitos apresentados tivemos de utilizar recursos provenientes de cortes em GND 4 no valor total de R\$133 milhões.

Verificamos, inicialmente, que, nos termos da Resolução nº 1/2006, as emendas apresentadas a esta Relatoria atendem às normas constitucionais e legais em vigor e são compatíveis e adequadas com a Lei nº 11.514, de 2007 – LDO 2008; com o Projeto de Lei do PPA 2008-11 – Projeto de Lei nº 31, de 200, do Conselho Nacional; com a Lei nº 4.320/64; com a Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal -, e com demais legislações orçamentárias em vigor.

Considerando o que foi exposto, e após minucioso exame em relação ao mérito e às normas para

apresentação das emendas contidas no Capítulo XIV, Subseção V da Seção VI, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e na Parte 2 do parecer preliminar, somos pela aprovação de todas as 628 emendas individuais apreciadas, somando R\$335,7 milhões.

Decidimos, após criterioso exame em relação ao mérito e às normas para apresentação das emendas contidas no Capítulo XIV e na Seção VI, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, bem como na Parte 2 do parecer preliminar, acolher parcialmente 26 das 27 emendas de apropriação apresentadas e, em razão da relevância da ação pretendida, acolhemos totalmente a emenda da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, que parece-me ser no valor de R\$25 milhões.

Rejeitamos, no mérito, as 3 emendas de remanejamento apresentadas pela CDEIC, pois consideramos que os recursos de cancelamento oferecidos poderiam prejudicar a programação que pretendíamos atingir ao final do nosso parecer.

#### 6. Obras com indícios e irregularidades graves.

Dedicamos especial atenção à análise das informações levantadas pelo TCU no que se refere a obras com pendências junto àquela Corte. Observamos que, até esta data, nenhuma obra constante da programação dessa Área Temática foi incluída na relação do TCU, não havendo, assim, restrições para alocação de dotações na Proposta Orçamentária para 2008.

#### 7. Créditos extraordinários.

Nos termos da parte B do parecer preliminar, verificamos que até o momento não houve ato de autorização de crédito extraordinário promulgado nos últimos 4 meses do exercício de 2007.

#### 8. Recomendações à Relatoria-Geral.

Nessa etapa, gostaríamos de contar, mais uma vez, com a alta sensibilidade do Sr. Relator-Geral para as emendas listadas a seguir, que consideramos de fundamental importância para o setor agropecuário e para o desenvolvimento agrário e que, por condicionamentos impostos pela disponibilidade de recursos a esta Relatoria-Setorial, ficaram sem o devido e meritório tratamento:

Emenda nº 50100001, da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com o título “Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais”, atendida parcialmente com 28 milhões de reais – emenda da mais alta relevância para o agronegócio brasileiro;

Emenda nº 50100004, da Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com o título “Pesquisa e Desenvolvimento em Biologia Avançada e suas Aplicações no Agronegócio”, atendida parcialmente com 10 milhões de reais;

Emenda nº 50100003, da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com o título “Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário”, atendida parcialmente com 20 milhões de reais;

Emenda nº 60050001, apresentada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com o título “Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares”, atendida parcialmente com 20 milhões de reais.

Gostaríamos, outrossim, de contar com o apoio e a compreensão do Sr. Relator-Geral para o pleito apresentado pelo Conselho Deliberativo da Política do Café/MAPA e pelo Sr. Ministro no sentido de alocar recursos ao FUNCAFÉ no montante de 300 milhões de reais para operações de PEPRO (Prêmio Equalizador do Produto) e 750 milhões de reais para Opções Públicas. Sabemos que isso é praticamente impossível para uma discussão posterior.

#### 9. Considerações finais.

Diante dos parâmetros citados, procuramos trabalhar a proposta de orçamento para 2008 dessa Área Temática enfatizando, dentro das limitações desta Relatoria, os programas que agregam mais recursos para pequenos investimentos de base na agricultura que possam estimular a produção agropecuária e organizar ou facilitar o abastecimento alimentar, nos termos de nossa Constituição Federal e da recomendação do Banco Mundial citada em nossas considerações iniciais. Esses programas são executados por meio de inúmeros projetos, que, pontualmente, revelam-se como soluções para problemas locais ou para a superação de pontos de estrangulamento identificados nas justificativas das emendas apresentadas a esta proposta orçamentária.

Lamentamos profundamente a grande redução ocorrida no número de emendas coletivas apresentadas a essa Área Temática. Temos certeza de que isso não revela, de maneira nenhuma, o desinteresse institucional das bancadas e das Comissões do Congresso Nacional pelo setor da agricultura e do desenvolvimento agrário. Isso é, antes de tudo, um reflexo da rigidez imposta pela nova Resolução nº 1, de 2006-CN. A exigência imposta às bancadas de apresentar propostas que contemplem projetos de grande vulto ou estruturantes e de limitar tais emendas a uma só obra dificultou sobremaneira as possibilidades de emendamento orçamentário na Área Temática, onde, ao contrário de setores como o de infra-estrutura, saúde, educação, entre outros, predominam os interesses por pequenos investimentos que beneficiam agricultores em pequenas comunidades rurais.

Mesmo em face dessa dificuldade regimental, como resultado da apreciação da parte do Orçamento que cabe a essa Área Temática, apresentamos um substitutivo que amplia a respectiva proposta em cerca de 509 milhões de reais, sendo 472 milhões para aplicação no Ministério da Agricultura e 36 milhões líquidos no Ministério do Desenvolvimento Agrário.

As propostas aprovadas representam um aumento líquido nas dotações para gastos em outras despesas correntes (GND3) no valor de 146 milhões de reais e em investimentos da ordem de 362 milhões de reais.

No trabalho de apreciação do Congresso Nacional à proposta orçamentária dessa Área Temática, destacam-se os acréscimos líquidos de recursos ao Programa “Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário” (mais 418 milhões de reais), contemplando, principalmente, a Ação “Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário”, que não consta da programação apresentada no projeto de lei ora em exame. Destacam-se também os programas “Segurança da Sanidade na Agropecuária” (mais 33 milhões de reais), no âmbito do MAPA, “Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar” (mais 47 milhões), e ao PRONAF (mais 12 milhões de reais), no âmbito do MDA.

Pelo exposto no presente parecer, somos pela aprovação da proposta orçamentária para o ano de 2008 (PLN nº 30, de 2007-CN) no que concerne aos órgãos e entidades albergados pela Área Temática nº IX (Agricultura e Desenvolvimento Agrário), nos termos em que apresentado pelo Executivo por intermédio da Mensagem nº 115, de 2007 (nº 649, de 2007, na origem), com as alterações decorrentes das emendas que propomos sejam aprovadas”.

Está lido o relatório, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Felicito o Relator pela apresentação do seu competente relatório.

Passa-se à discussão.

Está iniciado o prazo para apresentação de debates, que se encerrará ao término da discussão.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, a bancada de Rondônia apresentou 2 emendas, uma destinada à aquisição de patrulha mecanizada, que permitirá ao Estado recuperar as vias vicinais – há por lá uma enormidade delas e há muita chuva, o que acaba deixando-as intransitáveis. A patrulha mecanizada iria minorar essa situação, que praticamente interrompe o ano letivo e o transporte de

mercadorias da zona rural para a cidade. Nesse caso, foi feito o destaque à Emenda nº 723006.

A outra destina-se a resolver problema grave de um setor fundamental, que é a regulação fundiária do Estado de Rondônia, o único Estado da Federação que foi criado sem território. Quase todo o seu território é do INCRA, que encontra grande dificuldade para regularizar a terra. Com isso, investimentos são postergados, a grilagem de terra é permanente, dificultando investimentos de médio e longo prazos, porque os produtores não podem dar a terra em garantia. Há todo esse transtorno. Por isso foi que a bancada relutou e apresentou essas 2 emendas.

Gostaria que fosse feita uma reavaliação, pois Rondônia ficou com apenas 13 milhões de reais em 2 atividades que não permitem esse valor, o que inviabilizaria...

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Nobre Deputado Eduardo Valverde, fiquei absolutamente sensível com sua exposição quanto à mecanização e à regularização fundiária do Estado, talvez a reivindicação mais importante, porque sem isso os produtores não podem tomar empréstimos e conduzir as suas atividades. Não gostaria de me antecipar, como Relator-Setorial, mas existe boa possibilidade de o nosso Relator-Geral aprimorar esses números. Digo isso não apenas por sua sensibilidade e competência, mas porque estou seguro de que S.Exa. fará um bom ajuste nessas 2 áreas.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Agradeço ao nobre Relator por sua sensibilidade. Continuaremos dialogando.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Sem dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Eduardo Sciarra.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, inicialmente cumprimento nosso Relator, Deputado Carlos Melles, ex-Ministro, ex-Relator-Geral do Orçamento em anos anteriores, que, ao longo da sua vida parlamentar, tem prestado grande contribuição ao Parlamento com sua experiência e competência.

O relatório que acabou de nos apresentar é fruto de um trabalho, sabemos, difícil, pela particularidade do encaminhamento que foi feito ao Orçamento da União. Infelizmente, a agricultura, setor fundamental para o Brasil, mais uma vez não recebeu, no encaminhamento do projeto de lei orçamentária, o tratamento preferencial que deveria ter tido levando-se em conta sua importância. Podemos verificar isso comparando, por exemplo, o orçamento do Ministério da Agricultura



ra, Pecuária e Abastecimento de 2007 para 2008, cujo incremento foi de 5% ou 6%, contra o do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, cujo incremento foi de 100%.

Lamentavelmente, observamos a falta de atenção do Governo Federal com relação a esse setor tão importante ao desenvolvimento do País, mesmo sabendo que o sucesso da nossa política de exportação, com o superávit da nossa balança comercial, deve-se principalmente ao setor primário – à agricultura e à pecuária. A dotação para o setor de encargos com pessoal cresceu proporcionalmente muito mais do que o investimento, que é tão necessário para que possamos resolver problemas estruturais do agronegócio e da agricultura familiar no Brasil. E o País sofreu muitos prejuízos nos setores de defesa animal e de exportação justamente pela falta de investimento.

Também podemos destacar a incoerência entre aquilo que foi apresentado na LDO, no PPA e na lei orçamentária. Para dar um exemplo, na LDO para 2008 há 7 ações definidas como prioritárias que não constam da proposta orçamentária para 2008. Há 3 ou 4 meses discutimos a LDO e as prioridades que nela foram aprovadas não constam do Orçamento que estamos votando. Quanto ao Plano Plurianual para o quadriênio 2008/2011, 15 ações nele destacadas não foram observadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Isso mostra que, de fato, existe uma distorção muito grande entre o discurso e a prática no que diz respeito a um setor tão importante para o País.

Quero também fazer referência à execução orçamentária, sempre muito aquém do esperado. Apenas para citar um exemplo, vemos que a execução, excetuando-se os restos a pagar do exercício, atingiu apenas 51% do valor autorizado; a baixa execução do PRONAF, de apenas 39%, também nos chama a atenção.

Por isso vemos o esforço do Relator, Deputado Carlos Melles, em tentar dar uma roupagem a essa situação, que não está contemplada no Orçamento que recebemos na Casa. Sei que, dentro do possível, S.Exa. procurou fazer as adaptações necessárias.

Faço essas ressalvas, Deputado Carlos Melles, e, ao final, em nome da Comissão da Agricultura da Câmara, a pedido do seu Presidente, Deputado Marcos Montes, seu companheiro de partido e de Estado, uma solicitação.

Quanto aos destaques que estão sendo apresentados, cuja numeração não tenho em mãos, gostaria de ressaltar que estamos destacando emendas importantes para a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Vou citá-las rapidamente: “Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais”, que tantos problemas têm trazido às nossas exportações;

“Fomento a Projetos, de Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar”; “Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário”; “Pesquisa e Desenvolvimento em Biologia Avançada e suas Aplicações no Agronegócio”; e, por último, a emenda da Comissão que está sendo destacada neste momento e para a qual vamos pedir o apoio do nobre Relator no sentido de que possamos amenizar as dificuldades por que passa o setor, pelo próprio encaminhamento de um projeto que está muito aquém do que seria necessário para o agronegócio brasileiro.

É o apelo que faço ao nobre Relator, no momento em que também registro meus cumprimentos pelo trabalho desenvolvido e meu apreço pela sua atuação parlamentar.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Muito obrigado, caro colega e amigo Deputado Eduardo Sciarra. Registro com muita satisfação o recebimento das palavras de V.Exa. Quando fui escolhido para relatar a Área Temática, animou-me muito a companhia do Relator-Geral, Deputado José Pimentel.

Num primeiro momento, houve grande preocupação em razão dos valores disponibilizados, mas tenho a convicção de que, no final, talvez tenhamos o melhor Orçamento dos últimos anos na Área Temática do agronegócio, dada a sensibilidade do Relator e o compromisso com o setor. Nessas 4 emendas da Comissão, também é do conhecimento do Relator-Geral a importância da área fitossanitária ao País, dos investimentos para melhoria da área de mecanização e do fomento a pequenos e médios produtores.

Enfim, quero dizer às Sras. e aos Srs. Parlamentares que estou muito tranquilo com relação ao acabamento final dessa Área Temática, que, certamente, resultará num dos melhores relatórios dos últimos anos, com crescimento real para a agricultura.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Obrigado, Sr. Presidente. Nobre Relator, Deputado Carlos Melles, cujas experiências como Relator do Orçamento e, agora, como Relator-Setorial, ajudam muito no trabalho. Examinamos o relatório e percebemos seu zelo em não fazer cortes em programas essenciais, mesmo podendo fazê-lo para remanejar recursos. V.Exa. foi cuidadoso, zeloso nesse processo, inclusive num programa que creio fundamental, que é o da formação de estoques públicos. Está-se iniciando um período de exportação significativo, e o setor enfrenta uma enorme dificuldade. Como as chuvas estão voltando a cair com regularidade, poderemos ter problemas sérios com o milho e com a suinocultura, cuja exportação



está aumentando muito a nossa exportação. Vamos ter problemas com a criação de suínos e frangos para exportação. E não há como comprar, levará tempo. Poderemos passar por dificuldades.

Portanto, a formação de estoque é essencial para qualquer país. No adianta crescer e desenvolver sem zelar pela armazenagem. Ela é fundamental inclusive para regulação de preços. Neste momento, há problemas com o feijão. Houve elevação no preço. Sem estoque haverá dificuldades.

Gostaria também de solicitar a V.Exa. que, se possível, em negociação posterior com o nosso Relator-Geral, pleiteie a ampliação de recursos para um programa essencial que o Ministério do Desenvolvimento Agrário vem desenvolvendo, para fomento à extensão rural para a agricultura familiar. Não adianta criar assentamentos sem oferecer apoio.

Por ser membro da bancada de Minas Gerais, V.Exa. sabe a importância que estamos dando à agricultura familiar, ao programa Minas Sem Fome e também à extensão rural, que é essencial, e nós temos uma das melhores empresas em extensão rural, a EMATER.

É fundamentação que haja a ampliação desses recursos, porque são essenciais para a nossa agricultura.

Finalmente, refiro-me à EMBRAPA, empresa que tem dado grande contribuição ao País. Fico feliz em ver as Comissões apresentarem emendas, porque são de grande valor, mas solicito ao Relator-Geral algum reforço. Todo recurso que chega à EMBRAPA é muito bem aplicado, e a pesquisa é necessária ao desenvolvimento.

Eram essas as considerações que tinha a apresentar.

Cumprimento V.Exa. pelo relatório e pela preservação de alguns programas. V.Exa. foi zeloso. Cada Relator age de uma forma, mas V.Exa. praticamente não efetuou cortes e preservou programas essenciais, relativamente a territórios e a estoques. A experiência, logicamente, ajuda bastante. Parabéns! Esperamos que, no relatório final, nas indicações que V.Exa. faz, essas áreas recebam tratamento especial.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, saúdo o Relator, Deputado Carlos Melles, experiente nesta Comissão. S.Exa. realmente fez um grande trabalho, atendeu 40% das emendas de comissões.

Quando alteramos a resolução, houve grande preocupação em que não se colocasse mais recursos

nas emendas de comissões. Não é o que se vê nos relatórios. V.Exa. atendeu 40% das emendas de comissões, em especial para a defesa agropecuária. Afinal de contas, se conseguirmos atender às exigências dos mercados que importam do Brasil, a valorização dos rebanhos será fantástica. Quando se consegue manter o Estado sem aftosa, os rebanhos têm uma valorização muito grande, o que leva o País como um todo a um avanço significativo.

Portanto, meus elogios ao Relator.

O Deputado José Pimentel pode ficar tranquilo quanto aos 15% de aplicação nas Comissões. S.Exa. vai receber o relatório com folga. Talvez nem precise reforçar essas dotações, embora sejam merecedoras.

Deputado Carlos Melles, V.Exa. já foi Relator-Geral do Orçamento e, portanto, sabe que os Relatores-Gerais aplicavam 70% dos recursos, segundo as seguidas estimativas feitas após a distribuição dos recursos aos Relatores.

Nossa intenção não foi retirar poder do Relator-Geral, mas valorizar os partidos que indicam os Relatores-Setoriais. O Relator-Geral é responsável por 20% do Orçamento. O Deputado José Pimentel, com muita habilidade, pegou mais um bom pedaço, para atender a grandes questões como Lei Kandir, salário mínimo e outras e, portanto, tem um bom volume de recursos à sua disposição. Mas a verdade é que os Relatores-Setoriais precisavam ser valorizados, e conseguimos que tivessem importância acentuada, uma vez que sobre suas decisões, e somente sobre estas, recaem a segunda reavaliação da Receita. Acabou-se com aquela catimba de o Relator-Setorial só entregar o relatório se o Relator-Geral lhe der mais recursos.

Sr. Relator, quero também saudar o seu correligionário, Deputado Mussa Demes, que destinou 7 milhões e 900 mil reais para apoiar o desenvolvimento do setor agropecuário, recursos oriundos de emendas individuais – quero saber agora quem levou os outros 100 mil reais. Essa é uma demonstração clara de que, realmente, as ações da agricultura são importantes. O Ministro Reinhold Stephanes tem-se esforçado para corresponder à confiança que recebeu.

Sr. Relator, tenho certeza de que a agricultura do Brasil vai melhorar, em razão da qualidade do relatório de V.Exa. e da gestão do Ministro Reinhold Stephanes.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado João Magalhães.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES** – Sr. Presidente, Sr. Relator, primeiramente, gostaria de reforçar a solicitação do Deputado Gilmar Machado relativamente à Emenda de Bancada nº 71140008, à qual apresentou-se o Destaque nº 007. Essa emen-

da visa fomentar a assistência à extensão rural para a agricultura familiar. Como disse o Deputado Gilmar Machado, não adianta assentar o pequeno agricultor, tem-se também de lhe dar condições de ali permanecer. Por isso, achamos importante a aprovação de mais recursos para essa emenda.

Da mesma forma, solicito atenção para o Destaque nº 8, apresentado à Emenda 005, que apóia projetos de desenvolvimento do setor agropecuário e a aquisição de patrulhas mecanizadas no Estado de Minas Gerais, patrulhas essas a serem adquiridas pelo Governo do Estado e distribuídas aos Municípios. Mais uma vez, conto com a presteza do Relator em atender ao nosso destaque.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador João Maranhão)

– Com a palavra o Relator-Geral do Orçamento, Deputado José Pimentel.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, Sr. Relator-Setorial, quero começar com o registro de que todos os Relatores-Setoriais são muito importantes, mas acredito que a indicação do Deputado Carlos Melles para relatar essa área temática foi fundamental para o Brasil, para a Câmara e para o Senado, dada a competência e o compromisso de S.Exa..

Por ocasião do debate da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, tivemos a grata satisfação de ter o Deputado Carlos Melles na Presidência daquela Comissão Especial e, depois de quase 3 anos de trabalho, aprovamos uma das leis mais importantes deste País, que está beneficiando 98% das empresas comerciais, industriais e de serviços. Exatamente por isso, na primeira fase da sua vigência, isto é, nos primeiros 90 dias, 3 milhões e 200 mil estabelecimentos aderiram a essa lei. Agora estamos fazendo mudanças, para que em 2008 ela entre com muito mais vigor.

O seu relatório setorial de S.Exa. para a agricultura e o desenvolvimento agrário tem a sua marca. As ações para prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais são as mais fortes desse relatório, e espera-se que este Relator-Geral assuma o compromisso de tratar com muito carinho essa rubrica. Ela representa o crescimento da nossa economia, o aumento das nossas divisas e o apoio ao setor exportador.

Este Relator-Geral assume, perante esta Casa, esta Comissão e o nosso Relator-Setorial, a pedido do Ministro da Agricultura, o compromisso de tratar com muito carinho essa emenda. O mesmo vale para uma outra emenda, relativa aos projetos de apoio ao projeto de desenvolvimento do setor agropecuário, da qual precisamos tratar com muita atenção, dado o seu alcance, sem prejuízo das demais emendas coletivas aqui apresentadas.

Sr. Presidente, parabênz, mais uma vez, o Relator-Setorial e V.Exa. pela forma como conduz os trabalhos nesta Comissão, dando a este Relator-Geral, em particular, tranqüilidade para compor os relatórios destinados à elaboração do Orçamento de 2008.

Agradeço ao Deputado Carlos Melles o apoio que me tem dado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador João Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr.

Presidente, quero fazer um pequeno comentário sobre o relatório e uma indagação a V.Exa.

Em relação ao relatório, quero cumprimentar o Deputado Carlos Melles pela presença constante e pela preocupação com os temas. Como disse o Relator-Geral, Deputado José Pimentel, S.Exa. tem como missão construir algo extraordinário. A Relatoria-Setorial da Agricultura, Deputado Carlos Melles, realmente é um exemplo.

Se há algo que temos enfatizado neste Parlamento é a pouca preocupação que tem o Governo com o planejamento. Este Governo não prima pelo planejamento. Entretanto, há questões primorosas no relatório de V.Exa. Por exemplo, V.Exa. constata que existem ações e programas priorizados na Lei de Diretrizes Orçamentárias e não contemplados no Plano Plurianual, tampouco no Projeto de Lei Orçamentária para 2008. Quer dizer, falta entrosamento entre essas 3 peças fundamentais ao processo de planejamento, e V.Exa. aborda essa questão em seu relatório, com muita propriedade.

Existem também programas e ações priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008 que foram inclusas no projeto de lei orçamentária deste ano, mas não estão contempladas no PPA 2008/2011. Isso mostra realmente que não há entrosamento entre essas 3 peças no que diz respeito ao planejamento das ações de Governo.

Tenho a impressão de que o relatório muito bem feito por V.Exa. deveria ser o norte de todos os outros relatórios temáticos. Infelizmente, não é bem o que acontece. De qualquer maneira, louvo a atitude de V.Exa. de destacar ações importantes, como é o caso da EMBRAPA e seu modelo de gestão – 95,60 na média, desde 1998, como disseram alguns colegas da Comissão. Esses temas são importantes, e em seu relatório V.Exa. trata não só do mérito, mas também do planejamento, o que é fundamental.

Portanto, meus parabéns pelo seu desempenho neste relatório setorial.

Em relação a V.Exa., Sr. Presidente, Senador José Maranhão, quero apenas fazer uma indagação. Já votamos os Relatórios Setoriais da Justiça, da

Educação e do Planejamento e agora vamos votar o Relatório Setorial da Agricultura. Pressupõe-se que amanhã votemos o Relatório Setorial da Saúde. Com esse já são 5 e há outros 5 relatórios setoriais para votar. V.Exa. pode informar se a Secretaria já os recebeu, para que possamos tomar conhecimento, ou se ainda não foram apresentados?

Por fim, cumprimento o Deputado Carlos Melles.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – A informação fresquinha que recebo da Secretaria é que, até o presente, não entraram outros relatórios.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Rapidamente, quero agradecer as palavras do não menos experiente Deputado Gilmar Machado, que também foi Relator, do Deputado Vanderlei Macris, do companheiro Eduardo Sciarra e do Deputado Ricardo Barros, que é professor na área de orçamento.

Ao Relator-Geral, Deputado José Pimentel, quero dizer que tenho muita satisfação em continuar trabalhando com S.Exa. Ao longo desses 3 anos, aprendi a respeitar sua competência e a admirá-lo. Sei que essa peça orçamentária será muito bem feita. O relatório de S.Exa. será formidável.

Ao Sr. Presidente, Senador José Maranhão, quero dizer que tenho boas lembranças de quando fui Relator, em 2000. Na ocasião, S.Exa. era governador e, com competência e delicadeza, reivindicou as coisas para o nosso Estado, o que foi muito positivo.

Sr. Presidente, Sr. Relator, demais Sras. e Srs. Deputados, quero dar uma dica aos companheiros que no futuro assumirão Relatorias nesta Comissão. O relatório de 2000, de que fui Relator-Geral, foi o único a ser sancionado sem receber nenhum veto. Na ocasião, disse que se esse relatório estava bem feito eu devia isso a Wagner, à Comissão de Orçamento, à competência e seriedade dessa turma.

Portanto, cumprimento Wagner Primo e toda a sua equipe orçamentária, com os quais tenho muito boa convivência, a quem aprendi a respeitar. Hoje tenho amizade por eles. Na Câmara dos Deputados temos o que há de melhor neste País em termos de assistência e de equipe de Orçamento – na Câmara é inegável, mas também no País.

Devo também aos Deputados José Pimentel e Vignatti, Relatores do PPA, por sua competência.

Quando fui Relator, em 2000, levamos o Orçamento até abril, em função de o PPA estar coincidindo, naquele ano – o Deputado Ricardo Barros se lembra disso –, como ocorre agora, com o programa Avançar

Brasil. Foi um grande desafio. Por isso ocorreram algumas incompatibilidades e incoerências, como as que ressaltamos aqui. Mas elas serviram para o aprimoramento da peça orçamentária, o que valeu a pena, porque ela é muito importante para o País.

Agradeço a todos os senhores as palavras carinhosas.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Declaro encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques.

Emendas individuais.

Nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/06-CN, solicito autorização do plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas individuais, tendo em vista que já houve manifestação quanto às emendas coletivas.

A autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na representação da Câmara dos Deputados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passa-se agora à votação do Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário.

Está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o relatório, ressaltados os destaques, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade na representação da Câmara dos Deputados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação do Senado Federal.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, V.Exa. dispensou o parecer do Comitê sobre as emendas individuais.



**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Não fui eu que fiz a dispensa, foi o plenário, inclusive V.Exa. votou a favor.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – É porque V.Exa. não colocou a matéria em discussão, submeteu-a diretamente à votação. Mas não é o caso.

Apenas faço uma sugestão a V.Exa.: já que o parecer foi dispensado, que solicite ao referido Comitê um parecer sobre as emendas que destinem recursos a entidades privadas, se houver. Portanto, sugiro a V.Exa. que solicite à assessoria do comitê um parecer sobre tais emendas.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Gostaria de dizer a V.Exa. que não suprimi etapas. Anunciei que estava consultando o Plenário sobre a dispensa da manifestação do Comitê de Admissibilidade, e o Plenário aprovou.

V.Exa. teria mais alguma observação a fazer? Estou à sua disposição.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Não,

V.Exa. não me disse se vai pedir ou não. Estou propondo que, se houver emendas individuais destinadas a entidades privadas, V.Exa. requeira um parecer do Comitê de Emendas, não como pré-requisito, porque já foi dispensado, mas para a sua assessoria, na medida em que o relatório preliminar exige uma série de precauções e de condições para que tais emendas sejam aprovadas.

Apenas para que não tenhamos que discutir depois, quando da votação dos relatórios setoriais ou do relatório geral, alguma emenda. Quero dizer que não é adequado para nós discutirmos isso. O Comitê foi formado exatamente para isso, para verificar essa questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– A dispensa pelo Plenário, que é soberano, do relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas não exclui o direito de cada membro desta Comissão, sobretudo dos Relatores-Setoriais e do Relator-Geral, na oportunidade que convier a S.Exas., pedir a manifestação do referido Comitê, máxime no que respeita à questão das entidades privadas, ainda que de utilidade pública.

De modo que esta Presidência acatará qualquer pedido nesse sentido, desde que seja específico, mencionando-se cada caso, de forma a que o Plenário possa ter conhecimento da proposta do Parlamentar interessado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Concedo a palavra ao Deputado José Pimentel.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, como todas essas matérias, tanto as emendas

individuais quanto as coletivas, obrigatoriamente farão parte do relatório geral, podemos, ainda nesta fase, destacar todas aquelas que tenham a Modalidade 50, que é a modalidade que trata de entidades do terceiro setor ou entidades que possam contratar com a União, mesmo sendo privadas. Faremos, posteriormente, um relatório, destacando as referidas emendas em uma espécie de anexo, inclusive para facilitar a visibilidade da Comissão.

Portanto, vou dialogar com a Consultoria da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, no sentido de que pudéssemos ter um anexo só da Modalidade 50, que é exatamente esse setor, para que a Comissão e o Plenário da Casa possam ter muita tranquilidade na sua tramitação, independentemente do parecer ou da posição do Comitê de Admissibilidade de Emendas. – CAE.

Vou, portanto, dialogar com os nossos consultores e, na próxima reunião, trarei uma posição sobre se é possível confeccionarmos um anexo com todas as emendas individuais e coletivas que digam respeito à Modalidade 50, que foi o caso específico levantado pelo Líder Ricardo Barros.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Eu considero, como já disse, de outra forma. Ou seja, a dispensa do parecer do Comitê de Admissibilidade não exclui a responsabilidade dos Relatores-Setoriais e Gerais, no que diz respeito ao cumprimento de um dispositivo da própria Resolução nº 01. E isso está absolutamente claro no texto da referida resolução.

Algum Colega tem mais alguma observação a fazer? (*Pausa.*)

O Deputado Ricardo Barros é, acima de tudo, um profundo conhecedor do assunto, já que foi inspirador e principal idealizador da Resolução nº 01. E S.Exa. tem sempre muito a oferecer à Comissão, mercê da sua experiência e, sobretudo, do zelo quanto ao cumprimento dessa resolução.

Votado o Relatório, vamos suspender a presente reunião para reiniciarmos os trabalhos, hoje, às 10h, *post meridiem*, quando, se Deus quiser, vamos continuar com o mesmo ritmo de votações.

Está suspensa a presente reunião.

(*A reunião é suspensa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Declaro iniciada a 7ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 36 e 37 de 2007.

Ordem do dia.

Vamos dar seguimento à Pauta 37.



Relatório setorial da Área Temática V, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, que teve o prazo para discussão e apresentação de destaques encerrados no dia de ontem, quando foi aprovado o relatório, ressalvados os destaques.

Passo a palavra ao Senador Jayme Campos.

**O SR. SENADOR JAYME CAMPOS** – Sr. Presidente, Sras. e Deputados, Sras. e Srs. Senadores, de forma prazerosa quero ler o parecer sobre os destaques apresentados ao relatório da Área Temática V, Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Dada a pertinência e a relevância das ponderações realizadas no decorrer da discussão de nosso relatório, empreendemos diligência e análise sobre os destaques apresentados, do que decorre as seguintes considerações:

Foram apresentados 53 destaques, sendo 45 relativos a emendas de apropriação, 7 relativos a emendas de remanejamento, e 1 propondo a recomposição de cancelamento.

Dos 45 relativos a emendas de apropriação, 42 se referem a alocações fundadas, exclusivamente, em cancelamento no Sequencial 20.000, ou seja, na reserva de recursos, cujos recursos foram totalmente alocados pela Relatoria nos atendimentos aprovados pelo Plenário. Tendo sido o nosso relatório aprovado, ressalvados os destaques, qualquer novo cancelamento, para ser válido, teria de estar indicado nas emendas destacadas, o que não ocorre no presente caso.

Dois dos outros destaques, os de nºs 41 e o 44, da bancada de Pernambuco, indicam cancelamentos teoricamente válidos, porém, não nesta etapa de apreciação, por se referirem a unidades orçamentárias foram do âmbito desta Relatoria ou implicarem cancelamento no GND-3, apenas possíveis, nesta etapa, nas emendas de remanejamento. Os únicos cancelamentos válidos, previstos na Emenda nº 7118.0007, remanejam recursos dos Estados do Amazonas e Ceará para o de Pernambuco, com o que não concordamos em razão dos cortes que a Relatoria já impôs às dotações desses Estados.

O último destes, o de nº 42, se reporta à Emenda nº 7118.001, não pertencente à nossa Área Temática.

No que se refere ao Destaque nº 23, propondo a recomposição de cancelamento efetuado sobre o Sequencial 5.647, no valor de 1,3 milhão, seu acolhimento implicaria reduzir a locação efetuada em emenda com esse recurso, medida que violaria a aprovação feita pelo Plenário.

Dos 7 destaques relativos a emendas de remanejamento, 1, o de nº 24, acha-se prejudicado, vez que a emenda objeto do mesmo foi integralmente atendida

pela Relatoria. Quanto aos demais – nºs 16, 27, 33, 43, 49 e 53 -, entendemos serem possíveis alguns ajustes por meio de alocações adicionais, visto que as emendas a que se referem indicam cancelamentos compensatórios em dotações das respectivas Unidades da Federação, desde que tais deixem um saldo de pelo menos 40% da dotação original.

Assim, estamos propondo os seguintes atendimentos:

Destaque nº 16: acréscimo de 3,75 milhões à Emenda nº 7120.0006, do Rio de Janeiro; Destaque nº 27: acréscimo de 1 milhão à Emenda nº 7116.0001, da Paraíba; Destaque nº 33: acréscimo de 2 milhões à Emenda nº 7128.0018, do Tocantins; Destaque nº 43: acréscimo de 3 milhões à Emenda nº 7118.0003, de Pernambuco; Destaque nº 49: acréscimo de 3,75 milhões à Emenda nº 7120.0006, do Rio de Janeiro; Destaque nº 53: acréscimo de 1 milhão à Emenda nº 7116.0002, da Paraíba.

Com esses fundamentos, nosso voto é:

Pela prejudicialidade dos Destaques nºs 24 e 42; pela rejeição dos Destaques nºs 01 a 15, 17 a 23, 25, 26, 28 a 32, 34 a 41, 44 a 48, e 50 a 52; pela aprovação parcial, na forma já indicada, dos Destaques nºs 16, 27, 33, 43, 49 e 53.

Ao concluir, Sr. Presidente, fazemos um apelo ao ilustre Relator-Geral, Deputado José Pimentel, para que, atento às manifestações das bancadas, que tão bem expressaram as carências e as necessidades de suas Regiões no decorrer das discussões de ontem, promova as complementações de recursos que sejam possíveis, de modo a viabilizar a adequada implementação das obras e empreendimentos.

Esse é o relatório, por mim, Senador Jayme Campos, Relator Setorial, assinado em Brasília, no dia 06 de dezembro de 2007.

Esse é o meu parecer, Sr. Presidente e demais pares desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Tem a palavra pela ordem o Senador Francisco Dornelles.

**O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES** – Sr. Presidente, Sr. Relator, quero apenas observar que Rio de Janeiro saiu perdendo. Havia no Orçamento um apoio de praticamente 110 milhões para saneamento em municípios respectivas regiões. V.Exa. nos tirou 40 milhões. Quer dizer, além de o atendimento ter sido abaixo do que esperávamos, ainda perdemos parte dele.

**O SR. SENADOR JAYME CAMPOS** – Respondendo a meu querido Ministro e Senador, por quem tenho o maior apreço, respeito e admiração, digo que, de acordo com o que foi alocado para nossa Relatoria

Setorial, e com base nos critérios que adotamos, fizemos, com muita consciência, o melhor para o Estado do Rio de Janeiro.

A bem da verdade, praticamente todas as bancadas solicitaram maior aporte de recursos. Recebemos 83 emendas de bancadas, sendo que nos foram oferecidos apenas 468 milhões de reais. V.Exa., que é mestre em matemática e ciências exatas, pode, fazendo uma conta rápida, facilmente confirmar que, dividindo esse valor pelo número de emendas, teríamos apenas 5,8 milhões para oferecer. Todavia, sabendo das necessidades existentes, de forma respeitosa fizemos alguns cortes nas dotações do Ministério, o que permitiu a inversão *per capita* por emenda de bancada, e, por meio de critério que adotamos, conseguimos que nenhum Estado da Federação, nenhuma de bancada recebesse menos de 10,5 milhões ou mais de 21 milhões de reais.

Assim, dentro daquilo que nos proporcionaram, foi de forma ética e criteriosa que procuramos atender os pleitos apresentados por meio das emendas dos ilustres membros desta Comissão.

Além do mais, querido Ministro Dornelles, conforme consta da conclusão de nosso relatório, fizemos um apelo ao Relator-Geral para que S.Exa. permaneça atento às manifestações das bancadas, que expressam as carências e as necessidades das suas Regiões.

Também, conversando há poucos dias atrás com o Deputado José Pimentel – e V.Exa. já tinha me dado essa informação –, apuramos que a nova reestimativa de arrecadação da Receita vai permitir a alocação de novos recursos. Ou seja, conforme informação do Deputado Pimentel, qualquer das emendas poderá vir a ser contemplada com mais recursos – e imagino que todas o serão, dada a generosidade de nosso Relator Geral.

#### **O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES**

– Sr. Relator, tenho por V.Exa. profundo respeito e admiração, mas, como Senador pelo Rio de Janeiro, tenho de aqui manifestar minha posição. Compreendo as dificuldades do Relator Setorial, mas houve cortes nos recursos destinados a ações extremamente importantes para o Rio de Janeiro. Por exemplo: do aporte de 120 milhões para apoio a empreendimentos de saneamento e assentamentos precários de municípios das regiões metropolitanas, foram retirados 40 milhões.

**O SR. SENADOR JAYME CAMPOS** – Senador Dornelles, não é à toa que V.Exa. está aqui como Senador da República, mas por sua trajetória e, acima de tudo, por sua luta incessante em busca de melhores dias para o povo carioca.

O critério que adotamos, Ministro Dornelles, foi o de fazermos cortes proporcionais aos recursos. Assim,

de 3 a 5 milhões, cortamos 5%; de 5 a 10 milhões, 10%; de 10 a 20 milhões, 20%; de 20 a 30 milhões, 25%; de 30 a 40 milhões, 30%; e, acima de 40 milhões, 35%. Portanto, cortes nas dotações não foram privilégio do Rio de Janeiro, mas de todos os Estados. Veja V.Exa. que o corte nos recursos para o Estado de São Paulo foi ainda maior. Não tivéssemos procedido assim, com certeza teríamos ficado impossibilitados de atender as demandas dos Estados mais pobres, que dependem muito mais desses investimentos, sobretudo para melhorias na área de infra-estrutura.

Portanto, Sr. Ministro, esses foram os critérios que adotamos, e gostaria muito de que V.Exa. tivesse a certeza de que os cortes foram feitos com responsabilidade, com o fim de atendermos os pleitos das bancadas dos 27 Estados da Federação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Vamos à apreciação dos destaques da Área Temática V, Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Srs. Parlamentares, o art. 138, §2º, da Resolução nº 1, de 2006, estabelece: “*Não será aceita solicitação para votação em separado de destaque após aprovação de requerimento para votação em globo dos destaques.*”

Sendo assim, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial.

A proposta para a votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator, está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação os 6 destaques com voto do Relator Setorial pela aprovação parcial: Destaque nº 16, do Deputado Hugo Leal; Destaque nº 27, do Deputado Wellington Roberto; Destaque nº 33, do Senador Leomar Quintanilha; Destaque nº 43, do Deputado Carlos Eduardo Cadoca; Destaque nº 49, do Senador Francisco Dornelles; e Destaque nº 53, do Deputado Wellington Roberto.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Declaro a prejudicialidade dos Destaques nºs 24 e 42, do Senador Cícero Lucena e do Deputado Carlos Eduardo Cadoca, respectivamente.

Destaques com voto do Relator Setorial pela rejeição – todos os demais destaques.

Em votação, em globo, os destaques com voto do Relator pela rejeição.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Aprovada a rejeição, os destaques não serão apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1º do art. 43 do Regimento Comum.

Está concluída a votação da Área Temática V, Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

**O SR. SENADOR JAYME CAMPOS** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Pois não.

**O SR. SENADOR JAYME CAMPOS** – Sr. Presidente, eu quero manifestar meu contentamento com a demonstração de despojamento dos Srs. Parlamentares, que naturalmente apresentaram suas emendas de bancada em busca de maior alocação de recursos para seus Estados. Quero também deixar registrado e patenteado que o relatório foi feito de forma responsável e transparente.

Encerro minha participação agradecendo a generosidade e o carinho que me foram dedicados pelos membros da Comissão, bem como o respeito com que viram meu parecer. Espero que o Governo Federal, por meio do Poder Executivo, faça cumprir rigorosamente a liberação dessas emendas, assim atendendo o clamor dos municípios de todas as cidades brasileiras, que certamente serão contempladas com esses investimentos.

Felicidades e sucesso, e meu respeito, a todos os membros desta Comissão.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Pois não.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo aos Srs. Parlamentares membros da Comissão para que avancemos nas votações.

Nesse sentido, proponho aos Srs. Líderes, lermos o importante relatório da área de saúde e votarmos, ainda hoje, os destaques.

Quero também destacar a reunião do Congresso para a votação do Plano Plurianual e de créditos adicionais, aí incluídos créditos de pessoal, de cuja aprovação sem demora dependemos para não enfrentarmos dificuldades em pagar a alguns servidores públicos.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Sr. Presidente, segundo acordo feito ontem na Liderança do Governo, a área de saúde não entra em pauta hoje, mas na terça-feira. O acordo prevê a votação de 3 relatórios, não incluído entre eles o da Saúde.

O PMDB teve dificuldades de resolver alguns problemas entre a FUNASA e algumas bancadas, e precisamos nos sentar para resolvê-los antes de votarmos o relatório da Saúde.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr. Presidente, relativamente ao que foi trazido pelo Deputado Zé Gerardo, realmente havíamos fechado esse entendimento, mas houve um problema: segundo o acordo que fizemos com o PMDB, o relatório deveria ter sido entregue ontem, o que não ocorreu. S urgiu, então, uma dificuldade para os nossos trabalhos.

A secretaria nos informou que o relatório foi entregue hoje pela manhã, mas ainda será enviado à gráfica. Portanto, não há como trabalharmos com o relatório setorial sobre Poderes do Estado e Representação. A gráfica só irá entregar o material no final da tarde. Evidentemente, os Parlamentares não votarão um parecer sem examiná-lo.

Dessa forma, sugiro encerrarmos a votação dos destaques sobre a parte que se refere à Agricultura e suspendermos a reunião por 15 minutos a fim de buscarmos um entendimento para o prosseguimento dos nossos trabalhos.

Portanto, vamos encerrar a parte relativa à Agricultura, antes convidando as lideranças dos partidos na Comissão para uma conversa junto à Presidência, a fim de estabelecermos um novo cronograma de trabalho.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Estamos sendo avisados de que haverá sessão do Congresso Nacional às 12h30min, salvo engano. Indago à Mesa sobre o procedimento a ser adotado, já que os

membros desta Comissão têm obrigação de participar da referida sessão. São 11h20min, e gostaria de saber se há horário definido para o encerramento da presente reunião.

Portanto, será lido outro relatório ou vamos direto para a sessão do Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Ainda estamos confirmando, mas, ao que parece, a sessão do Congresso Nacional terá início às 13 horas.

Com a palavra o Deputado José Pimentel.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, encerramos os trabalhos, ontem, após a meia noite, com o relatório da Agricultura. O nobre Deputado Carlos Melles apresentou relatório contemplando todos os recursos que o Relator-Geral disponibilizou para aquele setorial. Há um compromisso deste Relator-Geral de receber todos os destaques indeferidos pelo Relator Setorial, os quais servirão de subsídio para melhor análise e avaliação quanto ao seu atendimento na fase do Relatório Geral.

Sugiro ao Plenário, a V.Exa. e ao Relator Setorial que, se possível, seja proferido por S.Exa. um parecer assemelhado ao que foi ofertado em relação ao Relatório de Justiça e Defesa, no qual se rejeitaram regimentalmente todos os destaques, mas foram eles, esses mesmos destaques, em seguida encaminhados ao Relator-Geral como subsídio para que fossem considerados fonte indicativa prioritária nos procedimentos que teremos.

Portanto, Sr. Presidente, da mesma forma como procedeu o Relator Setorial de Justiça e Defesa, deveria proceder o Relator Setorial Carlos Melles, caso assim S.Exa. aceite. Poderemos adotar o mesmo procedimento para o Relatório de Agricultura e Reforma Agrária.

Dessa forma, deixaríamos o Relator Setorial confortável e, ao mesmo tempo, seria cumprida a questão regimental. O Relator-Geral terá, ao final, esses destaques como subsídios para análise prioritária na condução e fechamento da matéria temática deste Setorial.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – O Deputado Carlos Melles tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Sr. Presidente, Sr. Relator-Geral, Deputado José Pimentel, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, quero fazer breves considerações no sentido de tranquilizar a Comissão de Orçamento com relação aos destaques recebidos ontem.

Vamos distribuir as cópias dos 23 destaques a todos os Srs. Deputados.

Como todos puderam ouvir, existe um compromisso do Relator-Geral, e estou muito tranquilo a esse respeito. Certamente vai ser a melhor peça orçamentária da Agricultura nos últimos 5 anos, pela sensibilidade e competência de S.Exa.

Sabemos, portanto, do compromisso do Relator-Geral quanto ao atendimento de todos aqueles pedidos que os companheiros fizeram a mim antecipadamente. Portanto, quero deixá-los tranquilos com relação à aprovação da peça orçamentária da Agricultura.

Ao encerrar, quero agradecer de maneira muito fraterna a todos os senhores, pela parceria, entendimento e compreensão.

Quero fazer uma consideração que não pude fazer ontem ao eterno e sempre Ministro Senador Dornelles, que elaborou a peça da revisão das receitas e proporcionou grande conforto ao Relator-Geral, o Deputado José Pimentel. Mais uma vez, demonstrou o Senador Francisco Dornelles que é um homem que sabe tudo. Graças a Deus, S.Exa. tem essa competência, essa clareza, e quero cumprimentá-lo por isso.

Senhoras e senhores, muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Relator-Geral, dou por encerrada a minha participação como Relator Setorial da Agricultura, deixando uma mensagem de absoluta tranquilidade a todos os pares, no sentido de que suas emendas não só serão atendidas como teremos o melhor orçamento da Agricultura para o ano de 2008.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Apreciação dos destaques na Área Temática da Agricultura e Desenvolvimento Agrário.

Sras. e Srs. Parlamentares, o § 2º art. do 138 da Resolução nº 1 estabelece:

“Não será aceita solicitação para votação em separado de destaque após aprovação de requerimento para votação em globo dos destaques.”

Sendo assim, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques com tipo de voto do Relator Setorial.

A proposta para votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO..

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.



Conforme anunciado pelo Relator Deputado Carlos Melles, todos os destaques foram rejeitados.

Em votação em globo o voto do Relator pela rejeição dos destaques na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Os destaques foram rejeitados e, portanto, não serão apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1º do art. 42 do Regimento Comum.

Vamos suspender a sessão por 10 minutos, retornando aos trabalhos às 15h, em virtude do início da Ordem do Dia na Câmara dos Deputados.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Declaro reiniciada a 7ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nº 36 e 37.

Ordem do Dia.

Apreciação do Relatório-Setorial da Área Temática II – Saúde.

Relator-Setorial: Deputado Rafael Guerra.

O Relator tem a palavra para a apresentação do relatório.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Sr. Presidente, Sra. e Srs. Parlamentares, vou passar à leitura do Relatório-Setorial da Área Temática II – Saúde, do Projeto de Lei nº 30, de 2007, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008, na parte referente ao Ministério da Saúde:

“I – Relatório

1 – Histórico:

Nos termos do artigo 165, *caput* e §5º, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, §2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 115, de 2007-CN, o Projeto de Lei nº 30, de 2007, que ‘estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008’, compreendendo os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Por designação do Senhor Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos

Públicos e Fiscalização, coube-nos a honrosa missão de relatar a proposta orçamentária do Ministério da Saúde para o ano de 2008, aí incluídos os programas de trabalho das unidades orçamentárias a ele vinculadas direta ou indiretamente.

2 – Recursos Propostos para Saúde

A proposta de orçamento para 2008 reserva ao Ministério da Saúde recursos da ordem de R\$51,8 bilhões, o que representa cerca de 14,2% do Orçamento da Seguridade Social da União. Desse total, cerca de R\$47,8 bilhões destinam-se a financiar ações e serviços públicos de saúde”.

Segue-se aqui a Tabela I, por itens selecionados.

“Em relação à dotação autorizada para 2007, o valor proposto para 2008 representa decréscimo nominal de 0,7%, enquanto com relação aos gastos de 2005 e 2006 há um crescimento de 29,1% e 17,0%, respectivamente, conforme mostrado na Tabela I.

No que se refere a ações e serviços públicos de saúde, há acréscimo nominal em relação aos anos anteriores, sendo de 2,1% em relação a 2007, e de 17,4% e 30,7% em relação a 2006 e 2005, respectivamente.

2.1 – Por Unidade Orçamentária

A Tabela II apresenta a distribuição dos recursos pelas unidades orçamentárias do Órgão, comparando-os aos valores liquidados de 2005 e 2006 e ao valor autorizado para 2007.

De maneira geral, observa-se que, com exceção da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, que apresenta redução de recursos em 23,8%, quando comparado com os valores autorizados para 2007, todas as demais unidades orçamentárias do Ministério da Saúde apresentam crescimento nominal em relação aos orçamentos dos últimos três anos.

O Fundo Nacional de Saúde – que tem o maior peso no orçamento, visto que representa 88,7% da dotação do órgão – teve incremento de 1,5% em relação à dotação autorizada para 2007, e de 29,4% e 18,3% em relação aos gastos de 2005 e 2006.

No tocante às Agências, o maior crescimento observado ocorre na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), cuja dotação proposta supera em 10,9% a autorizada para 2007 e representa acréscimo de 31,0% em relação àquela executada em 2006.

Com relação às Fundações, a FIOCRUZ experimenta crescimento de 7,2%, enquanto a FUNASA, conforme já mencionado, sofre redução de 23,8% em relação ao autorizado em 2007, equiparando-se a proposta aos valores gastos em 2006.

No que tange à queda acentuada da dotação da FUNASA, registre-se que a mesma tende a reduzir-se em vista de a presente análise ocorrer sobre os números da proposta, sem considerar ainda os acréscimos decorrentes das emendas. Depois, há que se ter em conta que 2007 afigura-se como um ano atípico para a referida Fundação, em face do grande número de emendas aprovadas e da abertura de crédito extraordinário (Medida Provisória nº 381, de 05/07/2007), que injetaram cerca de R\$1,4 bilhão no plano de trabalho da referida unidade.

Quanto aos três hospitais federais que integram a estrutura orçamentária do Ministério (Cristo Redentor, Nossa Senhora da Conceição e Fêmina, que compõem o chamado Grupo Hospital Conceição), os valores propostos crescem, no conjunto, 8,2% em relação a 2007, e 38,0% e 28,9% em relação a 2005 e 2006, respectivamente.

## 2.2 – Por Grupo de Natureza de Despesa

Examinada a proposta sob a ótica dos grupos de natureza de despesa, conforme apresentado na Tabela III, verifica-se que, com exceção de *Investimentos* e das despesas com *Dívida*, que apresentam decréscimos em suas dotações, em relação ao montante autorizado para 2007, todos demais grupos apresentam crescimento nominal.

É de se observar que o decréscimo de 0,7% (R\$350,1 milhões) da dotação do Ministério da Saúde em relação ao valor autorizado para 2007 decorre basicamente da redução de 48,9% em *Investimentos*, conjugado com o incremento dos gastos com *Pessoal* e *Encargos Sociais* e *Outras Despesas Correntes*.

Também é de se notar que, dos R\$51,8 bilhões alocados no Ministério da Saúde, cerca de 77,3% (R\$40,1 bilhões) encontram-se em “*Outras Despesas Correntes*”, grupo no qual se concentram os recursos transferidos pela União aos demais entes federados (Estados, Distrito Federal e Municípios) para o custeio das ações de assistência médico-hospitalar e de atenção básica à saúde, dentre outras.

## 2.3 – Por Modalidade de Aplicação

Conforme dispõe a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008, a modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados mediante transferência financeira – inclusive a decorrente de descentralização orçamentária para outras esferas de Governo, seus órgãos ou entidades – ou diretamente para entidades privadas sem fins lucrativas e outras instituições; ou, então, diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

Como evidenciado na Tabela IV, é notória a concentração de recursos nas modalidades referentes a transferências a Estados, a Municípios e a Aplicações Diretas, que conjuntamente respondem por 96,5% do total de recursos do Setor. Deve-se ressaltar que o incremento contínuo de transferências federais coaduna-se com a política de descentralização da gestão pública do setor (art. 198, I, da Constituição).

### 2.3.1 – Transferências Via Consórcios Públicos

Dos dados da Tabela IV, também nos chama a atenção a quase total ausência dos consórcios públicos nas transferências de recursos da saúde (modalidade de aplicação 71). Denota que tanto o Executivo quanto o Legislativo ainda não atentaram para a importância dos consórcios públicos na consolidação do SUS.

De fato, por meio dos consórcios públicos, disciplinados pela Lei 11.107/2005, os municípios, especialmente os pequenos, estão aptos a realizarem em conjunto, com maior facilidade, objetivos de interesse comum. Em relação ao SUS, o estabelecimento de consórcios atenua muitas das dificuldades no acesso universal à saúde. A falta de recursos humanos e financeiros, a dificuldade de acesso a uso de tecnologias, a inexistência de estruturas físicas adequadas e, não raro, a distância que dificulta o atendimento à saúde, são os entraves mais comuns, que levam os dirigentes municipais a procurar alternativas de gestão. Os consórcios públicos de saúde surgem nesta perspectiva, apresentando-se como uma prática de gestão inovadora no sistema de saúde no Brasil, fundamentada em parcerias e economias de escala, porquanto permitem racionalizar o uso dos insumos, equipamentos, recursos humanos

e instalações hospitalares, evitando ociosidade dos escassos bens e serviços públicos para atendimento à saúde”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Sr. Relator, permita-me interromper V.Exa.

Eu quero consultar o Plenário sobre se é possível dar início à apresentação dos destaques, para ganharmos tempo, pois são muitos. Excepcionalmente.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

Nós estamos aqui produzindo um acordo para votar integralmente o relatório do Deputado Rafael Guerra hoje, inclusive com os destaques. Eu sugiro, já que haverá reunião às 13h, que o Relator antecipe a leitura do voto, que já está distribuído, e leia a parte final do seu parecer, a conclusão, pois todos já conhecemos o seu relatório. Votaríamos e deixaríamos o prazo para a apresentação de destaques. Voltaríamos hoje ainda, até as 17h ou as 18h, o prazo que V.Exa. solicitar, para concluir a análise dos destaques, e encerraríamos hoje a apreciação do seu relatório, ou seja, não deixaríamos para a próxima semana.

Para que esse acordo seja produzido, nós cancelaríamos a reunião de amanhã, previamente convocada, e convocaríamos outra para a próxima terça-feira, pela manhã ou pela tarde.

Esse acordo está sendo defendido aqui pelo Democratas, pelo PSDB e pelo PMDB. Se os outros partidos concordarem, assim como a Liderança do Governo e o Relator, nós poderíamos agilizar, com a leitura da parte final do relatório do Deputado Rafael Guerra, se assim S.Exa. desejar, reservaríamos um período para a apresentação de destaques e voltaríamos às 17h, para encerrar a votação dos destaques.

Essa é a proposta que nós estamos formulando.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Consulto o Plenário sobre se concorda com a dispensa da leitura do relatório, conforme proposta, uma vez que o parecer já foi distribuído.

Com a palavra o Deputado Walter Pinheiro.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Sr. Presidente, o próprio Relator conduziu esse acordo, junto com o DEM, o PSDB, o PMDB. Assim, não vemos problema nenhum.

Há uma sessão do Congresso Nacional marcada para começar às 12h30min. Estive lá para conversar com o Presidente no sentido de retardar um pouco o início da sessão, porque a idéia é a de apreciar o PPA; portanto, uma outra etapa. Seria possível caminhar para a aprovação da proposta apresentada, e encerraríamos aqui.

Talvez o mais prudente – e sobre isso estava conversando há pouco com o Deputado Eduardo Sciarra – fosse realmente marcar para as 17h, porque daria tempo, tranqüilamente.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Não, não.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Tem problema para o Relator.

Nesse caso, só se jogássemos a sessão do Congresso Nacional para o final da tarde, porque esta reunião vai acabar às 12h30min.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Sugiro a suspensão da reunião, após a leitura do relatório, até as 13h30min. É isso.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Eu terminaria a síntese, nós faríamos a apresentação dos destaques, e, às 13h30min, eu voltaria com o parecer sobre os destaques. É isso?

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Isso.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Perfeito.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Mas a proposta do Presidente, de abrir prazo para a apresentação de destaques...

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Abre agora.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Exatamente.

Se nós não fizermos isso, na medida em que encerrar e não tiver ninguém inscrito para discutir, retardará.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Abre agora, então.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – O ideal é não inscrever muitos oradores, exatamente para permitir a suspensão da reunião, e às 13h V.Exa. poder estar aqui. Por isso, é importante fazer uma chamada para saber quem tem destaque, para depois não dizerem que não avisamos e que o acordo prejudicou alguma bancada na apresentação de destaque.

V.Exa. poderia fazer o chamamento, 2 ou 3 vezes, para a apresentação dos destaques. E nós faríamos o encerramento, com poucos inscritos. Até para elogiar o Relator, poderíamos dizer: “Gente boa! Está muito bem”. Assim, votaríamos às 13h.

Pode ser esse acordo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Então, vou terminar a leitura do resumo?

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, da parte da bancada do PSDB, também há entendimento nesse sentido, com a condição fundamental de que encerremos hoje a reunião desta Comissão, cancelando a reunião de amanhã, para que só na terça-feira recomeçemos os trabalhos.

Esse é o entendimento que o PSDB também tem, concordando com a proposta apresentada pelo Deputado Walter Pinheiro.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Sr. Presidente, eu acho que é mais prudente para os partidos jogar a sessão do Congresso Nacional para as 16h. Não adianta marcar a sessão para as 15h.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Marcar para as 16h.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Mas, de qualquer maneira, vai voltar às 13h. O mais prudente é, às 16h, ter início a sessão do Congresso Nacional.

Pode ser isso?

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Eu vou resumir, então, o restante do relatório, fazer uma síntese, e vou direto ao voto.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Muito bem.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Para fazer a síntese, que informo estar registrado no relatório que, em relação ao piso constitucional da saúde, há uma dívida na proposta orçamentária, porque houve recálculo da variação do PIB desde 2000 até a presente data. Isso deixou uma dívida de 619 milhões de reais para 2007 e de 667 milhões de reais para 2008, o que totaliza 1,3 bilhão de reais.

Lembro também que votamos a proposta de regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, na Câmara dos Deputados, no mês passado, e ela está no Senado Federal aguardando aprovação.

O acordo proposto pelo Governo destinava 4 bilhões de reais a mais para a saúde em 2008. Esses recursos estão indicados no relatório, mas eu não tenho como incorporá-lo porque não está regulamentado, e não houve suplementação orçamentária.

Então, eu fiz a indicação de que faltam os recursos referentes à alteração do cálculo do PIB, mais os 4 bilhões de reais que o Governo propôs, por intermédio de acordo, e que nós votamos na Câmara dos Deputados.

Além disso, houve um reajuste dos procedimentos da tabela do SUS no ano passado, o que implica gasto extra para 2008 de quase 2 bilhões de reais.

Portanto, no total, o Orçamento para 2008 fica com um déficit de 6 bilhões e 500 milhões de reais.

Apresento em seguida a distribuição dos recursos para os procedimentos de média e alta complexida-

des hospitalar e ambulatorial e para a atenção básica. V.Exas. podem notar que é diferente a distribuição: para os procedimentos de média e alta complexidades, a distribuição dos recursos depende da capacidade instalada nos Estados; e a distribuição dos recursos para a atenção básica é muito mais voltada para a população e para o IDH.

No que se refere à distribuição dos recursos para a atenção básica, por Unidade da Federação, o Piauí tem o maior valor *per capita*, devido ao baixo IDH, e o Distrito Federal, o menor valor, devido ao alto IDH. Essas informações estão nas páginas 20 e 21.

Não houve suplementação orçamentária para a saúde. Faço indicações ao Relator Geral, no final, para que ainda tenhamos 1 semana ou dez dias e, se possível, haja essa suplementação.

Indicações ao Relator Geral – página 30.

Conforme o exposto no subitem 4.1.3 deste relatório, “a iminente aprovação da lei complementar da saúde (PLP nº 001/2003), exige providências desta Comissão no sentido de se garantir os recursos federais necessários à aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde.

No momento do fechamento deste relatório, dado o ingresso de recursos novos na programação do setor em decorrência das emendas aprovadas, o total alocado em tais ações alcançava o montante de R\$48,9 bilhões, o que exigiria, caso a lei complementar estivesse em vigor, necessidade de suplementação na programação da saúde de, no mínimo, R\$3,0 bilhões.

Do valor a ser suplementado, decorrente da aprovação do PLP, sugerimos que cerca de 55% sejam direcionados ao custeio dos *procedimentos de média e alta complexidade*; 25%, à estruturação da rede física regionalizada de atenção *especializada* em saúde” – nacional -; e 20%, à ampliação dos *serviços de urgência e emergência*, sobretudo nas capitais, cidades pólos e municípios com mais de 100 mil habitantes.

## II – Voto do Relator

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 30, de 2007-CN, no que concerne às unidades orçamentárias do Ministério da Saúde, na forma apresentada pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas.

Sala da Comissão, 6 de dezembro de 2007”.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Com a palavra o Sr. Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, serei breve, diante do acordo formatado. Não poderia, Deputado Rafael Guerra, furtar-me a di-



zer, também por ter sido Relator-Setorial, há 2 anos, da Área Temática Saúde, que a nossa luta tem sido um tanto quanto gloriosa, porque, ano após ano, temos tentado repor para a área da saúde os recursos orçamentários e financeiros que lhe são devidos.

A luta de V.Exa. na coordenação da Frente Parlamentar da Saúde, como também a nossa, tem obtido grandes avanços. Este relatório espelha um pouco isso, já que nós estamos tentando aqui aumentar os recursos para o Piso de Atenção Básica -PAB, para os procedimentos de média e alta complexidades – MAC, que, há 2 anos, estava numa situação caótica. Avancamos, retirando da dotação da Saúde os recursos oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com o Programa Bolsa Família, um programa importante de transferência de renda, de inserção e inclusão social, mas que não tem, na sua finalidade, a atenção à saúde, e, sim, a assistência social ao cidadão.

O relatório de V.Exa., Sr. Relator, mantém essas premissas e tenta, na medida do possível, fazer a homogeneidade entre os recursos destinados à área da saúde dos Estados Federados, principalmente em relação aos mais pobres.

Agora, em relação às entidades filantrópicas e às Santas Casas, não consegui absorver se há recursos, inclusive na nacional, para que também mantenham continuados serviços de prestação de serviços de saúde. Nós sabemos que as entidades filantrópicas, principalmente as Santas Casas, atravessam uma crise sem precedentes. E eu queria ouvir de V.Exa. quais são as ações contidas no relatório em relação a essas áreas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha)

– Vamos seguir a lista de inscrição.

Passo a palavra ao Deputado José Pimentel.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados e Congressistas, eu começo registrando a dedicação do Deputado Rafael Guerra à elaboração deste Relatório-Setorial, ouvindo as várias bancadas, os vários setores e, particularmente, a Frente Parlamentar da Saúde, suprapartidária, que envolve vários setores. Exatamente por isso, S.Exa. elabora excelente relatório.

As recomendações feitas ao Relator-Geral, no que diz respeito ao atendimento ao acordo de votação, na Câmara dos Deputados – e agora está no Senado -, do PLP nº1, de 2003, são razoáveis. O Relator-Setorial vai trabalhar com um indicativo, ouvindo este Relator-Setorial e também os segmentos que porventura sugerir.

Eu quero parabenizá-lo e dizer que os fundamentos aqui apresentados serão muito importantes para que o Relator-Geral possa fechar o seu parecer e votar ainda em 2007, para que, em 2008, a saúde brasileira inicie, com esse excelente relatório, com esse excelente resultado, com novo orçamento.

Parabéns, Deputado Rafael Guerra!

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha)

– Com a palavra o Deputado Zé Gerardo.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Relator, a bancada do Estado do Ceará apresentou 2 destaques: um relativo ao Hospital da Mulher; e outro, ao Hospital de Sobral.

Conforme conversamos aqui, Sr. Relator, o Hospital da Mulher está localizado na Região Metropolitana de Fortaleza. Sei que V.Exa. já fez muito, e já discutimos aqui várias vezes o que poderia fazer. Pediria que olhasse com bons olhos o Hospital da Mulher. A Prefeitura de Fortaleza necessita de uma quantia maior, já que, através do Hospital Dr. José Frota, atende a população da Região Metropolitana de Fortaleza.

Em relação ao Destaque nº 0010, peço a V.Exa. que faça o possível para melhorar a vida do povo carente da Região Metropolitana de Fortaleza.

Em relação ao Destaque nº 0014, o Deputado Wellington Roberto, ausente por motivo de doença, pede a V.Exa. que faça algo mais, porque S.Exa. luta pela qualidade de vida do povo da Paraíba, é um homem lutador.

No mais, agradeço a V.Exa. e o parabenizo, nobre Relator, pelo trabalho que fez.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha)

– Com a palavra o Deputado Pedro Chaves.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES** – Sr. Presidente, Sr. Relator, a bancada de Goiás, por intermédio do Deputado Jovair Arantes, apresentou os Destaques nº 4 e 5.

O Hospital Regional do Norte – Destaque nº 4 – vai ser construído na cidade de Uruaçu, cidade-pólo da região norte do nosso Estado e vai atender a aproximadamente 20 municípios. A cidade está às margens da Rodovia Belém-Brasília, a BR-153, e constantemente recebe pessoas acidentadas ao longo dessa rodovia. Esse é o Destaque nº4, para o qual pedimos o apoio de V.Exa.

A nossa bancada também apresenta o Destaque nº 5, referente a uma emenda que apresentamos para hospitais especializados que fazem atendimento muito importante no nosso Estado. Alguns deles são referência regional, atendendo a pessoas de outros Estados, inclusive do Distrito Federal.

Esses são os 2 destaques que apresentamos a V.Exa. e gostaríamos que ambos fossem atendidos. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha)

– Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, Sr. Relator, é interessante registrar que eu conversava há pouco com o Deputado Rafael Guerra e mostrava-lhe a necessidade que tem o Pará de fazer crescer o Orçamento da Saúde. *(Pausa.)*

Deputado Zé Gerardo, S.Exa. já fez muito pela FUNASA. Calma! Deixe ver se eu consigo um pouco para o Pará, através da FUNASA também.

Sr. Relator, o Pará está na lista dos 27 Estados, mas é o que menos recebe, *per capita*, do Brasil. São 141 reais, enquanto o Rio Grande do Sul recebe 250, e o Rio de Janeiro, 245. O sangue do paraense é o mesmo. E muitos cariocas moram lá.

V.Exa. usa o critério de mérito. Até quero entender o que é critério de mérito.

Nós também temos o Sarah Kubitschek lá, que precisa ser implantado e instalado para funcionar. E V.Exa. retira 5,3 milhões de reais. Além de acrescentar 5,3 milhões, conforme conversamos, o que entendi? V.Exa. acrescentou para muitos e poderia acrescentar para o Pará. O Governo do Estado tem de investir em outras áreas. O dinheiro do bolo que vai ser distribuído poderá dobrar esse valor e chegar ao limite dos 50. O excedente, se eu alocar recursos em outra área do Estado, através de outras emendas, pode o Estado compensar na área da saúde, que realmente é precária no Pará, até pela extensão territorial.

Deputado Rafael Guerra, V.Exa. já me ouviu falar muitas vezes da redivisão territorial do Pará, da criação do Estado do Carajás, uma necessidade para o bom gerenciamento. Em um Estado daquele tamanho, é muito mais caro atender ao cidadão que mora a 2 mil quilômetros da Capital.

Queria que V.Exa. apenas considerasse, além dos 5,3 milhões, um pouquinho mais, para que pudéssemos, complementando ali, obter um excedente para outra área, para que o Estado pudesse compensar.

Era nesse sentido que eu queria fazer o apelo a V.Exa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha)

– Com a palavra o Deputado Ricardo Barros. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Rodrigo Rollemberg.

**O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG**

– Sr. Presidente, Sras. e Sras. Parlamentares, em pri-

meiro lugar, eu gostaria de cumprimentar o Presidente desta Comissão pela condução dos trabalhos e, de forma muito especial, o Relator, Deputado Rafael Guerra, pela atenção dispensada a todos os coordenadores de bancada e pela presteza no atendimento, todas as vezes em que o procuramos. Somos muito gratos a S.Exa.

Estamos fazendo 3 destaques em relação às emendas da bancada do Distrito Federal. Tenho convicção de que todos poderão e deverão ser acolhidos, por diversos motivos, sobretudo pela importância dos temas.

O Destaque nº 20 se refere à implantação da sede de um centro de formação em gestão da saúde, da Fundação Oswaldo Cruz, no Distrito Federal, em parceria com a Universidade de Brasília. Recentemente, foi lançada a pedra fundamental da obra, um grande evento promovido pela universidade que contou com a presença do Ministro da Saúde e do Presidente da Câmara dos Deputados. É uma parceria estratégica para o Distrito Federal, até porque um dos projetos mais importantes para o desenvolvimento da cidade é o da construção de um parque tecnológico de biotecnologia no Distrito Federal. Nesse sentido, a presença da Fundação Oswaldo Cruz em Brasília, em parceria com a UnB, é estratégica.

O segundo destaque diz respeito a pequeno acréscimo em relação à emenda destinada à reforma no Hospital de Base, o mais importante de Brasília. É bom lembrar que o Hospital de Base recebe pessoas não só do Distrito Federal, mas também de toda a região do Entorno e do interior, dos Estados da Bahia, do Piauí, enfim, de todo o Brasil.

Finalmente, a Emenda nº 22 se destina ao atendimento do Hospital Sarah Kubitschek. É desnecessário ressaltar aos membros desta Comissão a importância do trabalho desenvolvido por esse hospital, referência mundial. Mas ressalto também que o Sarah Kubitschek de Brasília atende pessoas de todos os lugares do Brasil. Esse hospital é orgulho nacional, é referência mundial em tratamento médico.

Portanto, gostaria de apresentar esses destaques para a consideração do Relator, não sem antes agradecer-lhe e parabenizá-lo pelo excelente trabalho realizado e pelo seu altíssimo espírito público.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha)

– Com a palavra o Deputado Jovair Arantes.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Presidente, eu quero apenas tecer algumas considerações com relação ao relatório do Deputado Rafael Guerra.

S.Exa. é um lutador da área da saúde, nós o conhecemos. Foi Presidente da Frente Parlamentar da

Saúde, e agora, na condição de Relator dessa importante área temática, tem de lançar mão – e é importante que saiba disso, para que converse com os Senadores ligados ao PSDB; e esse relatório é da Câmara e do Senado -, tendo em vista que estamos às vésperas da votação da proposta de prorrogação da CPMF no Senado, de 17 bilhões oriundos da arrecadação da CPMF, incluídos no Orçamento da Saúde.

Eu quero saber como vai ficar essa situação, se não for aprovada a prorrogação da vigência da CPMF. É necessário que o nosso bravo Deputado Rafael Guerra, que tem adotado a conduta de defesa da área da saúde no Brasil, leve essa informação aos Senadores desta Comissão e aos Senadores que vão votar a proposta de prorrogação da CPMF na semana que vem. São 17 bilhões de reais somente neste Orçamento da Saúde. Significa desmanchar todo o Orçamento no qual estamos trabalhando, para a aprovação hoje, se Deus quiser, do relatório do Deputado Rafael Guerra.

Outra observação: já comentei com o Deputado Rafael Guerra que historicamente esta Comissão tem buscado diferenciar as regiões brasileiras. E um dos objetivos do Orçamento é este: exatamente tirar dos Estados que podem mais e levar para os Estados que podem menos. E, nos últimos anos, temos feito isso através do Comitê de Admissibilidade de Emendas, hoje presidido pelos Deputados Cláudio Cajado, Zé Gerardo, Rose de Freitas e Carlos Alberto Leréia. Nós conseguimos fazer com que Minas Gerais, o Estado que mais recebe recursos da União hoje, ficasse, em média, com 7,42% dos recursos do Orçamento, nos últimos anos. São Paulo, o segundo Estado que mais recebe, fica com 5,33% dos recursos do Orçamento. Estados que menos têm, a exemplo do Acre, recebem 2,83%.

Em anos anteriores, a diferença pró São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, os Estados que mais podem, chegou a 12% ou 13%, enquanto outros Estados ficaram com 1%, 0,8%, 2%, a exemplo do Tocantins, que hoje já recebe 4%.

Então, esse trabalho feito pela Comissão e pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas, mediante a sensibilidade do Relator do Orçamento nos anos anteriores, poderá, neste ano, ir pelo espaço, embora seja um trabalho de muitos anos. Não estou reclamando do valor alocado para o Estado de Goiás. Já conversei isso com o Deputado Rafael Guerra. Será feita a correção. Mas, na medida em que há relatórios variados, mesmo com essa correção, ainda poderemos ter uma distorção muito grande com relação a valores, por conta das emendas que são direcionadas aos Estados que mais podem, que mais recebem dinheiro deste Orçamento.

Então, eu fico preocupado com essa diferenciação e com essa descolagem, outra vez, com relação ao valor fixado nos anos anteriores.

Pela autoridade moral que V.Exa. tem, Sr. Relator, por ser um dos maiores defensores da área da saúde do Brasil, é necessário que abra os olhos dos Senadores tucanos em relação à proposta de prorrogação da CPMF, a ser apreciada na semana que vem. São 17 bilhões de reais, só neste Orçamento, que irão por água abaixo, se não tivermos aprovada a prorrogação da vigência CPMF na semana que vem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Com a palavra a Deputada Rose de Freitas.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Rafael Guerra, antes de mais nada, quero dizer que a área da saúde é objeto de muitas lutas e de muita mobilização nacional. Estamos sempre devendo. Na verdade, o Brasil sempre deve ao povo brasileiro uma política de saúde mais justa. E, ano a ano, obtemos algumas conquistas. Eu quero ressaltar o papel do Relator durante esses anos todos, na luta da Frente Parlamentar da Saúde.

Mas eu quero registrar que me surpreendi com o corte que fez V.Exa. A Deputada que está falando há 20 anos briga nesta Casa por saneamento básico. Há 20 anos, saneamento básico soava como palavrão; no mínimo, era idiotice de alguém que defendia obra que ficava debaixo da terra. Hoje, nós sabemos que falar em hospital, falar em saúde pública, equivale a falar em saneamento básico.

Sr. Relator, V.Exa. cortou 289 milhões de reais do saneamento básico. Para mim, isso é incompreensível, porque eu conheço a luta de V.Exa. O PMDB não está de acordo com essa posição. E nós temos de discutir isso. Até em respeito ao trabalho de V.Exa., diante também da omissão de outros Relatores, que não compareceram para entregar seus relatórios a tempo de serem apreciados hoje, nós gostaríamos de ajudar nessa progressão do trabalho da Comissão, mas queremos ressaltar que precisamos discutir. Tão logo seja possível, temos de nos reunir para discutir esse problema.

V.Exa., com certeza, nessa política de cobertor curto, sentiu-se aflito, sem saída, e fez esse corte. É inaceitável. O Governo tem de nos responder, tem de nos orientar sobre a melhor maneira de repor esses recursos, junto com V.Exa., o Relator, que respeitamos e queremos tão bem, para que também possamos responder à saúde, ao povo, que espera algum resultado desta Comissão.

Não concordamos com o corte e queremos a reposição desses recursos.



Isso é ruim para o País, Sr. Relator. Falta sensibilidade do Governo nessa área. Não adianta lançar PAC, com uma propaganda nacional imensa, se ela não corresponde ao volume de recursos que foi prometido ao País. Lembro-me de que, quando tomou posse, há 5 anos, o Presidente Lula anunciou ao País que tinha 4 bilhões de reais para gastar com obras de saneamento básico. Eu espero isso até hoje. E falo com a maior tranquilidade, porque faço parte da base aliada do Governo e o ajudo todos os dias, tanto quanto posso ajudar. Tenho certeza de que cada membro, cada Deputado da bancada, mesmo da Oposição, tenta fazer o mesmo.

Sr. Relator, este País não tem mais oposição raivosa, que rasgava, como já vimos, a Constituição em plenário quando se sentia insatisfeita. Todos colaboraram: os Deputados Cláudio Cajado, Eduardo Sciarra, Vanderlei Macris e Geraldo, que hoje está no PMDB, o Humberto, que é o nosso patrimônio nesta Casa, que traz a sua experiência. Apesar de ter sido Constituinte, não tenho a experiência de V.Exa.

Não considero aceitável votar este relatório sem rediscutirmos a questão da FUNASA.

Se o Deputado Rodrigo Rollemberg permitir, estou falando tão-somente com o Relator, porque S.Exa. é quem vai acatar o que estamos pleiteando.

Quanto à emenda do Espírito Santo, já fiz um convite a V.Exa. para que conheça de perto o Estado que só tem 1 pronto-socorro, o São Lucas, que já foi ao ar pelo *Jornal Nacional* várias vezes. No Estado há apenas 1 hospital infantil que atende o sul da Bahia, na divisa de Minas Gerais, onde tem aumentado significativamente a mortalidade infantil em virtude de atendimento inadequado, e não por falta de esforço dos médicos.

Eu só falo quando o Relator me ouve. Não terminei, Sr. Presidente. Estou um pouco exigente na atenção do Relator, porque, se S.Exa. não entender as nossas causas, não poderá nos atender. Poderia parecer injusto, mas não é. Falo em nome até do nosso Governo do Estado.

A bancada do Espírito Santo fez 1 emenda, que V.Exa. atendeu. Solicitei a V.Exa. que a revisse e fizesse uma programação nova de despesa e aceitasse o destaque da bancada do Espírito Santo, que neste momento representa a coordenação.

Parabenizo V.Exa. pelo Parlamentar que é: tolerante, paciente. Nossos reclames nunca são contra a figura do Parlamentar que está, hoje, Relator. Pelo contrário. Se hoje a saúde caminhou, teve muito da sua militância. Estou nesta Frente, porque V.Exa. a comanda.

Cada um de nós representa um pedaço do Brasil. O relatório do Djair aborda a nossa luta para diminuir as desigualdades. Antes, toda a bancada de São Paulo e de Minas Gerais se sentavam aqui. A desigualdade tende a aumentar este ano. V.Exa. verá no quadro final, no cronograma – Deputado Cláudio Cajado, parlamentar assíduo, trabalha nesta Comissão para melhorar as condições de vida do povo da Bahia, assim como nós também fazemos para o Espírito Santo -, essa desigualdade, que não pode aumentar. Nós a diminuimos no ano passado, mas ela tende a aumentar agora.

Queremos muito ajudar São Paulo e Minas Gerais. É preciso, porém, reconhecer que os Estados pequenos precisam da atenção dos Relatores, sobretudo do Relator-Geral e do Presidente desta Comissão.

Agradeço a tolerância a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Tem a palavra V.Exa..

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, gostaria que o Relator desse uma explicação rápida sobre a questão dos cortes realizados na FUNASA. S.Exa. já me disse que vai haver recomposição. Então, está definido que serão recompostos os cortes realizados na FUNASA.

Parabenizo o nobre e querido Relator, futuro Senador da República. V.Exa. faz um trabalho tão grande na saúde, que tenho certeza de que o povo na sua terra vai elegê-lo Senador na próxima Legislatura.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Deputado Eduardo Sciarra.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Sr. Presidente, pela ordem.

Gostaria apenas de fazer uma pergunta ao Sr. Relator.

Na bancada de Minas discutimos o problema dos hospitais universitários. V.Exa. fez uma bela explanação sobre as necessidades. Gostaria de saber se V.Exa. atendeu os hospitais universitários e se Montes Claros foi contemplado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Deputado Eduardo Sciarra.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, inicialmente cumprimento o nosso Líder da Frente Parlamentar da Saúde que relata essa área setorial tão importante.

O Deputado Rafael Guerra, ao longo de todos esses anos, tem dedicado o seu mandato parlamentar às causas da saúde. Queremos fazer esse reconheci-



mento e cumprimentá-lo pelo trabalho, inclusive pela confecção deste relatório.

Evidentemente que fica difícil ao Relator-Setorial corrigir distorções crônicas que vêm na peça orçamentária. Pudemos constatar isso ao analisar esse relatório. Por mais que nosso Relator tente fazer os ajustes possíveis, dentro da competência de seu trabalho, continuamos observando.

Queremos também ressaltar, porque se procurou fazer, com relação à média e alta complexidade, o trabalho de atender as distribuições da forma mais justa possível à média.

Faço pedido especial em nome da bancada do Paraná. Estamos apresentando 2 destaques: o nº 30 e o nº 31.

O Destaque nº 30 é resultante da Emenda nº 03, “estruturação da unidade de atenção especializada em saúde, na irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Londrina”. Esse hospital, há muitos anos, está precisando de investimentos, pois atende toda a região norte e parte da região noroeste do Paraná.

O Destaque nº 31 é resultante da Emenda nº 017, “estruturação da unidade de atenção especializada em saúde, reequipamento da rede hospitalar no Estado do Paraná”. Diversos hospitais estarão contemplados com esses recursos.

Pedimos atenção ao nobre Relator para esses pleitos.

Encerrando, mais uma vez, cumprimento o Deputado Rafael Guerra pela luta pelas causas da saúde.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Deputado João Magalhães.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Apelo ao nobre Relator, que é do nosso Estado, para que olhe com atenção o Destaque nº 28, emenda de bancada de Minas Gerais, no qual solicitamos a recomposição dos valores, uma vez que V.Exa. aprovou valor inferior ao solicitado.

Peço a V.Exa. que olhe com carinho e aumente o valor da emenda de bancada, uma vez que nosso Estado possui 853 municípios. É o Estado que mais tem municípios e há carência por melhores serviços de saúde. V.Exa., que foi Secretário de Estado, sabe, mais do que eu, das nossas necessidades.

Apresentamos também, nobre Relator, o Destaque nº 26, em que pedimos a recomposição total de recursos cortados da FUNASA na Seqüencial 002561, na qual tivemos um corte de mais de 158 milhões de reais. Gostaríamos que V.Exa. olhasse com carinho, uma vez que esses recursos são destinados a pequenos municípios, com até 50 mil habitantes, em todo o Brasil.

Aguardo com carinho a atenção de V.Exa., Relator.

Muito obrigado pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Deputado Carlos Alberto Leréia.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA** – Sr. Presidente, cumprimento o Relator-Setorial, nosso querido Deputado Rafael Guerra, atleticano, que colaborou com o Cruzeiro e com a Copa Libertadores para o ano que vem.

Recebi de S.Exa. o comunicado, mas quero pedir-lhe atenção às nossas emendas, reforçando o pedido feito pelo Deputado Jovair Arantes.

Apresentei 2 emendas de bancada para o Estado de Goiás. Gostaria que dispensasse a elas tratamento especial, porque Goiás tem muita estima por V.Exa. Eu, que sou mineiro e Deputado por Goiás, espero ter esse tratamento, em nome do nosso Estado, que tem mais mineiro do que goiano.

Eram essas as minhas palavras. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Encerrada a inscrição, passo a palavra ao Relator, Deputado Rafael Guerra.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Vou procurar responder pela ordem os questionamentos. No início quero esclarecer os cortes que foram feitos na proposta do Executivo.

Como relatei, estamos com um déficit orçamentário, um rombo no Orçamento de seis bilhões e meio, que depende da aprovação do PLP nº 1/2003, no Senado, de 4 bilhões, depende da correção do piso constitucional da Saúde e de uma suplementação, porque houve um reajuste. Em meu relatório, passei mais rapidamente, não o li em detalhe, mas o Governo fez um reajuste nas tabelas do SUS que custou este ano 1,2 bilhões de reais. Esse recurso foi suplementado na Saúde por meio do Fundo de Combate à Erradicação da Pobreza, não foi incorporado ao orçamento da Saúde. Esse é o motivo da falta dos recursos. Além disso, como bem lembrou o Deputado Jovair Arantes, estamos ainda na dependência da aprovação ou não da CPMF. Quer dizer, o orçamento da Saúde realmente é preocupante, porque se considerarmos 17 bilhões da CPMF mais os 6,5 bilhões, são 23,5 bilhões. Quase metade do orçamento da Saúde está pendente, vamos dizer assim. Teríamos recursos para o 1º semestre do ano que vem.

Esse foi o motivo dos cortes. Fizemos um corte linear. Ninguém mais do que eu reconhece a importância do saneamento. Achamos que é fundamental, o saneamento economiza recursos da Saúde, na assistência. Inclusive já atendendo, pelo menos em parte,

o apelo da Deputada Rose de Freitas e do Deputado João Leão, informando a S.Exas., estou anexando um adendo em que estamos acrescentando 10 milhões na proposta orçamentária da FUNASA, quer dizer, reduzindo em 10 milhões o corte que foi feito. Tínhamos feito um corte, estamos recompondo em 10 milhões, porque na verdade esse corte dependia um pouco, e o saneamento depende também, de emendas parlamentares. Foram poucas as bancadas que apresentaram emendas para a FUNASA. O Deputado João Magalhães também levantou o assunto.

Rapidamente, para não tomar muito o tempo de V.Exas., a FUNASA foi contemplada com 2 emendas da Paraíba, Tocantins, uma emenda, e do Pará. Apenas 3 Estados, e isso sacrificou realmente o orçamento da FUNASA. Por isso, já estamos apresentando um adendo, recompondo em 10 milhões, e um adendo alterando o subtítulo da Emenda 71140007, de Minas Gerais, que estava com a redação equivocada, atendendo apenas a Região Metropolitana de Belo Horizonte; ela está nos moldes de vários outros Estados, podendo atender hospitais universitários, filantrópicos.

Respondendo ao Deputado Claudio Cajado, que questionou a respeito das santas casas, temos emendas em vários Estados que permitem o atendimento das santas casas, e todas receberam o acréscimo possível dentro da disponibilidade orçamentária.

A Comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara, apresentou emenda nacional para hospitais universitários e de ensino, que permite também atender hospitais filantrópicos.

De modo que procurei colocar no orçamento propostas de interesse nacional, para melhorar o atendimento ao cidadão e o SUS, como o principal estrangulamento do SUS, que é o atendimento de urgência, de emergência; segundo, proposta de incremento para todas as ações de regionalização do serviço de Saúde, para aumentar a eficácia do SUS; terceiro, o reajuste de tabelas, que também atende as santas casas.

Quero agradecer ao Deputado José Pimentel as palavras. Como informou-me S.Exa., apesar de o PLP não ter sido aprovado no Senado, o Relator se comprometeu a incorporar o que for possível do acordo proposto pelo Governo em seu relatório geral.

Hospital da Mulher. Peço ao Deputado Zé Gerardo apresente o destaque. Aproveito para responder ao Deputado Giovanni Queiroz sobre o critério de mérito. O critério de mérito é uma análise feita pelo Relator Setorial juntamente com os coordenadores de bancada. Parte do critério de mérito é complementado com as intervenções de V.Exas. Quer dizer, por intermédio do Deputado Zé Gerardo, por exemplo, ficamos sabendo das propostas do Hospital da Mulher, para atendi-

to geral, para atendimento a urgência e emergência. Isso muda o caráter, a necessidade do investimento. O critério de mérito naturalmente tem que ouvir os Parlamentares, porque não tenho a pretensão de ser o único a defini-los.

Portanto, o Deputado Zé Gerardo contribuiu, sem dúvida alguma, para esse processo.

Já comentei a respeito do mencionado pelo Deputado Jovair Arantes. Em relação à Deputada Rose de Freitas sobre o corte na FUNASA também já foi falado.

Quanto à questão das desigualdades regionais, consideramos no relatório, para a distribuição de recursos, como um dos critérios o Índice de Desenvolvimento Humano. Quer dizer, o menor desenvolvimento humano pesa mais para receber recursos de investimentos. Isso ocorreu no custeio da atenção básica e nos investimentos.

Procuramos, com emenda nacionais, mais uma vez, contemplar, por exemplo, todos os municípios de mais de 100 mil habitantes, independente do Estado, do Governador, do Prefeito, as cidades-pólo e as capitais.

Quanto ao que me perguntou o Deputado Humberto Souto, quero também reforçar que tanto os hospitais de Montes Claros quanto os universitários, e o Hospital da UNIMONTES é um deles, estão contemplados, tanto na emenda de Minas quanto na emenda nacional da Comissão de Seguridade Social e Família. A preocupação de V.Exa. é absolutamente válida e será atendida dentro dos limites deste pobre Relator.

Quanto ao Hospital de Londrina, Deputados Eduardo Sciarra e João Magalhães, já foi comentado.

Para encerrar, quero agradecer a todos as palavras que me foram dirigidas. Quero agradecer a todos as palavras que me foram dirigidas, ao meu partido pela indicação de meu nome, pelos membros e pelo Presidente da Comissão, para a relatoria setorial da Saúde.

Atendendo às negociações e segundo tudo o que foi conversado com os colegas, vou analisar os destaques e fazer, juntamente com o Relator Geral, todo o esforço para atender o que for possível.

Agradeço a todos as intervenções.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Deputado, a discussão ainda não está encerrada, temos uma lista de inscritos.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr. Presidente, é exatamente sobre isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Quero fazer um apelo a quem está inscrito para que encerremos as discussões e votemos, para que possamos abrir a sessão do Congresso Nacional as 13 horas. O Presidente já está aqui. A sessão do Congresso só irá até as 14 horas. Depois voltaríamos para cá para votarmos os destaques.

É o apelo que gostaria de fazer, pelo entendimento que houve com todos os partidos, que os Deputados abram mão de sua fala, para que encerremos a discussão e possamos votar, ressaltados os destaques, o que faríamos logo depois.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – O PMDB concorda.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Ainda temos 3 inscritos, a quem pergunto se abrem mão da discussão.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, quero apenas registrar minha enorme preocupação com este relatório, já que vai distorcer, para os anos seguintes, a média histórica dos Estados de forma muito acentuada. A maioria dos Estados consegue colocar no orçamento 240 milhões em todas as emendas. Neste relatório há uma única emenda que dá 240 milhões para um Estado. Para São Paulo, vai dar 340 milhões em 2 emendas. Portanto, haverá uma distorção enorme para o futuro em função deste relatório, que promoveu um corte muito amplo, de 700 milhões, para atender poucas emendas, trinta e quatro. Isso terá uma repercussão no futuro.

Estou fazendo esse alerta, sei que houve um acordo, mas quero registrar essa preocupação, porque é minha obrigação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Tem a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Também tenho essa mesma preocupação, Presidente. Obviamente que são demandas com proporcionalidades populacionais, redes hospitalares diferenciadas, mas o Orçamento não pode acirrar ou ampliar essas diferenças, essas contradições.

Tenho essa mesma preocupação na distribuição não muito equitativa de parte dos recursos disponíveis.

Compreendo a luta do Deputado Rafael Guerra na Frente Parlamentar da Saúde, correta, apesar de divergir em alguns momentos no tocante ao foco. Mas no tocante ao contexto em que se insere o Deputado na defesa da saúde brasileira, cumprimento-o por essa luta. Agora, o Brasil não é composto de Estados iguais, mas com diferenças regionais muito profundas, e o Orçamento tem que buscar diminuir essas diferenças. Quando vejo os Estados de Rondônia e do Acre com

dotação orçamentária na área de saúde, com emendas de bancada discutidas, não é fácil colocar uma ação estruturante da forma como hoje a Resolução nº1 aponta. Já foi um grande avanço da bancada apontar uma ação estruturante na área da saúde, porque anteriormente o recurso era disperso em várias unidades localizadas. Agora estamos pensando numa rede hierarquizada em saúde rondoniense. Vejo Estados com densidades maiores, mas proporcionalmente acho que a situação da região amazônica, em especial o Estado de Rondônia, não foi devidamente avaliada. Foi apresentado um destaque, e gostaria que no transcurso de nosso debate pudessemos acolhê-lo.

Concluo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Com a palavra o Deputado Manoel Junior.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Sr. Presidente, nobre Relator, quero inicialmente cumprimentar V.Exa., Deputado Rafael Guerra, e, em seu nome, a assessoria da Casa e da Comissão pelo brilhante trabalho realizado com habilidade e desprendimento por V.Exa na área da saúde, extremamente importante.

Na verdade, apresentamos 3 destaques. Um deles, para o Estado da Paraíba, relativo às ações básicas de saúde e ampliação da infra-estrutura; outro de Campina Grande; e uma emenda da FUNASA, de autoria da bancada paraibana.

Peço a V.Exa. que faça uma análise apurada e generosa desses 3 destaques.

Finalizando, quero cumprimentar V.Exa. e falar da enorme satisfação que tive como Relator Setorial de ter V.Exa. como companheiro e colega nessa luta. Com certeza, concluiremos nosso trabalho até o dia 31 de dezembro. Parabéns.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – A discussão e o prazo para a apresentação dos destaques estão encerrados.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Rafael Guerra.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Ao encerrar a apresentação do relatório, primeiro, quero agradecer ao Deputado Manoel Júnior as palavras. Em seguida, cumprimentar V.Exa. pelo seu relatório setorial que foi aprovado ontem com louvor.

Quero agradecer aos Deputados Ricardo Barros e Eduardo Valverde. Apesar de estarmos em campos opostos, quando é necessário nos entendemos, principalmente na área da saúde.

Quero dizer ao Deputado que nosso trabalho de correção das desigualdades regionais é permanente. Tanto que, há mais de 4 anos, na Comissão, procuramos aumentar a *per capita* dos Estados mais pobres, com menor IDH, em detrimento dos Estados

mais ricos. Concorro com a referência de V.Exa. em relação a isso.

O PLP nº 1/2003 prevê que os Estados com menor IDH deverão receber mais investimentos. Todavia, vejo com certa preocupação e tristeza que o número de emendas à saúde caiu. Para os senhores terem uma idéia, 8 bancadas estaduais não apresentaram emendas para a saúde. Não tenho como corrigir uma distorção como essa. Ou seja, se a bancada não apresentou, o Relator Setorial não pode fazer nada. Realmente, vejo isso com preocupação.

Indago por que 8 Estados brasileiros não apresentaram emendas. Não vou citar os Estados, porque pode não ficar bem. Mas há Estados, sabemos, que precisam de recursos. A liberação de recursos do Ministério da Saúde está muito lenta. Alertei ao Ministério que pagasse os empenhos de 2006 e empenhasse as emendas de 2007. Não sei se foi esse o motivo, mas eu fiquei um pouco amarrado com os Estados que não apresentaram emendas.

Como nem todo mundo teve conhecimento, quero informar que o Governador do Acre, do PT, esteve comigo, quando me solicitou que a emenda fosse atendida. A emenda era de um valor maior. S.Exa. esteve comigo, juntamente com o Senador Sibá Machado, e foi atendido. Rondônia, da mesma forma. Tanto o Secretário de Planejamento, o da Saúde e o Governador foram atendidos.

De toda forma, ao receber o pedido de V.Exa., vou analisar o destaque. Essa é a última etapa. Mas eu procurei contemplar o Estado de V.Exa. Os demais Estados do Norte – Amapá, Roraima – não têm emenda para a saúde. Desse modo, como Relator Setorial, não posso fazer essa correção.

Era esse o esclarecimento.

O mesmo esclarecimento deixo ao Deputado Ricardo Barros. Ou seja, há limites ao trabalho do Relator para a correção das desigualdades regionais.

O Deputado Gilmar Machado está pedindo que eu encerre?

Muito obrigado a todos pelas palavras que me foram dirigidas. Procurei fazer o melhor para a saúde do cidadão brasileiro, contemplando todo o País, inclusive os encaminhamentos, no meu relatório, foram indistintamente dirigidos.

Contemplei, desse modo, Estados e Municípios, independentemente do partido político ser aliado ou não. Procurei trabalhar para melhorar a saúde do País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha)

– Nos termos do parágrafo único, do art. 25 da Resolução nº 1, solicito autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de

Emendas com relação às emendas individuais, tendo em vista que já houve manifestação com relação às emendas coletivas.

A autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

Em votação o relatório setorial da Área Temática II, Saúde, e o adendo, na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Contra o voto do Deputado Ricardo Barros.

APROVADO.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

**O SR. DEPUTADO CLÁUDIO CAJADO** – Pela ordem, Sr. Presidente. Peço a V.Exa. que inclua o requerimento já que teremos sessão do Congresso agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Há sobre a mesa requerimento extrapauta do Deputado Cláudio Cajado, que requer informações ao Tribunal de Contas da União referente a obras com indícios de irregularidades graves.

S. Exa. pede a inclusão do requerimento na pauta da Ordem do Dia.

Quem concorda com a inclusão do requerimento na pauta?

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Em discussão o requerimento.

**O SR. DEPUTADO CLÁUDIO CAJADO** – Para explicação, Sr. Presidente, se V.Exa. me permite.

O PL nº 43/2007 será votado pelo Congresso. Na sessão passada, pedi a retirada de pauta do referido projeto em função das várias obras com indícios de irregularidades. Estou zelando pela correta aplicação dos recursos públicos, e verificando se há ainda irregularidades. Peço, desse modo, ao TCU que nos informe.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Apresentação e discussão do Requerimento



nº 25, que “solicita seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União solicitação de informação referente aos subtítulos com indícios de irregularidades graves constantes no programa do PL nº 43/2007 do Congresso Nacional”.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Solicito, Sr. Presidente, que retornemos as 14h30min para examinar os destaques já apresentados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – A reunião está suspensa. Retornaremos as 14h30min, quando serão examinados os destaques à área da saúde.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Declaro reiniciada a 7ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas 36 e 37 de 2007.

Farei um breve histórico dos fatos ocorridos na reunião realizada pela manhã. Primeiro, foram votados os destaques apresentados às Áreas Temáticas 5 – Planejamento e Desenvolvimento Urbano – e 9 – Agricultura e Desenvolvimento Agrário. Segundo, foi apresentado o Relatório Setorial da Área II – Saúde. Terceiro, foi iniciada e encerrada a discussão e o prazo para a apresentação de destaques referentes a essa área temática.

Passaremos, agora, à apreciação dos destaques da Área II – Saúde.

Com a palavra o Relator, Deputado Rafael Guerra.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, foram apresentados 42 destaques: 35 relativos à emenda de apropriação, 1 relativo à emenda de remanejamento e 6 para recomposição de seqüencial objeto de cancelamento.

Para viabilizar o atendimento de 8 destaques aprovados parcialmente, no valor de 70 milhões, conforme disposto no art. 81, I, “d”, da Resolução 1, de 2006, do Congresso Nacional, propomos sejam reduzidas as dotações aprovadas das seguintes emendas: emenda da Comissão de Assuntos Sociais, 5 milhões, na Fonte 151; emenda da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, 65 mi-

lhões, na Fonte 151, sendo 15 milhões do GND 3 e 50 milhões do GND 4.

Com esses fundamentos, nosso voto é pela prejudicialidade dos Destaques nºs 5, 23, 31, 32 e 34, cujo teor é igual ao de outros aprovados; pela rejeição dos Destaques nºs 1, 3, 4, 6, 8, 9, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 41; pela aprovação parcial nos valores apresentados em anexo dos Destaques nºs 2, 7, 10, 12, 14, 24, 36 e 42.

Esse é o nosso relatório.

Além disso, Sr. Presidente, acordamos com os Parlamentares a indicação ao Relator-Geral, na conclusão do nosso parecer, para a utilização do excedente da redistribuição de estimativa de receita para a Fundação Nacional de Saúde. Não tenho a fonte neste momento, mas a reestimativa de receita vai liberar um excedente que não pode ser aplicado porque ia ultrapassar o valor da solicitação da emenda.

Portanto, sugerimos que esse excedente seja destinado à Fundação Nacional da Saúde, em cumprimento ao acordo feito com os Parlamentares na rubrica nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Foram apresentados, conforme esclareceu o Relator, Deputado Rafael Guerra, 42 destaques: 35 relativos à emenda de apropriação, 1 relativo à emenda de remanejamento e 6 para recomposição de seqüencial objeto de cancelamento.

P ara viabilizar o atendimento de 8 destaques aprovados parcialmente, no valor de 70 milhões, e conforme disposto no art. 81-LD, da Resolução nº 0106-CN, propomos que sejam reduzidas as dotações aprovadas nas seguintes emendas: 1) Emenda da Comissão de Assuntos Sociais nº 6006.0001, no valor de 5 milhões, da Fonte 151; 2) Emenda da Comissão de Seguridade Social e Família nº 5021.0001, no valor de 65 milhões, também da Fonte 151, sendo 15 milhões do GND 3 e 50 milhões do GND 4.

Está em discussão a matéria.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, Sr. Relator, fizemos uma solicitação ao Relator para ampliar o atendimento ao Paraná em 25 milhões, dado que o critério estabelecido pelo Relator de população dos Estados era relevante, conforme descrito no seu voto, e S.Exa. propôs o atendimento de 15 milhões a mais em uma emenda do nosso destaque.

Portanto, Sr. Presidente, solicito que, depois, passemos à votação em separado do Destaque nº 35, para que, eventualmente, possamos completar a solicitação do Relator de 25 milhões e, nas próximas edições do Orçamento, nossa média não fique prejudicada em re-

lação aos demais Estados. Deixo essa solicitação ao Relator a fim de que possamos ver atendido também um valor a mais no Destaque nº 717003.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Posso esclarecer, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Relator, para prestação de esclarecimentos.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Sr. Deputado Ricardo Barros, o Estado do Paraná foi atendido com 15 milhões em atenção ao pedido dos Deputados Nelson Meurer, Eduardo Sciarra, Alex Canziani e de V.Exa., porque, na verdade, a emenda solicitada foi no valor de 80 milhões e estamos colocando em 65. Com a reestimativa de receita, esse valor iria para 130, havendo uma sobra para o Relator-Geral de 50 milhões. Então, politicamente, estamos atendendo ao pleito de V.Exa., mais não haverá nenhum efeito prático, porque o valor da emenda foi de 80 milhões. A bancada do Paraná pediu 80 milhões, e receberá 130. Na verdade, estou atendendo a V.Exa. para que possa chegar ao seu Estado dizendo que conseguiu, mas, na prática, esse aumento não vai ocorrer.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Relator, desejo apenas um esclarecimento. A informação que recebi do nosso assessor é de que essa emenda havia sido atendida em 25 milhões, e, agora, o Relator concedeu mais 15 milhões. Não entendi quando V.Exa. disse que estamos sendo atendidos com 65 milhões.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – A emenda foi atendida, inicialmente, em 50 milhões.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sim.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Com mais 15, são 65 milhões. Com a reestimativa de receita, são 130 milhões, e o valor solicitado foi de 80 milhões.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Tudo bem, Sr. Relator, mas a informação que recebi da nossa assessoria é de que o atendimento havia sido no valor de 25 milhões. A Emenda nº 717003, da Santa Casa de Misericórdia de Londrina, para a qual solicitei voto em separado, foi atendida em 25 milhões. É isso?

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Ela foi atendida em 25 milhões.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Certo. Está bem, Sr. Relator. Minha preocupação com esse relatório é sempre com base na média histórica de atendimento.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – V.Exa. deseja trocar a destinação?

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Não, gostaria que o atendimento...

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Ela destina-se à rede hospitalar do Estado ou a Londrina?

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Destina-se à rede hospitalar do Estado.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – É isso que foi atendido.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sim, mas é que aqui consta bancada do Paraná. Cada emenda nossa foi atendida com 25 milhões, e não uma com 50 e outra com 25, como...

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Isso. Mas o pedido era de 80 milhões. O total do pedido das 2 emendas era de 80. No total, o Paraná foi atendido com 50 milhões.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Certo.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Recebendo agora mais 15, são 65 milhões. Com a reestimativa, são 130 milhões.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Está bem. Vou manter meu pedido de destaque para a emenda da Santa Casa de Londrina, porque tenho grande dificuldade com a questão da média histórica desses atendimentos. Nós, Parlamentares do Paraná, que somos 5 na Comissão, havíamos solicitado a V.Exa. 25 milhões, e fomos atendidos com 15 milhões. Assim, solicito a V.Exa. que complemente os outros 10 milhões para a Santa Casa de Londrina ou para essa Emenda nº 717003, se possível. Ou melhor, se der, prefiro que seja na Emenda nº 17, se não der, que seja na Emenda nº 3.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Volto a lembrar que estamos atendendo a 8 destaques, num total de 70 milhões, e a maior parcela, de 15 milhões, foi para o Paraná.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Certo, temos 2 Estados com 15 milhões.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Fizemos o que foi possível. Posso recomendar ao Relator-Geral, mas, mais do que isso, não foi possível fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – A matéria continua em discussão.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Tem V.Exa. a palavra.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, antes de mais nada, quero reconhecer de público o esforço do Relator-Geral e do Relator-Setorial, Deputado Rafael Guerra. Endossamos sua luta, compreendemos todo o processo e aplaudimos sua maneira de trabalhar com seriedade. O Espírito Santo

agradece a compreensão de V.Exa. pelo momento crítico da nossa saúde, que, inclusive, está nacionalmente no 2º lugar em depreciação de todo o procedimento de assistência aos nossos hospitais.

Em nome do PMDB, agradeço a V.Exa. o tratamento e peço desculpas ao Relator se, por acaso, em algum momento, alguém da nossa bancada o constrangeu. Não acredito ter sido essa a intenção.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Muito obrigado. Isso faz parte dos embates políticos.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Manoel Junior.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Sr. Relator, mais uma vez, cumprimento-o pelo brilhante trabalho que apresentou nessa Relatoria Setorial.

Sr. Presidente, sei que o Deputado Rafael Guerra acatou um dos nossos destaques, mas gostaria que fosse votado em separado o Destaque nº 41 da Emenda nº 0012, da bancada da Paraíba, para ver em que efetivamente poderia ser melhorada, até porque o Município de João Pessoa possui hoje quase 1 milhão de habitantes e precisa reforçar sua atenção básica à saúde, área a que esses recursos são justamente direcionados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, pediria votação em separado do Destaque nº 0016 à Emenda nº 71160014, de autoria do Deputado Wellington Roberto, que é de interesse do Senador Efraim Morais. Recebi uma ligação nesse sentido.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Deputado João Leão, se formos encaminhar dessa forma...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Interrompo o Deputado Rafael Guerra para prestar um esclarecimento ao Deputado João Leão.

Só quem pode solicitar voto em separado é o autor do destaque. V.Exa. está dizendo que não foi o autor do destaque.

Com a palavra o Deputado Rafael Guerra.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Peço compreensão ao Deputado Manoel Junior, que, como Relator, sabe das nossas dificuldades. Queremos atender a todos os companheiros na medida do possível, mas o recurso é limitado. A Paraíba, que é o Estado do Presidente desta Comissão, já está com 95 milhões. Realmente não tive como fazê-lo, não tenho fonte, mas podemos votar em separado. Posso indicar ao

Relator-Geral, mas não tenho fonte para acatar todos os pedidos.

Assim, peço compreensão a V.Exa. e também ao Deputado Ricardo Barros, porque não há o menor sentido. Posso solicitar ao Relator-Geral que faça o possível para atendê-las, mas não há fonte disponível. Por isso, reitero o pedido de compreensão a V.Exa. e ao Deputado Ricardo Barros, para levarmos o trabalho a bom termo.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Deputado Guerra, como V.Exa. me faz esse apelo e vai indicar o Destaque nº 41 da Emenda nº 0012 do seu relatório ao Relator-Geral, fico imensamente agradecido e retiro o pedido de voto em separado.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Muito obrigado, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Consulto o Deputado Ricardo Barros se, ante o apelo do Relator, V.Exa. retira o pedido de voto em separado.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, vou fazer uma explanação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Quero apenas que, por economia de tempo, V.Exa. responda sim ou não.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Não? Pronto. Acabou. Respeitamos a preferência do Parlamentar.

Conforme já anunciamos, vou colocar em votação as sugestões acatadas pelo Relator e repetir a leitura apenas para avivar a memória de todos. Houve um esforço para viabilizar o entendimento de 8 destaques aprovados parcialmente, no valor de 70 milhões, e, conforme o disposto no art. 81-LD, da Resolução nº 0106-CN, propomos sejam reduzidas as dotações aprovadas nas seguintes emendas: 1) Emenda da Comissão de Assuntos Sociais nº 60060001, no valor de 5 milhões, da Fonte 151; 2) Emenda da Comissão de Seguridade Social e Família nº 50210001, no valor de 65 milhões, da Fonte 151, sendo 15 milhões do GND 3 e 50 milhões do GND 4.

Proponho que essa matéria, cuja discussão já foi encerrada, seja votada pela Comissão.

Na representação da Câmara dos Deputados, os Srs. Deputados que aprovam a modificação assumida pelo Relator na forma anunciada permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Na representação do Senado da República, os Srs. Senadores que aprovam a matéria na forma anunciada permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade.

Passo à apreciação dos destaques na Área Temática II – Saúde.

Srs. Parlamentares, o art. 138, § 2º da Resolução 1, de 2006, estabelece:

“Art. 138 .....

§ 2º Não será aceita solicitação para votação em separado de destaque, após a aprovação de requerimento para votação em globo dos destaques.

Assim sendo, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator-Setorial”.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, antes da votação dos destaques, quero tecer algumas considerações. Estou conferindo algumas informações. Nosso Relator disse que o Paraná pediu 80 milhões, discriminadamente, 30 milhões para a Emenda nº 17 e 50 milhões para a Emenda nº 3.

Então, vou pedir ao Relator que transfira 10 milhões de reais do atendimento da Emenda nº 17 para a Emenda nº 3, porque senão ela será atendida a maior do que foi pedido, e os recursos serão prejudicados.

Peço essa gentileza ao Relator e quero dar uma explicação. Quando estou discutindo aqui a questão da média histórica e estou defendendo que o Paraná receba mais 10 milhões, que o Relator poderia cortar da emenda de bancada, a exemplo do que fez com os outros recursos, é porque temos Minas Gerais, com uma média de 120 milhões por emenda; depois, São Paulo, com 85 milhões por emenda; Rio de Janeiro, 80 milhões; e o Paraná, com esse acréscimo dado pelo Relator, está com trinta e poucos milhões por emenda. E é um Estado com 10 milhões de habitantes.

Por isso insisto que o Deputado Rafael Guerra nos atenda, cortando esse valor também da emenda da Comissão, a exemplo do que foi feito no atendimento aos demais Parlamentares, porque isso tem um reflexo permanente na média do atendimento histórico das bancadas. E como estamos com uma média muito abaixo da de outros grandes Estados do País, Deputado Rafael Guerra, mas numa proporção que não confere com a da população, especialmente em relação ao Paraná e ao Rio de Janeiro, tenho insistido para que V.Exa. acate esse destaque, dando mais 10 milhões de reais para o Paraná, na Emenda nº 3, além dos 10 milhões que estão sendo transferidos de atendimento da Emenda nº 17, para que possamos ter um critério mais adequado em relação ao que V.Exa. adotou e defendendo o seu próprio relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Relator, Deputado Rafael Guerra, para prestar os devidos esclarecimentos.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Deputado Ricardo Barros, nós trabalhamos sempre com o acordo. Portanto, o remanejamento terá que ser feito por acordo, senão não vou acatá-lo. Da mesma forma, vou explicar a V.Exa. de novo: se eu puser mais 10 milhões no Paraná, vou estar dando ao

Relator-Geral 20 milhões, porque S.Exa. não pode destinar isso para o Paraná. Estou tirando da minha atribuição e dando ao Relator-Geral.

Mais uma vez, Deputado, quero dizer a V.Exa. que o Paraná pediu 80 milhões. Em relação ao pedido do Rio de Janeiro, o corte foi muito maior. O valor do pedido foi de 350 milhões. Pedindo 350 milhões, o Rio de Janeiro deu prioridade à saúde. Está sendo atendido em 80 milhões. O Paraná pediu 80 milhões, e está sendo atendido em 65 milhões. Então, estou mais preocupado com o Paraná porque estou atendendo 80% do pedido do Paraná e 20% do pedido do Rio de Janeiro. Sabe por quê, Deputado? Porque o Rio de Janeiro tem um número grande de hospitais do Ministério da Saúde, hospitais públicos federais. E o Deputado do Rio de Janeiro que saiu agora, mas estava aqui há pouco, compreendeu perfeitamente isso. Então, a diferença é essa. Agora, se eu puser 10 milhões a mais no Paraná é o mesmo que está dando 20 milhões para o Deputado José Pimentel aplicar como Relator-Geral. É isso que estou explicando a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Relator, entendo perfeitamente, por isso estou insistindo no meu pedido, porque os excessos de cada bancada, certamente, o Relator vai distribuir na própria bancada. E quero deixar claro também que, só no Paraná, um único Deputado pediu 1 bilhão em Orçamento em suas propostas. Quer dizer, pedir é um coisa e obter é outra. Não vamos discutir aqui isso. Acho até que houve modéstia por parte de nossa bancada nas solicitações, mas evidentemente se pautou num atendimento histórico que vinha sendo dado a essas emendas.

Estou insistindo com o Relator no sentido de que para nós não é prejuízo. As bancadas que tiveram excesso de atendimento vão pedir ao Relator-Geral que redistribua os recursos dentro do próprio Estado. Essa é uma discussão para o futuro ainda. Como é algo novo, não está devidamente acordado.

Estou pedindo porque estou preocupado com a média histórica de atendimento dos Estados. Estou falando em relação à população do meu Estado, e esse foi um critério adotado no relatório de V.Exa. Por isso insisto no atendimento que o Relator poderia fazer,



sem nenhum prejuízo ao que está sendo acordado neste plenário. *(Pausa prolongada.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Peço autorização ao Plenário para proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator-Setorial, excepcionados os Destaques nºs 7 e 35, de autoria do Deputado Ricardo Barros.

Passa-se à votação na representação da Câmara dos Deputados.

Como votam os Srs. Deputados a proposta de votação em globo dos destaques?

Aqueles que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na representação da Câmara dos Deputados.

Passa-se à votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam a proposta já anunciada permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada, também por unanimidade, na representação do Senado da República.

Apreciação dos destaques da Área Temática II – Saúde.

Destaques com o voto do Relator-Setorial pela aprovação parcial.

Essa relação foi apresentada a todo o Plenário. Por essa razão, dispensamos a leitura.

Nessa relação, está fora o Destaque nº 7.

Em votação na representação na Câmara dos Deputados.

Como votam os Srs. Deputados?

Aqueles que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, por unanimidade, na representação na Câmara dos Deputados.

Passa-se à votação no Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na representação do Senado por unanimidade.

V.Exas. também estão de posse do Relatório Setorial, Setor 02, no qual estão relacionados 5 destaques pela prejudicialidade. Conseqüentemente, esses destaques deixam de ser apreciados pelo Plenário, porque já foi declarada a sua prejudicialidade.

Ainda apreciação dos destaques da Área Temática II.

Destaques com voto do Relator-Setorial, pela rejeição.

Essa relação está de posse dos senhores membros da Comissão. Nessa relação, V.Exas. considerem como excluído o Destaque nº 35.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

O Srs. Parlamentares que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade.

Passa-se à votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade. *(Pausa prolongada.)*

A Mesa vai dar uma explicação, de natureza estritamente técnica, sobre o pedido de votação em separado e a sugestão oferecida pelo Deputado Ricardo Barros. S.Exa. está pedindo remanejamento de recursos do Destaque nº 7, que era o Destaque nº 34. Ocorre que o Destaque nº 7 não é de autoria do Deputado Ricardo Barros. Agora, o Destaque nº 34 já está na relação da prejudicialidade, portanto, não existe mais.

Então, tecnicamente, a Mesa acolhe o pedido de votação em separado da Emenda nº 35, só que, tecnicamente também, é impossível fazer essa mecânica de transposição de recurso de um destaque para outro.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Era o que eu queria dizer ao Deputado: posso acatar a transposição, e encerrarmos esse valor.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, o Relator já havia dito anteriormente que isso só seria possível por acordo. Já fiz minhas explicações aqui, Sr. Presidente, e votarei com o Relator, de acordo com o que S.Exa. propuser, nos 2 pedidos que fiz. Agora, S.Exa. já havia alertado que só se fosse por acordo. Então, é preciso consultar.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, peço a palavra só para uma informação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Peço que aguarde, Sr. Deputado, só para o Relator não perder o fio da meada e prestar os esclarecimentos que lhe foram solicitados ou sugeridos.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Sr. Presidente, como eu disse, durante todo o trabalho, procurei construir o diálogo, o acordo, fazer o melhor para a saúde. Ontem e hoje foram dias em que nós tivemos vários entendimentos com Parlamentares para procurar viabilizar os pleitos de S.Exas., de acordo com as prioridades do Ministério da Saúde e da saúde do povo brasileiro. Fizemos o melhor que pudemos, e o trabalho, na forma de acordo, acaba chegando a um bom termo.

Então, reafirmo meu compromisso com a indicação, na conclusão do documento final, para que o Relator-Geral recomponha o que for possível no orçamento da FUNASA. E, quanto à solicitação do Deputado Ricardo Barros, vou fazer uma correção no meu parecer, de modo que a maior parte do recurso

fique para a emenda maior. É esse o pedido. Assim, atendemos dentro dos limites orçamentários e financeiros que temos.

Agradeço mais uma vez a todos os que nos ajudaram. O Deputado Eunício Oliveira teve papel importante nesses últimos momentos. Agradeço a S.Exa. e a todos os Parlamentares, Zé Gerardo, Pedro Chaves, enfim, a todos os que nos ajudaram a concluir esse trabalho. Agradeço também ao Deputado João Leão, nosso Líder.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, essa alteração de remanejamento que o Deputado Ricardo Barros deseja fazer é no próprio Estado do Paraná?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – É.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Mas esse remanejamento, por parte da Sub-Relatoria, é permitido pela Resolução nº 1? O nobre Deputado Ricardo Barros foi o autor dela, inclusive.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Houve um erro no número.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Não é permitida?

Diante da claríssima postura de que essa resolução precisa ser modificada em alguns aspectos, ainda que eu seja contra ela, vou dar o exemplo, que quero fique registrado nos Anais, para que eu tenha o Deputado Ricardo Barros como um dos defensores no plenário, quando tivermos de modificá-la. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Vamos agora submeter a voto, em conjunto, para honrar o acordo celebrado entre o Deputado Ricardo Barros e o Relator, Deputado Rafael Guerra, o Destaque nº 07, que está entre os destaques relacionados para aprovação parcial, que perde 10 milhões de reais, e o Destaque nº 35, que está na relação pela rejeição, ganha 10 milhões de reais.

Está lançada a proposta.

Encerrada a discussão, passa-se à votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na representação da Câmara dos Deputados.

Passa-se à votação da proposta na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Quero agradecer a boa vontade ao Deputado Claudio Cajado, mas a nossa proposta, na verdade, foi para que se cumprisse a resolução, porque o art. 42 diz que a emenda ao projeto não será aprovada em valor superior ao solicitado. Aliás, já havia isso na resolução anterior. Então, nossa solicitação foi exatamente para que a resolução fosse cumprida. Nesse sentido, pedimos a retirada do valor atendido em excesso e agradecemos o apoio a todos os Srs. Deputados.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, pela ordem. O Deputado Ricardo Barros está coberto de razão, mas esse arranjo final tem de ser feito no fechamento do relatório geral e não agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Maranhão) – O criador está preservando a criatura.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Então, a criatura continua sendo engolida pelo criador. Ou vice-versa.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Claudio Cajado, para prestar alguns esclarecimentos a respeito de um entendimento que foi feito na reunião desta manhã.

Como este Presidente não estava presente na reunião por motivos superiores, gostaria que V.Exa. trouxesse ao conhecimento geral os entendimentos que houve em relação ao encerramento desta reunião e a convocação para outra reunião na terça-feira vindoura.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Pois não, Sr. Presidente. Nós, com o intuito de colaborarmos... Aliás, é bom que o PT, os Deputados Devanir Ribeiro e Gilmar Machado, que estão aqui presentes, é bom que percebam como a Oposição tem agido frente ao Governo Lula. A Oposição a que me refiro é a dos Democratas. Temos desenvolvido todos os esforços no intuito de podermos alterar e sugerir modificações que entendemos sejam melhores para o próprio Governo, com o objetivo de que prevaleçam as políticas públicas que beneficiam o País e o povo brasileiro. De acordo com essa tese, não desejamos ser um obstáculo para a aprovação do Orçamento. Pelo contrário, temos dado demonstrações inequívocas de que sabemos agir de acordo com a nossa responsabilidade de Oposição, fiscalizando, mas, acima de tudo, colaborando para o bom andamento dos trabalhos.

V.Exa., Sr. Presidente, Senador José Maranhão, deve ser testemunha de que nunca antes na história desta Comissão houve uma oposição tão responsá-

vel, consciente e célere nos entendimentos para que possamos votar o quanto antes o Orçamento. Essa atitude que estamos tomando tem sido precedida de diversos acordos.

O acordo feito de manhã foi no sentido de que deveríamos votar completamente o relatório da Área Temática 7 – da Saúde, cujo Relator é o Deputado Rafael Guerra – aproveite a oportunidade para parabenizá-lo pelo brilhante relatório -, e, com a aquiescência dos demais partidos, inclusive da base do Governo e da Liderança do Governo, encerrada a votação desse relatório, cancelaríamos a reunião marcada para amanhã, e V.Exa. convocaria uma nova reunião para terça-feira pela manhã, no intuito de darmos sequência aos demais relatórios ainda pendentes de discussão e de votação.

Portanto, o acordo foi feito, já votamos o relatório da defesa, o relatório da educação, o relatório da agricultura, e, agora, com o da saúde, já são 5 relatórios setoriais concluídos. E de Planejamento e Cidades, do Senador Jayme Campos, inclusive do nosso partido, dos Democratas. Então, já votamos 5 relatórios setoriais. Na próxima semana, deveremos concluir os demais relatórios setoriais.

O acordo feito foi nesse sentido. Agilizamos procedimentos, Sr. Presidente, e, mesmo com V.Exa. ausente, o Vice-Presidente que presidiu a sessão e os demais partidos com assento na Comissão aquiesceram e tenho certeza de que esse compromisso será revalidado por V.Exa., com o encerramento da sessão de hoje e convocação de outra para a próxima terça-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – A respeito dos esclarecimentos detalhadamente prestados pelo Deputado Claudio Cajado, devo dizer que, embora ausente, por motivo superior, à reunião matinal, eu havia me entendido com o Relator-Geral, Deputado José Pimentel, em relação aos procedimentos que se fizessem necessários à agilização da elaboração do Orçamento, ou seja, a votação dos relatórios parciais, de forma que a Comissão cumpra o mandamento constitucional de concluir a elaboração do Orçamento dentro do corrente exercício de 2007, aprovando a Lei de Meios para 2008.

Todos nós temos a obrigação de ser justos com os companheiros da Comissão. Afirmando que esta Presidência e o Relator-Geral, que me deu autorização para fazer este registro, reconhecem plenamente o esforço, a compreensão e, naturalmente, a vigilância da Oposição em todas as fases do processo orçamentário.

V.Exa., inclusive, é um dos Parlamentares mais assíduos desta Comissão. Às vezes, ocorrem situações que remetem os atores do processo a posições que são liberalizantes. Todos reconhecem, até mesmo o

inspirador da Resolução nº 1, Deputado Ricardo Barros, que essa resolução, no futuro – não na vigência atual, já que não há tempo e isso vai interromper o processo de elaboração do Orçamento -, terá de passar por um processo de aperfeiçoamento, de refinamento.

Na verdade, esse estatuto era necessário. A Comissão precisava ter uma norma escrita para disciplinar os seus trabalhos. Não podemos maldizer a Resolução nº 1 e afirmar que ela foi um entulho total. Ela trouxe muitas vantagens, inclusive a diluição do processo de elaboração do Orçamento, concedendo responsabilidades inclusive às Comissões Permanentes, criando os comitês, entre eles o Comitê de Admissibilidade de Emendas, que, mesmo no processo de interpretação da resolução, já prestou grandes serviços naquela reunião que serviu para orientar os trabalhos da Comissão.

O que importa a todos nós é que o desenvolvimento dessa tarefa seja o mais transparente possível, como vem ocorrendo. As negociações que têm sido feitas, reconheço, com toda ética, com toda responsabilidade, também têm-se processado de forma transparente. Aqui não existe preocupação – nem da Presidência, nem dos Relatores, nem dos Comitês – de concentrar poder ou excesso de atribuição em detrimento dos interesses partidários, cidadãos de todo o País, especialmente daqueles que estão dando o melhor de si para que esses trabalhos se desenvolvam com agilidade e transparência.

De maneira que não estamos aqui comemorando antecipadamente. Estamos com a consciência tranqüila, porque todos os integrantes desta Comissão, sem exceção, estão fazendo o máximo possível para que a nossa tarefa resulte satisfatória e se desenvolva neste clima de seriedade e de transparência.

Agradeço aos colegas.

Convoco reunião para a próxima terça-feira, às 10 horas. Já havíamos convocado 3 reuniões extraordinárias. Estamos cancelando as convocações anteriores e convocando reunião para terça-feira.

Está encerrada a presente reunião.

**Ata da Oitava Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 11, 12 e 13 de dezembro de 2007.**

Aos onze, doze e treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e sete, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes das Pautas nºs 36, 37 e 38. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Claudio Cajado, Daniel

Almeida, Edinho Bez, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Giacobbo, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Humberto Souto, José Pimentel, Manoel Junior, Márcio Reinaldo Moreira, Nelson Meurer, Paulo Pimenta, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Regis de Oliveira, Roberto Rocha, Rose de Freitas, Vanderlei Macris, Walter Pinheiro, Wellington Roberto e Zé Gerardo; – **Senadores titulares:** Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Efraim Moraes, Jayme Campos, José Maranhão, Leomar Quintanilha e Sérgio Zambiasi; – **Deputados suplentes:** Alex Canziani, Carlos Alberto Leréia, Carlos Eduardo Cadoca, Carlos Melles, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Duarte Nogueira, Eduardo Valverde, Francisco Rodrigues, Geraldo Resende, Gorete Pereira, João Carlos Bacelar, João Leão, João Magalhães, Lael Varella, Luiz Carreira, Marcelo Castro, Pedro Chaves, Ricardo Barros, Silvio Lopes e Zé Geraldo; – **Senadores suplentes:** Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Lúcia Vânia e Sibá Machado. Foi registrada a presença dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Gilmar Machado, Hugo Leal, José Guimarães, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Nilson Mourão e Wellington Fagundes. Foi registrada a ausência dos membros titulares: – **Deputados:** Ivan Valente, Mussa Demes, Paulo Rubem Santiago e Vignatti; – **Senadores:** Cristovam Buarque, João Ribeiro e Sérgio Guerra. **ABERTURA:** às onze horas e nove minutos do dia onze de dezembro e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, os trabalhos foram iniciados. No exercício da Presidência conforme o *caput do art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Deputado Pedro Novais suspendeu a reunião e convocou a continuação para as quatorze horas e trinta minutos do mesmo dia. Às quatorze horas e quarenta minutos, o Presidente, Senador José Maranhão, deu prosseguimento à reunião. O Deputado Eduardo Valverde, Coordenador do Comitê de de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves – COI, solicitou a convocação do Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União e de representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para prestar esclarecimentos à Comissão sobre críticas feitas ao processo orçamentário, feitas pelo Procurador-Geral, veiculadas na imprensa. O Presidente informou que deveria apresentar requerimento com a referida solicitação para apreciação do Plenário. Em seguida, o Deputado Vanderlei Macris levantou Questão de Ordem referente o disposto no *art. 20 da Lei nº 11.514, de 13/08/2007 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008*, que dispõe sobre

o envio de órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal de demonstrativos de projetos de grande vulto. O Deputado Wellington Roberto, pela liderança do PR, informou que em reunião com o Colégio de Líderes da Comissão ficou acordado que não seria feita a leitura do Relatório Setorial da Área Temática III – Integração Nacional e Meio Ambiente, e solicitou à Presidência questionar o Plenário sobre a posição dos demais partidos quanto à apresentação do Relatório. O Deputado Zé Gerardo, pelo PMDB, e Walter Pinheiro, pela Liderança do Governo no Congresso, manifestaram-se favoráveis; e os Deputados Devanir Ribeiro, pelo PT, o Deputado Nelson Meurer, pelo PP, posicionaram-se contra. A seguir, o Presidente passou à apreciação do Relatório Setorial referente à **Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação**. Relator Setorial: Deputado Carlos Eduardo Cadoca. O relator setorial apresentou resumo do Relatório. A discussão e o prazo para apresentação de destaques foram iniciados. Debateram a matéria os Deputados Eduardo Valverde, Eduardo Sciarra, Claudio Cajado, Giovanni Queiroz, Vanderlei Macris e Zé Gerardo. O Deputado Gilmar Machado teceu considerações sobre a questão de ordem apresentada pelo Deputado Vanderlei Macris. Às dezesseis horas e nove minutos, o Deputado Pedro Novais assumiu a direção dos trabalhos, de acordo com o *caput do art. 14 da Resolução nº 1/2006-CN*. Em seguida, o Deputado Nilson Mourão questionou a indicação de inadmissibilidade da emenda individual nº 35050017 pelo Relator. O Relator respondeu com base em nota técnica elaborada pela Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados. Continuaram o debate da matéria os Deputados Wellington Roberto, Rose de Freitas e Manoel Junior. Às dezesseis horas e trinta e um minutos, o Presidente em exercício encerrou a discussão bem como o prazo para apresentação de destaques. Em seguida, leu o estabelecido no *art. 138 da Resolução nº 1/2006-CN*: “No âmbito da CMO poderão ser apresentados destaques a requerimento de: I – membro da CMO; II – coordenador de Bancada Estadual ou membro da CMO por ele autorizado; III – presidente de Comissão Permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal ou membro de Comissão autorizado pelo respectivo presidente.” Comunicou que o Deputado Manoel Júnior não portava autorização do Coordenador da Bancada da Paraíba, Deputado Wellington Roberto, para apresentar destaques da Bancada perante a Comissão. O Presidente declarou prejudicados os destaques por ele apresentados ao Relatório Setorial da Área Temática II – Saúde, em nome da Bancada da Paraíba, a seguir relacionados: Destaque 39, à emenda nº 71160010 (rejeitado); Des-



taque 41, à emenda nº 71160012 (rejeitado); Destaque 42, à emenda nº 71160005 (aprovado parcialmente com 5 milhões de reais). Informou ainda que os 5 milhões de reais destinados ao destaque 42 seriam alocados em um dos destaques apresentados pelo Coordenador da Bancada da Paraíba, Deputado Wellington Roberto, quais sejam: Destaque 14 à emenda 71160018 (já aprovado parcialmente com de R\$ 5.000.000,00); Destaque 16, à emenda 71160014 (rejeitado); Destaque 23, à emenda 71160005 (prejudicado em função da aprovação parcial do Destaque 42). O Presidente solicitou ao Coordenador da Bancada da Paraíba, Deputado Wellington Roberto, que indicasse o destaque para receber os recursos do Destaque 42, agora prejudicado. O Deputado Wellington Roberto solicitou que os recursos destinados ao destaque 14 fossem transferidos para o destaque 16, e que os recursos do destaque 42 fossem transferidos para o destaque 23, todos de autoria da Bancada da Paraíba. Às dezesseis horas e trinta e oito minutos, o Presidente reassumiu a direção dos trabalhos. Discutiram a prejudicialidade dos destaques citados e a indicação dos destaques pelo Coordenador da Bancada da Paraíba, os Deputados Rafael Guerra e Manoel Junior e o Senador Efraim Morais. Em votação, as transferências de recursos do destaque 14 para o destaque 16, e do destaque 42 para o destaque 23, sugeridas pelo Coordenador da Bancada da Paraíba foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado José Pimentel, Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2008, fez a leitura do Ofício Relatoria Geral n. 10/2007/CMO, de 10 de dezembro de 2007, encaminhado ao Presidente da Comissão, que trata de considerações do Deputado Giovanni Queiroz contidas no Ofício nº 253/2007, de 13 de novembro, sobre custos unitários constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2008, e denúncias veiculadas pela imprensa sobre a sistemática de elaboração e execução orçamentária. O Presidente teceu comentários à respeito das considerações do Deputado Giovanni Queiroz, feitas através de ofício, e leu trechos da matéria veiculada pela imprensa, de autoria do Procurador-Geral da República junto ao Tribunal de Contas da União, Dr. Lucas Furtado, sobre o sistema de elaboração e execução orçamentária. Fizeram comentários sobre o assunto os Deputados João Leão, Eduardo Valverde, Gilmar Machado, Márcio Reinaldo e Rose de Freitas. Em seguida, o Presidente informou que faria uma interpelação judicial, através do Presidente do Congresso Nacional, ao Procurador Geral da República junto ao Tribunal de Contas da União. Prosseguindo, foi dada continuação à apreciação do Relatório Seto-

rial da Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação, do Relator Setorial Carlos Eduardo Cadoca. O Presidente comunicou que o Relator sugeriu a inadmissibilidade da emenda nº 35050017, de autoria do Deputado Nilson Mourão. O Deputado Nilson Mourão solicitou que os recursos destinados à emenda 35050017 fossem transferidos para emenda nº 35050009. O Relator Setorial acatou a solicitação do parlamentar. O Presidente solicitou ao Plenário autorização para declarar inadmitida a emenda nº 35050017, de autoria do Deputado Nilson Mourão. Em votação, a autorização foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Encerrada a votação, o Deputado Giovanni Queiroz solicitou o registro do voto contrário. Nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas individuais apresentadas a essa Área Temática, tendo em vista que já houve manifestação quanto às emendas coletivas. Em votação, a autorização foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em votação, o Relatório Setorial referente à **Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação** foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques. O Deputado Giovanni Queiroz solicitou que registrasse seu voto contra à aprovação do Relatório. A apreciação dos destaques foi adiada. Relatório Setorial referente à **Área Temática III – Integração Nacional e Meio Ambiente**. Relator Setorial: Deputado Eunício Oliveira. O relator setorial apresentou o Relatório. A discussão e o prazo para apresentação de destaques foram adiados. PAUTA 38. Apreciação do **Relatório de Atualização das Estimativas da Receita**. Relator da Receita: Senador Francisco Dornelles. O relator apresentou o Relatório. A discussão e votação foram adiadas, tendo em vista o início da Ordem do Dia no Plenário do Senado Federal. O Presidente suspendeu a reunião, às dezoito horas e doze minutos, e convocou a continuação para as vinte horas daquela data. Às vinte horas e cinqüenta e seis minutos do mesmo dia, o Presidente reabriu os trabalhos e deu prosseguimento à apreciação da PAUTA 38. Apreciação do **Relatório de Atualização das Estimativas da Receita**. Relator da Receita: Senador Francisco Dornelles. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação dos 39 destaques apresentados à **Área Temática VIII – Poderes do Estado**

**e Representação.** O relator setorial prestou esclarecimentos sobre a lista dos destaques, com o respectivo voto. Em seguida, o Deputado Pedro Novais sugeriu que o Relator Setorial fizesse indicação do destaque 19 ao Relator-Geral. O Relator Setorial acatou a sugestão. O Deputado Giovanni Queiroz solicitou a votação separadamente dos destaques 23 a 27 e de 30 a 39. De acordo com o disposto no *art. 139 § 2º da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente solicitou autorização para votação dos destaques em globo, por tipo de voto do relator. Em votação, a autorização foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, a Deputada Rose de Freitas solicitou a votação em separado do destaque 6. **1)** Destaque com voto do relator pela prejudicialidade: 21. O Presidente declarou **prejudicado** o destaque. **2)** Destaque com voto do relator pela rejeição: 1 a 5, 7 a 20, 22, 28 e 29. Em votação em bloco, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. **3)** Destaques solicitados para votação separadamente: 6, de autoria da Deputada Rose de Freitas. A autora apresentou o destaque. Voto do relator: pela rejeição. Embora tendo ocorrido votação do destaque, o Presidente informou que haveria nova votação após a apreciação dos destaques do Deputado Giovanni Queiroz, que são pela supressão e proveria os recursos necessários ao atendimento desse destaque. Em seguida, o Presidente propôs que os destaques do Deputado Giovanni Queiroz fossem apreciados inicialmente. – **Destaques supressivos de autoria do Deputado Giovanni Queiroz:** 23 a 27 e de 30 a 39. O autor dos destaques sugeriu a supressão de cinquenta por cento no valor das emendas destacadas. O Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2008 sugeriu a suspensão da reunião para que o autor dos destaques pudesse entrar em entedimentos com o Relator Setorial da matéria. O Presidente propôs que fossem submetidos à votação, individualmente, os destaques do Deputado Giovanni Queiroz. Destaque 23. Supressão parcial, Sequencial: 000136, UO: 12.101 – Justiça Federal Primeiro Grau, Subtítulo: Construção do Edifício-Sede do Conselho da Justiça Federal em Brasília, GND: 4, Mod.Aplic.: 90, Fonte: 100, Valor a ser suprimido: R\$ 7.500.000,00. O autor apresentou o destaque. O Relator deu voto pela rejeição. Em votação, o destaque foi **aprovado** contra os votos dos Deputados Walter Pinheiro, José Pimentel, Eduardo Valverde e Giacobbo na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, no Senado Federal. Destaque 24. Supressão parcial, Sequen-

cial 000158, UO:12102 – TRF 1ª Região, Subtítulo: Construção do Edifício-Sede do TRF 1ª Região Brasília – DF, GND:4, Mod.Aplic.: 90, Fonte: 100, Valor a ser suprimido: R\$ 7.500.000,00. O autor apresentou o destaque. O Relator deu voto pela rejeição. Em votação, o destaque foi **aprovado** contra os votos dos Deputados José Pimentel, Eduardo Valverde, Gorete Pereira e Walter Pinheiro. na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, no Senado Federal. Destaque 25. Supressão parcial, Sequencial 000983, UO: 34104 – Ministério Público do Trabalho, Subtítulo: Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Geral do Trabalho em Brasília – DF, GND:4, Mod. Aplic.: 90, Fonte: 100, Valor a ser suprimido: R\$ 6.000.000,00. O autor apresentou o destaque. O Relator deu voto pela rejeição. Em votação, o destaque foi **aprovado** contra os votos dos Deputados José Pimentel, Eduardo Valverde, Gorete Pereira, Walter Pinheiro, Zé Gerardo e Giacobbo na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, no Senado Federal. Destaque 26. Supressão parcial, Sequencial 000238, UO: 14.101 – TSE, Subtítulo: Construção do Edifício-Sede do Tribunal Superior Eleitoral em Brasília – DF, GND:4, Mod.Aplic.: 90, Fonte: 100, Valor a ser suprimido: R\$ 40.000.000,00. O autor apresentou o destaque. O Relator deu voto pela rejeição. Em votação, o destaque foi **aprovado** contra os votos dos Deputados Eduardo Valverde, José Pimentel, Walter Pinheiro e Giacobbo, na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, no Senado Federal. Destaque 27. Supressão parcial, Sequencial 000887, UO: 03101 – TCU, Subtítulo: Construção de Sede do Instituto Serzedello Corrêa ISC em Brasília – DF, GND:4, Mod.Aplic.: 90, Fonte: 100, Valor a ser suprimido: R\$ 27.750.000,00. O autor apresentou o destaque. O Relator deu voto pela rejeição. Em votação, o destaque foi **aprovado** contra os votos dos Deputados José Pimentel, Giacobbo, Humberto Souto, Gorete Pereira e Walter Pinheiro na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, no Senado Federal. Destaque 30. Supressão parcial, Sequencial 000138, UO: 12.101 – Justiça Federal Primeiro Grau, Subtítulo: Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Florianópolis – SC, GND:4, Mod.Aplic.: 90, Fonte: 100, Valor a ser suprimido: R\$ 4.538.000,00. O autor apresentou o destaque. O Relator deu voto pela rejeição. Em votação, o destaque foi **aprovado** contra os votos dos Deputados Giacobbo, José Pimentel, Eduardo Valverde e Gorete Pereira na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, no Senado Federal. Destaque 31. Supressão parcial, Sequencial 000223, UO: 13.101 – Justiça Militar da União, Subtítulo: Construção do Edifício-Sede do Superior Tribunal Militar em

Brasília – DF, GND:4, Mod.Aplic.: 90, Fonte: 100, Valor a ser suprimido: R\$ 1.000.000,00. O autor apresentou o destaque. O Relator deu voto pela rejeição. Em votação, o destaque foi **aprovado** Federal contra os votos dos Deputados Eduardo Valverde e Carlos Alberto Leréia na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, no Senado Federal. Destaque 32. Supressão parcial, Sequencial 000780, UO: 15.119 – TRT 18ª Região GO, Subtítulo: Construção do Complexo Trabalhista do TRT 18ª Região Goiânia – GO, GND:4, Mod.Aplic.: 90, Fonte: 100, Valor a ser suprimido: R\$ 1.500.000,00. O autor apresentou o destaque. O Relator deu voto pela rejeição. Em votação, o destaque foi **aprovado** contra os votos dos Deputados Eduardo Valverde, Gorete Pereira, Carlos Alberto Leréia e Giacobbo na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, no Senado Federal. Destaque 33. Supressão parcial, Sequencial 000856, UO: 15.125 TRT 24ª Região MS, Subtítulo: Construção do Edifício-Sede do TRT 24ª Região Campo Grande MS, GND:4, Mod.Aplic.: 90, Fonte: 100, Valor a ser suprimido: R\$ 1.750.000,00. O autor apresentou o destaque. O Relator deu voto pela rejeição. Em votação, o destaque foi **aprovado** contra os votos dos Deputados José Pimentel, Eduardo Valverde, Carlos Alberto Leréia e Giacobbo na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, no Senado Federal. Destaque 34. Supressão parcial, Sequencial 000831, UO: 15.123 – TRT– 22ª Região PI, Subtítulo: Construção do Edifício-Sede do TRT 22ª Região Terezina – PI, GND:4, Mod.Aplic.: 90, Fonte: 100, Valor a ser suprimido: R\$ 250.000,00. O autor apresentou o destaque. O Relator deu voto pela rejeição. Em votação, o destaque foi **aprovado** contra os votos dos Deputados José Pimentel, Eduardo Valverde e Gorete Pereira na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, no Senado Federal. Destaque 35. Supressão parcial, Sequencial 000132, UO: 12.101 – Justiça Federal Primeiro Grau, Subtítulo: Construção do Edifício-Sede Justiça Federal em Blumenau –SC, GND:4, Mod. Aplic.: 90, Fonte: 100, Valor a ser suprimido: R\$ 100.000,00. O autor apresentou o destaque. O Relator deu voto pela rejeição. Em votação, o destaque foi **aprovado** contra os votos dos Deputados José Pimentel, Eduardo Valverde, Carlos Alberto Leréia e Pedro Novais na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, no Senado Federal. Destaque 36. Supressão parcial, Sequencial 000139, UO: 12.101 – Justiça Federal Primeiro Grau, Subtítulo: Construção do Edifício-Sede Justiça Federal em Novo Hamburgo – RS, GND:4, Mod.Aplic.: 90, Fonte: 100, Valor a ser suprimido: R\$ 4.493.000,00. O autor apresentou o destaque. O Relator deu voto pela rejeição. Em vota-

ção, o destaque foi **aprovado** contra os votos dos Deputados José Pimentel, Eduardo Valverde, Gorete Pereira e Giacobbo na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, no Senado Federal. Destaque 37. Supressão parcial, Sequencial 000133, UO: 12.101 – Justiça Federal Primeiro Grau, Subtítulo: Construção do Edifício-Sede Justiça Federal em Maringá – PR, GND:4, Mod.Aplic.: 90, Fonte: 100, Valor a ser suprimido: R\$ 100.000,00. O autor apresentou o destaque. O Relator deu voto pela rejeição. Em votação, o destaque foi **aprovado** contra os votos dos Deputados José Pimentel, Eduardo Valverde, Gorete Pereira, Giacobbo e Carlos Alberto Leréia na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, no Senado Federal. Destaque 38. Supressão parcial, Sequencial 000208, UO: 12.106 – TRF – 5ª Região, Subtítulo: Construção do Edifício Anexo ao TRF 5ª Região em Recife – PE, GND:4, Mod.Aplic.: 90, Fonte: 100, Valor a ser suprimido: R\$ 1.084.000,00. O autor apresentou o destaque. O Relator deu voto pela rejeição. Em votação, o destaque foi **aprovado** contra os votos dos Deputados José Pimentel, Eduardo Valverde, Gorete Pereira e Giacobbo na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, no Senado Federal. Destaque 39. Supressão parcial, Sequencial 000137, UO: 12.101 – Justiça Federal Primeiro Grau, Subtítulo: Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária de Vitória – ES, GND:4, Mod.Aplic.: 90, Fonte: 100, Valor a ser suprimido: R\$ 3.316.000,00. O autor apresentou o destaque. O Relator deu voto pela rejeição. Em votação, o destaque foi **aprovado** contra os votos dos Deputados José Pimentel, Eduardo Valverde, Gorete Pereira e Giacobbo na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, no Senado Federal. Destaque 6, de autoria da Deputada Rose de Freitas. A autora apresentou o destaque. O Relator Setorial retificou o valor da emenda de R\$ 6.000.000,00 para R\$ 9.000.000,00. Em votação, o destaque com o valor retificado foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Encerrada a apreciação dos destaques da Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação, o Presidente anunciou a apreciação do Relatório Setorial referente à **Área Temática X – Trabalho e Previdência Social**. Relator Setorial: Deputado Giacobbo. O relator fez a apresentação do Relatório. Foi iniciada a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria os Deputados Eduardo Valverde, João Magalhães, Marcelo Castro, Rose de Freitas e Jovair Arantes. O relator respondeu às intervenções dos oradores. A seguir, foi encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Em votação, o Relatório Setorial da Área Temática X



– Trabalho, Previdência e Assistência Social foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação do Relatório Setorial referente à **Área Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo**. Relatora Setorial: Senadora Lúcia Vânia. A relatora apresentou o Relatório e o início da discussão foi adiado. Requerimento de inclusão na pauta para apreciação do **Requerimento nº 26/2007-CMO**, que requer, com fundamento no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal combinado com o art. 2º, IV, da Resolução nº 1, de 2006-CN, convidar o Procurador-Geral junto ao Tribunal de Contas da União, Lucas Furtado, e o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, para tratar dos seguintes assuntos: a) Custos unitários constantes do projeto de lei orçamentária para 2008, tendo em vista as considerações constantes no Ofício nº 253/2007, de 13/11/2007, do Deputado Giovanni Queiroz e encaminhado ao Deputado José Pimentel; b) declarações dadas à imprensa sobre o assunto, tais como ao Jornal “O Globo”, de 10 de dezembro de 2007. Autor: Deputado Eduardo Valverde, Coordenador do Comitê das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves. O Deputado Gilmar Machado, ao expressar concordância, solicitou que as reuniões fossem realizadas separadamente, tendo obtido acolhimento por parte do autor do Requerimento. O Deputado Giovanni Queiroz discutiu o assunto. Apreciação do Requerimento para inclusão na pauta do **Requerimento nº 27/2007-CMO**, que “requer com fundamento no art. 50, § 2º, II, da Constituição Federal combinado com o art. 2º, IV, da Resolução nº 1, de 2006-CN, encaminhar, por meio da Mesa, pedido escrito de informação ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, com vistas ao esclarecimento dos custos unitários constantes do projeto de lei orçamentária para 2008, tendo em vista as considerações constantes no Ofício nº 253/2007, de 13/11/2007, do Deputado Giovanni Queiroz e encaminhado ao Deputado José Pimentel. Autor: Deputado Eduardo Valverde, Coordenador do Comitê das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves. A seguir, o Presidente submeteu ao Plenário os requerimentos de inclusão na pauta dos Requerimentos nºs 26 e 27/2007-CMO. Em votação, foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA: Apreciação do **Requerimento nº 26/2007-CMO**, que requer com fundamento no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal combinado com o art. 2º, IV, da Resolução nº 1, de 2006-CN, convidar o Procurador-Geral junto ao Tribunal de Contas da União, Lucas Furtado, e o Ministro do Planejamento, Orça-

mento e Gestão, Paulo Bernardo, para tratar dos seguintes assuntos: a) Custos unitários constantes do projeto de lei orçamentária para 2008, tendo em vista as considerações constantes no Ofício nº 253/2007, de 13/11/2007, do Deputado Giovanni Queiroz e encaminhado ao Deputado José Pimentel; b) declarações dadas à imprensa sobre o assunto, tais como ao Jornal “O Globo”, de 10 de dezembro de 2007”. Autor: Deputado Eduardo Valverde, Coordenador do Comitê das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves. O autor apresentou o Requerimento e retirou o convite ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. Discutiu a matéria o Deputado Giovanni Queiroz. Encerrado o debate, o Requerimento foi submetido ao Plenário, que foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com as seguintes alterações: a) mantém o convite ao o Senhor Procurador Lucas Furtado, membro do Ministério Público junto do Tribunal de contas da união para comparecer perante a CMO; b) Dispensada a vinda do Ministro Paulo Bernardo Silva, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; c) convidar o Diretor Geral do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DNIT, Luiz Antonio Pagot, para prestar esclarecimentos perante a Comissão. Apreciação do **Requerimento nº 27/2007-CMO**, que requer com fundamento no art. 50, § 2º, II, da Constituição Federal combinado com o art. 2º, IV, da Resolução nº 1, de 2006-CN, encaminhar, por meio da Mesa, pedido escrito de informação ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, com vistas ao esclarecimento dos custos unitários constantes do projeto de lei orçamentária para 2008, tendo em vista as considerações constantes no Ofício nº 253/2007, de 13/11/2007, do Deputado Giovanni Queiroz e encaminhado ao Deputado José Pimentel. Autor: Deputado Eduardo Valverde, Coordenador do Comitê das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades graves. A seguir, o autor **retirou** o Requerimento. – Apreciação dos destaques da **Área Temática X – Trabalho, Previdência e Assistência Social**. – Apreciação dos destaques supressivos solicitados para votação separadamente, de autoria da Deputada Rose de Freitas: Destaque 18 – Supressão parcial. Sequencial 003161; UO: 38.901 – FAT; Subtítulo: Qualificação Social e Profissional Trab. para acesso e Manutenção ao Emprego, Trabalho e Renda em Base Setorial (Plan seqs) – Nacional; GND:3; Mod.Aplic.: 50; Fonte: 150. Valor a ser suprimido: R\$ 9.000.000,00. A autora apresentou o destaque e o relator deu acolhimento com 7,5 milhões. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e



do Senado Federal. Proposta para votação dos destaques em bloco, por tipo de voto do relator. Em votação, a proposta foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **2)** Destaques com voto do relator pela aprovação: 3 e 4. Em votação em bloco, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **3)** Destaques com voto do relator pela aprovação parcial: 1, 5, 7, 12 e 13. Em votação em bloco, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **4)** Destaques com voto do relator pela rejeição: 6, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16 e 17. Em votação em bloco, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art. 43 do Regimento Comum. **5)** Destaque prejudicado: 2. O Deputado Walter Pinheiro questionou a resposta do Presidente sobre a inadmissibilidade da emenda da Bancada do Ceará. O Presidente informou que a inadmissibilidade da emenda havia sido proposta pelo Senador Jayme Campos, Relator Setorial da Área Temática V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano, cujo Relatório Setorial já foi votado. Os trabalhos foram suspensos à uma hora e seis minutos do dia doze de dezembro e convocada a continuação para as dez horas da mesma data. Às dez horas e cinquenta minutos do dia doze do mesmo mês, o Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado Roberto Rocha, deu continuidade à reunião. Em seguida, apresentou histórico dos trabalhos realizados até aquele momento: conclusão da apreciação dos Relatórios Setoriais referentes às Áreas Temáticas VIII – Poderes do Estado e Representação e X – Trabalho, Previdência e Assistência Social; apresentação dos Relatórios Setoriais das Áreas Temáticas III – Integração Nacional e Meio Ambiente e VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo. Concluindo, informou que faltava a apresentação do Relatório Setorial da Área Temática I – Infraestrutura. Apreciação do Relatório Setorial da **Área Temática III – Integração Nacional e Meio Ambiente**. Relator Setorial: Deputado Eunício Oliveira. Os debates foram iniciados. Discutiram o Relatório os Deputados Cláudio Cajado, Pedro Chaves, Vanderlei Macris e Eduardo Sciarra. Às onze horas e vinte e seis minutos, o Deputado Pedro Novais assumiu a condução dos trabalhos, conforme estabelece o disposto no caput do art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. O Presidente em exercício retomou o debate proferido pelos Deputados Eduardo Valverde, Carlos Alberto Leréia, Gilmar Machado, Pedro Fernandes, Zé Gerardo e Geraldo Resende. Às onze horas e

quarenta e dois minutos, o Presidente reassumiu a direção da reunião. Discutiram, ainda, o Relatório Setorial da Área Temática III os Deputados Alex Canziani, Marcelo Castro, que retirou o destaque 16 e solicitou análise dos destaques 23, 24, 26 a 28, de sua autoria. Discutiram, ainda, os Deputados Júlio César, João Magalhães, Wellington Roberto, Welinton Fagundes, Humberto Souto, Gonzaga Patriota, João Guimarães, João Leão, Hugo Leal e Edinho Bez. O relator respondeu aos questionamentos efetuados pelos debatedores. A seguir, o Presidente encerrou a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN*, o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas individuais e de relator apresentadas a essa Área Temática, tendo em vista já ter havido manifestação quanto às emendas coletivas. Em votação, a autorização foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A seguir, o Presidente anunciou a votação do Relatório Setorial da Área Temática III – Integração Nacional e Meio Ambiente, que foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques. O relator setorial informou que encaminharia todos os destaques como indicação ao Relator-Geral. A seguir, o Presidente leu o Ofício nº 115/2007, de 10 de dezembro de 2007, procedente do Procurador-Geral junto ao Tribunal de Contas da União, Lucas Rocha Furtado, prestando esclarecimentos sobre a matéria veiculada no Jornal *O Globo*, em resposta ao expediente encaminhado pelo Relator-Geral, Deputado José Pimentel. O Presidente informou que cópia do expediente seria distribuída ao Plenário. Discutiram o assunto os Deputados João Leão, Gilmar Machado, Cláudio Cajado, Rose de Freitas e Edinho Bez. Ao discutir a matéria, o Deputado Hugo Leal solicitou que fosse dada resposta ao referido Jornal. Às treze horas e um minuto, os trabalhos foram suspensos e convocada a continuação para as quinze horas daquele dia. Às dezesseis horas e vinte minutos, no exercício da Presidência conforme do dispõe o caput do art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, o Deputado Carlos Alberto Leréia reabriu os trabalhos, suspendendo-os em seguida. Antes, convocou a continuação para as vinte horas daquele dia. Às vinte horas e vinte e dois minutos da mesma data, os trabalhos foram reabertos pelo Deputado Eunício Oliveira, no exercício da Presidência conforme do dispõe o caput do art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. A reunião foi suspensa em virtude da realização da Or-

dem do Dia no Plenário do Senado Federal. Antes, convocou a continuação dos trabalhos para o dia treze de dezembro, às nove horas e trinta minutos. Às onze horas e cinco minutos do dia treze de dezembro, no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput* do art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, o Deputado Pedro Novais informou que não havia *quorum* no recinto do plenário para realização da reunião. Em seguida, suspendeu os trabalhos e convocou a continuação para às quinze horas do mesmo dia. **ENCERRAMENTO:** às dezesseis horas e três minutos, na condução dos trabalhos conforme dispõe o *caput* do art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, o Deputado José Pimentel informou que a reunião seria encerrada. Antes, convocou reunião extraordinária para o dia dezoito de dezembro, às quatorze horas e trinta minutos, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador José Maranhão. Presidente.**

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Há número regimental para a abertura dos trabalhos. Declaro iniciada a 8ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 36, 37 e 38, de 2007.

Como o início dos trabalhos não se deu na primeira meia hora depois da hora convocada, declaro suspensão a presente reunião, convocando o seu prosseguimento para as 14h30min.

Está suspensa a reunião.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 8ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 36, 37 e 38.

Breve histórico sobre o trabalho realizado até este momento.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, o Comitê de Obras Irregulares reuniu-se pela manhã e analisou matérias publicadas recentemente nos jornais que, de maneira ingênua ou ten-

denciosa, acabaram disparando comentários sobre a integridade da Comissão Mista de Orçamento, em especial do Relator-Geral.

Em face dessa situação, o Comitê de Obras Irregulares resolveu requerer a V.Exa. a convocação do Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União e de um representante do Ministério do Planejamento para que coloquem a limpo aquilo que a imprensa divulgou sobre pronunciamentos de Deputados desta Comissão.

A Comissão, quando começou a trabalhar, remeteu para cada Líder de bancada e para cada Sub-Relator todas as informações do TCU sobre o rol de obras irregulares e as obras inacabadas, pedindo que cada bancada discutisse exaustivamente essas questões.

Surpreende-me muito que, no momento em que estamos discutindo e votando o Orçamento público, com toda transparência e todos os mecanismos que a Resolução nº 01 concedeu a esta Comissão, situações iguais a esta acabem distorcendo o nosso trabalho e colocando novamente a honradez e a retidão de Parlamentares sob a mira de informações desvirtuadas, que muitas vezes não têm apoio na realidade fática deste País.

Por essa razão, solicito a V.Exa. que coloque em votação esse requerimento.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Um minuto, Deputado.

Não entendi bem qual foi o requerimento de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – O requerimento é sobre a convocação do Procurador do Ministério Público junto ao TCU e de um representante do Ministério do Planejamento, para que possam esclarecer se aqueles programas que apontam um valor orçamentado são contrários a uma realidade fática ou se representam superfaturamento.

Uma coisa é o que está orçado, outra coisa é aquilo que é realizado, que se executa após o processo de licitação. Isso está sob o crivo da investigação do TCU e do Comitê de Obras Irregulares.

Então, quero que seja esclarecida essa situação, até para que a honra de Parlamentares não seja manchada por informações distorcidas.

**(Não identificado)** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Sem prejuízo do requerimento de V.Exa., esta Presidência sente-se no dever de se pronunciar a respeito desse assunto.

Li as matérias publicadas tanto no jornal *Folha de S.Paulo* como no *Jornal do Brasil*. Penso, pelo que li, que a acusação é contra a proposta orçamentária, ou seja, é contra o Executivo, e não contra o Legislativo ou os seus membros.

Evidentemente, na matéria jornalística, existem algumas pimentas, algumas insinuações oblíquas sobre a Comissão. Todavia, no requerimento apresentado pelo Deputado Giovanni Queiroz e que inspirou a matéria não há nenhuma ofensa ao Relator-Geral ou a qualquer outro membro da Comissão.

Não obstante isso, acho que o Executivo, especialmente o Ministério dos Transportes, que está envolvido pela matéria jornalística, assim como pela denúncia do próprio executado, Deputado Giovanni Queiroz, está na obrigação de prestar os devidos esclarecimentos.

Já me dirigi ao Ministro dos Transportes, assim como à Ministra Dilma Rousseff, já que o assunto diz respeito ao PAC. A Ministra se comprometeu a mandar a esta Comissão um representante do Ministério para prestar os devidos esclarecimentos, que, todavia, devem ser prestados por escrito.

Evidentemente que a Comissão não tem como recusar o recebimento da proposta orçamentária do Governo por meras suposições, meras suspeitas de qualquer irregularidade no que respeita a preços de obras públicas. Mas não se pode acusar a Comissão, até porque o relatório dessa área temática ainda não foi apresentado. Se não me engano, o relatório setorial já foi para a Secretaria.

Conversei com o Senador Quintanilha Ribeiro, e, agora ciente da matéria que foi divulgada, S.Exa. vai fazer as devidas considerações de forma a corrigir o fato, exigindo que o Executivo esclareça os pontos que foram objeto da denúncia do Deputado Giovanni Queiroz, assim como das matérias publicadas na grande imprensa do País.

Segundo ponto. Gostaria que V.Exa. reduzisse o seu requerimento a termo, porque temos que apresentá-lo à consideração do plenário da Comissão.

Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, vou levantar uma questão de ordem, para a qual peço a atenção de V.Exa. e dos nobres pares.

A Lei nº 8.514, de 13 de agosto de 2007 (LDO 2008), estabelece, em seu art. 20, a obrigatoriedade de os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal encaminharem, até 30 dias após o envio da Projeto de Lei Orçamentária para 2008 ao Congresso Nacional, demonstrativo com a relação dos projetos de grande vulto. Isso tem a ver com a discussão que estamos tendo nesse momento, Sr. Presidente.

O art. 20 dessa lei estabelece:

“Art. 20. Os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal encaminharão à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, até 30 (trinta) dias após o envio do Projeto de Lei Orçamentária de 2008 ao Congresso Nacional, demonstrativo com a relação aos projetos de grande vulto, conforme definido no art. 3º da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, contendo:

I – especificação do objeto, da etapa ou da obra, identificado o respectivo subtítulo orçamentário;

II – o estágio em que se encontra;

III – valor total do projeto;

IV – cronograma físico-financeiro para sua conclusão;

V – etapas a serem executadas com as dotações consignadas no Projeto de Lei Orçamentária e estimativas para os exercícios de 2009 a 2011; VI – demonstração de que os custos da obra atendem ao dispositivo do art. 115 desta lei”.

E assim vai, Sr. Presidente. Então, o prazo estabelecido pela LDO 2008 esgotou-se dia 30 de setembro, conforme estipula a lei, e até o presente momento a determinação legal não foi cumprida. A própria LDO estabelece como forma de sanção ao não-cumprimento do prazo a exclusão desses projetos de lei orçamentária de 2008, a critério do Congresso Nacional.

São informações imprescindíveis à determinação da eficiência e da aplicação dos escassos recursos públicos em projetos que ultrapassem 10,5 milhões, incluindo-se a demonstração do custo da obra.

Os Relatores-Setoriais das áreas temáticas reportaram em seus relatórios indicação ao Relator-Geral para que S.Exa. ajuste, em seu relatório, as programações decorrentes dos projetos de grande vulto.

Entretanto, Sr. Presidente, questionamos se não cabe aos Relatores-Setoriais proceder à exclusão desses projetos, ante o não cumprimento, pelo Poder Executivo, do prazo estabelecido na LDO, ultrapassando-o em mais de 70 dias.

Deixo aqui a pergunta da bancada do PSDB a V.Exa.: que critério será adotado pela Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização quanto à questão levantada?

Apresento a V.Exas. essa questão de ordem e espero obter a resposta, em nome da bancada do PSDB.



**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Peço a V.Exa. que faça chegar até a Mesa a questão de ordem que acaba de ler.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Deputado Vanderlei Macris, V.Exa. esqueceu de assinar a questão de ordem. Por obséquio, peço que o a assine.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Concedo a palavra pela ordem ao Deputado Wellington Roberto.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Sr. Presidente, nós, representantes do PMDB, PR, PP e DEM, estávamos reunidos com a Liderança do Governo no Congresso Nacional, mas não conseguimos chegar a um acordo quanto à leitura do relatório da Integração Nacional, e, sim, Poderes de Estado. Então, peço a V.Exa. que solicite aos Líderes desses partidos aqui na Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização a confirmação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Atendendo à solicitação do Deputado Wellington Roberto, peço a manifestação dos Líderes das bancadas citadas pelo orador.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Sr. Presi-

dente, o PMDB jamais poderia ficar contra o relatório do Deputado Eunício Oliveira, mas houve uma reunião, na qual chegou-se ao consenso de que deveríamos parar e reestruturar as votações para que fosse feitas da forma mais rápida possível. Dentro desse consenso, o voto foi unânime para que votássemos a matéria relativa aos Poderes agora, e, logo mais, no período da noite, votaríamos os outros relatórios, contando, inclusive, com a presença do pessoal da Liderança do Governo que estava naquela reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra os representantes das demais bancadas.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – O Par-

tidos dos Democratas concorda, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO** – Sr. Pre-

sidente, não sei por qual motivo a base aliada chegou a esse praticamente fechamento de questão. Acho que o Deputado Eunício Oliveira deve apresentar seu relatório, e, depois, se for necessário, alteraremos um ou outro detalhe, mas no percurso da discussão, como fizemos com os outros relatórios setoriais. A não ser que haja motivo de força maior, e aí a bancada precisa dizer. Não se pode fechar a questão simplesmente porque alguém não quer. Queremos saber o porquê.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADO-**

**CA** – O motivo de força maior é porque não chegamos a um acordo.

**O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO** – A pro-

posta tem que ser republicana. O PT é contra a proposta e é favorável a que o Deputado Eunício Oliveira leia o seu relatório.

**O SR. DEPUTADO NELSON MEURER** – Sr. Pre-

sidente, o Partido Progressista concorda com o que disse o Deputado Wellington Roberto e solicita que seja lido o relatório dos Poderes.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Concedo a palavra ao Deputado Walter Pinheiro.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Sr.

Presidente, desde a semana passada temos nos esforçado para avançar nos relatórios setoriais. E reitero o apelo aos partidos da base para que o façamos. Até porque ficaremos em uma situação bem mais complicada, pois tudo leva a crer que a CPMF não terá seu primeiro turno apreciado na tarde de hoje, mas amanhã. Ainda que isso se confirme, só teremos a hipótese do segundo turno na próxima quarta-feira, dia 19 de dezembro, quando estaremos a nada mais nada menos do que a 48 horas do encerramento desse período legislativo, o que dificultará sobremaneira a apreciação da peça orçamentária.

O fato de avançarmos nos relatórios setoriais cria ambiente para conversarmos com os partidos, para que nos permitam, já na semana que vem, dialogar com o Relator-Geral, que teria mais tempo para fazer o alinhamento de um acordo que fizemos aqui de não acatar os destaques, até por conta das dificuldades dos Relatores Setoriais diante dos poucos recursos. Então, teríamos um tempo maior para dialogar com o Relator-Geral, buscando fazer os ajustes que os Relatores-Setoriais não têm condições de fazer.

Na semana passada, vivenciamos situação semelhante ao avaliarmos o relatório do Deputado Rafael Guerra sobre a Fundação Nacional da Saúde – FUNASA. Para fazer essa recomposição teremos que apelar ao Relator-Geral. Então, se não agirmos assim com os relatórios setoriais, a semana que vem as coisas serão feitas de afogadilho e teremos pouco tempo para dialogarmos com o Relator-Geral, o que conseqüentemente dificultará a intenção de ajuste. Por isso quero fazer um apelo aos partidos da base. Sei que alguém pode dizer que tanto faz começar pela Integração Nacional ou pelos Poderes. Mas há um simbolismo, todos sabem disso. Portanto, se apreciássemos o relatório que está sob o comando do Deputado Eunício Oliveira, relatório de uma área importante, teríamos mais tempo



para conversar com o Relator sobre quais seriam os possíveis ajustes. Todos sabem da importância e do volume de recursos necessários para infra-estrutura, integração nacional, relatórios que terminam absorvendo uma quantidade maior de emendas e, conseqüentemente, um aporte maior de recursos para atender essas demandas.

Por isso, Sr. Presidente, apelo aos Líderes dos partidos para que façamos isso. Se eles entenderem que não, tocaremos, a partir desse entendimento, apreciando os relatórios. Agora, insisto, a não conclusão desses relatórios setoriais até amanhã pode significar uma série de dificuldades para que tenhamos oportunidade de fazer ajustes com o Relator-Geral.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Wellington Roberto.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Sr. Presidente, não está havendo atraso, até porque um relatório refere-se à Área Temática III e o outro a outra área. Portanto, não há atraso. Então, quero que o Líder do PP, o querido Líder do Governo no Congresso Nacional, entenda que não está havendo obstrução ou atraso. Vamos votar Poderes e, em seguida, daremos destino ao restante das Áreas Temáticas.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta é uma Casa de acordo, e o Relator-Geral necessita que nossos relatórios setoriais avancem para que possamos fazer a redistribuição da segunda estimativa. Se for da vontade da Comissão e de V.Exa., com a anuência do Deputado Eunício Oliveira, votaríamos agora Poderes, que tem acordo, e, logo em seguida, voltamos com meu conterrâneo e amigo Deputado Eunício Oliveira. Isso se V.Exas. concordarem.

*(Pausa prolongada.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Conforme entendimento havido entre as Lideranças, convido o Relator da Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação a proferir o seu relatório.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CA-**

**DOCA** – Sr. Presidente, relatório pronto. Posso fazer o relatório agora.

*(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Relator da Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação, Deputado Carlos Eduardo Cadoca.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CA-**

**DOCA** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, inicialmente quero agradecer ao Bloco Parlamentar PMDB/PSC/PTC a minha indicação para a Relatoria. Ao mesmo tempo, agradecer à Assessoria Técnica, na

pessoa de Sérgio Tadao, pela compreensão, pelo esforço e pela competência na elaboração deste relatório.

“I – Relatório

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, conforme previsto nos arts 84, inciso XXIII, e 165, inciso I, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, §2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, submete à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 115, de 2007-CN, nº 649/2007 na origem), o Projeto de Lei nº 30, que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008”.

Nos termos do art. 166, §1º, inciso I, da Constituição Federal, cabe à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização examinar e emitir parecer sobre o PLOA/2008.

O Senhor Presidente da CMO incumbiu-nos de, na condição de Relator-Setorial, apreciar a proposta orçamentária no que se refere à Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação, incluindo as emendas apresentadas.

De acordo com o item 4.8 do Parecer Preliminar sobre o PLOA/2008, a Área Temática VIII compreende as programações dos seguintes órgãos e respectivas unidades orçamentárias relacionadas a seguir.

I.2.1 – Proposta Orçamentária

O conjunto das unidades orçamentárias constantes da proposta de orçamento para 2008 apresenta ligeira modificação se comparado com a relação constante do Orçamento autorizado para o corrente exercício de 2007. Na Presidência da República, incorporou-se o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Unidade Orçamentária 20225, e criou-se a Secretaria Especial de Portos – Unidade Orçamentária 20128. Em função dessa criação, a maioria das Companhias Docas passaram a ser abrigadas na Presidência da República.

Quanto aos montantes programados, a proposta orçamentária constante do PLOA/2008 para a Área Temática VIII em estudo totaliza R\$45,5 bilhões, sendo R\$38,2 bilhões da esfera fiscal, R\$7,0 bilhões da esfera da seguridade social e R\$0,3 bilhão na esfera do orçamento de investimento. As dotações por órgão estão sintetizadas no quadro I. O quadro II contém os montantes consignados para o pagamento de precatórios no âmbito dos tribunais. E o

quadro III os valores da proposta por Grupo de Natureza de Despesa.

#### I.2.2 – Execução Orçamentária Recente

A fim de subsidiar a análise do PLOA/2008, os quadros IV, V e VI sintetizam a execução orçamentária no âmbito dos órgãos dessa Área Temática”.

*(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Pede-se ao Plenário que faça silêncio. Há um orador na tribuna. Exatamente o Relator da Área Temática VIII.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADO-**

**CA** – Dou prosseguimento à leitura, Sr. Presidente:

#### “I.2.3 – Créditos Especiais Aprovados e em apreciação no Congresso

Tendo em vista o disposto no Item 45.1.3 da Parte Especial do Parecer Preliminar, esta Relatoria analisou e considerou os efeitos dos créditos especiais e extraordinários aprovados ou em tramitação na CMO, nos últimos quatro meses, com repercussão nas programações de Unidades Orçamentárias abrangidas pela Área Temática VIII. A relação dos créditos e respectivos impactos financeiros consta da tabela 1 anexa a este Relatório.

Neste sentido, observamos que a reabertura desses créditos, no exercício de 2008, implicará aumento de despesas primárias. Sendo estas financiadas com fontes financeiras, concorrerão, nos decretos de contingenciamento, com a execução das despesas primárias aprovadas na Lei Orçamentária, de forma a não afetar o equilíbrio fiscal previsto para o exercício de 2008.

#### I.3 – Emendas Apresentadas

As ações orçamentárias constantes da Área VIII receberam 342 emendas, sendo 45 coletivas e 297 individuais. Das coletivas, 42 são de apropriação e 3 de remanejamento. Além disso, 18 (16 de apropriação e 2 de remanejamento) foram apresentadas por bancadas estaduais, 14 (13 de apropriação e 1 de remanejamento) por Comissões da Câmara dos Deputados e 13 emendas de apropriação, por Comissões do Senado Federal. Das emendas individuais, 264 foram apresentadas por Deputados Federais e 33 por Senadores.

No total, as 342 emendas somam 3.415,3 milhões de reais, dos quais 3.344,6 milhões

referentes a emendas coletivas (representando 97,9% do total), e 70,7 milhões referentes a emendas individuais (representando os 2,1% restantes).

Os quadros VII e VIII detalham a distribuição das emendas apresentadas.

#### I.4.1 – Atendimento das emendas.

Diante da sistemática vigente no processo legislativo de apreciação da Proposta Orçamentária Anual, disciplinado pela Resolução nº 1, de 2006, e pelo Parecer Preliminar, os recursos para atendimento das emendas originaram-se de repasses efetuados pela Relatoria-Geral, no valor de 340,1 milhões de reais, dos quais 70,3 milhões foram destinados ao atendimento integral das emendas individuais e 269,8 milhões ao atendimento parcial das emendas coletivas.

Este Relator-Setorial, além de atender a todas as emendas admitidas, total ou parcialmente, não fez os cancelamentos nos GND 4 (investimentos) e 5 (inversões financeiras) para remanejamentos dentro da própria Área VIII, permitidos pelo item 40 do Parecer Preliminar.

As emendas individuais foram atendidas com recursos de 70,3 milhões de reais, provenientes da Reserva de Contingência, transferidos pela Relatoria-Geral para esse fim, em conformidade com o disposto no item 34 da Parte Especial do Parecer Preliminar. Das 297 emendas apresentadas, uma foi retirada pela autora (23590007), sendo o recurso correspondente remanejado para a Emenda nº 23590003 da Área Temática IV, e outra está com indicação pela inadmissibilidade.

A Resolução nº 1, de 2006, prevê o exame e a apreciação preliminar da admissibilidade das emendas, inclusive as de Relator, antes do início da discussão do correspondente Relatório.

Tendo em vista o prazo exíguo do cronograma de apreciação dos Relatórios Setoriais, estamos indicando desde já, em nosso Relatório, como subsídio à análise do Comitê de Admissibilidade de Emendas e à apreciação desta Comissão, a emenda individual nº 35050017 com proposta de parecer pela inadmissibilidade. Tomou-se como critério básico, no exame das emendas individuais, o disposto na Resolução nº 1, de 2006, e o Relatório de Atividades do Comitê já aprovado por esta Comissão.

A Assessoria Técnica desta Relatoria, ao examinar a admissibilidade das emendas individuais, informou que apenas a mencionada emenda apresentou incompatibilidade com a legislação vigente, por destinar recursos a entidade eclesiástica em desconformidade com o art. 19, I, da Constituição Federal. Por esse motivo, propomos a inadmissibilidade da emenda ao Comitê de Admissibilidade de Emendas.

Propomos, ademais, que a votação da proposta de parecer pela inadmissibilidade seja feita de forma separada.

Na elaboração dos pareceres, foram providos pequenos ajustes nas emendas apresentadas, de forma a torná-las compatíveis com a programação estabelecida no Projeto de Lei e na Lei do Plano Plurianual, assim como sanar eventuais conflitos com a legislação que rege o processo legislativo do orçamento e a execução orçamentária.

Fizemos isso em relação às emendas individuais – foram criadas novas ações – e também às emendas coletivas, a exemplo do que ocorreu com as individuais. Houve a necessidade de serem realizados pequenos ajustes nas ações e nos subtítulos apresentados como atípicos, assim como o enquadramento mais adequado de algumas ações pleiteadas.

Para atendimento das emendas coletivas, foram criadas as seguintes ações.

Quanto à distribuição de recursos, ressalta-se que este Relator-Setorial não efetuou qualquer corte na programação original constante do Projeto de Lei. As emendas coletivas foram atendidas de forma parcial, em face do reduzido volume de recursos à disposição desta Relatoria. Posteriormente, a Relatoria-Geral poderá complementar o atendimento dessas emendas, se assim julgar conveniente e possível.

Ao se analisarem as emendas coletivas (bancadas e Comissões Permanentes), considerou-se o mérito inerente a cada ação proposta, os recursos já alocados no projeto de lei, bem como as orientações contidas no Parecer Preliminar e na legislação pertinente.

No atendimento dessas emendas, foram utilizados recursos transferidos pela Relatoria-Geral no valor de 269,8 milhões de reais. É importante notar que esse valor é 22,9 milhões de reais inferior ao que havia sido destinado às emendas coletivas no ano passado (292,7

milhões de reais, em 2006). Para tornar a tarefa da distribuição de recursos ainda mais delicada esse ano, as emendas para investimento nos portos marítimos foram alocadas nessa Área Temática, fato que não ocorria nos anos anteriores. A criação da Secretaria Especial de Portos, no âmbito da Presidência da República, trouxe para essa Área Temática toda a programação relativa aos portos marítimos antes alocada no Ministério dos Transportes. A escassez de recursos é de tal magnitude que, na média, cada emenda coletiva recebeu apenas 6 milhões de reais.

Em vista da necessidade urgente de eliminar os obstáculos que contêm a aceleração do crescimento do País, esta Relatoria-Setorial decidiu destinar metade dos recursos à sua disposição para atender as emendas destinadas à melhoria da infra-estrutura portuária e ao estímulo do setor produtivo pesqueiro. A outra metade dos recursos foi destinada ao atendimento dos demais órgãos do Poder Executivo, do Poder Judiciário, o Ministério Público da União e o Poder Legislativo.

No que se refere às duas emendas apresentadas pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, propomos apenas um atendimento simbólico para ambas as emendas. Os recursos decorrentes da licitação da folha de pagamento da Câmara dos Deputados serão alocados nessas emendas na Relatoria-Geral.

I.4.2 – Emenda de Relator para adequação técnica.

Apresentamos uma emenda de adequação técnica (Emenda nº 80080001) no orçamento de investimento das estatais com o propósito de adequar o orçamento da Companhia Docas do Estado de São Paulo, que recebeu aporte de recursos da União por intermédio da Emenda nº 50240006, da Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados. Essa emenda aumenta a participação da União no capital da citada companhia, exigindo uma adequação técnica no orçamento de investimentos da estatal.

I.4.3 – Obras com indícios de irregularidade.

Para atendimento do disposto no item 45.2 da Parte Especial do Parecer Preliminar, foram analisadas as informações provenientes do TCU relativas às obras com indícios de irregularidade. Não identificamos nenhuma obra

relativa à Área Temática VIII na última listagem encaminhada pelo TCU.

#### I.4.4 – Custos unitários médios.

Para atendimento do disposto no item 45.6 da Parte Especial do Parecer Preliminar, cabe-nos explicitar os padrões de custos unitários médios adotados como referenciais para o acolhimento de emendas, em consonância com o disposto no art. 115 da LDO/2008. Tais custos constam da tabela anexa a este relatório.

#### I.4.5 – Indicações à Relatoria-Geral.

Tendo em vista a escassez de recursos com que esta Relatoria-Setorial trabalhou, indicamos ao Relator-Geral alocação de recursos adicionais nas seguintes emendas de programação:

Emendas de nºs 50250002 e 50250003, da Comissão Diretora da Câmara dos Deputados, na Unidade Orçamentária 01101 – Câmara dos Deputados. Ações: Ampliação do Edifício Anexo IV e Construção do Anexo V, respectivamente, a serem atendidos com recursos vinculados a uma fonte de receita específica estimada no relatório da receita;

Emenda nº 71180005, da bancada de Pernambuco, na Unidade Financeira 20128 – Secretaria Especial de Portos. Ação: Melhoramento da Infra-Estrutura Portuária do Porto de Suape, Pernambuco;

Emenda nº 71070014, da bancada do Ceará, na Unidade Orçamentária 20128 – Secretaria Especial de Portos. Ação: Dragagem de Aprofundamento no Porto de Pecém, Ceará;

Emenda nº 50240006, da Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, na Unidade Orçamentária 20128 – Secretaria Especial de Portos. Ação: Participação da União no Capital – Companhia Docas do Estado de São Paulo – destinada à construção de passagem subterrânea entre os armazéns 1 e 2 no Porto de Santos;

Emenda nº 71050004, da bancada do Amapá, na Unidade Orçamentária 12101 – Justiça Federal de Primeiro Grau. Ação: Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Macapá, Amapá;

Emenda nº 71040010, da bancada do Amazonas, na Unidade Orçamentária 20124 – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. Ação: Apoio e Implantação de Infra-Estrutura Aquícola e Pesqueira;

Emenda nº 50200001, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

da Câmara dos Deputados, na Unidade Orçamentária 35101 – Ministério das Relações Exteriores. Ação: Contribuição à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP;

Emenda nº 60020003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, na Unidade Orçamentária 35101 – Ministério das Relações Exteriores. Ação: Contribuição a Outros Organismos Internacionais; e

Programação constante do seqüencial 000780 do Projeto de Lei Orçamentária destinada à Construção do Complexo Trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região com o recurso previsto no item 27.1.6.3 do Parecer Preliminar.

#### II – Voto do Relator.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 30, de 2007-CN, na parte abrangida pela Área Temática VII – Poderes do Estado e Representação, com as alterações propostas neste parecer, decorrentes das emendas aprovadas.

É o voto, Sr. Presidente”.

#### O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão)

– O relatório está em discussão, iniciando-se também o prazo para apresentação de destaques, que será finalizado com o encerramento da discussão.

Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde, previamente inscrito.

#### O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Sr.

Presidente, quero cumprimentar o Relator, que abordou a área Poderes do Estado e Representação.

Antes de comentar o destaque que farei, quero comentar o que a imprensa vem divulgando sobre os gastos dos Poderes no Brasil, em especial dos Poderes Legislativos. Aponta como absurdo o gasto do Estado brasileiro com o Poder Legislativo.

Comparando os gastos feitos pelo Congresso Nacional com os gastos dos demais Poderes, podemos, pelo relatório apresentado, dizer que há certo equilíbrio. Na verdade, Poderes da mesma importância do Poder Legislativo têm proporcionalmente um gasto superior. Esse relatório denota que o Congresso brasileiro, em comparação com os demais Poderes, tem equivalência. Muitas vezes, outros Poderes acabam tendo um orçamento muito maior do que o do Congresso Nacional.

Faço outra observação: o Estado brasileiro passou a assumir novas funções, em decorrência de demandas, de políticas públicas de caráter econômico ou social. Evidentemente, é necessário reforçar o papel do Estado no tocante à contratação de servidores pú-



blicos, à redução de terceirizações e, principalmente, a novas atribuições.

Vou citar o exemplo da Secretaria de Pesca. O Brasil tem órgãos que poderiam fomentar a aquicultura e a pesca artesanal, mas só a partir de certo momento o Governo Federal brasileiro passou a ter uma verdadeira política de pesca. Obviamente, isso passa a exigir, no Orçamento, recursos que permitam desenvolver essa política pesqueira.

O Ministro da Pesca esteve aqui em diversas Comissões e apresentando um projeto de ampliação desse papel. O Brasil tem uma costa imensa, tem talvez a maior bacia hidrográfica do mundo, e tem que aproveitar melhor seus recursos pesqueiros. Uma política que fomente isso vai exigir do Estado um melhor aparelhamento.

Estou fazendo alguns destaques, Sr. Relator, até em homenagem ao trabalho que foi feito aqui nos bastidores pelo Ministro Gregolin. Há emendas de Comissão, como é o caso da Comissão de Agricultura, para que se pudesse ampliar, dentro dos limites orçamentários, os recursos para fortalecer essa política pesqueira no Brasil.

Outro reparo é uma demanda do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, Rondônia. Farei um destaque permitindo um remanejamento. Quando o tribunal mandou a proposta orçamentária para o TST, esta instância máxima do trabalho já tinha enviado aquela peça com toda a previsão orçamentária para o Planejamento. Então, foi difícil o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região alterar sua proposta original. Então, ele fez um pedido ao Relator-Geral, ao Presidente da Comissão, mantendo o mesmo valor, apenas retirando um valor que seria aplicado na construção de um prédio numa região no Acre – a 14ª Região atende Acre e Rondônia – e transferindo essa quantia para a construção de uma vara do trabalho no Estado de Rondônia. É meramente um remanejamento.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Mas na mesma área?

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – A mesma área temática.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Mas na rubrica de pesca?

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Não, estou falando de Poderes do Estado, do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região. É um remanejamento de valores.

Isso seria para construir uma unidade no Estado, na região em que atua o Tribunal, por entender que seria mais necessária e útil aquela vara do trabalho. Temos que dialogar sobre como fazer isso. Seria construída uma unidade, uma vara num local onde a demanda é

pequena, enquanto existe uma outra área com densidade populacional e demandas trabalhistas muito mais intensas do que as daquela localidade. Então, eles refletiram e perceberam que seria mais útil fazer esse remanejamento. Não sei como se daria isso.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Deputado, sem emenda, como posso fazer isso? A Relatoria não poderia atuar sem uma emenda, seja de bancada, seja de Comissão.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Infelizmente, essa informação por parte do TRT da 14ª Região, que abrange Acre e Rondônia...

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – É lamentável.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Informo ao orador que seu tempo já se esgotou.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Concluindo, Sr. Presidente, para ver se é possível atender a demanda da pesca...

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Tecnicamente, não.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Da pesca.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Da pesca? Sim. Há o destaque?

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Será feito o destaque.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – A Relatoria não dispõe de recursos, mas o destaque será apreciado.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Vamos fazer um destaque para permitir uma discussão *a posteriori*.

**O SR. PRESIDENTE** (Senado José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Eduardo Sciarra.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento o Deputado Carlos Eduardo Cadoca pelo seu relatório.

O que foi enviado pelo Governo nessa área expõe claramente o aumento expressivo de gastos referentes a pessoal e encargos sociais. Estou fazendo uma constatação, que não tem nada a ver com o relatório do Deputado Cadoca. Temos um incremento de 21,4% em pessoal e em encargos sociais em relação ao total autorizado para o ano de 2007.

Por mais que consideremos que nessa área concentram-se, de forma expressiva, recursos de pessoal, despesas correntes, mesmo assim o aumento de 21,4% é muito elevado, corroborando tudo aquilo que se tem falado a respeito do aumento do gasto público, do aumento de pessoal do Governo, tanto fisicamente quanto em relação às despesas.

No que diz respeito a investimento ou incremento na Secretaria Especial de Portos, isso não constava em 2007. Porém, se formos verificar o exercício deste ano, veremos que a execução financeira da Secretaria Especial de Portos foi irrisória. Simplesmente, até o começo do mês de dezembro, somente 13,7% da dotação foram autorizados. Esse valor está muito aquém para realização dos investimentos, e os gastos continuam correndo soltos, no que diz respeito a pessoal e a despesas correntes.

Também chama a atenção o uso da reserva de contingência. Mais uma vez, o incremento é muito expressivo. O aumento que houve em 2007, em relação a 2006 – 175 milhões em 2007, contra 71 milhões em 2006 -, dos recursos alocados à reserva de contingência demonstra claramente que o objetivo do Governo é promover o superávit primário. Isso também tem sido uma constante. O dinheiro é congelado e a execução orçamentária não ocorre.

Chama a atenção também, nessa área, o uso excessivo de medidas provisórias sobre créditos extraordinários. Na unidade orçamentária dessa área temática, 86% dos créditos propostos no Congresso Nacional foram feitos por meio de medida provisória, e somente 14% foram feitos pelo PLN. Essa é mais uma prova clara de que o Executivo tenta, e consegue, anular a ação do Congresso Nacional, a sua competência legislativa, criando, de fato, um orçamento paralelo.

A geração de superávit primário e os recursos para Restos a Pagar têm sido uma constante também, da forma como o Governo encaminha essas matérias ao Congresso Nacional.

Ressaltamos a flagrante inconstitucionalidade dessas medidas provisórias de crédito, que têm recheado a área. Nós, democratas, estamos questionando, por meio de ação direta de inconstitucionalidade, o uso indevido das medidas provisórias de crédito por parte do Governo.

É flagrante o aumento exagerado das despesas com pessoal. Isso está demonstrado no percentual de 21,4% de aumento, relativo ao ano de 2007, que foi autorizado.

O Governo tem, sim, de onde tirar recursos, onde cortar os recursos necessários para fazer frente à eventual perda da receita da CPMF – se Deus quiser, ela deixará de ser cobrada, com sucesso.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, ilustre Deputado Carlos Eduardo Cadoca,

quero me manifestar a respeito desse relatório. Farei algumas análises que considero importantes.

Primeiro, chama a atenção a previsão de 21,4% de aumento de despesa com pessoal.

O Governo tem dito que vai fazer concurso público para substituir o atual quadro de pessoal de relação de trabalho temporário por servidores estatutários.

Sr. Presidente, Sr. Relator, essa medida tem o aval, a concordância da Oposição. Agora, como se explica – gostaria de ouvir V.Exa., Deputado Cadoca – o aumento de quase 22% de despesa com pessoal para o exercício de 2008? A proposta prevê um acréscimo de 22% – 21,4%, para ser mais preciso -, em relação ao exercício de 2007.

Se se tratasse de mera substituição, se houvesse aumento de salário, poder-se-ia chegar a 4%, 5%, 6% de aumento. Mas 21,4%? Significa que o Governo Federal está aumentando muito mais o seu custeio do que a carga tributária nacional. Ou seja, por mais que se arrecade, o dinheiro nunca será suficiente para cobrir as despesas.

*(Conversas paralelas.)*

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, estou gritando.

Nem o Presidente me ouve.

Sr. Presidente, a zoada está muito grande. Estou gritando aqui. Se V.Exa. puder...

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Então, se o Governo Federal tivesse, com a sua sanha arrecadatória, diminuído o custeio, com certeza haveria mais investimentos, melhora na qualidade de vida do povo brasileiro, principalmente no Nordeste e no Norte, que sofrem com a falta de recursos.

É incompreensível que o Governo aumente as suas despesas de pessoal e ao mesmo tempo continue cobrando uma carga tributária do setor produtivo nacional, que não suporta mais pagar tanto imposto.

A discussão que ocorre no Senado Federal, a respeito da CPMF, tem a ver com isso. Os Senadores estão ouvindo reiteradas críticas, porque o setor produtivo nacional não consegue competir em pé de igualdade com países como a China, por exemplo, que foi reconhecida como economia de mercado pelo Governo brasileiro. Com isso, conseguiu baratear os seus produtos. Fulmina de morte a concorrência nacional.

Estamos discutimos aqui a Área Temática VII, que aumenta a despesa. Tenho certeza de que o Deputado Cadoca deve ter uma explicação crível para essa posição. Não podemos, na outra ponta, só aumentar imposto, porque iremos aumentar esse buraco que não tem profundidade.

Por outro lado, temos de levar em consideração a baixa execução de algumas áreas do Governo Federal. A Secretaria dos Portos, por exemplo, é uma delas.

O Governo Federal criou a Secretaria dos Portos. Porém, quanto à sua dotação, só foram pagos até agora 91 milhões, de um total de 701 milhões, o que equivale a 13%. É irrisório, Sr. Presidente.

Teremos a oportunidade de discutir a área temática do Deputado Eunício, que é o Relator. As execuções são pífias. E não me digam que se trata de problema ambiental apenas. A questão é que o Governo não quer executar. Estamos chegando ao último mês do exercício, e a Secretaria dos Portos teve pagas 13% de suas ações. Para que estamos discutindo esse assunto há dias, semanas, meses, se a lei que votamos não é aplicada pelo Executivo?

Sr. Presidente, chamo a atenção para essas graves questões. Se não votarmos o orçamento impositivo, nossas decisões vão se tornar apenas letra morta. Quando a Comissão de Orçamento e o Congresso Nacional fazem alterações, como a que é feita pelo Relator, levam em consideração a representatividade parlamentar nos diversos Estados da Federação, com a condição precípua de podermos promover o equilíbrio federativo, já que o Governo, ao elaborar proposta, não leva em consideração as enormes diferenças regionais. E cabe a nós, Parlamentares, ajustar, harmonizar essas diferenças. Mas, se o Governo não faz a sua parte, as diferenças apenas aumentam. Chamo a atenção para esse aspecto.

Sr. Presidente, também é inadmissível que, em relação a essa área temática, cujo Relator é o Deputado Cadoca, tenhamos o maior número de medidas provisórias de abertura de crédito extraordinário. Editar medida provisória em matéria orçamentária é avocar a prerrogativa do Congresso Nacional, é assumir a condição, que o Executivo não tem, de legislar em nome do Congresso Nacional. Já bastam as medidas provisórias que não têm urgência e relevância, que entulham o Legislativo e fulminam a autonomia deste Poder por ceifar o direito dos Parlamentares de legislar. Realizar esse mesmo procedimento em matéria orçamentária é um absurdo.

Pasme, Sr. Presidente, Senador José Maranhão, 86% da área que estamos discutindo foram executados por meio de edição de medida provisória de caráter extraordinário orçamentário. Isso é injusto com o Parlamento, com o Congresso Nacional. Se aceitarmos esse tipo de procedimento, continuaremos de cabeça baixa diante desse ato abusivo do Governo Federal.

Por fim, esclareço que estamos na vertente de poder...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Aviso ao orador que seu tempo já foi ultrapassado em 2 minutos.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Agradeço a V.Exa. a diligente direção e peço 1 minuto para concluir.

O relatório do Deputado Cadoca foi brilhante, mas essas questões precisam ser esclarecidas. Devemos chamar a atenção do Executivo por não podermos legislar e não termos, ao final da votação, a execução de importantes e indispensáveis políticas públicas para a maioria dos Estados federados e municípios brasileiros.

Eram essas as minhas considerações.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicio falando sobre uma questão que está sendo abordada pela imprensa. Ela diz respeito a ofício que encaminhei ao Relator-Geral, com cópia para V.Exa., mencionando algumas obras que fugiam àquele parâmetro, àquela modelagem encaminhada pelo Governo Federal e que extrapolavam, e muito, os valores médios.

Por outro lado, já alertei sobre os valores aqui apresentados sem metas. Cito alguns exemplos, rapidamente, para que os colegas fiquem atentos e, amanhã, não tenhamos o dissabor de ver mais uma CPI denegrindo a imagem desta Casa.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – V.Exa. me concede um aparte?

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Pois não.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Sr. Presidente, já que o Deputado Giovanni Queiroz vai falar sobre o assunto, gostaria de obter uma informação. Fiquei muito preocupado com a matéria publicada pelo jornalista Elio Gaspari. Aquilo repercutiu na Comissão como um todo. Como faço parte dela, gostaria de saber se o superfaturamento mencionado na matéria da *Folha de S.Paulo* refere-se a valores apresentados pela Comissão de Orçamento ou pelo Poder Executivo. Gostaria de obter essa resposta do Deputado para que a questão fique bem clara. Na matéria, parecia que era a Comissão de Orçamento que havia apresentado esses valores.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Deputado Humberto Souto, não conversei com o jornalista Elio Gaspari. Ele recebeu a cópia do documento que encaminhei ao Deputado José Pimentel. E aqui eu nem falo em superfaturamento. Alerto para preços propostos pelo próprio Governo, que estão acima da média.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Então, os valores que estão superdimensionados são do Poder Executivo e não da Comissão de Orçamento?

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – É lógico que são.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – É importante que fique claro para a imprensa e para as pessoas, porque a matéria enrola todo mundo. E como esta Comissão é muito mal vista, fica parecendo que é mais uma maracutaia dela. É importante que se esclareça que os números a que se referiu o documento remetido pelo Deputado Giovanni Queiroz são relativos a valores colocados no Orçamento pelo Poder Executivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Isso precisa ficar bem claro mesmo. Hoje, fui entrevistado, e a jornalista falava em emendas de Parlamentares. Não há nenhuma emenda. Esse projeto veio do Poder Executivo e, como está na proposta do Executivo, fiz questão até de copiar. Não tem nada a ver com Parlamentar. Eu estava no interior do Pará e não pude falar sobre isso, mas deixei bem claro, hoje, em 2 ou 3 entrevistas que dei para rádios.

Ressalto que isso aqui é de uma gravidade extraordinária. Estamos liberando 15 milhões de reais para um prédio de 60 milhões de reais para o Conselho de Justiça Federal. Deputado Humberto Souto, o Conselho é formado por 10 membros. São 5 do STJ e outros 5 que não sei especificar. Ele não tem nenhuma função deliberativa efetivamente. Sessenta milhões dá para construir um prédio de 40.000 metros quadrados com todo luxo, no mínimo, a 1.500 reais o metro quadrado, com extravagâncias totais. Estão sendo aprovados 15 milhões neste relatório. E mais do que isso, ninguém sabe quanto custa o metro quadrado porque ninguém sabe quantos metros quadrados são. E temos mais 136 milhões de reais para construção do edifício sede da Procuradoria-Geral do Trabalho em Brasília. Estão sendo liberados agora 12 milhões, mas o preço é 136 milhões, e ninguém sabe quantos metros quadrados são.

Estou chamando a atenção para isso, porque, se não, estaremos permitindo um superdimensionamento orçamentário que pode ensejar, lá na frente, superfaturamento da obra. Nem estou dizendo que ela será superfaturada. Estou dizendo que precisamos ter parâmetros, valores, metas a serem atingidas com esse valor, para que possamos mensurar melhor.

V.Exa. entendeu, Sr. Relator? Não estou aqui criticando, mas apenas alertando a Comissão, para que não aproveemos o projeto como está. Votarei con-

tra tudo isso. Fiz alguns destaques apenas. É preciso destacar todas as obras, para se saber quanto se quer construir. De repente, estão superfaturando nas nossas costas e estamos sendo coniventes por omissão, por negligência ou por preguiça de melhor adentrar no processo.

Chamo a atenção da Casa – já o fiz em tantas outras vezes. Na época do Foro Trabalhista de São Paulo, eu brigava sozinho – deu no que deu. O Deputado Humberto Souto sabe disso. S.Exa. estava aqui e me viu brigar, cancelar recursos, denunciar. Aquela obra foi alvo de CPI, mas denunciei mais de 50 obras. Quero apenas ajudar o País.

**(Não identificado)** – V.Exa. me permite um aparte?

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Pois não.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Aquilo deu no que deu porque V.Exa. enviou para o Tribunal de Contas da União, que apurou e condenou os responsáveis.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Enviei para o Tribunal de Contas da União e para o Ministério Público. Levei pessoalmente para a Comissão de Investigação do Senado, e tudo isso se somou para que culminasse nisso.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – É verdade.

V.Exa. sabe que o Ministério Público entrou com uma ação pública em decorrência da denúncia de V.Exa. e até hoje não se apurou. O Tribunal de Contas da União apurou os 170 milhões de reais, executou e condenou os responsáveis. Mandou para a CPI e a operacionalizou. As pessoas insistem em falar do Ministério Público, do resgate, mas se esquecem de falar que um órgão desta Casa foi que, por meio da denúncia de V.Exa., tomou as providências, e em 2 anos os culpados estavam condenados e os recursos restituídos.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não quero tirar o mérito do Tribunal de Contas da União, mas o Ministério Público também foi profícuo nesse processo. Atuaram paralelamente.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – O Ministério Público entrou com uma ação pública, que até hoje não foi decidida.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – O Ministério Público Federal atuou também. Mas essa é uma outra discussão que já se faz há tempos e teve suas consequências, as quais deveriam ter sido maiores.

Sr. Presidente, eu gostaria de zelar pela Comissão e pela Casa. O meu interesse é fazer com que esse dinheiro seja multiplicado, e existe um modo de fazer isso: basta termos critérios para a liberação de recursos.



Quando se considera valores de metros quadrados de construção ou de construção rodoviária, vemos que os valores apresentados, alguns por mim citados, e citei meia dúzia, quase todos os valores sugeridos são superdimensionados, e muito superdimensionados, com 100, 200, 300 ou 500% do valor de mercado. Por isso chamo a atenção dos Parlamentares.

Não encaminharei favoravelmente à votação. Peço aos companheiros que reflitam e que suspendam a votação dessas matérias que contenham construção de prédios públicos sem meta, porque estamos dando um cheque em branco, estamos avalizando o que vem do Executivo e não podemos ser cúmplices disso. Vamos corrigir. Vamos adequar a meta ao valor ou este à meta, não só esta como as outras propostas que estão vindo aí carregadas de vícios nesse sentido.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Deputado Giovanni Queiroz, quero dizer que voto com V.Exa.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado João Leão.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Gostaria de lembrar os Srs. Parlamentares desta Comissão, em particular meus queridos amigos e grandes Parlamentares Giovanni Queiroz e Humberto Souto, que no exercício de 2008 isso não poderá acontecer. Superfaturamento de obra neste País, no exercício de 2008, não poderá acontecer. Por quê? Fomos claros na LDO: nenhuma obra neste País – e V.Exa. aprovou a LDO – poderá ter o seu valor ou o seu preço acima do valor estabelecido pelo SINAPI da Caixa Econômica Federal. Nenhuma obra poderá extrapolar esses valores. Votamos isso nesta Casa.

Não vejo sentido qualquer dotação orçamentária ser revogada, não ser votada, porque o dirigente de qualquer órgão que lançar uma licitação com preço além do SINAPI, será automaticamente responsável por isso. Essa concorrência, pela Lei de Diretrizes Orçamentária, é inválida.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Deputado João Leão, no documento que encaminhei cito o seguinte: a Lei de Diretrizes Orçamentária dos últimos exercícios tem buscado mecanismos para inibir essa irregularidade.

A LDO de 2008 assim estabelece, em seu art. 115: “Os custos unitários de materiais de serviços de obras executadas, com recursos do Orçamento da União, não poderão ser superiores à mediana daqueles constantes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI.” Está aqui, sei disso. Acontece, ilustre Deputado e querido

amigo, que de repente estamos liberando 100 milhões de reais para uma obra que não sabemos quais são os metros quadrados. De repente, na proposta orçamentária, esse valor está superdimensionado. Não estou dizendo que está superfaturado, mas superdimensionado. O valor delegado pelo Orçamento é permissivo e não o pode ser.

Por isso quero que enquadremos a meta ao valor. Aí, sim, pelo custo SINAPI, poderemos multiplicar e muito outras tantas obras necessárias.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Digo a V.Exa. que não podemos trazer no corpo do Orçamento da União que esta obra tem tantos metros quadrados, tem isso, tem aquilo, tem uma área coberta de tanto...

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Deputado João Leão, quem tem que mandar isso é o Executivo. Nos outros anos todos isso veio especificado. Agora não vem por quê?

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Pelo que V.Exa. fala, a obra não é do Executivo, é do Legislativo.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – E que seja do Judiciário...

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – É do Judiciário?

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Eu disse do Judiciário e do Executivo também. Nada vem meta em construção civil. Em construção rodoviária vêm as metas, aí, sim, detectamos o superdimensionamento, aí dá para medir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Maranhão) – Chamo a atenção dos oradores. O que está em discussão é o Relatório Setorial nº 8, Poderes do Estado e Representação. No momento, ainda não estão em discussão outras áreas do Governo.

O segundo ponto que gostaria de lembrar ao Deputado Giovanni Queiroz é que S.Exa. já falou o dobro do tempo permitido. É claro que o assunto que traz à colação interessa a todos, mas S.Exa. poderia fazê-lo de forma apropriada, discutindo-o na hora específica do relatório. Repito, o assunto evidentemente interessa a todos nós. Inclusive tenho alguns esclarecimentos a dar, mas quero fazê-lo no momento próprio, porque, se em cada discussão, trouxermos qualquer assunto, não chegaremos a lugar algum, não concluiremos nem daremos oportunidade aos outros oradores inscritos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Deputado, o seu tempo era de 5 minutos, V.Exa. já falou 10 minutos e ainda não conseguiu concluir. Acre-

dito que precisará de mais 10. Pergunto: E o nosso tempo, como fica?

Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Cedo 1 minuto para o Deputado Giovanni Queiroz concluir rapidamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. não pode ceder tempo para nenhum orador.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Então, lamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Só quem pode conceder tempo para o orador é o Presidente, e já dei tempo suficiente ao Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, gostaria de dizer que de maneira alguma quis impingir a quem quer que seja qualquer tipo de ação anti-regimental, especialmente a V.Exa. Foi apenas uma deferência, porque considero muito importante o debate que estamos travando.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. não tem deferência maior do que a minha pelo Deputado Giovanni Queiroz, que é alguém que admiro muito pela combatividade, pela inteligência e pela forma participativa com que se integra na nossa Comissão.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Era apenas este o meu esclarecimento, Sr. Presidente.

Eu gostaria de dizer que considero importante este debate, até porque a Comissão de Orçamento, após a Resolução nº 1, vive um momento especial, um momento em que todas essas mudanças procuraram efetivamente criar condições para que esta Comissão pudesse objetivamente atuar no interesse da sociedade, sem que houvesse qualquer tipo de possibilidade ou de subterfúgios capazes de envolver a Comissão em alternativas que, no passado, foram condenadas pela sociedade brasileira. Portanto, considero importante este debate.

Ainda, gostaria de me referir a mais duas outras questões importantes sobre este tema que debatemos. O assunto levantado pelo Deputado Giovanni Queiroz vem ao encontro da questão de ordem que levantamos. A Lei nº 11.514, de Diretrizes Orçamentárias, estabelece a obrigatoriedade – e esse foi o objetivo da questão de ordem que levantamos – de que os órgãos setoriais do Governo encaminhem, até 30 dias antes do envio da lei, uma relação dos projetos de grande vulto, até então apresentados pela LDO de 2007.

Por exemplo, é importante que conheçamos a especificação do objeto da etapa ou da obra identificando o respectivo subtítulo orçamentário. Outra questão que a própria lei exige: estágio em que se encontra a

obra; valor total do projeto; cronograma físico-financeiro para sua conclusão; etapas a serem executadas com dotações consignadas no Projeto de Lei Orçamentária e estimativas para os exercícios seguintes.

Demonstração de custos – Deputado Giovanni Queiroz, é importante que seja visto também que a própria lei exige isso – da obra que atendam ao dispositivo do art. 115 da Lei.

Portanto, essa é uma visão que temos, nesta questão de ordem, de que o Executivo precisa enviar a esta Comissão as informações necessárias, objeto da determinação do art. 20 da LDO, aprovada por esta Casa.

É evidente que fica, pelo § 2º do art. 20 da mesma lei, a critério do Congresso Nacional estabelecer qual medida tomar na falta do encaminhamento dessas informações – que a lei exige.

Então, temos condições, sim, na Comissão, de saber sobre o detalhamento e o acompanhamento dessas obras que estão aqui apresentadas com valores superestimados. Se aconteceu no passado, pode acontecer no futuro também.

Por essa razão, nós, da bancada do PSDB, gostaríamos de ver cumprido o art. 20 da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Outra questão, especialmente em relação ao relatório apresentado nesta oportunidade, é que a bancada do PSDB tem avaliado mais detalhadamente esse fato e constatou, de forma clara, que o Executivo estabelece recursos para a utilização nessa rubrica orçamentária, de modo especial nesta proposta que está sendo votada agora, em valor absolutamente maior que aquele proposto no ano passado, ou seja, 61% a mais de recursos para essa área específica.

Ora, Sr. Presidente, se não conseguimos gastar os 5 bilhões propostos, pois tivemos sobra de 2,5 bilhões, como vamos aumentar recursos para o Orçamento do ano que vem? É realmente incoerente isso.

O que estamos propondo é que haja uma equação em relação a esses custos, porque o Governo Federal não tem competência, não tem capacidade, não planeja gastos. Nós, da bancada do PSDB, continuamos entendendo que este Governo atua e governa no atropelo: não tem planejamento, não tem condições de articular gastos de maneira adequada. O dinheiro público é mal gasto, em detrimento do interesse da sociedade brasileira. Por isso sustentamos nossa posição, para que possamos, efetivamente, conseguir as informações solicitadas, até porque, sem elas, teremos muita dificuldade em encaminhar as discussões por ocasião da votação do relatório geral.

Queremos que o Deputado Giovanni Queiroz mantenha a sua posição. É importante para que esta

Comissão, na discussão efetiva da área de infra-estrutura, possa esclarecer, definitivamente, quais são essas obras, quanto elas realmente custam e qual o objetivo desta Comissão, do ponto de vista do acompanhamento, da fiscalização, a fim de que o gasto público seja feito de maneira coerente; não sem planejamento, sem sustentabilidade da legislação que aprovamos na Comissão de Orçamento.

Eram essas as minhas palavras em nome da bancada do PSDB, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Deputado Zé Gerardo.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Depois eu quero fazer uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Relator, o Estado do Ceará tem duas emendas.

Destaquei a de nº 14 sobre drenagem e aprofundamento do Porto do Pecém. V.Exa., Sr. Relator, atendeu a emenda com 20 milhões, mas o Porto está em desenvolvimento, estamos colocando lá a tancagem da PETROBRAS, e precisamos de mais recursos para fazer esse trabalho. Se V.Exa. não tiver mais recursos para nos atender, solicito que encaminhe ao Relator-Geral para ver a possibilidade de atendimento.

A outra emenda refere-se à construção do edifício sede da Justiça Federal do Estado do Ceará, Emenda nº 19, que V.Exa. atendeu com pouco recurso. A Justiça Federal, no Estado, precisa de uma demanda maior. Peço que V.Exa. olhe a Emenda com bons olhos, a fim de que possamos ter lá implantada uma Justiça Federal com condições de atender a todas as demandas do Estado, que leve a lei, a ordem e benefícios a toda a população.

Era isso o que eu queria dizer.

Parabenizo V.Exa. pelo trabalho, pela dedicação. Sempre que o procurávamos, estava pronto a atender as bancadas.

Na qualidade de representante da bancada do Estado do Ceará aqui, peço a V.Exa. que encaminhe também ao Relator-Geral, Deputado José Pimentel, caso não possa atender, pois que alocou apenas 8 milhões, o que não dá sequer para começar as obras do prédio da Justiça Federal no Estado do Ceará.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Tem a palavra, para uma questão de ordem, o Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr. Presidente, quanto às indagações feitas aqui, não só pelo Deputado Vanderlei Macris, de que o Governo deveria encaminhar, queremos dizer que o Ministério do Planejamento não é responsável por isso. Inclusive o art. 20 da LDO, que foi citado, é muito claro: os órgãos, os Ministérios setoriais têm de encaminhar. E vários Ministérios têm dito que já encaminharam.

É uma questão de ordem que quero fazer, porque fica parecendo que o Governo não está encaminhando.

Quero saber, da Consultoria da Casa, quais Ministérios encaminharam e quais não encaminharam, para que possamos cobrá-los.

Na verdade, não é mais responsabilidade, como diz a própria lei, do Ministério do Planejamento, fazer esse encaminhamento, mas dos Ministérios setoriais. E eles disseram que já fizeram o encaminhamento para a Comissão.

É essa a informação que peço que a Comissão preste, inclusive para que a Liderança do Governo possa cobrar dos Ministérios que ainda não fizeram este encaminhamento; já que não é mais tarefa, a partir do envio da peça orçamentária, do Ministério do Planejamento, como muito bem diz a nossa LDO, relatada pelo Deputado João Leão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Informo V.Exa., pelos dados da Secretaria, que alguns Ministérios prestaram as devidas informações previstas na lei.

Estou levantando, na Secretaria, através da Consultoria, quais os Ministérios o fizeram e os que não o fizeram.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr. Presidente, obrigado. Apenas para a Oposição saber, porque fica parecendo que não estamos cumprindo o que determina a legislação, a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais) – Com a palavra o Sr. Deputado Nilson Mourão.

**O SR. DEPUTADO NILSON MOURÃO** – Sr. Presidente, ilustre Relator, caros colegas, à página 12, o relatório considera inadmissível a Emenda nº 35050017, de minha autoria, uma emenda individual, com proposta de parecer pela inadmissibilidade.

Trata-se de emenda individual destinada a uma instituição que tem registro no Conselho Nacional de Assistência Social, uma instituição de utilidade pública, devidamente reconhecida pelo Governo brasileiro.

Todas as emendas individuais em favor de instituições de utilidade pública, devidamente registradas no Conselho de Assistência Social, em dia, foram acolhidas

por todos os orçamentos apresentados nesta Casa, empenhadas e liberadas pelo Governo Federal.

Não entendo a razão pela qual o Relator inadmitiu essa emenda. Trata-se de uma emenda individual. Posso destinar para qualquer instituição, e o fiz para uma instituição com registro no Conselho Nacional de Assistência Social, uma instituição sem fins lucrativos, que desenvolve trabalho social na área de direitos humanos, como tantas outras emendas que estão neste relatório.

O nosso ilustre relator não acolheu a minha emenda e a indeferiu. Eu gostaria que aproveitássemos a oportunidade aqui nesta Comissão para debater essa questão e resolvê-la de uma vez por todas.

Não é possível, Sr. Presidente, que uma emenda individual seja indeferida desta forma, sem sequer – e aqui gostaria de fazer uma reclamação – ter sido notificado oficialmente pela Comissão para que eu pudesse argüir a minha defesa, mostrar a sua legitimidade e a documentação da entidade que seria a beneficiária. Eu o soube por telefone, por recados. Creio que esse não é o procedimento para tratar de uma emenda individual. Gostaria de ter sido notificado para argüir junto ao Relator. Posteriormente, falei com S.Exa. por telefone, que disse não ter mais nada a fazer e que traria a matéria ao plenário desta Comissão.

Aproveito o momento, então, para que possamos fazer o debate sobre a emenda, para que não haja prejuízo. Essa é a única emenda inadmitida pela Comissão, Sr. Presidente. Dos 513 Deputados Federais, é a única emenda não admitida destinada a uma instituição de assistência social. Não posso compreender. Quero argumentar e pedir a compreensão de todos os colegas para que se resolva o assunto de uma vez por todas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais) – Com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Sr. Presidente, eu gostaria, respeitosamente, de dizer ao meu colega Nilson Mourão que tivemos 3 emendas individuais com dificuldades. Dessas, duas resolvemos conversando com os autores e mudando a destinação.

Fizemos um contato com o gabinete de V.Exa., e o seu Chefe de Gabinete nos informou que o senhor não mudaria de forma alguma a destinação. Quando V.Exa. me telefonou, eu já havia entregue o relatório.

Eu não aceitei a emenda com base num parecer técnico que diz que ela fere frontalmente o art. 19 da Constituição.

**O SR. DEPUTADO NILSON MOURÃO** – Onde ela fere frontalmente?

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – O parecer foi publicado, está na Internet à disposição dos Deputados. Foi dado publicidade ao parecer. Não fiz isso para discriminar V.Exa. nem para lhe criar nenhum atropelo. Apenas, cumprindo o meu dever e respeitando um princípio constitucional alertado pela consultoria, indeferi.

E quando V.Exa. me telefonou, eu disse que levaria essa discussão para o Plenário. No meu relatório, tive o cuidado de pedir uma votação em separado. Não há nenhum interesse de prejudicar V.Exa. diz que foi a única emenda inadmitida, mas lamentavelmente foi a única porque não conseguimos manter um diálogo com V.Exa., para encontrar uma solução amigável, como encontrei para os 2 casos de outros 2 Deputados.

Está aqui o parecer com os fundamentos técnico-jurídicos lançados pela consultoria, e eu me guiei por esse caminho. Resta agora que o Plenário decida. E pedi, repito, que fosse feita a votação em separado.

**O SR. DEPUTADO NILSON MOURÃO** – Eu poderia fazer uma indagação ao ilustre Relator, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais) – Consulte, antes, V.Exa. se fez destaque sobre essa emenda.

**O SR. DEPUTADO NILSON MOURÃO** – O meu objetivo aqui, Sr. Presidente, é encontrar o caminho absolutamente legal. Não proponho nenhuma ilegalidade. A Comissão tem mesmo a obrigação de inadmitir qualquer emenda ilegal.

Eu gostaria de perguntar ao ilustre Relator e ao assessor técnico que produziu essa nota técnica onde a Constituição veda a destinação de recursos para entidades de assistência social com registro no Conselho Nacional de Assistência Social para desenvolver serviços sociais.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Vou ler um pequeno trecho da nota técnica.

“A doutrina constitucional tem considerado as normas constitucionais que estabelecem vedações e proibições como normas de eficácia plena.”

O art. 19 diz isso.

“Admitir as ressalvas contidas na LDO aplicadas às igrejas seria tornar letra morta a regra básica contida no art. 19, inciso I. Na verdade, quem aplica as regras da LDO às igrejas



não precisaria nem conhecer a existência do dispositivo constitucional. Assim, estaríamos transformando uma norma constitucional de eficácia plena em uma norma absolutamente ineficaz.”

Essa é a compreensão da assessoria técnica.

“Outro ponto é que a transferência de recursos para custeio na área de direitos humanos é contribuição corrente, não se encaixa na área IV de educação, cultura, saúde e assistência.

Dessa forma, conforme a LDO, há necessidade de uma lei prévia para autorizar.”

Falta isso. Não há uma lei ordinária que estabeleça isso.

**O SR. DEPUTADO NILSON MOURÃO** – Ilustre Deputado, eu não apresentei nenhuma emenda para igreja. Eu apresentei uma emenda para uma organização sem fins lucrativos.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – É uma arquidiocese.

**O SR. DEPUTADO NILSON MOURÃO** – É uma organização sem fins lucrativos de assistência social com registro no Serviço de Assistência Social. Outra coisa são igrejas para desenvolver serviços religiosos. Essa é uma organização de obras sociais, devidamente registrada e com pleno desempenho.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – E vinculada a alguma igreja?

**O SR. DEPUTADO NILSON MOURÃO** – Vinculada à Diocese, mas não se trata dela. Não se trata de trabalho de igreja para comprar vela ou celebrar missa. Essa distinção tem de ser clara.

Por outro lado, entendo que cabe no seu relatório, sim. Trata-se de serviços de educação em direitos humanos. Agora, se V.Exa. tem uma posição firmada, definida, para inadmitir a minha emenda, e eu vou ser o único Deputado desta legislatura a ter uma emenda indeferida por V.Exa., é outro problema. Acho que não deve ser essa a posição de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – V.Exa. faça o destaque e o Plenário decidirá. Segundo a informação técnica, não cabe nem destaque.

Haverá, no entanto, votação em separado, Sr. Presidente, como recomendei antes. O Plenário será consultado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais) – Seguramente, Deputado Nilson Mourão, o assunto será tratado na hora da votação, e V.Exa. terá oportunidade, outra vez, de fazer valer os seus argumentos, e, quem sabe, o Plenário poderá aceitá-los.

**O SR. DEPUTADO NILSON MOURÃO** – Sr. Presidente, posso destacar ou não?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais) – Não pode destacar, mas sua emenda será votada separadamente, como se fosse um destaque.

**O SR. DEPUTADO NILSON MOURÃO** – Ela vai ser debatida e votada separadamente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais) – V.Exa. não precisa destacar.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Tive o cuidado de pedir a votação em separado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais) – Com a palavra o Deputado Wellington Roberto.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Sr. Presidente, quero me referir a 2 destaques, um sobre o TCU e outro relativo ao nosso porto de Cabedelo. São destaques da Comissão de Infra-Estrutura do Senado, assinados pelo Senador Cícero Lucena, e autorizados pelo Presidente daquela Comissão. Eu pediria, já que o nosso querido amigo Cadoca não dispõe de mais recursos, que fossem encaminhados para o Relator-Geral, de modo a que S.Exa. pudesse atender, a fim de sanar os problemas do porto de Cabedelo e também do TCU.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Parabenizo esse grande homem público que é nosso amigo em comum Cadoca.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais) – Não há mais oradores inscritos.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, pela ordem. Levantei a mão umas 10 vezes e me inscrevi para falar neste debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais) – Antes de passar a palavra à Deputada Rose de Freitas, quero passar às mãos do Relator o Destaque nº 19, da bancada do Maranhão, da qual sou coordenador nesta Comissão.

Com a palavra a Deputada Rose de Freitas.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, estamos diante de um problema – e gostaria de contar com a atenção do Relator e dos demais Líderes que compõem esta Comissão – relativo à Comissão de Direitos Humanos e à questão de políticas adotadas para as mulheres – o barulho é muito grande e alguns microfones estão em volume baixo, até mesmo o Relator está reclamando.

Deputado Cadoca, todos os anos enfrentamos essa questão aqui na Comissão: as verbas relativas às políticas das mulheres são cortadas. Todos os anos, o relatório apresentado é deficiente, e as nossas companheiras brigam.

Há um destaque assinado pelo Senador Paim, que infelizmente não pôde aqui comparecer, para o qual eu pediria uma especial gentileza a V.Exa. Sei que V.Exa. é dedicado às causas sociais e tenho certeza de que conhece a desigualdade com que são tratadas as políticas nacionais relativas não só aos direitos mas às políticas sociais da mulher, que se referem à violência, ao trabalho. Queremos pedir que V.Exa. reveja o valor relativo que consta nesse relatório. Sei do seu esforço, não vou negar que é difícil fazer um orçamento nessas condições, mas pediria a V.Exa. que considerasse a possibilidade de aumentar esses recursos para que eles pudessem ser repassados para os Estados, a fim de se intensificar toda essa proposta de combate à violência e a política de capacitação profissional, de saúde da mulher.

O Senador Paim apresentou um destaque e pediu que fizéssemos uso dele porque não poderia estar presente aqui. A Secretaria da Comissão se negou a colocar o número no destaque à Emenda 6009000, e eles fizeram isso com justiça, porque o Senador não pôde estar presente. Como Presidente, S.Exa. assinou a emenda, mas a Secretaria não numerou o destaque. O Senador Paulo Paim assinou.

Sr. Relator, gostaria de falar do destaque do Espírito Santo. A primeira escola de pesca que existe no País está localizada em Piúma. A bancada do Estado apresentou o Destaque nº 00006, relativo à Emenda nº 71090011. Peço a V.Exa. que reconsidere a sua posição.

V.Exa. pode ver a discriminação nesta Comissão. Se fosse eu que estivesse, em pé, falando ali, teriam me chamado a atenção pelo menos 3, 4 vezes.

*(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais) – Solicito a atenção dos que estão conversando.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – É isso o que estou pedindo. Na hora em que estou ali defendendo uma emenda, todos os Deputados ficam puxando o casaco, dizendo que estamos conversando. Na hora em que defendemos uma emenda, não prestam a atenção.

Sr. Relator, peço apenas atenção ao Destaque nº 00006 à Emenda nº 71090011, da bancada do Espírito Santo.

Muito obrigada.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Sr. Presidente, posso responder à Deputada Rose?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais) – Com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Deputada Rose de Freitas, minha querida amiga, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, nessa rubrica, no PL, recebeu 650 mil reais. Adicionei 4 milhões de reais. Com os 70% da reestimativa de receita, chegará a 6 milhões e 800 mil reais.

Com relação à pesca, aloquei 22% dos recursos desta relatoria nessa área. E não atem mais nem um tostão.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Vou fazer só uma pergunta a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais) – Deputada Rose, vamos ouvir a explicação do Relator.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Só quero que S.Exa. esclareça minha dúvida.

Sr. Relator, V.Exa. colocou esses recursos na emenda da Comissão de Direitos Humanos? Estou me referindo à proposição do Senador Paulo Paim.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Sim, na emenda da Comissão de Direitos Humanos.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – V.Exa. acrescentou quanto?

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Quatro milhões de reais. E, no PL, 650 mil reais.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Eram 3 milhões de reais, e V.Exa. acrescentou 4 milhões de reais?

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Aloquei 4 milhões de reais.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, permita-me fazer só uma observação.

Deputado Carlos Eduardo Cadoca, é muito difícil o trabalho de divulgação e de conscientização que se faz no caso da prevenção e combate à violência contra a mulher. V.Exa. há de convir que esse valor é muito pequeno se considerado o trabalho que nesse campo tem de ser feito por uma Secretaria nacional.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Deputada Rose de Freitas, recebemos 22 milhões a menos do que no ano passado. Há também todo o setor de esporte para ser contemplado por esta relatoria.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Posso solicitar a V.Exa. que faça um adendo no seu relatório pedindo ao Relator-Geral para considerar esse destaque?

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Farei esse pedido oralmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais)

– Com a palavra o último orador inscrito, Deputado Manoel Junior.

Em seguida suspenderemos a reunião em razão do início da Ordem do Dia na Câmara dos Deputados.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Sr. Presidente, serei breve.

Quero apenas cumprimentar o nosso colega, vizinho e quase conterrâneo Deputado Carlos Eduardo Cadoca pelo trabalho na relatoria. Este ano, os relatores setoriais tiveram dificuldades adicionais, com o encurtamento do montante destinado às Relatorias-Setoriais. Queria aproveitar este final de debate, Deputado Cadoca, para parabenizar V.Exa. pelo equilíbrio e principalmente pela correção no trato dos assuntos diante das bancadas. Parabéns.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais)

– Vamos encerrar a discussão, com o que estará encerrado também o prazo de apresentação de destaques. Não podemos proceder à votação em razão do início da Ordem do Dia.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais)

– Pela ordem, Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, não pude fazer a conclusão daquela questão, mas queria sugerir a esta Comissão que suspendêssemos a votação para permitirmos ao Relator a correção das distorções evidentes. Não é culpa do Relator. O Orçamento veio do Governo sem metas. Entendo que não temos condições de votar essa matéria da forma como está. Não há como votar. Votar isso é ser cúmplice, Deputado Humberto Souto, do cheque em branco que se vai dar ao Governo, particularmente no caso do Poder Judiciário. Não há metas. Valores exorbitantes de 130 milhões de reais, 500 milhões de reais, prédios – sem metas, sem objetivos.

Então, Sr. Presidente, peço que submeta a minha proposta ao Plenário para que tenha consequência o que falo aqui neste momento. Queria a atenção dos companheiros para essa proposta. Vamos dar 24, 48 horas para que o Relator possa buscar essas informações dos órgãos proponentes e depois, sim, votemos a matéria. Votar como está é colocar em risco a própria Comissão. Olhem o alerta que faço nesse momento, pela experiência de anos que tenho nesta Comissão. Pode haver consequências que não interessam a ninguém nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais)

– Vamos encerrar a discussão, portanto o prazo de apresentação dos destaques, ficando a votação para

o início da próxima reunião. Antes do encerramento, vou ler um comunicado da Presidência.

“O art. 138 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, preconiza:

‘Art. 138. No âmbito da CMO poderão ser apresentados destaques a requerimento de:

*I – membro da CMO;*

*II – coordenador de Bancada Estadual ou membro da CMO por ele autorizado;*

*III – presidente de Comissão Permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal ou membro de Comissão autorizado pelo respectivo Presidente.’*

Tendo em vista que o Deputado Manoel Junior não portava autorização do Coordenador da Bancada da Paraíba, Deputado Wellington Roberto, para apresentar destaques perante a Comissão, declaro prejudicados os destaques por ele apresentados ao Relatório Setorial da Área Temática II – Saúde, em nome da bancada da Paraíba, a seguir mencionados.

Destaque nº 39 à Emenda 71160010, rejeitado.

Destaque nº 41 à Emenda 71160012, rejeitado.

Destaque nº 42 à Emenda 71160005, aprovado parcialmente com 5 milhões de reais.

Informo que os 5 milhões de reais destinados ao Destaque nº 42 serão alocados a um dos destaques apresentados pelo Coordenador da Bandada da Paraíba, Deputado Wellington Roberto, quais sejam: Destaque nº 14 à Emenda 71160018, já aprovado parcialmente com 5 milhões; Destaque nº 16 à Emenda 71160014, rejeitado; Destaque nº 23 à Emenda 71160005, prejudicado em função da aprovação parcial do Destaque nº 42.

Solicito que o Coordenador da Bancada da Paraíba, Deputado Wellington Roberto, indique qual será o destaque que receberá os recursos do Destaque nº 42, agora prejudicado.”

O Deputado Wellington Roberto está com a palavra para fazer a indicação do destaque.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Fica prejudicado o Destaque nº 71160005, do Deputado Manoel Junior, que tinha sido aprovado no valor de 5 milhões de reais. Os recursos vão para o destaque de mesmo número, 0005, do Deputado Wellington Roberto, e o Destaque nº 71160018, de Wellington Roberto, aprovado com 5 milhões, vai para o Desta-

que de nº 711614, do mesmo Parlamentar, que havia sido rejeitado. Deu para entender? Veja bem, Myrna, houve um novo acordo em relação a isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais)

– Peço que cumpra o que determina o despacho, Deputado: “Solicito que o Coordenador da Bancada da Paraíba, Deputado Wellington Roberto, indique qual será o destaque que receberá os recursos do Destaque nº 42, agora prejudicado”.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Os Destaques de nºs 0014 e o 005.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais)

– Cada um receberá quanto?

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Cinco milhões.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais)

– São só 5 milhões.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– O destaque de autoria do Deputado Manoel Junior não foi cancelado?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais)

– O dele foi cancelado.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– O dele foi cancelado e vai para um destaque com o mesmo número, de minha autoria. O Destaque nº 0018 foi acatado com 5 milhões. Esses recursos irão para o Destaque nº 0014, também de minha autoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais)

– Essa alteração não está prevista na orientação dada pelo Presidente.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Não está prevista porque esse acordo foi feito anteriormente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais)

– Vou passar a direção dos trabalhos ao Presidente da Comissão.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Sr. Presidente, como Relator, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Rafael Guerra.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Sr. Presidente, quero informar que há um acordo interno da bancada para substituir o autor do destaque, sem alterar os valores. Um destaque está sendo substituído por outro do mesmo valor.

Aceito o acordo da bancada.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Sem acréscimo de valores, houve apenas uma substituição.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Deputado Rafael Guerra, esclareço a V.Exa., embora não tenha presenciado o início desta discussão, por ter-me ausentado para uma reunião administrativa na

presidência da Comissão, que o relatório de V.Exa. já foi votado. Estamos fazendo a correção de uma falha que ocorreu. O Deputado Manoel Junior deu entrada a um destaque *ad referendum* da Coordenadoria, que não o aceitou.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Estou corroborando isso.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Sr. Presidente, pela ordem. Sendo um destaque de minha autoria, não posso transferir para outro destaque, também de minha autoria, o mesmo valor, sem acréscimo?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– O destaque já foi votado, e é específico. Não tem como.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra V.Exa.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Sr. Presidente, gostaria de esclarecer essa questão. Chegamos ao final do debate do relatório da Área Temática da Saúde e demos entrada a um destaque, a pedido do Deputado Vital do Rêgo Filho e do Prefeito de Campina Grande. Não era do meu conhecimento que havia necessidade de subscrição do Coordenador. Até porque sou membro titular da Comissão. Mas o novo Regimento assim disciplina. Então, efetivamente, quero isentar de responsabilidade nossa assessoria e a assessoria da Comissão.

Agi de acordo com entendimento feito com o Deputado Rafael Guerra, até porque eu não tinha conhecimento de que havia um destaque similar do Coordenador da Bancada, Deputado Wellington Roberto. Mas não há prejuízo, até porque a emenda a ser atendida é a de nº 005, que trata de ações de alta complexidade na área da saúde para a Prefeitura de Campina Grande, e o valor é o mesmo. O destaque apresentado por mim coincide com o do Coordenador da Bancada, Deputado Wellington Roberto, acatado pelo Relator Rafael Guerra. Esse acordo não fere a Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional.

Muito obrigado.

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Efraim Morais.

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – Sr. Presidente, estamos tratando de entendimento feito antes da votação. Por equívoco da própria assessoria da Casa, invertemos a emenda.



Nosso destaque foi para a conclusão do Hospital de Traumas de Campina Grande, no valor de 5 milhões. Houve só uma mudança. Não se está alterando o valor da emenda nem o valor do Orçamento. É só uma questão de entendimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Senador, V.Exa. quer transferir 5 milhões do Destaque nº 14 para o Destaque nº 16, referente ao Hospital de Traumas de Campina Grande?

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – Sr. Presidente, o Deputado Wellington Roberto apresentou esses destaques, não sei se exatamente a essas emendas.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Sr. Senador, as emendas são as de nºs 14005 e 14008, se não me engano.

Como o valor é o mesmo, não há o que opor.

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – Perfeitamente. É o entendimento que existia. Com a tentativa de emenda do Deputado Manoel Junior, que não tinha autorização do Coordenador, houve esse tumulto. Não estamos querendo tirar de um canto nem de outro, só que prevaleça o que havia sido acordado. Nada mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Pois não, Senador, está entendido.

**O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS** – Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. pela compreensão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Em votação na representação da Câmara Federal o Destaque nº 14, que fica sem valor nenhum.

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** – Sr. Presidente, o prejuízo só é meu, mas estou satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Transfere-se o valor para o Destaque nº 16; e o Destaque nº 23 recebe o recurso do Destaque nº 42, que, conseqüentemente, também fica sem valor nenhum.

Em votação na representação da Câmara Federal

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação da Câmara.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, contra meu voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. está equivocado, não é o relatório que está sendo discutido.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, tratando-se tão-somente de correção do relatório, tudo bem. Desculpe-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Foi aprovado por unanimidade na representação da Câmara.

Passa-se à votação na representação do Senado da República.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade também no Senado da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado José Pimentel.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, no dia 13 de novembro de 2007, o Deputado Giovanni Queiroz encaminha a este Relator um ofício, sobre outras coisas, argumentando que tem um conjunto de obras no Orçamento da União com uma série de indícios de superfaturamentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Peço a atenção dos Srs. Parlamentares ao discurso do Deputado José Pimentel, porque S.Exa. vai tratar de um assunto que interessa a esta Comissão como um todo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Este Relator aguardou a apresentação do parecer por parte do Relator Setorial de Infra-Estrutura, tendo em vista que boa parte das obras ali apontadas diziam respeito àquela Relatoria Setorial.

Ontem, após a entrega do Relatório Setorial, encaminhei a V.Exa. o seguinte ofício da Relatoria-Geral de nº 10.

“Exmo. Senador José Maranhão, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

*Sr. Presidente, por intermédio do Ofício nº 253/2007, de 13 de novembro de 2007, o Deputado Giovanni Queiroz “apresenta considerações sobre os custos unitários constantes do projeto de lei orçamentária para 2008”, conforme transcrições abaixo:*

*O Plenário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização protagonizou, ao longo dos anos, alertas sobre muitos dos desvios de recursos públicos que, infelizmente, aterrorizaram este País.*

*Lamentavelmente, alguns desses alertas tiveram acolhimento somente fora da Comissão Mista. (...)*

*Em que pese o mandamento insculpido no art. 115 acima transcrito (da LDO 2008), observa-se no projeto de lei orçamentária para 2008 (PL nº 31, de 2007-CN) custos unitários de obras públicas muito superiores aos praticados no mercado ou mesmo àqueles constantes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, do Custo*

*Unitário Básico – CUB ou do Sistema de Custos Rodoviários – SICRO 2, do DNIT.*

*Quando se compara os custos unitários alocados no projeto de lei orçamentária para 2008 (PLOA 2008) com aqueles praticados no mercado, verifica-se discrepância ainda maior.*

*Os valores unitários das obras acima listadas são alguns poucos exemplos das muitas discrepâncias observadas nos custos unitários constantes do PLOA 2008. Servem como simples indutor para uma ação determinada e corretiva por parte de Vossa Excelência, na qualidade de Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária para 2008.*

*Permita-me alertá-lo, ainda, sobre as impropriedades constantes de algumas obras de construções de prédios públicos a cargo do Poder Judiciário. Tratam-se de obras com custos unitários de construção muito superiores aos padrões aceitáveis, e que merecem rigorosa adequação aos preços de mercado. Ainda nesse mesmo Poder, há que se verificar o correto dimensionamento da área dos prédios públicos em razão da sua lotação para que não se repitam casos como o da construção do Edifício-Sede da Procuradoria-Geral do Trabalho em Brasília, onde busca-se abrigar em um prédio de 110.000 m<sup>2</sup> apenas 476 servidores, ou seja, uma área individual de 235 m<sup>2</sup>."*

No jornal *Folha de S.Paulo*, edição de 9 de dezembro de 2007, o colunista Elio Gaspari declara:

*"Dizer que o contubérnio de parlamentares com empreiteiros, prefeitos e palácios estouram os preços do mercado, é pouco. Queiroz demonstra que se pretende gastar somas muito acima dos valores de referência que a própria lei determina. Em casos excepcionais, essas despesas deveriam ser 'devidamente justificadas, em relatório técnico circunstanciado', mas nem isso fizeram. Querem avançar na Bolsa da Viúva sem nem sequer oferecer uma explicação."*

Reportagem do jornal *O Globo*, de 10 de dezembro de 2007, atribui ao Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, Dr. Lucas Furtado, a seguinte declaração:

*"Se houvesse uma real vontade de melhorar o combate à corrupção, seria preciso mudar todo o sistema de elaboração e execução orçamentária. A gente não sabe os critérios. A impressão é que tudo é feito para*

*permitir que membros da Comissão Mista de Orçamento possam cobrar doações de campanha, o que, em linguagem penal, é cobrar propina de empresário."*

Vou ler novamente para aqueles que não querem ouvir:

*"Se houvesse uma real vontade de melhorar o combate à corrupção, seria preciso mudar todo o sistema de elaboração e execução orçamentária. A gente não sabe os critérios. A impressão é que tudo é feito para permitir que membros da Comissão Mista de Orçamento possam cobrar doações de campanha, o que, em linguagem penal, é cobrar propina de empresário."*

Como se verifica, o objeto das denúncias apresentadas é o elevado custo unitário de algumas das obras constantes do PLOA 2008, fato que vem repercutindo na imprensa, conforme matérias anexadas ao presente expediente, é a necessidade de esta Comissão adotar providências para corrigir tais distorções.

Levantamento efetuado pelas Consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal confirma que as obras citadas pelo eminente Deputado foram incluídas pelo Poder Executivo no projeto de lei orçamentária encaminhado ao Congresso Nacional.

Das obras citadas pelo Deputado, apenas uma foi objeto de emenda (nº 71130010) da bancada do Mato Grosso do Sul, no valor solicitado de 50 milhões de reais, para Construção de Contorno Ferroviário – no Município de Três Lagoas – no Estado de Mato Grosso do Sul, tendo sido atendida pelo Relator Setorial, Senador Leomar Quintanilha, no valor de 10 milhões de reais".

Como se vê, as denúncias veiculadas pela imprensa nacional colocam suspeição todos os membros, titulares e suplentes, desta Comissão.

A fim de não pairar dúvidas em relação à sistemática de elaboração orçamentária e de resguardar os membros titulares e suplentes desta Comissão de quaisquer questionamentos futuros em relação às observações trazidas a este Relator-Geral pelo Deputado Giovanni Queiroz e às denúncias veiculadas pela imprensa, proponho a adoção imediata das seguintes providências:

"1) requerer junto ao Tribunal de Contas da União auditoria nos custos unitários das obras e serviços mencionados no Ofício nº

253/2007, do Deputado Giovanni Queiroz, e nos demais custos que vierem a constar da Lei Orçamentária de 2008, segundo os critérios usualmente utilizados por aquela Corte de contas;

2) encaminhar ao Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União exemplar da Resolução nº 1/2006-CN e do parecer preliminar que regulam a tramitação do atual processo orçamentário, com o objetivo de informar aquela autoridade sobre as regras e critérios para emendamento e apreciação das peças orçamentárias no âmbito do Congresso Nacional;

3) instar o Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves a adotar as providências que se fizerem necessárias para averiguar a procedência das observações ora apresentadas pelo Deputado Giovanni Queiroz, solicitando aos órgãos envolvidos os esclarecimentos necessários à elucidação dos questionamentos, se assim entender;

4) oficiar os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a encaminharem o assunto à apreciação das Comissões pertinentes, a fim de que a matéria seja amplamente conhecida e investigada no âmbito do Congresso Nacional; e

5) enviar cópia de todo o material anexado a este ofício ao Ministério Público Federal, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Controladoria-Geral da União para as providências das respectivas alçadas.

Atenciosamente, – Deputado José Pimentel. – Relator-Geral do PLOA 2008.”

Era isso, Sr. Presidente, que este Deputado e Relator tinha a dizer quanto às matérias veiculados e ao Ofício nº 253/2007.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Está facultada a palavra aos Srs. Deputados e Senadores.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, eu não entendi, porque aqui uns conversam, outros conversam, o telefone toca, é complicado.

Quero ver o desfecho de toda a narrativa feita pelo Deputado Pimentel. Tenho certeza de que ele é um Parlamentar zeloso e deve ter detectado o mesmo que eu detectei. Há pouco discutimos aqui, e foi encerrado, Deputado Pimentel... Eu levantei que há 136 milhões para construção de um prédio público na área do Poder Judiciário, mas não se sabe quantos metros

quadrados são. Ou seja, estamos autorizando valores que podem ensejar superfaturamento lá na frente.

De igual forma, quando eu destaquei para ele as obras com distorções grotescas de valor de 1 milhão 600, 1 milhão e 700 – seria 1 milhão e 700, 1 milhão e 500 – para duplicação de rodovias e de repente a gente encontra valor de 10, 15 milhões.

Disse mais: que é possível até que algumas dessas obras sejam absolutamente normais: um viaduto, um elevado, um túnel, aí está justificado. Agora não pode aprovar matéria como esta, 4, 5 vezes o valor normal do parâmetro distribuído pela própria Casa sem uma justificativa da obra. Por exemplo, uma obra de 1 milhão e 700 de asfaltamento de uma rodovia, já que a média alta do que se asfalta no Brasil é de 800 mil reais de quilômetros, não pode ser toda a rodovia 1 milhão e 700 mil reais para a construção.

Então, quero saber do desfecho dessa nota – aliás, quero lê-la, porque não pude ficar atento a ela, pois fui interrompido algumas vezes por alguns colegas no intuito de buscar algumas explicações – para saber qual o procedimento proposto pelo Deputado Pimentel, mediante aquilo que eu encaminhei, na maior boa-fé, para contribuir para com a Casa, com a Comissão. O meu objetivo é alertar para que não cometamos erros, porque depois virá a consequência em detrimento da Comissão. Foi apenas um alerta.

O ofício que fiz ao Pimentel, ao nosso Relator-Geral, com cópia para V.Exa., foi para alertar a Comissão para possíveis desmandos que poderiam nos comprometer. Está aqui o Senador Leomar Quintanilha, que é Relator da Infra-Estrutura.

Estou levantando algumas questões para que ele possa analisá-las melhor. Não sei se haverá tempo, porque esta matéria só veio a pauta agora. Talvez o relatório já estivesse pronto. V.Exa. pode não ter tido tempo de se ater às questões por mim levantadas.

A continuar os valores como estão, sem uma explicação plausível, eu voto contra. Espero que o Relator, no seu tempo, corrija isso. Se não corrigir, voto contra o Orçamento, porque como está eu não sou favorável. E como eu não posso votar separadamente, vou ter de votar contra o relatório da educação, que foi feito por um Deputado ilustre, que fez um bom relatório, pois que ali não detectamos esse tipo de irregularidade. Se tivesse, eu teria levantado a V.Exa..

Quero contribuir, quero fazer aumentar o dinheiro do Governo. Eu sou da base do Governo, quero que o Governo faça mais rodovias, mais duplicações, mais pontes, mais casas populares e que haja mais água para o nosso povo, e não fiquemos aqui estrangulando o Orçamento com uma meia dúzia de obras com superdimensionamento de valores.



Espero estar equivocado. De repente, eu estou vendo fantasmas. Se eu estiver vendo fantasmas, que bom, está tudo certo, toquemos para frente. Agora, no mínimo, temos que averiguar, porque os valores aqui me permitam tirar ilações de superdimensionamento. Não é superfaturamento porque a obra ainda não está sendo construída, nem foi licita, se é que não foram algumas dessas.

Essa era a consideração que queria fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Esta Presidência sente-se na obrigação de fazer o seguinte comentário a respeito do fato ora em discussão, ou seja, a denúncia formulada pelo Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, não foi denúncia.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Foi o quê?

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Está no texto, Sr. Presidente. É só ler.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Não, eu já li.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Se V.Exa. já leu...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Entendi que é uma denúncia. E se for uma denúncia...

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – São considerações sobre valores **O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Quero dizer a V.Exa. que se for uma denúncia não desmerece V.Exa.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Delicadamente, eu não fiz uma denúncia, eu fiz um alerta.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– O que eu quero dizer a V.Exa. é que ninguém pode lhe tirar o direito, nem a V.Exa. nem a nenhum Parlamentar do Congresso Nacional, especialmente desta Comissão, de formular denúncias. Pode ter sido ou não uma denúncia. A imprensa encarou como uma denúncia e eu estou usando a mesma classificação que a imprensa deu. Ninguém pode lhe retirar esse direito. V.Exa. agiu dentro dos limites que a própria Constituição lhe assegura como cidadão, como Parlamentar, como membro desta Comissão, de levantar dúvidas sobre o processo, que não é nem de elaboração do Orçamento, porque V.Exa. não fez nenhuma restrição ao trabalho desta Comissão ou de qualquer Parlamentar. V.Exa. fez restrição, sim, à proposta orçamentária remetida pelo Executivo ao Congresso Nacional, que chegou à apreciação desta Comissão com valores discrepantes em obras públicas. E essa preocupação V.Exa. já trás há muito tempo. Lembro-me que V.Exa.

estava reformulando um requerimento e até lhe dei uma sugestão que fosse mais específico em relação a cada obra, porque V.Exa. queria saber o preço médio de construção de estradas e outras construções civis. Com minha modesta experiência, disse a V.Exa. que era bom explicitar que obras e que estradas, porque cada estrada, cada obra tem orçamento diferente, de acordo com a peculiaridade da própria obra. Por exemplo, se uma estrada está sendo construída sob uma região pantanosa, seu custo é bem diferente de outra estrada que está sendo construída sob um terreno cristalino, de rochas, terreno firme. Foi essa a sugestão que dei naquela hora.

Então V.Exa., com justa razão e direito de sobra, solicitou que o Executivo informasse, o que é do dever do Executivo informar, os valores de cada obra por cada item. Acho que V.Exa. está no uso de uma prerrogativa. Não há a menor dúvida. Aqui não foi questionado nem por V.Exa. nem por nenhum membro do Congresso Nacional a lisura e sobretudo a transparência com que esta Comissão está elaborando o Orçamento. E fazemos questão que seja assim efetivamente, porque o Orçamento será menos questionado se as decisões tomadas aqui forem absolutamente transparentes e acessíveis ao entendimento de toda a sociedade.

Por isso esta Comissão, o Presidente, o Relator-Geral, alguns Relatores Parciais e o Relator do PPA fizemos uma série de audiências públicas nas várias regiões do País para levar ao conhecimento da sociedade o trabalho e o esforço que esta Comissão está fazendo para trazer ao País um Orçamento que possa realmente estar mais próximo das reais necessidades da sociedade e que possa ser elaborado com toda a transparência possível e com o prévio e absoluto conhecimento da sociedade.

Então, defendo intransigentemente o direito que V.Exa. e qualquer Parlamentar tem de exigir, perguntar, questionar todas as peças que compõem a elaboração do Orçamento Geral da União.

Agora, o que eu não posso admitir, em nome da dignidade do Congresso Nacional, é que se façam acusações levianas, indiscriminadas a todos os membros desta Comissão, como a que foi feita pelo Sr. Dr. Lucas Furtado, que é, ninguém menos do que o Procurador-Geral do Ministério Público do Tribunal de Contas.

Vamos ler aqui as palavras que S.Exa. utilizou para classificar os membros desta Comissão como verdadeiros marginais.

S.Exa. diz aqui:

“Se houvesse uma real vontade de melhorar o combate à corrupção seria preciso mudar todo o sistema de elaboração e execução orçamentária. A gente não sabe os critérios...”



S.Exa. está revelando aqui absoluta ignorância, porque há um critério, sim, é o critério do Regimento Comum do Senado Federal, Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Regimento do Congresso Nacional e, sobretudo, a Resolução nº 001. O Orçamento foi elaborado sob a égide desses diplomas legais. E S.Exa. não pode dizer que não tem um critério.

E continua:

*“A impressão é que tudo é feito para permitir que membros da Comissão Mista – esta parte é mais grave ainda – de Orçamento possam cobrar doações de campanha, o que, em linguagem penal, é cobrar propina do empreiteiro.”*

Eu quero que cada um dos senhores integrantes desta Comissão reflitam sobre a gravidade desta acusação, que ninguém menos do que o Procurador-Geral do Tribunal de Contas da União, que é um órgão que deve prestar auxílio à Comissão de Orçamento, está dizendo a respeito dos membros desta Comissão.

Era este o assunto que quero trazer ao conhecimento dos Srs. Parlamentares.

**O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra, pela ordem, o nobre Senador Leomar Quintanilha, em seguida, o nobre Deputado João Leão e, depois, o nobre Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA** – Sei breve, Sr. Presidente, porque as palavras de V.Exa. foram oportunas e perfeitamente explicativas sobre as ações que conjuntamente V.Exa., ou com o comando de V.Exa., o Relator-Geral e com a nossa participação, estamos adotando com vistas a oferecer à peça orçamentária as explicações necessárias para a discussão e aprovação do Orçamento nesta Comissão.

Quero louvar a atitude do nobre Deputado Giovanni Queiroz. Essa preocupação que o nobre Deputado Giovanni Queiroz tem é a preocupação de todos nós: de que haja, efetivamente, transparência nas decisões que são aqui tomadas. Como essa questão relacionada a preço de obra é pertinente a quem apresentou, ou seja, ao Poder Executivo, V.Exa. adotou prontamente as providências necessárias para que o Poder Executivo faça o que não fez oportunamente, apresentando as justificativas para a diferença dos preços estabelecidos obra por obra.

Portanto, acho que essa preocupação do nobre Deputado Giovanni Queiroz que, de resto, é de todos nós desta Comissão, deverá estar esclarecida com a documentação que o Ministério dos Transportes haverá de nos apresentar.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Ainda aduzindo uma informação à observação que V.Exa. acaba de fazer, tão logo tomei conhecimento do fato que foi publicado na imprensa nacional, eu me dirigi à Sra. Ministra Dilma Rousseff, já que tinha menção às obras do PAC, que a Sra. Ministra desse as necessárias explicações, que deveriam vir do Poder Executivo, já que a proposta do Orçamento, assim questionada, vinha do Poder Executivo, para que os Relatores Setoriais – V.Exa. é um deles – e o Relator-Geral, nobre Deputado José Pimentel, pudessem emitir os seus relatórios, inclusive com as informações que viriam do Poder Executivo.

Aliás, aqui hoje, faça-se justiça ao nobre Deputado, que é muito vigilante, Giovanni Queiroz, que cobrou essas informações que nós estamos cobrando de novo do Executivo. Nós não vamos defender o Executivo. Ele que se defenda, ele que preste os esclarecimentos. Nós vamos falar da nossa parte. Aqui nem os Relatores Setoriais nem o Relator-Geral fez nenhum juízo de valor sobre a proposta que veio do Executivo, ainda.

Então nós vamos, certamente, ter oportunidade de discutir e votar aqui o Relatório Setorial, apontando obras que aqui foram tidas como irregulares pelo Deputado Giovanni Queiroz, na sua apresentação, na proposta orçamentária.

E se as explicações vindas do Executivo não forem convincentes, nós vamos, com toda a certeza, votar contra. Não temos obrigação de concordar com o erro, venha de onde vier. Agora, isso não autoriza esse tipo de acusação leviana, irresponsável e criminosa.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, permita-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Sobre tudo de uma pessoa que conhece a lei, como o Procurador-Geral do Tribunal de Contas da União, Sr. Lucas Furtado. Ninguém pode acusar sem provas.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, a interpelação judicial pode ser feita pela Procuradoria da Casa a esse cidadão, para que ele se explique sobre a matéria feita.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado João Leão.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o Deputado Giovanni Queiroz tem todo o direito – repito: todo o direito – de questionar todo e qualquer assunto, sobre toda e qualquer obra, sobre toda e qualquer rubrica orçamentária, sobre toda e qualquer questão relativa ao Orçamento da União, relativo ao PPA e relativo ao LDO.

O Sr. Elio Gaspari é jornalista, está cumprindo a sua função de vender jornal, de correr atrás da notícia, de querer demonstrar que o mundo está pegando fogo, que esta Comissão é isso e aquilo. Mas esse senhor, Dr. Lucas Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público? Eu não acredito que isso seja verdade. Não acredito! Não é possível que o Dr. Lucas Furtado seja tão irresponsável. Eu não acredito que isso que saiu no jornal *O Globo* seja verdade. Não é possível, gente!

Então eu proponho a V.Exa. que convoque o Dr. Lucas Furtado para que venha depor nesta Comissão, sob pena – se não vier – de a Comissão, o Presidente do Congresso Nacional entrar com uma ação contra ele para que ele prove na Justiça.

Eu não acredito que o Dr. Lucas Furtado, Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, seja tão irresponsável para fazer uma declaração dessa natureza. Isso não me passa pela cabeça. Se ele declarou isso, vai ter que pagar por aquilo que disse.

Não podemos deixar, Sr. Presidente, que isso continue assim, que essas coisas continuem acontecendo. Não podemos deixar que digam o que se diz desta Comissão e as coisas continuem a caminhar, que o vento continue a passar, porque esta agora é tempestade, e nós vamos ter que tomar uma posição.

Ele é do Tribunal de Contas, que é órgão assessor desta Casa. Portanto, ele tem a responsabilidade de vir explicar se isso aqui é verdade ou não, porque eu não acredito que ele seja tão irresponsável.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, sobre o Comitê de Obras Irregulares. Gostaria de dizer que aqui na Câmara temos a mania de nos autodestruirmos. Houve todo um esforço para construirmos uma resolução que criou os comitês permanentes, dentre os quais o de Obras Irregulares, que tem a missão de analisar os relatórios do TCU, até para que o Congresso Nacional, que tem a competência constitucional do controle da fiscalização, possa opinar.

A relação apontada pela imprensa como indícios de irregularidades, sequer são obras ainda, até porque nenhuma delas constam no documento que foi enviado no dia 30 de novembro, pelo TCU, à Comissão Mista de orçamento. E é sobre essa relação do TCU, que aponta as obras irregulares e com indícios de irregularidades que estamos nos debruçando hoje. Estamos prevendo e fazendo ilações de algo que não

ocorreu, porque não constam como obras irregulares. Essa nossa mania de autodestruição acaba fomentando situações iguais a esta da qual a grande imprensa se vale para poder atacar o Poder Legislativo.

Em nome do Comitê de Obras Irregulares fiz 2 requerimentos que gostaria que fossem analisados nessa sessão. O primeiro pede explicações ao próprio Ministério do Planejamento, que reúne as informações sobre todo o orçamento público de todos os Poderes. Ao mesmo tempo, faço uma convocação ao Procurador do Tribunal de Contas da União. Tivemos reuniões com o Presidente do TCU na semana passada, e sua vinda aqui vai-nos permitir conhecer melhor o procedimento investigatório.

Então, Sr. Presidente, não é correto, e sinto-me nesse momento ofendido. Afinal, aqui estamos buscando realizar um trabalho, que consta da Resolução n.º 01, para poder instrumentalizar os Relatores Setoriais e o Relator-Geral com informações concretas, e não ilações, a fim de virmos a esta Casa votar com consciência em cima de algo correto e não em cima daquilo que se pensa estar incorreto. Erros e irregularidades são contados. Isso é material. Não pode ser fruto de ilações e pensamentos e, sim, de atos concretos.

Pediria a V.Exa. que votemos esses 2 requerimentos. Creio que a Comissão Mista de Orçamentos, mesmo com toda a divergência ideológica e partidária que existe entre Oposição e Situação, não pode dar um mal exemplo ou informar incorretamente a sociedade brasileira de que estamos deixando de fazer o nosso papel, que é o de controle e fiscalização.

Dentro de uma rubrica orçamentária não se tem detalhado se vai ter desapropriação, que obra será feita, qual é o controle da obra. Há uma série de informações que não constam de uma rubrica. Tirar ilações de que aquele valor que, sequer, foi gasto, sequer foi utilizado, é apenas uma previsão de despesa futura, dizer que já tem um indício de irregularidade... Ora, sequer foi analisado e auditado. Isso é conturbar um processo que vinha de maneira tranqüila, correta e criar aqui um falso embate, uma falsa batalha, um falso cavalo-de-batalha tão-somente tentando conturbar o processo técnico e correto que estamos fazendo nesse momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar V.Exa. pela firmeza com que assumiu a posição dessa Comissão para dar resposta a esse tipo de fala. De fato, aquilo que o Deputado João Leão propôs, eu acho ser correto. Temos que convocar o Sr. Lucas Furtado para que

ele assuma publicamente, repita aquilo que disse. Ou então assuma que mentiu, que realmente não disse a verdade. Ele não pode continuar representando o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas com essa visão. Ou ele prova o contrário ou ele sai. Se ele realmente é um membro do Ministério Público, já sabe disso e não está tomando providências, ele também tem que ser acionado. Porque, se ele está sabendo que tem aqui alguém recebendo alguma coisa ou fazendo alguma coisa e não toma providência... Ele é pago pelo dinheiro de todos nós para poder agir. Ele é a pessoa responsável para acionar os órgãos de Justiça para punir quem faz isso. Então, se ele está sabendo o que está acontecendo e não fez nada, ele também tem que ser responsabilizado e tem que ser punido, porque ele é pago para isso. Exatamente, para fazer com que a lei seja cumprida. Se sabe que alguém está fazendo alguma coisa incorreta e não tomou providência, é conivente com o processo. Omissão é crime.

Então, queríamos pedir que V.Exa. realmente reforce o pedido de convocação e solicite à assessoria parlamentar que o acione judicialmente para que realmente ele comprove o que falou. Senão, que possa, então, pagar por danos morais causados aos membros da Comissão.

Atualmente não sou membro efetivo, nem suplente desta Comissão, mas me sinto co-participante, não só como Vice-Líder do Governo, mas porque conheço o trabalho e a seriedade com que a Comissão vem trabalhando e o total desconhecimento que existe.

A Resolução n.º 01 agora que está sendo aplicada. Foi votada e publicizada no Brasil inteiro. Todo o mundo sabe como está funcionando agora. Afirmar que não está sabendo é realmente uma coisa deselegante. Mas acho que temos que ser firmes para que esse tipo de coisa não prospere. Como representantes do Ministério Público, temos que tomar providências.

Quanto às informações que o Deputado Giovanni Queiroz prestou ao Deputado José Pimentel acho que teve um encaminhamento correto. Está pedindo todo o esclarecimento, e acho que este tem que ser o papel da Comissão: buscar todas as informações.

Desde já quero cumprimentar o Deputado Eduardo Valverde pelo trabalho no Comitê de Obras Irregulares, que tem possibilitado à Comissão trabalhar com tranquilidade, passando todas as informações daquelas obras com indício para que não possam ser contempladas com recursos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, em síntese, nós queremos saber quais são as providências que V.Exa. vai tomar.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, o Deputado Eduardo Valverde talvez não tenha percebido, mas usou a expressão de que na verdade eu estaria conturbando ou distorcendo, e disse ainda que estaríamos interpretando que a obra está irregular se nem ainda foi iniciada.

Deputado Eduardo Valverde, quero dizer a V.Exa. que não estou conturbando nem distorcendo coisíssima nenhuma. Segundo: não disse que a obra era irregular antes de ser iniciada. O que eu estou chamando a atenção da Casa é para que tenhamos cuidado e não permitirmos que isso venha a ocorrer. É apenas isso. Não disse em nenhum momento que essa era iniciativa de nenhum dos Parlamentares, porque não é. Não é verdade? Ressalvo isso também, e estou aqui apenas para contribuir.

Mas, Sr. Presidente, quero tirar daqui uma conclusão. Na verdade, tenho certeza de que V.Exa. vai solicitar à Procuradoria Parlamentar, seja da Câmara dos Deputados ou do Senado, para interpelar judicialmente o aqui, citado, o Procurador do Ministério Público, junto ao Tribunal de Contas da União.

Mas, a partir de agora, nós vamos, então, aguardar o retorno das informações solicitadas pelo Relator-Geral, de valor de obras. Nessas obras que estão acima dos valores de parâmetro, que venham explicações, porque podem ser justificáveis, e com relação às metas dos prédios públicos que aqui não foram citadas.

Então, quero deixar bem claro. Vamos suspender a votação das matérias que estejam embutindo custo de obras públicas, porque não tem os metros quadrados, e não sabemos avaliar, e quilometragem, aguardando resposta dos órgãos responsáveis.

É essa a decisão de V.Exa. Foi isso que eu entendi.

Queria apenas registrar mais uma coisa. Foi entregue ao Tribunal de Contas da União há 42 dias aquele documento que V.Exa., por sugestão, aprimorou. E até hoje o Tribunal não nos forneceu os custos unitários praticados, os custos médios, embora logicamente o SINAPI já possa definir no caso da construção civil.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Tenho 2 informações a dar: uma a V.Exa. e outra ao Deputado João Leão.

Vamos interpelar judicialmente, via Presidência do Congresso Nacional, porque esta Comissão é do Congresso Nacional, o Procurador, porque conforme falou o Deputado João Leão, o Procurador pode não



ter feito essa afirmação. Mas até hoje não desmentiu a afirmação.

Então, na melhor das hipóteses, paira sobre a matéria publicada uma dúvida: foi ou não foi o autor? Pelo princípio do quem cala consente, certamente, ele fez essa a afirmação. Mas ele será interpelado para afirmar ou confirmar se realmente prestou essa declaração. Se confirmar, vai ser responsabilizado pelos membros da Comissão pelos crimes de calúnia, infâmia e difamação.

Com relação aos relatórios...

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, eu gostaria, só para continuar o raciocínio de V.Exa...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. está interrompendo a Presidência. Com licença.

Segundo item, Deputado Giovanni Queiroz. Não posso obstaculizar o curso da votação do Orçamento da República. Porém, há poucos minutos, a respeito do assunto que V.Exa. denunciou no seu requerimento, convocamos aqui representantes do Ministério dos Transportes, do DNIT, e solicitamos que enviassem, no máximo, até quinta-feira, prazo que podemos aguardar para a votação dos relatórios específicos, tanto o setorial como o geral, informações sobre os fatos que foram levantados por V.Exa., ou seja, discrepância de valores nos preços unitários da construção de obras.

Com relação à outra obra que está relacionada, a da Procuradoria do Tribunal Superior do Trabalho, V.Exa. não questiona custos. V.Exa. questiona que a obra é grande demais, é faraônica.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não, custos também.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Também o custo.

Então, se há esse questionamento, vamos nos dirigir também ao Tribunal Superior do Trabalho para que sejam prestados os devidos esclarecimentos sobre os custos daquela obra. Essas informações vão dar ao Relator-Setorial e ao Relator-Geral os dados necessários para esclarecimento do assunto, recomendando, inclusive, se for o caso – estou falando em tese -, a rejeição da proposta orçamentária no que diz respeito àqueles custos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado João Leão.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – É só para lhe ajudar nessa questão. V.Exa. poderia fazer uma notificação por escrito a esse dito senhor, o Dr. Lucas Furtado. Estou com uma raiva tão grande desse sujeito! Não é possível que essas pessoas digam isso de nós,

e tudo passe em brancas nuvens. Sugiro que V.Exa. faça uma notificação da Comissão...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. tem razão. Eu já disse a V.Exa. como é que...

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – ...e transcreva o que diz o jornal *O Globo*, para ele confirmar ou não. Porque, se ele não confirmar, cabe uma ação contra o jornal *O Globo*.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. está chovendo no molhado. Nós vamos nos dirigir...

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Mas eu queria que V.Exa. mandasse por escrito para ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Claro. Não posso receber isso como uma ofensa pessoal, porque não foi pessoal. Foi uma ofensa à instituição Congresso Nacional e à Comissão de Orçamento, a todos os seus membros especificamente.

Estão aqui textualmente as palavras. Ele disse que “a impressão é que tudo é feito para permitir que membros da Comissão Mista de Orçamento” – é bom que ele especifique quem são os membros – “possam cobrar doações de campanha, o que, em linguagem penal, é cobrar propina de empresário”. Ele disse isso, então ele ofendeu a instituição Comissão de Orçamento, um órgão do Congresso Nacional. Então o Congresso Nacional vai fazer a interpelação judicial desse cidadão sobre a acusação que fez na imprensa nacional, o que ninguém pode ignorar, pois está publicada em todos os jornais.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Está com a palavra o Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA** – Sr. Presidente, gostaria de entrar neste assunto do Sr. Lucas Furtado, exatamente para enaltecer a atitude de V.Exa. e o requerimento do Deputado João Leão. Considero esse cidadão um homem muito bem formado, ótimo servidor do Tribunal de Contas, com pareceres muito competentes. Mas, na condição de professor, tem-se notabilizado em faculdades por afirmativas dessa natureza, sempre jogando em cima de alguma autoridade pública, seja Ministro, seja Secretário de Estado, Deputado ou Senador, pechas dessa natureza.

Creio que é chegada, de fato, a hora de termos, inclusive, oportunidade de olhar nos olhos dele e inquiri-lo devidamente. Se houvesse oportunidade de ele ser convocado por esta Comissão para que ele nos apontasse quem são esses, ou se são todos,



seria muito bom. Estou dando esse testemunho aqui porque já ouvi.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra a Deputada Rose de Freitas.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, pensei até em sair calada desta Comissão, mas V.Exa. nos dá um certo conforto moral. Pensei que a capacidade de nos indignarmos todos já não existia nesta Casa. É costumeira a ação de colocar uma manchete como esta sobre várias pessoas. Já presenciei isso. Encontrei, no corredor desta Casa, muita gente cabisbaixa, humilhada. Muita gente não quis voltar para cá, porque este Parlamento nunca conseguiu responder à altura.

V.Exa. me fez lembrar do saudoso Mário Covas. S.Exa. não gostava de deixar nada sem resposta. Tive a honra de ser Vice-Líder de S.Exa. V.Exa. hoje me fez lembrar esse sentimento de indignação, com voz calma e serena.

Há pouco tempo saiu uma manchete no jornal que dizia que uns Parlamentares tinham contrabandeado emendas da Amazônia. E diziam uma besteira qualquer, porque não existe esse negócio de contrabandar. O que fazemos aqui são destaques. E a Casa não se moveu para fazer um esclarecimento jurídico ou técnico que fosse.

Quero solicitar a V.Exa. que envolva a Casa nesta discussão. Talvez seja o momento certo, porque atualmente nivela-se tudo por baixo, todos são iguais, todos agem da mesma maneira, ninguém tem dignidade, ninguém tem honra, ninguém tem família, ninguém tem nada.

Não vou parabenizar V.Exa., porque essa atitude é do seu ofício, mas me congratulo com V.Exa., sobretudo, por fazer, por tomar a atitude de fazer. Não é um discurso inosso, jogado para esta Casa, mais um para se dizer à opinião pública que se está reagindo, mas nada acontecer.

Quero dizer a V.Exa. que, se minha assinatura contar para alguma coisa, gostaria que V.Exa. a levasse aonde for, a fim de que as reações cabíveis, jurídicas, possam dar uma resposta à altura e, assim, possamos dizer que vale a pena continuar militando na política.

No sexto mandato, digo a V.Exa. que não quero mais ser política. Não porque me desonre em nada, mas porque a capacidade de se indignar está se esgotando nesta Casa. Quero levar só este momento de hoje na minha recordação.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Muito obrigado, Deputada Rose de Freitas, por suas palavras.

Em seguida, vamos passar à votação do relatório do Deputado Carlos Eduardo Cadoca.

Em atendimento sugerido pelo Relator, em seu relatório, farei a votação de forma separada da emenda com voto pela inadmissibilidade, Emenda Individual nº 350500017, de autoria do Deputado Nilson Mourão.

Sobre a mesa o requerimento do Deputado Nilson Mourão já foi anunciado.

Sr. Presidente, venho por meio deste solicitar a V.Exa. que autorize o remanejamento dos recursos da Emenda nº 35050017 para a Emenda nº 35050009, GND-4 – Investimentos, ambas de minha autoria, apresentadas ao Projeto de Lei nº 30/2007-CN, PLOA para 2008. Sendo o que tinha para o momento, agradeço (...).

É bom esclarecer que estamos autorizando apenas o remanejamento de recursos da emenda, o que é permitido na Resolução nº 1/2006.

Com a palavra o Deputado Carlos Eduardo Cadoca, para fazer a errata do seu relatório.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Sr. Presidente, vou acolher a postulação do Deputado Nilson Mourão e promover as modificações necessárias no relatório através de uma errata.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – A emenda já referida, de autoria do Deputado Nilson Mourão, vai ter sua inadmissibilidade submetida à votação dos presentes.

Na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a inadmissibilidade da emenda, como já foi dito.

Na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam a inadmissibilidade da emenda permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Emendas individuais e de Relator.

*Nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN, solicito autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas individuais e de Relator, tendo em vista que já houve manifestação quanto às emendas coletivas.*

A autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a proposta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam a proposta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada no Senado.

O Relatório-Setorial da Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressaltados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Carlos Eduardo Cadoca, para fazer a apresentação... *(Pausa.)*

O Deputado Carlos Eduardo Cadoca pede o prazo regimental para fazer a apresentação dos destaques. *(Pausa.)*

Informo aos presentes que suspenderemos a reunião por 40 minutos, ou menos, se ocorrer a chegada do Senador Francisco Dornelles, Relator da Receita, e do Deputado Giacobbo.

Se os presentes concordarem, neste intervalo poderíamos, até para ganhar tempo, ouvir a leitura do relatório do Deputado Eunício Oliveira, que está presente.

Com a palavra o Deputado Eunício Oliveira, para leitura do relatório. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, já tinha manifestado meu voto contrário à aprovação da matéria. Solicito que faça constar meu voto contrário até que se resolvam e se saneiem as dúvidas por mim postas, sob pena de eu ter de me reportar ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público sobre a matéria.

Quero que conste meu voto contrário, uma vez que já me tinha manifestado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Que se registre nos Anais da Casa a observação feita por V.Exa.

Com a palavra o Deputado Eunício Oliveira, para fazer a leitura do seu relatório.

**O SR. DEPUTADO EUNÍCIO OLIVEIRA** – “Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, da Relatoria da Área Temática III – Integração Nacional e Meio Ambiente, integrante do Projeto de Lei nº 30, de 2007-CN, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008”.

Em cumprimento ao disposto no art. 84, XXIII, da Constituição Federal, combinado com art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais

Transitórias, o Exmo. Presidente da República, por meio da Mensagem nº 115, de 2007, encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 30, de 2007, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008”.

Por designação do Presidente desta Comissão, Senador José Maranhão, coube-me, na condição de Relator-Setorial, apreciar a proposta orçamentária da Área Temática III, que abrange os Ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente, com suas respectivas Unidades Orçamentárias e Fundos.

Considerações Sobre a Proposta do Poder Executivo.

O Ministério da Integração Nacional é o principal executor da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, que, entre outros objetivos, pretende dotar as regiões do País de recursos essenciais ao aproveitamento de oportunidades produtivas promissoras para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, as ações do Ministério são voltadas a proporcionar infra-estrutura, crédito, tecnologia e capacitação de recursos humanos, direcionados, principalmente, para as regiões de baixa renda e pequena atividade econômica, identificadas em todo o território nacional.

Cabe, também, ao Ministério estabelecer as diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos dos fundos constitucionais – FNE, FNO e FCO -, além de conduzir a política nacional de irrigação e de realizar obras contra as secas e de infra-estrutura hídrica.

Além da administração direta, o Ministério conta com as seguintes entidades supervisionadas para a realização de suas atividades: a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS e as recentemente recriadas Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e do Nordeste – SUDENE.

Também fazem parte do orçamento do Ministério da Integração Nacional os fundos constitucionais de financiamento – FNO, FNE e FCO. Esses fundos, criados pela Constituição de 1988, têm como receita 3% do produto da arrecadação dos Impostos sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza – IR e sobre Produtos Industrializados – IPI, que é aplicada em programas de financiamento ao setor produtivo, por meio de instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento.

Os fundos regionais de desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Nordeste, (FDNE), embora estejam legalmente vinculados ao Ministério da Integração Nacional, têm suas dotações consignadas no anexo Operações Oficiais de Crédito, cujo conteúdo será avaliado no Relatório da Área Temática VI.

Para o exercício de 2008, a proposta orçamentária do Ministério da Integração Nacional, excluídos os fundos constitucionais de financiamento – FNO, FCO e FNE -, soma R\$ 3,8 bilhões. Esse valor representa mais que o dobro do proposto inicialmente para o exercício de 2007, conforme demonstrado no quadro anexo.

Nota-se, no entanto, a partir dos números apresentados no Quadro I que, ao se comparar os valores previstos para 2008 com o autorizado na Lei Orçamentária de 2007, que atualmente somam R\$ 5 bilhões, verifica-se que as dotações para 2008 são 25% inferiores.

Em relação à administração direta do Ministério da Integração, do acréscimo de aproximadamente R\$ 1,4 bilhão ocorrido durante o exercício de 2007 no orçamento dessa Unidade, R\$ 460 milhões referem-se a ações de defesa civil, que, em virtude de sua característica de imprevisibilidade frente a possíveis desastres, não foram adequadamente previstas na Lei Orçamentária de 2007. Cerca de R\$ 370 milhões foram destinados ao programa de integração de bacias hidrográficas, notadamente a do Rio São Francisco com outras do Nordeste. Os programas de infra-estrutura hídrica e de irrigação receberam recursos adicionais de R\$ 550 milhões.

Em relação à CODEVASF e ao DNOCS, os valores acrescidos, no total de R\$ 985 milhões, também foram direcionados a projetos de infra-estrutura hídrica, irrigação e, principalmente, ao programa de revitalização de bacias hidrográficas em estado de vulnerabilidade, como complemento do programa de interligação de bacias hidrográficas.

Como se percebe, o expressivo acréscimo verificado durante o exercício de 2007 nas dotações do Ministério concentrou-se no grupo investimentos. Nesse sentido, a proposta para 2008 segue as prioridades definidas para 2007. Os investimentos totais previstos representam 78% das dotações do Ministério, conforme apresentado no Quadro II anexo.

Esse grande salto nas dotações de investimentos do Ministério da Integração frente aos exercícios anteriores deve-se ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que na proposta orçamentária para 2008 tem o seu reflexo mais expressivo nas dotações constantes do Projeto Piloto de Investimentos Públicos – PPI.

Para o Ministério da Integração Nacional, essa alteração significou acréscimo de investimentos no valor de R\$ 1,4 bilhão, conforme já analisado anteriormente. Com isso, o PPI, que representava apenas 1,3% dos investimentos desse Ministério, passou a representar 68%, concentrados nas áreas de tratamento de resíduos sólidos, recursos hídricos e irrigação. Pelos critérios

do PAC, essas ações trariam o retorno socioeconômico desejado e alavancariam o desenvolvimento nas regiões mais carentes do País.

Justifica-se, assim, a expressiva participação dos projetos constantes do programa de trabalho do Ministério da Integração no PPI, que, pela proposta para 2008, representa 96% do total dos investimentos. Dessa forma, entende-se por que projetos que já existiam anteriormente, como interligação das Bacias do São Francisco, Eixo Norte e Leste, e os projetos de infra-estrutura hídrica passam agora a integrar o PPI.

O maior benefício dessa nova classificação para as ações do Ministério reside no fato de que as despesas no âmbito do PPI seguem cronograma de execução próprio e não estão sujeitas a limitação durante o exercício, o chamado contingenciamento.

Em relação às obras de integração das bacias hidrográficas do Nordeste, o Ministério da Integração Nacional prevê investimento de R\$ 1,1 bilhão neste fundamental projeto. Também foram priorizadas ações de recuperação e preservação dessas bacias, não só pela sua importância, mas para permitir que as populações ribeirinhas continuem utilizando as potencialidades desses recursos naturais sem prejuízo ao meio ambiente.

Ao Ministério do Meio Ambiente competem as políticas de preservação ambiental e dos recursos naturais renováveis. Pertencem à estrutura do Ministério do Meio Ambiente a Agência Nacional de Águas – ANA, o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, o Fundo Nacional do Meio Ambiente. Além desses, na proposta orçamentária de 2008, constam 2 novas unidades orçamentárias: o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e o Serviço Florestal Brasileiro.

O Instituto Chico Mendes, criado pela Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, tem por finalidade a execução da política nacional de unidades de conservação da natureza, instituídas pela União. Deve, ainda, contribuir para a recuperação de áreas degradadas em unidades de conservação, podendo fiscalizar e aplicar penalidades administrativas, ambientais ou compensatórias pelo não-cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental.

Com o objetivo de gerir as florestas públicas, a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, criou o Serviço Florestal Brasileiro – SFB, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. Esse órgão deverá, entre outras ações, apoiar a criação e gestão de programas de treinamento, capacitação, pesquisa e assistência técnica para implementação de atividades florestais; estimular

e fomentar a prática de atividades florestais sustentáveis madeireira, não-madeireira e de serviços; além de criar e manter o Sistema Nacional de Informações Florestais, integrado ao Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente.

Por fim, a companhia de Desenvolvimento de Barcarena – CODEBAR, em processo de dissolução e liquidação, foi excluída, a partir do exercício de 2008, do programa de trabalho do Ministério do Meio Ambiente. Os recursos necessários à liquidação da empresa compõem o crédito extraordinário de que trata a Medida Provisória nº 383, de 16 de agosto de 2007.

A proposta orçamentária para 2008 do Ministério do Meio Ambiente, distribuída pelas unidades que o compõe, acima mencionadas, aparece sintetizada no Quadro 4, anexo ao relatório.

Em relação aos valores previstos para a administração direta do Ministério, no valor de R\$ 2,8 bilhões, vale lembrar o montante de aproximadamente R\$ 1,1 bilhão (38,5% do total) alocado no “GND-9 – Reserva de Contingência”. Compõem esse total as fontes vinculadas “134 – Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos”, no valor de R\$ 80,9 milhões, e “142 – Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo e Gás Natural”, no valor de R\$ 1 bilhão.

Ao alocar esses recursos na reserva de contingência, o Executivo promove, antecipadamente, o contingenciamento dos gastos do Ministério com o fim de obter a meta de resultado primário estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Essa prática, no entanto, não é novidade. O mesmo valor de R\$ 1 bilhão também está alocado na reserva de contingência no orçamento de 2007, de acordo com o apresentado pelo Quadro V anexo, distribuído aos Srs. Deputados e Senadores.

A partir da análise das alocações da proposta orçamentária do Ministério do Meio ambiente por grupo de despesa (GND), verifica-se que, em relação à proposta anterior, houve aumento de 22,1% nas despesas correntes desse Ministério.

A maior parte dessa variação concentrou-se em programas finalísticos, uma vez que os valores previstos para o Programa 0750 – Administração da Unidade apresentaram variação de apenas 5% em relação à proposta orçamentária de 2007, mesmo com a criação de 2 novas unidades orçamentárias (Instituto Chico Mendes e Serviço Florestal Brasileiro – SFB). No entanto, esses valores não acompanham a variação ocorrida durante a execução orçamentária de 2007, onde as dotações orçamentárias desse programa já somam R\$ 213,4 milhões, valor superior em 22% ao proposto para 2008.

Dos recursos destinados à irrigação.

Conforme disposto no Item 44.3, Parte B, do parecer preliminar ao projeto de lei orçamentária para 2008, cabe a esta Relatoria apreciar a programação dos recursos destinados à irrigação, em cumprimento ao art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que assim determina:

“Art. 42. Durante 25 (vinte e cinco) anos, a União aplicará, dos recursos destinados à irrigação:

I – vinte por cento na Região Centro-Oeste;

II – cinquenta por cento na Região Nordeste, preferencialmente no semi-árido.”

A proposta apresentada pelo Poder Executivo para 2008 não deu cumprimento a esse mandamento constitucional, ao reservar à Região Centro-Oeste tão-somente a importância de 5,9% dos recursos destinados à irrigação, conforme se observa no Quadro VI anexo ao relatório.

No entanto, com base nos percentuais apresentados no referido quadro, observa-se que o percentual destinado à irrigação no Centro-Oeste também foi desrespeitado nos exercícios anteriores. A esse respeito o Tribunal de Contas da União fez inclusive ressalvas no relatório em que avaliou as contas prestadas pelo Presidente da República, no exercício de 2006.

Créditos especiais e extraordinários.

O Parecer Preliminar ao projeto de lei orçamentária para 2008, no Item 45.1.3, determina que sejam analisados, pelas Relatorias-Setoriais, os possíveis efeitos dos créditos especiais e extraordinários aprovados (ou em tramitação) nos últimos 4 meses de 2007. O Quadro VII anexo identifica os referidos créditos para os órgãos pertencentes a esta Área Temática III.

Da Atuação da Relatoria.

À programação dos Ministérios que integram esta Área Temática foram apresentadas 474 emendas, conforme resume o Quadro VIII anexo, assim distribuído:

– Bancada Estadual – apropriação: 58 emendas; remanejamento, 4 emendas;

– Comissão Câmara dos Deputados – apropriação: 8 emendas; remanejamento: 1 emenda;

– Comissão Senado Federal – apropriação: 4 emendas; remanejamento: 2 emendas;

– Emendas Individuais de Parlamentares – apropriação: 397 emendas;

– Total: 474 emendas.



Após análise inicial das propostas apresentadas, algumas emendas foram transferidas para outros setores e outras recebidas. Os autores também solicitaram ao Presidente da CMO alteração de valor em suas proposições iniciais, com fundamento no art. 78 da Resolução nº 1/2006. Todas essas alterações processadas no âmbito desta Relatoria estão apresentadas no Quadro IX anexo, Remanejamento de Emendas, assim distribuído:

- Emendas recebidas de outros setores: José Linhares, Carlos Santana, Paulo Piau Nogueira;
- Emendas Transferidas para outros setores: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados;
- Emendas Alteradas pelo Autor: Osmar Ribeiro de Almeida Junior, do Ministério da Cultura; Colbert Martins, do Comando da Marinha; Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, do Ministério da Integração Nacional.

#### Das emendas de Relator.

Com a finalidade de ajustar a proposta orçamentária do Ministério da Integração Nacional à legislação em vigor, apresentei 55 emendas de Relator.

As Emendas de nºs 1 a 26 referem-se à adequação do projeto de lei orçamentária para 2008 à Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, que criou a SUDAM e condicionou o início de seu funcionamento à extinção da ADA, efetivada pelo Decreto nº 6.199, de 28 de agosto de 2007. Como não foi possível ao Poder Executivo proceder a essas adequações devido aos prazos constitucionais para o envio da proposta ao Congresso Nacional, o Ministro do Planejamento, por meio do Ofício nº 475/MP, de 21/11/2007, anexo a este relatório, solicitou a efetivação desses ajustes. Da mesma forma, as Emendas de nºs 27 a 50 decorrem da extinção da ADENE pelo Decreto nº 6.198, de 28 de agosto de 2008, em virtude da Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, que criou a SUDENE. Cabe salientar que tais emendas têm valores idênticos aos constantes do Projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional, sem quaisquer acréscimos de valores.

Já as Emendas de nºs 51 a 55 destinam-se a dar cumprimento ao art. 42 do ADCT. Na proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, a Região Centro-Oeste contava com apenas 5,9% do total destinado à irrigação, em desacordo com os 20% determinados pela Constituição, conforme apresentado anteriormente. Procurei reduzir ao máximo essa distorção com os recursos de que dispunha, o que resultou

na elevação desse percentual a 13,3%. De igual forma, em virtude das alterações procedidas, foi necessário adequar o percentual relativo à Região Nordeste, de forma a manter o percentual mínimo determinado pela Constituição.

Evitei alocar valores para esse fim em projetos específicos, uma vez que as bancadas estaduais não informaram, nos ofícios que me encaminharam, o valor de cada projeto indicado, à exceção das bancadas do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, razão pela qual os especifiquei.

Indico ao nobre Relator-Geral que, em sua fase, além da complementação dos valores que se fizerem necessários, proceda às especificações dos recursos que já aloquei, conforme indiquem as respectivas bancadas.

#### Dos remanejamentos de dotações.

O parecer preliminar, nos Itens 39 e 40, permitiu a esta Relatoria o cancelamento de dotações consignadas em Investimentos (GND-4) até o limite global de 40%, e das Inversões Financeiras (GND-5) até 20%, nas dotações não incluídas no Projeto Piloto de Investimentos Públicos – PPI. Para as dotações incluídas nesse Projeto Piloto, o limite para cancelamento foi de 7% em cada subtítulo.

No entanto, preferi não utilizar o total permitido, com vistas a preservar as dotações de pequeno valor e respeitar as fontes com destinação específica e as ações estratégicas para a melhoria das condições de vida das regiões mais carentes. Assim, na medida do possível, evitei cancelar as ações a cargo da SUDENE e da SUDAM.

Quanto às emendas de apropriação apresentadas ao PPI, o chamado RP-3, promovi atendimento médio superior às emendas propostas em outros subtítulos. Tal medida tem caráter compensatório, uma vez que tais emendas, conforme orientação da coordenação geral do processo orçamentário, não poderão beneficiar-se dos recursos de eventual reestimativa de receita, prevista no art. 30, § 2º, da Resolução nº 1/2006. Assim, indico ao nobre Relator-Geral, que, no âmbito de sua competência, faça as adequações necessárias ao equilíbrio entre tais emendas e aquelas apresentadas na modalidade de RP-2.

Quanto às emendas de Comissões, cabe destacar, conforme dispõe o art. 57, § 2º, que compete ao Relator Geral assegurar que o seu atendimento não seja inferior a 15% da Reserva de Recursos, razão pela qual indico as adequações cabíveis à fase geral.

#### Padrões de custo unitário médio.

Em relação aos padrões de custo unitário médio adotados como referenciais para o acolhimento de emendas, esta Relatoria, sempre que possível, ado-

tou como referência os custos informados pelo Poder Executivo na proposta orçamentária.

Das obras com indícios de irregularidades.

O Tribunal de Contas da União informou a ocorrência de indícios de irregularidades graves na execução das seguintes obras integrantes da programação dos órgãos desta Área Temática, conforme apresenta, a seguir, o Quadro X.

São apenas 3 obras. E o Quadro X demonstra exatamente isso.

Uma vez que até a presente data o Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves ainda não emitiu relatório sobre as informações prestadas pelo TCU, indico novamente ao nobre Relator Geral que delibere sobre a matéria, se possível, inclusive com a presença deste Relator Setorial, nos termos do 45.2 do Parecer Preliminar.

Informações sobre obras de grande vulto.

O art. 20, da LDO de 2008, determina que os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal devem encaminhar à CMO, até 30 dias após o envio da proposta orçamentária, demonstrativo com a relação dos projetos de grande vulto. O Parecer Preliminar, no item 46, estabelece que cabe aos Relatores Setoriais verificar, na programação das unidades orçamentárias afetas às suas áreas temáticas, o cumprimento do referido artigo da LDO.

Até a presente data, esta Relatoria não recebeu as referidas informações. Portanto, recomendo ao Relator Geral que avalie a matéria para as providências que se fizerem necessárias.

Voto do Relator.

Ante o exposto, voto pela aprovação da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2008, no que concerne às Unidades Orçamentárias constantes da Área Temática III, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas, que constam da relação em anexo.

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2007.  
– Deputado **Eunício Oliveira**, Relator Setorial da Área Temática III”.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Senador Francisco Dornelles para fazer a leitura do seu relatório.

**O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES**

– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Deputados, a Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, rege a tramitação do Projeto de Lei Orçamentária no âmbito da Comissão Mista e estabelece que o Relator da receita poderá propor a atualização da receita

aprovada, tendo em vista a revisão dos parâmetros da legislação tributária.

No nosso primeiro relatório de receita, aprovado pela Comissão de Orçamento, as receitas tributárias brutas para 2008 foram revistas, aumentando-se em 13 bilhões em relação ao projeto de lei enviado pelo Poder Executivo.

No segundo relatório, tendo em vista novas informações sobre o comportamento de variáveis que explicam a evolução da arrecadação, as receitas primárias brutas foram reestimadas para 704 bilhões, aumentando em 21 bilhões em relação ao Projeto de Lei e em 8 bilhões com relação ao primeiro relatório.

Em decorrência dessa nova reestimativa, as transferências a Estados e Municípios alcançam 123 bilhões, aumentando quase 7 bilhões em relação ao projeto de lei e em 2,2 bilhões em relação ao primeiro relatório.

As receitas primárias líquidas atingem 580 milhões, sendo acrescidas de 15,3 milhões em relação ao projeto de lei e em 5,8 milhões em relação ao primeiro trimestre.

O relatório foi distribuído, Sr. Presidente. E ante o exposto, voto pela aprovação da atualização para o Exercício financeiro de 2008.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Feita a leitura do relatório do Senador Francisco Dornelles, comunico aos presentes que vamos suspender a reunião, tendo em vista que o Senado iniciou a Ordem do Dia. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES** – Não vamos fazer a discussão do relatório?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Não, nós não podemos deliberar, porque as deliberações seriam nulas, pelo Regimento. Nós podemos suspender a reunião e continuá-la às 20h.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Às 20h, então, não é, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Então, vamos recomeçar às 20h.

Está suspensa a presente reunião.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA**

– Sr. Presidente, e no Senado os trabalhos serão encerrados às 20h?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Extra-oficialmente, V.Exa. pode falar, mas já suspendi a sessão.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA**

– No Senado, a sessão vai encerrar às 20h? E se lá for até mais tarde?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Se lá for até mais tarde, nós não continuaremos a reunião.

(A reunião é suspensa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Continuidade da 8ª Reunião Extraordinária, em 11 de dezembro de 2007.

Declaro reiniciada a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 36, 37 e 38, de 2007.

Item 1 da Pauta nº 38. Relatório de Atualização das Estimativas da Receita, nos termos do § 2º do art. 30 da Resolução nº 01/2006-CN, apresentado à Proposta Orçamentária para 2008 – Projeto de Lei nº 30, de 2007-CN, que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2008”.

Em discussão o relatório, cuja leitura foi feita na reunião anterior. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, estava distraído, lendo o parecer do Relator. Gostaria de saber o que será votado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Vamos votar o relatório de reestimativa da receita.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Da receita é sempre bem-vindo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado da República.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Estamos aguardando a presença do Deputado Carlos Eduardo Cadoca para a discussão e votação dos destaques e de seu relatório.

Consulto o Deputado Giacobbo sobre se lhe interessa fazer a leitura de seu relatório.

**O SR. DEPUTADO GIACOBO** – Sem problema, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Qual é a Área, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Relatório Setorial da Área X – Trabalho, Previdência e Assistência Social. Relator, Deputado Giacobbo.

Vou conceder a palavra ao Deputado Giacobbo para a apresentação do relatório. (Pausa.)

Tendo chegado o Deputado Carlos Eduardo Cadoca, que já tinha feito a leitura de seu relatório, de comum acordo com o Deputado Giacobbo, vamos concluir o processo de votação do relatório de S.Exa.

Com a palavra o Deputado Carlos Eduardo Cadoca para prestar esclarecimentos a respeito dos destaques.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADO-**

**CA** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, dada a pertinência e a relevância das ponderações realizadas no decorrer da discussão do nosso relatório, empreendemos diligentes análises sobre os destaques apresentados, do que decorreram as seguintes considerações: foram apresentados 39 destaques, sendo 23 a emendas de apropriação e 16 relativos à supressão total ou parcial de dotações previstas no projeto de lei. Dos 23 destaques relativos à emenda de apropriação, 21 referem-se a locações fundadas exclusivamente em cancelamento nas seqüências 020000 e 005911, ou seja, na reserva de recursos, que foi totalmente utilizada pela relatoria nos atendimentos aprovados pelo Plenário.

Tendo sido nosso relatório aprovado ressalvados os destaques, qualquer novo cancelamento, para ser válido, deveria estar indicado nas emendas destacadas, o que não ocorreu no presente caso.

Os outros dois destaques, de nºs 2 e 20, referentes às emendas das bancadas de Pernambuco e Ceará, respectivamente, indicam cancelamento teoricamente válidos, porém, nesta etapa de apreciação, referem-se a unidades orçamentárias fora do âmbito desta relatoria.

No que diz respeito aos destaques de supressão, o Destaque nº 21, do Deputado Eduardo Valverde, pretende a supressão total de dotação seqüencial 000731 para alocar em programações não constantes do PL. Essa proposição caracteriza emenda de remanejamento e é, portanto, intempestiva. Assim, a proposição, tal como se apresenta, fica prejudicada.

Os Destaques nºs 23 a 27 e 30 a 39 pretendem suprimir parcialmente dotações previstas no projeto de lei para a construção de edifício no âmbito do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Público da União. Esta relatoria adotou como princípio na elaboração do seu relatório a preservação das dotações originais do projeto de lei e mantém esse posicionamento. Assim, manifesta-se pela rejeição desse destaque de supressão parcial.

Com esses fundamentos, nosso voto é pela prejudicialidade do Destaque de nº 21, pela rejeição dos Destaques de nºs 1 a 20 e 22 a 39.

Esse é o nosso relatório.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir o parecer aos destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. é autor dos destaques que quer discutir?

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Exatamente. Vários deles.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Então, neste caso, a discussão será feita destaque a destaque. Quando forem anunciados, V.Exa. falará.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Quando V.Exa. colocá-los em votação?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Veja bem. Quando for anunciada a votação, falarão o autor do destaque e o Relator.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Pela ordem, Deputado Pedro Novais.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Deputado Carlos Eduardo Cadoca, V.Exa. rejeitou todos os destaques?

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Sim. Não disponho de recursos.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Pergunto se V.Exa. não poderia...

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Não poderia.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Não poderia aditar, em seu relatório, um pedido para que o Relator-Geral encaminhasse as pretensões dessas emendas relativas aos destaques. Essa é uma praxe sempre usada nesta Comissão e que poderia muito bem ajudar a resolver o assunto. Faço esse pedido, especialmente, em relação ao Destaque nº 19, de minha autoria.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Vamos acatar sua sugestão, Deputado Pedro Novais, fazendo recomendação ao Relator-Geral. Já fizemos, em nosso primeiro relatório, 9 recomendações. Vamos, portanto, complementá-las, reportando-nos a todos os destaques que foram rejeitados.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Esclarecimento sobre os destaques.

O art. 138, § 2º, da Resolução nº 1, de 2006-CN, estabelece: *“Não será aceita solicitação para votação em separado de destaque após a aprovação do requerimento para votação em globo dos destaques.”*

Assim sendo, solicito a autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator Setorial.

A proposta para a votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, V.Exa. está se referindo a uma conduta. Ou seja, se for apresentado algum requerimento para votação em globo... Não é verdade?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Não, não estou lendo uma conduta, estou fazendo uma proposta para votação em globo dos destaques.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – A proposta é para votação em globo?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Sim.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Votaremos contrariamente para discutir melhor os destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. pode votar contra.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sim, posso votar contra, mas quero discutir minhas emendas. E acho que me cabe o direito de discuti-las, uma por uma até.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Mas V.Exa. pode votar em globo...

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não vou discutir uma por uma.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – ...ou pode rejeitar a votação em globo. Neste caso, se for rejeitada a votação em globo, V.Exa. discutirá cada um dos destaques. É o que diz a resolução.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Retire as minhas emendas da votação em globo, para haver possibilidade de destaque para votação em separado das minhas. Quero que coloque para votação em separado os Destaques de nºs 23 a 27 e 30 a 39.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Votação em globo, ressalvados os destaques.

Como vota a representação da Câmara dos Deputados?

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Voto contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Aprovada a votação em globo, ressalvados os destaques, com exceção do voto do Deputado Giovanni Queiroz, que assim está votando contra sua proposta de ressalva dos destaques.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não, não.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Não, Sr. Presidente.



**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Se houve interpretação assim...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Então, V.Exa. aprova a ressalva aos destaques?

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Res-salvados os destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Então, V.Exa....

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não, eu voto pela rejeição. No entanto, se for aprovada, permanece meu destaque para votação em separado. Não tem nada a ver.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – A proposta é uma só.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. não prestou bem atenção ao sentido da frase. A proposta é a seguinte: Está em votação, em globo, res-salvados os destaques. Então, se V.Exa. aprova a pro-posta, está sendo coerente com o que V.Exa. quer.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Tudo bem, agora entendi. Estamos votando só os desta-ques.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Aprovada na representação da Câmara dos Depu-tados.

Passa-se à votação na representação do Sena-do Federal.

A proposta é a votação em globo, ressalvados os destaques.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação do Senado Fe-deral.

Esta Presidência declara a prejudicialidade do Destaque nº 21 e anuncia a votação pela rejeição dos destaques que serão votados em globo: Destaques de nºs 1 a 22...

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, deixe-me dizer a V.Exa. o seguinte...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Está em votação...

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – ...em globo...

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Para discutir. Sou autor do destaque e peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Não há discussão, a não ser para os destaques for-

mulados por V.Exa. Estou anunciando agora a votação dos destaques em globo.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, posso encaminhar a votação e posso dis-cutir a matéria porque sou autor dos destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Mas não estão incluídos os destaques de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não, já foi votado em globo. Não?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Os destaques de V.Exa. não estão agora. É porque V.Exa. não está acompanhando...

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, só para esclarecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. pode ficar tranquilo que esta Presidência será guardião de seus interesses.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Muito obrigado, Presidente. É que entendi que já havia sido votada a matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Não fique nervoso. Estamos votando os destaques em globo. São todos os destaques menos aqueles que V.Exa. pediu que fossem votados em separado.

Como vota a representação da Câmara dos Depu-tados?

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, não posso me sentir prejudicada se pedi a palavra pela ordem, mas o Presidente não me ouviu.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Não ouvi V.Exa.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Eu sei, tenho certeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Não sei se é minha audição que está um pouco can-sada ou se é a voz de V.Exa. que já está cansada. Um dos dois está causando isso.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – É a minha voz, com certeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra a Deputada Rose de Freitas, pela ordem.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, quando V.Exa. propôs a votação em globo, os Deputados que queriam pedir a votação em separa-do deveriam fazê-lo nessa hora. Quando S.Exa. estava fazendo esse pedido, eu estava prestes a pedir vota-ção em separado, fora da votação global, da Emenda nº 71090011, com o Destaque nº 00006.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – É que V.Exa. perdeu o bonde.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Não, não perdi.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Já havia sido aprovada a votação em globo.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Não, V.Exa. vai sugerir a votação em globo e vou requerer que meu destaque não seja votado em globo; e sim separado. Sempre foi assim. Quando V.Exa. disser votação em globo eu...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– V.Exa. está pedindo depois que a Presidência já anunciou o resultado.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Não, V.Exa. estava colocando agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Foi, sim.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Foi anunciado. Eu não faço nenhuma questão com V.Exa. e nós temos até, todos nós aqui, a obrigação de ser cavalheiros – não é? -, sem a pretensão de ser machista, porque nós temos que tratar os gêneros de forma igual.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Com certeza, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– E digo isso para não merecer o estigma das feministas, porque elas não querem isso. Então, eu não estou tratando V.Exa. de forma diferente. É só um tratamento cavalheresco. Não faço questão, mas V.Exa., desta vez, dormiu no ponto.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – (Risos.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Porque já tinha sido anunciado o resultado. Mas não há problema.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Não, Sr. Presidente, eu não quero prejudicar V.Exa. Não quero.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Acho que ninguém vai-se opor a isso.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Não. Eu não quero prejudicar. Quando V.Exa. falou que ia colocar em votação, eu estava pedindo a palavra pela ordem, várias vezes. Agora, se V.Exa. anunciou o resultado, peço desculpas a V.Exa., mas não ouvi. Mas V.Exa. não anunciou o resultado, disso eu tenho plena convicção. O Presidente disse: “*Vou fazer a votação em globo*”. E eu insisti outra vez. Agora, se for prejudicar o encaminhamento dos trabalhos, longe de mim fazê-lo, pois V.Exa. tem sido muito dedicado a essa Presidência e a este Plenário, além de muito correto.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – É como o Presidente disse, não haverá prejuízo algum.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Não há nenhum prejuízo, nobre Deputada, a gente pode votar...

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Tenho a impressão que é perfeitamente possível atender à Deputada.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– ... como V.Exa. pretende. (Pausa.)

Quando forem votadas as ressalvas, o destaque de V.Exa. entrará também.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Deputado Humberto.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Então, vamos anunciar, agora, a votação em globo pela rejeição.

São os Destaques nºs 1 a 5, 7 a 22, 28 e 29.

Votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permanecem como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Rejeitada, não vai ao Senado Federal.

Destaque nº 6, de autoria da nobre Deputada Rose de Freitas.

Com a palavra a nobre Deputada Rose de Freitas, autora do destaque.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, vou ser muito breve porque nós temos muito a produzir nesta Comissão. Falei com o nobre Relator sobre a importância para o Estado do Espírito Santo obter recursos que possam amparar a Escola de Pesca, que produz, inclusive, para a região de Piúma, uma faixa litorânea que envolve Guarapari, Anchieta e outras cidades. Trata-se de um trabalho a favor dos pescadores que trabalham com pesca artesanal. Mas, na verdade, até hoje, não tivemos recursos de qualquer natureza para melhorar e qualificar esses pescadores e fazer com que eles possam conduzir adequadamente sua atividade. É o pleito da bancada do meu Estado. Quero aqui entender que ela seja legítima e não pode ser recusada, apesar das dificuldades do Relator. (Pausa.) Fui breve.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADO-**

**CA** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, vou manter a posição adotada pelo relatório. O destaque de cancelamento indica a reserva de recursos. Não existem recursos, e eu não posso atender. É uma questão técnica. A relatoria foi generosa com o setor de pesca, pois alocamos 22% dos recursos que nos foram destinados para essa área. Então, não tenho

como atender, lamentavelmente, o pleito da compa-nheira e amiga Rose de Freitas.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Em votação na representação da Câmara dos Depu-tados.

Os Srs. Deputados que aprovam a rejeição, como proposto pelo Relator, permaneçam como se encon-tram. *(Pausa.)*

Aprovada a rejeição, contra o voto do nobre Depu-tado Eduardo Valverde.

Tendo sido rejeitado na Câmara dos Deputados, a matéria não vai ao Senado Federal.

Peço para anotar o voto dos nobres Deputados Pedro Novais e Humberto Souto. *(Pausa.)*

*(Intervenções fora do microfone. Inau-díveis.)*

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** – Sr. Presi-dente, estou votando com a ilustre Deputada.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Quantos votos favoráveis?

Vamos repetir, então, a contagem. Vamos fazer a verificação de...

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Quem vota com Rose de Freitas diga “sim”, não é? *(Falha na gravação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Quero dar uma explicação aos presentes sobre o relatório. Se houver decisão favorável ao destaque da nobre Deputada Rose de Freitas, ela se tornará inócua, porque não há recursos para dar cobertura à emenda.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Pode ser feita a inversão de votação das matérias, mesmo porque nas minhas emendas, nos meus destaques, proponho corte de recursos destinados a vários órgãos, particu-larmente ao Poder Judiciário. Neste caso, vai-se ter um excedente de recursos que dá para fazer 10 escolas dessas. É só o Relator acatar, perfeito? Ou, então, em o Plenário acatando, ter-se-á os recursos disponíveis para se atender à nobre Deputada Rose de Freitas. Vamos inverter a votação que teremos recursos. Basta aprovarmos o que estou propondo, o que acho abso-lutamente correto.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o nobre Relator para esclarecimen-tos.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADO-CA** – Vou manter a posição do relatório, Sr. Presidente. Não vou fazer cortes. Não vou aceitar.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não, mas o Plenário pode fazer o corte.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CA-DOCA** – Pode, mas que indique de onde vai retirar os recursos para atender á nobre Deputada Rose de Freitas, a nossa querida amiga Parlamentar.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Exa-tamente. E é isso que nós iremos propor.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADO-CA** – Não tem onde tirar. Se tivesse, eu seria o primeiro a fazer isso. *(Fora do microfone.)*

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Se o nosso Relator estivesse falando ao microfone, eu pode-ria entender. Eu não entendi e não posso responder.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADO-CA** – Eu disse que não tenho de onde tirar recursos para atender o destaque que V.Exa. propôs.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Eu sei, V.Exa. falou isso. Mas V.Exa. deve entender que é apenas uma Escola de Pesca. São 40 anos lutando, mas não conseguimos recursos para ajudar uma Escola de Pesca? Eu não consigo entender. Desculpe-me.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADO-CA** – Sim, Deputada Rose de Freitas, nós ajudamos: foi destinada uma verba substancial.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Nobre Deputada Rose de Freitas, deixe eu dar uma sugestão a V.Exa.: vamos fazer a inversão da vota-ção. Em o plenário votando as emendas do Deputado Giovanni Queiroz, os recursos vão aparecer, porque são supressivas.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Está bom.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Não precisa V.Exa. chorar tanto. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADO-CA** – Deputada Rose de Freitas, foram apresentadas 7 emendas coletivas na área de pesca e todas foram atendidas acima da média do valor das emendas. En-tão, nós destinamos, eu digo de novo, 22% dos recur-sos só para a pesca.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Então, eu proponho ao Plenário a inversão da vo-tação.

Vamos votar os Destaques nºs 23 a 27, 30 a 39, de autoria do nobre Deputado Giovanni Queiroz, que são destaques supressivos. *(Pausa.)*

Vamos prestar o seguinte esclarecimento: o Des-taque nº 23, de autoria do nobre Deputado Giovanni Queiroz, está solicitando a supressão no subtítulo “*Construção do edifício sede do Conselho da Justiça Federal em Brasília-DF. Valor: 7,5 milhões*”. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Nobre Deputado Giovanni Queiroz, nós já nos acostumamos a ouvir aqui a sonoridade e o conteúdo do seu discurso. V.Exa. está pleiteando ler ou falar, um a um, sobre os seus destaques. Não dava para V.Exa. fazer a apresentação dos seus destaques...

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Para votação em bloco?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– ... de forma global, para ganharmos tempo?

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Posso, Sr. Presidente. Se V.Exa. me permitir fazer a defesa, vamos abreviar, não é? V.Exa. permite e assim o deseja, portanto, vamos votar em bloco os meus também, que são vários.

Quero chamar a atenção do companheiros Parlamentares para o seguinte: neste caso, nobre Deputado Carlos Eduardo Cadoca, se V.Exa. o quisesse, assim poderia ter feito. O que eu estou propondo é uma explicação de alguém nesta Casa que possa justificar as verbas a serem destinadas à construção do edifício sede do Conselho de Justiça Federal, em Brasília, que tem 60 milhões solicitados no PPA; 15 milhões neste Orçamento. E V.Exa. sabe dizer quanto custará o metro quadrado dessa obra? Porque, se V.Exa. me disser, mesmo que seja um valor astronômico, eu abro mão de todos os meus destaques. É que ninguém tem essa informação. E aí estaremos aqui assinando cheque em branco.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Nobre Deputado Giovanni Queiroz, só para responder a V.Exa. Quando eu estava no Governo da Paraíba, um adversário, para me desqualificar, disse que eu era mestre-de-obras, porque eu sabia tudo sobre obras. Agora, no País inteiro, não dá para saber, não é?

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Pois é. Mas temos aqui o SENAC, por exemplo. O fato é que o Relator não sabe porque não foi informado. E ninguém sabe! É lógico que V.Exa. não sabe! O que eu estou questionando é que, se aprovarmos o relatório como está, sem que haja uma meta física a ser alcançada, nobre Relator. Nós estaremos dando um cheque em branco. Essa obra pode estar custando 1,2 mil reais o metro quadrado – que seria um valor normal – ou 4 mil reais o metro quadrado. E isso porque não tem a meta a ser atingida com tanto dinheiro, 60 milhões. E essa verba será destinada ao Conselho da Justiça Federal em Brasília. Vejam V.Exas. que com 60 milhões de reais podemos construir 2 prédios do tamanho do Anexo IV. Repito: é dinheiro suficiente para construirmos 2 prédios do tamanho do Anexo IV. É irracional votarmos e aprovarmos essa matéria. Não podemos nos permitir...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– V.Exa. já me convenceu. De forma que eu retiro o meu apelo, pois V.Exa. realmente tem toda a razão de discutir, um a um, os destaques que V.Exa. apresentou.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. e explico mais o seguinte: não podemos permitir isso, sob pena de amanhã, por omissão, sermos coniventes. E aí, Sr. Relator, concordo que, de repente, V.Exa., em querendo abreviar o processo, possa até admitir que o relatório seja votado dessa forma. Mas nós, Parlamentares desta Comissão, não podemos admitir, sob pena de sermos coniventes com esses cheques em branco. Daí a minha proposta de votarmos contra o parecer de V.Exa. nessa matéria. A não ser que V.Exa., agora, de pronto, possa vir ao encontro daquilo que estou pretendendo. Quero que V.Exa. acate o meu destaque, Sr. Relator. *(Pausa.)* Sr. Relator, estou propondo, se V.Exa. concordar, em todos os meus destaques, que se retirem 50% dos recursos dessas obras – e deveríamos retirar 100%. Estou deixando para que o Relator-Geral corrija isso. Estou propondo o corte de 50% dos recursos para todas essas obras aqui. Mas logicamente que há muito mais obras. Essas aqui representam uma pequena parte, uma pontinha do *iceberg*, perfeito? Porque não há meta para qualquer dessas obras. E tal não ocorre apenas em sua relatoria. Em todas as Relatorias aqui apresentadas e as que serão apresentadas, com certeza, virão desta forma. Daí a minha proposta: que V.Exa. acate a nossa ponderação, assim, podemos votar em bloco.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Consulto o nobre Deputado Giovanni Queiroz...

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– ... se V.Exa. está propondo a redução de 50% em todos os destaques?

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Em todos os destaques. E peço ao Relator o seguinte: se S.Exa. concordar, já podemos votá-los em bloco. Porque eu vou insistir, Sr. Presidente, que não podemos praticar tamanho erro, até porque o certo seria cortarmos tudo ou adequarmos as metas. Como ainda não temos as metas e se quis votar, pelo menos que façamos já aqui o primeiro corte. E o Relator-Geral, se não vierem as informações, corta totalmente. Depois, se precisar, faz-se um crédito suplementar lá na frente, com as justificativas de metas a serem atingidas. O que não podemos fazer é dar um cheque em branco. Só para que se tenha uma noção: esse dinheiro aqui daria para construir 2 prédios do tamanho do Anexo IV. Acho



uma loucura aprovarmos isso aqui para o Conselho da Justiça Federal em Brasília. É quase inadmissível.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente,...

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Então, se o nobre Relator concorda, eu já me disponho a votar em bloco. Isso depende do parecer do Sr. Relator. Eu quero dialogar com o nobre Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Sr. Relator, para suas explicações. Antes, porém, concedo a palavra ao Deputado José Pimentel.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, como o Deputado Giovanni Queiroz está propondo uma avaliação de todos os destaques para construir uma proposta a ser aprovada por esta Comissão Mista, eu sugeriria, ouvido o Relator, que V.Exa. suspendesse os trabalhos quanto a esse item, para que o Relator pudesse dialogar com o autor dos destaques e, ao final, elaborassem nova proposta. E qual seria o objetivo? Evitar o desmonte do relatório tal como ele foi construído. E, nesse intervalo, iniciariíamos a leitura do próximo setorial enquanto essa matéria estivesse sendo acordada.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Acho que a proposta do Relator, Sr. Presidente, é mais do que justa.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Tem a palavra o nobre Deputado Pedro Novais.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Primeiro, quero me insurgir contra essa ditadura que está sendo inaugurada aqui por alguns Relatores Setoriais ao alegarem que não há recursos. Isso é uma espécie de faca no espírito democrático da Comissão. Nós fazemos emendas e destaques e queremos ser atendidos, pelo menos, com alguma coisa. Muito bem. Esse problema levantado pela nobre Deputada Rose de Freitas fez com que ganhasse força o argumento do Deputado Giovanni Queiroz. Se os destaques de S.Exa. forem aceitos, cortando-se pela metade os recursos destinados àquelas obras, sobrarão recursos para o Relator.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Isso desestrutura o relatório.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – E aí?

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Permita-me, nobre Deputado Pedro Novais,...

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – E aí eu quero que os meus sejam acatados também.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Nós que fizemos os destaques...

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Atendidos os destaques do Deputado, haverá de-sequilíbrio no relatório. São quase 200 milhões. Eu tive 269 milhões para atender 42 emendas. Atendi a todas. Optei, como tinha o direito de fazê-lo, por não fazer cortes. Isso não é ditadura, companheiro Pedro.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Claro. O sistema de destaques...

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Trata-se de um critério adotado para que eu pudesse propor um relatório equilibrado. Agora, a seguir-se essa orientação, se o Plenário atender a esses destaques que o Deputado está propondo, vamos ter aqui mais de 200 milhões. Então, vamos ter que parar tudo. Aí, faz sentido a proposição...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente,...

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – ... do Relator-Geral, no sentido de suspendermos os trabalhos para que a gente possa ter o entendimento e refazer o relatório. Caso contrário, haverá de-sequilíbrio.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – É aí que eu volto a insistir quanto à forma ditatorial de se chegar aqui... Desculpe, Deputado Cadoca, meu amigo, não é contra V.Exa. essa minha fala.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Não faça isso comigo! Lutei a vida inteira contra a ditadura...

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Não é contra V.Exa. ou outro Relator em particular, mas devo dizer que é uma forma cômoda de evitar que a Comissão examine as emendas e os destaques.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, acho que nós estamos iniciando aqui um perigoso e tortuoso caminho e não sabemos onde vamos chegar. É uma atitude suicida. Estamos desconsiderando a competência institucional do Ministério Público, dos Tribunais, que reputamos órgãos republicanos, de poder avaliar a sua necessidade. Se abrirmos essa exceção agora, vamos ter de abrir exceções para todos os demais relatórios, porque várias bancadas tiveram preteridas as suas pretensões, em função da limitação orçamentária. Se conseguirmos dar um “jeitinho” agora, achando que o Ministério Público, a Justiça, não são órgãos essenciais do País; então, vamos ter que

fazer cortes, daqui para a frente, em todos os demais projetos que forem apresentados à Casa.

Então, eu acho que esse não seria o caminho mais adequado. Então, se há suspeitas sobre a ausência de base material ou excesso de orçamento ou de previsões orçamentárias em determinadas ações do Estado, que isso seja feito pontualmente, mas não dá para fazer isso genericamente.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Deputado Eduardo Valverde...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Iremos percorrer um perigoso caminho. Estou dialogando com o zeloso Deputado Giovanni Queiroz, que é um homem zeloso e eu quero cumprimentar V.Exa. por isso, mas estaríamos trilhando um caminho tortuoso, de difícil avaliação. Qual será o resultado dessa proposta? Porque as bancadas vão querer também se sentir no direito de retirar dinheiro de um canto para outro para verem acolhidas suas propostas, suas emendas.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Deputado Valverde, deixa eu fazer só uma ponderação: se nós continuarmos a votar o relatório como está, será o caminho mais tortuoso, aliás, mais reto para chegarmos ao inferno. Deixa eu contar a V.Exa. uma coisa: já vi muita coisa nesta Casa – e aqui já estive por 3 mandatos anteriores, apenas na legislatura passada aqui não estive – e devo dizer a V.Exa. que não devemos dar um cheque em branco deste. Esse aqui é só um exemplo, mas há outros tantos. Conteí 50 casos como esse aqui. Se eu apurar um pouquinho mais, o número chegará a 150 exemplos como esses. São cheques em branco para construção de obras. Citei apenas uma que se refere ao Conselho da Justiça Federal, em Brasília. O valor de 60 milhões de reais é suficiente para construir 2 prédios daquele tamanho. Muito bem, eu não sei por quanto sairá o metro quadrado, porque, de repente, eles vão fazer só um quinto do prédio. Mas, a permanecer esse valor, custará 6 mil de reais o metro quadrado. E quem é que me diz que não?

Então, Deputado Eduardo Valverde, é melhor a gente corrigir agora do que ter que responder numa CPI amanhã por que aprovamos esse valor. A imprensa virá em cima da gente e perguntará como aprovamos esse valor de 60 milhões sem sabermos sequer o tamanho dessa obra. Como é que é isso? Com que cara ficaremos? E não conseguirei responder. Eu estou aqui tentando ajudar a nossa Casa e o Governo Federal. Sou da base do Governo e quero que este Governo construa 100 prédios a mais do que se está propondo, porém, com o mesmo dinheiro. Isso é possível. E de igual forma, pode-se fazer com estradas e outras obras. Então, eu estou aqui tentando contribuir. Eu não voto isso e peço a V.Exas. que não o façam,

porque estaremos aqui dando cheque em branco. É melhor, primeiro, apurarmos quais as metas a serem atingidas com esse valor. E estou entrando no mérito da questão. O mérito aqui qual é? O Conselho de Justiça precisa de um prédio desse tamanho, para se reunir 2 ou 3 vezes por mês, com 10 Ministros do Superior Tribunal de Justiça. Ora, são duas ou três vezes por mês as reuniões do Conselho. E as reuniões hoje são feitas no prédio do STJ. Indago: é necessário um prédio maior do que o do STJ para a sede!?... É brincadeira de mau gosto!

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Sr. Presidente, há uma sugestão do Deputado Relator...

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Então, são essas as ponderações que eu queria fazer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Espera aí. Eu queria dizer ao Deputado Wellington Roberto que há um orador usando a tribuna.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Ele já concluiu.

Há uma sugestão do Deputado José Pimentel à Presidência e à Comissão. Vamos apreciar essa sugestão, para ver se podemos dar continuidade até que o impasse seja resolvido.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Na verdade, eu não participo da idéia de que há um impasse. Há uma discussão. E a discussão traz a luz. Eu acho que o Deputado Giovanni Queiroz está no uso de uma prerrogativa que ele tem, como qualquer Parlamentar, de levantar as questões que lhe parecem sensatas. Nós podemos até, no voto, se for o caso, derrubar a proposta do Deputado Giovanni Queiroz. Mas não podemos dizer que há um impasse. Não há impasse. Esta Comissão é um fórum democrático de debates, de discussão. Não aprovamos nada aqui de olhos fechados. Mas, evidente, que todos podemos discordar dos argumentos de Giovanni Queiroz. E como vamos resolver isso? No voto. Ele pediu destaque. Nós não estamos – e o destaque dele é supressivo – obrigados a acatar o destaque que ele propôs.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, a nossa discordância, Sr. Presidente, veja bem, não é sobre o conteúdo, mas sobre a forma.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Porque, vejam bem: se suspendemos a discussão dessa matéria agora, amanhã, quando ela voltar à pauta, haverá o mesmo debate.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – A discussão aqui, Sr. Presidente, não é de conteúdo, é sobre a forma. Será que essa forma é regra? Ou será que temos apenas divergência sobre o conteúdo de

emendas que tratam de construção de sedes ou de estradas. É pontual essa divergência?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Aí é outra coisa. Aí é questão de mérito.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** –

Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– V.Exa. está discutindo o mérito.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – O

que se está colocando aqui é uma forma diferente de avaliar.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Como V.Exa. quer discutir o mérito, V.Exa. também tem o direito de sustentar uma tese diferente da do Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – A

nossa divergência é tão-somente quanto à forma. Só isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– O que eu estou defendendo aqui é o direito que o Deputado Giovanni Queiroz tem, como qualquer um de nós, de apresentar os seus destaques. Qual é o problema? Vamos votar. De repente, os destaques do Deputado Giovanni Queiroz poderão ser rejeitados.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr.

Presidente, talvez essa também não seja a melhor maneira. O Deputado Giovanni Queiroz pode estar certo com relação ao que está sendo apresentado. Agora, estou divergindo quanto à forma de fazê-lo. Em vez de, pontualmente, apontarmos onde existe discrepância e atacá-la, propõe-se no destaque supressivo a redução de todas as emendas onde supostamente existe um excesso de orçamento. Essa que é a minha divergência.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Eu vou submeter à votação os destaques do Deputado Giovanni Queiroz, um a um. Isso vai nos permitir avaliar um a um os destaques apresentados.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – A

proposta do Deputado José Pimentel não poderia ser uma melhor maneira de encaminhar? Não deveríamos tentar votar, primeiro, a proposta do Deputado José Pimentel? Caso o plenário não aceite suspender os trabalhos, aí votaríamos um a um. Suspender seria o caminho do bom senso...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Eu acho que nós já perdemos muito tempo com essa questão. O melhor é votar. Sou muito prático: se a gente deixar esse relatório para ser discutido amanhã, essa mesma discussão vai se renovar e perderemos mais tempo.

Então, eu peço a atenção do Deputado Giovanni Queiroz. O primeiro destaque apresentado por S.Exa. é esse sobre o qual já se falou a respeito, não é?

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Isso.

Trata-se do Conselho da Justiça Federal em Brasília.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Então, se o Relator desejar, poderá apresentar as suas contra-razões.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADO-**

**CA** – Estou satisfeito. Eu vou manter o relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Então, encerrada a discussão, passamos à votação na representação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que aprovam o destaque supressivo do Deputado Giovanni Queiroz permaneçam com se encontram. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** –

Abstenção aqui.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Apro-

vado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Aprovado o destaque supressivo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Com o

meu voto contrário, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Voto

contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com o voto contrário dos Deputados Eduardo Valverde, José Pimentel, Giacobbo e do próprio Relator, Deputado Walter Pinheiro. O Relator não vota.

Vamos ao Destaque nº 24.

Com a palavra o Autor, para discutir o destaque.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – O

Destaque nº 24, Sr. Presidente, vai na mesma linha de raciocínio. Sr. Presidente e Srs. Deputado, vejam o absurdo, é caso de polícia: na construção do edifício-sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, o percentual proposto é de 3% da obra. E 3% representam 15 milhões de reais. É o que está no Orçamento, e o Relator aprovou. Aprovou 15 milhões.

Meu querido Relator, talvez V.Exa. não se ateuve a esse dado. Sr. Relator, V.Exa. não se ateuve a esse número: 3% do valor da obra são 15 milhões de reais, que foram aprovados.

Muito bem, se 3% são 15 milhões, 100% são 498 milhões e 550 mil. Repito: 498 milhões! Eu estou dizendo o que está escrito nos documentos da Casa, está no PPA, na Proposta Orçamentária. Então, eu estou propondo apenas suprimir 50%, para dar ao Relator-Geral a condição de se alertar para esse dado. Isso é loucura! Um prédio de 498 milhões de reais! Olha, dá para construir todo o Congresso Nacional – Câmara

dos Deputados e Senado Federal, com os 2 prédios juntos ali.

Eu não sei se eu estou errado. De repente, eu estou equivocado. Eu queria que alguém me dissesse: Não, o senhor está errado, o senhor leu errado, o número aqui foi erro de digitação. Alguma coisa quero que me falem para eu votar, para aprovar um negócio desse. Se eu votar favoravelmente e não alertar os companheiros, eu estarei me acovardando perante os colegas, deixando que todo mundo vá para o fundo do poço. E eu não quero isso.

Não há argumento contra isso. O meu encaminhamento é no sentido de que nós aprovemos o meu destaque. E, depois, ainda encaminhando ao Relator Geral, para que ele faça os demais cortes que serão necessários no relatório geral.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Relator, para os seus esclarecimentos.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA**

– Eu mantenho o relatório.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL**

– Para discutir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Para discutir, Sr. Deputado. *(Pausa.)*

O destaque propõe a supressão de 7,5 milhões na emenda, que era de 15 milhões. Portanto, uma supressão de 50%. *(Pausa.)*

A Secretaria está informando que não é emenda, é direto no projeto, cuja proposta é de 15 milhões. No PL. Está propondo uma redução de 50%, equivalente a 7,5 milhões. O destaque está com o voto contrário do Relator.

Vou submeter à votação na representação da Câmara dos Deputados.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA**

– Sr. Presidente, eu queria apenas uma explicação. V.Exa. citou o nome do Relator, a respeito dos destaques do Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Quem é o Relator da matéria?

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA**

– V.Exa. deu a explicação de que o Relator disse que o valor não é 3%. Foi isso o que eu entendi?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Não, o Relator não quis falar mais sobre o assunto. Mantém o relatório.

Vamos à votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que aprovam o pedido do Deputado Giovanni Queiroz, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, contra os votos dos Deputados José Pimentel, Eduardo Valverde, Gorete Pereira e Walter Pinheiro.

Destaque nº 25.

Trata-se da supressão de 6 milhões na construção do edifício-sede da Procuradoria Geral do Trabalho, em Brasília, Distrito Federal.

A proposta é de 12 milhões. A redução, portanto, de 50%, é de 6 milhões.

Com a palavra o Autor do destaque.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ**

– Sr. Presidente, essa obra já está sob investigação, a imprensa toda já noticiou o superfaturamento. Essa obra se propõe a atender com 245 metros quadrados cada funcionário. Superfaturaram no seu custo, no seu valor. São 136 milhões de reais para a Sede da Procuradoria Geral do Trabalho, em Brasília. Repito: Procuradoria Geral do Trabalho! É loucura! E Goiás precisa de estradas, de prédios, de casas populares, como precisam o Pará, o nosso Ceará, a Bahia e Sergipe. E aqui a gente desperdiça 136 milhões numa obra que está sendo investigada pelo Tribunal! Esta aqui, esta obra.

Então, Sr. Presidente, eu estou propondo a redução de apenas 50% do que está proposto no Orçamento deste ano, porque eu tenho certeza de que o nosso Relator-Geral vai ter que cortar muito mais do que isso. E até agora não houve nenhuma informação declarada.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO**

– Qual é o valor proposto para este ano?

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ**

– Doze milhões! Doze milhões para este ano, para uma obra que já está sendo investigada. Quer dizer, uma obra irregular.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO**

– Eu acho que V.Exa., nesse caso, então, deveria pedir a supressão de todo o recurso.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ**

– Seria de 100%. Eu estou dando apenas uma oportunidade para não cortarmos tudo agora. Se não vierem as justificativas, tem que cortar é tudo mesmo.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO**

– Claro.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ**

– Se não disserem quantos metros quadrados tem e a que preço está ficando, eu acho que nós temos a obrigação de cortar tudo. Depois que venha através de crédito suplementar, ou crédito especial.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO**

– Se não cortar agora, o Relator-Geral vai ter que cortar.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ**

– Vai ter que cortar. Ou justificar o valor do metro quadrado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Mas V.Exa. pediu apenas o corte de 50%.



**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não, agora. Mas, depois, no relatório geral, eu posso pedir de novo, muito mais até. Mas eu tenho certeza de que não será preciso.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Relator, para os seus esclarecimentos.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CA-DOCA** – Não está na relação do Tribunal de Contas da União. Esteve, mas não está mais. Está aqui o documento. Já saiu.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Não está mais. Já está liberado pelo Tribunal de Contas da União.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CA-DOCA** – Liberado.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Não está mais como obra irregular.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Então, vamos lá. Qual o preço do metro quadrado? O senhor sabe me dizer? Alguém sabe me dizer? O senhor sabe quantos metros estão sendo propostos por funcionário? E 136 milhões dão para construir 4 prédios do tamanho do Anexo IV – 150 metros de comprimento, por 15 de largura, com 11 andares, contando com o térreo.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CA-DOCA** – V.Exa. leu o PPA? Todos esses dados estão no PPA.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, como Presidente do Comitê de Obras Ir-regulares, eu gostaria de...

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não estão, não. A área não tem no PPA, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Deputado Giovanni Queiroz, parece que V.Exa. falou num número aí que não está no seu destaque. O seu destaque está falando de uma obra de 12 milhões, e V.Exa. está propondo a redução de 50%.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – O valor total da obra é de 136 milhões, 875 mil, 739. Isso é o que consta.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Mas isso não é a emenda.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não. Não é emenda, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Emenda não, não é a proposta...

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – É a proposta do Executivo. Na proposta do Executivo, no PPA...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Não é a proposta do Orçamento.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não, no Orçamento só virem 12 milhões. Eu falo do valor total da obra. No PPA é que tem os 136 milhões.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Deixa eu ler para V.Exa., para ver se esclarece a minha ignorância. Supressão: 50%. Valor total da do-tação, em 2008: 12 milhões.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Em 2008, é.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Valor a ser suprimido: 6 milhões.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Isso. Em 2008, 6 milhões. Mas aqui no PPA, fala o quê?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Valor total da obra. É o valor total da obra que tem lá na frente.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Não é o que está na proposta orçamentária.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não, o valor total da obra está aqui, no PPA: 136 milhões, 875.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Porque veja vem, Deputado Giovanni Queiroz,...

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Isso é 100% do valor da obra.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – ... na lógica, é elementar. Se fosse uma supressão de 50% no valor total, o remanescente não seria de 6 milhões.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não, Sr. Presidente! Estou propondo 50% da proposta do Governo para este ano. Estamos votando o Orçamen-to deste ano.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Sim.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Então 50% de 12 milhões propostos...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Eu estou apenas clareando as coisas para que aqui não se leve a impressão de que na proposta orçamen-tária estão sendo pedidos 136 milhões.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Ah, não. Isso é correto.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Na proposta orçamentária estão sendo pedidos apenas 12 milhões, e V.Exa. propõe a supressão de 6 milhões, ou seja, 50%.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Exa-tamente.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, na qualidade de Presidente do Comitê

de Obras Irregulares, gostaria de informar a todos os pares que, no relatório do TCU enviado ao Comitê no dia 30, essa obra foi retirada do rol das obras com irregularidades. O TCU e o próprio Ministério Público do Trabalho...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Mas isso já foi informado pelo Relator. Foram até apresentando documentos.

Vamos à votação.

Na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que aprovam a supressão como proposta pelo Autor permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, contra os votos dos Deputados Walter Pinheiro, Eduardo Valverde, Gorete Pereira, José Pimentel, José Gerardo e Giacobbo.

Acho que agora mudou. Quantos estão presentes?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ GERARDO** – Sr. Presidente, podíamos suspender a sessão para que pudessemos conversar com o Relator e esclarecer. É a sugestão que eu faria.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Agora não podemos suspender, no meio da votação. Temos que continuar votando os destaques.

Como vota a representação do Senado Federal?

Os Srs. Parlamentares que aprovam o destaque na forma proposta pelo Autor do destaque permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

Destaque nº 26.

Tribunal Superior Eleitoral. Subtítulo: Construção de edifício-sede do Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília: 80 milhões de reais.

Supressão de 50%. Portanto, 40 milhões.

Só para não ficarem dúvidas, o valor total da obra é 342 milhões, 996 mil, 748 reais. Porém, estão consignados na proposta orçamentária 80 milhões, dos quais o Autor do destaque propõe a redução de 40 milhões, ou seja, 50%.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz, como Autor do destaque.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Vai na linha de todos os outros. Ninguém sabe por quanto vai ficar esse prédio. Se construírem pelo valor de mil reais o metro quadrado, que é o que o SINAPI indica, serão setecentos e pouco, mais 30% de BDI, vai para mil reais o metro quadrado. Seria um prédio de 342 mil metros quadrados, 12 vezes o tamanho do prédio

do Anexo IV. Doze vezes! Isso para o Tribunal Superior Eleitoral. Mas se for o dobro, 2 mil reais!

Aquele prédio bonito do Ministério Público Federal, espelhado, um dos mais bonitos em Brasília, inclusive, com arquitetura diferenciada e com estrutura extraordinariamente diferente, com todo cabeamento de informática e tudo, custou 1 mil e 100 reais o metro quadrado. Mesmo custando, hoje, 2 mil reais o metro quadrado, ainda seria um prédio de 171 mil metros quadrados, 6 vezes maior que o Anexo IV da Câmara dos Deputados. Isso é inadmissível! Sem mínima consciência. Mas eles não dizem, porque 2 mil é superfaturamento. Não pode aprovar por esse valor. Estão jogando bem, estão jogando a favor.

Há tanta gente no Brasil que precisa de uma casa para morar. Temos de tirar essas mocinhas que vivem debaixo dos viadutos aqui em Brasília, na prostituição, e oferecer escola, trabalho para elas.

Na minha opinião, o Poder Judiciário deveria ter vergonha de enviar essa proposta para o Congresso. Ele não tem o direito de vir aqui nos propor uma indecência dessa e outras tantas.

Voto a favor do meu destaque e peço ao Relator-Geral que corte 100%, ou muito mais do que isso. Mesmo cortando 50%, ainda é dinheiro demais.

Sr. Presidente, é essa a nossa posição.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Concedo a palavra ao Relator para esclarecimento, se o considerar necessário.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Mantenho o relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– O Relator mantém o relatório.

Em votação o destaque na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que aprovam o destaque na forma proposta pelo autor, ou seja, redução de 50% na dotação constante da proposta orçamentária, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados, contra os votos dos Deputados Walter Pinheiro, Eduardo Valverde, José Pimentel e Giacobbo.

Em votação o destaque na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Destaque nº 27.

Tribunal de Contas da União. Construção de sede do Instituto Serzedello Corrêa (ISC), em Brasília, 27 milhões de supressão, correspondente a 55%, já que na proposta original há dotação de 55 milhões e 500 mil.

O total da obra, para conhecimento de todos, é de 85 milhões e 500 mil reais.

Concedo a palavra ao Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, o mesmo raciocínio. Não há valor do metro quadrado. Não se saber o tamanho da obra. O total da obra é de 85 milhões e 500 mil reais.

Então, está-se pedindo aqui 55 milhões para este ano, estou propondo um corte de 50%...

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Deputado Giovanni Queiroz, permite-me um aparte?

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Pois não. Eu sabia que haveria este aparte.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Deputado, neste caso aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Lembro ao Deputado Humberto Souto, um rigoroso regimentalista, que o Regimento não permite aparte. Só quem pode falar é o Autor do destaque e o Relator.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Mas estamos numa informalidade, Sr. Presidente. Acho que é importante esse esclarecimento. Só para dar uma informação ao Relator, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Tenho muito respeito por V.Exa., uma figura veneranda do Congresso. Mas se eu abrir uma exceção para V.Exa., tenho de abrir para todo mundo.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Sr. Presidente, está tão bem a reunião, está tão tranqüila. Acho que é fácil chegarmos... *(O microfone é desligado.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Peço ao Autor do destaque que continue sua exposição.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, entendo que o Relator-Geral pode tanto cortar mais como pode suplementar e retornar o dinheiro. Não podemos aprovar um valor tão grande. Como a obra está em andamento, há mais dinheiro, com certeza, liberado. Ninguém sabe quanto custa o metro quadrado. Temos de fazer essa apuração.

Portanto, peço a V.Exas. que aprovem o destaque. Depois, o Relator-Geral poderia recompor, em função das justificativas que virão dos órgãos, ou cortar mais – é o que espero de outros órgãos –, a fim de nivelarmos todo mundo dentro de um preço padrão, de acordo com a própria LDO.

Sr. Presidente, a proposta é que nosso destaque seja votado como está.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Consulto V.Exa., para ficar mais claro, se está propondo...

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Mantenho o destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Ah! V.Exa. mantém o destaque.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Mantenho o destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Relator, para esclarecimentos.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Mantenho o relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – O Relator mantém o relatório.

Em votação o destaque na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o destaque na forma proposta pelo Autor permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com votos contrários do Deputado Eduardo Valverde, do Deputado José Pimentel, do Deputado Giacobbo, do Deputado Humberto Souto e da Deputada Gorete Pereira.

Em votação o destaque na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria foi, portanto, aprovada por unanimidade.

Destaque nº 30.

Justiça Federal de Primeiro Grau. Construção do edifício-sede da Seção Judiciária em Florianópolis, Santa Catarina.

A dotação na proposta do Orçamento é de 9 milhões, 77 mil, 165 reais. A redução de 50% equivalente a 4 milhões, 538 mil reais.

Com a palavra o Autor do destaque.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, nobres Deputados, é também na mesma linha. Não há informações de metas a serem atingidas.

Portanto, esse valor de 62 milhões – aliás, muito dinheiro, equivale a apenas 2 prédios do Anexo IV – é para construção do edifício-sede da Justiça Federal de Primeiro Grau, em Florianópolis.

Não quero entrar no mérito. De repente precisam de um prédio bom, que atenda à demanda de Florianópolis, um belíssimo Estado. Estou discutindo que não temos como dar um cheque em branco sem saber qual o objetivo, qual a meta a ser atingida, qual a construção a ser feita, a exemplo de todos os outros.

Então, mantenho o destaque e peço aos companheiros que o aprovem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Concedo a palavra ao Relator, para esclarecimentos.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADO-CA** – Sr. Presidente, mantenho o relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Encerrada a discussão.

Em votação o destaque na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o destaque na forma proposta pelo Autor permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com os votos contrários do Deputado Eduardo Valverde, Deputada Gorete Pereira, Deputado José Pimentel e do Deputado Giacobbo.

Em votação o destaque no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Destaque nº 31.

Justiça Militar da União. Construção do edifício-sede do Superior Tribunal Militar, em Brasília, Distrito Federal. supressão de 50% na dotação de 2 milhões; portanto, o equivalente a 1 milhão. O valor total da obra é de 60 milhões e 300 mil reais.

Com a palavra o Autor do destaque.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, é na mesma linha. Sessenta milhões de reais é o valor total da obra. Proponho redução de 50%, logicamente acreditando que o Relator pode até repor esse 1 milhão que estamos cortando, ou pode até acrescentar mais recursos, desde que justificado.

Dessa forma, não tem como aprovar, porque é cheque em branco.

Por isso peço aos companheiros que aprovem o destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Relator, para esclarecimentos.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADO-CA** – Sr. Presidente, mudarei agora o disco.

Informo ao Deputado Giovanni Queiroz, segundo informação que me chegou agora da assessoria técnica, que essa obra tem 36 mil metros quadrados e o preço por metro quadrado é de 1 mil, 675 reais.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – V.Exa. pode me dizer de onde tirou isso, porque não conseguimos localizar.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADO-CA** – Recebi informação agora da assessoria técnica.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Ótimo.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADO-CA** – Aliás, essas informações já estão no Cadastro de Ações. Se V.Exa. se der ao trabalho de verificar.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Onde?

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADO-CA** – Todas elas! Todas que V.Exa. questionou e em relação às quais induziu este Plenário a destruir o parecer que foi feito com equilíbrio...

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Mas V.Exa. também são sabia.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADO-CA** – É. Fui informado agora, e V.Exa. poderia ter acesso também.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Mas onde está esse valor? Informe-me de novo. Não sei.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADO-CA** – Não vou repetir, porque já informei.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Quero saber onde está, porque não entendi.

Nobre Deputado...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Passa-se à votação.

Em votação o destaque na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o destaque na forma proposta pelo Deputado Giovanni Queiroz permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com votos contrários do Deputado Eduardo Valverde e do Deputado Carlos Alberto Leréia.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam o destaque permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Destaque nº 32.

Tribunal Regional do Trabalho, 18ª Região, Goiás. Construção do Complexo Trabalhista do TRT, 18ª Região, em Goiânia. Supressão de 50% na dotação, equivalentes a 1,5 milhões.

Com a palavra o Autor, para seus esclarecimentos.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, na mesma linha. Oitenta e nove milhões, seiscentos e noventa e cinco mil reais é o valor total da obra, sem dizer quantos metros quadrados, a que se propõe efetivamente, sem meta.

Por isso, peço novamente aos companheiros Parlamentares que aprovemos meu destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Concedo a palavra ao Relator, para esclarecimentos.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADO-CA** – Mantenho o relatório.



**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Passa-se à votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a matéria, como proposta pelo Deputado Giovanni Queiroz, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com voto contrário dos Deputados Eduardo Valverde, Carlos Alberto Leréia, Giacobbo e da Deputada Gorete Pereira.

Destaque nº 33.

Tribunal Regional do Trabalho, 14ª Região, Mato Grosso do Sul. Construção do edifício-sede do Tribunal Regional do Trabalho, 24ª Região, em Campo Grande.

O Autor do destaque propõe a supressão de 50% na dotação original, correspondente a 1 milhão, 750 mil a redução, dado que a dotação original é de 3,5 milhões.

Com a palavra o Autor, para sua justificativa.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, na mesma linha. São 43 milhões. Não há outra informação, a não ser que o Relator possa ter, de quantos metros quadrados e qual o valor, para que possamos, de repente, rever a posição. Mas é na mesma linha dos outros. Não dá para passar cheque em branco, e não nos compete proceder a isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Concedo a palavra ao Relator, para seus esclarecimentos.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CA-DOCA** – Essa obra tem 16 mil metros quadrados, e o preço unitário é de 2.704.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Então, essa já está confirmada e há um superfaturamento. É pior ainda, porque, das outras, não sabíamos o valor. Essa já está dizendo que são 2.700 reais o metro quadrado.

Sabem qual é a proposta de preço por metro quadrado do SINAPI? Em Brasília, que tem o metro quadrado mais caro do Brasil, é de 648 reais. Se colocarmos mais 30% de BDI, que é a Bonificação de Despesas Indiretas, vai para 1 milhão. E o preço dessa obra é de 2.700 reais!

Por isso, não vamos votar, porque, se o fizermos, estaremos dando cheque sem fundo para obra superfaturada.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Passa-se à votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com os votos contrários dos Deputados Eduardo Valverde, José Pimentel, Carlos Alberto Leréia e Giacobbo.

Destaque nº 34.;

Tribunal Regional do Trabalho, 22ª Região. Construção do edifício-sede do TRT, 22ª Região, em Teresina, Piauí.

É a mesma proposta de supressão de 50% no valor da dotação original, que é de 500 mil de reais. Portanto, uma redução de 250 mil reais. Essa obra está quase concluída pelo valor total de 35 milhões de reais. Se estão faltando apenas 500 mil reais, nela já foram aplicados 34 milhões e 500 mil reais.

Com a palavra o Autor do destaque.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, se V.Exa. tem a informação de que ela está praticamente concluída, retiro meu destaque. Essa é uma afirmação de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. retira o destaque?

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Com a afirmação de V.Exa. de que ela está praticamente pronta.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Não, eu não estou dando essa informação. Quem nos está dando essa informação é V.Exa., nesse documento que assinou.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não, eu não disse que ela está praticamente concluída.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. está dizendo que o valor total da obra é 35 milhões de reais.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sim, exato.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Portanto, se estão pedindo 500 mil reais, já foram aplicados 34 milhões e 500 mil.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não, não. Espere um momento. Essa aqui é uma janela, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Como?

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – É uma expressão. São 500 mil para fazer projeto. Às vezes, o Relator tem ali. Entendi que V.Exa. falou que estava terminando a obra só com 500 mil. Não é o caso. Senão, eu retiraria o destaque. Talvez o Relator tenha condições de nos informar a área e o valor do metro quadrado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Não. Estou lendo o que está escrito no destaque de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não, o valor solicitado é de 500 mil reais. Estou propondo cortar 250 mil. E o valor total da obra é de 35 milhões de reais.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Ah, a proposta orçamentária não pede o necessário para a conclusão da obra. É isso que V.Exa. quer dizer?

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não, Presidente. Como todas as outras. O valor total da obra é de 35 milhões. Para 2008, a proposta que veio no Orçamento é de 500 mil reais.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Isso é obra nova ou é obra em construção?

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Deve ser obra nova. Poderia ver pelo PPA. *(Pausa.)*

É obra nova, e tem mais um detalhe: não há sequer previsão de terminá-la em 4 anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Concedo a palavra ao Relator, para seus esclarecimentos.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Nada a acrescentar ao relatório.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não acrescentou nada, vamos rejeitá-la.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Passa-se à votação da proposta do Deputado Giovanni Queiroz na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com voto contrário dos Deputados Eduardo Valverde, José Pimentel e Gorete Pereira.

Passa-se à votação na representação do Senado da República.

Os Srs. Senadores que aprovam a proposta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Destaque nº 35.

Justiça Federal de 1º Grau. Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Blumenau, Santa Catarina.

O Autor do destaque propõe supressão de 50% no valor total da dotação, de 200 mil reais. O valor total da obra é de 24 milhões, 135 mil e 760 reais.

Com a palavra o Autor.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – São 24 milhões. É na mesma linha, é a mesma situação. São 24 milhões e não se sabe qual será o valor final da obra, a não ser que o Relator tenha condições de nos auxiliar. Do contrário, está na mesma situação de todas as outras.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. não está vetando, portanto não está propondo a supressão pelo valor da dotação, que é de apenas 200 mil reais, mas pelo valor da obra, que é de 24 milhões, 136 mil e 760 reais.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Exato.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. considera uma obra cara, portanto...

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não, de repente não é cara. Não é bem isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Não entendi o critério.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Deixe-me dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Se houvesse aqui uma dotação de 10 milhões, V.Exa. poderia considerá-la muito dinheiro. Mas aqui temos uma dotação de apenas 200 mil reais.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não, o preço da obra é de 24 milhões.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Não se trata de preço. A dotação não é de 24 milhões, mas do valor da obra.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Deixe-me explicar a V.Exa. Depois de aprovado o Orçamento, pode-se licitar a obra. Como não está explicitado o valor do metro quadrado da construção, penso que pode haver um superdimensionamento do valor da obra. Não estou discutindo o mérito, a necessidade ou não da obra. Pode até ser necessária esta e mais outra.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. também não está questionando o valor da obra, não está considerando que é muito dinheiro. É isso?

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não estou considerando nem muito nem pouco dinheiro. Quero saber em quanto está o metro quadrado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Ah, V.Exa. questiona outra coisa, o preço do metro quadrado. Por suposição, V.Exa. sustenta que está fora da realidade, que o preço está muito alto. Do contrário, não proporia a supressão da emenda.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não, nesse caso, não está fora da realidade. Estou propondo a supressão porque não quero dar cheque em branco. Por não saber quanto custa, não quero dar um cheque em branco. Entendeu, Sr. Presidente? É só isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. tem todo o direito de questionar. Estou apenas querendo saber qual é a sua intenção, que não ficou muito explícita.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– E, pelas circunstâncias, por pode ser um valor tão baixo, na dotação, não é possível sustentar o ponto de vista de que esse preço do metro quadrado estaria muito alto, porque não o conhecemos.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não.

Fazer essa afirmativa seria leviano. Se não sabemos quanto está o metro quadrado, como afirmar se está alto ou baixo?

Nesta, como em qualquer outra circunstância, não posso permitir que seja aprovado, pois há mais R\$24 milhões que podem vir em crédito suplementar, com base em obra da qual não se sabe sequer quantos metros serão construídos, nem o valor da obra. Nada! Não sabemos nada da obra, não temos nenhum dado da obra.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– O valor total da obra é de R\$24 milhões.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – É de

R\$24 milhões.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Isso está informado, mas não estão informados quantos metros quadrados são...

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Exa-

to.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Portanto, V.Exa. não pode auferir quanto seria o preço unitário do metro quadrado?

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Exa-

tamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Assim, V.Exa. prefere acreditar que esse preço está superestimado.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Su-

perdimensionado seria a palavra.

Mas não é o caso, Sr. Presidente. Nem assim. Quero saber quanto se quer construir com esse dinheiro, e estou solicitando essa informação. Precisamos dessa informação, nós todos precisamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Acho justo que esta Comissão procure conhecer, pelo menos, o mínimo detalhamento das obras para as quais está consignando recursos do Orçamento da República. Por outro lado, penso também que essas informações deveriam ser requisitadas aos órgãos interessados, de forma a não cerceá-los do direito de contar com recursos para realizar determinadas obras.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – O

Relator-Geral terá tempo para isso e, além do mais, poderá vir sob a forma de crédito suplementar. Não tenho nada contra. Só quero proteger a Casa, para que, amanhã, não surjam especulações de que apro-

vamos valores enormes, exorbitantes, sem conhecimento de causa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Relator, para esclarecimentos.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADO-**

**CA** – Mantenho o relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Passa-se à votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com voto contrário dos Deputados Eduardo Valverde, José Pimentel, Carlos Alberto Le-réia e Pedro Novais.

Destaque nº 36 – Justiça Federal de 1º Grau

– Construção do edifício-sede da Justiça Federal, em Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul. O autor do destaque está propondo um corte de 50% no total da dotação de R\$8.987.388,00. Portanto, o corte representa, em números absolutos, R\$4.493.000,00.

Com a palavra o autor do destaque para esclarecimentos.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Tam-

bém sem informação, não há como ser aprovado. O valor total é de R\$28 milhões, sem nenhuma outra informação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) –

Concedo a palavra ao Relator, para esclarecimentos.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADO-**

**CA** – Nada a acrescentar ao relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Encerrada a discussão, passa-se à votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com os votos contrários dos Deputados Eduardo Valverde, Giacobbo, que agora mudou de posição, José Pimentel e da Deputada Gorete Pereira.

Passa-se à votação na representação do Senado da República.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Destaque nº 37 – Justiça Federal de 1º Grau

– Construção do edifício-sede da Justiça Federal, em Maringá, Paraná. Corte de 50% na dotação da proposta orçamentária de R\$200 mil, portanto, o corte representa R\$100 mil.

Concedo a palavra ao autor, para esclarecimentos.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não, Sr. Presidente, são R\$28 milhões! O valor total da obra é de 28 milhões! É a mesma situação, senão, retiraria o destaque com o maior prazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. está enganado.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não significa que, amanhã...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Estou me referindo ao corte.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – O corte é de R\$100 mil.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – De R\$100 mil.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Em cima de R\$200 mil.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – A dotação total é de R\$200 mil.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – É o mesmo princípio, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Deputado, o valor da obra é que é de R\$28.974.913,00, para ser exato.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Exato, são 28 milhões. E não sei para onde vai esse dinheiro. Não podemos dar cheque em branco.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Relator, para esclarecimentos.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Mantenho o relatório, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Encerrada a discussão, passa-se à votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada, com os votos contrários dos Deputados Eduardo Valverde, Giacobbo, José Pimentel, Carlos Alberto Leréia e da Deputada Gorete Pereira.

Passa-se à votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Destaque nº 38 – Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Construção do edifício anexo do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em Recife, Pernambuco. Redução de 50% na dotação proposta de R\$2.168.727,00 reais. O valor total da obra é de R\$30 milhões; o valor do corte proposto pelo autor é de R\$1.084.000,00.

Com a palavra o autor do destaque.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Com o valor proposto para a construção do anexo do prédio do Tribunal Regional Federal de R\$30 milhões, dá para

se construir um prédio do tamanho do nosso Anexo IV. A não ser que devamos fazer uma redução de 10%, dependendo do preço. Estou me referindo aos preços de mercado, assim, daria para construir um prédio anexo do tamanho do nosso Anexo IV.

São essas coisas que me movem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Relator, para esclarecimentos.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Mantenho o relatório. Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – O Relator mantém o relatório.

Passa-se à votação da matéria na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada, com os votos contrários dos Deputados Eduardo Valverde, Giacobbo, José Pimentel e da Deputada Gorete Pereira.

Destaque nº 39 – Justiça Federal de 1º Grau – Construção do edifício-sede da Seção Judiciária de Vitória, Espírito Santo. O valor total proposto no Orçamento foi de R\$6.633.167,00, o valor do corte é de R\$3.316.000,00, correspondentes a 50% da dotação total.

Com a palavra o autor do destaque.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Situação semelhante à de todos os outros.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Relator, para esclarecimentos.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Mantenho o relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Mantido o relatório, passa-se à votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada, com os votos contrários dos Deputados Eduardo Valverde, Giacobbo, José Pimentel e da Deputada Gorete Pereira.

Concluímos a votação dos destaques supressivos. *(Pausa.)*

Quero retificar um equívoco. Não votamos o último destaque na representação do Senado.

Portanto, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria, na forma proposta pelo autor do destaque, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Encerrados os destaques com parecer pela rejeição, passa-se agora ao Destaque nº 6, de autoria da Deputada Rose de Freitas. Aliás, é uma emenda



destacada. É a Emenda nº 71.09.00.11, da bancada do Estado do Espírito Santo.

Em discussão.

A Deputada Rose de Freitas está com a palavra.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Mais uma vez, vou destacar que a bancada do Espírito Santo, Sr. Relator, fez essa emenda exatamente devido a precária situação em que se encontra a indústria pesqueira do Estado, sustentada há 40 anos por uma única escola, que não tem sequer 1 tostão para seu funcionamento, para se capacitar, para se compor tecnologicamente, para se especializar e ajudar a indústria pesqueira. O funcionamento da cadeia produtiva da pesca tem sido de tal maneira precário, que nos levou a defender ardentemente a emenda neste plenário.

Quero fazer ver a V.Exa. que a bancada defendeu o valor de sessenta e poucos milhões de reais, e V.Exa. destinou R\$6 milhões para funcionar uma escola que suporta toda uma cadeia produtiva, que sai de Guarapari, a 40 quilômetros de Vitória, e vai ao extremo sul, passando por Maratáizes, Itapemirim, Piúma, Anchieta. É isso o que estamos discutindo. É muito desigual essa balança, que pende para alguns projetos que têm muitos recursos e para outros, já existentes, nada. Este é o País cujo retrato vemos todos os dias.

A proposta foi trazida por todos os pescadores e associações do Estado do Espírito Santo e apoiada pelo Ministério, que, na discussão, não suportou a própria oferta e restringiu os recursos por demais, para contribuir com esse incremento da produção da indústria pesqueira no Estado, que é feita da forma que V.Exa. conhece.

Tenho certeza de que V.Exa. já teve oportunidade de apreciar pessoalmente. São precárias as condições. Por isso, intercedi junto a V.Exa., para que acatasse e melhorasse esta emenda, apoiando o pleito da bancada do meu Estado.

Obrigada.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA**

– E tem a moqueca capixaba, que é muito boa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Relator, para esclarecimentos.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CA-**

**DOCA** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a emenda da bancada do Espírito Santo, de R\$68 milhões: “*apoio ao funcionamento de unidades integrantes da cadeia produtiva pesqueira*”. Pergunto à querida colega Rose de Freitas se poderia informar, detalhar, quantas unidades integram a cadeia produtiva...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CA-DOCA** – Uma escola só? Não é possível! A cadeia produtiva envolve vários segmentos econômicos, que precisariam ser detalhados. A bancada não detalhou. Não há informação de quanto é para a parte da escola, quanto para tecnologia, quanto para compra de equipamentos. Tudo está previsto no espelho da emenda, mas não há nada detalhado.

Dentro da mesma lógica dos cortes feitos agora no PL, gostaria, Sr. Presidente, que V.Exa. me desse um prazo para obter essas informações e fixar, de forma justa e equilibrada, considerando inclusive que o orçamento global da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, previsto no PL, é de R\$159 milhões. Vejam que desequilíbrio: uma emenda para o funcionamento da cadeia produtiva do Estado do Espírito Santo reivindica R\$68 milhões, enquanto o orçamento proposto para toda a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca é de R\$159 milhões para custeio e investimento. E ainda adicionei 22% dos R\$269 milhões que me foram destinados pelo Relator-Geral para o setor de pesca.

Corre-se o risco agora de, aplicando essa massa de recursos de R\$106 milhões disponível à Relatoria, gerar-se desequilíbrio. Assim, gostaria que o Presidente me concedesse um prazo para fixar um valor para a emenda de forma equilibrada, a fim de não desequilibrar mais ainda o nosso relatório.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, o Relator me fez uma pergunta, e, se V.Exa. permitir, gostaria de responder.

É verdade que o Deputado Giovanni Queiroz fez inúmeros questionamentos – legítimos.

Deputado Cadoca, acho que o Relator-Setorial, como qualquer outro, tem de entender que é da Comissão Mista de Orçamentos e terá de responder ao Congresso Nacional sobre as políticas aplicadas e seus valores.

Pergunta-me V.Exa. quais são as associações que envolvem essa cadeia produtiva. São 27 associações, especialmente na região sul, são 13 associações.

Tenho certeza de que o Relator da minha bancada, o Deputado Neucimar Fraga, não pôde especificar computador, reforma de barco, professores. Mas V.Exa. exige nível de detalhamento que consta do pleito da bancada do Espírito Santo. Se V.Exa. quiser que eu leia, vou tecer todos os detalhamentos que a bancada expôs. V.Exa. faz questão? Eu já me sinto muito...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)  
– Vou tentar ajudar a Deputada Rose de Freitas...

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sin-to-me muito lisonjeada por S.Exa. ter me respondido, porque não queria responder. Agora estou satisfeita.

Tenho aqui o detalhamento desse pleito. Se V.Exa. quiser, fornecerei todos os dados. Só não posso dar o preço do computador, porque no momento que falar de computador, de rede ou de barco...

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Por isso mesmo é que estou pedindo prazo, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – ... posso incorrer em algum prejuízo...

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Estou pedindo prazo por isso, para que V.Exa. ou a bancada... Aliás, V.Exa. poderia ter conversado comigo no processo da formação do relatório.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – É o contrário, Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Eu procurei V.Exas.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – O Relator é que abre... Eu não sou a Coordenadora da bancada. Estou aqui representando, inclusive com documento na Mesa.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Falei com todas as bancadas.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – É em nome da minha bancada que aqui estou.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Quero dar uma sugestão à Deputada Rose de Freitas.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Pois não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Tenho impressão que será proveitosa para S.Exa. e para o Relator.

A emenda de V.Exa. pede R\$68 milhões, o que corresponde a 50% do orçamento de custeio da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Mas não foi esse o pleito, Sr. Presidente. Não pleiteei isso, não.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Deixe-me concluir.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Custeio e investimento, tudo: R\$159 milhões.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Pronto, melhor ainda. A informação é a de que, se o

orçamento de custeio e investimento da Secretaria é de R\$159 milhões, V.Exa. está pedindo só um pouquinho menos do que 50%. Porém, o Relator pode atender V.Exa. parcialmente. É uma sugestão que estou dando. Um valor que seja razoável, porque, evidentemente, o valor solicitado é muito alto.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Presidente, apenas para esclarecer.

O pleito da bancada é de R\$68 milhões. O meu destaque não nominou valores. V.Exa. concedeu ao Estado do Espírito Santo R\$6 milhões...

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – V.Exa. destacou a emenda.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Ouça, posso esclarecer V.Exa.?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Pois não.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Vários Estados, Presidente José Maranhão, já foram dotados de recursos pela Secretaria da Pesca. O Estado do Espírito Santo não teve 1 tostão. Nem neste ano, nem no ano passado, nada. Nas MPs que passaram por esta Casa – e esta Casa vive de MPs, inclusive para suprir financeiramente várias obras citadas neste relatório -, não tivemos 1 tostão.

Destaquei para discutir com V.Exa. Desconheço se V.Exa. esteve com a bancada do Espírito Santo. Não foi o que me trouxe o Coordenador. O meu pleito é no sentido de que V.Exa. qualifique melhor o recurso. Jamais, jamais seria no valor da emenda total, porque não quero ser mais realista do que o rei.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, uma vez que houve o acolhimento da proposta da Deputada Rose de Freitas em razão da supressão ocorrida, eu sugeriria o seguinte: por que não reanalisarmos as emendas rejeitadas? Vamos ter de ser justos. O Relator rejeitou diversas emendas porque não tinha recursos. Se foi aprovada aqui a supressão, todos os demais destaques deverão ser revistos.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Sr. Presidente, o Relator pede prazo.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Sr. Presidente, é impossível reexaminar emendas que já foram rejeitadas.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Negativo, negativo. Presidente, isso não existe. Votado aqui, só pode ser modificado... Aquilo que já votado só pode ser modificado na Relatoria-Geral.

A não ser a sua emenda, Deputada Rose. A sua emenda pode, porque ainda não foi votada. Se é acatada com R\$5 milhões ou com R\$10 milhões a mais,

aí, sim, porque há recurso disponível -ou 15, ou 20, ou 30.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – É o que estou sugerindo ao Relator: fazer o reestudo. Mas os outros já foram votados. É uma questão processual.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Foram votados em confiança ao Relator; no entanto, ocorreu um fato novo. Agora, pergunto: esse fato novo vai prejudicar os demais?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. não votou em confiança ao Relator. V.Exa. votou porque houve um destaque.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sim, destaque rejeitado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Esse destaque fez sobrar recursos.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Então, pronto: e os demais destaques?

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Foram rejeitados.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, vamos ser injustos com outras bancadas.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Mas isso pode ser recomposto pelo Relator-Geral.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – O Relator-Geral não tem recursos para isso também.

O Relator-Geral já vai ter de examinar todas essas emendas que foram corrigidas.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Concedo a palavra ao Deputado José Pimentel, para acrescentar luzes ao debate.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, registro que, quanto a todas as matérias de redução de valores aprovadas por esta Comissão, jamais o Relator-Geral vai se insurgir contra a Comissão. Portanto, os valores aqui votados serão os valores que virão no relatório geral. E outra coisa: as emendas de bancada apresentadas aos projetos aqui reduzidos, como, por exemplo, a do Estado de Goiás, vou ser obrigado a rejeitar, porque aqui considerada superfaturada, e o valor da emenda de bancada que veio para isso vai aumentar ainda mais o que lá está.

Portanto, este Relator-Geral será também derrotado nesta Comissão, porque eu não vou permitir que digam que este Relator esteja aumentando o valor

para ser chamado de “propineiro”, como já está sendo taxado por esse procurador.

De antemão, quero deixar claro: o que foi reduzido vai ficar exatamente no valor que a Comissão votou.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – E aqueles que tiverem interesse que destaquem o parecer do Relator-Geral, voltando o que aqui foi reduzido. Mas, na condição de Relator, vou manter exatamente os valores que a Comissão decidir.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** – Sr. Presidente, pela ordem.

V.Exa. poderia traduzir as palavras do Deputado José Pimentel, porque ficou um pouco...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Pelo que entendi, o Deputado Pimentel está dizendo que a redução aprovada pelo Relator-Setorial permanecerá com foi votada aqui. Portanto, S.Exa. não vai redistribuir os recursos decorrentes da redução ocorrida aqui.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** – A não ser que existam novos destaques na Relatoria-Geral. Aí, o Relator-Geral vai dispor de mais recursos que sobraram do Relator-Setorial, o Deputado Carlos Eduardo Cadoca.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Aí já é interpretação extensiva de V.Exa. Estou tentando interpretar o que S.Exa. disse aqui.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Sr. Presidente, deveríamos ver a sugestão do Relator de suspender e ver como pode atender à Deputada Rose de Freitas. S.Exa. quer um tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Não cabe mais essa suspensão pleiteada por S.Exa. porque o único destaque que está faltando ser votado é o da Deputada Rose.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Muito bem, Presidente. Vamos votar.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – O Relator-Setorial pode atender a Deputada Rose com alguma coisa? Eu acho que S.Exa. deveria dizer: “Posso atender com tantos mil reais ou tantos”. Porque aí se coloca em votação a proposta do Relator.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA** – Vamos atender com mais R\$3 milhões. Passa para R\$9 milhões, mais 70% fica de bom tamanho e dentro do equilíbrio, não quebrando o equilíbrio do relatório.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Agradeço a V.Exa. com muita alegria.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Em votação a emenda da Deputada Rose de Freitas...

**(Não identificado)** – A proposta do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – ... cujo valor foi retificado pelo Relator, elevando-a de R\$6 milhões para R\$9 milhões. Portanto, um aumento de 50%.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado da República.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade na representação da Câmara e do Senado da República.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Sr. Presidente, para dar celeridade aos trabalhos, o Deputado Giacobbo quer ler o seu relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Pedro Novais.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, primeiro, quero pedir desculpa ao Relator por ter usado a palavra “ditadura”, usei-a no bom sentido.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADO-CA** – Não há bom sentido em ditadura.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Não há ditadura no bom sentido, retifico a V.Exa. na condição de cassado da revolução da 64.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – O Deputado Pedro Novais quis dizer dentadura, Sr. Presidente. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – O fato é que o Relator vai ficar com uma sobra grande de recursos. Pergunto, então, a S.Exa. o que fará com esses recursos.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADO-CA** – Vou entregá-los ao Relator-Geral, a quem cabe tecnicamente a administração desses recursos.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Obrigada.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, foi inaugurado ...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Pela ordem, com a palavra o Deputado Valverde.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, inauguramos um viés de compreensão. E, agora, todas as bancadas prejudicadas por não terem sido atendidas pelo Relator se sentirão no direito de questionar a dotação orçamentária de outros Ministérios só para ver se é atendido o seu pleito.

Então, inauguramos ...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Exatamente. Então, abriu-se aí um caminho tortuoso que não sei para onde vai levar esta Comissão.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Tenho a impressão de que não, Sr. Presidente. Tenho a impressão de que pode ainda ser discutido com o Relator-Geral e pode ser destacado ainda no plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Acho que nós não somos garotos de escola para fazer desta discussão aqui uma rixa. Afinal, trata-se de discussão institucional e, como o PT gosta de dizer, republicana. E ninguém vai criar rixa; aqui não houve vencidos, nem vencedores, todos puderam expor suas idéias, e o fizeram de forma aguerrida e brilhante. Portanto, não há razão para que a experiência de hoje possa se tornar, vamos dizer, pretexto para futuras retaliações em outros relatórios.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Diria que a Deputada Rose foi pesqueira, viu, Sr. Presidente, jogou o anzol e colheu.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Maranhão) – Vamos ao assunto que está em tela: a Pauta nº 37, de 2007.

Relatório Setorial da Área Temática X – Trabalho, Previdência e Assistência Social. Relator: Deputado Giacobbo. O Relator está com a palavra para apresentação de seu trabalho.

**O SR. DEPUTADO GIACOBO** – Sr. Presidente, permita-me ler o...

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, pela ordem.

Foi feita a leitura do relatório anterior, o das Cidades e Integração Nacional, e foi suspenso para que pudessemos retornar para discussão. Como não foi aberta a discussão, não foi aberto o prazo de emendas.

Quero saber de V.Exa. se ficará para amanhã a apresentação de destaques, a discussão?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Informa-me a Secretária que o Deputado Eunício mandou avisar que estava participando de um jantar com a bancada do PMDB na Câmara e não podia estar aqui hoje. Então, sem a presença do Relator não podemos prosseguir na discussão.



**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Mas, então, fica aberto o prazo para destaque, para apresentarmos os destaques?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – O prazo de destaques já foi encerrado.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não!

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Confesso que me equivoquei.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Não foi nem aberto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Não chegou a ser reaberta a discussão. Portanto, o prazo vai correr com o encerramento da discussão que deverá se processar amanhã.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Está aberto, então? Posso apresentar os destaques?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Não. O prazo de apresentação de destaques é aberto com o início da discussão.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Então, vai ser amanhã?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Amanhã.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, um esclarecimento. V.Exa. mencionou que o Deputado Eunício Oliveira está oferecendo um jantar à bancada...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Não, eu não estou dizendo, quem está informando é a secretaria que recebeu essa informação do Deputado. Essa informação, não, essa justificativa.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Vou fazer uma indagação em razão...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – E estou sendo fiel às palavras do Deputado.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Vou fazer uma indagação em razão desse jantar. Será procedida apenas à leitura, ou depois começará a discussão?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – A leitura já aconteceu.

A leitura do Relatório do Deputado Eunício Oliveira.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Não. Refiro-me à leitura do Relatório do Deputado Giacobbo.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Só a leitura.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Mas se V.Exa. não quiser se dar ao luxo de participar desse jantar, podemos fazer a discussão e a votação do destaque.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Pergunto qual será a tramitação exatamente para eu...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Sr. Presidente, informo ao Deputado Pedro Novais que é privilégio de ex-Ministro participar desse jantar da bancada do PMDB, e o Deputado Eunício Oliveira é um ex-Ministro.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Sr. Presidente, V.Exa. poderia providenciar uma sopa? Acho que o Deputado Pedro Novais toparia uma sopinha aqui para jantar.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Sopinha da caridade.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – É uma sopa da caridade. Aí, S.Exa. abriria mão do jantar.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Proporia o seguinte, vamos ouvir a leitura do relatório, inclusive soube que o Deputado Giacobbo havia preparado uma síntese dessa leitura. E quem sabe se os nossos ânimos não esquentavam novamente e não íamos até à discussão e aos destaques?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO GIACOBBO** – Sr. Presidente, vamos lá?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Giacobbo.

**O SR. DEPUTADO GIACOBBO** – “Introdução.

O Excelentíssimo Presidente da República, em cumprimento às disposições constitucionais, submeteu à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 30, de 2007, que *“estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008”*.

A Área Temática X, tal como definida no Anexo II da Parte B – Especial do Parecer Preliminar aprovado pela Comissão Mista de Orçamento, compõe-se das matérias relativas aos seguintes Ministérios: Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Previdência, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Fazem parte do Ministério da Previdência Social as seguintes unidades orçamentárias: Ministério da Previdência Social, Administração Direta, Instituto Nacional de Segurança Social – INSS, Fundo do Regime Geral da Previdência, DATAPREV.

As despesas totais do Ministério da Previdência Social constantes do projeto de lei orçamentária da União para 2008 alcançam a soma de R\$208, 4 bilhões, o que representa um aumento de 9,5% em relação ao Orçamento de 2007.

A unidade orçamentária Fundo do Regime Geral da Previdência Social responde por mais de 95% do total das dotações, constando desta unidade orça-

mentária unicamente as despesas com o pagamento de benefícios previdenciários.

Fundo do Regime Geral da Previdência Social. Na proposta orçamentária, os valores das despesas com benefícios previdenciários estão previstos em R\$198,7 bilhões, representando um acréscimo de 9,57% em relação ao Orçamento de 2007.

Por outro lado, apesar das mudanças promovidas pelo Ministério da Previdência Social, os valores gastos com a concessão de Auxílio-Doença continuam crescendo em proporção muito superior aos demais benefícios, saltando de R\$16,7 bilhões, em 2007, para R\$19,7 bilhões, em 2008.

Dessa forma, a proposta orçamentária para 2008 embute necessidade de financiamento do Regime Geral da Previdência Social da ordem de R\$42,1 bilhões.

Salário Mínimo. No âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento, o Presidente da República apresentou o Projeto de Lei nº 1, de 2007, que foi aprovado pela Câmara dos Deputados e está em tramitação no Senado Federal.

O PL nº 1, de 2007, estabelece uma política de reajuste e aumentos reais para o salário mínimo no período de 2008 a 2011 composta por 3 regras básicas: as revisões anuais do valor do salário mínimo serão antecipadas em um mês, a cada ano, até que se atinja a nova data-base de janeiro; em cada nova data-base, o salário mínimo será reajustado pela variação acumulada do INPC verificada desde o mês da data-base anterior, inclusive, e o mês imediatamente anterior ao do reajuste, conforme estabelece o art. 3º, § 1º, do referido projeto; haverá concessão de aumento real em percentual equivalente ao crescimento real do Produto Interno Bruto.

O projeto de lei orçamentária para 2008 utilizou, na definição do valor do salário mínimo, as regras previstas do PL nº 1, de 2007, que garantem, além da reposição das perdas inflacionárias calculadas pelo INPC, aumento real equivalente ao crescimento real do PIB em 2006. Além disso, o reajuste foi antecipado de abril para março de 2008.

Nesse sentido, o salário mínimo será reajustado para R\$407,33, correspondendo ao aumento de 7,19%, sendo 3,36% equivalente à variação do INPC e 3,7% ao crescimento real do PIB de 2006.

Ministério do Trabalho e Emprego. O órgão orçamentário Ministério do Trabalho e Emprego abrange as seguintes unidades orçamentárias: 38.101 – Ministério do Trabalho e Emprego, Administração Direta – Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO e o Fundo de Amparo do Trabalhador – FAT.

Fundo de Amparo ao Trabalhador. O Fundo de Amparo ao Trabalhador foi instituído pela Lei nº 7.998, de 1990. Destina-se a gerir os recursos provenientes da arrecadação das contribuições para o Programa de Integração Social – PIS/PASEP.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome é o responsável pelas políticas nacionais de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de assistência social e de renda de cidadania. Divide-se em 2 unidades orçamentárias: o MDS – Administração Direta e o Fundo Nacional de Assistência Social.

Emendas apresentadas.

Esta Relatoria analisou e propôs parecer sobre 584 emendas, sendo 582 de apropriação e 2 de remanejamento. O valor solicitado global das emendas atinge R\$2,424 bilhões envolvendo emendas individuais e coletivas de apropriação. Para atendimento desses pleitos, esta Relatoria contou com recursos da ordem de R\$334 milhões. Especificamente para as emendas coletivas de apropriação, o valor solicitado alcançou R\$2,218 bilhões, ao passo que os recursos disponibilizados a partir da reserva de recursos limitaram-se a R\$128 milhões, aproximadamente 5,8% do total solicitado. Esse dado revela nossa limitação para o atendimento das justas reivindicações incorporadas às emendas coletivas.

Como é de costume nesta Área Temática, a maior parte das emendas concentrou-se no órgão orçamentário do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que recebeu um total de 474 pleitos, grande parte deles, 448, destinada ao Fundo Nacional de Assistência Social. O Ministério do Trabalho e Emprego foi contemplado com 107 emendas, ao passo que o Ministério da Previdência Social recebeu apenas 3 emendas.

Atendimento das Emendas. As 562 emendas individuais da Área Temática tiveram seus valores integralmente aprovados, com recursos decorrentes da reestimativa da receita, totalizando R\$205,9 milhões.

Os recursos para atendimento das emendas coletivas de apropriação provieram da reserva de recursos prevista no art. 56 da Resolução nº 1, de 2006, totalizando R\$128,5 milhões. Coube à Área Temática tão-somente 3,17% dos recursos repassados às Relatorias. Por conseguinte, os recursos manejados pela Relatoria para atender emendas individuais e coletivas de apropriação atingiram R\$334,4 milhões.

No atendimento das emendas coletivas de apropriação, optamos por dividir os recursos disponíveis de modo a garantir às bancadas estaduais aproximadamente 86% do montante manejado pela Relatoria. O

restante, cerca de 14%, coube às emendas de comissão. Vale ressaltar que o número de emendas de bancada (12) supera o número de emendas de Comissão (8), o que já sugeria a priorização das bancadas ao se distribuir os recursos.

Esse critério prestigia a atuação das bancadas parlamentares, atendendo àqueles que pleitearam o direcionamento de mais recursos para contemplar as políticas públicas de assistência social e de geração de trabalho e renda, em suas respectivas unidades federadas.

Não se desconsidera a relevância das emendas apresentadas pelas Comissões Permanentes. A Resolução nº 1, de 2006, estipula, no art. 57, § 2º, que deverão ser reservados às emendas de Comissão ao menos 15% dos recursos destinados ao atendimento das emendas coletivas, após a atuação do Relator-Geral. Já asseguramos, na fase setorial, um atendimento global, aproximadamente 14%, apenas ligeiramente inferior ao piso regimental para as emendas de Comissões Permanentes, o que configura um atendimento satisfatório também para essas Comissões.

Entre as emendas de Comissão, dedicamos especial atenção à Emenda nº 50220001, que destina recursos para Reformulação das Unidades de Atendimento da Previdência Social. Referida ação assume uma importância capital com vistas à melhoria do atendimento proporcionado pela Previdência Social a seus segurados, nos postos do INSS. Diante disso, reforçamos o atendimento dessa emenda. As demais demandas de Comissão receberam valores equivalentes.

Para o acolhimento das emendas de bancada, partimos do critério definido no art. 57, § 1º, da Resolução nº 1, de 2006. A regra estipula parâmetros para distribuição dos recursos entre as bancadas estaduais, a saber, divisão do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (50%), média histórica dos últimos 3 anos (40%) e população residente (10%). Consideramos como ponto de partida os percentuais por Estado dispostos no Anexo IV da Parte Especial do Parecer Preliminar.

Em seguida, realizamos alguns ajustes, considerando a necessidade de estabelecer uma readequação econômico-social, a fim de elidir discrepâncias no atendimento dos pleitos das bancadas.

Em razão do mérito das propostas parlamentares, não houve casos de rejeição de emendas.

No que se refere à admissibilidade das emendas, cabe observar que a Resolução nº 1, de 2006, reservou ao Comitê de Admissibilidade de Emendas, previsto em seu art. 25, a tarefa de examiná-las e, em sendo o caso, encaminhar relatório propondo a inadmissibilidade das demandas em desconformidade com

norma constitucional, legal ou regimental. Em reunião havida em 23 de novembro de 2007, a Comissão aprovou o relatório do referido Comitê sobre as emendas coletivas, no qual todas as emendas de bancada e de Comissão Permanente dessa área temática foram consideradas admitidas.

Por outro lado, ao nos deparar com o conjunto das emendas individuais, verificamos algumas impropriedades em seu conteúdo. O principal problema constatado foi a ausência de fornecimento dos dados das entidades privadas beneficiadas, preconizado no item 12 da Parte Especial do Parecer Preliminar. Empreendemos grande esforço no sentido de entrar em contato com todos os autores individuais de emendas que evidenciavam incorreções, para que, por intermédio de comunicação formal dirigida à Presidência da Comissão, fossem solicitadas alterações dessas emendas para elidir os vícios nelas contidos. O exame dos ofícios recebidos, com as alterações solicitadas, ensejou a admissão de todas as emendas individuais apresentadas à área temática.

Voto.

Em face da exposição, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 30, de 2007, relativamente aos órgãos da Área Temática Trabalho, Previdência e Assistência Social, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas apresentadas e aprovadas.

Sala das Comissões, data de hoje”.

Assim está lido nosso resumo do relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Quero comunicar aos presentes que o prazo para apresentação de destaques começa com a discussão e encerra com a discussão.

Esta previamente inscrito o Sr. Deputado Eduardo Valverde, a quem concedo a palavra.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr.

Presidente, meu caro Relator, o Estado de Rondônia, hoje, e a cidade de Porto Velho, em função do leilão que permitiu escolher o construtor que construirá, ao longo dos próximos 5 anos, o Complexo Hidrelétrica do Madeira, terá que qualificar praticamente 35 mil trabalhadores. Essa qualificação é necessária para evitar que haja forte fluxo migratório para a região, que não tem infra-estrutura para acobertar e acolher de maneira correta, digna, os trabalhadores que serão utilizados no processo construtivo.

Por essa razão, a bancada de Rondônia, ouvindo a sociedade local, resolveu colocar uma emenda. É difícil essa posição, porque boa parte das emendas



são destinadas a obras, mas essa é para qualificar, fazer capital humano.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou pensando qual é a emenda supressiva, que destaque terei de fazer para atender a essa demanda. Sei que há limitações, mas peço ao Relator que acolha o destaque feito para permitir que aqueles 2 milhões e 500 mil reais, acolhidos por V.Exa., possam ficar no patamar, em função dessa excepcionalidade do Estado de Rondônia e da construção do complexo Hidrelétrica do Madeira, que absorverá 35 mil trabalhadores.

Não sei se apresentarei destaque. Afinal, suprimir o quê? Bolsa-Família? Deixar de pagar aposentado? É um tipo de contexto que não dá para pensar em supressão. Sei que todo o orçamento destina-se a áreas muito sensíveis -previdência, assistência, trabalho, trabalho escravo, combate ao trabalho infantil, à exploração sexual de jovens adolescentes – e, realmente, não dá para fazer supressão. Teremos de pedir ao Relator para que, onde puder acolher esse destaque, que o faça.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Sr. Deputado João Magalhães.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES** – Sr.

Presidente, peço atenção especial ao Relator para o Destaque nº 00001, emenda de bancada de Minas Gerais. Trata-se de uma emenda destinada à qualificação de mão-de-obra no Vale do Aço, em Minas Gerais.

Ressalto, Sr. Presidente, Sr. Relator, que, com o aquecimento da economia, nos próximos anos teremos de qualificar na região aproximadamente 15 mil pessoas, porque está havendo expansão da USIMINAS, da ACESITA e da CENIBRA. Sem recurso do Governo Federal será impossível as Prefeituras da região fazerem a qualificação social e profissional de trabalhadores.

Por isso, peço ao nobre Relator – que já nos atendeu com 15 milhões de reais – que, dentro do orçamento de 275 bilhões de reais, tire só mais um pouco para o atendimento das reivindicações de Minas Gerais.

Obrigado, Sr. Relator e Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Sr. Deputado Marcelo Castro.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** – Sr.

Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, gostaria que o Relator pudesse me ajudar a interpretar os números do atendimento às bancadas.

A nossa Constituição preconiza que o Orçamento da União deve ser feito regionalizado, para procurar, no decorrer do tempo, diminuir esse *gap*, essa distância que existe entre as regiões mais ricas e as menos desenvolvidas do País.

Vejo no relatório de V.Exa., Deputado Giacobbo, exatamente o contrário: as emendas de bancada dos grandes Estados estão contempladas com valores bastante superiores aos das emendas de bancada dos pequenos Estados. Essa emenda que a bancada do Estado do Piauí apresentou – e o Piauí foi alçado, recentemente, à condição de Estado com a menor renda *per capita* do País – é relativa a um programa do Governo do Estado, que em reunião pediu à bancada que contemplasse o Estado com essa emenda, com o fim de qualificar a população do Piauí para os diversos empregos na agricultura, na pecuária, na agroindústria, na indústria, enfim, em todos os setores, para qualificá-las e, então, melhorar suas rendas.

O Piauí foi contemplado com o valor de 7 milhões e 500 mil reais em emendas de bancada. Não foi o valor menor: o Estado do Amapá foi contemplado com 2 milhões e 500 mil reais. Contudo, São Paulo foi contemplado com 21 milhões, e o Rio de Janeiro, com 15 milhões de reais. Não vou citar os outros Estados, vou direto ao ponto que me interessa, o Piauí.

Solicito a V.Exa., com a sua sensibilidade, que analise o Destaque nº 7, que apresentei pela bancada do Piauí. Com boa vontade, V.Exa. poderia quebrar esse ritmo que vem dos Relatores setoriais, como disse o nosso Líder Deputado Pedro Novais – não vou repetir suas palavras –, que de maneira inflexível vêm tratando dos nossos destaques orçamentários. Espero, enfim, que V.Exa., com sua sensibilidade, acresça algum valor a essa emenda do Piauí que está com o valor de 7 milhões e 500 mil reais, para que se possa dar continuidade a esse programa do Governo do Estado, que é carente e necessita desses recursos. Se esses 20 milhões, Deputado Giacobbo, forem destinados ou não para São Paulo, isso não alterará em nada a vida de São Paulo. Isso é uma gota d'água no oceano. Mas, se a esses 7 milhões forem acrescentados mais 2 milhões e 500 mil reais – estou pedindo pouco, Relator, sendo modesto –, passando para 10 milhões de reais, isso ajudaria enormemente o Estado do Piauí, e V.Exa. com certeza seria homenageado, pelo menos pela bancada do Piauí, em reconhecimento à sua boa vontade em tratar o pleito do nosso Estado.

Dito isso, fica a critério de V.Exa. dar esse choro final e contemplar o Piauí. Não estou pedindo a contemplação de 20 milhões, mas apenas de 2 milhões e 500 mil reais; e ficaria a metade da emenda de bancada de São Paulo. Acho que estou pedindo um valor justo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra a Deputada

Rose de Freitas.



**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, Sr. Relator, o destaque que apresento, neste momento, em face da emenda apresentada pela bancada do Espírito Santo, através da nossa coordenação, é no sentido de possibilitar ao trabalhador acesso ao mercado de trabalho, concedendo-lhe melhores oportunidades de trabalho, dando-lhe capacitação. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, Sr. Relator, a questão da qualificação profissional é a palavra de ordem, hoje, no Brasil. Cito como exemplo o Espírito Santo, que tem grande capacidade de produção de petróleo e gás. Somos um Estado agrícola e industrial. Qual é o nosso problema? Mão-de-obra. Temos a maior dificuldade de qualificar mão-de-obra no Estado do Espírito Santo. E isso está acontecendo no Brasil inteiro, mas é preciso olhar o Estado do Espírito Santo com carinho neste momento, porque o recurso destinado por V.Exa., numa emenda com o valor de 45 milhões de reais, foi de apenas 4 milhões e 700 mil reais, para qualificar todo o Estado do Espírito Santo neste momento de grande expansão dos setores industrial e agrícola.

Devo dizer a V.Exa. que essa questão da renda, nessa base toda que pretendemos construir, tem que ser qualificada, para que se possa produzir, com qualidade, um resultado que, na renda, melhore a qualidade de vida do trabalhador.

Por isso, Sr. Relator, peço a V.Exa. que reconsidere, por favor, essa parcela destinada ao Estado do Espírito Santo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Não havendo mais oradores inscritos, passo a palavra ao Relator setorial.

**O SR. DEPUTADO GIACOBINO** – Sr. Presidente, faço uma indagação a V.Exa.: vamos votar hoje os destaques? *(Pausa.)*

Responderei, primeiramente, ao Deputado Eduardo Valverde; depois, ao Deputado Marcelo Castro; finalmente, à Deputada Rose de Freitas.

O critério que usei foi menos ditatorial do que o usado pelos Relatores setoriais anteriores. Para todas as emendas que acatei das bancadas – e há Estado que nunca na sua história teve emenda acatada nesse valor – usei o critério de 50% pelo FPE, e 50% pela população.

No caso de V.Exa., Deputado Eduardo Valverde, devo dizer que não tenho sobra de recurso. Eu tinha 129 milhões para dividir por todas as emendas de Comissão e bancada. Sugiro a V.Exa. que apresente um destaque de supressão, para que possamos cortar, no próprio Ministério do Trabalho, alguma aplicação de investimento de fonte livre, e para que posteriormente

o apliquemos. Se a Comissão o aprovar, acatarei com o maior prazer.

O mesmo digo ao Deputado Marcelo Castro, e também aos outros Deputados da bancada do Piauí, que me procuraram: historicamente, este foi o ano em que o Estado recebeu emenda de maior valor. Acredito, Deputado Marcelo Castro, que a sua emenda deve ser aumentada pelo Relator-Geral para 9 milhões, ou talvez até mais. Talvez seja mais fácil resolver esse problema com o Relator-Geral, caso acate o aumento, porque não tenho verba. Os 129 milhões já foram alocados. Seria necessário fazer um destaque supressivo, para cortar investimento de algum órgão, a fim de que eu realmente possa acatar o pedido e dividir o valor.

Da mesma maneira, terei o maior prazer em acatar e aumentar o valor da emenda da Deputada Rose de Freitas. No ano passado, para o Estado de S.Exa., conforme acompanhei, foi apresentada emenda de bancada, mas não acolheram 2,5 milhões. Este ano, estamos dobrando.

Pela sistemática de Ministérios, tive que fazer algum tipo de corte. Caso eu seguisse o critério de distribuição conforme a Resolução nº 1, de 2006, Estados como a Bahia, por exemplo, teriam ficado com 20 milhões. Fiz uma readequação: usei 50% pelo FPE, e 50% pela população.

Consultei todas as bancadas, Deputado Marcelo Castro. A bancada de V.Exa., por exemplo, sentiu-se contempladíssima – alguns Deputados, não estou falando da maioria. Se eu fosse seguir o critério da Resolução nº 1, de 2006, o Estado de V.Exa. teria ficado até com menos do que esse valor.

Portanto, Excelências, não tenho o menor problema em acatar as emendas, mas o nosso problema é a falta de recurso. Eu teria que fazer o mesmo que fez o nobre Deputado, para obter recurso. A verdade é que não tenho recurso, nobres Deputados.

Não sobrou nada, tudo foi distribuído. Para Minas Gerais, por exemplo, foram destinados 15 milhões, que seriam suficientes para atender 30 mil pessoas, considerando 500 reais, em média, o custo da qualificação. Procurei ser o mais correto possível, senão haveria algumas discrepâncias. Então, fiz o meio-termo. Além disso, se eu aplicasse a Resolução nº 1, eu cortaria da Bahia. Sou sincero ao dizer a V.Exa. que a Bahia ficaria com quase vinte, mas baixei para dez. Usei um termo de população com FPE, foi o que fiz.

Eu tinha disponíveis 129 milhões, Deputada Rose de Freitas, para atender a todos. Não atendi emendas de Comissões – foi atendida em 1 milhão de reais cada uma – e atendi as emendas de bancada, após discussão com cada uma delas. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a média histórica de atendimento nessa

área era de 2 milhões e 400 mil; estamos colocando 7,5 milhões. É muito pouco recurso.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. já falou.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** – Quero falar novamente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Pelo Regimento Interno, o orador fala uma vez para discutir e apresentar o destaque, mas serei liberal com V.Exa., desde que V.Exa. seja compreensivo, pelo adiantado da hora, e não faça um discurso muito longo.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** – Não, Sr. Presidente, ao contrário, será muito conciso. É que fiz o argumento e o Relator o rebateu; quero, então, ter direito à réplica.

Deputado Giacobbo, não estou satisfeito com o argumento apresentado por V.Exa. A Resolução nº 1 não determina que V.Exa. use esses critérios. A Resolução nº 1 usa esses critérios para distribuir uma parte dos recursos para as bancadas estaduais. O restante do recurso, que é o grosso, fica a critério do Relator. A nossa Constituição, Sr. Relator, é que diz o contrário: devemos acrescentar mais recursos para os Estados mais carentes. V.Exa. está usando exatamente o critério contrário: acrescentando mais recursos para os Estados para os quais sempre vão mais recursos, e tirando recurso dos Estados para os quais sempre vão menos recursos.

Aliás, V.Exa. usou o argumento do Piauí, dizendo que este foi o ano em que o Piauí foi mais bem contemplado. Isso não é verdade! Ao contrário, o Piauí teve, no ano passado, 300 milhões de reais nas emendas de bancadas acatadas; este ano, 143 milhões. No Ministério do Trabalho, segundo me recordo, o Piauí nunca apresentou emenda. Pela primeira vez o Governador fez esse pedido à bancada, sensibilizou-a com o trabalho que S.Exa. está realizando lá, mas eu infelizmente não consegui sensibilizar V.Exa.

Não concordo com o critério que V.Exa. está usando, porque V.Exa. está mandando menos recursos para os Estados que mais precisam deles, e mais recursos para os Estados que menos necessitam. V.Exa. está fazendo o papel de Robin Hood ao contrário – sendo o “Hood Robin” – na distribuição dos recursos do Orçamento da União.

**O SR. DEPUTADO GIACOBO** – Pelo contrário, Deputado. Pelo critério da Resolução nº 1, ficaria menor ainda o valor. É o que está na resolução! Fiz metade pelo FPE.

Mas acho que resolveremos o problema de V.Exa., assim como resolveremos o da nobre Deputada Rose

de Freitas. O Relator pode adequar este 1,5 milhão, de 7,5 para 9, sem problema algum.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Encerrada a discussão e o prazo para apresentação de emendas.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Presidente, eu havia solicitado a minha inscrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Eu já havia encerrado a discussão, e novamente V.Exa. me pediu a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Presidente, eu pedi a palavra, e imediatamente o Deputado Marcelo Castro a pediu. Eu estava aguardando S.Exa. encerrar, para que eu pudesse falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – O nome de V.Exa. não está na lista de inscrição, mas V.Exa. pode falar.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Presidente, com relação ao relatório do Deputado Giacobbo, nós fizemos 3 destaques à emenda da Comissão de Trabalho, em que milito há 12 anos. Sempre fazemos emendas para atender à qualificação. Para nosso desespero, digamos assim, fomos contemplados por V.Exa. com uma quantia muito pequena. Até conversei com o Relator, o Deputado José Pimentel, que me explicou as dificuldades que V.Exa. tem tido com relação ao numerário, mas ainda assim achamos muito pequeno o valor para qualificação e orientação profissional. V.Exa. destinou 1 milhão de reais para cada emenda. Convenhamos que, para emenda de Comissão, essa quantia é muito pequena, não dá para ação nenhuma. Estamos tratando de programas nacionais e não de ações localizadas num Estado ou num Município. Um trata de reformulação das unidades de atendimento da Previdência Social, que estão caóticas no Brasil inteiro, o outro, da orientação do sistema profissional de mão-de-obra, isto é, de qualificação da mão-de-obra, no Ministério do Trabalho, recursos do FAT. V.Exa. destinou 1 milhão de reais para cada uma. Se for permanecer esse valor, é melhor transferi-lo para outro lugar, porque ele pode fazer falta lá, e aqui não vai resolver nosso problema.

Fiz esses 3 destaques, por intermédio do Presidente da Comissão, o Deputado Nelson Marquezelli, e agora aguardo notícias sobre o atendimento que V.Exa. pode dar a essa matéria, de tal sorte que a Comissão não seja prejudicada.

Deputado Giacobbo, nós temos na Comissão uma história de prestação de serviços nessa área. Todos os anos alocamos recursos para a melhoria da qua-

lidade dos serviços prestados no Brasil. Esse valor, convenhamos, não dá para nada. Não há nenhuma condição de aprovarmos isto aqui.

Sr. Presidente, agradeço a concessão que V.Exa. me fez.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Está encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques.

Emendas individuais.

Nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1 de 2006 do Congresso Nacional, solicito autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas sobre as emendas individuais, tendo em vista que já houve manifestação contra as emendas coletivas.

Está em discussão a proposta da Presidência, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em discussão a proposta da Presidência, na representação do Senado da República.

Os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O Relatório-Setorial da Área Temática X – Trabalho, Previdência e Assistência Social está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressaltados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o relatório na representação do Senado da República.

Os Srs. Senadores que aprovam o Relatório da Área Temática X, que acabou de ser lido, ressaltados os destaques, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos conceder um tempo ao Relator, para a preparação dos destaques.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, peço a palavra para pedir uma informação. Terminada esta votação, encerra-se o trabalho por hoje?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Não. A Senadora está presente para fazer a leitura do seu relatório.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Nós não podemos sacrificar a Senadora a permanecer aqui depois da meia-noite.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. parece estar é querendo se poupar. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Também. *(Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – A Senadora está muito disposta a fazer a leitura do seu relatório.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Sr. Presidente, fiz uma pergunta a V.Exa. há uns 10 ou 15 minutos sobre o relatório da Senadora Lúcia Vânia. Poderíamos deixar a Senadora ler o relatório e não abrímos a discussão da matéria. Muitos Senadores e Deputados que estavam aqui presentes no início da noite têm interesse em apresentar destaques apesar de saberem que a Senadora não dispõe de recursos para atendê-los. Parece-me até que será feita uma errata para as emendas de Comissão. Eu pediria a V.Exa. que não abrisse essa discussão, porque muitos Parlamentares querem apresentar destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Consulto a Relatora, Senadora Lúcia Vânia, sobre a proposta do Deputado Wellington Roberto.

**A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA** – Primeiro quero agradecer ao Deputado Giovanni Queiroz a preocupação com a minha saúde, com o meu bem-estar, mas devo informar que estou saindo de uma reunião, que não tive de acordar para vir aqui. Atendo ao apelo do Relator-Geral, que me solicitou que o relatório fosse lido hoje.

Informo aos Srs. Deputados e Senadores que tive 500 milhões de reais para atender às 64 emendas do Turismo. Procurei chegar ao maior equilíbrio possível. Deparei-me com o problema das 3 emendas de Comissões que não são relativas a turismo. No meu entendimento, essas emendas deveriam ser rejeitadas. Entretanto, atendendo a um apelo para que fosse lido hoje o relatório, predispos-me a destinar um valor simbólico a essas emendas, para de alguma forma ajudar a solucionar o problema.

Quanto a fazer a discussão amanhã, não tenho nada a opor. Posso ouvi-los aqui. Mas acho que esse trabalho não dará muito resultado, porque não tenho de onde tirar o dinheiro, nem onde colocá-lo. Tive de fazer um corte de 65 mil reais na Fazenda, e já recebi apelo veemente do Ministro para recompor os valores.

Como eu disse, procurei o equilíbrio possível. Atendi a todos que me procuraram. Mas não posso passar dos limites e das diretrizes do Regimento, que foi votado pela Comissão. Deixo a critério do Presidente a decisão de fazer ou não essa discussão amanhã. E, repito, não tenho nada a opor.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Quero ouvir da Presidência esse compromisso, se possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– A Presidência defere o pedido do Deputado Wellington Roberto para que a Relatora faça a leitura do seu relatório hoje e iniciemos a discussão amanhã, para atender aqueles que têm interesse em apresentar destaques, muito embora a Relatora já tenha advertido que os recursos que lhe couberam foram apenas 500 milhões de reais, para atender a um número muito elevado de emendas, e que ela não tem disponibilidade de verbas para contemplar os destaques que virão.

Sugiro que seja feita pela Relatora uma indicação ao Relator-Geral, a quem cabe reexaminar a questão, no momento próprio.

Se os colegas concordam, após a aprovação do relatório, cuja leitura já se iniciou e cujos destaques já foram proferidos, vamos ouvir a leitura do relatório da Área Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, cuja Relatora é a Senadora Lúcia Vânia.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Senador, terminada a leitura do relatório da Senadora Lúcia Vânia, nós retornaremos ao relatório anterior, para votar os destaques, e em seguida encerramos a reunião, ou ainda há outra matéria?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Não, não é isso. Após a aprovação do relatório anterior, a Senadora Lúcia Vânia vai fazer a leitura do seu relatório. Encerramos a discussão hoje e a reiniciamos amanhã.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Encerramos a discussão do relatório da Senadora Lúcia Vânia?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Da Senadora Lúcia Vânia.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não haverá outro relatório hoje?

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Como?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Nós vamos suspender a apreciação do relatório da Senadora Lúcia Vânia hoje e amanhã abriremos prazo para discussão e votação dos destaques, a serem apresentados. *(Pausa.)*

Como o Deputado Giacobbo não terminou ainda de fazer o ordenamento e a análise dos destaques que lhe foram apresentados, vamos anunciar, neste intervalo, o Relatório da Senadora Lúcia Vânia, da Área Temática VI – Fazenda Desenvolvimento e Turismo.

**A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA** – Boa-noite a todos.

Sr. Presidente, peço permissão para ler uma síntese do meu relatório, uma vez que cópia dele está nas mãos de todos. Acho que não há necessidade de eu ler este texto a noite toda. Lerei a introdução e as emendas. Os detalhes sobre o projeto estão à disposição dos senhores desde sábado.

“Em cumprimento ao disposto no art. 84, inciso XXIII, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Presidente da República, por meio da Mensagem nº 115 de 2007, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 30 de 2007, que ‘estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008’.

Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na forma estabelecida pelo art. 17 da Resolução nº 1 de 2006, e de conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo Parecer Preliminar, coube-nos examinar, no âmbito da Área Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, a programação dos seguintes órgãos e respectivas unidades orçamentárias: Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério do Turismo, Encargos Financeiros da União, Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, Operações Oficiais de Crédito e Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal.

Na condução desta relatoria deparamo-nos com temas relevantes e complexos que fazem parte do debate atual sobre os grandes problemas nacionais, tais como: dívida pública, transferências financeiras a Estados, financiamento do setor produtivo etc. No sentido de contribuir para essas discussões, tivemos o cuidado de inserir neste relatório análises sobre os temas mencionados, até porque consideramos essa abordagem essencial para o entendimento da dinâmica dos números da proposta para 2008”.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Peço silêncio aos nossos pares e às galerias, porque a oradora está proferindo o seu parecer.

**A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA** – “Porém, como nossa principal preocupação foi buscar alternativas e caminhos que conduzam o País à superação das atuais dificuldades, a maior ênfase do nosso trabalho esteve centrada em apontar e, na medida do possível, corrigir as distorções da Proposta Orçamentária para 2008. É esse o sentimento que permeou a análise das emendas apresentadas no âmbito desta área temática e que nos fez dar especial atenção àquelas ações que julgamos mais efetivas na promoção do desenvolvimento econômico e social.

Emendas.



Junto a esta área temática foi apresentado um total de 1.204 emendas, sendo 1.119 individuais e 85 coletivas, o que representou um incremento de 44% em relação à proposta orçamentária para 2007 (837 emendas de Comissão, 765 individuais e 72 coletivas), demonstrando o crescente interesse dos Parlamentares pelas ações executadas por unidades orçamentárias vinculadas a este setor. Não foram apresentadas emendas ao orçamento de investimento das empresas estatais subordinadas aos órgãos integrantes deste setor.

Obras com indícios de irregularidades.

De acordo com item 45.3 do Parecer Preliminar, os Relatores Setoriais deverão indicar, para votação em separado, os subtítulos que contenham contrato, convênio, parcela, trecho ou subtrecho em que foram identificados indícios de irregularidades.

De acordo com as informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União ao Congresso Nacional, até momento, na programação das unidades orçamentárias que integram esta área temática, a seguinte dotação pode conter irregularidades, portanto deve ser votada em separado:

Ministério do Turismo. Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística. Construção do Centro de Convenções no Estado da Paraíba.

Essa programação foi objeto da Emenda 71160009, de autoria da bancada da Paraíba. Considerando o disposto no art. 101 da LDO de 2007, que permite a alocação de recursos em subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades, permanecendo a execução física, orçamentária e financeira condicionada à adoção de medidas saneadoras, e levando em conta que os autores da proposição nos informaram que já estão providenciando a regularização de eventuais pendências, acatamos a presente emenda, tendo a mesma sido contemplada com base nos mesmos critérios de distribuição de recursos utilizados para as demais demandas.

Recursos para o atendimento das emendas.

Segundo o que estabelece o item 40.2 da Parte Especial do Parecer Preliminar, no âmbito das áreas temáticas os cancelamentos efetuados pela Relatoria Setorial para fins de remanejamento devem limitar-se a 40% das dotações consignadas ao GND 4 – Investimentos e a 20% daquelas alocadas ao GND 5 – Inversões Financeiras.

Esta Relatoria procedeu a um minucioso exame das programações das unidades orçamentárias desta área temática e promoveu cortes pontuais, que respeitaram os limites impostos pelo Parecer Preliminar, sendo que os recursos foram direcionados para

o atendimento de emendas de remanejamento e de apropriação propostas por Comissões e bancadas.

Os demais recursos utilizados provieram da revisão das estimativas de receitas orçamentárias para 2008.

Critérios de atendimento das emendas.

Emendas individuais.

As emendas individuais propostas nesta área temática têm por objetivo, em sua grande maioria, a assistência financeira da União para iniciativas locais, tais como: apoio a projetos de infra-estrutura turística, promoção de eventos para a divulgação do turismo, combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, qualificação de profissionais associados ao segmento do turismo, apoio a projetos de desenvolvimento na Amazônia, fomento ao desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas etc.

Quando da análise dos dados apresentados nas emendas, foram procedidos pequenos ajustes, de forma a torná-las compatíveis com a programação estabelecida no projeto de LOA e do Plano Plurianual, assim como a sanar eventuais conflitos com a legislação que rege o processo legislativo do Orçamento e a execução orçamentária. Os subtítulos apresentados como atípicos, por exemplo, foram alocados em ações apropriadas, assim como outros receberam redação e enquadramento mais adequados. Buscou-se, sempre, manter os objetivos pretendidos pelos Parlamentares em suas proposições.

Considerando as disposições do Parecer Preliminar, esta Relatoria está recomendando a aprovação de todas as emendas individuais.

Emendas coletivas.

No que se refere às demandas de bancadas estaduais, na análise das emendas foram considerados inicialmente indicadores como os inversos do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e do Produto Interno Bruto *per capita* de cada Unidade da Federação, uma vez que esses dados refletem as condições socioeconômicas da população a ser beneficiada pelas iniciativas parlamentares.

A partir dessa distribuição inicial, foram realizados ajustes, considerando-se o mérito de cada emenda, sua abrangência, sua relevância e a sua aplicação efetiva no próximo exercício, levando-se em conta recursos já disponíveis no Projeto de Lei Orçamentária de 2008 e os valores executados ao longo do corrente exercício.

Eu gostaria de ler esse trecho apenas para dizer por que fiz uma errata.

Na análise das emendas de Comissão, consideramos inicialmente as disposições da Resolução nº 1/2006-CN. Todos estamos sendo testemunhas das

acaloradas discussões que têm surgido sobre a extensão, a propriedade e as consequências das alterações por ela introduzidas. A despeito da polêmica sobre a interpretação de diversos aspectos dessa norma, entendemos que alguns dispositivos são límpidos e plenamente aplicáveis, entre eles o Anexo à Resolução, com as áreas e subáreas temáticas de cada Comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que elenca de maneira exaustiva quais órgãos orçamentários podem ter sua programação orçamentária alterada por quais Comissões.

Em função das colocações feitas por alguns Parlamentares aqui, cedi à possibilidade de se colocar um valor simbólico a essas Comissões. Quero deixar bem claro que a minha posição foi no sentido de rejeitar, e eu gostaria que o Plenário amanhã referendasse essas solicitações feitas por alguns Parlamentares aqui, se eu considero a resolução ou se não devo considerá-la. O meu parecer considera a resolução.

Para o atendimento das demais emendas de Comissões, analisamos, também, as dotações já existentes no PL, sua abrangência, relevância e a sua aplicação efetiva no próximo exercício. Coube-nos ainda, a missão de corrigir, pelo menos em parte, distorção presente no Orçamento do Ministério do Turismo, que pode inviabilizar o recebimento de recursos pelos Estados provenientes de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento para o financiamento do Programa de Desenvolvimento do Turismo, PRODETUR. Ocorre que a liberação desses financiamentos está condicionada à aplicação de contrapartidas pelos Estados e pela União. Isso nem sempre ocorre por falta de condições econômico-financeiras dos Estados em oferecer suas contrapartidas no volume e prazo exigidos. Considerando a relevância dessa questão, e o fato de que o programa beneficia todos os Estados, enviamos esforços para elevar as dotações a níveis que garantam a implementação do programa em 2008.

Desnecessário seria ressaltar que os recursos disponíveis ficaram muito aquém do que seria preciso para se atender de modo razoável as numerosas e relevantes 25 demandas. Apesar das dificuldades e da pequena disponibilidade de tempo para manter os necessários contatos com os agentes e setores interessados, esta Relatoria espera ter alcançado seus objetivos realizando a distribuição mais justa e objetiva possível.

A exemplo do que ocorreu com as emendas individuais, houve a necessidade de se promover ajustes nos subtítulos apresentados como atípicos, assim como de efetivar pequenas alterações em algumas emendas coletivas apresentadas, para sanar conflitos legais e regimentais.

Atuação da Relatoria.

Emendas de Relator.

Foi apresentada uma emenda de Relator, espelho em anexo, com o objetivo de promover ajustes de ordem técnica e legal na programação da SUFRAMA. A solicitação de ajuste foi encaminhada por intermédio do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, em conformidade com o art. 28, parágrafo único da Resolução nº 1/2006-CN.

Recomendações à Relatoria-Geral.

Em face da escassez de recursos disponíveis ao atendimento adequado das emendas, e dada a magnitude dos valores envolvidos, muitas foram as demandas que deixaram de receber dotações compatíveis com sua importância na promoção do desenvolvimento nacional. Diante disso, solicitamos especial empenho por parte da Relatoria-Geral na apreciação dos seguintes pleitos:

Compensação dos Estados e Distrito Federal por perdas decorrentes da Lei Kandir. A proposta orçamentária para 2008 prevê a transferência de 3,9 bilhões para compensar os Estados e Distrito Federal por perdas tributárias decorrentes da desoneração das exportações. Ressaltamos que esses recursos são insuficientes para compensar de maneira efetiva as perdas que os Estados e Municípios vêm tendo nos últimos anos. Recomendamos, assim, a incorporação de 1,3 bilhão para alcançar o mesmo montante que foi destinado para essa finalidade em 2005, 2006 e 2007, além de um acréscimo de recursos ao Orçamento para 2008 que espelhe, pelo menos, o crescimento da economia ocorrida desde 2005.

PRODETUR Nacional.

O Programa de Desenvolvimento do Turismo, PRODETUR, utiliza recursos captados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento. Há a expectativa de que seja liberada em 2008 linha de crédito no valor de 30 milhões de reais, porém, para a utilização desses recursos, faz-se necessário incluir na Lei Orçamentária dotação nesse montante com Fonte 148 – Operações de Crédito Externa.

Além disso, para a liberação desses empréstimos se exige a aplicação de contrapartidas pelos Estados e pela União, o que nem sempre ocorre por falta de condições econômico-financeiras dos Estados em oferecer suas contrapartidas no volume e prazo exigidos. Nesse sentido, é indispensável o aporte de recursos adicionais a essas dotações no orçamento para 2008, para que a União possa oferecer tais contragarantias, viabilizando a liberação dos recursos.

Apoio a projetos de infra-estrutura turística.

Comungamos da idéia de que a atividade turística deve ser cada vez mais valorizada para integrar os

segmentos da economia que possibilitam o desenvolvimento sustentável, sem impacto sobre o meio ambiente. Além disso, sabemos que o turismo é a indústria que apresenta a melhor relação entre número de postos de trabalho criados por unidade de valor investido, com reflexos positivos sobre o nível de emprego e de renda e, conseqüentemente, sobre as condições socio-econômicas da população.

Por isso, consideramos da maior relevância a alocação de recursos adicionais para infra-estrutura turística, uma vez que as dotações até agora disponíveis são insuficientes para a superação dos entraves que ainda existem para colocar a atividade turística no patamar compatível com o potencial e as dimensões do Brasil.

Gostaria, antes de ler o voto, de solicitar a atenção dos senhores Parlamentares. Muitos são os Parlamentares que me solicitaram apoio às suas emendas. Eu procurei atender todos os que fizeram essa solicitação, mesmo saindo um pouco dos critérios que havíamos estabelecido, mas muitos reclamam porque a média das emendas não ultrapassa 6 milhões de reais.

Como os senhores viram, eu tenho 74 emendas e quinhentos e poucos milhões para distribuir entre emendas de Comissões e emendas de bancada. Então, é impossível fazer o atendimento adequado em cima das médias de outros relatórios que aqui estiveram. Quero dizer aos Srs. Deputados que não faltou da minha parte empenho; não faltou da minha parte recorrer ao Relator-Geral, mostrando que o turismo tinha sido a área temática que teve o maior volume de emendas e que teria o menor volume de recursos, formando, portanto, uma média bem abaixo da dos demais relatórios.

Feita essa explicação, vamos ao voto.

Somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 30, de 2007, encaminhado por intermédio da Mensagem nº 115, de 2007, do Congresso Nacional, relativamente às unidades orçamentárias afetas a esta área temática, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas”.

Portanto, este é o meu voto e coloco-me amanhã à disposição de todos os Srs. Parlamentares para discutir as emendas que porventura os senhores desejarem. Como disse aqui, por solicitação dos Srs. Parlamentares, eu me predispus a atendê-los.

Como a discussão será feita amanhã, com o plenário cheio, eu preferia dividir essa responsabilidade com o Plenário. Eu não tenho nenhuma objeção em fazer as modificações nas emendas de Comissões, que são temáticas e não dizem respeito à área do turismo, mas, se o Plenário, que é soberano, entender que deva ter um valor simbólico, eu acatarei essa decisão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– O relatório da Senadora Lúcia Vânia, que relatou a Área Temática nº VI, Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, continuará em análise, amanhã, na prorrogação desta reunião, que nós estamos marcando desde já para a partir das 10 horas da manhã, quando será aberta a discussão e a apresentação de destaques.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Sr. Presidente, só para esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Walter Pinheiro.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Até para poder, digamos assim, deixar a Senadora com o horário já mais ou menos apontado, amanhã de manhã nós faríamos, então, a retomada do relatório da integração nacional, que foi interrompido, que tem sob o seu comando o Deputado Eunício Oliveira e, em seqüência, o da Senadora ou V.Exa. tem outro entendimento?

Porque nós vamos concluir o do trabalho agora, à noite, com o Deputado Giacobbo. Temos ainda uma pendência, que é o relatório da integração nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Eu queria informar a V.Exa. que a preferência é pela discussão e destaques do relatório da Senadora Lúcia Vânia, que está se oferecendo inclusive para continuar à noite. Quanto ao Deputado Eunício, S.Exa., nós já estamos há 11 minutos do que...

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – E o relatório dele está recheado, está bem recheado com 50 emendas de Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Além disso, o Deputado Eunício, voluntariamente, deixou de se apresentar para a discussão do seu relatório, discussão e destaques.

De maneira que, amanhã, a ordem será essa. Nós iniciaremos com o relatório da Senadora Lúcia Vânia, que está aqui se dispondo a trabalhar inclusive agora, a continuar. Por um apelo que foi feito aqui pelo Deputado Wellington Roberto para contemplar o desejo de seus Pares de apresentar destaque, os quais não se encontram aqui, nós pedimos à Senadora que concordasse com a suspensão da análise do seu relatório hoje, encerrando com a leitura, e reiniciando amanhã com a abertura do prazo para a discussão – aliás, hoje – às 10 horas para a apresentação.

É uma deferência da Presidência a V.Exa. pela forma como V.Exa. está se apresentando para tratar do assunto voluntariamente agora, se fosse da aprovação dos demais membros da Comissão.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Eu agradeço, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Agora, vamos fazer a abertura dos prazos... Ou melhor, para a discussão dos destaques, cujo prazo já foi encerrado.

Estamos aqui aguardando a entrega pelo Relator, Deputado Giacobbo, da lista de destaques.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Então, a Senadora Lúcia Vânia já está liberada.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Nesse intervalo da apresentação da lista de destaques do relatório que foi proferido pelo Deputado Giacobbo, quero apresentar à consideração dos presentes os seguintes requerimentos.

Discussão e votação do Requerimento nº 26, de 2007, CMO, que requer, com fundamento no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º, VI, da Resolução nº 1, de 2006, CN, convidar os Srs. Procurador-Geral Lucas Furtado, membro do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, e o Ministro Paulo Bernardo Silva, do Ministério do Planejamento, para tratar dos seguintes assuntos: custos unitários do Projeto de Lei Orçamentária de 2008, tendo em vista as considerações constantes do Ofício nº 253/2007, de 13/11/2007, do Deputado Giovanni Queiroz e encaminhado ao Deputado José Pimentel; declarações dadas à imprensa sobre o assunto, tais como a do Jornal *O Globo* do dia 10 de dezembro de 2007, autor do requerimento Deputado Eduardo Valverde, Coordenador do Comitê das informações sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Peço a V.Exa. que aguarde um pouco a leitura do segundo expediente.

Apresentação, discussão e votação do Requerimento nº 27/2007, do CMO, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, II, da Constituição Federal combinado com o art. 2º, VI, da Resolução nº 1, de 2006, CN, encaminhar, por meio da Mesa, pedido escrito de informação ao Sr. Ministro Paulo Bernardo Silva, do Ministério do Planejamento, com vistas ao esclarecimento dos custos unitários constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2008, tendo em vista as considerações constantes do Ofício nº 253/2007, de 13/11/2007, do Deputado Giovanni Queiroz e encaminhado ao Deputado José Pimentel. Autor, Deputado Eduardo Valverde, Coordenador do Comitê das informações sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves.

Requerimento de inclusão de matéria no ordem do dia.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 214, parágrafo único, III, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do Requerimento nº 26/2007, CMO, na Ordem do Dia da 8ª Reunião Extraordinária dessa Comissão, realizada em 11/12/2007. Assinado, Deputado Eduardo Valverde.

Segundo requerimento.

Sr. Presidente, nos termos do art. 214, parágrafo único, III, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do Requerimento nº 27/2007, CMO, na Ordem do Dia da 8ª Reunião Extraordinária dessa Comissão, realizada em 11/12/2007. Assinado, Deputado Eduardo Valverde.

Estão em discussão os requerimentos.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr. Presidente, queria fazer aqui uma solicitação. Sobre os requerimentos de informação, todos, não tenho nenhum questionamento, mas sobre os requerimentos de convite para uma mesma audiência ao Ministro Paulo Bernardo e ao Procurador do Ministério Público Federal junto ao Tribunal de Contas, eu, particularmente, não vejo muito sentido fazermos uma reunião conjunta com o Ministro.

Então, acho que são momentos distintos, e acho que a forma de tratamento com o representante do Ministério Público tem que ser diferenciada. Acho que não tem sentido colocarmos na mesma mesa, no mesmo debate, assuntos distintos e diferenciados. Gostaria que se pudesse assegurar todos os requerimentos de informação, porque acho que têm que vir mesmo, todas as informações, e que pudéssemos, se houver interesse em ouvir o Ministro Paulo Bernardo, ser feito de forma separada e não conjuntamente.

Esta é a solicitação que eu gostaria de fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Eu acho pertinente a observação que V.Exa. faz, e a devolvo ao Deputado Eduardo Valverde a fim de que ele possa adequar o seu requerimento à circunstância ao qual V.Exa. se referiu.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Sr. Presidente, queria fazer uma indagação à nobre Relatora Lúcia Vânia.

Parece-me que, em uma conversa com os Deputados Sciarra e Cajado, V.Exa. iria apresentar uma errata no final da leitura do seu relatório.

**A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA** – Olha, eu tinha falado que eu faria a errata hoje em função de que nós votaríamos hoje. Como vamos votar amanhã e discutir amanhã...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



**A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA** – Não vai votar hoje não, vai? Hoje. Tá bom.

Se nós vamos votar amanhã, não é justo que eu faça a errata aqui e coloque em votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, estamos com os 2 requerimentos, acolhendo a sugestão que nos foi apresentada pelo Deputado José Pimentel, que, na sua carta a V.Exa., recomenda que a Comissão de Obras Irregulares tomassem algumas iniciativas.

As iniciativas que nós entendemos como pertinentes para elucidar as dúvidas que porventura ainda possam pairar nos membros da Comissão foi a proposta de realização dessa audiência pública. Mas nós temos um fato material, que é o tempo. O ideal seira, concordo com o Deputado Walter Pinheiro, fazer em 2 momentos diferentes, porque o do Ministro Paulo Bernardo é meramente de informação, para esclarecer essa situação toda. Já o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União é para ele se retratar e explicar porque ele falara aquelas informações ao Jornal *O Globo*.

Então, são 2 momentos, são 2 situações distintas, mas nós temos o fator tempo. Supostamente, em 21 de dezembro, estaríamos em recesso. Não sei se daria tempo de fazermos 2 audiências públicas em momentos distintos. Então, é uma questão meramente de oportunizar o contexto. Creio que é contraditório, que é vexatório para um e para outro estarem juntos. Então, se for possível a realização de 2 audiências públicas em momentos distintos...

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Só uma questão de ordem. No mesmo dia, em horários separados. O que não dá é para fazer junto...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Tudo bem, faço uma retificação verbal no tocante ao requerimento e, amanhã, faço formalmente, por escrito.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, uso da palavra só para ponderar o seguinte: o Ministério do Planejamento, nessa questão, é meramente sistematizador das diversas propostas dos diversos órgãos das várias unidades orçamentárias. Não terá o Ministro Paulo Bernardo condições de vir falar sobre valores de obras. Eu quero sugerir que ouçamos a opinião de S.Exa., mas – e isto é o mais importante – que isso seja imediatamente comunicado a todos os órgãos que mandaram proposta, para que possam especificar ou esclarecer as metas.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Deixe-me dar a V.Exa. um esclarecimento, que tal-

vez lhe poupe o esforço no sentido de otimizar essa iniciativa da Comissão.

Nós solicitamos a presença aqui do Diretor e da equipe do DNIT, órgão responsável pela elaboração dos orçamentos no setor rodoviário, e pedimos a S.Sa. que apresentasse, por escrito, todas as explicações relativas às obras listadas no requerimento de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Mas ali eu listei só uma amostragem; são todas: a Cuiabá-Santarém, a Transamazônica... Tudo dá um 1 milhão e 700 mil.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Amostragem ou não, V.Exa. citou somente aquelas. Então, em sentido prático, não se deveria falar em todas as obras, porque isso demandaria tempo, e nossa intenção era a de que essas informações chegassem aqui a tempo de o Relator setorial e, posteriormente, o Relator-Geral estarem munidos de dados ou explicações que fossem capazes de justificar aqueles preços; ou ainda, na hipótese contrária, não os justificando, os próprios Relatores retirariam aquelas obras dos seus relatórios. Essa foi a intenção.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Já é uma iniciativa muito boa. Agora, deixe-me dar só mais um elemento a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Deixe-me entrar em outra questão. Estamos discutindo por ora uma questão adjetiva, não substantiva ainda. Trata-se de requerimento para a inclusão dos 2 requerimentos sobre os quais V.Exa. e os demais oradores estão falando.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Para incluir na Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Na pauta desta reunião.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – É isso que estamos discutindo. Então, a discussão deve cingir-se ao assunto que está em pauta. O que está em pauta agora? É o requerimento para inclusão dos 2 requerimentos na Ordem do Dia da 8ª Reunião Extraordinária.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Mas diz respeito a isso essa discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Vamos discutir o requerimento. Quando entrar o requerimento, então V.Exa. poderá aduzir seus argumentos. Trata-se de uma necessidade de ordenar os trabalhos.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Tudo bem, sou obediente a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Então, está em discussão o requerimento de autoria do Deputado Eduardo Valverde pedindo a inclusão, na Ordem do Dia desta reunião, dos requerimentos cujas leituras já foram feitas aqui. O requerimento prévio está pedindo a inclusão na Ordem do Dia.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Para aditar, Sr. Presidente.

V.Exa. abriu a discussão? Posso discutir?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Está em discussão o pedido de inclusão na Ordem do Dia. V.Exa. poderá dizer se concorda ou não e as razões por que não concorda com a inclusão desse requerimento na Ordem do Dia.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – O que eu posso dizer é o seguinte: eu acho que podemos incluir na Ordem do Dia e depois aditá-los. Eu sou a favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Não evita, não, Deputado, porque V.Exa. mesmo não abre mão do direito de falar cinquenta vezes sobre o mesmo assunto que for suscitado aqui. Eu tenho certeza de que V.Exa. quer falar sobre o pedido de inclusão na Ordem do Dia e depois vai querer falar sobre o mérito do requerimento, que também vai ser submetido a discussão.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Com certeza sobre o mérito. Por isso, vou poupá-lo e vou discutir o mérito da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Os Parlamentares, na Câmara dos Deputados, que aprovam a inclusão, na Ordem do Dia desta reunião extraordinária, dos 2 requerimentos já referidos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação da Câmara dos Deputados.

Passa-se à representação no Senado.

Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação do pedido de inclusão dos 2 requerimentos na Ordem do Dia da presente reunião permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Estão em discussão os 2 requerimentos de autoria do Deputado Eduardo Valverde, cujo conteúdo já foi lido por esta Presidência.

Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, quero tentar ajudar. Sei que já estou cansando V.Exa., porque tudo é muito demorado e às vezes não sou muito objetivo.

Eu acho que muito mais interessante é trazer o Diretor do DNIT para explicar o que ele entende por

conservação de rodovias. Sabe o que ele está colocando como conservação de rodovias, o valor do quilômetro/ano? Às vezes, esquecemos os valores. Eu passei 4 anos fora e não os esqueço: 3 mil a 5 mil dólares por quilômetro/ano. Constatam 160 mil ou 200 mil reais por quilômetro/ano! Essa é a proposta que está no Executivo, que veio do DNIT. Vamos aprovar desse jeito?

Eu quero sugerir que convidemos o Diretor do DNIT. Esse, sim, tem que vir aqui explicar. Isto somente para conservação, ou só para manutenção ou conservação, mas não há restauração.

**(Não identificado)** – Manutenção engloba tudo: restauração, manutenção...

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Mas, no caso, é necessário especificar, porque o preço está em 160 mil a 200 mil. Então, que ele venha explicar essa terminologia de engenharia de estradas rodoviárias, porque conservação de rodovias – e assim está dito – custa de 3 mil a 5 mil dólares por quilômetro/ano. De repente, encontram-se 200 mil reais por quilômetro/ano! Será que é restauração? Deve ser restauração. Portanto, quero apenas sugerir que se inclua no convite o nome do Diretor do DNIT.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Essa é uma sugestão que o Deputado Giovanni Queiroz está oferecendo certamente a todos nós, mas em particular ela é dirigida ao autor do requerimento, que poderá, se concordar, modificar a proposta: em vez de convidar o Ministro Paulo Bernardo para essa sabatina, para essa inquirição, convidar o Diretor do DNIT, órgão específico, responsável pela construção, fiscalização, orçamento, etc., da malha rodoviária federal.

De minha parte, Deputado Eduardo Valverde, sem querer impor a V.Exa. um sentido ao seu requerimento, acho que teremos muito mais informações, e informações mais úteis, se convocarmos o Diretor do DNIT, porque realmente este é o órgão específico para tratar dessa matéria. E já que há dúvidas havidas na Comissão, suscitadas pelo Deputado Giovanni Queiroz, e que foram inclusive objeto de exploração na imprensa nacional – como não poderia deixar de ser, já que a imprensa cumpre o seu papel de noticiar o que acontece nesta Comissão ou em qualquer outro órgão público da Administração Federal –, evidentemente essas informações estariam muito melhor esclarecidas se fossem prestadas pelo Diretor do DNIT. Mas V.Exa. é o autor do requerimento e tem ampla liberdade para modificá-lo da forma que lhe parecer mais conveniente.

Eu estou querendo apenas encaminhar, porque tenho espírito muito prático e objetivo. Acho que essa, afinal de contas, é a preocupação de todos nós:

trazer esclarecimentos para assuntos que não estão devidamente claros ao entendimento da Comissão e da opinião nacional.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, eu gostaria até de ratificar que esses 2 requerimentos foram fruto de decisão tomada pelo comitê. Como coordenador, apenas cumprimos a decisão coletiva de tentar esclarecer essa situação.

No momento em que estava sendo discutido esse contexto, não se tinha noção exata de qual era o objeto, a abrangência daquilo que estava sendo questionado, se eram só estradas, se havia tribunal envolvido, se havia outra obra pública pertencente a outro órgão qualquer. Como o Ministério do Planejamento é o responsável pela elaboração da peça orçamentária, naturalmente ele centralizaria todas as informações necessárias no tocante à peça do Orçamento. Então, eu convidaria aquele que reuniria dentro de um contexto maior todas as informações.

Contudo, se o objeto é tão-somente estrada, não envolveria obra em outros órgãos do Governo, tanto do Poder Executivo, como do Legislativo ou do Judiciário, obviamente que se restringiria o alcance dessas informações ao DNIT. Não haveria nenhum problema, se o objeto é estrada.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não é só estrada, logicamente.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Então, teria que ser alguém que conhecesse mais amplamente a peça orçamentária. Não seria adequado convidar o Presidente do TSE ou do Ministério Público Federal do Trabalho. Tem que ser um leque muito grande. Então, seria apenas alguém que pudesse explicar melhor à Comissão os detalhes dessa suposta supervalorização de rubricas orçamentárias.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Posso usar a palavra para contribuir, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Volto a insistir num ponto. Eu procurei ir direto à questão, levando em consideração sobretudo a necessidade de respostas prontas, até para esclarecer pontos sobre os quais restavam dúvidas, inclusive na imprensa nacional. Por isso, hoje me dirigi à Ministra Dilma Rousseff, já que havia ali obras relacionadas no PAC. Procurei entender-me com o Ministro do Planejamento, que estava fora do Ministério. O Secretário Executivo entrou em contato imediatamente com o Diretor do DNIT, que prontamente veio à nossa Comissão, trazendo uma equipe técnica, para prestar os esclarecimentos. E foram dados alguns esclarecimentos, mas eu disse a S.Sa. que seria preciso que essas informações fossem escritas, para que não restasse nenhuma dúvida. Um esclarecimento verbal muitas ve-

zes pode perder-se na memória de cada interlocutor e pode ter interpretação diferente.

Então, S.Sa. se comprometeu a prestar esses esclarecimentos que o ofício de V.Exa. está pedindo, pelo menos no que diz respeito a obras do DNIT, ou da alçada ou jurisdição daquele órgão, até quinta-feira, de maneira que o Relator-Geral, Deputado José Pimentel, que está presente, e o Relator Setorial, Senador Leomar Quintanilha, que estava comigo nessa reunião, possam realmente ou modificar seus relatórios ou prestar os esclarecimentos que estão suscitando dúvidas em membros da Comissão e na opinião pública, por intermédio das matérias veiculadas nos jornais nacionais.

Mas acho que, se estamos convocando o Diretor do DNIT para prestar esses esclarecimentos aqui, essa redundância, vamos dizer, essa repetição não traz nenhum prejuízo. Contudo, é uma questão de tempo. Como o Diretor do DNIT se comprometeu com a Comissão de mandar um relatório esclarecendo todos os pontos que foram levantados no requerimento do Deputado Giovanni Queiroz, vamos ter uma explicação melhor. Isso será melhor do que gastar o tempo de uma reunião. Nós estamos com tempo exíguo, porque o nosso grande desafio é aprovar o Orçamento.

É evidente que não poderíamos ficar sem explicação. Eu entendo que quem tem que prestar as explicações a esta Comissão e à opinião nacional é o Executivo, porque a proposta do Executivo não foi ainda cabal e terminalmente resolvida. Nós não temos ainda o relatório-geral, a mais importante e definitiva peça desta Comissão.

Assim, acho que está em tempo de fazer as correções que porventura se façam necessárias, ou até, se não for devidamente explicado o valor nos documentos que vamos receber, a exclusão total de algumas obras, por inadequação orçamentária ou excesso de valores atribuídos nos orçamentos.

Nós sabemos que muitas vezes a proposta orçamentária não corresponde a um projeto pronto e acabado, mas apenas a um esboço de projeto, e aqueles valores que estão no Orçamento podem ser “chutados”, podem não corresponder à realidade.

Contudo, conforme eu disse na minha conversa com o Diretor do DNIT, seja o que for, se for mera previsão, não fundada em projeto pronto e acabado, que se o diga. A Comissão não pode ficar sem as devidas explicações, porque a Comissão não fez nada nesse sentido, não disse ainda se o orçamento era exato, se estava na medida certa, e já apareceu um Procurador, ninguém menos do que o Procurador-Geral do Tribunal de Contas da União, para dizer que as emendas parlamentares são montadas para conseguir propinas

do setor de construção. Eu não estou inventando palavras. Isso é o que foi publicado no jornal *O Globo*. Imaginem se tivéssemos aprovado a toque de caixa, sem uma análise mais profunda, esse Orçamento que nos foi apresentado!

Por isso eu me apressei em tomar essa iniciativa de convocar o Diretor do DNIT, *ad referendum* da Comissão, e agora estou comunicado que o convoquei, e ouvi dele o compromisso de apresentar as devidas explicações, em cima daquilo que levantou o Deputado Giovanni Queiroz, até a próxima quinta-feira.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** – E o Procurador que falou essas coisas, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Não, eu não o procurei, porque o caso do Procurador é diferente. Eu acho que esta Comissão tem que recorrer a outros meios, ou administrativos ou judiciários, para enfrentar aquele problema, porque isso é algo um pouco diferente. Contudo, se o Deputado Eduardo Valverde quiser manter a convocação...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Eu acolho a sugestão de V.Exa. Acho que podemos substituir o Ministro do Planejamento pelo Diretor do DNIT, já que as principais suposições sobre as obras recaem sobre o DNIT. Vamos ouvi-lo primeiro. Se pairar dúvida, *a posteriori*...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Eu quero só lembrar a V.Exa. que há uma superposição de pedidos: um refere-se à presença do Diretor do DNIT aqui na Comissão; o outro, à prestação de informações escritas por aquele Diretor.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Se S.Sa. já trouxe as informações escritas, não haverá problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – O Diretor do DNIT comprometeu-se comigo, na presença do Senador Leomar Quintanilha, que participou da discussão, e também na presença de um consultor que está à disposição da Comissão, o Dr. Fábio, que assistiu a toda a conversa. Por isso estou acreditando que essas informações chegarão aqui necessariamente. E chegarão por escrito, o que será mais importante até que uma reunião, que nos tomaria tempo. Estamos lutando contra o tempo.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Perfeitamente, Sr. Presidente. Na verdade, nossa missão – e discutimos isso há quinze dias com o próprio Diretor do DNIT, que veio aqui ao Comitê de Obras Irregulares e prestou todas as informações, todas as informações sobre o relatório do TCU, que apontava, dentro das 66 obras irregulares, aquelas que na sua grande maioria eram do DNIT. O direto esteve aqui com todo o corpo técnico. Foram elucidadas e explicitadas

as providências que estavam sendo tomadas pelo órgão para poder corrigir as irregularidades. E aquelas que não foram corrigidas passaram a constar no último relatório, dado pelo TCU no dia 30 de novembro, que chegou às nossas mãos e que deve estar sendo encaminhado. Amanhã deve estar sendo aprovado no Comitê de Obras Irregulares o texto final do relatório, para ser encaminhado ao Relator-Geral, quanto àquelas que saíram do rol de obras irregulares e àquelas que ali continuam.

Acolho, então, a opinião de V.Exa. Manteríamos o pedido de informações e poderíamos dispensar a presença física do Diretor do DNIT, caso não seja necessário, sem nenhum problema. Tiraríamos o Ministro do Planejamento do rol de autoridades convidadas e manteríamos o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Nessa discussão com o Diretor-Geral do DNIT, eu citei o Relator Setorial, mas o Relator-Geral, Deputado José Pimentel, também esteve presente a uma boa parte da conversa sobre o pedido de informação que fizemos. S.Exa. até nos ajudou na formulação desse pedido.

(Pausa.)

Está em votação requerimento de autoria do Deputado Eduardo Valverde, solicitando, com fundamento no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º, inciso IV, da Resolução nº 1, de 2006-CN, convite ao Sr. Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, o Sr. Lucas Furtado, e ao Sr. Diretor-Geral do DNIT, para tratar dos seguintes assuntos: a) custos unitários constantes do Projeto de Lei Orçamentário para 2008, tendo em vista as considerações constantes do Ofício nº 253, de 13/11/07, do Deputado Giovanni Queiroz, encaminhado ao Deputado José Pimentel; b) declarações sobre o assunto dadas à imprensa, tais como ao jornal *O Globo*, de 10 de dezembro de 2007.

Está em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado por unanimidade.

Em seguida, vamos à votação na representação do Senado da República.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento, permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o requerimento nas representações da Câmara do Senado.

Há um segundo requerimento. Pedido escrito de informações ao Sr. Ministro Paulo Bernardo Silva, do Ministério do Planejamento, com vistas ao esclareci-



mento dos custos unitários constantes do Projeto de Lei Orçamentário de 2008.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Perdeu o objeto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Esse perdeu o objeto. Vamos agora aos destaques apresentados ao relatório do Deputado Giacobbo.

Área Temática X. Trabalho, Previdência e Assistência Social.

Destaque n.º 18. Estamos subvertendo um pouco a ordem da votação, tendo em vista que o destaque da Deputada Rose de Freitas é supressivo.

Programação da despesa. Sequencial 003161-UO; 38901-FAT

Subtítulo: Qualificação social e profissional de trabalhadores para o acesso e manutenção do emprego, trabalho e renda em base setorial. PLANSECS Nacional. Valor do substitutivo: 9.692 milhões.

A Deputada está propondo a supressão de 9 milhões de reais.

Concedo a palavra à nobre Deputada Rose de Freitas.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, eu ia até me abster de falar porque eu expliquei ao Plenário que, face à demanda posta pelos Deputados que aqui estão e dos destaques apresentados, pedi que fosse revista essa questão da aplicação dos recursos para a qualificação profissional.

Nos destaques supressivos, encontramos uma ação própria que poderia ser aproveitada para melhor aplicação dos recursos, face à necessidade que temos de estender esses cursos e a capacitação e aproveitamento do pessoal para melhorar e classificar sua mão-de-obra.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADO-CA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADO-CA** – Sr. Presidente, na impressão do voto do relatório, o Relator inverteu a minha emenda, que é a n.º 1, e aqui ele está acatando a n.º 2. Ele tem de rejeitar a n.º 2 e acatar a n.º 1. Tem de fazer o inverso.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Informo a V.Exa., conforme trabalho e compatibilização dos destaques, já feitos pelo Relator com a assessoria da Secretaria, esse processamento será feito exatamente como V.Exa. está sugerindo.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES** Muito obrigado, Sr. Presidente, Muito obrigado, Sr. Relator. Minas Gerais será eternamente grata.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Relator para se pronunciar sobre o destaque.

**O SR. DEPUTADO GIACOBO** – Sr. Presidente, eu acato o destaque da Deputada Rose de Freitas, parcialmente, no valor de 7,5 milhões de reais. Acata-se o seu destaque, não no valor de 9 milhões de reais, mas, sim, de 7,5 milhões de reais.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – A autora do destaque está de acordo? *(Pausa.)*

A discussão está encerrada.

Passa-se à votação.

Como vota a representação da Câmara dos Deputados?

Os Srs. Deputados que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Em seguida, a votação na representação do Senado Federal.

Como votam os Srs. Senadores? *(Pausa.)*

Aqueles que concordam com a aprovação da matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Apreciação dos destaques. Este aviso é importante para o bom acompanhamento dos Deputados:

Srs. Parlamentares, o art. 138, § 2º, da Resolução nº 1/2006-CN, estabelece, aspas: "não será aceito solicitação para votação em separado de destaque, após aprovação de requerimento para votação em globo dos destaques. Assim sendo, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator Setorial", fecha aspas.

A proposta para votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Vamos agora à votação na representação do Senado Federal nesta Comissão.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria na forma proposta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade.

Destaques com voto do Relator Setorial pela aprovação integral. Há 2 destaques com aprovação integral: o Destaque nº 3, de autoria do Deputado Hugo Leal e o Destaque nº 4, do Deputado Devanir Ribeiro, mas representa um remanejamento do Deputado Leonardo Monteiro.

Os 2 destaques estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados na Câmara dos Deputados

Passa-se à votação no Senado Federal. Como votam os Srs. Senadores? Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados na representação do Senado da República.

Destaques com o voto do Relator Setorial pela aprovação parcial.

São os Destaques nºs 1, 5, 7, 12, 13 e 18.

A nossa Secretária, apesar de muito eficiente, também se equivoca. De forma que quero corrigir a informação. Ao invés de 1, 5, 7, 12, 13 e 18, são apenas os de nºs 1, 5, 7, 12 e 13, porque o nº 18, da Deputada Rose de Freitas, já foi votado.

Em votação, em globo, os destaques com o voto do Relator pela aprovação parcial na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a proposta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Segue-se a votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam a proposta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Declaro a prejudicialidade do Destaque nº 2, já que o de nº 1 determina a prejudicialidade já anunciada. Resta, agora, a apreciação dos destaques rejeitados pelo Relator.

Vou ler, para não restar dúvidas. São os Destaques nºs 6, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16 e 17.

Em votação, em globo, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam os destaques na forma proposta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitados.

Como houve rejeição, não faz sentido ir ao Senado Federal.

Concluimos a aprovação de mais um relatório, que foi brilhantemente apresentado pelo Deputado Jacobo. Quero felicitá-lo pela maestria do seu relatório e sobretudo pela sua paciência e sua resistência, não maior do que a paciência e a resistência de todos os membros desta Comissão, que, diligentemente, permaneceram no recinto da Comissão, participaram de todos os debates, de forma responsável e sobretudo conservando a transparência, como tem feito esta Comissão desde os primeiros dias de sua atuação.

Com a palavra o Deputado Jacobo, para apresentar rapidamente as suas despedidas finais

**O SR. DEPUTADO GIACOCO** – Obrigado, Sr. Presidente. Nosso boa-noite a todos. Quero agradecer em especial ao Relator, nosso Deputado José Pimentel, e

a todos os membros da Comissão, Deputada Rose de Freitas, Deputado Gilmar Machado, Deputado Walter Pinheiro, todos presentes, e à nossa assessoria, que tão bem nos atendeu, fazendo com que culminasse nosso relatório final pela aprovação. Também agradeço à assessoria do nosso partido.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Sr. Presidente, antes de V.Exa. suspender esta reunião, se me permitir, gostaria de levantar uma questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Walter Pinheiro.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Sr. Presidente, apresentei uma questão de ordem, logo em seguida à leitura feita por V.Exa. nesta Comissão, acerca da admissibilidade, ou melhor, das emendas apreciadas pelo Comitê de Admissibilidade. E, diante dos recursos apresentados pelas bancadas do Piauí e do Rio Grande do Sul, restou um recurso apresentado a esta Comissão pela bancada do Ceará. Nessa questão de ordem que apresentei a V.Exa., essa questão estava inclusa.

Portanto, indago a V.Exa se pretende responder ou se posicionar ou apresentar sua decisão acerca da emenda que tem a ver com a bancada do Ceará. Gostaria de ouvir a sua justificativa ou a sua posição pela inadmissibilidade dessa emenda apresentada pela bancada e, obviamente, a conseqüente modificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Informo ao Deputado Walter Pinheiro que lamentavelmente, mais uma vez, não posso atender ao pleito de V.Exa que tratou de uma questão de ordem que deveria ser tratada como impugnação ou recurso. Essa é a razão pela qual não pude atender V.Exa.

A mais recente informação da Secretaria é a de que essa emenda do Setorial Planejamento e Desenvolvimento Urbano já foi inadmitida pelo Senador Jayme Campos e pelo Plenário. O relatório foi aprovado e, portanto, trata-se de um assunto morto.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Ok, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Declaro suspensa a presente 8ª reunião, marcando seu reinício para as 10h, do dia de hoje, para continuarmos a discussão dos relatórios já lidos, cuja discussão e votação de destaques ainda não tiveram início.

Está suspensa a presente reunião.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Declaro reiniciada a 8ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos

e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas n°s 36, 37 e 38 de 2007.

Breve histórico dos trabalhos realizados até agora.

Foram concluídas as votações dos seguintes relatórios setoriais apresentados às áreas temáticas da proposta orçamentária para 2008: Poderes do Estado e Representação; Trabalho, Previdência e Assistência Social. Com relação às Áreas Temáticas III, Integração Nacional e Meio Ambiente, e IV, Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, somente se fez a leitura dos respectivos relatórios; o prazo para discussão e apresentação de destaques ainda não foi iniciado. Finalmente, quanto à Área Temática I, Infra-estrutura, o relatório ainda será apresentado pelo Relator Setorial.

Como disse, já foi lido o relatório da Área Temática III, Integração Nacional e Meio Ambiente. Assim sendo, estão abertas as inscrições para discussão e tem início agora o prazo para apresentação de destaques.

O primeiro inscrito é o Deputado Eduardo Valverde. *(Pausa.)*

Ausente S.Exa., passamos a palavra ao segundo inscrito, Deputado Eduardo Sciarra. *(Pausa.)*

Também ausente, passamos a palavra ao Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, nós temos sempre pautado nossas críticas aos relatórios setoriais baseados em algumas questões que achamos fundamentais de serem observadas, principalmente quando da execução do Orçamento. Nesse sentido, achamos que com a Área Temática da Integração Nacional não tem sido diferente.

Vejam, por exemplo, que da dotação orçamentária de 2007, à exceção dos fundos contidos na Área Temática da Integração Nacional e do Meio Ambiente, foram empenhados apenas 48,7% do total autorizado para o exercício de 2007. Ou seja, menos da metade do Orçamento sequer foi executado pelo Governo Federal.

E digo mais, Sr. Presidente: mais de 50% das dotações previstas para o Ministério da Integração Nacional, por exemplo, correm o risco de virar fumaça, porque já estamos a quase 2 semanas de finalizar o ano, e não há tempo hábil para executar metade do Orçamento a apenas meio mês de finalizar o exercício de 2007. Isso significa que todas as discussões que travamos aqui na Comissão e no Plenário do Congresso Nacional viram letra morta, porque não são executadas, não são implementadas nem priorizadas em suas metas para serem executadas pelo Governo Federal. E isso em função da atribuição de atingir-se o superávit primário.

Mas, Sr. Presidente, os resultados fiscais que nós advogamos não poderiam ser alcançados, ou melhor, poderiam ser alcançados com a redução dos gastos correntes e, principalmente, com a diminuição do serviço da dívida pública. Deixar de executar o Orçamento, deixar de executar as políticas públicas necessárias para o combate às desigualdades regionais, para o combate às diferenças inter-regionais é lamentavelmente uma opção do Governo Federal, com a qual não concordamos.

Por mais que nos esforcemos... Vejo que o Relator, ainda que tenha interposto 55 emendas de Relator, o fez com o fim de alocar recursos para a antiga Agência de Desenvolvimento da Amazônia, hoje nova SUDAM, e também para a SUDENE.

Muito bem. Esperamos que o Governo Federal possa executar essas obras, que possa executar os programas contidos no que vamos votar dentro de instantes, isto é, o relatório setorial da Integração Nacional e do Meio Ambiente. Caso contrário, continuaremos a ter estas mesmas discussões.

Queremos aqui também dizer que o atraso na execução financeira, do pagamento, chega a 80% das dotações autorizadas. Quer dizer, menos da metade foi empenhado, e 80% ainda não foram pagos. Isso só pode ser uma brincadeira. Suspendemos esta reunião ontem, depois da 1 hora da manhã, aqui estamos hoje de volta, às 10h30min, reiniciando a reunião, tudo para discutirmos projetos importantes, para discutirmos a Lei de Meios, o Orçamento, a lei mais importante de República. No entanto, o Governo, ao termos os instrumentos necessários capazes de desenvolver suas políticas públicas, empaca na não-execução do Orçamento. É por isso que o PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento, está empacado.

O Governo precisa de agilidade, precisa de competência para atuar e fazer com que os recursos não fiquem, como ficam sempre, em restos a pagar, de um ano para o outro, aumentando essa condição de falta de execução fiscal, orçamentária e financeira.

Ainda em relação ao PAC, Sr. Presidente, queremos chamar a atenção para que a execução orçamentária dos recursos destinados ao Programa apontam para mais uma promessa que não foi cumprida. Tanto a execução orçamentária quanto a financeira não ultrapassaram 5,7% da dotação autorizada, de 2 bilhões e 192 milhões de reais. Portanto, fica difícil de imaginar que as dotações a serem aprovadas para 2008 venham a ser exequíveis.

Fica difícil de imaginar, Deputado Pedrinho, sobretudo quando vemos que, da dotação autorizada em 2007 para a área de Saneamento Básico, de 408 milhões de reais, foram pagos apenas 2,2 milhões;

que da dotação para a área de Recursos Hídricos, de 1 bilhão e 170 milhões de reais, foram pagos apenas 67,8 milhões de reais; que da dotação para a área de Irrigação, de 462 milhões de reais, foram empenhados 300 milhões de reais e liquidados apenas 48 milhões de reais até agora – dados dos dias 2 e 3 de dezembro deste ano.

O Transporte Hidroviário, então, de uma dotação inicial de 27 milhões de reais, apenas foram liquidados e pagos 3,9 milhões de reais. É extremamente lamentável que isso aconteça. Em relação ao Ministério do Meio Ambiente, de uma dotação de 2,8 bilhões de reais, apenas 1,1 bilhão de reais foram pagos, e ainda assim alocados no GND-9, na reserva de contingência. Ou seja, estamos aqui prevendo um valor enorme para o Ministério do Meio Ambiente, quase 3 bilhões de reais, sendo que 1 bilhão, ou seja, um terço, está na reserva de contingência para fazer superávit primário.

E, aí, continuamos com os crimes ambientais: continuamos sem recursos para combater a degradação da Floresta Amazônica; continuamos sem recursos para combater os incêndios nas florestas do Norte do País; continuamos sem recursos para combater a ilegalidade do comércio dos animais silvestres; continuamos sem recursos para combater as construções indevidas, que atingem de forma fatal a preservação ambiental, porque na área de meio ambiente, como na de tecnologia, não poderia haver contingenciamento de verba: são situações que temos excepcionalizar. No entanto – chamo a atenção da Comissão -, o relatório do Deputado Eunício Oliveira, que estamos para votar, prevê que dos quase 3 bilhões de reais para o Ministério do Meio Ambiente 1,1 bilhão de reais para verba de contingência – está alocado no GND-9. Isso significa que mais uma vez as metas do superávit primário de sobrepõem às políticas públicas fundamentais e indispensáveis para que o povo brasileiro tenha preservação ambiental e melhor qualidade de vida.

Queremos também dizer, Sr. Presidente, que esta área é uma das que mais abusam da edição de medidas provisórias para suplementação orçamentária. As medidas provisórias, para que V.Exas. tenham uma idéia, alcançaram praticamente o montante de 1 bilhão de reais, enquanto os créditos especiais corresponderam ao valor irrisório de 4 milhões, aprovados nesta Comissão. Ou seja, no exercício de 2007, houve a suplementação de que quase 1 bilhão por meio da edição de medidas provisórias, o que avoca a prerrogativa do Congresso Nacional, fulmina de morte a autoridade de cada um de nós Parlamentares, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, de legislar sobre matéria orçamentária.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Deputado, seu tempo está esgotado. V.Exa. tem 1 minuto para concluir.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Obrigado, Sr. Presidente.

O Partido Democratas ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a edição de medida provisória de caráter orçamentário. Isso é inconstitucional, porque não há relevância nem urgência para a edição de medidas provisórias nesses objetos.

Sr. Presidente, feitas essas breves ressalvas, queremos ainda dizer que gostaríamos que a Bahia tivesse sido melhor contemplada. A Bahia recebeu 10 milhões destinados para recursos hídricos, o que consideramos ínfimo. Agora, se é ínfimo na alocação orçamentária, muito mais o será na execução. Nesse sentido, vamos apresentar destaque, esperando que o Relator nos atenda, porque a Bahia tem projetos de irrigação que há anos esperam por recursos, como Salitre, Baixio de Irecê e, ainda, Vale do Iuiú, que incluímos na LDO e no PPA.

Gostaríamos de ter essa atenção do Relator. Se S.Exa. não puder acatá-la por falta de recurso, que encaminhe nossa solicitação ao Relator Geral, Deputado José Pimentel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eunício Oliveira) – Deputado Pedro Chaves, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro gostaria de cumprimentar o Deputado Eunício Oliveira pelo excelente relatório que apresenta para esta área tão importante do Orçamento Geral da União, a que trata dos Ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente.

Sr. Relator, quero destacar o atendimento que V.Exa. recuperou para a Região Centro-Oeste, fazendo cumprir, parcialmente, o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que determina que durante 25 anos 20% dos recursos de irrigação sejam aplicados na Região Centro-Oeste. A LOA, encaminhada ao Congresso Nacional, destinava apenas 5,9% dos recursos para essa Região, e V.Exa. elevou essa porcentagem para mais de 13%. Contudo, nós Parlamentares da Região Centro-Oeste queremos ver cumprido esse preceito constitucional e, portanto, gostaríamos que V.Exa. fizesse indicação ao Relator-Geral para que se chegue aos 20%.

Em nome da bancada de Goiás, apresentei 2 destaques relativos a 2 emendas que apresentamos à área setorial que V.Exa. relata. Uma emenda diz respeito à canalização do córrego Botafogo, em Goiânia, Capital do Estado. É uma obra de urbanização muito importante que atenderá a uma demanda existente;



portanto, gostaríamos que V.Exa., dentro das limitações financeiras do relatório, pudesse atender a esse destaque.

O outro destaque se refere a uma emenda que apresentamos à Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal – RIDE, composta por 23 municípios, dos quais 21 localizam-se no Estado de Goiás. V.Exa. conhece bem os municípios do entorno, sabe as carências e as dificuldades que enfrentam justamente pela alta taxa de crescimento populacional. Enquanto a taxa média de crescimento da população brasileira é de pouco mais de 2%, vários municípios do entorno apresentam taxa de crescimento de cerca de 10%, ou seja, é uma população que realmente cresce acima dos repasses financeiros para os municípios, que, com isso, ficam sem condições de atender às necessidades básicas de seus habitantes.

Nesse sentido, gostaria que V.Exa. olhasse com carinho também esse destaque que apresentamos à emenda que atende à RIDE.

Finalizando, Sr. Relator, quero mais uma vez cumprimentar V.Exa. pelo excelente trabalho e pedir atenção aos 2 destaques que apresentamos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha)

– Com a palavra o Deputado Carlos Alberto Leréia. (Pausa.)

Ausente.

Deputado Vanderlei Macris, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, relativamente à apreciação do relatório temático referente a Integração Nacional e Meio Ambiente, a bancada do PSDB tem alguns pontos a levantar.

O primeiro diz respeito à questão de ordem que levantamos ontem, e que ainda não foi respondida, especialmente nessa área de Integração Nacional e Meio Ambiente, e também na de Infra-Estrutura. Seria muito importante que os relatores temáticos dessas áreas observassem o disposto no § 2º do art. 20 da LDO, o que não aconteceu nem mesmo nesse relatório. Embora ainda aguardemos o Relatório da Infra-Estrutura, parece-me que também este não observou o mencionado dispositivo legal.

De acordo com o § 2º do art. 20 da LDO, para a apreciação do relatório, os órgãos setoriais do sistema de planejamento e orçamento federal deveriam encaminhar à Comissão Mista, até 30 dias após o envio da Lei Orçamentária, o demonstrativo dos projetos de grande vulto, contendo, basicamente: primeiro, a especificação do objeto da etapa da obra, identificando o respectivo substituto orçamentário; segundo, o estágio em que

se encontra a obra; terceiro, o valor total do projeto; quarto, o cronograma físico-financeiro para sua conclusão; quinto, as etapas a serem executadas com as dotações consignadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2008; as estimativas para os exercícios de 2009-2011; e, ainda, a demonstração dos custos da obra que atendem ao disposto no art. 15 do PLO.

Ora, Sr. Presidente, nenhum dos relatores parciais, até o presente momento, atentou para essa questão. Sugerimos que o Relator-Geral leve em consideração essas observações do art. 20, que determinam claramente que os projetos de grande vulto sejam necessariamente acompanhados dessas informações, de demonstrativos dos projetos, com base nesses itens do art. 20 da lei a que me referi.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, torna-se muito difícil para a Oposição avaliar essas questões de investimento por parte do Governo, se nós desta Comissão Mista de Orçamento não pudermos fazer o acompanhamento necessário, pois permanecemos sem as informações que o Governo deveria encaminhar a esta Comissão. Parece-me que há uma discordância entre as informações dadas pela Assessoria desta Casa e as fornecidas pelo Governo. O Governo alega que enviou essas informações para esta Casa, especialmente para esta Comissão, que, por sua vez, diz que pode ter recebido em parte essas informações.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaríamos de ver respondida a questão de ordem que levantamos ontem, especialmente em relação ao relatório setorial de Integração Nacional e Meio Ambiente, e também ao de Infra-Estrutura, o que aguardamos para nos posicionarmos corretamente.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, especificamente em relação às emendas de Relator apresentadas – e cumprimento o Deputado Eunício Oliveira pelo detalhamento do Relatório –, eu entendo – e também a bancada do PSDB, após uma avaliação mais detalhada – que a adequação do Relator, por meio de emendas à despesa, de sua autoria, em razão do Projeto de Lei Orçamentária 2008, não cumpriram o mandamento constitucional de distribuição dos recursos para a irrigação das Regiões Norte e Centro-Oeste.

Como já foi levantado aqui pelo colega, a proporção é de 50% para o Nordeste e de 20% para o Centro-Oeste. De alguma maneira, foi uma tentativa de correção por parte de V.Exa., Sr. Relator, uma busca de adequação desses percentuais, uma vez que a proposta orçamentária inicial não trouxe esses dados, cumprindo, assim, o que determina a Constituição, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Sr. Presidente, nós entendemos que essa decisão não encontra respaldo no parecer preliminar,

especialmente em observância ao disposto no Item 28.1.1 da Parte B. O Sr. Relator não observou devidamente o preceito legal e as determinações do parecer preliminar.

Portanto, entendemos que as emendas apresentadas pelo Relator para a correção dessa questão apenas poderiam ser feitas se houvesse erros ou inadequação técnica ou legal. Por exemplo: se houvesse uma dotação para pessoal que não estivesse no grupo de despesa corrente, haveria um erro, e o Relator poderia tranquilamente estabelecer a correção. No caso da inadequação técnica e legal, por exemplo, se o resultado primário de uma despesa discriminatória não fosse classificado como despesa financeira, também o Relator teria autorização para promover a adequação técnica ou legal.

Ou seja, Sr. Presidente, a escolha de projetos específicos para a alocação de despesa de irrigação, mesmo por indicação de bancada, sem prévio compromisso para tal finalidade, promove a concentração de poder sem previsão legal de parte do Relator.

Manifestamos discordância com relação a isso e, evidentemente, entendemos que há necessidade de esclarecimentos dessa questão específica, a fim de que não seja apresentado um relatório final com esses vícios.

Primeiro: há necessidade de que o Governo apresente efetivamente esses projetos de grande vulto detalhadamente, conforme estabelece o art. 20 da LDO. Segundo: essas inadequações apresentadas, com emendas do Relator, quando não existe efetivamente autorização, de acordo com o Item 28 do parecer preliminar.

Eram essas as considerações que gostaríamos de fazer, Sr. Presidente. Esperamos que essas providências sejam tomadas pela Secretaria desta Comissão, na resposta à nossa questão de ordem, e também pelo Relator, na correção dessas emendas que confrontam fortemente o Item 28 do parecer preliminar apresentado nesta Comissão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Passo a palavra ao Relator, Deputado Eunício Oliveira.

**O SR. DEPUTADO EUNÍCIO OLIVEIRA** – Deputado Vanderlei Macris, as emendas de Relator estão baseadas no item 26, que diz:

“VII. DAS EMENDAS DE RELATOR

26. As Relatorias somente farão emendas de Relator, nos termos do art. 144 da Resolução nº 1/2006-CN, com a finalidade de:

26.1. corrigir erros, omissões e inadequações de ordem constitucional (...).”

Portanto, as emendas de Relator corrigem exatamente uma distorção. A Constituição determina que, na área da irrigação, sejam destinados para o Nordeste o equivalente a 50% dos valores e, para o Centro-Oeste, 20%. O PL original destinou 50% para a Região Nordeste, mas apenas 5,6% para a Região Centro-Oeste. Não havia como cortar recursos para complementar os valores até o limite constitucional de 20%.

Concordo com V.Exa. que ainda há defasagem a ser complementada. Por isso, este Relator fez a emenda com os recursos de que dispunha nessa área específica, para buscar completar os 20%, mantendo os 50% da Região Nordeste que já tinham vindo no PL original e elevando de 5,6% para 13,8% o percentual referente à Região Centro-Oeste.

Mantivemos também uma conversa preliminar com o Relator-Geral e fizemos um entendimento. Tendo em vista que S.Exa. não tinha condições de repassar recursos porque a Resolução nº 1 não permitia, combinamos que eu utilizaria esses recursos disponíveis numa emenda de Relator, conforme prevê o item 26, fazendo-lhe uma indicação para complementar esses valores constitucionais no relatório final.

Portanto, há um compromisso do Relator-Geral de fechar o valor final da área de irrigação com os 50% do Nordeste e os 20% do Centro-Oeste, conforme prevê a Constituição. As emendas de Relator foram especificamente destinadas à adequação constitucional. Além disso, Deputado Vanderlei Macris, no caso da SUDENE e da SUDAM, ofício do Ministério do Planejamento solicitou a mudança do nome desses órgãos. Como não havia mais tempo para isso, fizemos uma emenda de Relator. V.Exa. pode observar que recebemos da SUDENE e da SUDAM 40,6 milhões de reais como fonte. Não acrescentamos nem cortamos 1 centavo: a fonte continuou com 40,6 milhões de reais. Ou seja, houve apenas adequação no nome: de ADENE para SUDENE e de ADA para SUDAM.

Repito: as emendas de Relator foram apresentadas exclusivamente para adequação constitucional e, nesse caso que mencionei, para a mudança do nome da SUDENE e da SUDAM.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – V.Exa. me permite, Sr. Relator?

**O SR. DEPUTADO EUNÍCIO OLIVEIRA** – Pois não.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – É claro que nós entendemos a preocupação de V.Exa. nesse primeiro ponto, quando atende às necessidades de criação desse novo órgão governamental.

Nesse caso, por exemplo, do item 26, a que V.Exa. se refere, é evidente que haveria necessidade de que as emendas de bancada fossem na direção correta, do atendimento à demanda constitucional, ao que dispõem as disposições transitórias. Porém, temos algumas divergências quanto à escolha de projetos específicos para alocação de despesas de irrigação, por exemplo, por parte da Relatoria.

Quero deixar isso claro porque, na avaliação que fizemos deste relatório, é evidente que consideramos esses pontos importantes. Fundamentalmente, a avaliação que deveria ser feita por parte dos Relatores-Setoriais não foi feita em nenhum momento. Em atendimento ao §2º do art. 20 da LDO, essa avaliação deveria ser feita nos relatórios parciais, mas todos os Relatores a estão mandando para o Relator-Geral. E ainda não temos a garantia de que esses relatórios foram encaminhados pelo Governo. Estamos aguardando resposta à nossa questão de ordem.

Então, eu até compreendo que os Relatores-Setoriais, não dispondo dessas informações, evidentemente remeteram isso para o Relator-Geral. Isso aconteceu com V.Exa. e está acontecendo com os demais Relatores. Por isso a nossa insistência em solicitar à Presidência, à Secretaria da Comissão essas informações, antes de avaliarmos o relatório final, o que será fundamental para nos posicionarmos em relação a essas questões.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO EUNÍCIO OLIVEIRA** – Deputado Vanderlei Macris, V.Exa. tem razão no que se refere às obras de grande vulto. Os Relatores-Setoriais deveriam ter recebido essa informação.

Como precisávamos fechar o relatório e não tínhamos essa informação, encaminhamos a questão ao Relator-Geral, inclusive pedindo a S.Exa. que fôsse- mos ouvidos no momento oportuno para deliberar em relação à penalidade, no caso de, até o fechamento da proposta do Orçamento, essas informações não terem chegado à Comissão Mista de Orçamento. Concorro com V.Exa. com relação a isso. Por isso fiz o encaminhamento ao Relator-Geral.

Devemos ficar atentos para que essas informações sejam efetivamente prestadas a V.Exa. e a todos nós que participamos desta Comissão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Com a palavra o Deputado Eduardo Sciarra.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, pudemos observar, ao analisar o relatório, distorções que têm sido corriqueiras no envio do Projeto de Lei Orçamentária a esta Casa, repetindo-se, em outros relatórios tam-

bém, a questão da baixa execução dos investimentos alocados. Os resultados fiscais deveriam ser obtidos pela economia nas despesas, nos gastos correntes, pela diminuição do serviço da dívida pública e não pelo contingenciamento de recursos.

Essa execução financeira também apresenta distorções. Estou referindo-me à peça orçamentária, não necessariamente ao parecer do Relator Eunício Oliveira.

No que diz respeito à alocação de recursos para a administração direta do Ministério, no valor de 2,8 bilhões, pudemos observar que 1,1 bilhão, 38,5% do total, foi alocado no GND 9 – reserva de contingência. Claro fica que o Executivo promove antecipadamente o contingenciamento dos recursos dos gastos do Ministério para obter resultado primário, o que fica bastante evidente, também, no envio dessa peça.

Outra questão que eu gostaria de levantar novamente é o abuso quanto às medidas provisórias. No caso dessa área, quase a totalidade das medidas provisórias – para não dizer todas – que atropelam o trabalho do Congresso Nacional foram medidas provisórias de crédito. Deveríamos ter tratado dessas questões por meio de projetos de lei.

Então, no que se refere a esse excesso de medidas provisórias, o nosso partido, o Democratas, tem sistematicamente se posicionado contra o envio de medidas provisórias de crédito para o Congresso Nacional. Temos, inclusive, ação direta de inconstitucionalidade a esse respeito. O nosso papel no Congresso Nacional não está sendo executado, por essa distorção que o Governo faz.

A questão das emendas de Relator já foi aqui debatida anteriormente, o Sr. Relator já deu suas explicações, mas fica claro também que as modificações são de iniciativa do Poder Executivo, que poderia ter feito isso por mensagem presidencial, antes mesmo de estarmos discutindo essa questão aqui. O Relator-Setorial, na realidade, não estaria investido da competência para propor esse remanejamento, mas o faz por necessidade de ajustar essas questões. Então, para despesas com pessoal e outras despesas obrigatórias, o remanejamento foi estabelecido.

As discricionárias também deveriam ser acatadas, e não propostas, por meio de emendas, e não da forma como se colocou.

Portanto, Sr. Relator, Deputado Eunício Oliveira, ao fazermos essas considerações, gostaríamos de submeter também à sua análise a Emenda nº 15, da bancada do Paraná, que resultou no Destaque nº 14 – apoio à implantação de infra-estrutura complementar na fronteira do Sudoeste do Paraná, na faixa de fronteira.

Gostaríamos que o nobre Relator considerasse a possibilidade de ampliar o valor, visto que se trata de uma grande faixa que atende à região sudoeste do Estado, na fronteira. E o atendido pelo Relator, em 10 milhões, sabemos ser já considerável, mas solicitamos a S.Exa. a ampliação desses recursos em atendimento à emenda da bancada do Paraná.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais)

– Obrigado, Deputado Eduardo Sciarra.

Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais)

– Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr.

Presidente, estou apresentando à Mesa o Ofício nº 139, no qual solicito a modificação do GND de 40 para 90. Trata-se de uma mudança da modalidade de uma emenda individual que apresentei. Peço ao Relator que, se possível, faça uma verificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais)

– Informo ao Deputado Claudio Cajado que esse ofício tem de ser dirigido ao Presidente, que o despachará e tomará as providências solicitadas.

Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr.

Presidente, é óbvio que não há nenhuma peça, apesar das boas intenções e de todo o rigorismo técnico, que permita fazer algo acabado.

Na Área Temática III, que envolve 2 grandes temas, integração nacional e meio ambiente, notei, caro Relator, certo desequilíbrio entre os 2 setores. Na verdade, a integração nacional teve uma atenção um pouco mais acurada do que a questão do meio ambiente. Dentro de um contexto mundial, em que a preservação do meio ambiente, o aquecimento global, as mudanças climáticas, a proteção à floresta são questões importantes, essa questão passa a ser um tema recorrente e relevante que deve merecer do Parlamento brasileiro todas as devidas atenções. Vale ressaltar que apresentei destaque a uma emenda na Comissão da Amazônia.

Em relação ao montante destinado à integração nacional, ele é muito superior ao destinado ao meio ambiente. Portanto, há um desequilíbrio orçamentário. Reputo que são 2 áreas de extrema relevância, muitas das vezes inter-relacionando-se. As ações de integração nacional com as ações que desenvolvem o Ministério do Meio Ambiente são complementares, em especial na Amazônia. Todavia, há no Orçamento certo desequilíbrio.

Peço a V.Exa. que avalie esse destaque que foi feito nas emendas apresentadas pela Comissão da Amazônia, no intuito de ser mais bem compreendido, principalmente o Destaque nº 78, para recompor a programação de despesa nela apresentada, a fim de pelo menos poder permitir ao Ministério do Meio Ambiente o desenvolvimento de ações de proteção ao meio ambiente. São várias ações previstas no texto, como, por exemplo, zoneamento agroecológico, combate ao desmatamento e às queimadas, recuperação de áreas degradadas, apoio às comunidades tradicionais, principalmente as comunidades indígenas, visto que, na Amazônia, os territórios indígenas são aqueles onde há maior índice de preservação, de não-intrusão, não-antropia, dentro das áreas nas quais estão situados os povos indígenas.

Portanto, gostaria, dentro do limite que eu reconheço que existe, que houvesse equilíbrio entre as ações de integração nacional e as ações ambientais, principalmente na emenda que foi apresentada pela Comissão da Amazônia e no destaque que tenta recuperar a proposta que a emenda havia estabelecido.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais)

– Com a palavra o Deputado Carlos Alberto Leréia.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA**

– Sr. Presidente, peço destaque para 2 emendas do nosso Estado.

O querido Relator Setorial, Deputado Eunício Oliveira, é mais goiano do que cearense. Gostaria que S.Exa. atendesse Goiás como atendeu o Ceará. Já está de bom tamanho.

Quero me debruçar especificamente sobre a emenda que trata de recurso para a região do Entorno do Distrito Federal. O Deputado Eunício tem propriedade na região e a conhece tão bem quanto eu. Há muitos problemas, como falta de infra-estrutura. É exatamente essa do Ministério da Integração Nacional para a RIDE, que engloba o Estado de Goiás e o Distrito Federal.

Nosso pedido foi de 100 milhões, e o Relator atendeu-nos com 10 milhões. Peço a S.Exa., encarecidamente, que, nas contas finais, reponha um pouco para que possamos fazer investimentos na área de infra-estrutura e de integração, na região do Entorno do Distrito Federal.

A outra emenda diz respeito à Capital do Estado. Entendo que os recursos destinados são poucos. Sei que o Relator Setorial tem parcas disponibilidades de recursos. De qualquer maneira solicito que, nas contas finais, melhorem os valores dessas 2 emendas da bancada de Goiás. Foi destacada por mim, pelo Depu-



tado Pedro Chaves e é de interesse suprapartidário; portanto, de toda a bancada goiana.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais) – A palavra seria concedida ao Deputado Pedro Novais, que preside a reunião. No caso, peço a atenção do Relator Setorial para os Destaques nºs 58, 59 e 60, da bancada do Maranhão, da qual eu sou coordenador.

Informo a V.Exa., Relator, que estranho o fato de as emendas do Ceará terem, em média, 20 milhões, enquanto que as do Maranhão têm, em média, 9 milhões e 300 mil.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA** – Maranhão está melhor do que Goiás, cuja média é de 10 milhões.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais) – Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** (PT-MG. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Eunício Oliveira, cumprimento V.Exa. pelo relatório ora apresentado. Peço-lhe que, durante a análise dos destaques, examine melhor a questão ambiental, especialmente no que diz respeito às ações de prevenção e combate ao desmatamento. Há ainda muitos problemas de queimadas. Existe um programa importante no Ministério. É fundamental termos recursos nessa área.

Sabemos que o Brasil tem cuidado melhor da preservação das matas. Não há problema só na floresta, mas também no cerrado, que engloba grande parte do Brasil. Na época de queimadas, há muitos problemas. São áreas extremamente importantes para o ecossistema brasileiro e que precisam ser preservadas.

Solicito a V.Exa. que dê atenção especial à questão do desamamento, que também diz respeito à Comissão de Meio Ambiente e à Comissão da Amazônia.

Peço atenção também para as áreas protegidas – os nossos parques, as nossas reservas, que têm grande potencial turístico. A mata é linda, tudo é muito bonito, mas temos de aliar a preservação com o turismo, que é algo extraordinário, fantástico para o Brasil. Tenho certeza de que V.Exa. dará atenção especial a essa questão.

Desde já, agradeço-lhe. Espero que, na revisão que V.Exa. fará junto com o Relator-Geral, possamos melhorar as informações dos grandes projetos estruturantes. Tenho certeza de que V.Exa. continuará dando-nos o seu apoio, porque temos grandes projetos em algumas áreas, como, por exemplo, em minha região, no norte de Minas, no Vale do Jequitinhonha, que também faz parte da SUDENE. Teremos realmente projetos estruturantes, que V.Exa. já apontou. Inclusive,

nas emendas de Relator, V.Exa. já deu atenção à nossa região – agradeço-lhe por isso -, diminuindo, pela primeira vez, em muitos anos, a diferença do Fundo Constitucional do Centro-Oeste.

Parabéns pelo trabalho de recuperação do Fundo. Trata-se de questão constitucional, mas lamentavelmente não estávamos cumprindo-a. V.Exa., agora, está praticamente garantindo a equiparação. Espero que, com a revisão da receita, possamos equipará-la, para que chegue realmente ao patamar que merece.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais) – Muito obrigado, Deputado Gilmar Machado.

Com a palavra o Deputado Pedro Fernandes.

**O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES** – Sr. Presidente, meu apelo ao Relator também é sobre as emendas do Maranhão.

Parabenizo o Relator. Por meio de sua emenda, S.Exa. coloca uma verba de 14 milhões para transferência da gestão dos perímetros públicos de irrigação. Não tenho o nome dos projetos aqui, mas creio que está incluído o de Tabuleiro de São Bernardo, no Maranhão.

Sr. Relator, nós, do Maranhão e do Piauí, brigamos muito para que a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF fosse para o Vale do Parnaíba. Naquela época, quando aprovamos isso aqui – houve uma briga muito grande -, há quase 8 anos, acreditávamos que o Tabuleiro de São Bernardo e o Rio Parnaíba fossem para a CODEVASF. Mas o DNOCS insiste...

Então, acreditando que Tabuleiro de São Bernardo esteja nessa transferência de gestão, peço a V.Exa. que melhore sua emenda.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais) – Muito obrigado, Deputado Pedro Fernandes.

Com a palavra o Deputado Zé Gerardo.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente, parabenizo o Relator pelo seu trabalho, pela sua dedicação, pela postura com que conduziu esse relatório, sempre procurando uma maneira de atender as bancadas. E, por ser cearense, lutando sempre pelo Ceará.

Ao contrário do que o Deputado Pedro Novais disse, ainda é muito pouco o que V.Exa. colocou para as emendas, porque precisamos de água para beber. A transposição das águas é necessária para o Estado do Ceará. A água tem de ser levada a vários locais. Ainda há muito por fazer.

Sei que V.Exa. teve dificuldade, porque o lençol é curto. Mas apresentei 2 destaques. V.Exa. atendeu

o Destaque nº 47, da Emenda nº 12, com 20 milhões. Ainda é muito pouco para fazermos o cinturão das águas no Estado do Ceará. Precisamos de muito mais. Se V.Exa. não puder atender o meu destaque, indique-o ao Relator-Geral, para que ele o atenda. Assim, a água chegará às torneiras das casas tão distantes da região do Cariri. A população precisa da água para matar a sua sede.

Sr. Relator, o segundo é o Destaque nº 48, da Emenda nº 11. Aquela região também precisa da transposição de águas. O Ceará pede o que, na realidade, o povo necessita. V.Exa. atendeu-nos bem, mas precisa atender muito mais. Essa é uma obra de grande vulto, e há necessidade de mais recursos. Peço a V.Exa. que, se não puder atender o Destaque nº 48, encaminhe-o ao Relator-Geral, para que o Estado do Ceará cresça cada vez, a população mate sua sede e tenha melhores condições de vida.

Parabenizo V.Exa. pelo seu trabalho e dedicação, na elaboração do relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais)

– Muito obrigado, Deputado Zé Gerardo.

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Resende.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** – Sr. Presidente, eu também reconheço o esforço do Deputado Eunício Oliveira, Relator Setorial dessa área. S.Exa. não mediu esforços para corrigir distorções que ocorrem há muito tempo, quanto aos recursos destinados à irrigação, principalmente no tocante à Região Centro-Oeste.

Solicitamos ao Deputado que elevasse o valor que constava no projeto original. S.Exa. conseguiu elevá-lo de 5.9% para 13.3%. Agora vai remetê-lo ao Relator-Geral, para que possamos atingir o coeficiente destinado a Mato Grosso do Sul, conforme o art. 42 do Ato de Disposições Transitórias da nossa Constituição.

Precisamos reconhecer esse esforço. A bancada do Mato Grosso do Sul, por meio da nossa coordenação, quer fazer esse reconhecimento público.

Estamos apresentando 4 destaques – 18, 19, 20 e 21 – às emendas de bancada de Mato Grosso do Sul. São projetos importantes para regiões que há muito tempo alimentam a expectativa de receber recursos importantes, principalmente recursos frutos de consórcio.

Apresentamos projetos para a promoção de investimentos em infra-estrutura, por meio de consórcio a beneficiar regiões extremamente carentes do nosso Estado. No entanto, os valores disponibilizados estão muito aquém das expectativas geradas. Por exemplo, os recursos disponibilizados para o Rio Taquari. O rio ficou assoreado por causa dos plantios de soja. Preci-

samos fazer investimentos enormes para recuperar a bacia do Rio Taquari. Outro exemplo é o consórcio com vistas à recuperação da bacia do Rio Miranda.

Solicito ao Sr. Relator que verifique a possibilidade de atender ao nosso pedido. Caso não lhe seja possível, que S.Exa. remeta nossa demanda ao Relator-Geral, para que possamos assegurar recursos adicionais às emendas de Mato Grosso do Sul.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Alex Canziani.

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** – Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar os Deputados, Senadores aqui presentes, especialmente o nosso Relator, a quem parabeno pelo trabalho.

Em conversa com o Deputado Pedro Fernandes, elogiávamos a postura do Relator nesse relatório setorial tão importante que trata da integração e meio ambiente.

Nosso pleito, o mesmo do Deputado Eduardo Sciarra, é com relação à emenda do Paraná. Nossa emenda foi atendida em parte por S.Exa. Nossa demanda, contudo, é bem maior do que os recursos que S.Exa. conseguiu viabilizar. Nossa emenda contempla a implantação da infra-estrutura complementar, social e produtiva na faixa de fronteira, bem como aquisição de equipamentos para a implantação da infra-estrutura complementar, social e produtiva na região sudoeste do Estado do Paraná.

S.Exa. conseguiu atender à nossa demanda, definindo 10 milhões. Mas gostaria de que S.Exa, se puder, pelo menos equipare o nosso Estado ao belo Estado do Ceará, a fim de que possamos desenvolver uma parte importante do nosso Estado que reclama por mais investimentos em infra-estrutura.

Quero cumprimentar S.Exa., ao mesmo tempo em que apelo para que acate o nosso Destaque 0041.

Era isso, Sr. Relator. Obrigado e parabéns pelo trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– O Deputado Marcelo Castro tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores.

Sr. Relator, peço a atenção especial de V.Exa. para o que vou dizer de maneira sucinta e concisa.

O Estado do Piauí tem a pior renda *per capita* do Brasil. Anteriormente, era o Estado do Maranhão. Mas, segundo recente estatística do IBGE, somos hoje os campeões em pobreza. Estamos disputando o último lugar, no IDH, com os Estados do Maranhão e Alagoas. Entretanto, a nossa Constituição preconiza que o Orçamento da União deve ser feito de maneira regionalizada para diminuir as desigualdades regionais.

Com a ajuda do Deputado Júlio Cesar, também pelo Piauí, fizemos um levantamento para verificarmos a posição do nosso Estado, com relação às emendas de bancada.

Pois bem, nobre Relator, o Piauí se encontra na 25ª posição, considerando-se a área territorial do nosso Estado, em termos de IDH, distribuição de renda, renda *per capita* etc. E, no momento em que nós, Parlamentares, deveríamos aproveitar para tirar essa diferença, estamos contribuindo para que ela aumente. Mandando-se mais recursos para os Estados com maior poder aquisitivo e diminuindo-se os recursos para os Estados com menor poder aquisitivo, estamos aumentando a diferencia regional.

O Piauí está na 25ª posição – repito. Só estão pior do que o Piauí os Estados de Sergipe e do Amapá. E seria até inconcebível comparar esses 2 pequenos Estados com o Piauí, dada a sua dimensão territorial.

Nobre Relator, não posso dizer que V.Exa. foi injusto com o Piauí em seu relatório. No entanto, observe que o Piauí ficou com a média de 8,6 milhões por emenda de bancada – uma das mais baixas, se comparada às de outros Estados, que obtiveram média mais alta.

Então peço a V.Exa. que, com espírito de justiça, contribua para que possamos diminuir as diferenças inter-regionais; que, do alto de sua compreensão e sensibilidade, acresça alguns valores às emendas do Piauí. Refiro-me às destacadas por mim: Destaques nºs 23, 24, 26, 27 e 28.

Aproveito, Sr. Presidente, para pedir a retirada do Destaque nº 16. Estou pedindo a retirada do Destaque de nº 16, porque há uma impropriedade. Ou seja, esse destaque foi apresentado indevidamente.

São essas as minhas palavras. Espero contar, Relator, com a compreensão de V.Exa., para aproveitarmos o momento para dar o que é justo ao Piauí e a outros Estados menos desenvolvidos, isto é, os mais deprimidos da Federação brasileira. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Júlio Cesar.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, Deputado Eunício Oliveira, olhei bem o relatório de V.Exa. Pessoalmente, já o elogiei. Mas quero fazer um registro para que conste nos Anais da Casa.

O relatório de V.Exa. é muito criterioso. Sei quanto é difícil ser relator pelas pressões que se recebe. Já fui relator, inclusive dessa área temática que diz respeito a todos os Estados e Parlamentares do Brasil.

Farei alguns comentários sobre a distribuição de recursos da União para as Regiões brasileiras.

No Nordeste encontram-se 28% da população brasileira. Mas, ao repararmos na distribuição dos recursos do PAC, por exemplo, vemos que só recebemos 12,5% dos recursos. A Região apresenta também a menor renda *per capita*.

Fala-se que as Regiões mais pobres do Brasil são as Regiões Norte e Nordeste. Graças a Deus, o Centro-Oeste passou da média nacional!

O Norte também tem quase 50% a mais do que o Nordeste. E o Nordeste, que, no passado, tinha 50% da renda brasileira, hoje, só tem pouco mais que 45%. No Nordeste, contudo, alguns Estados têm força política. E esses Estados, às vezes, levam vantagem.

O Piauí está no nordeste do Nordeste, e é o lanterna em quase tudo. O Deputado Marcelo Castro já falou sobre isso. Nós temos hoje a menor renda *per capita* do Brasil, o 3º menor IDH, a menor contribuição que temos de tributos, tanto estaduais quanto federais.

Hoje, 47% da população do Piauí é pobre, ou seja, ganha até um dólar *per capita* ao dia, conforme conceito mundial de pobreza.

Fala-se muito em diminuir as desigualdades sociais existentes no nosso País, as desigualdades regionais, mas, na prática, nada acontece. O PAC, que poderia ser o indutor para diminuir essa desigualdade, está aprofundando a diferença entre ricos e pobres – o Deputado Marcelo já falou, e muito bem, sobre esses dados.

Apresentamos – é verdade que quem o assinou foi o Deputado Marcelo, eu não sou membro desta Comissão – o Destaque nº 17, para a construção de uma estrada no semi-árido do Piauí, a cargo do Governador Wellington Dias. Essa estrada, Sr. Relator, vai diminuir a distância entre Fortaleza e Brasília, na BR-020, em mais de 200 quilômetros. Hoje, quem está em Simplicio Mendes e quer ir para Jacobina, precisar andar 310 quilômetros. Ao construirmos esse trecho, vamos diminuir em 210 quilômetros, precisaremos percorrer apenas 100 quilômetros.

A esse destaque, V.Exa. já deu uma atenção especial, o que agradeço, ao aprovar dotação de 10 milhões de reais, e visa restabelecer o que é de final da emenda, 30 milhões.

Peço atenção especial para o Piauí, que hoje é o lanterna em termos de pobreza no Brasil.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON FAGUNDES** – Concluído, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Júlio Cesar. S.Exa. já falou.

Com a palavra o Deputado João Magalhães.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES** – Sr. Presidente, solicito ao nobre Relator, Deputado Eunício



cio Oliveira, a recomposição total dos cortes efetuados nos projetos de construção da Barragem Setúbal, no Estado de Minas Gerais.

V.Exa., Sr. Relator, fez 2 cortes de 1 milhão 529 mil reais cada um. Apresentamos os Destaques nºs 66 e 67 para recomposição total de números.

Como tenho certeza de que V.Exa. vai dizer que faltam recursos, apresentamos o Destaque nº 82, na verdade um requerimento de destaque de supressão parcial, no qual suprimimos, da seqüencial 5.040, Promoção da Assistência Técnica Rural, 3 milhões e 58 mil reais para atender os 2 destaques.

Gostaríamos, portanto, Sr. Relator, da atenção de V.Exa. para esses 2 destaques de recomposição total e para esse destaque de supressão parcial.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Wellington Roberto.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Sr. Relator, Deputado Eunício Oliveira, temos aqui os Destaques nºs 61 e 62, pelo Estado da Paraíba, para os quais solicito que V.Exa. olhe com bons olhos.

Represento aqui o nosso Líder, o Deputado Luciano Castro, que me pediu que falasse sobre o Destaque nº 29, da bancada de Roraima. Solicito a V.Exa. também atenção especial.

Deputado Eunício Oliveira, parabenizo-o pela invejável forma física que V.Exa. tem para elaborar 40 ou 50 emendas de Relator. Na madrugada de hoje, estávamos votando, enquanto V.Exa. jantava e não se lembrou de convidar nem o Presidente da Comissão, muito menos seus colegas Parlamentares.

Desejo boa sorte a V.Exa. no final do seu relatório.

Parabéns, mais uma vez.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Wellington Fagundes.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON FAGUNDES**

– Nobre Relator, gostaria de parabenizá-lo pela forma justa como V.Exa. elabora seu relatório. Como somos vizinhos do Mato Grosso do Sul, acreditamos que V.Exa., com os poucos recursos que sobraram, tentou atender de forma bastante equânime. Contudo, como Mato Grosso do Sul em 4 emendas ficou com 42 milhões, queremos fazer um apelo a V.Exa., senão a bancada de Mato Grosso pode ser considerada incompetente: com 4 emendas, recebemos 38 milhões.

Eu gostaria, no nosso destaque, de pedir a V.Exa. que elevasse o valor de Mato Grosso de 38 milhões para 42 milhões. Dessa forma, nós nos sentiríamos iguais. Como Mato Grosso do Sul tem mais desenvolvimento, precisaria de um pouco menos que Mato Grosso. Faço um apelo para que V.Exa. atenda o nosso Destaque

de 16: promoção de investimentos em infra-estrutura em Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

V.Exa. conhece Cuiabá, a capital do nosso Estado. Temos 2 projetos em andamento: um, relativo à hidrovía turística do Pantanal, obra extremamente importante. Com 12 milhões, poderíamos avançar. Já foi liberada, este ano, uma parte do recurso. Assim, V.Exa. também estaria atendendo o patrimônio da humanidade.

Sr. Relator, gostaríamos de manter o destaque, pedindo atenção mais uma vez a V.Exa. e ao Presidente, que esteve conosco em Cuiabá, juntamente com o Prefeito Wilson Santos e viu a obra do anel viário.

Chegará o momento de fazermos um apelo a V.Exa. para que o Mato Grosso possa ser contemplado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Humberto Souto.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Sr.

Presidente, Sr. Relator, no relatório, V.Exa. comete uma profunda injustiça para com Minas Gerais. A bancada mineira apresentou uma emenda para recursos hídricos no semi-árido do Estado, região hoje equiparada territorialmente ao tamanho do Ceará. V.Exa. alocou apenas 10 milhões de reais para Minas Gerais; 40 milhões para o Ceará; 34 milhões para Pernambuco; 36 milhões para Roraima; 58 milhões para o Tocantins; 28 milhões para o Maranhão; 38 milhões para o Mato Grosso; 42 milhões para o Mato Grosso do Sul; 39 milhões para o Pará; 52 milhões para o Piauí, e assim por diante.

Para fazer justiça, Sr. Relator, o Estado que tiver o mesmo tamanho territorial do Ceará não deveria receber o mesmo valor, que tem suas atrações. Acho que metade desse recurso deveria ser alocado no Ceará.

O semi-árido de Minas, no DENOCS, está completamente desestruturado. Estamos atravessando hoje uma das maiores secas dos últimos 30 anos. A região perdeu mais de 200 mil cabeças de gado por falta de pastagens, de água e de sistema de irrigação. A situação é de calamidade.

O Presidente da República recebeu a bancada daquela região na semana passada e determinou um conjunto de medidas para tentar recuperá-la. Foi-nos informado que havia uma emenda que possibilitaria ao DENOCS implementar uma série de serviços.

Então, até para estruturar o próprio DENOCS, comprando máquinas perfuratrizes, construindo pequenas barragens, fazendo pequenas recuperações de aguadas, tenho que, forçosamente, apelar a V.Exa. para que altere seu relatório, no sentido de se fazer justiça àquele órgão.



Pode-se dizer: “Ah, mas V.Exa. apresentou apenas uma emenda de bancada”. Sim, mas o que importa não é o número de emendas e sim o valor delas.

Tenho certeza de que V.Exa. é um homem justo, que não quer prejudicar Minas, que não faz nenhuma discriminação contra o Estado. Dessa maneira, eu pediria a V.Exa. que fizesse uma reflexão, ainda há tempo, e aquinhoasse Minas Gerais com valor não acima do destinado aos outros Estados, mas na proporção do seu tamanho territorial, em razão de estar localizado no semi-árido e pelas dificuldades que enfrenta, pela pobreza e miséria daquela região, que é o Vale do Jequitinhonha, o Vale do Mucuri e o norte de Minas, o Vale do São Francisco, atendida pelo DENOCS.

Aguardo a compreensão de V.Exa.

Muito obrigado, Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Gonzaga Patriota.

**O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA** – Sr. Presidente, Senador José Maranhão, Sr. Relator, Deputado Eunício Oliveira, fui o Deputado que mais falou aqui. Falei mais do que os Deputados Sérgio Miranda, Giovanni Queiroz e Rose de Freitas.

Deixei para encaminhar hoje porque eu gostaria de requerer que fossem votados em separado os Destaques nºs 71, 72 e 73. Vou explicar o por quê: todos esses destaques tratam de importantes obras em Pernambuco, e já ouvi todos reclamarem que o lençol é curto – uma média de 8, 10 mil reais; o nosso ficou com menos. Mas acontece que o turismo, na emenda da Comissão de Desenvolvimento Regional e também na Comissão de Turismo, ficou com 160 milhões de reais.

Quero que sejam votados em separado esses destaques, com o objetivo de alocar não os 160 milhões, mas, pelo menos, mais 20 ou 30 milhões para esses 3 destaques de Pernambuco.

Requeri, então, que fossem votados em separado os Destaques nºs 71, 72 e 73. Vamos capar dessas duas emendas de Comissões algo para o avanço do mar em Boa Viagem, pois os hotéis estão em risco pelo avanço do mar e a Adutora de Serigy.

Parabéns pelo seu relatório, que é muito bom.

Se Deus quiser, vamos ver atendidos esses 3 destaques.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado José Guimarães.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES** – Sr. Presidente, formulo duas questões ao nobre Relator-Setorial, Deputado cearense Eunício. Primeiro, o fato de um Estado ter um valor superior ao outro, no caso

do relatório setorial, não significa que o meu Estado tenha mais emendas e vice-versa.

As emendas de bancada se distribuem de acordo com a preferência do programa encaminhado pela bancada do Estado. Então, pode ser que o meu Estado receba um valor superior num relatório setorial e, em outro, como por exemplo, de infra-estrutura, receba um valor superior.

Portanto, quero chamar a atenção para não sacrificarmos o Relator-Setorial, Deputado Eunício, argumentando que um Estado teria mais recursos que outro.

Meu caro Deputado Eunício, quero chamar a atenção para as emendas de Comissão. Estive hoje na Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, da qual sou membro, e os nossos colegas me pediram que trouxéssemos ao nobre Relator o argumento de que as 4 emendas daquela Comissão são fundamentais para 2 regiões, efetivamente as mais pobres do Brasil, com mais desigualdades regionais e de renda: a Região Norte e a Região Nordeste. As 4 emendas da Comissão que integramos se direcionam para os Ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente.

Pondero a V.Exa. para que indique ao Relator-Geral essa ampliação. Há inclusive, Deputado Eunício, uma emenda para a nossa terra relativa à transposição e interligação da Bacia do Rio Salgado, além de outras da Comissão da Amazônia.

Os membros da Comissão da Amazônia pediu-me que eu conversasse com V.Exa. sobre esse assunto, e o faço publicamente, indicando a possibilidade de ampliar os recursos para as 4 emendas encaminhadas, as quais tão bem V.Exa. já atendeu parcialmente, o que demonstra interesse e compromisso para com o desenvolvimento regional.

Faço apenas esse lembrete a V.Exa.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o nobre Deputado João Leão.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, estou realmente encantado com o relatório. Encantado, primeiro, Sr. Relator, pela sua experiência, pelo fato de ser nordestino. Não existe na área de integração, de irrigação, Região com mais necessidade que o Nordeste. Mas, infelizmente, o Ministério da Integração enviou ao Planejamento, que acatou e enviou para a SOFT.

Não entendo como ficaram sem recursos, para as transferências de gestão e as assistências técnicas, os projetos de Barreiras Norte, Bebedouro, Betume, Boacica, Curaçá, Formosinho, Formoso A, Formoso B, Formoso H, Itiúba, Mandacaru, Nilo Coelho, Nupeba,

Riacho Grande, Pirapora, Propriá, São Desidério e Tourão. Esses projetos ficaram sem recursos. Isso não pode acontecer. Vamos ter que resolver essa questão na Comissão.

Sei que não dispõe de mais recursos para indicação de uma emenda de relatório para resolver esse caso, como resolveu o caso do DNOCS. Infelizmente o caso do CODEVASF não foi resolvido. Se V.Exa. quiser dividir ao meio e destinar uma parte do recurso para o DNOCS e uma parte para CODEVASF, o Nordeste inteiro lhe agradecerá, principalmente o povo da região do São Francisco. Já estamos cedendo um pouco de água para os senhores no Ceará, na Paraíba. Seria justo V.Exa. dividir, dar 50% para o DNOCS e 50% para a CODEVASF. O Relator poderia fazer esse acréscimo no final.

Sr. Presidente, meu caro, nobre e querido Relator Deputado Eunício Oliveira, não quero deixar que o DNOCS seja atendido e a CODEVASF, não. V.Exa. alocou 14 milhões, se o espírito não me engana, para resolver o problema do DNOCS. Vamos dividir igualmente esses recursos. Vocês querem a água do São Francisco, nós queremos dividir esses recursos. Não queiram tudo, não levem tudo para o Ceará, nem para a Paraíba, nem para o Piauí, nem para o Maranhão – o Piauí quer levar tudo.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Eu acho que esse espírito está querendo enganá-lo. É um espírito ruim.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Quero dividir para chegarmos lá na frente juntos.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Deputado João Leão, não se esqueça de Minas Gerais.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Não, da maneira que estou pedindo, vai entrar para Minas Gerais.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Claro, é o São Francisco.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Na área do São Francisco.

Queremos pegar 50% desses recursos que V.Exa. destinou ao DNOCS e, com uma emenda de Relator, resolver esse problema, uma emenda global para todos os projetos da CODEVASF. Nós entraríamos agora com 7 milhões para o DNOCS e 7 milhões para a CODEVASF. E no final, todos juntos, as bancadas da Paraíba, do Piauí, do Ceará, vamos tentar resolver juntos esse problema. Acho muito melhor do que lutarmos separados.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Deputado Eunício, devemos atender à reivindicação do Deputado João Leão, que tem prestado relevantes serviços a esta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Edinho Bez.

Estou solidário com o Deputado João Leão, que é muito simpático, mas quero saber porque ele tem essa prevenção contra a Paraíba, contra o Ceará.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Ao contrário, eu amo as paraibanas e adora os paraibanos, até porque eu sou pernambucano. Sou baiano por adoção.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Hugo Leal.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** – Sr. Presidente, gostaria da atenção do Relator da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Hugo Leal.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** – Estou esperando acabar a reunião na mesa para me manifestar. Solicito a atenção do Relator. Já que não teremos parte da verba, pelo menos a atenção. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. declina do uso da palavra?

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** – Não, Sr. Presidente, estou aguardando a atenção do nobre Relator para me manifestar.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Peço ao Relator que dê atenção ao Deputado Hugo Leal, que está com a palavra.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** – Sr. Presidente, Deputado Edinho Bez.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Eu anunciei V.Exa. há 2 minutos.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** – Eu estava aqui, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Como V.Exa. não se apresentou, pensei que não estivesse presente. Chamei o nome de V.Exa. em voz alta.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** – Mas eu estava aqui. São saí daqui, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. falará depois do Deputado Hugo Leal.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** – Sr. Relator, Deputado Eunício Oliveira, dirijo-me a V.Exa. em nome da bancada do Estado do Rio de Janeiro, a qual tenho o prazer de coordenar.

Sr. Relator, não gostaria de discutir aqui os critérios, os parâmetros utilizados por V.Exa. na apreciação das emendas de bancada. Quero me ater às 2 emendas apresentadas pela bancada do Estado do Rio de Janeiro. Por unanimidade – o que é extremamente difícil de ocorrer –, a bancada escolheu para objeto de suas emendas 2 obras vinculadas ao Ministério da Integração.

A primeira, nobre Relator, diz respeito ao Município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. A idéia é dar continuidade ao trabalho de despoluição da Baía da Guanabara, principalmente em dezembro, janeiro e fevereiro, período das cheias, das enchentes.

Mais uma vez, a exemplo do que ocorreu nos três anos anteriores, o Município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, onde a maior parte da população passa por dificuldades, sofre com inundações. Não há perspectiva de solução se não forem realizadas obras de prevenção contra enchentes. E o problema se alastra para outros municípios.

Repito: não gostaria de discutir os critérios utilizados pelo Relator para estabelecer os parâmetros para a apreciação das emendas de bancada. Entretanto, é muito pequena a dotação de 8 milhões de reais para a realização de obras preventivas no Município de Duque de Caxias, que há 4 anos consecutivos é manchete de jornais por causa das inundações – problema que abrange os demais municípios da Baixada.

A segunda emenda, Sr. Relator, diz respeito a uma obra de mais de 15 anos, uma ponte que ligará os municípios do norte do Estado do Rio de Janeiro, na divisa com o Espírito Santo. No estágio em que se encontra a obra, a referida ponte liga nada a lugar nenhum. Tal situação justifica-se pela desídia de vários administradores, que ao longo dos anos não deram qualquer atenção à obra.

Depois de 15 anos de muitas discussões, nossa bancada, por unanimidade -Deputados das regiões norte e noroeste fluminense -, reconhecendo a necessidade da conclusão dessa obra, entendeu que era fundamental dar continuidade a um projeto que dormita há vários anos no Executivo.

Com todo o respeito, Sr. Relator, os recursos alocados por V.Exa. nos imporão imensas dificuldades para iniciar as obras de prevenção às enchentes e concluir as obras de construção da ponte, fundamental para a ligação entre municípios do norte fluminense e, principalmente, entre o Rio de Janeiro e o Espírito Santo.

Sr. Relator, apelo a V.Exa., a sua consciência, a seu denodo, para que, na formulação do relatório, atenda ao pleito do Estado do Rio de Janeiro, que, exatamente por não sofrer as mazelas da seca, é relegado a segundo plano. Não sofremos as mazelas da seca, mas sofremos as mazelas das enchentes.

Das várias regiões do Estado, optamos pela Baixa Fluminense. Gostaria que o Relator fosse condescendente e atendesse ao pleito da bancada do Estado do Rio de Janeiro, principalmente no que diz respeito à conclusão da ponte que liga municípios no norte do Estado, empenho pessoal da unanimidade dos Deputados da bancada.

Esperamos poder merecer mais complacência e, principalmente, recursos para termos expectativa e esperança de que essas obras sejam realizadas.

Sr. Relator, as 2 emendas têm destaque – 038 e 039.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Edinho Bez.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, meu caro amigo e companheiro Relator, apresentei o Destaque nº 83 à Emenda nº 71260012. O Estado de Santa Catarina, depois de entendimento com o Governo Federal e com a banca estadual, por solicitação pessoal do Governador, ressaltou a importância de apresentarmos emenda de valor significativo na área de programa especial de saneamento rural naquele Estado e para aquisição de equipamentos para saneamento ambiental rural.

Santa Catarina é um dos maiores produtores de alimentos do País, entre os quais a carne suína. Exportamos carne suína para a Rússia e estamos mantendo contatos com o Japão. Vamos estender a exportação para vários países. Enfrentamos problemas ambientais terríveis quanto ao aproveitamento e utilização de dejetos suínos, que são altamente poluidores. Esses recursos são exatamente para a aquisição de equipamentos visando ao aproveitamento de dejetos suínos, que serão transformados em adubo, diminuindo bastante a poluição.

Por isso, caro Relator, caro Presidente, nobres colegas, tendo em vista a necessidade e prioridade do Estado de Santa Catarina, agradeço ao Relator. Havíamos aprovado pela bancada estadual o valor de 80 milhões de reais e o nobre Relator nos contemplou com 8 milhões de reais. Obviamente, tendo em vista a necessidade e a prioridade do Estado, solicito no destaque que esse valor passe de 8 milhões para 20 milhões de reais. Trata-se do Destaque nº 83 à Emenda nº 71260012.

Conto com o apoio dos demais colegas desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Está encerrada a discussão. Conseqüentemente, também está encerrado o prazo para apresentação de destaques. *(Pausa.)*

Emendas de Relator.

Nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional, solicito autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas com relação às emendas individuais e de Relator, tendo em vista que já houve manifestação quanto às emendas coletivas.

Em votação a autorização na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação a autorização na representação do Senado da República.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada no Senado da República também por unanimidade.

Relatório Setorial da Área Temática III – Integração Nacional e Meio Ambiente.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressaltados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade na representação da Câmara dos Deputados.

Em votação na representação do Senado da República.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade na representação do Senado.

O Relator pede o prazo de 10 minutos para compatibilizar os destaques apresentados.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, gostaria que o Relator se pronunciasse sobre a questão que levantei. S.Exa. concorda com a cabeça, diz que vai resolver, mas não explica como. Quero saber como fará isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Relator para responder a provocação do Deputado João Leão.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Sr. Presidente, acho que essa questão é de todos. Nós também queremos que o Relator dê a devida atenção aos nossos destaques, dada a injustiça cometida.

**O SR. DEPUTADO EUNÍCIO OLIVEIRA** – Estou pedindo ao Presidente pelo menos meia hora para compatibilizar os destaques. Se os senhores analisarem os cortes existentes, verão que só tive condições de fazer cortes... Enquanto todos nós recebemos, proporcionalmente ao número de emendas, o valor equivalente a 6,5 milhões de reais, alguns relatores, nos seus setores, tiveram a oportunidade de cortes que chegaram até a 800 milhões de reais. Na nossa relatoria, em RP-2 ou GND-4 e 5, tivemos a oportunidade de cortar apenas 35 milhões de reais. Procuramos fazer o equilíbrio na proporcionalidade das emendas. E, só para deixar bem clara essa questão, 5 emendas que receberam um pouco mais de dinheiro estão no chamado RP-3. Portanto,

não receberão automaticamente os recursos. Por isso foram um pouco mais elevadas. Não receberão automaticamente os recursos que virão dessa reestimativa de receita que foi aprovada por todos nós ontem – as emendas chegam quase a dobrar.

Na RP-3, o relator só pode cortar até no máximo 10%. Ele não terá recurso. A resolução não permite que ele faça automaticamente esse encontro.

Estou pedindo ao Presidente meia hora de suspensão da reunião para que possamos compilar todos esses destaques. Não havendo a possibilidade de atendimento por falta exclusiva de recursos – fiz um acordo com o Relator-Geral porque o relatório, no que diz respeito a cortes, ficou muito desequilibrado em relação outros relatórios -, vou encaminhar todos esses destaques como indicação ao Relator-Geral. Por isso estou solicitando ao Presidente a suspensão da reunião por 30 minutos para a assessoria compilar todos os destaques. Com relação ao Deputado João Leão, quero ter com S.Exa. uma conversa em separado.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Sr. Presidente, acho perfeitamente pertinente o pedido do Relator. S.Exa. precisa realmente de um prazo para reestudar seu relatório. Peço ao Sr. Relator que, ao fazê-lo, não se esqueça do nosso pleito.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – A Presidência recebeu, com data de 10 de dezembro de 2007, o Ofício nº 115/2007, Gabinete PROC-G, assinado pelo Dr. Lucas Rocha Furtado, que numa entrevista sensacionalista ao jornal *O Globo* fez afirmações sobre esta Comissão. Entre outras coisas, diz:

“Se houvesse uma real vontade de melhorar o combate à corrupção, seria preciso mudar todo sistema de elaboração e execução orçamentária. A gente não sabe os critérios. A impressão é que tudo é feito para permitir que membros da Comissão Mista de Orçamento possam cobrar doação de campanha, o que em linguagem penal é cobrar propina de empresário.”

Essa foi a declaração do Chefe da Procuradoria-Geral do Tribunal de Contas da União, Dr. Lucas Rocha Furtado.

Ontem esta Presidência e vários Parlamentares teceram comentários a respeito desse fato, que considero de extrema gravidade, porque claramente naquelas declarações o Procurador-Geral do Tribunal de Contas da União acusa os Srs. Parlamentares de



manipularem o Orçamento para receber propina. Com todas as letras S.Exa. diz isso.

O ofício que recebo do Procurador é em resposta à manifestação do Relator-Geral, Deputado José Pimentel, e é do seguinte teor:

“Ao

Excelentíssimo Sr. Senador José Maranhão

Presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

Senado Federal – Praça dos Três Poderes

CEP: 70160-100

Sr. Senador.

*Ao cumprimentar Vossa Excelência, presto esclarecimentos acerca da matéria publicada no jornal O Globo, edição de 10 de dezembro de 2007.*

*Em mencionada reportagem, afirmei em linhas gerais, que o sistema de elaboração e execução do orçamento brasileiro dá margem a fraudes.*

*Mencionei, como exemplo de vulnerabilidade do sistema orçamentário nacional, a possibilidade de empresa vencer licitação para execução de obra pública e, não obstante ter sido contratada, os recursos necessários à execução do contrato somente serem liberados se: 1 – o orçamento de cada exercício contemplar mencionado programa; 2 – os responsáveis pela liberação dos recursos – no Poder Executivo – julgarem conveniente e oportuna a liberação do orçamento.”*

Nesse tópico naturalmente estão sob suspeição do Sr. Procurador-Geral do Tribunal de Contas da União todos os órgãos do Executivo, que passam a ser vulneráveis, porque o Executivo tem a prerrogativa de liberar ou não os recursos.

Continua S.Exa.:

“Critiquei – crítica que mantenho e reitero – o sistema orçamentário, que propicia, em razão da ampla discricionariedade para a inclusão de rubricas orçamentárias e para a sua liberação, a cobrança de propinas e de compromisso de doação para campanhas políticas.

Ressalto que o próprio Parlamento tem feito críticas do gênero, apontando falhas sistêmicas, conforme se percebe do exame de alguns relatórios de Comissões Parlamentares de Inquérito, entre os quais o da CPMI das

Ambulâncias, do qual transcrevo o seguinte excerto:

*“(…) nosso sistema político, eleitoral e partidário” – é transcrição da CPI das Ambulâncias que ele está fazendo – “parece ser um ambiente institucional ao menos favorável para a perpetuação de práticas desse tipo. Não se trata, ao que tudo indica, de um desvio marginal da norma, de decisões individuais minoritárias, como sói acontecer nos inúmeros escândalos políticos que ocorreram repetidamente em outros países. Há aqui, aparentemente, algo nas regras da política que premia os autores que optam por uma conduta desviante.”*

Isso é trecho do relatório da CPMI. E continua em outro trecho:

“

(…)

*É evidente também a razão de empresas que virão a se beneficiar do gasto previsto, em função do conluio com poderes municipais, terem interesse na liberação das emendas, e sejam propensas a estimular os autores dessas emendas, até com a oferta de vantagem financeira indevida, a empenhar-se na sua liberação”. (Relatório final, Volume II, fls. 406/7.)*

Agora volta o Procurador com os seus comentários pessoais:

“Lamentei profundamente ter tomado conhecimento do desagrado que minhas declarações provocaram. Afirmando que não tive a intenção de ofender a honra ou atacar a conduta de qualquer Parlamentar. Busquei tão-somente criticar o sistema orçamentário brasileiro com o propósito de aperfeiçoá-lo, sem ter mencionado em minha crítica nome de qualquer Parlamentar.”

Isso que ele dá como exclusão da responsabilidade ou da acusação que fez de forma genérica ao Congresso, aos Parlamentares, na realidade é um agravante do que ele falou, porque ele não mencionou as pessoas, portanto ele atingiu todos os Parlamentares.

*“Reafirmo: a crítica foi dirigida ao sistema, que dá margem a fraudes. Não afirmei em momento algum que qualquer Parlamentar tenha cobrado propina ou suborno.*

*Reitero minha confiança no Congresso Nacional como o único instrumento para a realização da democracia, e aproveito para colocar-me à disposição de V.Exa. e desta*

*Comissão para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais necessários.*

*Respeitosamente, Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU.”*

Esse é o conteúdo do ofício. Nós vamos distribuir cópias do mesmo para todos os Parlamentares desta Comissão e levar ao conhecimento, juntamente com as declarações que foram prestadas ao jornal *O Globo* e que, segundo o próprio Procurador, faz questão de reafirmar, para as providências cabíveis da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Maranhão) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado João Leão.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Ontem, conversei com o Presidente Arlindo Chinaglia sobre essa questão. S.Exa. deixou claro que já tinha encaminhado o assunto à Assessoria Jurídica da Casa e que a Câmara dos Deputados vai processar o referido senhor. E hoje conversei com o Presidente do Congresso Nacional, em exercício, Deputado Narcio Rodrigues, e S.Exa. quer realmente dar encaminhamento a este assunto, para apurar a responsabilidade de uma pessoa que faz declarações como essas. E no meu entender, ele reitera essas declarações.

Então, penso que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional, têm de tomar providências. Não aceito isso de maneira nenhuma, Sr. Presidente. Responsabilidade é responsabilidade. O que seria desses senhores, se eu dissesse aqui que todos os Procuradores da República recebem propina para dar um parecer? O que diria esse senhor? O que diriam de mim? Que eu sou um irresponsável. Eu jamais diria uma coisa dessas contra os Procuradores da República. Não é cabível dizer: “*Ah, tem alguns que fazem*”. Se for assim, quantos Procuradores da República fazem também? Outro dia até, alguns foram presos pela Polícia Federal.

Então, essa situação não é justa e eu não a admito.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. tem a palavra pela ordem, Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Sigo a mesma linha do Deputado João Leão. Acho que a Casa tem de começar a tomar algumas providências. Essa história de generalizar para depois inclusive facilitar a própria defesa, isso hoje está virando norma. Quando ele diz que são os membros da Comissão de Orçamento es-

quece-se de que eles têm nome e endereço. Se não cita nomes, então está fazendo uma afirmação contra os membros desta Comissão como um todo. A Casa tem de realmente acioná-lo juridicamente e acho que ele tem de ser convocado para vir aqui debater esse assunto conosco. E essa é a outra questão que eu queria levantar.

Para encerrar, quero cumprimentar o Deputado Arlindo Chinaglia, que ontem deu uma resposta clara ao Transparência Brasil, a organização não-governamental que comparou os gastos de parlamentos de outros países com o do Brasil. Não se pode comparar os gastos do Brasil com os de Luxemburgo, ou da Espanha. Não fizeram o cálculo, por exemplo, da viagem que um Parlamentar tem de fazer para o Acre, Roraima e Rondônia e o que um parlamentar espanhol faz no seu país. O custo é totalmente diferente. Como podem comparar o número de Parlamentares e o número de viagens, sem levar em consideração as distâncias que temos no Brasil? Isso é absurdo. Além disso, o sistema previdenciário é diferenciado. Como fazer o cálculo do gasto de cada Parlamentar com dados completamente diferentes e depois publicar manchetes dizendo que somos muito mais caros?

Temos de começar a consertar distorções como essas, se queremos realmente fazer um debate sério, com dados concretos e objetivos. E graças a Deus, acho que é exatamente o que se está começando a fazer no Brasil, com transparência, muita clareza e dentro das normas legais.

Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa. pelas providências que já tomou e que tenho certeza vai continuar tomando.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, associe-me à solicitação do Deputado Gilmar Machado de convocar o Dr. Lucas para vir a esta Comissão. As medidas que deverão ser tomadas pela Procuradoria da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional são oportunas, no intuito de poder judicialmente repararmos esse tipo de comportamento.

Acho que há um ponto importante a ser observado por todos nós que temos assento nesta Comissão. Eu já estou nesta Comissão há 5 ou 6 anos, e não admito que, mesmo que meu nome não tenha sido declinado, ao fazer parte da Comissão de Orçamento, esteja subentendido estar eu no meio das observações que o Procurador Dr. Lucas fez.

Portanto, acho importante que votemos aqui a convocação do Dr. Lucas a fim de que ele venha a esta Comissão declinar como pode, em seu entendi-

mento, melhorar a elaboração do Orçamento e quais os Parlamentares que motivaram isso. Porque, se há equívocos e atos de desvirtuamento, temos apurado, e se ocorrerem no futuro ou agora nessa elaboração do Orçamento, temos convicção de que iremos apurar. Essa é uma responsabilidade individual e coletiva de todos os Congressistas com assento na Comissão.

É muito lamentável que na justificativa de S.Exa., em vez de, como no parágrafo final, reconhecer que não tentou atingir a imagem de nenhum Parlamentar e sim do sistema de elaboração do Orçamento, no início, ele assim não procede; ele reitera as críticas feitas na reportagem. Ou seja, é uma resposta dúbia que deixa margem para interpretações, e devemos rechaçar.

De minha parte, quero deixar claro que não concordo com esse tipo de postura por achá-la desmedida. Até porque, temos avançado muito no processo de transparência desta Comissão. O próprio Deputado Gilmar Machado inovou ao colocar o Orçamento na Internet. E S.Exa., o Senador José Maranhão, concluiu esse processo.

Então, isso é uma forma de chamar os organismos da sociedade civil organizada para participarem da elaboração do Orçamento. As sessões aqui são públicas, abertas para a comunidade e transmitidas pela *TV Câmara*, muitas delas ao vivo. E não podemos aceitar colocações como essa.

Pior ainda, Sr. Presidente, ao conversar com o Relator, o Deputado Pimentel, o Procurador alegou que foram informações prestadas pelo Deputado Giovanni Queiroz. E não é verdade. O Deputado Giovanni Queiroz pronunciou-se, ontem, e as análises feitas pelo Relator Pimentel dizem respeito ao fato de que todas as obras objeto de indícios de irregularidade não foram motivadas por emendas parlamentares e sim propostas diretas do Executivo. Apenas uma referia-se à emenda de bancada de um Estado da Federação, o resto, todas obras de iniciativa do Executivo.

Então, isso é injusto. O Deputado Pimentel levantou essas obras, porque há de se descaracterizar o envolvimento do Deputado Giovanni Queiroz, que não teve intenção de chamuscar a Comissão, como S.Exa. se pronunciou no dia de ontem.

Quero, portanto, me associar ao Deputado Gilmar Machado na solicitação de convocar o Dr. Lucas para que ele venha a esta Casa e decline se efetivamente tem dúvidas em relação a postura de alguns dos Congressistas desta Comissão, ou reitere, de forma correta, não como o fez no primeiro parágrafo, ao deixar em dúvida em sua posição, porque no último parágrafo, entendendo que se redimiou, mas no primeiro e no segundo parágrafos, não entendi dessa forma.

Portanto, é importante que continuemos a esclarecer independente das iniciativas, como disse o Líder Deputado João Leão, que a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional irão tomar em relação a esse fato.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Quero esclarecer ao Deputado Cajado que ontem à noite esta Comissão aprovou o requerimento de autoria do Deputado Eduardo Valverde convocando o procurador para prestar esclarecimentos aos membros desta Comissão.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Muito obrigado, Presidente, pela informação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Hugo Leal.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** – Sr. Presidente, apenas para reforçar mais uma vez o trabalho de V.Exa. nesse episódio e a continuidade das manifestações. Quero também me solidarizar com todos. Não sou membro desta Comissão, mas como coordenador da bancada do Estado do Rio de Janeiro, tenho as mesmas preocupações que foram trazidas aqui pelos meus antecessores. Porém, queria abordar 2 aspectos práticos dessa situação. É necessário darmos o desdobramento até o final das ações propostas, da oitiva do Dr. Lucas Rocha Furtado, das outras manifestações, também do pedido do Deputado Giovanni Queiroz.

Sr. Presidente, quero fazer uma indagação a V.Exa.. Pergunto se V.Exa. foi entrevistado sobre a reportagem do jornal *O Globo*, ou algum membro da Comissão foi convidado a dar essa entrevista ou a desmentir isso no jornal. Isso aconteceu? Houve a procura da reportagem ou do jornal para que esta Comissão se manifestasse ou se contrapusesse à manifestação do Procurador?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Informo a V.Exa. que, efetivamente, nenhum órgão de imprensa me procurou ou ao Deputado José Pimentel para falar sobre esse assunto.

Gostaria de prestar outro esclarecimento subjacente ao que V.Exa. fala.

É preciso dizer que os comentários da imprensa, não o pronunciamento do Procurador, foram suscitados por um requerimento de informação de autoria do Deputado Giovanni Queiroz, aprovado nesta Comissão...

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** – Eu sei disso. Eu acompanhei a discussão ontem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – É preciso dizer: que foi aprovado nesta Comissão, solicitando informações sobre itens da proposta orçamentária que veio do Executivo.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** – Sim, eu sei eu conheci o teor.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – O Deputado Giovanni Queiroz não questionou nenhuma emenda parlamentar naquele item de construção de estradas. O que o Deputado Giovanni Queiroz questiona,...

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** – Dificil sempre.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – ...e o faz por direito legítimo, como membro desta Comissão e Parlamentar, são os custos de construção para algumas obras constantes da proposta orçamentária do Executivo. Se houve questionamento, foi em relação à proposta orçamentária do Executivo, como disse muito bem o Deputado Claudio Cajado, e não a qualquer atitude ou iniciativa de Parlamentar pertencente a esta Comissão ou não.

Então, o Deputado Giovanni Queiroz, para esclarecer seu voto nesta Comissão e clarear o entendimento de todos os membros da Comissão, pediu ao Executivo, especificamente, que informasse os custos para a construção de obras que estão no Orçamento da União, porque havia algumas discrepâncias gritantes em relação a esses custos.

Não estamos aqui para fazer acusação apressada. É evidente que o Executivo tinha a obrigação de esclarecer as razões por que o mesmo tipo de obra, embora com peculiaridades diferentes, custava muito mais caro do que outras obras, em situações embora diferentes.

Faltaram esses esclarecimentos. O Deputado Giovanni Queiroz está buscando esses esclarecimentos.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** – Sr. Presidente, não quero contraditar V.Exa., mas essa matéria saiu num jornal de grande circulação nacional, *O Globo*. Esta Legislatura em especial vem trabalhando na reconstrução da imagem da Casa – principalmente após a Resolução nº 01, de 2006 –, que deve ser construída buscando a confiabilidade e a credibilidade da população.

Entendo que essa matéria ficou no espaço – foi do dia 10 recente. A Comissão, ou a Câmara, ou alguém, deveria dar ao jornal uma resposta, um esclarecimento, inclusive com relação a essa manifestação do Procurador, até que se justificasse, via artigo ou reportagem. Então, que isso não fique sem uma manifestação desta Casa ao jornal.

Estamos tomando as providências judiciais e administrativas, mas também essa discussão que estamos fazendo, que é extremamente profícua, é importante que façamos essa avaliação, tem que ter repercussão também. Se não é a repercussão que desejamos, pelo

menos será uma resposta sobre o que está sendo discutido aqui, porque o prejuízo é muito grande, quando vem uma onda dessa, quando vem uma manifestação dessa de uma pessoa que ocupa cargo importante.

Então, acho que também deveremos preparar – a Comissão, ou V.Exa., como Presidente – um artigo ou uma manifestação que faça este reparo, mesmo que às vezes possamos entender que isso não tenha a dimensão que desejamos, mas que não fiquemos inertes nessa, que tenhamos uma ação junto à imprensa.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Maranhão) – Anoto e acolho as sugestões feitas por V.Exa.

Com a palavra o Deputado Wellington Roberto.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Indago a V.Exa. se a sessão será suspensa e qual será o cronograma de votação, quando voltarmos à tarde. **O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Maranhão) – Vamos suspender, até porque já foi aberta a sessão do Senado, inclusive com votação para eleição do novo Presidente daquela Casa Legislativa.

Com relação à pauta, informo que será a mesma de agora, porque vamos suspender e continuar. A pauta é a mesma.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Mas volta o quê? Volta Integração, Turismo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Maranhão) – Turismo e Integração.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Primeiro Turismo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Maranhão) – Pode ser primeiro Turismo, dependendo de entendimento com os Relatores. Os 2 relatórios estão na mesma posição, praticamente, porque já foram lidos aqui, falta votar os destaques.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Mas acredito que seria mais rápido Integração, que já está mais adiantado que o próprio relatório da Deputada Lúcia Vânia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Maranhão) – Integração está mais adiantado porque já foram feitos os destaques e encerrada a discussão.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Então, pediria a V.Exa., se possível, que colocasse a Integração, para que déssemos por encerrado, e, em seguida, o Turismo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Maranhão) – Pois não.

Com a palavra o Deputado Edinho Bez.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** – Sr. Presidente, já foi comentado e, objetivando ganhar tempo, quero dizer que concordo com o colega Deputado Claudio



Cajado: é preciso fazer com que o Procurador compareça a esta Comissão, a fim de esclarecer o que ele realmente falou, se foi isso mesmo, até porque existem muitas distorções quando sai na imprensa. Não é a primeira vez que as pessoas dizem: “*Não foi isso que eu disse*”. Então, nada mais oportuno do que ele vir a esta Comissão para esclarecer.

Quero cumprimentar o Deputado José Pimentel, nosso Relator-Geral, pela forma serena, habilidosa, coerente, serena com que tratou a coisa pública, principalmente o Orçamento. Se o Procurador tiver uma nova forma, que apresente para nós. Não estou dizendo que vou acatá-la, mas seria importante a vinda dele aqui, para tirar essas dúvidas. Quero acreditar que não foi bem isso que ele quis dizer.

Muito obrigado.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Maranhão) – Com a palavra a Deputada Rose de Freitas, mas pondero que seja breve, porque quero participar da eleição que está havendo no Senado.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Seirei breve, até porque o PMDB marcou uma série de reuniões. Quero saber de V.Exa. se vamos voltar às 14 horas ou às 15 horas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Maranhão) – Vou responder a Deputada Rose de Freitas.

Está suspensa a presente reunião, que deverá continuar a partir das 15 horas de hoje.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, a bancada do PMDB convocou uma reunião para as 16 horas, e é reunião importante e decisiva para o partido.

Queria ponderar com V.Exa. quanto ao horário da reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Deputada, a reunião da bancada do PMDB começa às 16 horas. Então, nós devemos ficar aqui à mercê disso?

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Presidente, estou só alertando que o PMDB tem um número razoável de Parlamentares aqui. Só isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Está suspensa a reunião, que deverá reiniciar-se a partir das 15 horas de hoje.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Declaro reiniciada a 8ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nºs 36, 37 e 38 de 2007.

Antes de suspender a reunião, convoco continuação da mesma para as 20h de hoje.

Está suspensa a reunião.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eugênio Rabelo) – Declaro abertos os trabalhos da 8ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 36, 37 e 38 de 2007.

Tendo em vista que o Senado Federal encontra-se em sessão para debate e aprovação da CPMF, suspendo a presente reunião e convoco outra para amanhã, às 9h30min.

Está suspensa a reunião.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Novais) – Declaro aberta a reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 36, 37 e 38, de 2007.

Como não existe *quorum* para deliberação, suspendo a reunião, marcando o reinício para as 15h.

Está suspensa a presente reunião.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Pimentel) – Declaro reiniciada a 8ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 36, 37 e 38, de 2007.

Antes de encerrar a presente reunião, convoco reunião extraordinária para o dia 18 de dezembro, terça-feira próxima, às 14h30min, neste plenário.

A reunião está encerrada.

**Ata da Nona Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 18 de dezembro de 2007.**

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e sete, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes das Pautas nºs 36, 37, 38 e 39. Foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Claudio Cajado, Daniel Almeida, Edinho Bez, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Giovanni Queiroz, José Pimentel, Manoel Junior, Márcio Reinaldo Moreira, Nelson Meurer, Paulo Pimenta, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Regis de Oliveira, Roberto Rocha, Rose

de Freitas, Vanderlei Macris, Wellington Roberto e Zé Gerardo ; – **Senadores titulares:** Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, João Ribeiro, José Maranhão, Leomar Quintanilha e Sérgio Zambiasi; – **Deputados suplentes:** Alex Canziani, Carlos Eduardo Cadoca, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Geraldo Resende, João Magalhães, Lael Varella, Luiz Carreira, Marcelo Castro, Pedro Chaves e Ricardo Barros; – **Senador suplente:** Sibá Machado. Foi registrada a ausência dos membros titulares: – **Deputados:** Giacobbo, Gonzaga Patriota, Humberto Souto, Ivan Valente, Mussa Demes, Paulo Rubem Santiago, Vignatti e Walter Pinheiro; – **Senadores:** Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Efraim Morais, Jayme Campos e Sérgio Guerra. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e nove minutos, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou iniciados os trabalhos. Em seguida, informou não haver número regimental para deliberação e suspendeu a reunião para as quinze horas e trinta minutos daquele dia. Às quinze horas e vinte e nove minutos do mesmo dia, o Presidente reiniciou os trabalhos informando que, até aquele momento, estava faltando a apreciação dos seguintes Relatórios Setoriais referentes às Áreas Temáticas da Proposta Orçamentária para 2008: – votação dos destaques da Área Temática III – Integração Nacional e Meio Ambiente; debate e votação do Relatório da Área Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo com os respectivos destaques; apresentação, discussão e votação do Relatório Setorial referente à Área Temática I – Infra-estrutura. O Presidente esclareceu que em virtude da rejeição da Proposta de Emenda a Constituição nº 50/2007 em relação à prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF, a Presidência realizou reuniões, com o fim de readequar a Proposta Orçamentária para 2008, com as seguintes autoridades: – 13 de dezembro, com os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e o Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2008, Deputado José Pimentel, ficando acertado que o Projeto de Lei Orçamentário Anual para 2008 voltará a ser apreciado somente no início da Sessão Legislativa Ordinária de 2008; – 17 de dezembro, visita ao Ministro Paulo Bernardo, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com a Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal, e com o Ministro Raphael de Barros Monteiro Filho, Presidente do Superior Tribunal de Justiça; – 18 de dezembro: reuniões com o Sr. Antônio Fernando Barros e Silva de Souza, Procurador-Geral da República, e com o Ministro Rider Nogueira de Brito, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho. O Deputado Pedro

Novais discutiu o assunto. O Deputado Ricardo Barros solicitou que o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão fosse consultado acerca da decisão de adiar a apreciação do PLOA/2008 para o ano seguinte. Os Deputados Rafael Guerra, Eduardo Sciarra, Wellington Roberto e Fábio Ramalho se manifestaram pela continuidade da apreciação dos Relatórios Setoriais, iniciada em reuniões anteriormente realizadas. O Deputado Giovanni Queiroz, ao ler o disposto no *§ 5º do art. 166 da Constituição Federal*, solicitou que fosse aguardado o encaminhamento das correções que serão enviadas pelos Poderes, pois haverá cortes pontuais em várias obras. Os Deputados Pedro Novais e Daniel Almeida discutiram o assunto. A Deputada Rose de Freitas manifestou posicionamento de apreciar os Relatórios Setoriais naquela data. Discutiram, ainda, os Deputados Gilmar Machado, Vice-Líder do Governo. Às dezesseis horas e vinte minutos, o Deputado Cláudio Cajado assumiu a condução dos trabalhos, conforme estabelece o *§ 1º do art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*. O Deputado Eduardo Gomes manifestou-se pela continuidade da deliberação dos Relatórios Setoriais. Os Deputados Darcísio Perondi e Rafael Guerra teceram considerações sobre os cortes que serão efetuados na área da saúde, em função da rejeição da CPMF. O Deputado José Pimentel, Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2008, informou que havia se preparado para votar o Relatório Final no dia vinte de dezembro e, em virtude da rejeição da CPMF, haverá necessidade de haver a terceira reestimativa da receita orçamentária para 2008. Às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, o Presidente reassumiu a direção dos trabalhos, prestando os esclarecimentos finais sobre as visitas realizadas às diversas autoridades. A seguir, informou que a Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados havia sido finalizada, porém, no Senado Federal ainda continuava. **ENCERRAMENTO:** o Presidente informou que havia sido convocada reunião ordinária para o dia dezoito de dezembro, às quatorze horas e trinta minutos, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Às dezesseis horas e cinquenta e sete minutos, os trabalhos foram encerrados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador José Maranhão. Presidente.**

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Pla-

nos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nº 36, 37, 38 e 39.

Não havendo número para deliberação, suspendo a presente reunião até as 15h30min.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, V.Exa. não pode permitir que fiquemos conversando com V.Exa.? A reunião terá que ser suspensa mesmo?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Gostaria muito de ouvir os brilhantes conceitos de V.Exa., mas a reunião já foi suspensa.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Dessa decisão cabe recurso? *(Risos.)*

*(A reunião é suspensa.)*

**SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Declaro reaberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nº 36, 37, 38 e 39.

Farei um breve histórico sobre os trabalhos realizados até este momento.

Está faltando a apreciação dos seguintes relatórios setoriais: votação dos destaques da Área III – Integração Nacional e Meio Ambiente; debate e votação da Área VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, com os respectivos destaques; apresentação, discussão e votação de relatório setorial referente à Área Temática I – Infra-Estrutura.

Eu gostaria de prestar aos caros companheiros da Comissão de Orçamento alguns esclarecimentos. Tendo em vista que o Senado Federal rejeitou a PEC nº 50/2007, que tratava da prorrogação da CPMF, esta Presidência promoveu algumas reuniões com o objetivo de discutir a readequação da Peça Orçamentária para 2008.

Dessa forma, em 13/12/2007, eu, o Relator-Geral do Orçamento, o Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados nos reunimos e ficou acordado que a PLOA 2008 voltará a ser apreciada somente no início da próxima sessão legislativa ordinária, em 1º/02/2008, e que não haverá convocação extraordinária do Congresso Nacional em janeiro de 2008 para aprovação dessa matéria.

Além desse encontro, tive vários outros: em 17/12/2007, às 14h30min, eu me reuni com o Ministro do Planejamento Paulo Bernardo; em 17/12/2007, às 16h, com a Ministra Ellen Gracie, Presidenta do Supremo Tribunal Federal; em 17/12/2007, às 18h, com o Ministro Raphael de Barros Monteiro Filho, Presidente do Superior Tribunal de Justiça; em 18/12/2007, às 10h, com o Sr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza,

Procurador-Geral da República; em 18/12/2007, às 11h30min, com o Ministro Raider Nogueira de Brito, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Devo dizer aos companheiros, conforme já havia afirmado em reunião com muitas Lideranças que integram esta Comissão, no dia seguinte à rejeição da CPMF, que nós cobramos dos Chefes do Executivo, do Judiciário, do próprio Legislativo e do Ministério Público, cujos nomes já citamos e nas ocasiões também mencionadas, que apresentassem suas prioridades para a elaboração dos cortes a serem feitos nos seus respectivos orçamentos, sem, entretanto, assumirmos a obrigação de aceitar previamente as sugestões recebidas, porém, comprometendo-nos a acolhê-las, na medida do possível e na conformidade do trabalho que será feito nesta Comissão. A todos eu disse a mesma coisa: que a prerrogativa de adequar o orçamento é exclusiva do Congresso Nacional, por intermédio desta Comissão, mas que estávamos informalmente flexibilizando essa norma, que é constitucional, para que o relatório da Comissão pudesse ser o mais real, o mais adequado e o mais eficaz possível.

Em resumo, esses foram os entendimentos, as tratativas que fizemos com os Chefes de todos os Poderes, que visitamos desde o dia 13 até a data de hoje. Já contatamos praticamente todos os Poderes, faltando apenas o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

A todos fomos enfáticos em dizer que a intenção desta Comissão é democratizar esse processo, porque sabemos que é uma tarefa ao mesmo tempo complexa e difícil e é quase impossível chegarmos a um resultado positivo no que respeita à adequação do orçamento.

Era essa a comunicação que tinha a fazer a todos os companheiros aqui presentes.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Já foi aprovada alguma resolução ou decisão que nos permita deixar a apreciação do restante do orçamento para fevereiro ou vamos fazer isso agora?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Essa decisão foi tomada pela Presidência e foi comunicada aos companheiros – parece-me inclusive que V.Exa. também estava presente na ocasião -, tendo em vista que não há tempo suficiente para fazer esse trabalho no prazo que nos resta desta sessão legislativa ordinária do Congresso Nacional.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, com toda a humildade, parece-me que temos que obedecer à Resolução nº 01. Para mudarmos esta



Resolução, é preciso que o Congresso aprove outra, a não ser que tenhamos uma razão e nós próprios aprovemos uma decisão no sentido que não há condição de aprovar o orçamento até 31 de dezembro. Mas marcar para janeiro só o Congresso Nacional pode, uma vez que é preciso alterar a Resolução nº 01.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, eu tenho seguidamente argumentado que nós devemos concluir a votação do Orçamento este ano. Se temos uma falha na arrecadação, façamos os cortes devidos. A Comissão tem autonomia para isso.

Eu vi V.Exa. relatar diversas reuniões com o Judiciário e outros Poderes, mas não relatar reuniões com os Líderes da Comissão para tomar decisões, quando a reunião mais importante que deveria ter acontecido seria com os Líderes dos partidos, do Senado e da Câmara, para ver se nós concordamos em adiar a votação do Orçamento para o próximo ano.

Então, Sr. Presidente, apelo para que façamos essa reunião. Nós temos 2 relatórios setoriais para votar e também queremos votar o Relatório Geral. É importante avançarmos tudo o que for possível antes do início da Ordem do Dia em Plenário. Concluída a votação dos relatórios setoriais, nós poderíamos nos reunir para decidir o restante da tramitação do Orçamento.

É muito importante, Sr. Presidente, realizar aqui esse debate. Será um grande prejuízo para a Comissão de Orçamento, para o Congresso Nacional e para o próprio Governo a prorrogação da votação do Orçamento para o ano que vem. Compreendo as consultas que foram feitas e, claro, a vontade de nosso Relator-Geral de ter mais tempo para avaliar os efeitos da derrubada da CPMF.

Mas deixo o registro de que nós, coordenadores de partidos nesta Comissão, deveríamos ser ouvidos para esta decisão. Deixo clara a posição do Partido Progressista, que quer votar o Orçamento ainda este ano.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Rafael Guerra.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Sr. Presidente, para iniciarmos os trabalhos, precisamos definir o cronograma.

Houve uma reunião das Lideranças na sala de V.Exa., quinta-feira passada. Aceitamos a leitura e a votação dos relatórios setoriais, desde que, antes

disso, houvesse uma reunião para definirmos o cronograma.

Falou o Deputado Ricardo Barros, em nome da base de apoio ao Governo, e agora falo eu, em nome da Oposição: queremos votar o Orçamento ainda este ano. Agora, a Comissão precisa definir um cronograma.

Sr. Presidente, já temos reestimativa de receita, temos reserva de contingência, mais da metade dos recursos da CPMF já estão disponíveis para trabalharmos aqui. Nós estamos parando uma discussão por uma diferença de apenas 1% do PIB estimado para 2008, de 1,4 trilhão de reais. E, em relação à perda que estamos tendo agora, seria menos de 3% das receitas, porque a metade já apareceu.

O que não podemos é ficar sabendo por notícias da imprensa dos cortes feitos no Orçamento, cortes de emendas de bancada. Isso não pode ser decidido dessa forma, em reuniões realizadas nos gabinetes do Executivo.

Temos condições de levar avante e mais: lembro aos colegas da Comissão que, uma vez votado o Orçamento, o Presidente da República tem 30 dias para sancioná-lo, com ou sem vetos. Tem a prerrogativa de fazer contingenciamentos, tem a prerrogativa de mudar dotações 60 dias depois, tem a prerrogativa de fazer suplementações. Então, se ficarmos aqui imobilizados como estamos, estaremos confessando nossa incapacidade.

Nós do PSDB queremos a votação do Orçamento e, para tanto, queremos definir um cronograma de trabalho. Podemos definir cortes nos cartões de crédito corporativos, podemos definir cortes na *entourage* do Palácio do Planalto, podemos definir cortes em 38 Ministérios. Nos tempos da ditadura, tínhamos um total de 19 Ministérios, e isso era muito criticado. Hoje temos 38 Ministérios, e estamos falando em cortar emendas de bancada dos Estados, em prejudicar Estados e Municípios. Não podemos ficar sabendo disso pela imprensa.

Por isso, faço um apelo a V.Exa., Sr. Presidente, para que definamos um cronograma de trabalho. Se o Governo quer o Orçamento para fevereiro, então que fique claro que é o Governo quem quer o Orçamento para fevereiro, e não nós. Até porque o próximo ano é de eleições. Se seguirmos os passos deste ano, a Oposição não terá nenhuma emenda até 30 de junho – zero. Creio que interessa ao Governo, num ano eleitoral, ter o Orçamento aprovado e a normalidade no País assegurada.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Eduardo Sciarra.



**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, falo em nome da Liderança dos Democratas. Quero dizer que também nós queremos votar o Orçamento este ano, queremos votar os relatórios setoriais e o relatório geral. No entanto, entendemos ser fundamental que, antes de começarmos a avaliação dos relatórios setoriais, definamos um cronograma factível.

Acreditamos ser possível, sim, substituir os recursos provenientes da CPMF – e estamos aqui para discutir o assunto –, respeitando todas as determinações legais da Lei de Responsabilidade Fiscal e preservando todas as despesas obrigatórias e os programas sociais. Não queremos imaginar que seja preciso afetar a execução das emendas parlamentares. Tampouco queremos limitar a execução de recursos do PPI constante do PAC ou aumentar outras receitas como meio de compensação à renúncia da CPMF. Estamos dispostos a discutir cada um desses pontos.

Entendemos possível apresentar fontes alternativas de recursos para viabilizarmos o Orçamento de 2008. Além das históricas despesas de capital não empenhadas, há uma série de outras fontes que podem compor a receita que compensaria a perda da CPMF.

Portanto, queremos deixar registrado que nosso interesse é votar – estamos aqui para isso. Não vemos razão para ficarmos no tempo do Governo; nós temos de estar no tempo do Congresso, e o Congresso tem de determinar esse tempo.

Foi louvável a iniciativa de ouvir os outros Poderes. A Ministra Ellen Gracie já disse o que acha que pode ser cortado, quer dizer, V.Exas. já devem ter sentido o que é possível e o que não é possível.

É hora de votarmos, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Wellington Roberto.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Sr. Presidente, o PR também deseja votar os relatórios setoriais restantes, mas quero acostar-me à orientação do nobre Líder do PP, Deputado Ricardo Barros, e sugerir a esta Comissão que suspenda a reunião para que nos possamos reunir e decidir se vamos dar continuidade à votação dos relatórios setoriais ou se vamos deixar tudo para o ano que vem.

**O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO** – Eu acompanho o Deputado Wellington Roberto. Penso que devemos interromper a reunião para analisar o que pode ser feito.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Daniel Almeida.

**O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA** – Sr. Presidente, entendemos que é necessário votar o Orça-

mento. Caminhávamos de forma muito célere e competente, com a participação ativa e muito equilibrada de todos os Relatores Setoriais e do Relator-Geral, e de V.Exa., para concluirmos o processo de votação esta semana, até quinta-feira ou sexta-feira.

No entanto, não podemos desconhecer o fato de que 40 bilhões de reais desapareceram do Orçamento, e há responsáveis por isso. O PSDB e o DEM, no Senado, tomaram a decisão de fazer desaparecer 40 bilhões de reais, 8,6% do Orçamento, às vésperas do final do ano fiscal. Não se pode achar que esse é um fato normal, que possamos continuar com o mesmo cronograma como se nada tivesse acontecido. Ocorreu um fato objetivo, real, concreto, que impactou não só o funcionamento desta Comissão, o funcionamento do Congresso, mas o funcionamento das demais instituições e os interesses do País.

Portanto, Sr. Presidente, acho que devemos votar o Orçamento o mais rápido possível, mas com um cronograma factível, um cronograma que harmonize o máximo esse desfalque. V.Exa. e o Relator fizeram o que tinha de ser feito. A prerrogativa é desta Comissão, é do Congresso Nacional, ninguém abre mão disso, mas é conveniente que se consulte, que se levem em conta as opiniões, as sugestões do conjunto das instituições, que serão impactadas, a fim de que o Orçamento aprovado aqui, dentro das condições que nos encontramos hoje, esteja mais de acordo com os interesses do Brasil.

É importante ressaltar que alguns que estão cobrando pressa para votarmos agora têm de assumir seu papel. Quem nos impossibilitou darmos sequência ao cronograma estabelecido, ao cronograma em curso, não foi a base do Governo, mas esses que estão agora cobrando celeridade. Eles têm de assumir seu papel, têm de assumir sua responsabilidade, têm de dizer à Nação brasileira por que houve no Senado da República esse posicionamento e as consequências disso, que não são pequenas. Como foi dito aqui, impacta o funcionamento dos municípios no ano que vem, pois terão pouco tempo para se empenhar em suas emendas; impacta o PAC em curso.

Temos de ser criativos. O Governo Lula já demonstrou ter sensibilidade, compromisso, criatividade e competência para vencer obstáculos. Todos venceremos mais esse obstáculo.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – A questão de ordem diz respeito ao art. 166 da Consti-

tuição, que trata dos projetos de leis relativos ao Plano Plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao Orçamento anual, e a outras considerações.

O § 5º diz o seguinte que o Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão Mista, da parte cuja alteração é proposta.

Quero fazer a seguinte consideração: votar esta matéria hoje é votar contra o País, não contra o Presidente da República. O Presidente sofrerá, porque, se assim procedermos agora, S.Exa. terá que, por medida provisória – e entendo não ser isso legítimo –, cancelar recursos de diversas áreas, a fim de recompor recursos para outras áreas não atendidas, devido ao corte da CPMF. Não é justo, não é natural, não é legítimo atropelarmos o próprio Governo, o qual precisa de tempo para fazer seus ajustes.

Sr. Presidente, V.Exa. e o Relator-Geral dirigiram-se aos outros Poderes e solicitaram sugestões de corte para adequar o Orçamento à nova regra, à nova receita. Então, esta questão de ordem que faço a V.Exa. é no sentido de garantirmos que não se vote nenhuma matéria antes das correções que têm de vir de outros Poderes, caso contrário o Relator-Geral não poderá cancelar matéria já votada pelos Relatores Setoriais. Pode-se deixar de editar, mas não cancelar recursos já votados pelos Setoriais. Não há condições de ajuste.

Temos de, consensualmente, rever todo o Orçamento a partir dessa matéria. Não podemos votá-la. Se o fizermos, estaremos votando contra a Nação. E devemos nos expor à imprensa, porque estamos aqui construindo um boneco fantasma. Já mencionam que o Orçamento da União é uma fantasia; calculem se votarmos sem receita! Isso é ridículo!

Então, peço aos companheiros pormos a cabeça no lugar e realizarmos uma coisa séria.

Sr. Presidente, no bojo disso tudo, a título de contribuição para os companheiros, inclusive para o Relator-Geral, digo que propus aqueles cortes pontuais em várias obras, o que foi acatado. Está embutido no Orçamento um escândalo muito maior do que o do prédio do Fórum Trabalhista de São Paulo: a construção do Tribunal Regional de Primeira Instância de Brasília, prédio de 160 mil metros quadrados, 4 vezes maior do que o anexo IV da Câmara dos Deputados, foi uma obra de 498 milhões de reais, meio bilhão de reais. Isso é superfaturamento! Pelo preço normal daria para construir 10 prédios daqueles para o Tribunal Regional de Primeira Instância. Calculem os senhores o que estamos aprovando nesta Casa!

Então, não faz sentido nos expormos, deixando passar em branco coisas como essas. É momento de

revermos todo o Orçamento. Que votemos em fevereiro, em março, em abril, mas que seja alguma coisa que venha ao encontro dos interesses nacionais. Não coloquemos numa camisa-de-força o Presidente da República, o qual terá de fazer, por medida provisória, adequações adequações que devem ser feitas por nós aqui, frente à nova situação com a qual deparamos. Os custos de rodovia, de igual forma, assim como outros prédios não só da Justiça e do Ministério Público, mas de vários setores. Senador Leomar Quintanilha, há preços de prédios públicos que assustam qualquer um.

Então, chamo atenção dos companheiros para adequarmos melhor essa situação, não precipitarmos, caso contrário incorreremos em erros e depois não teremos como corrigi-los.

Muito obrigado, Senado José Maranhão.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, peço novamente a palavra pela ordem, se possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, observo que há 2 problemas. O primeiro é formal. Os Presidentes da Câmara e do Senado não podem simplesmente declarar à televisão, aos jornais, ao rádio, ao Relator, ao Presidente da Comissão, à Deputada Rose de Freitas ou ao Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo, que o Orçamento ficará para o próximo ano, mesmo porque a Constituição diz que o Orçamento terá de ser aprovado até 31 de dezembro. Para alterar isso, ele precisaria modificar a Resolução nº 1. Poderíamos fazer um acordo de procedimento na Comissão, que levaria uma razão de fato ao Congresso, que aprovaria ou não.

O segundo problema é como fazer as alterações, se a CPMF não foi aprovada, mas essa questão é secundária. Uma vez que ficar definido formalmente que a continuação do Orçamento será em fevereiro, teremos tempo para resolver a segunda questão.

Considero de somenos importância a possibilidade aventada aqui de apreciarmos nesta Comissão o Orçamento até 31 de dezembro. Acho que não há condições ou elementos para fazê-lo. Precisamos encontrar uma forma de votá-lo em fevereiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra a Deputada Rose de Freitas.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, li com atenção o relato trazido das reuniões realizadas com várias instituições de Poder do nosso País. Perguntei ao Relator José Pimentel, a quem prezo muito, o que acontecerá, porque todos

estamos sobrestados nas informações. Causou-me estranheza quando S.Exa. respondeu que votaremos em fevereiro. Perguntei como. S.Exa. respondeu que a Mesa Diretora do Congresso se reuniu e decidiu que votará em fevereiro.

Ora, quero crer – e não rasgarei um pedacinho sequer do diploma referente à delegação que recebi para representar no Congresso Nacional o meu Estado e o meu País – que não se pode passar por cima das instâncias que devem tomar as legítimas decisões.

Sr. Relator, não cabe à Mesa desta Casa seguir diretriz alguma, ou seja, traçar diretriz e tomar decisões por nós. E V.Exa. sabe do carinho e do respeito que tenho pela sua pessoa.

Há outro ponto: acompanhamos atentamente pela televisão às gestões, às conversas e aos entendimentos, mas, sem sombra de dúvida, quem vai decidir o Orçamento da União é o Congresso Nacional. E, como disse o Deputado Miro Teixeira, esse é o Orçamento da União, votado pelo Congresso Nacional.

Ninguém mais do que o Relator-Geral foi testemunha do esforço que esta Comissão envidou no sentido de trabalhar, compreender, votar receita, muitas vezes de maneira que eu não gostaria de ter votado, porque li açodadamente as peças que foram colocadas sobre nossas mesas. Assim, quero crer que essa reunião chega a exaurir-se, no momento em que os Líderes precisam conversar, e precisamos das satisfações de perto, ao vivo, num debate aberto sobre os rumos que devemos tomar. Não pode ser dessa maneira. Ninguém pode decidir por trás de um biombo, conversando daqui e dali, ou então por meio de uma nota oficial de que não vamos mais votar o Orçamento da União.

Isso quer dizer que também não sabemos o que o Governo fará até o momento de votar o Orçamento do ano que vem, se vai usar essa argumentação. E discordo do Deputado Daniel, a quem também prezo muito. Não foi com os votos da Oposição que se derrotou a CPMF, mas também com o voto da Situação. O PMDB e o PR contribuíram para isso. A responsabilidade foi de quem tomou a atitude de sobrestar do Orçamento da União 40 bilhões de reais. E aí estão as consequências. Perdeu-se um momento histórico no País, como disse o Senador Pedro Simon.

No momento em que o Governo Federal e todos os Governos falam, falam, falam e não fazem, e o Congresso promete, promete, promete e não faz, devemos votar, Deputado Rafael Guerra, a tão sonhada reforma tributária.

E o que iremos responder ao Brasil, diante da Emenda nº 29, que é uma luta do Perondi, do Rafael Guerra, da Frente Nacional, do Ministro? Estamos diante de uma encruzilhada, mas a resposta a essa

encruzilhada não está fora desta Casa. Esta Casa tem de ser respeitada, e a resposta tem de ser construída com diálogo e entendimento, o mesmo diálogo, Deputado Relator José Pimentel, que construímos às altas horas da madrugada para votar relatórios setoriais açodadamente e poder oferecer essa peça orçamentária ao País.

Sr. Presidente, Sr. Relator, compreendo que, do alto das suas funções, V.Exas. possam, após tantas conversas, chegar a nos propor a não votarmos o Orçamento. Contudo, quero dizer que não sou a favor disso. Quero discutir e, se for convencida, voltarei à Comissão para dizer o contrário em respeito a V.Exa.

Perdemos uma chance de não perdermos essa receita da CPMF este ano e de com ela continuarmos, pois este País está quase andando sozinho, está saindo das suas crises sozinho, com crescimento em tal patamar e a saúde com propostas sérias que considero, hoje, da maior responsabilidade. Destaco o papel do Ministro da Saúde que empreendeu imensa luta para resgatar um pouco dos recursos para a Saúde. Contudo, estamos em conflito.

Sr. Presidente, só podemos tomar essa decisão em conjunto com os Líderes e coordenadores dentro do Congresso Nacional, não fora da instituição.

**O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma ponderação, por ter sido citado pela Deputada Rose de Freitas.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o próximo inscrito, Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Muito obrigado, Sr. Presidente, por assegurar-me a palavra.

**O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA** – Sr. Presidente, como fui citado pela Deputada Rose de Freitas, quero fazer uma ponderação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Deputado, não houve nenhuma ofensa a V.Exa. Houve apenas a citação do discurso de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Deputado Daniel Almeida, também vou citar V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Apesar da situação do seu discurso, democraticamente, V.Exa. poderá usar da palavra.

**O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA** – Sr. Presidente, apenas quero dizer à Deputada Rose de Freitas que o respeito e a admiração são recíprocos. Tenho muito respeito e admiração pela Deputada Rose.

Eu quis dizer é que foi a Oposição que, no Senado, derrotou a CPMF. Tenho essa convicção. Alguns Senadores que estão em partido da base do Governo e que são oposição contribuíram para essa derrota

contra o povo brasileiro, agressiva aos interesses da Saúde. Assim, considero responsáveis esses Senadores de Oposição que estão em partidos da base do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Da próxima vez, no lugar de me inscrever, vou pedir a palavra pela ordem. A espera será mais breve. Agradeço a V.Exa., contudo, a paciência.

Sr. Presidente, numa preliminar, quero dizer ao Deputado Daniel Almeida que a Deputada Rose de Freitas falou de forma correta. Precisamos parar com esse maniqueísmo bobo de achar que Oposição e Governo sempre tomam decisões contrárias ou a favor do País, a depender do ponto de vista. Foi o Senado Federal que se posicionou contra a aprovação da CPMF, e temos de respeitar a decisão do alto Poder Legislativo. A Oposição votou, os Senadores independentes votaram, assim como os Senadores da base do Governo que concordavam com aquele projeto, e ponto final! Temos de respeitar a decisão do Senado Federal e não ficar no maniqueísmo político, que não leva a lugar algum; pelo contrário, essas lições têm de ser aprendidas. É lamentável que muitos não consigam aprender as lições dadas pela política.

E digo mais, Sr. Presidente, Senador José Maranhão: V.Exa. elaborou uma agenda com o Presidente do Congresso Nacional, com o Presidente da Câmara dos Deputados, com o Ministro do Planejamento, com a Presidenta do Supremo Tribunal Federal, mas nós desta Comissão também poderíamos ter realizado uma reunião para tratar dessas definições, para verificarmos o que o Plenário pensava, a idéia do Plenário, a dos Líderes e a dos membros da Comissão Mista de Orçamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Sem querer interromper V.Exa., mas já interrompendo, eu gostaria de dizer que não há qualquer divergência entre esta Presidência e o Relator em relação a V.Exa. Apenas trocamos idéias, que, naturalmente, serão discutidas com toda a Comissão, e não apenas discutidas. Aliás, eu disse isso em todas as declarações que fiz até hoje. Peço a V.Exa. que rememore. Eu disse: *“Estamos ouvindo sugestões, mas a decisão é tomada soberanamente pelo Congresso Nacional, através da Comissão de Orçamento em primeira instância”*. Eu disse isso várias vezes, isso é fora de qualquer dúvida.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Muito bem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Até porque não se poderia suprimir a discussão e

a votação do relatório geral, que pode, inclusive, ser rejeitado. É evidente que não pode ser de outra forma, V.Exa. tem toda razão. Estou só explicando que fizemos exatamente isso. E mais, fizemos questão de dizer a todos os Ministros de Tribunais Superiores que estávamos dialogando, porque a prerrogativa soberana era da Comissão de Orçamento.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Perfeitamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– As sugestões e as idéias que forem levantadas não são as que necessariamente serão aprovadas.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Tudo bem. Fico feliz em ver que não é verdade o que a imprensa está divulgando, isto é, que o Orçamento será votado em fevereiro. Queremos votá-lo, Presidente! Queremos votar o Orçamento! **O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Sobre esse segundo item de que V.Exa. está falando, creio que simplesmente o calendário já estourou, e temos de cumprir o calendário. Inclusive, pedi ao Relator para, ao final, falar e apresentar o esboço de um novo calendário para o Orçamento. Temos de cumprir aqueles prazos, isso é inevitável.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Perfeitamente, Sr. Presidente. Quando falo que a imprensa divulgou para fevereiro, é porque sei que é consenso, pela conversa que mantive com o Plenário, que a disposição é continuarmos votando o Orçamento, e não deixarmos para votá-lo em fevereiro. Creio que, se não houver tempo de o votarmos este ano, que iniciemos, a partir de 7 de janeiro, concessões semanais até concluirmos sua votação, e aí, sim, poderemos entrar em recesso.

Além disso, Sr. Presidente, não aceito, repito, não aceito essa de que o Governo foi surpreendido com o fim da CPMF. Acontece que quando o Governo enviou o Orçamento a esta Casa, em setembro, condicionou, na peça orçamentária, os recursos da CPMF. Isso ficou bem claro. Quem leu viu que os recursos da CPMF estão como receita condicionada. Ou seja, o Governo Federal não foi imprevidente. Ao contrário, o Governo Federal foi providente ao elaborar uma peça orçamentária considerando a possibilidade de a CPMF não ser prorrogada pelo Congresso.

Portanto, não é verdade que o Governo está desesperado. O Presidente Lula, que é o chefe do Executivo, tem demonstrado tranquilidade e consciência da situação. O desespero é de alguns Ministros e de alguns membros da base do Governo, que de forma destemperada falam em aumento de impostos e cortes no PAC, que não ocorrerão.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, fico ao lado do Presidente Lula nessa discussão. Não temos que fazer esse debate de forma açodada. Votemos imediatamente o Orçamento, como sugeriu o Deputado Giovanni Queiroz. Não podemos ser irresponsáveis. Não aceito que rasguem a Constituição. O Congresso não pode abandonar sua prerrogativa constitucional de votar a peça orçamentária. Não aceitaremos que o Executivo continue editando medidas provisórias para executar o Orçamento, remanejar recursos ou abrir créditos suplementares. A Comissão precisa se posicionar sobre essa situação. Isso é um absurdo. É inadmissível que o Congresso continue assistindo impassível à sua prerrogativa sendo fulminada de morte. Não aceito isso. O Orçamento precisa ser corrigido. Temos que continuar trabalhando para fazer as correções necessárias ao Orçamento. Deixar para votá-lo em fevereiro significa não o votarmos mais. Votarmos agora os relatórios setoriais, deixando para fevereiro a apresentação dos ajustes ao Relatório Geral, é o mesmo que não votarmos o Orçamento para o próximo ano. A conclusão a que cheguei, após a conversa que tivemos, é de que não podemos votar o Orçamento agora. Quanto aos 3 relatórios setoriais cuja votação ainda não foi concluída, só faltam os destaques da área de integração, ou seja, o relatório já está cerca de 90% aprovado. Como não há recurso, todos os destaques serão rejeitados. Ou seja, o relatório que está pendente de votação já está praticamente votado. Então, menos 1. Faltam 2. O de turismo. Há recursos condicionados da CPMF no relatório da área de turismo? Se não há, por que não o votamos? Vamos estudar a questão antes de nos posicionarmos, para não ficarmos falando sem conhecimento de causa, porque aí serão palavras soltas ao vento, que não poderão ser levadas a sério. O que temos que fazer aqui, na minha opinião, é uma reunião, na Presidência, com as lideranças da Comissão, para definirmos um novo calendário, aí, sim, de votação dos relatórios setoriais; verificarmos – nesse sentido fiz solicitação à Presidência da Comissão – quais são as áreas cujos recursos estavam condicionados à prorrogação da CPMF e qual o impacto disso na peça orçamentária, quais são as fontes alternativas de receita, prevendo que os recursos não sejam completamente prejudicados na peça orçamentária. De posse desses estudos técnicos, deveremos, sim, iniciar o calendário de votação. Tenho certeza de que a partir de 7 de janeiro poderemos voltar aqui, sem convocação extraordinária, se esse for o entendimento da Mesa, para não haver custos para o País nem para a Câmara dos Deputados, e fazer tantas quantas sessões sejam necessárias para finalizarmos a votação do Orçamento.

Essa, para mim, é a posição mais coerente, de bom senso, que não prejudicará o País e permitirá que se continue o trabalho em prol do desenvolvimento sustentável e do combate às desigualdades sociais. É esse o meu posicionamento.

Espero, Sr. Presidente, Senador José Maranhão, que o Relator, Deputado José Pimentel, que tem demonstrado paciência, tolerância, absorva as nossas sugestões.

Sugiro, portanto, que esta Casa dê ao País uma peça orçamentária responsável, correta, e, ao Governo, os instrumentos necessários para desenvolver as políticas públicas, com as críticas, as emendas e as sugestões do Congresso Nacional. Esta Comissão de Orçamento tem como atribuição precípua votar o Orçamento. Não podemos deixar para fevereiro essa votação. Se não fizermos acordo nessas questões, nem mesmo em fevereiro conseguiremos votar o Orçamento, pela falta de consenso, e em março esta Comissão estará dissolvida. Portanto, quem votará, não apenas os relatórios setoriais, mas também o relatório-geral, serão outros Parlamentares desta Comissão.

Gostaria de finalizar o Orçamento, que já concluímos, concluir os relatórios setoriais, com o compromisso de votarmos sequencialmente, se não até o final do ano – concordo que é um período muito curto –, no início de janeiro. Não quero vir para cá votar essa matéria em fevereiro, depois do carnaval. A Bahia, todos sabem, faz festa o ano inteiro. No final de ano, mais ainda. Mas tenho o fim de semana para estar com o meu querido povo baiano, que tem me reconduzido a esta Casa. Não vejo nenhum problema em sacrificar o recesso parlamentar por uma causa tão justa e nobre quanto a conclusão da votação do Orçamento.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Muito bem, Deputado Claudio Cajado. Sr. Presidente, palavras ao vento, mais um democrata na base do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, em primeiro lugar, como Vice-Líder do Governo, quero dizer que ninguém aqui está desesperado, nem tampouco o Presidente da República. Houve uma decisão soberana no Senado, a qual estamos acolhendo, de não prorrogar a cobrança da CPMF. Desde o primeiro momento, estamos cumprindo a decisão que foi tomada pelo Senado Federal. Inclusive, corretamente, V.Exa. e o Relator. E o Senado terá ainda que concluir a votação da PEC que prorroga a vigência da DRU. Essa decisão também poderá ter interferência na peça orçamentária. Então, nada mais justo e correto do que

aguardamos a decisão do Senado para fazermos as modificações a serem feitas quando estivermos com todas as peças concluídas.

Eu, pessoalmente, como Vice-Líder do Governo – V.Exa. se lembra muito bem –, durante a discussão do cronograma, fui um dos que pediram à Oposição que nos permitisse certa flexibilidade nos prazos, abrindo mão, inclusive, de alguns interstícios. A Oposição não aceitou essa proposta. E acho que está correta, o prazo tem que ser observado. Então, vamos seguir os prazos como pediu a Oposição. Queremos agir – o Relator está montando os prazos – de acordo com o que a Oposição pediu.

Sr. Presidente, Sr. Relator, o Governo não concorda com a pretensão da Oposição. Faremos tudo de acordo com o que pediu a Oposição nas reuniões.

Eu, como Vice-Líder do Governo, devo dizer que não iremos, em hipótese alguma, ferir a resolução do Senado para fazer aquilo que agora a Oposição quer. Como muito bem disse o Deputado Pedro Novais, os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, conforme determina o texto constitucional, definiram que no dia 22, de acordo com o que dispõe a Constituição, encerra-se o período legislativo. No dia 1º de fevereiro de 2008 será instalada a Sessão Legislativa ordinária. V.Exa. e o Relator estão cumprindo essa definição. V.Exas., pelo que entendi, foram ao Presidente da Câmara e do Senado saber qual era o cronograma da Casa para que pudessem montar a proposta da Comissão. Então, a Comissão está cumprindo decisão da Câmara e do Senado. V.Exa., Presidente da Comissão, não pode passar por cima – e nunca o fez – de decisão do Presidente da Câmara e do Senado. Estamos seguindo a Constituição. O texto constitucional e a Resolução nº 1 não dizem que não podemos entrar em recesso sem votar o Orçamento. O que não podemos fazer é entrar em recesso sem votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias. A peça orçamentária não tem impedimento constitucional. Então, a Oposição não precisa ficar tão apavorada, desesperada. O mundo não vai acabar se não votarmos o Orçamento até o dia 31 de dezembro. Há tempo. Precisamos ter tranquilidade, calma, seguindo os prazos regimentais. É exatamente isso que nós, do Governo, desejamos. Vamos agir com muita tranquilidade e ouvir as sugestões.

O Deputado Eduardo Sciarra diz que já tem todas as propostas. Então, vamos ouvi-las, dentro dos prazos. Vamos votar, seguindo exatamente os prazos regimentais. Se conseguirmos votar todos os relatórios até sexta-feira, quando se encerra o nosso prazo, ótimo. Se não der, esperamos. Mas os prazos devem ser seguidos. Encerrou-se o dia, encerra-se a sessão;

e ela será iniciada no dia seguinte. Devemos seguir o Regimento para que todos possam ter tranquilidade e condições de trabalhar com segurança.

Quero dizer aos companheiros da base governista e da Oposição que o Governo acata a posição democrática do Senado Federal. Quanto a nós, vamos seguir os prazos regimentais com toda tranquilidade, respeitando-os, sem querer aproveitar da maioria para impor algo à Oposição. Vamos votar democraticamente, com tranquilidade, dentro dos prazos.

Entraremos em recesso, cumprindo uma determinação, um preceito constitucional. Depois, seguiremos os trabalhos no período correto. Vamos discutir com todos, a fim de que sejam feitos os cortes necessários para adequar o nosso Orçamento à nova realidade da decisão democrática do Senado Federal.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES** – Sr. Presidente, o Governo quer votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Claudio Cajado) – Com a palavra o Deputado Eduardo Gomes.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES** – Sr. Presidente, registro que, para a Oposição manter a tradição nesta Comissão, terá de flexibilizar os prazos para apoiar a necessidade de votação do Orçamento. Isso ocorreu na votação de praticamente todos os relatórios setoriais e no acompanhamento do zelo do Relator-Geral e do Presidente da Comissão, em cumprimento à Resolução nº 1.

Reforço, nesta Comissão, o posicionamento do Deputado Rafael Guerra, Sub-Relator-Setorial da área de saúde, com as observações feitas em relação à possibilidade de votação do Orçamento, e o nosso apoio à votação. Entendo que não podemos entrar na mesma ciranda subjetiva do Governo, quando o assunto é o Orçamento.

Quem acompanhou a votação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira no Senado Federal viu comportamentos diversos do Governo, em relação à necessidade dos recursos da CPMF. A Comissão não pode ignorar isso. Primeiro, disseram que os recursos eram dos programas sociais da previdência rural e da saúde. Logo em seguida, houve o reconhecimento do Governo e do Presidente da República de que os recursos da CPMF poderiam ir, durante 1 ano, só para a saúde, até a discussão da reforma tributária.

A Comissão tem agido, durante todo este ano, observando o cronograma, as normas e as estimativas de receita, de maneira quase que inédita, Sr. Relator. Não se trata apenas de elogio a V.Exa., mas de ponderação sobre o que ocorre neste momento. O Governo é que tem modificado as suas posições e cometido

algumas infelicidades em relação ao que pretende fazer com o Orçamento.

Vamos cortar os recursos da CPMF, discutir as áreas de corte. Mas, se não votarmos o Orçamento este ano, condenaremos os municípios brasileiros a 2 tipos de penalidade: primeiro, a diminuição momentânea dos recursos provenientes da CPMF; segundo, a impossibilidade da aplicação dos recursos aprovados no Orçamento, por conta do calendário e do ano eleitoral municipal. Então, vejam se a Comissão Mista de Orçamento pretende assumir esses gastos.

Sr. Presidente, faço essa ponderação porque vejo tranquilidade por parte dos técnicos da Casa e da Comissão de Orçamento em buscar solução para o corte e a definição de estimativa de receita para o Orçamento de 2008. E vejo que o Governo não tem sequer voz objetiva em relação às providências que tomará.

Portanto, reforço a necessidade da votação dos 2 relatórios setoriais restantes. Não há solução para esses 2 relatórios que não seja aplicada aos outros, já aprovados – dos Deputados Claudio Cajado, Wellington Roberto, Rafael Guerra, Eduardo Sciarra e tantos outros.

Sr. Relator, é possível que haja necessidade de adiamento da votação até fevereiro, mas não antes de um esforço e de uma conversa objetiva dos Líderes com os técnicos da Casa. Esta Comissão tem a responsabilidade de entregar à sociedade brasileira o Orçamento de 2008, independentemente da circunstância política.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Claudio Cajado) – Com a palavra o último orador inscrito, Deputado Darcísio Perondi. Posteriormente, a palavra será dada ao Relator-Geral. Informo que já foi iniciada a Ordem do Dia.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** – Sr. Relator, Deputado José Pimentel, V.Exa. tem uma grande responsabilidade. V.Exa. é um dos Deputados mais preparados desta Casa. É sereno, estudioso, sabe ouvir e posicionar-se, tem visão equilibrada. A responsabilidade de V.Exa. é arrumar os recursos para o Sistema Único de Saúde.

Ainda estou de luto por causa da votação realizada no Senado Federal, na quarta-feira. Respeito o Senado, respeito os Senadores – 3 do meu partido foram contra – e respeito a Oposição, mesmo questionando publicamente, como questioneei, o fato de não votar a CPMF naquela noite para que o Governo sofresse uma derrota simplesmente. Disse ela: *“A saúde, nós consertamos no mês de janeiro. Queremos derrotar o Governo hoje à noite”*. A Oposição, naquela noite, re-

petiu o que o PT fez ao longo dos 8 anos de Governo Fernando Henrique Cardoso: quanto pior, melhor. Até me surpreendi. Líderes que ainda admiro trabalharam nessa linha. Não estou discutindo o mérito da questão – se a CPMF é uma contribuição boa ou ruim. Mas houve o compromisso do Presidente com a saúde, naquela noite, enviando um documento... Nenhum Presidente, ao longo da história da República, mandou um documento para o Congresso Nacional nessa situação. Por sinal, S.Exa. teria de se preservar. O Ministro deveria ter assinado o documento e não o Presidente. O Presidente da República assinou-o e o enviou tarde, 2 horas antes do compromisso dos recursos que seriam para a saúde. A saúde esteve, naquela noite, a 2 metros do paraíso e a 2 metros da boca do inferno. Agora, está mais perto da boca do inferno.

Sr. Relator, a situação está nas mãos de V.Exa. O Orçamento votado aqui era absolutamente insuficiente para cumprir os compromissos do ano que vem. E o Relator Rafael Guerra foi sóbrio, trabalhou com o dinheiro real, não com o dinheiro da CPMF. O Orçamento votado é absolutamente insuficiente. Agora, com a perda da CPMF, a principal fonte, a situação piorou. Nem vou citar o PAC, que também era insuficiente. Os 52 bilhões, mais os 4 bilhões para o PAC, colocados pelo Governo, são insuficientes. Sua responsabilidade é enorme, meu caro Relator José Pimentel. Talvez, por linhas tortas, em fevereiro V.Exa. possa consertar o erro. Na verdade, não vamos votar este ano. Estamos aqui fazendo discurso, mas não vamos votar, porque não há condição. Então, por linhas tortas, talvez V.Exa. possa consertá-lo.

Há 3 bilhões, Sr. Relator. A proposta que veio do Orçamento não colocou os 47 milhões que foram gastos, mas 44 milhões. A variação nominal incidiu sobre 44 e não sobre 47.

Aquele recurso emergencial que o Congresso Nacional conseguiu, com o apoio da sociedade, foi obtido da seguinte forma: saiu do superávit primário e passou para o Fundo de Pobreza. Este, meus caros Deputados e Senadores, generosa e bondosamente doou esse dinheiro para a Saúde, para ações e serviços de saúde. Pela lei, o Fundo da Pobreza pode fazer esse tipo de doação. Foi um dribble que a área quis dar no piso constitucional. Doando por intermédio do Fundo da Pobreza, legalmente não consta o recurso que foi gasto em ações e serviços de saúde na base – 1 bilhão e 700 mil. Trata-se de uma ação legal da área econômica, mas imoral e injusta. Há outros caminhos. V.Exa. vai ter que olhar. Eu não, mas a Pastoral da Saúde, as igrejas todas vão rezar por V.Exa., que tem a tarefa de mostrar, junto com o Ministro Temporão, os números horribles da Saúde para o ano que vem. E



esta Casa tem o compromisso de encontrar soluções para o problema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Claudio Cajado) – Obrigado, Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Pela ordem, Sr. Presidente. Algumas coisas precisam ficar bem claras. Quem mandou a fonte provisória – eu disse, em entrevista, que teoricamente era uma fonte podre, ficou claro que era podre – não fomos nós. E isso foi em agosto. O Governo enviou uma carta para o Senado Federal às 23h30min, às vésperas do Natal. Não é assim que se deve negociar. Votamos na Câmara dos Deputados a prorrogação da CPMF. Apresentei 3 emendas que não foram sequer examinadas pelo Relator. Depois o Governo apresentou sugestões do mesmo teor no Senado Federal. Faltou diálogo. Por ocasião da votação da matéria nesta Casa, fui muito mais modesto, não pedi todo o recurso da CPMF para a Saúde. Pedi que o Governo aumentasse a participação da Saúde, que houvesse redução gradual da cobrança e compartilhamento com Estados e municípios. Nada disso foi aceito. Aí veio a proposta do Governo às 23h30min no dia da votação no Senado. É preciso ficar bem claro que quem derrubou a CPMF não fomos nós sozinhos, porque nós somos minoria no Senado Federal. Não derrubamos sozinhos a CPMF. Houve erros de negociação por parte do Governo.

Nobre Relator, que tem sido absolutamente correto, inclusive em relação à Saúde, por que só ouvimos falar na imprensa em cortes nas áreas sociais? Por que V.Exa. diz que a Saúde é que vai perder? Porque tem um forte apelo emocional junto à população. Os cortes podem ser feitos em outras áreas. Ao mesmo tempo em que ameaça cortar recursos da Saúde, o Presidente da República estimula as pessoas a fazerem passeatas pedindo mais contratações no serviço público. Há aí um contra-senso. Essas questões precisam ficar bem claras.

O déficit da receita é de 2,6%, e representa 1,3% do PIB. Não podemos parar a Comissão por causa disso. Temos de encontrar um caminho. Isso é possível.

Até agora a Oposição colaborou para que o Orçamento fosse votado. Praticamente todos os relatórios foram votados sem *quorum*, por acordo de Lideranças. Gostaríamos, Deputado José Pimentel, de ter uma reunião de Líderes para estabelecer um cronograma, não há nenhum sentido em ficarmos aqui discutindo sem um cronograma. Cabe aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal decidir se convocam extraordinariamente o Congresso. Nós precisamos ser ouvidos. Precisamos subsidiá-los com informações. Simplesmente sermos informados de que não haverá

convocação extraordinária não me parece correto. Poderíamos contribuir com o Relator-Geral para concluir e aprovar o relatório, que, tenho certeza, vai preservar os recursos das áreas sociais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Claudio Cajado) – Muito obrigado, Deputado Rafael Guerra.

Apenas para corroborar com suas informações, do total dos 40 bilhões da CPMF, apenas 37%, neste ano, foram gastos na área da saúde.

Concedo a palavra ao Deputado José Pimentel.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, gostaria de registrar que este Relator estava com o relatório pronto para ser votado no dia 20, depois de amanhã. Portanto, este Relator, juntamente com a Mesa da Comissão Mista, com os membros desta Comissão, com os Relatores Setoriais e os Comitês, trabalhou para votar o relatório no dia 20 de dezembro. Por que não o fizemos? Porque a CPMF foi rejeitada – os recursos da CPMF acabaram contaminando todo o Orçamento da União; da Saúde, como todos sabemos, o montante é de 47,8 bilhões de reais, e a CPMF recolhia 40 bilhões de reais. Outros recursos do Tesouro complementam esses 47,8 bilhões de reais.

Nós tivemos o cuidado, particularmente o nosso Presidente José Maranhão e este Relator, de reunir um conjunto de informações para que pudéssemos chegar a esta sessão regular da nossa Comissão para dialogar com os nossos pares e, a partir daí, tirar um encaminhamento.

Diz o § 6º do art. 57 da Constituição Federal:

*A convocação extraordinária do Congresso Nacional far-se-á:*

(...)

*II – pelo Presidente da República, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas, em caso de urgência ou interesse público relevante, em todas as hipóteses deste inciso com a aprovação da maioria absoluta de cada uma das Casas do Congresso Nacional.*

Essa a redação dada pela Emenda Constitucional nº 50, que prevê o início do recesso do Congresso Nacional a partir de 23 de dezembro. Entre essa data e 2 de fevereiro, só pode funcionar caso haja convocação extraordinária.

O que nós fizemos no dia 13 foi procurar o Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado Federal, a pedido do Presidente desta Comissão, para ouvir deles se, de acordo com o inciso II, § 6º, do art. 57 da Constituição Federal, havia disposição dos 2



Presidentes de fazer a convocação extraordinária. Eles disseram que não vão fazer a convocação extraordinária porque não há clima para continuar discutindo as questões do Congresso Nacional e precisamos de um certo período para uma ampla discussão interna, em face dos acontecimentos, particularmente em uma das nossas Casas.

Diante dessa definição, que é prerrogativa constitucional dos 2 Presidentes, veio o desdobramento: o que fazer com a peça orçamentária? No início da Sessão Legislativa discute-se o Orçamento. Esse informativo que o nosso Presidente, diligente que é, nos traz, é para que cada membro desta Comissão seja esclarecido com muita transparência. Desde o dia 13, quando nos reunimos após a decisão do Senado Federal, ficou claro que nós não iríamos aceitar a retirada do Orçamento, porque o Congresso Nacional é soberano para tratar do tema.

O nosso Presidente deixou claro, em discussão com os representantes dos outros Poderes da República, que a posição da Comissão Mista era de não permitir a retirada do Orçamento. Construiu-se o entendimento de que os 3 Poderes – o Executivo, o Judiciário e o Legislativo –, com o Ministério Público, cada um por si, encaminhará, informalmente, um conjunto de dados, para permitir que a Comissão Mista possa fazer a adequação do Orçamento da maneira mais justa possível e com o menor índice de erro, porque eles têm uma clareza de quais são as áreas prioritárias para cada um desses poderes e desses órgãos.

Tivemos o cuidado de fazer uma visita a cada presidente de órgão e Poder para discutir essas questões. Estivemos com o Ministro do Planejamento ontem à tarde, para ouvir de S.Exa. em que pode nos ajudar nesse ajuste de 40 bilhões de reais. Estivemos, ontem à tarde, com a Presidenta do Supremo Tribunal Federal e com o Presidente do Superior Tribunal de Justiça. Hoje pela manhã fomos ao Procurador-Geral da República e ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e vamos também – o nosso Presidente já agendou a visita – ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, para fazer a mesma peregrinação. Nosso objetivo é subsidiar os nossos pares, para que possamos ter um ajuste no Orçamento o mais justo possível, que permita continuar o crescimento econômico, com inclusão social e com estabilidade da nossa economia. Isso é um valor da nossa sociedade.

Também temos clareza da questão da Resolução nº 1, que, em seu inciso XIII, art. 82, diz: “até 17 (dezessete) dias para a apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório geral, a partir do término do prazo definido no inciso XII”, que são as votações setoriais.

Quero registrar que esta Comissão é uma Comissão de diálogo, de transparência e de acordo político nos seus procedimentos. Nesse aspecto, temos tido alguns momentos de tensão, mas a regra geral é a do diálogo, da composição. Estou indo para meu quarto mandato na Câmara dos Deputados. Estou nesta Comissão há 5 exercícios. Quer dizer, aprendi um pouco para depois ser Relator. E tenho clareza de que só vou fazer um bom relatório se houver um diálogo muito franco, direto e sincero com todos os nossos pares, independentemente de ser da base ou não do Governo. E é com esse o cuidado que o nosso Presidente tem recomendado a este Relator que proceda. Estou tentando fazer o máximo para assim proceder. Parece-me que as reclamações, até então, são diminutas.

No mesmo sentido, vamos dar continuidade ao trabalho. O Deputado Giovanni Queiroz tem feito um excelente trabalho, levantando o custo de obras, que não é fácil, constituindo o banco de dados, subsidiando os Relatores-Setoriais, este Relator-Geral, a Comissão do Congresso Nacional e a própria sociedade. Por isso, Deputado Giovanni Queiroz, quero aqui registrar que o trabalho de S.Exa. tem-me ajudado muito, inclusive me advertido em alguns itens para os quais até então eu não tinha tido a atenção devida. Com toda a sinceridade que esta Casa sempre mereceu, quero dizer que V.Exa. tem-me ajudado muito nessas questões.

Estive conversando com o nosso Relator-Setorial de Infra-estrutura, o Senador Leomar Quintanilha, sobre o fato de que as informações encaminhadas pelo DNIT, numa primeira leitura, aparentam ser insuficientes – não estou fazendo juízo de valor ainda. S.Exa. ponderou comigo se não seria razoável discutir com a Comissão essas justificativas antes de fazer a leitura do voto, para que pudéssemos ter a tranquilidade na hora de apresentar o seu voto. E eu pedi a S.Exa. que conversasse com V.Exa. para que pudéssemos construir esse entendimento. E dizia mais, que este Relator-Geral não tinha condições, não tem as informações suficientes hoje para dizer que aquele conjunto de obras que V.Exa. destacou no memorando, com as justificativas ali apresentadas, são suficientes, e que o nosso Relator-Setorial ficava muito à vontade para fazer essa reflexão sobre a leitura do seu parecer e os passos a serem tomados, para termos tranquilidade. Vamos precisar de uma terceira reestimativa de receitas. Quanto às 2 estimativas de receita que tivemos, todas elas foram considerando os 40 bilhões da CPMF. Portanto, as premissas com base nas quais foram feitas as 2 reestimativas de receitas deixaram de existir.

O primeiro prazo para que a Comissão continue a trabalhar com a maior tranquilidade é a apresentação da terceira reestimativa de receitas, que será ne-

gativa, por conta da retirada dos 40 bilhões da CPMF. E nós sabemos que, por mais que exista a previsão de crescimento da nossa economia em 2008, não vai cobrir os 40 bilhões de reais.

Este Relator-Geral quer construir o seu parecer ouvindo todos os Relatores-Setoriais, porque vamos precisar fazer um ajuste em cada relatório setorial. E ninguém melhor do que cada Relator-Setorial para me subsidiar nessa decisão, com o acompanhamento dos Líderes, da Mesa e deste Plenário, para depois chegar ao Congresso Nacional.

Sr. Presidente, é nesse sentido que o Relator Geral quer dar continuidade aos trabalhos. Se vai atrasar o Orçamento? Inegavelmente vai atrasar. É culpa desta Casa, da Câmara dos Deputados? Não. Quero dizer, para finalizar, que aprendi, quando estava na Faculdade de Direito, que a Câmara dos Deputados representa prioritariamente as pessoas, os cidadãos, e o Senado Federal representa prioritariamente o Pacto Federativo e, entre esses, os Estados. Os 27 Governadores pediram a aprovação da CPMF, portanto, aqueles que rejeitaram a CPMF têm todo o direito constitucional de respeitar. Mas era bom levar em consideração a cobrança unânime dos 27 Governadores, independentemente de partido político. Não estou aqui fazendo nenhum reparo. Só estou fazendo um registro da velha Faculdade Clóvis Beviláqua, onde eu me formei como Bacharel em Direito, ainda quando tinha cabelo, e isso faz um bom tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Srs. Parlamentares, cumpre-me dizer – ainda em endosso às palavras do Relator-Geral e ainda na tentativa de preencher alguma lacuna que tenha havido em seu *speaker*, em sua fala – que esta Presidência, assim como o Relator-Geral, não assumiu nenhum compromisso com nenhum segmento de poder, nem com o Ministério Público, nem com o Judiciário, de onde falta apenas o Superior Tribunal Eleitoral, nem do Executivo. Ao contrário, em todas as minhas falas com os representantes dos Poderes da República, fiz questão de enfatizar que esta Comissão é o órgão soberano para decidir sobre as modificações que o Orçamento tem de sofrer, no pé em que se encontra, para adequá-lo à nova realidade financeira do País. Ou seja, uma perda de arrecadação correspondente a 40 bilhões de reais.

Mas, em nome das práticas democráticas e para que esta Comissão e os seus dirigentes não pareçam, aos olhos do País, um órgão autoritário, quero ouvir daqueles Poderes sugestões relativas às suas prioridades. Mesmo assim, fiz questão de ressaltar tanto a eles, os chefes dos Poderes, como, posteriormente,

à imprensa – quem ouviu as minhas declarações na imprensa pode testemunhar isso -, fiz questão de dizer que, mesmo de posse daquelas sugestões, a Comissão não era obrigada a aceitá-las completamente, porque a decisão final é da Comissão. Isso ficou muito claro.

Sobre o término da elaboração do Orçamento dentro desse exercício, de minha parte, da de todos os integrantes, dos Relatores-Setoriais e do Relator-Geral, fizemos um empenho muito grande para cumprir o mandamento constitucional de concluir a elaboração do Orçamento dentro do exercício de 2007. Um fato novo e alheio à vontade do Congresso Nacional e dos dirigentes desta Comissão frustrou essa tentativa. Já conversei com o Relator, e nós acolhemos as sugestões aqui dadas de reapresentar um novo calendário, até para sermos razoáveis. É uma questão de bom senso. O direito é uma questão de bom senso. Se o calendário foi alterado por um fato alheio a nossa vontade, se é elaboração do Orçamento, temos de fazer um novo calendário. E o calendário que vier a ser feito tem de obedecer aos mandamentos da Resolução nº 1. Não há como fazer diferente.

Já fizemos aqui um ligeiro esboço e chegamos à conclusão de que fosse qual fosse o empenho e o esforço desta Comissão não conseguiríamos, a esta altura, aprovar o Orçamento nesta Comissão dentro do exercício de 2007.

Por essa razão, e ainda repetindo as informações que já foram prestadas pelo nobre Deputado José Pimentel, em conversas com o Presidente da Câmara dos Deputados e com o Presidente do Senado Federal, ouvi de S.Exas. que não iam convocar o Congresso Nacional extraordinariamente, até porque os riscos de frustração de resultados dessa convocação eram muito grandes. Então, passamos a dizer, em virtude disso, que o Orçamento pode, sim, ser aprovado no mês de fevereiro.

Em resumo, foram essas as iniciativas que tomamos dentro dos limites das nossas prerrogativas, mas, sobretudo, pautadas por algo chamado bom senso, que é absolutamente necessário, assim como equilíbrio e espírito realista, em um momento como este que estamos vivendo agora.

De maneira que eu já pedi ao nobre Relator-Geral para apresentar um esboço de um novo calendário para continuarmos no processo de feitura do Orçamento que vamos apresentar aos companheiros Parlamentares.

Aqui está uma notícia auspiciosa: a Câmara dos Deputados estava votando na Ordem do Dia, mas parou de votar. Eu diria que em nosso proveito.

**O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO** – Sr. Presidente, V.Exa. é representante de um Estado que tem

na sua bandeira “Nego”. Então não podemos negar tudo, mas nego aquilo que foi impingido a nós, ao Presidente da nossa Comissão. Por isso que, respeitando-nos, parou a votação, suspendeu os trabalhos, para que possamos tentar resolver nossos problemas.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Então, vamos continuar com a Ordem do Dia. Faltam ser votados 3 relatórios. O nobre Deputado Eunício Oliveira – em seu relatório falta votar apenas os destaques – poderá assumir seu posto na Mesa.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado Rafael Guerra.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Sr. Presidente, sem o cronograma de trabalho, não vejo nenhum sentido em votarmos os relatórios setoriais agora. Se não temos ainda a decisão sobre a receita e não temos um cronograma de trabalho e será votado o Orçamento só em fevereiro, então, neste momento, como disse o nobre Deputado Giovanni Queiroz, é muito mais prudente que não terminemos os relatórios setoriais. Vamos votar com as novas propostas que vierem do Executivo. Não vejo nenhum sentido em votarmos agora. Tudo o que o Deputado Eunício Oliveira acatar, todos os destaques estarão sujeitos a serem cortados depois. Vamos ficar discutindo, como disse o Deputado Claudio Cajado, plagiando o Fagner, com palavras ao vento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. apresenta um argumento lógico, mas endossa a iniciativa que esta Presidência teve, até para agilizar esse processo de análise e conhecimento dos cortes, de impedir o Executivo e ao Judiciário de apresentarem suas prioridades. Simplesmente isso.

Eu diria a V.Exa. que objetivamente o relatório deverá ser modificado, sem dúvida nenhuma. Mas já aprovamos 7 relatórios e estamos encaminhando a aprovação do relatório porque ele não pode ficar no meio. Ele já foi lido, já foram feitos até os destaques. Então, isso não implica compromisso de amanhã, na readequação...

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Parece que ele já foi aprovado, não é Presidente? Faltam apenas os destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Faltam apenas os destaques.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Questão de Ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** – Sr. Presidente, nesse caso, então, concluiríamos os destaques e pronto.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Questão de ordem, Sr. Presidente. Minha sugestão é para que pudéssemos concluir, porque, no caso desse relatório, faltam apenas os destaques, mas no dos outros não. E tem ainda o de infra-estrutura, mas ainda estamos discutindo e colhendo informações do DNIT, para que possamos então ter um relatório. Isso criaria uma dificuldade. A sugestão que faço é no sentido de que concluamos o relatório do Deputado Eunício Oliveira, já que faltam apenas os destaques, e S.Exa. vai rejeitá-los mesmo, o que é normal, porque os recursos que S.Exa. tinha já foram contemplados, e deixemos os outros 2 para quando do exame da matéria, já com as sugestões que V.Exa. solicitou aos demais Poderes.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Agora, Deputados e Senadores aqui presentes, surgiu uma dificuldade regimental. O Senado está em processo de votação, portanto, não podemos continuar votando.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. encerrasse a sessão.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** – Está havendo votação no Senado, e na Câmara também já se iniciou a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Na Câmara já terminou a votação, mas não é preciso haver votação nas 2 Casas simultaneamente, basta haver em uma Casa do Congresso. Se em qualquer uma estiver havendo processo de votação, devem ser suspensas as votações na Comissão.

Declaro encerrada a presente reunião, lembrando aos companheiros que está convocada reunião ordinária para amanhã, às 14h30min.

### **Primeira Sessão Legislativa Ordinária Quinquagésima Terceira Legislatura**

#### **TERMO DE REUNIÃO Nº 4, DE 2007**

Em virtude da inexistência de número regimental para abertura dos trabalhos, deixou de ser realizada a Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada para ter início às quatorze horas e trinta minutos do dia dezanove de dezembro do ano de dois mil e sete, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, conforme disposto no *caput do art. 134, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*. Foi registrada presença dos membros: – **Deputados titulares:** Claudio Cajado, Eduardo Sciarra, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Humberto Souto e Nelson Meurer. Não houve registro de presença de **Senador titular**. – **Deputados Suplentes:** Luiz Carreira, Ricardo Barros e Silvio Lopes; e o **Senador suplente** Francisco Dornelles. Foi registra-



da a presença do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Gilmar Machado. Foi registrada a ausência dos membros: **Deputados titulares:** Daniel Almeida, Edinho Bez, Eduardo Gomes, Giacobbo, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Ivan Valente, José Pimentel, Manoel Junior, Márcio Reinaldo Moreira, Mussa Demes, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Regis de Oliveira, Roberto Rocha, Rose de Freitas, Vanderlei Macris, Vignatti, Walter Pinheiro, Wellington Roberto e Zé Gerardo; – **Senadores Titulares:** Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Efraim Morais, Jayme Campos, João Ribeiro, José Maranhão, Leomar Quintanilha, Sérgio Guerra e Sérgio Zambiasi. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei o presente Termo, que será encaminhado para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Tenho uma comunicação a fazer aos pares da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização: lamentavelmente não há número regimental para abrir a sessão.

Aproveito essa comunicação para fazer um aviso, uma convocação de reunião extraordinária para o próximo dia 12 de fevereiro, às 14h30min, terça-feira. Aviso também sobre a reunião ordinária do dia 13 de fevereiro às 14h30.

**O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES**

– Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Não podemos aqui informalmente ...

**O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES**

– Gostaria de, informalmente, agradecer a V.Exa. pela maneira como conduziu os trabalhos da Comissão de Orçamento. Eu, com algum interregno que estive nos Ministérios da Indústria e Comércio e do Trabalho, sempre fui membro da Comissão de Orçamento e sem querer diminuir o trabalho de todas as pessoas que presidiram esta Comissão, nunca a vi ser presidida com tanta seriedade, firmeza e capacidade de liderança como V.Exa. demonstrou nesta presidência.

Cumprimento V.Exa. pela maneira como conduziu os trabalhos dessa Comissão e quero dizer que foi um privilégio para mim participar desse esforço feito por V.Exa. na condição de Relator da Receita da União.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Queria, aqui, mesmo não sendo membro oficial da

**Ata da Primeira Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 12 e 13 de Fevereiro de 2008.**

Aos doze e treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes das Pautas nºs 1 e 2. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Claudio Cajado, Daniel Almeida, Edinho Bez, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Giacobbo, Giovanni Queiroz, Humberto Souto, José Pimentel, Manoel Junior, Márcio Reinaldo Moreira, Mussa Demes, Nelson Meurer, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Regis de Oliveira, Roberto Rocha, Rose de Freitas, Vanderlei Macris, Vignatti, Wellington Roberto e Zé Gerardo; – **Senadores titulares:** Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Efraim Morais, Jayme Campos, João Ribeiro, José Maranhão, Leomar Quintanilha e Sérgio Zambiasi; – **Deputados suplentes:** Alex Canziani, Carlos Alberto Leréia, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Duarte Nogueira, Eduardo Valverde, Fernando Ferro, Geraldo Resende, Gorete Pereira, João Carlos Bacelar, João Leão, João Magalhães, Luiz Carreira, Marcelo Castro, Marcos Medrado, Miguel Corrêa Jr., Pedro Chaves, Ricardo Barros e Zé Geraldo; – **Senadores suplentes:** Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Lúcia Vânia, Romeu Tuma e Sibá Machado. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Gilmar Machado, Hugo Leal, Luciano Castro, Paes Landim e Wellington Fagundes; e o Senador Marconi Perillo. Foi registrada a ausência dos membros titulares: – **Deputados:** Gonzaga Patriota, Ivan Valente e Walter Pinheiro; – **Senadores:** Cristovam Buarque e Sérgio Guerra. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e nove minutos do dia doze de fevereiro e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou iniciados os trabalhos. O Senador Antonio Carlos Valadares solicitou a inversão da pauta para apreciação das Mensagens nºs 64 e 136/2007-CN. O Presidente informou que inicialmente apreciaria as Atas das seguintes reuniões: 27ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 21 e 23 de novembro de 2007, 6ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 27 e 28 de novembro de 2007, 7ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 4, 5 e 6 de dezembro de 2007, 8ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 11, 12 e 13 de dezembro de



2007, 9ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 18 de dezembro de 2007. Havendo concordância do Plenário, o Presidente propôs a dispensa da leitura das Atas por terem sido distribuídas antecipadamente. Não havendo discussão e conforme o estabelecido na *alínea “f” do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão*, as Atas foram colocadas em votação, que foram **aprovadas** por unanimidade. **EXPEDIENTE:** conforme solicitação do Deputado Regis de Oliveira apresentada na 11ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de junho de 2007, o Presidente colocou em votação a dispensa da leitura dos expedientes, que foi **aprovada** por unanimidade. Determinou ao Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião e à Secretaria da Comissão que enviasse aos membros e às Lideranças Partidárias através do correio eletrônico. Determinou, ainda, a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião dos expedientes enviados aos membros e Lideranças Partidárias no dia dezanove de dezembro do ano de 2008. **ORDEM DO DIA:** O Senador Antonio Carlos Valadares apresentou requerimento de inversão de pauta para apreciação dos itens 1 e 2 da pauta 2. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. PAUTA 2. **1 – Mensagem nº 64/2007-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 6º do art. 2º da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, o relatório parcial do cumprimento da meta de resultado primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Dispendios Globais das empresas estatais federais não-financeiras, referente ao primeiro quadrimestre de 2007”. Relator: Senador Antônio Carlos Valadares. Voto: pelo arquivamento da matéria. O relator apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 2 – **Mensagem nº 136/2007-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 6º do art. 2º da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, o relatório e avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Dispendios Globais das empresas estatais federais não-financeiras, referente ao segundo quadrimestre de 2007”. Relator: Senador Antônio Carlos Valadares. Voto: pelo arquivamento da matéria e dos demais documentos que compõem o processo. O relator apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. PAUTA 1.

Apreciação dos Relatórios Setoriais apresentados às Áreas Temáticas da Proposta Orçamentária para 2008. **Área Temática I – Infra-Estrutura.** Relator Setorial: Senador Leomar Quintanilha. O Relator Setorial apresentou resumo do Relatório e Errata. A discussão e o prazo para apresentação de destaques foram iniciados. Debateram a matéria os Deputados Márcio Reinaldo Moreira, Cláudio Cajado, Eduardo Sciarra, Hugo Leal, Humberto Souto, Eduardo Valverde, Eduardo Gomes, Luciano Castro, Darcísio Perondi, Marcelo Castro, Pedro Novais, Zé Gerardo e Edinho Bez. A seguir, o Presidente leu o estabelecido no *art. 80 inciso I, alínea a, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*: “para recompor dotação cancelada, até o limite de 3 (três) destaques por membro da CMO, inadmitidos os que tenham como objetivo recompor dotação reduzida por cancelamento linear.” Continuaram o debate do Relatório o Senador Augusto Botelho e os Deputados Pedro Fernandes, Giovanni Queiroz e Welinton Fagundes. Foi encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Às dezesseis horas e trinta e um minutos o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Roberto Rocha, assumiu a direção dos trabalhos. Nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas individuais apresentadas a essa Área Temática, tendo em vista que já houve manifestação quanto às emendas coletivas. Em votação, a autorização foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A seguir, o Presidente em exercício colocou em votação o Relatório Setorial referente à **Área Temática I – Infra-Estrutura**, com as alterações da Errata, que foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressaltados os destaques. A apreciação dos destaques foi adiada. A seguir, o Presidente anunciou a apreciação dos destaques apresentados ao Relatório Setorial referente à **Área Temática III – Integração Nacional e Meio Ambiente**. Relator Setorial: Deputado Eunício Oliveira. O Deputado Eduardo Sciarra solicitou a votação separadamente do destaque 14, de autoria da Bancada do Paraná. De acordo com o disposto no *art. 139 § 2º da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente solicitou autorização para votação dos destaques em globo, por tipo de voto do relator, exceto o destaque 14. Em votação, a autorização foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **1)** Destaque com voto do relator setorial pela aprovação: 7. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade.

dade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Deputado Eduardo Sciarra retirou o destaque 14 e solicitou ao relator que o indicasse ao Relator-Geral. O relator Setorial acatou a solicitação. **2)** Destaque com voto do relator pela **prejudicialidade**: 15 e 16, do Deputado Marcelo Castro. O Presidente declarou **prejudicados** os destaques 15 e 16. **3)** Destaque com voto do relator pela rejeição: 1 a 6, 8 a 14, 17 a 83. Em votação em globo, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art. 43 do Regimento Comum. O Relator Setorial encaminhou a indicação do Deputado Eduardo Sciarra ao Relator-Geral. Às dezesseis horas e cinquenta minutos, os trabalhos foram suspensos e convocada a continuação para as dezenove horas e trinta minutos daquele dia. Às vinte horas e três minutos da mesma data, o Presidente deu continuidade à reunião. Apreciação do Requerimento de inclusão na pauta, de autoria do Deputado João Carlos Bacelar, da Errata ao Relatório de Atualização das Estimativas da Receita da Proposta Orçamentária para 2008. Nesse momento, o Deputado Fábio Ramalho pediu verificação de votação. O Presidente respondeu que o pedido deveria ser formulado no momento oportuno. A seguir, o Presidente passou à votação do requerimento de inclusão, que foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXTRAPAUTA.** Apreciação da Errata ao Relatório de Atualização das Estimativas da Receita referente à Proposta Orçamentária para 2008. Relator da Receita: Senador Francisco Dornelles. O Relator apresentou a Errata. Iniciado o debate, o Deputado Pedro Novais discutiu o assunto. Finalizada o debate, o Presidente anunciou a votação da Errata, que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Presidente deu prosseguimento à apreciação dos Relatórios Setoriais das Áreas Temáticas da Proposta Orçamentária para 2008. Relatório Setorial da **Área Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo**. Relatora Setorial: Senadora Lúcia Vânia. Ausente naquele momento a relatora, o Presidente anunciou que a discussão e o prazo para apresentação de destaques estavam abertos. Tendo adentrado no recinto, a relatora informou que, naquele momento, estava entregando Errata ao Relatório e que seria apresentada oportunamente. A seguir, o Deputado Gilmar Machado sugeriu a suspensão dos trabalhos para entendimentos. O Presidente assentiu e interrompeu a reunião, às vinte horas e vinte e seis minutos. Às vinte horas e trinta e três minutos do mesmo dia, os trabalhos foram

reiniciados e suspensos em seguida. Antes, foi convocada a continuação para o dia subsequente, às nove horas e trinta minutos. Às dez horas do dia treze de fevereiro do mesmo ano, o Presidente retomou a reunião. O Deputado Alex Canziani solicitou que a Relatora Setorial da Área Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo apresentasse a Errata ao Relatório. Discutiram o assunto os Deputados Cláudio Cajado e Gilmar Machado. O Deputado Pedro Fernandes, ao fazer uso da palavra, mencionou reportagem veiculada na *Revista Época*, em que se reporta à Comissão de maneira favorável e positiva. O Presidente solicitou que o comentário fosse registrado nos anais da Comissão. A seguir, foi dado prosseguimento à apreciação do Relatório Setorial da Área Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo. A Relatora Setorial apresentou a Errata. Os debates foram iniciados. Discutiram a matéria os Deputados Paes Landim, Pedro Chaves, Cláudio Cajado, Pedro Novais, que teceu comentários sobre o disposto no art. 43 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. Continuando, discutiram a matéria os Deputados Pedro Fernandes, Wellington Roberto, Gorete Pereira, Edinho Bez, o Senador Marconi Perillo, Geraldo Resende, Roberto Rocha e Carlos Alberto Leréia. Às onze horas e vinte e um minutos, o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Roberto Rocha, assumiu a direção dos trabalhos. O Deputado Cláudio Cajado, ao discutir o assunto, mencionou o Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas e a Relatora respondeu à colocação feita. Finalizando os debates, discutiram, ainda, o Senador Cícero Lucena e os Deputados Giovanni Queiroz e Zé Gerardo. A Relatora respondeu aos questionamentos efetuados. A seguir, o Presidente encerrou a discussão e o prazo para apresentação de destaques. O Presidente em exercício solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas individuais e de relator. Em votação, a autorização foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Presidente em exercício leu a **Contestação**, de autoria do Deputado Zé Gerardo, ao parecer de inadmissibilidade da emenda nº 7107.0017, nos termos do art. 148 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. O autor apresentou a Contestação. Não houve debate. Em votação, a Contestação foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A seguir, o Presidente em exercício anunciou a votação do Relatório Setorial referente à Área Temática VI, com as alterações da Errata, que foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal,

ressalvados os destaques. A apreciação dos destaques foi adiada. O Presidente em exercício retornou à Área Temática I – Infra-estrutura. – Apreciação dos destaques. Os destaques 39 e de 41 a 46, do Deputado Marcelo Castro, foram **retirados** pelo autor. O Presidente em exercício solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas individuais e de relator. Em votação, a autorização foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Foi submetida ao Plenário proposta do Presidente para votação dos destaques em bloco, por tipo de voto do Relator Setorial que, em votação, foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **1) Destaque com voto do relator pela inadmissibilidade:** 36 a 38, 40, 63, 78 a 83, 100 a 102, 127 a 136. Os destaques foram declarados **inadmitidos** pelo Presidente em exercício. **2) Destaques com voto do relator pela rejeição:** 1 a 28, 30 a 35, 47 a 62, 64 a 77, 84 a 99, 103 a 121, 123 a 126, 137 a 139. Em votação em bloco, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art. 43 do Regimento Comum. **3) Destaques com voto do relator pela prejudicialidade:** 29 e 122. Os destaques foram declarados **prejudicados** pelo Presidente em exercício. O Presidente em exercício informou que a lista com o voto do relator setorial aos destaques apresentados à Área Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo ainda não havia sido concluído. O Deputado Gilmar Machado solicitou que fosse aguardado o prazo de vinte minutos. O Plenário assentiu. Às onze horas e cinquenta e um minutos, os trabalhos foram interrompidos. Às treze horas e quatro minutos do mesmo dia, os trabalhos foram reabertos pelo Presidente, Senador José Maranhão. O Presidente apresentou proposta para votação dos destaques em bloco, por tipo de voto do Relator Setorial que, em votação, foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **1) Destaque com voto do relator pela aprovação parcial:** 77, do Deputado Zé Gerardo, atendido com 1 milhão de reais. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **2) Destaques com voto do relator pela rejeição:** 1 a 76. Em votação em bloco, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art. 43 do Regimento Comum. A seguir, a relatora fez a leitura dos pleitos que serão encaminhados

na forma de indicação ao Relator-Geral. O Deputado Eduardo Valverde informou que haveria reunião do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves, a ser realizada às dezesseis horas daquela data, para conclusão do Relatório. **PAUTA 2. 3 – Requerimento nº 22/2007-CMO**, que requer o envio do Projeto de Decreto Legislativo nº 1/2007 e de seu Substitutivo para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados para que seja relatado parecer quanto aos aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, especialmente no tocante aos artigos 4º, 6º, 12, 15, 16, e 22. Autor: Deputado Humberto Souto. Ausente o autor, a apreciação foi **adiada**. **4 – Requerimento nº 28/2007-CMO**, que requer nos termos regimentais que o Comitê de Avaliação da Receita emita novo parecer com novas reestimativas de receitas orçamentárias antes da apresentação do Relatório Final do Relator Geral, Deputado José Pimentel (PT/CE), diante da situação posta após a rejeição da Proposta de Emenda à Constituição, pelo Senado Federal, que prorrogava a Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira, no sentido de encontrar alternativas para as fontes de recursos para a Lei Orçamentária para 2008. Autor: Deputado Vanderlei Macris. O Requerimento foi **prejudicado** em função da aprovação da Errata ao Relatório da Atualização das Estimativas da Receita. **ENCERRAMENTO:** tendo sido apreciadas as matérias das pautas, os trabalhos foram encerrados e a reunião ordinária convocada para as quatorze horas e trinta minutos daquela data foi cancelada. O Presidente convocou reunião com o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias na Comissão, os Coordenadores de Bancadas Estaduais, o Relator-Geral e os Relatores Setoriais da Proposta Orçamentária para 2008, a ser realizada às dezesseis horas daquele dia, na sala de reuniões da Presidência, cujo tema seria o Relatório Final da Proposta Orçamentária para 2008. Antes, foram convocadas reuniões a serem realizadas nas seguintes datas e horários, no plenário 2 da Câmara dos Deputados: dia 20 de fevereiro, às quatorze horas e trinta minutos: reunião ordinária; dia 21 de fevereiro, às dez e às quatorze horas: reuniões extraordinárias; e no dia 22 de fevereiro, às dez e às quatorze horas: reuniões extraordinárias. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador José Maranhão. Presidente.**



**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Havendo número regimental para abertura dos trabalhos, declaro iniciada a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 1 e 2, de 2008.

**O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – A Presidência informa que, com a esperada chegada do Senador Augusto Botelho, completa-se o número regimental para deliberação.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Antônio Carlos Valadares.

**O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, sei que a agenda de V.Exa. terá prosseguimento normal com a apresentação dos relatórios setoriais. Mas eu gostaria que antes da apresentação dos relatórios V.Exa. me desse a oportunidade de fazer uma leitura de duas mensagens cujo arquivamento foi proposto pelo Executivo.

Se V.Exa. me conceder esta oportunidade, vou requerer prioridade para a votação dessas mensagens, mesmo porque não têm elas qualquer divergência, tenho certeza absoluta, com o pensamento do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– A Mesa informa que, após a apreciação das atas das sessões anteriores, receberá o requerimento de V.Exa. propondo a inversão da pauta.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente.

Não havendo discussão e conforme o estabelecido na alínea “f” do art. 8º do Regimento Interno da Comissão, coloco em votação as atas das seguintes reuniões: 27ª Reunião Ordinária, realizada em 21 e 23 de novembro de 2007; 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 27 e 28 de novembro de 2007; 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 4, 5 e 6 de dezembro de 2007; 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 11, 12 e 13 de dezembro de 2007; 9ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de dezembro de 2007.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as atas na representação da Câmara dos Deputados.

Passa-se agora à votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam as atas permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as atas na representação do Senado.

Expediente.

Conforme solicitação do Deputado Regis de Oliveira, apresentada na 11ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de junho de 2007, coloco em votação a dispensa da leitura dos expedientes.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados aprovam a dispensa da leitura dos expedientes permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na representação da Câmara dos Deputados.

Passa-se agora à votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na representação do Senado da República.

Determino ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas desta reunião.

Informo que a lista com os expedientes foi encaminhada pelo correio eletrônico aos membros da liderança partidária nesta data.

Informo, ainda, que no dia 19 de dezembro de 2007 foi enviada aos membros e às lideranças partidárias a listagem com os expedientes recebidos pela Secretaria desta Comissão naquele período. Entretanto, registro somente neste momento a leitura dos expedientes e determino ao Departamento de Taquigrafia a transcrição dos mesmos nas notas taquigráficas.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para fazer um convite aos Senadores e Deputados membros do Comitê de Obras Irregulares para uma reunião amanhã, às 10h30min, a fim de que possamos discutir e votar o relatório do Comitê.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– A Presidência informa a este plenário que estão pendentes de apreciação os seguintes relatórios setoriais referentes às Áreas Temáticas da Proposta Orçamentária de 2008: 1) votação dos destaques da Área Temática nº 3 – Integração Nacional e Meio Ambien-



te; 2) debate e votação do relatório da Área Temática nº 6 – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, com os respectivos destaques; e 3) apresentação, discussão e votação do relatório setorial referente à Área Temática nº 1 – Infra-estrutura.

Ordem do Dia. Pauta nº 1, de 2008.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, para apresentação de requerimento de inversão de pauta.

**O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES** – Na verdade, Sr. Presidente, reitero a V.Exa. o pedido de inversão de pauta para a votação de 2 pareceres: o primeiro trata do superávit primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do programa intitulado Dispêndios Globais de Empresas Estatais Federais Não-financeiras; o segundo refere-se à avaliação do cumprimento da meta do superávit primário.

Se V.Exa. me permitir, com a aquiescência do plenário, farei rápida leitura, vez que não se trata de matérias polêmicas, mas apenas de mensagens governamentais demonstrando como se comportou o Orçamento a que me referi.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Em discussão o requerimento de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares solicitando inversão de pauta.

Em votação, na representação da Câmara dos Deputados, o requerimento apresentado pelo Senador Antonio Carlos Valadares.

Os Srs. Deputados que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em seguida, passo à votação na representação do Senado da República.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Discussão e votação da Pauta nº 2, haja vista a aprovação da solicitada inversão.

Pauta nº 2, de 2008. Item I. Mensagem nº 64/2007-CN, “*que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 6º, do art. 2º, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, o relatório parcial do cumprimento da meta de resultado primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social e do Programa de Dispêndios Globais das Empresas Estatais Federais Não-financeiras referentes ao 1º quadrimestre de 2007*”. Relator: Senador Antônio Carlos Valadares.

Voto do Relator: pelo arquivamento da matéria.

Com a palavra o Relator para apresentação do relatório.

**O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, como esse relatório foi distribuído ao plenário da Comissão, farei sucinta exposição do mesmo, o qual faz uma análise do resultado primário do setor público consolidado, o que inclui governos regionais. Registrou-se um superávit primário da ordem de 50,7 bilhões ou 6,5% do PIB.

Esse resultado, conjugado com a queda no valor de pagamento de juros até abril de 2007, proporcionou déficit nominal de 0,4 bilhão ou 0,05% do PIB.

O relatório também faz referência às receitas primárias. A carga tributária federal, de janeiro a abril, atingiu 25,45% do PIB, total que supera a previsão anual de carga tributária de 23% do PIB, considerando-se o valor do PIB de 2,520 bilhões já ajustado pela nova metodologia empregada pelo IBGE.

Quanto ao total das despesas primárias de janeiro a abril, excluídas as despesas com transferência, foi de 131,7 bilhões ou 16,89% do PIB. Esse valor de 4,9 bilhões foi inferior ao previsto para o período devido principalmente às despesas obrigatórias não realizadas.

E, por fim, Sr. Presidente, o déficit da Previdência Social alcançou, nesse período, 1,8% do PIB, ou seja, 14 bilhões, a despeito do aumento da arrecadação líquida em decorrência do crescimento do emprego formal e das melhorias de gerenciamento da receita.

Voto. Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento das Mensagens nºs 64 e 89, de 2007, e dos demais documentos que compõem esse processo e determine seu arquivamento.

É o relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Concluída a leitura do relatório, coloco-o em discussão.

Não havendo oradores inscritos, coloco-o em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Passa-se à votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

Item nº 2 da Pauta nº 2: Mensagem nº 136/2007-CN, “*que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 6º, do art. 2º, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, o relatório e a avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Programa de Dispêndios Globais das Empresas Estatais Federais*”.

*Não-financeiras referente ao 2º quadrimestre de 2007”.*  
Relator: Senador Antonio Carlos Valadares.

O voto do Relator é pelo arquivamento da matéria e dos demais documentos que compõem esse processo.

Com a palavra o Relator para apresentação do seu relatório.

**O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, refiro-me à análise do resultado primário, encerrado o 2º quadrimestre. O setor público consolidado, que inclui os governos regionais, registrou superávit primário de 87,7 bilhões ou 5,31% do PIB, comparativamente aos 76,6 bilhões ou 5,05% do PIB no mesmo período do ano passado.

Esse resultado, conjugado com a queda no valor de pagamento de juros até agosto de 2007, proporcionou déficit nominal acumulado no ano de 16,2 bilhões ou 0,98% do PIB.

Quanto às receitas primárias, a carga tributária federal de janeiro a agosto atingiu 23,92% do PIB. Esse percentual é praticamente igual à previsão anual de carga tributária de 23,82% do PIB, considerando-se o valor do PIB de 2,520 bilhões, já ajustado pela nova metodologia empregada pelo IBGE.

Despesas primárias. De janeiro a agosto, o total das despesas primárias, excluídas as despesas com transferências, foi de 278,6 bilhões ou 16,9% do PIB. Esse valor é de 1,6 bilhões inferior ao previsto para o período, devido principalmente às despesas discricionárias não realizadas.

Por fim, Sr. Presidente, item 2.4: Previdência Social.

O déficit da Previdência Social alcançou 1.61% do PIB ou 26.6 bilhões de reais. Esse resultado, inferior em 2 bilhões de reais ao esperado para o período, deve-se ao aumento da arrecadação líquida, em decorrência do crescimento do emprego formal e das melhorias de gerenciamento da receita e redução de 0.6 bilhão de reais no pagamento de benefícios em comparação ao projeto neste aumento.

O voto.

Dentro do exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da Mensagem nº 136, de 2007, e dos demais documentos que acompanham esse processo e determino o seu arquivamento.

É o parecer, Sr. Presidente, salvo melhor juízo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Concluída a apresentação do relatório, a matéria está em discussão.

Não havendo oradores, está em votação.

Na representação da Câmara dos Deputados, os Srs. Deputados que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na representação da Câmara dos Deputados.

Passa-se à votação na representação do Senado da República.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na representação do Senado Federal.

Segue-se agora a Ordem do Dia.

Apreciação dos relatórios setoriais apresentados às áreas temáticas da proposta orçamentária para 2008, que estima receita e fixa despesa da União para o exercício financeiro de 2008, remanescente da Pauta nº 37/2007.

Relatório Setorial da Área Temática nº 1. Infra-Estrutura. Relator Setorial, Senador Leomar Quintanilha.

Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha, para fazer apresentação do relatório e da errata.

**O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, incumbidos que fomos de relatar a Área Temática nº 1, de Infra-Estrutura, colhidos que fomos pela questão relacionada com a perda de recursos oriundos da CPMF, verificamos que a peça orçamentária ainda deverá ter uma demanda muito grande, cujo ajuste final acreditamos que será feito com o Sr. Relator-Geral.

Mas vou apresentar a leitura do resumo que fizemos na realidade anterior, antes da decisão sobre a não-prorrogação da CPMF.

Relatório Setorial. Área Temática I – Infra-Estrutura, sobre o Projeto de Lei nº 30, de 2007, do Congresso Nacional, que trata da Lei Orçamentária anual para o ano de 2008.

A área temática compreende as unidades que integram os Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações.

A proposta recebida do Executivo.

Os recursos propostos para 2008, no orçamento fiscal e no da seguridade social, somam 21 bilhões de reais, valor superior em 10.9% ao da proposta para 2007.

Esse acréscimo é devido ao robusto crescimento de 30% dos recursos programados para o Ministério dos Transportes. O Ministério de Minas e Energia e Ministério das Comunicações tiveram redução de recursos programados, no valor de 7.3% e 3.7%.

Os investimentos das empresas estatais correspondem, na proposta, a 56 milhões e 824 mil reais, montante 24.7% superior àquele proposto para 2007. Esse crescimento deve-se ao aumento de 25% dos recursos programados para as empresas ligadas ao

Ministério das Minas e Energia, principalmente ao Grupo PETROBRAS.

A concentração de investimentos em infra-estrutura econômica é a principal característica da área temática.

As emendas.

Tradicionalmente, a Área Temática I recebe um número expressivo de emendas coletivas e um número irrisório de individuais. Isso ocorre devido ao fato de que os investimentos nessa área demandam recursos vultosos, incompatíveis com a cota que os Parlamentares dispõem para apresentação e aprovação de emendas. E não foi diferente neste ano.

Inicialmente, a Área Temática I recebeu 149 emendas. Ao final, após os usuais ajustes técnicos e transferências de emendas entre áreas temáticas, restaram a serem analisados por esta relatoria 146 emendas, sendo 30 individuais e 116 coletivas.

O Comitê de Admissibilidade de Emendas, com a aprovação do plenário da Comissão Mista de Orçamento, transferiu a responsabilidade de avaliação da regularidade de emendas em razão de fatores como custo total do empreendimento, valores solicitados, cancelamentos indicados, classificação do identificador de resultado primário e outras questões semelhantes. Deixou-se, portanto, segundo essas situações, aos Relatores Setoriais a responsabilidade de ajustar ou rejeitar a emenda.

Esta relatoria realizou, então, com a concordância dos respectivos coordenadores de bancada ou dos Relatores nas Comissões, ajuste nas emendas coletivas apresentadas em todos os casos em que foi possível superar os motivos que as levariam à inadmissibilidade.

Admissibilidade.

Quanto às emendas individuais, esta relatoria decidiu apresentar a sua posição quanto a sua admissibilidade, tomando como critério o atendimento às disposições contidas na própria resolução e no relatório de atividade do Comitê, não sem antes pôr-se em contato com os autores das emendas, solicitando-lhes as correções que pudessem corrigir as distorções encontradas.

A maior parte dos autores individuais acolheu as ponderações da relatoria e solicitou as alterações pertinentes.

Propomos, então, com os fundamentos apresentados no relatório, apenas a inadmissibilidade das Emendas Individuais de nºs. 31650004, 25040013, 25040015, 3220003, 20940013 e 33870017, esta última incluída na Errata nº 1.

O atendimento às emendas.

Promovemos cancelamento em dotações orçamentárias da proposta com o objetivo de atender as emendas coletivas de apropriação. Esses cancelamentos foram realizados de forma linear em cada subtítulo no percentual máximo permitido pelo parecer preliminar, itens 39.1 e 39.2.

Tornaram-se disponíveis, assim, 155 milhões e 797 mil e 631 reais e 545 milhões e 234 mil e 902 reais, em RP2 e RP3, respectivamente.

Recebemos, ainda, recursos da Reserva de Recursos no montante 488 milhões e 272 mil e 910 reais, item 36.2 do parecer preliminar, além dos recursos necessários ao atendimento integral das emendas individuais que consideramos admitidas.

Utilizamos integralmente todos esses recursos para o máximo atendimento possível das emendas apresentadas.

Essa relatoria norteou-se no sentido de valorização da atuação das bancadas estaduais na alocação de recursos por meio das emendas de sua autoria. No caso das emendas de remanejamento, procuramos atender o limite máximo possível do que foi proposto pelas emendas, respeitando os parâmetros e limitações impostos pela Resolução nº 1, de 2006, e pelo parecer preliminar.

Com relação às emendas apresentadas pelas Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, buscamos priorizar o atendimento de ações de caráter nacional, cuja amplitude de sua execução beneficiará mais de um Estado Federado.

Em face de tais restrições e na busca de uma alocação de recursos o mais eficiente possível, procuramos ouvir os autores das emendas coletivas para determinar aquelas mais prioritárias, uma vez que não se poderia atender a todas em níveis ideais.

Buscou-se, também, na medida do possível, atender ao princípio constitucional de redução das desigualdades regionais.

Foi também diretriz desta Relatoria empenhar-se em priorizar investimentos com perspectiva de retorno econômico, sobretudo no que tange às obras em fase de andamento.

Lembro que os valores de aprovação das emendas em RP3 são mais significativos por não terem a perspectiva de serem elevados com os recursos previstos na segunda reavaliação da receita, ao contrário das atendidas em RP2. Assim, essas últimas, que foram atendidas com valores menores, deverão sofrer acréscimo significativo, proporcionalmente ao valor atendido nesta fase, com os recursos da segunda reavaliação da receita.

Os recursos utilizados na aprovação das emendas coletivas de remanejamento, tanto em RP2 como

em RP3, foram os indicados pelos próprios autores na reapresentação de suas emendas e não podem ser acrescidos ou suplementados pelo Relator Setorial, de acordo com o art. 38, §1º, da Resolução nº1, de 2006.

No caso específico das emendas coletivas de remanejamento em RP3 que apresentaram cancelamentos em RP3 superiores a 10% de cada subtítulo, em desacordo com o Item 6.3 do Parecer Preliminar, tivemos que rabaixar o cancelamento para esse percentual em cada seqüencial.

Ao final do processo, foram aprovadas parcialmente as 116 emendas coletivas apresentadas na área temática, sendo 104 de bancada e 12 de comissões permanentes.

Foram aprovadas integralmente 23 emendas individuais e inadmitidas 6.

Consideramos, ainda, para efeito desse relatório, que uma emenda individual foi retirada pelo autor.

Tomamos a liberdade de fazer algumas recomendações ao Relator-Geral com o objetivo de sanar, ou, ao menos, minimizar, alguns dos problemas apontados neste relatório no que se refere ao acolhimento das emendas.

Propomos a transferência, pelo Relator-Geral, das Emendas nºs 17690012, 71200007 e 71200005 para as áreas temáticas pertinentes ao seu objeto.

Obras com indícios de irregularidades.

Indicamos para a votação em separado os subtítulos que correspondem a obras que constam da última relação oficial de obras com indícios de irregularidades graves, informada pelo Tribunal de Contas União, bem como as emendas apresentadas que tinham por objeto contemplar obras incluídas nesta lista.

Acrescentamos, ainda, sugestão de emenda de texto ao Relator-Geral para assegurar tratamento adequado aos investimentos com recursos da União em bens de infra-estrutura submetidos a regime de concessão, arrendamento ou delegação de exploração econômica a terceiros, estabelecendo os cuidados necessários à preservação do patrimônio público.

Diante do exposto, somos pela aprovação da parte do Projeto de Lei nº 30, de 2007, do Congresso Nacional, relativa aos orçamentos das unidades orçamentárias especificadas neste relatório, nos termos da proposta do Poder Executivo, com as alterações aprovadas por esta Relatoria, constantes das relações anexas.

É bom lembrar aos eminentes membros desta Comissão que não deixamos recursos, em face da sua exigüidade, destinados a atendimento de eventuais destaques.

Por outro lado, é importante comentar a frustração que houve em relação ao atendimento desigual das emendas em RP2, já que, em decorrência da subtração dos recursos provenientes da CPMF, elas não puderam mais ter o acréscimo inicialmente programado. Em entendimento mantido com o Relator-Geral, afirmou-nos S.Exa. que vai procurar, na execução do seu relatório, o ajustamento com as respectivas bancadas para a equalização do orçamento apresentado.

Por último, queremos salientar que foi distribuída a cada um dos membros cópia da errata deste relatório que apresentamos.

Era o que nos incumbia apresentar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Está iniciada a discussão, bem como o prazo para a apresentação de destaques, que será encerrado ao término do debate.

Com a palavra o Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA** – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu gostaria de saber do nosso Relator-Geral os critérios utilizados para fazer cortes nas rubricas que vieram no orçamento base.

Temos aqui algumas rodovias que passam por Minas Gerais. Lamentavelmente, estamos constatando que o corte em cada rubrica supera 10%, enquanto, em outras, nada se fez. Então, eu gostaria de saber quais foram esses critérios e como isso vai ficar.

Temos rodovias aqui, por exemplo, que fazem parte do PAC, cujas obras de conclusão o Governo, pela primeira vez, imprime determinada velocidade. Na BR-040, rodovia que liga Brasília ao Rio de Janeiro, há um trecho onde se observa o maior número de acidentes, um dos pontos mais críticos daquela estrada. O Governo, pela primeira vez em mais de 20 anos, começa a disponibilizar recursos com determinação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Eu gostaria apenas de lembrar ao Deputado que estamos discutindo, agora, o relatório setorial; e não o relatório geral. Penso, por isso mesmo, que V.Exa. quer se dirigir ao Relator da matéria que acabou de ser apresentada, o Relator Setorial, que é Senador Leomar Quintanilha. Mas V.Exa. se referiu ao Relator-Geral.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA** – Estou me referindo ao Relator Setorial, exatamente porque há trechos em que o corte foi muito profundo. O Governo fez vários estudos para priorizar, por exemplo, na BR-040, um trecho entre o norte de Minas e Belo Horizonte, entre o trevo de Curvelo e Sete Lagoas, um dos trechos mais críticos da BR-040, onde há acidentes fatais todos os dias praticamente. Vemos



pela primeira vez o Governo trabalhar de uma maneira muito determinada. Infelizmente, o nosso Relator ou a sua assessoria faz um corte profundo nessa obra.

A minha preocupação, Sr. Relator, é exatamente que o Relator-Geral não tenha como reconquistar aquele valor perdido. Portanto, vejo isso com muita preocupação. Eu gostaria que V.Exa. desse explicações ao plenário. E, naturalmente, vamos apresentar destaque sobre essa matéria.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Relator, nobre Senador Leomar Quintanilha, eu gostaria de fazer duas observações. Estou aqui lendo o relatório de V.Exa. e devo reiterar que fomos surpreendidos com a votação no Senado no sentido de retirar do orçamento os recursos provenientes da CPMF. Obviamente, esse é o primeiro relatório que estamos discutindo, e, eventualmente, votando, a respeito dessa nova configuração.

Diante do exposto por V.Exa., eu gostaria que fosse explicitado onde houve o corte. Ou seja, qual foi a adaptação feita no relatório que V.Exa. agora apresenta, em relação ao que V.Exa. havia apresentado anteriormente?

**O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA** – Não se fez qualquer mudança.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Não!? Nenhuma!? V.Exa. manteve o mesmo relatório anterior? E o impacto da ausência da CPMF, não ocorreu?

**O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA** – Houve um apelo do Relator-Geral no sentido de que se desse a esse relatório o mesmo tratamento dado aos outros, que foram aprovados naquela circunstância anterior à derrubada da CPMF.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Pois não. Então, V.Exa. manteve integralmente o relatório e vai fazer o ajuste quando o Relator-Geral apresentar o seu relatório. Tentei encontrar aqui essas informações, mas não havia conseguido. Fico, portanto, satisfeito com o esclarecimento.

Em relação à Bahia, Sr. Presidente, eu não imaginei que eu fosse o segundo orador a usar a palavra. Portanto, Se V.Exa. me permitir, passarei a palavra ao próximo inscrito e me reservarei esses 2 minutos para voltar, em réplica ao Relator, assim que eu terminar de ler a parte que contempla a Bahia.

De antemão, devo dizer que vejo aqui um corte de 800 mil reais em relação à ponte de Carinhanha. Trata-se de obra importante que liga o Município de Carinhanha ao vizinho Município de Malhada, passando

do por um braço do Rio São Francisco, obviamente ligando duas BRs, a 030 e a 412. Essa ponte está em fase final de conclusão e, portanto, com esse corte, não sei se será possível completar essa obra.

Portanto, apresentarei um destaque a V.Exa. e, ao mesmo tempo, vou ler os demais pontos do relatório e defender, com a parcimônia a anuência de V.Exa., os interesses da Bahia, que, tenho certeza, serão contemplados ainda mais pelo seu relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)  
– Continuando a discussão, com a palavra o Deputado Eduardo Sciarra.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Leomar Quintanilha, devo dizer que rapidamente li o teor da errata, mas ainda não fiz um juízo definitivo.

Gostaríamos, em primeiro lugar, de agradecer o nobre Relator com relação à atenção que sempre nos é dispensada quando fazemos solicitações quanto às demandas do Estado do Paraná.

Quero reforçar que apresentei já 5 destaques em relação ao Estado do Paraná. Entre eles, quero fazer referência especial ao destaque relativo à Emenda nº 013, da bancada do Estado do Paraná, sobre a construção do contorno rodoviário no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na BR-277 e em outras.

Por ser obra de fundamental importância para o transporte não só regional, pois se trata do eixo que liga o Sul do País ao Centro-Oeste, é importante que essa obra mereça uma destinação de recursos adequada para sua realização.

Trata-se do Destaque nº 013 da bancada do Paraná.

Faço esta referência especial ao nobre Relator para que S.Exa. possa considerar quando da análise posterior dos destaques.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)  
– Continuando a discussão, com a palavra Deputado Hugo Leal.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Leomar Quintanilha, queria apenas fazer uma ponderação, na condição de Coordenador da bancada do Estado do Rio de Janeiro, sobre o critério utilizado por V.Exa., pois na pág. 21 do relatório – Recomendações ao Relator-Geral – V.Exa. colocou 2 emendas da bancada do Estado do Rio de Janeiro: a Emenda nº 7120007 e 7120005. Uma trata da Via Light, um entroncamento no final da BR-116, final da Rodovia Presidente Dutra, ao final da Baixada Fluminense. Trata-se de fundamental obra para escoamento dos veículos no ponto principal da rodovia Presidente Dutra, que contemplará toda a Baixada Fluminense.

Devo registrar que V.Exa., com muita gentileza, informou que esse trecho cuja construção é proposta na emenda não consta na proposta do Plano Nacional de Viação e, por conseguinte, não pode ser objeto de dotação orçamentária do DNIT, por se encontrar fora da jurisdição federal – eu teria o entendimento contrário. E, também, informa o Relator que não houve tempo hábil para realizar a transferência da emenda para a Área Temática de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. Então, V.Exa. aprovou e colocou um valor simbólico, para que o Relator-Geral providencie o enquadramento adequado da emenda na outra unidade orçamentária.

Perfeitamente. Isso aconteceu nesse caso da Via Light e também no caso da Estrada União Indústria, a qual foi a primeira estrada asfaltada do País e liga o Município de Petrópolis, no Rio de Janeiro, ao Estado de Minas Gerais. A estrada foi substituída pela BR-040, mas essa Estrada União Indústria até hoje não consta no Plano Nacional de Viação, não é da responsabilidade dos municípios e nem é da responsabilidade do Estado.

Na realidade, já estive em duas oportunidades no DNIT, que afirmou que a responsabilidade continua sendo do organismo Federal, do próprio DNIT, porque nenhum outro organismo estadual ou municipal assumiu tal responsabilidade. E a rodovia cada vez mais vai se deteriorando.

Visitei a rodovia na semana passada, estrada que cruza o Distrito de Itaipava, em Petrópolis, e soube de várias ocorrências, incidentes e desabamentos que causaram mortes. É exatamente essa Estrada União Indústria.

V.Exa. também, com muita gentileza aprovou emenda nessa área temática com valor simbólico, sem qualquer ajuste, solicitando ao Relator-Geral que providencie o enquadramento necessário.

Porém, Senador, quando da disposição das emendas, V.Exa. colocou como emenda coletiva de apropriação esse trecho da Via Light, que é da Baixada. Está na página 39. Portanto, a ela não foi dado o tratamento de remanejamento, mas de apropriação.

Entendo que caberia, neste caso da Via Light, por ser emenda de apropriação, tal como reconhecida na página 39, um aumento no valor, e não só o valor simbólico.

Para a Estrada União Indústria, esta que mencionei, a primeira estrada asfaltada do País, foi ela aprovada nas emendas coletivas de remanejamento, a fls. 48. Há um cancelamento e um acréscimo, inclusão, contemplando a Estrada União Indústria.

Então, queria somente entender os critérios utilizados.

Apesar da justificativa na página 21 ser a mesma para as 2 emendas, elas foram colocadas em categorias diferentes: uma foi colocada em apropriação; outra, em remanejamento.

É o esclarecimento que desejo. No caso da Via Light, de que trata a Emenda nº 7120005, se ela for colocada como emenda coletiva de apropriação, entendendo que caberia, neste mesmo relatório, não só o valor simbólico, mas o valor coletivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Humberto Souto.

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** – Sr. Presidente, verifica-se no relatório que houve um grande prejuízo para as estradas de Minas Gerais.

A bancada de Minas está reunida e não vai concordar com esses cortes que foram feitos ou com os números estabelecidos. Verificou-se também, por denúncias feitas nas discussões de bancada, que o Relator contemplou uma série de estradas da sua região eleitoral e da Região Centro-Oeste, Norte, etc.

A bancada de Minas não vai aceitar esse comportamento.

Por exemplo, temos uma região de Minas Gerais, que é a região do Polígono da Seca, que está absolutamente ilhada, tanto no trecho que vai de Itacarambi, Montalvânia em direção à Bahia, como na estrada de Montes Claros a Belo Horizonte. Montes Claros é a quinta cidade do Estado e está completamente intransitável há muito tempo, uma coisa horrível.

O Senador Eduardo Azeredo apresentou emenda a nosso pedido, se não me engano, de 150 milhões para a recuperação dessa estrada, pois tem-se que fazer uma estrada nova, mas o Relator a contemplou com 15 milhões. Esse valor sequer é suficiente para o início das obras naquela estrada.

É preciso, e peço a atenção do Sr. Relator, que se faça uma redistribuição desses recursos no sentido de melhorar o valor dessa emenda do Senador Eduardo Azeredo, até em homenagem ao seu colega de Casa.

O Deputado Márcio Reinaldo Moreira já falou sobre isso, sobre parte disso. Ele falou sobre a BR-40, que é parte dessa estrada. Estou me referindo mais ao trecho de Curvelo a Montes Claros, com o contorno de Montes Claros, objeto da emenda do Senador Eduardo Azeredo. Eu pediria a V.Exa. que examinasse a possibilidade de fazer algum remanejamento, para que não houvesse dificuldades na votação deste relatório. Estamos com boa vontade, queremos ajudar, mas não podemos concordar com o tratamento dado a Minas Gerais.

Agradeço ao Sr. Presidente e ao Sr. Relator-Geral, que tenho certeza de que é um homem sensível,

conhecedor das dificuldades dessa região, área mineira da SUDENE, uma área sofrida, pobre, mas que contém uma cidade que é a quinta do Estado. Essa estrada está há 10 anos precisando ser refeita. Da forma como está o Orçamento, não será viável reconstruí-la este ano. Peço a atenção do Relator para este fato.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, meu caro Relator, nós sabemos da dificuldade que é fazer um relatório que contemple as diversas e legítimas demandas das bancadas, dos Parlamentares, da população. Sei que é um desafio atender a tudo, e também sei que esse desafio envolve renúncia e o estabelecimento de prioridades.

As várias emendas da bancada de Rondônia apontaram algumas prioridades. Eu gostaria que V.Exa., Sr. Relator, à luz de todos os argumentos do bom senso e da cautela, e tendo em vista a grande dificuldade que é fazer uma distribuição de recursos com equidade e justiça, contemplasse com um aporte um pouco maior de recursos o terminal hidroviário de Porto Velho, que é uma obra que poderia estar no PAC, dada a construção da hidrelétrica do Madeira. O transporte hidroviário na região deve aumentar, e a cidade de Porto Velho não tem um terminal, conta apenas com um terminal improvisado de cargas e passageiros, o que causa confusão no Rio Madeira.

A bancada federal, depois de muita discussão, priorizou esta emenda, que estamos destacando para que V.Exa. possa analisar com a equidade e a justiça que norteiam seu trabalho nesta Comissão.

São estas as solicitações que eu faço.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Eduardo Gomes.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar eu gostaria de fazer, com o orgulho do Parlamentar tocantinense, uma saudação ao Senador Leomar Quintanilha, pela capacidade de interlocução com todas as bancadas, pela ampla discussão deste importante relatório de infra-estrutura, o que não deixa de ser um registro, para o nosso Estado, da competência do Senador e de quanto S.Exa. é respeitado nesta Comissão.

Quero, Senador Leomar, dizer da nossa disposição de, na segunda fase de aprovação deste relatório, discutir nesta Comissão a necessidade de promovermos cortes em despesas correntes e de ampliarmos os investimentos em obras de infra-estrutura.

Quero também parabenizar o esforço conjunto da bancada do Estado do Tocantins para priorizar obras

importantes como a eclusa do Lajeado. Recentemente, ouvimos o possível Presidente da ELETRONORTE falar da prioridade da eclusa, que chama a atenção, nobres Parlamentares, por uma questão muito interessante: a obra tem licença ambiental, não tem nenhum indício de irregularidade no Tribunal de Contas da União, é necessária para o bom funcionamento das outras eclusas, vem recebendo repetidas vezes recursos do Orçamento, mas não está merecendo do Governo Federal a prioridade devida. Espero que agora, com sua reinclusão no Orçamento, e como prioridade no relatório de infra-estrutura, a obra seja finalmente retomada, para que sua conclusão se dê em poucos anos.

Fica aqui o nosso registro. Permanecerei fiscalizando, como Líder do PSDB na Comissão do Orçamento, mas entendo que é preciso fazer um trabalho conjunto para compensar a falta da CPMF com os recursos necessários ao relatório de infra-estrutura. Contem com o nosso apoio e com a nossa compreensão do trabalho que o Senador Leomar Quintanilha desenvolveu e pelo qual nós o parabenizamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Tem a palavra o Deputado Luciano Castro, como Líder.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO** – Sr. Relator, quero parabenizá-lo pelo relatório e também fazer uma ponderação a respeito da nossa BR-174, rodovia importante do nosso Estado que liga Manaus a Boa Vista e segue até a Venezuela, onde se interliga com uma estrada venezuelana e vai até Caracas. A BR-174 é uma rodovia internacional e tem suma importância. Eu gostaria que V.Exa. tivesse um pouco mais de sensibilidade na análise dessa questão, tendo em vista que grande parte das obras de restauração da rodovia já estão em execução. Está previsto um gasto de cerca de 200 milhões de reais nesse trecho.

Peço-lhe que examine nosso destaque com atenção, tendo em vista as questões que envolvem a Região Norte, entre elas a integração da Venezuela ao MERCOSUL.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** – Sr. Relator Senador Leomar Quintanilha, parabéns pelo trabalho. Sei que o senhor ouviu muito, preocupou-se, sofreu, fez das tripas o coração para fazer um bom relatório.

A bancada do Rio Grande do Sul foi modesta em suas emendas para um dos maiores trechos federais. Pedimos recursos para apenas 4 estradas, e estradas

que estão aí há muito tempo, Senador Leomar Quintanilha, há 8, há 10 anos.

Duas delas o senhor pôde atender razoavelmente. A que liga Tavares a São José do Norte, que é a pior, com 5,2 milhões de reais mal e mal tem suas obras recomeçadas, a chamada Estrada do Inferno. A outra, a BR-468, faz o entroncamento Brasil-Argentina. Há 8 anos eu me empenho em favor dessa estrada. Era um trecho de 35 quilômetros, que liga uma região do meu Estado com a Argentina. Do outro lado do Rio Uruguai tem asfalto. Esse trecho, que atende a 150 Municípios, encurta em 700 quilômetros a distância para São Paulo, pela Argentina ou não.

Estou me empenhando há horas, e só faltam 6 quilômetros. Por um erro da bancada, solicitamos 6 milhões de reais. Isso foi um erro, que não dá mais para consertar. Deveríamos ter pedido 15 milhões, para o senhor nos dar 10 milhões. Concluiríamos a obra, iniciada há 8 anos, Senador. Mas o senhor nos deu 4 milhões, só. O que eu vou lhe pedir é que faça um esforço e nos atenda com pelo menos 6 milhões. Tínhamos de ter pedido 15 milhões, mas por um erro da coordenação acabamos pedindo 6 milhões. O senhor sabe que a tendência do pessoal é pedir sempre bem mais: 15 milhões, para ficar com 10 milhões. Mas pediram só 6 milhões e o senhor ainda nos tirou 2 milhões.

Deputado do Ceará, por gentileza. Eu esperei para falar e agora gostaria que o senhor aguardasse. O senhor é brilhante e educado, tenho certeza.

Senador Quintanilha, por favor, faça uma revisão. Essa região trabalhadora precisa da conclusão desses 6 quilômetros. Com 6 milhões talvez a empreiteira ao menos recomece a obra. Vamos tentar convencê-la, mas com 6 milhões. Por favor conceda mais 2 milhões. O senhor pode fazer isso.

É o apelo que faço em nome do Rio Grande, em nome da Governadora, em nome da bancada do seu PMDB, do nosso PMDB, que está investindo muito nessa estrada, há 8 anos.

Senador Quintanilha, que fique na sua alma este pedido.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)  
– Com a palavra o Deputado Marcelo Castro.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** – Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres colegas, o relatório do Senador Leomar Quintanilha faz algumas modificações, e, no que diz respeito ao querido Piauí, nós nos sentimos prejudicados. O orçamento para o Piauí no Ministério dos Transportes é dos menores, consideradas todas as Unidades da Federação. Nos orçamentos para Rondônia e Roraima, que são Estados muito menores do que o Piauí, V.Exa. corrigiu a diferença. O orçamento era dimi-

nuto, e V.Exa. fez um acréscimo importante. No caso de Rondônia, por exemplo, V.Exa. aumentou os 76 milhões para 134 milhões, ou seja, quase dobrou o previsto. No caso de Roraima, os 58 milhões V.Exa. elevou para 113 milhões. E o Piauí, que tinha apenas 120 milhões, ficou com 111 milhões, teve o orçamento reduzido.

Senador, eu queria contar com a compreensão de V.Exa. Aliás, eu já havia alertado V.Exa.

Normalmente as bancadas fazem emendas para o Ministério dos Transportes. Este ano, o Piauí não fez nenhuma emenda, então o corte que V.Exa. fez no orçamento que já existia, e que era diminuto, pequeno, insignificante, não vai ser compensado pelas emendas de bancada. Não há nenhuma. Por causa disso, estou apresentando um destaque solicitando a V.Exa. que recomponha os valores cortados, para não prejudicar o nosso Estado. Quase todos os demais Estados da Federação ficaram, após o relatório de V.Exa., com valores superiores aos previstos no texto original. O Piauí é das raras exceções. Temos um orçamento baixo e não apresentamos emendas de bancada. Mesmo assim V.Exa. cortou recursos.

Peço a V.Exa. que leve em consideração todos estes argumentos quando for analisar os destaques de reposição dos recursos cortados.

Agradeço-lhe a atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)  
– Com a palavra o Deputado Pedro Novais.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Relator Senador Quintanilha, peço a V.Exa. atenção para as rubricas de interesse do Maranhão referentes à manutenção de trechos rodoviários nas BRs 135, 226, 308 e 402, que tiveram valores reduzidos por V.Exa.

Eu me pergunto, ilustre Senador, que critério presidiu a feitura do relatório de V.Exa., uma vez que a manutenção da BR-174, no Estado de Mato Grosso, que tinha originalmente o valor de 8 milhões, teve seus recursos acrescidos por V.Exa. para 25 milhões 712 mil reais. E, pior ainda, a BR-174, no Estado de Roraima, de 44 milhões de reais passou para 77 milhões de reais. V.Exa. acrescentou quase 40 milhões de reais. Na mesma Roraima, onde não há tanto tráfego rodoviário, a BR-310 teve 20 milhões de reais a mais.

Existem várias outras discrepâncias no relatório. Meu interesse, Sr. Relator, não é reclamar dos amplos atendimentos promovidos por V.Exa. Esse assunto não me interessa muito. O que eu quero é melhorar a situação das rubricas referentes ao meu Estado. Cito esses exemplos e acrescento a minha estranheza pelo fato de o Estado de Roraima ter mais importância do que os outros Estados da Federação, que não tiveram seus valores acrescidos dessa forma.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Zé Gerardo.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Sr. Senador Quintanilha, o Estado do Ceará apresentou 2 emendas. Por várias vezes eu lhe procurei, e V.Exa. teve a boa vontade de me ouvir e de analisar nossos pleitos. Ocorre que não foram feitos os cortes devidos, e houve uma mudança no entendimento firmado com a sua assessoria.

O Estado do Ceará tem no relatório do orçamento para a BR-222, Caucaia-Pecém, 40 milhões de reais para a conclusão da duplicação de uma rodovia que dará acesso ao Porto do Pecém e que garantirá melhor qualidade de vida ao nosso povo, melhorando o escoamento da produção para o porto. A PETROBRAS está fazendo nessa área uma tancagem para distribuição de petróleo para toda a Região Nordeste e necessita da conclusão dessa rodovia. A obra já foi licitada e a ordem de serviço está sendo dada.

O Estado do Ceará também estava aquinhoadado com 35 milhões de reais para o trecho Tianguá, que ainda não foi licitado mas também deve ser visto com bom olhos.

O que eu pedi a V.Exa. foi que trocasse o corte de 3 milhões 535 mil reais feito dos 40 milhões de reais da duplicação do trecho Caucaia-Pecém para os 35 milhões da duplicação na chegada à cidade de Tianguá. Expliquei ao assessor de V.Exa. que não foi possível fazer a troca por causa daquela confusão dos dias finais, e eu precisava que o Estado de Ceará tivesse esse recurso. A mudança não vai causar nenhum prejuízo, é só trocar a rubrica do corte. Os destaques são os de nºs 021 e 020.

Peço a V.Exa. que analise essa questão com bons olhos. Tenho certeza de que, pelo carinho que V.Exa. tem pelo Ceará, pela nossa amizade e pela dedicação com que V.Exa. elaborou este relatório, que nós ajudamos a construir, trabalhando várias vezes no Comitê de Emendas, de braços abertos para ajudar todos os Estados, analisando as dificuldades e resolvendo os grandes problemas da Nação, tenho certeza de que V.Exa. vai nos atender.

Aproveito a oportunidade para parabenizá-lo pelo relatório e por tudo o que V.Exa. fez pelo Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Edinho Bez.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** – Sr. Presidente, meus colegas de Comissão, Relator Leomar Quintanilha, eu gostaria de reforçar os pedidos feitos pelos Deputados Darcísio Perondi e Zé Gerardo. O momento é muito importante para todos nós, brasileiros.

Senador Quintanilha, apresentei 6 destaques, mas enumero o primeiro como o mais importante. Está sendo construído um aeroporto regional no sul de Santa Catarina, no Município de Jaguaruna, entre Tubarão e Criciúma, com recursos do Governo do Estado, principalmente, mas com participação do Governo Federal.

Fui Secretário de Estado de Infra-estrutura. Estamos concluindo agora a segunda etapa do aeroporto. Deverão ser licitados imediatamente, com recursos do Estado – 6 milhões de reais -, os terminais de passageiros e de cargas, o balizamento do aeroporto e o estacionamento. A emenda da bancada, apresentada pela Senadora Ideli Salvatti, é de 50 milhões de reais, mas V.Exa. aprovou apenas 8 milhões de reais. Não pedimos muito, tendo em vista que, com a duplicação da BR-101, a obra é de suma importância não só para Santa Catarina, mas para o Brasil, aliás, para o mundo.

Sr. Senador, estou pedindo no meu destaque que o valor de 8 milhões, já aprovado por V.Exa, seja elevado para 13 milhões de reais. Veja que nós pedimos 50 milhões. Estamos pedindo apenas mais 5 milhões, para a conclusão da obra que dá acesso ao aeroporto, prioridade da prioridade. Trata-se da Emenda 71260001. Essa obra fará grande diferença para Santa Catarina.

A Emenda 71260007, a segunda que apresentei, trata da adequação de trecho rodoviário da BR-153, divisa do Paraná com o Estado do Rio Grande do Sul: obviamente, Santa Catarina. V.Exa. aprovou 7 milhões 539 mil 181 reais. Estamos pedindo que o valor seja aumentado para 15 milhões de reais.

Outro destaque é o 71260008, duplicação e adequação do trecho da BR-282 que liga o Município de Alfredo Wagner a Florianópolis, nossa Capital. Essa rodovia corta o Estado de Santa Catarina e talvez seja a mais importante do Estado, porque liga Florianópolis à divisa com a Argentina, por exemplo. Nesse trecho ocorrem acidentes constantemente. Eu gostaria de contar com a sensibilidade de V.Exa., Sr. Relator, para aumentar o valor inicialmente concedido, de 4 milhões 703 mil 138 reais, para 28 milhões de reais.

O Destaque nº 71260009 trata da adequação do trecho rodoviário de Rio do Sul, no Estado de Santa Catarina, BR-470. Essa outra rodovia federal, importantíssima, liga parte da região serrana do oeste à BR-282, em Lages, e segue até a BR-101, Municípios de Itajaí e Navegantes, onde quase diariamente há acidentes. Foram solicitados 15 milhões de reais, e V.Exa. aprovou 7 milhões 539 mil 181 reais. Gostaríamos que fosse aumentado esse valor.

Outro destaque que apresentamos é o de nº 71260015, adequação de anéis viários no Município de Criciúma, Estado de Santa Catarina. Essa é uma promessa antiga. Conheço muito bem essa necessidade. Represento essa região aqui no Congresso Nacional. A adequação é importante. Foram aprovados 4 milhões 185 mil 273 reais. Solicito a V.Exa. que aumente esse valor para pelo menos 10 milhões de reais.

O último é o Destaque nº 71260017, adequação do acesso rodoviário da BR-282, Município de Chapécó, Estado de Santa Catarina. A bancada solicitou 100 milhões de reais, e V.Exa. aprovou 10 milhões de reais. Se for possível atender, reivindicamos um aumento de 10 milhões para 30 milhões de reais.

Como eu já disse, caro Relator, gostaria que V.Exa. desse atenção especial à obra de acesso ao aeroporto regional, que está sendo construído com sacrifício pelo Governo do Estado. O aeroporto atenderá a todo o Brasil. Já está até sendo duplicada a BR-101. Pedimos inicialmente 50 milhões, e agora queremos apenas que V.Exa. eleve de 8 milhões para 13 milhões o recurso. São apenas 5 milhões de reais a mais. Contamos, mais uma vez, com o sentimento que lhe é peculiar e com a sensibilidade dos colegas da Comissão.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – A Presidência dará um esclarecimento ao Plenário da Comissão.

Reza o art. 80 da Resolução nº 1 de 2006 do Congresso Nacional:

“Art. 80. Somente será admitido destaque:

I – ao projeto:

a) para recompor dotação cancelada, até o limite de 3 (três) destaques por membro da CMO, inadmitidos os que tenham como objetivo recompor dotação reduzida por cancelamento linear.”

Como o nosso serviço de informática não nos permite o controle do número de destaques recebidos por autor, eu gostaria que os Parlamentares tivessem ciência desse dispositivo, porque, no momento da apreciação dos destaques, certamente o Relator não vai acolher destaques que firam esse dispositivo da resolução. Só serão admitidos 3 destaque por Parlamentar para recompor dotação cancelada.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** – O que V.Exa. sugere...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Sugiro aos que já apresentaram mais de 3 destaques que elejam os que querem retirar, para que essa

tarefa não fique a cargo do Relator, que, certamente, não poderá aceitar todos.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** – Sr. Presidente, V.Exa. sugere que, dos destaques que eu apresentei, eu priorize 3?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Não, V.Exa. está equivocado. Primeiro, eu não estou fazendo uma advertência com endereço certo a alguém, muito menos a V.Exa. Eu mesmo não tenho ciência de quantos destaques V.Exa. apresentou nesta rubrica, Recomposição. Mas, se V.Exa. porventura apresentou 4, é bom que escolha quais são os 3 que V.Exa. quer que subsistam.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** – Terei de fazê-lo imediatamente? Que prazo eu tenho para fazer essa escolha? Eu apresentei 6 destaques. Tenho de priorizar 3 deles imediatamente?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Veja bem, estou me referindo a destaques para recomposição de recursos cancelados pelo Relator, não a emendas.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** – No meu caso, são emendas, não são destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Então V.Exa. não está incorrendo nessa hipótese. Mas há outros que excederam o limite.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu queria fazer um apelo aos membros da Comissão. O Presidente Arlindo Chinaglia já está no plenário e quer começar a Ordem do Dia. Ele nos deu mais 15 minutos para concluir a votação deste relatório, ressalvados os destaques, e pelo menos do relatório de receitas. Vamos adiantar um pouco os trabalhos e concluir esta primeira etapa, já muito bem trabalhada pelo Senador Leomar Quintanilha. Teremos mesmo de continuar mais tarde.

Este é o apelo que eu gostaria de fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Agradeço a V.Exa. a informação, que transmito em forma de recomendação ao Plenário da Comissão. Mas lembro a V.Exa. e aos demais Parlamentares que amanhã faremos uma sessão extraordinária às 9h30min, já que não haverá reunião das Comissões técnica nem na Câmara nem no Senado.

Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

**O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO** – Sr. Presidente, pedi a palavra para defender meu Estado de Roraima.

Nossa principal Rodovia é a BR-174. Roraima é um dos Estados que têm mais rodovias federais. A BR-174 é a única estrada que nos liga ao Brasil. Ela nos liga ao Brasil e à Venezuela.

Quero defender nosso Relator-Setorial, o Senador Leomar Quintanilha. O que ele fez foi confirmar os recursos previstos no PAC. Ele não privilegiou Roraima com o aumento de recursos de que reclamou um orador que me antecedeu. O Relator apenas enquadrou recursos que estão no PAC para que Roraima possa se desenvolver. A BR-174 está intransitável, cheia de buracos. Tudo o que chega a Roraima ou passa ou pela BR-174 ou vai de avião. O barco só funciona 3 meses por ano. Agora, por exemplo, não está funcionando. E os produtos da Zona Franca de Manaus também saem pela BR-174, para a Venezuela, para o Caribe.

Insisto, nosso Relator apenas enquadrou recursos do PAC. E Roraima precisa desses recursos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Pedro Fernandes.

**O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES** – Sr. Presidente, eu disse ao Deputado Pedro Novais, o grande coordenador da nossa bancada do Maranhão, que Roraima tem um peso político muito grande, com o Senador Augusto Botelho e o Senador Romero Jucá, que é Líder do Governo no Senado. Acho que essas coisas muito ajudam.

Senador Augusto Botelho, estou dizendo que Roraima, além de ser um Estado importante, tem na política pessoas importantes, como V.Exa. e o Líder do Governo no Senado, o Senador Romero Jucá.

Mas eu queria lembrar que o Maranhão tem a BR-316, que liga o Pará ao Nordeste passando pelo Estado do Maranhão. É importante essa rodovia. Também temos a BR-135, que liga a Capital do Maranhão ao Estado do Piauí.

Fundamentalmente, temos de solicitar ao Senador que recomponha os recursos do Maranhão, até em nome do grande Deputado Pedro Novais, em nome da Senadora Roseana Sarney, que é Líder no Congresso Nacional, em nome do Deputado Roberto Rocha, que é o 1º Vice-Presidente desta Comissão de Orçamento, em nome do Presidente desta Comissão, cujo nome muito nos dignifica.

Senador, peço-lhe que olhe com carinho pelos recursos do Estado do Maranhão e pelo menos recomponha esses valores.

Muito obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, Sr. Relator, dizem que onde falta o pão todo mundo grita e ninguém tem razão, não é verdade? Mas aqui todo mundo tem razão no grito de socorro ao Sr. Relator-Geral – tenho certeza de que S.Exa. se

esforçou para atender de forma equilibrada a todas as unidades federativas. Mas dizem também que o que os olhos não vêem o coração não sente. Então vou dar ao meu Senador uma informação, para que S.Exa. possa ver a situação. Nesse momento seu coração vai palpitar a favor do Estado do Pará.

Veja V.Exa., Senador Quintanilha, que temos uma das maiores malhas rodoviárias não pavimentadas do Brasil. Proporcionalmente, a maior. Dos nossos 4.700 quilômetros de estradas, 3.087 quilômetros não são pavimentados. V.Exa. imagine as nossas dificuldades. Das nossas rodovias federais, 65% estão sem pavimentação. Os outros Estados todos estão em melhores condições. Em situação pior do que a nossa só estão o Amazonas e o Amapá, com percentual mais elevado do que o nosso. No entanto a nossa malha rodoviária é muito maior. O Estado do Pará é muito grande. Outros Estados não têm sequer um palmo a ser asfaltado, só precisam das duplicações – também importantes. Espírito Santo, Distrito Federal e Sergipe não têm mais rodovia federal a ser pavimentada.

Dos 27 Estados da Federação, V.Exa. só diminuiu o que estava previsto no Orçamento para 9 Estados. Um deles é o Pará. Estou apresentando um destaque porque tenho certeza de que o coração de V.Exa. vai palpitar em favor do Pará quando lembrar que 65% das nossas rodovias federais não têm pavimentação.

Peço a V.Exa., Senador Leomar, que nos ajude, que recomponha um pouco esses valores, ao menos que não nos tire nada, mas de preferência que acrescente alguma coisa para compensar as necessidades do Pará.

Para tanto, ofereço a V.Exa. destaques para adequação de valores que entendo estão superdimensionados em termos do valor da obra.

Por exemplo, vejo que há obra de acesso rodoviário de 25 milhões de reais o quilômetro, o que dá para fazer um elevado contínuo. É como se fosse a construção de uma ponte, no entanto é só um acesso, então o preço está superdimensionado, na minha leitura. Talvez a obra de arte seja tão sofisticada, que até justifique o valor. Mas temos de estar atentos, Senador Leomar. Vejo que há também obra de duplicação de 10 milhões de reais o quilômetro. Também está superdimensionada. Encontrei também obra de asfaltamento rodoviário de 2 milhões de reais, superdimensionada também. O valor médio do mercado é de 800 mil reais o quilômetro.

Estou nesses destaques dando sugestões, para que V.Exa., sem alterar a meta, possa, adequando valores, atender mais Parlamentares e mais Estados do Brasil.



Eram essas as nossas considerações, Senador Leomar. Cumprimento V.Exa. pelo relatório. Sei que V.Exa. não pode fazer milagre e que não tem dinheiro disponível para atender a todos, mas tenho certeza de que, depois de ver esses números, V.Exa. vai ficar sensibilizado e vai nos ajudar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Wellington Fagundes.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON FAGUNDES**

– Sr. Presidente, eu também quero parabenizar o nobre Relator Quintanilha. O atendimento, é claro, é escasso a todo o Brasil, uma vez que a necessidade de recursos para infra-estrutura é imensa. Mesmo tendo sido aumentado pelo Governo Lula o volume de recursos aplicados, nossas estradas ainda deixam muito a desejar, dado o baixo investimento feito nos últimos 20 anos.

Meu Estado não foge à regra. O Mato Grosso é um produtor de *commodities*, portanto necessita muito do transporte rodoviário, já que estrada de ferro praticamente não existe por lá e não temos hoje hidrovias em funcionamento. Dependemos única e exclusivamente das estradas para escoar nossa produção e para receber insumos.

Infelizmente, o preço do frete tem sido um dos maiores entraves ao nosso desenvolvimento e à competitividade do produtor mato-grossense, pois abocanha 20%, às vezes 40% do custo do produto, dada a precária condição das nossas estradas.

Não podemos reclamar do atendimento às nossas emendas, Sr. Relator, uma vez que sabemos dos limites de recurso, mas peço atenção especial para a emenda relativa à BR-364, que recebeu apenas 9 milhões de reais. A BR-364 está em avançado estágio de construção. Há possibilidade de concluirmos ainda este ano mais 2 trechos, que ligam a Capital até a região produtora de Sapezal e, conseqüentemente, favorecem a exportação pelo porto de Porto Velho, através da hidrovia. Esses 9 milhões de reais são uma gota d'água numa grande queimada.

Se for possível, já que há limite para o remanejamento, há outra fonte no próprio Estado, prevista para a BR-158. Ainda temos dificuldade nessa construção. Estamos resolvendo problemas nas áreas ambiental e indígena. Essa estrada tem um volume de recursos muito grande. Ela é importante, e estamos empenhados na obra há 3 anos, mas, infelizmente, apesar de haver recursos liberados na conta do Estado de Mato Grosso, ela não pôde ser tocada, por causa da criação de uma reserva indígena na região. Isso está impedindo a obtenção da licença ambiental.

Recorro ao Relator-Geral, quem sabe até ao Presidente da Comissão, a fim de que analisem a possibilidade técnica de melhorar o atendimento ao Mato Grosso, mesmo que seja preciso remanejar recursos da BR-158.

Sou do PR e o Ministério dos Transportes é administrado por um companheiro do nosso partido. A responsabilidade é de toda a bancada, porque essa estrada realmente está sendo construída com a maior celeridade no nosso Estado.

Defendo outras estradas também, mas fundamentalmente essa. Fiz outros destaques, mas gostaria de restringir-me ao Destaque 71120017, relativo à BR-364. Eu acredito que V.Exa. poderá atendê-lo, fazendo com que essa rubrica realmente tenha maior aporte, pelo menos 30 ou 40 milhões, mesmo que se tenha de tirar do próprio Estado, no caso, da BR-158.

São essas as nossas observações.

Mais uma vez, agradeço a V.Exa. a atenção. oriundo de um Estado da mesma região, V.Exa. entende a complexidade e importância.

Quero lembrar também a Ferrovia Norte-Sul, que já chegou ao seu Estado, importante para o desenvolvimento de toda a região.

Agradeço imensamente a V.Exa. e parabenizo-o mais uma vez. Se eu puder obter resposta, será bom.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques, passo a palavra ao Relator, Senador Leomar Quintanilha, para prestar os esclarecimentos solicitados pelos integrantes da Comissão.

**O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA** – Srs.

Senadores, Srs. Deputados, o Sr. Deputado Márcio Reinaldo Moreira, com muita propriedade, faz uma reclamação sobre a restrição no aporte dos recursos destinados à bancada de Minas Gerais. S.Exa. de certa forma tem razão. Talvez esse tenha sido o relatório em que os recursos para a Área Temática I foram mais exíguos. Nós procuramos realizar o corte de forma linear, dentro do possível, no parecer preliminar. Nossa intenção era fazer um banco de apropriação realizando corte linear em todas as bancadas.

Então, esta foi a razão por que Minas Gerais acabou tendo um corte grande: a quantidade de emendas apresentadas.

Nós tínhamos um entendimento com o Relator-Geral de que o aporte, a apropriação feita em RP2, em razão da reestimativa de receita, sofreria uma duplicação nos valores previamente apropriados. Lamentavelmente, essa situação não pôde ocorrer, provocando essa distorção mais acentuada no aporte dos recursos em RP2, em relação aos recursos de RP3.



Disse-me há pouco o Relator-Geral, a quem solicitei que me permitisse retirar o relatório, que procurasse fazer novo ajustamento; que propusesse a aprovação do relatório da forma como se encontrava, porque ele estava baseado no mesmo critério dos demais que foram aprovados; e que, no âmbito do seu relatório, procuraria fazer um ajustamento, bancada por bancada, para recuperar, tanto quanto possível, as perdas verificadas.

Em relação ao Deputado Claudio Cajado, que também se refere aos cortes, não tenho muito a acrescentar.

Com o Deputado Hugo Leal tivemos oportunidade de fazer um contato por telefone, apesar da exiguidade do tempo que nos foi concedido para apreciar o relatório. Discutimos com S.Exa. a questão que envolvia as emendas reapresentadas e S.Exa. disse da importância da obra para o seu Estado.

A constatação que tivemos do próprio DNIT de que a obra não figurava no plano nacional tecnicamente impedia-nos de fazer a apropriação dos recursos. Portanto, fizemos aquela apropriação de valor simbólico, para que a bancada do Rio de Janeiro, junto ao Relator-Geral, pudesse encontrar uma solução, fazer uma apropriação adequada à consecução dos objetivos da bancada, nas duas emendas.

Relembra-me o consultor técnico que elas foram aprovadas como a bancada solicitou: uma em apropriação, outra em remanejamento.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** – É exatamente isso.

Sr. Relator, desculpe-me. Eu achei que tivesse havido alguma diferenciação. Na realidade, as duas estão sendo encaminhadas para reenquadramento, apesar de eu entender que uma não. Como foi apropriação e remanejamento, achei que tivesse havido divergência dentro da própria equipe.

Eu já compreendi. Estou satisfeito. Vou continuar lutando, junto ao Relator-Geral, para que isso possa ser efetivado.

**O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA** – O Deputado Humberto Souto comenta a questão do remanejamento. Efetivamente, o remanejamento é possível – vale para todas as considerações feitas pelo eminente Deputado com relação às emendas de remanejamento.

O Deputado Eduardo Valverde e os demais Parlamentares que fizeram uso da palavra insistiram, com muita propriedade e razão, na apropriação de recursos novos, mas tivemos uma situação efetivamente esdrúxula com relação a esse orçamento e, em razão disso e em virtude do entendimento que tínhamos com o Relator-Geral, não reservamos recursos para aten-

der nenhum pleito de apropriação. Não teremos como atender a esses destaques.

O Deputado Giovanni Queiroz, com muita propriedade, traz uma preocupação que deve presidir o comportamento de todos nesta Comissão e no Congresso Nacional, que é dar seriedade à aplicação dos recursos.

Causam-nos espécie, como causaram a S.Exa., os valores propostos em certas rubricas para determinadas obras. Tivemos o cuidado de fazer uma consulta ao DNIT e este nos apresentou uma justificativa. Nós a levamos ao conhecimento do Relator-Geral, mas acreditamos que ela não seja suficiente para consistência à afirmação de que a proposta apresentada está perfeitamente dentro dos padrões exigidos para o tipo de obra apresentada.

Então, há o comprometimento do próprio Relator-Geral de aprofundar o exame com o DNIT, para que se faça, se for necessário, o ajustamento do valor dessas obras, tanto das relacionadas pelo TCU como das apresentadas pelo Deputado Giovanni Queiroz.

Sr. Presidente, é compreensível a frustração dos membros desta Comissão quanto à pretendida ampliação de recursos das emendas aprovadas. Em decorrência da não prorrogação da CPMF, provavelmente, ainda sermos submetidos a algum corte.

Era o relatório que tinha a apresentar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON FAGUNDES** – Pela ordem, Sr. Presidente. No meu caso, o Sr. Relator poderia citar alguma.

**O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA** – Gostaríamos que V.Exa. apresentasse o destaque, para nós o acolhermos, se tecnicamente possível.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON FAGUNDES** – O destaque já foi apresentado, por isso coloquei apenas aquele.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 01, de 2006-CN, solicito autorização do Plenário para dispensar manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas individuais, tendo em vista que já houve manifestação quanto às emendas coletivas.

A autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O Relatório Setorial da Área Temática I – Infra-Estrutura, com as alterações da errata, está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Foram apresentados 139 destaques na área temática de infra-estrutura.

Relatório Setorial da Área Temática III – Integração Nacional e Meio Ambiente.

Relator Setorial: Deputado Eunício Oliveira.

A discussão e o prazo para apresentação de destaques já haviam sido encerrados. Estamos em fase de apreciação dos destaques.

Srs. Parlamentares, o art. 138, § 2º, da Resolução nº 01, de 2006-CN estabelece que *não será aceita solicitação para votação em separado de destaques após aprovação de requerimento para votação em globo dos destaques*. Sendo assim, solicito ao Plenário autorização para proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator Setorial.

A proposta para votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – Sr. Presidente, eu queria registrar aqui a intenção de votar separadamente um destaque da bancada do Paraná.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Qual é o número do destaque, Deputado?

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – Destaque nº 14, da bancada do Paraná.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, *idem* aos da Bahia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Temos que ter o número dos destaques.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – V.Exa. aguarde um minuto, que os apresentarei, se possível.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – O destaque foi pela rejeição, estamos solicitando votação em separado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Vamos votar a proposta em globo dos destaques, ressalvado o Destaque nº 14.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Destaques com voto do Relator Setorial pela aprovação integral:

Destaque nº 07, do Senador Leomar Quintanilha.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – Sr. Presidente, eu queria explicar ao Relator Setorial, Deputado Eunício Oliveira, por que fizemos a solicitação de destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Pois não.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – Eu sei que os atendimentos serão feitos pelo Relator-Geral, dentro do que for possível e, portanto, solicito ao Relator Setorial – acho que esse encaminhamento é possível – que encaminhe ao Relator-Geral essa solicitação que estou fazendo quanto ao Destaque nº 14, da bancada do Paraná.

Portanto, que o Relator Setorial, Deputado Eunício Oliveira, encaminhe a sugestão ao Relator-Geral, Deputado José Pimentel, para sua consideração.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – V.Exa. o retira?

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** – Retiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Está retirado.

Destaques com voto do Relator Setorial pela rejeição, onde se inclui o Destaque nº 14.

Em votação o voto do Relator pela rejeição dos destaques na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Destaques foram rejeitados.

Estão prejudicados os Destaques nºs 15 e 16, do Deputado Marcelo Castro.

Está encerrada a votação da Área Temática III.

**O SR. DEPUTADO EUNÍCIO OLIVEIRA** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, tendo em vista a solicitação do Deputado Eduardo Sciarra para votação em separado do destaque e a retirada do mesmo, com a concordância deste Relator Setorial, faço, neste momento, o encaminhamento do destaque ao Sr. Relator-Geral, para análise posterior.

Agradeço a V.Exas. a atenção e a forma como conduziram os trabalhos.

Agradeço a Deus por estar novamente aqui, no meio de todos, depois de ter sofrido uma intervenção cirúrgica. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Agradecemos ao Deputado Eunício Oliveira, que mesmo operado se fez presente.

Teve início a Ordem do Dia na Câmara dos Deputados. Vamos suspender os trabalhos. Retornaremos às 19h30 min.

Declaro suspensos os trabalhos.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Maranhão) – Declaro reaberta a presente reunião, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 1 e 2, de 2008.

Informo ao Plenário que falta apreciar os seguintes relatórios setoriais, referentes às áreas temáticas da Proposta Orçamentária para 2008: votação dos destaques da Área Temática I – Infra-estrutura; debate e votação do relatório da Área Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, com os respectivos destaques.

Comunico que se encontra presente nosso companheiro da Comissão do Orçamento, Senador Francisco Dornelles, que já tem em mão o relatório da receita. Por isso, consulto os presentes – já está aqui o requerimento – quanto à inversão da pauta, para au-

diência do Relator da Receita, que procederá à leitura do seu parecer.

Requerimento de inclusão de matéria na Ordem do Dia:

Requeiro, nos termos do art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão da Errata ao Relatório de Atualização das Estimativas de Receita na Ordem do Dia da primeira reunião extraordinária desta Comissão, realizada em 12/02/2008.

Sala das reuniões, 12-2-08. – **João Carlos Bacelar.**

O requerimento de inclusão na pauta está em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

**(Não identificado)** – Sr. Presidente, peço verificação de *quorum*.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Informo ao nobre Deputado que a verificação de *quorum* se dará após a proclamação do resultado. V.Exa. terá de reduzir a termo o seu pedido de verificação e na hora oportuna.

O requerimento de inclusão da matéria está em votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Extrapauta.

Apreciação da Errata ao Relatório de Atualização das Estimativas de Receita, nos termos do § 2º do art. 30 da Resolução nº 01, de 2006-CN, apresentado à Proposta Orçamentária para 2008.

Projeto de Lei nº 30, de 2007-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008.

O Relator da matéria, Senador Francisco Dornelles, está com a palavra para fazer a leitura do seu parecer.

**O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES**

– Sr. Presidente, Senador José Maranhão, Srs. Deputados, essa errata foi fruto de um trabalho conjunto, da grande participação dos Deputados Pedro Novais, Luiz Carreira, Devanir Ribeiro, Vanderlei Macris, Marcos Medrado, João Carlos Bacelar, Abelardo Camarinha, Senadores Cristovam Buarque e João Vicente

Claudino. Procuramos fazer uma avaliação das receitas para o ano de 2008.

Sr. Presidente, sempre houve uma tendência muito grande de o Poder Executivo subestimar receitas, tendo como meta o excesso de arrecadação por meio de medida provisória e crédito extraordinário. Portanto, realizamos um trabalho bastante detalhado. Na primeira revisão, fizemos um ajuste bruto de 13 bilhões de reais; na segunda, de 8 bilhões de reais; na terceira, de 9,7 bilhões de reais, o que permitiu um ajuste de 31 bilhões de reais. Com o IOF e a Contribuição Social sobre o Lucro, houve um adicional de 10 bilhões, dando um subtotal de 42 e 35, antes da CPMF, com cuja perda todos concordam.

Esse relatório já foi amplamente distribuído e debatido. É um relatório de consenso. Os Deputados Vanderlei Macris e Luiz Carreira participaram da sua elaboração, assim como o Deputado Pedro Novais, pessoa a quem escutamos nos momentos mais difíceis.

Sr. Presidente, estou pronto a prestar qualquer esclarecimento. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Em discussão o relatório.

Com a palavra o Deputado Pedro Novais.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, o Senador Francisco Dornelles conhece melhor do que todos nesta sala e o Congresso como um todo os problemas da receita. Quero apenas acrescentar um fato que S.Exa. não mencionou.

Desde de que frequento a Comissão de Orçamento, iniciada em 1991, até hoje, a arrecadação efetiva da receita sempre ultrapassou as previsões feitas pelo Congresso, num percentual entre de 6% e 12%.

Considerando os critérios adotados pelo Senador Francisco Dornelles, Relator da matéria; considerando os estudos elaborados pelas Consultorias da Câmara e do Senado; e considerando que a tendência da Secretaria da Receita Federal é sempre projetar para menor a receita, para depois aparecer com um resultado extraordinário, não há por que não aprovarmos o parecer do Senador Francisco Dornelles.

Nesse sentido, encaminho meu voto e o da bancada do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Continua facultada a palavra. *(Pausa.)*

Não havendo mais oradores, encerro a discussão.

A Errata ao Relatório de Atualização das Estimativas da Receita está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na representação da Câmara.

Em votação na representação do Senado da República.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na representação do Senado da República.

Com a palavra o Relator, Senador Francisco Dornelles.

**O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES**

– Sr. Presidente, no momento em que tenho meu relatório aprovado, agradeço a V.Exa. o grande apoio que me deu durante todo o tempo em que esse trabalho foi realizado. Sem os seus conselhos, sem as suas diretrizes, sem a sua confiança, esse relatório não poderia ter sido feito. De modo que agradeço muito a V.Exa. Diria que esse relatório também é de V.Exa. Foi um relatório feito a 6 mãos, e a sua ajuda sempre foi extremamente importante.

Minha saudação ao Deputado José Pimentel e a toda a Consultoria da Comissão de Orçamento na Câmara e no Senado.

Sr. Presidente, depois desses trabalhos, tornei-me maior admirador de V.Exa. – sempre fui seu grande admirador –, por todo o trabalho, toda a colaboração, toda a ajuda, todo o apoio que V.Exa. nos deu para elaboração desse parecer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Agradeço a V.Exa. a generosidade de seus conceitos. Se tive algum mérito foi reconhecer a competência, o tirocínio e a grande autoridade de V.Exa., não apenas como Parlamentar, mas também como homem de vasta experiência no serviço público, inclusive nos altos cargos que exerceu nas áreas financeira e econômica dos vários Governos deste País. Nesses cargos, V.Exa. sempre teve como norma a seriedade, a honestidade e o equilíbrio e, por isso, conseguiu realizar aqui um trabalho que é reconhecido por todos os integrantes desta Comissão, que vêem em V.Exa. um homem de extraordinário currículo e de relevantes serviços prestados ao País.

Se algum mérito tenho é exatamente identificar em V.Exa. essas qualidades, que o Brasil inteiro reconhece na sua pessoa, pelos vários cargos que ocupou, como bem frisei, inclusive o elevado cargo de Ministro de Estado.

**O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES**

– Sr. Presidente, para encerrar, gostaria de fazer uma saudação a todos os Parlamentares presentes e cumprimentar minha querida amiga, a excepcional Deputada Rose de Freitas, que tem uma enorme capacidade de coordenação nesta Casa. Na pessoa de S.Exa., cum-



primimento todos os membros da Comissão de Orçamento. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Faço minhas as palavras de V.Exa., tributando à nossa companheira Rose de Freitas os atributos que todos nela reconhecem.

Comunico aos presentes que se encontra sobre a Mesa, devidamente elaborado, o Relatório Setorial da Área Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo. A Relatora, Senadora Lúcia Vânia, não se encontra presente, mas manifestou, por intermédio de sua assessoria, todo interesse em fazer a leitura do mesmo.

Vou dar início à discussão da matéria, augurando que a Senadora Lúcia Vânia chegue a tempo.

**O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES**

– Sr. Presidente, salvo engano, o relatório já foi lido.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Já foi lido, V.Exa. tem razão.

**O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES** –

Sendo assim, os problemas agora são os destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– *Lapsus linguae*. Na verdade, a Senadora Lúcia Vânia já leu seu parecer. Apesar de ter estado presente, equivoquei-me.

Declaro iniciada a discussão, bem como o prazo para apresentação de destaques, que será encerrado ao término do debate.

Pergunto à Deputada Rose de Freitas se aceita fazer as anotações de interesse da Relatora. Assim, quando da chegada da Senadora Lúcia Vânia, V.Exa. poderá passar-lhe essas anotações, para que preste os esclarecimentos necessários.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, dada a sua eficiência na condução dos trabalhos e o respeito com que trata esta Casa, seria difícil manifestar diante de V.Exa. a impossibilidade de fazer qualquer procedimento diferente do sentimento do Plenário. Entretanto, não há acordo para votar a matéria. Já tentamos o diálogo, mas não há acordo entre os partidos. Isto já foi comunicado ao PMDB e o estou reafirmando agora apenas pelo fato de o meu partido ser maioria, neste momento, na Comissão.

Esse é o sentimento que transmito a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Sr. Presidente, o PR se acosta às palavras da Deputada Rose de Freitas.

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** – Sr. Presidente, o PTB também não tem como votar esse relatório da maneira como foi apresentado pela Senadora.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr. Presidente, gostaríamos imensamente de encerrar hoje esse processo, mas, evidentemente, não temos

interesse em causar nenhum atropelo, em forçar nada, a não ser o entendimento. V.Exa. vem conduzindo muito bem esse processo, tanto que hoje conseguimos avançar.

Apelo para que os Líderes dos partidos na Comissão – V.Exa. já convocou reunião para amanhã pela manhã -, esta noite, busquem um entendimento, já que a Senadora acaba de chegar.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Comunico aos presentes que a Senadora Lúcia Vânia acaba de adentrar a sala desta Comissão. Vou manter a matéria em discussão, com a presença da Relatora, que está aqui para pessoalmente prestar os devidos esclarecimentos.

Para ser justo com a Senadora Lúcia Vânia, informo que S.Exa. se encontrava hoje à tarde em Goiânia e fez um grande esforço para participar deste debate, no intuito de prestar ao Plenário da Comissão as informações necessárias. De modo que, estando ela aqui presente, vou manter a matéria em discussão. Evidentemente, não há nenhum compromisso dos presentes em aprovar a matéria. Se assim entenderem, poderão rejeitá-la, mas, acho que temos condições de discutir e votar o relatório de acordo com a nossa consciência.

Passo a palavra à Senadora Lúcia Vânia para prestar os esclarecimentos que considerar necessários ao deslinde da questão.

**A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, agradeço ao Presidente da Comissão por colocar a matéria em discussão nesta noite, porque a considero importante. Durante os nossos trabalhos, fizemos o possível. A matéria foi a que recebeu o maior número de emendas, principalmente na área do turismo. Procuramos fazer com que todos os Estados fossem beneficiados de forma harmônica. Entretanto, alguns apresentaram mais emendas, outros menos, e não conseguimos a equalização que desejávamos. Fizemos o possível.

Sr. Presidente, o que houve com o PMDB nessa matéria? Eu não tenho conhecimento de nenhuma dificuldade. Pelo menos, não me foi exposta. Acredito que a dificuldade manifesta na última leitura do parecer tenha sido dirimida, uma vez que elaboramos uma errata, que será submetida ao Plenário, em relação a duas emendas de Comissões. Como eu não conheço o acerto feito pelos Líderes em relação a emendas de Comissões, gostaria de ouvir os Srs. Parlamentares. Peço a S.Exas. que apontem as dificuldades em relação ao relatório.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr.

Presidente, peço a V.Exa. que suspenda a reunião por 5 minutos, para que possamos conversar com os Líderes e a ilustre Relatora, se ela assim o permitir, na Sala da Presidência, para fazermos ajustes. Ao retornarmos, discutiremos e encaminharemos com maior tranqüilidade. Podemos ganhar um certo tempo com isso.

Faço esse apelo ao Presidente, à Senadora e aos Líderes na Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Quanto a esta Presidência, o pedido de V.Exa. não padece dúvida. Se a Senadora e os Líderes concordarem, suspenderei a reunião por 5 minutos, para que as lideranças aqui presentes possam dialogar com a Relatora e apresentar as suas dificuldades e suas objeções. *(Pausa.)*

Declaro suspensa a reunião por 5 minutos, na forma sugerida pelas Lideranças aqui presentes.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Declaro reaberta a reunião.

Comunico aos presentes que vou encerrar a presente reunião, marcando outra para amanhã, às 9h30min.

Declaro encerrada a reunião.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Havendo número legal, vamos dar início aos trabalhos da primeira reunião extraordinária da Comissão Mista de Orçamento, para apreciação das Pautas nºs 1 e 2, de 2008.

Não havendo número para deliberação, está facultada a palavra aos Srs. Parlamentares aqui presentes. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Alex Canziani.

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** – Sr. Pre-

sidente, na noite de ontem, alguns partidos acabaram não concordando com a votação do relatório da Senadora Lúcia Vânia, que trata sobre o turismo.

Quero, então, expor aos nobres companheiros a nossa inquietação. Primeiramente, com relação a algumas emendas das Comissões de Trabalho e de Desenvolvimento Econômico. Com a aprovação do Plenário, o Comitê de Admissibilidade de Emendas concordou em que essas emendas tramitassem, embora houve o entendimento contrário da Senadora. Ontem, porém, S.Exa. apresentou uma errata, com valor simbólico, em que admite algumas das emendas que havia vetado.

Temos ainda uma preocupação relativa ao SERPRO. Dizia a Senadora que, em razão da falta de recursos – S.Exa. dispunha pouco mais de 500 milhões –, acabou retirando 66 milhões do SERPRO.

O SERPRO é uma empresa que desenvolve um grande trabalho na área de processamento de dados e que atende boa parte dos programas do Governo Federal. E, se a Relatora retira esses 66 milhões, com certeza, vai inviabilizar o trabalho do SERPRO durante este ano de 2008. Disse o Deputado Gilmar Machado, que aqui está, que o Relator-Geral vai recompor esse orçamento tanto com relação ao SERPRO quanto àquelas emendas apresentadas pelas Comissões Temáticas e para as quais a Senadora acabou deixando um valor simbólico de 50 mil reais.

Esperamos, então, que até a votação, o Relator-Geral possa nos dizer que vai recompor tanto essas emendas de Comissão quanto a questão do SERPRO, que, no nosso entendimento, são da maior da importância.

Então, Sr. Presidente, quero deixar registrado esse entendimento e dizer que ficamos satisfeitos com a atitude da Senadora de, por meio de errata, reincorporar ao texto as emendas das Comissões.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu gostaria de me pronunciar na presença da Senadora Lúcia Vânia. Assim, se V.Exa. me permitir, farei uma abordagem a respeito dessas questões do corte do Orçamento e, quando S.Exa. chegar, abordarei alguns pontos de seu relatório.

Efetivamente, estamos concluindo os nossos trabalhos na Comissão de Orçamento com relação à votação do relatório. Faltam, salvo engano, os destaques da Infra-Estrutura e esse relatório, para que possamos concluir a votação dos relatórios setoriais, passando, então, para a discussão e votação do relatório geral pela Comissão e, em seqüência, pelo Plenário do Congresso Nacional.

É de se ressaltar que todos nós estamos imbuídos no propósito de tentar encontrar solução para a falta dos recursos da CPMF e, passado o primeiro momento, os primeiros pronunciamentos das autoridades federais, vimos que não é difícil de concluirmos a peça orçamentária, a Lei de Meios, que é a lei mais importante do Governo Federal, adequando os cortes a essa nova realidade.

Devo dizer que tive uma conversa ontem com o Relator-Geral, Deputado José Pimentel, e penso que estamos construindo um bom caminho por meio das propostas e da visão que S.Exa. está demonstrando ter.

Portanto, estou muito otimista por podermos fazer essas conclusões. E acredito que, antes do fim do período de trabalho da Comissão – o dia 25 de março, se não me engano -, quando os novos membros terão de ser indicados pelas Lideranças partidárias, ou seja, quando formos substituídos por novos Congressistas na Comissão, haverá tempo suficiente para aprovarmos tudo.

Falo aqui em meu nome pessoal, mas também como membro da bancada do Democratas, que é um partido de oposição na Casa, mas imbuído da responsabilidade de não fazer a política, que considero nefasta, do quanto pior melhor. Queremos adotar uma postura responsável como, aliás, tem sido a nossa conduta aqui na Casa, principalmente nesta Comissão, mas colaborando e desejando ser ouvido naquilo que julgamos importante, e apresentando sugestões no intuito de colaborar e na plena convicção de que cada um de nós tem importância e pode contribuir com suas idéias e sugestões.

Daí porque, neste momento, faço essa breve análise.

Quero também, Sr. Presidente, reportar-me a estudo que fizemos a respeito do impacto da CPMF. Infelizmente, não estou com esses dados na mão, até porque só iria abordá-los quando da leitura do relatório geral.

Solicitei à Comissão de Orçamento e também à Consultoria do Democratas um estudo a respeito dos gastos, nos últimos 10 anos, dos recursos oriundos da CPMF, nas Fontes 155 e 179, ou seja, os recursos oriundos da CPMF e do Fundo de Combate à Pobreza, para verificar, com base na receita, quais foram os gastos.

Esse estudo revelou que nem sempre foram gastos todos os recursos – isso segundo dados oficiais, que puxamos por meio da Assessoria do Orçamento e do Democratas, e vou apresentá-lo quando da discussão final do relatório, para que tenhamos em mente que os recursos são importantes, mas que de nada adianta ter esses recursos se eles não são gastos.

Então, da análise que tiramos, é a mesma coisa: há de se propor uma solução para o corte dos recursos da CPMF, em que o Parlamento dê também sua contribuição por meio das emendas de bancada. Mas, se historicamente apenas 50% das emendas de bancada 50% executadas, de antemão, já podemos contribuir com 50%. Não adianta querermos fazer algo que não seja factível.

Nesse contexto, todos temos uma forma de contribuição, e tenho a convicção de que o Governo Federal não terá problema algum em termos de execução do Orçamento em razão da falta dos recursos da CPMF.

Faço a afirmação com base no estudo de reestimativa da receita – e esse é um dado que também tenho.

Pedi ainda, Sr. Presidente, que me expusessem quando, nos últimos 10 anos, o Congresso errou na reestimativa da receita. Sabe V.Exa. quando? Nunca. Pelo contrário. Houve um ano em que foi ela reestimada em quase 18 bilhões e deu 22 bilhões, ou seja, 4 bilhões a mais que a reestimativa feita pelo Congresso.

Então, pelo seu passado, por sua competência e pelo seu conhecimento da máquina pública, tenho convicção de que a reestimativa da lavra do Senador Francisco Dornelles – e o digo principalmente pelas inúmeras atribuições que S.Exa. já teve como Senador da República, Ministro de Estado, Deputado Federal e Secretário da Receita, como bem lembra o Deputado Márcio Reinaldo Moreira -, será efetivada.

A conjuntura econômica mundial é favorável ao Brasil, estamos em processo de crescimento, e o único impacto negativo que podemos eventualmente ter é com a matriz energética e as questões estruturantes, como por exemplo, os corredores rodoviários e o transporte ferroviário, que efetivamente inibem um crescimento maior da nossa economia. Vejam que a matriz energética do gás e das hidrelétricas tem problemas graves no atendimento da crescente demanda da indústria e, inclusive, do setor residencial, o que poderá inibir o crescimento, mas não chegará a impactar. Pelo contrário, a perspectiva apresentada pelo Governo é a de que o crescimento repetirá o resultado do ano de 2007 ou talvez até mais, o que significa dizer que compensará eventuais perdas da CPMF – e, em muito, com base na revelação da reestimativa de receita.

Sr. Presidente, são os breves comentários que gostaria de fazer, no aguardo da chegada da Senadora Lúcia Vânia a este plenário. E já peço a V.Exa. que renove a minha inscrição, para eu possa me pronunciar sobre o relatório, porém com a presença da nobre Senadora.

Portanto, de antemão, peço à Secretária da Comissão, a querida Mirna, que me reinscreva na lista, para que eu possa discutir o relatório com a Senadora, apresentando-lhe os argumentos e a deixando completamente tranqüila em relação à confecção do seu relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Deputado Claudio Cajado felicito V.Exa. pelas lúcidas e judiciosas explicações oferecidas, que, em grande parte, refletem o meu próprio pensamento a respeito da questão orçamentária na experiência administrativa brasileira.

Na verdade, V.Exa. tem razão quando diz que o contingenciamento – que não é um fenômeno novo



na Administração Pública, pois todos os governos no regime republicano já o fizeram – cria uma situação ilusória no que respeita a rubricas do Orçamento. Essa é uma questão recorrente. Por isso é que tramitam no Congresso Nacional vários projetos criando o orçamento impositivo, que já é realidade em alguns países democráticos modernos. Exemplo disso são os Estados Unidos. O orçamento norte-americano é realmente impositivo, e quem o faz, na realidade, é o Poder Legislativo, não o Executivo. Até porque o orçamento é uma peça eminentemente legislativa. Então, jamais se poderia imaginar que, em sendo assim, as dotações orçamentárias, na razão de 97%, são impostas pelo Executivo. E as poucas emendas, cerca de 3% que os Parlamentares conseguem emplacar no orçamento, nem sempre se tornam realidade na execução orçamentária.

Tem V.Exa. inteira razão em relação a essa matéria, como tem razão também quando comenta a realidade atual decorrente da queda da CPMF. Todos os comentários que V.Exa. faz estão calcados na realidade de que nós, membros desta Comissão, conhecemos profundamente e que a imprensa já divulgou.

De forma que quero felicitar V.Exa. pelos comentários, que, sem dúvida nenhuma, são objetivos, realistas e representam o pensamento médio desta Casa.

Tem a palavra o nobre Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr. Presidente; Sras. e Srs. Deputados; Sras. e Srs. Senadores, quero agradecer o apoio que tivemos também da parte da Oposição e o esforço que todos aqui despenderam para que, nesta manhã, pudéssemos concluir o trabalho.

Recebemos os destaques do Senador Quintanilha e podemos concluí-los, uma vez que o entendimento a que tínhamos chegado na discussão foi o de que, na revisão geral, o Relator, Deputado José Pimentel, fará as adequações. Havíamos combinado – e todos estão cumprindo o acordo – ressaltar os destaques, e assim o faremos quando a Senadora Lúcia Vânia aqui chegar.

Inclusive, por meio de errata, S.Exa. acolheu as 4 emendas apresentadas pelo Deputado Alex Canziani, conforme entendimento das Comissões. Assim, o Relator-Geral alocará os recursos necessários para o Ministério do Turismo desenvolver o seu trabalho neste ano, o que envolve a fundamental realização de eventos de promoção do turismo.

Tão logo forem concluídos os relatórios do Senador Leomar Quintanilha e da Senadora Lúcia Vânia, teremos, conforme nos informou o Relator, reunião do Colégio de Líderes, para estabelecermos os parâme-

tros. Receberemos do nobre Relator a informação de onde serão efetuados os cortes necessários. Já tínhamos estimado em torno de 15 bilhões, mais os 2,7 bilhões, conforme apresentado no relatório do Senador Francisco Dornelles, aprovado por todos nós, para a conclusão desse trabalho.

Quero agradecer, de público, a todos que ajudaram nesse processo, especialmente os Comitês de Emenda e de Receita, que trabalharam muito para que pudéssemos chegar a esse final.

Espero que o nobre Relator, Deputado Pimentel, possa ter a tranquilidade de que precisa para concluir o seu trabalho, logicamente precedido das reuniões que, conforme anunciou, fará com o Presidente e com o Colégio de Líderes, para a definição dos cortes.

Que possamos, então, na próxima semana, votar o relatório final do Deputado José Pimentel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Pela ordem, tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES** – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar, nesta reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, entrevista do cientista político Fernando Limongi, dada ao jornalista Leandro Loyola, publicada na revista *Época*, pág. 48 da edição desta semana, com o seguinte teor:

*“Por ser um tema complicado, o Orçamento do Governo Federal é sempre cercado de mitos. No livro Política orçamentária no presidencialismo de coalizão, que sai neste mês, os cientistas políticos Fernando Limongi e Argelina Figueiredo tentam derrubar alguns deles. Com números e argumentos, eles concluem que o Orçamento é mais bem-feito do que as críticas sugerem. Nesta entrevista, Limongi afirma que o estudo dos 2 mostra ser falsa a imagem de que parlamentares passam o tempo todo trocando a liberação de verbas para emendas por votos a favor do Governo no Congresso.”*

Faço esse registro, recomendando aos participantes desta Comissão que leiam a referida entrevista. Parece-me que é a primeira vez que um cientista político, com responsabilidade, se levanta publicamente a favor do Congresso Nacional na questão de orçamentos públicos.

Esta Comissão tem esplendorosa cobertura da imprensa, mas a imprensa leva muito em considera-



ção o lema atual de que fazer jornalismo é separar o joio do trigo e publicar o joio.

Parabenizo a revista *Época* e os cientistas políticos citados, que, por meio de números, demonstram que o Congresso Nacional não barganha voto, até porque as liberações ocorrem nos meses de outubro e novembro, e passemos o ano todo discutindo os projetos.

Então, recomendo a todos os Parlamentares da Comissão a leitura dessa entrevista publicada pela revista *Época*. Até que enfim, alguma coisa boa acontece nesta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Determino o registro nos Anais da Comissão do comentário que V.Exa. acaba de fazer sobre matéria publicada na revista *Época*, que, pela avaliação de V.Exa. – e creio que é de toda a Casa –, é um comentário equilibrado, sério e realmente corresponde à média do proceder desta Comissão e dos Parlamentares no que respeita à matéria orçamentária.

Estando presente a Senadora Lúcia Vânia, vamos passar à Pauta nº 1, de 2008, anunciando o relatório setorial da Área Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, da qual é Relatora a brilhante Senadora Lúcia Vânia.

O prazo para a apresentação de destaques já foi iniciado ontem e será encerrado ao término do debate.

A discussão e o prazo para apresentação de destaques iniciam-se agora, com os oradores inscritos. *(Pausa.)*

Informa a Secretaria que não consta nas nossas gravações a errata da Área Temática VI, uma vez que a Relatora distribuiu a matéria depois que se encerrou a reunião. Vamos, então, passar à leitura da errata pela Relatora.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

**A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, bom-dia a todos.

O relatório da Área Temática VI – Fazenda Desenvolvimento e Turismo, passa a constar com as seguintes modificações:

1) exclua-se o segundo parágrafo e o quadro constante da pág. 24 do relatório.

2) Ficam retificados os pareceres das Emendas nºs 50150004, 50220004, 60010001, 60010003.

Emenda nº 50150004, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, destinada a promoção de eventos para a divulgação do turismo interno: aprovada parcialmente, com 50 mil reais.

Emenda nº 50220004, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, destina a qualificação de profissionais associados ao segmento do turismo: aprovada parcialmente, com 50 mil reais.

Emenda nº 60010001, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, destinada à participação da União na implantação do PRODETUR Nacional: aprovada parcialmente, com 50 mil reais.

Emenda nº 60010003, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, destinada a apoio a projetos de infraestrutura turística: aprovada parcialmente, com o valor de 50 mil reais.

Essas foram as alterações, solicitadas pelos Srs. Parlamentares.

Ouvindo o Plenário, achamos por bem colocar essas modificações em votação.

Portanto, solicito a V.Exa., Sr. Presidente, que coloque em votação as mudanças.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Em discussão a matéria.

Com a palavra o Deputado Paes Landim.

**O SR. DEPUTADO PAES LANDIM** – Sr. Presidente, Sra. Relatora, a respeito da emenda da bancada do Estado do Piauí constante de destaque apresentado à ilustre Senadora – infraestrutura turística no Município de Parnaíba –, quero dizer que Parnaíba é hoje um grande pólo de turismo do Estado do Piauí.

Inclusive o Presidente Lula acabou de inaugurar o seu aeroporto internacional, e ali está consolidada a Zona do Processo de Exportação – ZPE.

Hoje mesmo, em Camocim, no Ceará, os Governadores daquele Estado, do Piauí e do Maranhão estão reunidos discutindo a idéia de Parnaíba ser a sede do consórcio de turismo que vai envolver Jericoacoara, o Delta do Paraíba e os Lençóis Maranhenses.

A cidade de Parnaíba tem fantástico potencial turístico, e como o acordo feito com o Relator-Geral, infelizmente, não consta mais no parecer da eminente Senadora, o apelo que faço a V.Exa. é no sentido de que aumente o valor destinado a essa estrutura turística do Parnaíba, que será o grande suporte gerador de emprego e renda no Estado do Piauí. Esse é o novo pólo de turismo que está surgindo no Nordeste do Brasil, envolvendo na mesma área: o Delta do Parnaíba, os Lençóis Maranhenses e Jericoacoara. E Parnaíba será o pólo irradiador desse centro dinâmico, que se vai consolidando aos poucos no Nordeste brasileiro.

Portanto, apelo para V.Exa. no sentido de que reflita sobre a possibilidade de aumentar o valor concedido a essa emenda, apesar das já conhecidas limitações orçamentárias impostas por circunstâncias que não vem ao caso comentar. Gostaria que V.Exa.

encontrasse um mecanismo qualquer que permitisse melhor atender a essa emenda da bancada do Piauí.

Muito obrigado, Sra. Relatora.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– A Relatora está anotando os pedidos de explicação dos oradores para responder ao término das interpeleções.

Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr. Presidente, já fiz a minha indagação anteriormente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Pedro Chaves.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES** – Sr. Presidente, Sra. Senadora Lúcia Vânia, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiro, quero cumprimentar a nobre Relatora pela forma equilibrada e sensata com que fez seu relatório a respeito de área tão importante de nosso orçamento.

A bancada do Estado do Goiás apresentou 2 emendas destinadas à área de infra-estrutura turística: uma voltada para o PRODETUR e outra para o Centro de Convenções de Anápolis. Essas emendas são muito importantes para o Estado que V.Exa., também defensora dessas ações, bem conhece.

Gostaríamos, então, que V.Exa. analisasse com carinho esses pleitos da nossa bancada.

Mais uma vez cumprimento V.Exa. pela forma competente, equilibrada e sensata com que elaborou o seu relatório.

Parabéns e muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, Senador José Maranhão; Sras. e Srs. Parlamentares, querida Senadora Lúcia Vânia, fiz questão de esperar a chegada da Relatora para fazer meu pronunciamento.

Quanto ao relatório, não tenho maiores críticas a fazer. A Bahia foi contemplada na medida do possível. E algumas questões técnicas relacionadas à dívida líquida do setor público, para as quais poderíamos chamar a atenção, não são propriamente objeto do relatório de V.Exa., mas sim da sistemática governamental, das ações do Poder Público, do Governo Central.

Em relação à errata apresentada – inclusive, peço a atenção do Deputado Pedro Novais, que está na Mesa –, friso que não há vedação, por parte da Resolução nº 01, no sentido de que a área temática de uma emenda apresentada por uma Comissão não possa ser aceita. Não há essa vedação plena, *lato sensu*. Se existe a finalidade do objeto a que se destina a emenda, con-

templando a área temática do Ministério, o relatório de atividades previu dessa forma.

Apesar de estar na Resolução nº 01 que a subárea temática são os Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Fazenda e da Agricultura, a própria área temática diz: Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo. Então, não há a proibição de que a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio Exterior não possa apresentar, como o fez, uma ação de promoção de eventos para divulgação do turismo interno. Também a Comissão de Trabalho tem como área temática os Ministérios do Trabalho e Emprego, Previdência e Assistência Social, Planejamento e Desenvolvimento Urbano e como subárea os Ministérios do Trabalho e Emprego, do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Previdência Social. Não há nessa Comissão a possibilidade de apresentação da emenda. Contudo, qual foi a emenda apresentada pela Comissão de Trabalho? Qualificação de profissionais associada ao segmento do turismo. Ela é específica. O seu objeto tem a ver, na área temática, ainda que não esteja exposta pela Resolução nº 01 como área temática e subárea, com a finalidade a que se propõe, prevista no relatório de atividades. Quero deixar isso claro. A princípio, podemos dizer que estamos votando algo que não está previsto. Podem ter certeza de que isso não existe. Até porque, por exemplo, consta do relatório da Senadora uma emenda de Relator – como Sub-Relatora da área de turismo –, o que não pode ocorrer. A resolução proíbe a apresentação de emenda de Relator. No entanto, houve anuência, em função da importância dessa emenda.

Foi apresentada emenda da Relatora Lúcia Vânia, no valor de 10 milhões de reais, para a realização e expansão da infra-estrutura do distrito industrial de Manaus, algo que aceitamos como necessário, e foi aquiescido.

Esta Casa e esta Comissão têm de ter sempre a noção da importância das ações. Se são ações benéficas para o País, importantes para o desenvolvimento da atividade fim de cada Comissão, de cada Ministério, temos de ter a ampla visão de que estamos fazendo, no conjunto das nossas ações, discussões e votações, algo absolutamente benéfico.

Nobre Senadora, fiz questão de dizer isso porque, de certa forma, ontem houve um mal-entendido. Senti que V.Exa. ficou extremamente magoada. Quero dizer-lhe publicamente que mal-entendidos ocorrem, mas estamos aqui para tentar fazer com que o relatório apresentado por V.Exa. tenha unanimidade na votação – creio que terá – e avancemos nas questões que beneficiam o País.

Teci estas rápidas considerações muito mais no intuito de colaborar e de apresentar uma sugestão que considero importante para que, na conclusão do último relatório, tenhamos a participação final no processo complexo de elaboração do Orçamento da União.

**A SRA. SENADORA LÚCIA VANIA** – Deputado Claudio Cajado, peço a atenção de V.Exa..

Em primeiro lugar, falo a respeito da emenda de Relator. Realmente foi feita uma emenda de Relator, no sentido de se fazer uma adequação técnica, solicitada pelo Ministério do Planejamento. Essa modificação foi feita para ajustar uma solicitação do próprio Ministério. Como se trata de área eminentemente técnica, a Relatora se viu na contingência de atender à solicitação do próprio Ministério.

Em relação ao Ministério do Turismo e às demais áreas temáticas, quero dizer a V.Exa. que minhas observações não dizem respeito apenas à resolução. Ocorre que há necessidade de fortalecer o Ministério do Turismo. Antes da existência dele, havia resíduos de ações em diversos Ministérios. Por exemplo: o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior era o responsável pelo turismo. Não justifica aquele Ministério ter ações paralelas às do Ministério do Turismo, com a criação deste último. O nosso objetivo é fortalecer o Ministério do Turismo.

Na condição de Relatora e de Presidenta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, tive a preocupação de, neste Orçamento, deixar muito claro que o Ministério do Turismo precisa assumir as suas atribuições.

Quanto à questão da infra-estrutura e do trabalho, faço a seguinte observação a todos os Parlamentares: se pudéssemos fazer essa emenda dentro da Comissão de Trabalho, desfrutaríamos de um volume de recursos muito maior para o turismo. Se houvesse dentro do Ministério do Trabalho e Emprego, na área de capacitação, um valor “x” destinado a treinamento na área de turismo, bastaria que o Ministério do Turismo fizesse um convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego e usufruísse dos recursos do FAT. Isso ampliaria o orçamento do Ministério do Turismo.

Em relação a infra-estrutura, se V.Exa. pegar o orçamento do DNIT, verá que esse órgão é responsável por aquelas estradas que favorecem o desenvolvimento do turismo. Obviamente, o Ministério dos Transportes tem um volume de recursos muito alto. Se esse dinheiro for destinado a uma estrada que beneficie o turismo, um convênio do Ministério do Turismo com o Ministério dos Transportes fará com que o Ministério do Turismo tenha maximizado o seu orçamento.

Espero que, no próximo ano, possamos usufruir...

Cito, por exemplo, a questão dos aeroportos. Há aeroportos que precisam ser concluídos. O dinheiro destinado ao turismo nunca será suficiente para fazermos essas obras. No entanto, se houver, na Comissão de Infra-Estrutura, uma emenda que contemple os aeroportos que estão em pontos turísticos importantes para o desenvolvimento, teremos um orçamento maximizado.

A minha observação é muito mais no sentido de fortalecer o Ministério do Turismo e tirar recursos dos outros Ministérios que dispõem deles. Eu dispunha de apenas 500 milhões de reais para atender 84 emendas. Esse dinheiro foi pulverizado. Vejam que a média de emendas do turismo é muito abaixo da dos outros relatórios, porque o volume é grande e o recurso é pequeno. Se quisermos fortalecer o turismo, teremos de fazer as emendas dentro das condições, onde há recursos para que isso seja feito.

Obviamente, vali-me, neste momento, da resolução, porque era o instrumento que tinha em mão, embora não tenha tido a oportunidade de discutir com os Srs. Parlamentares a importância de, no próximo ano, fazermos essas emendas dentro da sua Comissão, para maximizar o orçamento do Ministério do Turismo.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Pedro Novais.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, ilustre Relatora, não aceito as provocações baianas do Deputado Claudio Cajado.

O art. 43 da Resolução nº 1, que é de uma burrice exemplar, diz o seguinte:

“Art. 43. As Comissões Permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, relacionadas em Anexo a esta Resolução, cujas competências estejam direta e materialmente relacionadas à área de atuação pertinente à estrutura da administração pública federal, poderão apresentar emendas ao projeto.”

O que é isso? É tudo. Estrutura da administração pública federal é tudo. A Resolução nº 1 anulou o que havia na resolução anterior.

Uma outra burrice, que não se coaduna com o art. 43 e que também está na Resolução nº 1, é o anexo à Resolução nº 1 do Congresso Nacional, de 2006. Esse anexo é de uma burrice extrema, porque contraria, em muitas oportunidades, o art. 43.

Não tenho nenhum reparo a fazer no relatório da Senadora Lúcia Vânia. Porém, peço a S.Exa. que atenda o meu destaque, relativo a uma emenda de interesse do Maranhão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Pedro Fernandes.

**O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES** – Sr.

Presidente, eu reconheço as dificuldades dos Relatores Setoriais nas questões das emendas. É um cobertor curto para cobrir todo mundo. Mas quero fazer um apelo à nossa Relatora. Estou apresentando um destaque, Relatora, para que haja a possibilidade de diminuirmos pelo menos um pouquinho uma outra emenda, a fim de ajudarmos a Comissão de Trabalho. Não podemos fazer turismo neste País sem formar mão-de-obra. Então, faço um apelo para o Destaque nº 17, do Deputado Nelson Marquezelli, que é Presidente da Comissão de Trabalho. O meu partido, PTB, tem o maior carinho por essa Comissão. Estou apresentando destaque para ver a possibilidade de diminuirmos um pouco os 130 milhões que estão na Comissão e colocarmos um pouco no Destaque nº 17.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Senador Marconi Perillo.

**O SR. SENADOR MARCONI PERILLO** – Sr.

Presidente, Senador José Maranhão, Senadora Lúcia Vânia, Srs. Senadores, Srs. Deputados, é com alegria que compareço pela primeira vez, na condição de Senador da República, a esta Comissão de Orçamento. Aproveito a oportunidade para cumprimentar V.Exa., Sr. Presidente, pela diligência, pela competência e pela seriedade com que dirige os trabalhos desta Comissão. Honra-nos tê-lo também como membro da Comissão de Infra-Estrutura, da qual sou Presidente.

Saúdo todos os integrantes desta Comissão e parabenizo-os pelo seu desempenho.

Em rápidas palavras, eu estou aqui na condição de Presidente da Comissão de Infra-Estrutura para defender 2 destaques que foram apresentados por mim, em função da não-acolhida de emendas que foram aprovadas pela Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal.

Vejo agora uma errata, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, Relatora, que acolhe em apenas 50 mil reais cada uma das emendas.

Ocorre, Sr. Presidente, que, antes de apresentar essas emendas, discuti exaustivamente com o Senador Sérgio Guerra, Sub-Relator da Comissão de Turismo. S.Exa. afirmou-me que, caso fossem aprovadas pela Comissão de Infra-Estrutura, as emendas seriam acolhidas. Depois, discuti intensamente esse assunto com o ilustre assessor da Sra. Ministra, Dr. Frederico, e ele me assegurou que as emendas deveriam ser acolhidas. Posteriormente fizemos um trabalho na Subcomissão, que acolheu as emendas. Depois, o próprio Plenário acolheu-as definitivamente.

Faço um apelo para que as emendas sejam aprovadas, a fim de que recursos sejam destinados ao PRODETUR no Brasil, ao PRODETUR no meu Estado, e para que, na área de infra-estrutura, possam ser beneficiados municípios do Brasil, principalmente do meu Estado. Eles serão prejudicados caso essa emenda não seja aprovada.

Não quero alongar-me em relação ao assunto. Estarei aqui para debatê-lo de forma insistente, caso seja necessário. Espero que os ilustres colegas, os ilustres Parlamentares aqui presentes possam acolher os 2 destaques de nossa autoria.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Gerardo. *(Pausa.)*

Por cessão do Deputado Gerardo, com a palavra a Deputada Gorete Pereira. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Wellington Roberto, por permuta com a Deputada Gorete Pereira.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO**

– Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. e a nobre Relatora, Senadora Lúcia Vânia.

Na Paraíba, Campina Grande tem um centro de convenções. A nossa Capital, João Pessoa, carece de um centro de convenções. Estou apresentando destaque nesse sentido. É de conhecimento do Presidente da Comissão, José Maranhão, a revitalização da feira central de Campina Grande. Estou apresentando também, nobre Senadora Lúcia Vânia, destaque para essa ação específica. Outro destaque é de apoio a projetos de infra-estrutura turística da Região Metropolitana de João Pessoa, também de conhecimento do Presidente João Maranhão.

Sra. Relatora, peço a V.Exa. que olhe com carinho esses 3 destaques e tente acatá-los, porque a nossa Paraíba está carente de recursos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra a Deputada Gorete Pereira.

**A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA** – Cum-

primento a Senadora, o Presidente, os integrantes da Mesa.

Gostaria de falar, Senadora, do aeroporto do Cariri. Foi feito um aporte de 10 milhões para ele. Foi contemplado com 6 milhões o de Juazeiro do Norte, que abrange toda a região do Cariri – Crato, Juazeiro e Barbalha. É o maior pólo turístico da região. O turismo religioso encontra-se em Juazeiro. Essa é uma das reivindicações mais antigas da população. Com esse valor não daria nem para iniciar as obras. Estamos providenciando um destaque para ver se V.Exa. melhora as condições do aeroporto do Cariri.

Obrigada.



**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Edinho Bez.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr.

Presidente, peço a V.Exa. que depois me conceda a palavra, devido à minha observação sobre as áreas temáticas, sobre a hipótese de as Comissões poderem ou não apresentar emendas.

Tenho em mão o Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas, votado na Comissão. Gostaria que V.Exa. me permitisse citar os itens em que não resta dúvida sobre a correção de comportamento, por parte desta Comissão, adotado pela Senadora Lúcia Vânia. Se V.Exa. me permitir, poderei fazer a leitura em 2 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Se o Deputado Edinho Bez, inscrito antes de V.Exa., concordar, não há problema nenhum.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Agradeço ao Deputado Edinho Bez.

Senadora, há uma dúvida. O nobre Senador Marconi Perillo acabou de fazer um pedido em relação à defesa, que eu já havia citado anteriormente, mas faço questão de ler.

O Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas fala textualmente sobre a vedação de uma Comissão apresentar uma emenda que não seja da sua área temática. Inclusive foi aprovado aqui. Quero ler o texto para não deixar intranquilo quem quer que seja, no procedimento de votação.

Vejam:

*“Deve se verificar, preliminarmente, (no exame das emendas de Comissão), a compatibilidade da ação proposta com as competências de cada Comissão ou Bancada Estadual, nos termos daquela Resolução (Resolução nº 01).”*

A Comissão somente poderá apresentar emendas ao Orçamento de acordo com a sua competência regimental, nos quantitativos definidos no anexo da resolução.

O anexo da resolução delimita áreas e subáreas temáticas que podem ser objeto de emenda pela Comissão. A idéia das áreas e subáreas teve como objetivo criar paralelismo e correlação entre a competência dos órgãos da Administração Pública e a competência regimental das Comissões. Por conseguinte, quanto mais abrangente o papel da Comissão, maior o número de emendas que a mesma pode apresentar. As subáreas correspondem aos órgãos da administração pública federal cuja atividade tem relação direta e típica com a competência regimental. Logo, após a entrada em vigor da Resolução nº 01, verificou-se que

a previsão das subáreas apresentava um grande rol de lacunas e distorções conhecidas, com relação ao exercício das competências regimentais das Comissões. Esse comitê de avaliação de emendas está propondo à CNO... É o item 20. Isso naquela época em que nós votamos a matéria e o relatório foi apresentado. Não está a data aqui. Mas, enfim... Em 23 de novembro ele foi apresentado.

Então, esse comitê está propondo à Comissão Mista de Orçamento que, na aplicação das disposições contidas na resolução, seja considerada viável a interpretação de que as subáreas temáticas foram utilizadas tendo em vista situações de enquadramento típico, tomando como pressuposto que toda atividade temática do Governo Federal estivesse concentrada nos órgãos apontados. Portanto, a aplicação da resolução não afastaria enquadramentos atípicos porventura existentes, que devem ser examinados e aprovados caso a caso. Sabe-se que, no âmbito da administração pública federal, não existe uma divisão perfeita e estável.

Foi o que V.Exa. disse, Senador: que as emendas, no próximo ano, poderão ser típicas da Comissão do Trabalho.

Sabe-se que, no âmbito da administração pública federal, não existe uma divisão perfeita e estável de atribuições quanto à execução das políticas públicas. Os programas do PPA, por exemplo, são executados por vários órgãos. Nós temos casos, por exemplo, em que construir sanitários em casa de baixa renda feito pela FUNASA, feito pelo Ministério das Cidades, feito pelo Ministério da Agricultura...

**A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA** – Deputado Cajado, só um instantinho, para o seu entendimento.

Foi mencionada pela Deputada a questão do aeroporto. Eu pus 6 milhões de reais para ela. Foi o que eu pude colocar. Sei da importância de se colocar uma verba que dê para começar e terminar o aeroporto, e 6 milhões não vão dar. Se essa emenda tivesse sido feita na Comissão de Infra-Estrutura, teria recursos para colocar o suficiente.

Chamo a atenção para o relatório da Fazenda, que tem como anexo o turismo. O volume de recursos é muito pequeno. Para que eu pudesse atender as emendas de bancada, tive de cortar no SERPRO. Sei que descontei em muita gente aqui, mas era a única saída que eu tinha.

Na verdade, o Ministério da Infra-Estrutura, que dispõe do Ministério dos Transportes, do DNIT, tem um recurso exorbitante em relação ao que estamos relatando. Se essa emenda tivesse sido colocada na Comissão de Infra-Estrutura para aeroportos, o turis-

mo seria altamente atendido. Enquanto isso, podemos atendê-lo precariamente.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Concorro, Senadora. Apenas friso – e encerro aqui, Presidente, o meu comentário – que está errado quem alega que essa área temática não permite a inclusão da emenda e a sua aprovação. Quero deixar isso bem claro. Dizem: “Ah, porque a resolução veta”. Veta, mas o Comitê de Admissibilidade e o relatório votado e aprovado previram excepcionalidades – essa é uma delas.

Então, afirmo que podemos votar tranquilamente, como também a própria emenda de Relator apresentada por V.Exa., que a Resolução nº 1 veta. Não pode fazê-lo. V.Exa. a apresenta, e nós vamos votá-la. Ela é justa e há adequação técnica possível para interpretarmos, com base no Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas, a emenda de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Concedo a palavra ao Deputado Edinho Bez.

**A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA** – Deputado Cláudio Cajado, quanto à emenda que apresentei, a resolução me permite fazê-lo. É o art. 28.

Lerei esse artigo para que V.Exa. tenha idéia da correção da emenda.

“Art. 28 .....

Parágrafo único. Os pedidos para correção da programação orçamentária constante do projeto, originários de órgãos do Poder Executivo, somente serão examinados pelos Relatores se solicitados pelo Ministro de Estado da área correspondente, com a comprovação da ocorrência de erro ou omissão de ordem técnica ou legal, e encaminhados pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão ao Presidente.”

V.Exa. há de convir que estou coberta pelo art. 28 da resolução que foi votada por esta Casa.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Ou seja, o Governo admite que enviou a peça errada nesse particular? É isso?

**A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA** – Quanto à resolução que V.Exa. levantou, que não veda, quero dizer que, muito mais pelo reforço do Ministério...

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Financeiro.

**A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA** – ...do Turismo, que é novo, fiz essa indagação e essa observação para que o Ministério seja maximizado com o orçamento de outras áreas que são fundamentais para o seu desenvolvimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Concedo a palavra ao Deputado Edinho Bez.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** – Nobre Relatora, Senadora Lúcia Vânia, é um prazer tê-la novamente nesta Comissão. É bom contar com a sensibilidade especial da Relatora e dos meus colegas da Comissão.

Apresentei emenda ao destaque (Emenda nº 71260005), de apoio a projetos de infra-estrutura turística – Rota Serra-Mar, no Estado de Santa Catarina.

Nobres colegas, 6 grandes regiões dividem o Estado de Santa Catarina. E há 18 microrregiões, divididas em secretarias regionais. Entre as 6 grandes regiões está a região sul de Santa Catarina. Em continuidade está a região serrana, onde temos a Serra do Rio do Rastro, São Joaquim – ali neva praticamente todos os anos; é a cidade mais fria do Brasil. E no sul estão o litoral, a praia.

Desenvolvemos um projeto que está em estudo. Por isso, é aprovado esse projeto pela bancada catarinense. Ele visa emendar a divisa do Rio Grande do Sul com a de Santa Catarina. Esse projeto, na realidade, irá integrar Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

*(Conversas paralelas.)*

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** – Sr. Presidente, estou preocupado com a Senadora Lúcia Vânia, que está se esforçando para ouvir a nossa fala.

A integração do Rio Grande do Sul com Santa Catarina e Paraná... Essa emenda é muito importante, Senadora. Solicitamos a aprovação de 60 milhões, e foram aprovados apenas 5 milhões. Há 4 acessos interligando o Rio Grande do Sul: na Serra do Faxinal, ligando o Município de Praia Grande ao Rio Grande do Sul – o Estado está realizando o serviço; de São Joaquim a Bom Jesus, no Rio Grande do Sul, o Estado está realizando o serviço. Quando fui Secretário de Estado da Infra-Estrutura, participei desse trabalho e dei as ordens de serviço com o Governador. Temos mais 2 acessos: no Município de Bom Jardim, na região serrana, ligando a São José dos Ausentes, no Rio Grande do Sul – vamos ter uma reunião brevemente com os Prefeitos e com os Governos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; e temos uma rodovia federal, a BR-285, ligando o Município de Araranguá ao Rio Grande do Sul. Estamos trabalhando com um projeto para 4 anos. Fazemos o projeto e depois a construção.

O Projeto Serra-Mar se complementa, começando com Lages, com a BR-116, passando por São Joaquim, Bom Jardim, Lauro Müller, Orleans, na primeira etapa. Na segunda etapa, dando continuidade, passa pelo Município de Pedras Grandes, corta a BR-101 no Município de Tubarão, até o Farol de Santa Marta, um dos faróis mais famosos do mundo. Então, vamos

ligar a região serrana, a região do Rio Grande do Sul, incluindo os Municípios de Gramado, Caxias do Sul, Frederico Westphalen, Vacaria, São José dos Ausentes e Bom Jesus. E em Santa Catarina interligará mais de 40 municípios.

Esse projeto é muito importante. Com 5 milhões, Senadora, não vai dar para trabalharmos. A nossa solicitação é no sentido de ser analisada a possibilidade não dos 60, porque entendo a situação. Estou pedindo prioridade das prioridades para essa emenda, passando de 5 milhões pelo menos para 10 milhões de reais, para nós buscarmos, depois, o complemento com o Estado, com o próprio Ministério do Turismo. É um projeto que já apresentamos, e até aqui não houve nenhuma contestação, tendo em vista a importância do turismo para a Região Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – e para todo o Brasil, obviamente. Essa emenda, Senadora – vou citar mais 3 -, é, repito, prioridade das prioridades.

O outro é o projeto de infra-estrutura turística em Lages, Município de Santa Catarina. Esse projeto é exclusivamente para a região serrana. Também é importante. Pedimos 25 milhões, e foram aprovados 5 milhões. Se houver a possibilidade de aumento, nós agradecemos, porque vai complementar com outro projeto.

E temos o Projeto nº 3, a Emenda 7126004. Apoio a projetos de infra-estrutura turística no Município de São Miguel do Oeste, Santa Catarina – divisa com a Argentina. Estamos trabalhando para integrar Chile, Argentina e Santa Catarina, construindo uma ferrovia e rodovia. Falta pouco para concluirmos. Iremos ligar o Oceano Pacífico ao Oceano Atlântico, pela conhecida Bioceânica. Também seria importante se pudesse haver aumento.

Por último, temos o apoio a projetos de infra-estrutura turística para construção de ponte ligando as cidades de Itajaí e Navegantes, Estado de Santa Catarina. A princípio, vamos duplicar – é obra federal – a BR-470. Em Navegantes temos o porto, ligando com Itajaí. Essa ponte realmente beneficiaria.

Apresentei essas 4 emendas, sempre lembrando a prioridade das prioridades,

É um prazer tê-la novamente na nossa Comissão, Senadora.

**A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA** – Obrigada.

Deputado Edinho Bez, gostaria de dar uma explicação que considero importante para o trabalho de V.Exa. Entendo a importância de Santa Catarina na área turística. Tanto é que, inclusive no Senado, que não tem muita tradição de lidar com essa área, as grandes emendas foram para Santa Catarina. Ocorre

que nós estamos patinando em relação ao turismo, porque essas questões de infra-estrutura terão de ser tratadas no Ministério de Infra-Estrutura.

Durante o IX CBRATUR, tivemos a oportunidade de ver o Presidente do DNIT mostrando que, entre as prioridades do órgão, há “x” de recursos para atender a área turística. Como o Ministério dos Transportes tem um volume de recursos muito maior, essa emenda teria de ser enquadrada nessas prioridades do DNIT. Dessa forma começaríamos e concluiríamos as obras nas estradas. O que acontece em relação às estradas turísticas? No meu Estado há uma emenda cujo recurso é para ligar Águas Quentes a outra cidade turística. Há 5 anos estamos trabalhando essa estrada, e ela não sai. O que se faz num ano, perde-se no ano seguinte, porque o volume de recursos do Ministério do Turismo é muito pequeno para aeroportos e estradas. Então, se essas emendas forem feitas na Comissão de Infra-Estrutura, teremos um resultado muito melhor para o desenvolvimento do turismo no País.

Tenho certeza de que muitos dos Parlamentares não têm essa informação sobre o turismo dentro do Ministério dos Transportes. Também temos de fazer nosso trabalho no Ministério do Trabalho para que um volume de recursos de capacitação seja destinado ao turismo. Se deixarmos para fazer as emendas do turismo dentro desse relatório que envolve Ministérios do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, da Fazenda, do Planejamento etc., teremos sempre um volume de recursos muito baixo e vamos ficar dependendo da boa vontade do Relator-Geral.

Veja V.Exa. que recebi 500 milhões de reais para atender 64 emendas de bancada. Naturalmente esses 500 milhões de reais foram pulverizados de tal forma que não permitem que os pleitos sejam concluídos, o que é muito ruim para os Estados e para os Parlamentares.

Portanto, gostaria de dizer a V.Exa. que não disponho de recurso nenhum para aumentar. Fiz uma média. Alguns Estados apresentaram 4, 5 emendas. Tive de fazer um valor relativo aos que apresentaram uma única emenda. Em alguns casos, concentrei o valor de 4 emendas. A de Santa Catarina, por exemplo, concentrei na emenda de Tocantins, que era uma só. Quando são 4 emendas, fica muito difícil. Com o recurso de que dispunha, por mais boa vontade que tivesse, por mais que tenha estudado o relatório, para fazer um pouco mais, tive de cortar 70 milhões de reais do SERPRO. Era a única fonte que eu tinha para aumentar o recurso que recebi.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, só para complementar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Maranhão)

– Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** – Senadora, entendi perfeitamente tudo o que V.Exa. acabou de relatar, mas gostaria de contar com a sua sensibilidade, porque o projeto que citei, dos acessos, já tem um outro plano. Pedi para passar de 5 milhões para 10 milhões, ou para 8 milhões. Isso é destinado ao projeto... é mais para um projeto turístico. Não é nem a metade – já está em 5 milhões. Será para a inauguração dos projetos desses acessos ao Rio Grande do Sul. Mas já estamos com um estudo pronto do outro projeto. É um projeto de embelezamento. Já existe a pavimentação asfáltica na grande parte. A estrada liga Lajes à praia, no sul de Santa Catarina. Sem esse aumento, será inviável a elaboração do projeto. Esse aumento que estou pedindo é especificamente para o turismo, não é para acesso ao Rio Grande do Sul. O acesso que mencionei é o complemento desse projeto que estamos fazendo, que vai interligar Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e o Brasil.

Gostaria de contar com esforço de V.Exa.

Obrigado.

**A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA** – O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Maranhão)

– Com a palavra o Deputado Geraldo Resende.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** – Senadora Lúcia Vânia, apesar de verificar que V.Exa. já deu respostas às demandas de vários Parlamentares...

Sou de Mato Grosso do Sul. V.Exa., que também é da Região Centro-Oeste, conhece bem Campo Grande. Nossos Estados são vizinhos. Naquele município houve intervenção há algum tempo, onde foi construindo o contorno ferroviário. E a malha ferroviária que cortava o coração da Capital foi desativada. A antiga Estação Ferroviária, numa área central da cidade, está sofrendo intervenção para poder agasalhar enorme projeto. Vai ser feito um parque de eventos em homenagem às múltiplas colônias que construíram Campo Grande – a colônia árabe; a colônia paraguaia, que tem presença marcante na Capital; a colônia japonesa, que vai comemorar o centenário de imigração este ano e é muito forte em Mato Grosso do Sul; além de outras.

A bancada de Mato Grosso do Sul, por solicitação do Prefeito de Campo Grande, Nelson Trad Filho, indicou emenda de bancada para que pudéssemos fazer essa intervenção. Infelizmente, o volume de recursos que V.Exa. alocou para essa emenda está muito aquém da nossa expectativa, para podermos viabilizar essa obra.

Fiz o Destaque nº 62. V.Exa. já sinaliza que os recursos são muito limitados, mas solicito que, se puder, acolha em parte esse destaque, ou faça indicação

ao Relator-Geral para que haja o início e o fim dessa obra, que vai ser marcante para Mato Grosso do Sul, principalmente para a Capital.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Roberto Rocha.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO ROCHA** – Sra. Relatora, cumprimento V.Exa. pelo trabalho na Relatoria.

Temos, no Maranhão, emenda de bancada dessa área. Peço a V.Exa. apenas que examine com muita atenção a possibilidade de melhorar, acatando o Destaque nº 47 dessa emenda da bancada do Maranhão. Caso não seja possível o acatamento do destaque, solicito a V.Exa. que recomende à Relatoria-Geral aquilo que está sendo solicitado à Relatoria Setorial, para que a emenda de bancada do Maranhão seja contemplada e assim seja dado o atendimento que desejamos a essa ação.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Concedo a palavra ao Deputado Carlos Alberto Leréia.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA**

– Sr. Presidente, Sra. Relatora, Senadora Lúcia Vânia, apresentei 2 destaques, que dizem respeito à bancada do Estado de Goiás – Destaque às Emendas nºs 04 e 05. São 2 emendas da bancada goiana: uma para construção de um parque agropecuário em Goiânia, por intermédio do PRODETUR JK, e a outra para o Centro de Convenções de Anápolis, cidade mais importante do interior goiano. A primeira com 8 milhões de reais e a segunda com 7 milhões de reais. O meu destaque pede que seja aumentado esse valor. Conto com o empenho da Relatora para essa questão. Brinco muito, dizendo que S.Exa. é a Senadora mais bonita do nosso Estado. Podem pesquisar. Os senhores verão que estou dizendo a verdade.

A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados aprovou uma emenda para a área de turismo para qualificação de trabalhadores. A Senadora disponibilizou apenas 50 mil. E duas outras emendas, que dizem respeito à Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal, presidida pelo Senador Marconi Perillo, que se encontra presente.

Sou membro do Comitê de Admissibilidade, presidido pelo Deputado Zé Gerardo. E aqui há outros membros, como o Deputado Wellington Roberto, o Senador Cícero Lucena e tantos outros. Acatado um acordo com o Presidente, Senador José Maranhão, e o Relator, Deputado José Pimentel, nós fizemos um trabalho, nos meses de novembro e dezembro, para o qual foi necessário varar a madrugada. Como havia ocorrido a modificação por meio da Resolução nº 1, fizemos um



trabalho para orientar as bancadas, juntamente com a Assessoria da Comissão de Orçamento.

Segundo o Presidente, Senador José Maranhão, e o Relator, Deputado José Pimentel, a Resolução amarrava. Buscamos um acordo para ajudar as bancadas estaduais no encaminhamento, emendas de Comissão, o que foi inclusive votado neste plenário, com o voto de S.Exas. Houve concordância.

A Senadora, como Sub-Relatora, não a acatou, referindo-se à Resolução nº 1. Mas esse argumento já deixa de existir, porque se acata 50 mil, apenas simbólico. O que é crime com 50 mil o é com 50 milhões.

O meu pedido é no sentido de aumentar o valor e voltarmos àqueles valores aprovados na Comissão de Trabalho, da Câmara dos Deputados, da qual sou membro, para qualificação de trabalhadores no turismo no País, e para as outras duas emendas do Senado Federal, da Comissão de Infra-Estrutura – uma, que é do PRODETUR nacional, a fim de alavancar o turismo no Brasil; a outra refere-se a projetos de infra-estrutura turística. Então, tem a ver, sim.

Por isso fizemos esse acordo. Gostaria de pedir à Senadora Lúcia Vânia que reveja sua posição e acate a emenda da Comissão de Trabalho, cujo autor me parece ser o Deputado Marquezelli, bem como as duas emendas da Comissão de Infra-Estrutura, cujo autor é o Senador Marconi Perillo.

É o pedido que faço, já que isso foi acordado e votado neste plenário. Portanto, não estamos descumprindo ou ferindo nenhuma resolução.

Era esse o meu argumento.

Muito obrigado.

**A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA** – Primeiramente, quero agradecer ao Deputado Carlos Leréia pelos cumprimentos e dizer-lhe que já foi feito um acordo. Na verdade, eu me vali da resolução, aprovada pelo Plenário desta Casa. Uma vez que o Plenário da Casa achou por bem aprovar um sinal para que o Relator-Geral pudesse fazer o atendimento, eu aceitei, sempre argumentando que isso vem em prejuízo do Ministério do Turismo. Por que? Se fosse feita nas Comissões de Trabalho e de Infra-Estrutura emendas que viessem a beneficiar o turismo, nós teríamos maximizado o Orçamento do Ministério do Turismo. Por exemplo, a Deputada me pediu recurso para construção de aeroporto. O recurso que aloquei para o seu pedido não é suficiente. Portanto, vai-se iniciar a obra, mas não se vai terminá-la.

Se essa emenda tivesse sido emenda de Comissão voltada para o Ministério do Transportes, que é o órgão afim à Comissão de Infra-Estrutura, nós teríamos o recurso, o aeroporto ficaria pronto e o Ministério do Turismo seria beneficiado com isso.

Eu estou repetindo isso para que, no próximo ano, não tenhamos que voltar a esta discussão. Eu só disponho de 500 milhões de reais. Este relatório envolve Fazenda, Banco Central, Indústria e Comércio e Turismo. O turismo é um apêndice disso aí. Então, o que pude fazer foi cortar 70 milhões do SERPRO. Esse foi o único dinheiro que pude acrescentar ao que já estava definido.

Portanto, eu não tenho como atender ao volume que foi reivindicado.

Há um compromisso do Relator-Geral com os demais Deputados, firmado ontem, de que, havendo abertura para que ele possa crescer, ele o fará.

**O SR. SENADOR MARCONI PERILLO** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Com a palavra o Senador Marconi Perillo.

**O SR. SENADOR MARCONI PERILLO** – Sr. Presidente, como vou ter que me retirar, gostaria apenas de dizer à Senadora Lúcia Vânia que espero que ela possa concluir o compromisso que fez comigo no sentido de que metade dos recursos sejam destinados à Comissão de Desenvolvimento Regional, e a outra metade à Comissão de Infra-Estrutura. Esse acordo foi feito no Plenário do Senado. Aguardo a deferência de S.Exa. em relação à Comissão que eu presido.

**A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA** – Deputado, o acordo com V.Exa. foi firmado para que as coisas caminhassem tranqüilamente. Tive a abertura de dizer-lhe que se poderia deixar o recurso na Infra-Estrutura, área do turismo, e no PRODETUR, sendo que a metade ficaria para aquelas emendas. No entanto, V.Exa. me procurou dizendo que aquele acordo não lhe servia, por isso desejava que fossem feitas emendas para aquelas outras Comissões. O que eu fiz? Atendi à reivindicação de todos os Parlamentares que preferiram o sinal para que o Relator-Geral pudesse acrescentar mais recursos àqueles emendas.

**O SR. SENADOR MARCONI PERILLO** – Senadora, V.Exa. já colocou o sinal de 50 mil. O que espero é que V.Exa. possa atender a minha Comissão. Fica a cargo da consciência de V.Exa. Vou levar esse assunto, certamente, à bancada do meu partido, no Senado, já que havia o compromisso do Presidente Sérgio Guerra de que esse assunto fosse resolvido.

**A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA** – O Partido de V.Exa, Senador, é o meu partido.

**O SR. SENADOR MARCONI PERILLO** – Pois é, ao nosso partido. Vou levar esse assunto, já que havia o compromisso do Senador Sérgio Guerra de acolher essas duas emendas da Comissão de Infra-Estrutura. Elas não me pertencem; elas pertencem à Comissão. Foram aprovadas pela Comissão, e são de

interesse da Comissão de Infra-Estrutura, na área do turismo. Gostaria apenas que V.Exa. levasse em consideração esse apelo do Presidente da Comissão de Infra-Estrutura.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde. (*Ausente*).

Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

**O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA** – Sr. Presidente, Sra. Relatora, gostaria de destacar o caso da emenda de bancada do Estado da Paraíba em que foram solicitados 80 milhões para o Centro de Convenções, mas só foram atendidos 7 milhões de reais.

Gostaria de dizer que, por volta de 1994, à época eu era Governador do Estado da Paraíba, assinei o PRODETUR I, o início do projeto do PRODETUR. O Presidente desta Comissão teve a oportunidade de governar o Estado da Paraíba por 8 anos e utilizou todo o recurso do PRODETUR. No entanto, o PRODETUR tinha restrições a financiamento de centro de convenções.

A cidade de João Pessoa, com cerca de 1 milhão de habitantes, a Grande João Pessoa, o ponto mais oriental das Américas, onde o sol nasce primeiro, em particular na Paraíba, não é possível não dispor de um centro de convenção para estimular e desenvolver o turismo daquele Estado.

O Governador Cássio Cunha Lima tem-se esforçado muito nessa questão da divulgação do turismo. Porque a senhora sabe muito bem que, para o desenvolvimento turístico, além das belezas naturais, precisamos de infra-estrutura. A infra-estrutura solicitada pelo Governo do Estado da Paraíba, pela emenda de bancada, é exatamente um equipamento que é fundamental para atração turística, o que irá colaborar com o desenvolvimento, com a ocupação dos nossos hotéis, dos nossos *resorts*.

Como o PRODETUR não financia centro de convenções, deixo o nosso apelo – já o havia feito a V.Exa., pessoalmente, o qual renovo – no sentido de que se se possa aumentar esses recursos, porque, obviamente, com 7 milhões nós vamos arrastar por 20 anos para termos um centro de convenções. Não é possível que a Paraíba, um Estado que precisa de incentivo do Governo... O Governo Lula está estimulando o turismo em Cuba. Em vez de dar dinheiro a Fidel Castro para desenvolver o turismo de Cuba, que faça na Paraíba o centro de convenções. Com 7 milhões nós não vamos fazer nem um auditório, quanto mais um centro de convenções.

Então, apelo à companheira no sentido de que reveja esse valor, bem como a sugestão, como Relator da Comissão que fui, para tentar junto ao Relator-Ge-

ral ampliar essa infra-estrutura que tem sido solicitada na Comissão. Infra-estrutura é, sim, desenvolvimento turístico.

Era o que tinha a dizer, renovando o meu apelo à Senadora Lúcia Vânia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Concedo a palavra ao Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, ilustre Senadora Lúcia Vânia, eu tenho dito nesta Casa que, quando os Relatores têm critérios, a discussão é do critério e não do resultado final aplicado ao critério. V.Exa. fez um relatório com critério e aí não mais resta ninguém discutir. Sete milhões é pouco? Mas os 6,5 milhões para o Pará também é uma parcela muito pequena. V.Exa. fez, praticamente, linearmente, uma distribuição por emendas de bancada.

Eu quero pedir a V.Exa., e destaquei minha emenda, porque se a senhora for dar mais 1 centavo para alguém eu também quero uma parcela desse 1 centavo. O meu Estado ficou só com 6,5 milhões, para Goiás a senhora colocou a média de 7 por emenda, 7,5 até, para outros Estados, e não de Goiás, para outros, 5,5, mas foi um critério; a senhora teve critérios. E, assim, eu tenho apenas que cumprimentá-la e pedir-lhe que, se for atender alguém, meu destaque também está aí para a bancada do Pará, eu também preciso de mais. Pará é muito maior do que muitos outros Estados. Então, se for para fazer alguma distribuição a mais, eu também quero para o meu Estado. Mas, antes de mais nada, quero cumprimentá-la pelo relatório.

Muito obrigado.

**A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA** – Agradeço ao Deputado Giovanni Queiroz a contribuição. O depoimento de V.Exa. para minha trajetória política é muito importante. V.Exa. tem sido um guardião nesta Comissão de Orçamento, o que honra o nosso trabalho e dignifica esta Casa. Portanto, o seu depoimento é para mim motivo de muita satisfação. Levo para casa essa satisfação de ter feito um relatório muito difícil, mas procurei ser a mais equilibrada possível, inclusive enfrentando dificuldades dentro da minha própria bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Com a palavra o Deputado Zé Gerardo.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Sra. Senadora, antes de mais nada, eu quero parabenizá-la pelo relatório.

Sr. Presidente, eu quero fazer uma contestação à Mesa. O Estado do Ceará tem a Emenda nº 7107-0017. Encaminho a V.Exa. a contestação para que a coloque em votação no Plenário. O Estado do Ceará não pode perder uma emenda apenas por não ter sido feita no momento devido. Mas como este é o momento

devido, também porque está sendo votado o relatório da Senadora Lúcia Vânia, eu peço que ela seja votada no Plenário na forma como foi apresentada.

**A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA** – Deputado, nós nos debruçamos sobre essa emenda procurando uma forma técnica de atendê-la. Segundo a Consultoria, há um caminho: uma vez votada no Plenário, ela poderá ser atendida dentro da solicitação de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Por isso peço ao nobre Presidente que a encaminhe ao Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Com a palavra a Relatora, Senadora Lúcia Vânia.

**A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA** – Essa emenda terá de ser votada pelo Plenário. Ela contém um erro técnico que precisa ser corrigido e eu, na condição de Relatora, não posso resolver esse problema. Se o Plenário entender que ela deva ser atendida, segundo a Consultoria, tecnicamente, é possível dessa forma, mas eu gostaria de chamar a atenção do Plenário para que essa emenda seja votada e acrescida ao meu relatório. Essa emenda teve uma trajetória complicada, primeiro, apresentada ao relatório de Poderes do Estado, foi rejeitada; segundo, não foi apreciada na Comissão de Emendas; terceiro, hoje está aqui para ser reavaliada pelo Plenário desta Casa. Portanto, eu gostaria de chamar a atenção dos Srs. Parlamentares para que ela seja votada e eu possa incluí-la no meu relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Parecer favorável de V.Exa.?

**A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA** – Eu gostaria de ouvir os Srs. Parlamentares após a explicação técnica da emenda. (Pausa.)

Essa emenda terá que ter o autorizo do Presidente. Portanto, vou responder aos outros Parlamentares que solicitaram acréscimo nas suas emendas de bancada, dizendo que, para mim, é impossível porque não disponho de recursos. Se eu dispusesse, teria o maior prazer em atender todo mundo. O que eu posso fazer é elencar essas emendas e solicitar ao Relator-Geral que lhes dê atendimento especial. Eu não pude mexer no relatório, porque, se o fizesse, desequilibraria o que eu fiz com tanto cuidado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

Emendas de Relator.

*“Nos termos do parágrafo único do art. 25, da Resolução nº 1/2006, solicito autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas individuais e de Relator, tendo em vista que já houve manifestação quanto às emendas coletivas”.*

A autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Antes de votarmos o relatório, nós vamos deliberar sobre a contestação do Deputado Zé Gerardo, a quem passo a palavra neste momento.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, a bancada do Estado do Ceará tem a Emenda nº 7107-0017. Na realidade, nós queremos que essa contestação seja feita conforme a emenda veio de origem. E é por isso que o nobre Deputado solicita, não só subscrito por mim, mas por todos os Líderes desta Casa aqui presentes, que a contestação seja votada e apresentada em plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Em discussão a contestação.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

O relatório setorial da Área Temática – Fazenda Desenvolvimento e Turismo, com alterações da errata, está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Estamos aguardando o Senador Leomar Quintanilha para dar início à votação dos destaques da Área Temática de Infra-estrutura. (Pausa.)

R elatório Setorial da Área Temática I – Infra-Estrutura.

Relator Setorial: Senador Leomar Quintanilha.

Vamos agora apreciar os destaques.

Requerimento de autoria do Deputado Marcelo Castro, solicitando a retirada dos Destaques nºs 39 e de 41 a 46.

Os destaques foram retirados.

Emendas individuais.

*“Nos termos do parágrafo único, art. 25, da Resolução nº 1, de 2006, solicito autorização do Plenário para dispensar manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas individuais, tendo em vista que já houve manifestação quanto às emendas coletivas”.*

A autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Apreciação dos destaques.

Srs. Parlamentares, o art. 139, IV, § 2º, da Resolução nº 1, de 2006, estabelece:

*Não será aceita solicitação para votação em separado de destaque, após a aprovação de requerimento para a votação em globo dos destaques.*

Em assim sendo, solicito a autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator Setorial.

A proposta para a votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Pela inadmissibilidade, declaro inadmitidos os Destaques nºs 36, 37, 38, 40, 63, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 100, 101, 102, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135 e 136 e prejudicados os Destaques nºs 29 e 122.

Em votação em globo os demais destaques que tiveram voto pela rejeição, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Rejeitados na Câmara, não vai ao Senado Federal.

Concluída a votação dos destaques na Área Temática I.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ilustre Senador Leomar Quintanilha, parabéns pelo relatório, pelo trabalho, e tenho certeza de que V.Exa. vai nos ajudar também no relatório final, para fazermos os ajustes junto ao Relator-Geral, Deputado José Pimentel.

Sr. Presidente, consulto V.Exa. sobre a possibilidade de suspendermos a reunião por 15 minutos, a fim de que a Senadora Lúcia Vânia possa concluir o seu relatório dos destaques e nós possamos votá-lo ainda nesta manhã, para que o Relator-Geral, hoje à tarde, possa examiná-lo. Faço um apelo aos ilustres Parlamentares no sentido de que aguardem durante uns 20 minutos.

Sr. Presidente, a Senadora Lúcia Vânia está concluindo o seu relatório. Portanto, reitero o pedido a V.Exa. de suspensão da reunião por 20 minutos e que aguardemos a conclusão do relatório, para darmos sequência hoje à tarde, convocando todos os membros para um diálogo com o Relator Geral, a fim de começarmos, então, a tratar dos entendimentos das bancadas, dos Parlamentares, definirmos onde serão feitos os cortes e tomarmos conhecimento da proposta do nobre Relator, para que possamos ajudá-lo nesse trabalho.

Esse é o apelo que faço a V.Exa., se for possível, porque a Senadora Lúcia Vânia viajará no meio da tarde. Caso contrário, só poderíamos fazê-lo amanhã, o que atrasaria muito o nosso trabalho.

Agradeço a oportunidade e, mais uma vez, cumprimento o Senador Leomar Quintanilha.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Vamos passar, agora, a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

**O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha) – Tem V.Exa. a palavra, Deputado Duarte.

**O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA** – Sr. Presidente, Deputado Roberto Rocha, Senador Leomar Quintanilha, quero parabenizá-los pelo trabalho.

Bem rapidamente, na linha do que foi dito, da nossa parte, da bancada do PSDB, não há nenhum óbice no sentido de suspender a reunião para dar sequência ao complemento da Senadora Lúcia Vânia. Mas eu gostaria de saber do Sr. Presidente se a assessoria



da Mesa Diretora dos trabalhos tem um roteiro, para ciência dos membros desta Comissão, do que vamos tratar no dia de hoje, bem como a cronologia do andamento da aprovação do Orçamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha)

– Em relação ao Orçamento, a única coisa que está pendente de votação são os destaques da Senadora Lúcia Vânia, Área Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo.

Passo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

**O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA** –

Preliminarmente, Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a grande contribuição ao trabalho que havíamos realizado, de ontem para hoje, na análise mais aprofundada dos destaques apresentados. Sob a condução de V.Exa., já houve a manifestação do Plenário. Só me resta, então, agradecer a compreensão e a participação dos membros desta Comissão, compartilhando com todos uma grande frustração que preside o final dos trabalhos desse relatório, em razão da escassez dos recursos, provocada sobretudo pela não-prorrogação da CPMF.

Mas eu não poderia deixar de agradecer, Sr. Presidente, o trabalho excepcional realizado pelos consultores, sob o comando dos consultores Carlos Mello Marshall e Fernando Moutinho, e com a colaboração dos nossos auxiliares de gabinete, Fernando Damasceno e Renata Assunção, que se empenharam conosco na apreciação e na discussão das proposições apresentadas, quer pelas bancadas, quer pelas Comissões, quer pelos eminentes senhores membros desta Comissão.

Agradeço a todos essa compreensão, e nos comprometemos a estar juntos na discussão com o Relator-Geral para a definição final desse relatório inusitado que estamos votando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Rocha)

– Vamos suspender a reunião por 20 minutos.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Declaro reiniciados os trabalhos da 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 1 e 2/2008.

Apreciação dos destaques da Área Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo.

Relatora Setorial: Senadora Lúcia Vânia.

Sras. e Srs. Parlamentares, o art. 138, § 2º, da Resolução nº 1/2006-CN, estabelece:

“Art. 138 .....

§ 2º Não será aceita solicitação para votação em separado de destaque após a aprovação do requerimento para a votação em globo dos destaques”.

Sendo assim, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator Setorial.

A proposta para votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade.

Em votação na representação do Senado da República.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade.

Pela aprovação parcial, temos apenas um destaque, o de nº 77, de autoria do Deputado Zé Gerardo.

Em votação, em globo, os destaques com voto do Relator pela aprovação parcial na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

É bom ressaltar que só há um destaque. Consequentemente, a votação não é em globo, mas de uma única proposição.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Passa-se à votação na representação do Senado da República. *(Pausa.)*

Também aprovado por unanimidade.

Quanto aos demais destaques, a Relatora opinou pela rejeição.

Na representação da Câmara dos Deputados, como votam os Srs. Deputados?

Aqueles que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Os destaques que foram rejeitados não vão à votação no Senado da República, como estabelece o § 1º do art. 43 do Regimento Comum.

Está assim encerrado a apreciação do Relatório da ilustre Senadora Lúcia Vânia.

**A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA** – Gostaríamos de fazer uma ponderação, Sr. Presidente.

Em face da indisponibilidade de recursos para atendimento dos destaques, dada a magnitude dos valores envolvidos, muitas demandas deixaram de receber dotações compatíveis com sua importância na promoção do desenvolvimento nacional.

Atendemos apenas ao Destaque nº 77, para possibilitar o acolhimento da Emenda nº 710700017, de autoria da bancada do Ceará, em face de contestação apresentada pelos autores e aprovada por esta Comissão no dia de hoje.

Solicitamos, por fim, especial empenho da Relatoria Geral na apreciação dos seguintes pleitos: modernização e ampliação do aeroporto de Cariri, no Ceará; infra-estrutura turística em Parnaíba, no Piauí; PRODETUR JK, construção do Centro de Convenções de Anápolis; infra-estrutura turística de São Luis, no Maranhão; revitalização da Feira Central de Campina Grande; infra-estrutura turística da Paraíba; construção do Centro de Convenções de João Pessoa; infra-estrutura turística de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul; e construção de acessos rodoviários em Santa Catarina.

Essas foram as solicitações dos Srs. Parlamentares. Nós as encaminhamos ao Relator-Geral, que, naturalmente, irá apreciar esses pleitos que são justos e legítimos.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Quero agradecer o trabalho da Senadora Lúcia Vânia, trabalho que conheço desde a época em que fomos Deputados Federais, inclusive trabalhando nesta Comissão. Naquela época, trabalhávamos com muito menos objetividade e rigor técnico do que hoje, modestia à parte.

O Relatório da Senadora Lúcia Vânia, como todo seu trabalho no Congresso Nacional, foi marcado pela seriedade e objetividade.

Portanto, registro o reconhecimento desta Presidência que creio seja o de todos os integrantes desta Comissão.

Tem a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, peço a V.Exa. autorização para convidar os membros do Comitê de Obras Irregulares para uma reunião às 16h, na sala da Presidência desta Comissão, destinada a discutir e votar o Relatório a ser encaminhado ao Relator-Geral.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO** – Sr. Presidente, antes de mais nada, quero agradecer à Senadora Lúcia Vânia a aceitação da emenda do Ceará, Estado pobre que necessita de infra-estrutura para melhorar a qualidade do seu turismo, assim como ao Plenário desta Comissão.

Finalizando, parabenizo a Senadora Lúcia Vânia pelo brilhante desempenho no Congresso Nacional. Sucesso no seu trabalho.

**A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA** – Muito obrigada.

Eu quero inicialmente enaltecer a firmeza com que o Sr. Presidente, colega muito querido no Senado Federal, conduziu os nossos trabalhos. Agradeço aos Líderes partidários, sobretudo ao Deputado Pedro Novais, que conseguiu, com sua experiência, ser o mediador dos entendimentos nesta Comissão, enfim, a todos que me ajudaram, mas em especial agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, confiança de delegar-me a confecção de Relatório de tamanha responsabilidade.

Agradeço igualmente aos Consultores desta Comissão, que fizeram e refizeram o Relatório. A eles meus agradecimentos pela paciência, carinho e atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Pauta nº 2/2008.

Item nº 3.

Requerimento nº 22, de 2007 – CMO, de autoria do Deputado Humberto Souto.

Não estando S.Exa. presente à sessão, está prejudicado. O requerimento entrará na pauta da próxima reunião.

Requerimento nº 28/2007 – CMO, que *“requer, nos termos regimentais, que o Comitê de Avaliação de Receita emita novo parecer com novas reestimativas de receita orçamentária.”*

O requerimento, de autoria do Deputado Vanderlei Macris, está prejudicado. O Relatório a que S.Exa. se refere já foi apresentado.

Gostaria de formular um convite às Lideranças, aos Coordenadores de Bancadas e aos Relatores Setoriais para uma reunião, hoje, às 16h, destinada a discutir com o Relator-Geral e com o Presidente o começo do esforço para efetivar os cortes que terão de ser feitos no âmbito da Relatoria-Geral.

Antes de encerrar os trabalhos, convoco as seguintes reuniões para a próxima semana – e, desde logo, faço um veemente apelo aos companheiros, dado o aperto do tempo, para concluirmos a aprovação do Orçamento até o final do mandato dos integrantes desta Comissão: dia 20 de fevereiro, quarta-feira, às 14h30, reunião ordinária; dia 21 de fevereiro, quinta-feira, às 10h e às 14h, 2 reuniões extraordinárias; dia 22 de fevereiro, sexta-feira, às 10h e às 14h, 2 reuniões extraordinárias.

Está encerrada a presente reunião.

## **Segunda Sessão Legislativa Ordinária Quinquagésima Terceira Legislatura**

### **TERMO DE REUNIÃO Nº 1, DE 2008**

Em virtude da inexistência de número regimental para abertura dos trabalhos, deixou de ser realizada a Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos,

Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada para ter início às dez horas do dia vinte e um de fevereiro do ano de dois mil e oito, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, conforme disposto no *caput do art. 134, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*. Foi registrada presença dos membros: – **Deputados titulares:** Claudio Cajado, Giovanni Queiroz, Humberto Souto, Márcio Reinaldo Moreira, Nelson Meurer, Regis de Oliveira, Vanderlei Macris, Vignatti e Walter Pinheiro. **Senadores titulares:** José Maranhão e Sérgio Zambiasi. – **Deputados Suplentes:** Devanir Ribeiro, Duarte Nogueira, Gorete Pereira, João Magalhães, Pedro Chaves e Zé Geraldo; e o **Senador suplente**. Foi registrada a ausência dos membros: **Deputados titulares:** Daniel Almeida, Edinho Bez, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Fábio Ramalho, Giacobbo, Gonzaga Patriota, Ivan Valente, José Pimentel, Manoel Junior, Mussa Demes, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Roberto Rocha, Rose de Freitas, Wellington Roberto e Zé Gerardo; – **Senadores Titulares:** Antônio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Efraim Morais, Jayme Campos, João Ribeiro, Leomar Quintanilha e Sérgio Guerra. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei o presente Termo, que será encaminhado para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Quero comunicar aos presentes que não há número para a abertura da sessão.

Agora, eu aproveito para avisar que há uma reunião convocada para as 14h.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Apenas para perguntar a V.Exa. qual o critério...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – V.Exa. está formulando uma questão de ordem, mas, evidentemente, não tem número para abrir...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Quero apenas um esclarecimento de V.Exa. Para as 14h, teremos...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Volto a dizer a V.Exa. que não há sessão, nem mesmo há sessão. Agora é evidente que, informalmente, V.Exa. pode vir aqui e dizer-me o que há, porque não há sessão. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, apenas um esclarecimento. A sessão das 14h...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Quero apenas lembrar V.Exa. que, por falta de *quorum*, não foi aberta a sessão.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – É só um esclarecimento. Eu só queria... É só um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Se eu admitir que V.Exa. peça um esclarecimento oficial, estou admitindo que abri a sessão.

**Ata da Segunda Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 21 de Fevereiro de 2008.**

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes das Pautas nºs 3 e 4. Foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Eduardo Sciarra, Humberto Souto, José Pimentel, Nelson Meurer, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rose de Freitas, Vanderlei Macris, Vignatti, Walter Pinheiro e Zé Gerardo; – **Senadores titulares:** Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Efraim Morais, José Maranhão e Sérgio Zambiasi; – **Deputados suplentes:** Carlos Alberto Leréia, Devanir Ribeiro, João Magalhães e Ricardo Barros. Foi registrada a ausência dos membros titulares: – **Deputados:** Claudio Cajado, Daniel Almeida, Edinho Bez, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Giacobbo, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Ivan Valente, Manoel Junior, Márcio Reinaldo Moreira, Mussa Demes, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Rafael Guerra, Regis de Oliveira, Roberto Rocha e Wellington Roberto; – **Senadores:** Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Jayme Campos, João Ribeiro, Leomar Quintanilha e Sérgio Guerra. **ABERTURA:** às quatorze horas e trinta e um minutos, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou iniciados os trabalhos. Ao informar, com pesar, do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, membro suplente da Comissão, o Presidente destacou a atuação daquele parlamentar no âmbito da Comissão e do Congresso Nacional. A Deputada Rose de Freitas comentou as considerações feitas pelo Presidente, ao tempo em que destacou a atuação daquele parlamentar. A seguir, o Deputado Vanderlei Macris informou que não havia *quorum* para deliberação e que a reunião deveria ser encerrada. O Presidente esclareceu que no início da reunião havia número regimental para o seu início. O Deputado Walter Pinheiro teceu considerações sobre a passagem do Senador Jonas Pinheiro e do ex-Deputado Chico Pinto, representante do Estado da Bahia em períodos anteriores. O Deputado Vanderlei



Macris levantou **Questão de Ordem** sobre as assinaturas na ata da Bancada de São Paulo, apresentada nos termos do *art. 68 da Resolução nº 1/2006-CN*. O Presidente informou que a ata não havia sido entregue formalmente à Secretaria da Comissão, tendo sido feita ao Relator-Geral, que a recebeu com o compromisso do Coordenador da Bancada de proceder à complementação das assinaturas na ata. Informou que o assunto seria levado ao conhecimento do Relator-Geral, Deputado José Pimentel. O Presidente informou que o *quorum* regimental para deliberação não havia sido atingido. **ENCERRAMENTO:** o Presidente cancelou as reuniões convocadas para o dia vinte e dois de fevereiro, às dez e às quatorze horas. Convocou, ainda, reuniões a serem realizadas no plenário 2 da Câmara dos Deputados: dia 26 de fevereiro, às dez e às quatorze horas: reuniões extraordinárias; dia 27 de fevereiro, às dez horas, reunião extraordinária, e às quatorze horas e trinta minutos, reunião ordinária; dia 28 de fevereiro, às dez, quatorze e dezoito horas: reuniões extraordinárias; dia 29 de fevereiro, às dez, quatorze e dezoito horas: reuniões extraordinárias. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integram esta Ata. **Senador José Maranhão. Presidente.**

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Havendo número regimental para a abertura dos trabalhos, declaro iniciada a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 3 e 4, de 2008.

Não havendo número para deliberação e tendo em vista o falecimento do nosso companheiro de Comissão Senador Jonas Pinheiro, lerei a seguinte nota de pesar:

“É com profunda tristeza que esta Comissão registra o falecimento do nobre Senador mato-grossense Jonas Pinheiro, do Democratas, ocorrido em 19 de fevereiro, às 21h30min., na Clínica Amecor, em Cuiabá.

Membro suplente desta Comissão, o Senador Jonas Pinheiro era conhecido pela liderança que exercia na bancada ruralista e respeitado e admirado pela cordialidade, honradez pessoal e lealdade aos compromissos políticos com a sua terra natal e com o Brasil.

Em decorrência do infausto acontecimento, Senado e Câmara não tiveram sessão no dia de ontem, valendo o mesmo para

as reuniões de Comissões, em sinal de pesar pelo falecimento do inesquecível companheiro e amigo.

À família de Jonas Pinheiro, ao povo de Mato Grosso e aos seus companheiros do DEM e do Senado Federal a nossa solidariedade e reconhecimento pelo extraordinário homem público e pela figura humana estimada por todos, juntamente com as nossas sinceras condolências.”

Expediente.

Conforme solicitação do Deputado Regis de Oliveira, apresentada na 11ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de junho de 2007, coloco em votação a dispensa da leitura do Expediente, o qual, por falta de número regimental, não será objeto de deliberação.

Concedo a palavra à Deputada Rose de Freitas.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, esta Casa se ressentiu de 2 momentos de muita dor.

V.Exa. abordou há pouco o falecimento do nosso querido Senador Jonas Pinheiro, exemplo de Parlamentar. Eu, representando aqui a Câmara dos Deputados, uma parte do Congresso Nacional, comunico, também, com profundo pesar, o falecimento, antes de ontem, do ex-Deputado Federal Chico Pinto, Deputado Constituinte como eu, o qual reverteu uma trajetória política desta Casa com grande liderança e grande apego aos bons princípios da ética e da democracia.

Sr. Presidente, parablenho V.Exa. pela pequena homenagem prestada ao Senador Jonas Pinheiro e registro, em nome da Câmara dos Deputados, as 2 lamentáveis perdas para o cenário político e para esta Casa de leis.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– A Mesa se associa ao registro de pesar de V.Exa. pela morte do inesquecível Francisco Pinto, Parlamentar e político que ocupou a cena nacional num período muito conturbado e que marcou sua atuação pela coragem, pela fidelidade aos princípios que defendia e, sobretudo, pelo enfrentamento da ditadura militar, à qual se opôs tenazmente.

A morte de Francisco Pinto deixa um profundo vazio não apenas em nossos corações, mas no respeito e no sentimento cívico de toda a Nação brasileira.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão)

– Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, em primeiro lugar, associo-me às palavras



de V.Exa. e da Deputada Rose de Freitas em relação ao falecimento do nosso companheiro.

A constatação da ausência de *quorum* nesta reunião pressupõe o encerramento dos trabalhos. Seria importante que isso fosse feito, Sr. Presidente, até porque nós, da bancada do PSDB, tomamos conhecimento do relatório apresentado pelo Relator José Pimentel e o estamos analisando profundamente.

É importante haver, de parte da Oposição, em especial de nossa bancada, um detalhamento de informações a respeito desse relatório, uma vez que teremos que nos posicionar em relação a ele. Para isso, precisamos de um tempo para o avaliarmos com mais cautela e cuidado, uma vez que ele é muito intenso e provocou cortes importantes na proposta orçamentária.

Portanto, apelo a V.Exa. para que, em razão da ausência de *quorum*, já constatada às 14h30min – há 9 Deputados e 4 Senadores –, esta reunião seja encerrada e voltemos a nos reunir no início da próxima semana, com uma avaliação mais cuidadosa, com um detalhamento maior e estudo mais completo sobre o relatório apresentado pelo Deputado José Pimentel.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Deputado Vanderlei Macris, havia *quorum* para abrir a reunião, embora não houvesse número suficiente para deliberação, conforme foi registrado.

O *quorum* necessário à abertura dos trabalhos está agora fortalecido com a presença brilhante de V.Exa. e da Deputada Rose de Freitas, os quais não representam somente quantidade, mas qualidade em todos os debates que aqui se desenrolam.

A palavra continua facultada aos presentes.

Concedo a palavra ao Deputado Walter Pinheiro.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. – e já o fiz oficialmente à Direção da Casa – que reconheça meu pedido de justificativa pelas faltas no período anterior a esta reunião, pois estive ausente em virtude da necessidade de me recuperar de uma cirurgia. Por essa razão não pude comparecer à abertura dos trabalhos.

Aproveito a oportunidade para me somar às iniciativas de solidariedade e, ao mesmo tempo, ressaltar essas 2 figuras públicas: o Senador Jonas Pinheiro, com o qual tivemos oportunidade de conviver, em particular, nesta Comissão Mista de Orçamento, e o ex-Deputado Federal Chico Pinto, que deixou sua experiência e seu legado de vigor e resistência a todos nós, brasileiros, em particular aos baianos.

Ontem, em conversa reservada, contamos um pouco da história de Chico Pinto no auge da ditadura. Senador Augusto Botelho, mesmo no período mais difícil, com todo o esquema de opressão e de massacre

a que éramos submetidos, Chico Pinto, oriundo da cidade de Feira de Santana, mas conhecido em todo o Estado, era o Deputado Federal mais votado da Bahia. S.Exa., durante muitos anos, liderou a resistência e a Oposição em nosso Estado. Essa é uma referência bastante interessante.

Quem se lembra da figura física de Chico Pinto sabe que, de forma provocativa, já fazia campanha usando sobre a sua cabeça aquilo que os militares chamam de bibico, numa demonstração clara daroupagem daqueles que advinham das nossas lutas no campo ou da própria relação com algumas das guerrilhas existentes pelo mundo.

Para nós, baianos, essa foi uma perda muito grande, mas ficamos com o aprendizado, com todo o legado, os ensinamentos, a resistência, aquilo que Chico Pinto produziu de mais positivo para o povo baiano.

Todos nós podemos falar isso, até porque nos associamos a essa luta desde a década de 70, quando ainda não existia o Partido dos Trabalhadores – havia no Brasil o bipartidarismo –, e Chico Pinto era uma referência muito forte.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – O MDB.

**O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO** – O MDB. Grande MDB! MDB, Sr. Presidente, Senador José Maranhão, que era sobejamente bem representado pelo ex-Deputado Chico Pinto.

Essa foi uma referência muito importante para nós, da Bahia, porque o MDB significou o pólo de resistência. Alguns até o chamavam de guarda-chuva, mas eu diria que ele era mesmo o pólo da resistência. Não tive oportunidade de me filiar ao MDB, porque, naquela época, por opção política, nós tínhamos assumido uma postura de não-filiação e, portanto, atuávamos em algumas organizações clandestinas. Eu particularmente venho da Tendência Socialista e depois me incorporei, no PT, à Democracia Socialista.

Chico Pinto era para todos o grande referencial, e o PMDB – à época, MDB – era o nosso espaço de militância.

Aos familiares de Chico Pinto presto a nossa solidariedade e manifesto o carinho que sempre tivemos por ele. Eles vão poder se lembrar muito da imagem positiva que Chico deixou para todos nós.

Da mesma forma, lamento a perda do Senador Jonas Pinheiro, que aqui nesta Casa, até numa convivência muito pessoal, me chamava de primo, pela coincidência do nome, apesar de não sermos parentes.

À ex-Deputada Celcita Pinheiro, que viveu conosco, e aos seus filhos transmito os nossos votos de pesar e solidariedade.

Registro também a grande contribuição que o Senador Jonas Pinheiro deu a esta Casa e, em especial, ao povo do Mato Grosso, até porque ele também contribuiu em muito para que fosse criado o Estado de Mato Grosso do Sul, apesar de nesta Legislatura representar o Estado do Mato Grosso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Sr. Presidente, a distribuição de recursos estabelecida pelo art. 57, §1º, da Resolução nº1, de 2006, entre as emendas de apropriação apresentadas pela bancada do Estado de São Paulo ao Orçamento de 2008, deveria ser encaminhada ao Relator-Geral por meio de ata, com o consenso de três quartos dos Deputados e dois terços dos Senadores da respectiva Unidade da Federação, conforme reza o art. 68 da Resolução.

Vale ressaltar, Sr. Presidente, que tal distribuição teria como prazo final de apresentação o dia 14 do corrente. Se porventura a bancada não o fizesse, caberia ao Relator-Geral efetuar a distribuição de tais recursos por equidade linear.

Tal não foi a nossa surpresa, entretanto, ao consultar o relatório apresentado pelo Relator-Geral e constatar substancial mudança nos valores das emendas coletivas da bancada paulista, sem o consentimento do *quorum* necessário dos Parlamentares daquela bancada.

Nessas condições, coube-nos consultar a Secretária desta conceituada Comissão, Sra. Myrna Lopes Pereira, por quem fomos informados de que a respectiva ata não consta anexada ao expediente de distribuição encaminhado pelo Coordenador da bancada paulista até o presente momento, o que, a nosso ver, denota desacordo com o regulamento desta Comissão.

Desta forma, Sr. Presidente, solicitamos que o referido relatório seja considerado inadmitido e efetuada a distribuição igualitária pelo nobre Relator, conforme consta do parecer preliminar.

Esta é a questão de ordem que apresento e estou passando por escrito a V.Exa., a fim de que me seja encaminhada resposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Respondendo à questão de ordem do Deputado Vanderlei Macris em relação ao fato mencionado em seu requerimento, devo esclarecer, preliminarmente, que essa indicação, que deveria ter sido assinada por integrantes da bancada de São Paulo e Deputados que representassem dois terços dos membros da Câmara e dois terços dos membros do Senado – é a informação que esta Presidência está recebendo da Secretária -, não deu entrada efetivamente na Secretaria da Comissão. Porém, o Coordenador a entregou, sob palavra de honra, ao Relator Geral, Deputado José Pimentel, comprometendo-se a, posteriormente, trazer novo documento com assinatura regimentalmente exigida para validar esse documento.

A informação que ora dou a V.Exa. que confirma inteiramente o que V.Exa. acabou de afirmar no seu requerimento. Nós vamos levar o fato ao conhecimento do Relator Geral para que ele proceda à indicação, na forma solicitada por V.Exa., que, efetivamente, é a forma regimental.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** – Agradeço a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) – Continua facultada a palavra a quem dela pretenda fazer uso. (*Pausa.*)

Não havendo oradores inscritos, vou encerrar a presente reunião, por falta de número para deliberação e por encerramento da lista de inscritos para falar.

Antes, entretanto, convoco reunião ordinária para a próxima quarta-feira, dia 27, às 14h30min; reuniões extraordinárias para terça-feira, dia 26, às 10h e às 14h; reunião extraordinária para quarta-feira, dia 27, às 10h; reuniões extraordinárias para quinta-feira, dia 28, às 10h, às 14h e às 18h; reuniões extraordinárias para sexta-feira, dia 29, às 10h, às 14h e às 18h.

Comunico a todos que foi cancelada a reunião de amanhã, sexta-feira, já que estamos convocando as demais para a próxima semana.

Está encerrada a presente reunião.



**EDIÇÃO DE HOJE: 456 PÁGINAS**

11404/2008